



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2763

Segunda-feira - 25 de Fevereiro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agrônoma .....	3	Doutor Pedrinho .....	471	Mafra .....	744
Água Doce .....	5	Entre Rios .....	475	Maracajá .....	746
Águas de Chapecó .....	33	Ermo .....	476	Maravilha .....	747
Alfredo Wagner .....	37	Erval Velho .....	477	Marema .....	749
Alto Bela Vista .....	38	Flor do Sertão .....	491	Massaranduba .....	750
Anchieta .....	41	Formosa do Sul .....	492	Matos Costa .....	757
Anitápolis .....	48	Forquilha .....	493	Modelo .....	760
Antônio Carlos .....	49	Fraiburgo .....	503	Mondaí .....	764
Apiuna .....	52	Garopaba .....	512	Monte Carlo .....	765
Arabutã .....	56	Gaspar .....	515	Morro da Fumaça .....	771
Arroio Trinta .....	58	Governador Celso Ramos .....	517	Morro Grande .....	772
Ascurra .....	67	Grão Pará .....	547	Navegantes .....	775
Aurora .....	68	Guaraciaba .....	548	Nova Erechim .....	778
Balneário Gaivota .....	70	Guaramirim .....	552	Nova Itaberaba .....	784
Bandeirante .....	84	Guarujá do Sul .....	554	Nova Trento .....	786
Barra Bonita .....	85	Guatambú .....	555	Nova Veneza .....	792
Barra Velha .....	86	Herval d'Oeste .....	557	Novo Horizonte .....	798
Bela Vista do Toldo .....	107	Ibicaré .....	559	Orleans .....	823
Belmonte .....	108	Ibirama .....	567	Otacílio Costa .....	824
Benedito Novo .....	109	Ilhota .....	568	Paial .....	825
Biguaçu .....	114	Imbituba .....	571	Palhoça .....	826
Blumenau .....	118	Indaial .....	580	Palma Sola .....	846
Bom Jesus .....	148	Iomerê .....	582	Palmeira .....	847
Bom Jesus do Oeste .....	150	Ipira .....	598	Palmitos .....	849
Bom Retiro .....	174	Iporã do Oeste .....	599	Paraíso .....	850
Botuvera .....	176	Ipumirim .....	600	Passo de Torres .....	852
Braço do Trombudo .....	177	Irani .....	601	Passos Maia .....	854
Brusque .....	185	Irineópolis .....	602	Paulo Lopes .....	857
Caçador .....	216	Itá .....	605	Penha .....	858
Caibi .....	218	Itaiópolis .....	607	Peritiba .....	911
Camboriú .....	219	Itapema .....	608	Petrolândia .....	916
Campo Alegre .....	235	Itapiranga .....	612	Pinhalzinho .....	917
Campo Erê .....	238	Itapoá .....	614	Pinheiro Preto .....	919
Campos Novos .....	284	Jaborá .....	636	Piratuba .....	1018
Canelinha .....	299	Jacinto Machado .....	637	Planalto Alegre .....	1021
Canoinhas .....	300	Jaraguá do Sul .....	640	Pomerode .....	1023
Capão Alto .....	308	Joaçaba .....	658	Ponte Serrada .....	1025
Capinzal .....	366	José Boiteux .....	673	Porto União .....	1030
Chapadão do Lageado .....	368	Lacerdópolis .....	674	Pouso Redondo .....	1032
Cocal do Sul .....	371	Lages .....	688	Praia Grande .....	1035
Concórdia .....	381	Laguna .....	689	Presidente Castello Branco .....	1037
Cordilheira Alta .....	404	Lauro Muller .....	709	Presidente Getúlio .....	1038
Coronel Martins .....	408	Lebon Regis .....	714	Presidente Nereu .....	1043
Correia Pinto .....	410	Leoberto Leal .....	715	Princesa .....	1085
Corupá .....	411	Lindóia do Sul .....	716	Quilombo .....	1091
Cunha Porã .....	419	Lontras .....	718	Rio das Antas .....	1093
Cunhataí .....	420	Luiz Alves .....	719	Rio do Campo .....	1094
Descanso .....	438	Luzerna .....	721	Rio do Oeste .....	1095
Dionísio Cerqueira .....	469	Macieira .....	729	Rio dos Cedros .....	1125





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2763

Segunda-feira - 25 de Fevereiro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

Rio do Sul.....	1117	São José.....	1255	Trombudo Central.....	1326
Rio Fortuna.....	1128	São José do Cedro.....	1272	Tunápolis.....	1327
Romelândia.....	1129	São Lourenço do Oeste.....	1273	Turvo.....	1349
Salto Veloso.....	1132	São Miguel da Boa Vista.....	1279	União do Oeste.....	1352
Santa Cecília.....	1139	São Miguel do Oeste.....	1282	Urussanga.....	1354
Santiago do Sul.....	1140	Saudades.....	1286	Vargem.....	1360
São Bento do Sul.....	1154	Schroeder.....	1287	Vargem Bonita.....	1361
São Bernardino.....	1182	Seara.....	1292	Vidal Ramos.....	1362
São Bonifácio.....	1190	Serra Alta.....	1294	Videira.....	1364
São Carlos.....	1191	Sombrio.....	1300	Vitor Meireles.....	1366
São Domingos.....	1192	Sul Brasil.....	1303	Xanxerê.....	1367
São Francisco do Sul.....	1194	Tangará.....	1304	Xavantina.....	1369
São João Batista.....	1237	Tigrinhos.....	1307	Xaxim.....	1377
São João do Oeste.....	1242	Tijucas.....	1312	Zortéa.....	1378
São João do Sul.....	1244	Timbé do Sul.....	1316		
São Joaquim.....	1245	Timbó.....	1317		

## Associações

AMERIOS.....	1379	AMMVI.....	1380
AMFRI.....	1380	AMNOROESTE.....	1382

## Consórcios

CIGA.....	1390
CIS Nordeste.....	1413
CIS/AMARP.....	1413
CIS/AMOSC.....	1418
CISAMREC.....	1419
CITMAR.....	1419
Consórcio CVC.....	1420
CIASAMREC.....	1424
CIGAMERIOS.....	1424
CIS/AMERIOS.....	1425
CIRSURES.....	1425



# Agronômica

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 07/2019

Publicação Nº 1923549

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019

TOMADA DE PREÇOS 01/2018

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA e a empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

Objeto: RECONSTRUÇÃO TOTAL DA PONTE EM CONCRETO ARMADO – CLASSE TB-45, SOBRE O RIO TROMBUDO – RUA HERCILIO POF-FO, MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, conforme Convênio firmado entre o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil Departamento de Articulação e Gestão e o Município de Agronômica, Processo nº 59053.000862/2017-16, em conformidade com o anexo I (Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro entre outros) e Projetos e proposta vencedora.

Valor da contratação: R\$ 287.853,62 (Duzentos oitenta e sete mil oitocentos cinquenta e três reais, sessenta e dois centavos).

Vigência: 30/01/2019 à 30/07/2019.

Cesar Luiz Cunha

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 09/2019

Publicação Nº 1923550

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2019

TOMADA DE PREÇOS 01/2019

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA e a empresa SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção e/ou ampliação de iluminação pública e/ou extensão de rede de energia no Município de Agronômica.

Valor da contratação: R\$ 33.388,82 (Trinta três mil trezentos oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: 21/02/2019 à 31/12/2019.

Amarildo José Demarchi

Prefeito Municipal em Exercício

### Nº 103/2019

Publicação Nº 1924912

PORTARIA Nº 103/2019 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra.

DEBORA MAZZI, matrícula nº 828 ocupante do cargo de provimento efetivo de Gerente Técnico Administrativo, com lotação no Departamento de Administração, encontra-se com as férias do período aquisitivo 16/09/2016 A 16/09/2017.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 26/02/2019 a 27/03/2019, 30 (TRINTA) dias, que referem-se ao período aquisitivo 16/09/2016 A 16/09/2017, para a servidora municipal Sra. DEBORA MAZZI, matrícula nº 828 ocupante do cargo de provimento efetivo de Gerente Técnico Administrativo, com lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal em Exercício



# Água Doce

## PREFEITURA

**082/2019**

Publicação N° 1923856

PORTARIA N° 082/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ARLETE BALESTRIN, inscrita no CPF nº 827.485.439-04, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 18/02/2019 até 04/03/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/02/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de fevereiro de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO N°. 6/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N°. 6/2019 - FMS**

Publicação N° 1923441

EDITAL DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

**1. PREÂMBULO**

1.1. Processo Licitatório n. 6/2019

1.2. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 6/2019

1.3. Abertura: 11 de março de 2019 às 08h00

1.4. O Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, por intermédio de seu PREGOEIRO e equipe de apoio, designados pela Portaria n. 029/2019 de 08 de janeiro de 2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n. 6/2019, na Modalidade Pregão n. 6/2019, do tipo menor preço por item e Presencial, sob regime de entrega parcelada, para aquisição de medicamento destinado ao atendimento da Ação Civil Pública 0900077-97.2018.8.24.0037, para cumprimento de decisão em sede de tutela antecipada, conforme dispõe a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n. 01 - contendo as propostas de preços e de n. 02 - contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Praça João Macagnan, 322 – Água Doce -SC, CEP 89654-000, até às 08h00 do dia 11 de março de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 08h00 do mesmo dia e local.

**2. OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamento destinado ao atendimento da Ação Civil Pública 0900077-97.2018.8.24.0037, para cumprimento de decisão em sede de tutela antecipada, conforme descrições constantes no anexo I.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a) Concorratárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Não estejam enquadradas como ME ou EPP.

3.3. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no presente certame, deverão apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, fora de qualquer envelope, juntamente com a Carta de Credenciamento. Caso a validade da certidão nos conste no documento, este será considerado por 90 dias contados a partir de sua emissão.

#### 4. DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

4.2. Cada empresa licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, com indicação expressa dos poderes outorgados ao representante.

4.4. Na ausência dos sócios, a empresa licitante poderá ser representada por um procurador, que deverá apresentar conjuntamente os seguintes documentos:

- I. Documento de identidade;
- II. Carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo II deste Edital), com firma reconhecida em cartório ou procuração pública;
- III. Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 4.3 deste Edital.

4.5. A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

4.6. A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

4.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

4.9. Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III deste Edital), juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles.

#### 6. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:  
ENVELOPE N. 01 – Proposta de Preços

2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:  
ENVELOPE N. 02 - Documentação

6.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

#### 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

7.1.1. Emitida, de preferência, conforme modelo apresentado pelo município de Água Doce, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos. Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas a utilização do arquivo para cotação eletrônica através do sistema Betha Autocotação, disponível no site <http://www.aguadoce.sc.gov.br>.

7.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

7.1.3. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando a marca, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

7.1.4. Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital.

7.1.5. Conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7.3. O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

## 8. HABILITAÇÃO

8.1. No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

### 8.1.1. Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações; ou
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

Se a empresa apresentou a documentação de habilitação jurídica acima mencionada no credenciamento, não há a necessidade de apresentá-la novamente na documentação de habilitação (envelope 02).

### 8.1.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal e Contribuições Previdenciárias);
- c) Prova de regularidade quanto à dívida ativa da união;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 8.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de recuperação judicial ou extra-judicial expedida pela comarca sede do proponente. As licitantes sediadas em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas. Não serão aceitas certidões com validade expirada;

### 8.1.4. Qualificação técnica

- a) Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

b) Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

c) Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998),

8.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabela de notas ou por servidor público do município de Água Doce – SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio poderão fazer consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

8.2.1. Caso a validade não conste em algum documento, estes serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

8.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Água Doce devidamente atualizado substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 8.1.2 até 8.1.3, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

8.4. Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar DECLARAÇÃO, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

8.4.1 Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, fornecerá o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório (modelo no anexo IX)

8.4.2 Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal (modelo no anexo VIII)

8.4.3 Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (modelo no anexo VII)

8.4.4 Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (modelo no anexo VI)

8.4.5 Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada (conforme modelo Anexo III);

## 9. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

9.1. Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens 4.3 ou 4.4, apresentarão a documentação constante no item 5.1 e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

9.2. Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

9.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.4. Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital, obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados inexequíveis, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data da assinatura do contrato.

9.5. No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.7. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.9. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.10. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

9.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

9.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.14. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

9.15. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## 11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

11.1. Das Condições de Entrega – O medicamento deverá ser entregue, parceladamente, na Secretaria Municipal de Saúde de Água Doce, situada na Rua Frei Dario, Anexo ao Hospital Nossa Senhora da Paz, e que deverá ocorrer em até 10 dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento, oportunidade que serão conferidas as especificações dos produtos. As autorizações serão emitidas conforme



necessidade de utilização do medicamento.

11.2. Do prazo de Validade do Produtos – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

## 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

### 12.1. Da Forma de Pagamento:

12.1.1. O pagamento será em até 10 dias da entrega, mediante apresentação da nota fiscal.

12.1.2. A nota fiscal que apresentar incorreções será devolvida à Contratada e seu vencimento ocorrerá em ordem cronológica de acordo com item 1 desta cláusula após recebimento de nota original por parte da contratante.

12.1.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

12.1.4. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pelo responsável.

### 12.2. Do Reajuste

12.2.1. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

12.2.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

## 13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do município.

13.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

## 14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2- Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

## 15. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

15.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos produtos entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 16. PENALIDADES



16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

17.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

17.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

17.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

17.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Relação de Preços Máximos Admitidos por Item;

§ ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

§ ANEXO V – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO VII- Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

§ ANEXO VIII - Modelo de declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

§ ANEXO VIII – Modelo de declaração de que não se encontra declarada inidônea

§ ANEXO IX – Modelo de declaração de que os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição.

§ ANEXO X – Minuta do Contrato

19.7 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.8 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.10 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.11 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente

## PREGÃO.

19.12 – A integral do edital está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Água Doce e no site oficial do município: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br). Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49)3524-0000, com Cristiano ou Gláucia.

Água Doce, SC, 22 de fevereiro de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO Visto pela Assessoria Jurídica  
Gestora do FMS MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
Assessoria Jurídica – OAB/SC 28.339  
ANEXO I

## RELAÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

Item	Descrição	Quantidade	Preço máximo unitário
1	Nexavar (Sorafenibe) 200 mg – caixa com 60 comprimidos	12	R\$ 6.253,33

O total previsto para esta aquisição é de R\$ 75.039,96 (setenta e cinco mil trinta e nove reais e noventa e seis centavos)

## ANEXO II

## MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n. \_\_\_\_\_ e CPF sob n. \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Água Doce –SC, na modalidade Pregão Presencial n. \_\_\_\_\_, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n. \_\_\_\_\_ do Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce – SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 08 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

## ANEXO IV

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Dados bancários:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento de medicamento destinado ao atendimento da Ação Civil Pública 0900077-97.2018.8.24.0037, para cumprimento de decisão em sede de tutela antecipada, modalidade Pregão Presencial n. 6/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:



Item n.	Quant.	Apresentação	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total do Item R\$
01	01	UN	Descrição do item		

Valor Total da Proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta – dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: entrega em até 10 dias consecutivos após autorização.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

..... inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n. .... CPF n. .... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ N. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas  
da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade  
de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDORES PÚBLICOS EXERCENDO FUNÇÕES TÉCNICAS, COMERCIAIS, DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE DECISÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

\_\_\_\_\_(Nome da Empresa), CNPJ N \_\_\_\_\_ sediada na Rua \_\_\_\_\_, n  
\_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em  
cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial N \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal Servidores  
Públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ N. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas  
da lei, que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal  
e do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ N. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara que os docu-  
mentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições, dando concor-  
dância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, fornecerá  
o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2019

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno,  
inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua ges-  
tora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 400.991.999-04 ora em diante denominada de contra-  
tante, e de outro lado a empresa, .....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º  
..... com sede ..... neste ato representado pelo Sr. ....  
..... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... e portador  
da Carteira de Identidade N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamento destinado ao atendimento da Ação Civil Pública 0900077-  
97.2018.8.24.0037, para cumprimento de decisão em sede de tutela antecipada, de acordo com a necessidade, conforme segue:

Item	Descrição	Un	Qtde	Preço unitário	Preço total

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – Os medicamentos serão ser fornecimentos com base na autorização de fornecimento, e deverá ocorrer  
em até 10 dias após a solicitação, sendo entregues nos locais indicados pelo solicitante.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ ..... ( ..... ) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito na Cláusula Segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 30 dias após o fornecimento dos produtos licitados e autorizados e apresentação da Nota Fiscal, e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria responsável.

**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA**

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 6 meses a partir de sua assinatura.

7.2 – O Município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 6/2019.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, de ..... de 2019

..... CONTRATADA  
Gestora do FMS

TESTEMUNHAS :

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019 - FMS

Publicação Nº 1923445

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019  
EDITAL DE PREGÃO N. 7/2019  
Exclusivo para ME / EPP – LC 147/2014

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

Dia 11 de março de 2019, às 14h00

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, que será regida pela Lei n.10.520, de 17.07.2002, pelo Decreto Federal n. 3.931, de 19.09.2001, alterado pelo Decreto n. 4.342/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e Decreto Municipal n. 171/2007, de 28 de dezembro de 2007, para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DE ÁGUA DOCE, conforme Anexo II do presente Edital, a realizar-se, na data e horário retro mencionado, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Água Doce, situado na Praça João Macagnan n. 322, Centro, Água Doce - SC, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data.

O presente Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Água Doce, no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

No dia 11 de março de 2019, às 14h00, deverão ser entregues pelo representante legal da empresa, no local acima indicado, 02 (dois) envelopes lacrados, sendo um de proposta de preços e o outro da documentação, contendo na parte externa, além da identificação do licitante, com razão social, endereço, telefone e fax, os dizeres:

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
ENVELOPE 01 - PROPOSTA COMERCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

1.1. A presente licitação tem por objeto O REGISTRO DE PREÇOS, PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DE ÁGUA DOCE, conforme quantitativos estimados no Anexo II do presente Edital.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo II, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

1.3. Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Relação de preços máximos admitidos por item;
- c) ANEXO III – Modelo de termo de credenciamento;
- d) ANEXO IV – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- e) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preço;
- f) ANEXO VI - Modelo de declaração de que os documentos que compõe o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de suas condições;
- g) ANEXO VII – Modelo de declaração de que não se encontra declarada inidônea;
- h) ANEXO VIII - Modelo de declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- i) ANEXO IX – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- j) ANEXO X – Modelo de declaração de inexistência, em seu quadro de pessoal, de empregado nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02;
- k) ANEXO XI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- l) ANEXO XII – Minuta do Contrato.

## 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Capítulo VI - DA HABILITAÇÃO, e estejam enquadradas nas condições de ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

2.1.1. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar n. 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº. 103/2007, fora de qualquer envelope, juntamente com a Carta de Credenciamento. Caso a validade da certidão nos conste no documento, este será considerado por 90 dias contados a partir de sua emissão.

2.2. Não poderão participar as empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, bem como, as empresas declaradas inidôneas e as suspensas de licitar e contratar com este Órgão, e, ainda, servidores desta Prefeitura Municipal, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

## 3 – DO CREDENCIAMENTO:

3.1. No dia, hora e local designados para entrega dos envelopes, cada licitante, far-se-á, representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada, e somente estes terão poderes para formulação de lances, ofertas, e demais atos inerentes ao certame. Se o licitante não enviar representante à licitação, deverá, sob pena de desclassificação, enviar em envelope separado, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, até às 14h00 do dia 11 de março de 2019, à Prefeitura Municipal de Água Doce, Santa Catarina.

3.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, ou, ainda, por Termo de Credenciamento, na forma do anexo IV deste Edital, com firma reconhecida, os quais deverão conter poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, e deverão vir acompanhados de cópia do estatuto ou contrato social da empresa.

3.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura.

3.4. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação pela servidora do Município designada ou em cópias autenticadas por cartório competente. Não serão aceitas cópias ilegíveis.

3.5. No ato da entrega dos envelopes o representante identificar-se-á exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.6. Se a empresa licitante não enviar representante à licitação, deverá sob pena de desclassificação, enviar em envelope separado, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, até às 14h00 do dia 11 de março de 2019, à Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, Departamento de Licitações, sita à Praça João Macagnan, n. 322, CEP 89654-000 – Água Doce - SC.

3.7. Os documentos enumerados neste parágrafo único deverão ser entregues em separado do envelope documentação e do envelope proposta.

#### 4 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preço que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, a ser firmada com o licitante vencedor, será formalizada de acordo com o Anexo VI e terá validade por 12 meses, a partir da data de sua publicação.

4.2. A Administração Municipal convocará o licitante vencedor, para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

4.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa por escrito, aceita a justificativa pelo Prefeito Municipal serão convocados os demais licitantes a fazê-lo, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.4. Durante o prazo de validade do registro de preços o Município de Água Doce/SC, não ficará obrigado a contratar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

4.5. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Município de Água Doce/SC, optar pela contratação por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

4.6. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Água Doce/SC.

4.7. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

4.8. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

4.9. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

4.10. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento do registro.

#### 5 - DAS PROPOSTAS (Envelope 01):

5.1. A proposta comercial será apresentada em envelope opaco e lacrado, e indicará, obrigatoriamente, que se refere a esta licitação, data e hora da abertura, os preços unitários e globais, permitido no máximo DUAS CASAS após a vírgula em algarismo e por extenso, devendo prevalecer, em caso de divergência, o unitário sobre o global, por extenso sobre o algarismo, incluindo, todos os custos, inclusive tributos, sem emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal ou procurador da empresa com poderes para tanto. Preferencialmente, a proposta deverá ser apresentada também em meio eletrônico, através de arquivo que poderá ser solicitado junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Água Doce, através de email, ou no site oficial do município: <http://www.aguadoce.sc.gov.br>.

5.2. A proposta deverá ser apresentada observadas as disposições do Anexo I – Termo de Referência.

5.3. A proposta deverá conter, também, a indicação do banco, agência e número da conta corrente do licitante, endereço e telefone da empresa, bem como dos números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal.

5.3.1. O CNPJ da proponente deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

5.3.2 A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos referentes à habilitação.

5.4. Não serão aceitas alterações no conteúdo das propostas.



5.4.1. Erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pelo Pregoeiro.

5.4.2. Ausência de data e/ou assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão pública de abertura dos envelopes contendo a proposta, com poderes para esse fim.

5.5. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e seus anexos.

5.6. As propostas terão validade de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em sessão. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 210 (duzentos e dez) dias.

5.7. A apresentação da proposta implicará pleno conhecimento e aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 6 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n. 02):

6.1 – Apresentar, dentro do ENVELOPE 02, os documentos a seguir relacionados:

Regularidade Fiscal:

- a) Prova de registro comercial em caso de empresa individual;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais/Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União), ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS).
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As licitantes sediadas em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas. Não serão aceitas certidões com validade expirada

6.2. Os Fornecedores cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, conforme segue:

- a) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, fornecerá o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório;
- b) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- c) Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;
- d) Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
- e) Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

6.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

## 7 – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

7.1. Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, o pregoeiro designado, receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.2. Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo V.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da conformidade dessas com os requisitos estabelecidos neste Edital, à exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.4. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo, por item, e o das ofertas com preço de até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos

e decrescentes.

7.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas, por item, nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem lances verbais e sucessivos, distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

7.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada por item, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

7.8. É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10. A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, de acordo com o menor preço apresentado por item, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito, desclassificando-a(s) se incompatível (is) com os preços praticados no mercado.

7.13. Sendo aceitável(is) a(s) proposta(s) de menor(es) preço(s), o pregoeiro procederá à abertura do(s) envelope(s) contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) para verificação do atendimento das condições habilitatórias fixadas no item 5 deste Edital e, constatado o atendimento dessas exigências, será(ão) declarado(s) o(s) proponente(s) vencedor(es), sendo-lhe(s) adjudicados os respectivos itens.

7.14. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem situação regular, conforme estabelecido no Item 6, deste Edital.

7.15. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o respectivo item.

7.16. Caso não se realize lances verbais, serão verificados as compatibilidades entre a proposta escrita de menor preço e os preços praticados no mercado.

7.17. Nas situações previstas nos Itens 7.13, 7.15 e 7.16 o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço ainda melhor.

7.18. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.19. Não havendo manifestação oportuna de nenhum licitante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste Edital e oferecido o menor preço.

7.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação, devendo a ata ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

7.21. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

7.22. O Pregoeiro poderá durante a etapa de lances definir os parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos; oferecer tempo para o oferecimento dos lances verbais; permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros e suspender a etapa de lances.

#### 8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. No julgamento das propostas será adotado o critério do menor preço/preço unitário por item, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, na mesma sessão.

#### 9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

9.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.



9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição ou impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

#### 10 – DA DESPESA:

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das rubricas orçamentárias do orçamento para o exercício de 2019.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

2.061 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/37 – Aplicações Diretas

2.073 – Manutenção dos Programas de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/43 – Aplicações Diretas

2.060 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0672/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0673/55 – Aplicações Diretas

#### 11 – DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

11.1. Ao critério do Município de Água Doce, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para assinar o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

11.2. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a entrega, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

11.4. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

#### 12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Água Doce, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o Município de Água Doce, poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

12.2.1. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

12.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

12.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1 e 12.2, alíneas "b" e "c", e, a penalidade de advertência, prevista no item 12.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

12.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 12.1 e 12.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

12.6. As sanções previstas no item 12.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

12.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal, se for o caso.

### 13 – DOS RECURSOS:

13.1 Ao final da sessão do pregão, o pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item, sendo submetido o presente procedimento ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terão efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 03 (três) dias.

13.4. Decididos os recursos, o Prefeito Municipal fará a adjudicação do objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), por item, e homologará o procedimento licitatório.

13.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 14 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

14.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

14.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

14.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### 15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente pregão.

15.2. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.3. O resultado desta licitação será comunicado aos licitantes no local da reunião, no mesmo dia do julgamento, ou, caso contrário, publicado no Mural Público Municipal.

15.4. É vedada a subcontratação para o fornecimento do objeto desta licitação.

15.5. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

15.6. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no Foro da Comarca Joaçaba - SC.

Água Doce, SC, 22 de fevereiro de 2019.

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Gestora do FMS	MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
	OAB/SC 28.339

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

I. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de materiais de limpeza para utilização na Secretaria de Saúde e Promoção Social, conforme quantitativos estimados no anexo II do presente Edital.

II. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES

2.1. Os produtos, as quantidades e preços máximos a serem pagos pelo Município, são os constantes em anexo ao presente Edital.

2.2. Somente serão classificadas as propostas cujos materiais atendam às especificações mínimas solicitadas;

2.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, como: tributos e demais despesas intrínsecas ao fornecimento do produto descrito.

III. DO FORNECIMENTO

3.1. O Município de Água Doce realizará suas requisições através da emissão de Autorização de Fornecimento enviadas à Contratada pelo Setor de Compras.

3.2. Os produtos deverão ser entregues pela proponente vencedora da licitação, de forma parcelada, conforme solicitação, sem quaisquer acréscimos, a partir da data de lavratura da ata de registro de preço por até 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da administração.

IV. PRAZOS DE ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1. Os produtos deverão ser entregues em no máximo 48 horas após a autorização de fornecimento.

V – LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. Os produtos deverão ser entregues pela proponente vencedora da licitação nos locais indicados na autorização de fornecimento.

VI – RECEBIMENTO E ACEITE DO PRODUTO

6.1. A forma de recebimento e aceite dos materiais estará regida de acordo a Lei nº 8.666/93.

6.2. Os materiais deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos locais indicados na autorização de fornecimento, e deverá ocorrer até 24 horas após a solicitação.

VII – NOTA FISCAL

7.1. A Contratada deverá apresentar junto ao Setor de Compras, Nota Fiscal da própria empresa, a qual será encaminhada para pagamento após o recebimento e o aceite.

ANEXO II  
RELAÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

Item	Descrição	Qtde	UN	Valor Unit.	Valor Total
1	Água sanitária. Composição: hipoclorito de sódio e água; princípio ativo: hipoclorito de sódio teor de cloro ativo 2,0% a 2,5% p/p. Frasco de 2000 ml, validade mínima de 12 meses, a partir da data de entrega	500	UN	R\$3,99	R\$1.995,00
2	Álcool etílico hidratado – para uso doméstico - 46º INPM, com registro do responsável químico, registro no In Metro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio, com SAC da empresa. Frasco plástico de 1000 ml	300	UN	R\$6,74	R\$2.022,00
3	Detergente líquido, biodegradável, com excelente ação desengordurante, neutro e clean, embalagem plástica de 500ml com bico regulador para uso econômico, contendo: identificação, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e peso líquido	200	UN	R\$1,69	R\$338,00

4	Esponja dupla face para limpeza, confeccionada em manta não tecido, de fibras sintéticas, unidas com resina a prova d'água, impregnada com mineral abrasivo e aderida à espuma de poliuretano com bactericida	200	UN	R\$1,87	R\$374,00
5	Limpador diluível em água – limpeza diária. Ingrediente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, ácido dodecil benzeno sulfônico, conservante, tensoativo, neutralizante, perfume, sequestrante, corante, veículo e aditivo, tensoativo biodegradável. Embalagem de 500ml	60	UN	R\$4,74	R\$284,40
6	Desodorizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote etc	70	UN	R\$11,49	R\$804,30
7	Luvas em látex resistente; palma antiderrapante; interior liso, com acabamento nas bordas. Tamanho M	150	PAR	R\$4,99	R\$748,50
8	Luvas em látex resistente; palma antiderrapante; interior liso, com acabamento nas bordas. Tamanho P	150	PAR	R\$4,99	R\$748,50
9	Luvas em látex resistente; palma antiderrapante; interior liso, com acabamento nas bordas. Tamanho G	150	PAR	R\$4,99	R\$748,50
10	Papel Higiênico SEM PERFUME, papel absorvente, de primeira qualidade, fibras 100% naturais, picotado, fardo com 16 pacotes com 04 unidades. Folha simples	50	FAR-DO	R\$52,00	R\$2.600,00
11	Vassoura com cerdas de palha sintética; com base de 60 (sessenta) centímetros. Fixação do Cabo sistema rosca, com cabo de madeira, para limpeza em áreas internas, piso liso, medindo aproximadamente 120 cm	20	UN	R\$11,99	R\$239,80
12	Vassoura para limpeza de pisos diversos, corredores e pátios em geral. Cerdas macias de nylon, base em polipropileno, fixação do cabo com sistema de rosca, cabo de madeira, medindo aproximadamente 120 cm	20	UN	R\$10,99	R\$219,80
13	Rodo borracha 40 cm. rodo – base de alumínio, com duas borrachas; com a base medindo 40 centímetros; com cabo de alumínio, de 120 (cento e vinte) centímetros	15	UN	R\$19,49	R\$292,35
14	Pá para lixo de plástico com cabo dobrável para facilitar o armazenamento do lixo; possui apoio para firmar a pá com o pé, deixando as duas mãos livres para o manuseio da vassoura	5	UN	R\$2,99	R\$14,95
15	Sabão em barra 200 gramas, neutro, glicerinado, embalagem com 5 unidades	50	UN	R\$7,99	R\$399,50
16	Saco para lixo de uso doméstico, de polietileno com capacidade para 30 litros na cor preta, SUPER RESISTENTES. Embalagem com 10 unidades	500	PCTE	R\$6,49	R\$3.245,00
17	Saco para lixo de uso doméstico, de polietileno com capacidade para 100 litros na cor preta, SUPER RESISTENTES. Embalagem com 10 unidades	350	PCTE	R\$11,49	R\$4.021,50
18	Saco para lixo de uso doméstico, de polietileno com capacidade para 15 litros na cor preta, SUPER RESISTENTES. Embalagem com 10 unidades	500	PCTE	R\$6,49	R\$3.245,00
19	Saponáceo líquido 300ml	80	UN	R\$4,99	R\$399,20
20	Toalha de banho diversas cores	180	UN	R\$17,49	R\$3.148,20
21	Limpador multiuso para limpeza pesada, ideal para limpeza de grandes superfícies (laváveis) como pisos e azulejos de cozinhas e banheiros. Embalagem de 500ml	250	UN	R\$5,17	R\$1.292,50
22	Limpa vidro. Limpador de vidros com pulverizador em gatilho que contenha em sua formulação lauril éter sulfato de sódio, tubo com 500 ml. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega	200	UN	R\$10,77	R\$2.154,00
23	Prendedor de roupa de plástico embalagem com 12 unidades	20	UN	R\$2,77	R\$55,40
24	Copo descartável para água em poliestireno branco ou translúcido, capacidade de 180 ml, pesando 2,2g cada copo, medindo aproximadamente 7cm de diâmetro da boca, 4,2cm de diâmetro do fundo e 7,5cm de altura. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material. Para reciclagem. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir higiene e integridade do produto até seu uso. A Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Pacote com 100 copos.	1.000	PCTE	R\$4,27	R\$4.270,00
25	Desinfetante super concentrado para desinfecção e aromatização de ambientes. Isento de partículas insolúveis ou materiais precitados. Contendo externamente prazo de validade, nome do responsável técnico, fabricante, registro ou notificação no Ministério da Saúde, quantidade, modo de usar, composição química, forma de conservação e armazenamento; advertência para não reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes. 2 litros nos perfumes eucalipto, jasmim, limão, lavanda e pinho	200	UN	R\$7,49	R\$1.498,00
26	Escova sanitária plástica tipo bola sem suporte. Vassoura sanitária com cerdas lisas e formato anatômico que acessa todos os cantos. Cabo e cepa de plástico. Durável e higiênica	10	UN	R\$5,49	R\$54,90
27	Escova para lavar Roupa. Polipropileno e madeira	10	UN	R\$4,99	R\$49,90
28	Papel toalha de 1ª QUALIDADE interfolhada BRANCO, composto de 100% celulose virgem, medindo 22,5 X 21,5 cm, com duas dobras, embalado apropriadamente em pacote de saco plástico, com 1.000 folhas	1.000	PCTE	R\$11,49	R\$11.490,00
29	Bicarbonato de sódio para ser usado como abrasivo suave para a limpeza geral de ambientes. Embalagem de 100g	50	UN	R\$2,89	R\$144,50
30	Sabonete líquido embalagem com 5L para limpeza das mãos, com as seguintes propriedades físico-químicas PH 100%: 5,5 – 6,0 Aparência e Odor: Líquido azul, branco ou verde perolado e perfumado. Diluição: Pronto para usar. Sem diluir. Volátil: Fragrância Volátil	50	UN	R\$24,49	R\$1.224,50

31	Sabão em pó, floral, biodegradável, para limpeza em geral, caixa com 1 kg	150	UN	R\$9,22	R\$1.383,00
32	Amaciante de roupas embalagem de 5L	30	UN	R\$11,99	R\$359,70
33	Balde plástico super resistente, com cabo de metal, capacidade 15L	15	UN	R\$12,99	R\$194,85
34	Mop tira pó microfibra flexível 60 cm, vassoura limpeza a seco, cabo de no mínimo 120cm	10	UN	R\$85,22	R\$852,20
35	Saco para lixo de uso doméstico, de polietileno com capacidade para 200 litros na cor preta, SUPER RESISTENTES. Embalagem com 10 unidades	150	PCTE	R\$19,99	R\$2.998,50

O total previsto para esta aquisição é de R\$ 53.910,45 (cinquenta e três mil novecentos e dez reais e quarenta e cinco centavos).

### ANEXO III

#### MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, sob o nº 7/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 7/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas, lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente procedimento licitatório.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

### ANEXO V

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

NOME DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

Apresentamos nossa proposta para eventual aquisição de material de limpeza para utilização na Secretaria de Saúde e Promoção Social, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 7/2019 acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

OBJETO:

Item	Quant.	Apresentação	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 210 dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: Entrega em até 48 horas após autorização / execução até 12 meses.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O EDITAL FORAM COLOCADOS A DISPOSIÇÃO E TOMOU CONHECIMENTO DE SUAS CONDIÇÕES**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão para Registro de Preço, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara de que NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDORES PÚBLICOS EXERCENDO FUNÇÕES TÉCNICAS, COMERCIAIS, DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE DECISÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), CNPJ N.º \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial N.º \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal Servidores Públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data Inexistem Fatos Impeditivos para sua Habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019



## PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

..... inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n. .... CPF n. .... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO XI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. \_\_\_\_/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos .... dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, o Município de Água Doce, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n. 11.430.533/0001-20, situado na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob número 090.403.419-40, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 171/2007, de 28 de dezembro de 2007 e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 7/2019, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto a eventual aquisição de material de limpeza para utilização na Secretaria de Saúde e Promoção Social, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data da sua publicação.

2.2. Será admitida a prorrogação da vigência da presente ata em até 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93, consubstanciado com o Art. 4º, § 2º, do Decreto Federal n.º 3.931/01, Decreto Municipal n. 171/2007, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa e, dessa forma, os quantitativos do Anexo II serão renovados na mesma dimensão estimada para o primeiro ano.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Água Doce.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Água Doce, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Água Doce, serão convocadas para assinar o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a assinar o contrato, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a entrega dos produtos, acompanhado da respectiva nota fiscal e, devidamente recebida e aceita por servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º, da Lei 8.666/93 e, desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

7.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a serem fornecidos, quantidades, preços unitários e preço total.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

8.4. Consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

8.5. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias aos itens pretendidos.

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

10.2. Fornecer os produtos obedecendo rigorosamente ao disposto no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão n. 7/2019.

10.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às



condições firmadas na presente Ata.

10.4. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

10.5. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 7/2019.

## 11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos e, será descredenciada no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no referido Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- d) Não manter a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- b) Advertência;
- b) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;
- c) multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do respectivo item.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridos serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "b" e "c", e no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, se for o caso.

## 12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

12.3. A presente Ata poderá ainda ser cancelada unilateralmente pelo município a qualquer momento, na decorrência de fato justificado, sem que caiba aos concorrentes direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## 13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita

execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 14. DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no site oficial do município, juntamente com o acompanhamento do respectivo processo licitatório.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 7/2019; o Edital do Pregão n. 7/2019, as propostas com preços e especificações.

#### 16. DO FORO

16.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

16.2. E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

CONTRATANTE

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Visto de Aprovado pela Assessoria Jurídica

OAB/SC \_\_\_\_\_

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N. ..../2019

PREGÃO PRESENCIAL N. ..../2019

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 400.991.999-04 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, .....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... e portador da Carteira de Identidade N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL, para o período de até 12 meses, conforme necessidade, com base na Ata de Registro de Preço nº. ..../..... conforme segue:

Item	Descrição	Un	Qtde	Preço unitário	Preço total

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – Os produtos serão ser fornecimentos com base na autorização de fornecimento, e deverá ocorrer em até 48 horas após a solicitação, sendo entregues nos locais indicados pelo solicitante.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

2.061 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/37 – Aplicações Diretas

2.073 – Manutenção dos Programas de Vigilância Sanitária  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/43 – Aplicações Diretas

2.060 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0672/54 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0673/55 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ ..... ( ..... ) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito na Cláusula Segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e autorizados e apresentação da Nota Fiscal, e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. .... / .....

7.2 – O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.
- II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.
- III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para Registro de Preço nº 7/2019.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, de ..... de 2019

..... CONTRATADA  
Gestora do FMS

TESTEMUNHAS :

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº05/2019 PREGÃO Nº02/2019-AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 00KM ANO E MODELO MÍNIMO 2019, AMBULANCIA TIPO "A) FURGONETA 00KM – CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO Nº4200501712181742318-PROCESSO Nº25000.082750/2018-50.**

Publicação Nº 1924336

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº05 /2019  
Pregão Presencial nº02/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 00KM ANO E MODELO MÍNIMO 2019, AMBULANCIA TIPO "A) FURGONETA 00KM – CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO Nº4200501712181742318-PROCESSO Nº25000.082750/2018-50.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h30min do dia 12 de março de 2019.  
Abertura dos Envelopes: a partir das 08h45min – dia 12 de março de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), e-mail [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br) ou INFORMAÇÕES pelo fone (0\*\*49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 22 de fevereiro de 2019.  
LEONIR ANTONIO HENTGES  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº16-2019-T.P.Nº02-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE, TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, ENVIO DE DADOS, CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**

Publicação Nº 1923919

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação. Nº.16/2019.

Tomada de Preços nº02/2019

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE, TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, ENVIO DE DADOS, CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Entrega dos Envelopes: Até 08h30min do dia 15 de março de 2019.

Abertura dos Envelopes: 08h45min do dia 15 de março de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs, endereço eletrônico: [aguasdechapeco.sc.gov.br](http://aguasdechapeco.sc.gov.br), ou INFORMAÇÕES pelo email: [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br), fone (0\*\*49) 33390855.

Águas de Chapecó-SC, 22 de fevereiro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES - PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE 5º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 002/2018**

Publicação N° 1923470

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO N° 002/2018

**EDITAL DE 5º CONVOCAÇÃO**

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Michel Eichelberger, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 5º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Professor ACT, conforme abaixo especificado. Em anexo o Quadro de Vaga ACT.

OBS: No dia da escolha da vaga o candidato deverá apresentar no ato da escolha o comprovante de escolaridade – habilitação na área de escolha (Histórico Escolar e Diploma). Os candidatos não habilitados deverão apresentar um atestado de frequência da fase em curso contendo qual habilitação ao término do curso

1. Da data, horário e endereço:

DATA: 26 de Fevereiro de 2019, às 8:00 h

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Rua Nossa Senhora Aparecida, 216, Centro, Águas de Chapecó-SC.

Águas de Chapecó, 22 de fevereiro de 2019.

MICHEL EICHELBERGER  
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
QUADRO DE VAGA REMANESCENTE PARA PROFESSOR ACT - 2019

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VENERANDA GUISEPINA RUARO SOLDATELLI

Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO	ÁREA DE ENSINO	PROFESSOR
01	20 h	Vespertino	Ensino Fundamental	

ÁGUAS DE CHAPECÓ, 22 DE FEVEREIRO 2019.

MICHEL EICHELBERGER  
SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**PORTARIA N° 149/2019**

Publicação N° 1924914

PORTARIA N° 149/2019 De 25 de Fevereiro de 2019	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, LEDIANE TOMASI CORRÊA, PARA EXERCER O CARGO DE FISIOTERAPEUTA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso IX da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei nº 1.866/2014 e Processo Seletivo Edital nº 001/2018, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LEDIANE TOMASI CORRÊA, para o cargo de Fisioterapeuta, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 25 de Fevereiro de 2019 a 24 de Fevereiro de 2020.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 25 de Fevereiro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.866/2014, Edital de Processo Seletivo nº 001/2018 e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e LEDIANE TOMASI CORRÊA, brasileira, casada, portadora do RG 3.882.732 SSP/SC e do CPF 049.125.249-80, residente na Rua Demetrio Alves da Silva, 191, Centro, Caxambú do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Fisioterapeuta, 40 (quarenta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde pelo NASF (Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família).

##### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

##### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

##### CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

##### CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

##### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a duração de 25 de Fevereiro de 2019 até 24 de Fevereiro de 2020, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

##### CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

##### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

##### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 25 de Fevereiro de 2019.

LEDIANE TOMASI CORRÊA  
Servidora

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Testemunhas:



**TERMO DE POSSE**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora LEDIANE TOMASI CORRÊA, a fim de tomar posse no Cargo de Fisioterapeuta, 40 (quarenta) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 149/2019. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

LEDIANE TOMASI CORRÊA  
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal



# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2019

Publicação Nº 1924631

Aviso de Resultado do Pregão Presencial nº01/2019  
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner HOMOLOGA o Pregão Presencial nº01/2019, no dia 06 de Fevereiro de 2019, que tem como objeto a contratação de serviço de Borracharia, Recapes, Vulcanizos, Balanceamento e Geometria para os veículos da frota municipal. O valor do certame foi de R\$470.520,00 (Quatrocentos e setenta mil quinhentos e vinte reais) Informações pelo site: [alfredowagner.sc.gov.br](http://alfredowagner.sc.gov.br).

Alfredo Wagner, em 22 de Fevereiro de 2019.

Naudir Antônio Schmitz  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2019

Publicação Nº 1924199

Decreto Legislativo nº 005/2019

NOMEIA JUAREZ DE MELO, PARA CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de Assessor Técnico Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 01 de fevereiro de 2019, o Senhor JUAREZ DE MELO, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 017 655 559 – 57, RG nº 3.423.154, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e remuneração de R\$ 1.176,48 (mil cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 19 de fevereiro de 2019.

Vereador Silvio José Althoff  
Presidente

Vereador Reginaldo Silveira  
1º Secretário

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 21/02/2019

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

Publicação Nº 1924450

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo "A".

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2.600; de 16 de abril de 2018, sob a presidência do Senhor Vilmar José Zonta, membros o Senhor Marcelo Contessotto, a Senhora Jacqueline Milena de Borba Weirich, e Senhora Rosiane Gracieli Ernzen representando a Gerência de Educação Esporte e Lazer, a com a finalidade de efetuar o recebimento, abertura e julgamento dos envelopes contendo a documentação e o projeto de venda, referente à chamada em epígrafe. Aberta a sessão pública, observou-se que apenas um interessado protocolou envelope de forma tempestiva para participação no certame. Aberto o envelope de habilitação, constatou-se que o produtor individual Evanir Roque Engel apresentou toda a documentação exigida no edital. Procedeu-se, na sequência a abertura do envelope contendo o Projeto de Venda, que assim como as demais documentações supriu as exigências edilícias para o fornecimento do item 14 do edital "Morango", ao valor de R\$ 18,00(dezoito reais) por quilo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

VILMAR JOSÉ ZONTA Presidente da CPL	MARCELO CONTESSOTTO Membro da CPL

JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH  
Membro da CPL ROSIANE GRACIELI ERNZEN  
Coordenadora Administrativa Educacional

### DECRETO Nº 2.748, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923736

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 103.600,00 (cento e três mil, seiscentos reais), nas seguintes ações orçamentárias:

8000	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
8003	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
361	Ensino Fundamental
44	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
1.34	Estruturação das Ações de Ensino Fundamental
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 22.500,00
9000	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
9001	Coordenadoria de Cultura
13	CULTURA
392	Difusão Cultural
50	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura

2.90	Atividades Gerais da Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.3.0356	Aplicações Diretas
	R\$ 81.100,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2018, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0100" - Recursos Ordinários

- R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil, quinhentos reais), e:

b) "0.1.0344" – Recursos Vinculados – Exp. Recursos Naturais

- R\$ 81.100,00 (oitenta e um mil, cem reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 21 de fevereiro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

## LEI MUNICIPAL Nº 779, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924504

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A revisão geral da remuneração dos agentes públicos municipais, para a recomposição do valor aquisitivo da mesma, tendo por base a variação da inflação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado no período de Fevereiro de 2018 a Janeiro de 2019, correspondente a 3,57% (três inteiros e cinquenta e sete por cento), para a remuneração dos agentes públicos municipais que ocupam cargos estabelecidos:

I – no Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, do Poder Executivo Municipal, aprovado pela Lei Complementar nº 12, de 10 de janeiro de 2005, e suas alterações posteriores;

II – no Plano de Carreira e de Valorização do Magistério Público Municipal, aprovado pela Lei Complementar nº 13, de 10 de janeiro de 2005, e suas alterações posteriores;

III – na Lei que Dispõe Sobre a Contratação por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, nos termos do Anexo Único da Lei Complementar nº 14, de 10 de janeiro de 2005, e suas alterações posteriores;

IV – na organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, aprovada pela Lei Complementar nº 66, de 19 de dezembro de 2014, e suas alterações posteriores;

V – na organização da Estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores, aprovada pela Lei Complementar nº 22, de 19 de fevereiro de 2009, e suas alterações posteriores;

VI – no Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores, aprovada pela Lei Complementar nº 43 e 44, de 18 de julho de 2011, e suas alterações posteriores;

VII – nas gratificações do Sobreaviso, aprovada pela Lei Complementar n.º 69 de dezembro de 2014, e suas alterações posteriores;

VIII – na remuneração mensal dos membros do Conselho Tutelar, aprovada pela Lei Complementar n.º 63 de 26 de agosto de 2014, e suas alterações posteriores.

§ 1º O mesmo índice revisional estabelecido no caput deste artigo será aplicado, também aos subsídios estabelecidos nas Leis Municipais nº 699 e nº 700, de 24 de junho de 2016.

§ 2º O percentual revisional previsto no caput deste artigo será aplicado, para fins de revisão, ao valor do auxílio-alimentação, instituído nos

termos da Lei Municipal nº. 667, de 28 de abril de 2015;

§ 3º O percentual revisional previsto no caput deste artigo será aplicado, para fins de revisão, ao valor da "Cesta de Alimentos" instituída pela Lei Municipal n.º 665, de 06 de abril de 2015.

Art. 2º O Poder Executivo e o Poder Legislativo publicarão, através de atos próprios e adequados, os quadros de pessoal, constando o valor dos vencimentos e da remuneração revisada, inclusive dos subsídios, pela aplicação dos índices revisionais estabelecidos no artigo 1º e 2º desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias previstas em ações específicas, nos termos da legislação orçamentária municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

## PORTARIA Nº 056, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924491

### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde aos Servidores Públicos Municipais em cargos de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
737	Márcio Vendruscolo	1 ½ dia	19 e 20/02/2019
743	Volmar Detoni	½ dia	19/02/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 035/2018-PM

Publicação Nº 1924900

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 035/2018 DE 03/09/2018 FIRMADO ENTRE A EMPRESA ANILTON MIORANDI CASTRO CONSTRUTOR – ME E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC.

--	--

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Anchieta, nº 838, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa ANILTON MIORANDI CASTRO CONSTRUTOR – ME, inscrita no CNPJ sob n. 17.987.120/0001-27, estabelecida na Avenida Santa Catarina, 219 - Centro, CEP: 85.700-000, Município de Barracão/PR, representado pelo Senhor ANILTON MIORANDI CASTRO, residente e domiciliado na cidade de Barracão/PR, portador do CPF 897.440.479-68, já qualificada no contrato 035/2018, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento nas disposições da lei nº. 8.666/93 demais alterações posteriores, considerando o previsto na Cláusula Nona do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência prevista na Cláusula Nona do contrato nº 035/2018 será prorrogada até 31 de Março de 2019.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 25 de Janeiro de 2019 .

IVAN JOSÉ CANCI ANILTON MIORANDI CASTRO  
Prefeito Municipal Contratado/Responsável  
CPF: 625.835.909-44 CPF: 897.440.479-68

### CONTRATO 007/2019 - FMS

Publicação Nº 1923469

CONTRATO N.º 007/2019  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.243.552/0001-47, com sede na Rua Olímpio Dal Magro, 587, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Senhor Martinhos Scantamburlo, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa DA LUZ - EVENTOS, TURISMO E VIAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua João Pessoa, 1969 - sala 01, Centro, 89870-000, cidade de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.859.895/0001-66, neste ato representada pela Senhora Cristiana Sutil Pritsch da Luz, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na cidade de Pinhalzinho/SC, portadora do CPF nº 998.389.909-49, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, nos termos da do Processo Licitatório 011/2019 – Dispensa de Licitação 003/2019 e seus anexos e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Contratação de empresa para ministrar “Palestra Motivacional” com no mínimo 1hr30min de duração, no dia 19/03/2019 às 19:30 horas, nas dependências do Centro de Convivência dos Idosos, em comemoração ao dia da mulher, para homenagear as mulheres em geral, palestra está que faz parte dos eventos alusivos a semana do município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

A Contratada obriga-se ao fiel e bem cumprimento da prestação dos serviços, conforme estipulado na Cláusula Primeira, bem como das demais cláusulas do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Quarta, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

O Município pagará pelos serviços prestados à Contratada o Valor Total de R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais) Depositado no Banco do Sicoob, Agência: 3036 Conta Corrente: 16339-2, em até 30 Dias após a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

Despesa: 68 - ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DA FARMÁCIA BÁSICA

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 23 - SAÚDE BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.101 - ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DA FARMÁCIA BÁSICA

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 2275 - Cofinanciamento Atenção Bas.- Estado-Capac-SUPERAVIT CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato terá seu prazo de vigência de sua assinatura até 21 de abril de 2019, podendo ser prorrogado se assim o exigir o interesse público, na forma da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial dos serviços contratados enseja a rescisão do presente contrato, que poderá ainda ser determinado unilateralmente pela Administração, por acordo entre as partes ou por via judicial, nos termos da Lei nº 8.666/93, com pagamento de multa, em qualquer caso, estipulada em 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

O não cumprimento, pelo CONTRATADO, das obrigações assumidas ou os preceitos legais, o sujeitará as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - Declaração de inidoneidade;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de ANCHIETA, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC 21 de fevereiro de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO CRISTIANA SUTIL P. DA LUZ

Gestor do FMS Contratada/Responsável

CPF: 950.525.859-34 CPF: 998.389.909-49

NERI WILBRANTZ IDENES M. F. SCHENA

CPF: 853.985.199-72 CPF: 034.116.669-35



**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 1923844

Anchieta (SC), 20 de Fevereiro de 2019.

Ilma Senhora  
Diana Alves Rei  
Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/2017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), na Secretaria Municipal da educação, Cultura e Esportes bem como no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 001/2017 para o cargo de Monitora de Creche ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

**COMUNICADO**

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 001/2018, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
  - b) Fotocópia do RG;
  - c) Fotocópia do CPF;
  - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
  - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
  - f) Comprovante de residência;
  - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
  - h) Uma fotografia 3x4 atual;
  - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
  - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
  - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
  - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
  - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
  - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
  - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
  - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
  - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
  - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
  - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - u) Declaração de bens;
  - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
  - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,  
Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora  
Diana Alves Rei

**PORTARIA Nº142/2019**

Publicação Nº 1923846

PORTARIA nº. 142/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, ao servidor público municipal efetivo senhor Robson Swirke, o qual desempenhará funções como responsável pela atualização dos Sistemas de Informática compreendendo Compras, Contabilidade – Sapo, Tributação, Patrimônio, Planejamento e Folha da Prefeitura, Fundos e Autarquia; Desempenhar funções junto à Contabilidade Geral; Identificar as multas de trânsito dos veículos da municipalidade; Prestar suporte de hardware e software nos computadores da Secretaria Municipal da fazenda; Efetuar backup de dados dos sistemas de informação; Contribuir nos trabalhos do setor de Tributação sobretudo em ausências pontuais dos servidores efetivos.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 01/02/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

## **PORTARIA Nº143/2019**

Publicação Nº 1923850

PORTARIA nº. 143/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, à servidora pública municipal efetiva, senhora Idenes Maria Fiorentin Schena, à qual desempenhará funções como responsável pela elaboração de Empenhos, liberação das Licitações, geração das Autorizações de Fornecimento, lançamento das Compras Diretas da Contabilidade Geral, compreendendo Município, Fundos e Autarquia.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 01/02/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº144/2019**

Publicação Nº 1923852

PORTARIA nº. 144/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 2 – Coordenador de Programa, ao servidor público municipal efetivo, senhor Adriano Mezzaroba, o qual desempenhará funções de Coordenador de Programa junto ao setor de Oficina Mecânica do Município, realizando serviços de solda de peças e estruturas, para conserto de todas as máquinas e veículos da municipalidade.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 2 concedida, se dará no período de 01/02/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº145/2019**

Publicação Nº 1923855

PORTARIA Nº. 145/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012 e,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017;

RESOLVE:

Nomear Monitora de Creche ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Diana Alves Rei, para exercer o cargo de Monitora de Creche ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 22/02/2019 à 18/12/2019.

Art.3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.  
Em, 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº146/2019**

Publicação Nº 1923931

PORTARIA nº. 146/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Deoclésia Brasil, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2403, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/02/2019 à 02/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº147/2019**

Publicação Nº 1924260

PORTARIA nº. 147/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando a necessidade da realização de exame de pessoa da família com um valor elevado, e o mesmo deverá ser realizado com a maior brevidade possível;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 02 (dois) meses e converter o mesmo em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 02 (dois) meses e converte o mesmo período em pecúnia, para o servidor Público Municipal Adacir Luiz Canalle, ocupante do cargo de Operador II, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será convertida em pecúnia com efetivo pagamento nos meses de Fevereiro e Março de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),  
Em, 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº148/2019**

Publicação Nº 1924909

PORTARIA nº. 148/2019  
De, 22 de Fevereiro de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 2 – Coordenador de Programa, ao servidor público municipal efetivo, senhor Benicio José Wildner, o qual desempenhará funções de Coordenador de Programa junto à Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 2 concedida, se dará no período de 01/02/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 22 de Fevereiro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 007/2019

Publicação Nº 1923920

PREGAO PRESENCIAL Nº 007/2019 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial no dia 12/03/2019, às 14:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: O presente pregão tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de vigas de madeira, madeira serrada, e taboas de madeira para a manutenção e conservação das pontes do Município de Anitápolis. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 25/02/2019, a partir das 14:00 horas, da seguinte forma: Email: [licita@anitapolis.sc.gov.br](mailto:licita@anitapolis.sc.gov.br), na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis e no site da prefeitura: [www.anitapolis.sc.gov.br](http://www.anitapolis.sc.gov.br). FONE: (48) 3256-0188. Anitápolis, 22/02/2019. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

### PORTARIA 030-2019 CONCEDE LICENÇA FLÁVIA DAVID SCHREIBER

Publicação Nº 1924291

PORTARIA Nº 030/2019

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: <a href="mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br">prefeitura@anitapolis.sc.gov.br</a> br
--	---

#### CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art.58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora FLÁVIA DAVID SCHREIBER, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, matrículas nºs 900 e 943, licença de 55 (cinquenta e cinco) dias para tratamento de saúde, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeado através da Portaria nº 029/2018 de 01.03.18, a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 21 de fevereiro de 2019.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal



**Antônio Carlos****PREFEITURA****02ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1924529

**02ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no dia 25/02/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MOTORISTA		
Class.	Candidato	Inscrição
01º	ANDRÉ LUIS MAYER	114

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 098/2019**

Publicação Nº 1924503

**PORTARIA Nº 098/2019**

Concede férias e licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor JOSÉ RUBENS MACHADO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, referente ao período aquisitivo de 02/09/2016 a 01/09/2017, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019 e LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 31/08/2018, no período de 05/04/2019 a 04/05/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de fevereiro de 2019.

**PORTARIA N 099/2019**

Publicação Nº 1924506

**PORTARIA Nº 099/2019**

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder férias a servidora MARGARETE REGINA PALAORO JUNCES, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de fevereiro de 2019.

## **PORTARIA N 100/2019**

Publicação Nº 1924521

PORTARIA Nº 100/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 30 dias a servidora CAMILA ZIMMERMANN BAMBINETTE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 31 de janeiro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/01/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de fevereiro de 2019.

## **PORTARIA N 101/2019**

Publicação Nº 1924523

PORTARIA Nº 101/2019

Concede gratificação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1.318/2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder gratificação ao servidor MADSON CARPES CAMINHA ocupante do cargo efetivo de MÉDICO 40H, a partir de 19 de fevereiro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/02/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 25 de fevereiro de 2019.

## **PORTARIA N 102/2019**

Publicação Nº 1924915

PORTARIA Nº 102/2019

Autoriza servidores a conduzirem os veículos oficiais.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto nº 062/2016;

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar o servidor abaixo a conduzir os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos:

NOME	CARGO
SILVERIO PETRI	PROFESSOR DE ARTES

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de fevereiro de 2019.

## RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2019

Publicação Nº 1923531

Estado de Santa Catarina  
Município de Antônio Carlos  
Chamamento Público Nº 01/2019

### LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

GERALDO PAULI, Prefeito do Município de Antônio Carlos, homologa e torna pública a lista de candidatos aprovados, conforme estabelecido no Chamamento Público nº 01/2019.

#### PROFESSOR DE INGLÊS HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS	CRITÉRIO DE DESEMPATE
1º	ANGELA ALMEIDA	3	GRADUAÇÃO + PÓS-GRADUAÇÃO

#### PROFESSOR DE INGLÊS HABILITADO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS	CRITÉRIO DE DESEMPATE
1º	EMILY FERNANDA VARELA CANTELI		CURSANDO LICENCIATURA EM LETRAS - INGLÊS

Considerando que os demais candidatos não apresentaram habilitação compatível com o cargo, os mesmos não serão classificados.

Desse modo, seguindo a ordem de habilitação, fica desde já convocada a Senhora Angela Almeida para comparecimento imediato na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO 0001/2019

Publicação Nº 1923864

PREFEITURA DE APIÚNA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 0001/2019  
REFERENTE AO CONTRATO Nº 58/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015

Aditivo de prazo ao contrato nº 59/2015, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de APIÚNA e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, CNPJ: 06.145.928/0001-40. Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL MARGEM ESQUERDA, COM EXTENSÃO DE 520,00M, CONVÊNIO SICONV 809663/2014 E OPERAÇÃO 1017166-64/2014.

Prazo aditivado para a finalização do pagamento da obra: 90 (noventa) dias a contar de 20/02/2019..

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

### DECRETO Nº 3173

Publicação Nº 1923546

DECRETO Nº 3173/2019

De 19/02/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculos de recursos 30.000 – Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 326.589,64(Trezentos e vinte e seis mil quinhentos e oitenta e nove Reais e sessenta e quatro centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0002.0061.0001.0004	Precatórios e Sentenças Judiciais	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	326.589,64
	TOTAL	326.589,64

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 19 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0178/2019

Publicação Nº 1923475

PORTARIA Nº 0178/2019

De 21 de fevereiro de 2019

ALTERA CARGA HORÁRIA DE  
ALINE LUCHINI IMHOF

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 169/17 de 20/09/2017,

#### RESOLVE

ALTERAR a carga horária de funcionária contratada temporariamente, ALINE LUCHINI IMHOF, contrato 171719-2, ocupante do cargo de

PROFESSOR – 20H semanais passando a exercer o total de 40H semanais a partir de 25/02/2019 em substituição 20h do servidor Adilson Fortunato.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 21 de fevereiro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0179/2019

Publicação Nº 1923476

PORTARIA Nº 0179/2019

De 21 de fevereiro de 2019

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA COMO

FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal da ata de registro de preço abaixo relacionada:

ATA	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
09/2019	Aquisição de automóveis para diversas secretarias deste município – Pregão Presencial nº 16/2019	Santa Clara Comercio de Veículos Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da publicação da Ata.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 21 de fevereiro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº0180/2019

Publicação Nº 1923632

PORTARIA Nº 0180/2019

De 22 de fevereiro de 2019

DESIGNA DANIELA REGINA DE SOUZA COMO

FISCAL DO CONTRATO Nº 09 E 12/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada DANIELA REGINA DE SOUZA, matrícula n. 78921, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
09/2019	Locação de Imóvel para Instalação do Conselho Tutelar - Dispensa nº 12/2019	- Ricardo Fistarol
12/2019	Prestação de serviços de empresa especializada e capacitada para realizar a eleição suplementar para escolha de conselheiro tutelar suplente do Município de Apiúna - Dispensa nº 20/2019.	- Magrit Hille

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da publicação dos contratos.

Art. 3º - Ficam revogadas as Portarias nº 136/2019 de 06/02/2019 e 159/2019 de 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0181/2019**

Publicação Nº 1923634

PORTARIA Nº 0181/2019  
De 22 de fevereiro de 2019

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE  
MARIANE FRANZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,  
RESOLVE

Demitir em 21 de fevereiro de 2019, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 001/2019, MARIANE FRANZ, contrato 156388-1, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20h, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2019.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0182/2019**

Publicação Nº 1924931

PORTARIA Nº 0182/2019  
De 22 de fevereiro de 2019  
NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA A  
7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei,  
CONSIDERANDO deliberações do Conselho Municipal de Saúde que convoca para a VII Conferência Municipal de Saúde.  
CONSIDERANDO a Resolução nº CMS 01/2019, que indicou os participantes para integrar a Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal de Saúde de Apiúna,  
RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO ORGANIZADORA da VII Conferência Municipal de Saúde de Apiúna, encarregada do planejamento e execução das atividades necessárias para a realização da referida Conferência Municipal:

Thean Carlos Moser;  
Laís Daniel;  
Luzia Martins Roedel;  
Antônio Marcos Uller e  
Marciane Peters Ferrari.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de fevereiro de 2019.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº CMS 01/2019**

Publicação Nº 1924894

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº CMS 01/2019  
De 22/02/2019

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Municipal nº 99/91 de 02 de junho de 1991 e

CONSIDERANDO a reunião plenária do dia 08 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8142/90, artigo 1º, item I que prevê a realização da Conferência de Saúde para avaliar a questão da saúde e propor as diretrizes para formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Conselho Municipal de Saúde e Secretária Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a 16ª Conferência Nacional de Saúde convocada pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde para avaliar o Sistema Único de Saúde do Brasil, propondo como tema: "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS". Com os eixos temáticos: Saúde como direito; Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); e Financiamento adequado e suficiente para o SUS;

RESOLVE:

1º Convocar a VII Conferência Municipal de Saúde de Apiúna/SC com o tema: "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

2º Indicar membros do Conselho Municipal de Saúde para integrar a COMISSÃO ORGANIZADORA da VII Conferência Municipal de Saúde



de Apiúna:  
Thean Carlos Moser;  
Laís Daniel;  
Luzia Martins Roedel;  
Antônio Marcos Uller e  
Marciane Peters Ferrari.

Parágrafo único A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de planejar, organizar e executar todas as ações/atividades para a realização da conferência municipal de saúde no âmbito do Município Apiúna/SC.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 22 de fevereiro de 2019.  
LUZIA MARTINS ROEDEL  
Presidente do  
Conselho Municipal de Saúde de Apiúna

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 37/2019

Publicação Nº 1924905

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 037/2019

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e SAMARA TAIS WASEM inscrita no CPF/MF sob o nº. 091.506.739 -04, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Professora na turma do Martenal IB e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2018, em conformidade com a LC nº. 210, de 28 de junho de 2018;

1) VIGÊNCIA: de 25 de fevereiro a 13 de dezembro de 2019;

2) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

3) VENCIMENTO: R\$1.592,37 (um mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;

4) CARGO/FUNÇÃO: Professora;

5) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação –P.E.C

6) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino;

7) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

8) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 22 de fevereiro de 2019.

Samara Tais Wasem Leani Kapp Schmitt  
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch Glaucia Pottratz

CPF/MFnº. 009.112.609-60 CPF/MFnº. 053.825.249-98

### PORTARIA 91/2019

Publicação Nº 1924474

PORTARIA Nº. 91/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor CLAUDIR ROGÉRIO KIEKOW, inscrito no CPF sob nº. 019.911.289-40, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, licença paternidade conforme art.109 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 20 de fevereiro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 92/2019**

Publicação Nº 1924519

PORTARIA Nº 92/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor CLAUDIR ROGÉRIO KIEKOW, inscrito no CPF sob nº. 019.911.289-40, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, na forma do disposto no artigo 115 da Lei Complementar nº 159/2014, licença por motivo de cirurgia de sua esposa, que necessita de acompanhamento no período que vai de 25 de fevereiro a 26 de março de 2019.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 21 de fevereiro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA N 116 - FÉRIAS VANIA

Publicação Nº 1923923

PORTARIA Nº 116, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, VANIA FERRONATTO, brasileira, divorciada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2018 à 09/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 095 - FÉRIAS ROBERTO

Publicação Nº 1923843

PORTARIA Nº 095, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de as férias ao servidor municipal, ROBERTO CORREA DE MELLO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de BIOQUÍMICO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2018 à 02/03/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 096 - FÉRIAS SANDRA

Publicação Nº 1923847

PORTARIA Nº 096, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, SANDRA MARA CERON, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 12/02/2018 à 12/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 097 - NOMEAÇÃO JULIAR**

Publicação Nº 1923853

PORTARIA Nº 097, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE CULTURA, o Senhor JULIAR LUIZ MANENTI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.535.487 e CPF nº 036.215.649-26, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, por 15 (quinze) horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 098 - FÉRIAS MARILIA**

Publicação Nº 1923858

PORTARIA Nº 098, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILIA BORGIA FERRONATO, brasileira, casada, ocupante do cargo Comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, relativas ao período aquisitivo de 13/02/2018 à 13/02/2019, e gozo das mesmas no período de 18/02/2019 a 04/03/2019, sendo que 11 dias são relativos ao período aquisitivo de 13/02/2017 à 13/02/2018 e 04 dias referentes ao período aquisitivo de 13/02/2018 à 13/02/2019 e solicita o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 100 - FÉRIAS RONIVAN**

Publicação Nº 1923863

PORTARIA Nº 100, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Concede Adicional Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, RONIVAN BRANDALISE, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 101 - CONTRATO THAIS**

Publicação Nº 1923865

PORTARIA Nº 101, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, com a Lei nº 1713 de 03/11/2014, e Processo Seletivo, Edital nº 001/2019,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora THAÍS NOELLI ARIGONI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.378.339-67 e Identidade nº 4.980.573, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de PROFESSOR DE LINGUA INGLESA - MAGISTERIO, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15hs as 17:15hs de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 11/02/2019 a 20/12/2019.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/02/2019.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 102 - CONSELHO TUTELAR**

Publicação Nº 1923960

PORTARIA Nº 102, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Prorroga Contratação de CONSELHEIRA TUTELAR e dá Outras Providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 04/001/2017 do CMDCA e:

Considerando: o pedido de exoneração da Conselheira Tutelar Barbara Tressoldi Lidani na data de 31/01/2019;

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Prorrogar a contratação da Senhora, JULIANA APARECIDA LEONARDELI DEVALIERI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 060.732.949-13 e Identidade nº 5.615.583, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 10 de fevereiro de 2019 a 31 de março de 2019.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 07/05/2017.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seis efeitos a partir de 10/02/2019.

Artigo 4.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 103 - FÉRIAS ROSANA**

Publicação Nº 1923869

PORTARIA Nº 103, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**



Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, ROSANA NAVA ALVES, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 10/02/2018 à 10/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 104 - FÉRIAS JOICE**

Publicação Nº 1923874

PORTARIA Nº 104, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a (1/3) de férias a servidora municipal, JOICE LIANE NAVA, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2018 à 15/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 105 - FÉRIAS SILVANA**

Publicação Nº 1923885

PORTARIA Nº 105, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, SILVANA BOLZON, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2018 à 07/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 106 - FÉRIAS SILVANA**

Publicação Nº 1923892

PORTARIA Nº 106, 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, SILVANA BOLZON, brasileira,

solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 08/02/2018 à 08/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 107 - FÉRIAS DANIELA**

Publicação Nº 1923897

PORTARIA Nº 107, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, DANIELA CAON, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 10/02/2018 à 10/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 108 - FÉRIAS CLECI**

Publicação Nº 1923899

PORTARIA Nº 108, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2018 à 15/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 109 - FÉRIAS CLECI**

Publicação Nº 1923903

PORTARIA Nº 109, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de

09/02/2018 à 09/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 110 - FÉRIAS IVONI**

Publicação Nº 1923907

PORTARIA Nº 110, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, IVONI BOSA COSSA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1111 - FÉRIAS KELI**

Publicação Nº 1923910

PORTARIA Nº 111, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, KELI MANENTI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 112 - FÉRIAS KELI**

Publicação Nº 1923912

PORTARIA Nº 112, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, KELI MANENTI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2018 à 07/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 113 - FÉRIAS FERNANDA**

Publicação Nº 1923916

PORTARIA Nº 113, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, FERNANDA CONSONI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2018 à 07/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 114 - FÉRIAS ERONI**

Publicação Nº 1923917

PORTARIA Nº 114, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 115 - FÉRIAS ERONI**

Publicação Nº 1923921

PORTARIA Nº 115, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2018 à 07/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 117 -FÉRIAS VANIA**

Publicação Nº 1923930

PORTARIA Nº 117, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, VANIA FERRONATTO, brasileira, divorciada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 99 - FÉRIAS JOÃO**

Publicação Nº 1923862

PORTARIA Nº 099, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JOÃO MARCOS FERRONATO, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 01/02/2019, e gozo das mesmas no período de 18/02/2019 a 04/03/2019, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2017 à 13/02/2018 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de fevereiro de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2019**

Publicação Nº 1923503

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0036/2019 - DL  
Dispensa por Justificativa Nº 0029/2019 - DL

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como

objeto Aquisição de peças para efetuar manutenção necessária no veículo Motoniveladora RG 140.8, com 4.250 horas. As peças atuais encontra-se desgastadas devido ao tempo de uso., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2 - ABRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (15.598.054/0001-78)

Item	Material/Serviço	Unid. Med.	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31902 - 75288856 SOLENOIDE Peça Solenoide para Motoniveladora RG140.B.	Un	1	610,28	610,28
2	31903 - 75266779 BORDA 3/4 AR1 METISA Borda 3/4 ar1 metisa para Motoniveladora RG140.B.	Un	2	953,00	1.906,00
3	31904 - 70911029 PORCA Porcas para Motoniveladora RG140.B.	Un	26	2,50	65,00
4	31905 - 70617127 PARAFUSO Parafusos para Motoniveladora RG140.B.	Un	26	4,50	117,00
5	31906 - 75251676 HASTE Haste para Motoniveladora RG140.B.	Un	2	317,49	634,98
6	31907 - 75251673 DENTE Dente para Motoniveladora RG140.B.	Un	5	38,94	194,70
7	31908 - 75251674 TRAVA Trava para Motoniveladora RG140.B.	Un	5	20,00	100,00
Total				3.627,96	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 1/2019

Publicação Nº 1923465

#### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 01/2019, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, em conformidade com art. 37, IX, da Constituição Federal, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipais nº 65/2006, 117/2011, 118/2011, 119/2011 - e suas alterações, Decreto Municipal n.º 3201/2018 e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Dos Cargos / Empregos Públicos: Agente Operacional; Atendente de Educação Infantil; Auxiliar de Educação; Auxiliar de Serviços Gerais; Farmacêutico (Emprego Público); Motorista; Professor I (20h e 40h); Professor II (20h e 40h); Técnico de Enfermagem. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 22 de fevereiro de 2019 a 24 de março de 2019 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas nas datas prováveis de 7 de abril de 2019 (prova escrita, prova prática e entrega de títulos). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Ascurra/SC, no site <http://www.ascurra.sc.gov.br>, bem como no site da empresa organizadora acima indicada.

Ascurra (SC), 22 de fevereiro de 2019.

Lairton Antônio Possamai

Prefeito Municipal



# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO ERRATA 02 PREGÃO 010/2019

Publicação Nº 1923467

AVISO DE ERRATA 02  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA, por intermédio do Setor de Licitações nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, INFORMA aos interessados que houve alteração no descritivo do Item 1 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E CONTRATO DE REPASSES Nº. 105.9471-35/2018 – PROGRAMA 22000020180001 – FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO – GOVERNO FEDERAL". Fica adiada a data de abertura para o dia 11/03/2019 às 14hs. Os interessados poderão no horário das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, nos dias normais de expediente, obter demais informações na Sede da Prefeitura Municipal de Aurora Rodovia SC 350 - Nº. 408 - Centro - Aurora - SC, e-mail licitacao@aurora.sc.gov.br Fone: (47)3524-0144.

Aurora, 22 de Fevereiro de 2019.  
Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2017

Publicação Nº 1923714

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE – AURORA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2017.

PARTES: Prefeitura Municipal de Aurora, inscrito no CNPJ nº 83.102.624/0001-47 e a empresa IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41.

OBJETO: "EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO, PROVIMENTO DE DATA CENTER, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB".  
DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula Quinta – (Do Prazo).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término. Em término em 31 de Dezembro de 2019, podendo ser prorrogado mediante aditamento, na forma da Lei, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

Alexsandro Kohl, prefeito em exercício pela Prefeitura Municipal de Aurora e Aldo Luiz Mees pela empresa IPM sistemas LTDA.

### RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012-2019

Publicação Nº 1924455

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

#### RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do processo de Dispensa de Licitação Nº. 012/2019. Vencedor a empresa: SINNC SOLUÇÕES LTDA com o valor total de R\$ 6.300,00. (Seis mil e trezentos reais).

Objeto: Licença de uso, manutenção e suporte de software para a farmácia /Almoxarifado da secretaria Municipal de saúde.

Aurora, 22 de Fevereiro de 2019.  
Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

**RESULTADO PP 006/2019**

Publicação N° 1924166

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial N°. 006/2019. Vencedor a empresa: REI-NALDO STREY – ME itens nº 1, 2 e 3 com o valor total de R\$ 288.000,00. (Duzentos e oitenta e oito mil reais).

Aurora, 22 de Fevereiro de 2019.  
Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### ERRATA

Publicação Nº 1924537

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA - torna público que no EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2019 e 002/2019, publicado na edição nº2761 de 21 de fevereiro de 2019, nas páginas 39 e 40 neste Diário. Onde se lê: "de Março/2019 á Janeiro/2019"

Leia-se: "de Março/2019 á Janeiro/2020"

### EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 1924534

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 004/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Bruna dos Santos Miranda de Souza

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 005/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Edina Benites Espindola

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 006/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Rita de Cassia Andrades de Souza

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 007/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Amater Wilian da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 008/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jessica Vitoria de Melo Inacio

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 009/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Lara dos Santos Fernandes

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 011/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jessica Stecanella da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 012/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Naiana da Rosa Rodrigues

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 013/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jessica Bristot da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 014/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Gabriele dos Santos da Rosa

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 015/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Gisele Rabello Tavares da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87  
Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 016/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Lidiane dos Santos da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº

693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 017/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Estefane Agostinho de Lima

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 018/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Mariana de Jesus Alves

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 019/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jennifer da Silva Verlindo

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 020/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Natan Junior Santos da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 021/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Marta Ficagna

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 022/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Mariani de Moura Francisco

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 023/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Tamiris Antunes dos Santos Cardoso

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 024/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Rodrigo Coelho Dagostin

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 025/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Alini Martins Bardine

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 03/08/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 026/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Alice Vitoria de Oliveira Porto

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 027/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Marta Santos de Brito

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 028/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Silvane Maria Weber

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 029/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Vanete Borges de Bitencourt

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 030/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Maite Coelho Pacheco Generoso Santos

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 031/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Sabrina Fraga Goulart

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 032/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Rosilene Gomes José

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 033/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Sabrina Freire Rodrigues

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 035/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Bruna dos Santos Cardoso

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 036/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Mara Pinto Cardozo

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 037/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Alice dos Santos da Silveira

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência:18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 038/2019



Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Carine Oliveira de Melo

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 039/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Flavia Regina da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 040/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Lais Crescencio Matias

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 041/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Pamela Malu Mota Carlos

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 042/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Sinara de Almeida Rech

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 043/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Carlos Alexandre Souza Nagildo

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 044/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Ivanusa Borges Santana

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 045/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Lucianne Pinto Moreira

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 046/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Joici de Souza Magnus Crecencio

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 047/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Thalia de Aguiar dos Reis

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 048/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Aline Candida Brasil da Cunha

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 049/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Diuly Alves Batista

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 050/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Tatiane Machado Pontes

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 051/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Ana Paula da Silva Ferraz

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

**Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 052/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Suncieli Martins Aiold**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 18/02/2019 a 13/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 053/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Vanessa Cristiane de Souza Macedo**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 11/02/2019 a 20/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 054/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Natalia Joaquim da Silva**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 18/02/2019 a 13/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 055/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Janete Beatriz Kruger Cassar**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 11/02/2019 a 20/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 056/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Marcia Elize Pfingstag Alves**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 18/02/2019 a 13/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 057/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Nathalia Machado Rodrigues**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 11/02/2019 a 20/12/2019.**Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota****Extrato de Contrato****Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 058/2019****Contratante:** Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota**Contratado:** Patricia Fontana Paulo**Objeto:** Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010**Valor do vencimento mensal:** R\$ 1.081,87**Vigência:** 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 059/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jessica Mello da Silva

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 060/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Viviane Ferreira de Bitencourt

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 061/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Círcia Fernandes

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 062/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: James de Almeida Goulart

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 063/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Eloir Delazeri

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de biblioteca, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.980,28

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 064/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Luciane da Rosa dos Santos

Objeto: Desempenho das funções de supervisor escolar, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 065/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Rodrigo Bitencourt Lessa

Objeto: Desempenho das funções de monitor de transporte escolar, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.084,11

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 066/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Cristina Valentim de Bitencourt

Objeto: Desempenho das funções de supervisor escolar, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 067/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Lucas dos Santos Matias

Objeto: Desempenho das funções de monitor de transporte escolar, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.084,11

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 068/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Simone Neitzke Braga

Objeto: Desempenho das funções de psicóloga, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 069/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Jessica Homem Heck

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 070/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Isadora Silveira Ramos

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 071/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Elizangela dos Santos Joaquim

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 072/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Ana Paula de Oliveira

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 073/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Lucilene Braga da Silva  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34  
Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 074/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Silvana da Silva Possamai  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34  
Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 075/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Fernanda Bristot Barbosa  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34  
Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 076/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Renata Moraes Cardoso  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34  
Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 077/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Pablo Silva Figueiredo  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 1.364,34  
Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 078/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Gilberto Francisco Magalhaes Capeletto  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 2.046,51  
Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 079/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Kaliandre Espindola dos Santos de Melo  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68  
Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato  
Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 080/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota  
Contratado: Edna Supp Oliveira  
Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010  
Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68  
Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.



Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 081/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Marileia Silvano dos Santos

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 082/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Katerine Guarezi Bressan

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 083/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Arilda Araujo Lopes

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 084/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Telma Ferreira Fernandez

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 085/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Dhjulia de Vargas Pereira

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 086/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Joedina Ferreira Martins dos Santos

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 11/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 087/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Pedro Alisson Teixeira Ribeiro

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.081,87

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 088/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota



Contratado: Madalena Tommasi

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 089/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Magali Deuner

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 090/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Vanessa Gazzoni Zatti Coelho

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 091/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Julian da Silva Euzébio

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 092/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Elizete dos Santos Lopes

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 093/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Simone Delavechia Tome

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 094/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Ana Rita Berto

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 18/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 095/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Alessandra Delavechia Tome

Objeto: Desempenho das funções de professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.728,68

Vigência: 18/02/2019 a 20/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

## Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 096/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Deivid Vaz Mazuim

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 721,25

Vigência: 18/02/2019 a 13/12/2019.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 08/2019 PMB

Publicação Nº 1923444

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS, BUEIROS E PONTILHÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E TRANSPORTE, E PARA CONSTRUÇÃO DE FONTES MODELO CAXAMBU, PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 12/03/2019 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 20 de fevereiro de 2019.  
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 09/2019 PMB

Publicação Nº 1923645

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA CONFORME NECESSIDADE PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA PARTE ELÉTRICA E MANUTENÇÃO EM GERAL EM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 13/03/2019 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 21 de fevereiro de 2019.  
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 03/2019 PMB

Publicação Nº 1923705

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E PASSEIOS PÚBLICOS, EM TRECHOS DAS RUAS GASTÃO BENETTI E QUERINO SCARAVONATTI, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 873228/2018 - PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO, COM ÁREA TOTAL DE 2.195M² DE PAVIMENTAÇÃO, CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 18/03/2019 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a abertura dos envelopes às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 22 de fevereiro de 2019.

Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO 1090/2019 CDE

Publicação Nº 1923533

DECRETO Nº 1090/2019

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Econômico, composta dos seguintes membros:

I – Representante Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Claudimir Luz Dassi;

II – Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: Vanessa Breier Krzyzanovski;

III – Representante da Epagri: Claudinei Isoton;

IV – Representante da Sociedade Civil: Eloir Batista Moreira;

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda: Roberto Francisco Giongo;

VI – Representante da Indústria e Comércio: Itacir Novello;

V – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Viações Públicas: Domingos Constantini.

Art. 2º. Os membros da Comissão exercerão o mandato até 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

BARRA BONITA/SC, em 18 de fevereiro de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

# Barra Velha

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - PRIMEIRA RETIFICADO

Publicação Nº 1923480



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO 01/2019 ao Edital de Processo Seletivo 01/2019, conforme segue:

#### RETIFICAÇÃO 01/2019

ONDE SE LÊ:

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME	
DATA	ATO
20/02/2019	Publicação do Edital.
20/02/2019 até as 23horas e 59min do dia 06/02/2019	Período de Inscrições.

LEIA-SE:

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME	
DATA	ATO
20/02/2019	Publicação do Edital.
20/02/2019 até as 23horas e 59min do dia 06/03/2019	Período de Inscrições.

Os demais itens permanecem inalterados.

Barra Velha, 22 de fevereiro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
*Prefeito Municipal*

1



**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - RETIFICADO**

Publicação Nº 1923485



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - RETIFICADO**

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a abertura de PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas temporárias, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

<b>1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME</b>	
<b>DATA</b>	<b>ATO</b>
20/02/2019	Publicação do Edital.
20/02/2019 até as 23horas e 59min do dia 06/03/2019	Período de Inscrições. <i>Alterado pela retificação 01/2019</i>
20/02/2019 a 07/03/2019	Prazo para pagamento da taxa de inscrição.
11/03/2019	Publicação do rol dos inscritos Deferidos e Indeferidos. Publicação do local e horário da prova objetiva.
12 e 13/03/2019	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição.
14/03/2019	Homologação das Inscrições.
17/03/2019	<b>Realização da prova objetiva e títulos</b> <b>Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas).</b>
18 e 19/03/2019	Prazo para recursos contra formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva.
27/03/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra discordância de gabarito e questão, nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
28 e 29/03/2019	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
01/04/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
01/04/2019	Publicação do resultado final para homologação.

**O candidato que não apresentar a habilitação mínima, exigida no anexo I do edital, no ato da chamada será desclassificado do processo.**

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações através dos meios de divulgação do certame.

**2. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e telefones atualizados junto a Secretaria Municipal de Educação durante todo o período de validade do Processo Seletivo.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua Homologação Final.

1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**3. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD**

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei nº 12.870/2004 e suas alterações.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como **deverá encaminhar, via postal, por SEDEX/AR até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições**, para a empresa no seguinte endereço:

**ACESSE CONCURSOS LTDA,  
RUA PARÁ, 162, BAIRRO ESTADOS - TIMBÓ/SC, CEP 89120-000  
PROCESSO SELETIVO – BARRA VELHA  
VAGA PCD**

**Deverão ser enviados os seguintes documentos:**

- a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano**, contendo a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
- b) **Requerimento** solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) **Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência**, informando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) **Anexo III deste Edital**, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.3.1. O pedido de pessoa com deficiência será analisado minuciosamente pela banca executora antes de ser deferido.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o laudo médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

3.9. Caso a aplicação do percentual resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de:

**20/02/2019 a 06/03/2019**

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, a qual será realizada exclusivamente via online.

4.2. Não será aceita inscrição com falta de documentos, presencial, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) ou no aplicativo **Whatsapp 47-98420.7695. (somente mensagem de texto)**

4.5. O Município de Barra Velha e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

**4.7. Cada candidato poderá participar deste edital com apenas 01 (uma) inscrição.**

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, enviando e-mail para [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) onde deve constar a solicitação e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante deve ser maior de idade, ou seja, 18 anos, deverá apresentar documento oficial com foto. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1. Sem estar de posse de qualquer aparelho eletrônico.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO**

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL	R\$ 35,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO	R\$ 62,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 75,00

**6. DAS PROVAS**

**6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO.**

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. **Prova Objetiva (PO)** de múltipla escolha, com quatro alternativas, sendo apenas 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a **5,00 (cinco)** pontos na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. **Prova de Títulos (PT)** para os cargos de **Professor**, de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva. **As normas para realização da prova de títulos estão no anexo IV deste edital.**

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. **Para os cargos de Professor** a nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

6.7. **Para os demais cargos** a Nota Final será:  $PO = 100\%$ .

**Entenda-se:**

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

6.8. A classificação para todos os cargos seguirá apenas uma lista.

**7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

**7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. COM INÍCIO ÀS 9horas E TÉRMINO ÀS 11horas, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO E CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA DE COR AZUL OU PRETA E TUBO TRANSPARENTE.**

EVENTO	HORÁRIOS
Abertura dos Portões.	8horas
<b>Fechamento dos portões</b>	8h50min
Início da prova Objetiva.	<b>9horas</b>
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30min
Término Prova Objetiva	11horas

4





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8h 50min. sob qualquer alegação.**

**7.1.1. O LOCAL DA PROVA OBJETIVA SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.**

**7.1.2. O LOCAL DA PROVA DE TÍTULOS ESTÁ EXPOSTO NO ANEXO IV DESTE EDITAL.**

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. As provas objetivas terão 20 e 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

**PARA CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,50
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,50
CONHECIMENTOS GERAIS	05	11 A 15	0,50
LEGISLAÇÃO	05	16 A 20	0,50

**PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR**

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,30
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,30
CONHECIMENTOS GERAIS	05	11 A 15	0,30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	07	16 A 22	0,55
LEGISLAÇÃO	03	23 A 25	0,55

7.2.2.1. Os programas das provas objetivas estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. A consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de lápis, borracha, máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura, (salvo indumentárias religiosas. O uso destas indumentárias só será permitido após a varrição feita por detector de metais);

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fumar, a ingestão de alimentos;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.**

7.2.3.10. Água só será permitida se estiver em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas e os cartões respostas, serão abertos por 03 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

**7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.**

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais.

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos e em caso de alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas com as devidas alterações;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues e recolhidos ao final aos fiscais pela coordenação da banca executora.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

**Para os demais candidatos será:**

**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.**

1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos específicos;

2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

3º Que obtiver melhor nota na prova de Legislação;

4º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

5º Que tiver maior idade;

**CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.**

1º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

2º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

3º Que obtiver melhor nota na prova de legislação;

4º Que tiver maior idade;

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

decrecente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva;

8.1.5. Da nota da prova de títulos;

8.1.6. Da classificação provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento PROTOCOLADO junto ao setor de Protocolo na Prefeitura Municipal de Barra Velha.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA – [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, presencial, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões, ou seja, obrigatoriamente deverá conter: **CONTESTAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA.**

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso administrativo, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## **9. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou visto de trabalho no Brasil;

9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

9.1.4 - Carteira de Identidade;

9.1.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

9.1.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

9.1.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

9.1.9 - Certidão de casamento ou união estável;

9.1.10 - PIS/PASEP (frente e verso);

9.1.11 - Número da conta corrente, poupança ou salário da agência da caixa econômica federal de Barra Velha.

9.1.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda

9.1.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

9.1.14 - Cópia da Carteira de Trabalho;

9.1.15 - Comprovante de residência;

9.1.16 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.1.17 Declaração – Penalidade (não ter sofrido penalidade no serviço público).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente do Município de Barra Velha/SC.

#### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua homologação final, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período a critério da Administração. Respeitando a sequência da ordem de classificação do primeiro ao último candidato.

10.2. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser contratado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

#### 11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação e a escolha de vagas será realizada em local e horário a ser definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

11.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

11.3. O candidato classificado que ocupar vaga e que, no curso de suas atividades, tiver o contrato rescindido, pelos motivos expressos nos incisos II e IV, do artigo 15 da lei Complementar nº 056/2006 de 28.12.2006, ficará impedido de participar de futuros processos seletivos nesta modalidade pelo período de (02) dois anos.

11.4. O candidato que faltar sem justificativa por mais de (03) três dias, terá seu contrato temporário rescindido, sendo chamado para a vaga o próximo da lista.

11.5. O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para o cargo, declarada no ato de inscrição, até a data da admissão, não poderá ser admitido.

11.6. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro do Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

11.7. A admissão é de competência da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC**, dentro do interesse e conveniência, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Barra Velha e nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br)

12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em uma única lista, indicando a classificação dos candidatos concorrentes as vagas de Pessoas Com Deficiência, indicando a sua classificação na ordem ordinal, respeitando o exposto no item 3.9 deste edital e classificação de candidatos concorrentes às vagas de ampla concorrência.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos, na esfera administrativa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

12.5. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão, tanto da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC quanto da Acesse Concursos.

12.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pelas comissões especialmente instituídas para acompanhar o processo.

12.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.7.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.7.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.7.3. Anexo III – Declaração para Pessoas Com Deficiência;

12.7.4. Anexo IV – Normas para realização da prova de títulos;

12.7.5. Anexo V – Atribuições dos cargos.

Barra Velha, 20 de fevereiro de 2019

**VALTER MARINO ZIMMERMANN**  
*Prefeito Municipal*

9







ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		PROVA	CH	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO R\$
	AC	PCD				
Auxiliar de educação especial	CR	---	Objetiva	40h	Cursando Licenciatura na área de educação.	1.149,90
Cozinheira	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental.	1.200,00
Instrutor de fanfarra	CR	---	Objetiva	40h	Ensino médio e experiência comprovada.	1.740,56
Professor de educação infantil – superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de anos iniciais - superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de ciências	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de educação física	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica e registro no CREF	2.528,68
Professor de geografia	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de língua portuguesa	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de ensino religioso	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de matemática	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de tecnologia educacional	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



Professor intérprete de LIBRAS	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor plantonista	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área da Educação	2.528,68
Professor de artes	CR	--	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Orientador educacional	CR	--	Objetiva	40h	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional (no nível superior)	2.769,51
Serviços gerais	CR	--	Objetiva	40h	Ensino fundamental.	1.004,59

CR = CADASTRO RESERVA  
AC= AMPLA CONCORRÊNCIA  
PCD = PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
CH = CARGA HORÁRIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO II**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

**LÍNGUA PORTUGUESA:**

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras, Sinônimos e Antônimos.

**MATEMÁTICA:**

Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, juros simples, problemas envolvendo Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, Área, Volume, Capacidade Volumétrica.

**CONHECIMENTOS GERAIS:**

Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha. Aspectos econômicos, históricos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha.

**LEGISLAÇÃO:**

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

**CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR**

**LÍNGUA PORTUGUESA:**

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULOS I - II e III.

**MATEMÁTICA:**

Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos.

**CONHECIMENTOS GERAIS:**

Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha. Aspectos econômicos, históricos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Barra Velha.

**LEGISLAÇÃO:**

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

**CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO**

**AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

**INSTRUTOR DE FANFARRA:** Tipos de Bandas e Fanfarras. Os Instrumentos. Toques. Cadencias. Marchas. Composição dos instrumentos de banda e de fanfarras. Compassos. Ordem Unida. Percussão. Sopros: Instrumentos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

permitidos. As líras. Concursos de bandas e de fanfarras – regulamento. Ritmo. Música: elementos constitutivos: melodia, ritmo, harmonia. Notação musical. Ligadura. Ponto de aumento. Compassos: simples e composto. Tons e semitons: escala diatônica, sua formação e seus graus. Sinais de alterações. Semiton cromático e diatônico. Síncopa e contratempo. Intervalos. Modos da escala: maior e menor. Tons vizinhos e tons afastados. Escalas cromáticas do modo maior e menor. Modulação. Acordes e sua formação em geral. Andamentos. Vozes: classificação das vozes, masculinas e femininas. Tessitura ou diapasão. Questões relativas às atividades inerentes a função. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERIOR:** Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – SUPERIOR:** Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:** A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e habitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso; a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:** Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; - Efeito Estufa; El niño; Questões Ambientais; - Ecossistemas e Biotecnologia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:** Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Morfologia e Sintaxe; Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO:** Organizações religiosas; Lugares Sagrados; Textos Sagrados orais ou escritos; Símbolos Religiosos; Temporalidade Sagrada; Festas Religiosas; Ritos; Vida e Morte. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:** Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL:** Conhecimentos de DOS, Windows e Linux; Pacotes de trabalho Microsoft Office e Star Office; Hardware (periféricos de entrada, saída e armazenamento, redes de computadores); Software (conceitos e utilização de softwares); Segurança em Informática (vírus e outros códigos maliciosos, spam, spywares, firewall pessoal, backup e recuperação de dados); Sistemas de informações (aspectos gerais e ambientes multiusuários); Análise estruturada de sistemas; Conhecimento de banco de dados e estrutura de arquivo; Implantação de sistemas e projetos; Utilização de serviços (e-mail e web). Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina.

**PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS:** Aspectos históricos, Éticos e profissionais de TILS. Estudos da tradução Língua de Sinais I Língua de sinais II Atuação do TILS no espaço educacional Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Legislação relativa à acessibilidade, Língua Brasileira de Sinais, surdez. Tradutores(as) e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e educação de surdos(as). 5. Formação, especificidades e competências dos(a) Tradutores(a)s e Intérpretes Aspectos éticos relativos aos processos de tradução e de interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Conceitos e diferentes modalidades de Tradução e Interpretação. Educação Bilingue para surdos(as) Histórico e conceituação da pessoa surda. Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda. Características do desenvolvimento da Pessoa Surda. O papel da Libras na formação da identidade do surdo na sociedade inclusiva. Introdução à estrutura linguística da Libras. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR PLANTONISTA:** Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE ARTES:** Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL.

**ORIENTADOR EDUCACIONAL:** Aspectos do trabalho cotidiano do Orientador Educacional: a Orientação Educacional: princípios, atuação e desafios; a Orientação Educacional no espaço escolar: currículo, projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação; o espaço da Orientação Educacional: conflitos, visão crítica, relações no ambiente escolar. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - DIDÁTICA GERAL.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PCD – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

<b>NOME DO CANDIDATO:</b>	
<b>CPF:</b>	
<b>RG:</b>	
<b>CARGO PRETENDIDO:</b>	

**DECLARAÇÃO**

**Declaro**, para os devidos fins, conforme item 3.2 “d” do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

**Informo**, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

17





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO IV**  
**NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**I – OS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS SERÃO RECEBIDOS NO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, OU SEJA, APÓS A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, NA SALA EM QUE REALIZOU A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ O ENVELOPE CONTENDO OS TÍTULOS. NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS, DE CANDIDATOS QUE ENCERRAREM A PROVA OBJETIVA E SE AUSENTAREM DA SALA DE REALIZAÇÃO DA MESMA, SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.**

**OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES DA SEGUINTE FORMA:**

**1 – CÓPIAS AUTENTICADAS;**

**2 - CÓPIAS EMITIDAS DA INTERNET COM CÓDIGO VERIFICADOR DE AUTENTICIDADE, NÃO NECESSITAM DE AUTENTICAÇÃO.**

**3 – EM ENVELOPE LACRADO, CONTENDO NA PARTE EXTERIOR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES CONFORME ETIQUETA A SEGUIR:**

**MODELO DE ETIQUETA PARA PROVA DE TÍTULOS**

**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**PROCESSO SELETIVO 01/2019**  
**NOME DO CANDIDATO:**  
**NÚMERO DA INSCRIÇÃO:**  
**CARGO:**

**Os envelopes que não possuem as informações, conforme modelo de etiqueta, na parte exterior do envelope, NÃO SERÃO RECONHECIDOS PARA ESTE PROCESSO SELETIVO.**

**NÃO SERÃO RECONHECIDOS ENVELOPES DE OUTRAS FORMAS, SENÃO DA FORMA MENCIONADA ACIMA.**

II. Os títulos deverão ter relação com o cargo desejado ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentarem a respectiva carga horária no mesmo, para o caso de Pós-graduação Lato-sensu.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período ou forma para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

**VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.**

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas “a”, “b” e “c” da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PROVA DE TÍTULOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:**

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
	Pós - Latu sensu Mínimo 360 horas	4,00 pontos	a
	Mestrado	7,00 pontos	b
	Doutorado	10,00 pontos	c



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO V**  
**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

*DISPONÍVEL EM*

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/barra-velha/lei-complementar/2010/9/96/lei-complementar-n-96-2010-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-ensino-do-municipio-de-barra-velha-e-da-outras-providencias>

20



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### PREGÃO 009/2019 - PREF

Publicação Nº 1923521

#### Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 011/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ENTREGA PARCELADA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 13/02/2019.

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 13/02/2019 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 25 de Fevereiro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

# Belmonte

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2019

Publicação Nº 1924878

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2019

Objeto: O objeto de que trata o presente é aquisição de 03 (três) unidades quadro com foto aérea do município tamanho 1,00x2,10mts com acabamento em alumínio e ampliação das fotos da cidade de Belmonte, 01 (uma) unidade CD com fotos aéreas digitalizadas da cidade de Belmonte, destinado ao acervo bibliográfico do município, por dispensa de certame. valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 14 de fevereiro de 2019.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 032/2019 - CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

Publicação Nº 1923621

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 032/2019, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio aos servidores:

- IVETTE IGNEZ GIRARDI DEMARCHI, ocupante do cargo de Professor II-20, símbolo P-III-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério de Benedito Novo, o quinquênio de 03-05-2009 a 02-05-2014, com recebimento em Gozo, pelo período de 11 de fevereiro de 2019 a 11 de maio de 2019.

- DHEIGO SANDRE ALEXANDRE, ocupante do cargo de Motorista, símbolo MO, Anexo I, Sub anexo IV do Quadro Geral dos Servidores Públicos de Benedito Novo, o quinquênio de 12-03-2013 a 11-03-2018, com recebimento em Pecúnia nos meses de fevereiro/2019, março/2019 e abril/2019.

- IVO ADEMIR BUBLITZ, ocupante do cargo de Operário, símbolo OP, Anexo I, Sub anexo IV do Quadro Geral dos Servidores Públicos de Benedito Novo, o quinquênio de 02-05-2011 a 01-05-2016, em tempo, com recebimento em Pecúnia no mês de janeiro/2018.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 11 de fevereiro de 2019.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

### PORTARIA Nº 033/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 012/2019

Publicação Nº 1923623

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 033/2019, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 012/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 09 de março de 2019, o prazo da Portaria nº 012/2019 de 22/01/2019, que conceder licença para tratamento de saúde a servidora ESTHER BRETZKE NEUMANN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem ESF, em atendimento a Lei Complementar nº 057/2007, conforme o Comunicado de Decisão, Requerimento nº 194230333, Benefício nº 6264424440, de 07-02-2019 do INSS.

Art.3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 11 de fevereiro de 2019.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo



**PORTARIA Nº 034/2019 - INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Publicação Nº 1923625

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 034/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

**INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Interrompida em 12 de fevereiro de 2019, a licença para tratamento de saúde concedida ao Servidor ONDINO WETZEL, ocupante do cargo de Operário, símbolo OP, Anexo I, subanexo IV, do quadro de servidores do Município, com exercício na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em Licença concedida 24-09-2015, pela Portaria nº 321/2015, prorrogada em 28-10-2015 pela Portaria nº 355/2015, prorrogada em 20-01-2016 pela Portaria nº 009/2016 e Porrogada em 16-01-2017 pela Portaria nº 023/2017, no aguardo de comunicação do INSS sobre Recurso Interrompido de benefício auxílio doença, com indeferimento e retorno ao trabalho conforme atestado de saúde Ocupacional apresentado em 12-02-2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de fevereiro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 035/2019 - NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE**

Publicação Nº 1923627

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 035/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

**NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear, nesta data, IVAN GUILHERME KOPROWSKI, para ocupar o cargo de Chefe da Divisão de Saúde, símbolo CC-5, anexo I, subanexo I, do Quadro dos Servidores Público Municipal:

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de fevereiro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 036/2019 - LICENÇA PARA GESTAÇÃO**

Publicação Nº 1923630

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 036/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

**LICENÇA PARA GESTAÇÃO**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 232 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95; e Lei Complementar nº 100 de 27-06-2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para gestação à servidora ANDRIELI FAGUNDES DA SILVA PADILHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, símbolo AC, anexo II, sub anexo I, do Quadro dos servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, de 120 (cento e vinte) dias, pelo período de 05 de fevereiro de 2019 a 04 de junho de 2019, de conformidade com o art. 232 da LC nº 004/1995.

Art. 2º - Prorrogar, até 03 de agosto de 2019, o Art. 1º desta Portaria, de conformidade com a Lei Complementar nº 100 de 27-06-2013, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09-09-2008.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de fevereiro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 037/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2018**

Publicação Nº 1923631

PORTARIA Nº 037/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

**HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2018.**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em dezembro de 2018, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 014/2018, de 25 de janeiro de 2018, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Eliana Nones	01/03/2016	12/18=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Cristiane Naffien Huhn	01/03/2016	12/18=98	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Suely Ittner Herweg	01/03/2016	12/18=52	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Luciano Krieser	04/03/2016	12/18=74	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de fevereiro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 038/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 224/2018**

Publicação Nº 1923636

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 038/2019, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

**PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 224/2018**

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, até 12 de agosto de 2019, o prazo da Portaria nº 224/2018, de 14/08/2019, que contratou a Servidora GIOVANA MILENA KOSLOWSKI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, símbolo AUA, Anexo I, sub anexo II, do quadro de servidores do Município, através do Processo Seletivo 004/2017, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de fevereiro de 2019.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 039/2019 - DEMITE PROFESSOR I-40**

Publicação Nº 1923638

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 039/2019, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

**DEMITE PROFESSOR I-40**

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Demitir, nesta data, a pedido, a Servidora SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2017.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de fevereiro de 2019.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 040/2019 - CONTRATA PROFESSOR I-40**

Publicação Nº 1923639

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 040/2019, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.  
CONTRATA PROFESSOR I-40

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, nesta data, SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN, para ocupar o cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, pelo Período de 14 de fevereiro de 2019 a 13 de agosto de 2019, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de fevereiro de 2019.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019/SMR

Publicação Nº 1924321

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMR Nº 001/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

NORMATIZA OS VALORES A SEREM UTILIZADOS COMO REFERÊNCIA PARA CÁLCULO DA MULTA COMPENSATÓRIA PREVISTA NO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2018.

BRUNO DIOGO MARQUES, Secretário da Receita do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e,  
Considerando, a necessidade de normatizar os valores a serem utilizados como referência para cálculo da multa compensatória prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 162/2018, RESOLVE:

Art. 1º. Para fins de lançamento da multa compensatória prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 12, de 03 de dezembro de 2018, será utilizado o valor médio do Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB/SC), publicado pelo Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON) válidos para o Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Federal nº 4.591/64 e alterações posteriores e o disposto na ABNT NBR 12721:2006 válida para o mês, referente a data de protocolização do processo administrativo.

§ 1º Para imóveis residenciais unifamiliares e multifamiliares, utilizar-se-á o CUB Residencial Médio.

§ 2º Para imóveis não residenciais, utilizar-se-á o CUB Comercial Médio.

§ 3º Nas construções mistas, utilizar-se-á o CUB Residencial Médio, para as partes residenciais e o CUB Comercial Médio nas partes não residenciais.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

BRUNO DIOGO MARQUES  
Secretário Municipal da Receita  
Matrícula nº 12318-8 - Portaria nº 191/2019

### PORTARIA Nº 355/2019

Publicação Nº 1923707

PORTARIA nº 355 de 22 de fevereiro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) LUCIANA DA SILVA, do cargo de provimento temporário de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 20/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2019.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 356/2019**

Publicação Nº 1923709

PORTARIA Nº 356 de 22 de fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, ANGÉLICA DEYSE DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 362/2019**

Publicação Nº 1923732

PORTARIA nº 362 de 22 de fevereiro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANA PAULA DA SILVA ESPINDOLA, do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 20/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2019.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 363/2019**

Publicação Nº 1923733

PORTARIA nº 363 de 22 de fevereiro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA SOLANGE COELHO, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 22/02/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2019.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 368/2019**

Publicação Nº 1924325

PORTARIA Nº 368 de 22 de fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, SABRINA FARIAS DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 369/2019**

Publicação Nº 1924326

PORTARIA Nº 369 de 22 de fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, ANGELICA CLAUDETE SILVANO DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PPRP 44/2019-PMB**

Publicação Nº 1924651

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2019 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS, ESTRADAS E PRÉDIOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: a partir de 25/02/2019 as 14:00 horas, até as 13:45 horas do dia 14 de março de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de março de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura: [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3094-4100.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2019.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 0592019 ARLINDO**

Publicação Nº 1924879

PORTARIA Nº 059/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 25 de fevereiro de 2019, o Sr. Arlindo José Adriano Filho, do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível I, do Vereador Manoel Airton Pereira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 22 de Fevereiro 2019.

Vereador Salmir da Silva

Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.680/2019

Publicação Nº 1924615

LEI Nº 8.680, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/05, no valor de R\$ 112.230,00 (cento e doze mil, duzentos e trinta reais), destinados a custear despesas dos Projetos: Protagonizarte – Termo de Colaboração nº 30.01.009/2016, Múltiplos Saberes – Termo de Colaboração nº 30.01.010/2016, Aprender Brincando – Termo de Colaboração nº 30.01.013/2018, Convivência que Transforma – Termo de Colaboração nº 30.01.014/2018 e Movimentação – Termo de Colaboração nº 30.01.015/2018, com recursos captados nos termos do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90;

II – Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/90, no valor de R\$ 23.643,52 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), destinados a custear despesa do projeto Cidadania pelo Esporte – Termo de Colaboração nº 30.01.008.2018, com recursos captados nos termos do art. 260 do Estatuto da criança e do Adolescente - Lei 8.069/90;

III – Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - BLUSOFT, inscrito no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.981, de 04/09/2002, no valor de R\$ 331.616,12 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e dezesseis reais e doze centavos), destinados a promover a mútua cooperação técnico-financeira para a execução do “Programa Entra 21”, cujo objeto trata da inclusão de adolescentes, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, em cursos de tecnologia da informação, conforme Plano de Trabalho e Termo de Colaboração firmados.

Art. 2º As despesas previstas nos incisos do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

30 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Atividade 30.01.08.243.0086.2400 – Prom. Prot. Def. Atend. Dir. Cça e Adol.  
Modalidade 3.3.50 (8) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 200.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000  
Modalidade 3.3.50 (10) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 305.000,00  
Fonte de Recursos 0209.000,00  
Modalidade 3.3.50 (42) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 150.000,00  
Fonte de Recurso 00609.00000

Art. 3º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 35 (trinta e cinco dias), contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.681/2019

Publicação Nº 1924620

LEI Nº 8.681, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município

de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463, de 08/06/1979, no valor de R\$ 1.178,45 (um mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa ao atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais;

II – Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 45.936,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa ao atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

Art. 2º As despesas previstas nos incisos do artigo

1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. FUNDEB/Creche

Modalidade 3.3.50 (210) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 18.374,63

Fonte de Recurso 0119.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2340 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. FUNDEB/Pré-Esc.

Modalidade 3.3.50 (221) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 28.739,82

Fonte de Recurso 0119.00000

Art. 3º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficarem impedidas de receberem novos recursos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.144/2019

Publicação Nº 1924622

DECRETO Nº 12.114, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

RETIFICA O DECRETO Nº 12.213, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUE DETERMINOU A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, "a", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica Retificada a numeração do Decreto nº 12.213, de 20 de fevereiro de 2019, que determinou a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da administração direta do Município, passando a ser a seguinte: "DECRETO Nº 12.113, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 22.602/2019

Publicação Nº 1924624

PORTARIA Nº 22.602, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA JULIANA PAULA CORREA DE LYRA ALMEIDA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, e o Memorando nº 040/2019, de 30/01/2019, encaminhado pelo Secretário

Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, com efeitos a contar de 28 de novembro de 2018, a servidora pública municipal JULIANA PAULA CORREA DE LYRA ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador do Programa Municipal de Tuberculose e Hanseníase - FGC-70%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 22.626/2019**

Publicação Nº 1924629

PORTARIA Nº 22.626, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

HUGO CESAR DE LIMA SALES PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DA EBM "ANNEMARIE TECHENTIN".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 020/2019, de 14/02/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Pessoal, resolve:

DESIGNAR, a contar de 12 de fevereiro de 2019, o servidor público municipal HUGO CESAR DE LIMA SALES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar da EBM "Annemarie Techentin", concedendo-lhe a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 22.631/2019**

Publicação Nº 1924632

PORTARIA Nº 22.631, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de acordo com o Memorando nº 023/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados em concurso público:

ROSEMERY DE FATIMA CORDEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 22 de fevereiro de 2019;

INORATA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 22 de fevereiro de 2019;

ELAINE RAFAELA VICENTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 22 de fevereiro de 2019;

RENATA DOS SANTOS MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 22 de fevereiro de 2019;

ROSIMAR MARIA SILVA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 22 de fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.632/2019**

Publicação Nº 1924633

PORTARIA Nº 22.632, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA PEREIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE EDUCADOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO à servidora pública municipal JULIANA PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 12 de fevereiro de 2019, conforme Processo Administrativo nº 2019/02/917.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 22.638/2019**

Publicação Nº 1924636

PORTARIA Nº 22.638, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL I.F.M.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e

Considerando a solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Defesa do Cidadão, por meio do Memorando nº 003/2019 – SEDECI, de 23/01/2019, com documentos que o acompanham;

Considerando o Boletim de Ocorrência nº 00055-2019-0000451, datado de 18/01/2019, registrado na 2ª Delegacia de Polícia de Blumenau, resolve:

DETERMINAR:

a abertura de Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nº 22.510, de 18/01/2019, nº 15.578, de 02/04/2012 e nº 18.495, de 02/03/2015, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal I.F.M., matrícula nº 23056-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, por infringir, em tese, os arts. 176, I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), VI (observar as normas legais e regulamentares) e 177, XIX (proceder de forma desidiosa) da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de fevereiro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2018**

Publicação Nº 1924639

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de solução integrada de fiscalização e apoio ao trânsito, pelo período de 12 meses - SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 12 de março de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 12 de março de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: [flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br](mailto:flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 22/02/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2019**

Publicação Nº 1924654

**EDITAIS DE PUBLICIDADE FAEMA - 2019****EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 001/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 134/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 002/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 135/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 003/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 140/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 12 palmeiras reais no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 004/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 141/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 1 indivíduo da espécie Lagerstroemia indica e 02 da espécie Bauhinia variegata no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 005/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 142/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON  
Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 006/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 144/2018**



A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore exótica da espécie Ficus benjamina no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 007/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 145/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de um galho de árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 008/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 146/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de galhos de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 009/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 147/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de galhos de um flamboyant e corte de três Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 010/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 148/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de galhos de um flamboyant e corte de três Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 011/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 1499/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de dois Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON



Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 012/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 150/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 2 Ficus benjamina e duas Michelia champaca em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 013/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 152/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 014/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 153/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de duas árvores mortas (jambolão) em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 015/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 154/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de um galho que está seco em uma árvore em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 016/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 157/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma goiabeira no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 017/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 158/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital

atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 018/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 160/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore exótica no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 019/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 161/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 020/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 162/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 021/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 163/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de árvores exóticas no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 022/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 169/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de bambuzal em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 023/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 170/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar

Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de bambuzal em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 024/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 171/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma palmeira real e um ligustro no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 025/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 172/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 026/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 173/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 027/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 174/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 028/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 176/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 029/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 177/2018



A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 030/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 178/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 031/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 180/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 032/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 182/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 033/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 183/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 034/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 184/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 035/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 185/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de seis árvores exóticas, sendo cinco jambolão *Syzygium cumini* e uma *Cassia fistula*, um estipe seco e poda de uma *Cássia fistula* em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 036/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 186/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de seis árvores exóticas, sendo cinco jambolão *Syzygium cumini* e uma *Cassia fistula*, um estipe seco e poda de uma *Cássia fistula* em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 037/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 187/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de duas árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 038/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 188/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um *Ficus benjamina* e poda de outra no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 039/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 189/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de um camboatá branco no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 040/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 192/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA

- AUCVP, formulado por COMERCIAL DUBAI BRASIL LTDA, para corte de uma árvore exótica (Bauhinia variegata) no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 041/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 193/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de dois cinamomos e poda de uma tuaneira em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 042/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 194/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um lisugstro e poda de um ipê no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 043/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 195/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores exóticas da espécie Terminalia catappa, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 044/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 196/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore exótica da espécie Terminalia catappa, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 045/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 197/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de três troncos de árvores exóticas no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 046/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 198/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, §



1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 047/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 199/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para limpeza para remoção de fito parasitas em árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 048/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 202/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de seis Pinus sp em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 049/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 204/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um cinamomo (Melia azedarach) em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 050/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 205/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 8 árvores exóticas e poda de quatro em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 051/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 209/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por BRK AMBIENTAL, para corte 1 garapuvu morto e poda de um pau jacaré por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA



**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 052/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 211/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 1 árvore morta e poda de outras 5 em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 053/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 213/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por 23º BATALHÃO DE INFANTARIA, para corte de 6 árvores por motivo de segurança, uma tucaneira, um pé de silva, dois jacatirão, uma aroeira e uma goiabeira, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 054/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 214/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma palmeira real no pátio do CEI Profª Maria Zimmermann, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 055/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 215/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de duas árvores exóticas Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 056/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 217/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 057/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 218/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um ipê roxo e uma quaresmeira no passeio público por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro

Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 058/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 219/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma Spathodea campanulata no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 059/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 221/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 1 árvore exótica Ligustro lucidum em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 060/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 222/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 061/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 223/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 14 árvores exóticas no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 062/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 224/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 063/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 225/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar

Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 01 árvore exótica no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 064/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 227/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 065/2017/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 228/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 066/2017/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 230/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 067/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 231/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 068/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 234/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda e corte de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 069/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 239/2018



A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 070/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 240/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 071/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 241/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda e corte de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 072/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 242/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 073/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 243/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um pau jacaré, uma embaúba e poda de um ingazeiro em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 074/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 244/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 1 jacarandá, 3 tanheiros, 1 jacatirão, 2 palmeiras reais, 2 NI e uma embaúba em área pública por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 075/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 245/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de garauvu em área pública por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 076/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 246/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma amoreira (*Morus nigra*) no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 077/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 247/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma árvore no passeio público da Rua Joinville em frente ao nº271, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 078/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 248/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público da Rua Otto Mordhost em frente ao nº92, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 079/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 251/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores isoladas no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 080/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 252/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de três Ficus exóticos na Rua dos Ficus, sendo que o laudo de

vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 081/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 254/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de várias árvores no passeio público da Rua Igarapé, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 082/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 255/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um flamboyant e podas de três ipês e uma flamboyant no passeio público da Rua Amazonas, próximo ao residencial Bavária, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 083/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 256/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público da Rua Emilio Tallmann, 1500, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 084/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 257/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público da Rua Amazonas, 3361, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 085/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 258/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma espécie exótica Ficus benajamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

**ÉDER ANTÔNIO BORON**

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 086/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 262/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, §



1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 087/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 264/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 06 Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 088/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 265/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de três palmeiras reais em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 089/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 266/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um jambolão em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 090/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 267/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um jambolão em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 091/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 268/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um Ficus benjamina em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA



**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 092/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 274/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 093/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 275/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um Ficus benjamina e poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 094/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 276/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma palmeira no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 095/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 280/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 096/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 281/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 097/2018/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 282/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 098/2018/BNU

PARECER TÉCNICO N.º 001/2018/GUC

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para remoção de partes de árvores em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 099/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 283/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvore no passeio público, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 100/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 284/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvore em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 101/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 285/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvore em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 102/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 287/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de duas embaúbas mortas em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 103/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 288/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA

- AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de um flamboyant em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 104/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 289/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 2 Terminalia catappa, 6 Caesalpinia peltophoroides, 1 Erythrina speciosa, 3 Archontophoenix cunninghamiana, 3 Livistona chinensis, 4 Dyopsis lutescens em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 105/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 291/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de uma figueira em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 106/2018/BNU

PARECER TÉCNICO N.º 002/2018/GUC

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para remoção de partes de árvores em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 107/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 292/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 2 árvores exóticas (1 ligustro e 1 castanha da Índia) em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 108/2018/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 295/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma palmeira real em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 001/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 002/2019



A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores e corte das trepadeiras que estão sufocando as árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 002/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 003/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 003/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 004/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 004/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 005/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 005/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 006/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de 12 árvores por motivo de segurança em área pública, sendo dez nativas (pau-ferro, pau jacaré, tanheiro, embaúba) uma exótica (espatódea) e uma morta, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 006/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 007/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de uma árvore Nectandra membranacea (canela branca) em área pública e em APP por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 007/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 008/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em via pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 008/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 009/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de bambus (exótico) e de duas embaúbas em via pública por motivo de segurança, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 009/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 010/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para corte de duas árvores da espécie Dilenia indica (exótica) e poda de outras três, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 010/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 012/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 011/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 014/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 012/2019/BNU  
LAUDO DE VISTORIA N.º 015/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP,

formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 013/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 016/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda e corte de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 014/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 017/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda e corte de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 015/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 018/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 016/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 019/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de bambuzal em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP nº. 017/2019/BNU

LAUDO DE VISTORIA N.º 020/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, art. 10 da Lei Federal n.º 6.938 de 1981, Resolução CONAMA nº 237/97 e nº 369/06; Lei Complementar Municipal nº 747/2010; Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica); Decreto Federal 6.660/08; Lei Federal 12.651/2012; Lei Complementar Federal 140/11; torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO EM VIA PÚBLICA - AUCVP, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, para poda de árvores em área pública, sendo que o laudo de vistoria encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA



**PORTARIA Nº 023/2019 - SETERB**

Publicação Nº 1924658

PORTARIA Nº 023/2019

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 105/2017, de 09 de junho de 2017 e 219/2018, de 14 de dezembro de 2018, visando apurar eventual responsabilidade por parte do servidor A.G.R.S., matrícula nº. 490, por ter infringido, em tese, o disposto no artigo 176, incisos I, III, V, e VI e artigo 177, inciso XXVII, ambos da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 21 de fevereiro de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 024/2019 - SETERB**

Publicação Nº 1924660

PORTARIA Nº 024/2019

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA

à servidora ELIANA ROSE CARL, matrícula nº. 126, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Área Azul, conforme processo nº 10217/2/2019 do ISSBLU de 12/02/2019 e processo nº 16/2019 de 14/02/2019 do SETERB, a contar de 13.02.2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 13.02.2019.

Blumenau, 21 de fevereiro de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

**EXTRATO Nº 058/2019 - FURB**

Publicação Nº 1924663

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 058/2019

Dispensa de Licitação nº. 006/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 043/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE MUROS E CALÇADAS JUNTO AO CAMPUS II DA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS – DAC. Contratada(s): CIA DE CIMENTO ITAMBÉ (CNPJ Nº 76.630.573/0014-85) Valor R\$ 4.840,00 COMPENSADOS BLUMENAU LTDA-ME (CNPJ Nº 80.065.634/0001-61) Valor R\$ 2.200,00 e INDAIAL PAVER FABRICA DE ART. DE CIMENTO EIRELI-EPP (CNPJ Nº 09.06.255/0001-17) Valor R\$ 14.442,00. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 043/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 dias consecutivos após a entrega do material e NF. Prazo de Entrega: Em até 15 dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra. Local Entrega: A Combinar com o Setor Requisitante. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 21.482,00 (vinte e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais) / 01.09.12.122.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.30.24 (Material para Manutenção de Bens Imóveis).

Blumenau, 22 de fevereiro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 059/2019 - FURB**

Publicação Nº 1924669

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 059/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 047/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 050/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU: GESTÃO ESTRATÉGICA DE MARKETING PROMOVIDO PELO INSTITUTO FURB. Setor solicitante: INSTITUTO FURB. Contratada(s): KARLAN MULLER MUNIZ (CPF Nº 003.337.919-08). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 050/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 dias após a execução dos serviços e entrega da Nota Fiscal. Prazo de Entrega: Conforme cronograma do Curso. Local Entrega: CAMPUS II - Instituto FURB. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.585,74 (Três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) / 01.05.12.392.0103.2005 (Manutenção e Ampliação dos Serviços Bibliotecários)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 22 de fevereiro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**CÂMARA MUNICIPAL****MD 3182**

Publicação Nº 1923830

RESOLUÇÃO MD Nº 3.182

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Considerando o disposto na Súmula 9 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o controle de ponto é incompatível com as atividades dos advogados públicos ocupantes dos cargos de Procurador-Geral e de Procurador, e da função de Coordenador de Elaboração Legislativa da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 21 de janeiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

MARCELO LANZARIN  
Presidente

BRUNO CUNHA  
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA  
1º Secretário

GILSON DE SOUZA  
2º Secretário

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923832

Reunião Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2019.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

## ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.776, 7.777 e 7.778. Destino: à sanção do Executivo.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923834

Reunião Ordinária do dia 19 de fevereiro de 2019.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

## ORDEM DO DIA

Encaminhado ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei Complementar nº 1.841.

Convertidos para regime urgentíssimo os Projetos de Lei nºs 7.776, 7.777 e 7.778.

Retirados os Requerimentos nºs 199 e 214/2019. Destino: ao arquivo. Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da pauta e as encaminhadas Pela Ordem.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.776, 7.777 e 7.778. Destino: à Comissão de Redação Final.

Acatado, em única discussão e votação, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.719. Destino do projeto: ao arquivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.833. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Entrada do Projeto de Lei que "AUTORIZA O PODER PÚBLICO A REALIZAR MANUTENÇÃO EM TODAS AS RUAS DE PLACAS AMARELAS OU INOMINADAS QUE ESTEJAM CARACTERIZADAS COMO SITUAÇÃO CONSOLIDADA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei que "DETERMINA A PRIORIDADE NA IMPLANTAÇÃO DE FAIXA ELEVADA PARA A TRAVESSIA DE PEDESTRES NAS PROXIMIDADES DE ESCOLAS, CRECHES, ASILOS E POSTOS DE SAÚDE ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO".

Entrada do Projeto de Lei Complementar que "DETERMINA A PADRONIZAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DOS IMÓVEIS TIPO GALPÃO (DEPÓSITO)/ INDÚSTRIA NA TABELA "B" DO ARTIGO 232 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 30 DE MARÇO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923835

Reunião Ordinária do dia 21 de fevereiro de 2019.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário

Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

## ORDEM DO DIA

Promulgada a Resolução MD nº 3182. Destino: comunique-se e publique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.834 e Projeto de Lei 7.770. Destino: à Comissão de Redação Final.

Entrada do Projeto de Lei que "PROÍBE A PRODUÇÃO DE MUDAS E O PLANTIO DA SPATHODEA CAMPANULATA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AOS ARTIGOS 3º E 3º-A DA LEI Nº 7.564, DE 09 DE SETEMBRO DE 2010".

Entrada do Projeto de Lei Complementar que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 267 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007".

Entrada do Projeto de Lei que "DETERMINA A COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE, NOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE BLUMENAU, SOBRE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA".

Entrada do Projeto de Lei que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 9º DA LEI Nº 7.127 DE 02 DE AGOSTO DE 2007".

Entrada da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 7.773.

Entrada do Projeto de Lei que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 8º DA LEI 8.362, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA INSTITUIR A SEMANA DA ESTERILIZAÇÃO ANIMAL E REVOGA A LEI Nº 7.955, DE 7 DE ABRIL DE 2014".

# Bom Jesus

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE ADITIVOS

Publicação Nº 1923773

**Minuta:**

Contrato Original nº: 31/2018

II – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: AUTO SOCORRO NEVES LTDA

CNPJ/MF nº 18.977.779/0001-65

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 05/2018 - P.P nº 05/2018

Valor Total: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta:**

Contrato Original nº: 111/2018

II – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: EFJ INSTALAÇÕES LTDA

CNPJ nº 11.354.002/0001-03

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 100.995,00 (cem mil novecentos e noventa e cinco reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 40/2018 - P.P nº 20/2018

Valor Total: R\$ 100.995,00 (cem mil novecentos e noventa e cinco reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta**

Contrato nº: 24/2016

VI – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: MULTI TREINAMENTO E EDITORA LTDA

CNPJ/MF nº 04.392.909/0001-93

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 206,66 (duzentos e seis reais e sessenta e seis centavos) por aluno/ano do Ensino Infantil e R\$ 206,66 (duzentos e seis reais e sessenta e seis centavos) por aluno/ano do Ensino Fundamental I, totalizando o valor de R\$ 66.544,52 (sessenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 54/2015 - P.P nº 38/2015

Valor Total: R\$ 66.544,52 (sessenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta:**

Contrato Original nº: 6/2017

III – Termo Aditivo – Aditivo de valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 10.197,50 (dez mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 35/2016 - P.P nº 20/2016

Valor Total: R\$ 10.197,50 (dez mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

## Prefeito Municipal

## Minuta:

Contrato Original nº: 2/2017

III – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: VAGNER VISOLI

CNPJ nº 17.392.149/0001-66

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) mensais, produzindo um montante total de R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 36/2016 - P.P nº 21/2016

Valor Mensal: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)

Valor Total: R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

## Minuta:

Contrato Original nº: 10/2017

III – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: VALGOI &amp; KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ nº 20.482.650/0001-28

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 6.099,00 (seis mil e noventa e nove reais) mensais, produzindo um montante total de R\$ 73.188,00 (setenta e três mil cento e oitenta e oito reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 2/2017 – T.P nº 1/2017

Valor Mensal: R\$ 6.099,00 (seis mil e noventa e nove reais)

Valor Total: R\$ 73.188,00 (setenta e três mil cento e oitenta e oito reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

## Minuta:

Contrato Original nº: 7/2017

III – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

CNPJ N. 23.299.477/0001-15

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 1.115,83 (um mil cento e quinze reais e oitenta e três centavos) mensais, produzindo um montante total de R\$ 13.390,00 (treze mil trezentos e noventa reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 35/2016 - P.P nº 20/2016

Valor Mensal: R\$ 1.115,83 (um mil cento e quinze reais e oitenta e três centavos)

Valor Total: R\$ 13.390,00 (treze mil trezentos e noventa reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

## Minuta:

Contrato Original nº: 99/2017

III – Termo Aditivo – Aditivo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAXINAL RADIODIFUSÃO LTDA ME

CNPJ nº 03.823.957/0001-26

Finalidade: Permanece inalterado o preço contratual atualmente praticado de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), para o período total aditivado de 12 (doze) meses.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 31/2017 - P.P nº 19/2017

Valor Total: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 02 de janeiro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2019

Publicação Nº 1924451

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2019 de 25 de FEVEREIRO de 2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº.07/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 006/2019

As 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2019, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5758/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa BAR E RESTAURANTE BEM ME QUER LTDA ME, com sede na Avenida 7 de Setembro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.768.552/0001-50, neste ato representada por sua representante legal Senhora Iolanda Zat, portadora do CPF nº. 477.122.879-53 e RG nº. 699.071, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível Contratação de empresa para eventual fornecimento de almoços para servidores públicos municipais quando em deslocamento a outros municípios para tratar de assuntos da administração, e também quando em transporte de pacientes da secretaria municipal da saúde, constantes do Anexo I.

#### CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro Processo Licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
    - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
    - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
  - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1). Poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1). Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1). Alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

#### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após emissão do documento fiscal e a devida comprovação da prestação dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do Município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 03/2018 e seus anexos, a propostas da empresa:

• Empresa Bar e Restaurante Bem Me Quer LTDA ME, com sede na Avenida 7 de Setembro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.768.552/0001-50, neste ato representada por sua representante legal Senhor (a) Iolanda Zat, portador (a) do CPF nº. 477.122.879-53 e RG nº. 699.071.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, nº. 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2019.

Jeferson Persch Bar e Restaurante Bem Me Quer LTDA ME  
Pregoeiro Empresa

Testemunhas:

Jose Roberto Morandini Marcio José Storck  
Assistente Administrativo Secretário da Agricultura

Cesar Luiz Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessor Jurídico

ANEXO I  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019  
EMPRESA VENCEDORA:

Empresa BAR E RESTAURANTE BEM MEQUER LTDA ME, com sede na Avenida 7 de setembro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.768.552/0001-50, neste ato representada por sua representante legal Senhora Iolanda Zat, portadora do CPF nº. 477.122.879-53 e RG nº. 699.071.

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	150	Almoços	Fornecimento de refeições contendo Buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesa, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Maravilha/SC	32,00	4.800,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2019

Publicação Nº 1924256

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 07/2019 de 25 de FEVEREIRO de 2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº.07/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 007/2018

As 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2019, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa F.R. RESTAURANTE E LANCHERIA LTDA ME, com sede na Rua Montevideo, 763-D, Bairro Santa Maria, Chapeco /SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.784.295/0001-46, neste ato representada por sua representante legal Senhora Roseli Francescon, portadora do CPF nº. 063.938.739-06 e RG nº. 4.270.134, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

### CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível Contratação de empresa para eventual fornecimento de almoços para servidores públicos municipais quando em deslocamento a outros municípios para tratar de assuntos da administração, e também quando em transporte de pacientes da secretaria municipal da saúde, constantes do Anexo I.

### CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas

das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro Processo Licitatório.

4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1). Poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1). Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1). Alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após emissão do documento fiscal e a devida comprovação da prestação dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

**CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do Município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

**CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 7/2019 e seus anexos, a propostas da empresa:
  - Empresa F.R. RESTAURANTE E LANCHERIA LTDA ME, com sede na Rua Montevideo, 763-D, Bairro Santa Maria, Chapeco /SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.784.295/0001-46, neste ato representada por sua representante legal Senhor (a) Roseli Francescon, portador (a) do CPF nº. 063.938.739-06 e RG nº. 4.270.134.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, nº. 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
Jeferson Persch F.R.  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
RESTAURANTE E LANCHERIA LTDA ME  
Empresa

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
José Roberto Morandini  
Assistente Administrativo

\_\_\_\_\_  
Marcio José Storck  
Secretário da Agricultura

Cesar Luiz Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessor Jurídico

**ANEXO I**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2019**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019**  
**EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa F.R. RESTAURANTE E LANCHERIA LTDA ME, com sede na Rua Montevideo, 763-D, Bairro Santa Maria, Chapeco /SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.784.295/0001-46, neste ato representada por sua representante legal Senhor (a) Roseli Francescon, portador (a) do CPF nº. 063.938.739-06 e RG nº. 4.270.134.

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	200	Almoços	Fornecimento de refeições contendo Buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesa, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Chapecó/SC, em um raio de distância de 1000 metros do Hospital Regional do Oeste	21,00	4.200,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08-2019**

Publicação Nº 1924296

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2019 de 25 de FEVEREIRO de 2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº.07/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 008/2018



As 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2019, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário: O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICÍPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa CARLOS ALBERTO FRANCIOSI ME, com sede na Rua Quintino Bocaiuva 285-D, Apto 407, Ed. Flamboyant, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.783.246/0001-10, neste ato representada por seu representante legal Senhor Carlos Alberto Franciosi, portador do CPF nº. 273.457.260-53 e RG nº. 9011123842, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível Contratação de empresa para eventual fornecimento de almoços para servidores públicos municipais quando em deslocamento a outros municípios para tratar de assuntos da administração, e também quando em transporte de pacientes da secretaria municipal da saúde, constantes do Anexo I.

#### CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro Processo Licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
    - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
    - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
  - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1). Poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1). Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- 6). No caso das penalidades previstas no item 1). Alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019.
- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema de Registro



de Preços nº. 07/2019, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

#### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após emissão do documento fiscal e a devida comprovação da prestação dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do Município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019 e seus anexos, a propostas da empresa:  
• Empresa CARLOS ALBERTO FRANCIOSI ME, com sede na Rua Quintino Bocaiuva 285-D, Apto 407, Ed. Flamboyant, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.783.246/0001-10, neste ato representada por seu representante legal Senhor Carlos Alberto Franciosi, portador do CPF nº. 273.457.260-53 e RG nº. 9011123842.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, nº. 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
Jeferson Persch  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Franciosi ME  
Empresa

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
José Roberto Morandini  
Assistente Administrativo

\_\_\_\_\_  
Marcio José Storck  
Secretário da Agricultura

Cesar Luiz Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessor Jurídico

ANEXO I  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019

**EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa CARLOS ALBERTO FRANCIOSI ME, com sede na Rua Quintino Bocaiuva 285-D, Apto 407, Ed. Flamboyant, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.783.246/0001-10, neste ato representada por seu representante legal Senhor Carlos Alberto Franciosi, portador do CPF nº. 273.457.260-53 e RG nº. 9011123842.

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	300	Almoços	Fornecimento de refeições contendo Buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesa, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Chapecó/SC, em um raio de distância de 1000 metros da Praça da Igreja Matriz Católica	21,00	6.300,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2019**

Publicação Nº 1924502

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2019 de 25 de FEVEREIRO de 2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº.07/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

As 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2019, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS QUANDO EM DESLOCAMENTO A OUTROS MUNICIPIOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO, E TAMBÉM QUANDO EM TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa ROSICLÉIA SANTA CATARINA ME, com sede na Rua Antônio Pedrassani, 143, Centro Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.447.513/0001-07, neste ato representada por sua representante legal Senhora Rosicléia Santa Catarina, portadora do CPF nº. 032.893.919-65 e RG nº. 3.996.610, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível Contratação de empresa para eventual fornecimento de almoços para servidores públicos municipais quando em deslocamento a outros municípios para tratar de assuntos da administração, e também quando em transporte de pacientes da secretaria municipal da saúde, constantes do Anexo I.

**CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro Processo Licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES**

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
    - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
    - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato,

no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1). Poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1). Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1). Alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 07/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 07/2019, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura.

#### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após emissão do documento fiscal e a devida comprovação da prestação dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do Município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 03/2018 e seus anexos, a propostas da empresa:

• Empresa ROSICLÉIA SANTA CATARINA ME, com sede na Rua Antônio Pedrassani, 143, Centro Município de São Miguel do Oeste/SC,

inscrita no CNPJ sob o nº. 10.447.513/0001-07, neste ato representada por sua representante legal Senhora Rosicléia Santa Catarina, portadora do CPF nº. 032.893.919-65 e RG nº. 3.996.610.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, nº. 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2019.

Jeferson Persch  
Pregoeiro

ROSICLÉIA SANTA CATARINA ME  
Empresa

Testemunhas:

José Roberto Morandini  
Assistente Administrativo

Marcio José Storck  
Secretário da Agricultura

Cesar Luiz Majolo  
OAB/SC 32.022  
Assessor Jurídico

ANEXO I  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 156/2019  
EMPRESA VENCEDORA:

Empresa ROSICLÉIA SANTA CATARINA ME, com sede na Rua Antônio Pedrassani, 143, Centro Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.447.513/0001-07, neste ato representada por sua representante legal Senhora Rosicléia Santa Catarina, portadora do CPF nº. 032.893.919-65 e RG nº. 3.996.610.

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	350	Almoços	Fornecimento de refeições contendo Buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesa, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de São Miguel do Oeste/SC	23,00	8.050,00

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2019

Publicação Nº 1923948

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2019

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALEXANDRE RODRIGO DAL AGNOL - MEI.

Objeto: Contratação de óticas para possível fornecimento de lentes de grau, destinados a pacientes do Município.

Valor do Objeto: R\$ 100,00 (cem reais) ao auxílio.

Bom Jesus do Oeste/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 29-2019

Publicação Nº 1923924

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: P&F PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO EIRELI ME.

Objeto: Execução, pela CONTRATADA, de Obra com fornecimento de materiais e serviços para execução de readequação de Muro de Contenção/Talude junto a Escola Municipal em Construção, com 42,72 m² de área, junto ao perímetro Urbano do Município.

Valor do Objeto: R\$ 45.825,65 (quarenta e cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Bom Jesus do Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5283/2019**

Publicação Nº 1923604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto Municipal nº. 5283/2019 de 22 de fevereiro de 2019.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 089/2019, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5257/2019 de 02 de Janeiro de 2.019, sob o Processo de Licitação nº. 089/2019, que tem por objeto Execução de Muro de Contenção (175 mts Muro + 39,66 mts Inclinação Talude) junto a Escola Municipal em construção, no perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	DJONATA RAFAEL WINKI ME	Obra com fornecimento de materiais e serviços para execução de obra de Muro de Contenção/Talude junto a Escola Municipal em Construção, sendo 175,13 mts de muro e 39,66 mts Inclinação Talude, junto ao perímetro Urbano do Município, conforme projeto elaborado pelo engenheiro da Amerios Rafael Cassol Basso, parte integrante do presente edital	1	45.825,65

Quarenta e cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos	45.825,65
---	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,

aos 22/02/19.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5284/2019**

Publicação Nº 1924020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto Municipal nº. 5284/2019 de 25 de fevereiro de 2019

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0156/2019, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2.019, sob o Processo de Licitação nº. 156/2019, que tem por objeto Contratação de empresa para eventual fornecimento de almoços para servidores públicos municipais quando em deslocamento a outros municípios para tratar de assuntos da administração, e também quando em transportes de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.



Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	Bar e Restaurante Bem Me Quer LTDA.	Fornecimento de refeições contendo buffet livre com pratos quentes, espeto corrido, saladas diversas e sobremesas, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Maravilha - SC	150	4.800,00
4	F.R. Restaurante Lancheria Ltda - ME	Fornecimento de refeições contendo buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesas, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Chapeco - SC em um raio de distância de 1000 metros do Hospital Regional Do Oeste	200	4.200,00
2	Rosicleia Santa Catarina ME	Fornecimento de refeições contendo buffet livre com pratos quentes, acompanhamento de carnes e grelhados, saladas diversas e sobremesas, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de São Miguel do Oeste/SC	350	8.050,00
3	Carlos Alberto Franciosi ME	Fornecimento de refeições contendo buffet livre com pratos quentes, saladas diversas e sobremesas, com acompanhamento de um refrigerante 290 ml, ou um suco, ou uma água mineral no município de Chapecó - SC em um raio de distância de 1000 metros da Praça da Igreja Matriz Católica	300	6.300,00

Quatro mil e oitocentos reais	4.800,00
Quatro mil e duzentos reais	4.200,00
Oito mil e cinquenta reais	8.050,00
Seis mil e trezentos reais	6.300,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 25/02/19.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 5282/2019 CAE

Publicação Nº 1923424

DECRETO MUNICIPAL Nº 5282/19, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DE BOM JESUS DO OESTE, TENDO VIGÊNCIA DE QUATRO ANOS A PARTIR DA ASSINATURA DESTES DECRETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, conforme segue:

### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros a seguir relacionados para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, composto pelos seguintes membros:

#### MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Jeferson Persch - CPF: 034.734.559-03

Suplente: Fabiane Schimmelpfenning Garmatz Jacoby

#### MEMBROS REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO

Titular: Marcia Elenice Dentee Schmidt – CPF: 961.437.209-59

Suplente: Solange Andréia Bonni de Bastiani – CPF: 022.414.529-04

Titular: Fabricio Scapin – CPF: 062.869.079-71

Suplente: Loreni Salete Diel – CPF: 824.153.829-49

#### MEMBROS REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS

Titular: Adriane Menin – CPF: 963.587.699-87

Suplente: Roseni Machado de Souza Bruxel – CPF: 026.966.599-40

Titular: Leonir Simonetti – CPF: 030.487.739-59

Suplente: Sônia de Souza Golçaves – CPF: 022.462.549-73

#### MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: Juliane Fagundes – CPF: 004.154.390-43

Suplente: Leisi Rauber Wandscheerr – CPF: 061.555.099-13



Titular: Diva Cristiane Baron Sandmann – CPF: 053.583.989-88  
Suplente: Elisabete Klesner Walker – CPF: 023417.029-88

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho de Alimentação Escolar é de 04 (quatro) anos.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 22 de fevereiro de 2019.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 061/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923689

PORTARIA Nº 061/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR a Avaliação de Estagio Probatório de Servidores Públicos Municipais das diversas Secretarias, confirmando a permanência no serviço, observado os requisitos de assiduidade e pontualidade, disciplina e zelo, produtividade, criatividade e atualização, responsabilidade, dedicação ao serviço público e idoneidade moral conforme segue:

Funcionário	Admissão	Nota média da Comissão
Janiara Luisa Baron Tesche	01/03/2018	8.23
Roselene Rietta Bortoli	03/05/2017	7.71
Vianeí Sérgio Rossi	08/01/2018	8.21
Jucilene da Silva	03/08/2017	7.71
Elisandro Vargas	11/07/2016	8.34
Luana Karen Werlang	02/01/2018	8.25
Joacir Rafael Haas	11/09/2017	7.50
Rosilene Kuhn	03/05/2017	7.06
Alexandra Dos Santos Vargas	01/07/2014	8.25
Adriane Weber Dos Santos	01/03/2016	8.25
Fabiane Regina Brambila Nascimento	01/03/2016	8.50

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de fevereiro 2019.

RONALDO LUIZ SINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 062/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923690

PORTARIA Nº 062/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APÓS TRES ANOS DE ESTAGIO PROBATORIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR Estável a servidora pública municipal Sra. Alexandra Dos Santos Vargas, portadora do CPF sob nº 036.551.409-83, inscrita na matrícula nº 683-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada em 01/07/2014, após aprovação em concurso público, e ser submetido a avaliações em estágio probatório e atingido nota média suficiente para sua aprovação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de fevereiro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 063/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923692

PORTARIA Nº 063/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidora pública Municipal Sra. Alexandra Dos Santos Vargas, inscrita na matrícula nº 683-1, portadora do CPF sob nº 036.551.409-83, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir do mês de fevereiro de 2019, conforme a Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, por Titulação de "Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de fevereiro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 064/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923698

PORTARIA Nº 064/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a Servidora Pública Municipal Srª. Alexandra Dos Santos Vargas, inscrita na matrícula nº 683-1, portadora do CPF sob nº 036.551.409-83, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme a Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, por Titulação de Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em: "ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO". A partir do mês de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de fevereiro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGHER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 065/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923703

PORTARIA Nº 065/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGHER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. JANIARA KELLER CECCON, portadora do CPF sob nº 048.669.229-90, inscrita na matrícula sob nº 482-0, ocupante do cargo de Assistente de Tributação, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme Atestado Médico, para acompanhar seu filho, no período de 18 de fevereiro de 2019 a 24 de fevereiro de 2019, conforme previsto nos arts. 75 e 76 da Lei 542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de fevereiro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGHER

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RELATÓRIO DE GESTÃO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA BOM JESUS DO OESTE**

Publicação Nº 1923528

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA**

**(Art. 14, § 1º) - ANEXO V (Redação do anexo I dada pela Portaria N.TC-0537/2018 – DOTC-e de 11.12.2018)**

**ENTIDADE: CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC**

**PRESIDENTE: IVALDO DEFENDI RIBEIRO**

**EXERCÍCIO: 2018**

**2018**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA (Art. 14, § 1º) - ANEXO V**  
(Redação do anexo I dada pela Portaria N.TC-0362/2016 – DOTC-e de 12.07.2016).

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:**

**1. a) Identificação da unidade jurisdicionada**

<b>Identificação da unidade jurisdicionada:</b>	CÂMARA DE VEREADORES DE Bom Jesus do Oeste
<b>CNPJ</b>	17.357.220/0001-70
<b>Endereço</b>	Rua Irmão Ambrósio, número 120, Centro, CEP 89.873-000
<b>Telefones</b>	(49) 3363-0123
<b>Endereço eletrônico</b>	e- mail contabilidade@camarabomjesusdooeste.sc.gov.br site: camarabomjesusdooeste.sc.gov.br

**1. b) Rol dos Responsáveis**

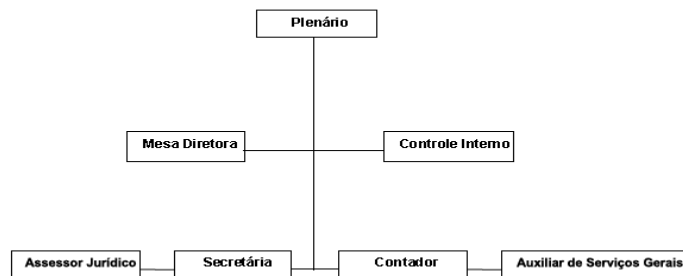
<b>Responsável</b>	<b>Presidente da Câmara</b>
<b>Nome</b>	Ivaldo Defendi Ribeiro
<b>CPF</b>	582.795.809-30
<b>Cargo/Função</b>	Vereador
<b>Período de Gestão</b>	02/01/2018 a 11/11/2018 e 22/11/2018 a 31/12/2018

<b>Ato de nomeação</b>	44/2017
<b>Data de Nomeação</b>	18/12/2017
<b>Ato de exoneração e data</b>	44/2018 18/12/2018
<b>Endereço Residencial</b>	Linha Lamb, interior, Bom Jesus do oeste
<b>email</b>	<a href="mailto:vereadores@bomjesusdooeste.sc.gov.br">vereadores@bomjesusdooeste.sc.gov.br</a>

Responsável	Presidente da Câmara em Exercício
Nome	Antonio Nascimento
CPF	000.178.149-95
Cargo/Função	Vereador
Período de Gestão	12/11/2018 a 21/11/2018
Ato de nomeação	Termo de transmissão de cargo
Data de Nomeação	12/11/2018
Ato de exoneração e data	
Endereço Residencial	Avenida Brasília, 185, centro, Bom Jesus do Oeste- sc

**c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:**

**ORGANOGRAMA**  
CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE/SC



Quanto a estrutura, o quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste é composto por Vereadores, Cargos Comissionados e efetivos. No final do exercício de 2018 o quadro era composto por 9 vereadores, 4 servidores.



**d) Competências Institucionais:**

As principais legislações do Poder Legislativo são:

**A Constituição Federal**

**Lei Orgânica do Município de Bom Jesus do Oeste**

**Regimento Interno da Câmara de Vereadores.**

**2 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**

**a) Relacionar os programas de governo sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada, especificando:**

**a.1) a identificação do programa**

O Programa Processo Legislativo compreende todas as ações do Poder Legislativo, dentro das suas funções de legislar e fiscalizar, bem como a manutenção das atividades internas necessárias para o funcionamento do Poder.

		Despesa orçada	Despesa orçada atualizada	Despesa empenhada
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	849.000,00	825.912,00	567.951,89
01.01	Câmara Municipal de Vereadores	849.000,00	825.912,00	567.951,89
01.01.01	Legislativa	849.000,00	825.912,00	567.951,89
01.01.01.031	Ação Legislativa	849.000,00	825.912,00	567.951,89
01.01.01.031.0001	Processo Legislativo	849.000,00	825.912,00	567.951,89
01.01.01.031.0001.2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores	849.000,00	825.912,00	567.951,89

**a.2) a comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente;**

Comparação das metas facultada/dispensada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – Portaria n. TC 0537/2018.

**a.3) contingenciamento de despesas no exercício (limitação de empenho - art. 9º da lei de responsabilidade fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados;**

Não houve contingenciamento de despesas no exercício, pelo controle das despesas mantido para garantir o equilíbrio das contas públicas.

**a.4) informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, demonstrando os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, e as razões que motivaram estes registros**

Não ocorreram passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

**a.5) as razões e/ou circunstâncias para permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro.**

A Câmara de Vereadores de Bom Jesus do oeste teve saldos em restos a pagar não processados no valor R\$ 1.375,50 (mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) sendo R\$ 995,00 da Empresa Alternative Concursos Eireli, referente a suspensão do Processo seletivo 1/2018, em virtude de ação judicial, mandado de segurança que estava em discussão na Comarca de Modelo –SC, Processo nº 0300542802-80.2018.8.24.0256, e o valor de R\$ 380,50 (trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos) referente inscrições do mesmo processo seletivo nº 1/2018 que está conforme acima especificado.

**3 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:**

**3.a) quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.**

**QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, alínea “a”) – Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa.**

Vínculo (39)	Exercício: 2018											
	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (41)	4	4	4	4	4	4	3	03	3	3	3	3
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (42)												
Agentes Públicos Militares Ativos (43)												
Membros ativos de Poder ou órgão (44)												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (45)	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente (46)												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (47)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Servidores contratados por tempo determinado (48)												
Estagiários (49)												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras (50)												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras (51)												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (52)												
Conselheiros Tutelares (53)												
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
<b>NOTAS:</b>												

**QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea "a") -  
Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa**

											Exercício:		2018
Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)											TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	9.591,71	9.075,69	10.349,45	9.244,54	9.244,54	13.625,45	9.850,85	7.075,14	7.410,16	7.410,16	14.874,39	7.410,16	115.162,24
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	21.684,29	260.211,48
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	6.037,30	3.075,61	2.164,32	3.482,62	3.482,62	3.482,62	3.482,62	3.482,62	3.482,62	3.482,62	6.384,80	3.482,62	45.522,99

Servidores contratados por tempo determinado	1.103,30	1.103,30	1.103,30	1.124,38	1.124,38	1.124,38	1.124,38	1.926,54					9.733,96
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
<b>Total</b>	<b>38.416,60</b>	<b>34.938,89</b>	<b>35.301,36</b>	<b>35.535,83</b>	<b>35.535,83</b>	<b>39.916,74</b>	<b>36.142,14</b>	<b>34.168,59</b>	<b>32.577,07</b>	<b>32.577,07</b>	<b>42.943,48</b>	<b>32.577,07</b>	<b>430.630,67</b>

**3.b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:**

**Não houve pessoas terceirizadas executando trabalhos na Câmara no exercício de 2018**

<b>Empresa/Pessoa Física</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Serviço Prestado</b>	<b>Empenho Global</b>	<b>Valor Pago</b>

**3.c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês**

A Câmara não possui agentes públicos inativos/aposentados, pensionistas ou complementações de aposentadoria, desta forma, não houve despesas desta natureza no ano de pagamento de 2018.

**3.d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título**

Não se aplica a esta entidade.

**4 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

**TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)**

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Exercício:	2017
		Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc).	Valor Anual Transferido (Pago)
<b>Total</b>			

A Câmara não possui Transferências de recursos

**5 – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

**5.a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação;**

**CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE - UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item V, alínea "a")**

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual		Total anual
	Obras e Serviços de Engenharia	Compras e Serviços	
Concorrência			
Tomada de Preços			
Convite			
Concurso			
Pregão Presencial			
Pregão Eletrônico			
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)		5.708,80	5.708,80
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)			
Inexigibilidade de Licitação			
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)			
<b>Total</b>		<b>5.708,80</b>	<b>5.708,80</b>

**5.b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.**

O órgão de imprensa oficial da Câmara de Vereadores em 2018 foi o DOM/SC. As publicações também foram realizadas na Internet, site <http://camarabomjesusdooeste.sc.gov.br/> e Mural Público.

**6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:****6.a) recomendações expedidas no exercício**

Não houve recomendações em 2018.

**6.b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento**

Não houve recomendações em 2018.

**7- ACOMPANHAMENTOS DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTE NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS);**

Não se aplica.

**8 - AVALIAÇÕES DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA);**

Não se aplica.

Bo Jesus do Oeste /SC, 10 de janeiro de 2019.

**Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC**  
**Ivaldo Defendi Ribeiro**  
**PRESIDENTE**



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 64/2019 A 80/2019

Publicação Nº 1923620

**Extrato Contrato 64/2019 Pregão Presencial 23/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Antônio César Della Justina ME.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de transporte escolar municipal, com seguinte trajeto: Linha 01: Canoas/Cerro Baio – Cerro Baio/Canoas; Linha 02: Canoas/Cerro Baio/Centro – Centro/Canoas/Cerro Baio, num total de 180km por dia.

Valor Total: R\$ 129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais)

**Extrato Contrato 65/2019 Pregão Presencial 18/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Ademar Oscar Rosar &amp; Cia Ltda

Objeto: Aquisição de materiais para construção civil, para as Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 95.758,70 (noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).

**Extrato Contrato 66/2019 Pregão Presencial 18/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Josemir Cadorin - ME

Objeto: Aquisição de materiais para construção civil, para as Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)

**Extrato Contrato 67/2019 Pregão Presencial 18/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Vicente Departamentos Eireli ME

Objeto: Aquisição de materiais para construção civil, para as Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 4.455,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

**Extrato Contrato 68/2019 Pregão Presencial 19/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Ademar Oscar Rosar &amp; Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura para manutenção dos prédios das Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais)

**Extrato Contrato 69/2019 Pregão Presencial 19/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Eletro Silva Serviços Elétricos Ltda - ME

Objeto: Aquisição de materiais de pintura para manutenção dos prédios das Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 1.174,00 (um mil cento e setenta e quatro reais)

**Extrato Contrato 70/2019 Pregão Presencial 19/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Vicente Departamentos Eireli ME

Objeto: Aquisição de materiais de pintura para manutenção dos prédios das Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

**Extrato Contrato 71/2019 Pregão Presencial 19/2019**

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Elton Luiz Madeira - ME

Objeto: Aquisição de materiais de pintura para manutenção dos prédios das Secretarias Municipais, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 20.390,00 (vinte mil trezentos e noventa reais)

**Extrato Contrato 72/2019 Pregão Presencial 24/2019 com Sistema de Registro de Preços**

Contratante: Município de Bom Retiro.

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP.

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA VIGENTE DO MÊS.

Valor Total: R\$ 100.00,00 (cem mil reais)

Total de Desconto Medicamento Ético: 11,50%

Prazo: 31/12/2019.

Extrato Contrato 73/2019 Pregão Presencial 24/2019 com Sistema de Registro de Preços

Contratante: Município de Bom Retiro- FMS.

Contratado: Norberto Wagner EPP.

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA VIGENTE DO MÊS.

Valor Total: R\$ 100.00,00 (cem mil reais)

Total de Desconto Medicamento Similar: 20,00%

Prazo: 31/12/2019.

Extrato Contrato 74/2019 Pregão Presencial 24/2019 com Sistema de Registro de Preços

Contratante: Município de Bom Retiro- FMS.

Contratado: Farmácia Qualifar Ltda. ME.

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA VIGENTE DO MÊS.

Valor Total: R\$ 100.00,00 (cem mil reais)

Total de Desconto Medicamento Genérico: 20,00%

Prazo: 31/12/2019.

Extrato Contrato 75/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 8.201,81 (oito mil duzentos e um reais e oitenta e um centavos)

Extrato Contrato 76/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Silmes Comercio de Prod. Odontológicos Ltda. EPP.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 933,65 (novecentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos)

Extrato Contrato 77/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Prohospital Sul Comercio de Mat. Médicos e Odontológicos Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 3.030,18 (três mil e trinta reais e dezoito centavos)

Extrato Contrato 78/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Odontosul Ltda EPP.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 2.376,30 (dois mil trezentos e setenta e seis reais e trinta centavos)

Extrato Contrato 79/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 4.132,03 (quatro mil cento e trinta e dois reais e três centavos)

Extrato Contrato 80/2019 Pregão Presencial 12/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Dental Prime - Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Eireli.

Objeto: Aquisição de Material Médico Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 19.687,79 (dezenove mil seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos)

Bom Retiro, 25 de fevereiro de 2019.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito em Exercício

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.297-2019 - SUPERAVIT DOC

Publicação Nº 1924552

=====

D E C R E T O Nº 2.297/2019

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2019”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.445/2017, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

6000 - Secretaria De Obras E Serviços Urbanos	
6001 - Divisão De Obras E Serviços Urbanos	
6 - Segurança Pública	
181 - Policiamento	
19 - Serviços De Segurança Pública	
2.56 - Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Civil	
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.11(293)	Superávit - Convênio Trânsito Civil ..... R\$ 4.000,00
2.57 - Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Militar	
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.10(292)	Superávit - Convênio Trânsito Militar ..... ..... R\$ 3.500,00
10000 - Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
10003 - Fundo Municipal De Esportes De Botuverá	
27 - Desporto E Lazer	
812 - Desporto Comunitário	
23 - Promoção E Desenvolvimento Do Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
2.79 - Manutenção E Conservação De Espaços Esportivos	
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(291)	Superávit - Recursos Ordinários ..... ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 22 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 22 de fevereiro de 2019.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13/2019 - SRP

Publicação Nº 1924276

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2019  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13/2019 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 13/03/2019, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para eventual aquisição de utensílios domésticos, EPI's e outros materiais para a Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).  
Braço do Trombudo, em 22 de fevereiro de 2019.  
Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2017

Publicação Nº 1913551

EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO CONTRATO 32/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo  
CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Praça da Independência, 25  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: Metalbo Industria de Fixadores Metálicos Ltda  
CNPJ: 75.483.040/0001-30  
Rua Duque de Caxias, 50  
Bairro Centro  
Braço do Trombudo -SC  
Objeto: Locação de um imóvel para fins específicos da administração pública municipal, e/ou cessão para outros órgãos da administração pública, entes federados, conveniados, etc.  
Vigência até 31/12/2019.  
Data da assinatura: 14/02/2019  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 19 2018

Publicação Nº 1874995

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2018

Número do Registro de Preços: 19/2018      Data do Registro: 23/05/2018      Válido até: 23/05/2019						
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Est						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	CLOROMINA (13276)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	26,1193
2	Gosto e Odor. (11900)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	26,8488
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	16,0214
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	16,4930
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	18,0164
6	Cianobactérias. (11904)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	18,4108
7		UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	18,0164
8		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	18,4108
9		UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	19,5218
10		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	19,9450
11		UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	66,4055
12		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	66,6569

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2018**

Número do Registro de Preços: 19/2018			Data do Registro: 23/05/2018		Válido até: 23/05/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Est							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Produtos secundários desinfecção. (11905)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	197,4725	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	204,4364	2
8	Rádio 226 e rádio 228. (11906)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	219,6228	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	227,4498	2
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	1,042,4070	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	1,079,7155	2
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 386 (11913)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	641,9995	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	665,0894	2
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	834,8651	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	864,9231	2
12	Vírus entérico (16016)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	192,2609	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	199,0665	2



Página: 3/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2018**

Número do Registro de Preços: 19/2018		Data do Registro: 23/05/2018		Válido até: 23/05/2019			
Objeto da Compra:		Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 29/14 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Est					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Cistos de giardia SPP (19741)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	325,7753	1
			FREITAG LABORATORIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	337,1474	2
14	Oocistos de Cryptosporidium (19742)	UND	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA (9394)		0	325,7753	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2018

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 19/2018		Data do Registro: 23/05/2018		Válido até: 23/05/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Est							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	337,1474	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2018

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 19/2018		Data do Registro: 23/05/2018		Válido até: 23/05/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando a contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 29/14 do Ministério da Saúde de 12/12/2011 e Portaria de Consolidação Nº 5, de 28/09/2017), sendo que as coletas serão realizadas na Est							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO Nº 25/2018

(9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP

(9394) - LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA

Braço do Trombudo, 23 de Maio de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 27 2018

Publicação Nº 1875015

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2018

Número do Registro de Preços: 27/2018		Data do Registro: 24/08/2018		Válido até: 24/08/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na(s) cascalheira (s) municipal (s), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de perfuração e detonação de rochas (23173)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)	EXTRABIT	0	9,2200	1



# Brusque

## PREFEITURA

### AVISO AUDIÊNCIA AVALIAÇÃO METAS 3º QUAD 2018-LRF

Publicação N° 1908736

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
001/2019

A Prefeitura Municipal de Brusque torna Público que fará realizar Audiência Pública para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2018 nos termos do parágrafo 4º, Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Local: Câmara Municipal de Brusque

Data: 27/02/2019.

Hora: 16:00 horas.

Brusque, 07 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 8309-2019**

Publicação Nº 1924731

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****DECRETO Nº. 8.309, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 10.722,32 (Dez Mil, Setecentos e Vinte e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>30.00</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2328	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.50.00	Transferências à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos
0.3.35.13	SUAS/União – Parcela AFM
VALOR	R\$ 10.722,32

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
78929-1	B.B. F.M.A.S. MAC FNAS – 78929-1	0.1.35.13 0.3.35.13	0,00 10.722,32
<b>TOTAL GERAL</b>			
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.35.13/0.3.35.13	0,00	
DDO à Pagar	0.1.35.13/0.3.35.13	0,00	
Restos à Pagar	0.1.35.13/0.3.35.13	0,00	
<b>TOTAL</b>	0.1.35.13/0.3.35.13	0,00	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.35.13	10.722,32	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06/02/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Fevereiro de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**  
Procurador Geral do Município

**EDENA BEATRIS CENSI**  
Secretária de Orçamento e Gestão

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

1924731.odt - Pág.: 1

**DECRETO Nº 8315-2019**

Publicação Nº 1924732

DECRETO Nº. 8.315, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.  
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 184.373,24 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.3.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 174.373,24  
 50.00 Instituto Brusquense de Planejamento  
 50.001 Instituto Brusquense de Planejamento  
 0015.0122.0245.2018 Manut. Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:  
 I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

50.00 Instituto Brusquense de Planejamento  
 50.001 Instituto Brusquense de Planejamento  
 0015.0122.0245.2018 Manut. Ativ. Instituto Brusquense de Planejamento  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 10.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
61-1	C.E.F. - C/C 61-1 – F.M.A.S.	0.1.00.00 0.3.00.00	217.639,34 192.761,41
239-8	C.E.F. - Convênio Folha Pagto – 239-8	0.1.00.00 0.3.00.00	99.747,37 9.325,76
TOTAL GERAL			519.473,88

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	300.984,58
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	13.148,79
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	3.380,38
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	317.513,75

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	201.960,13

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18/02/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.  
 Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Fevereiro de 2019.  
 JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW  
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI  
 Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL Nº 001-2019 - PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 1924734

## Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nº 2.174/97, nº 2.270/98, nº 3248/09 e Decreto nº 8.064/2017 faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de PROFESSOR e COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1.1 O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2 O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação de títulos e tempo de serviço.

1.3 O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano.

1.4 Considerando o disposto no art. 1º, V, da Lei Municipal 2.174/97, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público e considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu artigo 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e a necessidade da presença de professores nas unidades escolares é fundamental para o bom atendimento da população, o presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

**2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO**

2.1 Preencher com os requisitos de escolaridade para cada cargo, conforme estipulado;

2.2 Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5 Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7 Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, "c", da Constituição Federal.

**3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES**

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente no site do Processo Seletivo da Secretaria de Educação, <https://ps.brusque.sc.gov.br>, no período de 08:00 horas do dia 25 de fevereiro de 2019 às 17:00 horas do dia 01 de março de 2019;

3.3 Para inscrever no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.

3.4 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.5 A Secretaria de Educação não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a "não inscrição do candidato", sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição;

3.6 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

**4- DOS CARGOS E DAS VAGAS**

4.1 O Processo Seletivo visa a contratação para preencher as vagas temporárias para atuação nas áreas abaixo especificadas, para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

**ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO**

Cargo	Carga Horária	nº de vagas
Professor de Língua Estrangeira Moderna / Inglês	10/20/30/40 horas*	04 vagas+ cadastro reserva
Professor de Cidadania e Ética para os anos iniciais (Filosofia)	10 horas	01 vaga + cadastro reserva
Professor de Ensino Religioso	20/40 horas*	02 vagas + cadastro reserva
Professor de Língua Portuguesa e Língua estrangeira Moderna / Inglês - EJA	20 horas	02 vagas + cadastro reserva
Professor de Matemática e Ciências – EJA	20 horas	02 vagas + cadastro reserva
Professor de Geografia, História, Filosofia, Arte, cultura e História das Religiões	20 horas	03 vagas + cadastro reserva
Coordenador Pedagógico	40 horas	10 vagas + cadastro reserva

\*A critério da Secretaria de Educação conforme necessidade

**5- DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

5.1 A documentação deverá ser entregue sob protocolo, do dia 27 de fevereiro de 2019 ao dia 01 de março de 2019, no horário das 12:00h às 17:00h, junto a Secretaria Municipal de Educação, localizada no 3º Andar da Prefeitura Municipal de Brusque.

5.2 A documentação a ser entregue deverá estar em envelope pardo no formato 26 x 36, com etiqueta contendo o nome do candidato.

5.3 O candidato habilitado inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Ficha de inscrição;
- b) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até 28/02/2019).
- c) Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados;
- d) Diploma ou Certificado de curso superior de licenciatura, diploma ou Certificado de curso de pós-graduação/doutorado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/mestrado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/especialização na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares;

#### 5.4 Habilitação:

- a) Considera-se habilitado para os Anos Finais e EJA o candidato que apresentar Licenciatura nas Disciplinas Específicas para o qual fez a sua inscrição.
- b) Considera-se habilitado para o cargo de Coordenador Pedagógico, o candidato com formação Superior Completa em Pedagogia, Normal superior ou habilitação em nível de Licenciatura Plena, e ainda a Pós-Graduação, em nível de Especialização na área de Gestão Escolar (Administração / Orientação / Supervisão) com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.
- c) Para o cargo de Coordenador Pedagógico não será aceito inscrição de candidato não habilitado.

5.5 Os candidatos não habilitados para o exercício do magistério, deverão apresentar uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Ficha de inscrição;
- b) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses até 28/02/2019).
- c) Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados;
- d) Declaração de frequência/fase em curso superior de licenciatura, cujo curso seja compatível com a disciplina ou segmento que pretende atuar, datado do mês da inscrição.

5.6 Somente serão aceitos Certificados e Diplomas, devidamente registrados, no caso do candidato apresentar Certidão e ou atestado de conclusão de Curso, o mesmo será considerado não habilitado.

#### 6- DA VALIDAÇÃO:

6.1 A Comissão realizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores para a Secretaria de Educação fará análise da documentação entregue, validando as inscrições.

#### 7- DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

7.2 Não será computado "tempo de serviço no magistério", o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;

7.3 Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados;

#### a) Habilitação :

Especificação do Título	Comproventes	Pontuação
Habilitação Licenciatura e doutorado na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de pós-graduação/doutorado na área da educação e/ou disciplina específica.	70
Habilitação Licenciatura e mestrado na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de pós-graduação/mestrado na área da educação e/ou disciplina específica.	60
Habilitação Licenciatura e especialização na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica (com carga horária mínima de 360 horas)	Diploma ou Certificado de pós-graduação/especialização na área da educação e/ou disciplina específica.	50
Habilitação Licenciatura na área ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de graduação.	40
Não habilitado, cursando graduação na área da educação ou disciplina específica a partir 5ª fase, período ou UTA.	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior de licenciatura, cujo curso seja na área e na disciplina que pretende atuar.	20
Não habilitado, cursando graduação área da educação ou disciplina específica até 4ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior.	10
Não habilitado, graduados em cursos que não são de licenciatura	Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior, que não seja de licenciatura.	5
Não habilitado, cursando graduação em cursos que não são de licenciatura a partir da 5ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior.	4
Não habilitado, cursando graduação em cursos que não são de licenciatura até 4ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior.	3

#### b) Tempo de serviço no magistério

Cargo	Descrição	Pontuação
-------	-----------	-----------

Professor	Por mês de serviço como professor titular no magistério público municipal, estadual e/ou privado considerado até a data de publicação do edital ou até 28/02/2019. (não serão aceitos tempo de serviço de monitor, secretário escolar, professor auxiliar, ou qualquer nomenclatura que não seja de professor)	1,0
Coordenador Pedagógico	Por mês de serviço no cargo de coordenador pedagógico	1,0

Obs: Não será computado tempo de serviço do servidor aposentado.

7.4 Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PMH + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

- Maior habilitação na disciplina ou área em que pretende atuar;
- Na persistência do empate o critério a ser utilizado será a de maior idade.

## 9 - DO RESULTADO

9.1 A divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo será em 07 de março de 2019.

a) As listas dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no site da Prefeitura de Brusque ([www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net)), site da Secretaria Municipal de Educação e afixadas no mural da Prefeitura em dois grupos distintos: grupo dos habilitados por segmento ou disciplina e o grupo não habilitado por segmento ou disciplina.

## 10 - DO RECURSO

10.1 O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação preliminar do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue na Secretaria de Educação, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), em 08 de março de 2019, das 12:00 as 17:30 horas.

10.2 O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo IV do presente Edital, para ser aceito deverá ser fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

10.3 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 10.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração pública, com poderes específicos para esse ato.

10.4 A divulgação dos resultados finais será realizada em 12 de março de 2019.

## 11 - DA REMUNERAÇÃO:

11.1 Valor do salário base para 40 horas semanais, para os cargos de professor e coordenador:

HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Licenciatura	R\$ 2.456,51 (mais R\$ 286,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com pós-graduação Especialização em área afim	R\$ 2.824,99 (mais R\$ 286,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com Mestrado em área afim	R\$ 3.248,73 (mais R\$ 286,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com Doutorado em área afim	R\$ 3.411,17 (mais R\$ 286,00 auxílio alimentação)
Professor não habilitado	R\$ 1.524,73 (mais R\$ 286,00 auxílio alimentação)

11.2 Não haverá avanço funcional na vigência do contrato.

## 12 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

12.1 O candidato deverá apresentar, no ato da contratação, CÓPIA dos seguintes documentos:

- CTPS (folhas da identificação);
- PIS;
- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório);
- Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Comprovação relativa a quitação militar, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);



- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
  - k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
  - l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
  - m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
  - n) Certificado Escolar exigido para o cargo;
  - o) Foto 3X4;
  - p) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social. (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>).
  - q) CPF de cônjuge e filhos.
  - r) Certidão de antecedentes criminais da comarca de Brusque (fornecida pela Justiça Comum) ou certidão de antecedentes criminais do estado que reside. ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
- 12.2 Os candidatos aprovados e convocados para trabalhar, via telefone, que não comparecerem no horário marcado para aceitação da vaga e para a realização do exame médico admissional, perderá a vez para os subseqüentes da lista de classificação.

### 13 – DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados serão comunicados para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

### 14 – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### 14.1 COORDENADOR PEDAGÓGICO

- Articular e coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros.
- Assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto a garantia do acesso, da permanência e êxito no percurso escolar do aluno.
- Participar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico, de planos, programas e projetos eficazes de qualificação do processo ensino-aprendizagem.
- Assegurar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais como referência da proposta pedagógica da escola.
- Orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente.
- Acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola.
- Avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas.
- Planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros.
- Planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno.
- Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem.
- Mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis.
- Acompanhar o rendimento e a frequência dos alunos promovendo orientações ao mesmo e ao seu representante legal, encaminhando aos órgãos competentes os casos que se fizerem necessários.
- Acompanhar e registrar as decisões referentes ao atendimento feito ao aluno, quanto ao seu rendimento escolar, como analisar, discutir e avaliar constantemente o processo ensino-aprendizagem, redefinindo em conjunto com o professor.
- Coordenar atividades de recuperação de aprendizagem, realizando reuniões de Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico.
- Estimular e orientar o professor na realização de autoavaliação e avaliações bilaterais com seus alunos.
- Ministrando curso, palestra ou aula de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando-as em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais.
- Assegurar a regularidade da vida escolar do aluno.
- Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação vigente.
- Coletar e atualizar o acervo da legislação em vigor.
- Assegurar a autenticidade, guarda, preservação e o sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino.
- Participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional.
- Articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente às suas funções.
- Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar.
- Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais, visando o atendimento com qualidade.
- Pesquisar os avanços do conhecimento científico, artístico, filosófico e tecnológico, bem como organizar grupos de estudo, orientando atividades interdisciplinares, de modo a promover formação contínua dos educadores (professores e/ou funcionários).
- Propor à Direção a infraestrutura necessária para a escola, a fim de atender alunos com necessidades especiais.
- Sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz.



- Promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.
- Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional.
- Estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fórum, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.
- Organizar e manter atualizada a memória histórica da escola.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Substituir a Direção, quando necessário e devidamente delegado.

#### 14.2 PROFESSOR

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.
- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola.
- Zelar pela aprendizagem dos alunos.
- Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e paradidático, dentro da legislação educacional vigente.
- Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente.
- Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos.
- Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico.
- Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo motor dos mesmos.
- Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo.
- Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas.
- Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção.
- Participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros.
- Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico.
- Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno.
- Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente.
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

#### 15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

15.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição

cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.3 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.4 O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.5 O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.6 O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.7 A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria da Fazenda

#### ANEXO I

#### D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO II

#### D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito sob o CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que não exerço cargo ou função pública, não sofri penalidades, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar conforme segue abaixo:

casa, apartamento ou terreno			
endereço	data de aquisição	valor de aquisição	valor de venda atual
veículo			

tipo	ano	data de aquisição	valor aquisição	valor de venda atual
outros				
fontes de renda				

Nome completo: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado pelo edital nº ..... , realizado pela Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão da Prefeitura de Brusque.

Eu, ..... , portador do documento de identidade nº ..... , requerimento da inscrição nº ..... , para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Simplificado, edital nº ..... , a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de ..... , apresento recurso junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Orçamento e contra decisão da comissão do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

.....  
 .....  
 ..... (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

.....  
 .....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

.....  
 .....

Brusque, ..... de ..... de 2019.

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em ..... /...../ .....

.....

## ANEXO V

## PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

## CANDIDATOS HABILITADOS

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

( ) Ficha de inscrição.

( ) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 28/02/2018).

( ) Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados.

( ) Diploma ou Certificado de curso superior de licenciatura, diploma ou Certificado de curso de pós-graduação/doutorado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/mestrado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/especialização

na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares ou carteira do MEC, compatíveis com a disciplina e segmento que pretende atuar, ou declaração de conclusão de curso com a respectiva data de colação de grau emitida pela instituição formadora.

#### CANDIDATOS NÃO HABILITADOS

- ( ) Ficha de inscrição.
- ( ) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses até 28/02/2019).
- ( ) Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados.
- ( ) Declaração de frequência/fase em curso superior de licenciatura, cujo curso seja compatível com a disciplina ou segmento que pretende atuar, datado do mês da inscrição.

RECEBIDO em ..... /...../ .....

.....

### EXTRATO TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009-2019 - SAMAE

Publicação N° 1924730

#### Capítulo 1 EXTRATO TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2019

ESPÉCIE: Reajuste de preço. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 055/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80002.0175120301.2293.3393001000.00020000 e 33939990000.000020000; VIGÊNCIA: 31/12/2019. FISCAL CONTRATO: Mirrai Muller. DATA DA ASSINATURA: 21/02/2019; VALOR: R\$ 123.115,30. CONTRATADA: Auto Posto Daniela Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 001-2019

Publicação N° 1924740

PREGÃO n° 001/2019  
Processo Licitatório n° 001/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Gestão, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO (EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/04/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

Edena Beatris Censi  
Secretária da Fazenda  
Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 001-2019 FMAS

Publicação N° 1924736

1.

PREGÃO n° 001/2019 FMAS  
Processo Licitatório n° 001/2019 FMAS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE TECIDOS, TERMOLINAS, AVIAMENTOS, TESOURAS E OUTROS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 27/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

DEIVIS DA SILVA  
Secretaria de Assistência Social e Habitação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2019 FMS**

Publicação Nº 1924748

PREGÃO nº 001/2019 FMS  
Processo Licitatório nº 002/2019 FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITA-LARES.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretaria de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003-2019 FCB**

Publicação Nº 1924751

PREGÃO nº 001/2019 FCB  
Processo Licitatório nº 003/2019 FCB

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Fundação Cultural de Brusque, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE TELHAS DO TIPO TERMO-ACUSTICA SANDUICHE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 19/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Secretária de Educação  
Respondendo pela Fundação Cultural de Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003-2019 FMAS**

Publicação Nº 1924757

PREGÃO nº 003/2019 FMAS  
Processo Licitatório nº 003/2019 FMAS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

DEIVIS DA SILVA  
Secretaria de Assistência Social e Habitação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004-2019**

Publicação Nº 1924759

PREGÃO nº 004/2019  
Processo Licitatório nº 004/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA OS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MAQUINAS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria da Obras e Serviços Públicos

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009-2019

Publicação Nº 1924761

PREGÃO nº 008/2019

Processo Licitatório nº 009/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Gestão, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE PÃES, DOCES E SALGADOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

Edena Beatris Censi

Secretária da Fazenda

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017-2019

Publicação Nº 1924763

PREGÃO nº 009/2019

Processo Licitatório nº 017/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS FREDERICO FRANCISCO HOEFELMANN, PEDRO MAFRA, JOSÉ J. CARDEAL E MONSENHOR VALENTIM LOCH NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria da Obras e Serviços Públicos

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018-2019

Publicação Nº 1924766

PREGÃO nº 010/2019

Processo Licitatório nº 018/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MUDAS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria da Obras e Serviços Públicos

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019-2019

Publicação Nº 1924769

PREGÃO nº 011/2019

Processo Licitatório nº 019/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Gestão, torna



público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para o FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS (MOTOR 2T E 4T). Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

Edena Beatris Censi  
Secretária da Fazenda  
Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 021-2019**

Publicação N° 1924773

PREGÃO n° 012/2019  
Processo Licitatório n° 021/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES, MAQUINAS E MOTOCICLETAS PELA TABELA OFICIAL MONTADORAS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretaria da Obras e Serviços Públicos

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 022-2019**

Publicação N° 1924775

PREGÃO n° 013/2019  
Processo Licitatório n° 022/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Gabinete do Prefeito – Defesa Civil, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE VEICULO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/03/2019, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 025-2019**

Publicação N° 1924779

PREGÃO n° 015/2019  
Processo Licitatório n° 025/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Gestão, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE SWITCHES PARA REDE LÓGICA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/03/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

Edena Beatris Censi  
Secretária da Fazenda  
Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 026-2019**

Publicação N° 1924783

PREGÃO n° 016/2019  
Processo Licitatório n° 026/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretária de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/03/2019, às 13h30min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretaria da Obras e Serviços Públicos

## EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2019

Publicação Nº 1924787

PREGÃO nº 017/2019  
Processo Licitatório nº 027/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Turismo, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE JOGOS DE MESAS, CAVALETES E BANCOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/04/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 25/02/2019

JOÃO ROBERTO BEUTING  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

## PORTARIA N. 12.833 -2019

Publicação Nº 1924807

PORTARIA N. 12.833, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.666/2013, c/c a Portaria n. 12.401/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF, nomeado pela Portaria n. 12.401/2018, conforme segue:

I – Representantes governamentais:

(...) omissis

b) 1 (um) representante da Secretaria de Educação:

(...) omissis

Suplente: Jaqueline Bulin Vieira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA N. 12.834 -2019

Publicação Nº 1924809

PORTARIA N. 12.834, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, nomeado por meio da Portaria n. 12.146/2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal n. 3.396/11 e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, nomeado por meio da Portaria n. 12.145/2017 conforme segue:

I – Entidades Governamentais:

a) Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Titular: Dejair Machado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA N. 12.835 -2019**

Publicação Nº 1924810

PORTARIA N. 12.835, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Substitui membro representante de entidade não governamental no Conselho Municipal de Esporte - CME, nomeado por meio da Portaria n. 11.938/2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n. 3.523/2012, alterada pela Lei n. 3.741/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Esporte - CME, nomeado por meio da Portaria n. 11.938/2017, conforme segue:

Entidades não governamentais:

(...) omissis

IV – 01 (um) representante de entidades de imprensa esportiva:

Titular: Valdomiro da Motta

Suplente: Claudio dos Santos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA N. 12.837 -2019**

Publicação Nº 1924811

PORTARIA N. 12.837, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Substitui membros no Grupo de Trabalho do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea e do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei n. 3.550/2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros no Grupo de Trabalho do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, nomeados pela Portaria n. 12.446/2018, conforme segue:

- Ligiane de Souza Scappini por Fabiana Silva Santos Gascoin – Representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

- Danielly Vieira de Souza por Aline Cristina Ferracioli – Representante do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito de Brusque

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA N. 12.839 -2019**

Publicação Nº 1924812

PORTARIA N. 12.839, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 148/2019, emitido pela Secretaria de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Cintia Fernanda Gonçalves Schlindwein, ocupante do cargo efetivo de Agente de Fiscalização em Vigilância Sanitária, matrícula 485322-3, lotada na Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária, gratificação de função de confiança no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**PORTARIA Nº 12.827-2019**

Publicação Nº 1924805

PORTARIA nº 12.827, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Homologação Final do Concurso 002/2018, realizado pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU/FURB.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em Concurso Público promovido por este município e realizado pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU/FURB, mediante o Edital nº 02/2018, de 31 de julho de 2018, homologado em 07 de novembro de 2018, para provimento dos cargos efetivos, conforme abaixo nominado:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	HORAS
171210	TIAGO KAESTNER	AGENTE ADMINISTRATIVO	40 HORAS
171510	JASON BRITO PESSOA	ARTE EDUCADOR	20 HORAS
171309	ANDREIA DIRSCHNABEL	ARTE EDUCADOR	40 HORAS
171237	ALEXANDRE FREDERICO RISTOW STOLL	ARTE EDUCADOR	20 HORAS
171316	PARAGUAÇU FERNANDES MARINHO	ARTE EDUCADOR	40 HORAS
170753	DENISE DUBIELLA	ARTE EDUCADOR	40 HORAS
171424	THIAGO LUIZ DA COSTA MARTINS	ARTE EDUCADOR	40 HORAS
171252	MATHEUS TEIXEIRA	ARTE EDUCADOR	20 HORAS
171630	LOUISE CLEMENTE	ARTE EDUCADOR	20 HORAS
171713	LISETE DA SILVA COTTA DE MELLO	INSTRUTOR DE ARTESANATO	40 HORAS
171319	ISAQUE BIZERRA LACERDA	MAESTRO REGENTE	40 HORAS

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2019.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

DR. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 12.828-2019**

Publicação Nº 1924806

PORTARIA nº 12.828, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Homologação Final do Concurso 001/2018, realizado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE-FEBE.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em Concurso Público promovido por este município e realizado pela Prefeitura Municipal de Brusque, mediante o Edital nº 001/2018, homologado em 12 de junho de 2018, para provimento do cargo efetivo, conforme abaixo nominado:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
1742190	GABRIELA LAMMEL	MÉDICO REGULADOR

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.  
Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2019.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

DR. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

## **PORTARIA N° 210-2019**

Publicação N° 1924813

### **PORTARIA N° 210/2019**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1° da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto n° 8.064/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1° - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ALESSANDRO SIEGEL, matrícula n° 4278046-01, nomeado(a) pela Portaria n° 10394/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE ENDEMIAS, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2° e 27 § 2° da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto n° 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/12/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Humberto Martins Fornari  
Secretário de Saúde

## **PORTARIA N° 213-2019**

Publicação N° 1924814

### **PORTARIA N° 213/2019**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1° da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto n° 8.064/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1° - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANE KELSCH SAADI, matrícula n° 374547-02, nomeado(a) pela Portaria n° 10358/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MÉDICO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2° e 27 § 2° da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto n° 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/12/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Humberto Martins Fornari  
Secretário de Saúde



**PORTARIA Nº 214-2019**

Publicação Nº 1924815

## PORTARIA Nº 214/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) PETER VIEIRA DA COSTA, matrícula nº 1088564-02, nomeado(a) pela Portaria nº 9542/2015, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA VEICULOS LEVES, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Humberto Martins Fornari  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 272-2019**

Publicação Nº 1924816

## PORTARIA Nº 272/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Ofício 032/2019 da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão	Efeitos
ALICE PIRES DE SOUZA	1058754-0	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/01/2019
CLAUDIA CRISTIANE NEVES DOS SANTOS	513563-5	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/02/2019
ELISETE DAS NEVES CORREA MARTINS	776785-0	PROFESSOR	Horizontal	C II	D II	01/09/2018
SILVANA LIMA DO NASCIMENTO DA ROSA	676535-7	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/02/2019
KELLY CRISTINA MEDEIROS SOUZA BERGLER	373699-8	PROFESSOR	Horizontal	A II	B II	01/02/2019

CLADIMIR FERNANDO BARROS COMASSETTO	8249-7	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/02/2019
ROSANA CRISTINA GONCALVES DOGNINI	508756-6	PROFESSOR	Horizontal	C II	D II	01/09/2018
MARCELA JAQUELINE CADORE WITKOWSKY	732354-0	COORDENADOR PEDAGÓGICO	Horizontal	B II	C II	01/10/2018
ROGERIA KUHN DA SILVEIRA	681504-5	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/02/2019
KEILA TAISE KUHN	313670-8	PROFESSOR	Horizontal	C II	D II	01/06/2018
CLEUSA HECKERT CONSTANTINI	444235-6	PROFESSOR	Horizontal	C II	D II	01/06/2018

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de fevereiro de 2019

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 275-2019

Publicação Nº 1924818

### PORTARIA Nº 275/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o pedido de remoção do(a) servidor(a) JAISON GEREMIAS DA SILVA ROSA, bem como a anuência da Administração.

#### RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) JAISON GEREMIAS DA SILVA ROSA, matrícula nº 946745, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado (a) na Secretaria de Orçamento e Gestão/CEMITÉRIO para a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no Art. 45, c/c Art. 49 e Art. 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de fevereiro de 2019.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA N° 291-2019**

Publicação N° 1924819

PORTARIA N° 291/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto n° 8.064/2017;

Considerando a posse da Servidora MICHELE CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA, em cargo público não acumulável.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância da servidora MICHELE CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA, matrícula n° 4155629, ocupante do cargo de PROFESSOR por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar n° 147/09 e alterações, sendo seu último dia de trabalho dia 25/02/2019.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária de Educação

**PORTARIA N° 292-2019**

Publicação N° 1924820

PORTARIA N° 292/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto n° 8.064/2017;

Considerando o Edital de Remoção 02/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Convalidar a remoção por concurso do servidor NILTON VALERIO DIAS, matrícula funcional n° 673870, nomeado para o cargo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação - 20 horas na E.E.F. LIONS CLUB COMP. OSCAR MALUCHE e 10 horas na E.E.F. POÇO FUNDO.

Parágrafo único: A Convalidação da Remoção se dá por Concurso, bem como por interesse da Municipalidade, com fulcro no Art. 47, Art. 49 e Art. 50 da Lei 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 293-2019**

Publicação Nº 1924821

## PORTARIA Nº 293/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Edital de Remoção 02/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Convalidar a remoção por concurso do(a) servidor(a) SHEILA MARCELINO IZABEL nº 719510, nomeado(a) para o cargo de PROFESSOR, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - 20 horas na E.E.F. ALBERTO PRETTI e 20 horas na E.E.F. DR. CARLOS MORITZ

Parágrafo único: A Convalidação da Remoção se dá por Concurso, bem como por interesse da Municipalidade, com fulcro no Art. 47, Art. 49 e Art. 50 da Lei 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 294-2019**

Publicação Nº 1924822

## PORTARIA Nº 294/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Ofício 035/2019 da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional, a contar de 01/03/2019, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão	Efeitos
ANA CRISTINA KARING	677167	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
ELIANI BARON PEDRINI	453617	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
ZELIR HOINATZ MORAES	514292	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
LARISSA SARDO	416770	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
VALERIA GRAF BENACHIO	379344	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
CARLA MACANEIRO	674419	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
TANIA STEINHEUSER	476889	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
LORIVANI MARIA MACHADO	873225	COORDENADOR PEDAGÓGICO	Horizontal	C II	D II	01/03/2019
DANIELA DEBRASSI LIRA	16730	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
ANA CAROLINA DA CONCEICAO	479217	PROFESSOR	Horizontal	E III	F III	01/03/2019

ALTAIR ORLANDO DA COSTA	720445	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
MONICA SOARES	12645	PROFESSOR	Horizontal	E III	FIII	01/03/2019
FABIOLA CRISTINA POPPER CERNUCKY	8656	PROFESSOR	Horizontal	H II	I II	01/03/2019
ROBERTA WEGNER HORT	96008	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
ALCINO CESAR DA SILVA	416967	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
ROSANGELA MACA-NEIRO CUCHI	450618	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
GEIZA DESIDERIO LUPAS	407836	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
ANIVIA TEREZINHA OTTO RENGEL	505315	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/03/2019
RUTE METZNER	409502	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/03/2019
PATRICIA SOARES VENZON	443743	COORDENADOR PEDAGÓGICO	Vertical	C II	C III	01/03/2019
CHARLENE IMMIA-NOVSKY FELIX	473600	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
ANGELA WEISS	677523	COORDENADOR PEDAGÓGICO	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
EDINA DORS LEONI	481610	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
CARINE GISELE WEHMUTH TRE-VISAN	372994	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
ALIZETI VANELLI ZIRKE	673510	PROFESSOR	Horizontal	B II	C II	01/03/2019
IVANOR DE MENDONCA	221	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
MARCILENE TORMENA DALBOSCO	316288	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
GISELE KARINE CARDOSO DIEDTRICH	570486	PROFESSOR	Horizontal	D II	E II	01/03/2019
FABIANE NOEMIA LEMOS	480037	PROFESSOR	Vertical	A I	A II	01/03/2019
ALESSANDRA NOLLI DA SILVA	13595	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019
MIRIAM LEDA SOARES	376450	PROFESSOR	Horizontal	E II	F II	01/03/2019

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de fevereiro de 2019  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 295-2019**

Publicação Nº 1924823

## PORTARIA Nº 295/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Ofício expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 5ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da cessão do servidor público RUDI RAIMUNDO VETTER, cedido através da Portaria 794/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do servidor RUDI RAIMUNDO VETTER, matrícula nº 777056, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para a 5ª Zona Eleitoral de Brusque, a contar de 01/04/2019.

Parágrafo Primeiro – A Cessão supracitada, se dá, com base na Resolução do TSE nº 23.523/2017.

Parágrafo Segundo - A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro - O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de recursos Humanos

**PORTARIA Nº 296-2019**

Publicação Nº 1924824

## PORTARIA Nº 296/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Ofício expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 5ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) MIRIAM RIBEIRO VIAMONTE, cedida através da Portaria 997/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) MIRIAM RIBEIRO VIAMONTE, matrícula nº 16489, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 5ª Zona Eleitoral de Brusque, a contar de 01/05/2019.

Parágrafo Primeiro – A Cessão supracitada, se dá, com base na Resolução do TSE nº 23.523/2017.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de recursos Humanos



**PORTARIA Nº 297-2019**

Publicação Nº 1924825

**PORTARIA Nº 297/2019**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) LETICIA CRISTINA MULLER DA CUNHA SILVEIRA, cedida através da Portaria 2.984/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) LETICIA CRISTINA MULLER DA CUNHA SILVEIRA, matrícula nº 581801, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque, a contar de 17/05/2019.

Parágrafo Primeiro – A Cessão supracitada, se dá, com base na Resolução do TSE nº 23.523/2017.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de recursos Humanos

**PORTARIA Nº 299-2019**

Publicação Nº 1924827

**PORTARIA Nº 299/2019**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) NEUZA MEIRELLES DA SILVA DEBATIN , cedida através da Portaria 868/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) NEUZA MEIRELLES DA SILVA DEBATIN , matrícula nº 542644, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque, a contar de 26/03/2019.

Parágrafo Primeiro – A Cessão supracitada, se dá, com base na Resolução do TSE nº 23.523/2017.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de recursos Humanos

**PORTARIA Nº 300-2019**

Publicação Nº 1924828

## PORTARIA Nº 300/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) JOÃO PAULO DE SOUZA, cedido através da Portaria nº 1.464/2016;

## RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) JOÃO PAULO DE SOUZA, matrícula nº 923591, ocupante do cargo efetivo, de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque, a contar de 26/03/2019.

Parágrafo Primeiro – A Cessão supracitada, se dá, com base na Resolução do TSE nº 23.523/2017.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro – O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de recursos Humanos

**PORTARIA Nº 067-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 1924792

## PORTARIA Nº 067/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

## RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão de cadastramento de economias, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: 7668-00 Advilson Aparecido Pedroso, 21016-00 Carlos Pereira Moreira Junior, 7668-00 Elcio Schappo, 18040-01 José Luiz Tomasi, 21008-00 Paulo Henrique Flores, 24376-00 Rafael Barbosa do Amaral, 45241-01 Cristiano Lopes de Mello, 514721-00 Felipe Cervo, 29483-01 Leandro Silva dos Santos, 514225-00 Áureo Onorato da Luz, 18007-01, Orli Alves dos Santos, 514403-00 Pedro Matias Riffel e 50679-00 Rafael Almeida Graudin.

Parágrafo Único. Fica atribuída a comissão a responsabilidade por constatação, alteração e aplicação de penalidades no tocante do cadastramento de economias.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/02/2019.

Brusque, 18 de fevereiro de 2019.  
DEJAIR MACHADO  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 068-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 1924793

## PORTARIA SAMAE Nº 068/2019

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – BRUSQUE – SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/001-96, designando os seguintes servidores: 18074-02 Murilo Soares da Silva, 13943-00 Anderson Manrich, 3344-00 Lenomir de Faria, 8362-00 Juliano Pereira, 7714-00 Pedro Miranda, 8109-00 Flori Ramos de Moraes, 18961-01 Augusto Cesar Colares Miranda, 18252-04 Fernando Luiz Ghislandi, 28320-00 Elzira Maria Azzolini e 26808-02 Osvaldo dos Santos Moraes Junior.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

I - Criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - Capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - Integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

V – Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP – Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/02/2019.

Brusque, 18 de fevereiro de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 069-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 1924794

**PORTARIA Nº 069/2019**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando que o servidor é responsável técnico e operacional pelas atividades da Estação de Tratamento de Água e dos Sistemas Isolados de Tratamento de Água,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor RICARDO BORTOLOTTTO 21148-00, ocupante do cargo efetivo de Químico, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, em 18 de fevereiro de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 313-2019**

Publicação Nº 1924829

**Portaria nº 313/2019**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) VANETE ZIMERMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 25/02/2019 a 25/05/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/03/2008.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 314-2019**

Publicação Nº 1924830

Portaria nº 314/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) NOEMIA GROH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 25/02/2019 a 25/05/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2000.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 315-2019**

Publicação Nº 1924831

Portaria nº 315/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) SIDNEI KNIHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Fundação Cultural de Brusque, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 25/02/2019 a 26/03/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 28/03/2007.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO  
Fundação Cultural de Brusque  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 316-2019**

Publicação Nº 1924832

Portaria nº 316/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) SABRINA ZEN RAMOS ROEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 25/02/2019 a 25/05/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 317-2019**

Publicação Nº 1924834

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 317/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
676756	4	CARLA FUCKNER	Secretaria Municipal de Educação	26/02/2019	07/03/2019	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 005-2019- ATO DE CONVOCAÇÃO PARA SESSAO PUBLICA-SAMAE**

Publicação N° 1924790

**ATO DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS PL 005/2019**

Considerando o decurso do prazo recursal, sem manifestação dos licitantes a respeito do encerramento da fase de habilitação. Torno público que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, fará realizar no dia 08 de março de 2019, às 16:00 horas, na Rua Doutor Penido, 297, neste Município, sessão pública para abertura dos envelopes "propostas" relativas ao Processo Licitatório 005/2019, modalidade Tomada de Preços.

Brusque, 22 de fevereiro de 2019.

Publique-se

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque



# Caçador

## PREFEITURA

### ERRATA 01 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019

Publicação Nº 1924833

#### 1. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA:

##### 1.1 ONDE CONSTA:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, no máximo até as 14h00min do dia 26 (VINTE E SEIS) de FEVEREIRO de 2019 para abertura no mesmo dia às 14h30min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/2014 e demais legislações aplicáveis.

##### 1.2 PASSA A SER:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, no máximo até as 16h00min do dia 12 (DOZE) de MARÇO de 2019 para abertura no mesmo dia às 16h30min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/2014 e demais legislações aplicáveis.

#### 2. ALTERAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA PROPOSTA

##### 2.1 ONDE CONSTA:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	36	Unid.	Execução de análises Físico-Química e Bacteriológica de esgoto (conforme plano de análises definido pela secretaria – planilha anexo)
02	06	Unid.	Execução de análises Físico-Química e Bacteriológica de lodo da estação de tratamento de efluentes de acordo com a resolução CONAMA 375/2006
03	06	Unid.	Execução de análises Físico-Química e microbiológica dos poços de monitoramento do cemitério municipal
04	32	Unid.	Execução de análises Físico-Química e microbiológica de água (conforme planilha anexo)
05	48	Unid.	Execução de análise microbiológica de leite (conforme planilha de parâmetros anexa)
06	48	Unid.	Execução de análises Físico-químicas e microbiológica de queijo (conforme parâmetros anexos)

##### 2.2 PASSA A SER:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	09	Unid.	Execução de análises Físico-Química e Bacteriológica de esgoto (conforme plano de análises definido pela secretaria – planilha anexo)
02	06	Unid.	Execução de análises Físico-Química e Bacteriológica de lodo da estação de tratamento de efluentes de acordo com a resolução CONAMA 375/2006
03	06	Unid.	Execução de análises Físico-Química e microbiológica dos poços de monitoramento do cemitério municipal

04	32	Unid.	Execução de análises Físico-Química e microbiológica de água (conforme planilha anexo)
05	48	Unid.	Execução de análise microbiológica de leite (conforme planilha de parâmetros anexa)
06	48	Unid.	Execução de análises Físico-químicas e microbiológica de queijo (conforme parâmetros anexos)
07	27	Unid.	Execução de análises Físico-Química e Bacteriológica de esgoto (conforme plano de análises definido pela secretaria – planilha anexo)

**PORTARIA Nº 30.223**

Publicação Nº 1924837

PORTARIA Nº 30.223, de 31 de janeiro de 2019.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019 nos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14603	Carlos Alberto Barbosa Filho	Fiscal Do Procon	4,08
14507	Eduarda Kutcher Da Silva	Assistente Administrativo	0,73

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 31 de janeiro de 2019.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

**PORTARIA Nº 30.354**

Publicação Nº 1924618

PORTARIA Nº 30.354, de 22 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Provisória da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Caçador/SC:

- I – Cristiane Aline Santi;
- II – Celio Marcos Moreira Becker;
- III – Ana Claudia Coffferri;
- IV – Silvana Aparecida Roberto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 16/2019

Publicação Nº 1924863

DECRETO Nº. 016/2019 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeita Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com parágrafo 1º. inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2549/2018 de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 138,40 (cento e trinta e oito reais e quarenta centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 08 – SECR.DE DESENV.RURAL, AQUICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 02 – SETOR DE AQUICULTURA E MEIO AMBIENTE

206060019.2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(977) Fonte: 3034 Superávit Transf.de Convênios União – Outros ..... R\$ 138,40

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte 3034 Superávit Recursos da Transferência de Convênios da União – Outros no valor de R\$ 138,40.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 06 de fevereiro de 2019.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 19/2019

Publicação Nº 1924864

DECRETO Nº. 019/2019 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Designa Servidor Municipal para assinar empenhos da despesa e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, designado o Servidor Municipal Senhor DIRLEI LEMES DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Secretário de Administração e Planejamento, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, para assinar empenhos de despesas da Prefeitura Municipal de Caibi nos dias 20 a 22 de fevereiro de 2019, face ao impedimento do Prefeito Municipal, ELOI JOSÉ LIBANO que estará em viagem a cidade de Florianópolis SC.

Art. 2º - A designação não caracteriza acúmulo de vencimentos ou vantagens pela função designada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 18 de fevereiro de 2019.

ELOI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### 091/2019

Publicação Nº 1924737

PORTARIA Nº091/2019  
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSÉ JOÃO MORAES, no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 22 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

### 092/2019

Publicação Nº 1924738

PORTARIA Nº092/2019  
EXONERA DIRETOR DA CASA DA CULTURA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.047/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, FABIO ADEMAR MENDES DE BORBA, matrícula nº. 14, do cargo em comissão de DIRETOR DA CASA DA CULTURA, a partir de 31/01/2019, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 31/01/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 22 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

### 093/2019

Publicação Nº 1924739

PORTARIA Nº093/2019  
EXONERA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, UMBERTO DOS SANTOS, matrícula nº. 23828, do cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 31/01/2019, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 31/01/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 22 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 094/2019

Publicação Nº 1924742

### PORTARIA Nº094/2019

Remoção do(s) servidor(es) efetivo(s) do Magistério Público Municipal

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Complementar nº. 019/2008;

CONSIDERANDO a lotação dos servidores efetivos do Magistério Público Municipal e Lei Complementar nº. 019/2008, art.32º;

CONSIDERANDO regulamentação da lotação dos servidores efetivos após a reestruturação da educação infantil;

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar o(s) servidor(es) abaixo relacionado, nos respectivos locais;

MATR.	NOME	LOTAÇÃO ANTIGA	LOTAÇÃO NOVA
19160	Eleana Da Silva Marafiga	C.E.I Maria Russi	Pré Mariza Galdine

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 22 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 095/2019

Publicação Nº 1924743

### PORTARIA Nº095/2019

#### NOMEIA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.047/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SANDRA PEREIRA, no cargo em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

**097/2019**

Publicação Nº 1924744

,PORTARIA Nº097/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2019 á 22/01/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANNA PAULA COLOMBELLI	CIRURGIÃO DENTISTA ESF 40 HORAS	016/2019	09º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

**098/2019**

Publicação Nº 1924746

PORTARIA Nº098/2019

REMANEJAMENTO DE FUNÇÃO  
DO SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº43 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxilio doença por tempo determinado e necessita ser remanejado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela junta médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Remanejar a servidora efetiva MARIA APARECIDA TODESCO, matricula nº. 11511, do cargo de MONITORA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias,na função designada pela secretaria da Educação, a contar de 11/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 11/01/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos



Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

**099/2019**

Publicação N° 1924749

## PORTARIA N°099/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária DAIANE PAULA DA SILVA, matrícula nº. 22983, servidora contratada no cargo de PROFESSOR(A), a partir de 22/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos a 22/01/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

**100/2019**

Publicação N° 1924752

## PORTARIA N°100/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a LUCIANA BRIGO DE SOUZA SILVA, matrícula N°. 19137, acesso da categoria de MONITOR(A) nível 1, que ocupa, para MONITOR(A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

**101/2019**

Publicação Nº 1924762

**PORTARIA Nº101/2019**

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a VIVIANE APARECIDA DOS SANTOS, matrícula Nº.19096, acesso da categoria de MONITOR(A) nível 2, que ocupa, para MONITOR(A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

**102/2019**

Publicação Nº 1924764

**PORTARIA Nº102/2019**

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.033/2011, Lei 063/2013 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, FERNANDO LANDOR AMARAL, matrícula nº. 23380, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

**103/2019**

Publicação Nº 1924765

**PORTARIA Nº103/2019**

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº.829/2017 de 13/06/2017, firmado entre EVERSON ROBERTO PINTO SENANES, matrícula nº. 22327, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, a partir de 31/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 31/01/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 23 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 104/2019

Publicação N° 1924767

PORTARIA N°104/2019

REMANEJAMENTO DE FUNÇÃO  
DO SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº43 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença por tempo determinado e necessita ser remanejado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela junta médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Remanejar a servidora efetiva ANGELITA CALDEIRA, matrícula nº.11771, do cargo de SERVENTE , pelo período de 190 (cento e noventa) dias, na função designada pela secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 24 janeiro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 105/2019

Publicação N° 1924768

PORTARIA N°105/2019  
NOMEIA COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, OSNI MARQUES JUNIOR, no cargo em comissão de COORDENADOR PEDAGÓGICO da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 24 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**106/2019**

Publicação Nº 1924770

,PORTARIA Nº106/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 28/01/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JULIANO GUIOMAR DA SILVA SANTANA	MOTORISTA 40 HORAS	017/2019	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 28 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**107/2019**

Publicação Nº 1924772

PORTARIA Nº107/2019  
NOMEIA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSÉ MANOEL DA SILVA GRILO, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 28 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**108/2019**

Publicação Nº 1924774

PORTARIA Nº108/2019  
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE  
PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, FELIPE RUFINO, no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 28 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**109/2019**

Publicação Nº 1924777

PORTARIA Nº109/2019  
NOMEIA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, ELIAS ZULIANATO CORREA, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 28 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**110/2019**

Publicação Nº 1924778

PORTARIA Nº110/2019  
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, ADRIANA DA GUIA JULIO, no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 29 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 111/2019

Publicação Nº 1924782

PORTARIA Nº111/2019  
NOMEIA SECRETÁRIA DO CENTRO  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SUSANA GOISCHENAIDER DE CARVALHO, no cargo em comissão de SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## 112/2019

Publicação Nº 1924785

PORTARIA Nº112/2019

REMANEJAMENTO DE FUNÇÃO  
DO SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº43 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença por tempo determinado e necessita ser remanejado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela junta médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Remanejar a servidora efetiva REGINA DALAGO VALNIER, matrícula nº. 15856, do cargo de PROFESSORA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, na função designada pela secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**113/2019**

Publicação Nº 1924786

PORTARIA Nº113/2019  
EXONERA GESTOR DE ESPORTE AMADOR

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.49/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, RENATO PEDRO DA CONCEIÇÃO JUNIOR, matrícula nº. 3, do cargo em comissão de GESTOR DE ESPORTE AMADOR, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**114/2019**

Publicação Nº 1924788

PORTARIA Nº114/2019  
EXONERA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.78/2015 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, HUDSON RICARDO PEREIRA, matrícula nº. 21314, do cargo em comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**115/2019**

Publicação Nº 1924789

PORTARIA Nº115/2019  
EXONERA DIRETOR(A) DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.26/2009 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, ANTONIO CARLOS MESQUITA LEITE, matrícula nº. 11691, do cargo em comissão de DIRETOR(A) DE ESCOLA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,



em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**116/2019**

Publicação N° 1924795

PORTARIA N°116/2019  
EXONERA DIRETOR(A) DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar n°.26/2009 e posteriores alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, ESTANISLAU EDMAR PIETROVSKI, matrícula n°. 11713, do cargo em comissão de DIRETOR(A) DE ESCOLA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**117/2019**

Publicação N° 1924796

PORTARIA N°117/2019

exclui função gratificada do(s) servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar n°. 026/2009, de 18/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

19523	JOCELI BONIFACIO	FG3
-------	------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de janeiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**118/2019**

Publicação Nº 1924797

PORTARIA Nº118/2019  
NOMEIA ASSESSOR DE CULTURA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.047/2013 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, DAVI DA CUNHA, no cargo em comissão de ASSESSOR DE CULTURA da Fundação Municipal da Cultura, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 01 de fevereiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**119/2019**

Publicação Nº 1924798

PORTARIA Nº119/2019  
NOMEIA COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.26/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, SIRLEIA CRISTINA LOPES SEBOLD, no cargo em comissão de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 01 de fevereiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

**120/2019**

Publicação Nº 1924799

PORTARIA Nº120/2019  
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.33/2011, Lei 65/2013 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, LIVIA MARIA GARDINI DA SILVA, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 01 de fevereiro de 2019.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

## **ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019 - FMS**

Publicação Nº 1924801

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2019 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 035/2019 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA RESTAURAÇÃO DE LATOARIA DOS VEÍCULOS E MOTO PERTENCENTES A FROTA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 22/02/2019  
1ª Publicação.

## **DECRETO N.º 3.455/2019**

Publicação Nº 1924221

DECRETO N.º 3.455/2019

Estabelece o calendário oficial de eventos do Município de Camboriú para o ano de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;  
CONSIDERANDO os apontamentos realizados pela Fundação Cultural de Camboriú.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o calendários oficial de eventos do Município de Camboriú para o ano de 2019:

- I - 06 de janeiro- Terno de Reis;
- II – 23 de fevereiro- Grito de Carnaval de Camboriú;
- III – 05 de abril- Bolo de Aniversário de Camboriú;
- IV – 01 a 06 de abril- semana de comemorações alusivas ao Aniversário do Município;
- V – 21 de abril- Evento de Comemoração à Páscoa;
- VI – 27 de abril a 06 de maio- 37º Congresso Internacional de Missões- Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora 2019;
- VII – 08 a 10 de junho- Festa do Divino Espírito Santo;
- VIII – 21 de junho – Final do Concurso de Soletração;
- IX – 23 de julho- Colóquio dos Escritores;
- X – 25 a 29 de julho- Semana do Escritor;
- XI – 26 de julho- Vernissage- Lançamento dos Planos Restaurados;
- XII – 07 de setembro- Apresentação da Fanfarra dos Veteranos;
- XIII – 06 a 08 de setembro- 2º Acampamento Farroupilha;
- XIV – 10 e 11 de outubro- Virada Cultura;
- XV – 22 de novembro- Encerramento das Oficinas;
- XVI – 25 de dezembro- Abertura do Natal da Família.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 22 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

**RESUMO DE CONTRATO DE 18 A 22/02/2019**

Publicação Nº 1924800

**RESUMO DE CONTRATO****CONTRATO****PMC**

Contrato Nº 004/2019

Processo: Dispensa Licitatória Nº 001/2019

Contratado: BALNEARIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Data: 07/02/2019

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO PARCIAL DE TERRENO PARA EXPLORAÇÃO DE MACADAME, LOCALIZADO NA LOCALIDADE DO CERRO, ESTRADA GERAL DO CERRO, PARA SER UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ E A EMPRESA BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

Contrato Nº 014/2019

Processo: Pregão Presencial Nº 017/2019

Contratado: JOEL MENEGAZZO ME

Data: 21/02/2019

Prazo: 31/12/2019

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED E SONORIZAÇÃO DESTINADO AO EVENTO "FESTA NACIONAL DA MELHOR IDADE - FENAMI

**FMAS**

Contrato Nº 001/2019

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2019

Contratado: FABIO NILSON BAUMANN 89554922949

Data: 22/02/2019

Prazo: 31/12/2019

Valor: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 HORAS E VASTO REPERTÓRIO DE MÚSICAS PARA ATENDER AS ATIVIDADES REALIZADAS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

**ADITIVO****PMC**

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 056/2017

Processo: Pregão Presencial 107/2017

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Data: 18/02/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA, SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS QUANDO A ACORRÊNCIA DE ANOMALIAS E/OU DEFEITOS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COMPREENDENDO LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PRAÇAS, JARDINS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais), a serem pagos mensalmente no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), visando à garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme requisição apresentada pela Secretaria de Administração.

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 052/2017

Processo: Tomada de Preço 007/2017

Contratado: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

Data: 20/02/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA JOSÉ REBELO DA CUNHA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo

contratual da obra por 05 (cinco) meses, vigorando de 19 de março de 2019 a 18 de agosto de 2019, por motivos de que durante a execução de pavimentação observou-se a necessidade de substituição da drenagem pluvial já existente por se apresentar ineficiente, sendo que este serviço não está previsto no projeto original, conforme informado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano.

#### Quarto Termo Aditivo

Contrato: 053/2017

Processo: Tomada de Preço 008/2017

Contratado: A J POTTER & CIA LTDA

Data: 20/02/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REPERFILAMENTO ASFÁLTICO, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MANOEL ANASTÁCIO PEREIRA- BAIRRO CENTRO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 05 (cinco) meses, vigorando de 22 de março de 2019 a 21 de agosto de 2019, por motivos de impedimento da execução causado por indefinições e adições de serviços não previstos no projeto original, além das condições climáticas desfavoráveis durante a execução da obra, conforme informado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano.

#### Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 006/2018

Processo: Tomada de Preço 011/2017

Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP

Data: 20/02/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 90 (noventa) dias, vigorando de 01 de março de 2019 a 30 de maio de 2019, em razão da análise do aditivo de benfeitorias pelo engenheiro responsável, conforme informado no memorando apresentado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Camboriú.

FMS

#### Sexto Termo Aditivo

Contrato: 038/2017

Processo: Chamamento Público nº 005/2017

Contratado: CENTRAL DE EXAMES LABORATORIO CLINICO LTDA- EPP

Data: 21/02/2019

Fundamento: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos reais), visando atender a demanda por 2 (dois) meses de exames laboratoriais ofertados pela Secretaria de Saúde, conforme requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

## RESUMO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 11 E 12 - TERMO DE FOMENTO 1

Publicação Nº 1924253

### RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

FMAS

Termo de Colaboração nº 011/2019

Instituição: Associação Lar Maternal Bom Pastor

Data: 21/02/2019

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Valor do repasse: R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

Objeto: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros a Entidade Associação Lar Maternal Bom Pastor, para custeio do Projeto: "Dando Amor e Carinho a Quem Precisa", que se destina ao acolhimento institucional de até 15 (quize) crianças entre 0 (zero) a 12 (doze) anos de idade que se encontram em situação de abandono e/ou de rua, cujos direitos familiar e de convivência familiar e comunitária estejam sendo violados ou ameaçados, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e/ou Poder Judiciário da Comarca de Camboriú.

Termo de Colaboração nº 012/2019

Instituição: Comunidade Terapêutica Viver Livre

Data: 21/02/2019

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Valor do repasse: R\$ R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Objeto: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros a Entidade Comunidade Terapêutica Viver Livre, para custeio de despesas com serviço especializado, em caráter temporário, de atendimento e acolhida de pessoas em situação de rua de ambos os sexos, encaminhadas pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

#### RESUMO DO TERMO DE FOMENTO

##### FMAS

Termo de Colaboração nº 001/2019

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 21/02/2019

Prazo de vigência: 04 (quatro) meses.

Valor do repasse: R\$16.589,40 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com manutenção e execução do PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU ASSOCIADA E AUTISMO.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.829 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924776

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.829 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 11.481, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 11.481, de 17 de setembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Contratar MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ, no Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 955836, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Art. 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.574,66 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 17 de setembro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para atuar no EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Marise Neneve Cordeiro”, em substituição a Professora Contrato Temporário, ODILA ANTUNES, a qual solicitou Rescisão do Contrato Temporário”.

Parágrafo único. A alteração da redação do caput do art.1º se dá em razão, engano do período de contratação da Servidora Pública contratada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de fevereiro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 11.830 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924781

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.830 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 11.490, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 11.490, de 20 de setembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Contratar ANA PAULA FERNANDES DEMÉTRIO DE CARVALHO, registro no sistema sob nº 955839, no Cargo Público de Professor IV, para exercer a Função de Professor de Inglês, Atividades de Nível Médio, “Não Habilitado” Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 20 de setembro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para ministrar aulas em razão da implantação da nova Matriz Curricular aprovada pelo Conselho Municipal de Educação em 12/07/2018, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08”.

Parágrafo único. A alteração da redação do caput do art.1º se dá em razão, engano do período contratação da Servidora Pública contratada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2018.



Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de fevereiro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 16.588 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924817

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 16.588 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, matrícula funcional nº 000722, registro no sistema sob nº 955219, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 25 de fevereiro de 2019 a 31 de março de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de fevereiro de 2019 sob nº 0000541.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 22 de fevereiro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/02/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **PORTARIA Nº 05/2019**

Publicação Nº 1923395

PORTARIA Nº 05, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Constitui a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo para contratação de Estagiário no Exercício de 2019, com os seguintes integrantes:

Assessor Jurídico - Antonio Drevek , matrícula nº 0102  
Servidora – Betina Moreira da Silva, matrícula nº 0026  
Servidor – Fernando Grosskopf, matrícula nº 0027

Art. 2º - Os membros ora designados deverão coordenar a referida comissão devendo supervisionar e fiscalizar o processo, bem como emitir parecer final acerca dos mesmos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Fevereiro de 2019.  
TANCREDO RONSKA  
Presidente da Mesa

## **PORTARIA Nº 06/2019**

Publicação Nº 1923396

PORTARIA Nº 06, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PRAZOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2019.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013;

Resolve:

Art.1º Fica estabelecido os critérios abaixo para contratação de 01 (um) estagiário do Ensino Médio, para Câmara Municipal de Campo Alegre:

Item 1 – Atender ao disposto na Resolução nº 01/2013;

Item 2 – O critério de julgamento será pela maior média da soma das notas do boletim escolar 2018, apresentado pelo candidato;

Item 3 - Em caso de empate será classificado conforme maior índice de frequência escolar.

Art. 2º O prazo para cadastramento dos candidatos a estágio, será do dia 25 de Fevereiro de 2019 a 05 de Março de 2019 na Secretaria da Câmara Municipal.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Fevereiro de 2019.  
TANCREDO RONSKA  
Presidente da Mesa

# Campo Erê

## PREFEITURA

### Portaria 001/2019

Publicação Nº 1924342

PORTARIA N. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração de Secretário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

#### RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, ALVARO ULISSES VIGANÓ, matrícula nº 11283-6, ocupante do cargo de Secretário Municipal, AP-5, código 99.3.51, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 02 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

### Portaria 002/2019

Publicação Nº 1924347

PORTARIA N. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração de Secretário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

#### RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, PAULA CRESTINE TONIAL, matrícula nº 11154-6, ocupante do cargo de Secretário Municipal, AP-3, código 99.3.31, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 02 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 003/2019**

Publicação Nº 1924352

PORTARIA N. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a alteração de cargo de servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 058/2013 e alterações posteriores;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterado o cargo do Servidor, JOÃO ADOLFO DIHEL JUNIOR, Matrícula n. 011145-7, de Coordenador de Projetos e Convênios Código 99.2.16, Nível CC-3, para o Cargo de Supervisor de Gabinete, Código 99.1.05 nível CC-2, a partir de 02 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 004/2019**

Publicação Nº 1924361

PORTARIA N. 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, ANTONIO TEIXEIRA DA ROSA, para o cargo de Secretário Municipal, AP-5, código 99.3.51, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 03 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 03 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 005/2019**

Publicação Nº 1924380

PORTARIA N. 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º. NOMEAR, ALVARO ULISSES VIGANÓ, para o cargo de Diretor de Gestão de Pessoas, código 99.2.14, nível CC-2, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 03 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 006/2019**

Publicação Nº 1924389

PORTARIA N. 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2019 à 31 de janeiro de 2019, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Ana Paula C de Oliveira	10548-1	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Daniela Lunardi Leite	10489-2	Odontóloga	2017/2018
Elisete Gasperin	10894-4	Auxiliar de Serviços Gerais	2016/2017
Fernanda A. Schleicher	10203-2	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Fernanda Spader	01363-3	Bioquímico	2016/2017
Francieli F. A Santos	10298-9	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Aline Weschenfelder	10209-1	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Anacleide M. D. Pinheiro	01821-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2014/2015
Andréia E. Tevisan	10536-8	Fisioterapeuta	2015/2016
Cassiane Narciso	10933-9	Técnico em Enfermagem	2016/2017
Cristiane N. Haefliger	10514-7	Assistente Administrativo	2016/2017
Diessica de Lima	11127-9	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Elizenei C. Vanzella	10540-6	Técnico em Higiene Dentária	2017/2018
Ines Assunta T Gilioli	01599-7	Agente Comunitário de saúde	2017/2018
Iraci Maria Secchi Lago	10325-0	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Josué da S. Cavalheiro	00264-0	Motorista	2015/2016
Lilian R. Facchio	11090-6	Enfermeiro	2017/2018
Loir da Costa	10934-7	Fiscal Vig. Sanitária	2017/2018
Luciana R. A Carneiro	02150-4	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Luciane C Ferreira	11035-3	Luciane C Ferreira	2017/2018
Lucimara F. Riffel	10464-7	Auxiliar C. Odontológico	2016/2017

Marcia E.S. Cominetti	01415-0	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Maria de Lurdes da Silva	10948-7	Técnico em Enfermagem	2017/2018
Marilene Metz	10205-9	Técnico em Enfermagem	2017/2018
Marines F. R. Peretti	02149-0	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Nathalia Rigoni	11065-5	Odontólogo	2017/2018
Rita B Dal Piva	01601-2	Agente comunitário de Saúde	2017/2018
Rosa M. D. Noronha	10430-2	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Saete de Quadros	00527-4	Auxiliar de serviços gerais	2017/2018
Sandra Maria Fachini	10899-5	Técnico em Enfermagem	2017/2018
Sandrieli Zanatta	02169-5	Auxiliar de Serviços Gerais	2016/2017
Silvia A. de Almeida	10196-6	Técnico em Enfermagem	2016/2017
Tarciane Bastezini	10490-6	Psicóloga	2017/2018
Tereza N Zanin	10957-6	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Verônica Kempf	10208-3	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018
Simone G. Farias	11383-2	Agente Comunitário de Saúde	2017/2018

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2019.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## Portaria 007/2019

Publicação Nº 1924394

PORTARIA N. 007, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração de Secretário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, LUCIANE GIACHINI ANTONIETTI, matrícula nº 11133-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal, AP-4, código 99.3.41, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 008/2019**

Publicação N° 1924403

PORTARIA N. 008, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, FABIANE MORAS, para o cargo de Assessor de Secretaria Código 99.2.33, nível CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 009/2019**

Publicação N° 1924412

PORTARIA N. 009, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, DILAMAR GUERMO, para o cargo de Assessor de Secretaria Código 99.2.43, nível CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6



**Portaria 010/2019**

Publicação Nº 1924419

PORTARIA N. 010, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a interrupção de férias de Servidores Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 68 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;  
Considerando o interesse público a necessidade do retorno dos servidores para a manutenção da malha viária, em decorrência dos danos causados nas rodovias municipais pelas enxurradas ocorridas neste período.

**RESOLVE**

Art.1º. INTERROMPER AS FÉRIAS dos servidores municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

- Luiz Onório Zerbielli - Matrícula n. 1021-9;
- Milton José Satudt - Matrícula n. 0941-5;
- Roberto Luiz Bianchi - Matrícula n. 10233-4;
- Nelson Carlos C. Martins – Matrícula n. 01049-9;
- Anildo Roque Spier - Matrícula n. 10176-1 e
- Irinei Weiwerberg - Matrícula n. 10597-0

Art. 2º. O período interrompido será gozado oportunamente pelos servidores, em data a ser definida pela administração e acordo com os servidores.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 011/2019**

Publicação Nº 1924423

PORTARIA N. 011, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a interrupção de férias de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 68 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;  
Considerando o requerimento de licença maternidade da servidora, protocolado sob o n. 2701 de 07/01/2019.

**RESOLVE**

Art.1º. INTERROMPER AS FÉRIAS da servidora municipal ELOA DE CASTRO HERBERTS, Matrícula n. 11425-1 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 04 de Janeiro de 2019, em decorrência a entrada em licença maternidade a partir daquela data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 04 de Janeiro de 2019.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 012/2019**

Publicação Nº 1924430

PORTARIA N. 012, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, MARINES PARIZOTTO DEBIASI, para o cargo de Secretário Municipal, Cod. 99.3.31, Nível AP-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 013/2019**

Publicação Nº 1924434

PORTARIA N. 013, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a designação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. DESIGNAR, DILAMAR GUERMO, do cargo de Assessor de Secretaria Código 99.2.43, nível CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, para responder administrativamente pela Secretaria a partir de 14 de Janeiro de 2019 até 31 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 014/2019**

Publicação N° 1924440

PORTARIA N. 014, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, SUZIANI TESKE, para o cargo de Coordenador de Cultura e Eventos Código 99.2.32, nível CC-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 015/2019**

Publicação N° 1924444

PORTARIA N. 015, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, CARMEM JULIA FRARE FREITAS CATUSSO, para o cargo de Assessor de Secretaria Código 99.2.33, nível CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 14 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 016/2019**

Publicação Nº 1924448

PORTARIA N. 016, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre Licença Premio de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 77 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. Conceder Licença Maternidade, a Servidora ELOA DE CASTRO HERBERTS, matrícula n. 11425-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 04 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 017/2019**

Publicação Nº 1924454

PORTARIA N. 017, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal JULIANA A. B. MARIANI, Matrícula n. 10621-6, lotada no Gabinete do Prefeito, do município de Campo Erê, a partir de 21/01/2019, sendo 19 dias restantes, relativas ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 018/2019**

Publicação N° 1924461

PORTARIA N. 018, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal MARGARETE C. VIEGA, Matrícula n. 11148-1, lotada no Gabinete de Planejamento e Gestão, do Município de Campo Erê, a partir de 21/01/2019, sendo 10 dias restantes, relativas ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 019/2019**

Publicação N° 1924463

PORTARIA N. 019, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal ANNE C. B. WERNER, Matrícula n. 10963-0, lotada no Gabinete do Prefeito, do município de Campo Erê, a partir de 30/01/2019, relativas ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 020/2019**

Publicação Nº 1924465

PORTARIA N. 020, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002, e Inciso III do § 1º. Do Art. 197-A Lei Complementar n. 077/2015 RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO COM CONVERSÃO INTEGRAL, a servidora pública municipal LORENI DIAS DE OLIVEIRA, Matrícula n. 01819-8, lotada no Gabinete de Planejamento e Gestão, do Município de Campo Erê, relativas ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**Portaria 021/2019**

Publicação Nº 1924467

PORTARIA N. 021, DE 17 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal CRISTIANE LETÍCIA BARIMAQUER, matrícula nº 1385-4, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade  
Matrícula nº 0784-6

**Portaria 022/2019**

Publicação N° 1924470

PORTARIA N. 022, DE 17 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal EDINETE DA SILVA KRAUSE, matrícula nº 10955-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 17 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade  
Matrícula nº 0784-6

**Portaria 548/2018**

Publicação N° 1923488

PORTARIA N. 548, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal DORLEI RODRIGUES DA VEIGA, matrícula nº 13625, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3



**Portaria 549/2018**

Publicação N° 1923490

PORTARIA N. 549, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal JURACI DORNELLES DIAS, matrícula nº 15571, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 550/2018**

Publicação N° 1923492

PORTARIA N. 550, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal EDITE DA SILVA GONÇALVES, matrícula nº 680-3, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 551/2018**

Publicação N° 1923494

PORTARIA N. 551, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal CLAUDIA DA SILVA, matrícula nº 18309, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 22 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 552/2018**

Publicação N° 1923497

PORTARIA N. 552, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal EMERSON DE MELO, matrícula nº 14982, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 22 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 553/2018**

Publicação N° 1923499

PORTARIA N. 553, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar n° 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal EDESON SACARGO, matrícula n° 18376, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar n° 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 22 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula n° 10662-3

**Portaria 554/2018**

Publicação N° 1923500

PORTARIA N. 554, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n° 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal ENA ELIZETE SAQUETE, matrícula n° 10189, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 22 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula n° 10662-3

**Portaria 555/2018**

Publicação Nº 1923505

PORTARIA N. 555, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar n.º 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, LEOZIR AURELIO, para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Defesa Civil e Cidadania, CC-2, código 99.2.07, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 30/11/2018.

Parágrafo único. Fica fixado o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação dos documentos necessários, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, sob pena de nulidade deste ato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 23 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 556/2018**

Publicação Nº 1923506

PORTARIA N. 556, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a retificação do período referente ao adicional por tempo de serviço de servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, e posteriores alterações;

Considerando que a Diretoria de Gestão de Pessoas em procedimento de revisão dos atos da servidora Noemi Rosa Daneluz, realizado em 22 de novembro de 2018, para fins de aposentadoria, constatou que na Portaria 504/2017, que concedeu Adicional por Tempo de Serviço para a servidora no ano de 2017, o período aquisitivo estava 2010/2015, quando deveria constar 2008/2013;

RESOLVE

Art. 1º. Fica retificado o período aquisitivo constante da Portaria nº 504/2017, que concedeu Adicional por Tempo de Serviço à servidora pública municipal NOEMI ROSA DANELUZ, matrícula nº 1351-0, ocupante do cargo de Monitor Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, de 2010/2015 para 2008/2013, conforme solicitação do Setor de Recursos Humanos.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/08/2017.

Campo Erê – SC, 23 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 557/2018**

Publicação Nº 1923507

PORTARIA N. 557, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal por tempo determinado, para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade da manutenção da contratação de Farmacêutico, para atuar no período de férias, que será concedido legalmente à servidora efetiva no cargo;

Considerando que uma vez que não haja atuação de profissional na área da Saúde Pública para atender à população, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de BRUNA LARYSSA SPIER BARBOSA, para o cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de 03/12/2018 à 03/02/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 23 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 558/2018**

Publicação Nº 1923511

PORTARIA N. 558, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, RAQUEL FRAGATTO, matrícula nº 113999, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 21 de novembro de 2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/11/2018.

Campo Erê – SC, 27 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 559/2018**

Publicação Nº 1923516

PORTARIA N. 559, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IRIANI HENDES LAGO, matrícula nº 114600, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 23 de novembro de 2018, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/11/2018.

Campo Erê – SC, 27 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 560/2018**

Publicação Nº 1923941

PORTARIA N. 560, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, MARINES F. RODRIGUES PERETTI, matrícula nº 21490, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 21 de novembro de 2018, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/11/2018.

Campo Erê – SC, 27 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 561/2018**

Publicação Nº 1923967

PORTARIA N. 561, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, DANIELA LUNARDI LEITE, matrícula nº 10489-2, ocupante do cargo de Odontóloga, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de 15 (quinze) dias, para cuidar de familiar, a partir de 19/11/2018, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/11/2018.

Campo Erê – SC, 27 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 562/2018**

Publicação Nº 1923992

PORTARIA N. 562, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pela Lei Complementar nº 029/2005 e 073/2014; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 370/2018, de 22 de outubro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Pós-Graduação), de 15% (quinze por cento), a servidora pública municipal AMARILIS TAIS SAND, matrícula nº 111180-5, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme comprovação de conclusão de Pós-Graduação em área específica de atuação.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 28 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3



**Portaria 563/2018**

Publicação N° 1923989

PORTARIA N. 563, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal JOSE ITACIR RECALCATI, matrícula nº 10474-4, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Agrícolas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativas ao período aquisitivo 05/03/2018 à 04/03/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 30 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 564/2018**

Publicação N° 1923996

PORTARIA N. 564, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal ROSANI PIMENTEL GRANVILLE, matrícula nº 002984, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 565/2018**

Publicação N° 1924001

PORTARIA N. 565, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal LORENI DIAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 018198, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 566/2018**

Publicação N° 1924003

PORTARIA N. 566, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal ARLETE TEREZINHA RIBOLI, matrícula nº 405-7, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 567/2018**

Publicação Nº 1924013

PORTARIA N. 567, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal GUSTAVO ERVINO BAUERMANN, matrícula nº 111511, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2018 à 01/01/2019, pelo período de 20 (vinte) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019, restando 10 (dez) dias de férias, cujo período será gozado oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 568/2018**

Publicação Nº 1924018

PORTARIA N. 568, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal MATHEUS POLI VALGOI, matrícula nº 111392, ocupante do cargo de Diretor de Gestão Pública, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 569/2018**

Publicação Nº 1924035

PORTARIA N. 569, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidores públicos municipais, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2019, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Charles Andrei dos Santos	10554-6	Motorista de Veículos Leves	2017/2018
Claudete Wandscheer Wagner	1804-0	Monitor Social	2017/2018
Claudia da Silva	1830-9	Monitor Social	2017/2018
Cleonice Duranti	1546-6	Assistente Social	2017/2018
Daniela Caroline Conte	11075-2	Assistente Social	2017/2018
Edirleia Zanchettin	1802-3	Monitor Social	2017/2018
Elenice Aparecida Guzatti	10524-4	Monitor Social	2017/2018
Emerson de Melo	1498-2	Monitor Social	2017/2018
Ivani Trizoto Moresco Borcioni	996-2	Assistente Social	2017/2018
Marizane Marques Poroniczak	1232-7	Monitor Social	2017/2018
Milton Fortunato Borges	11136-8	Motorista de Veículos Leves	2017/2018
Noemi Rosa Daneluz	1351-0	Monitor Social	2016/2017
Sandra Mara Lara	132-5	Auxiliar de Serviços Gerais	2017/2018

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 570/2018**

Publicação Nº 1924040

PORTARIA N. 570, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal DANIELA VAZ, matrícula nº 10662-3, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 571/2018

Publicação N° 1924052

PORTARIA N. 571, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal MARIA REGINA COSTA, matrícula nº 10487-6, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019, restando 15 (quinze) dias, cujo período será gozado oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 572/2018

Publicação N° 1924057

PORTARIA N. 572, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal CLAUDIOMAR SOARES, matrícula nº 301-8, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 573/2018**

Publicação Nº 1924072

PORTARIA N. 573, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

#### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal JACQUELINE B. DE FREITAS, matrícula nº 13978, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 574/2018**

Publicação Nº 1924078

PORTARIA N. 574, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

#### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal LOIVO DENIR DE OLIVEIRA, matrícula nº 10484-1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 575/2018**

Publicação Nº 1924084

PORTARIA N. 575, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo e Emprego Público nº 002/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Médico, para atuar na Estratégia da Saúde da Família - ESF, pois uma vez que não haja atuação de profissional para dar continuidade nos serviços essenciais da área da Saúde Pública, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de JEAN CARLOS ANTUNES DOS SANTOS, matrícula nº 11419-7, ocupante do cargo de Médico 40 horas – ESF (Estratégia da Saúde da Família), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 06/12/2018, pelo período de 4 (quatro) meses.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 576/2018**

Publicação Nº 1924091

PORTARIA N. 576, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018; Considerando que o contrato da servidora Raquel Fragatto termina em 18/12/2018, porém a mesma encontra-se de atestado médico até o dia 19/01/2019, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período;

**RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de RAQUEL FRAGATTO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 19/01/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Campo Erê – SC, 05 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 577/2018**

Publicação Nº 1924094

PORTARIA N. 577, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, LEDI FARIA EHREMBRIK, matrícula nº 10473-6, ocupante do cargo de Professor de Ensino Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 15 (quinze) dias, para cuidar de familiar, a partir de 03/12/2018, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/12/2018.

Campo Erê – SC, 05 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 578/2018**

Publicação Nº 1924102

PORTARIA N. 578, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público municipal, DIOLINDO VARGAS, matrícula nº 9881, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, a partir de 23 de novembro de 2018, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/11/2018.

Campo Erê – SC, 06 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

## Portaria 579/2018

Publicação Nº 1924105

PORTARIA N. 579, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2019, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Adão Carlos Amaro	305-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2017/2018
Adao Celoni de Castro	1842-2	Motorista	2017/2018
Adilço Jose Moccelini	567-3	Professor de Educação Física	2016/2017
Adriane Bizarro Rocha	2226-8	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Adriane Marisa Kela	10667-4	Professor De Artes	2018/2018
Aline Leal de Lima	1818-0	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Altair Alves dos Santos	1835-0	Motorista	2017/2018
Andreia Zanella Vogt Moreira	1764-7	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Antonio de Castro	10681-0	Motorista	2017/2018
Beatriz de Oliveira	1473-7	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Carlito Teixeira da Rosa	10162-1	Motorista	2017/2018
Cleide Lurdes Perotti	10467-1	Professor De Artes	2018/2019
Cleusa Ines Lansarin Bodaneze	10521-0	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Davi Cristiano Windberg	936-9	Motorista	2017/2018
Delmar da Rosa de Oliveira	10886-3	Motorista	2018/2019
Dolores de Almeida de Lima	2168-7	Auxiliar Serviços Gerais	2015/2016
Edite da Silva Goncalves	68-0/1	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Edina Girelli Alberton	10675-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Edite da Silva Goncalves	68-0/3	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Eliandra Campo	11409-0	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Eliane Ines Werlang	513-4/1	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Eliane Ines Werlang	513-4/3	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Eliane Ludwig	10564-3	Professor Ensino Infantil	2017/2019
Eliomar Rodrigo Freitas	11492-8	Motorista	2018/2019
Elisiane Schneider Sagaz	10898-7	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Erine Natalie B. Nilson	1895-3	Auxiliar Serviços Gerais	2016/2017
Evandro Mariani	10516-3	Motorista	2017/2018
Fernando Escoval	11388-3	Professor de Educação Física	2018/2019
Fernando Zamboni	11484-7	Motorista	2018/2019
Florentina de Fatima da Silva	1312-9	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Franciele Erica Bazzo	10471-0	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Franciele Weisner	10177-0	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Francielly R. Schmitz da Rocha	10581-3	Professor Ensino infantil	2018/2019
Gelson Rodrigues	11490-1	Motorista	2018/2019
Geneci Martins Farias	10558-9	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Gilberto Andre Bazzo	10470-1	Professor Educação Física	2018/2019
Iracilda Ficagna Engler	10477-9	Professor Ensino Infantil	2018/2019

Ivanete F. Laufer Bastista	1592-0	Auxiliar Serviços Gerais	2016/2017
Ivanir Secco	1065-0	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Ivonilde Maria Mayer Soares	1780-9	Auxiliar Serviços Gerais	2016/2017
Janete Bottega	500-2	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Janete Bottega	932-6	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Janete Maria Kuhn	124-4	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Janete Maria Kuhn	10404-3	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Janete Terezinha Lopes	10468-0	Professor de Artes	2017/2018
Janinha A. De O. Hoffmann	10482-5	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Joice C. Backes Rodrigues	928-8/1	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Joice C. Backes Rodrigues	928-8/4	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Juliana Masotti dos Santos	10478-7	Professor Espanhol	2018/2019
Juraci Dornelles Dias	1557-1	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Laudiani Gonçalves	10469-8	Professor Educação Física	2018/2019
Laudir Gonçalves	11440-5	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Ledi Farias Ehrenbrink	10473-6	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Linei Maria da Silva	10941-0	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Loiva Terezinha de Oliveira	10560-0	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Loiva Terezinha de Oliveira	551-7	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Loreci M. Hoffmann Bonemberger	10174-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Lucia Elvane Gauer	10895-2	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Lucia Kaefer	875-3	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Luciana Salete Jacovas	866-4	Professor Ensino Infantil	2016/2017
Luciane Carlotto Masetto	10919-3	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Lurdes Barbisan	512-6	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Lurdes Barbisan	969-5	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Marcia Luzya Kaefer	509-6/1	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Marcia Luzya Kaefer	509-6/3	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Marcia Puntel Alberton	10616-0	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Marilei T. Ledur Bernardi	10330-6	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Marina Bernardi Utzig	10940-1	Nutricionista	2017/2018
Marines Parizotto Debiassi	10561-9	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Marines Parizotto Debiassi	11387-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Marines Vuelma Picinini	542-8/1	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Marines Vuelma Picinini	542-8/2	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Marinez Gloria da Silva	10891-0	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Maristela Masetto Dal Piva	972-5	Professor de Educação Física	2015/2019
Marivone A. B. Borgheti	972-5	Professor de Educação Física	2018/2019
Melania Salete Kosvoski	1291-2	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Melania Salete Kosvoski	10676-3	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Nilson Piazza dos Santos	1195-9/1	Motorista	2016/2017
Noelene Soares	10238-5	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Noeli Roman Ross Sassi	947-4	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Priscila Goncalves	10892-8	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Rafaela Spader	1530-0	Psicólogo	2016/2017
Rakel Ksteski	10481-7	Professor Ensino Infantil	2017/2018
Regina Maria Brito	10506-6	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Regina Maria Brito	970-9	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Rejane da Rosa Rigon	10480-9	Professor de Educação Física	2017/2018
Rejane Priscila Rambo	11436-7	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Roque Ranolfo Hermes	10960-6	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Rosa Dias de Oliveira	10882-0	Auxiliar Serviços Gerais	2017/2018
Rozane Bortoncello Moreira	933-4	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Rozane Bortoncello Moreira	515-0	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Rozangela A. R. V. Mocellini	112-0	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Rozeli de Freitas Medeiros	10236-9	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Rudinei de Lara	1785-0	Motorista	2017/2018
Rute Piccoli Parizotto	1323-4	Professor Ensino Fundamental	2017/2018
Rute Piccoli Parizotto	10563-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Samelita Martins	874-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Sandra Aparecida Lopes	10901-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2017/2018
Selene Marta Pontes Viganó	10562-7	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Selene Marta Pontes Viganó	930-0	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Serli Maria Freitas	10566-0	Professor Ensino Infantil	2018/2019

Silvania Aparecida Costa	633-5	Auxiliar Serviços Gerais	2018/2019
Silvia Keli Stein Bombieri	10559-7	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Solange N. Boesing Crestani	11411-1	Professor Ensino Fundamental	2018/2019
Suzana Azzolini	10465-5	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Tania Mara Cinelli	10556-2	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Terezinha Tafarel Nienow	931-8	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Terezinha Tafarel Nienow	865-6	Professor Ensino Infantil	2018/2019
Valeria Calegari Damasceno	2135-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2016/2017
Elizandra Fatima Sehnem Coppi	11161-9	Diretor Centro Educ. Municipal	2018/2019
Lisete Terezinha Schimitz	11169-4	Diretor Adjunto nível 1	2018/2019

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 06 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

## Portaria 580/2018

Publicação Nº 1924130

PORTARIA N. 580, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35, da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, JOELSO DUARTE, matrícula nº 114707, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 03 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/12/2018.

Campo Erê – SC, 06 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 581/2018**

Publicação Nº 1924134

PORTARIA N. 581, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, IARA LUZIA GOIS DA SILVA RAMOS, matrícula nº 11.433-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 18 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 582/2018**

Publicação Nº 1924144

PORTARIA N. 582, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35, da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, PEDRO ALMERINDO SPIER, matrícula nº 111449, ocupante do cargo de Coordenador de Transportes Rodoviários, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 11 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/12/2018.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 583/2018**

Publicação Nº 1924154

PORTARIA N. 583, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Revogação da Portaria n. 523 de 09 de outubro de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando que em 23/11/2018, o servidor Leozir Aurelio, foi nomeado para assumir o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Defesa Civil e Cidadania, CC-2, código 99.2.07, a partir de 30/11/2018, não sendo mais necessária tal designação;

**RESOLVE**

Art. 1º. REVOGAR a Portaria n. 523, de 09 de outubro de 2018, que dispõe sobre a designação do servidor MAURIVAN LUIZ FRIZZO, matrícula nº 0111597, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, para responder interinamente pela Diretoria de Defesa Civil e Cidadania, a partir de 30/11/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 30/11/2018.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 584/2018**

Publicação Nº 1924162

PORTARIA N. 584, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal ATAIDE LUIZ MAGRI, matrícula nº 101940, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 585/2018**

Publicação N° 1924165

PORTARIA N. 585, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal DIOLINDO VARGAS, matrícula nº 9881, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 586/2018**

Publicação N° 1924168

PORTARIA N. 586, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;  
Considerando o Parecer AJU/CJU nº 376/2018, datado de 10 de dezembro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal ELAINE R. P. DE MELO, matrícula nº 109320, ocupante do cargo de Monitor Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao tempo averbado e efetivo até 08.09.2016, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3



**Portaria 587/2018**

Publicação Nº 1924172

PORTARIA N. 587, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 375/2018, datado de 10 de dezembro de 2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal NOEMI ROSA DANELUZ, matrícula nº 13510, ocupante do cargo de Monitor Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período de 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 588/2018**

Publicação Nº 1924178

PORTARIA N. 588, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 379/2018, datado de 11 de dezembro de 2018;

Considerando que o contrato das servidoras a seguir especificadas, termina em 18/12/2018, porém as mesmas são gestantes, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período, conforme dispõe o artigo 10, II, "b" do ADCT, garantido sua estabilidade por até 5 meses após o parto;

Considerando que os contratos serão mantidos desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, podendo a data fixada neste ato ser alterada para que ocorra essa adequação conforme os atestados médicos de Licença Maternidade;

**RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação das professoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 18/12/2019, conforme segue:

Nome	Matrícula	Cargo
Danieli Nespolo	11468-5	Professor de Educação Infantil
Eloa de Castro	11425-1	Professor de Educação Infantil
Fernanda Costa	11496-6	Professor de Ensino Fundamental
Ivonilde Folle	11481-2	Professor de Educação Infantil
Marcilene R. da Silva	11421-9	Professor de Ensino Fundamental
Pamela Munis Mapelli	11405-7	Professor de Educação Infantil

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 589/2018**

Publicação Nº 1924181

PORTARIA N. 589, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 379/2018, datado de 11 de dezembro de 2018;

Considerando que o contrato da servidora Alcione Giusti, termina em 18/12/2018, porém a mesma é gestante, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período, conforme dispões o artigo 10, II, "b" do ADCT, garantido sua estabilidade por até 5 meses após o parto;

#### **RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de ALCIONE GIUSTI, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 12/05/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### **Portaria 590/2018**

Publicação Nº 1924189

PORTARIA N. 590, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

#### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, abaixo identificados, pelo período de 30 dias, a partir de 02 de janeiro de 2019, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	Período
Danieli Nespolo	11468-5	Professor de Educação Infantil	2018/2019
Eloa de Castro	11425-1	Professor de Educação Infantil	2018/2019
Fernanda Costa	11496-6	Professor de Ensino Fundamental	2018/2019
Ivonilde Folle	11481-2	Professor de Educação Infantil	2018/2019
Marcilene R. da Silva	11421-9	Professor de Ensino Fundamental	2018/2019
Pamela Munis Mapelli	11405-7	Professor de Educação Infantil	2018/2019

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

## Portaria 591/2018

Publicação Nº 1924194

PORTARIA N. 591, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando que o contrato do servidor Adriano Conchi termina em 31/12/2018, porém persiste a necessidade da continuidade dos serviços prestados junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período;

### RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de ADRIANO CONCHI, matrícula nº 14441-3, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 31/12/2018 à 30/01/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 592/2018**

Publicação Nº 1924198

PORTARIA N. 592, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 377/2018, datado de 10 de dezembro de 2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal ALTAIR ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 18350, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período de 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 593/2018**

Publicação Nº 1924201

PORTARIA N. 593, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal CELIO DAMASCENO, matrícula nº 1988, ocupante do cargo de Desenhista, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

**Portaria 594/2018**

Publicação Nº 1924206

PORTARIA N. 594, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, LUCIANE GIACHINI ANTONIETTI, matrícula nº111333, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de dezembro de 2018, pelo período de 90 (noventa) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/12/2018.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 595/2018**

Publicação Nº 1924210

PORTARIA N. 595, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a designação de servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, V da Lei Orgânica Municipal, e o art. 17º, da Lei Complementar n.º 012/2002.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal ELAINE RIBEIRO PEDROSO DE MELLO, matrícula nº 109320, ocupante do cargo de Monitor Social, para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo período de 11/12/2018 à 31/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/12/2018.

Campo Erê – SC, 13 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 596/2018**

Publicação N° 1924212

PORTARIA N. 596, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal CATIA REGINA FERLIN DA VEIGA, matrícula nº 101630, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 597/2018**

Publicação N° 1924215

PORTARIA N. 597, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal ADÃO CELONI DE CASTRO, matrícula nº 18422, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2013/2018, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 598/2018**

Publicação Nº 1924217

PORTARIA N. 598, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal JOSE EDISON BAHU, matrícula nº 9970, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 599/2018**

Publicação Nº 1924219

PORTARIA N. 599, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal BEATRIZ DE F. F. DA SILVA, matrícula nº 470-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3



**Portaria 600/2018**

Publicação N° 1924223

PORTARIA N. 600, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pela Lei Complementar nº 029/2005 e 073/2014; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 378/2018, de 11 de dezembro de 2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Pós Graduação), de 15% (quinze por cento), a servidora pública municipal SAMARA RONCHI, matrícula nº 10887-1, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme comprovação de conclusão de Pós Graduação em área específica de atuação.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 601/2018**

Publicação N° 1924232

PORTARIA N. 601, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pela Lei Complementar nº 029/2005 e 073/2014; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 385/2018, de 14 de dezembro de 2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Pós Graduação), de 15% (quinze por cento), à servidora pública municipal GISELI OLIVEIRA FERRI, matrícula nº 111716, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme comprovação de conclusão de Pós Graduação em área específica de atuação.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 602/2018**

Publicação Nº 1924237

PORTARIA N. 602, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal IVANOR AMARO, matrícula nº 3883, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário, a partir de 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

**Portaria 603/2018**

Publicação Nº 1924241

PORTARIA N. 603, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2019, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Anildo Roque Spier	10176-1	Operador de Equip. Rodoviários	2015/2016
Enio dos Santos	315-8	Motorista	2017/2018
Irinei Volmir Windberg	10597-0	Operador de Equip. Rodoviários	2014/2015
Luiz Assis da Silva Birges	58-2	Agente de Manut. e Conservação	2016/2017
Luiz Honório Zerbieli	1021-9	Motorista	2017/2018
Macielinho da Silva	11110-4	Operador de Equip. Rodoviários	2017/2018
Marcelo Bianchi	10589-9	Motorista	2017/2018
Milton José Staudt	941-5	Motorista	2018/2019
Nelson Carlos C. Martins	1049-9	Operador de Equip. Rodoviários	2017/2018
Roberto Luiz Bianchi	10233-4	Motorista	2017/2018
Vinicius Pietskoski	10993-2	Operador de Equip. Rodoviários	2017/2018

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 18 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 604/2018

Publicação N° 1924244

PORTARIA N. 604, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da designação de servidor municipal para atuar no cartório Eleitoral, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar n. 012/2002;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGA A DESIGNAÇÃO, da servidora pública municipal ENA ELIZETE SAQUETE, matrícula 001018-9, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar no Cartório Eleitoral, da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de 21/03/2019 à 21/03/2020.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 605/2018

Publicação N° 1924297

PORTARIA N. 605, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IVONETE CUNHA DOS SANTOS, matrícula nº 11511-8, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 18/12/2018 à 01/01/2019, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 606/2018

Publicação Nº 1924310

PORTARIA N. 606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando que o contrato da servidora a seguir especificada, termina em 18/12/2018, porém a mesma encontra-se de atestado médico, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período, conforme dispões a legislação vigente;

#### RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de IVONETE CUNHA DOS SANTOS, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 01/01/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 607/2018

Publicação Nº 1924312

PORTARIA N. 607, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, IVONÍ ALLEBRANDT CONCHI, matrícula nº 11438-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 18 de dezembro de 2018, pelo período de 07 (sete) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 608/2018

Publicação N° 1924329

PORTARIA N. 608, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando que o contrato da servidora a seguir especificada, termina em 18/12/2018, porém a mesma encontra-se de atestado médico, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período, conforme dispõe a legislação vigente;

#### RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de IVONÍ ALLEBRANDT CONCHI, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 25/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

### Portaria 609/2018

Publicação N° 1924332

PORTARIA N. 609, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, I, da Lei Complementar 011/2002;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, KAROLINE THAIS PIMMEL, matrícula nº 114120, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 13 de dezembro de 2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

## **Portaria 610/2018**

Publicação Nº 1924333

PORTARIA N. 610, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando que o contrato da servidora a seguir especificada, termina em 18/12/2018, porém a mesma encontra-se de atestado médico, não podendo ter sua contratação encerrada nesse período, conforme dispões a legislação vigente;

### **RESOLVE**

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação KAROLINE THAIS PIMMEL, matrícula nº 114120, para o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/12/2018 à 13/06/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/12/2018.

Campo Erê – SC, 19 de dezembro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº 10662-3

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.227/19 DE 19/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924601

DECRETO Nº 8.227/19 DE 19/02/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 35.892,61 (Trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.049- Bloco de Proteção Social Básica

Elementos de despesa: - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.000031- Aplicações Diretas ..... R\$ 35.892,61

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, recursos do CRAS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de fevereiro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 4.521/19 DE 20/02/2019 DETERMINA O PAGAMENTO DE MULTA DE CARÁTER ADMINISTRATIVO AOS ATOS DE CRUELDADE E MAUS TRATOS COMETIDOS CONTRA ANIMAIS, INDEPENDENTE DAS SANÇÕES PREVISTAS EM OUTROS DISPOSITIVOS LEGAIS: ESTADUAL OU FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1923929

LEI Nº 4.521/19 de 20/02/2019

Determina o Pagamento de Multa de Caráter Administrativo aos Atos de Crueldade e Maus Tratos Cometidos Contra Animais, Independente das Sanções Previstas em Outros Dispositivos Legais: Estadual ou Federal, e dá Outras Providências.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estabelecido no Município de Campos Novos o pagamento de multa aos atos de crueldade e maus tratos cometidos contra animais, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais: Estadual ou Federal e dá outras providências.

Parágrafo único – Consideram-se crueldade e maus tratos toda e qualquer ação ou omissão que implique em: sofrimento, abuso, ferimentos de qualquer natureza, mutilação, transtornos psicológicos ou estresse de animais silvestres, nativos ou exóticos, domésticos e domesticados.

Art. 2º É proibido soltar ou abandonar animais em vias e logradouros públicos e privados, sob pena de multa de 90 UFM (Unidade Fiscal Municipal) por animal.

Art. 3º A multa dobra de valor nos seguintes casos:

I. No caso de abandono de animais doentes, feridos, idosos e debilitados;

II. No caso de atropelamento do animal, seguido de fuga do condutor do veículo sem prestar a devida assistência médico veterinária;

III. No caso de animais abandonados dentro de imóveis, cabendo ao locatário ou ao fiador o seu pagamento.

Parágrafo único – Não sendo encontrados os responsáveis descritos no inciso III caberá ao proprietário do imóvel o pagamento da multa.

Art. 4º No caso de abandono de animais de grande porte, independentemente de seu estado de saúde, a multa é de 180 UFM (Unidade Fiscal Municipal), por animal.

Art. 5º É de responsabilidade do proprietário a manutenção dos animais em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, sob pena de multa no valor de 90 UFM (Unidade Fiscal Municipal) por infração, dobrando o valor para cada reincidência.

Parágrafo único – Na mesma pena incorre quem mantém animais presos em correntes, cordas ou qualquer outro similar curto, ou espaços pequenos que lhes impeçam a respiração, sua movimentação adequada, o descanso, ou os privem de ar ou luz, que comprometa seu bem-estar.

Art. 6º Todo animal, ao ser conduzido em vias públicas, deve obrigatoriamente usar coleira e guia adequadas ao seu tamanho e porte, sob



pena de pagamento de multa no valor de 15 UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§1º. Os responsáveis pelos animais, reconhecidos em norma estadual vigente como "cães comunitários", ficam isentos a cumprir o disposto no caput.

§2º. Para os cães, fica proibido o uso dos enforcadores de metal com garras e de focinheiras não adequadas ao bem-estar do animal.

Art. 7º É vedado, sob pena de pagamento de 90 UFM (Unidade Fiscal Municipal), por animal:

I. a comercialização de animais em vias e logradouros públicos;

II. a comercialização de cães e gatos não esterilizados cirurgicamente, exceto entre criadores oficiais;

III. a distribuição de animais vivos a título de brinde ou sorteio;

IV. a comercialização de animais silvestres sem a devida autorização do IBAMA;

V. manter animais destinados à venda em locais inadequados ao seu porte, que lhes impeça a movimentação adequada, que não proporcionem todo o necessário para o seu bem-estar, bem como animais debilitados e doentes.

Art. 8º São passíveis de punição as pessoas físicas, inclusive detentoras de função pública, civil ou militar, bem como toda organização social ou empresa com ou sem fins lucrativos, de caráter público ou privado, que intentarem contra o que dispõe esta lei.

Art. 9º As despesas com assistência veterinária de demais gastos decorrentes a crueldade e maus-tratos de que trata esta Lei serão de responsabilidade do infrator, na forma do Código Civil.

Art. 10 Fica o poder público autorizado a reverter os valores recolhidos em função das multas previstas por esta Lei para programas municipais de controle populacional através da esterilização cirúrgica e identificação e registro permanente do animal.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de fevereiro de 2019

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 8.225/19 DE 18/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924597

DECRETO Nº 8.225/19 DE 18/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08– SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009– Manutenção da Segurança Pública e Transito

Elementos de despesa: 157 - 3.3.30.00.00.00.00.00.03.0000.000000– Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, recursos próprios, no montante de R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 8.225/19 DE 18/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924866

DECRETO Nº 8.225/19 DE 18/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08– SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009– Manutenção da Segurança Pública e Transito

Elementos de despesa: 157 - 3.3.30.00.00.00.00.00.03.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, recursos próprios, no montante de R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 8.228/19 DE 19/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924867

DECRETO Nº 8.228/19 DE 19/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 215.500,00 (Duzentos e quinze mil e quinhentos reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 112 - 3.3.30.00.00.00.00.00.01.0010.000000- Transferências a Estados e ao Distrito Federal ..... R\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 157 - 3.3.30.00.00.00.00.00.03.0000.000000- Transferências a Estados e ao Distrito Federal ..... R\$ 145.500,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 158 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0010.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 152 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 44.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º será subtraído R\$ 145.000,00 do superávit financeiro, exercício anterior, recursos próprios; será subtraído R\$ 60.000,00 do provável excesso de arrecadação convênio de trânsito- Polícia Militar; e será subtraído do superávit financeiro exercício anterior, convenio de transito- Polícia Militar R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de fevereiro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 8.228/19 DE 19/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924600

DECRETO Nº 8.228/19 DE 19/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 215.500,00 (Duzentos e quinze mil e quinhentos reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito  
Elementos de despesa: 112 - 3.3.30.00.00.00.00.00.01.0010.000000- Transferências a Estados e ao Distrito Federal ..... R\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito  
Elementos de despesa: 157 - 3.3.30.00.00.00.00.00.03.0000.000000- Transferências a Estados e ao Distrito Federal ..... R\$ 145.500,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito  
Elementos de despesa: 158 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0010.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito  
Elementos de despesa: 152 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 44.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º será subtraído R\$ 145.000,00 do superávit financeiro, exercício anterior, recursos próprios; será subtraído R\$ 60.000,00 do provável excesso de arrecadação convênio de trânsito- Polícia Militar; e será subtraído do superávit financeiro exercício anterior, convenio de transito- Polícia Militar R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de fevereiro de 2019.  
Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 8.229/19 DE 19/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924605

DECRETO Nº 8.229/19 DE 19/02/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 63.905,00 (Sessenta e três mil e novecentos e cinco reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.050- Recursos do SUAS/ Estado  
Elementos de despesa: 27- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000047- Aplicações Diretas ..... R\$ 6.798,00

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.050- Recursos do SUAS/ Estado  
Elementos de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000049- Aplicações Diretas ..... R\$ 7.107,00

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.053- Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Elementos de despesa: 29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035.000036- Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município.

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.050- Recursos do SUAS/ Estado  
Elementos de despesa: 10- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000046- Aplicações Diretas ..... R\$ 13.905,00

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.053– Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Elementos de despesa: 16 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0035.000036– Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de fevereiro de 2019.  
Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.230/19 DE 20/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924603

DECRETO Nº 8.230/19 DE 20/02/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 7.665,06 (Sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e seis centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 32– FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA  
UNIDADE: 01-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.041– Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
Elementos de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0034.000000– Aplicações Diretas ..... R\$ 7.665,06

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, recursos convênios federais, no montante de R\$ 7.665,06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de fevereiro de 2019.  
Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.199/18 DE 21/12/2018. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.JOSÉ ATHANAZIO.**

Publicação Nº 1924322

DECRETO Nº 8.199/18 DE 21/12/2018.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.JOSÉ ATHANAZIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346 de 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 40– FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.JOSÉ ATHANASIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANASIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.087- Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athansio  
Elementos de despesa: 5- 3.3.90.00.00.00.00.00.0612– Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 40– FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.JOSÉ ATHANASIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANASIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.087- Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athansio  
Elementos de despesa: 3- 3.1.90.00.00.00.00.00.0612– Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de dezembro de 2018.

Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.224/19 DE 18/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924607

DECRETO Nº 8.224/19 DE 18/02/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.003- Reequipamento de Segurança Pública

Elementos de despesa: - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0011.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, convênio de trânsito, Polícia Civil, no montante de R\$ 12.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 2019.  
Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.226/19 DE 18/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924609

DECRETO Nº 8.226/19 DE 18/02/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.082- Manutenção do Fundo Municipal do Idoso

Elementos de despesa: - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 38.400,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro, recursos do exercício anterior, outras fontes, no montante de R\$ 38.400,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 2019.  
Sílvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.231/19 DE 21/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1923932

DECRETO Nº 8.231/19 de 21/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

17.512.0018.1.036 – Reequipamentos do Sistema de Captação, Tratamento e Rede de Distribuição de Água  
4.4.90.00.00.00.00.0600–Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Art.2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de fevereiro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.232/19 DE 22/02/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 1924868

DECRETO Nº 8.232/19 DE 22/02/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 03– SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002– Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 154 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000– Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 04– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013– Manutenção do departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 161 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036.000000– Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído R\$ 60.000,00 do superávit financeiro do exercício anterior, recursos próprios e R\$ 120.000,00 do superávit financeiro do exercício anterior salário educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 22 de fevereiro de 2019.

Sílvia Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal



**ATA RG 06/2019 - PREFEITURA - DEDETIZADORA**

Publicação Nº 1923491

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 11/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2019**

No dia 21 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2019, Processo Licitatório nº. 11/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TRATAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA DO SOCIAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12164	DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	
12167	DEDETIZADORA NAVARINI LTDA	
11851	DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA ME	
11848	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO ME	
12166	KEVIN BUGS VAZ	
11220	MARCOS ANDRÉ REICHERT & CIA LTDA EPP	3
12165	ML DEDETIZACAO LTDA	
10762	QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	
10271	VIDAL PEREIRA MARTINS 54340861987	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	HILTON JACOBSEN	346.849.219-72
DEDETIZADORA NAVARINI LTDA	11.377.392/0001-29	GUSTAVO SOUZA DA ROCHA	086.090.869-09
DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA ME	15.583.923/0001-90	FABIO GOULART	031.439.399-40
IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO ME	19.429.829/0001-32	ODAIR JOSE MORESCO	824.956.459-68
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	KEVIN BUGS VAZ	068.345.519-21
MARCOS ANDRÉ REICHERT & CIA LTDA EPP	06.941.912/0001-44	MARCOS ANDRE REICHERT	994.656.470-04
ML DEDETIZACAO LTDA	09.308.661/0001-53	JOÃO CARLOS UBIALLI	947.323.029-04
QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMEN	15.411.229/0001-96	ROBSON SCOLARO	048.882.429-09
VIDAL PEREIRA MARTINS 54340861987	11.586.002/0001-20	VIDAL PEREIRA MARTINS	543.408.619-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TRATAMENTO E ANÁLISE DE ÁGUA, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA DO SOCIAL.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 2/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019**Fornecedor: 11220 - MARCOS ANDRÉ REICHERT & CIA LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CONTROLE DE VETORES E PRACAS REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS E DESRATIZAÇÃO.	M2		19.280,000	0,3300	6.362,40

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 21 de Fevereiro de 2019.

**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	CNPJ: 79.511.879/0001-96	_____
DEDETIZADORA NAVARINI LTDA	CNPJ: 11.377.392/0001-29	_____
DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA ME	CNPJ: 15.583.923/0001-90	_____
IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO ME	CNPJ: 19.429.829/0001-32	_____
KEVIN BUGS VAZ	CNPJ: 21.207.079/0001-04	_____
MARCOS ANDRÉ REICHERT & CIA LTDA EPP	CNPJ: 06.941.912/0001-44	_____
ML DEDETIZACAO LTDA	CNPJ: 09.308.661/0001-53	_____
QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	CNPJ: 15.411.229/0001-96	_____
VIDAL PEREIRA MARTINS 54340861987	CNPJ: 11.586.002/0001-20	_____

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT CT102019**

Publicação Nº 1924904

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 10/2019

DATA DE ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2019

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal do SAMAE do Município de Campos Novos/SC.

CONTRATADA: Georgeo Almeida - ME

VALOR: R\$ 16.990,00 (Dezesseis mil e novecentos e noventa reais).

PRAZO: 120 (Cento e vinte) dias.

Campos Novos – SC, 22 de Fevereiro de 2019.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE



# Canelinha

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/SEMAIS/2019

Publicação Nº 1923399

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/SEMAIS/2019

OBJETO: Aquisição de um (01) turbidímetro portátil, utilizado para análise de água tratada distribuída aos munícipes, para a utilização na estação de tratamento de água (ETA)

CONTRATADA: HEXIS CIENTIFICA LTDA

VALOR DO CONTRATO: 10.083,00 (dez mil e oitenta e três reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 21 de fevereiro de 2019. EDUARDO FURTADO – Diretor Administrativo.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/PMC/2019

Publicação Nº 1923387

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

Dispensa de Licitação 042/PMC/2019

OBJETO: Aquisição de livros de literatura infantil e infanto juvenil para escolas e creches do Município de Canelinha.

CONTRATADA: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.972,00 (Quinze mil novecentos e setenta e dois reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 21 de fevereiro de 2019. Rosângela Maria Leal Cordeiro - Secretária de Educação, Cultura e Esportes

# Canoinhas

## PREFEITURA

### EDITAL 001/ FMEL/2019

Publicação Nº 1923608

EDITAL 001/ FMEL/2019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer, inscrita no CNPJ nº: 03.914.543/0001-02, com sede na Rua: Felipe Schmidt, nº 1277, Centro, Canoinhas – SC, CEP 89460-000, através de seu Presidente FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo, para contratação temporária de profissionais de Educação Física para atuarem junto à Fundação Municipal de Esportes e Lazer, este Processo Seletivo reger-se-á nas Leis Municipais nº. 3.869 de 24 de agosto de 2005, Lei nº. 5.442 de 16 de novembro de 2014 e Lei nº 5.528 de 25 de março de 2015.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Compreende-se como Processo Seletivo Simplificado: a inscrição, a classificação, e a contratação para o exercício temporário das atribuições do cargo.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por intermédio de Comissão designada por Portaria Específica.

1.3. Durante toda a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no Art. 37, "caput" da Constituição Federal.

#### 2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO.

2.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
CR	Técnico Desportivo de Dança	Ensino superior - bacharelado educação física ou licenciatura em educação física e registro no CREF	R\$ 950.18	20 horas	Títulos Análise Curricular

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O processo de inscrições dar-se-á no período compreendido entre 25 de Fevereiro de 2019 á 11 de Março de 2019, das 8h às 12h, e das 13h às 17h junto à sede da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, localizada à Rua Felipe Schmidt nº1277, anexo ao Estádio Municipal Benedito Therézio de Carvalho Junior, Centro, Canoinhas - SC.

3.2. O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição/Curriculum Vitae, Anexo I deste edital com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição/Curriculum Vitae poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos, mediante a apresentação do respectivo mandato procuratório, com firma do outorgante devidamente reconhecida por Tabelião, acompanhado de cópia de documento oficial de identidade do procurador, autenticada em Cartório.

3.3. O preenchimento da Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo.

3.4. Juntamente com a Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, no ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos e originais para conferência: documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação e registro exigidos para o cargo (se for o caso), bem como deverá apresentar cópia da documentação para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.5. As inscrições serão gratuitas.

3.6. No ato da inscrição será entregue ao candidato, comprovante de requerimento de inscrição.

3.7. O candidato somente será considerado inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

3.8. As informações prestadas na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluí-lo deste Processo Seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

3.9. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições e/ou entrega de documentos.

3.10. Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

#### 4. DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Ter idade mínima de 18 anos;

4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

4.3. No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, além dos já apresentados para a inscrição:

4.3.1. Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

4.3.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

4.3.3. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo atividades emitida pelo respectivo órgão;

4.3.4. Cédula de Identidade (RG);

4.3.5. CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

4.3.6. Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

4.3.7. Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

4.3.8. Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

4.3.9. Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

4.3.10. Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

4.3.11. Número de inscrição no PIS/PASEP;

4.3.12. Fotografia 3X4 recente;

4.3.13. Comprovante de residência atual;

4.3.14. Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

4.4. O prazo de vigência da contratação será de até 06 (seis) meses, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005.

#### 5. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CURRICULAR E DOS TÍTULOS

5.1. A avaliação consistirá na Análise Curricular e de Títulos, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

5.2. No processo de análise e avaliação curricular e dos títulos serão observadas, para fins de classificação, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional na área para a qual concorre, a participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, com as respectivas cargas horárias e conteúdos na área de habilitação ao cargo pretendido, com certificados expedidos por Instituição devidamente autorizada, sendo que a pontuação do candidato será estabelecida conforme os critérios da tabela abaixo:

TÍTULOS	
Título	Pontuação por Certificado
Certificado de Conclusão de Curso de Graduação na área exigida como requisito para o cargo.	0,25
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento do Processo Seletivo.	0,50
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Mestrado, na área de conhecimento do Processo Seletivo.	0,75
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Doutorado, na área de conhecimento do Processo Seletivo.	1,00
Pontuação máxima por títulos	2,00
PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS	
Certificados	Pontuação por Certificado
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária de no mínimo 08 (oito) até o máximo de 20 (vinte) horas.	0,10
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 20 (vinte) até o máximo de 40 (quarenta) horas.	0,20
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 40 (quarenta) até o máximo de 80 (oitenta) horas.	0,30
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 80 (oitenta) até o máximo de 120 (cento e vinte) horas.	0,40
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 120 (cento e vinte) horas.	0,50
Pontuação máxima por participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios	3,00
EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	

Exercício profissional na área para a qual concorre.	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses completos, não sendo considerada a fração de períodos menores.
Pontuação máxima para experiência profissional comprovada na área de atuação	5,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	10 (dez) pontos

## 6. DA PONTUAÇÃO

- 6.1. Só serão considerados e pontuados os certificados, declarações e/ou certidões devidamente discriminados na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, devendo o candidato entregar cópia dos documentos que comprovem a realização dos mesmos no prazo estipulado.
- 6.2. Para comprovação dos títulos, o candidato deverá apresentar, no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório, ou ainda ou cópias simples acompanhadas do original para verificação.
- 6.3. As informações prestadas e/ou não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.
- 6.4. Não serão considerados na pontuação documentos ilegíveis ou incompletos.
- 6.5. Os Certificados de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio que não constarem a carga horária não serão pontuados;
- 6.6. A comprovação da experiência de trabalho se dará: pela apresentação de cópia da CTPS, página de identificação e contrato de trabalho (com início e fim); pela apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão Público onde trabalhou, com informação acerca das atividades desenvolvidas e respectivo período e/ou Portarias de Nomeações e Exonerações.
- 6.7. Cada certificado será pontuado uma única vez e para um único critério.
- 6.8. Os comprovantes de escolaridade e formação que constam como requisitos obrigatórios para o cargo, relacionados no item 2.1, não serão computados ou considerados na fase de Análise Curricular e Títulos, por se tratarem de requisito de ingresso.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 7.1. O Resultado Classificatório do Processo Seletivo Simplificado será a soma dos pontos obtidos no processo de análise e avaliação curricular e dos títulos, conforme os critérios de pontuação estabelecidos na tabela dos itens 5.2.
- 7.2. Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos.
- 7.3. Ocorrendo empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
- a) O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;
- b) O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.
- 7.4. No caso do candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único da Lei nº. 10.741/03 – Estatuto do Idoso, o primeiro critério de desempate será a maior idade, seguido pelo maior tempo de experiência profissional.
- 7.5. O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no prazo máximo de 48 horas, contados a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado preliminar da seleção, no horário das 8hs às 12hs, anexando a documentação comprobatória.
- 7.5.1. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento do mesmo no prazo de 48 horas.
- 7.5.2. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação.
- 7.6. A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer à situação de necessidade excepcional e temporária de interesse público, limitado ao prazo de vigência deste certame.
- 7.7. A convocação do primeiro candidato classificado será realizada por telefone, meio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a ciência do interessado;
- 7.8. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem de classificação.

## 8. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

- 8.1. Técnico Desportivo de Dança: Viabilizar o processo ensino/aprendizagem no campo Esportivo - na área da Dança, criando condições de assimilação de conteúdos programáticos sobre teoria e prática, voltados à execução prática esportiva. Propiciar a participação dos discentes em campeonatos internos, externos, motivando-os organizando e divulgando estes eventos. Promover a participação da comunidade em programas de atividades físicas voltadas para a saúde. Concorrer para o aprimoramento da capacidade memorização e raciocínio lógico do aluno-atleta, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos, através da elaboração de exercícios teóricos e práticos de fixação. Contribuir para a formação da personalidade do educando, desenvolvendo neste a sociabilidade, senso de organização, ordem e demais qualidades. Desenvolver no discente o gosto pelo esporte, o espírito de equipe, a sociabilidade e a formação de valores como a disciplina, persistência e a autoconfiança, através da realização exercícios de execução de escalas de trechos de difícil interpretação, frequência a treinos, com visitas a busca do aprimoramento técnico esportivo. Concorrer para a mensuração dos resultados do processo de ensino/aprendizagem, através da execução de controles e levantamentos estatísticos e participação em atividades avaliatórias.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que venham a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.
- 9.2. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 9.3. O candidato aprovado deverá manter atualizado o seu endereço e telefone.
- 9.4. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no programa/cargo especificado neste Edital.
- 9.5. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas

inicialmente neste Edital, conforme dispuser a legislação local.

9.6. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Canoinhas, 21 de Fevereiro de 2019.

Francisco de Assis Ferreira da Silva

Presidente Honorífico

Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Gilberto dos Passos

Prefeito

#### ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO/CURRICULUM VITAE

##### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do(a) Candidato(a): \_\_\_\_\_

Número do CPF: \_\_\_\_\_ Número do RG: \_\_\_\_\_

Cargo pretendido: \_\_\_\_\_ CREF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone fixo: \_\_\_\_\_ Telefone celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

##### CURRICULUM VITAE

##### TÍTULOS

Título/Instituição	

##### PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS

Certificado	Carga Horária	

##### EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Empresa/Órgão/Instituição	Tempo em Meses	

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PORTARIA Nº 002/2019/FMEL**

Publicação Nº 1923567

PORTARIA Nº. 02/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR, efetivo no cargo de Técnico Desportivo de Handebol na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, que estava cedido a Secretaria de Educação, Conforme Portaria nº004/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 15 de Fevereiro de 2019.  
Francisco de Assis Ferreira da Silva  
Presidente Honorífico  
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 15/02/2019.

**PORTARIA Nº 003/2019/FMEL**

Publicação Nº 1923570

PORTARIA Nº. 003/2019

Francisco de Assis Ferreira da Silva, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através do Decreto nº 143/2018, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. nº78 da Lei Municipal nº 2.305/1990, Resolve:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2019 - FMEL

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, previsto no Edital Nº 001/2019, visando à contratação temporária de Técnico desportivo de Dança, que irá atuar na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- FELIPE PFLANZER

- JOSÉ ROBERTO KREZESINSKI FILHO

- DIMAS ANTONIO CHAGAS

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 20 de Fevereiro de 2019.  
Francisco de Assis Ferreira da Silva  
Presidente Honorífico  
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 20/02/2019.

**PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DOS REMANESCENTES E DEMAIS INTERESSADOS DO PREGÃO FMAS 01/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1923943

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 01/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 01/2019 (PRESENCIAL)  
CONVOCAÇÃO DOS REMANESCENTES E DEMAIS INTERESSADOS

O Município de Canoinhas/SC torna público que, tendo em vista a desclassificação das empresas: VIANTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA para os Lotes 01 e 04 e IVETE BRUSQUE SANDER para os Lotes 02 e 03, por não terem entregue as amostras no período estabelecido em Edital, convoca os participantes remanescentes e demais interessados desta licitação, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA

AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS PARA ARTESANATO TAIS COMO: TECIDO PARA PANO DE PRATO, FIO DE COSTURA, FIO PARA CROCHÊ, DESTINADOS AO PAVI - PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA 3ª IDADE, para comparecerem no dia 26/02/2019, às 08h20min, no edifício desta prefeitura, para abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes remanescentes. Obs.: Os licitantes remanescentes que estiverem em 2º lugar nos lotes referidos e que já foram habilitados na Sessão que ocorreu no dia 15/02/2019 estão dispensados desta convocação, sendo que terão até o dia 28/02/2019 para entregar suas amostras conforme exige o Edital. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 14/2019 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 1923851

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 16/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 14/2019 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/03/2019, às 14h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) MESAS EM MDF OU MDP, 01 (UM) ARQUIVO DE AÇO, 01 (UMA) CAMARAS DE CONSERVAÇÃO PARA IMUNOLÓGICOS, 05 (CINCO) CADEIRAS DE RODAS ADULTO, 04 (QUATRO) CONSULTÓRIOS/CONJUNTOS ODONTOLÓGICOS COMPLETOS, 02 (DOIS) COMPRESSORES ODONTOLÓGICOS E 04 AUTOCLAVES DIGITAIS, DESTINADOS AS UBS: COHAB I, JAIR CORTE E VEREADOR WILLY RADKE, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº 11206.680000/1180-01. Recebimento de propostas até às 13h30min do dia 15/03/2019. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 19/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1923848

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 34/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 19/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/03/2019, às 08h20min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO SEDAN, 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO PICK-UPA, NOVOS, ZERO KM E 03 (TRÊS) CAMINHÕES TOCO BASCULANTE. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 18/03/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 20/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1923845

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 35/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 20/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/03/2019, às 10h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ELETRODOS, PARA SOLDA, A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DA PREFEITURA DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 10h15min do dia 22/03/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



**INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA****PORTARIA Nº 07/2019**

Publicação Nº 1924486

PORTARIA Nº007/2019

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art.1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 47/2005, artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, a segurada MARILEI DE JESUS PEREIRA SCHLICKMANN, portadora da cédula de identidade n.º979.763, inscrita no CPF sob o n.º399.517.239-34 e PIS/PASEP nº1.078.488.543-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, sob a matrícula nº230, do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, cujos efeitos dar-se-ão a contar de 01/03/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 20 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRE-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Diretor Executivo do ICPREV

**PORTARIA Nº 08/2019**

Publicação Nº 1924473

PORTARIA Nº008/2019

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art.1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a segurada SILVETE ROSINHA HELKO, portadora da cédula de identidade n.º1.091.463, inscrita no CPF sob o n.º383.410.509-00 e PIS/PASEP nº121.47449.43-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDAGOGA, sob a matrícula nº2915, do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, cujos efeitos dar-se-ão a contar de 01/03/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 20 de fevereiro de 2019.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Diretor Executivo do ICPREV

# Capão Alto

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRES. 005/2019 - REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Publicação Nº 1923958

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

#### Registro de Preços

#### 1. Preâmbulo

**1.1 TITO PEREIRA FREITAS**, Prefeito Municipal de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial – Registro de Preços**, do tipo **Menor Preço Global**, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

**1.2** O recebimento dos Envelopes **n.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL** e **n.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até O DIA **13/03/2019** do às hs **09:30**, no Setor de Licitações desta entidade, situada na **Rua João Vieira de Oliveira, 500, cidade e Município de Capão Alto.**

**1.3** O início da abertura do **Envelope 01 – PROPOSTA COMERCIAL** dar-se-á a partir das **09:35hs** do dia **13/03/2019**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações desta Entidade, situada no endereço citado no **item 1.2**.

**1.4 DO OBJETO:** Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta da administração municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo IV deste Edital, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, e Leis nº 10.520/02, nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, Para Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara de Vereadores do Município de capão Alto SC.

**1.5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO** Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

**1.5.1** com falência decretada;

**1.5.2** em consórcio.

**1.6** Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

#### 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

##### 2.1 Da apresentação dos envelopes

**2.1.1** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC  
PREGÃO Nº PMCA005/2019  
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC  
PREGÃO Nº PMCA005/2019  
ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**2.1.2** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

**2.1.3** Caso sejam remetidas as propostas por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.

**2.2 Do credenciamento**

**2.2.1** Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

**2.2.1.1** O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de *procuração*, **ou termo de credenciamento**, nos termos do modelo constante do **Anexo "I"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

**2.2.1.2** A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

**2.2.1.3** Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

**2.2.1.4** A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

**2.2.2** Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

**2.3** As empresas que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº123/06, deverão apresentar Declaração de Enquadramento ou Certidão de Registro na respectiva Junta comercial, para fins de comprovação da condição de EPP ou ME. Caso contrário, não poderá beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06.

**2.3.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito

**2.4** A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Entidade Municipal e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Entidade. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**2.5 Da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.**

**2.5.1** Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo III** ou **através de declaração verbal que constará em ata da sessão**.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**2.5.2** A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, o documento solicitado no subitem anterior em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC**

**PREGÃO N° PMCA005/2019**

**ENVELOPE N°. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**2.6 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO.**

**3 DA PROPOSTA COMERCIAL**

**3.1** O Envelope nº. **01 – PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter a proposta propriamente dita (Anexo V) redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

**3.1.1** Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

**3.1.2** Número deste Pregão;

**3.1.3** Número do item, descrição dos serviços nos termos do **item "1.4"** deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo do Anexo V.

**3.1.4** Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

**3.2** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

**3.3** Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

**3.4** No caso da proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

**3.5** Não serão aceitas nem levadas em consideração às propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

**3.6** Quando solicitada à apresentação de outros documentos que comporão a proposta, estes deverão ser apresentados na forma do subitem 5.9.

**3.7** Fica estabelecido em **60(sessenta)** dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

**4. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

**4.1 Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97):**

**4.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

**4.1.2** Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa **não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade**, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

**4.1.3** Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do **Anexo “II”**, nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**4.1.4** Cédula de Identidade do Representante Legal da Empresa;

**4.2 Regularidade Jurídica**

4.2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**4.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):**

4.3.1 Prova de Regularidade Conjunta dos tributos federais e a dívida ativa da União através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal;

4.3.2 Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

4.3.3 Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

**4.4 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):**

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**4.5 Qualificação Econômico-Financeira(Art. 31, Inc. II):**

4.5.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;

**4.6 Qualificação Técnica**

4.6.1 Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação.

**4.7** As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Capão Alto;

**4.8 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador.** Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Capão Alto, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência e ou não constar toda a documentação solicitada no CRC.**

**4.9** Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencadas nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencida, e documentos que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope **nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**4.10** Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

4.10.1A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **subitem 1.2** deste Edital.

**4.11** Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.11.1As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

**4.10.1.1** Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

**4.11** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

**4.11.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**4.11.2** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**4.12** Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**4.13** A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **subitem 4.3**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

## **5. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO**

**5.1** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, **item a item**, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

**5.1.1** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

**5.1.1.1** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

**5.1.1.2** A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

**5.1.1.3** A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 5.1.1.4** Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.
- 5.1.2** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 5.1.3** Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos subitens 3.1 e 3.2 deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 5.1.1
- 5.2** No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 5.2.1** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 5.2.2** A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.
- 5.2.3** A oferta de lance deverá recair sobre o preço Global do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.
- 5.2.3.1** Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.
- 5.2.3.2** O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.
- 5.2.4** Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.
- 5.2.5** Dos lances ofertados não caberá retratação posterior que vise empate.
- 5.2.6** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.3** Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 5.4** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 5.5** Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo **Orçamento Prévio**, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 5.5.1** *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*
- 5.5.2** *Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 5.6** Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu **Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 4** e subitens, deste Edital.
- 5.7** Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital e o atendimento dos requisitos técnicos da análise de conformidade, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 4 e seus subitens**, deste Edital.
- 5.8** Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 5.8.1** Ocorrendo a situação referida no **subitem 5.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 5.9** Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.
- 5.10** Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).
- 5.11** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 5.11.1** A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 5.11.2** A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 5.12** Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 5.12.1** A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.
- 5.13** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 5.13.1** Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.
- 5.14** O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

- 6.1** No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço **Global** desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 6.2** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão.**
- 6.3** A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pela Autoridade Competente, **Pelo menor Preço Global**, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.
- 6.4** O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

**7. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:**

- 7.1** O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto, no Município de Capão Alto, no endereço: Rua João Vieira de Oliveira, nº500, Centro, Capão Alto /SC.
- 7.2** Despesas de Fretes e traslados correm as custas do fornecedor.

**8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

- 8.1** A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital, mediante emissão de nota fiscal de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo, nos prazos abaixo:
- 8.1.1** Serviços de implantação e capacitação até 30 dias após a conclusão dos mesmos, mediante termo de aceite emitido pelo Sec. De Administração;
- 8.1.2** Licença de uso dos sistemas, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e tecnológica até o 10º dia do mês subsequente a prestação dos serviços;
- 8.1.3** Customizações, suporte técnico presencial e chamados técnicos não inclusos nas obrigações da contratada: pagamento em até 15 dias após a conclusão dos serviços, através de nota fiscal de serviço, acompanhada de solicitação de serviços e relatório de horas técnicas previamente autorizadas
- 8.2** Os valores serão automaticamente reajustados apenas em caso de contratação proveniente da Ata de registro de preços, depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice **IGP-M** apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.
- 8.3** Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.
- 8.4** A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício Vigente.
- 8.5** Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

**9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 9.1** Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 9.1.1** A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.
- 9.2** Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.
- 9.3** O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.
- 9.4** As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 9.5** A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 9.6** Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

**10. DO DIREITO DE RESERVA:**

- 10.1** Esta Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;
- 10.2** Receber o(s) materiais(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação do(s) serviço(s);
- 10.3** O(s) serviço(s) / materiais(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser refeito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações;
- 10.4** O Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s)/material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO IV, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares

**11. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:**

- 11.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo Empresa contratada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
- 11.2** Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 11.3** No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1** Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados no Departamento de Compras e Licitações e/ou no Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Capão Alto, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3237-2002, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00.
- 12.2** O município reserva-se o direito de revogar, por interesse da administração, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.
- 12.3** Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.
- 12.4** Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 12.5** É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 12.6** Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.
- 12.7** Esta Entidade Pública Municipal de Capão Alto reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.
- 12.8** **Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Capão Alto não serão consideradas como motivos para impugnações.**
- 12.9** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.
- 12.10** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 12.11** No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 12.11.1** adiada a abertura da licitação;
- 12.11.2** alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.
- 12.11.3** filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;
- 12.12** O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campo Belo do Sul – SC, excluído qualquer outro.

## **13. DOS ANEXOS DO EDITAL**

- 13.1** Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

**Anexo “I”** - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

**Anexo “II”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

**Anexo “III”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

10.520/2002;

**Anexo “IV”** – TERMO DE REFERÊNCIA;

**Anexo “V”** – MODELO PROPOSTA COMERCIAL

**Anexo “VI”** - MINUTA DO CONTRATO.

Capão Alto, SC, 25 de fevereiro de 2019

**TITO PEREIRA FREITAS**  
Prefeito Municipal de Capão Alto

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA005/2019****ANEXO I****MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**À Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC**

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC, na modalidade **PREGÃO Nº** \_\_\_\_\_/2019, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**PREGÃO N° PMCA005/2019****ANEXO II****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**Ref.: **PREGÃO N° PMCA005/2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**PREGÃO N° PMCA005/2019**

**ANEXO “III”**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)**

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pele lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO N°** /2019 instaurado pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019**

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA005/2019**

**ANEXO “IV”**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Licença de Uso, Suporte Técnico e Atualização legal e Corretiva	Un. Med	Qtde	R\$ Estimativo Unit. Máximo
<b>PREFEITURA DE CAPÃO ALTO</b>				
1	Planejamento PPA/LDO/LOA	Mês	12	990,00
2	Gestão Contábil – Execução Orçamentária, Tesouraria, Contabilidade, Lei Fiscal e Monitor NF-e	Mês	12	1.195,00
3	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	610,00
4	Patrimônio	Mês	12	195,00
5	Almoxarifado	Mês	12	195,00
6	Frotas	Mês	12	195,00
7	Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor	Mês	12	1.120,00
8	Tributação Pública / ISS via Internet / Executivo Fiscal / Portal Cidadão	Mês	12	455,00
9	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	Mês	12	645,00
10	Portal da Transparência	Mês	12	195,00
11	Documentos Eletrônicos	Mês	12	1.200,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
12	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	195,00
13	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	195,00
14	Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor)	Mês	12	335,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>				
15	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	195,00
16	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	195,00
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>				
17	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12	275,00
18	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	250,00
19	Patrimônio	Mês	12	195,00
20	Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor)	Mês	12	525,00

**SERVIÇOS TÉCNICOS PARA PREFEITURA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA E FUNDOS MUNICIPAIS**

Item	Serviços Técnicos	Un. Med	Qtde	R\$ Estimativo Unit. Máximo
17	Migração de dados e implantação do novo sistema	Serv.	01	6.300,00
18	Capacitação e acompanhamento pós implantação dos usuários	Serv.	01	5.400,00
19	Diagnóstico para verificar as inconsistências na base de dados em relação aos leiautes do eSocial. A verificação deverá contemplar os campos obrigatórios e novas parametrizações exigidas pelo eSocial. A empresa contratada deverá apresentar um diagnóstico (relatório) com as ações que deverão ser feitas para corrigir as possíveis deficiências na base de dados.	Serv.	01	4.500,00
20	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratante para customizações, desenvolvimento de rotinas não prevista no contrato e suporte presencial após os o acompanhamento inicial (todas as despesas inclusas).	Hora	200	185,00
21	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratada para customizações e desenvolvimento de rotinas não prevista no contrato	Hora	200	135,00

**ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

**I. DO OBJETO:**

- Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para Licenciamento de sistemas de Gestão Pública;
- Serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento;
- Serviços de suporte técnico remoto e presencial quando solicitado;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

d) Serviços de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados.

## 2 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS CONTEMPLADAS

### UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

- Planejamento PPA/LDO/LOA
- Gestão Contábil: Execução Orçamentária/Contabilidade/Tesouraria/Monitor NF-e/Lei Fiscal
- Compras Licitações e Contratos
- Gestão Patrimonial
- Gestão de Materiais/ Estoques
- Gestão de Frotas
- Gestão de Pessoas (Recursos Humanos/Folha Pagamento/eSocial/Segurança e Saúde do Trabalho/eSocial/Portal Servidor – atendimento ao servidor web)
- Portal da Transparência
- Gestão Tributária
- Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
- Documentos Eletrônicos (Memorando eletrônico, Ouvidoria e Protocolo Web)

### UNIDADE: FUNDO DE SAÚDE

- Gestão Contábil: Execução Orçamentária/Contabilidade/Tesouraria/Monitor NF-e/Lei Fiscal
- Compras Licitações e Contratos
- Gestão de Pessoas (Recursos Humanos/Folha Pagamento/eSocial/Segurança e Saúde do Trabalho/eSocial/Portal Servidor – atendimento ao servidor web)

### UNIDADE: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

- Gestão Contábil: Execução Orçamentária/Contabilidade/Tesouraria/Monitor NF-e/Lei Fiscal
- Compras Licitações e Contratos

### UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- Gestão Contábil: Execução Orçamentária/Contabilidade/Tesouraria/Monitor NF-e/Lei Fiscal
- Compras Licitações e Contratos
- Gestão Patrimonial
- Gestão de Pessoas (Recursos Humanos/Folha Pagamento/eSocial/Segurança e Saúde do Trabalho/eSocial/Portal Servidor – atendimento ao servidor web)

## 3 - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

### 3.1 - Migração e implantação inicial de bases de dados e tabelas.

Deverá compreender a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos módulos aplicativos. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do Sistema é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, com o suporte da empresa provedora do Sistema.

Considera-se necessária a migração efetiva dos seguintes dados, sendo o histórico dos últimos 5 anos e exercício corrente:

- Informações pertinentes as áreas contábil, orçamentária e financeira;
- Informações pertinentes acerca de licitações e contratos;
- Informações da área de recursos humanos;
- Informações necessárias da área de arrecadação e dívida ativa, no que tange a administração do executivo fiscal municipal.
- Portal da Transparência.

A migração de informações de todas as Unidades acima citadas, são de responsabilidade da empresa fornecedora dos softwares, cabendo a contratante a disponibilização dos backups em formato legível das atuais bases de dados, e a posterior conferência e organização dos dados.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

Considerar-se-á os serviços de implantação concluídos quando esta Municipalidade estiver processando as rotinas diárias de pagamento, empenhamento, geração de folha de pagamento, emissão de guias tributárias, baixa e contabilização de receita, bem como quando da liberação dos serviços de emissão de nota fiscal eletrônica e serviços de autoatendimento aos usuários externos.

Ao final dos serviços de conversão, uma comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

**3.2 - Implantação (Configuração e parametrização).**

Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Prefeitura do Município, em tempo integral na fase de implantação do objeto até seu completo entendimento do sistema.

Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- a. Entrega, instalação e configuração dos sistemas licitados;
- b. Customização dos sistemas;
- c. Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- d. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- e. Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- f. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo Município;
- g. Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

O prazo para conclusão dos serviços de implantação/migração/conversão de dados, será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato. Ao final deste prazo deverão estar disponíveis todos os dados históricos dos últimos 5 anos e, do exercício corrente atual.

**3.3 - Treinamento e Capacitação na Sede da Contratante**

A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, com no mínimo 60 (sessenta) horas e público estimado em 20 pessoas, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de backup, rotinas de simulação e de processamento, e de todas as funcionalidades para operação do sistema,

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da entidade possa efetuar *checklist* de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal individual dos sistemas licitados, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

### 3.4 - Suporte Técnico.

Serviços de suporte técnico operacional e atualização tecnológica:

Estão compreendidos nos serviços de suporte operacional (garantia de funcionalidade e operabilidade nos softwares objeto da licitação) a resolução de dúvidas operacionais nos softwares aos usuários da Prefeitura via telefone convencional.

Esse tipo de serviço deve ser realizado para esclarecimentos de dúvidas do(s) servidor (es), sempre acompanhada por responsável que estará no ambiente interno da Prefeitura.

Quando se tratar de intervenção no sistema (alterações), para inclusão de novas ferramentas não previstas no conjunto original do software especificado no termo de referência, via conexão remota, ou seja, através de programas como NetMeeting, logmein, ultravnc e outros (demanda variável) dependerá de apresentação de orçamento específico, a ser apresentado caso a caso, atendendo solicitação da Administração Municipal.

**A proponente deverá promover a contínua atualização legal dos softwares dos Itens 01 e 02, da Prefeitura e Fundos, na versão adquirida, e possíveis releases, de forma que o objeto deste edital atenda a legislação federal e estadual vigente, sem custo adicional para a contratante.**

Dos serviços técnicos especializados (pagos por hora técnica):

#### a) Atendimento técnico via conexão remota e atendimento técnico local:

No que tange as intervenções técnicas locais, devem ser realizadas no ambiente da Prefeitura e Fundos do Município, somente quando constatado que a inconsistência/erro exige tal disposição, devendo primeiramente observar a proponente via conexão remota (via NetMeeting, logmein, ultravnc e outros) a possibilidade de sua resolução, sem custo adicional para a contratante.

Constatando a proponente ser necessário o atendimento local, deve primeiramente enviar orçamento a contratante para ser aprovado, da mesma forma com o trabalho via conexão remota, antes da realização do atendimento.

Os referidos serviços serão pagos por hora técnica solicitada e autorizada, estando aqui inclusos os serviços de capacitação e treinamento, além dos já inclusos, pós-implantação, operação do sistema e outros que exijam profundo conhecimento sobre os aplicativos.

Erros, inconformidades causadas pelos usuários dos softwares da Prefeitura e Fundos do Município, ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins) serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

#### b) Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a Administração convocará a proponente para efetivação de programa de treinamento de usuários. Estes treinamentos serão realizados em ambiente a ser fornecido pelo Município, e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

#### c) Customização de softwares:

Entende-se por customização os serviços de pesquisa, análise, desenvolvimento, avaliação de qualidade e homologação de softwares, por solicitação da contratante, a ser orçada e paga por hora técnica. Nestes serviços estão compreendidos, dentre outros, a implementação de novas telas, relatórios e outras especificidades não abrangidas nas descrições obrigatórias mínimas dos programas/módulos constantes deste termo de referência.

A CONTRATADA deverá disponibilizar uma ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, configurável, para os níveis mínimos de serviços exigidos pelo CONTRATANTE.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

O Suporte Técnico será remoto, mediante registro de chamados em sistema próprio do CONTRATANTE, bem como presencial nas dependências do Paço Municipal de Pinheiro Preto, quando o suporte remoto não tenha resolvido o problema relatado.

O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

Os procedimentos para a realização e atendimento dos chamados bem como os prazos máximos e os meios tecnológicos deverão ser:

**Chamados via Telefone:** Permite aos usuários da CONTRATANTE abertura de chamados via telefone. Tais chamados são recebidos por uma central de atendimento ao cliente que realiza a avaliação prévia dos mesmos, identificando o cliente, problema, nível de prioridade e especialidade, data e hora da solicitação. Sendo que o cliente/usuário que está solicitando o chamado recebe por telefone/fax, ou correio eletrônico a confirmação da solicitação com a identificação do mesmo (número do chamado, o cliente, problema, nível de prioridade e especialidade, data e hora da solicitação). Após este procedimento, estes chamados são encaminhados aos técnicos especialistas de acordo com a especialidade identificada na solicitação. O contato telefônico deverá ser priorizado entre o solicitante da prefeitura e o técnico da empresa contratada.

**Chamados via ferramenta eletrônica de registro de solicitações de serviços** permitindo aos usuários da CONTRATANTE abertura de chamados. As solicitações de atendimento serão recebidas pela CONTRATADA, identificada a natureza do problema e encaminhada aos seus respectivos especialistas, que irão proceder o atendimento e registro dos procedimentos efetuados. Nos casos que houver a necessidade de intervenção dos técnicos para a realização de procedimentos nos aplicativos instalados e implantados na CONTRATANTE, tais serviços sempre que possível poderão ser realizados remotamente acessando os sistemas da CONTRATANTE. Dependendo das circunstâncias e nível de prioridade o atendimento ao chamado deverá ser realizado in loco na sede da CONTRATANTE.

A Contratada deverá estar apta a acessar remotamente os sistemas contratados, de forma a poder verificar condições de erros que não possam ser reproduzidas em seu ambiente interno.

Os atendimentos locais, bem como customizações que gerarem custos deverão ser aceitos pela secretaria gestora do contrato, para validar o pagamento dos mesmos. Todas as alterações no sistema, novas versões e ou manutenções deverão ser instaladas com a autorização da secretaria gestora do contrato.

O treinamento de reforço para novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE. O recebimento dos serviços de treinamento ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço e após liquidação no departamento competente.

A manutenção do sistema gestão pública consiste no desenvolvimento de atividades de manutenção, de ajustes e de evoluções tecnológicas do Sistema de Gestão, conforme indicados a seguir:

Manutenções e Suporte Técnico sem Custos adicional para a Contratante

Manutenções preventivas e corretivas do Sistema, fornecimento e instalação de versões atualizadas ou das evoluções tecnológicas do Sistema de Gestão Pública;

Atualização de versão de todos os softwares, quando necessário, para o aprimoramento dos mesmos e para atendimento de novas normas / leis nas esferas federais, estaduais e municipais;

Monitoramento da integridade dos Bancos de Dados;

Orientações sobre uso, configuração e instalação dos softwares ofertados;

Interpretações da documentação dos softwares fornecidos;

Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de softwares e a solução deste;

Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos softwares instalados;

Atendimento às exigências de Leis Federais e Estaduais.

Manutenções e Suporte Técnico com Custos adicional para a Contratante

Customizações adicionais: consiste nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pela Administração Pública da Prefeitura Municipal (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

Serviços de suporte técnico Presencial;  
Serviços de conversão e recuperação de dados.

A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas contratados, durante a execução do contrato assim definidos:

Manutenção corretiva: aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para conclusão; Manutenção legal: em caso de mudança na legislação e banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante a vigência contratual.

**4. Requisitos Mínimos de Negócio, de Integrações, de Usabilidade e Legais.**

A fim de suprir as necessidades da Administração, a Solução deverá atender, no mínimo, aos requisitos de negócio, de integrações, de usabilidade e legais, constantes neste Termo de Referência e seus Anexos, nas seguintes áreas de negócio: Planejamento, Gestão da Arrecadação, Gestão da Despesa, Gestão de Pessoas, Gestão da Contabilidade e Transparência.

A Solução poderá agrupar ou dividir as funcionalidades em tantos módulos quantos forem necessários para o pleno atendimento dos requisitos.

A Solução deverá cumprir o disposto na legislação Federal, Estadual e Municipal, na operação de suas atividades, independentemente dos requisitos mínimos elencados neste Termo de Referência e seus Anexos.

**4.1. Requisitos de Integração**

4.1.1. A solução de Tecnologia da Informação que comporá o Sistema de Gestão Municipal deverá permitir as integrações e as exportações a seguir explicitadas, em virtude da necessidade de relacionamento, entre a solução e os outros sistemas em uso atualmente na Administração Municipal.

4.1.2. **E-Sfinge** - O Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) é um conjunto de aplicativos integrados, relacionados à atividade-fim do TCE/SC. A integração objetiva enviar ao Tribunal de Contas de Santa Catarina informações sobre as contas públicas do município para que elas sejam analisadas e consolidadas. Permitir a exportação para arquivo externo em layout definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para que o envio das informações via e-SFINGE. Permitir o consumo dos webservices do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para que o envio das informações via e-Sfinge webservice seja realizado. Auditar e guardar log de todas ações feitas pela exportação de arquivo externo e consumo de webservices.

4.1.3. **Sistema de Gestão de Pessoas** - O sistema gerencia a execução do cálculo da folha de pagamento para os servidores. A integração objetiva disponibilizar as informações relativas ao pagamento da Folha para a contabilização pelo setor responsável. A Solução deve permitir a importação, por parte do sistema de gestão contábil de arquivos referentes a contabilização da Folha de Pagamento conforme layout de exportação disponibilizado pelo sistema de gestão de pessoas.

4.1.4. **Peticionamento Eletrônico** - O Peticionamento Eletrônico é o meio pelo qual a Prefeitura Municipal pleiteia seus créditos a receber perante o Poder Judiciário. O objetivo da integração é realizar o peticionamento, de forma eletrônica, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para que os municípios inadimplentes sejam julgados devidamente. Permitir que o sistema se comunique com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de acordo com suas regras e formas de conexão, para que a petição eletrônica seja feita. É necessário que haja validação de certificado digital do autor da petição, de acordo com a Resolução Conjunta n. 4/2008- GP/CGJ. Tratar e guardar o retorno de informações provenientes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, quando faz-se uma petição eletrônica.

4.1.5. **Instituições bancárias** - O sistema deve permitir a importação e processamento do arquivo de retorno bancário, referente ao pagamento de créditos devidos a Administração Municipal. O layout a ser seguido é o do Banco Central.

4.1.6. **CELESC** - Permitir exportação de arquivo para a cobrança da taxa de COSIP. Permitir a sincronização de informações da Unidade consumidora registrada na Prefeitura Municipal com o cadastro da CELESC.

4.1.7. **Cartórios** - Disponibilizar consulta em site para que os cartórios conveniados tenham acesso às guias e boletos que a Prefeitura Municipal de Canoinhas emite, permitindo a eles realizarem as devidas cobranças relativas a tributos específicos.

4.1.8. **Receita Federal** - Sincronizar dados dos cadastros de empresas do município que se enquadram no Simples Nacional, com a listagem de empresas cadastradas na Receita Federal.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.1.9. **Sistema Tributário** - O sistema gerencia a movimentação das receitas próprias. A integração objetiva disponibilizar as informações das receitas próprias arrecadadas para a contabilização. A Solução deve permitir a importação, por parte do sistema de gestão contábil de arquivos referentes as receitas arrecadadas conforme layout de exportação disponibilizado pelo sistema de gestão de tributária.
- 4.1.10. **Portal de Nota Fiscais Eletrônicas** – O Sistema deve permitir a consultas diárias junto ao WebService do SEFAZ Nacional buscando um resumo e situação de todas as Notas Fiscais Eletrônicas emitidas contra os CNPJ das diversas unidades gestoras do Município e, de forma automática, integrar esta consulta com o sistema de contabilidade.
- 4.2. Requisitos Mínimos De Usabilidade**
- 4.2.1. Apresentar, a partir de qualquer interface de software, ajuda on line com acesso a tópicos do manual do usuário com recursos de tutoriais, ajuda, exemplos e imagens;
- 4.2.2. Garantir consistência de vocabulário entre as mensagens e a documentação.
- 4.2.3. Apresentar mensagem de erro com informações suficientes para encaminhar a solução da situação de erro.
- 4.2.4. Diferenciar de modo inequívoco, os tipos de mensagem: erro, consulta, advertência, confirmação, entre outros;
- 4.2.5. Ter capacidade de reverter operações do usuário que tenham efeito drástico, como iminente exclusão de dados, por meio de alertas de gravidade da operação.
- 4.2.6. Apresentar alertas claros para as consequências de determinada confirmação.
- 4.2.7. Usar máscara de edição e mecanismo de validação local onde for cabível, de modo a assegurar a qualidade de dados na base.
- 4.2.8. Indicar quais campos é de preenchimento obrigatório pelo usuário nas interfaces que possuem campos opcionais.
- 4.2.9. Exibir valor padrão (default) para campos de dados, quando aplicável.
- 4.3. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**
- 4.3.1. Em todas as atividades de manutenção e suporte técnico, os técnicos da CONTRATADA deverão empregar a língua portuguesa, não importando o local onde estejam os atendentes, exceto no uso de termos técnicos. Para os textos técnicos, redigidos em qualquer outro idioma, a CONTRATADA deverá providenciar a tradução.
- 4.3.2. A fim de mitigar riscos de migração e reduzir custos indiretos de aprendizagem, o processo de parametrização e customização das funcionalidades da Solução contemplará sempre que necessário, o ajuste de layout, tabelas, dados corporativos da Administração Municipal, adequação de terminologias e demais particularidades necessárias para o pleno atendimento das necessidades do CONTRATANTE.
- 4.3.3. A Solução deve estar habilitada a receber personalização para identidade visual da Administração Municipal.
- 4.3.4. A documentação da Solução deverá conter todas as informações necessárias para o correto uso da Solução. Todas as funcionalidades descritas nos requisitos de negócio, legais e de integrações devem ser completamente descritas na documentação. Inclusive o manual de uso, procedimentos e documentação de instalação e, se algum tipo de manutenção puder ser realizado pelo CONTRATANTE, a documentação deverá incluir um manual de manutenção contendo todas as informações necessárias para essa manutenção.
- 4.4. Requisitos da Arquitetura Tecnológica**
- 4.4.1. Todos os recursos de infraestrutura, bem como servidores de banco de dados, servidores de aplicativos e servidores de firewall, deverão ser dimensionados para atendimento satisfatório da demanda objeto deste termo de referência, com programas básicos e demais recursos necessários ao provimento, instalado, configurado e em condições de uso.
- 4.4.2. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer documentação informando os requisitos de hardware e software necessários para a instalação e execução da aplicação, com performance adequada, considerando o ambiente fornecido pelo CONTRATANTE.
- 4.4.3. Todo o procedimento de instalação, configuração e atualização de ambiente e do sistema será executado pela equipe técnica do CONTRATANTE, com a supervisão da CONTRATADA quando necessário, sem custo adicional para o CONTRATANTE.
- 4.4.4. A Solução oferecida deverá operar nas estações de trabalho da Administração Municipal disponíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows XP, e Microsoft Windows 7, em plataforma de hardware de 32 e 64 bits.
- 4.4.5. A Solução, quando necessário o uso de navegador, deverá ser compatível com Mozilla Firefox ESR, Google Chrome Enterprise e Microsoft Internet.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.4.6. As aplicações web deverão garantir a segurança contra possíveis ataques e métodos de violação de programas de informática que comprometam os dados e a disponibilidade da Solução.
- 4.4.7. A Solução poderá ser operada a partir de estações de trabalho locais e remotas conectadas à rede corporativa do CONTRATANTE.
- 4.4.8. A Solução deverá manter a escalabilidade e performance para tratar o volume de dados e usuários, bem como o crescimento da base de dados e de usuários.

**4.5. Requisitos de Segurança**

- 4.5.1. A autenticação dos usuários na Solução deve ocorrer através de integração com a base de usuários da rede corporativa do CONTRATANTE.
- 4.5.2. A Solução deverá possibilitar o gerenciamento das permissões de acesso dos usuários às funcionalidades disponíveis.
- 4.5.3. O gerenciamento destas permissões deverá ocorrer por usuário e por grupo de usuários, que poderão ter permissões diferenciadas, adequadas à estrutura organizacional da Administração Municipal.
- 4.5.4. O permissionamento deverá ocorrer de forma a limitar ou autorizar o usuário e o grupo de usuários à leitura e/ou inclusão e/ou alteração e/ou exclusão de registros, por funcionalidade e por entidade da Administração Municipal.
- 4.5.5. As rotinas de segurança da Solução deverão permitir o acesso dos usuários somente ao conjunto de objetos do sistema (telas, transações, áreas de negócios, etc.), de acordo com as permissões de acesso.
- 4.5.6. A Solução deverá prover recursos para auditoria de logs através de ferramentas específicas, que permita consultar as operações realizadas pelos diversos usuários, informando, no mínimo, quem realizou a operação, o que foi realizado durante a operação, quando (data, hora, minuto e segundo) e onde (endereço lógico) foi realizada a operação.
- 4.5.7. A Solução deverá registrar e permitir a consulta dos acessos e das tentativas de acesso à Solução (login).
- 4.5.8. Garantir a recuperação de dados históricos independentemente de mudanças nas estruturas das tabelas ao longo da vida da Solução.
- 4.5.9. Garantir a integridade das informações contidas no banco de dados, contra qualquer meio, ameaça ou falhas que venham a ocorrer durante o funcionamento dos sistemas.

**4.6. Requisitos Técnicos**

**4.6.1. Módulo Planejamento – PPA/LDO/LOA**

- 4.6.1.1 Possuir cadastro de PPA, permitindo informar o ano inicial, número de protocolo do Legislativo, Lei de aprovação do PPA e macro objetivos.
- 4.6.1.2 Sistema deverá ter no mínimo os seguintes cadastros:
  - Programas: permitindo informar o objetivo, a justificativa, o público-alvo, responsável, o macro objetivo, o problema, os indicadores, o tipo (contínuo ou temporário).
  - Ações: especificados em seus tipos (Operações especiais, projetos e atividades) permitindo informar o objetivo, o indicador, o produto e suas metas físicas.
  - Sub ações: permitindo informar seu objetivo e ação correspondente.
  - Indicadores: permitindo a especificação da metodologia de cálculo e de avaliação do indicador.
  - Unidades Gestoras e Orçamentárias
- 4.6.1.3 Possuir cadastro único de fonte de recurso com codificação e denominação própria, com relacionamento ao Id-Uso e a fonte da MSC, de acordo com a vigência de cada regulamentação.
- 4.6.1.4 Possuir cadastro de projetos de governo para a execução do PPA, permitindo indicar o programa e ação e unidade gestora.
- 4.6.1.5 Permitir a parametrização dos projetos de governo do PPA indicando a utilização ou não de Unidades Orçamentárias, da classificação funcional, natureza de despesa e fonte de recursos. Permitindo fixar o nível de detalhamento da natureza de despesas nos projetos de governo do PPA.
- 4.6.1.6 Permitir a indicação dos valores previstos para execução do projeto de governo do PPA por Fonte de recursos e anos de vigência do Plano plurianual.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.1.7 Possibilitar a parametrização de utilização ou não de receitas no PPA.
- 4.6.1.8 Permitir a indicação dos valores previstos das Receitas no PPA por fonte de recursos e anos de vigência do Plano plurianual.
- 4.6.1.9 Permitir informar os índices de projeção de valores da Receita e Despesa para os anos subsequentes ao primeiro ano do PPA, calculando os valores automaticamente.
- 4.6.1.10 Permitir a geração de arquivos externos para integração com os sistemas informatizados do Tribunal de Contas do Estado, conforme layout especificado pelo TCE.
- 4.6.1.11 Deverá permitir realizar alterações no Plano Plurianual, mantendo a situação anterior e atual para histórico de alterações.
- 4.6.1.12 Deverá possuir cadastro de Fundamentos Legais único para utilização no Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 4.6.1.13 Possuir integração com o módulo de LDO.
- 4.6.1.14 Possibilitar a geração de arquivos externos dos cadastros de programas, ações e metas físicas para importação em novo PPA a ser elaborado.
- 4.6.1.15 Permitir a emissão de relatórios cadastrais, tais como, Relação de Programas, de Fonte de recursos, de ações.
- 4.6.1.16 Possibilitar a emissão em um único relatório, a comparação entre receitas e despesas previstas no PPA, por fonte de recursos para os quatro exercícios e ou valor total.
- 4.6.1.17 Possibilitar a emissão de relatórios dos valores previstos para os projetos de governo do PPA por Ação.
- 4.6.1.18 Possibilitar a emissão de relatórios dos valores previstos para os projetos de governo do PPA por ação e metas físicas.
- 4.6.1.19 Possuir cadastro de LDO, permitindo informar o Protocolo do Legislativo e Lei de aprovação do PPA
- 4.6.1.20 Permitir indicar quais os projetos de governo do PPA serão executados no ano de vigência da LDO (projetos LDO).
- 4.6.1.21 Permitir a parametrização dos projetos da LDO indicando a utilização ou não de Unidades Orçamentárias, da classificação funcional, natureza de despesa e fonte de recursos. Possibilitando fixar o nível de detalhamento da natureza de despesas nos projetos LDO. Respeitando a hierarquia de parametrização já informada no Plano Plurianual.
- 4.6.1.22. Permitir a indicação dos valores previstos para execução do projeto LDO por Fonte de recursos para o ano de vigência da LDO.
- 4.6.1.23. Permitir informar as metas prioridades de cada projeto LDO. Meta prioridade dos projetos LDO deverá ser relacionada as Metas físicas do Plano Plurianual, permitindo informar a quantidade prevista de execução na LDO.
- 4.6.1.24. Deverá permitir realizar os acompanhamentos da meta prioridade, permitindo informar a data do acompanhamento, a quantidade realizada, a descrição do que foi realizado, data do levantamento e fonte.
- 4.6.1.25. Possibilitar parametrização para uso ou não de detalhamentos das metas prioridades dos projetos LDO. Para os detalhamentos das metas prioridade, permitir informar o responsável, a data de início e fim, tempo de avaliação e objetivo do detalhamento.
- 4.6.1.26. Possibilitar distribuição dos detalhamentos das metas prioridades em tarefas, permitindo informar a quantidade o responsável e situação e unidade de medida.
- 4.6.1.27. Possibilitar realizar o acompanhamento de execução das tarefas, permitindo informar a quantidade executada, data do acompanhamento e descrição.
- 4.6.1.28. Permitir a previsão de transferências financeiras para os Fundos e Fundações.
- 4.6.1.29. Possuir cadastro de memórias de cálculo da Receita, Despesa e Dívida pública. Valor constante das memórias de cálculo deverá ser efetuado automaticamente.
- 4.6.1.30. Deverá permitir realizar alterações na LDO, mantendo a situação anterior e atual para histórico de alterações.
- 4.6.1.31. Permitir a geração de arquivos externos para integração com os sistemas informatizados do Tribunal de contas do Estado, conforme layout especificado pelo TCE.
- 4.6.1.32. No módulo LOA, possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA.
- 4.6.1.33. Permitir o cadastro das despesas que compõe o orçamento, com identificação do localizador do gasto, contas da despesa, fonte de recursos e valores.
- 4.6.1.34. Possuir relatórios gerenciais da previsão da receita, despesa e transferências financeiras.
- 4.6.1.35. Emitir os anexos nos moldes da Lei 4.320/64
- 4.6.1.36. Possibilitar a emissão em um único relatório, a comparação entre receitas e despesas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- previstas na LDO, por fonte de recursos.
- 4.6.1.37. Permitir realizar o Quadro de Detalhamento da Despesa para os valores Fixados assim como para as alterações orçamentárias
- 4.6.1.38. Deverá permitir configuração para indicar despesas de controle estratégico. Estas despesas não devem manter saldos disponíveis, seus saldos devem ser mantidos em reserva estratégica, onde somente alguns usuários poderão liberá-los.
- 4.6.1.39. Deverá controlar os limites de alterações orçamentárias autorizadas pela Lei Orçamentária Anual.
- 4.6.1.40. Deverá permitir realizar as alterações orçamentárias (Reestimativa e anulação de reestimativa de receita), (Suplementação, Créditos Especiais e Extraordinários - Abertura - Reabertura - Suplementações de Reabertos, Redução, Bloqueio, Desbloqueio, Cancelamento, Contingenciamento da despesa e Remanejamento de Despesa) informando o fundamento legal de autorização legislativa e tipo de movimento quando for o caso. A contabilização das alterações deverá ser efetuada de forma automática na contabilidade de cada unidade gestora.
- 4.6.1.41. Permitir nos relatórios adicionar filtros simultâneos para o mesmo campo e atribuir as condições de filtragem. Possibilitar salvar um filtro de relatório para utilização futura.
- 4.6.1.42. Permitir inserir o campo de assinaturas nos relatórios. Número de assinaturas nos relatórios deve ser ilimitado.
- 4.6.1.43. Possibilitar o cadastro de chancelas de assinaturas, a serem impressas nos relatórios, permitindo informar os usuários autorizados a utilizar a chancela assim como o período da autorização.
- 4.6.1.44. Possibilitar utilizar cabeçalhos personalizados, marcas d'água, alterar os títulos de relatórios e inserir notas explicativas, a serem impressas nos relatórios.
- 4.6.1.45. Permitir a exportação de relatório nos formatos: DOCX, XLSX, PDF, ODT e ODS, no mínimo.
- 4.6.1.46. Nos relatórios impressos deverá constar uma chave eletrônica, permitindo realizar uma consulta que identifique o usuário emissor, data e hora de emissão do relatório e filtros utilizados.
- 4.6.1.47. Deverá permitir agendar serviços de emissão de relatórios a serem processados diretamente no servidor e enviados aos destinatários por e-mail de forma automática.
- 4.6.1.48. Possibilitar a emissão em um único relatório, a comparação entre receitas e despesas previstas na LOA, por fonte de recursos
- 4.6.2. Módulo Execução Orçamentária, Contabilidade, Tesouraria, Lei Fiscal E Prestação Contas TCE**
- 4.6.2.1. Atender as normas definidas pela Secretaria de Tesouro Nacional - STN no manual de orientação sobre as NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitir todos os anexos da Lei 4.320/64 de forma individual e consolidada no município, de acordo com normas definidas pela STN, emitir os anexos da execução orçamentária e gestão fiscal da LRF - Lei Complementar n.º 101/00, de forma individual e consolidada no município.
- 4.6.2.2. Realizar a escrituração contábil Orçamentária, Patrimonial e de Controle em partidas em conformidade com os Artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64.
- 4.6.2.3. Realizar a escrituração contábil utilizando-se de eventos contábeis pré-definidos e permitindo os usuários também criarem novos eventos.
- 4.6.2.4. Validar a ligação da receita e despesa intra-orçamentária na classe patrimonial somente com quinto nível igual a 2, impedindo erros de configuração
- 4.6.2.5. Gerar as informações pertinentes ao sistema eletrônico de auditoria do TCE, apresentando um relatório de críticas.
- 4.6.2.6. Possuir opção para geração de dados para DIRF.
- 4.6.2.7. Controlar a despesa e receita por fontes de recursos (Id-Uso), de acordo com a legislação.
- 4.6.2.8. O cadastro de fontes de recursos deve possibilitar uma numeração própria, ou seja, uma numeração reduzida que simplificada o acesso à codificação do Id-Uso.
- 4.6.2.9. Possuir mecanismo de controle de entradas e saídas de recursos por fonte de recursos em contas bancárias no momento da arrecadação e pagamentos de empenhos com função de alerta ou bloqueio da operação.
- 4.6.2.10. Permitir realizar o bloqueio de movimentações retroativas, para períodos contabilmente encerrados, para as entidades da administração direta ou indireta, Através de uma única



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- opção acessada na contabilidade da Prefeitura.
- 4.6.2.11. Permitir realizar o desbloqueio para movimentações retroativas, por meio autorização, a ser liberada somente pela entidade "Prefeitura", informando os usuários autorizados a realizar a movimentação e permitir informar a validade de dias desta autorização.
- 4.6.2.12. Efetuar automaticamente a implantação de saldos contábeis, assim como a inscrição dos empenhos de restos a pagar, do exercício anterior para o exercício atual e após o encerramento do exercício anterior.
- 4.6.2.13. Possibilitar a geração do empenho a partir do pré-empenho emitido pelo sistema de Compras, de forma automática, sem a utilização de importação de arquivo.
- 4.6.2.14. O cadastro de fornecedores deve ser integrado com o sistema de compras, ou seja, utilizar o mesmo cadastro sem depender de mecanismos de importação e exportação.
- 4.6.2.15. Ao refazer o encerramento do exercício, realizar uma verificação automática dos empenhos inscritos em restos a pagar, resguardando as movimentações feitas nestes empenhos no ano subsequente.
- 4.6.2.16. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o exercício anterior ainda não esteja encerrado.
- 4.6.2.17. Possibilitar a emissão de borderôs bancários em arquivos para integração bancária ou impressos. Assim como permitir a emissão de cheques em formulários contínuos para impressoras matriciais ou integração automática com impressoras de cheques.
- 4.6.2.18. A impressão de cheques em formulário contínuo deverá ser adequada aos padrões dos diversos bancos (configuradas pelo próprio usuário).
- 4.6.2.19. Gerar o cadastramento único de Leis, Portarias e Decretos, para o Município
- 4.6.2.20. Não permitir o cadastramento de decretos sem vinculação a Lei Autorizativa.
- 4.6.2.21. Permitir cadastrar históricos de movimentação, informando os grupos de movimentos.
- 4.6.2.22. Permitir informar as parcelas do empenho (data de vencimento e valor).
- 4.6.2.23. Permitir realizar a programação financeira das receitas de forma individualizada, receita por receita.
- 4.6.2.24. Permitir realizar o cronograma de desembolso da despesa de forma individualizada, despesa por despesa.
- 4.6.2.25. Permitir emitir o Balancete da Receita, Balancete da Despesa e de Verificação de forma individual e consolidada no município
- 4.6.2.26. O sistema deve possuir os módulos para atender a parte financeiro/tesouraria, execução orçamento-, LRF e TCE, sem ter que acessar outro sistema ou módulo a parte.
- 4.6.2.27. Oferecer mecanismos de geração automática de parcelas do empenho para agilizar a digitação.
- 4.6.2.28. No cadastro da receita permitir informar várias fontes de recursos e percentuais que cada fonte receberá na arrecadação. Controlar para que a soma dos percentuais informados nas fontes de recursos não ultrapasse 100%.
- 4.6.2.29. A impressão de cópias de cheques deverá conter o (s) número (s) do (s) empenho (s) e numeração das liquidações que compõem o mesmo.
- 4.6.2.30. Na arrecadação da receita fazer os lançamentos por fonte de recurso, conforme percentual informado no cadastro da receita.
- 4.6.2.31. Possibilitar desfazer o encerramento do exercício, para fins de ajustes ou correções.
- 4.6.2.32. Na arrecadação de receita que possuir conta redutora vinculada, alertar se deseja fazer o lançamento na conta redutora automaticamente, conforme percentual definido em Lei.
- 4.6.2.33. Permitir realizar a apropriação de receitas extra orçamentárias mantendo-se o vínculo com a retenção e empenho orçamentários que originou a apropriação.
- 4.6.2.34. Manter controle das retenções/consignações, não permitindo emissão e pagamento de despesa extra para valores diferentes dos valores retidos
- 4.6.2.35. Não permitir deletar/apagar retenção que esteja vinculada a despesa extra a fim de manter a integridade da operação
- 4.6.2.36. Possibilitar incluir várias retenções em um único documento de despesa extra.
- 4.6.2.37. Possibilitar a emissão de relatórios complementares, como: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal.
- 4.6.2.38. Sistema deve permitir o cadastro de processos de recursos antecipados, assim como a prestação de contas dos mesmos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.2.39. Sistema deverá permitir a aprovação do processo de prestação de contas e realizar os lançamentos contábeis de devolução ou consumo de forma automática na contabilidade
- 4.6.2.40. Sistema deverá permitir o cadastro de convênios e seus aditivos.
- 4.6.2.41. Permitir emissão de solicitação de diária, contendo a numeração da solicitação, data do cadastro, nome agente público, centro de custo, descrição da viagem, data hora e local de partida, data hora e local de retorno, destino, meio de locomoção, quantidade de diárias, valor unitário e valor total e fundamento legal;
- 4.6.2.42. Permitir a validação da solicitação da diária;
- 4.6.2.43. Permitir anulação da solicitação da diária;
- 4.6.2.44. Permitir a vinculação da solicitação de diária ao documento de empenho.
- 4.6.2.45. Efetuar a exportação de dados em formato XBRL para atendimento do SICONFI
- 4.6.2.46. Efetuar a exportação de dados para atendimento do SIOPS.
- 4.6.2.47. Efetuar a exportação de dados para atendimento do SIOPE.
- 4.6.2.48. Gerenciar de forma automatizada para gestão das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas contra a Prefeitura. Deverá permitir sem a necessidade de intervenção do usuário realizar consultas diárias junto ao WebService do SEFAZ Nacional buscando um resumo e situação de todas as Notas Fiscais Eletrônicas emitidas contra os CNPJ das diversas unidades gestoras do Município
- 4.6.2.49. Realizar diariamente o Download e armazenamento automático da NF-e (XML), possibilitando a gestão deste documento e futuras consultas.
- 4.6.2.50. Gerar automaticamente o cadastro completo do documento fiscal no módulo de contabilidade, relacionando a NF-e sem a necessidade de digitação da Chave, Credor, Número de Série, Data e outros dados que compõem o documento fiscal.
- 4.6.2.51. Gerar automaticamente os eventos Ciência de Operação e Manifestação de Confirmação de Operação.
- 4.6.2.52. Permitir realizar a Manifestação de Recusa de operação (Operação não realizada, Desconhecimento de operação).
- 4.6.2.53. Controlar a situação de notas fiscais canceladas, alertando ao usuário e evitando pagamento de documentos cancelados.
- 4.6.2.54. Consultar dos eventos realizados para o documento fiscal: Cancelamento da NF-e, Ciência da Operação, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Autorização de Uso, Denegação de Uso, Registro de Saída entre outros.
- 4.6.2.55. Permitir nos relatórios adicionar filtros simultâneos para o mesmo campo e atribuir as condições de filtragem. Possibilitar salvar um filtro de relatório para utilização futura.
- 4.6.2.56. Permitir inserir o campo de assinaturas nos relatórios. Número de assinaturas nos relatórios deve ser ilimitado.
- 4.6.2.57. Possibilitar o cadastro de chancelas de assinaturas, a serem impressas nos relatórios, permitindo informar os usuários autorizados a utilizar a chancela assim como o período da autorização.
- 4.6.2.58. Possibilitar utilizar cabeçalhos personalizados, marcas d'água, alterar os títulos de relatórios e inserir notas explicativas, a serem impressas nos relatórios.
- 4.6.2.59. Permitir a exportação de relatório nos formatos: DOCX, XLSX, PDF, ODT e ODS, no mínimo.
- 4.6.2.60. Nos relatórios impressos deverá constar uma chave eletrônica, permitindo realizar uma consulta que identifique o usuário emissor, data e hora de emissão do relatório e filtros utilizados.
- 4.6.2.61. Deverá permitir agendar serviços de emissão de relatórios a serem processados diretamente no servidor e enviados aos destinatários por e-mail de forma automática.
- 4.6.2.62. Deverá possuir mecanismo de enviar e-mail automaticamente ao credor sempre que houver movimentação de: empenho, liquidação, retenção e pagamento, através de parâmetros por unidade gestora.
- 4.6.2.63. Relatórios mínimos exigidos:
  - Diário Geral;
  - Balancete de Verificação;
  - Balancete de conta corrente
  - Balancete da despesa;
  - Suplementações e reduções;
  - Movimentação/razão do empenho;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

Movimentação/razão do fornecedor;  
Movimentação/razão da despesa;  
Movimentação/razão da receita;  
Movimentação/razão da conta contábil;  
Cronograma de desembolso sintético e analítico  
Cronograma de desembolso por fonte de recursos  
Programação financeira sintético e analítico  
Programação financeira por fonte de recursos  
Programação financeira comparada com o cronograma de desembolso  
Programação financeira comparada com o cronograma de desembolso por fonte de recursos  
Receita arrecadada no período;  
Relação de empenhos (emitidos/liquidados/anulados/pagos /retidos /a pagar);  
Demonstrativo e/ou Balancete de receita por fonte de recursos  
Disponibilidade financeira por fonte de recursos  
Validação da regra de fontes do e-sfinge CON200  
Validação da regra de fontes do e-sfinge CON201  
Validação da regra de fontes do e-sfinge CON202  
Validação da regra de fontes do e-sfinge CON203

**4.6.3. Módulo Compras, Licitações e Contratos**

4.6.3.1. Gerenciar as requisições de materiais/serviços da seguinte forma:

- Permitir cadastrar no sistema, dispensando assim o uso de blocos de pedidos de preenchimento manual;
- Permitir informar várias dotações na emissão da requisição de materiais/serviços.
- Permitir informar o valor a ser bloqueado para cada dotação da requisição.
- Permitir informar as quantidades dos itens solicitados a fim de controlar a entrega.
- Permitir atender uma requisição somente após uma etapa de aprovação, evitando assim que seja dada continuidade a uma compra que não passou pelo aval do responsável pertinente a sua área.
- Possibilitar gerar reserva de orçamento no ato da aprovação da requisição.
- A aprovação da requisição deve ser parametrizada nas permissões do usuário do sistema.
- Permitir a impressão

4.6.3.2. Não permitir que as seguintes funcionalidades sejam efetuadas sem a respectiva vinculação da requisição de materiais/serviços:

- Elaboração de edital;
- Elaboração de pesquisa de preços;
- Emissão de processo de compra direta

4.6.3.3. O cadastro de materiais e serviços devem possibilitar categorizar em até 8 níveis. Por exemplo: 1. Equipamentos; 1.1. Equipamentos de Informática; 1.1.1. Notebook, e assim por diante.

4.6.3.4. Permitir gerar reserva de orçamento na Elaboração do edital.

4.6.3.5. Permitir a emissão de Certificado de Registro Cadastral.

4.6.3.6. Permitir indicar no cadastro dos fornecedores se é Microempresa e/ou empresa de Pequeno Porte (para cumprimento da Lei Complementar 123/2006).

4.6.3.7. Controlar as sanções administrativas da seguinte forma:

- Permitir cadastro das sanções aplicadas a fornecedores;
- Alertar no caso do fornecedor que tenha sido declarado inidôneo para participar de licitações.

4.6.3.8. Possibilitar o cadastro de todos os tipos de documentos exigidos em editais.

4.6.3.9. Permitir cadastrar uma pesquisa de preço, numerando-as, especificando seu objeto resumido e seus materiais/serviços (através da vinculação com as requisições de materiais/serviços).

4.6.3.10. Permite realizar pesquisa de preços unitários através da geração dos itens da solicitação de compra em meio digital, para que os fornecedores possam apresentar suas cotações

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

através de aplicativo específico, onde poderão ser importadas e vinculadas à solicitação de compras, sem a necessidade de digitação manual dos valores.

- 4.6.3.11. Os pré-empenhos devem ser tratados da seguinte forma:
- A emissão do pré-empenho de compra direta deve ser feita a partir dos dados de um processo de compra direta.
  - A emissão de pré-empenhos originados de processos licitatórios deve ser feita a partir de uma licitação devidamente homologada.
  - O pré-empenho deverá abater o saldo, quantitativo e financeiro do documento que deu sua origem (Compra direta, licitação ou contrato), ou seja, não deverá permitir autorizar além do que foi licitado e/ou contratado.
  - Permitir empenhar um pré-empenho somente após uma etapa de aprovação.
  - Movimento de aprovação deve garantir o saldo orçamentário para emissão do empenho.
- 4.6.3.12. Permitir elaborar editais, para todas as modalidades de licitação previstas na lei nº 8.666/93, a modalidade pregão conforme lei nº 10.520/02, bem como cadastrar os processos de Dispensa de licitação e Inexigibilidade
- 4.6.3.13. Permitir gerenciar o Pregão Presencial da seguinte forma:
- Por item, global e Lote;
  - Fazer o credenciamento dos participantes, e imprimir um documento para que seja visto pelos mesmos;
  - Cadastrar as propostas, classificando conforme a Lei 10.520/2002.
  - Destacar as propostas classificadas.
  - Registrar em tempo real todos os lances, destacando o menor preço;
  - Nas licitações Globais e por Lote, deverá exigir registrar apenas o valor total e ter a opção para informar os valores unitários dos itens que compõe o processo.
  - Indicar a intenção de recurso, o licitante e a motivação do recurso.
  - Fazer a Ata Circunstancial, registrando todos os lances e as Propostas.
  - Permitir indicar se o processo vai ser utilizado para o Sistema de Registro de Preços (conforme decreto nº 7.892/2017);
  - O pregão presencial deve ser atendido pelo sistema de compras, não sendo permitido uso de módulo a parte.
- 4.6.3.14. Permitir o julgamento e homologação de um item de licitação para mais de um licitante (Conforme determina o Art.45º §6º da Lei8.666/93 e suas alterações posteriores).
- 4.6.3.15. Permitir o cadastramento de contratos, aditivos e apostilamentos firmados entre a Entidade Pública e os fornecedores.
- 4.6.3.16. Permitir registrar o recebimento de materiais/serviços com respectivo documento comprobatório.
- 4.6.3.17. Permitir o bloqueio de movimentações retroativas, ou seja, permitir que sejam bloqueadas as movimentações até uma determinada data, para fins de resguardar informações geradas para o sistema eletrônico de auditoria do TCE.
- 4.6.3.18. Permitir a geração dos itens e/ou grupos da licitação em meio digital para que os fornecedores possam informar suas propostas através de aplicativo específico as quais poderão ser importadas no ato da abertura dos envelopes das propostas de preços, sem a necessidade de redigitação.
- 4.6.3.19. Permitir a indicação de licitações desertas e fracassadas.
- 4.6.3.20. Permitir elaboração de modelos de textos, utilizando-o para a geração automática de novos documentos.
- 4.6.3.21. Possibilitar a indicação dos recursos nos processos licitatórios, emitindo alertas sobre a suspensão da execução.
- 4.6.3.22. Não deverá permitir que uma requisição, pré-empenho, autorização de fornecimento, licitação, ou contrato seja eliminado/apagado do sistema, contendo movimentos posteriores, fazendo assim com que fiquem documentos não íntegros.
- 4.6.3.23. Possibilitar ao usuário definir quais os tipos de documentos o sistema alertará caso não tenham sido informados na emissão de processos licitatórios e contratos.
- 4.6.3.24. Possibilitar o cadastro das Leis e Decretos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.3.25. Disponibilizar central de processos onde permite ao usuário criar, editar, deletar e movimentar todo o processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade.
- 4.6.3.26. Permitir deletar todos os movimentos de um processo licitatório de uma única vez, sem necessidade de entrar em diversas telas;
- 4.6.3.27. Permitir gerar e editar toda a documentação do processo licitatório (edital, termo de referência, atas, contratos) através de integração com ferramentas externas de automação de escritórios (word, libreOffice), possibilitando criar modelos personalizados para cada entidade, com macros específicas para a interpretação de diversas informações que geram o texto automaticamente para processo administrativo;
- 4.6.3.28. Gerar as informações pertinentes ao sistema do TCE, apresentando um relatório de críticas no momento da geração do arquivo txt que será importado pelo sistema eletrônico do TCE. Este relatório deve apontar cada erro encontrado, detalhando o problema para que o usuário realize a correção.
- 4.6.3.29. Permitir registrar a adjudicação do item para o licitante vencedor.
- 4.6.3.30. Permitir controlar a fase de amostras dos itens, indicando se foi aprovada, reprovada ou não apresentada.
- 4.6.3.31. Permitir registrar o valor negociado com o licitante após a fase de lances, sem a necessidade de descaracterizar as etapas anteriores (Propostas de preço e fase de lances).
- 4.6.3.32. Possibilitar a emissão de documento de autorização de fornecimento contendo a descrição do material, unidade de medida, quantidade e valor a ser fornecido.
- 4.6.3.33. Possibilitar o cadastro das atas de registro de preços processadas pelo município e as adesões a atas de registro de preços não processadas pelo município.
- 4.6.3.34. Permitir nos relatórios adicionar filtros simultâneos para o mesmo campo e atribuir as condições de filtragem. Possibilitar salvar um filtro de relatório para utilização futura.
- 4.6.3.35. Permitir inserir o campo de assinaturas nos relatórios. Número de assinaturas nos relatórios deve ser ilimitado.
- 4.6.3.36. Possibilitar o cadastro de chancelas de assinaturas, a serem impressas nos relatórios, permitindo informar os usuários autorizados a utilizar a chancela assim como o período da autorização.
- 4.6.3.37. Possibilitar utilizar cabeçalhos personalizados, marcas d'água, alterar os títulos de relatórios e inserir notas explicativas, a serem impressas nos relatórios.
- 4.6.3.38. Permitir a exportação de relatório nos formatos: DOCX, XLSX, PDF, ODT e ODS, no mínimo.
- 4.6.3.39. Nos relatórios impressos deverá constar uma chave eletrônica, permitindo realizar uma consulta que identifique o usuário emissor, data e hora de emissão do relatório e filtros utilizados.
- 4.6.3.40. Deverá permitir agendar serviços de emissão de relatórios a serem processados diretamente no servidor e enviados aos destinatários por e-mail de forma automática.
- 4.6.3.41. Relatórios mínimos exigidos:
- Histórico da requisição de materiais/serviços, onde contenha a movimentação da requisição, a fim de localizar a qual processo a mesma foi relacionada.
  - Relação das requisições emitidas.
  - Mapa comparativo de preços da licitação;
  - Histórico do contrato, onde contenha a movimentação dos contratos;
  - Relação dos contratos a vencer
  - Histórico das movimentações por fornecedor;
  - Histórico dos processos, onde contenha a movimentação dos processos.

**4.6.4. Módulo Patrimônio**

- 4.6.4.1. Permitir efetuar o tombamento de bens adquiridos através de compra, doação, comodato e outras.
- 4.6.4.2. Permitir efetuar o tombamento de bens móveis, imóveis, intangíveis e semoventes.
- 4.6.4.3. Para cada tipo de bem (móveis, imóveis, intangíveis e semoventes) sistema deverá ter campos específicos e permitir a realização de filtros em relatórios.
- 4.6.4.4. Permitir a transferência de bens, de um local para outro, mantendo o histórico das transferências efetuadas assim como emitir a guia de transferência.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.4.5. Permitir informar a alienação de bens e controlar o empréstimo, permitindo informar também a sua devolução e emitir o termo de empréstimo.
- 4.6.4.6. Sistema deverá permitir a suspensão de depreciações para bens alienados temporariamente.
- 4.6.4.7. Permitir inserir a imagem do bem no seu cadastramento.
- 4.6.4.8. Permitir realizar os movimentos de reavaliação, ajuste ao valor recuperável, depreciação e amortização de valores dos bens.
- 4.6.4.9. Sistema deverá efetuar as depreciações e controlar o valor do bem até atingir o valor residual de cada bem depreciado.
- 4.6.4.10. Permitir o tombamento de vários bens ao mesmo tempo (geração de múltiplos bens a partir de um único cadastrado).
- 4.6.4.11. Permitir a manutenção cadastral de bens em lote.
- 4.6.4.12. Deverá possuir integração com a contabilidade permitindo assim realizar a contabilização dos movimentos patrimoniais de forma automatizada na contabilidade e impedindo alterações no movimento patrimonial já contabilizado.
- 4.6.4.13. Deverá permitir configurar as contas contábeis a serem movimentadas a partir da contabilização para cada classificação patrimonial e movimento.
- 4.6.4.14. Sistema deverá permitir e manter registros de bens inventariados.
- 4.6.4.15. Permitir o cadastro de classificação de bens em até oito subníveis.
- 4.6.4.16. Na classificação de bens patrimoniais deverá ser permitir indicar a taxa de depreciação e a taxa de valor residual do bem, devendo as mesas serem sugeridas ou calculadas no ato do tombamento.
- 4.6.4.17. Deverá permitir informar a localização do bem em até 8 subníveis, e indicar o responsável pelo patrimônio em cada localização.
- 4.6.4.18. Deverá permitir realizar a manutenção em lote do responsável por uma localização.
- 4.6.4.19. Relatórios mínimos exigidos:
  - Termo de Responsabilidade;
  - Inventário;
  - Histórico de movimentações do bem;
  - Relação de bens;
  - Valores de bens;
  - Bens por aquisição;
  - Razão do bem;
  - Ficha de cadastro de patrimônio.

**4.6.5. Módulo Estoques**

- 4.6.5.1. O cadastro de materiais/serviços deve possibilitar categorizar em até 8 níveis.
- 4.6.5.2. Gerenciar as requisições de materiais da seguinte forma:
  - Permitir cadastrar no sistema, dispensando assim o uso de blocos de pedidos de preenchimento manual;
  - Permitir informar as quantidades dos itens solicitados a fim de controlar o atendimento.
  - Permitir atender uma requisição somente após uma etapa de aprovação, evitando assim que seja atendido sem passar pelo aval do secretário pertinente a requisição.
  - A aprovação da requisição poderá ser parametrizada nas permissões do usuário do sistema.
  - Permite a impressão.
- 4.6.5.3. O cadastro de fornecedor e de materiais deverá ser compartilhado com o sistema de compras sem a utilização de rotinas de importação/exportação.
- 4.6.5.4. O recebimento da Nota Fiscal (entrada no estoque) deverá ser baseado nos materiais e quantidades da autorização de fornecimento emitida pelo sistema de compras.
- 4.6.5.5. Permitir cadastrar as localizações físicas de materiais, possibilitando criar níveis e subníveis.
- 4.6.5.6. Permitir baixar o estoque por eventualidades como quebra, perda ou roubo.
- 4.6.5.7. Possibilitar bloquear as movimentações nos meses já encerrados.
- 4.6.5.8. Controlar o ponto de reposição de materiais (estoque mínimo, médio e máximo).
- 4.6.5.9. Possibilitar o controle de Lotes de materiais por data de validade. Permitir informar os lotes dos materiais nas movimentações do material.
- 4.6.5.10. Permitir o gerenciamento automatizado de lotes de materiais próximo do vencimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.5.11. Permitir o gerenciamento automatizado do material quando atingir o estoque mínimo, máximo e ponto de reposição.
- 4.6.5.12. Permitir cadastrar vários almoxarifados "Múltiplos almoxarifados"
- 4.6.5.13. Permitir parametrizar os materiais a serem utilizados por almoxarifado, impedindo a utilização de outros materiais neste almoxarifado.
- 4.6.5.14. Permitir parametrizar os materiais que podem ser solicitados por requisitante.

**4.6.6. Módulo Frotas**

- 4.6.6.1. Possibilitar cadastro de veículos controlados por quilometragem ou horas trabalhadas.
- 4.6.6.2. Possuir cadastro para classificação dos veículos.
- 4.6.6.3. Possibilitar controlar até dois reservatórios de combustíveis por veículo.
- 4.6.6.4. Controlar a entrada e saída de veículos, exibindo a quilometragem percorrida ou horas trabalhadas.
- 4.6.6.5. Possibilitar emissão de autorização para abastecimento.
- 4.6.6.6. Possuir reserva de veículos.
- 4.6.6.7. Manter um histórico das multas e acidentes por veículo.
- 4.6.6.8. Possuir a imagem do veículo no cadastro e, esta imagem deve ficar armazenada no banco de dados e não em arquivo à parte.
- 4.6.6.9. Possibilitar o abastecimento do veículo com vínculo a autorização de abastecimento, informando a origem do abastecimento, como licitação ou reservatório, quilometragem ou hodômetro, condutor, fornecedor, o item e documento comprobatório
- 4.6.6.10. Possibilitar cadastro das principais informações da apólice de seguro.
- 4.6.6.11. Permitir personalizar o título do relatório (proveniente de um cadastro de títulos).
- 4.6.6.12. Permitir personalizar até 10 assinaturas para o relatório (proveniente de um cadastro de assinaturas).
- 4.6.6.13. Permitir visualizar o relatório/impresso antes da impressão.

**4.6.7. Módulo Portal da Transparência**

- 4.6.7.1. Disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente a data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento, conforme o art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, as quais serão disponibilizadas no âmbito de cada ente da Federação.
- 4.6.7.2. Integrarão o SISTEMA as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes.
- 4.6.7.3. Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentaria e financeira:
  - Quanto a despesa:
    - a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
    - b) a classificação orçamentaria, especificando a unidade orçamentaria, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
    - c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
    - d) o procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
  - Quanto a receita, os valores das receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
    - a) previsão;
    - b) arrecadação
- 4.6.7.4. Permitir visualizar os empenhos emitidos para cada fornecedor, os itens dos empenhos, a quantidade, o valor unitário e valor total.
- 4.6.7.5. Permitir visualizar o tipo, número, data de emissão e data de pagamento dos documentos fiscais ligados a cada empenho.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

4.6.7.6. Possuir gráficos da despesa empenhada, liquidada e paga relativos a:

- Despesa por categoria;
- Despesa corrente;
- Despesa de capital;
- Órgãos

4.6.7.7. Possuir gráficos que demonstrem as receitas previstas e arrecadadas relativos a:

- Tipo da receita;
- Natureza da receita;
- Deduções.

4.6.7.8. Permitir visualizar as informações da nota de empenho, tais como: nº do empenho, programa, fonte de recurso, função/subfunção, processo licitatório, modalidade, contrato, valor empenhado, liquidado, pago, retido, itens do empenho (descrição, valor unitário, quantidade, total) e documento fiscal (tipo, número, data emissão e data pagamento);

4.6.7.9. Possuir glossário com definições dos principais termos contábeis e permitir cadastrar, alterar ou excluir termos do glossário.

4.6.7.10. Integrar o SISTEMA as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes.

4.6.7.11. Disponibilizar acesso público a todos os atos da administração pública, tais como, portarias, leis, decretos, atos de pessoal, licitações, contratos, aditivos, convênios, resoluções, etc.

4.6.7.12. Exibir as receitas organizadas por natureza, permitindo navegar em cada nível de seus respectivos subníveis, exibindo o total dos seguintes valores, por nível: Receita prevista, Receita Arrecadada.

4.6.7.13. Exibir as despesas organizadas por natureza, permitindo navegar em cada nível de seus respectivos subníveis, exibindo o total dos seguintes valores, por nível: Total de créditos, Fixado, Empenhado, Liquidado, Pago.

4.6.7.14. Permitir consultar as receitas e despesas por período (mês/ano).

4.6.7.15. Exibir os valores recebidos e/ou repassados de transferências financeiras por Unidade Orçamentaria.

4.6.7.16. Exibir informações detalhadas sobre diárias, tais como: Número da diária, local de saída, local de retorno, data de partida, data de retorno, objeto, valor unitário, quantidade.

4.6.7.17. Permitir consultar despesa por unidade gestora, por natureza da despesa, permitindo navegar em cada nível da natureza, exibindo seus respectivos valores empenhados, liquidados e pagos.

4.6.7.18. Permitir a disponibilização de informações relativas as contas públicas, tais como PPA, LDO, LOA, Anexos da Lei 4.320 e Anexos da Lei Fiscal.

4.6.7.19. Exibir informações detalhadas dos Processos Licitatórios, tais como: Número do edital, data de abertura, modalidade, objeto, tipo, forma de julgamento, itens, participantes, documentos e textos.

4.6.7.20. Exibir informações detalhadas sobre os contratos, tais como: número, valor, data de assinatura, objeto e texto.

4.6.7.21. Exibir informações detalhadas sobre os convênios, tais como: número, valor, data de assinatura, objeto, documentos e textos, participantes.

4.6.7.22. Exibir a folha de pagamento mensal dos colaboradores, com informações detalhadas, tais como: Nome do colaborador, vínculo de trabalho, local de trabalho, cargo, situação de trabalho, proventos e descontos.

4.6.7.23. Possuir um canal de comunicação com o cidadão, para que este possa apresentar pedido de acesso a informações, conforme Lei de Acesso à Informação (LEI Nº 12.527), acompanhar o andamento do pedido até sua conclusão.

**4.6.8. Gestão de Pessoas**

**Requisitos Gerais**

4.6.8.1. Possuir a solução totalmente baseada em tabelas de definição, parametrizadas pelos usuários classificados como administradores, sem obrigatoriedade de conhecimentos de técnicas ou linguagens de desenvolvimento de sistemas para os usuários classificados operacionais.

4.6.8.2. Ser uma solução única e possuir integração nativa entre todos os módulos funcionais



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- inclusive entre as ferramentas de tecnologia, sem necessidade de execução de rotinas (automáticas ou não) para compatibilização de dados e sem necessidade de redundância de processos.
- 4.6.8.3. Permitir o gerenciamento do armazenamento de arquivos em diversos formatos e a visualização deste.
- 4.6.8.4. Possuir consultas “on-line” de textos explicativos sobre a utilização do sistema e orientação de preenchimento de informações.
- 4.6.8.5. Permitir a possibilidade de desenvolvimento de novas funções específicas, integradas ao sistema e que estas novas funções possam ser ativadas a partir dos “menus” do próprio sistema.
- 4.6.8.6. Disponibilizar ferramentas que permitam a criação de funcionalidades específicas dentro do próprio sistema, viabilizando a criação de interfaces, telas de entrada de dados, consultas, visões gerenciais e relatórios;
- 4.6.8.7. Permitir o armazenamento de informações históricas por tempo indeterminado.
- 4.6.8.8. Permitir que a navegação entre as diversas funções seja feita através das opções de “menu” ou através de comandos diretos e padronizados.
- 4.6.8.9. Permitir validação automática do dígito verificador de PIS, PASEP, CPF e CNPJ nos diversos pontos do sistema onde estas informações sejam tratadas.
- 4.6.8.10. Permitir o acionamento de rotinas específicas para validação de dados cadastrais dos funcionários, dependentes e pensionistas, tela a tela de forma independente.
- 4.6.8.11. Permitir o acionamento de rotinas específicas de movimentação de pessoal (promoções, transferências, frequência, afastamentos, rescisão de contrato e lançamentos para os cálculos) de forma direta e de acordo com os níveis de permissão de acesso.
- 4.6.8.12. Possuir linguagem que possibilite criar diferentes formulas de cálculo para atendimento a necessidades específicas. Esta linguagem deve ter variáveis e funções especializadas para as principais informações dos colaboradores, da empresa, dos cálculos e outras, bem como deve possibilitar acesso a informações históricas, tabelas e campos customizados.
- 4.6.8.13. Possuir tabela de totalizadores de eventos, de modo que seja possível gerar relatórios a partir destes totalizadores. Um totalizador pode conter eventos e outros totalizadores na base.
- 4.6.8.14. O sistema deve ter controle de acesso através de senhas, de modo a garantir a integridade e impeça o acesso indevido aos dados, com regras específicas de permissões por usuário e grupos de usuários.
- 4.6.8.15. O sistema deve ser parametrizável pelo usuário/multiusuário, observando restrições de acesso de todos os campos, relatórios e atividades.
- 4.6.8.16. O sistema deve permitir a manutenção do relacionamento com todos os cadastros/tabelas.
- 4.6.8.17. O sistema deve prever a possibilidade de que atributos registrados como informação, de todas as pessoas envolvidas, possam ser consistidos e mantidos em tabelas.
- 4.6.8.18. O sistema deve ser operado através de interface gráfica, teclado e mouse.
- 4.6.8.19. O sistema deve ter a interface e os relatórios gerados em língua portuguesa do Brasil.
- 4.6.8.20. O sistema deve permitir possíveis customizações de acordo com a necessidade do contratante.
- 4.6.8.21. O sistema deve disponibilizar pesquisas com filtros para a recuperação dos dados armazenados no banco de dados.
- 4.6.8.22. O sistema deve permitir que os dados e campos sejam criticados para garantir que informações incorretas sejam alimentadas, de acordo com as regras de negócio.
- 4.6.8.23. O sistema deve controlar a evolução de versões, provendo um conjunto de ferramentas que garanta total segurança no processo de atualização de versões.
- 4.6.8.24. O sistema deve controlar através de logs as alterações realizadas nos dados de forma seletiva, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data, hora, usuário, dados alterados.
- 4.6.8.25. Permitir a definição de sequências de relatórios a serem impressos pelo usuário sem que ele precise escolher um a um e comandar a impressão. No mínimo para as rotinas de admissão e demissão.
- 4.6.8.26. A contratada devesse prover bases de dados de teste e homologação para simulações e testes em geral
- 4.6.8.27. O sistema devesse possuir cadastro de dados pessoais que direta ou indiretamente, mantenha relação com a Contratante, integrado com o sistema de Folha de Pagamento, Recursos Humanos e Registro de Ponto, mesmo que, quando o empregado, possua mais de um vínculo ou venha a desligar-se e posteriormente a ser recontratado ou nomeado para



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

cargos ou funções comissionadas.

- 4.6.8.28. O sistema deve ser multicliente (multiempresa), devendo possibilitar a inclusão de todas as entidades ligadas a Autarquia (servidores, autônomos, terceirizados e estagiários).
- 4.6.8.29. Disponibilizar Ferramenta para a criação de modelos de relatórios e formulários ou alteração/personalização de modelos de relatórios e formulários constantes no sistema.
- 4.6.8.30. A ferramenta de criação de relatórios deve utilizar os dados diretamente das tabelas do sistema sem a necessidade de criação de uma estrutura de informação complementar (base de dados paralela).
- 4.6.8.31. Os relatórios gerados pelo sistema devem permitir sua gravação para impressão posterior em formato proprietário e também nos formatos HTML, TXT, XLS, DOC, PDF (Adobe Reader), BMP e JPG.
- 4.6.8.32. Permitir a definição de sequencias de relatórios a serem impressos pelo usuário sem que ele precise escolher um a um e comandar a impressão. No mínimo para as rotinas de admissão e demissão.
- 4.6.8.33. Todos os relatórios do sistema, nativos da fábrica ou customizados no cliente, devem guardar os parâmetros da última execução por usuário. Estes parâmetros já aparecem como default na execução seguinte.
- 4.6.8.34. A ferramenta de geração de relatórios e extração de informações devera possuir interface gráfica, ser amigável, de fácil utilização e que possa ser utilizada por usuários leigos em informática.
- 4.6.8.35. Permitir a utilização de elementos gráficos (logotipos) na definição dos relatórios.
- 4.6.8.36. Permitir a definição e utilização de formulas, totalizadores e expressões matemáticas.
- 4.6.8.37. Permitir que o usuário defina os critérios de seleção e classificação das informações constantes de cada relatório, e que essas opções de filtro e classificação fiquem disponíveis na tela de entrada do relatório para o usuário possa escolher no momento da geração do relatório.
- 4.6.8.38. Permitir a criação de telas de entrada para os relatórios contendo filtros e dados relevantes para que o usuário informe no momento da execução do relatório. Possibilitar ainda a inclusão de mensagens de texto personalizadas explicando esses campos disponíveis para os usuários.
- 4.6.8.39. Permitir a definição e formatação de gráficos relativos as informações de cada relatório.
- 4.6.8.40. Permitir a criação de relatórios com quebras por grupos em vários níveis.
- 4.6.8.41. Os relatórios devem ter acesso e poder utilizar conteúdo de qualquer tabela do sistema, inclusive os campos e tabelas criados pelos usuários.
- 4.6.8.42. Permitir o acesso aos relatórios padrões do sistema, para que o usuário possa utiliza-los como modelo básico para desenvolvimento de novos relatórios e também para que possam ser feitas pequenas adaptações tais como inclusão de colunas, logotipos, entre outras.
- 4.6.8.43. Os relatórios gerados pelo sistema devem permitir sua gravação para impressão posterior. O sistema deve permitir a gravação dos relatórios gerados no mínimo em formatos HTML e PDF (Adobe Reader).
- 4.6.8.44. Contemplar integração com componente SMTP para permitir o envio de relatórios por e-mail a partir da ferramenta de visualização de relatórios.
- 4.6.8.45. Permitir a definição de sequencias de relatórios a serem impressos pelo usuário sem que ele precise escolher um a um e comandar a impressão. No mínimo para as rotinas de admissão e demissão.
- 4.6.8.46. Permitir a programação da geração de relatórios em data e horários pré-definidos, sem a necessidade de intervenção do usuário.
- 4.6.8.47. A ferramenta deve dispor de menus de navegação e documentação em idioma português.
- 4.6.8.48. A ferramenta deve permitir que, ao executar um relatório, o usuário possa optar por encaminha-lo por e-mail automaticamente, sem qualquer interferência posterior;
- 4.6.8.49. A ferramenta deve permitir que os dados guardados dentro de um relatório gerado possam ser exportados para um arquivo texto ou planilha
- 4.6.8.50. A ferramenta de criação de Telas de Entrada de Dados deve utilizar diretamente as tabelas do sistema sem a necessidade de criação de uma base de dados paralela.
- 4.6.8.51. Permitir que o usuário crie telas de entrada de dados, para interface Windows ou para interface WEB, usando tabelas e campos do sistema bem como as tabelas e campos criados pelo próprio usuário.
- 4.6.8.52. Manter e utilizar as validações definidas na criação dos campos disponibilizados nas telas.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.8.53. Habilitar listas de consulta nos campos relacionados a outras tabelas do sistema e que forem utilizados nas telas criadas.
- 4.6.8.54. Permitir a inclusão de regras de negócio e de validação para os campos disponibilizados nas telas.
- 4.6.8.55. Garantir a portabilidade das telas construídas para as versões posteriores do sistema bem como a sua migração automática nas atualizações de versão.
- 4.6.8.56. A ferramenta deve permitir que as telas construídas em ambiente de testes e homologação sejam exportadas e posteriormente importadas em ambiente de produção;
- 4.6.8.57. O sistema deve permitir a atribuição de permissões por usuário ou grupo de usuários aos formulários criados;
- 4.6.8.58. Fornecer ferramenta para agendamento das rotinas permitindo seu agendamento a cada intervalo de tempo, a um dia específico da semana ou de um dia do mês;
- 4.6.8.59. O sistema devera prover mecanismo de agendamento de processos que, uma vez programados, sejam executados sem qualquer intervenção dos usuários;
- 4.6.8.60. Estes processos podem ser: relatórios, integrações, consistências, mensagens, cálculos e envio de e-mails;
- 4.6.8.61. Caso o sistema esteja indisponível para manutenção nos horários dos processos agendados, a Ferramenta deve automaticamente dispara-los assim que o ambiente e o sistema estejam recuperados;
- 4.6.8.62. A ferramenta deve gerar logs que permitam checar se a execução dos processos agendados foi realizada com sucesso ou não;

Funcionalidades Módulo de Folha de Pagamento Recursos humanos

- 4.6.8.63. Possuir cadastro de pessoas para as rotinas deste sistema e do de Recursos Humanos.
- 4.6.8.64. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas
- 4.6.8.65. Ter controle para dependentes, com datas de vencimento para salário-família e para da relação de dependência para o IRRF.
- 4.6.8.66. Ter cadastro ilimitado de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria Nº. 1.121, de 8 de novembro de 1995.
- 4.6.8.67. Controlar a lotação e localização física dos servidores.
- 4.6.8.68. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês.
- 4.6.8.69. Registrar automaticamente as movimentações de pessoal referente a admissão, demissão ou exoneração, rescisão, prorrogação de contrato, alterações salariais e de cargo, férias, aposentadoria, afastamento, funções gratificadas exercidas, através da informação do ato.
- 4.6.8.70. Possuir cadastro para autônomos, informando data e valor de cada serviço prestado.
- 4.6.8.71. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.
- 4.6.8.72. Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.
- 4.6.8.73. Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.
- 4.6.8.74. Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 4.6.8.75. Controlar a escolaridade mínima exigida para o cargo.
- 4.6.8.76. Controlar os níveis salariais do cargo.
- 4.6.8.77. Permitir o controle de vagas do cargo.
- 4.6.8.78. Ter controle de pensionistas por morte ou judicial.
- 4.6.8.79. Registrar a concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.
- 4.6.8.80. Calcular automaticamente o valor da pensão, cancelando-o se informado a data de seu termino.
- 4.6.8.81. Permitir o controle da concessão e desconto de vale-transporte.
- 4.6.8.82. Permitir a configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e, ainda, nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade. (INSS, IRRF, salário-família, entre outras).
- 4.6.8.83. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.).
- 4.6.8.84. Permitir a configuração das formulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.
- 4.6.8.85. Possibilitar a configuração de alteração salarial conforme o estatuto do órgão.
- 4.6.8.86. Permitir a configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, com códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP.
- 4.6.8.87. Permitir a configuração dos proventos referentes as médias e vantagens percebidas pelos servidores.
- 4.6.8.88. Possibilitar a configuração de afastamentos.
- 4.6.8.89. Permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados.
- 4.6.8.90. Permitir processamento para cálculo mensal, adiantamentos, calculo complementar, 13º salário adiantado e integral.
- 4.6.8.91. Permitir cálculo automático de rescisão com prazo determinado.
- 4.6.8.92. Permitir cálculos de férias individuais e de férias coletivas
- 4.6.8.93. Possuir controle de faltas para desconto no pagamento das férias.
- 4.6.8.94. Permitir o pagamento do 13º salário juntamente das férias.
- 4.6.8.95. Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.
- 4.6.8.96. Permitir cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.
- 4.6.8.97. Permitir a reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias utilizando a mesma matrícula do funcionário.
- 4.6.8.98. Permitir simulações, parcial ou total, da folha de pagamento, do 13º salário integral, de férias e rescisórias, para a competência atual ou futura, sem gerar os encargos sociais para o cálculo simulado.
- 4.6.8.99. Registrar o histórico salarial do servidor.
- 4.6.8.100. Calcular alterações salariais de modo coletivo, ou para níveis salariais do plano de cargos.
- 4.6.8.101. Permitir a inclusão e alteração de proventos e descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de cálculo da folha.
- 4.6.8.102. Calcular automaticamente todos os valores relativos ao servidor e a contribuição patronal, como IRRF, FGTS, salário-família e previdência.
- 4.6.8.103. Emitir relatórios com resumo, extrato mensal e líquido da Folha.
- 4.6.8.104. Permitir a emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.
- 4.6.8.105. Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF, a GFIP, e arquivos retificadores.
- 4.6.8.106. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para credito em conta no banco de interesse da entidade.
- 4.6.8.107. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).
- 4.6.8.108. Permitir a consulta previa das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.
- 4.6.8.109. Emitir dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.
- 4.6.8.110. Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.
- 4.6.8.111. Permitir consulta do histórico funcional do servidor, com todos os seus contratos, mostrando: períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias, afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.
- 4.6.8.112. Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário. Permitir consultar apenas os proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.
- 4.6.8.113. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais, com emissão de resumo para conferencia.
- 4.6.8.114. Permitir agendamento de relatório. Sistema deverá permitir que determinados relatórios possam ter sua emissão programadas em datas pré-definidas. Na data definida o sistema deverá gerar os relatórios selecionados e enviar para pastas ou listas de e-mail selecionadas.
- 4.6.8.115. Permitir a geração de cálculo assíncrono, onde o processamento da folha deve ocorrer através de processamento distribuído em diversas maquinas. Deve permitir diversas configurações de filtros com número de instâncias que irão executar o processamento da folha.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.8.116. Permitir a consulta e impressão do holerite através de modulo Web.
- 4.6.8.117. Ser integrado com a folha de pagamento, utilizando os mesmos cadastros.
- 4.6.8.118. Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.
- 4.6.8.119. Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.
- 4.6.8.120. Ter cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).
- 4.6.8.121. Deve permitir o lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.
- 4.6.8.122. Deve permitir a configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.
- 4.6.8.123. Deve permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 4.6.8.124. Permitir a inserção de novos campos para classificação institucional.
- 4.6.8.125. Deve permitir a realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.
- 4.6.8.126. Efetuar a avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.
- 4.6.8.127. Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, área de atuação, valor da bolsa, previsão de término.
- 4.6.8.128. Deve permitir o lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.
- 4.6.8.129. Possibilitar cadastrar os períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio
- 4.6.8.130. Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.
- 4.6.8.131. Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.
- 4.6.8.132. Permitir o cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.
- 4.6.8.133. Permitir os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial (Professor).
- 4.6.8.134. Permitir a parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.

Funcionalidades Módulo eSocial

- 4.6.8.135. Disponibilizar recurso para parametrização das rubricas do eSocial com as bases legais (IRRF, INSS, FGTS) e relatórios de divergências.
- 4.6.8.136. Permitir o agrupamento de Empresas com o mesmo CNPJ
- 4.6.8.137. Permitir cadastrar o responsável pelo envio das informações ao eSocial
- 4.6.8.138. Permitir o envio do arquivo de Qualificação Cadastral para validação dos dados na base da RFB e INSS.
- 4.6.8.139. Permitir a análise do arquivo de retorno da Qualificação Cadastral com relatório de críticas
- 4.6.8.140. Permitir a parametrização da periodicidade dos envios dos eventos ao eSocial
- 4.6.8.141. Validar as informações do layout do eSocial com o sistema de gestão de pessoal para realizar a correta geração e envio dos eventos ao eSocial
- 4.6.8.142. Gerar os arquivos dos eventos do eSocial em formato XML
- 4.6.8.143. Realizar a comunicação com o eSocial utilizando a tecnologia webservice e certificação digital.
- 4.6.8.144. Receber, interpretar e armazenar os protocolos de retorno da validação de estrutura do XML.
- 4.6.8.145. Notificar o responsável pelo envio das informações do eSocial nos casos de erros ou inconsistências
- 4.6.8.146. Emitir relatório de críticas de validação
- 4.6.8.147. Reenviar os eventos do eSocial que apresentaram inconsistência
- 4.6.8.148. Manter o controle dos arquivos enviados e validados para o fechamento da Competência da Folha de Pagamento
- 4.6.8.149. Permitir definir o modo de envio por Webservice ou Arquivos salvos para posterior envio.
- 4.6.8.150. Permitir demonstrar na ficha financeira a Rubrica (evento) junto ao eSocial por tipo de Categoria
- 4.6.8.151. Possibilitar o cadastramento de afastamento retroativo ao eSocial.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

4.6.8.152. Disponibilizar no cadastro de afastamentos o campo Observação, pois em alguns tipos de afastamentos terá que ser preenchido. Exemplo Licença Sem Remuneração.

**4.6.10. Gestão Tributária**

**Cadastro Imobiliário**

O cadastro imobiliário deve permitir:

- 4.6.10.1. A identificação da inscrição sendo: Quadrante, Quadrícula, Setor, Quadra, Lote e Unidade.
- 4.6.10.2. Geração do espelho de cadastro com lote e suas unidades respectivas.
- 4.6.10.3. Informar as dimensões do terreno, como área e testada principal.
- 4.6.10.4. Definir Loteamento, com informação da quadra e lote. (quando possuir)
- 4.6.10.5. Definir Condomínio. (quando possuir).
- 4.6.10.6. Tipo de Localização (Urbana ou Rural).
- 4.6.10.7. Permitir definir cartório em que se encontra o registro do lote.
- 4.6.10.8. Definir imobiliária. (quando possuir).
- 4.6.10.9. Definir endereço para envio do carnê de IPTU.
- 4.6.10.10. Especificar o proprietário de direito e o proprietário de fato.
- 4.6.10.11. Registrar o log de alterações das informações referente a parcela territorial, predial e unidades de avaliação.

O cadastro imobiliário de edificações deve permitir:

- 4.6.10.12. Possibilidade de definir área e fração de condomínio horizontal.
- 4.6.10.13. Regime de utilização (Próprio, Cedido ou Alugado).
- 4.6.10.14. Informar a Área real, área tributável, fração ideal, pavimentos, identificando-os por unidade.
- 4.6.10.15. Permitir o cadastro de isenção de tributos por contribuinte, que reflita automaticamente no momento do lançamento de débito.
- 4.6.10.16. Permitir desmembrar lotes;
- 4.6.10.17. Permitir remanejar unidades autônomas entre lotes;
- 4.6.10.18. Unificar informações de lotes.
- Consultas parametrizadas de cadastros imobiliários por
- 4.6.10.19. Bairros e logradouros, com a opção de atalho para acessar o cadastro selecionado e a possibilidade de impressão da consulta e do respectivo carnê de IPTU.
- 4.6.10.20. Intervalo de inscrições imobiliárias, com a opção de atalho para acesso ao cadastro selecionado e a possibilidade de impressão da consulta e do respectivo carnê de IPTU.

**Cálculo, Lançamento e Impressão de Carnê de IPTU, ITBI e Cosip**

Deve permitir o Cálculo/ Lançamento/ Impressão de carnê de IPTU das seguintes formas:

- 4.6.10.21. A fórmula de cálculo do IPTU deve vir pronta e respeitar a legislação do município, porém os parâmetros que alimentam o cálculo devem ser configuráveis pelo usuário final.
- 4.6.10.22. O sistema deve ter a opção para cálculo, lançamento do débito e impressão de carnês de IPTU.
- 4.6.10.23. Permitir o lançamento do IPTU com a possibilidade de abatimento do valor previamente pago, compensando esse valor dentro do mesmo exercício e exercícios futuros, de forma automática.
- 4.6.10.24. Geração de arquivo para confecção externa de carnê, com layout que será definido posteriormente pela prefeitura.
- 4.6.10.25. Permitir o cadastro de isenções de IPTU por tipo e por ano.
- 4.6.10.26. Cálculo e lançamento do ITBI e ITBI-Rural com a respectiva geração de guia.
- 4.6.10.27. Cálculo e geração do arquivo da COSIP de acordo com a Legislação.

**ISS – Imposto Sobre Serviços**

**Cadastro Econômico**

- 4.6.10.28. Permitir vincular inscrição imobiliária, quando o cadastro econômico possuir tal informação, essa informação deve ser diretamente relacionada ao cadastro imobiliário.
- 4.6.10.29. A identificação dos sócios, permitindo informar o percentual de participação e a qualificação.
- 4.6.10.30. A identificação das atividades fiscais CNAE, com a possibilidade de informar a atividade



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

CNAE principal.

- 4.6.10.31. Informar qual a natureza jurídica e o enquadramento tributário de acordo com as características da receita federal, identificando quando a empresa é optante do simples
- 4.6.10.32. Permitir vincular o contador responsável por um determinado contribuinte.
- 4.6.10.33. Permitir vincular a atividade fiscal a determinada atividade CNAE e vice-versa.
- 4.6.10.34. O cadastro econômico deve permitir a identificação das atividades fiscais, com a possibilidade de informar a atividade principal.
- 4.6.10.35. Histórico de fiscalizações com atalho para consultar os termos relacionados a determinada fiscalização
- 4.6.10.36. Permitir credenciamento aos contribuintes, para serviços disponibilizados no módulo WEB, a identificação dos sócios, permitindo informar o percentual de participação e a qualificação
- 4.6.10.37. Gerar espelho cadastro de contribuintes do município (cadastro econômico).

Cadastro Único

- 4.6.10.38. Permitir o agrupamento de cadastros de pessoas, identificando qual o cadastro principal.
- 4.6.10.39. Permitir cadastrar exceção de dívidas para verificação na rotina da CND.
- 4.6.10.40. Possuir uma rotina que verifique os cadastros que estão com exceção de CND, considerando essa informação para emissão da certidão.
- 4.6.10.41. Permitir o cadastro de isenção de tributos por contribuinte, que reflita automaticamente no momento do lançamento de débito.
- 4.6.10.42. O sistema deve possuir uma ferramenta que permita ao usuário unificar cadastros repetidos. Essa funcionalidade deve transferir as movimentações financeiras, fiscais e cadastrais para apenas um cadastro de pessoa definido como principal. Essa ferramenta deve possuir uma função automatizada, aonde o sistema verificará todos os cadastros habilitados e desabilitados com o mesmo CPF/CNPJ e unificá-los quando o mesmo possuir apenas um cadastro habilitado.

Fiscalização

O controle de fiscalização deve permitir:

- 4.6.10.43. Emitir o termo de abertura com a possibilidade de impressão desse documento.
- 4.6.10.44. Emitir o termo de encerramento com a possibilidade de impressão desse documento.
- 4.6.10.45. Efetuar o levantamento fiscal de ISSQN com a respectiva impressão do relatório com os dados analisados.
- 4.6.10.46. Emitir o auto de infração com a possibilidade de impressão desse documento.
- 4.6.10.47. Emitir intimações com a possibilidade de impressão desse documento com valores devidamente corrigidos.
- 4.6.10.48. Emitir notificações com valor da infração e com a possibilidade de impressão desse documento.
- 4.6.10.49. Emissão do ISS da construção civil, com o cálculo automatizado do ISS, e com a geração do documento de estimativa fiscal.
- 4.6.10.50. Lançamento da produtividade dos fiscais, com pontuação para todos os serviços executado.
- 4.6.10.51. Permitir a emissão de Nota avulsa com identificação da atividade fiscal.
- 4.6.10.52. Emitir alvará de: funcionamento, localização e autônomo, com opção de informar percentual de desconto até o vencimento da guia.

Emissão de CND

Referente às funcionalidades para a emissão de certidões de débitos, o sistema deve:

- 4.6.10.53. Permitir informar qual tipo de CND's estará disponível via WEB.
- 4.6.10.54. Permitir alterar o texto principal da CND. Essa funcionalidade deve ser realizada pelo usuário com prévia autorização, sem intervenção do administrador do sistema.
- 4.6.10.55. Permitir informar qual a finalidade para o tipo de CND a ser emitida.
- 4.6.10.56. Possuir uma rotina que verifique todos os cadastros agrupados, com o usuário informando apenas o CPF/CNPJ do cadastro principal, para a emissão da CND.

Emissão CND Pessoa

Permitir a emissão dos seguintes tipos de CND'S referente ao cadastro de pessoa:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.10.57. Certidão Negativa de Débitos.
- 4.6.10.58. Certidão Positiva de Débitos.
- 4.6.10.59. Certidão Positiva com efeito de Negativa.
- 4.6.10.60. Certidão de não cadastro no município.
- 4.6.10.61. Certidão de Baixa

Emissão CND Imóvel

Permitir a emissão dos seguintes tipos de CND'S imobiliárias:

- 4.6.10.62. Certidão Negativa de Débitos referente ao imóvel.
- 4.6.10.63. Certidão Positiva de Débitos referente ao imóvel.
- 4.6.10.64. Certidão Positiva com efeito de Negativa referente ao imóvel.
- 4.6.10.65. Certidão de não cadastro imobiliário no município.

Emissão de Taxa

- 4.6.10.66. Emitir taxas, individual (apenas para um contribuinte) ou coletiva (para vários contribuintes) de uma vez.

Emissão ISS Construção Civil

- 4.6.10.67. Emissão do ISS da construção civil, com o cálculo automatizado do ISS, e com a geração do documento de estimativa fiscal.

Consulta de Débito

Gerenciamento/ Consulta de débitos que permitam:

- 4.6.10.68. Filtros por contribuinte (dívida mobiliária) ou imóvel (dívida imobiliária).
- 4.6.10.69. Filtros por ano do débito.
- 4.6.10.70. Filtros por dívida (Exemplo: IPTU, ISS, etc.)
- 4.6.10.71. Filtros por situação do débito (Exemplo: Aberto, Pago, Cancelado etc.)
- 4.6.10.72. Gerar guias para pagamento (segunda via) informando nova data de vencimento.

Demonstrativo do Débito

- 4.6.10.73. Gerar relatório de extrato de débitos por contribuinte com filtros por ano, situação do débito e dívida.

Cancelamento de Débito

- 4.6.10.74. Cancelamento de débitos informando o motivo do cancelamento, inclusive permitindo a possibilidade de cancelamento em lote.

Aviso de Débito

- 4.6.10.75. Permitir geração de aviso de débitos para contribuintes com débitos em atraso, com funcionalidade de geração do aviso (carta) e boleto único para pagamento em um mesmo documento.

Baixa Arquivo de Retorno

- 4.6.10.76. Permitir a baixa de arquivo de retorno de convênios dos bancos de forma automática e manual.

Baixa Arquivo Simples Nacional

- 4.6.10.77. Permitir a baixa de arquivo de retorno do simples nacional, enviado pela receita federal.
- 4.6.10.78. Permitir a integração do arquivo de simples nacional – convênio dívida ativa, enviado pela receita federal.

Dívida Ativa

- 4.6.10.79. Cadastro de dívida possibilitando parametrizar data de vencimento, valor mínimo, nº máximo de parcelas e porcentagem de juros, multa e correção.
- 4.6.10.80. Permitir o cancelamento de débitos inscritos em dívida ativa.
- 4.6.10.81. Emitir extratos de débitos em dívida ativa.

Referente aos parcelamentos, o sistema deve:

- 4.6.10.82. Permitir parametrizar a quantidade máxima de parcelas e o valor mínimo de cada parcela.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.10.83. Permitir informar quais usuários terão permissão para efetuar as modalidades de parcelamento.
- 4.6.10.84. Permitir parcelamento de débitos que estejam em dívida ativa e dívida ativa ajuizada.
- 4.6.10.85. Permitir o cancelamento de parcelamentos em atraso, com a possibilidade de filtro por quantidade de parcelas em atraso.

Execução Fiscal

- 4.6.10.86. Permitir a execução da dívida ativa individual ou em lote com filtros por ano e dívida. (Exemplo: IPTU, ISS, etc.).
- 4.6.10.87. Gerar CDA onde contenham as informações do débito ajuizado e seus respectivos tributos com possibilidade de reemissão e substituição da mesma.
- 4.6.10.88. Permitir a extinção de processo de execução fiscal.
- 4.6.10.89. Permitir a suspensão de processo de execução fiscal, com possibilidade de reemissão.

Geração de Arquivo de Protesto

- 4.6.10.90. Geração de arquivos para envio ao protesto (geração da CDA e guias de guias)
- 4.6.10.91. Permitir o peticionamento eletrônico, integrado com o WebService do Tribunal de Justiça via protocolo SOAP e utilizando certificado digital para garantir a autenticidade.
- 4.6.10.92. Permitir que as CDA's sejam assinadas utilizando certificado digital para garantir a autenticidade do documento.
- 4.6.10.93. Permitir o peticionamento eletrônico das execuções fiscais e geração da petição inicial através do WebService do Tribunal de Justiça.
- 4.6.10.94. Permitir a geração e envio da petição intermediária através do WebService do Tribunal de Justiça.
- 4.6.10.95. Permitir anexar outros arquivos (diversos) que sejam pertinentes ao processo.
- 4.6.10.96. Permitir a geração e envio de petições intermediárias automatizadas tais como:
- Alteração de dados de partes (emenda da petição inicial)
  - Substituição de CDA's
  - Exclusão de CDA's
  - Suspensão de processos
  - Prosseguimento do feito
  - Extinção do processo
- 4.6.10.97. Permitir consultar as petições enviadas através do WebService do Tribunal de Justiça.
- 4.6.10.98. Permitir o peticionamento eletrônico em lote das petições de suspensão do processo com filtros por data de parcelamento e data de pagamento da primeira parcela.
- 4.6.10.99. Permitir o peticionamento eletrônico em lote das petições de extinção do processo por pagamento total, com filtros por data de quitação do parcelamento.
- 4.6.10.100. Permitir o peticionamento eletrônico de petições pré-configuradas, com possibilidade de anexar modelo externo em PDF e envio em lote.
- 4.6.10.101. Permita funcionalidades relacionadas à intimação eletrônica tais como:
- Solicitação de intimações aguardando ciência, informando a quantidade de intimações
  - Solicitação de intimações com prazo expirado

Possuir rotinas referentes ao cadastro Mobiliário e Imobiliário, que permitam:

- 4.6.10.102. Levantamento de débitos, separados por grupo de dívida (Mobiliário e Imobiliário).
- 4.6.10.103. Geração de guia de recolhimento para débitos vencidos, com a informação da nova data de vencimento.
- 4.6.10.104. Geração de segunda via de débitos não vencidos.
- 4.6.10.105. Consulta de cadastro imobiliário e mobiliário.
- 4.6.10.106. Imprimir espelho cadastral mobiliário e imobiliário.

Módulo – ITBI Online

- 4.6.10.107. Permitir ao cartório/ registro de imóvel solicitar o ITBI de forma online;
- 4.6.10.108. Permitir ao administrador configurar as informações que deverão ser informadas no momento da solicitação;
- 4.6.10.109. Permitir ao Fisco importar as informações solicitadas pelo cartório/ registro de imóvel, com possibilidade de ajuste/ alteração dos dados informados na solicitação;
- 4.6.10.110. Permitir a homologação e lançamento do imposto;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.10.111. Após o lançamento, permitir a visualização da guia de ITBI pelo cartório;
- 4.6.10.112. Após o lançamento, permitir a consulta dos trâmites e pareceres emitidos referente a solicitação de ITBI.

Protocolo

Possuir rotinas relacionadas ao agendamento, que permita:

- 4.6.10.113. Agendar atendimentos com hora marcada
- 4.6.10.114. Consultar agendamentos com filtro por situação.
- 4.6.10.115. Alterar as informações do agendamento.

Possuir rotinas relacionadas ao protocolo que permita:

- 4.6.10.116. Abertura dos processos com a indicação do serviço a ser solicitado, possibilitando ao usuário selecionar mais de um serviço por processo.
- 4.6.10.117. Anexar arquivos digitais a novos processos abertos. (No mínimo as extensões PDF, JPG e PNG)
- 4.6.10.118. Permitir a emissão das taxas relacionadas diretamente ao serviço solicitado.
- 4.6.10.119. Alteração das informações do processo.
- 4.6.10.120. Consultar de processos com filtro por ano, mês e dia.
- 4.6.10.121. Informar a situação do processo.
- 4.6.10.122. Encaminhar/ Repassar o processo para outros responsáveis. (trâmite individual).
- 4.6.10.123. Ao usuário consultar os processos de sua responsabilidade, e nessa mesma tela permita o encaminhamento de processos coletivamente. (trâmite coletivo).
- 4.6.10.124. A geração de parecer por processo, com possibilidade de impressão do documento.
- 4.6.10.125. Possuir ferramentas gerenciais que permitam ao usuário identificar processos em atraso, indicando o prazo que os mesmos estão em atraso.
- 4.6.10.126. Identificar processos abertos por período.
- 4.6.10.127. Possuir rotinas relacionadas ao protocolo que permita ao contribuinte, emitir solicitação de serviços via web, sendo que os serviços que serão disponibilizados via internet deverão ser configurados pelo usuário ADMINISTRADOR, via tela do sistema.
- 4.6.10.128. Consultar a situação do processo aberto via web.

Portal do Cidadão

- 4.6.10.129. Possuir rotinas que permitam o administrador configurar os serviços que serão disponibilizados para o contribuinte, permitindo informar endereços externos (link's externos) para redirecionamento.
- 4.6.10.130. Configurar a mensagem que será visualizada pelo contribuinte que não estiver com sua situação ativa.
- 4.6.10.131. Cadastrar menu de perguntas e respostas de acordo com a necessidade da prefeitura.
- 4.6.10.132. Configurar a opção de quando será possível o contribuinte emitir o alvará. Exemplo: Para emissão do alvará, é necessário o pagamento da primeira parcela do alvará, essa opção deve ser configurável.
- 4.6.10.133. Possuir rotinas que permitam ao contribuinte emitir o alvará via web para os cadastros que estiverem com a sua situação ativa, informando apenas o CPF/ CNPJ na consulta.
- 4.6.10.134. Possuir rotinas que permitam ao cartório consultar o pagamento das guias de ITBI, de acordo com as baixas efetuadas na prefeitura.

Possuir rotinas que permitam ao contribuinte:

- 4.6.10.135. Visualização das informações cadastrais do seu imóvel online.
- 4.6.10.136. Emissão da segunda via do carnê de IPTU online
- 4.6.10.137. Solicitação de alteração de endereço de entrega do carnê de IPTU online
- 4.6.10.138. Solicitação de revisão e/ou isenção de IPTU online.
- 4.6.10.139. Permitir emissão do carnê de IPTU via internet sem necessidade de fazer cadastro no sistema.
- 4.6.10.140. Comparar valores de IPTU de anos anteriores
- 4.6.10.141. Permitir de forma on line, que as imobiliárias relacionem os imóveis por ela gerenciados, possibilitando vincular seu endereço para entrega dos carnês.

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

Deve possuir funcionalidades de acesso a todos os usuários:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.10.142. Permita acesso ao menu de perguntas e respostas.
  - 4.6.10.143. Permita envio de correio eletrônico para a prefeitura diretamente da página do sistema, sem a utilização de outras ferramentas.
  - 4.6.10.144. Permita a solicitação de envio da senha para o correio eletrônico previamente cadastrado na prefeitura.
  - 4.6.10.145. Permita a consulta dos prestadores autorizados para emissão da NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica).
  - 4.6.10.146. Permita ao contribuinte registrar uma denúncia de não conversão de RPS (Recibo Provisório de Serviço) em NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica).
  - 4.6.10.147. Permita no portal da prefeitura a validação da NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica), com a opção de salvar a NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica) em PDF ou exportar a mesma em arquivo XML.
  - 4.6.10.148. Consulta e visualização da NFS-e através de QRCODE.
  - 4.6.10.149. Permita a validação do RPS (Recibo Provisório de Serviço) no portal da prefeitura.
  - 4.6.10.150. Permita a validação das notas recebidas no portal da prefeitura.
  - 4.6.10.151. Permita a visualização da quantidade total de NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica) emitidas.
  - 4.6.10.152. Permita a visualização da quantidade de empresas homologadas para emissão de NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica).
  - 4.6.10.153. Permita solicitar o credenciamento para emissão da NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica), exigindo ou não o anexo de documentos necessários.
  - 4.6.10.154. Permita ao contribuinte o acompanhamento do processo de credenciamento. Deve possuir funcionalidades que permita ao contribuinte:
    - 4.6.10.155. Reenviar a NFS-e para o tomador por e-mail, podendo optar pelo e-mail já cadastrado na emissão ou para um novo endereço de e-mail.
    - 4.6.10.156. Permitir substituição de uma nota fiscal de serviços.
    - 4.6.10.157. Permitir a emissão da nota fiscal com a apuração de imposto do ISSQN próprio, com a respectiva geração da guia de recolhimento.
    - 4.6.10.158. Permitir a consulta detalhada das NFS-e com a opção de visualização em tela e exportação em XML e PDF, com os seguintes filtros por: período, competência, número da NFS-e e lote.
  - 4.6.10.159. Consultar as notas recebidas.
  - 4.6.10.160. Permitir o cancelamento de uma nota fiscal de serviço, cuja guia ainda não tenha sido efetuada o pagamento.
  - 4.6.10.161. Consultar a nota fiscais tomadas de outros prestadores do município.
  - 4.6.10.162. Permitir a declaração de informações recebidas.
  - 4.6.10.163. Permitir o cancelamento das declarações de informações recebida.
  - 4.6.10.164. Permitir a declaração de serviço não tomado.
- Área Administrativa
- Possuir rotinas que permitam ao fiscal:
- 4.6.10.165. Cadastrar o menu de perguntas e respostas que será utilizado para esclarecimento aos usuários finais do sistema.
  - 4.6.10.166. Permitir adicionar arquivos que ficarão disponíveis para download.
  - 4.6.10.167. Gerenciar os arquivos / links que serão disponibilizados na seção de downloads, com a opção de cadastrar a descrição de cada download.
  - 4.6.10.168. Gerenciar limitador de tempo e contador regressivo do tempo para expiração da sessão.
  - 4.6.10.169. Permita o envio através de correio eletrônico dos dados da nota fiscal para a consulta pelo tomador de serviços.
  - 4.6.10.170. Incluir e alterar informações cadastrais de tomadores/prestadores.
  - 4.6.10.171. Permitir autorizar individualmente os contribuintes para emissão da NFS-e para tomadores não identificados e tomadores residentes no exterior.
  - 4.6.10.172. Permitir à autoridade fiscal liberar ou cancelar qualquer autorização para emissão de Notas Fiscais Eletrônicas em qualquer momento via internet.
  - 4.6.10.173. Permitir ao fiscal bloquear ou não a alteração do endereço do tomador já cadastrado, pelo emissor da NFS-e na emissão da NFS-e.
  - 4.6.10.174. Consultar de forma agrupada a NFS-e por filtro de Período (data emissão) e Contribuinte, totalizando o número de NFS-e emitidas por contribuinte.
  - 4.6.10.175. Consultar de forma agrupada a NFS-e por filtro de Período de competência e

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- Contribuinte, totalizando o número de NFS-e emitidas por contribuinte.
- 4.6.10.176. Consultar as NFS-e com a opção de visualização em tela e exportação em XML e PDF, com os seguintes filtros por: período, competência, natureza de operação e atividade fiscal.
- 4.6.10.177. Substituir notas fiscais, inclusive com a opção de realizar essa ação em lote.
- 4.6.10.178. Cancelar notas fiscais, inclusive com a opção de realizar essa ação em lote.
- 4.6.10.179. Cadastrar os Benefícios Fiscais, com opção para informar o percentual de desconto, período de vigência.
- 4.6.10.180. Conceder o Benefício Fiscal individualmente aos contribuintes selecionados informando a vigência do benefício.
- 4.6.10.181. Consultar os Benefícios Fiscais concedidos, com filtro por competência, CNPJ e Razão Social.
- 4.6.10.182. Habilitar a opção do faturamento antecipado, quando a NFS-e emitida é gerada para competência seguinte à da emissão.
- 4.6.10.183. Credenciar individualmente os contribuintes autorizados para emissão da NFS-e com Faturamento Antecipado.
- 4.6.10.184. Definir a quantidade máxima de dias para o cancelamento da NFS-e.
- 4.6.10.185. Definir a mensagem informativa para os emitentes optantes do Simples Nacional que é apresentada nas observações da NFS-e.
- 4.6.10.186. Definir e alterar o texto de instrução e responsabilidade que será impresso no termo de uso da NFS-e pelo contribuinte
- 4.6.10.187. Cadastrar e gerenciar tipos de motivos de cancelamento da NFSe.
- Permitir ao usuário administrador configurar a informações pertinentes ao cadastro da Prefeitura tais como:
- 4.6.10.188. Configuração o nome, endereço completo e website da prefeitura.
- 4.6.10.189. Permitir ao administrador cadastrar enquadramento fiscal e os tipos de Natureza de Operação e definir para qual enquadramento poderá ser utilizado e suas respectivas regras de utilização;
- 4.6.10.190. Permitir a definição de plano de contas para controle de ISS-Bancos;
- 4.6.10.191. Opção para informar os dados do plano de contas da COSIF, para efetuar o lançamento referente ao ISS-Bancos.
- 4.6.10.192. Gerar guias para pagamento do lançamento referente ao ISS-Bancos.
- 4.6.10.193. Gerar guias complementares para contribuintes.
- 4.6.10.194. Lançar compensação para contribuintes.
- 4.6.10.195. Consultar compensações de contribuintes.

NFS-e Empresas do Município

- 4.6.10.196. Permitir ao contribuinte vincular o contador responsável para ter acesso ao sistema.
- 4.6.10.197. Permitir ao usuário selecionar quais as atividades da Lista de Serviços que ele utilizará para emissão da NFS-e e definir a principal.
- 4.6.10.198. Permitir cadastrar a declaração de RPS (Recibo Provisório de Serviço) com a conversão em NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica).
- 4.6.10.199. Permitir substituição de RPS (recibo provisório de serviço).
- 4.6.10.200. Personalização da sua logomarca para visualização/ impressão da nota fiscal.
- 4.6.10.201. Cadastrar pessoas, quando estas não estiverem no banco de dados da prefeitura.
- 4.6.10.202. Permitir que os prestadores de serviços vinculem seus tomadores de serviços para facilitar no momento da emissão da nota.
- 4.6.10.203. Permita a declaração de informações recebidas para lançamento do ISS Retido.

NFS-e - Contador

- 4.6.10.204. Acesso às informações habilitadas para o seu cliente, inclusive geração de guias de recolhimento.
- 4.6.10.205. Desvincular os seus clientes.

NFSe – Prestador Fora do Município

- Possuir funcionalidade que permitam ao prestador e tomador de serviços de fora do município:
- 4.6.10.206. Gerar declaração das notas emitidas
- 4.6.10.207. Gerar declaração das notas recebidas
- 4.6.10.208. Gerar guias para pagamento do lançamento do ISS (quando for o caso).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**Integrações Web**

- 4.6.10.209. Possuir integração com o sistema de arrecadação atualmente em uso no município para lançamento e pagamento do ISS.
- 4.6.10.210. Permita a comunicação e integração com sistemas externos através Web Services, por intermédio da comunicação de arquivos XML padronizados com layout definido pela prefeitura.
- 4.6.10.211. Disponibilizem o arquivo de validação SCHEMAS XML (XSD) referente a importação de RPS via lote.
- 4.6.10.212. Possibilitar a geração de notas fiscais eletrônicas via web service.
- 4.6.10.213. Possibilitar o envio de lote RPS para conversão em notas fiscais eletrônicas via web service.
- 4.6.10.214. Possibilitar o cancelamento de notas fiscais eletrônicas via web.
- 4.6.10.215. Possibilitar a consulta de notas fiscais eletrônica por RPS via web.
- 4.6.10.216. Possibilitar a consulta de lote RPS via web service.
- 4.6.10.217. Possibilitar a consulta de notas fiscais eletrônicas por faixa via web service.
- 4.6.10.218. Possibilitar o envio de lote de notas recebidas via web service.
- 4.6.10.219. Possibilitar a consulta do lote de notas recebidas via web service.
- 4.6.10.220. Possibilitar a consulta de notas recebidas por faixa via web service.

**4.6.11. Módulo Protocolo web/ Documentos Eletrônicos****Características Técnicas**

- 4.6.11.1. Servidor Web com Certificado de segurança SSL com validação estendida, garantindo assim a troca de dados criptografados entre o servidor e todos os usuários.
- 4.6.11.2. Sistema 100% WEB, para uso em computador, tablet e smartphone. A interface é responsiva, ajustando-se de acordo com o dispositivo utilizado, garantindo boa leitura e usabilidade.
- 4.6.11.3. Acesso seguro: Servidor WEB com certificado de segurança SSL, garantindo assim a troca de dados criptografados entre o servidor e todos os usuários do sistema.
- 4.6.11.4. Servidor de aplicação e banco de dados: Arquitetura distribuída e Data center certificado e localizado no território nacional.
- 4.6.11.5. Garantia de SLA (Acordo de nível de serviço) para atendimento e no mínimo 98% de disponibilidade e uptime do sistema - a serem publicamente disponibilizado em uma página de status. SLA para atendimento:
  - Até 2 horas - tempo para primeira resposta;
  - Até 4 horas - retorno sobre problema constatado;
  - Até 24 horas - retorno sobre prazo de conserto/adaptação de problema constatado
- 4.6.11.6. Cópia de segurança automatizadas (backups) sem necessidade de ação por parte da Entidade e de responsabilidade da Contratada:
- 4.6.11.7. Sistema de notificação de e-mail com entregabilidade estendida, garantida por autenticação nos padrões SPF e DKIM e envio dos e-mails por meio de IP dedicado;
- 4.6.11.8. E-mails de saída enviados com encriptação TLS e possibilidade de descadastrado para quem recebe;
- 4.6.11.9. Por se tratar de um serviço de internet, é necessária a utilização de mecanismo de bloqueio de abuso/spam/robôs para inserção de informações na plataforma, tal serviço usa ferramentas que provem que o requerente é humano, por meio de testes de digitação de códigos e/ou identificação de padrões em fotografias/imagens.
- 4.6.11.10. Possui possibilidade de visualização de informações georreferenciadas em modo mapa;

**Segurança**

- 4.6.11.11. O acesso à plataforma se dá por meio de senha pessoal e intransferível cadastrada pelo Administrador do sistema ou usuário por ele autorizado.
- 4.6.11.12. Usuários podem recuperar a senha por meio de um formulário de "esqueci a senha", remetido ao e-mail cadastrado e confirmado.
- 4.6.11.13. Contatos externos podem se cadastrar e também recuperar senhas, caso já estejam cadastrados. Contatos também podem utilizar cadastros em Redes sociais certificadas para acessar a ferramenta.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**Acesso à Plataforma****Acesso Interno**

- 4.6.11.14. A parte interna da plataforma é acessada por usuários autorizados da Organização, mediante cadastro seguro.
- 4.6.11.15. O usuário administrador tem acesso a todas as funcionalidades da plataforma e tem possibilidade de cadastrar setores e usuários em toda a organização.
- 4.6.11.16. Cadastro único de usuários, acesso a todos os módulos no mesmo local e mesma ferramenta, plataforma integrada.
- 4.6.11.17. Possibilidade de customização de quais usuários ou setores acessam quais módulos, existindo a possibilidade e restringir ainda os atos de abertura de documento ou movimentação.
- 4.6.11.18. O cadastro de novos usuários é feito por responsáveis diretos do seu setor ou hierarquicamente superior, ficando assim registrado a data/hora e usuário que o cadastrou, caracterizando a criação de uma cadeia de responsabilidades e possibilidade de rastreamento de informações por IP e informações técnicas: navegador de acesso, versão.
- 4.6.11.19. O cadastro do usuário contém as informações. Nome, Cargo, Função, Matrícula, CPF, Sexo, Data de Nascimento, Senha (de uso pessoal) e Foto.
- 4.6.11.20. Os usuários podem editar seus dados a qualquer momento, inclusive senha.
- 4.6.11.21. A foto, caso presente, é visível durante a tramitação de documentos, de modo a identificar visualmente as pessoas que estão dando continuidade nos processos;
- 4.6.11.22. Um administrador do sistema pode alterar o setor que um usuário trabalha (A partir deste momento ele tem acesso somente aos documentos do setor atual, porém todo o seu histórico continua no setor anterior).
- 4.6.11.23. Não ser possível excluir o cadastro de um usuário, somente suspender o acesso, mantendo todo seu histórico.
- 4.6.11.24. Níveis de acesso: possibilidade da divisão de permissões por usuários:
- 4.6.11.24.1. Master: Pode acessar e interagir em todos os documentos/setores da Organização.
- 4.6.11.24.2. Administrador: Acessar somente documentos do seu setor, porém pode gerenciar usuários, setores e estatísticas de toda a Organização.
- 4.6.11.24.3. Nível 1: Pode movimentar documentos do setor e cadastrar novos usuários, bem como subsetores abaixo de sua hierarquia atual. Pode também acessar todos os documentos e interagir em todos os subsetores abaixo do setor atual.
- 4.6.11.24.4. Nível 2: Somente movimenta documentos do setor atual.
- 4.6.11.24.5. Nível 3: Somente visualiza documentos do setor atual.

**Acesso Externo**

- 4.6.11.25. A parte externa da plataforma pode ser acessada por contatos externos da Organização.
- 4.6.11.26. Possibilidade de login no Workplace por e-mail e senha, certificado digital ou via integração com rede social;
- 4.6.11.27. Cadastro de contatos/pessoas externos que também poderão interagir na ferramenta via acesso ao Workplace (parte externa) ou por meio de integração de e-mail.
- 4.6.11.28. Possibilidade de abertura de documentos externamente por usuários internos do próprio sistema, com mesmo login/senha, neste caso a identificação é somente no cadastro da pessoa e seu atual setor de trabalho não é vinculado.
- 4.6.11.29. As pessoas externas à Entidade (clientes, fornecedores, pessoas físicas) podem se cadastrar no sistema de atendimento preenchendo um formulário com dados pessoais;
- 4.6.11.30. O login social poderá acessar uma conta pré-existente, caso o e-mail seja o mesmo.
- 4.6.11.31. Mediante este cadastro, é possível acessar áreas específicas para:
- 4.6.11.31.1. Abertura de Atendimento, atualização e acompanhamento do mesmo;
- 4.6.11.31.2. Consulta de autenticidade de Ofícios recebidos;
- 4.6.11.31.3. Consulta de boletos recebidos;
- 4.6.11.31.4. Consulta, acompanhamento e atualização de documentos;
- 4.6.11.31.5. Anexo de novos arquivos;
- 4.6.11.31.6. Possibilidade de criação de cadastro ao receber um e-mail de uma pessoa que até então não fazia parte do banco de cadastros. Tal pessoa recebe, obrigatoriamente, um e-mail com mensagem personalizada de volta confirmando seu primeiro cadastro na Central de Atendimento. A senha, neste caso, é gerada automaticamente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**Estruturação da Informação**

- 4.6.11.32. A plataforma é organizada hierarquicamente por setores e subsetores, de acordo com a Organização Setorial da Entidade.
- 4.6.11.33. Os usuários internos da plataforma são vinculados a um setor principal e existe a opção de também ter acesso à demandas de outros setores (quando se trabalha em mais de um setor).
- 4.6.11.34. Usuários nível 1 presentes em setores onde o mesmo possua subsetores podem trocar de setor e ter acesso às demandas de sua árvore;
- 4.6.11.35. As demandas no sistema são multi-setor, ou seja, cada setor envolvido pode tramitar, encaminhar, definir um estágio de andamento bem como marcar unitariamente como resolvido, não alterando a situação geral do documento. Tem-se como demanda resolvida apenas quando todos os envolvidos resolvem e arquivam a solicitação.
- 4.6.11.36. Todo documento pode ser rastreado por meio de número gerado, código ou QR Code. O acesso aos documentos somente é permitido para usuários devidamente autorizados por meio de envio, encaminhamento dos documentos ou entrega de chave pública (código) para consulta.
- 4.6.11.37. Todos os acessos aos documentos e seus despachos são registrados e ficam disponíveis a listagem de quem visualizou, de qual setor e quando. Funcionalidade para dar mais transparência no trabalho que está sendo feito pelos envolvidos.
- 4.6.11.38. Caracteriza-se como "Inbox" a caixa de entrada geral de documentos da Organização, divididas por setor.
- 4.6.11.39. Os documentos da Organização estarão presentes no "Inbox" dos setores, de acordo com permissões setadas no momento de sua criação ou encaminhamento. Usuários vinculados aos documentos terão acesso a eles pelo "Inbox pessoal", além do Inbox do setor, onde aparecem todos os documentos, independente de estarem associados a alguém ou estarem sem atribuição individual.
- 4.6.11.40. Documentos sempre estão associados à setores e usuários têm a possibilidade de participar dos documentos, atribuir responsabilidade para si próprio e fazer com que tal demanda apareça no "Inbox Pessoal"

**Modularidade**

- 4.6.11.41. A plataforma tem seu funcionamento dividido em módulos de modo a retratar a realidade operacional da Organização, os módulos podem ser acessados por usuários internos e externos, devidamente autorizados e configurados durante setup da ferramenta;
- 4.6.11.42. Os módulos podem ter caráter de comunicação, informação ou gerenciais/operacionais, onde as informações são acessadas por usuários e setores devidamente autorizados.
- 4.6.11.43. Todos os módulos utilizam do sistema de notificações multicanal, de acordo com parametrização e configuração únicas para cada processo.
- 4.6.11.44. Possibilidade de parametrização para adição de campos personalizados na abertura de documentos;
- 4.6.11.45. Registro e rastreamento de documentos por meio de QR Code e mediante identificação do usuário. Só é possível rastrear documentos em que o usuário tenha acesso.
- 4.6.11.46. Layout de impressão dos documentos de acordo com fonte padrão e cores da Entidade

**Módulos****Memorando**

- 4.6.11.47. Também podendo ser chamado de Memorando, Chamado Interno, Mensagem interna;
- 4.6.11.48. Troca de informações internas na organização: podendo ter respostas, encaminhamentos, notas internas.
- 4.6.11.49. Possibilidade de envio de comunicação privada, onde apenas o remetente e o destinatário têm acesso ao documento e seus despachos e anexos.
- 4.6.11.50. Permite a movimentação de documentos por meio de despachos/atualizações.
- 4.6.11.51. Possibilidade de anexar arquivos ao enviar um documento ou em suas atualizações/despachos (Respostas e Encaminhamentos).

**Circular**

- 4.6.11.52. Troca de informações internas na organização: entre um setor e diversos outros, com caráter de informação.
- 4.6.11.53. Possibilidade de consulta da data/hora que cada usuário de cada setor recebeu.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.11.54. Possibilidade de respostas à circular, podendo esta ser aberta (todos os envolvidos na circular podem visualizar) ou restrita (somente usuários do setor remetente a podem visualizar).
- 4.6.11.55. Possibilidade de anexar arquivos ao enviar a circular ou em suas atualizações/despachos (Respostas e Encaminhamentos).
- 4.6.11.56. Possibilidade de incluir uma atividade ou prazo dentro da circular, para controle de datas.
- 4.6.11.57. Possibilidade de arquivar a circular recebida e parar de acompanhar: para que respostas e encaminhamentos de outros setores não devolvam o documento para a caixa de entrada do setor;
- 4.6.11.58. Possibilidade de encaminhamento da circular para um setor até então não presente no documento;

**Atendimento**

- 4.6.11.59. Também chamado de Manifestação, são atendimentos realizados por meio do setor de Ouvidoria da Organização
- 4.6.11.60. Abertura de atendimento por: Acesso externo via site da Organização ou cadastro de atendimento por operador do sistema.
- 4.6.11.61. Modos de visualização: em lista (tabelado), por prazo e por mapa geográfico.
- 4.6.11.62. Possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com histórico do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento.
- 4.6.11.63. Permite acesso aos dados do atendimento através de código ou login do emissor.
- 4.6.11.64. Permite o cadastramento do roteiro inicial padrão de cada Solicitação por assunto e finalidade;
- 4.6.11.65. A lista de assuntos é pré-cadastrada, de modo a facilitar a escolha do tipo de demanda por meio de menu de escolha;
- 4.6.11.66. Comprovante de atendimento (código) mostrado para o interessado no momento da inclusão da solicitação com login e senha pela web ou de forma anônima.
- 4.6.11.67. Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- 4.6.11.68. Inclusão de anexos nos documentos, podendo ser imagens, documentos, planilhas, etc.
- 4.6.11.69. O setor de destino do atendimento acessa diretamente o histórico ou documento específico, tem a total liberdade de encaminhar ou responder, a alguém internamente ou diretamente ao requerente.
- 4.6.11.70. Os setores/áreas da empresa podem resolver sua participação na demanda unilateralmente e ela continua em aberto por quem está com alguma tarefa pendente ou atendendo integralmente o requerente.
- 4.6.11.71. Configuração dos assuntos e histórico de atendimentos.
- 4.6.11.72. Registro de usuário / data de todo cadastramento ou encaminhamento dos atendimentos.
- 4.6.11.73. Avaliação de atendimento por parte do requerente na visualização externa do documento de atendimento. Podendo reabrir, caso tenha interesse.
- 4.6.11.74. Todos os usuários que estão em setores envolvidos pela demanda, terão acesso ao documento. A menos que seja privado.
- 4.6.11.75. Possibilidade de avaliação do atendimento diretamente no e-mail de confirmação do fechamento: o solicitante pode clicar em um link direto, dando uma nota de 1 a 10
- 4.6.11.76. Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.
- 4.6.11.77. Possibilidade de direcionamento automático da demanda baseado no tipo de atendimento e no assunto do mesmo. Criação de regras de acesso.
- 4.6.11.78. Possibilidade de ativação ou não dos modos de identificação do atendimento: Normal, Sigiloso (onde somente o setor inicial pode ver os dados do requerente e suas respostas - tanto pelo painel de acompanhamento quanto quando respondido diretamente por e-mail) e anônimo, onde não é necessário realizar cadastro para abertura de solicitação.
- 4.6.11.79. Possibilidade de escolha no modo de funcionamento acerca de manifestações anônimas, recebendo-as pela internet ou por meio de mensagem informando que só é aceito demandas anônimas presencialmente;
- 4.6.11.80. Possibilidade de organização de informações das solicitações por diversos agentes (solicitante/requerente, prestador ou empresa associada). Controle de acesso no mesmo

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

documento com diversos agentes, os mesmos podendo acessar área restrita (com e-mail e senha) para responder.

- 4.6.11.81. Integração com e-mail, não é necessário adentrar área restrita para responder ou fechar solicitações na qual o agente está envolvido.
- 4.6.11.82. Possibilidade de organização por assunto e sub-assunto.
- 4.6.11.83. Possibilidade de ordenação de demandas por prazo a vencer, número, última atividade.
- 4.6.11.84. Possibilidade de filtrar entrada de solicitações por cidade, associada à categoria de uso do que está prestes a ser explanado/redigido na solicitação.

**Protocolo**

- 4.6.11.85. Abertura de protocolo/processos por: Acesso externo via site da Organização, smartphone ou cadastro de atendimento por operador do sistema.
- 4.6.11.86. Modos de visualização: em lista (tabelado), por prazo.
- 4.6.11.87. Possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com histórico do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento.
- 4.6.11.88. Permite acesso aos dados do protocolo por meio de código ou login do emissor.
- 4.6.11.89. Permite o cadastramento do roteiro inicial padrão de cada Solicitação por assunto e finalidade;
- 4.6.11.90. A lista de assuntos é pré-cadastrada, de modo a facilitar a escolha do tipo de demanda por meio de menu de escolha;
- 4.6.11.91. Comprovante de atendimento (código) mostrado para o interessado no momento da inclusão da solicitação com login e senha pela web ou de forma anônima.
- 4.6.11.92. Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- 4.6.11.93. Inclusão de anexos nos documentos, podendo ser imagens, documentos, planilhas, etc.
- 4.6.11.94. O setor de destino do atendimento acessa diretamente o histórico ou documento específico, tem a total liberdade de encaminhar ou responder, a alguém internamente ou diretamente ao requerente.
- 4.6.11.95. Os setores/áreas da empresa podem resolver sua participação na demanda unilateralmente e ela continua em aberto por quem está com alguma tarefa pendente ou atendendo integralmente o requerente.
- 4.6.11.96. Configuração dos assuntos.
- 4.6.11.97. Registro de usuário / data de todo cadastramento ou encaminhamento dos atendimentos.
- 4.6.11.98. Avaliação de atendimento por parte do requerente. Podendo reabrir, caso tenha interesse.
- 4.6.11.99. Todos os usuários que estão em setores envolvidos pela demanda, terão acesso ao documento. A menos que seja privado.
- 4.6.11.100. Todos os setores envolvidos podem ver todos os despachos. Menos em circulares onde os despachos possuem a opção de serem endereçados exclusivamente ao remetente.
- 4.6.11.101. Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.
- 4.6.11.102. Possibilidade de direcionamento automático da demanda baseado no tipo de atendimento e no assunto do mesmo. Criação de regras de acesso.
- 4.6.11.103. Possibilidade de ativação ou não dos modos de identificação do atendimento: Normal, Sigiloso (onde somente o setor inicial pode ver os dados do requerente) e anônimo, onde não é necessário realizar cadastro para abertura de solicitação.

**Lei de Acesso à Informação**

- 4.6.11.104. Possibilidade de recebimentos de demandas oriundas da LAI - Lei de Acesso à Informação;
- 4.6.11.105. As solicitações podem ser feitas via internet ou cadastradas manualmente por operador, a partir de visita presencial, telefonema ou correspondência do solicitante;
- 4.6.11.106. Possibilidade de resposta/encaminhamento da demanda internamente para qualquer setor da árvore que tiver ao menos um usuário ativo;
- 4.6.11.107. Inclusão de anexos na solicitação original ou em qualquer uma das movimentações
- 4.6.11.108. Funcionalidades similares às demais estruturas de documentos
- 4.6.11.109. Possibilidade de categorização das demandas pro assunto
- 4.6.11.110. Possibilidade de divulgação pública na web de gráfico contendo as informações de: quantidade total de demandas da LAI recebidas, divisão do quantitativo por assunto, por setor,

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

por situação ou por prioridade;

**Ofícios**

- 4.6.11.111. Envio de documentos oficiais Externos com E-mails rastreados;
- 4.6.11.112. O documento é gerado dentro da Organização e remetido de forma oficial e segura a seu destinatário, via e-mail. Com possibilidade de notificação por SMS (caso disponível);
- 4.6.11.113. Possibilidade de enviar automaticamente o Ofício ao salvar ou em momento posterior, por meio de ação "Enviar por e-mail", com a outra parte recebendo o conteúdo do Ofício e podendo interagir, não necessitando imprimir e responder por meio físico;
- 4.6.11.114. Possibilidade de receber respostas dos Ofícios via sistema (Central de Atendimento) ou quando o destinatário responder o e-mail de notificação
- 4.6.11.115. Transparência de movimentações e todo o histórico mantido no sistema;
- 4.6.11.116. Utilização de base única de contatos para todos os módulos da plataforma;
- 4.6.11.117. O destinatário não precisa ser usuário da plataforma para acessar o documento ou tramitá-lo, basta ser cadastrado em Contatos
- 4.6.11.118. Os ofícios a serem acessados na parte externa da plataforma compartilham de mesma numeração do ofício interno
- 4.6.11.119. Possibilidade de geração de QR-Code para cada ofício enviado;

**Intimação**

- 4.6.11.120. Envio de intimações oficiais externas com E-mails rastreados, sem a necessidade de confecção, impressão ou carimbo em papel para ter caráter oficial perante à Organização;
- 4.6.11.121. Controle de gerações de intimações podem ser liberadas a determinados setores e/ou usuários
- 4.6.11.122. Possibilidade de geração e envio da intimação para contatos previamente cadastrados e com endereço de e-mail válido
- 4.6.11.123. A tela de geração da intimação possui: destinatário (contato), assunto e corpo do texto a ser redigido para ser posteriormente enviado;
- 4.6.11.124. Possibilidade de rastreamento da intimação se o servidor de e-mail do destinatário não bloquear imagens, desta forma, assim que o documento é entregue, o sistema pode apontar a indicação de e-mail entregue;
- 4.6.11.125. Indicação de e-mail lido no momento que o destinatário o abre (também se não houver bloqueio de imagem);
- 4.6.11.126. Relatórios e gráficos da quantidade de intimações enviadas, por período

**Processo Administrativo**

- 4.6.11.127. Possibilidade da criação de Processos Administrativos na organização, vinculando um contato para ser parte envolvida em tal;
- 4.6.11.128. Criação do processo, encaminhamentos e respostas;
- 4.6.11.129. Anexo de arquivos no processo original ou em seu despacho;
- 4.6.11.130. Possibilidade de inclusão de outros documentos para serem referenciados no Processo administrativo;
- 4.6.11.131. Possibilidade de visualização em modo cronológico, ou seja, todos os documentos incluídos na árvore do processo podem ser visualizados abertos como forma de abrir o histórico;

**Documento**

- 4.6.11.132. Possibilidade de assinatura digital ICP-Brasil para arquivos PDF anexados;
- 4.6.11.133. Possibilidade de adicionar respostas e encaminhar o documento para outros setores da Organização;
- 4.6.11.134. Possibilidade de cadastrar assuntos específicos para os documentos e configurar roteamento automático (distribuição do documento para setores pré-definidos);
- 4.6.11.135. Possibilidade de uso: assinatura / envio de empenhos, ordens de pagamento, entre outros.
- 4.6.11.136. Configuração para envio por e-mail ou SMS (caso aplicável), de alertas, avisos e demais informações sobre o documento;
- 4.6.11.137. Configuração para certos setores e/ou usuários poderem enviar documentos;
- 4.6.11.138. Numeração automática do documento, iniciando de 1 a cada troca de ano;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 4.6.11.139. Possibilidade de configuração permitindo numeração única dentro de cada setor ou permitindo numeração manual;
- 4.6.11.140. Possibilidade de configuração permitindo que usuários externos enviem ou consultem documentos;
- 4.6.11.141. Possibilidade de anexar arquivos no documento e em suas movimentações, com suporte aos formatos GIF, JPG, JPEG, AI, PSD, SVG, INDD, MP3, WAV, OGG, AVI, MPG, MPEG, M4V, PNG, MP4, 3GP, BMP, CSV, DOC, DOCX, MSG, EML, EMLX, EMLM, DOCM, XLS, XLSX, XLSM, PPT, PPTX, PPTM, PAGES, NUMBERS, PDF, RTF, DWG, ZIP, RAR, TXT, ODT, ODS, ODP, ODB, ODD, TIF, TIFF e CDR;
- 4.6.11.142. Possibilidade de inserir tabelas no corpo do texto do documento, bem como formatação simples: negrito, itálico, sublinhado, listas, links e alinhamento;
- 4.6.11.143. Possibilidade de geração de QR-Code para cada documento enviado;
- 4.6.11.144. Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado documento, inclusive nas suas tramitações;

## **5. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Para resguardo do excepcional interesse público, evitando os transtornos e prejuízos causados por uma aquisição que não atenda às necessidades da Administração Pública, logo após a fase de análise documental da sessão de pregão, antes de declarado o vencedor e homologado o certame, deverá ser realizada sessão (ou quantas forem necessárias) visando avaliar o sistema ofertado pela proponente e se este atende aos requisitos de sistema requeridos para atender as necessidades da Contratante.

A avaliação deverá ser realizada por uma Equipe Técnica composta pelos integrantes das áreas que serão atendidas pelo novo sistema ou terceiros com comprovado conhecimento técnico.

A avaliação de conformidade será realizada por servidores usuários dos sistemas, a serem designados pela Secretaria de Administração e Finanças e deverá ser realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, em ambiente destinado para este fim.

Caso o sistema apresentado não atenda 95% dos requisitos técnicos e das especificações Técnicas este será desclassificado, sendo chamado o segundo colocado para o mesmo procedimento de avaliação e assim sucessivamente até que um dos classificados atenda as exigências edilícias.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
 PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA005/2019****ANEXO "V"****PROPOSTA COMERCIAL**

Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta da administração municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo IV deste Edital, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, e Leis nº 10.520/02, nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, Para Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara de Vereadores do Município de Capão Alto SC.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Item	Licença de Uso, Suporte Técnico e Atualização legal e Corretiva	Un. Med	Qtde	R\$ Unit. Máximo	R\$ Unit. Proposto	R\$ Total
<b>PREFEITURA DE CAPÃO ALTO</b>						
1	Planejamento PPA/LDO/LOA	Mês	12			
2	Gestão Contábil – Execução Orçamentária, Tesouraria, Contabilidade, Lei Fiscal e Monitor NF-e	Mês	12			
3	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12			
4	Patrimônio	Mês	12			
5	Almoxarifado	Mês	12			
6	Frotas	Mês	12			
7	Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor	Mês	12			
8	Tributação Pública / ISS via Internet / Executivo Fiscal / Portal Cidadão	Mês	12			
9	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	Mês	12			
10	Portal da Transparência	Mês	12			
11	Documentos Eletrônicos	Mês	12			
<b>TOTAL</b>						
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>						
12	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12			
13	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12			
14	Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor)					
<b>TOTAL</b>						
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
15	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12			
16	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12			
<b>TOTAL</b>						
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>						
17	Contabilidade Pública / Tesouraria	Mês	12			
18	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12			
19	Patrimônio	Mês	12			
20	Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, eSocial, Segurança e Medicina Trabalho / Portal Servidor)	Mês	12			

**SERVIÇOS TÉCNICOS PARA PREFEITURA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA E FUNDOS MUNICIPAIS**

Item	Serviços Técnicos	Un. Med	Qtde	R\$ Unit. Máximo	R\$ Unit. Proposto	R\$ Total
17	Migração de dados e implantação do novo sistema	Serv.	01			
18	Capacitação e acompanhamento pós implantação dos usuários	Serv.	01			
19	Diagnóstico para verificar as inconsistências na base de dados em relação aos leilantes do eSocial. A verificação deverá contemplar os campos obrigatórios e novas parametrizações exigidas pelo eSocial. A empresa contratada deverá apresentar um diagnóstico (relatório) com as ações que deverão ser feitas para corrigir as possíveis deficiências na base de dados.	Serv.	01			
20	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratante para customizações, desenvolvimento de rotinas não prevista no contrato e suporte presencial após os o acompanhamento inicial (todas as despesas inclusas).	Hora	200			
21	Hora Técnica para atendimento na sede da Contratada para customizações e desenvolvimento de rotinas não prevista no contrato	Hora	200			
<b>TOTAL SERVIÇOS</b>						

**VALOR TOTAL PROPOSTA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**1. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:**

- a) Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias.  
b) Prazo do contrato: 12 meses, iniciando-se após emissão da ordem de serviço.

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, fica vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

Local/Data: \_\_\_\_\_

.....  
LICITANTE

Assinatura do  
Responsável Legal pela Empresa **Carimbo CNPJ** da  
**Empresa:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA005/2019****ANEXO “VI”****MINUTA DO CONTRATO REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº PMCA005/2019**

**ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO,**  
**inscrito no CNPJ sob n.º 01.599.409/0001-39, com sede**  
**na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto,**  
**SC. EMPRESA: ....., inscrita no CNPJ sob n.º**  
**....., estabelecida na Rua ....., Bairro**  
**....., em .....**

O Município de Capão Alto, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. TITO PEREIRA FREITAS, portador do CPF nº 148.794.689/91, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do CPF nº ..... de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº ....., correlato à Pregão Presencial nº **PMCA005/2019**, aberta em .../.../2019 e homologada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta da administração municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo IV deste Edital, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, e Leis nº 10.520/02, nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:**

**2.1 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração do Município de Capão Alto, no município de Capão Alto, no endereço : Rua João Vieira de Oliveira, nº500, Centro, Capão Alto /SC.**

**2.2 O Prazo máximo para implantação dos sistemas é de no máximo 60 dias, a contar da assinatura do contrato.**

**2.2 Despesas de Fretes e traslados correm as custas do fornecedor.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

**3.1 Os preços certos e ajustados pelas partes conforme proposta da Empresa Registrada, de R\$ .....**

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)**

**4.1 A Entidade Pública supra citada, efetuará o pagamento do objeto do presente Edital mediante emissão de nota fiscal ou de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo, nos prazos abaixo:**

- **Serviços de implantação e capacitação até 30 dias após a conclusão dos mesmos, mediante termo de aceite emitido pelo Sec. De Administração;**
- **Licença de uso dos sistemas, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e tecnológica até o 10º dia do mês subsequente a prestação dos serviços;**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- Customizações, suporte técnico presencial e chamados técnicos não inclusos nas obrigações da contratada: pagamento em até 15 dias após a conclusão dos serviços, através de nota fiscal de serviço, acompanhada de solicitação de serviços e relatório de horas técnicas previamente autorizadas
- Os valores contratados serão automaticamente reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice **IGP-M** apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.
- Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA
- A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício Vigente
- Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

**CLAUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**5.1** A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA**

6.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

6.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o Contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

6.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

6.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

6.5 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

6.6 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

6.7 Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional ao Órgão Gestor;

6.8 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do objeto deste Registro de Preços;

6.9 Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso do Órgão Gestor, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a Empresa Registrada, com total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros;

6.10 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, e ainda por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

- 6.11 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;
- 6.12 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.13 Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado ao Órgão Gestor, inerentes a execução ineficaz do objeto deste Contrato;
- 6.14 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que o original, os materiais ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Órgão Gestor, decorrentes de culpa da Empresa Registrada, inclusive por emprego de mão-de-obra ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança, a qualquer título, responsabilizando-se por danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a corrigir, às suas expensas, defeitos verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto da contratação;
- 6.15 Manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos materiais/serviços, objeto deste Edital, sem interrupções, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
- 6.16 Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto deste edital serviços;
- 6.17 Permitir ao representante do Órgão Gestor fiscalizar os materiais/serviços, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as normas e especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
- 6.18 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Órgão Gestor sobre os serviços/materiais fornecidos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR**

- 8.1 Emitir o Contrato não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 8.2 Encaminhar ao adjudicatário o Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;
- 8.5 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Contrato;
- 8.6 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

**CLÁUSULA NONA – DO CONTRATO**

- 9.1 A descrição e quantidades constantes no ANEXO IV - Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade Pública a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;
- 9.2 Homologado o resultado do certame, o Ente Público do Município de Capão Alto convocará o vencedor para assinatura do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, o qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019

página:.....

9.3 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente Público do Município de Capão Alto promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO**

10.1 O(s) serviço(s) / material(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser reexecutados sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato pelo Empresa, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, a Entidade Pública se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1 O Contrato terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA**

13.1 A Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

14.1 O Presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA005/2019**

página:.....

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Capão Alto (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
**TITO PEREIRA FREITAS**  
**Prefeito Municipal de Capão Alto**

\_\_\_\_\_  
**Empresa Registrada**

**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
Nome; CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome; CPF:

**MINUTA PREGÃO PRES. 005/2019 - REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1923954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – registro de Preços, do tipo Menor preço, julgamento Global, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero PMCA005/2019

**Objeto:**

Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta da administração municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo IV deste Edital, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, e Leis nº 10.520/02, nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, Para Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara de Vereadores do Município de capão Alto SC.

**Data da Entrega dos envelopes e abertura:**

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 13/03/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

**Informações complementares:**

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br).

Município de CAPÃO ALTO – SC 25/02/2019

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto nº 014/19

Publicação Nº 1923936

DECRETO No 14, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 04 e 05 de março de 2019, em comemoração alusiva as festividades carnavalescas.

Art. 2º Durante todo o período do ponto facultativo os serviços essenciais como coleta de lixo, transporte coletivo urbano de passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão Médico 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 22 de fevereiro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária Interina da Administração e Finanças

### PARECER COMED Nº 006/2017

Publicação Nº 1923525

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/ Escolas Municipais		UF: SC
ASSUNTO: Aprovação do Calendário Escolar Letivo unificado para o ano de 2019		
RELATORA: Josi Mary Côas		
PROTOCOLO: 005		
PARECER COMED Nº: 006/2017	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 13/12/2018

#### I – RELATÓRIO

O presente parecer tem por fundamentação a Lei 9394/96, Constituição Federal, visando aprovação do Calendário Escolar Letivo unificado para o ano de 2019 da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal.

#### Considerações

Considerando-se a Lei nº 9394/96 em seu artigo 24, inciso I que disciplina sobre a carga horária mínima a ser cumprida em cada ano letivo a qual está prevista no calendário:

“Art. 24 – A educação básica, nos níveis: fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;”

Considerando os pareceres do CNE: Parecer CEB nº2/2003 que cita também parecer da CEB nº 05/97: "As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta

pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os 200 dias letivos e as 800 horas anuais englobarão todo esse conjunto."

Após avaliação do calendário escolar unificado proposto para 2019 pela secretaria municipal da educação, cultura e esportes e discussão entre os conselheiros o calendário foi aprovado e houve recomendações:

- A Direção de cada Unidade Escolar vinculada à SME deverá encaminhar para a Diretoria de Ensino, até o final do mês e fevereiro de 2019, o Calendário Escolar Unificado com os eventos de sua instituição;
- Toda alteração no calendário de cada escola deverá ser apresentada à diretoria de ensino por meio de requerimento;
- Compete à Diretoria de Educação/Ensino, analisar e emitir parecer, bem como definir prazos para alterações que se fizerem necessárias.

## II VOTO DA RELATORA

O Calendário Escolar Unificado de 2019 foi discutido com as escolas da rede estadual e municipal de ensino, do município de Capinzal, buscando chegar em consenso nas paradas de estudo e de final do ano letivo com o objetivo de minimizar custos, principalmente de transporte escolar.

As escolas municipais têm autonomia para elaborar seu calendário, de acordo com sua realidade e programação de eventos, distribuição de sábados de efetivo trabalho escolar nos semestres, conselhos de classe, desde que não se alterem as datas de início e término das aulas nos semestres e, mesmo sobrando dias, deve respeitar o calendário estabelecido pela SME e aprovado pelo COMED, caso contrário, poderão ser convocadas a repor as aulas.

Após sua aprovação, enviar cópias a todas as escolas da rede municipal, devendo ser publicado em anexo a este parecer.

Capinzal(SC), 13 de dezembro de 2018

Conselheira Josi Mary Côas – Relatora

## III – DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto da relatora aprovando o calendário escolar letivo unificado para o ano de 2019, por unanimidade dos presentes.

Capinzal, SC, 13 de dezembro de 2018

- Conselheira Maria Aparecida Sena Soares (presidente) \_\_\_\_\_
- Conselheira Izoete dos Santos Riqueti (vice-presidente) \_\_\_\_\_
- Conselheira Josi Mary Côas (secretária) \_\_\_\_\_
- Conselheira Veranice Maria Lovatel \_\_\_\_\_
- Conselheira Cimara Moreira Baú \_\_\_\_\_
- Conselheiro Marcelo Schwaizer \_\_\_\_\_
- Conselheira Ana Paula Franceschi Savariz \_\_\_\_\_
- Conselheira Valquíria Maria da Silva Moresco \_\_\_\_\_
- Conselheira Marilene Aparecida da Silva \_\_\_\_\_
- Conselheira Rosangela V. R. Scheuerman \_\_\_\_\_
- Conselheira Suzana Andrade Alves \_\_\_\_\_

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 097.2019

Publicação Nº 1923715

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 097/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear JOAO MARCOS BATISTA, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-1, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 25.02.2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de fevereiro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 099.2019

Publicação Nº 1923713

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 099/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Nomear ALEXSANDRA INACIO, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda - Nível DAS-2, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 25.02.2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de fevereiro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 100/2019

Publicação Nº 1923762

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 100/2019

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**



Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria nº 076.2019 e, convocar o Servidor Público, MAICSON MONTIBELLER, por motivo de necessidade do serviço Público, devendo o período remanescente de 09 (nove) dias (25/02/2019 à 05/03/2019) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de fevereiro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 005, DE 22.02.2019

Publicação Nº 1923783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 005, DE 22.02.2019

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC.

- CONSIDERANDO as comemorações carnavalescas próximas vindouras;
- CONSIDERANDO o Dia de quarta-feira de cinzas; e
- CONSIDERANDO a economia do erário público;

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições públicas municipais, nos dias 04, 05 e 06 de março de 2019.

§1º O ponto facultativo no dia 06 de março será somente no período matutino, ficando estabelecido o horário de expediente das repartições públicas, no período vespertino das 13:00 às 17:00 horas, exceto para as unidades escolares que terão expediente nos dois turnos.

§2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo os serviços considerados emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de fevereiro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019

Publicação Nº 1923573

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 12 de Março de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços com vistas à aquisição de vigas de ponte em concreto pré-moldado, com capacidade de carga de 45 toneladas, com as dimensões de 30x70x700 cm, 30x60x600 cm e 30x50x500 cm, e vigas de ponte em concreto pré-moldado com capacidade de carga de 30 toneladas, com as dimensões de 25x70x700 cm, 25x60x600 cm e 25x50x500 cm a serem instaladas nas localidades do Município de Chapadão do Lageado – SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de Fevereiro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 098/2019**

Publicação N° 1923514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 098/2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, os fatos relatados na Comunicação Interna nº 13/2018, expedida pela Unidade de Controle Interno, recebido em 14.01.2019, que denuncia possível irregularidade na ampliação de carga horária da servidora Simone Cordeiro dos Santos;

CONSIDERANDO, os fatos relatados na recomendação da Assessoria Jurídica desse Município, que denuncia possível irregularidade no processo de aproveitamento das professoras Juliana Maria Longen e Simone Cordeiro dos Santos, ainda, com relação a existência de habilitação técnica das professoras para lecionarem em anos iniciais, bem como a ampliação de carga horária da professora Simone Cordeiro dos Santos em caráter definitivo;

CONSIDERANDO, que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, o preceituado na Lei Complementar Municipal nº 008/1999;

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso II, alínea f, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a abertura de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades no processo de aproveitamento das professoras Juliana Maria Longen e Simone Cordeiro dos Santos, ainda, com relação a existência de habilitação técnica das professoras para lecionarem em anos iniciais, bem como a ampliação de carga horária da professora Simone Cordeiro dos Santos em caráter definitivo.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior fica constituída a comissão processante que será composta pelos servidores abaixo descritos, todos integrantes do quadro permanente desta instituição:

I – Marcia Schwambach Schimdt - Matrícula nº 233/08;

II – Nerci Ramos -Matrícula nº 1082/03; e

III – Solange da Silveira Marquez - Matrícula nº 59/05.

Art.3º Para dar cumprimento as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, poderá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à administração superior desta entidade na forma da Lei.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2019

Publicação Nº 1924270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/PMCS/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2019

Objeto: Pregão presencial para aquisição de 01 (uma) retroescavadeira nova, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 11/03/2019.

Abertura: Dia 11/03/2019, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### DECRETO SAF/N. 162/19

Publicação Nº 1924116

DECRETO SAF/Nº. 162/19, de 14 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

JUCÉLIA HILLMANNS BLAZIUS, portadora do CPF nº. 048.964.459-70, Agente Comunitária de Saúde, nomeada através do Decreto SAF/N. 458/13, de 03 de setembro de 2013, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 163/19

Publicação Nº 1924123

DECRETO SAF/Nº. 163/19, de 14 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

GUSTAVO RAFAEL LUZA, portador do CPF nº. 827.409.840-49, Agente Comunitário de Saúde, nomeada pelo Decreto SAF/N. 352/17, de 27 de julho de 2017, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 164/19**

Publicação Nº 1924125

DECRETO SAF/ Nº. 164/19, de 14 de fevereiro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Transp. e Serv. Públicos

2.038 – Manutenção e melhoria da iluminação pública	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.08.0098 – Aplicações Diretas	213.000,00

TOTAL. .... R\$ 213.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2018, na fonte de recursos 08 – Contribuição da Iluminação Pública, disponíveis em c/c 34505-9 do banco Brasil, Agência 3072-4- Cocal do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 165/19**

Publicação Nº 1924127

DECRETO SAF/Nº. 165/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de ser estabelecido o calendário de feriados e dias de ponto facultativo às repartições do Município a fim de que o munícipe dele tenha prévio conhecimento.

DECRETA:

Art. 1º. No município de Cocal do Sul são feriados municipais e dias considerados de ponto facultativo às repartições municipais no ano de 2019:

MÊS	DIA	CELEBRAÇÃO	EVENTO
Março	04	Segunda-feira de Carnaval	Ponto Facultativo
Março	05	Terça-feira de Carnaval	Ponto Facultativo
Abril	19	Sexta-feira Santa	Feriado
Maio	01	Dia do Trabalhador	Feriado Nacional
Junho	20	Corpus Christi	Feriado
Setembro	26	Aniversário de Emancipação do Município	Feriado
Outubro	28	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo
Novembro	15	Proclamação da República	Feriado Nacional
Dezembro	24	Véspera de Natal	Ponto Facultativo
Dezembro	25	Natal	Feriado

Dezembro	31	Último Dia do Ano	Ponto Facultativo
----------	----	-------------------	-------------------

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 166/19

Publicação Nº 1924129

DECRETO SAF/Nº. 166/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ADRIANA VERTUOSO APOLINÁRIO, portadora do CPF nº 910.292.019-00, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, a partir de 05 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 167/19

Publicação Nº 1924132

DECRETO SAF/Nº. 167/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

SUSIMARY TERESINHA DO AMARAL GALATTO, portadora do CPF nº 024.015.389-84, Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, a partir de 13 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 168/19

Publicação Nº 1924133

DECRETO SAF/Nº. 168/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ELAINE SALVADOR ZEFERINO, portadora do CPF nº 018.291.429-17, Professor ACT 20 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, a partir de 13 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 169/19**

Publicação N° 1924135

DECRETO SAF/Nº. 169/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

LUCIANNA FRASSON MACHADO, portadora do CPF nº 864.234.529-20, Professor ACT 30 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 13 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 170/19**

Publicação N° 1924136

DECRETO SAF/Nº. 170/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MARCIA SILVA, portadora do CPF nº 062.806.449-79, Merendeira, ACT 40 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Pequeno Príncipe, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 171/19**

Publicação N° 1924138

DECRETO SAF/Nº. 171/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

JAQUELINE DO NASCIMENTO TEIXEIRA, portadora do CPF nº 042.040.769-39, Professor ACT 10 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 20 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 172/19**

Publicação Nº 1924139

DECRETO SAF/Nº. 172/19, de 18 de fevereiro de 2019.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de ANA MARIA JORGE DOMINGOS, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 410/08, de 28 de maio de 2008, para 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 173/19**

Publicação Nº 1924141

DECRETO SAF/Nº. 173/19, de 18 de fevereiro de 2019.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de GISELLE MACARINI BARCELOS, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 88/03, de 06 de março de 2003, para 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 174/19**

Publicação Nº 1924143

DECRETO SAF/Nº. 174/19, de 18 de fevereiro de 2019.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de THAIS ALBINO OLIVIER, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/N. 359/03, de 15 de abril de 2003, para 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 175/19**

Publicação N° 1924145

DECRETO SAF/Nº. 175/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

ANDRIELE DE OLIVEIRA RÉUS DE SOUZA, portadora do CPF nº 048.142.759,78 Professora ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 128/19, de 07 de fevereiro de 2019, a partir de 19 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 176/19**

Publicação N° 1924147

DECRETO SAF/Nº. 176/19, de 18 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

CATARINA ONÉLIA POSSAMAI DELLA KANARECK, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 251/03, de 17 de março de 2003, a partir de 19 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 178/19**

Publicação N° 1924149

DECRETO SAF/ Nº. 178/19, de 20 de fevereiro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Transp. e Serv. Públicos

1.013 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.3.89.0089 – Aplicações Diretas	63.413,00

TOTAL. .... R\$ 63.413,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2018, na fonte de recursos 89 – Alienação de Bens, disponíveis em c/c 16919-6, do banco Brasil, Agência 3072-4, Cocal do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 180/19**

Publicação Nº 1924151

DECRETO SAF/Nº. 180/19, de 20 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA, portadora do CPF nº 433.022.979-04, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 12 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 181/19**

Publicação Nº 1924153

DECRETO SAF/Nº. 181/19, de 21 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

FABIANA BELMIRO DE SOUSA POSSAMAI, portadora do CPF nº 032.747.009-21, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 143/19, de 11 de fevereiro de 2019, a partir de 25 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 182/19**

Publicação Nº 1924155

DECRETO SAF/Nº. 182/19, de 21 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MICHELE PEREIRA EUGÊNIO, portadora do CPF nº 039.485.509-48, Professor ACT 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 92/19, de 05 de fevereiro de 2019, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 183/19**

Publicação Nº 1923823

DECRETO SAF/Nº. 183/19, 22 de fevereiro de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2018, PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº. 1.275, de 30 de setembro de 2015 e

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo para preenchimento de funções temporárias para Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, conforme Edital nº 001/2018, homologado através do Decreto SAF/Nº 484/18, de 22 de outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, de 17 de agosto de 2018, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**ANEXO ÚNICO****SERVENTE DE LIMPEZA**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2º	208176	Ana Caroline Danielski

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 184/19**

Publicação Nº 1924157

DECRETO SAF/ Nº. 184/19, de 22 de fevereiro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Transp. e Serv. Públicos

2.042 – Manutenção Convênio Corpo de Bombeiros - FUNREBOM	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicações Diretas	20.000,00

TOTAL. .... R\$ 70.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2018, na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários, disponíveis em c/c 12599-7, do banco Brasil, Agência 3072-4, Cocal do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de fevereiro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/PMCS/2019**

Publicação Nº 1923386

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: TERRAPLENAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/PMCS/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/PMCS/2019.

Objeto: Registro de preços para serviços por hora de máquinas de terraplenagem e caminhões, no atendimento ao município de Cocal do Sul, para atender as necessidades do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 14/02/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2019**

Publicação Nº 1923822

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28PMCS/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2019

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços de limpeza de bocas de lobo das vias do município de Cocal do Sul, com a coleta e transporte do material por conta da contratada, com destino obrigatório para área industrial (local indicado pela contratante).

Fornecedor: Controle Ambiental Trombim Ltda.

Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida porque é do ramo pertinente e detém o fornecimento dos serviços elencados no item 1, sendo de notório conhecimento no mercado.

Valor: R\$40.050,00

Justificativa do Preço: No caso em questão verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, após pesquisa de mercado realizada pelo Município no dia 07 de fevereiro de 2019.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 09.001.15.452.1600.2036.3.390.00.00

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 22 de fevereiro de 2019  
ADEMIR MAGAGNIN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Concórdia

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2019

Publicação N° 1924104

Município de Concórdia  
Fundação Municipal de Esportes de Concórdia (FMEC)

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2019

A Comissão de Seleção, designada pela Portaria FMEC n° 003/2019, com incumbência de processar e julgar o Chamamento Público n° 01/2019, que objetiva a promoção e o desenvolvimento do esporte no Município de Concórdia, SC, com as finalidades de Formação Esportiva, Rendimento e Paradesporto, nas modalidades de:

ATLETISMO, BASQUETEBOL, BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS, CICLISMO, FUTEBOL DE BASE INICIAÇÃO – 9 A 15 ANOS, FUTEBOL DE BASE INICIAÇÃO – 15 A 17 ANOS, FUTSAL MASCULINO, FUTSAL MASCULINO DE BASE, JUDÔ, NATAÇÃO, TIRO AO PRATO ADULTO, TIRO FOGO CENTRAL, XADREZ E CORRIDAS DE RUA.

#### TORNA PÚBLICO

O resultado definitivo do processo de seleção das Organizações da Sociedade Civil do Edital de Chamamento Público n° 01/2019, conforme Anexo Único.

Concórdia – SC, 25 de fevereiro de 2109

Clodimar Antonio Thomé  
Presidente

Emiliano Ferari  
Membro

Fabio José Peliser  
Membro

#### ANEXO ÚNICO

Processo de Seleção de Propostas Edital 01/2019 FMEC						
Modalidade (Objeto) / Entidade	Item A	Item B	Item C	Item D	Total	
Atletismo						
Associação Concordeense de Atletismo	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0	
Corrida de Ruas						
Clube dos Corredores de Concórdia	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0	
Basquetebol						
Associação Concordeense de Basquetebol - ACOB	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0	
Basquetebol em Cadeira de Rodas						
Associação de Portadores Deficiência Física – Águias	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	
Ciclismo						
Associação Concordeense de Ciclismo	2,0	2,0	1,0	2,0	7,0	

Futebol de Base						
Associação Esporte Clube Canarinho	4,0	1,0	2,0	2,0	9,0	
Futebol de Base						
Associação dos Amigos do Futebol Concordeense	2,0	2,0	1,0	2,0	7,0	
Futsal Masculino						
Associação Concordeense de Futsal	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0	
Futsal Masculino de Base						
Associação Atlética Esporte para Todos	2,0	2,0	1,0	2,0	7,0	
Judô						
Associação Cultural Esportiva de Judô Concórdia	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	
Natação						
Associação de Pais e Amigos da Natação	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	
Tiro ao Prato Adulto						
Clube Concordeense de Tiro Esportivo	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	
Tiro Fogo Central						
Clube Esporte Espectacular de Tiro Caça e Pesca	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	
Xadrez						
Clube Concordeense de Xadrez	4,0	2,0	2,0	2,0	10,0	

Clodimar Antônio Thomé Emiliano Ferrari Fábio José Peliser  
Presidente Membro Membro

### EXTRATO 10º TA CONTRATO Nº 363/2014 - PMC

Publicação Nº 1923999

Contrato Nº : 363/2014

Aditivo Nº : 10TA CT363/2014/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Outros Serviços 1/2014

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.

Vigência : Início: 11/02/2019 Término: 25/02/2019

Assinatura : 11/02/2019

Valor R\$: 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais )





Dotação : 242 - 13.001.2615.333903988000000.01020000

Dotação : 246 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 247 - 14.001.2152.333903988000000.02060001

Dotação : 254 - 15.001.2201.333903988000000.01000001

Dotação : 273 - 15.001.2612.333903988000000.01350009

Dotação : 295 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.333903988000000.01000001

Dotação : 324 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 331 - 19.001.2601.333903988000000.02750000

Fiscal Técnico-Administrativo: GEOVANI BEDIN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 178/2018 - PMC

Publicação N° 1923976

Contrato N° : 178/2018

Aditivo N° : 1TA CTR 178/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 30/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, organização e preparo de merenda, visando ao atendimento das necessidades das unidades de ensino no Município.

Vigência : Início: 05/02/2019 Término: 31/05/2019

Assinatura : 04/02/2019

Valor R\$: 50.176,04 (Cinquenta Mil, Cento e Setenta e Seis Reais e Quatro Centavos )

Dotação : 58 - 06.002.2015.333903401000000.01190000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JUSSARA APARECIDA DA SILVA GAVA

### EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 229/2018 - PMC

Publicação N° 1923990

Contrato N° : 229/2018

Aditivo N° : 1 TA CT 229/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 61/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-especializados continuados, de cuidadores e psicólogos, visando ao atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes, acolhidos no Abrigo Provisório Anjo Gabriel e em atendimento à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 12/02/2019 Término: 21/07/2019

Assinatura : 12/02/2019

Valor R\$: 46.412,50 (Quarenta e Seis Mil, Quatrocentos e Doze Reais e Cinquenta Centavos )

Dotação : 142 - 09.001.2032.333903999000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.333903401000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

**EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 282/2018 - PMC**

Publicação N° 1923998

Contrato N° : 282/2018

Aditivo N° : 1TA CT 282/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FABIANO FRANCHIN ME

Licitação : Pregão Presencial 130/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, para a execução de adequação de trechos da rede elétrica, visando a instalação de novos pontos de iluminação pública no município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 26/02/2019 Término: 26/06/2019

Assinatura : 12/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

**EXTRATO 1º TA CONTRATO TPU N° 3/2017 - PMC**

Publicação N° 1923673

Contrato N° : 3/2017

Aditivo N° : 1TA TPU 3/2017/2018

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2017

Objeto : Outorga de permissão de uso, a título precário, da sala nº 10, guichê com 14,38m², com a finalidade de exploração de venda de bilhetes de passagens e carga e descarga de materiais.

Vigência : Início: 24/10/2018 Término: 23/10/2019

Assinatura : 23/10/2018

**EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 324/2018 - PMC**

Publicação N° 1924064

Contrato N° : 324/2018

Aditivo N° : 2AP Ctr 324/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP &amp; CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 89/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, organização, sanitários visando ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 06/02/2019 Término: 01/01/2020

Assinatura : 06/02/2019

Valor R\$: 14.604,54 (Quatorze Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos )

Dotação : 26 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903401000000.01000001

Dotação : 168 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 170 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 199 - 12.001.2043.333903401000000.01000008

Dotação : 262 - 15.001.2202.333903401000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.333903401000000.01000001

Dotação : 299 - 16.001.2403.333903401000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBERTO GAMBIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MAYARA AMPESE

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

## **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 202/2018 - PMC**

Publicação Nº 1923979

Contrato Nº : 202/2018

Aditivo Nº : 2TA CTR 202/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2018

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital. As ruas de execução da obra são: Rua Auri Pereira da Costa, Loteamento Vitória; Rua Pico das Neblinas, Bairro Colibri; Rua Gilmar José Ampese, Loteamento Frei Lency; Travessa Angico, Bairro Arvoredo.

Vigência : Início: 15/02/2019 Término: 04/04/2019

Assinatura : 15/02/2019

Valor R\$ : 3.155,69 (Três Mil, Cento e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Nove Centavos )

Dotação : 113 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

## **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 221/2017 - PMC**

Publicação Nº 1923985

Contrato Nº : 221/2017

Aditivo Nº : 2TA Ctr 221/2017/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PAVIBRAS EMPREENDIMENTOS EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 8/2017

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preços máximos unitários de empresa especializada para execução de serviços de sondagens geotécnicas do tipo SPT (Standart Penetration Test), sondagem rotativa ou mista para subsidiar reformas, estudos e projetos de construção, de pavimentação, de contenção e de obras hidráulicas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/02/2019 Término: 04/04/2019

Assinatura : 01/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: CRISTINA VALCARENGHI

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

**EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 174/2018 - PMC**

Publicação N° 1924080

Contrato N° : 174/2018  
Aditivo N° : 3AP Ctr 174/18/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA  
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2017  
Objeto : Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "A" deste Edital.  
Vigência : Início: 13/02/2019 Término: 09/05/2019  
Assinatura : 13/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ELIANE TERESINHA VICENTE PECH

**EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 21/2018 - PMC**

Publicação N° 1924068

Contrato N° : 21/2018  
Aditivo N° : 3AP CT 21/2018/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME  
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017  
Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 07/02/2019 Término: 18/01/2020  
Assinatura : 07/02/2019  
Valor R\$: 93.140,60 (Noventa e Três Mil, Cento e Quarenta Reais e Sessenta Centavos )

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

**EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 245/2018 - PMC**

Publicação N° 1923991

Contrato N° : 245/2018  
Aditivo N° : 3TA Ctr 245/2018/2019  
Tipo Aditivo : Prazo/Valor  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 10/2018  
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica, serviços complementares e sinalização viária, das ruas Canadá e Camarões, bairro Nações, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.  
Vigência : Início: 06/02/2019 Término: 11/03/2019  
Assinatura : 06/02/2019  
Valor R\$: 41.027,14 (Quarenta e Um Mil, Vinte e Sete Reais e Quatorze Centavos )

Dotação : 113 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

**EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 255/2018 - PMC**

Publicação N° 1923994

Contrato N° : 255/2018

Aditivo N° : 3TA CT 255/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SMART POINT LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 91/2018

Objeto : Contratação de empresa, para fornecimento e instalação de relógios ponto biométrico (novos, com impressora), para fornecimento de bobinas de papel e para prestação de serviços de atendimento técnico avulso (por chamado/ conforme demanda), com fornecimento de software de gerenciamento embarcado no equipamento e sua respectiva licença de uso vitalício, instalação física, configuração, suporte técnico, atualização de software e prestação de garantia e manutenção dos equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 05/02/2019 Término: 03/09/2019

Assinatura : 05/02/2019

Valor R\$: 5.719,85 (Cinco Mil, Setecentos e Dezenove Reais e Oitenta e Seis Centavos )

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903925000000.01010000

Dotação : 65 - 06.002.2017.344905234000000.01010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA

**EXTRATO 47º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 363/2014 - PMC**

Publicação N° 1924075

Contrato N° : 363/2014

Aditivo N° : 47AP CT 363/2014/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Outros Serviços 1/2014

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.

Vigência : Início: 12/02/2019 Término: 25/02/2019

Assinatura : 12/02/2019

Valor R\$: 22.981,00 (Vinte e Dois Mil e Novecentos e Oitenta e Um Reais )

Dotação : 242 - 13.001.2615.333903988000000.01020000

Dotação : 246 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 247 - 14.001.2152.333903988000000.02060001

Dotação : 254 - 15.001.2201.333903988000000.01000001

Dotação : 273 - 15.001.2612.333903988000000.01350009

Dotação : 295 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.333903988000000.01000001

Dotação : 324 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 331 - 19.001.2601.333903988000000.02750000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

**EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 163/2017 - PMC**

Publicação N° 1924061

Contrato N° : 163/2017  
Aditivo N° : 4AP Ctr 163/2017/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELI ME  
Licitação : Pregão Presencial 37/2017  
Objeto : Contratação de empresa com o objetivo de prestação de serviços de 02 (dois) auxiliares administrativos, para atuarem junto à 14ª DRP/CIRETRAN, com recursos oriundos do Convênio Trânsito da Polícia Civil, conforme convênio n° 2017TN000348.  
Vigência : Início: 01/02/2019 Término: 14/08/2019  
Assinatura : 01/02/2019  
Valor R\$: 29.645,07 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais e Sete Centavos )

Dotação : 202 - 12.001.2043.333903979000000.01110000

Dotação : 338 - 12.001.2043.333903979000000.03110000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

**EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 25/2018 - PMC**

Publicação N° 1924073

Contrato N° : 25/2018  
Aditivo N° : 4AP CT 25/2018/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : GIOVANI LUIZ PASINATTO  
Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017  
Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 07/02/2019 Término: 18/01/2020  
Assinatura : 07/02/2019  
Valor R\$: 168.881,50 (Cento e Sessenta e Oito Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos )

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

**EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 105/2017 - PMC**

Publicação N° 1923974

Contrato N° : 105/2017  
Aditivo N° : 4TA CT 105/2017/2019  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME  
Licitação : Inexigibilidade 15/2017  
Objeto : Aquisição de passes Escolares para alunos do ensino médio e fundamental da rede Municipal e Estadual de Ensino.  
Vigência : Início: 15/02/2019 Término: 18/05/2019  
Assinatura : 15/02/2019  
Valor R\$: 9.234,56 (Nove Mil, Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Seis Centavos )

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 64 - 06.002.2017.333903926000000.01010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ELISABETE FALKOSKI

#### **EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 11/2017 - PMC**

Publicação Nº 1923971

Contrato Nº : 11/2017

Aditivo Nº : 4TA Ctr 11/2017/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 4/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

Vigência : Início: 08/02/2019 Término: 09/05/2019

Assinatura : 04/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS

Fiscal Administrativo: ANDERSON DAL PRA DAL VESCO

#### **EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 246/2018 - PMC**

Publicação Nº 1923993

Contrato Nº : 246/2018

Aditivo Nº : 4TA Ctr 246/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LORENZATTO CONSTRUCOES LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 13/2018

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, localizada neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 10/05/2019 Término: 24/06/2019

Assinatura : 15/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: TAMYRA HACK

Fiscal Administrativo: FRANCIELE MARIA SUTIL DA TRINDADE

#### **EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 203/2018 - PMC**

Publicação Nº 1923980

Contrato Nº : 203/2018

Aditivo Nº : 5TA Ctr 203/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços global (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rua Padres Franciscanos, localizada no Bairro Nossa Senhora da Salete, neste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do Contrato de Repasse nº 845740/2017/MCIDADES/CAIXA e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 06/02/2019 Término: 04/05/2019

Assinatura : 06/02/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN



Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

### EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 269/2018 - PMC

Publicação Nº 1923995

Contrato Nº : 269/2014

Aditivo Nº : 5TA CTR 269/2014/2019

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CSA COMERCIO, SUPRIMENTOS E ASSITÊNCIA TÉCNICA DE MAQUINAS COPIADORAS

Licitação : Pregão Presencial 68/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais p&b a laser, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento on site e instalação nas dependências das Escolas da Rede Municipal, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 12/02/2019 Término: 31/07/2019

Assinatura : 12/02/2019

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

### EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 103/2015 - PMC

Publicação Nº 1924079

Contrato Nº : 103/2015

Aditivo Nº : 6AP CTR 103/2015/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SERVIÇOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 19/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar administrativo para atuar junto à 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia, a serem pagos com recursos oriundos do convênio 2013TN001988.

Vigência : Início: 12/02/2019 Término: 02/03/2019

Assinatura : 12/02/2019

Valor R\$: 4.839,65 (Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos )

Dotação : 202 - 12.001.2043.333903979000000.01110000

Dotação : 338 - 12.001.2043.333903979000000.03110000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

### EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 22/2018 - PMC

Publicação Nº 1924071

Contrato Nº : 22/2018

Aditivo Nº : 6AP CT 22/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 07/02/2019 Término: 18/01/2020

Assinatura : 07/02/2019

Valor R\$: 184.571,88 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos )

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

### **EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 40/2016 - FMS**

Publicação Nº 1924056

Contrato Nº : 40/2016

Aditivo Nº : 6 AP CTR 40/2016/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ATITUDE AMBIENTAL LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" deste Edital.

Vigência : Início: 06/02/2019 Término: 06/03/2019

Assinatura : 06/02/2019

Valor R\$: 100,00 (Cem Reais )

Dotação : 234 - 13.001.2104.333903928000000.02000000

Dotação : 242 - 13.001.2615.333903928000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 187/2018 - PMC**

Publicação Nº 1923977

Contrato Nº : 187/2018

Aditivo Nº : 6TA CTR 187/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 55/2018

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos) para execução de 1.828 m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, na Rua Fiorelo Sunti, no Bairro Sunti e 1.767 m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, na Rua Gonçalves de Cândido, no Bairro Nova Brasília, ambas neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 15/02/2019 Término: 20/03/2019

Assinatura : 15/02/2019

Valor R\$: 8.035,50 (Oito Mil, Trinta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos )

Dotação : 113 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2019 – PMC**

Publicação Nº 1923377

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 8/2019 – PMC**

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor FERNANDO SVILLEN, Diretor Administrativo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 21/02/2019, para a Aquisição de 16,00 m2 de cerca de tubo 20 x 20; 02 grade para proteção de bebedouros; 04 barras de 1,50 cada para proteção de muro, para atender a necessidade do Grupo Escolar Nelly Muller de Lima.; a favor de SUBEMA INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME no valor total de R\$ 200,00 (duzentos ), SUBEMA INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME no valor total de R\$ 2.240,00 (dois mil e duzentos e quarenta ), SUBEMA INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME no valor total de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta ).

NEURI COMIN  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019 – PMC**

Publicação Nº 1924324

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preços máximos unitários, para realizar o fornecimento e instalação de instrumentação geotécnica e monitoramento topográfico e geotécnico do Aterro Sanitário Municipal, localizado na Linha Picadão, comunidade de Lageado Crescêncio, interior, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "E" do Edital..

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentou-se para participar do presente certame a empresa: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes. Em seguida constatou-se que a licitante SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA, apresentou atestado de CAT 252017086456, o qual não foi recepcionado por se tratar de estudo e consultoria, não sendo compatível em características com o objeto licitado. Já a CAT 252013034514 não possui vinculado em seu atestado o selo de segurança A006122 e não foi recepcionado por se tratar de sondagem de águas subterrâneas. O atestado cuja ART 6842210-0 não possuía CAT e igualmente não poderia ser recepcionado por se tratar de perfuração de poço e monitoramento de passivo ambiental. Quanto à apresentação de seu Balanço Patrimonial, exigido através da alínea "j" do item 5.1. do Edital, a empresa deixou de apresentar os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, e deixou de apresentar seu índice de Solvência Geral (SG), deixando de atender alínea "k.1", item 5.1. do Edital. Pelas razões acima expostas, a empresa SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA foi declarada INABILITADA. Diante da inabilitação da empresa participante do certame, e de acordo com o art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, fica concedido o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de documentação de habilitação complementar, visando regularização dos motivos de inabilitação acima expostos. O prazo limite para recebimento da documentação complementar acima fica estabelecido até a data de 07 de março de 2019, às 17h (dezessete horas), devendo o mesmo ser protocolado, em envelope fechado, no setor de protocolo geral. Fica a licitante desde já convocada para a sessão de abertura do envelope, a qual se dará na data de 08 de março de 2019 às 09h00min (nove horas), nesse mesmo local, sendo dado prosseguimento aos demais atos da sessão.

Concórdia, SC, 22 de fevereiro de 2019.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019 – PMC**

Publicação Nº 1923446

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Eugênio Pozzo, localizada neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Após análise da documentação apresentada pelas licitantes

participantes do certame, a Comissão concluiu o que segue: as licitantes BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇÕES LACERDOPOLIS EIRELI – ME, DEZ ENGENHARIA LTDA, DF CONSTRUÇÕES EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, PROJETEC CONSTRUÇÕES LTDA, SOMACAL ENGENHARIA EIRELI e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME apresentaram sua documentação de acordo com o exigido no edital, em especial em seu item 5.1, sendo declaradas HABILITADAS. A licitante ECO CONSTRUÇÕES LTDA não comprovou, através de seus atestados de capacidade técnica a execução de serviços de instalações hidráulicas, elétricas, bem como de preventivo de incêndio, restando, portanto, INABILITADA. Ressalta-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados e aprovados pela Engenheira Civil, Senhora Gabriele Siega, CREA/SC nº 086.271-0, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia. Devido à ausência dos representantes legais de todas as licitantes a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 14h00min do próximo dia 08 de março de 2019, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2).

Concórdia, SC, 21 de fevereiro de 2019.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL

### **PORTARIA FMC Nº 09/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923520

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 09/2019, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria FMC nº. 17/2017, de 07 de abril de 2017, que concede a MARITANIA POLETO, ocupante do cargo de Professora, gratificação pelo exercício de função de chefia, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Coordenadora das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de fevereiro de 2019.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2019

JÚLIO GOMES  
Diretor Geral da FMC

### **PORTARIA Nº 03/2019, DE 28 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923914

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 03/2019, DE 28 DE JANEIRO DE 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aprovado pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

RESOLVE:

0.1. Art. 1º Nomear, para compor a Comissão de Seleção com a incumbência de processar e julgar o Chamamento Público nº 01/2019, que tem por objeto a promoção e o desenvolvimento do esporte no Município de Concórdia – SC para formalização de parceria, por Termo de Colaboração, com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) localizadas no município de Concórdia – SC, os servidores abaixo relacionados:

I – presidente: CLODIMAR ANTONIO THOMÉ;

II – membros:

- a) EMILIANO FERRARI;
- b) FÁBIO JOSÉ PELLISER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada.

GIL ARTIFON  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Port

## **RESOLUÇÃO Nº 01/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923430

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre o dia das reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 4.567, de 09 de setembro de 2013, considerando:

- Reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2019;
- Nomeação dos novos conselheiros governamentais;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o dia das reuniões ordinárias deste conselho, sempre na terceira quarta-feira e quinta-feira de cada mês, com períodos alternados (matutino/vespertino) a cada mês, ficando assim definida para o ano 2019:

- I- Fevereiro (vespertino) terça-feira dia 19
  - II- Março (matutino) quarta-feira - dia 20
  - III- Abril (vespertino) quinta-feira dia 18
  - IV- Maio (matutino) quinta-feira dia 16
  - V- Junho (vespertino) quarta-feira dia 19
  - VI- Julho (matutino) quarta-feira dia 17
  - VII- Agosto (vespertino) quinta-feira dia 20
  - VIII- Setembro (matutino) quinta-feira dia 19
  - IX- Outubro (vespertino) quarta-feira dia 16
  - X- Novembro (matutino) quarta-feira dia 20
  - XI- Dezembro (vespertino) quinta-feira dia 19
- Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

JOSIANE ESPINOSA CABRAL  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## **RESULTADO FINAL - EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2019 FMC - EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS DA GALERIA MUNICIPAL DE ARTES**

Publicação Nº 1924211

RESULTADO FINAL

EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2019 FMC - EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS DA GALERIA MUNICIPAL DE ARTES

A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, através de seu Diretor Geral/ Superintendente Júlio Gomes, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, vem tornar público o resultado final dos selecionados no Edital de Concurso nº 1-2019 – Exposição de Artes Visuais da Galeria Municipal de Artes, atendendo ao item 7.4 do referido Edital.

- Coletivo Inço – Chapecó/SC
- Beatriz Rodrigues Ferreira – Rio Grande/RS
- Gustavo Reginato – Florianópolis
- Ingrid Fátima Wentz Antunes – Chapecó/SC
- Jian Rodrigues Borges – Concórdia/SC
- Sionara Carteri Astolfi – Concórdia/SC
- Tenda – Arte Educação e Cultura – Joaçaba/SC
- Vani Foletto – Porto Alegre/RS

Concórdia, 22 de fevereiro de 2019.  
JÚLIO GOMES  
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

## PRESTAÇÃO DE CONTAS AN 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Publicação Nº 1923737

Pág 1 / 2

## FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018



## BALANÇO FINANCEIRO

## INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>6.316,09</b>	<b>15.009,85</b>
Ordinária		6.052,20	14.385,96
Vinculada		263,89	623,89
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.038.925,00</b>	<b>928.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.038.925,00	928.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>122.480,81</b>	<b>132.302,81</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		887,32	1.000,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		286,74	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		121.306,75	131.302,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>95.785,20</b>	<b>108.437,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		95.785,20	108.437,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.263.507,10</b>	<b>1.183.750,59</b>

## DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>854.057,91</b>	<b>956.201,69</b>
Ordinária		854.057,91	956.201,69
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>121.684,65</b>	<b>131.763,70</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		377,90	460,89
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		121.306,75	131.302,81
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>287.764,54</b>	<b>95.785,20</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-010-JVYPQ-287851283 - Emitido por: ARGEU ALBIERO

14/02/2019 14:41





FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		287.764,54	95.785,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.263.507,10</b>	<b>1.183.750,59</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 14/02/2019, Hora emissão 14:41:38

Notas: O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias e a movimentação extraorçamentária. Considera, também, os saldos em espécie oriundos do exercício anterior e os que restam para o exercício seguinte. Apresenta os dados dos dois últimos exercícios, possibilitando uma análise comparativa entre o que ora encerra e o anterior. Receitas As receitas auferidas durante o exercício de 2018 foram oriundas de aplicações financeiras em fundos públicos de bancos oficiais, sendo a vinculada referente a recursos de alienação de veículos por leilão. As transferências financeiras recebidas foram oriundas do tesouro municipal, tratando-se de recursos ordinários próprios da arrecadação do Município durante o exercício. Os recebimentos extraorçamentários decorrem da inscrição de restos a pagar do exercício anterior e, preponderantemente, de tributos retidos em pagamentos efetuados a prestadores de serviços que são, posteriormente, repassados aos entes tributários arrecadadores. Despesas As despesas efetuadas atendem ao pagamento de pessoal, aquisição de materiais e pagamento de serviços para prover o Programa de Educação e Qualidade Ambiental. Os pagamentos extraorçamentários demonstram os recolhimentos dos valores tributários retidos nos pagamentos de prestadores de serviços e da execução dos restos a pagar do exercício anterior. Resultado Financeiro O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro, correspondente à variação das disponibilidades durante o ano, foi de R\$ 191.979,34.

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO  
Tesorreiro  
CPF: 712.696.229-00

ROBERTO MARINELLO  
Diretor Superintendente  
CPF: 427.512.500-25

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-010-JVYPQ-287851283 - Emitido por: ARGEU ALBIERO

14/02/2019 14:41



**PRESTAÇÃO DE CONTAS AN 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Publicação Nº 1923738

**FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Pág 1 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>304.437,95</b>	<b>123.162,55</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		287.764,54	95.785,20
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00
Cientes		0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Títulos e Valores Mobiliários		0,00	0,00
Investimentos do RPPS		0,00	0,00
Aplicações em Segmento de Imóveis		0,00	0,00
(-)Ajuste de Perdas e Investimentos de Aplicações Temporários		0,00	0,00
Estoques		15.911,18	26.804,93
VPD Pagas Antecipadamente		762,23	572,42
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>150.026,37</b>	<b>192.631,04</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00
Cientes		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Met. Equiv. Patrimonial		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Metodo de Custo		0,00	0,00
(-)Redução ao Valor Recup. de Participação Permanente		0,00	0,00
Propriedades Para Investimento		0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos		0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperavel de Propriedade p/ Investimento		0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor Recuperável de Investimento do RPPS		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperavel de Investimento - Demais		0,00	0,00
Imobilizado		150.026,37	192.631,04
Bens Móveis		338.118,95	336.320,88
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acum. - Bens Móveis		(208.003,58)	(163.600,84)
(-) Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado - Bens Móveis		0,00	0,00
Bens Imóveis		19.911,00	19.911,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acum. Imóveis		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Imóveis		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>454.464,32</b>	<b>315.793,59</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>94.864,23</b>	<b>100.535,84</b>



## FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Pág 2 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		94.493,72	100.535,84
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		286,74	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		83,77	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias		0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(359.600,09)</b>	<b>(215.257,75)</b>
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		(359.600,09)	(215.257,75)
Resultado do Exercício		(144.342,34)	87.959,81
Resultado de Exercícios Anteriores		(215.257,75)	(303.211,48)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	(6,08)
Outros Resultados		0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>454.464,32</b>	<b>315.793,59</b>

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>			
Ativo Financeiro		287.764,54	95.785,20
Ativo Permanente		166.699,78	220.008,39
<b>Total do Ativo</b>		<b>454.464,32</b>	<b>315.793,59</b>
<b>Passivo (II)</b>			
Passivo Financeiro		1.174,06	1.000,00
Passivo Permanente		94.577,49	100.535,84
<b>Total do Passivo</b>		<b>95.751,55</b>	<b>101.535,84</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>		<b>358.712,77</b>	<b>214.257,75</b>

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		68.605,52	62.566,23



## FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Pág 3 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

## QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>68.605,52</b>	<b>62.566,23</b>

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO  
(Lei nº 4.320/1964)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FONTES DE RECURSOS</b>		
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	191.006,86	59.588,48
02000000 - Recursos Ordinários	534,53	1.158,45
02890000 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	263,89	623,89
03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	59.649,16	60,68
06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	23.522,83	22.364,38
06890000 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	11.613,21	10.989,32
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>286.590,48</b>	<b>94.785,20</b>

## Notas Explicativas

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, **Data Emissão** 14/02/2019, **Hora emissão** 14:43:15

**Notas:** Este BALANÇO PATRIMONIAL evidencia a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31.12.2018. O Patrimônio Líquido reflete, em valor de moeda, a situação patrimonial líquida da Fundação, compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Considerando os grupos com saldo diferente de zero, somado o ativo circulante com o ativo não circulante e diminuído deles o passivo circulante apura-se o valor do Patrimônio líquido de R\$ 359.600,09 ao final de 2018. No Imobilizado, quanto ao saldo de bens imóveis registrados, tem-se a informar que o total de R\$ 19.911,00, é a expressão do valor original de aquisição, não tendo ainda passado pelo processo de reavaliação para trazer a valor presente. Os bens móveis foram reavaliados e sua depreciação é registrada mensalmente, para apurar seu valor presente é necessário deduzir o valor da depreciação de R\$ 208.003,58 de seu valor inicial de R\$ 338.118,95 sendo o saldo R\$ 130.115,37. A soma dos bens móveis de R\$ 130.115,37 com os bens imóveis de R\$ 19.911,00 formam o valor do Imobilizado de R\$ 150.026,37. Já os estoques registram todas as entradas e saídas de materiais disponíveis no ente, que não sejam de consumo imediato. Seus valores são registrados pelo valor original de aquisição no momento de liquidação das respectivas despesas de material de consumo. Quanto ao provisionamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais equivalentes às apropriações mensais da despesa, são lançadas pela estimativa dos possíveis desembolsos para quitar todos os direitos trabalhistas dos servidores. São registradas mediante informações da Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura, tendo natureza meramente patrimonial, não influenciando na apuração do resultado financeiro. Na separação por fonte de recursos, no quadro do superávit, a totalização das disponibilidades financeiras considera apenas os valores disponíveis para o exercício seguinte que, quando somados aos restos a pagar alcançam o total dos recursos de caixa e equivalentes, pois o valor comprometido em restos a pagar está em caixa, porém, já empenhado. Inexistem disponibilidades financeiras depositados em cofres do ente. Em observância ao art. 164, § 3º, da Constituição da República, todas as disponibilidades de caixa da Fundação são depositadas em contas de instituições oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), diferente disto, existem apenas movimentos no Banco Itaú, em conta específica para o pagamento de salários dos servidores.

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

ROBERTO MARINELLO  
Diretor Superintendente  
CPF: 427.512.500-25

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 1923735



## FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Pág 1 / 2

Prestação de Contas  
Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

Art. 102 da Lei n. 4.320/1964

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>6.316,09</b>	<b>(29.683,91)</b>
Receita Tributária	1.000,00	1.000,00	0,00	(1.000,00)
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	33.550,00	33.550,00	6.316,09	(27.233,91)
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.450,00	1.450,00	0,00	(1.450,00)
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>6.316,09</b>	<b>(29.683,91)</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VII) = (V+VI)</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>6.316,09</b>	<b>(29.683,91)</b>
<b>Déficit (VIII)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>847.741,82</b>	<b>847.741,82</b>
<b>TOTAL (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>854.057,91</b>	<b>818.057,91</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (X)</b>	<b>892.700,00</b>	<b>1.021.516,90</b>	<b>812.095,70</b>	<b>811.208,38</b>	<b>810.921,64</b>	<b>209.421,20</b>
Pessoal e Encargos Sociais	398.700,00	402.781,00	365.797,30	365.797,30	365.797,30	36.983,70
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	494.000,00	618.735,90	446.298,40	445.411,08	445.124,34	172.437,50
<b>Despesas de Capital (XI)</b>	<b>61.000,00</b>	<b>13.408,10</b>	<b>4.206,17</b>	<b>4.206,17</b>	<b>4.206,17</b>	<b>9.201,93</b>
Investimentos	61.000,00	13.408,10	4.206,17	4.206,17	4.206,17	9.201,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>37.756,04</b>	<b>37.756,04</b>	<b>37.756,04</b>	<b>2.243,96</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (X+XI+XII+XIII)</b>	<b>993.700,00</b>	<b>1.074.925,00</b>	<b>854.057,91</b>	<b>853.170,59</b>	<b>852.883,85</b>	<b>220.867,09</b>
<b>Superávit (XV)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
<b>TOTAL (XVI) = (XIV + XV)</b>	<b>993.700,00</b>	<b>1.074.925,00</b>	<b>854.057,91</b>	<b>853.170,59</b>	<b>852.883,85</b>	<b>220.867,09</b>
<b>Reserva do RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO			
	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>


**FUNDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Pág 2 / 2

**Prestação de Contas**
**Anexo 12 - Balanço Orçamentário**

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>377,90</b>	<b>377,90</b>	<b>622,10</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.000,00	377,90	377,90	622,10	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>377,90</b>	<b>377,90</b>	<b>622,10</b>	<b>0,00</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUNDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, **Data Emissão** 14/02/2019, **Hora emissão** 14:40:27

NOTA:

O **Balanço Orçamentário** apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Confronta o orçamento inicial e as suas alterações no decorrer da execução, demonstrando o resultado orçamentário no período. Sendo a Fundação uma unidade da Administração Indireta da Prefeitura, a diferença entre a receita prevista e a despesa autorizada para o Exercício é equilibrada com a previsão de transferência de recursos pelo Município. Foram transferidos R\$ 1.038.925,00 sendo R\$ 957.700,00 da previsão inicial e R\$ 81.225,00 decorrentes de suplementação orçamentária. **Receita Orçamentária** A realização da previsão inicial da receita de R\$ 36.000,00 foi de R\$ 6.316,09, restando um déficit de arrecadação de R\$ 29.683,91. As Receitas Correntes de R\$ 6.316,09, auferidas durante o Exercício, decorrem de remuneração das aplicações financeiras dos valores correntes, em fundos oficiais. **Despesas Orçamentárias** A despesa foi estimada em R\$ 993.700,00 e adicionada em R\$ 81.225,00 somando R\$ 1.074.925,00. **Créditos Adicionais** Os créditos adicionais totalizaram R\$ 81.225,00 e atenderam à ampliação de serviços prestados pelo Município, através do Consórcio Lambari, sendo totalmente executados. **Restos a Pagar** As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, sendo R\$ 1.174,06 o seu total inscrito para o Exercício seguinte. Do valor de R\$ 1.000,00 inscritos no final do exercício anterior, R\$ 377,90 foram liquidados e pagos e R\$ 622,10 foram cancelados pois as despesas daquela competência não atingiram o valor estimado.

**Resultado da execução orçamentária**

A execução das despesas autorizada de R\$ 1.074.925,00 teve empenhos que somaram R\$ 854.057,91, alcançando uma economia de dotações orçamentárias de R\$ 220.867,09.

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

ROBERTO MARINELLO  
Diretor Superintendente  
CPF: 427.512.500-25

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Publicação Nº 1923742

**FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Pág 1 / 2

## Prestação de Contas

## Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

Art. 104 da Lei n. 4.320/1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
<b>Contribuições</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>0,00</b>	<b>157,56</b>
Vendas de Mercadorias		0,00	0,00
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,00	157,56
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>6.316,09</b>	<b>14.852,29</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		6.316,09	14.852,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.038.925,00</b>	<b>928.000,00</b>
Transferências Intragovernamentais		1.038.925,00	928.000,00
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar		0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>49.600,29</b>	<b>26.795,67</b>
VPA a classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		49.600,29	26.795,67
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>1.094.841,38</b>	<b>969.805,52</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>438.370,51</b>	<b>428.482,33</b>
Remuneração a Pessoal		351.548,81	342.381,65
Encargos Patronais		71.831,70	78.547,52
Benefícios a Pessoal		14.990,00	7.553,16
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>379.556,99</b>	<b>593.412,90</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1761101-010-AAPFH-287853011 - Emitido por: ARGEU ALBIERO

14/02/2019 15:10



## FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Pág 2 / 2

## Prestação de Contas

## Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Uso de Material de Consumo		22.661,59	28.047,70
Serviços		312.492,66	520.643,19
Depreciação, Amortização e Exaustão		44.402,74	44.722,01
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>129.387,00</b>	<b>26.910,84</b>
Transferências Intragovernamentais		0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		129.387,00	26.910,84
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>302,00</b>
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	302,00
<b>Tributárias</b>		<b>3.100,77</b>	<b>2.868,53</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		3.100,77	2.868,53
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>83,77</b>	<b>5.788,73</b>
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		83,77	28,68
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	5.760,05
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>950.499,04</b>	<b>1.057.765,33</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>		<b>144.342,34</b>	<b>(87.959,81)</b>

## Notas Explicativas

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, **Data Emissão** 14/02/2019, **Hora emissão** 15:10:16

**Notas:** Este demonstrativo evidencia as variações patrimoniais decorrentes das alterações verificadas no patrimônio da Fundação. Quanto às transferências, durante o exercício de 2018 a Fundação recebeu repasses financeiros do Município de Concórdia na ordem de R\$ 1.038.925,00, repassando, destes, R\$ 129.387,00 ao Consórcio Lambari para a execução do contrato de rateio 01/2018 e seus aditivos. Ao longo do exercício, ocorreu um aumento no patrimônio da entidade, demonstrando um saldo positivo do confronto entre variações ativas e passivas, resultando em um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 144.342,34.

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

ROBERTO MARINELLO  
Diretor Superintendente  
CPF: 427.512.500-25



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 100/2019

Publicação Nº 1924683

DECRETO Nº 100/2019

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e Lei 468/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido da contratada, a partir de 28/02/2019, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 75/2017, com Sra. ANA PAULA KOLLETT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 22 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO Nº 101/2019

Publicação Nº 1924692

DECRETO Nº 101/2019

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 34, inciso I, da Lei Complementar n. 018/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico de Secretaria, a partir do dia 22 de fevereiro de 2019, o Sr. PAULO ANTONIO RETORE.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 99/2019**

Publicação Nº 1924677

DECRETO Nº 99/2019

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 28 de fevereiro de 2019, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Sra. BEATRIZ PAVAN GABRIEL, matrícula n. 1342703, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Em razão da referida exoneração, fica declarado vago o cargo mencionado no artigo 1º, na forma prevista no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar Municipal n. 018/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 67/2019**

Publicação Nº 1923643

PORTARIA Nº 67/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal TAMÍRIS MACIEL NERIS, matrícula 1363601, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 21 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 68/2019**

Publicação Nº 1923646

PORTARIA Nº 68/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A CONSELHEIRA TUTELAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a conselheira tutelar ÉRICA SOARES VARIANI, matrícula 1348001, de

acordo com atestado anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 21 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

## **PORTARIA Nº 69/2019**

Publicação Nº 1923647

PORTARIA Nº 69/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal DAIANE FAVERO, matrícula 1334407, ocupante do cargo de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/02/2019.

Cordilheira Alta/SC, 21 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

## **PORTARIA Nº 70/2019**

Publicação Nº 1923648

PORTARIA Nº 70/2019

“PRORROGA EM 15 (QUINZE) DIAS A LICENÇA PATERNIDADE CONCEDIDA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70, IV da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Decreto N. 442/2016.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar em 15 (quinze) dias a Licença Paternidade concedida ao Servidor Municipal, Sr. FELIPE DA SILVA, matrícula nº 1348901, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com fulcro no Art. 2º, do Decreto N. 442/2016.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 2º, será estendida a partir de 23/02/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## **PORTARIA Nº 71/2019**

Publicação Nº 1924652

PORTARIA Nº 71/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal SONIA FÁTIMA CENCI, matrícula 593601, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

## **PORTARIA Nº 72/2019**

Publicação Nº 1924667

PORTARIA Nº 72/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ADRIANA FÁTIMA FAGUNDES, matrícula 1364001, ocupante do cargo de Professora de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2019.

Cordilheira Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 041/2019

Publicação Nº 1923786

DECRETO Nº. 041 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2019 e Lei Orçamentária Anual nº. 721 de 13/11/2018;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 664.046,95 (Seiscentos e sessenta e quatro mil e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) na seguinte Programação de despesa:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
15.01.10.301.1001.2.036 Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	35-36-38-43	03.1338	62.393,26
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	44-45	03.1338	83.173,05
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	37	03.1338	12.621,03
15.01.10.301.1001.2.041 Manutenção Programas SUS - Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	46-47	03.1367	12.171,36
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	48-49	03.1367	51.369,35
15.01.10.301.1001.2.037 Manutenção do Bl. MAC Amb. E Hosp. E Lim. De Finan.				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	42	03.1338	36.181,57
15.01.10.301.1001.2.034 Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	33	03.0033	29.208,87
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50	03.1302	3.682,75
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	51	03.0033	25.176,97
15.01.10.301.1001.2.039 Manutenção do Bl. Assistência Farmacêutica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	39	03.1338	21.332,92
15.01.10.301.1001.2.035 Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	32-34	03.1338	269.133,42
15.01.10.301.1001.2.038 Manutenção do Bloco da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	40-41	03.1338	28.602,40
15.01.10.301.1001.2.040 Manutenção do Bloco Gestão do SUS				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	31	03.1338	29.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 20 de Fevereiro de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2019**

Publicação Nº 1923790

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2019  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares, Empreendedores Familiares Rurais e Entidades Organizadas poderão de 22 de fevereiro de 2019 à 20 de Março de 2019, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Martins/SC, entregar os documentos necessários. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Lais Cristina Bandeira  
Pregoeira

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2019**

Publicação Nº 1923789

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019  
MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando eventual e futura AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h30min do dia 12 de março de 2019, procedendo à abertura às 08h45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, em 22 de fevereiro de 2019.

Lais Cristina Bandeira  
Pregoeira

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1413/2019

Publicação Nº 1924665

DECRETO Nº 1413/2019  
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 95, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e pela Lei Municipal nº 1473/2008, DECRETA:

“ALTERA O DECRETO Nº 1185 DE 13 DE JULHO DE 2017, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CORREIA PINTO – CMHCP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 1185/2017 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Habitação de Correia Pinto – CMHCP, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - .....

(...)

III - .....

Titular: Eonice Faé Moraes;

Suplente: .....

(...)”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se



# Corupá

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924065



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)**LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019****ALTERA O ANEXO DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 78/2019.**

**JOÃO CARLOS GOTTARDI**, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Altera o Anexo da Lei Complementar nº 78 de 02 de fevereiro de 2019, o qual passa a vigorar nos termos do anexo único desta lei.

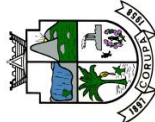
**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de fevereiro de 2019.

**JOÃO CARLOS GOTTARDI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2019.  
Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC  
[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)**ANEXO I****TABELA DE VAGAS, CARGOS, FUNÇÕES, JORNADA E ESCOLARIDADE MÍNIMA**

FATOR	Nº DE VAGAS	NOMENCLATURA DA FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO	CARGA HORA	GRAU DE ESCOLARIDADE
38	2	CONTADOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação, a atualização dos dados e a correta informação da aplicação dos recursos públicos;</li> <li>• Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>• Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</li> <li>• Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>• Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>• Conhecimento básico na área de informática (software);</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"
26	3	FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre obras e edificações do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas;</li> </ul>	35	MÉDIO

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC  
[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre posturas do Município, fazendo vistorias nas atividades comerciais localizadas e ambulantes, nos logradouros públicos em geral, orientando e autuando os contribuintes infratores;</li> <li>•Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal sobre parcelamento do solo urbano, fazendo vistorias aos locais de parcelamento do solo e vistoriando processos de loteamento e desmembramento, orientado e autuando os infratores;</li> <li>•Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>•Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</li> <li>•Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>•Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>•Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>•Participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade; Verificar e acompanhar o cumprimento da Legislação, sobre meio ambiente e Plano Diretor comunicando as infrações cometidas aos Órgãos competentes;</li> <li>•Fiscalizar para fins de tributação, o comércio e a indústria em geral, bem como as demais atividades sujeitas à fiscalização municipal, fazer verificação junto a contribuintes visando a perfeita execução da fiscalização tributária, proceder a diligência exigida pelo serviço, informar processos depois de cumpridas as diligências;</li> <li>•Elaborar relatórios e boletins estatísticos, prestar informações em processos relacionados com sua área de competência;</li> </ul>	
--	--	--	--	--

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuar sindicância para verificação das alegações dos contribuintes;</li> <li>• Executar vistorias iniciais e informar em processos administrativos relativos à localização e ao funcionamento, bem como às alterações cadastrais do interesse da Fazenda Municipal, dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e similares;</li> <li>• Orientar os contribuintes quanto à legislação fiscal em vigor e exigir dos mesmos o fiel cumprimento desta;</li> <li>• Examinar os livros fiscais e de escrituração contábil;</li> <li>• Fazer levantamentos contábeis;</li> <li>• Fiscalizar o pagamento de todos os tributos devidos ao Município;</li> <li>• Expedir autuações fiscais e intimações;</li> <li>• Auxiliar aos órgãos de arrecadação Estadual e Federal dentro de sua área de atuação;</li> <li>• Expedir guias de recolhimento;</li> <li>• Proceder à avaliação de imóveis urbanos e rurais para efeito de pagamento de impostos;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>		
26	3	FISCAL SANITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuar o controle sanitário através de orientação e fiscalização alimentícia e ambiental em Hotéis, Clínicas, Consultórios, Comércio, Indústria e outros, em especial, na fabricação, produção, beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte, armazenamento e comercialização de gêneros alimentícios, a fim de fazer cumprir a legislação no âmbito da saúde pública do Município;</li> <li>• Efetuar o controle sanitário, promovendo a fiscalização e o controle dos atos e fatos que tenham reflexo na Saúde Pública;</li> </ul>	35	MÉDIO

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”





Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalizar estabelecimentos comerciais dos quais são exigidos alvarás de saúde, verificando e orientando sobre as condições físicas e higiênico-sanitárias, controlar qualidade de efluentes de indústrias, coletar e analisar amostras de água, emitindo laudos, aplicar inseticida em córregos e arroios;</li> <li>• Desempenhar atribuições prevista na legislação sanitária;</li> <li>• Participar de escala de revezamento e plantões sempre que houver necessidade;</li> <li>• Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>• Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>• Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>		
31	2	MÉDICO VETERINÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças animais, realizando exames clínicos e de laboratório para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;</li> <li>• Elaborar e executar projetos que visem o aprimoramento da atividade agropecuarista;</li> <li>• Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal;</li> </ul>	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, CNH "B"

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0\*\*47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e-mail: [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder o controle de zoonoses, efetivando levantamento de dados, avaliações epidemiológicas e programas, para possibilitar a profilaxia dessas doenças;</li> <li>• Participar da elaboração e coordenação de programas de combate e controle de vetores, roedores e raiva animal;</li> <li>• Realizar a observação de animais com suspeita de raiva (quarentena);</li> <li>• Coordenar campanha de vacinação animal;</li> <li>• Interagir com o setor de fiscalização da Prefeitura, no que tange a fiscalização sanitária;</li> <li>• Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária;</li> <li>• Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos;</li> <li>• Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação;</li> <li>• Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo;</li> <li>• Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido;</li> <li>• Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.</li> </ul>	
--	--	--	--	--

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2019. Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

**LEI Nº 2.328, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924046

LEI Nº 2.328, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza o Poder Público Municipal a realizar a cobrança de taxa de inscrição e conceder premiação nos eventos esportivos discriminados, e dá outras providências.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de taxa de inscrição nos eventos discriminados no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único: A Prefeitura Municipal de Corupá, através da estrutura já estabelecida, emitirá boleto de cobrança, de modo que todo o valor arrecadado seja depositado na conta específica do Fundo Municipal de Esportes ou, na falta deste, disponibilizado para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Esportes ou equivalente.

Art. 2º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder premiações, tanto em pecúnia quanto em troféu e/ou medalhas.

§1º A premiação em pecúnia de que trata este artigo, será feita nominalmente ao vencedor ou responsável pela equipe vencedora conforme regulamento da competição, ficando sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ou equivalente, apresentar os respectivos nomes e documentação a contabilidade, que procederá ao competente empenho e pagamento.

§2º Os recursos destinados à premiação em pecúnia serão oriundos da receita auferida por meio da cobrança das taxas de inscrição, enquanto as premiações em troféus e/ou medalhas correrão pelas dotações específicas do Fundo Municipal de Esportes de Corupá.

§3º Os eventos relacionados ao esporte de aventura, como caminhadas, corridas, bicicletas, canoagem, terão apenas premiação de troféus e/ou medalhas.

Art. 3º Quando houver, as premiações em pecúnia, cuja soma não excederá R\$ 10.000,00 (dez mil reais), serão fixadas em razão do valor arrecadado com as inscrições do evento, sendo:

I – A equipe Campeã receberá 40% (quarenta por cento) do total arrecadado com as inscrições do evento em questão;

II - A equipe Vice-Campeã receberá 27% (vinte e sete por cento) do total arrecadado com as inscrições do evento em questão;

III - A equipe colocada em 3o lugar do Campeonato receberá 20% (vinte por cento) do total arrecadado com as inscrições do evento em questão; e

IV - A equipe classificada em 4o lugar do Campeonato 13% (treze por cento) do total arrecadado com as inscrições do evento em questão.

Art. 4º No Campeonato Municipal de Bocha, as premiações em pecúnia serão fixadas em razão do valor arrecadado com as inscrições do evento, sendo:

I - A equipe Campeã receberá 50% (cinquenta por cento) do arrecadado com as inscrições;

II - A equipe Vice-Campeã receberá 30% (trinta por cento) do arrecadado com as inscrições; e

III - A equipe colocada em 3o lugar do Campeonato receberá a 20% (vinte por cento) do arrecadado com as inscrições.

Art. 5º O valor arrecadado com as taxas de inscrição que excedam ao teto previsto no caput do art. 3º desta Lei, ou oriundos de eventos que não possuam premiação em pecúnia, será revertido à compra de troféus e/ou medalhas e outras despesas diretamente ligadas ao evento.

Art. 6º Os regulamentos dos torneios conterão disposições específicas sobre sua coordenação, desenvolvimento, pontuação e classificação, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 7º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio/patrocínio junto à sociedade civil para a obtenção dos objetivos destes eventos esportivos, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso dos eventos.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, através da estrutura contábil da Prefeitura Municipal de Esportes, prestará contas, detalhadamente, de todos os campeonatos e eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no mês de dezembro do ano em exercício, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de fevereiro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI



## PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2019.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## ANEXO I – Calendário de Eventos Esportivos com Taxa de Inscrição

Calendário (previsão início)	Campeonato	Valor da Taxa de Inscrição	Número Máximo de Inscrições
Fevereiro	BOCHA	R\$ 150,00	30 equipes
Março	Futsal Interfirmas	R\$ 500,00	10 equipes
Abril	Municipal de Vôlei Misto	R\$ 150,00	10 equipes
Maio	Aberto de Futebol Suíço	R\$ 600,00	32 equipes
Junho	Aberto de Futsal Masculino	R\$ 600,00	16 equipes
Junho	CORRIDA NOTURNA	R\$ 40,00	150 atletas
Junho	CORRIDA RÚSTICA Aniversário de Corupá	R\$ 40,00	150 atletas
Julho	30º Encontro de CANOA ECOLÓGICA (descida Corupá a Jaraguá)	R\$ 20,00	100 atletas
Julho	Festival de Areia	R\$ 300,00	10 equipes
Agosto	Aberto Futsal Veterano 45 Anos	R\$ 500,00	20 equipes
Setembro	Aberto de Futsal Feminino	R\$ 250,00	10 equipes
Outubro	Futsal Interbairros	R\$ 500,00	10 equipes
Outubro	VARZEANO	R\$ 500,00	8 equipes
Outubro	1º IRON ADVENTURE DE CORUPÁ	R\$ 250,00	30 equipes
Outubro	ABERTO VOLEI MISTO	R\$ 250,00	12 equipes
Dezembro	HANDEBOL	R\$ 150,00	10 equipes
Dezembro	DUATLO CROSS COUNTRY DE CORUPÁ	R\$ 50,00	500 atletas

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2019.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2019

Publicação Nº 1923421

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 33/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E AGRICULTOR PAULO ALTREIDER

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, PARA O ANO DE 2019.

Processo Licitatório: 120/2019

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2019

Do Valor do Contrato: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Data do Contrato: 20/02/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2019

Publicação Nº 1923422

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 34/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E AGRICULTORA NILVI FRITSCH GRADE

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, PARA O ANO DE 2019.

Processo Licitatório: 120/2019

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2019

Do Valor do Contrato: R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Data do Contrato: 20/02/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2018

Publicação Nº 1923922

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS LTDA - ME, CNPJ Nº 05.478.291/0001-41, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 08 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS LTDA - ME, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.478.291/0001-41, situado na Rua Konrad Adenauer, nº 318, Bairro Cristo Rei, São Carlos - SC, neste ato representada por Cleoniro A. Wilbert, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de São Carlos - SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 41/2018 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA JOÃO SEHNEM, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC, COM AREA TOTAL DE 667,26M<sup>2</sup>, conforme Processo de Licitação nº 51/2018, modalidade de Tomada de Preço nº 06/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência de execução dos serviços vinculados ao Contrato Administrativo nº 41/2018 para o exercício de 2019, digo, de 10 de fevereiro de 2019 a 26 de março de 2019, conforme prevê a "CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL" e de acordo com os termos constantes nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas. E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 08 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

CONTRATANTE

CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS LTDA - ME

Cleoniro A. Wilbert

CONTRATADA

### 2 TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018

Publicação Nº 1923926

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934, CNPJ Nº 26.967.580/0001-84, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 22 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 26.967.580/0001-84, com sede na Rua Independência, nº 733, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada por Rosilei Gungel Ficagna, brasileira, CPF nº 594.807.429-34, residente e domiciliado na cidade de CAIBI - SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 14/2018 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoria pedagógica e técnica para a secretaria de educação, do município de Cunhataí/SC, conforme Processo de Licitação nº 17/2018, modalidade de Tomada de Preço nº 02/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência de execução dos serviços vinculados ao Contrato Administrativo nº 14/2018 para o exercício de 2019, digo, de 28 de fevereiro de 2019 a 27 de fevereiro de 2020, conforme prevê a "CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE" e de acordo com os termos constantes nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado o valor contratual do Contrato Administrativo nº 14/2018 para o exercício de 2019, conforme prevê a "CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE" e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores. Desta forma, fica aditado em 4%, totalizando R\$ 1.955,00 (Um mil novecentos e cinquenta e cinco reais) mensais.

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas. E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ

## CONTRATANTE

ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934  
 Rosilei Gungel Ficagna  
 CNPJ nº 26.967.580/0001-84  
 CONTRATADA

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 014/2019**

Publicação Nº 1924917

DECRETO MUNICIPAL Nº. 014/2019, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 931 de 13 de dezembro de 2018;

## DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ - 232.262,52 (Duzentos e Trinta e Dois Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais com Cinquenta e Dois Centavos), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção do Programa SUSMAC - Atenção de Méd. e Alta Complexidade	2.061
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	30.65.000000- (54)
3.3.90.00	Aplicação Direta	32.65.000000- (56)
		Valor
		3.047,99
		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção do Programa PAB Fixo	2.063
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	30.64.000000- (53)
		Valor
		17.508,96

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção das Ações Gerais da Secretaria da Saúde	2.065
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	39.64.000000- (59)
		Valor
		80.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção do Programa de Saúde Bucal	2.067

Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	33.64.000000- (57)	24.029,90
3.3.90.00	Aplicação Direta	33.64.000000- (58)	40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Vigilância Sanitária	304
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE	17
Atividade	Manutenção das Ações da Vigilância em Saúde e Sanitária	2.069

Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	30.66.000000- (55)	17.675,67

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2018, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator DR n.º 30.65 no valor de R\$ 3.047,99(Três Mil e Quarenta e Sete Reais com Noventa e Nove Centavos), na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Transferências de Recursos do SUS União Pag. Incremento Temp. do Lim. Financ. do MAC DR n.º 32.65 no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Atenção Básica DR n.º 30.64 no valor de R\$ 17.508,96(Dezessete Mil, Quinhentos e Oito Reais, com Noventa e Seis Centavos), na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. INCREMENTO TEMP. DO COMP. DE CUSTEIO DO PAB DR n.º 39.64 no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Saúde Bucal - Atenção Básica DR n.º 33.64 no valor de R\$ 64.029,90(Sessenta e Quatro Mil e Vinte e Nove Reais com Noventa Centavos), na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Vigilância em Saúde DR n.º 30.66 no valor de R\$ 17.675,67 (Dezessete Mil, Seiscentos e Setenta e Cinco Reais com Sessenta e Sete Centavos), perfazendo o valor total de R\$ 232.262,52 (Duzentos e Trinta e Dois Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais com Cinquenta e Dois Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 25 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER  
Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

## ERRATA 1 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019

Publicação Nº 1923918

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

NO ITEM XV DO EDITAL ONDE SE LÊ:

XV - Licença Ambiental de Operação – LAO, expedida pelo órgão estadual de meio ambiente, do Aterro Sanitário para RSU e RSS em quantidade e período com os atestados de capacidade técnica apresentados para atendimento do item anterior.

LEIA-SE:

XV - Licença Ambiental de Operação – LAO, em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, atestando a existência de sistemas já implantados para Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Saúde e os de Classes II-A e II-B, Central de Triagem de resíduos recicláveis, conforme Normativa da ABNT-NBR 10.004/2004, inerentes às atividades descritas no Objeto deste Edital.

Cunhataí/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 040/2019.**

Publicação Nº 1923405

PORTARIA Nº. 040/2019, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ASSINAR CHEQUES, EFETUAR PAGAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS ON-LINE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO MUNICIPAL, REFERENTE ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 041/1997, de 28/04/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, DEBORA LUIZA HANSEN, inscrita no CPF sob nº 028.582.369.84 e matrícula nº 33692/01, para movimentação das contas corrente do Fundo Municipal da Saúde, CNPJ, 11.403.739/0001-60, vinculadas ao Município de Cunhataí, sendo elas: Banco do Brasil Ag. 5279-5 Contas: 268818-2, 216252-0, 216254-7, 216253-9, 7012-2, e 7032-7; Agencia 1395-1 Contas: 18974-X; 19520-0 e 19525-; emitindo e assinando os cheques, abrir e encerrar contas de depósito, consultar saldos, extratos e comprovantes on-line, requisitar talonário de cheques, endossar cheques, retirar cheques devolvidos, baixar cheques, efetuar movimentação Auto atendimento Setor Público, efetuar pagamentos e transferências de títulos e convênios on-line (via ASP), efetuar resgates e aplicações financeiras, efetuar saques, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, alterar limites de movimentação, emitir e liberar ordens bancárias, autorizar cobrança e autorizar outros débitos, conjuntamente com o Prefeito Municipal LUCIANO FRANZ, inscrito no CPF sob nº 031.472.969-03, referente às despesas do Fundo Municipal da Saúde de Cunhataí – SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 22 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER  
Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1923453



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

**EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**  
**EDITAL Nº 001/2018 - CONCURSO PÚBLICO - CUNHATAÍ/SC.**

O Prefeito de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de acordo com o Edital nº 001/2018 – Concurso Público de Cunhataí, torna público o Edital de Classificação Final dos candidatos que realizaram as provas do Concurso Público – Edital 001/2018 de Cunhataí.

Conforme capítulo VIII do Edital a lista parcial/final de classificação apresentará apenas os candidatos aprovados em ordem decrescente de pontos/nota, sendo desclassificado do Concurso Público o candidato que atingir nota inferior a 5 (cinco) na prova escrita e/ou prova prática.

\*Class. = Classificação

\*CE = Acertos de Conhecimentos Específicos

\*LP = Acertos de Língua Portuguesa

\*CG = Acertos de Conhecimentos Gerais

Agente de Controle Interno								
					DESEMPATE			
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP	CG	IDADE
1.	385852	IEDO ADALTO ZORTÉA	059.689.459-74	9,6				
2.	386483	KAROLINE JOANA FRANKEN	054.722.499-02	8,8				
3.	386406	CAROLINE DURIGON	973.549.700-00	8,4				
4.	386260	MIGUEL INACIO KREUZ	019.735.049-60	8,0	12	3	5	26/03/1977
5.	386358	LISANDRE DREBEL	088.203.279-88	8,0	12	3	5	07/04/1992
6.	386439	DEISE MARA GUSATTO	091.497.049-66	7,6	12			

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

7.	386542	TATIANE LOCATELLI	066.195.679-24	7,6	11	3	5	04/06/1988
8.	386482	GIUVANI LUIS WATTE	069.914.509-01	7,6	11	3	5	20/08/1989
9.	385881	TIAGO KLEIN LAND	081.948.509-83	7,2				
10.	386374	LEANDRO LUÍS GUSATTO	072.571.749-11	6,8	12			
11.	385857	BELONI GALVÃO	093.034.749-88	6,8	11			
12.	386516	DAIANE HUFF	083.103.139-50	6,8	10			
13.	385877	VALDEMIR LINDEMANN	065.150.129-69	6,8	9			
14.	386421	BRUNA JAQUELINE BANKOW EBELING	070.716.769-84	6,4	8	3	5	15/04/1990
15.	386209	AUGUSTO DIEL MARSCHALL	092.784.029-40	6,4	8	3	5	24/06/1995
16.	386362	KARINE KUHN	092.959.449-50	6,4	7			
17.	385949	FABIANE RAQUEL WERLANG	080.196.369-94	6,0	10			
18.	386769	MIRIAN RAQUEL BACK ALLEBRANDT	070.790.989-98	6,0	9			
19.	386344	ROBERTO JOSÉ STEFENI	080.647.289-83	6,0	8			
20.	386751	TAINARA MOLLMANN	069.432.439-69	5,6	8			
21.	386710	NAIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA	010.496.089-25	5,6	6			
22.	386592	CLAISNEI ANDRÉ VANI	063.765.529-00	5,2	7	2		
23.	386347	POLIANA PATRÍCIA KITTEL GRUNITZKY	074.948.509-45	5,2	7	1		
Agente de Saúde Barra Grande								
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)				
1.	386657	LAIRAN HILDA CORRADI	070.126.619-84	7,6				
2.	386636	CAROLINE RAQUEL	108.063.529-73	5,6				



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

**Agente de Saúde Barra Pequena/Linha Alegre**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)
1.	386377	FATIMA SALETE HENDGES	094.499.389-38	7,2
2.	386679	ROSELENE KUHN MORSCHER	048.891.359-44	6,8

**Agente de Saúde Centro I**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)
1.	386762	CLEUNICE MALLMANN	057.617.979-50	7,6
2.	386681	FABIANE RAQUEL SCHUSTER	114.136.589-89	7,2
3.	386453	ANGELA JANK	037.403.559-80	5,6

**Agente de Saúde Centro II**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)
1.	386537	ALANA SUEVELIN WEBER	096.471.619-48	8,8
2.	386612	MATHEUS MENZEL	080.455.279-78	8,4
3.	386436	FERNANDA ALINE SIMON	090.199.849-42	6,8
4.	386399	VERENICE ASSMANN SEBASTIANY	087.821.359-75	6,4
5.	386637	LIAMARA MARIA NINOV HOFFMANN	041.061.189-12	6,0
6.	386337	SUÉLI DJULIA FELL MALLMANN	098.295.679-74	5,2

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

Agente de Saúde São Roque						
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)		
1.	386682	MAURI ELY	100.624.729-76	7,2		
Assistente Social – CRAS						
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP CG IDADE
1.	386354	CRISTIANI GISLAINE MULLER	753.721.939-72	6,8		
2.	386522	ELIZANGELA MARIA RIVA	932.503.390-91	6,0	10	
3.	386608	ELSA SALETE DE PAULA DOS SANTOS	660.624.979-15	6,0	9	
4.	386418	CAROLINA BERNASCONI DA SILVA	088.602.139-16	6,0	8	3
5.	386803	MARIELE STERTZ RUSCHEL	043.793.019-07	6,0	8	2
6.	386606	FRANCIELI OBERDEFER	041.449.039-82	5,6	9	
7.	386415	CRISTIANE BIRCK	010.198.269-08	5,6	8	
8.	386254	DIRLETE APARECIDA MARANGONI	022.912.009-17	5,2	9	1 3 04/07/1973
9.	386027	ANA CRISTINA BILIBIO	063.306.699-02	5,2	9	1 3 13/08/1987
10.	386494	INDIANARA GOMES NICHTERWITZ	066.102.889-50	5,2	8	
11.	386451	DANIELA SCHNEIDER FISCHER	019.080.270-70	5,2	7	
12.	386715	ADRIANA PATRICIA PIROVANO	054.652.489-39	5,2	6	3 4 20/05/1984
13.	386450	ELICIANE BEATRIZ SCHMITT	059.450.739-11	5,2	6	3 4 16/06/1987

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

**Auxiliar de Biblioteca**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP	CG	IDADE
1.	386671	LUCAS LUAN ZANCANARO	068.336.229-14	9,6				
2.	386291	CAMILA JOANA HOFFMANN	093.095.899-30	8,8				
3.	386253	KELLI MEZZAROA	038.203.689-14	8,4				
4.	386771	LEANDRO BISPO VERAS	045.452.959-75	8,0	13	3	4	24/09/1985
5.	386655	FERNANDO LUIS RECH	093.863.639-17	8,0	13	3	4	05/09/1994
6.	386428	DANIÉLI ENDLER SIMON	043.989.229-54	7,6				
7.	386440	LUANA DALL' AGNOL FRANDOLOSO	069.441.129-90	7,2	13	1	4	24/12/1989
8.	386639	TAINA BOTH	084.389.299-40	7,2	13	1	4	04/04/1997
9.	386536	ISABEL ENGLER	108.894.619-45	7,2	13	1	4	08/07/1997
10.	386653	ESTELA APARECIDA DAMIÃO	094.143.579-20	7,2	12	3		
11.	386412	JUDITE FELTES	018.523.319-84	7,2	12	1	5	26/03/1977
12.	386561	DIANA PAULA GÜNTZEL	089.304.509-89	7,2	12	1	5	15/10/1993
13.	386529	DANIELLI ARENS DA LUZ	101.762.789-40	7,2	11			
14.	386579	DANIELI RIEGER	090.650.579-86	6,8	14			
15.	386304	CLACI MARIA RIFFEL KOLLET	687.533.309-00	6,8	11	2	4	09/03/1967
16.	386730	JEFERSON MOHR	060.798.839-88	6,8	11	2	4	29/09/1988
17.	386531	HELEN CRISTIANE STÜRMER	025.794.519-94	6,8	10			
18.	386595	SIMONE NYELAND	023.897.529-00	6,4	12			
19.	386576	MARIELE CRISTINA GOTTSCHALK	053.993.579-41	6,4	11			
20.	385882	ALINE REICHERT HEINEN	058.592.749-98	6,4	10			

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 – CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

21.	386410	KARINA MOHR HÜBNER	057.417.549-02	6,0	11			
22.	386642	LÍBERA LIMA	054.017.299-52	6,0	10	2		
23.	386449	INÊS JACOBY	103.128.609-86	6,0	10	1		
24.	386520	MARLETE SCHNEIDER	020.782.279-43	6,0	9			
25.	386356	MARCIA MANN	055.809.999-84	5,6				
26.	386765	GUERLI CRISTIANE LAUX	029.228.709-79	5,2				

**Auxiliar de Serviços Gerais**

				DESEMPATE				
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP	CG	IDADE
1.	386528	FERNANDA NUNES DA SILVA	085.879.279-65	9,6				
2.	385926	MARCIA KUNZ BILDHAUER	006.701.589-17	9,2	15			
3.	386623	GUILHERME KRISTIUK ANTUNES DE JESUS	032.742.470-22	9,2	14			
4.	385933	OSNEI WAGNER	045.773.899-59	8,4	15			
5.	386257	DAIANA CRISTINA SEHNEM	095.074.059-41	8,4	13			
6.	386433	EDI OLINDA SCHAFFER RITTER	061.644.249-17	8,0	14			
7.	386409	ADRIANA DE OLIVEIRA	049.227.599-80	8,0	13	2	5	02/04/1984
8.	386739	EDINA CARINE DA VEIGA	072.430.199-27	8,0	13	2	5	02/06/1990
9.	386425	CLEISON LEONARDO WERLE	107.270.109-05	8,0	13	2	5	30/09/1997
10.	386793	LUANA DEMETRIO	120.028.749-56	7,6	14			
11.	386792	DJEISON MICHELL BECKER	065.773.159-57	7,6	13			
12.	386564	CELIA TEREZINHA KERKHOVEN KERKHOFF	016.310.079-98	7,6	11			
13.	386736	MARISA ANTONIA LAND AREND	030.329.489-24	7,2	12	1	5	13/06/1972

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

14.	386422	JAQUELINE TAINARA STRAUSS	109.412.549-09	7,2	12	1	5	03/03/1998
15.	386603	NILSON AREND	853.856.469-20	7,2	11			
16.	386397	LUCIANE WEBER DIEL	042.781.779-09	6,8				
17.	386761	SUZANA FRANCISCA BASSANI MORSCHER	059.496.699-08	6,4				
18.	386555	SANDRA ELIGIA KUNSLER	041.024.869-09	6,0	11			
19.	385936	MARISA WEBER WAGNER	049.661.149-69	6,0	10			
20.	386028	SALETE BUGS SIMM	864.622.709-00	5,2				

### Farmacêutico

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP	CG	IDADE
1.	386335	REGIS CARLOS BENVENUTTI	079.517.479-98	8,0				
2.	385856	NATÁLIA RAGUZZONI CANCIAN BELLÉ	013.470.950-04	7,6				
3.	386244	DANIELA DALAZEN VANI	066.214.059-10	7,2				
4.	386349	ROBERTA NICOLAI ECKERT	043.318.959-20	6,4				
5.	386263	THATIANE CALLIGARIS BLASSIOLI	303.846.598-45	6,0				
6.	386262	CRISTIANE KNORST	070.301.039-55	5,6	8	3		
7.	386703	DÉBORA HERMES	092.849.249-44	5,6	8	2		
8.	386590	DAIELE CASAGRADA	081.659.389-24	5,6	8	1		

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

Médico Clínico Geral											
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)							
1.	386256	CÁSSIO KADRI MONTEIRO	175.523.558-59	7,2							
2.	386646	MARCEL PALOSCHI	023.071.220-79	5,2							
Motorista											
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita	Prova Prática	Média Final	PP	CE	LP	CG	IDADE
1.	386684	MILTON LUIZ WAGNER	834.496.129-72	9,6	8,75	9.175					
2.	385931	LAISON FRANCIANO CORRADI	027.185.919-94	8,8	9,25	9.025					
3.	385927	MARCUS VINICIUS LUNA VILA	435.839.168-08	8,4	9,25	8.825	9,25	14			
4.	386611	FABIO ROBERTO JAHNKE	076.910.479-75	8,4	9,25	8.825	9,25	12			
5.	385849	MARCOS ALBERTO KEGLER	038.922.199-66	8,0	9,5	8.75					
6.	386800	EDER ALBA	034.237.849-03	8,0	9,25	8.625					
7.	386781	JOACIR SAATKAMP	052.250.629-11	7,2	10,0	8,6	10,0	12			
8.	386625	EVANDRO PEREIRA	092.405.469-79	7,2	10,0	8,6	10,0	11			
9.	386355	ALOIR ADEMAR BERGER	907.868.079-20	7,6	9,5	8.55	9,5	13			
10.	386348	DIONIRCER PORTELA	767.813.219-00	7,6	9,5	8.55	9,5	12	2	5	18/11/1966
11.	386424	RAFAEL DICK	081.289.969-59	7,6	9,5	8.55	9,5	12	2	5	19/05/1992
12.	386026	WOLMIR KERKHOFF	939.160.279-72	8,4	8,5	8.45					
13.	386336	REMI MALLMANN	812.416.409-63	6,4	10,0	8.2	10,0	10	2		
14.	386351	DENILSON DIEL	031.666.339-52	6,4	10,0	8.2	10,0	10	1		

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 – CEP 89886-000 – Cunhataí (SC)





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

15.	385855	FABIO PAGOTTO	049.758.039-09	6,8	9,5	8,15					
16.	386527	DIRCEU LUIZ REMPEL	001.004.089-74	7,2	8,75	7,975					
17.	386610	MARCIO JANK	042.936.099-11	6,4	9,5	7,95					
18.	386475	ADILSON COSTA	049.368.129-94	6,4	9,25	7,825	10				
19.	386717	RICARDO KNORST	016.381.779-02	6,4	9,25	7,825	9				
20.	386456	MARCIANO OLTAIR KEGLER	091.867.737-80	6,8	8,5	7,65					
21.	386704	PEDRO VALMIR BORTOLI	025.521.569-08	5,6	9,5	7,55					
22.	386508	IVANILDO TRIER	043.015.639-11	7,2	7,75	7,475					
23.	386732	VANDERLEI SCHAFER	077.395.579-86	6,4	8,5	7,45					
24.	386709	WOLMIR GONCALVES DA ROSA	834.501.149-72	5,6	9,25	7,425	15				
25.	386361	GENOIR KIST	074.747.879-11	5,6	9,25	7,425	8				
26.	386604	ILCO FRANKEN	646.706.869-68	6,8	8,0	7,4					
27.	386689	LEONIR ANTONIO DAMIAO	938.375.189-49	6,0	8,5	7,25					
28.	386472	SILVANO SGNALIN	065.201.759-27	5,6	8,5	7,05					
29.	385884	JAIR ROBERTO DRECKSLER	036.596.839-06	7,2	6,5	6,85					
30.	386593	MARIO PONATH	059.424.199-57	5,6	7,25	6,425					

**Operador de Máquinas**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita	Prova Prática	Média Final	DESEMPATE				
							PP	CE	LP	CG	IDAD E
1.	386609	RICARDO HERMES	047.379.109-96	8,4	10,0	9,2					
2.	385929	CLAUDINEI WAGNER	079.990.699-90	7,2	9,5	8,35					
3.	386495	INACIO WATTE	525.893.319-91	6,4	10,0	8,2	10,0				

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

4.	386432	JORNEI GERSON RITTER	039.736.509-85	8,4	8,0	8,2	8,0			
5.	386414	ALCIONE GERHARDT	068.679.269-67	6,0	10,0	8,0	10,0	10	2	
6.	386204	VANDERLEI BORGHARDT	025.925.349-97	6,0	10,0	8,0	10,0	10	1	
7.	386231	LEANDRO WARKEN	060.586.729-10	7,2	8,5	7,85				
8.	386694	ENOIR KREUZ	034.910.689-40	5,6	9,0	7,3				
9.	386621	CASPAR BOTH	753.052.679-00	6,4	7,5	6,95				
10.	386403	LEANDRO WEBERICH	029.900.359-07	7,2	5,5	6,35				
11.	386699	GILSON RIBEIRO	771.772.909-15	6,4	6,0	6,2				
12.	386382	DIEGO FEIL	100.083.419-07	6,0	6,0	6,0				

**Professor de Educação Infantil**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita	Prova Títulos	Média Final	DESEMPATE			
							CE	LP	CG	IDADE
1.	386501	DANIELA DA SILVA HERMANN KRUGER	088.969.139-85	7,6	1	8,6	13			
2.	386480	ANGÉLICA CRISTINA MEYER AVILA	080.986.319-74	7,6	1	8,6	12			
3.	386568	CRISTIANE ALINE CHAVES	072.516.329-18	6,8	1	7,8				
4.	386772	JULINE SCHUH	060.729.349-78	6,4	1	7,4	11			
5.	386553	CATIANE WALKER	028.579.059-55	6,4	1	7,4	10			
6.	386444	SANDRA REGINA HERMES ULSENHEIMER	047.515.839-30	6,4	1	7,4	9			
7.	386461	SILVÂNIA BELO RENZ	060.906.979-90	6,4	1	7,4	7			

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

8.	386666	JOCIANE BECKER	093.645.279-09	7,2	-	7,2	11			
9.	386497	PATRICIA BOTH	033.329.199-97	7,2	-	7,2	10			
10.	386614	FRANCIELI BREUNIG CORNELIUS	082.853.599-05	7,2	-	7,2	9			
11.	386582	PATRICIA WERLANG	060.962.369-95	6,0	1	7,0	10			
12.	386295	DANIA ROSINHA GOELZER	064.056.409-73	6,0	1	7,0	9			
13.	386622	CARLA ADRIANA BARON	057.667.859-76	6,0	1	7,0	8			
14.	385873	LIAMARA DONHAUSER	039.943.889-02	5,6	1	6,6	9	2	3	03/07/1982
15.	385935	VANESSA MALLMANN	071.545.959-73	5,6	1	6,6	9	2	3	03/02/1990
16.	386581	MARCIANE BRUTSCHER	035.694.059-40	5,6	1	6,6	9	1		
17.	386457	JOCASTA KESSELER	063.090.859-13	5,6	1	6,6	7			
18.	386554	JOCIMARA PROIS	072.085.419-90	6,4	-	6,4				
19.	386367	ANDRIELI CRISTIANE GONÇALVES POZZER	075.303.549-90	5,2	1	6,2	10	1		
20.	386211	LUCIANE ALINE SEHN	029.803.779-37	5,2	1	6,2	10	0		
21.	386619	MARILEI INÊS DE MARQUI	066.669.989-52	5,2	1	6,2	8	2	3	25/02/1987
22.	386737	CRISTIANE DOERNER DE VALLE	088.213.929-02	5,2	1	6,2	8	2	3	27/06/1993
23.	386496	NADIA ELISE ULSENHEIMER	036.628.909-84	5,2	1	6,2	8	1		
24.	386342	CLEONICE MARIA KAIFER	070.115.299-00	5,2	1	6,2	8	0		
25.	386757	CRISIANE FRITAG PETER	067.726.696-06	5,2	1	6,2	7			
26.	386733	ANA PAULA CORNELIUS	085.372.239-05	5,2	1	6,2	6			
27.	386557	JOSIANE SCHMITT	035.482.219-55	5,6	-	5,6	9	2	3	01/09/1982
28.	385866	MARCIA BEATRIZ RAMME	093.351.939-76	5,6	-	5,6	9	2	3	02/10/1995
29.	386787	ELISANDRA PARISOTTO	034.659.629-74	5,6	-	5,6	7			

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

Vaga pessoa com deficiência  
**Professor de Educação Infantil**

Vaga pessoa com deficiência							
Professor de Educação Infantil							
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita	Prova Títulos	Média Final	
1.	386499	ANDRESSA BARBARA KERN	087.610.269-05	5,2	1	6,2	
Psicólogo – CRAS							
Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)	CE	LP	CG
1.	386776	CAMILA AZEVEDO ELOY	028.317.020-46	8,0			
2.	386507	VANESSA BODIGHEIMER	085.790.209-13	7,6	11	3	5
3.	386663	MAIARA LURDES LEITE	100.731.219-08	7,6	11	3	5
4.	386247	CRISTIÉLI TERESINHA BRINGHENTI	081.531.799-93	7,2	9		
5.	386651	MAIARA CARVALHO TRENTIN	077.718.329-38	7,2	8		
6.	385876	MARCIO RODRIGO FANTIN	095.667.259-06	6,8	11		
7.	386668	ANDREIA FARIA DE OLIVEIRA BOLFE	000.301.286-76	6,8	10	3	4
8.	386513	FERNANDA PILATTI DE MORAES	064.384.209-80	6,8	10	3	4
9.	386524	LUCIELI FÁTIMA RAMOS	060.601.849-28	6,8	9		
10.	386386	RAQUEL PERIN	063.831.999-43	6,4	10		
11.	386404	KELLY JULIEM MÜLLER	084.726.359-29	6,4	9	3	

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

12.	386490	MANÉLY PETTER	081.704.179-61	6,4	9	2		
13.	386777	MAKELLY RUTHE BACK SJLENDER	082.622.569-13	6,4	8			
14.	386795	CLEIDIANE PUHL	089.319.149-38	6,0	10	2	3	08/06/1993
15.	386626	ELIZANDRA WILKE	094.338.629-29	6,0	10	2	3	27/03/1995
16.	386570	CARLOS HUDSON SANTIAGO BRANDÃO	117.054.867-97	6,0	9	3		
17.	386363	JUCIANE DOS SANTOS LOPES	010.044.050-90	6,0	9	2	4	12/08/1985
18.	386662	JÉSSICA LUANA STEIN	091.449.909-28	6,0	9	2	4	28/01/1994
19.	386297	LIGIANE RAFAELA PEDROSO	094.130.199-08	6,0	9	2	4	26/09/1995
20.	386652	PRISCILA ROSEGHINI	092.598.319-54	6,0	9	1		
21.	386804	JAQUELINE ANDRESSA ROYER	076.041.879-94	6,0	8	3		
22.	386441	JUSSARA MARILIA GATO	758.109.999-72	6,0	8	2	5	21/05/1971
23.	386690	DAIANE SZYMANSKI	084.901.979-62	6,0	8	2	5	26/05/1993
24.	386339	PAOLA ANDRESSA KOHN	087.490.859-05	6,0	8	2	5	01/06/1995
25.	385861	CACIELI FERNANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	080.157.339-44	6,0	7			
26.	386667	LUCIANE REGINA SAN VITO	038.307.459-23	6,0	6			
27.	386447	DILSE RODRIGUES CHAVES	056.229.679-45	5,6	10			
28.	386714	EDIANE BURATTI	092.195.909-56	5,6	9	2		
29.	386578	GUILHERME MARAFON	083.270.949-20	5,6	9	1		
30.	386756	GEISI MARIA HOSS	091.821.269-33	5,6	8	2		
31.	386760	ANGÉLICA CARDOZO DA SILVA	085.799.059-40	5,6	8	1		
32.	386538	ROSIANA BOTH	081.294.949-81	5,6	6			
33.	386782	CATIANE DE OLIVEIRA	053.899.949-73	5,2	9			
34.	386752	CARINE BRUNETO	065.201.399-63	5,2	8	1	4	29/01/1988
35.	385945	ALEXANDRA JANAINA PATZ PETRY	098.290.349-92	5,2	8	1	4	26/04/1995

Tel./Fax (493338.0010)

[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)

Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 – CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**

36.	386695	KELLI ANDRESSA NIEDERLE	108.459.949-05	5,2	8	1	4	21/08/1997
37.	386437	JULIANO SANTIN	066.332.139-56	5,2	6			
38.	386588	CLAUDIA DALACORT	026.828.739-28	5,2	5	3	5	04/03/1980
39.	386380	SARA JANE NOAL	076.533.569-74	5,2	5	3	5	16/11/1990

**Técnico em Saúde Bucal**

Class.	Código Inscrição	Nome Pessoa	CPF	Prova Escrita (Média Final)				
1.	385850	FABIANE FREY	048.502.859-02	6,4				
2.	386602	ELISABETE SEHNEM SCHWERTZ	927.717.009-30	6,0				
3.	385851	MILENA SEVERO	076.181.729-86	5,6				

Cunhataí (SC), 21 de fevereiro de 2019.

**LUCIANO FRANZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Tel./Fax (493338.0010)  
[www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) - e-mail: [cunhatai@cunhatai.sc.gov.br](mailto:cunhatai@cunhatai.sc.gov.br)  
 Avenida 29 de setembro, 450 – CNPJ: 01.612.116/0001-44 - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)

# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO 2010/2019, REGULAMENTA PRAZO E FORMA DE COBRANÇA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PRESTADOS AOS PRODUTORES RURAIS – PORTEIRA ADENTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924937

DECRETO Nº 2010/2019, de 18 fevereiro de 2019.

REGULAMENTA PRAZO E FORMA DE COBRANÇA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PRESTADOS AOS PRODUTORES RURAIS – PORTEIRA ADENTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica e Lei Municipal 1673/2018,

DECRETA

Art. 1º Os serviços terceirizados contratados pelo Município de Descanso, nos termos dos artigos 25 a 30, da Lei Municipal 1673/2018, que dispõe sobre os Incentivos à Agropecuária, com subsídio parcial, serão pagos mensalmente de acordo com o número de horas efetivamente executadas.

Art. 2º A comprovação da execução dos serviços elencados no art. 27 da Lei Municipal 1673/2018 será feita, obrigatoriamente, pela apresentação de cópia da Nota Fiscal emitida para o produtor, que deverá ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal de prestação de serviço da parcela subsidiada pelo Município de Descanso.

Art. 3º A não emissão das notas fiscais em nome do Município de Descanso e dos produtores, resultará em não pagamento das horas, estando a prestadora sujeita à notificação fiscal pelo Setor de Tributos, sem prejuízo da rescisão contratual com o Município.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto municipal 1954/2018.

Descanso/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

### **DECRETO 2011/2019, DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924940

DECRETO 2011/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas do Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, do dia 04 de março de 2019 até 06 de março de 2019 no período matutino, em virtude das festividades do Carnaval/2019 .

Art. 2º. Fica decretado também, que no dia 06 de março de 2019, o expediente se dará das 13h00min às 17h00min.

Art. 3º. Mantêm-se em funcionamento normal os serviços de Saúde considerados essenciais à população adotando-se o plantão.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.



**DECRETO 2012/2019, DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924945

DECRETO Nº 2012/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução 453/2012 e Lei Municipal Nº 327/2001, DE 28.06.2001

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 28 de março de 2019, no município de Descanso - SC, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde na Reunião ordinária do dia 15 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A VI Conferência Municipal de Saúde desenvolverá seus trabalhos sob o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 3º A VI Conferência Municipal de Saúde será coordenada pela comissão organizadora escolhida e aprovada pelo conselho municipal de saúde conforme decreto expedido pelo prefeito municipal.

Art. 4º A comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde desenvolverá os trabalhos organizativos e técnicos do Regimento Interno da VI Conferência Municipal de Saúde, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Saúde serão por conta de recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Descanso/SC, 18 de fevereiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14080/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923553

PORTARIA Nº 14080/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

ELAINE MELZ, Código: 2.939, ocupante do cargo (262) efetivo de Fiscal Sanitário, lotada na Secretaria da Saúde, referência AOG-11, grupo III, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, a vista do requerimento, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, referente aos períodos de 05.01.2016 a 04.01.2019, computados 03 anos, percebendo o percentual dos triênios para 6% (seis por cento), sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14081/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923555

PORTARIA Nº 14081/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

a ILAINE MARIA CZARNOBAI, Código: 3.022, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo no Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Getúlio Vargas, no conjunto habitacional Antonio Rech, referência TSA-01, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, a vista do requerimento, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, referente aos períodos de 01.04.2004 a 14.04.2004, 19.04.2004 a 03.05.2004, 10.05.2004 a 17.12.2004, 16.03.2005 a 30.03.2005, 01.04.2005 a 30.04.2005, 04.07.2005 a 18.07.2005, 16.08.2005 a

30.08.2005, 27.09.2005 a 30.11.2005, 01.12.2005 a 15.12.2005 e 01.02.2008 a 07.03.2016, 08.03.2016 a 01.01.2019, computados 12 anos, elevando o percentual dos triênios para 24% (vinte e quatro por cento), sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

### **PORTARIA Nº 14082/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923556

PORTARIA Nº 14082/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

a MÔNICA REGINA REICHERT FRIEDERICH, Código: 2.142, ocupante do cargo(11) efetivo de Odontólogo, lotada na Secretaria da Saúde para exercer as funções do cargo nas Unidades Sanitárias do Município - CMS, referência ANS-21, grupo I, com carga horária de 40 horas semanais sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, referente ao período de 05.01.2004 a 04.01.2016, 04.01.2016 a 04.01.2019, computados 15 anos, elevando o percentual dos triênios para 30% (trinta por cento), sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

### **PORTARIA Nº 14083/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923557

PORTARIA Nº 14083/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

a CARLOS ANTONIO MENDES, Código: 589, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, referência TSA-07, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, referente ao período de 05.01.2004 a 04.01.2016, e 05.01.2016 a 04.01.2019, computados 15 anos, elevando o percentual do triênio para 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14084/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923558

PORTARIA Nº 14084/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

à NEUTON FRANCISCO CAPELLO, Código: 734, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com exercício das atribuições do cargo na distribuição de água (consertar canos) na Linha Jorge Lacerda, referência TSA-03, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 09 de julho de 2007 a 06 de julho de 2012, sendo o período de gozo a contar de 02 de janeiro de 2019 a 01 de abril de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14085/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923559

PORTARIA Nº 14085/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 04/90, de 02.03.90, alterado pelo art. 2º, da Lei nº 014/93, de 31.05.93, Art. 145, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Art. 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, resolve:

ALTERA A PORTARIA Nº 13473/2018, de 01 de fevereiro de 2018.

que atribui à MILTON BOCCHI, Código: 506, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercer as funções do cargo, referência TSA-03, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, as funções de Coordenador de Equipes Externas de Trabalho, e responsável pela equipe de Obras e Serviços urbanos, no período em que Giovani Busnello Vieira, Código: 3.095, ocupante do cargo (53) em comissão de Secretário de Obras e Serviços Urbanos, estiver em gozo de férias, percebendo Função Gratificada FG-01, passando a perceber FG-03, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2019 .

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14086/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923562

PORTARIA Nº 14086/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 6º, da Lei nº 04/90, de 02.03.90, artigo 86, inciso IV c/c IX, da Lei Orgânica do Município, artigo 40, § 13, da Constituição Federal c/c Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

IVANICE CECCONET, Código: 3.275, ocupante do cargo (12) de Professor – Ensino Superior, educação infantil, Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, nível “3”, referência “A”, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício das atribuições do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14087/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923563

PORTARIA Nº 14087/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à JAQUELINE MARIA ZIMMER, Código: 917, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referência TSA-03, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, referente ao período aquisitivo de 17 de outubro de 2017 a 16 de outubro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14088/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923564

PORTARIA Nº 14088/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à DEONIR DALPIAS, Código: 3.093, ocupante do cargo (74) em comissão de Assessor Técnico – Imprensa, Nível DAS – 3, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14089/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923566

PORTARIA Nº 14089/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à JUSSARA SALETE ZORTÉA, Código: 2.942, ocupante do cargo (159) de Conselheiro Tutelar Titular, equiparada aos demais Agentes Políticos eleitos do Município, vinculada a Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para exercício das atribuições do cargo, referência 01, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2017 à 09 de janeiro de 2019.

2018, sendo o período de gozo a contar de 02 à 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14090/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923569

PORTARIA Nº 14090/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

à Nanci Debona Colombo, Código: 2.966, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria de Administração, referência TSA-01, grupo IV, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14091/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923572

PORTARIA Nº 14091/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

à Rogério de Lemes, Código: 3.112, ocupante do cargo (255) em comissão de Assessor Jurídico, Nível DAS – 3/A, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14092/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923574

PORTARIA Nº 14092/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

à Rosimar Colombo, Código: 2.940, ocupante do cargo (159) de Conselheiro Tutelar Titular, empossada para exercer as funções do cargo,

equiparada aos demais Agentes Políticos eleitos no Município, nível de referência 01, instituído pelo anexo III, Art. 4º da Lei nº 04/90, de 02 de março de 1990, com dedicação de 20 horas semanais mais escala de plantões, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14093/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923575

PORTARIA Nº 14093/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

à ADAIR JILVANIO SERINA, Código: 522, ocupante do cargo(23) de Técnico Agrícola, lotado na Secretaria da Agricultura para exercer as funções do cargo, referência AOG-12, grupo III, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 13 de maio de 2016 a 12 de maio de 2017, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14094/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923576

PORTARIA Nº 14094/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

##### **CONCEDER FÉRIAS**

à IVAN SEGHEITO, Código: 900, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Agricultura, referência TSA-07, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2017 a 03 de julho de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

#### **PORTARIA Nº 14095/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923579

PORTARIA Nº 14095/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:



**CONCEDER FÉRIAS**

a CASSIANE LORENZINI NERCOLINI, Código: 2.437, ocupante do cargo (247) efetivo de Assistente Social – CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, referência ANS - 21, grupo I, com carga horária de 30 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14096/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923582

PORTARIA Nº 14096/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à JOSEMARI LEAL WANDSCHEER, Código: 571, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, designada para exercer as funções do cargo (60) em comissão de Secretário de Assistência Social, percebendo subsídio mensal de Secretário, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2016 à 31 de julho de 2017, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14097/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923583

PORTARIA Nº 14097/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à MAIARA VERONA, Código: 3.025, ocupante do cargo (259) efetivo de Psicólogo, referência ANS-21, grupo I, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de março de 2017 a 14 de março de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.



**PORTARIA Nº 14098/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923584

PORTARIA Nº 14098/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à NUBIA MARA MIOTTO SOARES LEITE, Código: 2.126, ocupante do cargo (232) efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, com exercício das atribuições do cargo, referência ANS-21, grupo I, com carga horária de 30 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14099/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923587

PORTARIA Nº 14099/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à SALETE MARIA NUNES TENTE, Código: 557, ocupante do cargo (100) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria da Assistência Social para exercício das atribuições do cargo, referência TSA-01, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14100/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923590

PORTARIA Nº 14100/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

a à SUZAMARA MIOTTO, Código: 3.033, ocupante do cargo (257) efetivo de Coordenador do CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, referência ANS-16, grupo I, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de março de 2017 à 14 de março de 2018, o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14101/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923591

PORTARIA Nº 14101/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à JALDIR TAPPARELLO, Código: 3.244, ocupante do cargo(57) em comissão de Chefe da Divisão de Esportes, Nível DAS - 2, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 05 de outubro de 2017 a 04 de outubro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14102/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923873

PORTARIA Nº 14102/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à ROGÉRIO LUIZ BLACK, Código: 1.662, ocupante do cargo (12) efetivo de Professor – Ensino Superior, lotado na Secretaria de Esportes e Turismo, para exercício das atribuições do cargo na disciplina de Educação Física, nível “3”, referência “E”, com carga horária de 20 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14103/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923875

PORTARIA Nº 14103/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à CRISTIANE PREVIDE, Código: 3.196, ocupante do cargo(20) efetivo de Auxiliar Administrativo, referência AOG-05, grupo III, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de maio de 2017 a 14 de maio de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14104/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923877

PORTARIA Nº 14104/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à EDERSON ALVES DE CARVALHO, Código: 892, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, referência TSA-07, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 07 de dezembro de 2017 a 06 de dezembro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14105/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923880

PORTARIA Nº 14105/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à GIOVANI BUSNELLO VIEIRA, Código: 3.095, ocupante do cargo (53) em comissão de Secretário de Obras e Serviços Urbanos, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14106/2019, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923883

PORTARIA Nº 14096/2019, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à JOSEMARI LEAL WANDSCHEER, Código: 571, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, designada para exercer as funções do cargo (60) em comissão de Secretário de Assistência Social, percebendo subsídio mensal de Secretário, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2016 à 31 de julho de 2017, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019, ou seja, 30 (trinta) dias.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**PORTARIA Nº 14107/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923888

PORTARIA Nº 14107/2018, de 02 de janeiro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à CARLOS ANTONIO MENDES, Código: 589, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, referência TSA-07, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 05 de janeiro de 2017 à 04 de janeiro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Descanso - SC, 02 de janeiro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1923793

**RESOLUÇÃO Nº 01/2019****DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCANSO/SC DO VEREADOR MIRIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Câmara Municipal de Descanso/SC, o “Programa Vereador Mirim”, com o objetivo de estimular a participação política dos estudantes, propiciando momentos de reflexão e estudo sobre o papel do Poder Legislativo Municipal e a importância da política numa sociedade democrática.

Art. 2º. O Programa Vereador Mirim será constituído por estudantes devidamente matriculados e efetivamente estudando do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Art. 3º. A Câmara Mirim de Descanso será composta por (01) um representante de cada escola do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e (01) um representante do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, residentes e matriculados em escola pública e particular do Município de Descanso.

Art. 4º. Participarão do processo de escolha dos vereadores mirins, todas as escolas públicas e particulares do Município de Descanso, que possuírem turmas 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Art. 5º. As escolas que possuírem Ensino Fundamental e Médio deverão ter, obrigatoriamente, pelo menos 02 (dois) candidato de cada um dos níveis de Ensino.

Art. 6º. Os critérios para eleição, diplomação, posse e exercício do mandato do vereador mirim serão definidos em Regimento Interno, anexo a presente Resolução.

Art. 7º. O Vereador Mirim, no exercício do seu mandato, contará com a ajuda de um Vereador “Padrinho”, definido por sorteio logo após a diplomação.

Art. 8º. Os vereadores mirins exercerão o mandato de 01 ano letivo, sem direito a reeleição mandato consecutivo, correspondendo a um período da legislatura.

Parágrafo único. A função de vereador mirim será considerada de interesse educativo e participativo e não será remunerada.

Art. 9º. Na segunda quinzena do mês de abril, em Sessão Solene de instalação, sob a Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Descanso, os Vereadores Mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 10. A Câmara Mirim tem por objetivos:

I – despertar nos educandos das escolas públicas e particulares do ensino de Descanso, que estejam cursando Ensino fundamental dos anos finais e/ou Ensino Médio, o senso crítico e entendimento sobre os direitos de cidadania e a responsabilidade para com os valores sociais, éticos e culturais da comunidade;

II – buscar a integração desses jovens com o Poder Legislativo, mostrando-lhes o papel que desempenham os vereadores como representantes do povo;

III – orientar os estudantes sobre as funções atribuídas aos Poderes Públicos, em especial, ao Poder Legislativo;

IV – mostrar aos jovens a possibilidade real de contribuírem como lideranças na solução dos problemas da comunidade;

V – ouvir e relatar os anseios da comunidade, relativo a temas de relevância social, tais como: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e outras de interesse do Município;

VI – possibilitar atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da juventude de Descanso;

VII – oportunizar palestras, pedágios, campanhas, nas quais os alunos apresentem sugestões para sensibilizar a população, sobre questões de interesse coletivo.

Art. 11. A Câmara Mirim funcionará no Plenário da Câmara Municipal, em horário diferente da estabelecida para reuniões ordinárias da Câmara Municipal e se regerá por normas decorrentes do seu próprio Regimento Interno, anexo a presente Resolução.

§ 1º. A Câmara Mirim reunir-se-á uma vez por mês de 01 de maio a 30 de novembro.

§ 2º. A Câmara Mirim será dirigida por uma Mesa Diretora, eleita pelos Vereadores Mirins, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários.

Art. 12. Além das reuniões, que se farão no Plenário, segundo dispõe seu próprio Regimento Interno, poderá a Câmara Mirim reunir-se de forma itinerante, em locais públicos, fora do Plenário da Câmara Municipal, inclusive para auxiliar nas campanhas de outras entidades.

Art. 13. Serão constituídas Comissões Permanentes para assegurar o debate das proposições, as quais se reunirão sempre que houver necessidade.

Art. 14. A Câmara Municipal, por meio da sua assessoria de imprensa, dará apoio às atividades desenvolvidas e ampla divulgação dos trabalhos da Câmara Mirim.

Parágrafo único. A partir da aprovação da presente Resolução, caberá à Câmara de Vereadores de Descanso, através da Assessoria de Imprensa, a criação de espaço destinado à Câmara Mirim no endereço eletrônico da Câmara de Vereadores.

Art. 15. Os vereadores mirins terão direito ao recebimento do material didático necessário ao cumprimento de suas atividades previstas nas normas regimentais.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias do Poder Legislativo.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,  
Em 22 de fevereiro de 2019.

**MARCOS BALDO**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente Resolução,  
Foi publicada na forma da lei, nesta data.

Neusa Machado da Silva  
Secretária Executiva



## **ANEXO I**

### **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MIRIM DE DESCANSO/SC**

Os Vereadores Mirins componentes desta Câmara, no intuito de possibilitar a integração entre o Poder Legislativo Municipal e as Unidades Escolares, adotam o presente Regimento Interno, baseados na democracia, buscam oportunizar espaço para novas lideranças bem como debater questões pertinentes à juventude do município.

#### **TÍTULO I**

##### **Disposições Preliminares**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Programa Vereador Mirim**

###### **Seção I**

###### **Do Programa**

Art.1º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Descanso poderá buscar parcerias com outras instituições de ensino ou afins para subsidiar o desenvolvimento das atividades durante todo o processo de execução do programa.

Art. 2º. O Programa Vereador Mirim compreende as seguintes etapas:

I – reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Escolas Estaduais, Municipais e Particulares de Descanso – SC.

II – ampla divulgação em todas as Unidades Escolares do Município, sendo que cada direção de Escola receberá uma cópia da Resolução.

III – a escola receberá as inscrições dos educandos interessados em candidatar-se a uma vaga no Projeto Vereador Mirim;

IV – implementação de um cronograma de atividades desenvolvidas no período compreendido entre março a novembro, que contemple: formação política e cidadã (palestras, debates, visitas e outros); acompanhamento das sessões da Câmara de Vereadores; participação de audiências públicas promovidas pelos Poderes do Município.

###### **Seção II**

###### **Da Eleição**

Art. 3º. O processo de eleição dos Vereadores Mirins será orientado e dirigido pela Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de Descanso, com a participação das escolas, sempre que possível, e constará do seguinte:

I – No mês de fevereiro do ano da eleição a Câmara de Vereadores de Descanso remeterá às escolas públicas e privadas do Município Fichas de inscrição e informações para participarem do Processo Eleitoral da Câmara Mirim;

II – As escolas que disponibilizarem de Ensino Fundamental e Médio, obrigatoriamente terá um representante de cada Nível de Ensino:

III - Os alunos interessados em concorrer a uma vaga na Câmara Mirim, deverão:

- a) contar com autorização expressa dos pais ou responsável;
- b) estar regularmente matriculado nas escolas públicas ou privadas do ensino fundamental e/ou médio do município;
- c) inscrever-se nas próprias escolas, na primeira quinzena do mês de março do ano da eleição;
- d) contar com a homologação da inscrição pela Câmara de Vereadores;
- e) apresentar um plano de ação com possíveis propostas junto aos eleitores estudantes da respectiva escola;

IV – A eleição ocorrerá por meio da utilização de urna, na segunda quinzena do mês de março de cada ano da eleição, contendo o nome dos candidatos inscritos na respectiva escola e rubricada por um dos membros da Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de Descanso, tendo os alunos votantes que assinar o livro de participação e comprovação na mesa das seções;

V – Caberá a Comissão Coordenadora, a organização de cronograma e distribuição das urnas, para que sejam contempladas as Instituições de Ensino participantes do Programa Vereador Mirim;

VI – O horário da eleição será: Turno Matutino: 09h00min até 11h00min e Turno Vespertino: 13h30min até 15h30min.

VII – A abertura das urnas e contagem dos votos ocorrerão em cada Instituição de Ensino, logo após o encerramento da votação com a presença de um membro da comissão ou outro representante da Câmara de Vereadores de Descanso, logo após será anunciado e divulgado os “VEREADORES MIRINS ELEITOS” de cada escola;

VIII – O candidato mais votado em cada escola estará automaticamente eleito para uma cadeira da Câmara Mirim. No caso de não haver 09 (nove) escolas participantes, as vagas restantes serão preenchidas por meio de sorteio público entre os suplentes, realizado na terça-feira subsequente, às 18h20min, no Plenário da Câmara de

Vereadores, onde participarão os primeiros suplentes de cada escola, não podendo a mesma escola ficar com 02 ou mais vagas do sorteio.

### **Seção III**

#### **Do Mandato**

Art. 4º. O mandato do Vereador Mirim será de 08 (oito) meses, com início na primeira quinzena no mês de abril e seu término se dará no dia 30 (trinta) de novembro do mesmo ano subsequente a eleição, vedada à reeleição no ano subsequente, sendo que a sessão solene de instalação da Câmara Mirim ocorrerá na segunda quinzena do mês de abril.

§1º. Os Vereadores Mirins não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.

§2º. Os Vereadores Mirins participarão de um estágio obrigatório inicial que se compõe de:

I – participar de 01 (uma) sessão ordinárias da Câmara Municipal de Descanso, que antecedem à sessão de instalação da Câmara Mirim;

II– após a 01 (uma) sessão, caberá à Comissão Coordenadora do Projeto da Câmara Mirim da Câmara Municipal de Descanso, possibilitar momento de formação onde orientará os Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo, bem como o processo e técnica legislativa;

III - participar de todas as sessões ordinárias da Câmara Mirim após a eleição.

§3º. A presença dos Vereadores Mirins nas Sessões a que aludem os incisos I e III do parágrafo anterior se fará registrar no livro de presenças.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Sede**

Art. 5º. Os Vereadores Mirins reunir-se-ão, no Plenário da Câmara de Vereadores de Descanso na 2ª (segunda) quarta-feira de cada mês, às 08 horas e 30 minutos.

Parágrafo único. As Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores Mirins de Descanso poderão ser realizadas em dias, locais e horários distintos de acordo com necessidade.

## **CAPÍTULO III**

### **SEÇÃO I**

#### **Da Diplomação**

Art. 6º. Na última quinzena do mês de março, no ano da eleição, a Câmara de Vereadores, em Sessão ordinária homenageará os Vereadores Mirins Eleitos, titulares e suplentes, por meio da concessão de diplomas.

§1º. Logo após a diplomação dos titulares e dos suplentes dos Vereadores Mirins, na mesma sessão, haverá um sorteio para que cada Vereador com assento junto à Câmara Municipal de Descanso venha a ser “padrinho” de cada Vereador Mirim, com o objetivo de auxiliá-lo nos trabalhos desenvolvidos, inclusive colocando-se à disposição do Vereador Mirim.

§2º. No ato da diplomação os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno da Câmara Mirim.

## SEÇÃO II

### Do Compromisso de Posse dos Eleitos

Art. 7º. A Câmara Mirim será instalada em Sessão Solene na ultima quinzena do mês de abril, onde os vereadores mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 8º. O Vereador Mirim de mais idade, nesta solenidade, tomará o compromisso e empossará os eleitos, através da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

Art. 9º. O compromisso se dará nos seguintes termos: *“PROMETO RESPEITAR O REGIMENTO INTERNO DOS VEREADORES MIRINS DA CÂMARA DE VEREADORES DE DESCANSO, DESEMPENHANDO RESPONSABILMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO E, ASSIM, CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DA MINHA CIDADANIA E ENGRANDECIMENTO DESTE MUNICÍPIO”*.

Art. 10. O Vereador Mirim, que estiver presidindo a sessão, fará a chamada nominal dos seus pares, os quais declararão pessoalmente: *“ASSIM O PROMETO”*, assinando em seguida o Termo de Compromisso de Posse.

## SEÇÃO III

### Da Eleição da Mesa Diretora

Art. 11. No decorrer da Sessão Solene de instalação da Câmara Mirim, os Vereadores Mirins promoverão a eleição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos durante o primeiro período da legislatura para o preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo único. A eleição da mesa diretora se dará mediante voto aberto e nominal, seguindo ordem alfabética dos Vereadores Mirins,

Art. 12. Realizada a eleição estabelecida no parágrafo único do Artigo 11º, os Vereadores Mirins ficarão automaticamente empossados na Mesa Diretora tão logo seja promulgado o resultado da eleição.

Art. 13. A eleição da Mesa Diretora obedecerá as seguintes formalidades:

I – o presidente iniciará o processo de votação, onde fará uma explanação sobre o processo de eleição, sendo que cada Vereador Mirim votará primeiramente para Presidente, segundo para Vice-Presidente, posteriormente 1º Secretário e 2º Secretário.

II– Serão considerados eleitos os Vereadores Mirins que atingirem a maior votação para cada cargo na Mesa Diretora;

III - Em caso de empate, será considerado eleito para o cargo, o Vereador Mirim de mais idade;

IV - a votação far-se-á mediante escrutínio aberto e nominal;

V – o Vereador Mirim de mais idade conduzirá o processo de eleição da Mesa Diretora.

Art. 14. O Mandato da Mesa Diretora será de um ano, compreendido de abril à novembro.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Da Competência da Mesa Diretora**

Art. 15. À Mesa Diretora, entre outras atribuições, compete:

I – declarar a perda do mandato do vereador mirim, de ofício, ou por provocação de qualquer de seus membros, nas hipóteses previstas na legislação, assegurada ampla defesa;

II– receber as proposições dos vereadores mirins ou recusá-las quando apresentadas sem a observância das disposições regimentais;

III – deliberar sobre a convocação de reuniões especiais e solenes da Câmara Mirim.

#### **SEÇÃO V**

##### **Do Presidente Mirim**

Art. 16. Compete ao Presidente Mirim:

I – dirimir dúvidas e disciplinar os atos dos Vereadores Mirins;

II– apresentar ao término de cada mandato as conclusões dos trabalhos realizados pela Câmara dos Vereadores Mirins;

III – representar a Câmara dos Vereadores Mirins perante o Presidente do Poder Legislativo Municipal e demais autoridades;

IV – conceder ou negar a palavra aos oradores, não permitindo divagações ou apartes estranhos aos assuntos em discussão;

V – votar somente nos casos em que ocorra empate;

VI – abrir, presidir, encerrar e suspender as reuniões plenárias, observando e fazendo observar as normas deste Regimento Interno.

## **SEÇÃO VI**

### **Do Vice-Presidente Mirim**

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente Mirim:

I – substituir o Presidente Mirim em suas ausências e coordenar as atividades da Câmara Mirim; II – ler as matérias do expediente.

## **SEÇÃO VII**

### **Do 1º e 2º Secretário Mirim**

Art. 18. Compete ao 1º Secretário Mirim:

I – fazer a chamada dos Vereadores Mirins nas reuniões;

II – substituir o Presidente Mirim na ausência do Vice-Presidente Mirim;

III – inscrever os oradores para uso da palavra;

IV – ler a ata da reunião anterior.

Art. 19. Compete ao 2º Secretário Mirim:

I – substituir o 1º Secretário Mirim na sua ausência, licenças e impedimentos, assumindo nestes casos as suas atribuições.

## **TÍTULO II**

### **Vereadores Mirins**

## **CAPÍTULO I**

### **Dos Direitos e Deveres dos Vereadores Mirins**

Art. 20. Aos vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

- I – participar de todas as discussões e deliberações do plenário;
- II – votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Mirim, na forma regimental;
- III – apresentar proposições que visem o interesse coletivo.

Art. 21. São deveres do Vereador Mirim:

- I – obedecer ao Regimento Interno da Câmara Mirim;
- II – respeitar e tratar com cordialidade os Vereadores da Câmara de Vereadores de Descanso, os funcionários e seus pares Vereadores Mirins;
- III – comparecer pontualmente às reuniões plenárias, de comissões e aos compromissos aos quais for designado;
- IV – estar em dia com suas obrigações escolares e residir no Município de Descanso;
- V – justificar ausência por meio de aviso dos pais, ofício da escola ou atestado médico, com antecedência de 48 horas.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Perda de Mandato, Licença e Renúncia**

Art. 22. Perderá o mandato o Vereador Mirim que:

- I – infringir qualquer das proibições estabelecidas neste Regimento Interno;
- II – seu procedimento for declarado incompatível com as normas disciplinares estabelecidas pela Coordenação do Projeto da Câmara Mirim e pela escola;
- III – deixar de comparecer a 02 sessões sem motivo justificado;
- IV – sofrer punição disciplinar em sua escola;
- V – deixar de tomar posse, sem motivo justificado;
- VI – deixar de frequentar escola pública ou particular sediada no Município de Descanso;

Art. 23. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

- I – ocorrer falecimento;



II – ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Mirim;

§ 1º No caso de falecimento ou renúncia do vereador mirim, assumirá a vaga o vereador suplente da mesma Instituição de Ensino.

Art. 24. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

I – para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

II – para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo Único. No caso em que o vereador estiver licenciado assumirá a vaga o vereador suplente da mesma Instituição de Ensino.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Suplentes**

Art. 25. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim, no caso de vaga ou licença, devendo tomar posse na reunião subsequente.

Parágrafo único. Constatada a falta do Vereador Mirim à sessão, o suplente, que se encontrar na plateia, poderá ser convocado a substituí-lo imediatamente, porém apenas àquela sessão.

Art. 26. O suplente detém os poderes inerentes ao Vereador Mirim, exceto ser eleito Presidente da Mesa Diretora.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Estrutura**

Art. 27. A Câmara Municipal de Descanso fornecerá a estrutura necessária para a realização das sessões da Câmara Mirim.

### **TÍTULO III**

#### **Das Reuniões da Câmara Mirim**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 28. As reuniões da Câmara Mirim serão públicas e terão a duração de uma (1) hora, iniciando-se às 08 horas e 30 minutos e encerrando-se às 09 horas e 30 minutos.

§ 1º Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I – apresente-se convenientemente trajado;

II – não porte arma;

III – Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário;

V – Não use quaisquer símbolos, cartazes, faixas ou similares que prejudique o andamento das sessões;

VI – Atenda às determinações do Presidente.

§ 2º O Presidente determinará a retirada do cidadão que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 29. No início da reunião os membros da mesa e os Vereadores Mirins, devidamente uniformizados, ocuparão os respectivos lugares no Plenário.

§ 1º. O Presidente Mirim verificará pelo livro de presença o número de Vereadores Mirins no Plenário.

§ 2º. Achando-se presente, no mínimo, um terço (1/3) do total dos Vereadores Mirins, será declarada aberta a reunião pelo Presidente, o qual proferirá as seguintes palavras: “VERIFICANDO HAVER NÚMERO LEGAL, DOU POR ABERTA A PRESENTE SESSÃO INICIANDO NOSSOS TRABALHOS”, em seguida, convidará o 1º Secretário a proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

Art. 30. As reuniões da Câmara Mirim serão:

I – ordinárias, serão realizadas na segunda quarta-feira de cada mês, a partir do mês de maio, das 08 horas e 30 minutos às 09 horas e 30 minutos;

II – solenes, as realizadas para a instalação da Legislatura e de Compromisso de Posse do Vereador Mirim;

III – especiais, em turnos alternados, para visitação aos órgãos públicos e instituições privadas, em dias e horários previamente agendados pela Coordenação da Câmara Mirim.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Reuniões Ordinárias**

#### **SEÇÃO I**

## **Da Estrutura Geral**

Art. 31. As reuniões públicas ordinárias compõem-se de 3 (três) partes, a saber:

I – Expediente, com duração de 10 (dez) minutos, para leitura e votação da ata e leitura do expediente;

II – Ordem do dia, com duração de 35 (trinta e cinco) minutos para discussão e votação de matérias;

III – Palavra livre, com duração de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único. Os horários estabelecidos neste artigo deverão ser rigorosamente cumpridos pela Mesa Diretora, salvo deliberação do Plenário.

## **SEÇÃO II**

### **Do Expediente**

Art. 32. Abertos os trabalhos, quando considerar oportuno, o Presidente convida os Vereadores Mirins para cantarem o Hino de Descanso.

§1º. Lida a Ata da reunião anterior e aprovada pelo plenário, o secretário dará conhecimento sumário das correspondências recebidas.

§2º. Ao término da sessão, o Presidente convidará os Vereadores Mirins para a sessão seguinte ou sessão especial, declarando o dia e horário a ser realizada.

## **SEÇÃO III**

### **Da Ordem do Dia**

Art. 33. Findo o expediente, tratar-se-á da matéria da Ordem do dia.

Art. 34. O Presidente Mirim lerá ou anunciará, em síntese o que houver de se discutir e votar na reunião.

Art. 35. Para as votações, será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara Mirim.

Art. 36. As discussões e votações obedecerão à seguinte ordem:

I – matérias em discussão única e votação;

II – matérias em segunda discussão e votação;

III – matérias em primeira discussão.

Art. 37. Cada Vereador Mirim terá o tempo de 03 (três) minutos para debater qualquer matéria em discussão, obedecendo a seguinte escala preferencial:

I – autor;

II – relator;

III – demais Vereadores Mirins.

Art. 38. As proposições dos Vereadores Mirins deverão ser protocoladas junto à Secretaria Executiva da Câmara Municipal, até às 11 (onze) horas do dia anterior.

## **SEÇÃO IV**

### **Da Palavra Livre**

Art. 39. O tempo destinado à Palavra Livre será distribuído proporcionalmente entre os vereadores mirins inscritos.

§1º. O Vereador Mirim fará sua inscrição para uso da palavra livre, junto ao Secretário da Mesa.

§2º. O orador, ao ocupar a tribuna, abordará assunto de sua escolha, e somente poderá ser aparteado se consentir.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Organização das Comissões e suas Competências**

#### **Seção I**

##### **Das Comissões**

Art. 40. As Comissões são as seguintes:

I – Comissão Legislativa De Pareceres.

II – Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Art. 41. Ressalvada a competência específica de cada uma, caberão às Comissões as seguintes atribuições:

I – promover estudos, pesquisas e investigações sobre temas de interesse público, relativos à sua competência;

II – tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais temas.

Art. 42. Os membros das Comissões serão escolhidos na primeira sessão ordinária, no início da legislatura;

§1º. Na composição das Comissões será observada a proporcionalidade das escolas participantes.

§ 2º. Cada Vereador Mirim poderá ser eleito para integrar no máximo 01 (uma) Comissão Técnica.

§ 3º. O Presidente da Câmara Mirim não poderá participar das Comissões.

Art. 43. No desempenho de suas funções, os Vereadores Mirins contarão com o auxílio e consultoria da Coordenação do Projeto da Câmara Mirim, composta por três Vereadores e três funcionários, bem como da assessoria jurídica, sendo que um destes auxiliará o 1º secretário na transcrição dos pareceres das Comissões Técnicas e das respectivas atas.

## **TÍTULO IV**

### **Das Proposições**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições Preliminares**

Art. 44. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário da Câmara Mirim, a saber:

I – Emenda ao Regimento Interno da Câmara Mirim;

II– Requerimentos e requerimentos de informação;

III – Moções;

IV – Indicações;

V – Projetos sociais, ambientais e de interesse público.

Art. 45. As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos, obedecendo à boa técnica legislativa, em língua nacional e na ortografia oficial, assinadas pelo autor ou autores, não se admitindo as que:

I – tratem sobre assunto alheio à competência da Câmara Mirim;

II– deleguem a outro, atribuição privativa da Câmara Mirim;

III – forem flagrantemente antirregimentais;

IV – contenham expressões ofensivas a qualquer pessoa.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Espécies de Proposições**

#### **SEÇÃO I**

##### **Das Emendas ao Regimento Interno**

Art. 46. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformulado mediante Ato da Mesa Diretora da Câmara Mirim ou por proposta encaminhada por 2/3 dos vereadores desde que haja concordância da Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de Descanso, e aprovado pela maioria absoluta.

#### **SEÇÃO II**

##### **Dos Requerimentos**

Art. 47. Os requerimentos consistem todo pedido escrito do Vereador Mirim, destinado a qualquer autoridade.

#### **SEÇÃO III**

##### **Das Moções**

Art. 48. Moção é a proposição escrita e fundamentada em que é sugerida a manifestação da Câmara Mirim sobre assunto de interesse público extremamente relevante a todo Município apelando, aplaudindo, protestando, congratulando, de votos de pesar e de repúdio.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Das Indicações**

Art. 49. Indicação é a proposição escrita, pela qual o Vereador Mirim sugere medidas de interesse público aos poderes e órgãos competentes.

#### **SEÇÃO V**

##### **Do Trâmite das Proposições**

Art. 50. Aprovadas as proposições, estas serão submetidas à homologação do Presidente da Câmara de Vereadores de Descanso e, após esse ato, despachadas às autoridades competentes.

I - Caberá a Comissão Especial da Câmara de Vereadores análise das matérias aprovadas pelos Vereadores Mirins, sendo que as proposições mais relevantes para o município poderão dar entrada nas sessões da Câmara de Vereadores para discussão em Plenário pela sua relevância e interesse público, realizando os procedimentos e deliberações conforme estabelece o Regimento Interno.

## **TÍTULO V**

### **Disposições Finais**

Art. 51. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

Art. 52. Omissões e dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno, serão dirimidas e subsidiadas pela Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim de Descanso.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,  
Em 22 de fevereiro de 2019.

**MARCOS BALDO**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente Resolução,  
Foi publicada na forma da lei, nesta data.

Neusa Machado da Silva  
Secretária Executiva



## ANEXO II

**PROGRAMA VEREADOR MIRIM 2019****FICHA DE INSCRIÇÃO**

Esta ficha deverá ser preenchida e entregue na escola.

<b>Dados da Escola</b>
Nome da Escola:
Nome do (a) Diretor (a):
Telefone:
Escola pública ( ) Escola particular ( )
<b>Dados do (a) candidato (a)</b>
Nome:
Série:
Idade:
Data de nascimento: ____/____/____
Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
Endereço:
Bairro:
Município: Descanso/SC      CEP: 89.910-000
<b>Telefones para contato</b>
Residencial:
Do (a) candidato (a):
Do (a) responsável (a):

**Obs.** No ato da inscrição deverá ser entregue uma cópia da certidão de nascimento dos candidatos interessados.

## ANEXO III

**PROGRAMA VEREADOR MIRIM 2019****AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo)  
responsável pelo (a) aluno (a) \_\_\_\_\_,  
autorizo-o (a) a participar do Programa Vereador Mirim, da Câmara Municipal de  
Descanso/SC.

Declaro-me ciente e de acordo com as seguintes regras:

- a. Por se tratar de ação educativa e formativa, os participantes não serão remunerados em nenhuma etapa do Programa;
- b. As despesas com transporte dos participantes ocorrerão por conta das famílias;
- c. As famílias se responsabilizarão por acompanhar os participantes em todos os eventos que constam do calendário divulgado;
- d. A Câmara Municipal de Vereadores de Descanso/SC fica autorizada a utilizar a imagem dos participantes na divulgação do Programa Vereador Mirim.

Descanso/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) responsável

Não serão aceitas inscrições sem a assinatura dos pais ou responsáveis.

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 30/2019 - PMDC

Publicação Nº 1923595

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 30/2019, Edital de Pregão Nº 30/2019, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (AREIA, CIMENTO, CAL, TINTAS...), PARA USO JUNTO AO SETOR DE OBRAS URBANAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 31/2019 - PMDC

Publicação Nº 1923683

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 31/2019, Edital de Pregão Nº 31/2019, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DOCES PARA CONFEÇÃO DE CESTINHAS, A SEREM ENTREGUES AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TENDO EM VISTA A COMEMORAÇÃO DA PÁSCOA. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 13/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 32/2019 - PMDC

Publicação Nº 1924386

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 32/2019, Edital de Pregão Nº 32/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PIRAMIDES, A SEREM UTILIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÕES, DISTRIBUIÇÃO DE SENHAS, DISTRIBUIÇÃO DE CAMISETAS, ENTREGA DE PREMIAÇÃO, ENTRE OUTROS, REFERENTE A CORRIDA RUSTICA REALIZADA PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSARIO DO MUNICIPIO, DIA 14 DE MARÇO DE 2019. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 11/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO 001/2019**

Publicação Nº 1923670

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019

PROCESSO Nº 1/2019

HOMOLOGAÇÃO: 21/02/2019

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Contratação de Emissora de Radio AM, com reconhecida audiência em todo o território do Município de Dionísio Cerqueira-SC p/ prestação de serviços de Rádio, compreendendo 10 minutos aos sábados, para a apresentação de programa na Rádio. Sendo que a edição da sessão será gravada pela Câmara ou gravação do programa de 10 minutos nos estúdios da Rádio, com três chamadas diárias de segunda a sexta informando o dia e horário da apresentação do programa e das sessões da Câmara.

CONTRATADO: RADIO TRI FRONTEIRA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Dionísio Cerqueira, 21/02/2019

HELIO HAEFLIGER - Presidente

**HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO 002/2019**

Publicação Nº 1923672

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

PROCESSO Nº 2/2019 HOMOLOGAÇÃO: 21/02/2019

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: Contratação de 10.000 cm<sup>2</sup>(dez mil centímetros quadrados) em Jornal impresso de circulação regional para o serviço de publicações legais e de caráter informativo de interesse público do Poder Legislativo Municipal, nela incluídos os atos oficiais como Decretos, Resoluções, Portarias, Balancetes e Informes em publicações semanais.

CONTRATADO: R. C. O. COMUNICACOES -EIRELI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais)

Dionísio Cerqueira, 21/02/2019

HELIO HAEFLIGER - Presidente

# Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1923656

Ata da Octogésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em dezoito de fevereiro de dois mil e dezenove (18/02/2019), com início às 19:00 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade dos Parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Vice-presidência o Vereador Luizinho Pereira da Silva; 1º Secretário o Vereador Luiz Henrique Stollmeier e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, com um inscrito para a Tribuna Livre, o senhor Presidente convidou o senhor Heinz José Bowens Junior para tratar do assunto Rodovia DPE 451; Inicialmente o senhor Heinz cumprimenta os Parlamentares, e prossegue narrando fato praticado pelo Poder Executivo Municipal, por ele considerado ilegal; Relata que na data de 07 de fevereiro do corrente ano, a Prefeitura Municipal iniciou uma limpeza em trecho da DPE 451, sem qualquer notificação preliminar aos proprietários; Que anteriormente a essa limpeza, o trecho da Rodovia já possuía em torno de 04 metros, e desse modo o que era para ser uma simples limpeza, que fora, inclusive, solicitada por um Parlamentar dessa Casa Legislativa por meio de indicação, transformou-se em um verdadeiro alargamento, ferindo desse modo, o direito dos proprietários, onde verificou-se desapropriação indireta a pelo menos 08 metros de seus terrenos, dano grave aos reflorestamentos, sem a autorização dos proprietários e ainda depositando entulhos dentro das propriedades privadas, sem autorização alguma, inclusive cercas foram arrebatadas com estas ações, além de indicar a falta de projeto ambiental por tratar-se de obra potencialmente poluidora, afinal entulhos foram depositados a menos de 01 metro de córregos e nascentes; O Senhor Heinz afirma estar sendo profundamente lesado pelo Poder Executivo; Registra que as obras iniciaram repentinamente, sem o prévio conhecimento dos proprietários; Que as árvores cortadas estavam plantadas a mais de 18 anos, muito antes da criação do Plano Diretor; Que com essa situação teve significativa perda de seus bens, e que verificou que esse corte significativo das árvores começaram apenas em seus terrenos, afirmando que ao proprietário vizinho fora dado prazo para defesa ou corte, já em sua propriedade o Poder Executivo usou da força e iniciou o corte das árvores; Manifesta ainda receio em ser autuado em razão de responsabilidade solidária ambiental em virtude da Prefeitura provavelmente não ter autorização para corte das árvores que estavam dentro de área de proteção ambiental, reiterando que as árvores foram plantadas visando a contenção de erosão da própria estrada; Solicita dessa forma, que o Poder Legislativo Municipal atue e fiscalize esses atos do Poder Executivo, buscando sanar ou ao menos lhe garantir o direito a ampla defesa; O Senhor Presidente informa que será encaminhado ofício ao Poder Executivo solicitando informações sobre os fatos, sobre a falta de notificação aos proprietários, da existência ou não de licença ambiental para obra e corte das árvores e também do motivo da falta da notificação para o contraditório e ampla defesa dos proprietários; Autorizadas as manifestações dos parlamentares, o Vereador Merquides Martins manifesta que a indicação de limpeza foi de sua autoria, em razão das diversas solicitações recebidas dos que ali trafegam; Garante que, como Líder de Governo conversará com a senhora Prefeita para verificar essa situação; O Vereador Tony Tadeu Nones sugere ao Líder de Governo que contate o Poder Executivo e solicite a paralização dessas ações até que seja regularizada essa situação, solicitando ainda que o Líder de Governo traga informações repassadas pelo Executivo a respeito desses fatos; O Vereador Américo Nones registra que durante a fala do senhor Heinz, anotou alguns pontos que considerou importante e dos quais pede esclarecimentos, especialmente se as árvores foram plantadas em áreas de preservação permanente, então, se na época do plantio, o senhor Heinz possuía alguma liberação para utilizar-se daquelas áreas, donde este lhe informa que as árvores foram plantadas de boa-fé, sendo que o que não é permitido pela Legislação é a extração de vegetação dessas áreas, afirmando mais uma vez que essas árvores foram plantadas para impedir a erosão do solo; O Parlamentar prossegue comentando que em áreas rurais cabe ao proprietário realizar as limpezas, mas que de qualquer forma a rua continua pertencendo ao Município e deve ser garantido um bom acesso a ela. Terminadas as manifestações, abriu-se o pequeno expediente, onde registrou-se a prévia entrega de cópia da ata da Sessão Ordinária realizada no dia 12/02/2019 aos Senhores Vereadores, disponibilizada na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para assinatura. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luiz Henrique Stollmeier, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Declaração apresentada pelo parlamentar Joel Mazzi, justificando ausência na sessão ordinária do dia 12/02 em razão do acompanhamento de sua esposa por motivo de doença; O Senhor Presidente informa que em se tratando-se de doença de dependente de Parlamentar a justificativa depende de aprovação do Plenário, conforme estabelece a segunda parte do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 866/2016, motivo pelo qual coloca a justificativa em votação simbólica, restando a justificativa aprovada pelos presentes. Concluído o expediente, abriu-se o grande expediente em Tema Livre, onde não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com proposições pautadas para a Ordem do Dia, quais sejam: a) Projeto de Lei Complementar nº 001/2019 – Altera a Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004, e dá outras providências – o Vereador Merquides Martins apresentando questão de ordem, solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 001/2019 em razão da necessidade de alterações no texto por parte do Poder Executivo, sendo o requerimento deferido pela Mesa Diretora; b) Projeto de Lei Complementar nº 02/2019 - Dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho e sobre a organização de seu quadro de pessoal, adotando plano de cargos e salários, e dá outras providências; O Senhor Presidente solicita a leitura de parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, verificando-se ser favorável à tramitação do projeto de Lei Complementar; Prosseguindo, o Senhor Presidente suspende a Sessão por cinco minutos para que a Comissão Permanente de Economia e Finanças reúna-se para deliberação e elaboração de parecer ao projeto de Lei Complementar nº 02/2019; Retornando a Sessão, o Parlamentar Américo Alves Fernandes, apresentando questão de ordem, solicita pedido de vistas ao PLC nº 02/2019, sendo o pedido concedido pela Presidência da Mesa. Sem mais proposições para Ordem do Dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Américo Nones registra seus sentimentos à família Cardoso, pelo falecimento da senhora Janice dos Santos; b) o Vereador Merquides Martins também registra seus sinceros sentimentos à família Cardoso; c) o Vereador Tony Nones solicita ao Líder de Governo que busque informações junto ao Poder Executivo sobre a limpeza de canal de escoamento em frente a propriedade do senhor Fábio e do senhor Ari Buzzi, na localidade de Capivari, pois diante das chuvas nesta época do ano, há preocupações com a entrada de águas nas residências próximas; d) o Vereador Luizinho Pereira da Silva registra

que no último fim de semana ocorreu mais um acidente de trânsito na conhecida "curva do Bertoldi"; Registra ainda seus votos de boa recuperação ao colega de trabalho Egon que está internado devido a um AVC, manifestando por fim, seus sentimentos à família Cardoso. Terminadas as manifestações, o senhor Presidente registra também seus sentimentos à família Cardoso. Após, agradece a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 11 de março do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

## PARECER CCJR AO PLC Nº 002/2019

Publicação Nº 1923657

### COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2019

Dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho e sobre a organização de seu quadro de pessoal, adotando plano de cargos e salários, e dá outras providências.

De acordo com o artigo 47 do Regimento Interno compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional em todas as proposições que tramitem nesta Casa Legislativa.

Esta Comissão também se manifesta sobre o mérito do Projeto, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, sendo que, em qualquer dos casos, baliza seu entendimento por aquilo que consta do processo legislativo em análise.

Pois bem, quanto ao primeiro aspecto, temos que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, I, da CF), bem como que proposições desta natureza são de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara, sendo que a matéria está reservada à Lei Complementar (o art. 34, Parágrafo Único, IX, c/c art. 17, III, da Lei Orgânica Municipal).

Ademais, tem-se que o artigo 37 da Magna Carta estabelece que "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", estando contemplados tais princípios na justificativa da matéria.

Com efeito, a exposição de motivos da proposição traz detalhada explanação de sua necessidade e conveniência, bem como declara haver autorização no art. 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2019 (Lei nº 900, de 2018).

Assim, a proposição vem atender a necessidade de Lei autorizativa, estando, também, devidamente atendidos os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto a isso, também se declara na Exposição de Motivos que o Poder Legislativo vem cumprindo com as limitações de gasto com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e tem previsto na Lei Orçamentária 2019 (Lei nº 902, de 2018) os recursos para atendimento das despesas decorrentes desta proposição.

Desta forma, o presente Projeto de Lei Complementar merece parecer favorável quanto a constitucionalidade e juridicidade, bem como quanto a conveniência, utilidade e oportunidade, devendo ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 18 de fevereiro de 2019.

Tony Tadeu Nones  
Presidente

Merquides Martins  
Vice-Presidente

Joel Mazzi  
Membro

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 06/2017**

Publicação Nº 1924567

**SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017**

Considerando-se a manutenção dos serviços para o presente exercício, a previsão de reajuste dos valores dos serviços e produtos pelo INPC (IBGE) acumulado nos doze meses anteriores e a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2019 para esta finalidade;

As partes, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, inscrita no CNPJ sob o nº 09.074.166/0001-27, com sede na Rua Brasília, nº 307, Bairro Centro, Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.126-000, representado pelo seu Presidente, Vereador Jackson Rodrigo de Castilho - CPF nº 048.848.989-07, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a Empresa IPM SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0003-03, com endereço na Rua Tuiuti, nº 20, 6º andar, Centro, Rio do Sul/SC, representada neste ato pelo diretor Presidente, Sr. Aldo Luiz Mees - CPF nº 292.867.519-15, denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato Administrativo nº 06/2017, firmado em 20/12/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

1.1 - O valor Contratado, constante da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 06/2017, será reajustado para o exercício de 2019, a partir da competência janeiro/2019, inclusive, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE (Cláusula Décima do CA nº 06/2017), acumulado no período contratual anterior, ou seja, nos doze meses anteriores (janeiro a dezembro de 2018), que corresponde a 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento), passando a ser de:

Item	Qtd	Un.	Descrição / Especificações mínimas	Valor unitário	Valor total
1	FORNECIMENTO DE SISTEMA				
1.1	12	Meses	Módulo de Planejamento e Orçamento	67,23	806,76
1.2	12	Meses	Módulo de Contabilidade Pública e Execução Financeira e PC	356,83	4.281,96
1.3	12	Meses	Módulo de Folha de Pagamento	289,60	3.475,20
1.4	12	Meses	Módulo de Compras e Licitações	258,58	3.102,96
1.5	12	Meses	Módulo de Patrimônio	124,12	1.489,44
1.6	12	Meses	Módulo de Portal da Transparência	113,77	1.365,24
Subtotal Item 1				1.210,13	14.521,56
2	SERVIÇOS SOB DEMANDA				
2.1	10	Hora	Serviços de treinamento, capacitação e atendimento técnico local eventual, pós implantação.	134,46	1.344,60
2.2	40	Hora	Serviços técnicos especializados de consultoria, customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município.	227,55	9.102,00
Subtotal Item 2					10.446,60
VALOR TOTAL R\$					24.968,16

1.2 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste Termo Aditivo correrão a conta do Orçamento-Programa 2019 da CONTRATANTE, na mesma dotação identificada no Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 06/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

2.1 - Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes do Primeiro Termo Aditivo firmado em 18/12/2018.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho - SC, 16 de janeiro de 2019.



**CONTRATANTE CONTRATADA**

Jackson Rodrigo de Castilho Aldo Luiz Mees  
Presidente Administrador

Gecimari Cordeiro  
Fiscal do Contrato

è Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Cláudio Kades  
Advogado - OAB/SC 17.692

è Obs.: Republicado por incorreção no texto disponibilizado no dia 23/01/2019 na edição nº 2737, páginas 666 e 667, do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

# Entre Rios

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 002-2019 FMS

Publicação Nº 1924317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 02/2019- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2019

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL e sua gestora SONIA DA ROSA LENTZ BELÉM, comunicam que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DA LISTA BÁSICA – REMUME PARA USO DA SECRETÁRIA DA SAÚDE DE ENTRE RIOS/SC, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto 059/2018, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h:00min (horário oficial de Brasília) do dia 14 de março de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h:10min (horário oficial de Brasília) 14 de março de 2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item 1.2 do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 18 de fevereiro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### TERMO DE COLABORAÇÃO N° 003/2019

Publicação N° 1923640

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 003/2019

Processo n° 003/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Contratado: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo.

Objeto: Conjugação de esforços no sentido de proporcionar atendimento de habilitação e reabilitação à pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla promovendo seu desenvolvimento biopsicossocial e profissional, facilitando sua inclusão junto à família e sociedade, para o exercício pleno de sua cidadania.

Contribuição financeira no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais por aluno matriculado.

Vigência: 27 de fevereiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2019.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 2442/2019

Publicação Nº 1924051

DECRETO 2442, de 01 de fevereiro de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 25.368,85 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.009 – Manutenção da Segurança Pública

191 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0012.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.860,67

190 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0012.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV – 1.022 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

189 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0065.80 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.508,18

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2443/2019

Publicação Nº 1924055

DECRETO 2443, de 04 de fevereiro de 2019.

Abre crédito adicional Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei 1495 de 04 de fevereiro de 2019, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional Especial no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 40.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ/ATIV – 1.010 – Construção de Portais

192 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 2444/2019

Publicação Nº 1924058

DECRETO 2444, de 04 de fevereiro de 2019.

Abre crédito adicional Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei 1496 de 04 de fevereiro de 2019, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional Especial no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 55.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

PROJ/ATIV – 1.027 – Construção, Ampliação e Reformas de Redes de Energia Elétrica

- 4.4.90.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 55.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 2445/2019

Publicação Nº 1924059

DECRETO 2445, de 14 de fevereiro de 2019.

Homologa o Resultado Final de Avaliação de Desempenho de Servidor Público Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal n. 869, de 10 de novembro de 2003, e alterações pelo Decreto Municipal n. 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho da servidora que se encontrava em estágio probatório, ficando a mesma aprovada e considerada estável no serviço público municipal a partir da data em que completou três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final	Data da Estabilização
Angela Sgarbi Moro	Farmacêutico	10/02/2016	363,75	10/02/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 14 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 14 de fevereiro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO 2446/2019**

Publicação Nº 1924060

DECRETO 2446, de 14 de fevereiro de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 145.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV – 1.014 – Construções e Reformas de Pontes

193 - 4.4.90.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 145.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO 2447/2019**

Publicação Nº 1924063

DECRETO 2447, de 19 de fevereiro de 2019.

Homologa Regimentos Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e dá Outras Providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei 1491 de 30 de novembro de 2018;

### **DECRETA:**

Art.1º De acordo com estabelecido no artigo 20 da Lei Municipal 1491 de 30 de novembro de 2018, fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Erval Velho aprovado em assembleia daquele órgão realizada em 23 de janeiro de 2019 conforme documento anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 19 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 19 de fevereiro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2448/2019**

Publicação N° 1924066

DECRETO 2448, de 19 de fevereiro de 2019.

Nomeia Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 5º da Lei nº 1493, de 10 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas indicadas pelos seus respectivos órgãos a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal do Idoso do Município de Erval Velho:

**GOVERNAMENTAL**

**01 REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Norberto Conte

Suplente: Elenice Aparecida Savi

**02 REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Titular: Edgar Bruno de Sordi

Suplente: Daniela Foiatto

Titular: Adriana Canci

Suplente: Daiana Bertotti

**01 REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Titular: Eliane Piccoli Ferreira Lopes

Suplente: Amanda Ferrari

**NÃO GOVERNAMENTAL**

**01 REPRESENTANTE DO GRUPO DE IDOSOS BARRA FRIA**

Titular: Tereza Bof

Suplente: Ilíria Dalpizzol

**01 REPRESENTANTE DO GRUPO DE IDOSOS TALISMÃ**

Titular: Vilma Pires Fontana

Suplente: Odete Galhoto Gemelli

**01 REPRESENTANTE DO RESIDENCIAL NOSSA SENHORA DE FATIMA**

Titular: Ivete Danielli

Suplente: Eva Muczinski

**01 REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR?/UNOESC CAMPOS NOVOS**

Titular: Fernando Ferrari Junior

Suplente: Diego Glader

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, sendo permitida a substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas a pedido destas, será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 19 de fevereiro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO 2449/2019**

Publicação Nº 1924067

DECRETO 2449, de 21 de fevereiro de 2019.

Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 04 de março de 2019, durante todo o expediente, em virtude do Feriado de Carnaval, retornando ao expediente normal no dia 06 de março de 2019.

Parágrafo único - Os serviços de saúde serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, na cidade de Herval d' Oeste e ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba – SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de fevereiro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 21 de fevereiro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR 001/2019**

Publicação Nº 1924088

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Edital de Chamada Pública nº 001/2019

O Município de Erval Velho torna público o Edital de Chamada Pública para a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, em conformidade com Lei nº 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 004/2015 e Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para Chamada Pública será a até as 09h00min do dia 15/03/2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2019 FMS**

Publicação Nº 1924086

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Credenciamento nº 001/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais, para o exercício de 2019.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para o Credenciamento será a partir do dia 22/02/2019. O Credenciamento fica permanentemente aberta aos interessados.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

## EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA 004/2019

Publicação N° 1924082

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 012/2019  
Edital de Tomada de Preços n° 004/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS a ser Processada e Julgada em conformidade com a Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Iluminação Pública do Trevo da BR 282 do Município de Erval Velho, conforme projeto e memorial descritivo constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/03/2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

## EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA 005/2019

Publicação N° 1924083

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 013/2019  
Edital de Tomada de Preços n° 005/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS a ser Processada e Julgada em conformidade com a Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Portal de Entrada do Município de Erval Velho, conforme projeto e memorial descritivo constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 13/03/2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

## LEI 1497/2019

Publicação N° 1924077

Lei n. 1497, de 15 de fevereiro de 2019.

Autoriza Receber Bens Móveis por Doação, Proceder Regularização Documental e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Erval Velho autorizado a receber por doação do Governo do Estado de Santa Catarina

conforme Despacho Governamental nº 005/2017, publicado no DOE (Diário Oficial do Estado) nº 20678 de 18 de dezembro de 2017, bem móvel abaixo descrito:

a) Um veículo de passageiros, Tipo Micro-ônibus, marca IVECO, modelo City Class, placas MKW-6096, ano de fabricação 2012, modelo 2013, chassi nº 93ZL70C01D8442343, sem valor declarado.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a empenhar e pagar as despesas necessárias para a regulamentação da documentação do referido veículo.

Art. 2º- O veículo de que trata essa lei serão incorporados ao Patrimônio Municipal, pelo valor de mercado.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da Presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de fevereiro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de fevereiro de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3607/2019**

Publicação Nº 1924005

PORTARIA 3607, de 05 de fevereiro de 2019.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2019 e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2019 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido Processo Seletivo, sob a responsabilidade da empresa GEORGE ALMEIDA "Aprender.Com" – Cursos e Treinamentos.

Titulares:

1. Adriana Galhotto dos Santos
2. Franciela Rita Davoglio
3. Silvano Rodrigo Pratto

Suplentes:

4. Flávia Helena Recalcatti
5. Rejane Maria Provensi Barcaro
6. Amanda Ferrari

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 05 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3608/2019**

Publicação Nº 1924012

PORTARIA 3608, de 05 de fevereiro de 2019.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do Serviço Público Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário o Senhor VILMAR THIBES SCHELEDER, para ocupar temporariamente o cargo de Operador de Máquinas, nível 04-A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 05 de fevereiro de 2019.  
Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3609/2019**

Publicação Nº 1924014

PORTARIA 3609, de 05 de fevereiro de 2019.  
Concede Adicional de Insalubridade a servidor que menciona.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, ao servidor Vilmar Thibes Scheleder, ocupante do cargo temporário de Operador de Máquinas, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTALMED – Segurança e Saúde no Trabalho, exercendo suas atividades junto a Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 05 de fevereiro de 2019.  
Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3610/2019**

Publicação Nº 1924015

PORTARIA 3610, de 07 de fevereiro de 2019.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Senhora CRISTINA PICCOLI, para ocupar temporariamente o cargo de Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, habilitada, vencimento nível 02-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, no ano letivo de 2019 podendo ser prorrogado por interesse público

ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 07 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA 3611/2019

Publicação Nº 1924016

PORTARIA 3611, de 11 de fevereiro de 2019.

Concede Prêmio Assiduidade por atendimento ao Art. 19º da Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009 a Professores do Magistério que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o § 1º e 2º do Art. 19 da Lei Complementar n. 021, de 07 de maio de 2009,

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade aos Professores Efetivos do Quadro do Magistério em exercício de suas funções em Unidade Escolar, que no período do ano letivo de 2018, obtiveram comprovada 100% de frequência no trabalho, conforme relação abaixo:

Nome	Venc. Base Dez/2018	Valor R\$ - Prêmio
Giuliana Ganzer	3.394,52	1.697,26
Loreli Pinto Giacomini	3.232,83	1.616,41
Marta Ana Schmidt	2.792,45	1.396,22
Tania Maria Antunes Alberti	3.394,52	1.697,26
Vera Medianeira Cesar Borin	3.394,52	1.697,26

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 11 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA 3612/2019

Publicação Nº 1924023

PORTARIA 3612, de 11 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão por Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Progressão e Alteração de Nível Salarial a servidora Laura Taíza Vettori, ocupante do cargo efetivo de Professor, por Nova Habilitação Profissional no âmbito do Magistério Público Municipal, conforme estabelece os artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 021 de 07 de maio de 2009, do Nível 02, Classe A passando para o Nível 03 Classe A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 11 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA 3613/2019

Publicação Nº 1924026

PORTARIA 3613, de 11 de fevereiro de 2019.

Concede Progressão por Aperfeiçoamento a Servidora do Magistério que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e alterações posteriores,

### RESOLVE:

Art.1º. Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base a servidora efetiva abaixo mencionada:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Francine Assmann Trombetta	Téc. em Atividades Administrativas	01-B para 01-C

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 11 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA 3614/2019

Publicação Nº 1924029

PORTARIA 3614, de 11 de fevereiro de 2019.

Designa Comissão Especial para acompanhamento dos Processos de Chamamento Público, conforme disposto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE:

Art.1º. Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Especial de Seleção, Monitoramento e Avaliação dos documentos propostos pelas organizações da sociedade civil, conforme previsto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014 firmadas através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

1. Eliane Piccoli Ferreira Lopes – Secretária de Educação, Cultura e Esportes;
2. Paulo Roberto de Mattos – Diretor de Esportes;
3. Amanda Ferrari – Assessor Téc. Pedagógico

Art. 2º. Após a análise da documentação a comissão deverá emitir parecer e encaminhar ao Executivo para homologação e formalização do Termo de Parceria.

Art. 3º. Fica ainda a citada comissão responsável para acompanhar a execução das Parcerias emitindo parecer sobre as mesmas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 11 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3615/2019**

Publicação Nº 1924030

PORTARIA 3615, de 14 de fevereiro de 2019.  
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base a servidora Angela Sgarbi Moro, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, passando do nível 09-A para 09-B.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 14 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de administração e Finanças

**PORTARIA 3616/2019**

Publicação Nº 1924036

PORTARIA 3616, de 15 de fevereiro de 2019.

Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. EXONERAR a Senhora GIZELE CRISTINA DE MATTOS NUNES, do cargo comissionado de Gerente de Programas Especiais, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeada pela Portaria nº 3395, de 04 de dezembro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 15 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 3617/2019**

Publicação Nº 1924038

PORTARIA 3617, de 15 de fevereiro de 2019.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

**Resolve:**

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Senhora GISELI DONDEL, para ocupar temporariamente o cargo de Professor de Séries Iniciais



e Educação Infantil, habilitada, vencimento nível 02-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, no ano letivo de 2019 podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 15 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3618/2019**

Publicação N° 1924039

PORTARIA 3618, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art.1º. Nomear o Senhor FERNANDO POGGERE, brasileiro, solteiro, no cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas Especiais, nível CC-4, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,  
em 18 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3619/2019**

Publicação N° 1924041

PORTARIA 3619, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art.1º. Nomear a Senhora GIZELE CRISTINA DE MATTOS NUNES, brasileira, casada, no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Especiais, nível CC-6, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,  
em 18 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3620/2019**

Publicação Nº 1924042

PORTARIA 3620, de 18 de fevereiro de 2019.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Senhora FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND, para ocupar temporariamente o cargo de Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, habilitada, vencimento nível 02-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no ano letivo de 2019 podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Designa a servidora para exercer atividades junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A servidora receberá o adicional de regência de classe, conforme parágrafo 2º, art. 2º da Lei Complementar n. 047, de 12 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 18 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3621/2019**

Publicação Nº 1924043

PORTARIA 3621, de 18 de fevereiro de 2019.

Designa servidor para funções que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 043, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a Lei Complementar n. 047, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora LUZIA BROCARDI CARABOLANTE, contratada temporariamente no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, para exercer atividades junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, limitando-se até 31 de dezembro de 2019.

Art.2º. A servidora designada receberá o adicional de regência de classe, conforme parágrafo 2º art. 2º da Lei Complementar. 047.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 18 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3622/2019**

Publicação Nº 1924045

PORTARIA 3622, de 18 de fevereiro de 2019.  
Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a servidora abaixo mencionada pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 18 de fevereiro à 19 de março de 2019 conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Elisiane de Lima de Oliveira	Professor	01/01/2018	A	31/12/2018

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 18 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3623/2019**

Publicação Nº 1924049

PORTARIA 3623, de 21 de fevereiro de 2019.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com a Lei de Licitações,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

**Titulares:**

Gizelle Fornari – Presidente  
Christian Andrei Conte - Secretário  
Patrick Bordin - Membro

**Suplentes:**

Adriana Galhotto dos Santos  
Alduir Antonio Mocelin  
Djalmo de Andrade

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 21 de fevereiro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 241/2019

Publicação Nº 1924208

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 241/2019  
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 02/2019  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA LINHA CABECEIRA DO POÇO RICO E LINHA FLOR DA SERRA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, TOTALIZANDO 2.803,80 m².

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 25 de fevereiro de 2019, no site [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 12 de março de 2019. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

### PORTARIA Nº 088/2019

Publicação Nº 1924286

	PORTARIA Nº 088/2019
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE a Servidora Municipal JAQUELINE IVANES FALKOSKI MARTINS DA ROSA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da data de 14/02/2019 pelo prazo de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº19/2019

Publicação Nº 1924462

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 19/2019

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

CONTRATADO: IRMAOS CELLA LTDA - ME

VALOR: R\$ 7.879,80 (sete mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

II - PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ;

FORMOSA DO SUL, 22 de Fevereiro de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### RELATÓRIO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DEFERIDOS 1

Publicação Nº 1924556

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019	
RELATÓRIO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DEFERIDOS	
ANEXO DO EDITAL Nº 002/2019 - 22/02/2019	
DO PEDIDO DE ISENÇÃO – DOADORES DE MEDULA ÓSSEA	
ENGENHEIRO CIVIL	
Nome	Inscrição
ALESSANDRA KAVALEK PERETTO	215
PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Nome	Inscrição
LETICIA COMUNELLO	219
DO PEDIDO DE ISENÇÃO – DOADORES DE SANGUE	
ENGENHEIRO CIVIL	
Nome	Inscrição
KAMILA POLIANA PILATTI	210
MARCELO FASOLO	212

Página 1 de 1

# Forquilha

## PREFEITURA

### COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/FMS/2019

Publicação Nº 1923827

COMUNICADO - SESSÃO DE REABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/FMS/2019

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação, comunicar que a sessão de licitação para processamento e julgamento do Pregão Presencial nº. 03/FMS/2019 iniciou na presente data às 08:00 horas com encerramento às 13:00 horas. Fica marcada a reabertura da sessão para continuidade dos trâmites deste processo para:

REABERTURA: 28/02/2019 ÀS 07:30 HORAS

Ficam todos os licitantes e interessados informados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente a partir desta publicação.

Forquilha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS

Publicação Nº 1923451

EDITAL "MAIS CULTURA 2019"

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARCERIAS N.º 01/2019

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS

O Município de Forquilha, por meio da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e Fundo Municipal de Cultura, tendo em vista o disposto da Lei 13.019/2014, Lei Municipal nº 1.631/2011, Decreto 21/2019 e as determinações na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, torna público o presente Chamamento Público para a seleção de propostas visando o fomento, desenvolvimento e implementação de projetos culturais, para firmar parceria com pessoas físicas e jurídicas que apresentem ações de caráter cultural no âmbito do Município de Forquilha.

#### 1 DO OBJETO

0.1 O chamamento público tem por objetivo apoiar iniciativas culturais e artísticas no Município de Forquilha, buscando a ampliação das oportunidades de criação, distribuição e fruição dos bens culturais e a construção permanente de uma cidadania que incorpore a memória e a diversidade Forquilhense, bem como que amplie e democratize o acesso à cultura e à arte.

##### 1.1.1 OBJETIVO GERAL

1.1.1.1 Concessão de recursos financeiros para a execução de projetos culturais para o ano de 2019, atendendo as metas do Plano Municipal de Cultura, cujas ações contemplem as seguintes modalidades e setores:

a) São consideradas como modalidades:

I - PESQUISA: Ações específicas de pesquisa desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos que investiguem e apresentem características dos SETORES propostos;

II - PRODUÇÃO: Ações específicas de produção voltadas aos processos de criação nos SETORES propostos, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos e/ou indivíduos;

III - FORMAÇÃO: Ações específicas de formação, capacitação, aperfeiçoamento ou atualização de artistas, pesquisadores, produtores culturais, agentes culturais e público em geral, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos, por meio de cursos, oficinas, palestras e/ou encontros;

IV - DIFUSÃO: Ações específicas desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos na organização de atividades cuja finalidade seja a promoção, a circulação, a distribuição e o acesso aos produtos culturais dos determinados setores.

b) São considerados SETORES:

I - Patrimônio cultural - (material e imaterial, museus e acervos);

II - Letras e Literatura;

III - Artes Cênicas (teatro);

IV - Música;

V - Dança;

VI - Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura);

VII - Cultura Popular (artesanato e folclore).

#### 0.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1.2.1 Promover a circulação de bens culturais no Município de Forquilha;
- 1.2.2 Oportunizar maior acesso à população aos bens culturais;
- 1.2.3 Fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio artístico-cultural Forquilhaense;
- 1.2.4 Contribuir para a profissionalização dos agentes culturais;
- 1.2.5 Alavancar o mercado cultural por meio da geração de trabalho e renda;
- 1.2.6 Valorizar e incentivar a criação artístico-cultural pelos cidadãos forquilhaenses.
- 1.3 O objeto da proposta deverá contribuir para a inclusão social e a construção da Cidadania, seja pela geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais nas comunidades do Município.
- 1.4 O Governo do Município de Forquilha, de acordo com os recursos disponibilizados apoiará o desenvolvimento das atividades culturais, desde que os proponentes selecionadas atendam a todas as exigências e que os projetos sejam aprovados em todas as etapas, nos termos deste Chamamento Público.

## 2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1 Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), limitado ao valor de desembolso de até R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) por projeto.
- 2.2 Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na Lei Orçamentária, Fonte 0.1.00- Fundo Municipal de Cultura.
- 2.3 As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste chamamento público serão realizadas tendo em vista:
  - 2.3.1 A responsabilidade exclusiva do proponente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
  - 2.3.2 A responsabilidade exclusiva do proponente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública na inadimplência do proponente, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;
  - 2.3.3 O pagamento da remuneração de profissionais contratados com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 2.4 É vedado utilizar recursos financeiros provenientes da parceria objeto deste chamamento público para:
  - 2.4.1. Finalidade alheia ao seu objeto;
  - 2.4.2 Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
- 2.5 Outras entidades, inclusive de caráter privado, poderão aportar ao projeto recursos financeiros.

## 3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste chamamento, pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, com ou sem fins lucrativos, desde que conste entre as atividades econômicas atividades culturais e artísticas.
- 3.2 Para apresentar projeto a este edital, o proponente deverá seguir todas as exigências previstas no Decreto 21/2019.
- 3.3 Os proponentes deverão ter residência ou sede comprovada no Município de Forquilha-SC, há, no mínimo, um ano completo.
- 3.4 Não poderão encaminhar projetos como proponentes ou participantes, os servidores públicos municipais ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas, nem os membros do Conselho Municipal de Política Culturais de Forquilha.
- 3.5 Possuir registro junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Forquilha.
- 3.6 Apresentar Plano de trabalho de acordo com o item 6 deste Edital.
- 3.7 Serão considerados aptos, os proponentes que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Forquilha:

### 3.7.1 PESSOA JURÍDICA:

- a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;
- b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais";
- c) cópia da Lei Municipal que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;
- d) cópia da inscrição do CNPJ atualizado, possuindo a organização, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;
- e) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;
- f) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.
- g) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- h) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, quando for o caso;
- i) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;
- j) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado;
- k) alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Forquilha;
- l) cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:
  - 1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e
  - 2. a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual



natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

m) apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

n) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

o) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

p) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Política Cultural;

q) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

r) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal;

s) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

t) declaração do representante legal da organização informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Decreto;

u) plano de trabalho.

v) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

### 3.7.2 PESSOA FÍSICA:

a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;

b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais";

c) cópia da inscrição do CPF, RG;

d) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e certidão de débito trabalhista;

e) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

f) comprovação de endereço por ela declarado, no mínimo um ano no Município de Forquilha;

g) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

h) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

i) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais;

j) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;

k) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal;

l) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

m) declaração de que não incorre em quaisquer das vedações previstas neste Decreto;

n) plano de trabalho;

o) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

Parágrafo único. As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

### 3.7.3 A experiência prévia solicitada, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

## 4 DOS PRAZOS E DA FORMA DE INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições serão gratuitas e ficarão abertas pelo período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público no endereço eletrônico [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br), de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento do setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Forquilha;

4.2 Cada proponente poderá inscrever-se em até 02 (dois) projetos, podendo ser aprovado nos dois casos, desde que sejam de SETORES diferentes.

4.3 Caso seja detectada a inscrição do mesmo projeto por proponentes diferentes, todos serão inabilitados.

4.4 A inscrição do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5 Poderão participar deste chamamento público os proponentes que enviarem todos os documentos previstos no Decreto Municipal Nº 21/2019.

## 5 DOS ENVELOPES

5.1 A inscrição será efetuada mediante o protocolo dos seguintes envelopes na Prefeitura Municipal de Forquilha:

5.1.1 ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o Plano de Trabalho, conforme item 3.6 e modelo do Decreto 21/2019.

### ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Chamamento Público 01/2019

Título do projeto: .....

Nome do proponente: .....

CNPJ ou CPF: \_\_\_\_\_

5.1.2 ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO deverá conter o disposto no item 3.7 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

Edital de Chamamento Público 01/2019

Título do projeto: .....

Nome do proponente: .....

CNPJ ou CPF: \_\_\_\_\_

5.1.3 ENVELOPE DE INSCRIÇÃO deverá conter o ENVELOPE DE PLANO DE

TRABALHO (5.1.1) e o ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO (5.1.2), conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Avenida 25 de Julho, 3400

Centro – Forquilha - SC - CEP: 88.850-000

Edital de Chamamento Público 01/2019

Título do projeto: .....

Nome do proponente: .....

5.2 Todos os três envelopes deverão estar lacrados e devidamente identificados.

5.3 Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o Município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5.4 Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os três envelopes conforme disposto nos itens 5.1.1 a 5.1.3.

## 6 DO PLANO DE TRABALHO

6.1 O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo II, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

6.1.1 Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

0.0.0.1 O proposto deverá nortear seus objetivos a partir dos seguintes itens:

a) Promover a circulação de bens culturais no Município de Forquilha;

b) Oportunizar maiores acesso da população aos bens culturais;

c) Fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio artístico-cultural;

d) Contribuir para a profissionalização dos grupos culturais;

e) Alavancar o mercado cultural por meio da geração de trabalho e renda;

f) Valorizar e incentivar a criação artístico-cultural pelos cidadãos forquilhaenses.

6.1.2 Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade (se pessoa jurídica), com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;

6.1.3 Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

6.1.4 A previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

6.1.5 Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;

6.1.6 Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

6.1.7 Os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

6.1.8 Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho também deverá respeitar as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

## 7 DO JULGAMENTO

7.1 As propostas apresentadas serão avaliadas pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

7.2 O Conselho Municipal disporá do prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de entrega dos envelopes de proposta e de documentação, para o julgamento e ordenação das propostas.

7.3 Ao avaliar as propostas, o Conselho avaliará sua adequação ao Decreto 21/2019 e ao Plano Municipal de Cultura, observando os benefícios culturais, sociais e econômicos oferecidos a comunidade, levando em consideração os seguintes critérios e pontuações:

7.3.1 Impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais

a) Contribui para o acesso à produção de bens culturais - 0 a 10 pontos

b) Promove a autoestima, o sentimento de pertencimento e a cidadania - 0 a 10 pontos

c) Dinamiza as interações culturais nos territórios de atuação do projeto - 0 a 10 pontos

d) Gera oportunidades de emprego e renda - 0 a 10 pontos

e) Desenvolve processos criativos continuados - 0 a 10 pontos

f) Desenvolve ações de formação cultural e fortalecimento das identidades culturais - 0 a 10 pontos

g) Propõe integração entre culturas de tradição oral e educação formal e/ou novas tecnologias culturais, sociais e científicas 0 a 10 pontos

h) Propõe integração da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social - 0 a 10 pontos

7.3.2 Abrangência do projeto junto ao público participante/beneficiário

a) Estudantes da Rede Pública de Ensino - 0 a 5 pontos

b) Crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência - 0 a 5 pontos

c) Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, incluindo a área rural - 0 a 5 pontos

e) Outros grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais, ou no caso em que estiver caracterizada ameaça à sua identidade cultural. 0 a 5 pontos

Total 100

7.4 O plano de trabalho que não atingir 30 pontos, dos 100 possíveis, será desclassificado.

7.5 Cada proposta será avaliada por, no mínimo, dois membros do Conselho, e a pontuação final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as pontuações dos avaliadores.

7.6 Se houver discrepância maior ou igual a 25 (vinte e cinco) pontos entre os membros avaliadores da proposta, essa iniciativa passará por reavaliação.

7.7 Será desclassificado o projeto que tiver atuação ou material comprovadamente vinculado a qualquer prática discriminatória que fira, viole ou ofenda a dignidade de qualquer grupo ou pessoa.

7.8 Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado sucessivamente:

a) Maior pontuação no item 7.3.1; e

b) Maior pontuação no item 7.3.2.

7.9 Persistindo o empate, o vencedor será decidido mediante sorteio, tal como determina, em caráter obrigatório, o § 2º, art. 45, da Lei n. 8.666/1993, aqui aplicado subsidiariamente.

## 8 DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 Selecionadas os proponentes, cujos Planos de Trabalho tenham sido atribuídos as maiores notas, suas documentações serão verificadas pela unidade gestora do Município de Forquilha, com decisão embasada em parecer.

8.2 Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

## 9 DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 O resultado será divulgado no endereço eletrônico [www.diariooficialdosmunicipios.com.br](http://www.diariooficialdosmunicipios.com.br) e [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

9.2 Constará na publicação o nome dos projetos selecionados, nome dos respectivos proponentes.

## 10 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento dos planos de trabalho e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade/agente participante interponha recurso administrativo.

10.1.1 Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental.

10.2 Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Forquilha, no setor de protocolo.

10.3 O recurso será dirigido ao Conselho Municipal de Políticas Culturais que se manifestará em até 10 (dez) dias.

10.4 O recurso que não trazer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.5 Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para inscrição, serão automaticamente indeferidos.

10.6 Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente, em primeira instância pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

10.7 Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos do Plano de Trabalho por ele apresentado.

## 11 DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, este chamamento público será homologado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e Fundo Municipal da Cultura e publicado no site da Prefeitura.

11.2 Não havendo inscrições ou projetos contemplados em número suficiente para a plena utilização dos recursos financeiros estabelecidos no item 2.1, os valores restantes permanecerão na posse do Município.

11.3 É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações no endereço eletrônico do Município.

## 12 DA CELEBRAÇÃO DO TERMO

12.1 Para celebração do Termo é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

12.1.1 Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

12.1.2 Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

12.1.3 Parecer técnico e jurídico;

12.1.4 Disponibilidade orçamentária e financeira;

12.1.5 Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;

12.1.6 Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.2 Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

12.3 Os proponentes selecionados celebrarão, com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão e entrega do produto cultural.

12.4 Os proponentes selecionados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

12.4.1 A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa dos proponentes.

12.4.2 A convocação será feita mediante correspondência a ser enviada para o endereço de endereço eletrônico informado na ficha de inscrição.

12.4.3 Transcorrido o prazo previsto no item 12.4 sem que o Termo tenha sido firmado, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.

12.5 O proponente convocado poderá pedir prorrogação para assinatura do Termo, por mais 05 (cinco) dias úteis, desde que devidamente justificada, protocolada na Prefeitura Municipal de FORQUILHA.

12.6 O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n.

13.019/2014, sendo vedado:

12.6.1 Alterar o objeto do Termo de Fomento;

12.6.2 Utilizar, ainda que em caráter de emergência, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

12.6.3 Realizar despesas em data anterior à vigência do instrumento;

12.6.4 Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado.

### 13 DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

13.1 A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, o proponente deverá, para o recebimento de cada parcela:

13.1.1 Disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

13.1.2 Estar adimplente em relação à prestação de contas e eventuais devoluções de valores; e

13.1.3 Estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

13.2 Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 3(três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à aprovação da prestação de contas referente a primeira parcela liberada, e assim sucessivamente.

### 14 DAS OBRIGAÇÕES

14.1 O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não- autorizados.

14.2 Em todo material de divulgação, bem como nos produtos gerados pela parceria, deverão constar a expressão: "Projeto realizado com o apoio do Município de Forquilha e do Fundo Municipal de Cultura de Forquilha - FMCF", bem como seus respectivos logotipos.

14.3 Os projetos que gerarem produtos (CDs, DVDs, publicações, dentre outros) deverão disponibilizar ao FMCF, no mínimo, 5% (cinco por cento) das unidades, até o máximo de 50 (cinquenta) unidades, com o intuito de garantir a memória e distribuição das obras.

14.3.1 Os produtos gerados através da parceria não poderão ser comercializados.

14.4 O proponente deverá apresentar declaração, devidamente assinada, atestando, sob as penas da lei, que os espaços onde serão desenvolvidas as atividades propostas no Plano de Trabalho possuem condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações.

14.4.1 Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.

14.4.2 Para as entidades que não possuem local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios, itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

### 15 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias, para demonstração de resultados das metas, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

15.2 O proponente deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Para fins de prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o beneficiado contará com mais 10 (dez) dias para apresentação de comprovação e utilização final dos recursos.

§ 2º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 3º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 2º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

15.3 O processo de prestação de contas de responsabilidade do proponente deverá ser individualizado por parcela e conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

15.3.1 capa;

15.3.2 ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, devidamente assinado;

15.3.3 plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos;

15.3.4 declaração firmada por dirigente e conselho fiscal da entidade beneficiada ou pelo proponente no caso de pessoa física, acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados;

15.3.5 relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, ou pelo proponente no caso de pessoa física, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pelo proponente beneficiado, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias ou cópia dos cheques utilizados vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome do proponente (nota fiscal, cupom fiscal, guias de pagamento, folha de pagamento) com os devidos termos de aceite; e

e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

15.3.6 relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:

a) lista de presença; e



b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

15.4 A prestação de contas apresentada pelo proponente deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

15.5 O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

15.5.1 relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação;

15.5.2 parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento;

15.5.3 parecer do Controle Interno;

15.5.4 parecer da Unidade Gestora.

## 16 DAS SANÇÕES

16.1 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

16.1.1 Advertência;

16.1.2 Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera do governo da administração pública sancionadora, por prazo não-superior a dois anos;

16.1.3 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que o proponente ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

16.2 As sanções estabelecidas nos subitens 16.1.2 e 16.1.3 são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.4 A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6 As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

## 17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2 A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3 Os casos omissos serão encaminhados à apreciação da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e Unidade gestora do Município.

17.4 O proponente selecionado autoriza o Município de Forquilha, a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.

17.5 Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá o Conselho Municipal de Políticas Culturais desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6 Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e Gerencia de Contratos e Convênios.

17.7 Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

17.7.1 Anexo I – Cronograma

17.7.2 Anexo II – Plano de Trabalho

17.7.3 Anexo III – Minuta do Termo de Fomento

17.8 O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de Forquilha.

Forquilha, 25 de fevereiro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

FELIPE DORDETE

Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Turismo

LEONARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Forquilha

ANEXO I

**CRONOGRAMA**

Publicação do Edital de Chamamento Público:	25 de fevereiro de 2019
Período de inscrição dos projetos:	25 de fevereiro de 2019 a 26 de março de 2019
Divulgação dos projetos inscritos:	27 de março de 2019
Análises dos projetos pelo Conselho:	27 de março a 05 de abril de 2019
Resultado Preliminar da análise:	08 de abril de 2019
Recursos:	08 a 12 de abril de 2019
Publicação do Resultado Final:	26 de abril de 2019

**ANEXO II****PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.****1 A- Dados Cadastrais para pessoa Jurídica:**

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:

Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no respectivo conselho:

**1.A.1. Identificação Do Responsável Pela Organização Social**

Nome do Presidente:

Número do RG: Número do CPF:

**1.A.2. Vigência de mandato da diretoria atual: de / / até / /****1B - Dados Cadastrais para Pessoa Física:**

Nome:

CPF: RG:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:

Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Número de inscrição no respectivo conselho:

**2. Modalidades previstas:**☐ PESQUISA☐ PRODUÇÃO☐ FORMAÇÃO☐ DIFUSÃO**3. SETORES PREVISTOS:**☐ Patrimônio cultural (material e imaterial, museus e acervos)☐ Letras e Literatura☐ Artes Cênicas (teatro)☐ Música☐ Dança☐ Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura)☐ Artes Populares (artesanato e folclore)**4. Apresentação:** (breve histórico do proponente, área de atuação, quanto tempo reside no Município, quando iniciou as atividades na área cultural, se já desenvolveu projetos e quais, se atua em alguma organização).**5. Projeto**

Título do projeto:

**5.1 Período de Execução:**

Início: Término:

**5.2 Descrição do Projeto:**

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto, ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
- b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
- c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

5.2.1 Público Alvo: (Indicar o público alvo/ beneficiários de fato, com o projeto, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

Deverá ser especificado o número de pessoas atendidas (quantificar) e deverá descrever as pessoas a serem beneficiadas (qualificar).

5.2.2 Objetivo Geral: O que se pretende alcançar ao final do projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente ao que se pretende executar.

5.2.3 Capacidade técnica e gerencial / Qualificação da equipe técnica: discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto. Especificar o campo de atuação de cada profissional, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento do objetivo proposto.

**6 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)**

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM

**7. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS	
	ÓRGÃO CONCEDENTE	
DESPESAS CORRENTES		
DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL GERAL		

**7.1 Plano MENSAL de Aplicação dos Recursos (Discriminar a Aplicação dos Recursos).**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES						



DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

7.2 - Outras fontes de recursos (Discriminar as demais fontes de recursos do proponente).

FONTE / ORGÃO CONCEDENTE	VALOR

8 - Cronograma de desembolso:

Cada parcela de desembolso será associada a, no mínimo, uma meta. Informar os valores e as datas em que as parcelas serão destinadas de acordo com a execução das metas do projeto.

META	FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

9 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto ao Município de Forquilha, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

Forquilha, ..... de ..... de .....

Assinatura

## EXTRATO DE CONTRATO PMF 11/2019

Publicação Nº 1923795

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 11/2019  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO – contratar empresa especializada para aquisição de forma parcelada de Cestas básicas, para atendimento a famílias carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2019.

VALOR – Valor unitário de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), totalizando um valor global de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 1301.2022.3390 (207).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 10/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 04 de fevereiro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AP19PMF16

Publicação Nº 1923961

#### EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Contrato nº ...: CT16PMF88.  
Processo nº...: 9/2016.  
Contratada....: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA.  
CNPJ/CPF.....: 82.988.858/0003-32.  
Objeto do Apostilamento: REAJUSTE CONFORME ÍNDICE DO INPC ACUMULADO MÊS JANEIRO 3,5681% EM 2019.  
ITEM-UNID-PREÇO ANTERIOR-PREÇO ATUAL: 1-KM/R-3,36-3,48; 2-KM/R-3,21-3,32.  
FRAIBURGO, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

### AP19PMF17

Publicação Nº 1923962

#### EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.  
Contrato nº ...: CT16PMF23.  
Processo nº...: 34/2016.  
Contratada....: TRANSVICENTE SREVIÇOS DE TRANSPORTES EIRELI.  
CNPJ/CPF.....: 17.716.942/0001-73.  
Objeto do Apostilamento: REAJUSTE CONFORME ÍNDICE DO INPC ACUMULADO MÊS JANEIRO 3,5681% EM 2019.  
ITEM-UNID-PREÇO ANTERIOR-PREÇO ATUAL: 1-KM/R-2,85-2,95.  
FRAIBURGO, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002\_2019-SF

Publicação Nº 1923900

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0007/2019 – SF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2019 - SF  
A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2019, relativo ao contrato de rateio objetivando a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, nos termos do art. 8º, da Lei nº 11.107/05, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim a implantação e efetivo funcionamento da sede administrativa do Consórcio; a orientação e apoio técnico/administrativo aos consorciados, para fins de consecução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público firmado e no Estatuto Social.  
Valor aproximado mensal: R\$ 4.411,60 (quatro mil quatrocentos e onze reais e sessenta centavos), por mês. Valor total do contrato: R\$ 8.823,14 (oito mil, oitocentos e vinte e três reais e quatorze centavos). Vigência: março de 2019 a abril de 2019. Fundamento Legal: Art. 24, XXVI da Lei 8.666/93.  
Fraiburgo(SC), 22 de fevereiro de 2019.  
Nivaldo José Bonaldo – Presidente

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003\_2019-SF

Publicação Nº 1924245

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0008/2019 – SF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2019-SF  
Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARIENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, para repasse de recursos financeiros para pagamento de serviços técnicos. Valor total do contrato: R\$ 27.360,00 (vinte e sete mil trezentos e sessenta reais). Vigência: março a 31 de dezembro de 2019. Fundamento Legal: Artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.  
Fraiburgo(SC), 22 de fevereiro de 2019.  
Nivaldo José Bonaldo – Presidente

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DA DATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004\_2019 RP 0003 - SF - DOM

Publicação Nº 1924167

Aviso de Retificação da Data do Pregão Presencial nº 0004/2019 – SF  
Registro De Preços 0003/2019  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
Objeto: Contratação de fornecimento de materiais e serviços especializados referente manutenção dos poços artesianos para a SANEFRAI em forma de registro de preço. Retificação: FICA RETIFICADA A DATA DE ABERTURA DO CERTAME passando a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 15.03.2019, deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2019.  
Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023\_2019 RP 0021- PMF-DOM COTAS GAS

Publicação Nº 1923902

Aviso do Pregão Presencial nº 0023/2019 – PMF  
Registro de Preços nº 0021/2019  
Processo Administrativo Licitatório nº 0051/2019  
EDITAL COM RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
Objeto: Registro de Preços aquisição em contratações futuras de gás liquefeito de petróleo em cargas de 13 kg e 45 kg, cilindro de gás P45 e botijão vazio de 13 kg, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI e FMS). Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 14.03.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na

sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

## **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024\_2019 RP 0022 - PMF-DOM**

Publicação Nº 1923904

Aviso do Pregão Presencial nº 0024/2019 – PMF

Registro de Preços nº 0022/2019

Processo Administrativo Licitatório nº 0052/2019

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS a contratação futura de serviços de seguranças e brigadistas, para utilização nas festividades a serem promovidas pelo (Órgão Gerenciador) Município de Fraiburgo - PMF e seu (Órgão Participante), Fundação Municipal de Esportes – FME, durante os meses de março de 2019 a fevereiro de 2020. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 15.03.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

## **Portaria 05602019**

Publicação Nº 1924028

PORTARIA Nº 0560, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 010.057.889-60, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## **Portaria 05612019**

Publicação Nº 1924031

PORTARIA Nº 0561, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MAQUELI BORTOLINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 077.089.839-40, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## **Portaria 05622019**

Publicação Nº 1924037

PORTARIA Nº 0562, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 104/2019 da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Luana Correa Garcia, que tem cirurgia agendada para o dia 28 de fevereiro de 2019;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIOVANA CESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 045.844.649-10, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2019 até 31 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**CONTRATO BADESC FRAIBURGO**

Publicação Nº 1924022

**BADESC** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE  
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC /  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Nº 2018 0206 01**

Contrato de Empréstimo que entre si fazem a  
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina  
S.A. - BADESC, e a Prefeitura Municipal de  
Fraiburgo, com a interveniência do Banco do Brasil  
S.A., na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, o programa denominado BADESC CIDADES - Nº 2018 0206 01, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, com sede e foro em Florianópolis(SC), à Rua Almirante Alvim, 491, inscrita no CNPJ sob o número 82.937.293/0001-00, doravante denominada BADESC; e o Município de Fraiburgo, inscrito no CNPJ sob o número 82.947.979/0001-74, doravante denominado como PREFEITURA, com interveniência do Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, doravante denominado BANCO DO BRASIL, todos por seus representantes legais infrafirmados, ajustam o presente Contrato de mútuo para financiamento através do Programa Operacional BADESC CIDADES, mediante as cláusulas seguintes:

**Cláusula 1º. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Regem o presente Contrato de Empréstimo e dele fazem parte integrante, como se transcritas estivessem, excetuando-se naquilo que colidir com o que neste instrumento for expressamente convencionado ou com a legislação específica e bancária, as condições gerais à que se subordinam as operações financeiras realizadas pelo BADESC, registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Florianópolis (SC) sob o n. 62.563.

Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, o contido nas Normas Operacionais específicas ao BADESC CIDADES, aprovadas pelo BADESC através de Resolução vigente, de pleno conhecimento dos contratantes e com os quais concordam.

**Cláusula 2º. DO VALOR DO OBJETO**

O BADESC, na qualidade de prestador de serviços e Agente Financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, concede à Prefeitura Municipal de Fraiburgo, devidamente autorizada a contratar pela(s) Lei(s) Municipal(ais) nº 2413 de 10/07/2018, o empréstimo no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões, cem mil reais), com recursos próprios originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, cujos recursos se destinam à pavimentação com pedras irregulares, recapeamento e pavimentação asfáltica de ruas e avenidas do Município de Fraiburgo.

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550 ②

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

1 / 7

**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC****Cláusula 3º. DOS ENCARGOS FINANCEIROS**

Sobre o valor do presente Contrato, incidirão juros de 5,50% (cinco virgula cinco por cento) ao ano, da variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Taxas SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

**VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS:** Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

**PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA:** A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BADESC, com antecedência, pelo qual o BADESC informará à PREFEITURA o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a PREFEITURA da obrigação de pagar as prestações do valor principal e encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados pelo BADESC, originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, aprovado pela Resolução vigente do BADESC, a remuneração prevista na Cláusula Terceira acima, passará a ser efetuada mediante utilização do novo critério, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar, nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso o BADESC comunicará por escrito, à PREFEITURA, o novo critério a ser adotado.

**Cláusula 4º. DOS REPASSES À PREFEITURA**

O valor do empréstimo de que trata este contrato será repassado pelo BADESC ao Município, mediante a devida comprovação de atendimento dos requisitos necessários para a liberação dos recursos, conforme previsto na competente instrução regulamentar.

**Parágrafo único:**

Os recursos financeiros repassados pelo BADESC serão depositados por este, em conta específica da PREFEITURA junto ao BANCO DO BRASIL.

**Cláusula 5º. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Obriga-se a PREFEITURA a aplicar os recursos recebidos, exclusivamente em projetos ou subprojetos no âmbito do BADESC CIDADES. O descumprimento, desta obrigação, implicará na suspensão das liberações, vencimento antecipado do Contrato e impedimento da PREFEITURA de se utilizar de novos recursos do BADESC CIDADES.

**Parágrafo único:**

Nas mesmas penalidades, incorrerá a PREFEITURA que não atender os procedimentos e formalidades administrativas, estabelecidas nas normas operacionais

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

2 / 7

**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC**

aplicáveis ao BADESC CIDADES.

#### **Cláusula 6º. DA FORMA DE PAGAMENTO**

São devidas pela PREFEITURA, a título de cumprimento das obrigações contratuais, as seguintes parcelas:

**JUROS:** Em 12 (doze) parcelas mensais, contados a partir do dia 10(dez) subsequente à data da formalização deste Contrato, vencendo-se a primeira em 10/01/2019 e a última em 10/12/2019.

**AMORTIZAÇÃO:** Em 36 (trinta e seis) prestações, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 10/01/2020 e a última em 10/12/2022, devidamente atualizadas com base nos ENCARGOS FINANCEIROS de que trata a Cláusula Terceira acima, devendo os referidos ENCARGOS FINANCEIROS serem contados a partir da data do último pagamento da Carência.

A PREFEITURA poderá liquidar a dívida antecipadamente, ou fazer amortizações extraordinárias da mesma, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do seu saldo devedor, devidamente atualizado, ocasião em que os encargos financeiros serão cobrados proporcionalmente até a data do efetivo pagamento.

#### **Parágrafo primeiro:**

Para cumprimento integral das obrigações assumidas no presente Contrato, a PREFEITURA, desde já de forma irrevogável e irretratável, independentemente de qualquer outra formalidade, autoriza o BANCO DO BRASIL a efetuar o pagamento das parcelas constantes da Clausula supra, debitando os valores da conta de centralização de receitas do ICMS do município, até o limite das obrigações principais e acessórias, no montante necessário e informado pelo BADESC, cujo produto se destina ao pagamento das obrigações assumidas.

O BANCO DO BRASIL se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a repassar ao BADESC o valor das importâncias debitadas nos vencimentos de que trata a Cláusula supra, observando o montante que lhe for informado mensalmente por esta Agência de Fomento.

#### **Parágrafo segundo:**

A PREFEITURA se compromete a manter, junto ao BANCO DO BRASIL, a conta de centralização de receitas do ICMS do município, referida no parágrafo acima, e somente substituir as instituições depositárias após comunicação ao BADESC, com a ciência do BANCO DO BRASIL, desde que a nova instituição depositária se manifeste formalmente de acordo com os termos do presente Contrato, no que se refere às suas obrigações.

#### **Parágrafo terceiro:**

A PREFEITURA constitui o BADESC seu procurador neste ato e em documento à parte para receber e dar quitação das importâncias de que trata esta Cláusula.

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

3 / 7



**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC****Parágrafo quarto:**

Se o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM tiver sua denominação alterada ou for substituído por outro imposto ou por qualquer outra espécie de arrecadação, a vinculação ora constituída permanecerá na íntegra, ajustada automaticamente à nova situação sem necessidade de qualquer formalização.

**Cláusula 7ª. DA CERTEZA DA LIQUIDEZ DA DÍVIDA**

A PREFEITURA reconhece a qualquer tempo, como prova de seu débito, os cheques, recibos, requisições, ordens que emitir ou assinar, e quaisquer lançamentos que o BADESC, sob aviso, efetuar em sua conta, de acordo com as condições deste Contrato.

O BADESC reconhecerá, por sua vez, os recibos e comunicações que assinar ou expedir pelos recebimentos em dinheiro a crédito da PREFEITURA.

Desse modo, fica expressa e assegurada, a qualquer tempo, a certeza e liquidez da dívida da PREFEITURA, compreendendo os cálculos de juros, encargos financeiros, comissões, taxas, juros moratórios, multas, despesas e seguros, impostos, despesas com a conservação de bens onerados e outras que, com o principal, formarão o débito, não podendo a PREFEITURA exigir processo especial de verificação, nem por qualquer forma ou sob qualquer pretexto retardar o pagamento ou a cobrança do saldo devedor demonstrado pelo BADESC, ficando ressalvado, entretanto, o uso posterior da ação de repetição em caso de erro.

**Cláusula 8ª. DO INADIMPLEMENTO**

a) No caso de impontualidade nos pagamentos devidos a qualquer título, sem prejuízo de vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e das demais cominações legais e convencionais, sobre os débitos vencidos, incidirão os encargos financeiros previstos na Cláusula Terceira deste Contrato, calculados dia a dia sobre o saldo devedor, até o efetivo pagamento destes débitos, acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia em regime de juros compostos, de acordo com as normas emanadas do Banco Central do Brasil, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), sobre os débitos devidamente atualizados.

b) Se o BADESC tiver que recorrer à via judicial, ainda que em concurso de credores para obter o pagamento do seu crédito, terá direito à cobrança de multa convencional de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida além de honorários advocatícios fixados pelo juízo, acrescido da multa convencional.

**Parágrafo único:**

A inadimplência por prazo superior a 90 (noventa) dias, facultará ao BADESC dar por vencida antecipadamente a totalidade da dívida.

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

4 / 7



**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC****Cláusula 9º. CONDICIONANTES PARA LIBERAÇÃO**

- I. Abrir conta específica para depósito e movimentação dos recursos oriundos do presente Contrato junto ao BANCO DO BRASIL;
- II. Comprovação da Contrapartida, se houver;
- III. Apresentação de Certidão Negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS;
- IV. Pagamento da taxa de ressarcimento de despesas no valor de R\$ 24.150,00 (vinte e quatro mil, cento e cinquenta reais).

**Parágrafo primeiro:**

Após a última liberação, a PREFEITURA terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar os comprovantes dos pagamentos aos prestadores de serviços ou fornecedores, relativos a referida liberação.

**Parágrafo segundo:**

Os recursos do presente Contrato deverão ser utilizados pela PREFEITURA até 31/12/2019.

**Cláusula 10º. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

Compete à PREFEITURA executar os projetos de investimentos que se constituem em um ou mais subprojetos aprovados, devendo para tanto, adotar, entre outras, as seguintes medidas:

- I. Executar o Projeto com diligência e eficiência e de conformidade com as práticas adequadas de administração financeira, técnica e de engenharia;
- II. Executar as obras, serviços e aquisições, obedecendo aos procedimentos e formalidades administrativas cabíveis, especialmente àqueles previstos nos Manuais do BADESC CIDADES quanto à licitação pública;
- III. Utilizar os bens e serviços obtidos com recursos do empréstimo, exclusivamente para os subprojetos constantes do BADESC CIDADES;
- IV. Manter controles contábeis, financeiros e de execução física dos projetos em separado da operação normal da Prefeitura Municipal, de forma a facilitar a supervisão, o controle e auditoria do BADESC;
- V. Permitir a supervisão e auditorias do BADESC, ou de entidades devidamente credenciadas e vinculadas à implantação do BADESC CIDADES;

**Parágrafo único:**

Toda e qualquer despesa necessária e relativa à formalização deste Contrato, inclusive as de registro, caso necessário, correrão por conta da PREFEITURA.

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

5 / 7

**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC****Cláusula 11º. GARANTIA DO PAGAMENTO**

Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela PREFEITURA, em caso de inexistência de recursos que satisfaçam a totalidade dos valores devidos, correspondente às obrigações de principal e acessórias pactuadas no presente instrumento, na forma da Cláusula Sexta, a PREFEITURA autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO DO BRASIL a efetuar o débito de valores da conta de centralização de receitas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no montante necessário para o cumprimento das parcelas inadimplidas, e observado o disposto na Cláusula Oitava.

**Parágrafo único:**

A PREFEITURA se compromete a manter, junto ao BANCO DO BRASIL, a conta de centralização de receitas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM do município, referida na Cláusula acima, e somente substituir as instituições depositárias após comunicação ao BADESC, com a ciência do BANCO DO BRASIL, desde que a nova instituição depositária se manifeste formalmente de acordo com os termos do presente Contrato, no que se refere às suas obrigações.

**Cláusula 12º. TARIFAS BANCÁRIAS**

A PREFEITURA, autoriza o BANCO DO BRASIL, a debitar da conta de centralização de receitas do ICMS ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, conforme o caso, os valores das tarifas bancárias, se houver, para pagamentos dos juros e amortização junto ao BADESC.

**Cláusula 13º. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO**

A PREFEITURA contratante declara que, na data da contratação, cumpre o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o disposto no inciso IV do § 10º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pena de aplicação da alínea "a" daquela disposição constitucional (redação da CF/88, incluída pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009).

**Cláusula 14º. FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis (SC), podendo o BADESC optar por qualquer outro permitido em lei, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2018.

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

6 / 7

**Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC****CREDOR:** AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC

Sede: Florianópolis (SC) - CNPJ 82.937.293/0001-00

---

JUSTINIANO F. C. A. PEDROSO

---

KARLA SOBIESKI

Procurador(a)

Cfe. Proc. Lavr. Tab. 4. OFICIO DE NOTAS E

PROTESTOS - FLORIANOPOLIS - SC.

Lo. 409, fls. 007/007V, em 17/12/2015

**EMITENTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Sede: Fraiburgo - SC CNPJ: 82.947.979/0001-74

---

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeito Municipal

CPF: 501.829.609-78

**INTERVENIENTE:**

BANCO DO BRASIL S. A.

Sede: Florianópolis - SC CNPJ: 00.000.000/0001-91

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:

**BADESC CIDADES - 2018 0206 01, DE 10/12/2018**

CON 9550

ouvidoria@badesc.gov.br - Ouvidoria 0800-644-1212

7 / 7

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE005/2019

Publicação Nº 1923676

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019  
PROCESSO Nº 002/2019

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço para aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, Controlados e de demandas judiciais. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 13h20min do dia 11/03/2019. A sessão pública será realizada a partir das 13h30min do dia 11/03/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 010/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1924356

CONVOCAÇÃO 010/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
BRUNA GOMES CASAGRANDE  
Candidato(a): 264231  
Cargo: ARQUITETO  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ARQUITETO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 011/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1924366

CONVOCAÇÃO 011/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
LUIZA CHRISTINA SCHAFER  
Candidato(a): 239512  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 22º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 22º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 012/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1924367

CONVOCAÇÃO 012/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
YURI PLAUTZ GERHARD  
Candidato(a): 267037  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 013/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1924421

CONVOCAÇÃO 013/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
RITA DE CASSIA MARTINS  
Candidato(a): 264283  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 014/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1924422

CONVOCAÇÃO 014/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
DENIS DA ROSA CAMPOS  
Candidato(a): 261545  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 25º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 25º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 015/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1924426

CONVOCAÇÃO 015/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
BRUNA CARARA NANDI  
Candidato(a): 255786  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 26º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 26º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 016/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1924458

CONVOCAÇÃO 016/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
VINICIUS MANOEL ECKERT  
Candidato(a): 260562  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO  
Classificação: 27º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 27º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 017/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1924459

CONVOCAÇÃO 017/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
JULIANA MARTINS BARCELLOS  
Candidato(a): 263822  
Cargo: RECEPCIONISTA  
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de RECEPCIONISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 040/2019**

Publicação Nº 1923545

DECRETO N.º 040, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 02, DE 20, DE FEVEREIRO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 02, de 20 de fevereiro de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa, instaurada nos termos do Decreto nº 012, de 23 de Janeiro de 2019", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de fevereiro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
GAROPABA – SC  
LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº. 02, de 20 de fevereiro de 2019.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas pessoas da Comissão de Sindicância, abaixo assinadas, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Ordinária 446/1993, vem esclarecer o que segue:

Considerando que no dia 24/02/2019 expirar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da Sindicância;

Considerando que não houve tempo hábil para a conclusão do relatório final pela comissão de sindicância;

Resolve,

Art. 1º. Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa, instaurada nos termos do Decreto nº 012, de 23 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de Fevereiro de 2019.

Anamalia Thorstemberg Ribas

Presidente do CMDCA

## **RESOLUÇÃO Nº 02/2019 CMDCA**

Publicação Nº 1923821

Resolução nº. 02, de 20 de fevereiro de 2019.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas pessoas da Comissão de Sindicância, abaixo assinadas, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Ordinária 446/1993, vem esclarecer o que segue:

Considerando que no dia 24/02/2019 expirar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da Sindicância;

Considerando que não houve tempo hábil para a conclusão do relatório final pela comissão de sindicância;

Resolve,

Art. 1º. Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa, instaurada nos termos do Decreto nº 012, de 23 de Janeiro de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de Fevereiro de 2019.

Anamalia Thorstemberg Ribas

Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 25/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

Publicação Nº 1924010

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de combate a incêndio, busca, salvamento e atendimento pré-hospitalar, destinados ao uso das guarnições de serviço do 4º Pelotão de Bombeiros Militares de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 11/03/2019, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 22/02/2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.625, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923390

DECRETO Nº 8.625, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO PARA EQUIPES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica, inciso V da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no artigo 219 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e

CONSIDERANDO as altas temperaturas constatadas nos últimos dias;

CONSIDERANDO a dificuldade na execução de algumas atividades ao ar-livre, sob o calor excessivo, e ainda, visando preservar a saúde do servidor público exposto,

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido horário especial de trabalho para os servidores das equipes abaixo especificadas, vinculadas à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, cujas atividades deverão iniciar às 7h com término às 13h, no período de 01/02/2019 a 15/03/2019:

I - Equipe Infiltrações/Limpeza caixa captação água;

II- Equipe Travessas;

III- Equipe Hidrojato;

IV – Equipe Conserto calçamento;

V - Equipe Roçada da Prefeitura;

VI - Equipe Oficina.

Art. 2º Não haverá qualquer desconto na remuneração do servidor em razão do horário especial de funcionamento definido neste Decreto.

Art. 3º Fora do horário especial fica vedada a execução de qualquer serviço público que implique em pagamento de horas extras.

Art. 4º A critério do Chefe do Poder Executivo, mediante exposição de motivos, devidamente fundamentada do titular da Secretaria afeta, poderão ser estabelecidas exceções às disposições deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de fevereiro de 2019.

Gaspar, 08 de fevereiro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF-70/2013

Publicação Nº 1923544

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF-70/2013

Concorrência Pública nº: 97/2013. OBJETO: Aditivo de PRORROGAÇÃO do prazo de serviços públicos de remoção por guincho, depósito e guarda de veículos, decorrentes de infrações de trânsito. Vigência: 21/02/2019 a 21/08/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: AC KAR TRANSPORTE DE CARGAS E DESCARGAS LTDA (08.650.837/0001-98). SEM ACRÉSCIMO DE VALOR

Gaspar/SC, 20 de fevereiro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

### PORTARIA Nº 5.789, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923697

PORTARIA Nº 5.789, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 155/2018.

FELIPE JULIANO BRAZ, Secretário Municipal da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 14 de janeiro de 2019, a servidora ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, inscrita no CPF sob o nº 043.524.199-07, ocupante do cargo em comissão de Secretária Adjunta, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 155/2018, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de janeiro de 2019.

Gaspar, 20 de fevereiro de 2019.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa



**PORTARIA Nº 5.791, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923699

PORTARIA Nº 5.791, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.  
DESIGNA LUCIANO AMARO BRANDT PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 114/2018.

FELIPE JULIANO BRAZ, Secretário Municipal da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a partir de 15 de fevereiro de 2019, o servidor

LUCIANO AMARO BRANDT, inscrito no CPF sob o nº 798.792.849-68, ocupante do cargo em comissão de Superintendente de Trânsito, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 114/2018, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Nova Via Tecnologia e Mobilidade Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de fevereiro de 2019.

Gaspar, 20 de fevereiro de 2019.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO 10/2018- SAMAE**

Publicação Nº 1923659

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

**• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2019**

=====

Número do contrato: 10/2018 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Prorrogação)  
Data vigência: 01/03/2019  
Data vencimento: 28/06/2019  
Número da Licitação: 10/2018- Modalidade: Dispensa de Licitação  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB (82.662.958/0001-02)  
Objeto: Prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica de diagnóstico amostral dos imóveis quanto aos sistemas individuais e coletivos de esgotamento sanitário no âmbito do município de Gaspar.

=====

Gaspar (SC), em 21 de fevereiro de 2019.  
JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2019 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 03/2017**

Publicação Nº 1923933

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2019

Concurso Público Edital nº 03/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 03/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação	Inscrição	Nome	Cargo
019 072041	YURI HELIO SOARES		Motorista

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: [rhgovcsr@gmail.com](mailto:rhgovcsr@gmail.com)

4) Para emissão do comprovante de aptidão e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 22 de fevereiro 2019

Pedro Augusto da Cunha  
Secretario Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2019 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 04/2017**

Publicação Nº 1923938

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2019

Concurso Público Edital nº 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 04/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
005 004889 DIOGENES RIGO SILVA	Assistente de Licitação e contratos
004 069404 ISMAEL FORTUNATO	Técnico em Informática
005 072979 MATHEUS CAMILO TAVARES	Técnico em Informática

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos,

empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça;[https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4)Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 22 de fevereiro 2019

PEDRO AUGUSTO DA CUNHA  
Secretario Administração

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2019 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 10/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1923946

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2019

Concurso Público Edital nº 10/2018 - saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 10/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
019 119206 NILVAN DE OLIVEIRA JUNIOR	Medico (PSF) 40hrs
020 123986 JACKSON LUIZ DE SOUZA	Medico (PSF) 40hrs
021 123528 GUILHERME DA SILVA GARCIA	Medico (PSF) 40hrs

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça;[https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 22 de fevereiro de 2019

PEDRO AUGUSTO DA CUNHA  
Secretario Administração

**ERRATA DE EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014 - CORREÇÃO DO ITEM 2.1 DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014**

Publicação Nº 1923675

ARRATA DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 004/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

OBJETO DA ERRATA: CORREÇÃO DO ITEM 2.1 DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2014

ONDE SE LÊ;

(...)

É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, sendo este imóvel crucial neste momento para o desenvolvimento das atividades inerentes à Secretaria.

LEIA SÊ;

(...)

2.1 - É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado para funcionamento da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e Setor de Tributos.

Governador Celso Ramos, 22 de fevereiro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 004/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924278

CONTRATO 004/2019

CONTRATO Nº 004/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALDOMIR SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 522.917.589-34, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.980,15 (DEZENOVE MIL NOVECIENTOS E OITENTA REAIS E QUINZE CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
10	Polpa de fruta: de morango; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	800	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 21,90	R\$ 17.520,00
12	Polpa de fruta: de açaí; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	105	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 23,43	R\$ 2.460,15
Valor Total do Contrato						R\$ 19.980,15

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

ALDOMIR SOARES JULIANO DUARTE CAMPOS  
CONTRATADO PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



**EXTRATO DO CONTRATO 005/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924284

CONTRATO 005/2019

CONTRATO Nº 005/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLÉZIO SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 785.350.189-72 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.991,40 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
11	Polpa de fruta: de abacaxi; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	1400	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 17,16	R\$ 19.991,40
Valor Total do Contrato						R\$ 19.991,40



**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

CLÉZIO SOARES JULIANO DUARTE CAMPOS

CONTRATADO PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

### **EXTRATO DO CONTRATO 006/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924287

CONTRATO 006/2019

CONTRATO Nº 006/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ALIMENTOS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, com sede na SC 410, KM 14, CALHEIROS GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.040.386.0001/41 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLAUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 43.356,00 (QUARENTA E TRÊS MIL TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
05	Biscoito caseiro: feito de forma artesanal, que se utiliza de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, embalagem plástica transparente de 1 kg. Sabores sortidos (goiabinha, banana, coco, amendoim, leite, limão, maracujá, milho). Na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	2.200	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 21,98	R\$ 43.356,00
Valor Total do Contrato						R\$ 43.356,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para

comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

COOPERATIVA DE PRODUTORES DE  
ALIMENTOS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADO '

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**EXTRATO DO CONTRATO 007/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924288

CONTRATO 007/2019

CONTRATO Nº 007/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado COOPERATIVA DA AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR RECANTO DA NATUREZA, com sede na RUA NOSSA SENHORA ROSA MÍSTICA, Nº 1370, SALA 02, VARGEM DO BRAÇO, SANTO AMARO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 31.913.313/0001-64 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 3.745,00 (TRES MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total

16	Feijão carioca – tipo 1, grãos inteiros e sadios, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos, ou parasitas e fragmentos. Acondicionado em embalagem de 1 kg, transparente plástica, contendo a informação nutricional, data de validade.	KG	500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 7,49	R\$ 3.745,00
Valor Total do Contrato						R\$ 3.745,00

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

COOPERATIVA DA AGRICULTURA ORGÂNICA  
E FAMILIAR RECANTO DA NATUREZA  
CONTRATADO

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**EXTRATO DO CONTRATO 008/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924293

**CONTRATO 008/2019**

CONTRATO Nº 008/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro nº 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANOS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE, com sede na RUA NICOLAU BARTOLOMEU DA ROSA MATOS, Nº 955, SALA 07, CENTRO, IMBITUBA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.202.167/0001-99 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.



**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 126.846,00 (CENTO E VINTE E SEIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
01	Alho – Características Técnicas: Tipo especial. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, inteiro, sadio e isento de substâncias nocivas à saúde.	KG	250	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 26,06	R\$ 6.515,00
02	Abacaxi – De tamanho médio, de primeira qualidade, com casca sã, sem sinais de rupturas ou machucados, grau de amadurecimento ideal para consumo. Transportados de forma adequada.	KG	1000	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 6,26	R\$ 6.260,00
03	Batata doce - Rosada, apresentando boa qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras e cortes), tamanho uniforme, devendo ser graúda.	KG	800	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 5,82	R\$ 4.656,00
04	Aipim: descascado congelado, acondicionado em embalagens de 1 kg. Na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	1000	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00
06	Suco de uva tinto integral concentrado: 100 % natural, sem adição de açúcar, sem corantes, conservantes e outros aditivos químicos, preservando todas as vitaminas e elementos naturais da uva. Vasilhame de vidro, tampa metálica, rótulo contendo a data de fabricação, validade e número do lote.	LITROS	4.500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 13,36	R\$ 60.120,00
07	Suco de uva rose integral concentrado: 100 % natural, sem adição de açúcar, sem corantes, conservantes e outros aditivos químicos, preservando todas as vitaminas e elementos naturais da uva. Vasilhame de vidro, tampa metálica, rótulo contendo a data de fabricação, validade e número do lote.	LITROS	1.300	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 13,30	R\$ 17.290,00
13	Geleia de frutas – sabores diversos. Na embalagem deverá conter prazo de validade/ lote, informação nutricional.	UNID	1.000	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 15,46	R\$ 15.460,00

14	Feijão preto – tipo 1, grãos inteiros e sadios, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos, ou parasitas e fragmentos. Acondicionado em embalagem de 1 kg, transparente plástica, contendo a informação nutricional, data de validade.	KG	800	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 7,15	R\$ 5.720,00
15	Feijão vermelho – tipo 1, grãos inteiros e sadios, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos, ou parasitas e fragmentos. Acondicionado em embalagem de 1 kg, transparente plástica, contendo a informação nutricional, data de validade.	KG	500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 8,81	R\$ 4.405,00
Valor Total do Contrato						R\$ 126.846,00

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES  
E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS  
LAGOS SUL CATARINENSE  
CONTRATADO

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**EXTRATO DO CONTRATO 009/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924295

CONTRATO 009/2019

CONTRATO Nº 009/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado EDERVAN SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 063.529.629-20, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino

Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.985,79 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
12	Polpa de fruta: de açaí; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	853	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 23,43	R\$ 19.985,79
Valor Total do Contrato						R\$ 19.985,79

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ.: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ.: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

EDERVAN SOARES  
CONTRATADO

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**EXTRATO DO CONTRATO 010/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924299

CONTRATO 010/2019

CONTRATO Nº 010/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JADSON PEREIRA., com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 022.558.299-67, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.



**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 7.156,81 (SETE MIL CENTO E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
08	Polpa de fruta: de acerola; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	115	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 18,61	R\$ 2.140,15
11	Polpa de fruta: de abacaxi; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	235	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 17,16	R\$ 4.032,60
12	Polpa de fruta: de açaí; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	42	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 23,43	R\$ 984,06
Valor Total do Contrato						R\$ 7.156,81

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ.: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ.: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

JADSON PEREIRA  
CONTRATADO

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**EXTRATO DO CONTRATO 011/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924304

CONTRATO 011/2019

CONTRATO Nº 011/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JAIME SERPA, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 534.508.849-72 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.929,55 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total

08	Polpa de fruta: de acerola; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	685	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 18,61	R\$ 12.747,85
09	Polpa de fruta: de maracujá; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homegeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	370	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 19,41	R\$ 7.181,70
Valor Total do Contrato						R\$ 19.929,55

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro,

garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

JAIME SERPA JULIANO DUARTE CAMPOS  
CONTRATADO PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

### **EXTRATO DO CONTRATO 012/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019 PROCESSO Nº 02/2019 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1924309

CONTRATO 012/2019

CONTRATO Nº 012/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

PROCESSO Nº 02/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VILSON SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 702.846.019-34 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2019.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 02/2019.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.992,30 (DEZENOVE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
					Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
09	Polpa de fruta: de maracujá; 100 % natural pasteurizada, sem açúcar e sem aditivos químicos ou artificiais, pré-homeinizada para fácil diluição. Embalagem de 01 kg na embalagem deverá conter prazo de validade e informação nutricional.	KG	1.030	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 19,41	R\$ 19.992,30
Valor Total do Contrato						R\$ 19.992,30

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2019, nas seguintes dotações orçamentárias para atender ao PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE:

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.011; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(34).

Unid.: 06.02; Projeto/Ativ: 2.009; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(27).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 02/2019, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;



- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;  
c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de fevereiro de 2019.

VILSON SOARES JULIANO DUARTE CAMPOS  
CONTRATADO PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**LEI 1.322 - 2019 - INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1924391

LEI Nº 1.322/2019

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, no Programa de Governo "0001 – Gestão Administrativa Superior", a Ação de Governo "2065 – Manutenção da Secretaria da Receita", utilizando como fonte, os recursos oriundos da anulação de dotações da Unidade Gestora Prefeitura, Programa de Governo "0001 – Gestão Administrativa Superior", Ação de Governo "2006 – Manutenção da Secretaria de Fazenda".

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$: 781.000,00 (Setecentos e oitenta e um mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2019, utilizando como fonte, os recursos oriundos da anulação de dotações, conforme especificação abaixo e planilha em anexo:

**CRÉDITO ESPECIAL**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2100	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA	781.000,00
2101	Secretaria Municipal de Receita	781.000,00
2101.04	ADMINISTRAÇÃO	781.000,00
2101.04.129	Administração de Receitas	781.000,00
2101.04.129.0002	Modernização Administrativa	781.000,00
2101.04.129.0001.2065	Manutenção da Secretaria da Receita	781.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	300.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	300.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	181.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	781.000,00

**ANULAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0500	SECRETARIA DE FAZENDA	781.000,00
0501	Secretaria de Fazenda	781.000,00
0501.04	ADMINISTRAÇÃO	781.000,00
0501.04.123	Administração Geral	781.000,00
0501.04.123.0006	Modernização Administrativa	781.000,00
0501.04.122.0001.2006	Manutenção da Secretaria da Fazenda	600.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	300.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	300.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	600.000,00



0501.04.123.002.2.007	Revitalização da Máquina Arrecadadora	181.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	181.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	181.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de fevereiro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **LEI 1.323- 2019 - AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS À RECEBER EM DOAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1924396

LEI Nº 1.323/2019.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS A RECEBER EM DOAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, de acordo com o art. 41, inciso IX da Lei Orgânica, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos autorizado a receber por doação a seguinte área:

I - área total de 3.568,43 m² (três mil quinhentos e sessenta e oito metros quadrados e quarenta e três decímetros quadrados) da matrícula nº 29.903, situado as margens da Rodovia SC-410, no Bairro Fazenda da Armação, neste município, de propriedade de FORMA ESPAÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com as seguintes dimensões: poligonal tem início no marco V13 com as coordenadas N=6969629.438 e E=740414.575, percorrendo pelo alinhamento da rodovia a distância de 19,47m, extremando com a Rodovia SC-410 até o marco V14, com as coordenadas N=6969632.266 e E=740395.307, percorrendo pelo alinhamento da rodovia a distância de 12,47m, extremando com a Rodovia SC-410 até o marco V15, com as coordenadas N=6969632.564 e E=740382.841, percorrendo pelo alinhamento da rodovia a distância de 18,94m, extremando com a Rodovia SC-410 até o marco V16, com as coordenadas N=6969628.529 e E=740364.332, percorrendo pelo alinhamento da rodovia a distância de 33,59m, extremando com a Rodovia SC-410 até o marco V17, com as coordenadas N=6969614.366 e E=740333.876, percorrendo pelo alinhamento da rodovia a distância de 10,11m, extremando com a Rodovia SC-410 até o marco V18, com as coordenadas N=6969610.763 e E=740324.434, percorrendo em alinhamento imaginário a distância de 65,56m, extremando com Forma Espaços Imobiliários LTDA, até o marco V19, com

as coordenadas N=6969674.450 e E=740339.990, percorrendo em alinhamento imaginário a distância de 71,29m, extremando com Forma Espaços Imobiliários LTDA até o marco V20, com as coordenadas N=6969668.250 e E=740411.010, percorrendo em alinhamento imaginário a distância de 38,98m, extremando com Forma Espaços Imobiliários LTDA, até o marco V13, onde teve início esta descrição.

§ 1º A área tratada neste artigo será doada sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei será outorgada a título gratuito, irrevogável, irretroatável e irrenunciável, sendo realizada por meio de Instrumento Particular de Doação, qual seja TERMO DE PROMESSA DE DOAÇÃO DE PORÇÃO DE TERRENO URBANO PARA EDIFICAÇÃO E BENFEITORIA DE USO PÚBLICO.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 19 de fevereiro 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **LEI 1.324 - 2019 - ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1924399

LEI Nº 1.324/2019

Altera a estrutura organizacional do Município de Governador Celso Ramos e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Secretaria Municipal de Receita, em desdobramento da Unidade Administrativa denominada: Secretaria Municipal de Fazenda, constante da Estrutura Organizacional aprovada pela Lei Complementar Municipal nº 1087/2016.

Art. 2º Dá nova redação ao inciso II, do §2º do artigo 12, da Lei Complementar Municipal nº 1087/2016.

Art. 12 (....)

§2º ( .... )

II – Secretaria Municipal de Fazenda

a) Departamento de Orçamento e Contabilidade

## b) Departamento Financeiro

Art. 3º Inclui o inciso III no §2º do artigo 12, da Lei Complementar Municipal nº 1087/2016.

Art. 12 (....)

§2º ( ..... )

III – Secretaria Municipal de Receita

a) Departamento de Receita

b) Departamento de Fiscalização

Art. 4º Dá nova redação ao artigo 22 da Lei Complementar Municipal nº 1087/2016, revoga o seu §1º, inclui o Capítulo VII e o artigo 22-A.

Art. 22 A Secretaria Municipal de Fazenda, subordinada diretamente ao Prefeito compete comandar as ações administrativas atribuídas ao Departamento de Orçamento e Contabilidade; e ao Departamento de Financeiro.

**TÍTULO II****DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS****CAPÍTULO VII – A****SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**

Art. 22-A A Secretaria Municipal de Receita, subordinada diretamente ao Prefeito compete comandar as ações administrativas atribuídas ao Departamento de Receita; e ao Departamento de Fiscalização.

§1º Ao Departamento de Receita, subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Receita, compete:

I – manter o cadastro econômico e imobiliário permanentemente atualizado de forma que permita lançar tempestivamente os tributos de competência do Município;

II – propor ao Secretário Municipal de Receita a atualização da planta de valores para lançamento e cobrança do IPTU, sempre que ela se mostrar defasada pela inflação ou pelos preços praticados no mercado;

III – calcular e lançar os tributos municipais de acordo com as normas estabelecidas no código tributário municipal e regulamentos;

IV – registrar no sistema eletrônico os créditos da fazenda pública de modo que permita gerar informação fidedigna para o registro contábil no patrimônio desse direito, disponibilização dessa informação em tempo real em meios eletrônicos de acesso público, registro de baixa no momento da arrecadação e registro em dívida ativa dos valores lançados e não pagos até o vencimento;

V – calcular os encargos moratórios incidentes sobre os créditos pagos em atraso de acordo com as regras estabelecidas no código tributário;

VI – cadastrar as contas de receita para arrecadação em conformidade com as contas de receita constantes da Lei Orçamentária Anual de forma a permitir o correto registro contábil;

VII – propor sempre que necessário, a atualização da legislação tributária;

VIII – emitir os documentos de arrecadação em formulário padrão, com as informações mínimas exigidas nas normas de controle interno para pagamento na rede bancária credenciada pelo Município;

IX – cuidar da atualização monetária das receitas instituídas pelo Código Tributário Municipal, lançar os tributos, emitir os carnês de IPTU e distribuí-los em tempo hábil para pagamento até a data de vencimento;

X – conhecer diariamente a arrecadação ocorrida através da rede bancária para avaliação, registro de baixa e informação ao Departamento Financeiro para registro contábil do seu ingresso no caixa;

XI – incluir no estoque da dívida ativa no final de cada mês, através do sistema, o valor dos encargos moratórios correspondentes a correção monetária, multa e juros de mora, gerar relatório com o valor atualizado e encaminhar ao Departamento de Orçamento e Contabilidade para registro contábil desses créditos;

XII – manifestar-se formalmente nos processos reclamatórios de lançamento ou devolução de tributos;

XIII – informar ao Departamento de Orçamento e Contabilidade os valores objeto de lançamento em dívida ativa para registro contábil desse crédito;

XIV – expedir a certidão de dívida ativa no prazo regulamentar para encaminhamento à Procuradoria Geral iniciar o processo de execução fiscal;

XV – elaborar, em conjunto com o Departamento de Orçamento e Contabilidade, o processo administrativo de estimativa do impacto orçamentário e financeiro nos casos de renúncia de receita;

XVI – controlar o pagamento dos parcelamentos concedidos para os créditos da fazenda pública municipal, adotando as providências necessárias para os casos de atraso ou suspensão do pagamento;

XVII – elaborar o demonstrativo das medidas de combate à evasão e a sonegação fiscal, evidenciando a quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, a evolução do estoque da dívida ativa, conforme disposto nas normas de controle interno;

XVIII – preencher o “check list” apresentado pelo Diretor de Controle Interno com informações sobre o cumprimento das normas de controle interno na execução dos atos de competência do Departamento;

XIX – exercer outras atividades relacionadas ao efetivo controle do lançamento e cobrança das receitas do Município.

§2º Ao Departamento de Fiscalização, subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Receita, compete:

I – planejar, coordenar, executar e controlar o trabalho dos fiscais no sentido de combater permanentemente a evasão e a sonegação fiscal;

II – notificar os contribuintes devedores no momento da inscrição do crédito em dívida ativa, conforme disposto nas normas de controle interno;

III – planejar as ações de fiscalização para coibir a sonegação e a evasão fiscal de tributos;

IV – examinar periodicamente a contabilidade de empresas prestadoras de serviço, sujeitas ao pagamento do Imposto sobre Serviços, com o objetivo de apurar eventuais atos de sonegação;

V – examinar periodicamente a contabilidade de empresas tomadoras de serviços, sujeitas a retenção do Imposto sobre Serviço e recolhimento à fazenda pública municipal;

VI – fiscalizar as empresas em geral, sujeitas ao pagamento das taxas pelo exercício do poder de polícia;

VII – através do serviço de fiscalização, lavrar notificações, auto de infração e emitir notificações de lançamento de débitos;

VIII – revisar declarações espontâneas de contribuintes; intimar contribuintes; solicitar informações; impor penalidades nos casos de descumprimento da legislação tributária; constituir crédito tributário; identificar sujeito passivo da tributação; identificar a ocorrência do fato gerador; determinar base de cálculo de tributo; identificar alíquota aplicável; verificar irregularidades fiscais; retificar lançamentos; replicar defesa de contribuinte; encaminhar representação de ilícito tributário; e responder consultas de contribuinte;

IX – verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;

X – verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos;

XI – acompanhar as informações prestadas pelas empresas e produtores em geral à Secretaria de Estado de Fazenda sobre o movimento econômico do Município, base de cálculo para definição da participação do Município na distribuição do ICMS, promovendo, quando necessário, os procedimentos administrativos e fiscais para correção de eventuais distorções;

XII – preencher o “check list” apresentado pelo Diretor de Controle Interno com informações sobre o cumprimento das normas de controle interno na execução dos atos de competência do Departamento;

XIII – exercer outras atividades relacionadas a fiscalização tributária afim de coibir a sonegação e a evasão fiscal.

Art. 5º A Estrutura Organizacional do Município de Governador Celso Ramos passa a ser representada pelo organograma anexo a esta lei.

Art. 6º Fica alterado para 14 (quatorze) o número de cargos em comissão de Secretário Municipal, criados pelo artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 1242/2018.

Art. 7º Fica alterado para 14 (quatorze) o número de cargos em comissão de Secretário Municipal Adjunto, criados pelo artigo 10 da Lei Complementar Municipal nº 1242/2018.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 19 de fevereiro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 05/2019 PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1923861

DECRETO Nº 05, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADEMIR BONETTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em Exercício, no uso das suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo, nas repartições público-municipais, as datas de 04 e 05 de março de 2019, datas alusivas ao Carnaval.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
22 de fevereiro de 2019.

ADEMIR BONETTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA Nº38.2019 PROCESSO 9.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1923817

ESTADO DE SANTA CATARINA		OUTRAS MODALIDADES	
MUNICIPIO DE GUARACIABA		Nr.: 1/2019 - OU	
CNPJ:	82.821.216/0001-82	Processo Administrativo:	9/2019
RUA ADEMAR DE BARROS, 85		Processo de Licitação:	9/2019
C.E.P.:	89920-000 - Guaraciaba - SC	Data do Processo:	07/01/2019
			Folha: 1/1

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM RETROESCAVADEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO: EXTRAÇÃO DE CASCALHO E PEDRAS, ABERTURA E LIMPEZA DE BUEIROS E VALAS DE ESCOAMENTO DE AGUA EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ACESSOS A PROPRIEDADES RURAIS, VIAS DE ESCOAMENTO RURAL ENTRE OUTROS.

#### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 38/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 22 de Fevereiro de 2019, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE GUARACIABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 439/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 9/2019, Licitação nº 1/2019 - OU, na modalidade de Outras Modalidades. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 439/2018, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 22/02/2019 a partir das 11h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM RETROESCAVADEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO: EXTRAÇÃO DE CASCALHO E PEDRAS, ABERTURA E LIMPEZA DE BUEIROS E VALAS DE ESCOAMENTO DE AGUA EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ACESSOS A PROPRIEDADES RURAIS, VIAS DE ESCOAMENTO RURAL ENTRE OUTROS, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba/SC, para o ano de 2019. Até a presente data a Comissão protocolou os envelopes das proponentes a seguir nominadas: 1) GP SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS LTDA - CNPJ 23.361.597/0001-03 com sede na Rua Amambuy Nº280, Fundos, Centro, São José do Cedro/SC. Após avaliada a documentação de habilitação e proposta pela Comissão, foram declaradas aptas a serem credenciadas a prestar os serviços, a proponente abaixo nominada GP SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS LTDA por apresentar a documentação exigida no edital para os itens 01 escavadeira hidráulica KOMATSU PC160LC-8 e item 02 RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS. Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação. Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2019.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Guaraciaba, 22 de Fevereiro de 2019

#### COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI ADRIANA OMIZZOLO  
CLÁUDIO DOS SANTOS

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
- ..... - Membro
- ..... - Membro

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 35.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 1923818

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

PROCESSO Nº 35/2019 HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA SEREM ENTREGUES AOS VENCEDORES, SEGUNDOS COLOCADOS E TERCEIROS COLOCADOS, NA DISPUTA MUNICIPAL DO JASTI - JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE, A SE REALIZAR NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS DE GUARACIABA-SC.

CONTRATADO: R.L.M. ALIMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.725,00 (um mil setecentos e vinte e cinco reais)

**PROGRAMA BOLSA DE ESTUDOS, PARCELA 01 2019**

Publicação Nº 1924861

EDITAL Nº 01/2019

Programa Municipal de Concessão de Bolsa de Estudos

O Município de Guaraciaba/SC, estado de Santa Catarina, de ordem do Exmo. Sr. Prefeito Roque Luiz Meneghini, torna público que estarão abertas as inscrições para a primeira parcela do Programa Municipal de Concessão de Bolsa de Estudo, de acordo com a Lei Municipal nº 2974/2017 de 22 de fevereiro de 2017, que regerá pelas normas deste Edital.

**1- Data e Local de Inscrição:**

0.1 Data: de 22 de Fevereiro à 21 de Março de 2019.

0.2 Local: Portal do município de: [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) – Link: Bolsa de Estudos (<http://sisunigba.site90.com/?url=initial>).

§ 1º A inscrição do estudante no Portal da Prefeitura é pré-requisito para a obtenção da Bolsa. Esta inscrição deverá ser efetuada pelo próprio estudante.

0.3 § 2º Após a inscrição no Portal, o estudante deverá apresentar a documentação exigida na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude até às 17h do dia 22 de Março de 2019.

**2- Da Documentação para a Inscrição:**

0.4 O(a) candidato(a) que está se inscrevendo pela primeira vez deverá entregar na secretaria de Educação até o dia 22 de Março de 2019 os seguintes documentos:

a) Comprovante de inscrição no Portal, devidamente assinado pelo estudante em uma via;

b) Cópia legível da documentação de identificação (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Documento comprobatório do local de residência, com emissão não anterior a dois meses da data da inscrição. Sendo aceito:

- De residência própria: conta de água, luz ou telefone em nome do requerente;

- De aluguel, conta de água, luz ou telefone e comprovante de locação (contrato registrado ou contrato com firma reconhecida);

- Se o comprovante de residência (conta de água, luz e telefone) estiver em nome de terceiros (pai, mãe ou parentes em geral e outras pessoas), deverá ser apresentada a conta do último mês e uma auto declaração, de que efetivamente reside neste endereço, digitada ou manuscrita de forma legível e com a assinatura do requerente (declaração modelo anexo 1);

Parágrafo Primeiro: Em caso do comprovante de residência estiver em nome do(a) cônjuge, faz-se necessário comprovar o estado de relacionamento (certidão de casamento ou equivalentes);

d) Comprovante emitido pela Instituição de Ensino contendo o número de disciplinas e os dias da semana em que frequenta a instituição de ensino no semestre de concessão (Declaração emitida

pela Universidade, Coordenação do Curso ou equivalente, conforme modelo 2);

e) Atestado de regularidade acadêmica, calendário acadêmico e quadro de horas.

Parágrafo Segundo: Para os alunos que frequentam 6 dias na semana, somente será considerado os 6 dias mediante a comprovação de mais de 50% dos sábados do semestre em questão.

f) Declaração de Deslocamento (modelo 3), emitida pelo Estudante especificando número de dias de deslocamento na semana à Instituição de Ensino, com anuência da Associação dos Universitários (para quem é associado);

g) Certidão negativa de Débitos Municipais em nome do beneficiário da bolsa de estudos, emitida pelo Município de Guaraciaba (disponível no site: [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) - Link: Portal do Cidadão/Serviços ao Cidadão/Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte).

O(a) candidato(a) que está se inscrevendo pela segunda vez deverá entregar na secretaria de Educação até o dia 22 de Março de 2019 os seguintes documentos:

a) Comprovante de inscrição no Portal, devidamente assinado pelo estudante em uma via;

b) Documento comprobatório do local de residência, com emissão não anterior a dois meses da data da inscrição. Sendo aceito:

- De residência própria: conta de água, luz ou telefone em nome do requerente;

- De aluguel, conta de água, luz ou telefone e comprovante de locação (contrato registrado ou contrato com firma reconhecida);

- Se o comprovante de residência (conta de água, luz e telefone) estiver em nome de terceiros (pai, mãe ou parentes em geral e outras pessoas), deverá ser apresentada a conta do último mês e uma auto declaração, de que efetivamente reside neste endereço, digitada ou manuscrita de forma legível e com a assinatura do requerente (declaração modelo anexo 1);

Parágrafo Terceiro: Em caso do comprovante de residência estiver em nome do(a) cônjuge, faz-se necessário comprovar o estado de relacionamento (certidão de casamento ou equivalentes);

c) Comprovante emitido pela Instituição de Ensino contendo o número de disciplinas e os dias da semana em que frequenta a instituição de ensino no semestre de concessão (Declaração emitida pela Universidade, Coordenação do Curso ou equivalente, conforme modelo 2);

d) Atestado de regularidade acadêmica, calendário acadêmico e quadro de horas.

Parágrafo Quarto: Para os alunos que frequentam 6 dias na semana, somente será considerado os 6 dias mediante a comprovação de mais de 50% dos sábados do semestre em questão

e) Declaração de Deslocamento (modelo 3), emitida pelo Estudante especificando número de dias de deslocamento na semana à Instituição de Ensino, com anuência da Associação dos Universitários (para quem é associado);

f) Certidão negativa de Débitos Municipais em nome do beneficiário da bolsa de estudos, emitida pelo Município de Guaraciaba (disponível no site: [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) - Link: Portal do Cidadão/Serviços ao Cidadão/Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte).

g) Cópia simples do certificado de prestação de trabalho voluntário que tenha realizado até o momento;

Fica o(a) candidato(a), obrigado a informar no ato da inscrição os seguintes dados:

a) Número de disciplinas frequentadas no regime presencial;

b) Número de vezes por semana que frequenta regularmente a instituição de ensino;

c) Instituição de Ensino e Curso no qual está matriculado;

d) Indicar agência e conta bancária do próprio beneficiado ou responsável, preferencialmente em banco oficial (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) para pagamento dos valores relativos à Bolsa de Estudos;



- e) Indicar se integra alguma associação representativa de universitários;
- f) Indicar se possui formação universitária anterior;
- g) Outros exigidos pelo Sistema de concessão de bolsa;
- Parágrafo Primeiro: O(a) candidato(a) deverá apresentar a cópia da documentação exigida nesse edital, ficando proibida reprodução de qualquer material pela Secretaria de Educação ou outro setor que integre a administração municipal.

### 3 – Do Indeferimento:

Quando não apresentado qualquer dos documentos elencados neste Edital, bem como, das disposições contidas na Lei Municipal nº 2974/2017 de 24 de fevereiro de 2017, implicará no indeferimento da inscrição pela Comissão de Seleção e Avaliação.

### 4 – Da vedação:

É vedado conceder Bolsa de Estudos a quem:

- a) Possui pendências financeiras com o Município de Guaraciaba, de qualquer natureza, tributaria ou não;
- b) Apresentar informações falsas no ato da inscrição;
- c) Possuir informação universitária anterior;
- d) Não cumprir as horas anuais de serviço voluntário à municipalidade.

### 5 – Do valor:

5.1 O valor desse repasse será de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto na Lei Municipal nº 3173/2019 de 18 de fevereiro de 2019, limitando-se à no máximo R\$ 500,00 (quinhentos reais) por aluno/semestre.

5.2 O número máximo de aulas presenciais que um aluno poderá relacionar para a obtenção da bolsa será de 06 (seis) dias por semana por concessão. Sendo que somente será considerado 06 dias se o aluno apresentar o Atestado de regularidade acadêmica, calendário acadêmico e quadro de horas comprovando sua frequência com mais de 50% dos sábados do semestre em questão.

### 6 - Da operacionalização do programa:

6.1 O preenchimento e entrega na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, até o prazo previsto nesse edital, da ficha de inscrição no Portal e demais documentos é condição indispensável para o interesse se candidatar à concessão da Bolsa de Estudos;

6.2 O preenchimento da ficha de inscrição não implica, necessariamente, na concessão de Bolsa de Estudo;

6.3 Como forma de contrapartida, os estudantes beneficiados com a bolsa prevista neste Edital, estão automaticamente convocados pelo Município para prestar 04 (quatro) horas de serviço não remunerado (voluntário) por semestre beneficiado, independente do número de dias de deslocamento.

6.4 A hora de serviço não remunerado, após as 18h00min até às 22h00min, contará somente como 1 (uma) hora de serviço prestado.

6.5 O aluno que se submeter às considerações deste Edital, está automaticamente convocado para o serviço voluntário. Caso deixar de prestar o serviço, será considerado inadimplente perante o Município, ficando impedido de receber futuros auxílios de bolsa de estudos ou de outros benefícios que forem implantado, por um período de cinco anos conforme a Lei Municipal nº 3173/2019 de 18 de fevereiro de 2019.

### 7 - Das Disposições Finais:

7.1 Fica o estudante que tiver recebido a parcela 01/2019 e não realizado o serviço voluntário apto a receber a parcela 02/2019, se comprometendo em dentro do exercício de 2019, realizar as horas correspondentes às parcelas recebidas;

7.2 Será nomeada uma Comissão de Avaliação das inscrições, composta por funcionários do Município e membros das Associações de Universitários, que avaliarão a veracidade das informações prestadas;

7.3 Após a avaliação da Comissão, a relação preliminar dos aptos a receber a Bolsa de Estudos, será publicado no Portal do Município, no dia 29 de Março, para consulta pública;

7.4 As denúncias de irregularidades deverão ser efetuadas do Portal do Município – Link: Bolsa de Estudos, denúncias, até o dia 05 de abril de 2019;

7.5 A homologação do resultado final será dia 12 de abril de 2019 no site do Município e Portal.

7.6 Qualquer irregularidade constada na concessão das bolsas concedidas pelo município de Guaraciaba, implicará no imediato cancelamento das mesmas, sem prejuízo de outras atitudes que o município julgue serem cabíveis ao caso;

7.7 O acompanhamento, supervisão e fiscalização do Programa Municipal de Bolsa de Estudo, ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude e Controle Interno. Guaraciaba, 22 de Fevereiro de 2019.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

### Cronograma

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	22/02/2019	
Inscrições	22/02/2019 à 22/03/2019	No site: <a href="http://sisuni-gba.site90.com/?url=initial">http://sisuni-gba.site90.com/?url=initial</a>
Entrega dos documentos na Secretaria de Educação	22/02/2019 à 22/03/2019	Horário de segunda a sexta feira das 7h30 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min
Homologação das inscrições (antes dos recursos)	29/03/2019	Site do Município
Prazo de denúncias	22/02/2019 à 05/04/2019	Site do Município
Homologação das inscrições para parcela 1 – 2019 (resultado final)	12/04/2019	Site do Município
Recebimento dos valores na conta corrente dos estudantes	22/04/2019 à 26/04/2019	Na conta corrente indicada pelo estudante

### Modelos de Declarações

#### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo do município de Guaraciaba/SC, DECLARO para os devidos fins e sob as penas da Lei que, resido no seguinte endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, cujo comprovante está em nome de \_\_\_\_\_.

Guaraciaba/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

#### ASSINATURA DO ESTUDANTE

#### ASSINATURA DO TITULAR DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

#### DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

(DEVERÁ SER DADA POR REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE O ALUNO FREQUENTA)



A Instituição (nome da instituição), localizada no endereço (Rua/Avenida, Numero, Bairro, Município, Estado), tendo CNPJ nº (colocar o número do CNPJ da instituição) nesse ato representada pelo Sr. (a) (nome de quem está declarando), portador do CPF nº (colocar número do CPF de quem está declarando), ocupante do cargo de (cargo de quem está declarando: Coordenador do Curso/Diretor/Reitor), declara para fins de concessão de Bolsa de Estudo do Município de Guaraciaba/SC, que o aluno(a) (nome do aluno), portador do CPF nº (número do CPF do aluno), frequenta presencialmente o curso de (nome do curso), no período (matutino, vespertino, noturno), por (número de aulas semanais frequentadas) aulas semanais.

Município/Estado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Qualificação e assinatura do Representante da Instituição

Observação:

- a) Poderá ser utilizado modelo próprio da Instituição, desde que contenha as informações básicas descritas acima.
- b) Apagar dados em vermelho e preencher com informações corretas antes de coletar assinatura.

#### DECLARAÇÃO DE DESLOCAMENTO

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo do município de Guaraciaba/SC, DECLARO para os devidos fins e sob as penas da Lei que, me desloco \_\_\_\_\_ dias por semana até a Instituição de Ensino em que estou devidamente matriculado(a).

Guaraciaba/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

#### ASSINATURA DO ESTUDANTE

Carimbo e assinatura da Associação dos Estudante de Guaraciaba/SC  
(Caso seja sócio)

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 - PMG

Publicação Nº 1923826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 33/2019 – PMG  
Processo Licitatório: 33/2019 – PMG  
Tipo: Menor preço por Lote e Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POLIMENTO/ENCERAMENTO, TAPEÇARIA/CAPO-TARIA, CHAPEAÇÃO/FUNILARIA, PINTURA/ESTÉTICA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: até 14/03/2019 às 14h  
Abertura dos Envelopes: 14/03/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

### DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018 P.L. Nº 150/2018 – PMG

Publicação Nº 1923589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO  
Processo Administrativo nº 001/2018 P.L. nº 150/2018 – PMG  
FORNECEDOR: KELLY CONSTRUTORA LTDA  
CNPJ: 17.536.978/0001-75

Decisão:  
[...]

Assim, aplico a KELLY CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 17.536.978/0001-75, a pena de multa de 30% do valor total dos dois relatórios de fls. 4-5 do processo administrativo, podendo o valor respectivo ser descontado de pagamentos devidos ao fornecedor.

Guaramirim, 15-2-2019.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Marja Prússe Rebelato  
Secretária de Educação

### DECRETO Nº. 1043/2019

Publicação Nº 1923788

#### DECRETO Nº. 1043/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 208.701,72 (duzentos e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 208.701,72 (duzentos e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos), a saber:

05 - Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano  
002 - Demutram  
0006.0181.0003.2100 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar  
33330000000000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal  
03000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 13.154,52

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0244.0009.2158 - Benefícios Assistenciais - Demais Benefícios  
33390000000000000000 - Aplicações diretas  
03000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 195.547,20

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na fonte 03000000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 208.701,72 (duzentos e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019 – PMG

Publicação Nº 1924294

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019 – PMG  
Processo Licitatório nº: 14/2019 – PMG  
Modalidade: Dispensa de Licitação.  
Fundamento Legal: Artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL E CAMPANHA ALUSIVA AOS 70 ANOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, BEM COMO O IMPULSIONAMENTO DE PUBLICAÇÕES NA PÁGINA DA PREFEITURA DE GUARAMIRIM EM REDE SOCIAL NA INTERNET, PELO PERÍODO DE

UM ANO, VISANDO AUMENTAR O NÚMERO DE MUNICÍPIOS ALCANÇADOS PELA PUBLICAÇÃO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: KWB COMUNICAÇÃO LTDA, sob o CNPJ nº 86.706.033/0001-77, estabelecida na Rua Max Nicolau Wilhelm Schmidt, nº 200, Bairro Vila Lenzi, Jaraguá do Sul – SC, CEP: 89.252-360.

Valor: R\$ 15.497,00 (quinze mil quatrocentos e noventa e sete reais).

Vigência Início: 20/02/2019. Término: 31/12/2019.

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2019 – FMS

Publicação Nº 1924392

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2019 – FMS

Processo Licitatório nº: 03/2019 – FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL LOCALIZADA NA RUA CLÁUDIO TOMAZELLI, BAIRRO VILA AMIZADE, GUARAMIRIM – SC, PARA TRANSFERÊNCIA DO LOCAL DE ATENDIMENTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) VILA AMIZADE.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

Contratada: DALCASTA E PEREIRA LOCAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.716.435/0001-20, estabelecida na Rua Feliciano Bortolini, nº 1179, Sala 02, bairro Barra do Rio Cerro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.260-180.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Vigência Início: 20/02/2019 Término: 19/02/2020

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 03/2019 DISPÕE DA APROVAÇÃO DO PROJETO VALORIZANDO O QUE SE TEM, CUSTEADO COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

Publicação Nº 1923619

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

Dispõe da Aprovação do Projeto Valorizando o Que Se Tem, custeado com recursos do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições conforme a lei nº.4.468/2017,

Considerando o Parecer da Comissão de Seleção da Assistência Social nº.04/2019, emitido na data de 19 de fevereiro de 2019;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, às 08h30min, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº. 02/2019;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto Valorizando o Que Se Tem, Com o objetivo de fortalecer as relações comunitárias, contribuir para a construção da autonomia, despertar potencialidades, colaborar para o aumento da autoestima, propiciar trocas de experiências e possibilitar a exposição e comercialização dos itens confeccionados, no valor total de R\$13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), apresentado pela Instituição CRAS Central, custeado pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com a finalidade de oportunizar autonomia para famílias usuários da Assistência Social e propiciar que as mesmas possam se organizar, inclusive financeiramente, levando a desenvolver potencialidades que possibilitem o aprendizado e a uma possível geração de renda.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 22 de fevereiro de 2019.  
JULIO CÉSAR OLIVEIRA GOMES  
PRESIDENTE

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2019

Publicação Nº 1924528

Decreto Administrativo 022/2019.

CONVOCA E DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS PROVAS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019.

O Prefeito de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Claudio Junior Weschenfelder, no uso de suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os Funcionários Públicos Municipais em anexo relacionados, para na data de 23 de fevereiro do presente Exercício se fazerem presentes nas instalações do Núcleo Municipal Arco Iris, a sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC, no horário das 07h45m as 12h, quando da realização da prova objetiva conforme certames do Edital do Teste Seletivo 001/2019, com as incumbências de Fiscalizar e acompanhar os atos da realização das provas, conforme contido no Edital e orientações emanadas pelas comissões responsáveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC, EM  
19 de fevereiro de 2019 –

67º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

Certifique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

#### RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Data da prova: 23.02.2019 – Local: Núcleo Municipal Arco Iris – Horário reunião fiscais: 07h50min – Abertura portões:08h30min  
Fechamento portões: 09h10min – Horário para realização da prova: 09h30min às 12h00min.

Sala	Cargo	Total cargo	Total sala	Fiscais
Sala 01	Agente de Combate a Endemias	29	29	1-Mauro Steffens 2-Tatiana Teresinha Zavascki
Sala 02	Odontólogo - Letra A até L	30	30	1-Carla Cristina Ludwig 2-Guilherme Stefanello
Sala 03	Odontólogo - Letra L até T	16	30	1-Daniela Kureck 2- Vandreia Aparecida Vieira
	Psicólogo	14		
Sala 04	Enfermeiro	15	30	1-Cristina Maria Freddi Ody 2-Dalvani Roberta Lermen
	Assistente Social	12		
	Psicólogo - NASF	3		
Sala 05	Agente Comunitário de Saúde (Área II - Micro Área III)	6	28	1-Claudenice Caramori 2- Carine Ines Pelisser
	Assistente Social - NASF	4		
	Farmacêutico - NASF	4		
	Fisioterapeuta - NASF	5		
	Pedreiro	4		
	Técnico em Enfermagem	5		
Total			147	
Fiscais itinerantes				1-Nedio Luiz Kuhn 2-Gustavo Di Domenico 3-Lizana de Souza Lara Arend

□

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2019

Publicação Nº 1923605

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 31/2019  
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 28/2019  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE PLACA DO VEÍCULO TOYOTA/ ETIOS SD X VSC M PLACA QJP 6540 PREÇO TABELADO POR ISSO TEM SÓ UM ORÇAMENTO.  
Contratada: Conrado Placas LTDA  
Valor: R\$ 145(cento e quarenta e cinco reais)  
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.  
Guatambu, 31 de Janeiro de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2019

Publicação Nº 1923614

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 58/2019  
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 49/2019  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLOCAÇÃO DE PLACA PARA A CARROCERIA DE MADEIRA DO VEÍCULO PLACA 5824-MARCA HYUNDAI MODELO HR 2.5 TCI HD EUV CAB CURTA CHASSI. 95PZB-N7PKPB082436 RENAVAL 000245300.  
Contratada: Conrado Placas LTDA  
Valor: R\$ 159,00(cento e cinquenta e nove reais)  
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.  
Guatambu, 22 de Fevereiro de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2019

Publicação Nº 1923777

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº. 59/2019  
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 50/2019  
OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS PARA OS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL QUE ESTA ACONTECENDO.  
Contratada: Jaque's Farma Ltda  
Valor: R\$ 811,00(oitocentos e onze reais)  
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.  
Guatambu, 22 de Fevereiro de 2019.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 50 / 2019

Publicação Nº 1923859

DECRETO N. 50/2019

"CONVOCA A 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUATAMBU/SC"

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Nº 372/98, de 27 de fevereiro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 7ª Conferência Municipal de Saúde, a ser realizada no dia 15 de março de 2019, no município de Guatambu, às 13:00 horas, tendo como local o Auditório da Secretaria de Assistência Social, sito na Rua Ângelo Corá, com o tema " DEMOCRACIA E SAÚDE: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 2º - A 7ª Conferência Municipal de Saúde será coordenada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e presidida pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 3º - O Regimento Interno da 7ª Conferência Municipal de Saúde será aprovado por todos os participantes na mesma.

Art. 4º - As despesas com a organização e realização da 7ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta dos recursos orçamentários alocados no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 22 de fevereiro de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

### DECRETO 51 / 2019

Publicação Nº 1923860

DECRETO N. 51/2019

"INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, as festividades alusivas ao Carnaval/2019, que neste exercício dar-se-ão no dia 05 de março;

CONSIDERANDO, ainda que os Municípios da AMOSC, mais, as repartições públicas da esfera do governo do Estado de Santa Catarina, instituíram ponto facultativo no dia em que antecede da terça feira de carnaval;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído Ponto Facultativo, nas repartições públicas do Município de Guatambu, no dia 04 de março de 2019 (segunda

feira), que antecede ao feriado de Carnaval do dia 05 (terça feira), retornando as atividades normais às 8:00 horas da quarta feira dia 06 de março.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º - Revogam-se as disposição e contrário.

Guatambu, SC, 22 de fevereiro de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

### **RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 02/2019**

Publicação N° 1924585

CLASSIFICAÇÃO FINAL	NOME
01	LIDIANE KARINA BORGES PEIXE
02	ANA PAULA CANTELE
03	THAYSA MARIA SPANGNOLO
04	GRASIELA ALVES DOS SANTOS

Guatambu, 22 de fevereiro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

PREFEITO MUNICIPAL



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 402/2019

Publicação Nº 1924664

#### PORTARIA Nº 402/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO à Portaria Nº 317/2019, que contrata em caráter temporário a servidora IARA HOFFMANN DOS SANTOS (MATRÍCULA 4939), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, onde se lê: "40 horas semanais"; leia-se: "20 horas semanais".

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 403/2019

Publicação Nº 1924666

#### PORTARIA Nº 403/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora CAMILA APARECIDA DOS SANTOS (MATRÍCULA 4954), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à servidora Viviane Campanhol Sbrusi, a partir de 11 de fevereiro de 2019, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2018, homologado através do Decreto nº 3.970/2018 de 19 de dezembro de 2018, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 404/2019

Publicação Nº 1924668

#### PORTARIA Nº 404/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora JOSIANE JULIANA MACHADO (MATRÍCULA 4955), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao GEM Nossa Sra. De Fátima, em substituição à servidora Andréia Aparecida Scalabrin, a partir de 11 de fevereiro de 2019, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2018, homologado através do Decreto nº 3.970/2018 de 19 de dezembro de 2018, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 405/2019

Publicação Nº 1924673

#### PORTARIA Nº 405/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora LARA CRISTINA PENTEADO ALBERTI (MATRÍCULA 4956), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 11 de fevereiro de 2019, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2018, homologado através do Decreto nº 3.970/2018 de 19 de dezembro de 2018, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.



Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 406/2019**

Publicação Nº 1924142

PORTARIA Nº 406/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - INSTAURAR, com a presente Portaria, o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do servidor CRISTIANO ABEL PANAZOLO, matrícula 4852, considerando o teor dos autos nº 0000112-36.2019.8.24.0235, garantindo ao servidor o direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º - Determina-se ainda o afastamento imediato do servidor, durante o trâmite do Processo Administrativo Disciplinar, conforme art. 172 da Lei Complementar nº 281/2011.

Art. 3º - O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de fevereiro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

## **SUSPENSÃO PREGÃO Nº 006/2019**

Publicação Nº 1924946

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

### **OBJETO**

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de micro-computadores para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes pelo período de 12 meses

### **SUSPENSÃO DE PREGÃO Nº 006/2019**

Fica SUSPENSA a abertura do Pregão Presencial nº 006/2019 que se realizaria dia 27/02/2019 as 08h00min horas, para análise de informações técnicas do Termo de Referência, que são objeto de questionamentos.

Nova data será definida em momento oportuno.

Informe-se aos interessados e publique-se este aviso na imprensa oficial do município.

Herval d'Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2019.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 013/2019 PM

Publicação Nº 1924550

MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato Contrato nº 013/2019  
OBJETO: Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público, para a admissão de servidores de caráter efetivo, para preenchimento de vagas para a Administração Pública Municipal e formação de cadastro de reserva.  
VALOR TOTAL: R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais)  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.  
CONTRATADO: GEORGE ALMEIDA ME  
VIGÊNCIA: 19 de abril de 2019.  
Ibicaré, SC, aos 18 de fevereiro de 2019.  
Gianfranco Volpato  
Prefeito

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

### PORTARIA Nº 082 - 2019

Publicação Nº 1924472

PORTARIA Nº 082 de 15 de fevereiro de 2019

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor ZULEIDE MARIA BERTHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível III, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO 001-2019 PM

Publicação Nº 1924300

MUNICÍPIO DE IBICARÉ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato Termo de Convênio nº 001/2019  
OBJETO: Criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para habitantes do Município de Ibicaré/SC.  
VALOR TOTAL: R\$ 40.060,00 (Quarenta mil e sessenta reais)  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.  
CONTRATADO: COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES - CEJEL  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.  
Ibicaré, SC, aos 15 de fevereiro de 2019.  
Gianfranco Volpato  
Prefeito

### PORTARIA Nº 081-2019

Publicação Nº 1924469

PORTARIA Nº 081 de 15 de fevereiro de 2019

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor ADA JUCEMARA BRESSAN SIMON, ocupante do cargo de provimento efetivo de no cargo de Professor de Educação Infantil, Nível III, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

### PORTARIA Nº 083 - 2019

Publicação Nº 1924476

PORTARIA Nº 083 de 15 de fevereiro de 2019

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor

JOSELANGE DE LIMA SURDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor De Ensino Fundamental, Nível III, Classe "C", Anexo II- Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

## PORTARIA Nº 084-2019

Publicação Nº 1924478

PORTARIA Nº 084 de 15 de fevereiro de 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor KELLY PATRICIA MELLO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor De Ensino Fundamental, nível III, classe "C", Anexo II- Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

## PORTARIA Nº 085-2019

Publicação Nº 1924479

PORTARIA Nº 085 de 15 de fevereiro de 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor IVANI BOTH SCHMIT, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, Nível III, Classe "F", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

## PORTARIA Nº 086-2019

Publicação Nº 1924482

PORTARIA Nº 086 de 15 de fevereiro de 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso I, e Artigos 60 a 63 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor DAYANE VIEIRA MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor De Ensino Fundamental, nível III, classe "C", Anexo II- Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A progressão concedida dar-se-á, pela realização de cursos de aperfeiçoamento num total de 80 horas/aula na área de formação profissional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

## PORTARIA Nº 087-2019

Publicação Nº 1924484

PORTARIA Nº 087, de 15 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso II e Artigos 64 e 65, § 4º da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor CLAMARI FERRARI, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental, Nível III, Classe "I", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE J, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 088-2019**

Publicação Nº 1924485

PORTARIA Nº 088, de 15 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso II e Artigos 64 e 65, § 4º da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor MARIA SALETE PEDROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, nível III, classe "E", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 089-2019**

Publicação Nº 1924488

PORTARIA Nº 089, de 15 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso II e Artigos 64 e 65, § 4º da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor FERNANDA WARKEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, nível III, classe "E", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 090-2019**

Publicação Nº 1924490

PORTARIA Nº 090, de 15 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso II e Artigos 64 e 65, § 4º da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor FÁTIMA MARILÉIA BALBINOT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, nível III, classe "E", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 091-2019**

Publicação Nº 1924493

PORTARIA Nº 091, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59, Inciso II e Artigos 64 e 65, § 4º da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor SUELEN ZARPELON DEBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, nível III, classe “E”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II - Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 092-2019**

Publicação Nº 1924495

PORTARIA Nº 092, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59 e Artigo 65, § 4º, da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor NELCI SURDI COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível III, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE G, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 093-2019**

Publicação Nº 1924500

PORTARIA Nº 093, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 59 e Artigo 65, § 4º, da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL ao servidor MARLI PFEIFFER DE MORAES, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental, Nível III, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE G, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Os efeitos financeiros decorrentes da promoção vigorarão a partir de 01 de março de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 094-2019**

Publicação Nº 1924505

PORTARIA Nº 094, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor WALMIR PAULO BALBINOT, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – Trator Agrícola, nível 12, classe “E”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE F



dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 095-2019**

Publicação Nº 1924508

PORTARIA Nº 095, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor GILMAR JOÃO CALZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe “H”, Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE I, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 096-2019**

Publicação Nº 1924509

PORTARIA Nº 096, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor VALTER HENTZ, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 9, Classe “F”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE G, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 097-2019**

Publicação Nº 1924511

PORTARIA Nº 097, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor VALDENIR CLÁUDIO NEUHAUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe “D”, Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE E, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 098-2019**

Publicação Nº 1924513

PORTARIA Nº 098, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor ANDERSON HOFFELDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe “D”, Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE E, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 099-2019**

Publicação Nº 1924516

PORTARIA Nº 099, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor IVETE ALVES DE OLIVEIRA QUADROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “D”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE E, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 100-2019**

Publicação Nº 1924518

PORTARIA Nº 100, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor ROSINEY SALETE MERGET VOLPATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “D”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE E, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 101-2019**

Publicação Nº 1924522

PORTARIA Nº 101, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor RONALDO BELLO DAS CHAGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe “D”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE E, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 102-2019**

Publicação Nº 1924524

PORTARIA Nº 102, de 15 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53 e 54, § único e 55, Inciso II e § único

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor CLARICE BOESING RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Servente, nível 01, classe “F”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE G, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o tempo de efetivo serviço na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito



**PORTARIA Nº 103-2019**

Publicação Nº 1924538

PORTARIA Nº 103, de 15 de fevereiro de 2019

"CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor THIAGO ALEXANDRE RODRIGUES SALVI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento- Trator Agrícola, nível 12, classe "A", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE B, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o término do período de Estágio Probatório na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 104-2019**

Publicação Nº 1924540

PORTARIA Nº 104, de 15 de fevereiro de 2019

"CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007 em seus artigos 53, 54, § único e 55, Inciso II e § único

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL ao servidor RENATO DE MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento- Trator Agrícola, nível 12, classe "A", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A promoção concedida dar-se-á para a CLASSE B, dentro do mesmo nível, levando-se em consideração o término do período de Estágio Probatório na categoria funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 105-2019**

Publicação Nº 1924543

PORTARIA Nº 105 de 15 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 1230 de 15 de março de 2000, nos artigos 28, Inciso I e 29,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor ILIANE CRISTINA RAMBO DE ASSIS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe "E", Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 15 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 106-2019**

Publicação Nº 1924526

PORTARIA Nº 106 de 19 de fevereiro de 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE MENCIONA.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 1.230, de 15 de março de 2000, com base no Decreto nº 085 de 23 de novembro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, o servidor FERNANDO ANDRÉ SEITENFUS, brasileiro, casado, maior, nascido no dia dez do mês de dezembro de 1.974, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe "A", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 107-2019**

Publicação Nº 1924530

PORTARIA Nº 107, de 19 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A TÍTULO DE ADICIONAL DE FUNÇÃO POR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei nº 1.502, de 05 de outubro de 2005, Anexo Único e Lei Complementar nº 004/07 de 16 de maio de 2007, artigo 65 parágrafos 1º, 2º e 3º e Anexo VIII

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida gratificação a título adicional de função por dedicação exclusiva, ao servidor FERNANDO ANDRÉ SEITENFUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe "A", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal

§ 1º. O servidor em questão está lotado na Secretaria de Saúde, com atribuição de Motorista de Ambulância e o respectivo pagamento.

§ 2º. Pelo exercício da função referida no caput deste artigo, o servidor receberá o valor mensal previsto na legislação em vigor, ficando vedado o pagamento de adicional a título de prestação de serviços extraordinários.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 154, de 01 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de fevereiro de 2019  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 108-2019**

Publicação Nº 1924532

PORTARIA Nº 108, de 19 de fevereiro de 2019.

CONVOCA PARA RETORNO IMEDIATO DAS FÉRIAS REGULAMENTARES O SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 55 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, por motivo de superior interesse público, interrompendo o gozo das férias regulamentares, concedidas pela Portaria nº 073, de 04 de fevereiro de 2019, o servidor DOUGLAS TIBOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, classe "B", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 109-2019**

Publicação Nº 1924533

PORTARIA Nº 109 de 22 de fevereiro de 2019.

"CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 1230 de 15 de março de 2000, nos artigos 28, Inciso I e 29,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor FERNANDA BETTONI DEL RÉ, ocupante do cargo efetivo de Vigilante Sanitarista, nível 6, classe "E", Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo IV - Atividades Técnicas Profissionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 22 de fevereiro de 2019.  
GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### DECRETO N° 4.328, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 1924711

DECRETO n° 4.328, de 20 de fevereiro de 2019.

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal n° 2.735, de 29 de junho de 2010, com alterações pela Lei Municipal n° 3.203, de 16 de setembro de 2015, para comporem o Conselho Municipal de Cultura – CMC, a saber:

I – 06 (seis) representantes governamentais:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Claudete Zwang

Suplente: Marcia da Silva Fusinato

[...]

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Fabiani Tenfen Soberanski

Suplente: Tatiane Lasta

[...]

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Iago Felipe Tottene

Suplente: Cristiane Schattenberg

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as alíneas “a”, “c” e “d”, do Item I, do Decreto n° 4.252, de 29 de agosto de 2018.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto n° 4.252, de 29 de agosto de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de fevereiro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 310/2018

Publicação Nº 1924337

DECRETO Nº 310/2018, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), e da outras providências.

#### TÍTULO – I

#### CAPÍTULO – I

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na 13 – Fundo Municipal de Assistência Social, 13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social, Atividade:0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (431) valor 1.000,00 (hum mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

#### CAPÍTULO – II

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na 13 – Fundo Municipal de Assistência Social, 13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social, Atividade:0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (431) valor 1.000,00 (hum mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – III

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na 13 – Fundo Municipal de Assistência Social, 13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social, Atividade:0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (431) valor 1.000,00 (hum mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – IV

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

13 – Fundo Municipal de Assistência Social

13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social

Atividade: 0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (431) ..... valor 1.000,00 (Total .....)

..... valor 1.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme especificado abaixo:

13 – Fundo Municipal de Assistência Social

13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social

Atividade: 0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (433) ..... valor 1.000,00 (Total .....)

..... valor 1.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 13 – Fundo Municipal de Assistência Social 13.01 – Departamento Municipal de Assistência Social, Atividade: 0824400162.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1066), código reduzido (433) valor 1.000,00 (hum mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,  
Em 21 de Dezembro de 2018.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

**ERRATA 1 DO EDITAL PRG 007 -2019 FMS - VAN TFD**

Publicação Nº 1923928

**Errata 1 do Edital Pregão 007/2019 - FMS**

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 007/2019 - FMS, que o Edital será retificado pelo pedido de esclarecimento bem lembrado pela empresa PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS-ME, e sendo que o limpador não seria utilizado, altera-se da seguinte forma:

Onde se lê:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN 127 CV NO MÍNIMO, 16 LUGARES, ZERO QUILOMETROS, AIRBAG DUPLO E CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS COM PRÉ-TENSIONADOR, AR CONDICIONADO, PELÍCULA FUMÊ EM TODOS OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO, PNEUS NOVOS, ESPELHOS RETROVISORES EM AMBOS OS LADOS, SOM CD PLAYER, PROTETOR DE CARTER, TACÓGRAFO DIGITAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, COMBUSTÍVEL DIESEL, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS BÁSICOS DE SÉRIE, ITENS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA, NA COR BRANCA, EMPLACADA E PLOTADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.	1,00	UN	189.980,00	189.980,00

Leia-se:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN 127 CV NO MÍNIMO, 16 LUGARES, ZERO QUILOMETROS, AIRBAG DUPLO E CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS COM PRÉ-TENSIONADOR, AR CONDICIONADO, PELÍCULA FUMÊ EM TODOS OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO, PNEUS NOVOS, ESPELHOS RETROVISORES EM AMBOS OS LADOS, SOM CD PLAYER, PROTETOR DE CARTER, TACÓGRAFO DIGITAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS, COMBUSTÍVEL DIESEL, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS BÁSICOS DE SÉRIE, ITENS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA, NA COR BRANCA, EMPLACADA E PLOTADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.	1,00	UN	189.980,00	189.980,00

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o mesmo dia 08 de março de 2019 às 14:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 14:00 horas.

Ilhota, 22 de fevereiro de 2019.

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019**

Publicação Nº 1923831

Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua Bertoldo Simon, 98 Centro - Ilhota - SC CEP: 88.320-000 Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contábil@camarailhota.sc.gov.br	
---	--

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019  
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

CONTRATADO – Lancer Soluções em Informática Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.685.840/0001-35, com sede à 15 de novembro,1480, bairro Centro, cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

OBJETO - contratação de locação, manutenção, atualização e suporte mensal de sistema de gravação audiovisual da sessão plenária, com transmissão ao vivo pela internet, gravação audiovisual permitindo indexação e consulta na internet, para a Câmara de Vereadores de

Ilhota/SC.

VALOR – O contratante pagará à contratada o valor global de R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA – 12 meses.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº006/2019, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Dotação orçamentária

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

014.031.0001.2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores

33.90.39.11.00.00.00 – Locação de Software.

Ilhota, 22 de fevereiro 2019.

Juarez Antônio da Cunha Lancer Soluções em Informática Ltda EPP Presidente Do Legislativo Contratada

## EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2019

Publicação Nº 1923833

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua Bertoldo Simon, 98 Centro - Ilhota - SC CEP: 88.320-000 Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contábil@camarailhota.sc.gov.br	
--	---	--

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019

CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

CONTRATADO – Damázio Informática e Suprimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.920.700/0001-06, com sede à Rua General Osório, 1554, bairro Velha, cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

OBJETO – FORNECIMENTO DE 4(QUATRO) WEBCAM, 4(QUATRO) SUPORTES PARA AS CÂMERAS, 12(DOZE) METROS DE CABO EXTENSOR USB E HUB UH 700 USB 3.0.7.

VALOR – O contratante pagará à contratada o valor global de R\$ R\$ 2.709,33 (dois mil, setecentos e nove reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA – 30 DIAS.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº006/2019, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

01.01.2001.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas / Câmara de vereadores

4.4.90.52.35.00.00.00 - Equipamentos de Processamento de Dados

Ilhota, 22 de fevereiro 2019.

Juarez Antônio da Cunha Damázio Informática e Suprimentos Ltda  
Presidente Do Legislativo Contratada



# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO 2019/07 - A/00 PROC 01/2019 SEASTH

Publicação Nº 1924854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO SEASTH 2019/07 – A/00

Contratada: MOPEN – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIP. ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA - EPP

CNPJ: 05.027.397/0001-29

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, COM MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO 24 HORAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABILITAÇÃO E SEDE DOS PROGRAMAS CAPI, VEM SER, CREAS, SCFV E CRAS.

Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 8.460,00

Fundamento: Processo nº 01/2019 Pregão nº 01/2019

Imbituba, 04 de fevereiro de 2019

Rosiane da Silva Costa  
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
CONTRATANTE

MOPEN – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIP. ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA - EPP

Representante legal

CONTRATADO

### CONTRATO 2019/12 - A/00 PROC 04/2019 SEMUSA

Publicação Nº 1924852

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEMUSA 2019/12 – A/00

Contratado: MANOEL JOSÉ CARVALHO FERNANDES

CPF: 145.553.289-49

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, CONTENDO 3 SALAS, ESPECIFICAMENTE UMA POR ANDAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 221 M² CADA UMA, QUE ESTEJA SITUADO NA RUA NEREU RAMOS, CENTRO, IMBITUBA/SC, PARA INSTALAÇÃO DOS SETORES DE ADMINISTRAÇÃO, FARMÁCIA BÁSICA, FARMÁCIA JUDICIAL, TFD, CARTÃO DOS SUS E SETOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Prazo: Será de 12 meses Valor: R\$ 144.000,00

Fundamento: Processo nº 04/2019 Dispensa 02/2019

Imbituba, 21 de fevereiro de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde  
Locatária

Manoel José Carvalho Fernandes  
Representante legal  
Locador

### CONTRATO 2019/17 - A/00 PROC 06/2019 SEDUCE

Publicação Nº 1924851

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO 2019/17 – A/00

Contratada: COOPERLAGOS – COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE

CNPJ: 10.202.167/001-99



Objeto: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Prazo: Será até 31/12/2019 Valor: R\$ 749.481,40

Fundamento: Processo nº 06/2019 Dispensa 01/2019

Imbituba, 08 de fevereiro de 2019.

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratante

COOPERLAGOS – COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE

Representante legal

Contratada

## **DECRETO PMI Nº 024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923955

DECRETO PMI Nº 024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre Convocação da 6ª Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93 c/c art. 32 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seu Artigo nº 198, que estabelece a participação da comunidade como uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142/90 que Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, em especial, o § 1º do Artigo 1º que dispõe sobre a Conferência de Saúde, constituindo esta como fórum máximo de deliberação da Política de Saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, que aprovou a convocação da Conferência Municipal de Saúde,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada, nos termos deste Decreto, a VI Conferência Municipal de Saúde do Município de Imbituba, para o dia 05 de abril de 2019.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde obedecerá ao temário proposto pela 16ª Conferência Nacional de Saúde, com o Tema: "Democracia e Saúde: Saúde como Direito/consolidação e financiamento do SUS".

Parágrafo único. Ficam os eixos temáticos definidos nos termos da 16ª Conferência Nacional de Saúde, quais sejam: "

I – Saúde como direito;

II – Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde;

III – Financiamento adequado e suficiente para o SUS.

Art. 3º A Conferência Municipal de Saúde realizar-se-á no Imbituba Atlético Clube, sito à Rua Otacílio de Carvalho, Centro, Imbituba/SC.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de realização do evento no local especificado neste Decreto, com justificativa abonada pelo Conselho Municipal de Saúde, caberá a este, por meio de resolução, definir o novo local para realização da mesma.

Art. 4º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, através de comissão específica.

Art. 5º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão elaboradas por comissão específica, deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e expedidas e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Ato Normativo específico.

Art. 6º As despesas decorrentes da Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, autorizada a abertura de suplementações orçamentárias, se necessário for, à plena execução da mesma.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**EXTRATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 01/2019**

Publicação Nº 1924804

EXTRATO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 01/2019

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, considerada a ausência de candidatos interessados até o momento no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 14/2018, conforme aferido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para suprir vacâncias temporárias no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital funcionará sempre supletivamente ao Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 14/2018, de maneira que as vagas de Educação Especial existentes serão inicialmente ofertadas para os candidatos classificados Edital PMI/CERSP/PSS nº 14/2018 e, após e no mesmo dia, as vagas remanescentes serão colocadas à escolha dos candidatos classificados neste Edital.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissionais para suprir vagas na área de Educação Especial.

Disciplina	Formação mínima exigida
Professor II de Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial, ou,</li> <li>• Licenciatura em Pedagogia com Complementação em Educação Especial.</li> </ul>
Professor I de Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em Pedagogia, ou,</li> <li>• Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial ou</li> <li>• Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Pedagogia</li> </ul>

Categoria Funcional	Área de Atuação	Vagas	Salário para respectiva jornada semanal			
			40h	30h	20h	10h
Professor (Nível I)	Ensino Fundamental	RT*	1.921,00	1.440,75	960,50	480,25
Professor (Nível II)			2.079,80	1.559,85	1.039,90	519,95

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

1.3 A carga horária do aprovado ficará vinculada à carga horária existente na unidade escolar.

1.4 As atribuições dos profissionais contratados sob a égide do presente Processo Seletivo Simplificado são aquelas previstas no Anexo II da Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 (Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal).

**2 DAS INSCRIÇÕES**

2.1 Período: de 25 de fevereiro a 1º de março de 2019.

2.2 Local: Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração. Localizada a Rua Ernani Cotrin, nº 601 – Centro – Imbituba - Santa Catarina e/ou via SEDEX postado no período das inscrições.

2.3 Horário: das 13:30 às 19:00 horas.

Edital completo: Disponível na internet [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) / TRANSPARÊNCIA / CONCURSOS / EDITAIS / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 01/2019

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 02 2019 PREGÃO 02 2019 FUNREBOM**

Publicação Nº 1923951

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM  
PROCESSO Nº 02/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do FUNREBOM – Corpo de Bombeiros de Imbituba/SC comunica, que realizará às 17:00 horas, do dia 13 de março de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO FURGÃO, ZERO KM, TRANSFORMADO EM VEÍCULO AMBULÂNCIA PADRÃO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA – ASU, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA/SC."

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de fevereiro de 2019

Guilherme Viríssimo Serra Costa

Comandante da 2ª /8ª BBM

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 26/2019**

Publicação Nº 1924032

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 26/2019**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 138, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 21/02/2019, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE DIRETOR, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
LAZARO FRANCISCO LAURENTINO MARQUES	ASSISTENTE DE DIRETOR	110.837.689-48

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 25/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

Rosenvaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 27/2019**

Publicação Nº 1924724

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 27/2019**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 138, de 20 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 21/02/2019, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MARCOS VINÍCIUS LINO	ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO	130.737.429-80

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 25/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

Rosenvaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 28/2019**

Publicação Nº 1924771

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 28/2019**

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 146, de 22 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 25/02/2019, para exercer a função temporária de SERVENTE MERENDEIRA, habilitada (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
India Iris Teófilo	Servente Merendeira – 40h	068.764.189-60

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 25/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

Camila Pires Fermino

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 29/2019**

Publicação Nº 1924843

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PMI/SEAD Nº 29/2019**

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 147, de 22 de fevereiro de 2019, publicada no DOM/SC na data de 25/02/2019, para exercerem a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º Os servidores abaixo descritos, apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
André Luiz Schardong	Prof II Ed. Física – 40h	551.826.580-87
Débora Batista de Oliveira	Prof II Ed. Infantil – 20h	048.445.769-17
Juliana Candido Silva Carvalho	Prof II Ed. Infantil – 20h	010.256.679-80
Larissa Duarte da Silva	Prof II Ed. Física – 40h	062.787.259-08

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestaram o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 25/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

Camila Pires Fermino

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 146/2019**

Publicação Nº 1924735

PORTARIA PMI/SEAD Nº 146, de 22 de fevereiro de 2019.  
Dispõe sobre a Admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 22/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Índia Iris Teófilo	Servente Merendeira	068.764.189-60	25/02/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 147/2019**

Publicação Nº 1924838

PORTARIA PMI/SEAD Nº 147, de 22 de fevereiro de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
André Luiz Schardong	Prof II Ed. Física – 40h	551.826.580-87	25/02/2019	Em substituição da Professora Sra. Cássia Regina Pires Fernandes
Débora Batista de Oliveira	Prof II Ed. Infantil – 20h	048.445.769-17	25/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Juliana Candido Silva Carvalho	Prof II Ed. Infantil – 20h	010.256.679-80	25/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Larissa Duarte da Silva	Prof II Ed. Física – 40h	062.787.259-08	25/02/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.  
Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.992, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924593

**GOVERNO DE  
IMBITUBA****LEI COMPLEMENTAR Nº 4.992, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Altera o Plano Regulador e do Uso do Solo configurado no Mapa 11 da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA** Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Mapa 11, previsto no Parágrafo único, do art. 35, da Lei Complementar n.º 2.623, de 19 de março de 2005, que configura o Plano Regulador e do Uso do Solo, passa a vigorar com a configuração do Mapa 11, Anexo I desta Lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.

**Rosenvaldo da Silva Júnior**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Luciano Alves Zanini**  
Assessor de Gabinete

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Emani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades









**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2019 CARTA-CONVITE Nº1/2019**

Publicação Nº 1924722

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2019  
CARTA-CONVITE Nº1/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, ROBERTO LUIZ RODRIGUES, no uso de suas atribuições, resolve:  
Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 003/2019, Carta Convite nº 001/2019, que consiste no fornecimento parcelado, de combustível para o veículo oficial da Câmara Municipal de Imbituba, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), na edição nº 2755 do dia 14 de fevereiro de 2019 e no site da Câmara Municipal de Imbituba/SC no dia 13 de fevereiro de 2019, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Imbituba, 22 de fevereiro de 2019.  
Roberto Luiz Rodrigues  
Presidente da CMI

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 901/19

Publicação Nº 1923763

. DECRETO Nº 901/19  
. De 22 de fevereiro de 2019  
Abre Crédito Adicional Suplementar no  
Orçamento de 2019 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL,  
provenientes de Superávit Financeiro.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5620 de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.006.0010.0304.0030.2490.3319000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	03001500	80.000,00
Total do Lote		80.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 166-2018

Publicação Nº 1923495

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 166/2018

CONTRATADA: RUSSEER BRASIL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo por mais 60 (sessenta) dias.

PRAZO: 03 de fevereiro de 2019 até 04 de abril de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2019.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO 180-2018

Publicação Nº 1923769

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 180/2018

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo de execução por mais 30 (trinta) dias.

PRAZO: 27 de janeiro de 2019 até 26 de fevereiro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 25/01/2019.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 1924185

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 025/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 009/2019-10430  
Registro de Preços

#### ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Locação de banheiros químicos para os eventos do Município no ano de 2019.

Entrega dos envelopes: 15/03/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 15/03/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2019 - REVOGAÇÃO DE EDITAL

Publicação Nº 1924192

REVOGAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 035/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 011/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que REVOGA o processo licitatório citado retro, na forma do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic03@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 1924186

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 045/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 019/2019-10430  
Registro de Preços

#### ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Locação de arquibancadas para eventos no Município de Indaial.

Entrega dos envelopes: 07/03/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 07/03/2019 - 14h30min – Horário de Brasília  
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).  
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 04/2019 - FMS

Publicação Nº 1923876

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CT19FMS/004

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 00.802.002/0001-02, com endereço na Estrada Boa Esperança, nº 2320 Bairro Fundo Canoas na cidade de Rio do Sul-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
06	01	Elber	Câmara para conservação de imunobiológicos, possuir contra porta, circulação de ar forçado, discador de emergência, aço inoxidável 304, temperatura entre +2º C E + 8ºC, sensores internos, sistema de emergência bateria/nobreak, sistema de registro de dados, capacidade de 120 a 300 litros e 2 a 5 gavetas ou prateleiras.	15.000,00

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

#### CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:                      Nome:  
CPF:                        CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

### CONTRATO Nº 05/2019 - FMS

Publicação Nº 1923878

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI.

CT19FMS/005

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 95.811.790/0001-00, com endereço na Rua Dr. Maruri, nº 568 Bairro Centro na cidade de Concórdia-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
02	15	Komeco kohi-12qc1hx	Ar condicionado capacidade mínima de 12000 BTUs, split, quente e frio instalado. Inverter e instalado com material necessário incluso.	2.430,00

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-36.450,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

**CONTRATO Nº 06/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923879

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA.

CT19FMS/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 75.408.153/0001-71, com endereço na Rua Benjamin Constant, nº 02 Centro na cidade de Caçador-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
04	02	Metal Brey	Seladora tipo/aplicação manual-pedal, grau cirúrgico.	854,00
19	01	Welmy	Balança antropométrica adulto, modo de operação digital.	1.010,00

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-2.718,00 (dois mil setecentos e dezoito reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.



8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

#### CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ARAUJO E ABREU COM. DE MAQ. E EQUIP.  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

### CONTRATO Nº 07/2019 - FMS

Publicação Nº 1923882

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA.

CT19FMS/007

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.756.441/0001-43, com endereço na Rua Uruguai, nº 1123 Bairro Maria Goretti na cidade de Chapecó-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
03	01	Procion	Aparelho de raio X – odontológico tensão mínima de 7MA, instalação coluna com braço convencional e modo de operação digital.	5.650,00
07	02	N/C	Esfigmomanômetro infantil de tecido em algodão e braçadeira em velcro.	90,00
17	01	Diasyst	Estetoscópio infantil tipo duplo e auscultador aço inoxidável.	94,00
22	01	Ibramed	Ultrassom para fisioterapia tela LCD, modo de emissão contínuo e pulsado, frequência de 1 e 3 MHZ.	1.189,00

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-7.113,00 (sete mil cento e treze reais).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

#### CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

**CONTRATO Nº 08/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923886

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA.

CT19FMS/008

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 19.554.960/0001-21, com endereço na TV Marcon, nº 29 Centro na cidade de Concórdia-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
13	02	Fulltech – FT1	Computador, Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes; possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses	3.390,00

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

#### CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

### CONTRATO Nº 09/2019 - FMS

Publicação Nº 1923887

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA L.A.CN INFORMATICA LTDA.

CT19FMS/009

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borge, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa L.A.CN INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 11.924.851/0001-47, com endereço na Rua Marechal Deodoro, nº 337 Bairro Centro na cidade de Campos Novos-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
08	01	Nardelli	Tela de projeção, Deve estar em linha de produção pelo fabricante; Tela projeção com tripé retrátil manual; Área visual de aproximadamente 1,80 x 1,80 m (+ ou - 10%); Deverá possuir estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões; Possuir poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela citada acima; Deverá possuir superfície de projeção do tipo matte white (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho; possuir bordas pretas que permita enquadramento da imagem; O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.	768,00

10	06	Plaxmetal	Cadeiras de aço/ferro pintado, assento de polipropileno.	87,80
11	01	Libell	Bebedouro com pressão coluna simples.	632,00

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-1.926,80 (um mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes,

em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

L.A.CN INFORMATICA LTDA  
CONTRATADO

## Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

**CONTRATO Nº 10/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923891

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA.

CT19FMS/010

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 23.518.341/0001-59, com endereço na Rua Nilo Pecanha, nº 163 Centro na cidade de Herval D'Oeste-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
12	03	Metalcad	Longarina assento polipropileno mínimo de três assentos.	409,00
21	01	Tsshara	Nobreak, Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); alarmes audiovisual; bateria interna selada; autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 wats; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	780,00

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-2.007,00 (dois mil e sete reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE



Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:  
CPF:  
Rafael Deon  
OAB.SC 35259

Nome:  
CPF:

**CONTRATO Nº 11/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923893

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CT19FMS/011

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 83.157.032/0001-22, com endereço na Estrada Boa Esperança, nº 1918 Bairro Fundo Canoas na cidade de Rio do Sul-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
01	02	Stermax / Digital Extra	Autoclave horizontal de mesa até 75 litros, modo de operação/capacidade digital até 25 litros, câmara de esterilização aço inoxidável.	3.615,00



18	01	MD / FD 200 B	Detector fetal tipo portátil e tecnologia digital.	850,00
----	----	------------------	--	--------

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-8.080,00 (oito mil e oitenta reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

**CONTRATO Nº 12/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923894

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

CT19FMS/012

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 17.184.520/0001-02, com endereço na Rua Lauro Muller, nº 385 Centro na cidade de Chapeco-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
14	01	Premium	Estetoscópio adulto tipo duplo e auscultador aço inoxidável.	140,00
15	01	Premium	Esfigmomanômetro adulto de tecido em algodão e braçadeira velcro.	150,00
16	02	Levita LV 107LED	Foco refletor ambulatorial, iluminação em led e haste flexível.	550,00
20	01	Premium	Esfigmomanômetro obeso braçadeira em velcro e tecido em algodão.	175,00
23	01	MRM Aspira-vida	Aspirador de secreções elétrico móvel, suporte com rodízios, válvula de segurança, frasco termoplástico/vidro, fluxo de aspiração de 31 a 49 LPM.	3.600,00

**CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-5.165,00 (cinco mil cento e sessenta e cinco reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

#### CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes,

em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.  
MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

PRO CIRURGICA CHAPECO  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

### CONTRATO Nº 13/2019 - FMS

Publicação Nº 1923896

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

CT19FMS/013

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 85.248.680/0001-10, com endereço na Avenida XV de Novembro, nº 818 Centro na cidade de Joaçaba-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de mobiliário conforme abaixo:

ITEM	QTDE	MARCA	DESCRIÇÃO	Preço Un R\$
05	01	Celli	Armário vitrine de aço/ferro pintado, laterais de vidro, duas portas.	935,00
09	01	Epson	Projektor multimídia, Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD com matriz ativa TFT com 16 milhões de cores; Resolução mínima nativa de 1024 x 768 e compatibilidade 16:9; Deve possuir interfaces de comunicação, sendo 01 (uma) VGA e 01 (uma) HDMI; Deve possuir entrada USB; Luminosidade mínima de 2500 lumens; Alto-falante integrado no projetor com o mínimo de 1W de potência; Alimentação automática 100-120V, 220-240V; Controle remoto IR, cabo de alimentação, cabo VGA; Manual do usuário; Suporta apresentações a partir de um pen-drive direto no projetor (sem o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.	3.120,00

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0002/2019, independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO**

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$-4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais).

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado ao final da entrega, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido e recebimento de convênio.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Das Atividades da Saúde
Complem. Elemento	4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	15

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes,

em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de janeiro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon  
OAB.SC 35259

**CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1923443

**Edital de Convocação**

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada o Sr Marildo Fantinel, para o cargo de Operador de Máquinas-Nível I e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.
- v) Conta Corrente no Bradesco

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 20 de fevereiro de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019**

Publicação Nº 1923867

**MUNICÍPIO DE IOMERÊ****Edital de Pregão Presencial nº 16/2019**

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 16/2019 para instrutor de artesanato. A abertura das propostas se dará no dia 13/03/2019 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de fevereiro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### ADENDO 001/2019-PMI

Publicação N° 1924397

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 013/2019 - PMI

ADENDO 01/2019 ao Edital de Pregão Eletrônico n° 003/2019 - PMI

A Prefeitura do Município de Ipira, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua XV de agosto, 342, Centro, Ipira, SC, através do Prefeito Municipal Sr. Emerson Ari Reichert, TORNA PÚBLICO que ficam alterados os subitens 1.1, 2.1, e 2.2 e o anexo A do Edital do Processo Licitatório n° 013/2019 – PMI, na modalidade de Pregão Eletrônico n° 003/2019, que tem como objeto a aquisição de dois veículos zero Km. A data para apresentação das propostas ficou prorrogada para até as 08h45min do dia 11 de março de 2019. A íntegra dos editais estão disponíveis na página da Prefeitura ([www.ipira.sc.gov.br](http://www.ipira.sc.gov.br)) e demais informações poderão ser junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: [neocir@ipira.sc.gov.br](mailto:neocir@ipira.sc.gov.br)

Ipira SC, 22 de fevereiro de 2019.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal de Ipira

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto 026/2019

Publicação Nº 1924335

DECRETO Nº 026 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS 04 E 05 DE MARÇO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 109, incisos XXXI e XXXV, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, as comemorações alusivas de Carnaval que ocorrem no período de 02 a 05 de março de 2019;

CONSIDERANDO, que essa comemoração acontece em nível nacional;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas e em todo o território do Município de Iporã do Oeste, nos dias 04 e 05 de março de 2019.

Art. 2º. Os atendimentos de urgência e emergência na área da saúde serão prestados na forma de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 22 de fevereiro de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER  
Secretário de Administração e Finanças



# Ipumirim

## PREFEITURA

### MINUTA PROCESSO LICITAÇÃO PL 16-2019

Publicação Nº 1924053

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 11/03/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 11/03/2019. Objeto da licitação: aquisição de peças genuínas + mão de obra, para recuperação do sistema de giro da escavadeira hidráulica New Holland modelo E215B, ano 2011 destinada as atividades do DMER. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 22/02/2019  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº. 150/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924437

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE MONITOR DESPORTIVO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim e considerando também a Chamada Pública - Edital 03/2019

CONTRATA

JERRI ANTONIO DE MARTINI, sob a Matrícula 3009-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.699.035-0 e do CPF 016.972.039-06, para ocupar o cargo em caráter temporário de MONITOR DESPORTIVO, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 100 20 horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o

período de 22/02/2019 a 13/12/2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22/02/2019.

Ipumirim - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 151/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924445

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ADRIANA TANIA SIPP TOFFOLI, sob a Matrícula 3010-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5398115 e do CPF 061.389.999-75, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de História, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: NEM JOAO CANTON, até retorno da titular Professora Mariana Cason Rissi Machado.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22/02/2019.

Ipumirim - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

# Irani

## PREFEITURA

### AVISO ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

Publicação Nº 1924865

Dispõe sobre a anulação Processo Licitatório Nº 018/2019, Pregão Presencial Nº 007/2019 o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de consultoria e auditoria baseado em pesquisa de satisfação, feita via telefone, direcionado a órgão público.

O MUNICÍPIO DE IRANI, Estado de Santa Catarina, situado à Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro, Irani, SC, através do Prefeito, Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, no uso das suas atribuições, e

CONSIDERANDO o poder de autotutela consagrado na Súmula 473/STF e no art. 54 da Lei nº 9.784/1999;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios que tramitam em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO o arrazoado contido no relatório exarado Comissão de Licitação instaurada pelo Decreto 119/2018, que, dentre outras ponderações, tende à anulação do certame e de todos os seus atos;

CONSIDERANDO que, o certame instaurado demonstrou-se ineficaz à contratação que se pretende;

CONSIDERANDO que o Termo de Referência, parte integrante do Edital, apresenta inconformidade com a modelagem desta contratação e carece de reformulação, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração;

CONSIDERANDO que o Edital não pode ser mantido sob pena de se proceder a escolha inócua que não atenderá às necessidades desta instituição e sob pena de violação ao Princípio da Legalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar prejuízos e frustrações aos interessados;

#### RESOLVE:

I. ANULAR o Edital do Processo Licitatório Nº 018/2019, Pregão Presencial Nº 007/2019 e os atos dele decorrentes, em face das inconformidades constante na descrição do seu objeto;

II. DETERMINAR a publicação nos mesmos meios que se deu o Edital;

III. DETERMINAR à Secretaria de Administração que apresente novamente Termo de Referência adequado, para abertura de novo procedimento licitatório.

IV. CIENTIFICAR os interessados do certame;

Irani, 22 de fevereiro de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO N° 23/2019 - PM

Publicação N° 1924247

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N° 23/2019

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada – Valeria Carvalho da Rocha

Objeto – O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços com a finalidade de treinar crianças e adolescentes, cadastrados junto ao departamento de esportes, nas modalidades de futebol de campo e futebol de salão, no mínimo 10 horas semanais, nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes e do Estádio David Sinder Sobrinho – Campo do Iguacú.

Valor – R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Vigência – 19/02/2019 a 31/12/2019.

Base Legal – Lei Federal n° 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### CONTRATO N° 24/2019 - PM

Publicação N° 1924475

CONTRATO N° 24/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 84/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel n° 13/2015, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a Sr. Antonio Michahouski.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Locatário e de outro lado o Sr. Antonio Michahouski, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, n° 1.454, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, portador do CPF n° 437.439.949-68, RG n° 1.450.340 SSP-SC, de ora em diante denominada de Locador, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação n° 84/2014, modalidade Dispensa de Licitação n.º 02/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei n° 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato n° 13/2015, conforme Ofício n° 104/2019, do Senhor Lademir Fernando Arcari, e Deferido em 22 de fevereiro de 2019, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, o valor da locação passará de R\$ 848,20 (oitocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), para R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, perfazendo o total de R\$ 11.000,00 (onze mil

reais), a partir do dia 01 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. Eventuais débitos municipais inscritos em dívida ativa ou não, em nome do LOCADOR, de pessoa jurídica que este integre ou ainda incidentes sobre o imóvel objeto da presente, são de integral responsabilidade daquele (locador) e poderão ser descontadas dos créditos a receber do Município.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, 22 de fevereiro de 2019.

Município de Irineópolis	Antonio Michahouski
Juliano Pozzi Pereira	CPF 437.439.949-68
Locatário	Locador
Testemunhas:	
Nome: Josilaine Montoski	Nome: Géssica Greschechen
CPF: 081.276.439-04	CPF: 072.218.599-57

### PORTARIA N° 066/2019

Publicação N° 1923599

PORTARIA N.º 066/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria n° 388/2018 de 04/12/2018 – JHC Locações.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07/02/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 067/2019**

Publicação Nº 1923601

PORTARIA N.º 067/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a contar de 07/02/2019, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo nº 009/2018, instaurado através da Portaria nº 340/2018 de 16/10/2018 – JONAT STEFEN.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07/02/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 068/2019**

Publicação Nº 1923602

PORTARIA N.º 068/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - Considerar PRORROGADO por 30 (trinta) dias, a contar de 14/01/2019, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo nº 011/2018, instaurado através da Portaria nº 399/2018 de 14/12/2018 – JOEL DA ROCHA.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14/01/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 069/2019**

Publicação Nº 1923606

PORTARIA N.º 069/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a contar de 16/02/2019, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo nº 001/2019, instaurado através da Portaria nº 012/2019 de 16/01/2019 – VALDECIR DOS PASSOS.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/02/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de Fevereiro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 070/2019**

Publicação Nº 1923588

PORTARIA N.º 070/2019.

REFORMULA A NOMINATA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão de Educação Permanente em Saúde, com a finalidade da transformação das práticas profissionais e organização do trabalho, baseado em um processo pedagógico, que contempla aquisição/atualização de conhecimentos e habilidades:

- Aline Cristina Linzmeier Riske;
- Karla Grando;
- Patricia Herbst Crestani;
- Emerson Augusto Miguel Padilha Vaz;
- Viviane Renata Opautchak;
- Giliandra de Cássia Brand;
- Miriane Friedrich Reichardt.

Art. 2º. Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração de programa de ações em saúde e seu gerenciamento, zelando pelo bom cumprimento das atividades desenvolvidas pelos servidores da Saúde na Atenção Básica, SAMU e Hospitalar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 269/2018 e demais disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 21 de Fevereiro de 2019.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

092/2017.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 21 de Fevereiro de 2019.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 071/2019

Publicação Nº 1923592

PORTARIA Nº 071/2019.

REFORMULA A NOMINATA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas, para compor a Comissão de Instrumentos de Planejamento da Saúde, referente aos programas SARGSUS, SISPACTO E RAG (Relatório Anual de Gestão), com a finalidade de definir metas, pactuações, resultados. São instrumentos com prazos definidos que devem passar pela aprovação do Conselho Municipal de Saúde:

- Giliandra de Cássia Brand - Membro da Comissão de Educação Permanente em Saúde;
- Sintia Bendlin Franz – Diretora Controle, Avaliação e auditoria e TFD;
- Daniela Aparecida Fritzen Randig – Coordenadora da ESF;
- Suzane Fuhmann – Contadora do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 2º - Os membros ora designados são responsáveis pelo acompanhamento e coordenação dos instrumentos com prazos definidos pela Secretaria Estadual, os quais deverão passar pela aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº

## PORTARIA Nº 072/2019

Publicação Nº 1923594

PORTARIA Nº 072/2019.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário RONALDO BOLSAN nascido em 25/03/1983, portador do CPF nº 042.381.719-18, RG. nº 3.643.470 SSP/SC para, a contar de 25/02/2019 exercer o cargo de Professor de Educação Física (40h/sem), no nível 2, referência A, Tabela I, Grupo Professores, do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/02/2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Fevereiro de 2019.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 05/2019

Publicação Nº 1923825

Portaria Nº 5/2019

“PORTARIA DE PONTO FACULTATIVO”

FERNANDO TURRA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo com início no dia 04 de março de 2019, retornando as atividades no dia 07 de março de 2019, no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de Fevereiro de 2019.  
FERNANDO TURRA  
Presidente da Mesa



# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019, CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

Publicação Nº 1924316

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019, CONCORRÊNCIA Nº. 001/2019. Às 08h30min do dia vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, estando presentes os membros Julcimar Antônio Zotti e Silvine Carla Mertins para o ato de abertura dos envelopes de habilitação referente à Concorrência nº 001/2019, Processo Licitatório nº 007/2019, destinada à concessão remunerada de serviço de guarda e depósito de veículos; Entregaram tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as empresas: MECÂNICA ITAENSE LTDA e DIEGO RODRIGUES DA SILVA. Representadas neste ato pelos senhores: Moacir Roberto Sartoretto e Diego Rodrigues da Silva; O Presidente declarou aberta a seção comunicando que nesta oportunidade será aberto inicialmente o envelope de documentação das empresas licitantes. Aberta a palavra, não houve manifestação o Representante da empresa MECANICA ITAENSE LTDA Sr. Moacir solicitou verbalmente ao presidente a retirada dos seus envelopes de documentação e proposta, os envelopes foram entregues e o mesmo retirou-se da sessão. O Senhor Presidente, em prosseguimento, determinou à abertura do envelope de documentação da empresa DIEGO RODRIGUES DA SILVA, e os documentos nele contido foram rubricados pelo presidente e membros da comissão de licitações e pelo licitante presente; Da análise restou em: HABILITAR as empresas: DIEGO RODRIGUES DA SILVA por cumprir os requisitos do edital. A empresa apresentou termo de renúncia de recurso quanto a fase de habilitação, podendo o presidente dar andamento ao certame licitatório determinando a abertura do envelope de proposta da empresa habilitada. Analisado a proposta, vistados pelo licitante presente restou em CLASSIFICAR a empresa DIEGO RODRIGUES DA SILVA, com o valor de 3% (três por cento) de remuneração para a administração. Perguntado ao licitante presente se desistiria de recurso na fase de propostas o representante da empresa Diego Rodrigues da Silva respondeu positivamente passando a assinar o termo de renúncia de recurso quanto a fase de propostas possibilitando a homologação do edital. Em nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida, vai assinada pelo Presidente e membros da Comissão de Licitação e licitante presente. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá e lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Delso Minski Julcimar Antonio Zotti  
Presidente Membro

Silvine Carla Mertins  
Membro

DIEGO RODRIGUES DA SILVA  
Licitante

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

Publicação Nº 1924308

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 004/2019, em prol da EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC, CNPJ nº. 83.052.191/0022-97, visando elaboração de projetos, pesquisas, apoio técnico, acompanhamento de safra e produtos agropecuários entre outros, até 31 de dezembro de 2019. O valor a ser pago pelo serviço é de R\$ 26.375,00 (vinte e seis mil trezentos e setenta e cinco reais), sendo pago em dez parcelas iguais de R\$ 2.637,50 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Fundamentação legal: Art. 24, inciso VIII da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 22 de fevereiro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATOS 32 A 40, E ADITIVO CANEPPELE

Publicação Nº 1924081

Aditivo Nº ..... : 2AD 75/2018 - Contrato Nº: 75/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: LM COMERCIO EIRELI

Valor ..... : 664,13 (seiscentos e sessenta e quatro reais e treze centavos)

Vigência ..... : Início: 11/02/2019 Término: 20/02/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2018

Objeto ..... : Aditivo de valor devido a adequação da obra.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 4AD 41/2018 - Contrato Nº: 41/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 08/02/2019 Término: 06/04/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Aditivo de prazo de vigência do contrato e execução devido de atraso na entrega das medições.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 14/2019 - Contrato Nº: 14/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 13/02/2019 Término: 31/03/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Aditivo de prazo de execução da obra devido atraso no início da mesma por motivos climáticos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 32/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: DANIELI GELHEN  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2019  
 Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 318.436,75  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 33/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: ALESSANDRA RIETH  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 Processo licitatório nº 003/2019, Inexigibilidade nº 003/2019.  
 Contratada...: ALESSANDRA RIETH  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 34/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: ALESSANDRA GUSATTO  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 Processo licitatório nº 003/2019, Inexigibilidade nº 003/2019.  
 Contratada...: ALESSANDRA GUSATTO  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 35/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: ANDREZA DA SILVA  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 Processo licitatório nº 003/2019, Inexigibilidade nº 003/2019.  
 Contratada...: ANDREZA DA SILVA  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 36/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: FERNANDO CORDOVA ALVES  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 Processo licitatório nº 003/2019, Inexigibilidade nº 003/2019.  
 Contratada...: FERNANDO CORDOVA ALVES  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 37/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: LEILA SCHMATZ  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Credenciamento de profissionais de enfermagem (nível superior) para atendimento de sobreaviso de urgência e emergência.  
 Processo licitatório nº 003/2019, Inexigibilidade nº 003/2019.  
 Contratada...: LEILA SCHMATZ  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 38/2019  
 Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
 Contratada...: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.  
 Valor ..... : 17.000,00 (dezesete mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2019 Término: 15/08/2019  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2019  
 Recursos ..... : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (277) Saldo: 17.000,00  
 Objeto ..... : Contratação de empresa para ampliação do pavimento do Bairro Palmeiras.  
 JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 39/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: BANA & SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGO  
 Valor ..... : 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Objeto ..... : Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de cirurgias em otorrinolaringologia (item 11.1 ao 11.14), pelo CONTRATADO, a todos os cidadãos, devidamente encaminhados pelo Município de Itá. Processo Licitatório nº 006/2018, Inexigibilidade nº 003/2018.  
 Contratada...: BANA & SCHERER ENDOCRINOLOGIA E  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 40/2019  
 Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
 Contratada...: DIEGO RODRIGUES DA SILVA - ME  
 Valor ..... : 3,00 (três reais)  
 Vigência ..... : Início: 21/02/2019 Término: 20/02/2029  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2019  
 Objeto ..... : Concessão dos serviços de guarda, depósito e lei-lão de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, bem como sobre o serviço de remoção de veículos em decorrência de infração à legislação de trânsito nas vias públicas do município.  
 JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 34/2019 - Contrato Nº: 34/2019  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
 Contratada...: ALESSANDRA GUSATTO  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 21/02/2019 Término: 31/12/2019  
 Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar ao contrato original o seguinte serviço do item 01 (sobreaviso de urgência e emergência a ser realizado das 17h00min às 07h30min e 11h30min às 13h00min nos dias úteis e durante 24 horas diárias nos sábados, domingos e feriados).  
 Contratada...: ALESSANDRA GUSATTO  
 Vigência ..... : Início: 21/02/2019 Término: 31/12/2019  
 DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2017

Publicação Nº 1923837

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 24/2017

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: H'Ana Tur Viagens e Turismo Ltda. ME

OBJETO: substituição de veículo ônibus com capacidade de 42 lugares sentados, das linhas nº 7 - turno: matutino e vespertino, para veículo micro-ônibus com capacidade de 21 lugares sentados. Itaiópolis, 19/02/2019. Alvaro Heilmann Prefeito

### EXTRATOS DE CONTRATOS – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019

Publicação Nº 1923839

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para o primeiro semestre de 2019. Contrato nº 04/2019 – Indústria de Farinhas e Sucos Carreteiro Ltda. ME – Valor: R\$ 13.639,50; Contrato nº 05/2019 – Jandira Muller – Valor: R\$ 12.335,20; Contrato nº 06/2019 – Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar de Itaiópolis – UNIPAFI – Valor: R\$ 125.253,80. Valor Global: R\$ 151.228,50. Prazo: até 31/07/2019. Itaiópolis, 07 de fevereiro de 2019. Alvaro Heilmann Prefeito em Exercício

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1923725

Extrato do primeiro Termo Aditivo. Dispensa de Licitação Nº 07/2018. Objeto: Contratação de Clínica Especializada para prestação de Serviços referente a Internação Compulsória de adolescente, conforme Decisão Judicial nos Autos 0000040-13.2018.8.24.0032 da Comarca de Itaiópolis - SC. Contratante: Fundo Municipal Saúde de Itaiópolis. Contratada: Clínica Médica H. J. Eireli. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA - Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 60 (sessenta) dias. Passando a vigência do referido contrato para o dia 30 de março de 2019. Itaiópolis, 22/02/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### ERRATA Nº2 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.009.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1924570

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Itapema

Pregão Presencial nº. 04.009.2019

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de sacos para lixo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2019.

ERRATA Nº2

Onde se lê:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.009.2019

1.0 - Registro de Preços – Aquisição de sacos para lixo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2019.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,01 MILIMETROS (10 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	2.500,00	79,50	198750,00
2	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,01 MILIMETROS (10 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	4.000,00	74,50	298000,00
3	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 50 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	50,00	50000,00
4	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 50 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	41,50	41500,00
5	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 30 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 59 CM LARGURA X 62 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	34,00	34000,00

6	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 30 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 59 CM LARGURA X 62 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	2.000,00	29,00	58000,00
			Total		680.250,00

Leia-se:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.009.2019

1.0 - Registro de Preços – Aquisição de sacos para lixo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2019.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,01 MILIMETROS (10 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR APROXIMADAMENTE 7,800 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	2.500,00	79,50	198750,00
2	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,01 MILIMETROS (10 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR APROXIMADAMENTE 7,800 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	4.000,00	74,50	298000,00
3	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 50 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR PROXIMADAMENTE 2,520 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	50,00	50000,00
4	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 50 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR APROXIMADAMENTE 2,520 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	41,50	41500,00
5	SACO DE LIXO, COR AZUL, CAPACIDADE 30 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 59 CM LARGURA X 62 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR APROXIMADAMENTE 1,830 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	1.000,00	34,00	34000,00

6	SACO DE LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 30 LITROS, ESPESSURA 0,005 MILIMETROS (5 MICRA), DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS: 59 CM LARGURA X 62 CM ALTURA (COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS EM ATÉ 2 CM). SEM EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. PACOTE DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR E PESAR APROXIMADAMENTE 1,830 KG PODENDO CONTER VARIAÇÃO DE PESO DE ATÉ 3 %. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008. APRESENTAR LAUDO DE ENSAIO DE LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, QUE COMPROVE OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR 9191/2008, JUNTAMENTE COM A AMOSTRA.	PCT	2.000,00	29,00	58000,00
			Total		680.250,00

A data e hora de Entrega dos envelopes e a abertura do pregão presencial 04.009.2019 fica ALTERADA para o dia 13/03/2019 às 13:00h. Itapema, 22 de fevereiro de 2019.

RONALDO PAULINO

Secretário Municipal de Administração

## EXTRATO 04.014.2019

Publicação Nº 1923824

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:

Pregão Presencial nº. 04.014.2019

Objeto: Registro de Preço - Aquisição de storage para armazenamento de dados da Prefeitura Municipal de Itapema, com serviço de instalação de todos os componentes necessários, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.014.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 11(onze) de março de 2019.

Abertura do Pregão: 11(onze) de março de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações –modalidades – pregão – pasta 04.014.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 22 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.016.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE LOUSA INTERATIVA DIGITAL PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1924725

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

COM ITEM EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015 e Decreto Municipal 132 de 10 de julho de 2018

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.016.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de lousa interativa digital para atender as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.016.2019. I do Edital Nº. 04.016.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas do dia 12 (doze) de março de 2019.

Abertura do Pregão: 12 (doze) de março de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.016.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 22 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.017.2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ÓLEO DIESEL S10, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.**

Publicação Nº 1924726

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.017.2019.

Objeto: Registro de Preços para aquisição Óleo Diesel S10, mediante a implantação de reservatório de combustível, para atender as necessidades da frota do município de Itapema, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 04.017.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00 (dezesesseis) horas do dia 12 (doze) de março de 2019.

Abertura do Pregão: 12 (doze) de março de 2019, às 16:01(dezesesseis horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.017.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 22 de fevereiro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - MOBILIDADE URBANA**

Publicação Nº 1924243

Edital de Convocação - Audiência Pública

A Câmara de Vereadores de Itapema, por proposição do Vereador Fabrício Lazzari de Oliveira, em atendimento aos preceitos legais e buscado ampla discussão, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA para ouvir a comunidade sobre a mobilidade urbana em nosso município.

A Audiência Pública será realizada no dia 18 de março de 2019, com início marcado para às 19h00, na Sala de Sessão Pedro Mercês Vieira, Câmara de Vereadores de Itapema, Rua 120, n. 423, centro nesta cidade, informações pelo e-mail [administracao@itapema.sc.leg.br](mailto:administracao@itapema.sc.leg.br).

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1. audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;
2. estão previamente inscritos as autoridades municipais, estaduais e federais, podendo se fazer representar.
3. as inscrições para o uso da palavra deverão ser realizada por e-mail encaminhado ao endereço [administracao@itapema.sc.leg.br](mailto:administracao@itapema.sc.leg.br), em até 24hs antes do início da audiência ou de forma presencial nos 10 primeiros minutos da audiência;
4. para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil, o interessado deverá comprovar que a ela pertence e tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade;
5. cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverá ser realizada em até cinco minutos, obedecida a ordem de inscrição;
6. os interessados deverão apresentar preferencialmente, junto à sua inscrição, os memoriais da matéria que for apresentar, contendo em destaque o assunto, relatório e conclusão final, para ser anexado aos encaminhamentos da audiência;
7. a apresentação deverá ater-se, exclusivamente, ao breve relato dos memoriais;
8. a palavra será garantida ao orador, não podendo o mesmo ser aparteado;
9. para o bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;
10. havendo quantidade de inscritos que torne impossível a apresentação de todos no mesmo dia, a Audiência Pública poderá ser interrompida para continuidade no dia seguinte;
11. em cada um dos dias da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 22h, preferencialmente;
12. após a apresentação de todos os inscritos, os trabalhos serão encerrados e a gravação será considerada como ata da audiência;
13. poderão ser apresentados recursos, mediante requerimento no Protocolo Geral da Câmara de Vereadores, no prazo de quarenta e oito horas, contado do final da Audiência Pública, visando dirimir quaisquer dúvidas a respeito do seu andamento.

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação a toda a população de Itapema e interessados.

Itapema, 22 de fevereiro de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema



# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2019

Publicação Nº 1924436

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2019 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até às 07h50min do dia 11/03/2019.

Início da Sessão: dia 11/03/2019, com início às 08h, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e do Município [itapiranga.atende.net](http://itapiranga.atende.net) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 22 de fevereiro de 2019.

DAVINO RAUBER

Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 15, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924944

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

#### ERRATA

Na edição nº 2762, do DOM, veiculada no dia 22 de fevereiro de 2019, publicado Decreto nº 15 de 22 de fevereiro de 2019.

Leia-se:

DECRETO Nº 15, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA-SC - COMASI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.889 de 17 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto, nomeados os seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal De Assistência Social De Itapiranga (COMASI), pelo período de 02 (dois) anos, tendo a seguinte composição:

#### I - REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Kelli de Amarante (titular) e Aline Sabino da Silva Paloschi (suplente)

b) Secretaria Municipal de Educação:

Liciane Mara Wesendonck (titular) e Ricardo Kraemer (suplente)

c) Secretaria Municipal de Saúde:

Bernadete Elena Etges (titular) e Fabiane Koelln (suplente)

d) Outras Áreas:

Adriana Arnhold (titular) e Ane Rohden (suplente)

#### II - DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Das organizações dos usuários:

Carla Roberta Dall'Soto (titular) e Carolina Beatriz Fernandes Sobrinho (suplente)

b) Dos usuários:

Vendelino Konrad (titular) e Carla Gretzler Schneider (suplente)

c) Das entidades e organizações da Assistência Social:

Alexandre Witkoski Avila (titular) e Décio Buss (suplente)

d) Dos trabalhadores:

Juliana Maria Caio (titular) e Michela Giehl Soethe (suplente)

Art. 2º Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretário de Administração.

### DECRETO Nº 16, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924943

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

#### ERRATA

Na edição nº 2762, do DOM, veiculada no dia 22 de fevereiro de 2019, publicado Decreto nº 16 de 22 de fevereiro de 2019.

Leia-se:

DECRETO Nº 16, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.023 de 05.12.2001 e Lei Municipal nº 2.155 de 15.12.2003;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto, nomeados os membros efetivos e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, pelo período de 02 (dois) anos, tendo a seguinte composição:

**I- ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:**

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Marilene Sehnem Fernandes (titular) e Daniela Welter (suplente)

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Tatiane Beumer Egewart (titular) e Mara Oro(suplente)

Silvana Luísa Henkes Hemming (titular) e Daniela Fernanda Neckel Paschoali (suplente)

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Cristina Feil Castanhede (titular) e Samira de Freitas Bolsi (suplente)

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO:

Luana Sperluk (titular) e Angela Wohlfart (suplente)

e) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Edgar Hickmann (titular) e Valdair Miguel Dahmer (suplente)

f) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJANEJAMENTO

Claudia Hahn (titular) e Jarline Hofer (suplente)

**II- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:**

a) GRUPO DE ESCOTEIROS PEDRA VERMELHA:

Maikel Gustavo Schneider (titular) e Janete Flach Davre (suplente)

b) GRÊMIOS ESTUDANTIS:

Heloisa Simon Heberle (titular) e Paula Fuchs (suplente)

c) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP:

Luciana Groth Imich (titular) e Ana Paula Artecopp Jaeger (suplente)

d) ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE ITAPIRANGA - ASSEMIT:

Salete Soethe (titular) e Elenice Strieder Sehn (suplente)

e) ENTIDADES RELIGIOSAS:

Débora Schmitz Meirelles (titular) e Leci Terezinha Lauer (suplente)

f) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL - APAE:

Viviane Dartora (titular) e Carla Roberta Dall'Soto (suplente)

g) ASSOCIAÇÃO DE CULTURA ESPORTIVA E TURISMO DE ITAPIRANGA – ACETI:

Luciane Cantilhano Heck (titular) e Liciane Mara Wesendonck (suplente)

Parágrafo único. Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
José Gilvane Lauer  
Secretario de Administração.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2019**

Publicação Nº 1921109

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 019/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Licitação : Inexigibilidade 28/2019

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DE-MAIS RECEITAS MUNICIPAIS NO PADRÃO CONVÊNIO FEBRABAN

Vigência : Início: 19/02/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 19/02/2019

Valor R\$ : 115.624,00 (Cento e Quinze Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais )

Dotação : 68 - 04.001.2012.333903981000000.01001000

Itapiranga, 22 de FEVEREIRO de 2019

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2019**

Publicação Nº 1921111

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 020/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Licitação : Inexigibilidade 28/2019

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DE-MAIS RECEITAS MUNICIPAIS NO PADRÃO CONVÊNIO FEBRABAN

Vigência : Início: 19/02/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 19/02/2019

Valor R\$ : 115.624,00 (Cento e Quinze Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais )

Dotação : 68 - 04.001.2012.333903981000000.01001000

Itapiranga, 22 de FEVEREIRO de 2019



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA CONTINUAÇÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - TP Nº 02/2019

Publicação Nº 1923997

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA CONTINUAÇÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Data	22/02/2019	Horário início: 14:00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 02/2019 Nº 05/2019

#### OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DAS SALAS DE AULAS E CONDICIONAMENTO ACÚSTICO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA EMEF AYRTON SENNA, LOCALIZADO A RUA MADALENA HAU, Nº137, BAIRRO ITAPEMA DO NORTE, NESTE MUNICÍPIO, COM METRAGEM TOTAL DE 206,81 M2, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3755/2018, a fim de dar continuidade ao julgamento da habilitação das empresas licitantes desse pleito, em consonância a diligência baixada na sessão publica anterior conforme ata datada de 11/02/2019 às 14h:00min, com os seguintes questionamentos: " Registre-se que foi levantado pelos licitantes que há uma discrepância na somatória do BDI da planilha da AMUNESC sendo que as planilhas vieram com 20,34%, porém a somatória correta corresponde a 23,10%, que culminou em erro das cotações das empresas MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA e ASR CONSTRUTORA EIRELI. Apenas a empresa SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA ME usou o BDI de 23,10%. Neste ato a vice-presidente da comissão suspende a sessão para baixar diligência à análise das propostas a Secretaria de Planejamento do Município através de seus técnicos afim de verificar o impacto nos preços que essa cotação errônea apresenta, tanto para o Município quanto para os licitantes, visando averiguar a lisura do processo em questão". Para tanto foram juntados aos autos os seguintes documentos: Parecer técnico I da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, fls. 570/572, que em apertada síntese deflagra a posição que o calculo do BDI que compõe o processo licitatório está correto e explica a formula a ser aplicada, e que não houve prejuízo algum nem para o Município e nem para os licitantes. Em seguida o Setor de Licitações e Contratos expediu a CI nº22/2019 afim que a Secretaria de Planejamento e Urbanismo através de seus técnicos realizasse a análise das planilhas de preços a fim de comprovar a exequibilidade dos BDIs apresentados pelas licitantes das empresas: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA ME, ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA, MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI, fls.573. Do contexto solicitado fez-se a juntada do Parecer técnico II que teve a seguinte conclusão: as empresas ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA, estão de acordo com o edital e legislação vigente, já as empresas MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA ME, apresentaram divergência em relação aos quantitativos e aos valores dos itens solicitados no edital, portanto em desacordo ao edital e a legislação vigente, fls.574/580, ambos

publicados no site oficial do Município. Tendo em vista os fatos novos apresentados essa comissão tem por julgamento acatar os pareceres técnicos I e II da Secretaria de Planejamento do Urbanismo em todos os seus termos. Além disso, aproveitando o ensejo essa Comissão reconsidera a habilitação da empresa ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA, no tocante ao item "2.3.2. Capacidade técnica profissional: 2.3.2.1. Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, acompanhado da CAT - Certidão de Acervo Técnico, compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado no CREA (Instrução Normativa nº 001 de 09/02/2001 do CREA/SC) ou Conselho Regional de Arquitetura - CAU, que comprovem que o seu responsável técnico (Engenheiro civil ou arquiteto, ou outro profissional com qualificação demonstrada para a execução dos serviços), pertencente ao quadro efetivo da empresa na data da licitação, exerceu atividade no ramo do objeto licitado de no mínimo 83m2", tendo em vista a apresentação de acervo realizado por pessoa física, contrariando as regras edilícias do edital. Desde modo, analisando as peças processuais que integram esta fase de julgamento ficam INABILITADAS AS EMPRESAS: ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA, MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA ME, no mais as empresas ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, ASR CONSTRUTORA EIRELI, DIMENSÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, já foram julgadas inabilitas na sessão anterior. Registre-se que foi juntado aos autos o protocolo nº1967/2019 da empresa ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, o qual impetra recurso administrativo requerendo a revisão de julgamento dessa Comissão, fls. 581/606, porém neste quesito está comissão não irá se manifestar, tendo em vista que o prazo de recurso contra a decisão dessa comissão passa contar da data de publicação deflagrada dessa ata que encerra o julgamento fase de habilitação. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto do prazo de direito de recurso previsto na Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 até o dia 07/03/2019. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	STEFANIE LIARA DE CASTILHO MEMBRO
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO	
Presentes na sessão:	
ZAGONEL E BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA ANDRE ALVINO BALSANELLI CPF: 051.472.779-94	

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3920, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923901

DECRETO MUNICIPAL Nº 3920, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Nomeia Chefe da Seção da Divisão Pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental, do Departamento de Coordenação Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Márcia Regina Eggert Soares no cargo de Chefe da Seção da Divisão Pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental, do Departamento de Coordenação Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3923, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924826

DECRETO MUNICIPAL Nº 3923, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso III da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$424.948,41 (quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos) conforme segue:

Suplementações:

**17 FUNREBOM – FUND MUN C BOMBEIROS**

001 Departamento do Funrebom

0006.0182.0015.1072 Ampliação da Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Itapoá

34490 Aplicações Diretas (548) FR 0300000 ..... R\$310.531,55

34490 Aplicações Diretas (549) FR 0300250 ..... R\$84.416,86

**17 FUNREBOM – FUND MUN C BOMBEIROS**

001 Departamento do Funrebom

0006.0182.0015.2139 Manutenção do Funrebom

34490 Aplicações Diretas (550) FR 0300250 ..... R\$30.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$424.948,41

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 21 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3924, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924835

DECRETO MUNICIPAL Nº 3924, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso III da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$1.505.316,70 (um milhão, quinhentos e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e setenta centavos) conforme segue:  
Suplementações:

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33390 Aplicações diretas (551) FR 0300000 ..... R\$464,84

34490 Aplicações diretas (552) FR 03020100 ..... R\$50.000,00

34490 Aplicações diretas (559) FR 03880000 ..... R\$441,41

34490 Aplicações diretas (560) FR 03890000 ..... R\$184,91

33390 Aplicações diretas (573) FR 06381300 ..... R\$21.378,86

33390 Aplicações diretas (575) FR 06381500 ..... R\$259.351,50

33390 Aplicações diretas (580) FR 06382000 ..... R\$1.861,47

33390 Aplicações diretas (581) FR 06382100 ..... R\$12.000,00

33390 Aplicações diretas (587) FR 06670400 ..... R\$20.106,46

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2115 Manutenção do PA 24 Horas

33390 Aplicações diretas (553) FR 03020100 ..... R\$141.225,37

34490 Aplicações diretas (554) FR 03020100 ..... R\$30.000,00

33390 Aplicações diretas (567) FR 06380700 ..... R\$ 4.760,73

34490 Aplicações diretas (568) FR 06380800 ..... R\$13.155,16

33390 Aplicações diretas (577) FR 06381700 ..... R\$26.470,50

33390 Aplicações diretas (582) FR 06389000 ..... R\$41,40

33390 Aplicações diretas (585) FR 06670200 ..... R\$14,70

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2114 Manutenção do Centro de Reabilitação

33390 Aplicações diretas (555) FR 03020100 ..... R\$50.000,00

34490 Aplicações diretas (556) FR 03020100 ..... R\$10.000,00

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0304.0013.2120 Manutenção da Vigilância Sanitária

33390 Aplicações diretas (557) FR 03020200 ..... R\$24.217,77

34490 Aplicações diretas (558) FR 03020200 ..... R\$60.000,00

33390 Aplicações diretas (570) FR 06381000 ..... R\$1.177,65

33390 Aplicações diretas (583) FR 06389100 ..... R\$9,26

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família

33390 Aplicações diretas (561) FR 06380100 ..... R\$22.541,98

33390 Aplicações diretas (562) FR 06380200 ..... R\$21.236,16

33390 Aplicações diretas (565) FR 06380500 ..... R\$29.000,30

33390 Aplicações diretas (566) FR 06380600 ..... R\$147.790,82

33390 Aplicações diretas (572) FR 06381200 ..... R\$15.678,56

34490 Aplicações diretas (574) FR 06381400 ..... R\$216.620,46

34490 Aplicações diretas (578) FR 06381800 ..... R\$143,89

33390 Aplicações diretas (579) FR 06381900 ..... R\$2.953,77

34490 Aplicações diretas (584) FR 06670100 ..... R\$44.926,51  
 33390 Aplicações diretas (588) FR 06670500 ..... R\$10.655,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 001 Fundo Municipal de Saúde  
 0010.0301.0013.2142 Folha de Pagamento do Fms  
 33190 Aplicações diretas (563) FR 06380300 ..... R\$111.936,34  
 33190 Aplicações diretas (564) FR 06380400 ..... R\$50.763,06  
 33190 Aplicações diretas (576) FR 06381600 ..... R\$155,25

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 001 Fundo Municipal de Saúde  
 0010.0305.0013.2119 Manutenção da Vigilância Epidemiológica  
 33390 Aplicações diretas (569) FR 06380900 ..... R\$60.576,07  
 33390 Aplicações diretas (589) FR 06670600 ..... R\$129,47

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 001 Fundo Municipal de Saúde  
 0010.0301.0013.2112 Programa de Assistência Farmacêutica Básica  
 33390 Aplicações diretas (571) FR 06381100 ..... R\$33.431,29  
 33390 Aplicações diretas (586) FR 06670300 ..... R\$9.915,78

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$424.948,41  
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Itapoá (SC), 21 de fevereiro de 2019.  
 MARLON ROBERTO NEUBER  
 PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
 CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

## DECRETO MUNICIPAL Nº 3925, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924836

DECRETO MUNICIPAL Nº 3925, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.  
 Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar proveniente de excesso de arrecadação, vínculo 02380600 – Atenção Básica PMAQ.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso IV da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,  
 DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, vínculo 02380600 – Atenção Básica PMAQ, perfazendo o montante de R\$32.212,09 (trinta e dois mil, duzentos e doze reais e nove centavos) conforme segue:

Suplementação:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 001 Fundo Municipal de Saúde  
 0010.0301.0013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família.  
 33390 Aplicações Diretas (344) FR 02380600 ..... R\$32.212,09

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$32.212,09  
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Itapoá (SC), 21 de fevereiro de 2019.  
 MARLON ROBERTO NEUBER  
 PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
 CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

## DECRETO MUNICIPAL Nº 3926, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924839

DECRETO MUNICIPAL Nº 3926, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.  
 Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 41, inciso I e artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, inciso I do artigo 6º da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018- LOA – 2019,  
 DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares, por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais) conforme segue:

Anulação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 001 Ensino Fundamental  
 0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental  
 33390 Aplicações Diretas (372) FR 01010000 .....  
 ..... R\$186.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$186.000,00

Suplementação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 001 Ensino Fundamental  
 0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental  
 34490 Aplicações Diretas (590) FR 01010000 .....  
 ..... R\$186.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$186.000,00  
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Itapoá (SC), 21 de fevereiro de 2019.  
 MARLON ROBERTO NEUBER  
 PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
 CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

## DECRETO MUNICIPAL Nº 3928, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924842

DECRETO MUNICIPAL Nº 3928, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
 Nomeia Diretor do Departamento de Controle Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
 DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Telma Maria Teixeira Bauer no cargo de Diretora do Departamento de Controle Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Itapoá (SC), 22 de fevereiro de 2019.



MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

## DECRETO MUNICIPAL Nº 3929, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924844

DECRETO MUNICIPAL Nº 3929, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso III da Lei Municipal nº 832, de 20 de dezembro de 2018 – LOA/2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$916.000,00 (novecentos e dezesseis mil reais) conforme segue:

Suplementação:

### 03 GABINETE DO PREFEITO

003 Gabinete do Prefeito

0006.0182.0020.2140 Manutenção do Fundo da Defesa Civil

33390 Aplicações diretas (591) FR 0300000 ..... R\$100.000,00

34490 Aplicações diretas (592) FR 0300000 ..... R\$816.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....R\$916.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 016/2019 - PSICÓLOGO

Publicação Nº 1924319

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PSICÓLOGO Nº 016/2019

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissional Psicólogo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007 de 03 de dezembro de 2007, torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissional Psicólogo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em Caráter Temporário, para complementação do quadro de psicólogo.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 candidato, mais cadastro reserva, para ser contratado

em caráter temporário, para o cargo de Psicólogo, conforme as condições previstas no Artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007.

1.2. Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 155/2003, anexo VI;

1.3. As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Saúde;

1.4. Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.827,69 (dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos), para 40 horas semanais;

1.5. O contratado fará jus:

a) Ao vale transporte municipal para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

b) Ao auxílio alimentação no valor de R\$ 426,76 (quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos);

c) À férias e 13º salários proporcionais;

1.6. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ou até o preenchimento da vaga por concurso público. No cadastro reserva, os eventuais contratos serão realizados conforme a necessidade de cada vaga.

1.7. A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 155/2003 e 044/2014;

1.8. Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias, conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

### 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 08 e 11/03/2019;

Local: Protocolo da Secretaria de Saude de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00.

### 3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1. Para realização da inscrição serão necessários cópia dos documentos abaixo especificados, entregues em ENVELOPE IDENTIFICADO, LACRADO, contendo todos os documentos solicitados na ordem descrita abaixo:

3.2. Documentos Obrigatórios:

a. Cédula de identidade e CPF;
b. Diploma do Curso de Graduação;
c. Título de eleitor;
d. Certidão de Quitação Eleitoral – emitida pelo site do TRE <a href="http://www.tre-sc.jus.br">www.tre-sc.jus.br</a>
e. Comprovante de residência

### 3.3 - Documentos Opcionais:

- |   |
|---|
| a. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área de Psicologia;                  |
| b. Atestado de Tempo de Serviço na área, através de Carteira de Trabalho, ou declarações de prefeituras |

3.4. A falta de qualquer das informações citadas no item 3.2, implicará na nulidade da inscrição;

3.5. Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão;

3.6. Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2014 e nem com carga horária inferior a 20 horas;

3.7. O atestado de tempo de serviço deverá constar obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 - A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

### 4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados;

4.2. A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- Para cada mês de tempo de serviço computar-se-á 02(dois) pontos;
- Para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área computar-se-á 01 (um) ponto;

### 5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para os classificados:

- Maior tempo de experiência;
- Maior número de horas de curso;
- Maior idade.

### 6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A listagem classificatória será publicada no site da prefeitura [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e será afixada no mural da Prefeitura no dia 14/03/2019, a partir das 15h00.

### 7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

7.1. A contar da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil, para solicitar reconsideração, junto ao Setor de Protocolo da Secretaria de Saúde, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00.

7.2. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

7.3. No dia 19 de Março de 2019, às 14h00, será publicada a classificação final com as reconsiderações, se houverem.

### 8. DAS VAGAS EM GERAL

8.1. Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- 8.1.1- Não responderem à Convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de cinco dias úteis;
- 8.1.2- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria de Saúde;
- 8.1.3- Não aceitarem a vaga oferecida;
- 8.1.4- Desistirem da vaga;
- 8.1.5- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

8.2. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Saúde;

### 09 . DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. O candidato deverá revisar a documentação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;

9.3. O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria de Saúde.

9.5. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2019.

Sandra Regina Medeiros da Silva Secretária de Saúde	Marciane Rech Enfermeira III
--	---------------------------------

Noeli Schwetler Saidel Susinei Ribeiro Schultz Auxiliar de Serviços Gerais Readaptada Agente Administrativo II

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2019

Publicação Nº 1924069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PODER AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME, com sede à Rua Tenente Silveira, nº 200 – sala 704, Bairro: Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.010-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.779.566/0001-10 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato pelo procurador, o Sr. RONALDO JULIO DE SOUZA HIPÓLITO, portador do CNPJ/MF nº 342.626.369-68 e do CI.RG nº 1578945-SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 - REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2019 - PROCESSO Nº 02/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens nacionais, compreendendo a emissão, remarcação e o cancelamento de passagens aéreas, por um período de 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 234.378,50 (duzentos e trinta e quatro mil trezentos e

setenta e oito reais e cinquenta centavos)  
DATA DA ASSINATURA: 22/02/2019  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/02/2020  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2019.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2019

Publicação Nº 1924756

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME, com sede à Rua Joaquim João Luiz, nº 189, Centro, na cidade de Balneário Barra do Sul/SC, CEP: 89.247-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.247.912/00001-77 e Inscrição Estadual nº 256.511.276, representada neste ato pelo representante legal, o Sr. CARLOS EDUARDO ONOFRE, portador do CNPF/MF nº 047.847.729-52 e do CI.RG nº 4.577.968-6 – SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019 – PROCESSO Nº 11/2019.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de segurança desarmada, locação de palco, som, iluminação, e banheiros químicos, gradil de segurança visando a realização do Carnaval Cultural 2019, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 41.590,00 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2019.

CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE  
SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA

## FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 001/2018

Publicação Nº 1923972

FUNDO DA DEFESA CIVIL  
CONTRATO Nº 001/2018

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa GLOBO ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 16.861.634/0001-79, com sede na Av. Coronel João Fernandes, 402, Centro, Araranguá - SC, neste ato representado pelo Sr. Elizandro de Fáveri, Engenheiro Agrimensor, Proprietário, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO NO TRECHO DE 2,0KM DO RIO SAÍ, ELABORAÇÃO DE PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO LEIO DO RIO COM CURVAS DE NÍVEL DE 0,5M X 0,5M, ELABORAÇÃO DE PERFIL LONGITUDINAL DO RIO E ELABORAÇÃO DE PERFIS TRANSVERSAIS A CADA 50,00M, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 14/11/2018 a 10/02/2019.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Mediante a entrega e a certificação de recebimento da entrega pelo Coordenador de Defesa Civil.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o presente contrato;
- Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

5.2. A CONTRANTE obriga-se:

- Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato.
- Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes



sansões:

- I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;
- II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sansões previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária decorrentes do repasse do Recurso Federal.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 30 de outubro de 2018

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil	ELIZANDRO DE FÁVERI Globo Engenharia e Serviços Eireli
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 002/2018 - ELABORAÇÃO

Publicação Nº 1923975

FUNDO DA DEFESA CIVIL  
CONTRATO Nº 002/2018

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC,

doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa AL-LEANZA PROJETO E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.347.435/0001-20, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2230, Bairro Glória, Município de Joinville - SC, neste ato representado pela Sra. DAYSI NASS DOS SANTOS, CPF nº 035.266.449-50 ao final assinada, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS PARA OBRAS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DA LINHA DE COSTA DEVIDO A EROÇÃO COSTEIRA SEVERA NA ORLA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será até a conclusão dos trabalhos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 115.045,00 (cento e quinze mil e quarenta e cinco reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

- 4.1.1 – Primeira parcela, no valor de R\$ 57.522,50 (cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296 com recursos próprios, no início dos trabalhos, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal.
- 4.1.2 – Segunda parcela, no valor de R\$ 57.522,50 (cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296 com recursos próprios, no início dos trabalhos, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- a) Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- b) Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- c) Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- d) Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- e) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- f) Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- g) Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.



**5.2. A CONTRANTE obriga-se:**

- a) Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- c) Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato;
- d) Efetuar o pagamento de todos os seguros, imposto, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes ao objeto;
- e) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária: Referência 591

Órgão 03 – Gabinete do Prefeito

Unidade 003 – Fundo da Defesa Civil

Ação 2140 – Manutenção do Fundo da Defesa Civil

Funcional 0006.0182.0020 – Fundo Municipal da Defesa Civil

Elemento 3339000000000000 – Aplicações Diretas

Subelemento 3339039990000000 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa jurídica

Vínculo 03000000 – Recursos Ordinários – exercícios anteriores

**CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, ou posterior à execução dos serviços, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS**

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapoá, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente

Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 27 de novembro de 2018.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil Prefeitura Municipal de Itapoá	DAYSI NASS DOS SANTOS Alleanza Projeto e Consultoria Ltda.
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

**FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 003/2019**

Publicação Nº 1923978

FUNDO DA DEFESA CIVIL

CONTRATO Nº 003/2019

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa DEIVIS ANDERSON ZACKO – ME, inscrito no CNPJ sob o nº 23.840.084/0001-77, com sede na Rua Perequê, 1142, Balneário Barra do Sul - SC, neste ato representado pelo Sr. DEIVIS ANDERSON ZACKO, Proprietário, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRAGA COM COLABORADORES ESPECIALIZADOS OBJETIVANDO O DESASSOREAMENTO DO LEITO, COM VOLUME MÁXIMO DE 35.000 M³, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência contratual será de 14/11/2018 a 01/03/2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL**

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 430.500,00 (quatrocentos e trinta mil e quinhentos reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

4.1.1 – Primeira parcela, no valor de R\$ 88.557,95 (oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos) após medição, referente contrapartida do município, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296 com recursos próprios, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal;

4.1.2 – Segunda parcela, no valor de R\$ 113.980,68 (cento e treze

mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos) após medição, com recursos federais recebidos da DEFESA CIVIL FEDERAL, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal;

4.1.3 – Terceira parcela, no valor de R\$ 113.980,68 (cento e treze mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos) após medição, com recursos federais recebidos da DEFESA CIVIL FEDERAL, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal;

4.1.4 – Quarta parcela, no valor de R\$ 113.980,69 (cento e treze mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos) após medição, com recursos federais recebidos da DEFESA CIVIL FEDERAL, 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal;

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o presente contrato;
- Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

##### 5.2. A CONTRANTE obriga-se:

- Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato.
- Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;
- Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária decorrentes do repasse do Recurso Federal.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 14 de novembro de 2018.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil	DEIVIS ANDERSON ZACKO Deivis Anderson Zacko – Me
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

**FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1923981

**FUNDO DA DEFESA CIVIL  
CONTRATO Nº 004/2018**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.400.257/0001-10, com sede na Rua Atanásio de Oliveira, nº 183, Centro, Município de Barra do Sul - SC, neste ato representado pela Sr. Henrique Manoel Borges Filho, CPF nº 024.126.739-00, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº. 10.406, de 10/01/2002, Lei nº. 8.078/90, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSTANTES DO PLANO DE TRABALHO ANEXO E EM CONFORMIDADE COM OS SERVIÇOS DESCRITOS NO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS, ESPECIALMENTE OS CONTIDOS NA TABELA ABAIXO, PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS DE RESPOSTA NA LINHA DE COSTA DEVIDO A EROÇÃO COSTEIRA SEVERA OCORRIDA NA ORLA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

Serviço	Quantidade	Unidade	Valor R\$
Retirada, descarga e realocação de pedras (Conformação da contenção existente.	1.736,00	m³	93.910,66
Espalhamento de material escavado com trator de esteira para movimentação de terra	4.004,25	m³	13.414,24
Escavação e correção do talude com escavadeira hidráulica	4.004,25	m³	22.429,89
Fornecimento e instalação de manta Geotextil, RT14.	4.985,00	m²	30.408,50
Fornecimento Aterro com material de jazida, inclusive compactação e transporte de material	6.499,00	m³	241.112,90
Carga, transporte e espalhamento de pedras com auxílio de escavadeira hidráulica (excluindo fornecimento do material)	9.790,00	m³	576.141,50
Demolição de construção parcialmente destruída pelo evento	60,00	m³	6.570,60
Carga de entulho com caminhão basculante	80,00	m³	1.500,00
Transporte do entulho para bota-fora.	80,00	m³	5.671,20
Drenagem Galeria Rua 620	100,00	m³	21.500,00
			1.012.659,49

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência contratual será até a conclusão dos trabalhos, limitado ao dia 01 de março de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 1.012.659,48 (um milhão, doze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado mediante as medições da execução das etapas, em conformidade com o plano de trabalho em anexo, após 10 dias da emissão da nota fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

5.1.1. Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;

5.1.2. Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;

5.1.3. Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;

5.1.4. Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;

5.1.5. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;

5.1.6. Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;

5.1.7. Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

5.1.8. Executar os serviços de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o projeto, obedecendo rigorosamente as normas estabelecidas em cada trecho, conforme referido nas condições do Projeto de Recuperação da Orla anexo, assim como as determinações da contratante e da legislação pertinente.

5.1.9. Executar perfeitamente o objeto do contrato, conferindo, fiscalizando e dando recebimento nos materiais entregues, os quais deverão

ser depositados no local conforme determinação da Contratada;

5.1.10. A contratada fica obrigada a isolar a área e responsabilizar-se pelo recebimento e conferência dos materiais a serem adquiridos pela CONTRATANTE e entregues no local a ser indicado pela CONTRATADA;

5.1.11. Fornecer todo equipamento e pessoal necessário à perfeita execução dos serviços contratados e responsabilizar-se pela emissão e pagamento de ART's e demais licenças necessárias conforme legislação;

5.1.12. A CONTRATADA é responsável, por todos os ônus e pelo cumprimento de todas as leis com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, legais e comerciais, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais danos causados diretamente ao município de Itapoá ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

5.1.13. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários referidos nesta cláusula, não transferirá ao município a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos espaços públicos

5.1.14. Responsabilizar-se por todas as licenças necessárias para a execução dos serviços;

5.1.15. Fornecer, sempre que solicitados pela Coordenação de Defesa Civil, comprovantes de pagamento dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais/trabalhistas;

5.1.16. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;

5.1.17. Manter na obra profissional(ais) devidamente habilitado(s), conforme exigência dos órgãos competentes;

5.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto deste Contrato em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou materiais empregados.

5.1.19. A executar a totalidade da obra de acordo com o Plano de trabalho apresentado pela Coordenação de Defesa Civil, conforme Anexo impresso e em arquivo digital (CD) também anexo;

5.1.20. Quaisquer modificações a serem introduzidas, sejam em nível de execução, projeto, especificações, planilhas, cronogramas e outras pertinentes, somente poderão ser efetuadas com autorização do Coordenador Municipal de Defesa Civil.

5.1.21. A Contratada se obriga a refazer os serviços que vierem a ser recusado pela fiscalização, sem que isto implique na dilação do prazo de execução e nem no aumento de custos;

5.1.22. Todo e qualquer serviço será executado por profissionais habilitados, e a Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

5.1.23. A Contratada deverá adotar normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas à legislação pertinente;

5.1.24. A Contratada deverá manter no local, responsável técnico devidamente regularizados no CREA e deverá entregar ao Coordenador de Defesa Civil a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional indicado, devidamente paga ao CREA.

5.1.25. A Contratada dará fiel cumprimento das condições pactuadas nas Convenções Coletivas de Trabalho.

5.1.26. Quando da retirada de entulhos a Contratada deverá apresentar a Fiscalização o comprovante de descarte de entulho de acordo com a RESOLUÇÃO Nº. 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA.

5.1.27. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

5.1.28. Efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes ao objeto;

5.1.29. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal;

5.1.30. Responsabilizar-se pelo transporte de bens e materiais adquiridos pela CONTRATANTE, do local indicado pelo fornecedor até o local da obra;

5.1.31. Seguir rigorosamente todas as especificações técnicas contidas no plano de trabalho, em especial os croquis de localização e disposição de materiais, executando os serviços observando estritamente as coordenadas e os projetos de estruturas de proteção e fixação das bermas da linha de costa;

5.2. A CONTRANTE obriga-se:

5.2.1. Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;

5.2.2. Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;

5.2.3. Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

I – Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

II – Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante e mediante julgamento de uma comissão formada especialmente para este fim.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes nas legislações vigentes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária decorrentes do repasse do de Recursos Federais:

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, ou posterior à execução dos serviços, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO



11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapoá, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá (SC), 19 de dezembro de 2018.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil Prefeitura Municipal de Itapoá	LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ sob o nº 12.400.257/0001-10
---	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 005/2018

Publicação Nº 1923983

#### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 005/2018

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa ALLEANZA PROJETOS CONSULTORIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.347.435/0001-20, com sede na Rua XV de Novembro, 2230, Bairro Glória, Joinville - SC, neste ato representado pelo Sra. DAYSI NASS DOS SANTOS, Proprietário, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, ANTE-PROJETOS E PLANO DE TRABALHO PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DEVIDO A EROÇÃO COSTEIRA SEVERA NA ORLA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 14/12/2018 A 14/03/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 35.740,50 (trinta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta centavos)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

4.1.1 – Primeira parcela, no valor de R\$ 17.870,25 (dezessete mil, oitocentos e setenta reais e vinte e cinco centavos) no ato da assinatura deste contrato, com recursos próprios, 5 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal;

4.1.2 – Segunda e última parcela, no valor de R\$ 17.870,25 (dezessete mil, oitocentos e setenta reais e vinte e cinco centavos) com recursos próprios na conclusão dos trabalhos, 5 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal;

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outro que venham a incidir sobre o presente contrato;
- Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que

possam incidir são por conta do Contratado;

i) Acompanhar a execução de todo os trabalhos, certificando-se que estarão sendo realizados em conformidade com o projeto.

#### 5.2. A CONTRANTE obriga-se:

- a) Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- c) Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal da Defesa Civil.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma. Itapoá (SC), 14 de dezembro de 2018.

### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 006/2018

Publicação Nº 1923986

#### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 006/2018

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 30.002.366/0001-60, com sede Rua 1980 – Amambai, 119, Bairro Palmeiras – Itapoá - SC, neste ato representado pelo Sra. CLENILDE NAUMANN GOLL, Administradora, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 2.688,67 m³ DE MINERAIS (ROCHA, SAIBRO E PEDRA) PARA ENRONCAMENTO NA ÁREA ERODIDA, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 21/12/2018 a 05/02/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 201.650,25 (duzentos e um mil

seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços/entrega dos materiais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

4.1.1 – Mediante a entrega e a certificação de recebimento da entrega pelo Coordenador de Defesa Civil

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- a) Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- b) Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- c) Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- d) Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- e) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- f) Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- g) Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o presente contrato;
- h) Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

5.2. A CONTRANTE obriga-se:

- a) Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- c) Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato;
- d) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal:

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;
- II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

Referência 591

Órgão 03 – Gabinete do Prefeito

Unidade 003 – Fundo da Defesa Civil

Ação 2140 – Manutenção do Fundo da Defesa Civil

Funcional 0006.0182.0020 – Fundo Municipal da Defesa Civil

Elemento 3339000000000000 – Aplicações Diretas

Suplemento 3339039990000000 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa jurídica

Vínculo 03000000 – Recursos Ordinários – exercícios anteriores

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS**

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**



11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapoá para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 21 de dezembro de 2018.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil	CLENILDE NAUMANN GOLL ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA
---	--

Testemunhas:

1ª –
2ª –

### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO N° 007/2019

Publicação N° 1923987

#### FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO N° 007/2019

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa BRIFORT COMERCIO DE AREA E PEDRA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.432.399/0001-78, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, 5100, Bairro Brejatuba – Guaratuba - PR, neste ato representado pelo Sra. ALESSANDRA JAGIELSKI, Administradora, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 492 m³ DE PEDRA AMARROADA PARA REALIZAÇÃO DO ENRONCAMENTO NA ÁREA ERODIDA, PARA RETIRADA, SEM FRETE, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 02/01/2019 a 05/02/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 24.354,00 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços/entrega dos materiais.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

4.1.1 – Mediante a entrega e a certificação de recebimento da entrega pelo Coordenador de Defesa Civil

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o presente contrato;
- Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

**5.2. A CONTRANTE obriga-se:**

- a) Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- c) Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato;
- d) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária decorrentes do repasse do Recurso Federal.

**CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS**

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapoá para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 02 de janeiro de 2019.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil	ALESSANDRA JAGIELSKI BRIFORT COMERCIO DE AREA E PEDRA LTDA
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

**FUNDO DA DEFESA CIVIL CONTRATO Nº 008/2019**

Publicação Nº 1923988

FUNDO DA DEFESA CIVIL  
CONTRATO Nº 008/2019

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº201, 430, na cidade de Itapoá - SC, representado pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil, Sr. JOSÉ CARLOS PARTIKA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Itapoá - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.607.623/0001-91, com sede na Rua XV DE NOVEMBRO, 4190, Bairro Glória – Joinville - SC, neste ato representado pelo Sra. JOSIANE KEMPER, Administradora, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 9.298 m<sup>3</sup> DE ROCHA DETONADA PARA RETIRADA DO LOCAL, SEM FRETE, conforme Decreto Municipal nº 3779/2018, homologado pelo Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 1751/2018 e reconhecimento pela União, através da Portaria nº 296.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual será de 02/01/2019 a 01/03/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR TOTAL

3.1. Pela execução do objeto do presente contrato o Município de Itapoá pagará o valor total de R\$ 455.602,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e dois reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos preços de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os custos diretos, indiretos e encargos de qualquer natureza devidos em decorrência da execução dos serviços/entrega dos materiais.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em até dez dias da apresentação da nota fiscal e após a fiscalização dos volumes com os respectivos trechos das metas nas seguintes condições:

4.1.1 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 157

4.1.2 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 850

4.1.3 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 948

4.1.4 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 1.204

4.1.5 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 1.842

4.1.6 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 146

4.1.7 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 342

4.1.8 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 2.398

4.1.9 – Acréscimo de enrocamento de pedra m<sup>3</sup>: 1.411

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA obriga-se:

- a) Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas, com estrita observância da legislação em vigor;
- b) Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas ao objeto contratado;
- c) Prestar todo esclarecimento e informação solicitada pelo Coordenador de Proteção e Defesa Civil;
- d) Arcar com todos os encargos pertinentes a seus empregados e de tributos;
- e) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas em lei;
- f) Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários resultantes deste contrato, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenha vinculação com a realização do fornecimento objeto deste ajuste;
- g) Os impostos cabíveis serão retidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o presente contrato;
- h) Todos os custos para execução dos serviços, tais como: deslocamento, combustível, estadia, alimentação dos funcionários e outros que possam incidir são por conta do Contratado.

5.2. A CONTRANTE obriga-se:

- a) Prestar à Contratada, todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Supervisionar o desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada sobre os mesmos;
- c) Comunicar a contratada qualquer ocorrência verificada durante a execução do contrato;
- d) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos e qualquer dano que possa ocorrer a terceiros quando da realização e execução do objeto, observando todas as normas de segurança, ficando a Prefeitura livre de qualquer responsabilidade civil ou criminal:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

I – Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso da inexecução diária do fornecimento do objetivo desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

6.2. As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Contratada, devidamente comprovada perante a Contratante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também as disposições constantes na Lei Federal nº 8666/93 e suas respectivas alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas correrão por conta da dotação orçamentária decorrentes do repasse do Recurso Federal.

**CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE**

9.1. A Contratada responde, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Município ou a terceiros, correndo às suas expensas, em qualquer ônus para a Prefeitura, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO DE DIREITOS**

10.1. O presente contrato não poderá ser cedido, no todo ou em parte, pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapoá para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itapoá, 02 de janeiro de 2019.

JOSÉ CARLOS PARTIKA Coordenador de Proteção e Defesa Civil	JOSIANE KEMPER CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA

Testemunhas:

1ª –
2ª –

**LEI MUNICIPAL Nº 838, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923908

LEI MUNICIPAL Nº 838, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Altera a Lei Municipal nº 126, de 11 de abril de 1996, que dá denominação a vias públicas.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso XV do artigo 1º da Lei Municipal nº 126/1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

...

XV – Rua Flamboyant, localizada no balneário Praia das Palmeiras, entre as quadras 10/11 e 13/14.

...

...

Art. 1º ...

...

XV – Rua Flamboyant, localizada entre as quadras 10/11 e 13/14 do Balneário Praia das Palmeiras e as quadras 7/8, 14/15, 21/22 e 28/29 do Balneário Imperador. (NR)

...

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de fevereiro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 015/2019 EDITAL 040/2018**

Publicação Nº 1923909

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 015/2019**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/02/2019, CONFORME OS HORÁRIOS ESTIPULADOS PARA CADA ÁREA, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

08H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
30	40h	Ed. Infantil	Maria Angelita Pereira Alves	28/02/2019	04/05/2019
31	40h	Ed. Infantil	Barbara Danielle da Silva Ferreira	28/02/2019	04/05/2019
32	40h	Ed. Infantil	Gislane da Silva Muniz	28/02/2019	04/05/2019

## 08H30 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
36	40h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Juliana da Silva Santos	28/02/2019	24/03/2019
37	40h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Roberta Serednitzkei Lima	28/02/2019	24/03/2019
38	40h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Kemilim Hirt Bornancin	28/02/2019	24/03/2019
39	40h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Laudelina Miguel dos Santos	28/02/2019	24/03/2019

## 09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
13	40h	Educ. Física	Andrei Rauen	28/02/2019	04/06/2019
14	40h	Educ. Física	Ana Maria Gonçalves Ribas	28/02/2019	04/06/2019

## 09H30 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
02	20h	Intérprete/Tradutor de LIBRAS	Neuci Mormito Freire	28/02/2019	20/12/2019

## 10H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
02	40h	Orientação Educacional	Roberta Serednitzkei Lima	28/02/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 016/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 1924173

### TERMO CONVOCAÇÃO Nº 016/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretaria de Educação no dia 26/02/2019, CONFORME OS HORÁRIOS ESTIPULADOS PARA CADA ÁREA, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

## 08H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
40	20h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Joceni Aparecida Muniz Martins	28/02/2019	30/03/2019
41	20h	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	Ana Josélia Dallacourt Ribas	28/02/2019	30/03/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

**TERMO ADITIVO Nº 12/2019**

Publicação Nº 1923866

TERMO ADITIVO Nº 12/2019 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2018. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339-68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ceará, nº 884, Bairro Barra do Saí, neste Município, e, de outro lado a Empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, com sede à Rua Dona Francisca, nº 4349, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.218-111, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.854.994/0001-76 e Inscrição Estadual nº 254.574.912, representada neste ato pelo sócio, Sr. CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA, portador do CNPF/MF nº 623.759.629-15 e do CI.RG nº 1.434.908-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras (outsourcing de impressão), com fornecimento de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de insumos, exceto papel, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018 - PROCESSO Nº 41/2018, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO**

Altera cláusula terceira "DO PREÇO", aditivando o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), o qual corresponde a um percentual de 8,57% do respectivo Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	MARCA/ MODELO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Impressora Multifuncional Colorida com ciclo de 2.000 impressões mensais, velocidade de impressão de 33 ppm em Preto e 20ppm em colorido ou mais. Deverá possuir scanner com resolução 2400 dpi, função para digitalizar/ copiar os 2 lados e alimentador automático de documentos para 30 (trinta) folhas ou mais, recurso para impressão frente e verso automático, a jato de tinta ou laser, com resolução mínima de 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000, Wi-Fi e USB.	EPSON L-656	5	R\$ 140,00	R\$ 700,00	R\$ 700,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO**

O presente Termo Aditivo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura com vencimento condicionado ao Contrato Administrativo nº 47/2018. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer após a emissão da ordem de serviço emitida pela Secretaria de Administração/ Departamento de Informática, o início dos serviços deverá ocorrer a partir do dia 09/03/2019.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 47/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	CONTRATADA STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
Fiscal do Contrato:  OSWALDO RICCI JUNIOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	
Testemunhas:  Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:



**TERMO ADITIVO Nº 13/2019**

Publicação Nº 1923968

TERMO ADITIVO Nº 13/2019 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2018. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pelo Chefe de Gabinete, o Sr. RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 6.114.589-3 SESP/PR e CNPF/MF nº 025.037.599-04, residente e domiciliado à Av. Zilda Arns Neumann, nº 527, Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, e de outro lado a Empresa SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA com sede á Rua Antônio Scalise Filho, nº 135, Centro, na cidade de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.647829/0001-79 e Inscrição Estadual Isenta, representada neste ato por sócio, o Sr. KLÉBER ROGÉRIO OBLADEN FOGGIATTO portador do CNPF/MF nº 003.932.719-19 e do CI.RG nº 4.521.500-8 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa prorrogar a Contratação de agências para a prestação de serviços de propaganda e publicidade, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, e demais serviços inerentes à atividade publicitária, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 03/2017 – PROCESSO Nº 83/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, e alterações posteriores e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo em 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 20/2018, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 23/02/2019 podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO**

A previsão orçamentária para a execução dos serviços contratados, pelo prazo de 12 meses, é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil).

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 20/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 20/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 22 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFE DE GABINETE	CONTRATADA SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA KLÉBER ROGÉRIO OBLADEN FOGGIATTO
Fiscal do Contrato:  JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas:  NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 101/2019 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO**

Publicação Nº 1924881

PORTARIA Nº 101/2019, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º, 10 e 16 da Lei Complementar nº. 44/2014, e da Resolução Legislativa nº 07/2014 e alterações:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a partir do dia 25 de fevereiro de 2019, o servidor comissionado FRANCISCO XAVIER SOARES, CPF nº 390.158.239-87, no cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Itapoá/SC, com observância da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014, e



alteração pela Resolução nº 12/2019, de 22 de fevereiro de 2019, percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 7 da Lei Complementar nº 76/2019, de 11 de fevereiro de 2019, e com observância dos requisitos do cargo, sendo diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 25 de fevereiro de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

## **PORTARIA Nº 102/2019 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DA MESA DIRETORA**

Publicação Nº 1924882

PORTARIA Nº 102/2019, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DA MESA DIRETORA

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º, 10 e 16 da Lei Complementar nº. 44/2014, e da Resolução Legislativa nº 07/2014 e alterações:

### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a partir do dia 25 de fevereiro de 2019, o servidor comissionado ROBERTO NIZER DOS REIS, CPF nº 071.861.759-29, do cargo de Assessor da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá/SC, com observância da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014, e alteração pela Resolução nº 12/2019, de 22 de fevereiro de 2019, percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº 76/2019, de 11 de fevereiro de 2019, e com observância dos requisitos do cargo, sendo grau de escolaridade com ensino médio completo e idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 25 de fevereiro de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 053/2019

Publicação Nº 1923775

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 053, de 21 de fevereiro de 2019.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo relacionado, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Elessandro Alves Dreher

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21/02/2019.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 22/fevereiro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 054/2019

Publicação Nº 1923778

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 054 - 22 de fevereiro de 2019.  
CONTRATA TEMPORARIAMENTE VANESSA MARQUETTE CADORE PARA O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 002/2018,

#### RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, VANESSA MARQUETTE CADORE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Imigra - interior, Município de Presidente Castello Branco - SC, portadora do CPF nº 103.494.129-10, Carteira de Identidade nº 5.753.957, para ocupar o Cargo de Professora, subordinada à Secretaria de Educação e Desporto, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 20/12/2019.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11/02/2019.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22/02/2019.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 25/fevereiro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 1923937

DECRETO Nº. 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALDO BROGNOLI, Prefeito Municipal em Exercício de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 11, Inciso I da Lei Municipal nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do provável excesso de arrecadação no montante de R\$ 460.952,38 (Quatrocentos e Sessenta Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Oito Centavos), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Projeto/Atividade: 2.062 – Incentivos as Ações de Desenvolvimento Turístico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0094(111) – Aplicações Diretas ..... R\$ 460.952,38

TOTAL GERAL: ..... R\$ 460.952,38

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal (vinculação 0094 – Recursos Vinculados Federais) por conta do Contrato de Repasse OGU nº 873076/2018; Operação nº 1059794-86; Proposta SICONV nº 041155/2018 (Objeto: Pavimentação do Trecho da Serra da Pedra no Município de Jacinto Machado –SC, 2ª Etapa), celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Turismo e o Município de Jacinto Machado, recursos a serem creditados no Banco Caixa Econômica Federal, Conta Corrente/Aplicação nº 647.169-2, Agência 1084.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2019.

ALDO BROGNOLI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### DECRETO Nº. 014 DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 1923950

DECRETO Nº. 014 DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDO BROGNOLI, Prefeito Municipal em Exercício de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, III, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do Exercício de 2019, na dotação orçamentária abaixo discriminada, na importância de R\$ 301.231,83 (Trezentos e Um Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Três Centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2018.

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0701(112) -Aplicações Diretas..R\$ 301.231,83

TOTAL ..... R\$ 301.231,83

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2018, oriundo de Transferências referentes ao FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no valor de R\$ 301.231,83 (Trezentos e Um Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Três Centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e Conta Corrente n.º 17.737-7, do município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2019.

ALDO BROGNOLI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**DECRETO Nº. 015 DE 25 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923952

DECRETO Nº. 015 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.

ESTABELECE O RETORNO DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NORMAL DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o retorno do horário de expediente normal das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, a partir do dia 28 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Considerando a jornada de trabalho normal que é de 08 (oito) horas diários ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo único. Entenda-se como horário de expediente normal da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, os turnos de 2ª à 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de 25 de janeiro de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 25 de janeiro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

TATIANA WATERKEMPER CANTELI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
EM EXERCÍCIO**DECRETO Nº. 016 DE 25 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923953

DECRETO Nº. 016 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.

CESSA OS EFEITOS DO DECRETO Nº. 101 DE 19 DE OUTUBRO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam cessados, a partir do dia 04 de fevereiro de 2019, os efeitos do Decreto Municipal nº. 101 de 19 de outubro 2019, que estabeleceu Horário Especial nas repartições Públicas do Município de Jacinto Machado.

Art. 2º. Considerando cessadas as razões que determinaram o horário especial, retorna-se a jornada de trabalho normal que é de 08 (oito) horas diários ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo único. Entenda-se como horário de expediente normal de trabalho nas Repartições Públicas do Município de Jacinto Machado, da Administração direta e Indireta, os turnos de 2ª à 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Jacinto Machado – (SC), 25 de janeiro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

TATIANA WATERKEMPER CANTELI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
EM EXERCÍCIO**DECRETO Nº. 017 DE 25 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923956

DECRETO Nº. 017 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 11, Inciso III da Lei Municipal nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 103.143,37 (Cento e Três Mil, Cento e Quarenta e Três Reais e Trinta e Sete Centavos), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0712(113) – Aplicações

Diretas ..... R\$ 103.143,37

TOTAL GERAL: ..... R\$ 103.143,37

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos transferidos pelo FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, através do Plano de Ações Articuladas (PAR) (vinculação 00.0712) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados em Conta Bancária específica nº 17.869-1, agência 2192-X do Banco do Brasil, relacionada ao repasse financeiro do Termo de Compromisso nº 201803674-8.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 25 de janeiro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

TATIANA WATERKEMPER CANTELI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
EM EXERCÍCIO

**DECRETO Nº. 018 DE 25 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923959

DECRETO Nº. 018 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 11, Inciso I da Lei Municipal nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do provável excesso de arrecadação no montante de R\$ 200,00 (Duzentos Reais), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (114) – 3.3.90.00.00.00.0105 – Aplicações Diretas ..... R\$ 200,00

TOTAL ..... R\$ 200,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, no valor de 200,00 (Duzentos Reais) oriundos de recursos vinculados a operação de crédito, (vinculação 00.0105) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 25 de janeiro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

TATIANA WATERKEMPER CANTELI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
EM EXERCÍCIO

**DECRETO Nº 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923940

DECRETO Nº 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDO BROGNOLI, Prefeito Municipal em Exercício de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, I, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no Exercício de 2019, na importância de R\$ 236.405,86 (Duzentos e Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Oitenta e Seis Centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto/Atividade: 1.017 – Construção de Equipamentos Esportivos e Lazer

Modalidade de Aplicação: (59) – 4.4.90.00.00.0094 – Aplicações Diretas ..... R\$ 236.405,86

TOTAL ..... R\$ 236.405,86

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do Provável Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019, oriundo de recursos de Convênio firmado com o Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal juntamente com o Ministério do Esporte, conforme Contrato de Repasse nº 842205/2016 – Proposta SI-CONV Nº 040438/2016, Operação nº 1037162-11, objetivando a execução de “Construção de Quadra Poliesportiva no Município de Jacinto Machado/SC”.

Parágrafo Único. A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária nº 647.141-2, Agência 1084 da CEF – Caixa Econômica Federal, até o limite dos valores da vinculação 01.0094, acrescida ao Projeto/Atividade 1.017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2019.

ALDO BROGNOLI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 41/2017  
ERRATA**

Publicação Nº 1924313

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 41/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Contratado: Telefônica Brasil S.A.

Objeto: aditivo de valor, ao Contrato nº 41/2017, para o atendimento das unidades administrativas do Município de Jacinto Machado (Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social), da prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, para prestação de serviços de telefonia móvel local, custos de tarifas por minutos para chamadas e assinatura de franquias de dados.

Valor: O valor estimado do presente Termo Aditivo é de R\$ 4.765,00 (Quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: 14/01/2019 e se estende até 14/03/2019.



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

Publicação Nº 1924887

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.606/2019, formada pelos membros Marcelo Gumboski, Ivan Andreias Wolter e Otoniel da Silva, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preços Nº 008/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em execução de serviços técnicos com elaboração de projeto para a obra de Revitalização da Praça Ângelo Piazzera. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
ANDRIOLI ARQUITETURA E PROJETOS LTDA	Sem Representante	x-x-x-
DAL FORNO & MARTINS ENGENHARIA LTDA ME	Matheus Lamas Marsico	009.748.070-36
ENGEDER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME	Sem Representante	x-x-x-
FESTI E FESTI CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA	Sem Representante	x-x-x-
IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	Sem Representante	x-x-x-
JCASTRO & PERTSCHI ARQUITETURA E URBANISMO LTDA	Sem Representante	x-x-x-
MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	Daiana Madeira Nascimento	009.289.449-64
SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI	Sem Representante	x-x-x-

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
ANDRIOLI ARQUITETURA E PROJETOS LTDA	75	Sem numeração
DAL FORNO & MARTINS ENGENHARIA LTDA ME	94	Sem numeração
ENGEDER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME	48	Sem numeração
FESTI E FESTI CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA	61	Sem numeração
IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	114	Numeradas de 01 a 114
JCASTRO & PERTSCHI ARQUITETURA E URBANISMO LTDA	75	Numeradas de 01 a 75

MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	97	Numeradas de 02 a 96 e 01 sem numeração
SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI	55	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara INABILITADA as empresas e motivos, como segue:

DAL FORNO & MARTINS ENGENHARIA LTDA ME: não atendeu a Comprovação da capacidade técnico-operacional exigida no item 6.1 alínea "j.2" do Edital, item Projeto Paisagístico; FEST & FEST CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP: não apresentou o documento exigido no item 6.1 alínea "a" do Edital - Cópia do Certificado de Registro Cadastral junto à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, emitido na forma do § 1º do artigo 36 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; não comprovou a exigência do item 6.1 alínea "j.2" - Comprovação da capacidade técnico-operacional, itens Projetos Urbanístico e Paisagístico; não apresentou o documento exigido no item 6.1 alínea "l" - Declaração pessoal do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela proponente, concordando com a sua responsabilidade técnica perante os serviços; não atendeu a exigência do item 6.1 alínea "m.4" do Edital - Grau de endividamento igual ou menor que 1,00 - O índice apresentado pela proponente é de 2,48;

MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA: por não atender o item 6.1 alínea "i" - Certidão de Registro e Regularidade da Licitante ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou CAU, por apresentar divergência de valor do capital social apresentado na Certidão do CREA (R\$ 600.000,00) e no Contrato Social (R\$ 1.000.000,00).

SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI: não atendeu a Comprovação da capacidade técnico-operacional exigida no item 6.1 alínea "j.2" do Edital, item Projeto Paisagístico; e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A Comissão registra em ata que os balanços foram analisados na sessão, na presença de todos, pelo Contador do município Sr. Reimundo Brasil, lotado no Fundo Municipal de Saúde. A seguir a Comissão informa aos Representantes presentes que em função da inabilitação das empresas citadas, está suspendendo a sessão e na Forma da Lei abrindo prazo recursal de 05(cinco) dias úteis, concedendo-se "vistas às partes" quanto ao julgamento das Habilitações. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

Marcelo Gumboski	
Ivan Andreias Wolter	
Otoniel da Silva	
Matheus Lamas Marsico	
Daiana Madeira Nascimento	

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

Publicação Nº 1924449

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência

de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.608/2019, formada pelos membros Marcelo Gumboski, Ivan Andreias Wolter e Otoniel da Silva, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preços Nº 009/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em execução de serviços técnicos com elaboração de projeto para execução de obra de arte - Ponte Treze de Maio/Joaquim Francisco de Paula. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA	Sem Representante	x-x-x-
FEST & FEST CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP	Sem Representante	x-x-x-
IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	Raul Heichsen	458.818.479-20
LCP LACERDA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	Sidney Eiselt	789.810.429-34
LL ZOCCO PROJETOS SS LTDA EPP	Sem Representante	x-x-x-
OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP	Vilson Renan Brillinger	048.092.319-17
SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI	Sergio Luiz Hayashi	597.742.079-04

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA	64	Numeradas de 01 a 05, de 07 a 50 e de 62 a 64, e 12 folhas sem numeração
FEST & FEST CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP	56	Sem numeração
IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	81	Numeradas de 01 a 81
LCP LACERDA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	52	Sem numeração
LL ZOCCO PROJETOS SS LTDA EPP	57	Sem numeração
OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP	44	Sem numeração
SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI	33	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara INABILITADA as empresas e motivos, como segue:

FEST & FEST CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP: não apresentou o documento exigido no item 6.1 alínea "a" do Edital - Cópia do Certificado de Registro Cadastral junto à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, emitido na forma do § 1º do artigo 36 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; não comprovou a exigência do item 6.1 alínea "j.1" - Comprovação da capacidade técnico-operacional -Projetos de OAE (Pontes ou Viadutos):760,00 m², o Atestado apresentado não atende a metragem exigida e também não apresentou a CAT do atestado; não apresentou o documento exigido no item 6.1 alínea "l" - Declaração pessoal do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela proponente, concordando com a sua responsabilidade técnica perante os serviços, que deverá obrigatoriamente ser o profissional indicado nas letras "j" e "l"; não atendeu a exigência do item 6.1 alínea

"m.4" do Edital – Grau de endividamento igual ou menor que 1,00 - O índice apresentado pela proponente é de 2,48.

LL ZOCCO PROJETOS SS LTDA EPP: não apresentou o documento exigido no item 6.1 alínea "a" do Edital - Cópia do Certificado de Registro Cadastral junto à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, emitido na forma do § 1º do artigo 36 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI: não atendeu a exigência do item 6.1 alínea "j" do Edital - A comprovação técnica apresentada, não condiz com a Razão Social e CNPJ da Proponente participante do certame, estando a comprovação em nome da empresa CONCVIL PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA com CNPJ 03.250.618/0001-06 . LCP LACERDA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA: não atendeu a exigência do item 6.1 alínea "m.4" do Edital – Grau de endividamento igual ou menor que 1,00 - O índice apresentado pela proponente é de 1,15; não atendeu a exigência do item 6.1 alínea "j.1" - Comprovação da capacidade técnico-operacional -Projetos de OAE (Pontes ou Viadutos):760,00 m², o atestado apresentado refere-se a Consórcio, não sendo possível quais atividades foram executados pela empresa proponente e seus profissionais. A CAT apresentada não cita a atividade de obra de arte especial e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A Comissão registra em ata que os balanços foram analisados na sessão, na presença de todos, pelo Contador do município Sr. Reimundo Brasil, lotado no Fundo Municipal de Saúde. A seguir a Comissão informa aos Representantes presentes que em função da inabilitação das empresas citadas, está suspendendo a sessão e na Forma da Lei abrindo prazo recursal de 05(cinco) dias úteis, concedendo-se "vistas às partes" quanto ao julgamento das Habilitações. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

Marcelo Gumboski	
Ivan Andreias Wolter	
Otoniel da Silva	
Raul Heichsen	
Sidney Eiselt	
Vilson Renan Brillinger	
Sergio Luiz Hayashi	

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DOS RECURSOS E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DA PROPOSTA REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 191/2018

Publicação Nº 1924196

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DOS RECURSOS E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DA PROPOSTA REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 191/2018

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, com início às treze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.374/2018, formada pelos membros Maria de Lourdes Bordin, Andreia Matias da Rosa Silveira e Marilene Giese, para sob a presidência da primeira, para procederem a divulgação da análise dos recursos administrativos interpostos pelas empresas GM Instaladora Eireli, Orcali Serviços de Limpeza Ltda, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, Smart Limpeza e Jardinagem Ltda EPP, ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA sob os Protocolos nºs 32769/2018, 32811/2018, 32814/2018, 33045/2018, 33080/2018, respectivamente, bem



como a divulgação da análise da contrarrazão/impugnação ao recurso administrativo, interposto pela empresa FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, sob o Protocolo nº 33440/2018, respectivamente, todos da CONCORRÊNCIA Nº 191/2018, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município. Após análise dos recursos e contrarrazão/impugnação apresentado pelas empresas supracitadas e considerando a Decisão Administrativa exarada pelo Secretário Municipal da Administração (anexa) que decidiu e julgou pelo NÃO PROVIMENTO dos recursos administrativos interpostos, mantendo a Inabilitação da empresa ADS SERVIÇOS LTDA EPP e mantendo a HABILITAÇÃO das demais proponentes, sendo: COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, EXATA APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, GM INSTALADORA EIRELI, KHROSOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, ORBENK ADM E SERVIÇOS LTDA, ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIAIS EIRELLI, SMART LIMPEZA E JARDINAGEM LTDA EPP. Desta forma, a Comissão Especial convoca e designa data para abertura do envelope 02 – Propostas Comerciais das empresas habilitadas, ficando marcado para o dia 01/03/2019 às 08:30 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

Maria de Lourdes Bordin	
Andreia Matias da Rosa Silveira	
Marilene Giese	

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1924360

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Valdemar Ehler	180.643.379-68	25332/2019	Rogar/Limpar o imóvel, cadastro: 31708	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

## EDITAL Nº 005/2019/SEMED/PMJS

Publicação Nº 1923385

### EDITAL Nº 005/2019/SEMED/PMJS

Edital de convocação para inscrição, seleção e matrícula de alunos nas vagas disponíveis pelo local de trabalho dos pais ou responsáveis.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através da Secretaria da Educação, torna público normas e prazos para inscrição, seleção e matrícula de alunos nas unidades escolares municipais de ensino fundamental para as vagas a serem preenchidas através do zoneamento escolar pelo local de trabalho dos pais ou responsáveis, previsto na Instrução Normativa 08/2018-SEMED/JS, art. 6º e 7º, observadas as demais disposições legais.

#### I – DO DIREITO ÀS VAGAS

Art. 1º – As vagas disponibilizadas pelas unidades escolares podem ser ocupadas por alunos cujos pais ou responsáveis trabalham no âmbito do zoneamento escolar das respectivas unidades.

#### II – DA DIVULGAÇÃO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS

Art. 2º – As unidades escolares devem publicar em seus murais, em local visível e de destaque, as turmas e respectivo número de vagas, no dia 22 de fevereiro de 2019, observado o disposto na IN 08/2018-SEMED/JS, art. 6º, inciso .

#### III – DA INSCRIÇÃO

Art. 3º – As inscrições para os interessados estarão abertas a partir do dia 25 de fevereiro de 2019 e encerrar-se-ão no dia 27 de fevereiro de 2019, observando-se o horário de funcionamento da secretaria das unidades escolares.

Art. 4º – As inscrições deverão ser feitas pelos pais ou responsáveis na unidade escolar pretendida.

Art. 5º – No ato da inscrição deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – Quando funcionário de empresa: declaração em papel timbrado ou com carimbo da empresa, assinado pelo seu responsável legal, constando o local e horário de trabalho, bem como o endereço da empresa.

II – Quando proprietário de empresa: cópia autenticada do alvará de funcionamento, alvará sanitário, ou outro documento oficial que comprove a localização da empresa e a qualidade de proprietário, tal como contrato social.

III – Quando diaristas ou autônomos com trabalho em local fixo: declaração que comprove a situação. Entende-se como trabalho em local fixo, quando o profissional comparece ao mesmo, no mínimo, 2 (duas) vezes por semana e de forma continuada.

Parágrafo único – A não apresentação dos documentos requeridos no ato da inscrição, impossibilitam-na.

#### IV – DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 6º – A classificação dos inscritos será feita pelo diretor(a) e secretário(a) da unidade escolar, em conjunto, mediante os seguintes critérios:

I – se já tiver irmão estudando na unidade escolar;

II – se estudou na unidade escolar no ano de 2018;

III – se ambos os pais trabalham na mesma empresa, situada no zoneamento da unidade escolar pretendida;

IV – a proximidade da empresa com a unidade escolar – tem preferência o candidato cujos pais trabalham em empresa mais próxima à escola, considerando o endereço e o arruamento constantes do mapa de zoneamento escolar.

Parágrafo 1º – A ordem de chegada ou de inscrição dos interessados não é critério para a classificação.

Parágrafo 2º – A decisão da escola é soberana, desde que os critérios tenham sido observados para a ordem de classificação.

Art. 7º – A classificação deverá ser divulgada no mural da escola, acessível a todos, no dia 1º de março de 2019 e a escola deverá convocar os classificados.

Parágrafo único – Essa classificação será válida enquanto houver interessados, pelo período do ano letivo.

#### V – DA MATRÍCULA

Art. 8º – As matrículas dos alunos deverão ser feitas nos dias 7 e 8 de março de 2019, de acordo com a classificação e vagas disponibilizadas.

Parágrafo 1º – O não comparecimento no período acima estabelecido ou a falta de documento obrigatório para a matrícula resulta na perda da posição de classificação e o candidato seguinte será chamado.

Parágrafo 2º – O candidato que perdeu a posição de classificação irá para a última posição em relação aos inscritos nesse período.

Art. 9º – Havendo interessados a ocupar vagas pelo critério de local de trabalho de pais ou responsáveis, tendo sido realizada a inscrição e classificação desse edital, havendo ainda vaga remanescente, poderá ser feita a matrícula e, caso ainda haja classificação(s), deve ser inscrito na lista de espera após este(s).

#### VI – DA DURAÇÃO DO EXERCÍCIO DO DIREITO À VAGA PELO ZONEAMENTO DE TRABALHO

Art. 10 – A ocupação de vaga pelo critério de local de trabalho de pais ou responsáveis, pode ser exercida enquanto perdurar o trabalho destes naquele local.

Parágrafo único – A comprovação dessa condição deverá ser feita no ato da matrícula do aluno, ou quando a unidade escolar assim o achar necessário, mediante os mesmos documentos requeridos no ato na inscrição, da qual trata o artigo 5º, deste edital.

#### VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – O disposto no artigo 1º, deste edital, quanto ao direito de ocupação das vagas, não se aplica às escolas de tempo integral, podendo ser flexibilizado de acordo com sua disponibilidade, atendidas as demais disposições.

Art. 12 – A distância de mais de 3 (três) quilômetros entre a residência do aluno e a unidade escolar, para fins de transporte escolar, não se aplica quando a matrícula for efetivada pelo zoneamento de trabalho, sendo este então incumbência dos pais ou responsáveis.

Art. 13 – Questões não contempladas neste edital deverão ser reportadas, pelo responsável pela unidade escolar, à Comissão Especial de Zoneamento e Matrícula, através de ofício ou e-mail, para as devidas providências.

Parágrafo único – A Comissão Especial de Zoneamento e Matrícula encaminhará sua decisão à unidade escolar, onde o(s) interessado(s) poderá(ão) obtê-la.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Antonio de Souza Júnior    Egon Lotário Jagnow  
Membro                              Membro

Natalie Janine Petry  
Membro

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

Publicação Nº 1924453

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
------	--------	-------	---------------------------	-----------------------------

177	12.000	Fras-cos	SORO FISIOLÓGICO 9% 250 ML – CÓDIGO 9417 Frasco sistema fechado	2,21
-----	--------	----------	--	------

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega total dos produtos deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Christiano Altair Mattana Giordani

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 025/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018

Publicação Nº 1924888

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 025/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: POSTO AGRICOPEL LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço, o fornecimento de combustíveis ( gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

DA REVISÃO DE VALORES: Com fundamento no Ofício encaminhado no dia 14/02/2019 pela Fornecedora, fica, a partir de 01/02/2019, revisado o valor dos itens nº 03 e nº 04 do objeto contratual (gasolina comum) no percentual de 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), passando a vigorar os seguintes valores:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor unitário por litro (R\$)
03	216.000 Disputa Ampla	Litros	Gasolina comum	3,871
04	24.000 10% do item 03	Litros	Gasolina comum	3,871

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 14/02/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Alceu Gilmar Moretti e Carla Regina Treis.

Onésimo José Sell

Secretário Municipal Obras e Serviços Públicos

Alceu Gilmar Moretti  
Secretário Municipal da Saúde e  
Gestor de Fundo Municipal de Saúde

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 030/20189 AO CONTRATO Nº 501/2017

Publicação Nº 1924889

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 030/20189 AO CONTRATO nº 501/2017

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE 218/2017

FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Município de Jaraguá do Sul.

Contratada: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

OBJETO: – Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.

DO VALOR - Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/ atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso
05.001.04.122.0302.2058	Pagamento de despesas fixas - Patrimonio	3.3.90 – Aplicações Diretas	69	Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/02/2019 a 01/02/2020, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo até o limite de 60 (sessenta) meses. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2019.

FORO: COMARCA DE FLORIANÓPOLIS – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Marciano da Silva Vieira e Moacir Aguiar

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 095/2019 AO CONTRATO Nº 353/2017

Publicação Nº 1924890

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 095/2019 AO CONTRATO Nº 353/2017

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017 E PROCESSOS: 001/2017 FUJAMA, 009/2017-FROAGRO E 31/2017-FMS.

FUNDAMENTO: art 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA -FROAGRO e FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO: Contratação serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular, para a frota de veículos, máquinas e equipamentos oficiais do Município de Jaraguá do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, com cobertura RCF (Contra Terceiros) e Total (Compreensiva) contra danos materiais resultantes de sinistro, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e a terceiros, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica conforme especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, fica acrescido ao Lote 01 do Edital de Pregão Eletrônico nº 116/2017, com Seguro Total, o seguinte veículo:

ITEM	FROTA	PLACA	CHASSI	MARCA	MODELO	FAB	MOD	SECRETARIA	VALOR
186	490	QJX2569	9BGJC7520KB148409	CHEVRO-LET	SPIN 1.2L MT LTZ	2018	2019	EDUCAÇÃO	R\$ 965,80
187	491	QJV4348	93YMAFEXCKJ648158	RENAULT	MASTES REVESCAP L3H2	2018	2019	EDUCAÇÃO	R\$ 1.234,20

O acréscimo dos veículos supracitados é no valor total de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correspondente a 4,03% (quatro inteiros e três centésimos por cento) do valor global do contrato original.

Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, fica acrescido ao Lote 03 do Edital de Pregão Eletrônico nº 116/2017, com Seguro RCF, o seguinte veículo:

ITEM	FROTA	PLACA	CHASSI	MARCA	MODELO	FAB	MOD	SECRETARIA	VALOR
40	837		9BLP10002GG000095	LS	PLUS 100 CABINADO	2018	2018	AGRICULTURA	R\$ 500,00

O acréscimo do veículo supracitado é no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), correspondente a 0,91% (noventa e um centésimos por cento) do valor global do contrato original.

Em consequência, o valor global do contrato passa a ser de R\$ 58.593,19 (cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e dezenove centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2019, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	066
12.001.20.122.0302.2409	Pagamento de despesas fixas - Agricultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	337	080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Daniel Peach, Normando Zitta Junior e Marcelo Wais.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

## NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 1923819

### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Isidoro Pedri n.º 120, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.007.211/0001-60, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. ALCEU GILMAR MORETTI,

### NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE

a empresa ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.338.456/0001-94, com sede na Rua Argemiro Pretto, nº 340, Bairro Lajeadozinho, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei n.º 8.666/93, pelas razões que passa a expor:

A empresa contratada foi vencedora de itens no Pregão Presencial Nº 035/2018-FMS, para Registro de Preços, cujo objeto foi o fornecimento de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados a equipar as Unidades de Saúde Básica da Rede Municipal – Sistema Único de Saúde – SUS, segundo as conveniências da Administração Direta.

Em 14 de Dezembro de 2018 foi emitida as Autorizações de Fornecimento nº 2989/2018 e 2990/2018 entregue a notificada na data de 17/12/18 via correio eletrônico, e-mail, para o fornecimento dos itens 1, 16 e 23 – Armário Vitrine c/ 1 Porta, Maca Ginecológica c/ Armário e Suporte p/ Braço p/ Verificação de Pressão.

Ocorre que, devido ao período de recesso e férias coletivas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, de 24 de Dezembro de 2018 à 21 de Janeiro de 2019, solicitamos via correio eletrônico a notificada a prorrogação da entrega dos itens para após o término das férias coletivas. Em 18 de Janeiro de 2019 a notificada realizou a entrega no Almoxarifado do Fundo Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul os equipamentos constante nas Autorizações de Fornecimento mencionadas acima, porém, ao conferirmos com o descritivo da Ata de Registro de Preço nº 204/2018, verificamos que os itens 1 e 16 foram entregues com divergências.

Em 18 de Janeiro de 2019 entramos em contato com a empresa na pessoa da Srta. Andreia informando o ocorrido via telefone, posteriormente em 22 de Janeiro de 2019 encaminhamos e-mail para a mesma formalizando as divergências encontradas. Porém, após os contatos via telefone e e-mail ressaltando a necessidade do Órgão, até a presente data não foram feitas as correções necessárias.

Assim sendo, ficam as NFs 1.428 e 1.429 emitidas em 16/01/19 suspensas de pagamento até a regularização das inconformidades encontradas na conferência.

Diante de tais fatos, o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, usando a prerrogativa dos artigos 87, inciso I da Lei n.º 8.666/93, bem como o Decreto Nº 11.184/2017 de 11/01/17, quanto à competência, REQUER QUE O PROBLEMA RELATADO SEJA SOLUCIONADO E QUE SEJAM ESCLARECIDOS OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE PLENO ATENDIMENTO QUANDO DA ENTREGA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, considerando válido para todos os efeitos o encaminhamento via fac-símile, retorno de leitura via-email ou AR-simples via correio.

Decorrido o prazo, poderá ser instaurado processo administrativo e aplicadas as penalidades administrativas, que estão dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520 e na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço nº 204/2018.

Jaraguá do Sul, 21 de Fevereiro de 2019.

REGINALDO PANSTEIN

Agente de Logística

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretario Municipal de Saúde



**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Publicação Nº 1924214

**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Isidoro Pedri n.º 120, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.007.211/0001-60, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. ALCEU GILMAR MORETTI,

**NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE**

a empresa ESSENCIAL – COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.821.798/0001-96, com sede na Rua Prata, n.º 304, Parque Industrial Z, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei n.º 8.666/93, pelas razões que passa a expor:

A empresa contratada foi vencedora de itens no Pregão Presencial Nº 035/2018-FMS, para Registro de Preços, cujo objeto foi o fornecimento de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados a equipar as Unidades de Saúde Básica da Rede Municipal – Sistema Único de Saúde – SUS, segundo as conveniências da Administração Direta.

Em 14 de Dezembro de 2018 foi emitida as Autorizações de Fornecimento nº 2972 e 2986/2018 e entregue a notificada na data de 17/12/18 via correio eletrônico, e-mail, para o fornecimento dos itens 55 e 05 – Fotopolimerizador e Balança Pediátrica c/ Concha.

Ocorre que, devido ao período de recesso e férias coletivas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, de 24 de Dezembro de 2018 à 21 de Janeiro de 2019, solicitamos via telefone a notificada, na pessoa do Sr. Jurandir, a prorrogação da entrega dos itens para após o término das férias coletivas.

Porém, após os contatos via telefone ressaltando a necessidade do Órgão, até a presente data não foram feitas as entregas dos equipamentos solicitados.

Diante de tais fatos, o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, usando a prerrogativa dos artigos 87, inciso I da Lei n.º 8.666/93, bem como o Decreto Nº 11.184/2017 de 11/01/17, quanto à competência, REQUER QUE O PROBLEMA RELATADO SEJA SOLUCIONADO E QUE SEJAM ESCLARECIDOS OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE PLENO ATENDIMENTO QUANDO DA ENTREGA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, considerando válido para todos os efeitos o encaminhamento via fac-símile, retorno de leitura via-e-mail ou AR-simples via correio.

Decorrido o prazo, poderá ser instaurado processo administrativo e aplicadas as penalidades administrativas, que estão dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520 e na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço nº 207/2018.

Jaraguá do Sul, 22 de Fevereiro de 2019.

REGINALDO PANSTEIN

Agente de Logística

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretario Municipal de Saúde

**PORTARIA SAMAESJU Nº 126/2019**

Publicação Nº 1924883

**PORTARIA SAMAESJU Nº 126/2019**

Torna sem efeito nomeação

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

CONSIDERANDO a Portaria de Nomeação SAMAESJU nº 056/2019, de 25 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO o pedido de desistência à nomeação, formulado por MIRIAM SANTANA DE OLIVEIRA FERNANDES DIAS, conforme Memorando 0178/2019 – DA-CRH;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 16, § 4º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014;

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria de Nomeação SAMAESJU nº 056/2019, de 25 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJU Nº 127/2019**

Publicação Nº 1924884

PORTARIA SAMAESJU Nº 127/2019  
Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR RAFAEL GEROLA, aprovado no Concurso Público nº 001/2018, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de VISTORIADOR DE REDES E RAMAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2018, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJU Nº 128/2019**

Publicação Nº 1924885

PORTARIA SAMAESJU Nº 128/2019  
Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR VITOR HUGO BURGARDT, aprovado no Concurso Público nº 001/2018, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de VISTORIADOR DE REDES E RAMAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2018, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 03/2019/CMDCA/JS

Publicação Nº 1924226

RESOLUÇÃO Nº 03/2019/CMDCA/JS

Dispõe sobre alteração na composição da Comissão Especial Eleitoral do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o seu art.15, inciso XVIII, que coloca como atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul:

XVIII - publicar, com antecedência mínima de 06 (seis) meses, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, designando Comissão Especial responsável pela realização do referido pleito, em conformidade com a legislação correlata vigente.

Considerando a Lei Municipal nº 7.302/2016 que estabelece a estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul e dá outras providências, especialmente seu art. 12, § 1º:

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

Considerando o ofício nº0546/2017/07PJ/JAR, emitido pelo Ministério Público de Santa Catarina, que solicita ao CMDCA, providências visando fortalecer as ações de fiscalização para o próximo pleito eleitoral do Conselho Tutelar;



Considerando a Resolução nº170/2014, que altera a Resolução nº 139/2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

Considerando o guia de orientações do processo de escolha em data unificada dos membros dos conselhos tutelares.

Considerando o ofício nº 04/2019 de 5 de fevereiro de 2019, da entidade AMA, que solicita a substituição do conselheiro a compor a Comissão Especial Eleitoral, passando a ser Rafael Almeida Ferreira no lugar de Maria Alice da Silva Reitz.

Considerando o ofício nº 01/2019 de 12 de fevereiro de 2019, da entidade XOXO10, que solicita o desligamento imediato da cadeira representativa no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sendo que Cerlí Ocléa Garcia das Neves, até então conselheira titular da entidade, fazia parte da composição da Comissão Especial Eleitoral.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Integrar a composição da Comissão Especial Eleitoral do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os seguintes conselheiros:

- a) Rafael Almeida Ferreira - representante não governamental;
- b) Alexandro Leal - representante não governamental.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

**RESOLUÇÃO Nº 04/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924227

**RESOLUÇÃO Nº 04/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre Participação de conselheiros de direitos do CMDCA no Curso sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil/MROSC– Lei 13.019/2014 – Ênfase no Monitoramento e Avaliação das Parcerias e nas Prestações de Contas em São Paulo (SP).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2019.

Considerando o Art. 12 da Resolução nº137/2010/CONANDA: "A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 9º, deve competir única e exclusivamente aos Conselhos de Direitos"; Considerando a Lei Municipal nº 7.301/2016 que dispõe sobre a política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o Art. 25 que versa sobre:

Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas ao:

IX - pagamento de inscrição em eventos voltados à Política de Atendimento à Criança e Adolescente, assim como concessão de diárias e adiantamentos para:

- a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; c) excepcionalmente, para crianças e adolescentes e respectivo responsável, conselheiros tutelares e profissionais na condição de representação do Município de Jaraguá do Sul ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos conselheiros e membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, para garantir o pleno funcionamento do Conselho;

Considerando a Resolução nº 44/2017/CMDCA/JS que determina critérios para utilização de recursos do FMDCA visando o financiamento da participação dos conselheiros de direito e secretaria executiva do CMDCA, em cursos, seminários, fóruns entre outros eventos, não promovidos pelo CMDCA de Jaraguá do Sul.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar o financiamento, através dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), as despesas referentes a inscrição, incluindo alimentação, diárias e traslado para participação dos conselheiros Maurina Kreutzfeldt, Edson Willian Piotto, Anderson Fabiano Schmitt, Jeferson Perotti Ferrari e a assessora técnica do CMDCA Caroline Bitencourt Goulart no Curso sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil/MROSC– Lei 13.019/2014 – Ênfase no Monitoramento e Avaliação das Parcerias e na prestações de contas em São Paulo (SP), nos dias 29 e 30 de abril de 2019.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

**RESOLUÇÃO Nº 05/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924229

**RESOLUÇÃO Nº 05 /2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre Participação de conselheiros de direitos do CMDCA no 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz do Iguaçu (PR) – de 18 a 21 de março de 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2019.

Considerando o Art. 12 da Resolução nº137/2010/CONANDA: "A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 9o, deve competir única e exclusivamente aos Conselhos de Direitos"; Considerando a Lei Municipal nº 7.301/2016 que dispõe sobre a política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o Art. 25 que versa sobre:

Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas ao:

IX - pagamento de inscrição em eventos voltados à Política de Atendimento à Criança e Adolescente, assim como concessão de diárias e adiantamentos para:

a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; c) excepcionalmente, para crianças e adolescentes e respectivo responsável, conselheiros tutelares e profissionais na condição de representação do Município de Jaraguá do Sul ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos conselheiros e membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, para garantir o pleno funcionamento do Conselho;

Considerando a Resolução nº 44/2017/CMDCA/JS que determina critérios para utilização de recursos do FMDCA visando o financiamento da participação dos conselheiros de direito, secretaria executiva e profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos do CMDCA, em cursos, seminários, fóruns entre outros eventos, não promovidos pelo CMDCA de Jaraguá do Sul.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar o financiamento, através dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), as despesas referentes a inscrição, incluindo alimentação, diárias e traslado para participação dos conselheiros Edson Willian Piotto, Severino Alves Medeiros, Karla Finger, a secretária executiva do CMDCA Graciane Macedo e o profissional representante do Município de Jaraguá do Sul Sergio Felipe dos Santos, no 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz do Iguaçu (PR), nos dias 18 a 21 de março de 2019.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

**RESOLUÇÃO Nº 06/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924230

**RESOLUÇÃO Nº 06/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre a confecção de folders de divulgação de doações Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Municipal 7.301/16, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente os artigos que versam sobre a captação de recursos para o FMDCA, sendo eles:

Art 15 [...]

XVI - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

Art.21 [...]

III - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

Art.23 [...]

IX - desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo;

Considerando o material atualizado que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possuía esgotou-se, devido a mobilização realizada no ano de 2018 para divulgação à pessoas físicas e jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul;

Considerando a necessidade de fomentar campanhas de incentivo e informações referentes às doações de imposto de renda devido, de pessoas físicas e jurídicas, ao Fundo da Criança e do Adolescente do município;

Considerando que estas doações são investidas em ações voltadas ao atendimento, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes de Jaraguá do Sul;

Considerando deliberação em plenária ordinária do dia 21 de fevereiro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Deferir a confecção de folders de incentivo e informações de doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul, da forma que segue:

- 15.000 (quinze mil) folders destinados à pessoas físicas;
- 5.000 (cinco mil) folders destinados à pessoas jurídicas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## **RESOLUÇÃO Nº 07/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924231

### **RESOLUÇÃO Nº 07/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre registro da Associação Catarinense de Taekwondo e inscrição do programa Taekwondo Para Todos” no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando que o §1º, do Art. 90, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a obrigatoriedade, para as entidades governamentais e não governamentais, de procederem a inscrição de seus programas;

Considerando que o CMDCA/JS é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, conforme dispõe a lei federal 8.069/1990 – estatuto da criança e do adolescente.

Considerando que a definição de parâmetros para registro, inscrição e renovação de organizações governamentais, não governamentais, serviços e programas, junto ao CMDCA/JS, em conformidade com os artigos 90 e 91 do estatuto da criança e do adolescente, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao conselho, visando garantir a qualidade no atendimento de crianças e adolescentes;

Considerando a Lei nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o seu inciso VIII do art.15, que coloca como atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul:

VIII - proceder, junto a este Conselho, o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente;

Considerando a Resolução nº50/2016 que regulamenta os procedimentos e critérios para registro ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul-SC, especialmente seu art. 3º, a saber:

Art. 3º No ato da solicitação de registro, as entidades deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, cuja falta, mesmo que parcial, os fará cair em exigência, tendo a entidade o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos mesmos.

I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Entidade, conforme Anexo I desta Resolução;

II – cópia do estatuto social da entidade e alterações, registrado no cartório competente;

III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório competente; IV – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa e atualizada;

V – contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços de terceiros;

- VII – cópia do CPF e RG do Presidente da Entidade ou representante legal;  
VIII – relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades da Entidade, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;  
IX – declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Entidade, expedida pelo Presidente desta Modelo Anexo II, devendo também o Presidente apresentar as seguintes Certidões:
- Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal ([www.jfsc.jus.br](http://www.jfsc.jus.br));
  - Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)) ou solicitar no Fórum – Comarca de Jaraguá do Sul;
  - Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
  - Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
  - Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br))
- X – cópia do Alvará de Localização e Permanência e Alvará Sanitário da sede da entidade, ou protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;
- XI – cópia do atestado/alvará de funcionamento da sede da entidade emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- XII – plano de ação da entidade, conforme Anexo V;
- XIII – cópia do registro em outro(s) conselho(s) – caso houver.

Considerando que de acordo com a documentação apresentada o objetivo da Associação Catarinense de Taekwondo e do programa Taekwondo Para Todos é a prática de atividade esportiva e busca o desenvolvimento de atletas de alto rendimento, que possam representar o município em competições oficiais. A faixa etária daqueles que são atendidos pela proponente é de 4 a 18 anos, sendo que estas devem comprovar frequência, disciplina e bom rendimento escolar, busca-se também por parte da entidade, atender crianças e adolescentes em situação de risco social e comportamental, de modo que os incentive a praticar um esporte olímpico. Ressalta-se que o projeto está sendo implantado em escolas municipais e estaduais para que haja conhecimento acerca deste esporte por parte das Crianças e Adolescentes.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Deferir o registro da "Associação Catarinense de Taekwondo" e a inscrição do programa "Taekwondo Para Todos".

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## **RESOLUÇÃO Nº 08/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924233

### **RESOLUÇÃO Nº 08/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre o indeferimento de registro do SESI – Serviço Social da Indústria e inscrição do programa Escolinha de Futebol no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando que o §1º, do Art. 90, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a obrigatoriedade, para as entidades governamentais e não governamentais, de procederem a inscrição de seus programas;

Considerando que o CMDCA/JS é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, conforme dispõe a lei federal 8.069/1990 – estatuto da criança e do adolescente.

Considerando que a definição de parâmetros para registro, inscrição e renovação de organizações governamentais, não governamentais, serviços e programas, junto ao CMDCA/JS, em conformidade com os artigos 90 e 91 do estatuto da criança e do adolescente, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao conselho, visando garantir a qualidade no atendimento de crianças e adolescentes;

Considerando a Lei nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o seu inciso VIII do art.15, que coloca como atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul:

VIII - proceder, junto a este Conselho, o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente;

Considerando a Resolução nº50/2016 que regulamenta os procedimentos e critérios para registro ou renovação do registro de entidades não governamentais e inscrição de programas governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Jaraguá do Sul-SC,

especialmente seu art. 3º, a saber:

Art. 3º No ato da solicitação de registro, as entidades deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, cuja falta, mesmo que parcial, os fará cair em exigência, tendo a entidade o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos mesmos.

- I – requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Entidade, conforme Anexo I desta Resolução;
- II – cópia do estatuto social da entidade e alterações, registrado no cartório competente;
- III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório competente; IV – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em situação ativa e atualizada;
- V – contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços de terceiros;
- VII – cópia do CPF e RG do Presidente da Entidade ou representante legal;
- VIII – relação de funcionários e demais envolvidos nas atividades da Entidade, inclusive voluntários conforme Anexo III desta Resolução;
- IX – declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Entidade, expedida pelo Presidente desta Modelo Anexo II, devendo também o Presidente apresentar as seguintes Certidões:
  - Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal ([www.jfsc.jus.br](http://www.jfsc.jus.br));
  - Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)) ou solicitar no Fórum – Comarca de Jaraguá do Sul;
  - Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
  - Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
  - Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br))
- X – cópia do Alvará de Localização e Permanência e Alvará Sanitário da sede da entidade, ou protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;
- XI – cópia do atestado/alvará de funcionamento da sede da entidade emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- XII – plano de ação da entidade, conforme Anexo V;
- XIII – cópia do registro em outro(s) conselho(s) – caso houver.

Considerando o e-mail recebido no dia 04 de fevereiro de 2019 ao qual a entidade registra a solicitação de cancelamento do processo de inscrição junto ao CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º - Indeferir a solicitação de registro do “SESI – Serviço Social da Indústria” e inscrição do programa “Escolinha de Futebol”

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## RESOLUÇÃO Nº 09/2019/CMDCA/JS

Publicação Nº 1924290

RESOLUÇÃO Nº 09/2019/CMDCA/JS

Dispõe sobre a reprovação indeferida a análise referente as visitas de acompanhamento das entidades para fins de emissão de atestado de eficiência do trabalho no âmbito judiciário e do Ministério Público, em conformidade com o art. 90, §3º, inciso II da Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando que o §1º, do Art. 90, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece a obrigatoriedade, para as entidades governamentais e não governamentais, de procederem a inscrição de seus programas;

Considerando que o CMDCA/JS é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, conforme dispõe a lei federal 8.069/1990 – estatuto da criança e do adolescente.

Considerando que a definição de parâmetros para registro, inscrição e renovação de organizações governamentais, não governamentais, serviços e programas, junto ao CMDCA/JS, em conformidade com os artigos 90 e 91 do estatuto da criança e do adolescente, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao conselho, visando garantir a qualidade no atendimento de crianças e adolescentes;

Considerando a Lei nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente o seu inciso VIII do art.15, que coloca como atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul:



VIII - proceder, junto a este Conselho, o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente;

Considerando o art.90, §3º, inciso II da Lei Federal nº 8069/1190 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): a qualidade de eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude.

Considerando o Plano de Acompanhamento e Fiscalização da Política de atendimento emitido em setembro de 2016 pelo CMDCA, a pedido da juíza Drª Anuska Felski da Silva, que na ocasião informou não possuir meios para atestar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido pelas entidades e solicitou que o CMDCA procedesse duas visitas por ano a cada entidade.

Considerando os autos nº 0013669-09.2012.8.24.0600 emitido pela Corregedor Geral da Justiça de Santa Catarina DrºAlexandre Karazawa Takaschima, especialmente: Enfatizo ainda que os trabalhos de fiscalização – necessários para a posterior emissão de atestado- , pois o art.90, §3º, II do ECA faz menção a justiça da infância e juventude, poderão ser realizados pelo magistrado responsável pelo juízo da Infância e Juventude -atuando pessoalmente, in loco – ou mesmo através e mesmo através de apoio e/ou colaboração de sua equipe técnica, seja através do serviço social, psicólogo ou do oficialato da infância e juventude, buscando assim a interação entre os profissionais que buscam um trabalho incomum.

Considerando audiência realizada no dia 06 de fevereiro de 2019, com a Juíza da Vara da Família, Infância e Juventude, Drª Daniela Fernandes Dias Morelli.

Considerando o aumento da demanda de trabalho dos conselheiros do CMDCA, em razão da mudança nas parcerias com as entidades que captam recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei 13019/2014), assim como, organização da eleição do Conselho Tutelar, a ser realizada no dia 06/10/2019, responsabilidade do CMDCA .

RESOLVE:

Art. 1º - Não aprovar as conclusões apresentadas referente as visitas de acompanhamento das entidades para fins de emissão de atestado de eficiência do trabalho no âmbito judiciário e do Ministério Público, em conformidade com o art. 90, §3º, inciso II da Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## RESOLUÇÃO Nº 10/2019/CMDCA/JS

Publicação Nº 1924236

### RESOLUÇÃO Nº 10/2019/CMDCA/JS

Dispõe sobre a reprovação indeferindo o Projeto “Formação continuada para conselheiros tutelares” que tem como objetivo captar recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, especialmente:

Art.17- O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art.23 – A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), ao qual compete:

III - Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade publicidade;

IV - deliberar e homologar o repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, em conformidade com critérios e normativas estabelecidas pelo conselho.

Considerando a Resolução nº 44/2017/CMDCA, que dispõe sobre a elaboração de normas referente a utilização de recursos do FMDCA, visando o financiamento da participação dos Conselheiros do CMDCA, Conselheiros Tutelares, membros da Secretaria Executiva do CMDCA, crianças, adolescentes e profissionais que atuam na rede de atendimento às crianças e adolescentes, na condição de representação do município em cursos, seminários, fóruns entre outros eventos, não promovidos pelo CMDCA de Jaraguá do Sul, especialmente o seu art.2º.

Considerando que o objetivo do projeto é ampliar os conhecimentos acerca das atribuições do conselheiro tutelar, bem como, das ações desenvolvidas em prol da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, através da participação em cursos, seminários, congressos e eventos afins. Sendo assim, o projeto solicita a participação de duas conselheiras tutelares no 8º Congresso Brasileiro de Conselheiros Tutelares, a se realizar na cidade de Salvador, Estado da Bahia entre os dias 18 a 21 de março de 2019.

Considerando que a capacitação ora pretendida para a participação das duas conselheiras tutelares tratará de temas importantes como escuta protegida, conselhos tutelares, CRAS, CREAS e serviço de saúde, por exemplo os CAPS.

Considerando o ofício nº 056/2019/CT que contempla a ementa do congresso, contendo também os currículos dos palestrantes e escala de plantão do mês de março no qual pode-se verificar que haverá conselheiros tutelares disponíveis durante a ausência daquelas que demandam participar do 8º Congresso Brasileiro de Conselheiros Tutelares.

Considerando o ofício nº 087/2019/CT que retifica o anexo IV de acordo com as especificações exigidas pela comissão e modifica o valor total do projeto de R\$ 7.460,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta reais) para R\$ 8.560,00 (oito mil, quinhentos e sessenta reais).

RESOLVE:

Art. 1º - Não aprovar as conclusões apresentadas referente ao Projeto "Formação continuada para conselheiros tutelares" que tem como objetivo captar recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## RESOLUÇÃO Nº 11/2019/CMDCA/JS

Publicação Nº 1924341

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA LEI MUNICIPAL Nº7.301/2016	
--	---	--

### RESOLUÇÃO Nº 11/2019/CMDCA/JS

Dispõe sobre alteração na composição da Comissão de Análise de Projetos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 21 de fevereiro de 2019.

Considerando o Art. 15 da Lei Municipal nº 7.301/2016, a saber: "[...] XXI - regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por Plenária, Mesa Diretora do Conselho, Secretaria-Executiva, Comissões, Grupos de Trabalho e Comitês, definindo suas atribuições";

Considerando o Art.37 do Regimento Interno do CMDCA: "O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes: a) Planejamento; b) Finanças e Patrimônio; c) Legislação e Normas; d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente; e) Análise de Projetos";

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da Comissão de Análise de Projetos do CMDCA/JS, ficando assim representada:

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS	
Eli Antunes	Representante governamental
Severino Alves Medeiros	Representante governamental
Andréa M. F. Malschitzky	Representante governamental
Mariane M. Oeschler	Representante não governamental
Michael Frederico P. Silva	Representante não governamental
Maria Alice Da S. Reitz	Representante não governamental

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)



**RESOLUÇÃO Nº 12/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924343

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA LEI MUNICIPAL Nº7.301/2016	
--	---	--

**RESOLUÇÃO Nº 12/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre alteração na composição da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 21 de fevereiro de 2019.

Considerando o Art. 15 da Lei Municipal nº 7.301/2016, a saber: “[...] XXI - regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por Plenária, Mesa Diretora do Conselho, Secretaria-Executiva, Comissões, Grupos de Trabalho e Comitês, definindo suas atribuições”;

Considerando o Art.37 do Regimento Interno do CMDCA: “O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes: a) Planejamento; b) Finanças e Patrimônio; c) Legislação e Normas; d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente; e) Análise de Projetos”;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Alterar a composição da Comissão de Legislação e Normas do CMDCA/JS, ficando assim representada:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS	
Edilma Lemanhê	Representante governamental
Karla Finger	Representante governamental
Jeferson P. Ferrari	Representante não governamental
Edson W. Piotto	Representante não governamental

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

**RESOLUÇÃO Nº 13/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1924345

**RESOLUÇÃO Nº 13/2018/CMDCA/JS**

Dispõe sobre a ALTERAÇÃO da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2017/CMDCA/JS para termo de fomento.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2019.

Considerando a Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre a Composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

Art. 59. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei.

Art. 35. § 6º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Considerando o Decreto Municipal nº 11.528/2017, que regulamenta a Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação a serem firmados entre a administração pública do município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especialmente o Art. 17, que dispõe sobre:

§ 3º As Comissões de Monitoramento e Avaliação reunir-se-ão periodicamente com finalidade de avaliar, principalmente, os aspectos relacionados com a legalidade e a efetividade na execução das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 5º Fica vedada a participação simultânea de membros atuantes nas Comissões de Monitoramento e Avaliação em Comissões de Seleção

e Julgamento para Chamamento Público.

Considerando os projetos aprovados de acordo com o Edital nº 01/2017/CMDCA/JS, a saber:

Eixo Temático: Esporte e Lazer

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Sociedade Coríntias Esporte Clube	Projeto Bicicross 2018
Associação Desportiva de Voleibol	Encontros Evoluir 2018

Eixo Temático: Educação

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação de Pais e Amigos – Apae Jaraguá do Sul	Sala Montessoriana
Instituto Rã-Bugio para Conservação da Bio-diversidade	Água e Biodiversidade da Serra do Mar

Eixo Temático: Assistência Social

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação de Pais e Amigos – Apae Jaraguá do Sul	Sala Snoezelen –MSE – Técnica Esp. para potencializar capacidades.
Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do Sul	Jogos Interativos

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias, relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2017/CMDCA/JS para termo de fomento, conforme tabela abaixo:

Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias	Titular: Edson Willian Piotto Suplente: Juliano Cristofolini Titular: Daniele Sbardelatti Suplente: Maurina Kreutzfeldt Titular: Anderson Fabiano Schmitt Suplente: Jeferson Perotti Ferrari
---	---

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2018.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA)

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 2/2019

Publicação Nº 1923431

RESOLUÇÃO Nº 2/2019

Autoriza Chefe de Gabinete e Assessora Parlamentar a Participarem de Curso.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam autorizados o Chefe de Gabinete EDENILSON JOSÉ PASQUETTI e a Assessora Parlamentar ISABEL DA SILVA, a participarem do curso "CURSO – LIDERANÇA E PLANEJAMENTO NA GESTÃO PÚBLICA", a realizar-se de 20 a 22 de março de 2019, em Curitiba – PR.

Art. 2º. Para as despesas relacionadas com diárias, aplicam-se os critérios da Resolução nº 6/2009, alterada pelas Resoluções nºs 7/2014, de 07/05/2014, e 13/2017, de 08/12/2017.

Art. 3º. As despesas desta Resolução correrão por conta de dotação própria do Orçamento da Câmara Municipal, do corrente exercício.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER
Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 60/2018FMS

Publicação Nº 1924267

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2018/FMS  
PROVENIENTE DO PL 51/2018/FMS – IN 23/2018/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: EING CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SS LTDA - ME  
OBJETO: a realização pela CREDENCIADA de sessões de Fisioterapia, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$20,00 (vinte reais) por sessão de fisioterapia.

VIGÊNCIA: o presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTI.

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2018.

Joaçaba – SC, 20 de dezembro de 2018.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Celso Vilmar Brancher

### EXTRATO PP 08/2019/PMJ

Publicação Nº 1924385

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelas diversas secretarias e órgãos do Município de Joaçaba.

Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 18/03/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 18/03/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

### PORTARIA Nº 3.847

Publicação Nº 1924741

PORTARIA Nº 3.847 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLAS-SISTA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER licença para o desempenho de Mandato Clássista perante ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Município de Joaçaba a(o) Servidor(a) Sr.(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, de acordo com o Art. 82 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 242 de 05 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de janeiro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 3.848

Publicação Nº 1924745

PORTARIA Nº 3.848 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º - INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", no prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de apurar o montante a ser ressarcido pela empresa André Lemos Vieira & Cia Ltda, conforme decisão proferida pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 3.921/2015 e memorando nº 45/2019 da Coordenadoria de Transparência e Controladoria Geral.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI E LUCI TEREZINHA HEBERLE, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 3.849

Publicação Nº 1924747

PORTARIA Nº 3.849 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 14 de fevereiro de 2019, por haver expirado o período do contrato de trabalho do(a) Senhor(a) FELIPE MARCELO DE CAMPOS, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 20º lugar no edital de Teste Seletivo nº 02/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 3.850

Publicação Nº 1924753

PORTARIA Nº 3.850 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

“NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Servidor(a) LEILA TREVISOL GALIOTTO, Professor Nível I (Licenciatura), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 57/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 3.851

Publicação Nº 1924755

PORTARIA Nº 3.851 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

“NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Servidor(a) GISLAINE RIBEIRO DEL RE, Professor Nível I (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 57/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 3.852

Publicação Nº 1924758

PORTARIA Nº 3.852 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

“NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Servidor(a) DJWLY KANAA ROSA DA SILVA, Professor Nível I (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 57/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 3.853**

Publicação Nº 1924760

PORTARIA Nº 3.853 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019  
"NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A)  
QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Servidor(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Nível I (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar n.º 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 57/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****ANEXO 15\_DVP 2018**

Publicação Nº 1924408

**Santa Catarina**

Exercício de 2018

**CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Página: 1/1

Administração Direta

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.075.523,08</b>	<b>3.530.860,37</b>
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.075.117,72	3.530.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.075.117,72	3.530.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	405,36	860,37
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	405,36	860,37
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>4.162.435,02</b>	<b>3.685.426,65</b>
PESSOAL E ENCARGOS	2.304.896,35	2.030.839,69
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.679.787,07	1.570.207,20
ENCARGOS PATRONAIS	625.109,28	445.885,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	14.747,09
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	556.125,80	521.770,15
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	32.276,42	51.140,65
SERVIÇOS	380.256,14	319.366,18
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	143.593,24	151.263,32
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.295.652,87	1.132.816,81
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.295.652,87	1.132.816,81
TRIBUTÁRIAS	5.760,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.760,00	0,00
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>-86.911,94</b>	<b>-154.566,28</b>

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS**  
(decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	7.491,00	15.434,00
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

Notas:

Nota Explicativa Item 3.4

Joacaba, 22/02/2019

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de Despesa

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno



## ANEXO 18\_DFC 2018

Publicação Nº 1924414

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Administração DiretaBetha Sistemas  
Exercício 2018  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	8.482.520,30	5.441.410,73
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	8.482.520,30	5.441.410,73
DESEMBOLSOS	8.475.029,30	5.425.976,73
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.956.778,97	1.863.940,12
Legislativa	1.956.778,97	1.863.940,12
TRANSFERÊNCIAS	505.349,38	191.705,21
Intragovernamentais	505.349,38	191.705,21
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	6.012.900,95	3.370.331,40
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.491,00</b>	<b>15.434,00</b>

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS	7.491,00	15.434,00
Outros Desembolsos de Investimentos	7.491,00	15.434,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-7.491,00</b>	<b>-15.434,00</b>

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Joacaba, 22/02/2019

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de DespesaMarcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/OJean Carlos da Silva  
Controlador Interno



## ANEXO 19\_MUTAÇÕES PATRIMONIAIS 2018

Publicação Nº 1924418

Beitha Sistemas  
Exercício 2018  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1/1

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldo Inicial Exercício Anterior</b>	<b>3.401.999,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(275.937,50)</b>	<b>0,00</b>	<b>3.126.062,42</b>
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(154.566,28)	0,00	(154.566,28)
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final Exercício Anterior</b>	<b>3.401.999,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(430.503,78)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.971.496,14</b>
<b>Saldo Inicial Exercício Atual</b>	<b>3.401.999,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(430.503,78)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.971.496,14</b>
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(86.911,94)	0,00	(86.911,94)
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	<b>3.401.999,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(517.415,72)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.884.584,20</b>

Notas:

Nota Explicativa Item 3.5

Joacaba, 22/02/2019

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de Despesa

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

**ANEXO12\_BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2018**

Publicação Nº 1924395

**Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Exercício de 2018

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)			0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)			0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)			4.075.117,72	3.865.117,72	2.848.971,13	-
TOTAL (V) = (III + IV)			4.075.117,72	3.865.117,72	2.848.971,13	-1.016.146,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro			-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	3.775.117,72	3.739.506,28	2.841.480,13	2.841.480,13	2.841.480,13	898.026,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.920.000,00	2.920.000,00	2.317.541,12	2.317.541,12	2.317.541,12	602.458,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	855.117,72	819.506,28	523.939,01	523.939,01	523.939,01	295.567,27
DESPESAS DE CAPITAL	300.000,00	125.611,44	7.491,00	7.491,00	7.491,00	118.120,44
INVESTIMENTOS	300.000,00	125.611,44	7.491,00	7.491,00	7.491,00	118.120,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	4.075.117,72	3.865.117,72	2.848.971,13	2.848.971,13	2.848.971,13	1.016.146,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	4.075.117,72	3.865.117,72	2.848.971,13	2.848.971,13	2.848.971,13	1.016.146,59
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	4.075.117,72	3.865.117,72	2.848.971,13	2.848.971,13	2.848.971,13	1.016.146,59

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Notas:

Nota Explicativa Item 3.1

Joaçaba, 22/02/2019

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de Despesa

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

## ANEXO13\_BALANÇO FINANCEIRO 2018

Publicação Nº 1924400

EXERCÍCIO 2018  
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro  
DATA DE EMISSÃO: 22/02/2019  
PÁGINA: 1

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**  
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
Administração Direta

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VII)</b>
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária
Vinculada	0,00	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>4.075.117,72</b>	<b>3.530.000,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.075.117,72	3.530.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>415.203,07</b>	<b>368.480,47</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	415.203,07	368.480,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO
VALORES RESTITUIVEIS	415.203,07	368.480,47	VALORES RESTITUIVEIS
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	415.203,07	368.480,47	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO
CONSIGNAÇÕES	353.608,53	302.639,74	CONSIGNAÇÕES
INSS	79.939,39	74.163,30	INSS
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	151.034,71	122.874,37	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
ISS	3.144,37	4.325,24	ISS
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	70.046,52	62.827,44	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	32.544,68	26.571,02	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	32.544,68	26.571,02	ASSISTÊNCIA À SAÚDE
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	1.154,25	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.898,86	10.724,12	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	61.594,54	65.840,73	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	35.851,29	41.282,25	DEPÓSITOS DE TERCEIROS
OUTROS DEPÓSITOS	25.743,25	24.558,48	OUTROS DEPÓSITOS
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>4.490.320,79</b>	<b>3.898.480,47</b>	<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>
			<b>3.898.480,47</b>

Notas:  
Notas Explicativas Item 3.2

Joacaba, 22/02/2019

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de Despesa

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

## ANEXO14\_BALANÇO PATRIMONIAL 2018

Publicação Nº 1924402

Betha Sistemas  
Exercício 2018  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	65.593,51	1.616,34	PASSIVO CIRCULANTE	86.393,20	71.606,33
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	64.394,17	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	86.393,20	71.606,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.199,34	1.616,34	TOTAL DO PASSIVO	86.393,20	71.606,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.905.383,89	3.041.486,13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
IMOBILIZADO	2.905.383,89	3.041.486,13	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.401.999,92	3.401.999,92
			RESULTADOS ACUMULADOS	-517.415,72	-430.503,78
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-86.911,94	-154.566,28
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-430.503,78	-275.937,50
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.884.584,20	2.971.496,14
TOTAL	2.970.977,40	3.043.102,47	TOTAL	2.970.977,40	3.043.102,47
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	2.970.977,40	3.043.102,47	PASSIVO PERMANENTE	86.393,20	71.606,33
SALDO PATRIMONIAL				2.884.584,20	2.971.496,14

COMPENSAÇÕES	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	330.202,21	333.015,16
TOTAL	0,00	0,00	0,00	TOTAL	330.202,21	333.015,16
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL						
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
ORDINÁRIA			0,00		0,00	
VINCULADA			0,00		0,00	
TOTAL			0,00		0,00	

Notas:  
Nota Explicativa Item 3.3

Joacaba, 22/02/2019

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Almir Pastori  
Presidente/Ordenador de Despesa

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

**NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018**

Publicação Nº 1924420



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara de Vereadores de Joaçaba, administração direta, um dos poderes constituídos do País, adota de acordo com a Constituição Federal princípios da soberania popular e da representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos.

**2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS****2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente.

Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas do Executivo e de competência para as despesas realizadas.

Atendendo ao princípio da economicidade e o alto custo benefício de se ter tal informação, haja vista, não termos estoque elevado, o Poder Legislativo no momento não possui controle de estoque. Todas as aquisições realizadas são contabilizadas como despesas do período. O regime contábil adotado foi o regime de competência.

**3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****3.1 Balanço Orçamentário – Anexo 12**

O Balanço Orçamentário apresenta o equilíbrio entre receitas e despesas. O Poder Legislativo no ano de 2018 recebeu do Poder Executivo, transferências financeiras no valor de R\$ 4.075.117,72 (quatro milhões setenta e cinco mil e cento e dezessete reais e setenta e dois centavos), dos quais foi devolvidos ao Executivo o valor financeiro de R\$ 1.376.146,59 (um milhão, trezentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), bem como R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) de dotação orçamentária, tendo em vista a não utilização desses recursos durante o exercício de 2018, restando um saldo de dotação a ser utilizado de R\$ 3.865.117,72 (três milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil cento e dezessete reais e setenta e dois centavos). O Legislativo aplicou em despesas de custeio e investimentos, dentro de seu plano orçamentário o montante de R\$ 2.848.971,13 (dois milhões oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e treze centavos) do total de R\$ 3.865.117,72 (três milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil cento e dezessete reais e setenta e dois centavos) de recursos disponíveis para a utilização, representando aproximadamente 74% (setenta e quatro por cento) do seu orçamento, divididos em R\$ 2.317.541,12 (dois milhões, trezentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um reais e doze centavos) referente pagamento de folha e encargos, R\$ 523.939,01 (quinhentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e nove reais e um centavo) referente despesas correntes (manutenção e custeio) e R\$ 7.491,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e um reais) referente aquisição de imobilizado. Dos recursos recebidos do Executivo, o Legislativo realizou aplicação financeira, retornando aos cofres municipais o montante de R\$ 35.851,29, (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), referente aos rendimentos da referida aplicação.

**3.2 Balanço Financeiro - Anexo 13**

O Balanço Financeiro apresenta o total de receita orçamentária (transferências financeiras recebidas) no ano de 2018 no valor de R\$ 4.075.117,72 (quatro milhões setenta e cinco mil e cento e dezessete reais e setenta e dois centavos). O total de desembolso financeiro realizado no ano de 2018 (despesas de custeio/manutenção e investimentos) foi de R\$ 2.848.971,13 (dois milhões oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e treze centavos) o qual representa um aumento de aproximadamente 18,84% (dezoito ponto oitenta e quatro por cento) em relação as despesas realizadas em 2017, que foi de R\$ 2.397.183,19 (dois milhões trezentos noventa e sete mil, cento e oitenta e três reais e dezenove





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

centavos). Do total das despesas incorridas em 2018, R\$ 2.317.541,12 (dois milhões, trezentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um reais e doze centavos) referente pagamento de folha e encargos, R\$

523.939,01 (quinhentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e nove reais e um centavo) referente despesas correntes (manutenção e custeio) e R\$ 7.491,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e um reais) referente aquisição de imobilizado. A Câmara ainda, devolveu para o Executivo as sobras do seu orçamento o montante de R\$ 1.376.146,59 (um milhão, trezentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), considerando financeiro e dotações orçamentárias.

Em relação as receitas e despesas extra orçamentárias, o montante em 2018 foi de R\$ 415.203,07 (quatrocentos e quinze mil, duzentos e três reais e sete centavos), um aumento de aproximadamente 12,68% (doze ponto sessenta e oito por cento) as quais refere-se a descontos previdenciários de folha bem como consignações autorizadas pelos próprios funcionários e retenções de INSS, IRRF e ISS sobre notas fiscais de fornecedores, mais a devolução de R\$ 35.851,29, (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), referente rendimentos de aplicações financeiras. A Câmara não deixou restos a pagar para o exercício de 2019.

### 3.3 Balanço Patrimonial - Anexo 14

#### a) Ativo Circulante

Os saldos apresentados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial referem-se a assinaturas de Jornais realizados no decurso de 2018 e que ainda estão para serem apropriados, assim como a conta de seguros (seguro do prédio da Câmara) as quais juntas somam R\$ 1.199,34 (um mil cento e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), bem como o valor de R\$ 64.394,17 (sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos), referente a férias adiantadas dos funcionários do Legislativo. O Poder Legislativo não deixou restos a pagar e por esse motivo realizou a devolução de seu saldo financeiro para o Poder Executivo.

#### b) Ativo Não Circulante

O Ativo imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou construção, conforme apresentado na Tabela 1. Atendendo as NBCASP, iniciou-se em 2013 a depreciação do Ativo Imobilizado, tendo em vista sua atualização realizada no ano de 2012 pela comissão nomeada através da Resolução 003/2011 de 28/01/2011.

**Tabela 01 - Movimentação do Imobilizado**

Nomenclatura	Valor (Custo Histórico)	Baixas 2018	Aquisições 2018	Movimentos da Depreciação Acumulada			Saldo Líquido Final em 31/12/18
				Deprec. Acum. Sado 2017	Depreciação 2018	Saldo Deprec. Acum. 2018	
<b>TOTAL (Bens Móveis e Imóveis)</b>	3.542.306,82	-	7.491,00	(493.329,69)	(143.593,24)	(636.922,93)	2.905.383,89
<b>BENS MÓVEIS</b>	531.085,04	-	7.491,00	(179.355,07)	(44.443,36)	(223.798,43)	307.286,61
Máquinas e Equipamentos Energéticos	12.451,56	-	-	(3.951,34)	(1.229,40)	(5.180,74)	7.270,82
Outras Máquinas, Aparelhos Equipamentos e Ferramentas	3.479,44	-	415,00	(1.167,68)	(302,66)	(1.470,34)	2.009,10
Equipamentos de Processamento de Dados	78.542,32	-	3.597,00	(54.417,72)	(4.795,30)	(59.213,02)	19.329,30



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

Aparelhos e Utensílios Domésticos	974,00	-	-	(432,28)	(87,48)	(519,76)	454,24
Mobiliário Geral	410.954,17	-	3.479,00	(114.227,35)	(36.624,64)	(150.851,99)	260.102,18
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	4.225,00	-	-	-	-	-	4.225,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	20.458,55	-	-	(5.158,70)	(1.403,88)	(6.562,58)	13.895,97
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>3.011.221,78</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(313.974,62)</b>	<b>(99.149,88)</b>	<b>(413.124,5)</b>	<b>2.598.097,28</b>
Edifícios	2.746.161,78			(313.974,62)	(99.149,88)	(413.124,50)	2.333.037,28
Terrenos	265.060,00	-	-	-	-	-	265.060,00

O Ativo Imobilizado da Câmara está dividido em Bens Imóveis e Bens Móveis, os quais apresentam um montante bruto de R\$ 3.542.306,82 de (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e seis reais e oitenta e dois centavos), divididos em e R\$ 531.085,04 (quinhentos e trinta e um mil, oitenta e cinco reais e quatro centavos) referente a bens móveis e R\$ 3.011.221,78 (três milhões, onze mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos) para bens imóveis (prédio e terreno). No ano de 2018 apropriou-se a título de depreciação (móveis e imóveis) o montante de R\$ 143.593,24 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) tendo ao final de 2018 um volume de depreciação acumulada de R\$ 636.922,93 (seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), apresentando ao final de 2018, um saldo líquido de imobilizado no valor de R\$ 2.905.383,89 (dois milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos).

#### c) Passivo Circulante

O saldo apresentado no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial no valor de R\$ 86.393,20 (oitenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e vinte centavos) refere-se à provisão de férias dos servidores, das quais R\$ 64.394,17 (sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos) foram adiantadas em 2018, por ocasião das férias do recesso legislativo em janeiro de 2019.

#### d) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Poder Legislativo em 31/12/2018 após os ajustes de fechamento de Balanço, é de R\$ 2.884.584,20 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos). No ano de 2018 a Câmara apurou, considerando as transferências financeiras recebidas e as despesas incorridas, um déficit de R\$ 86.911,94 (oitenta e seis mil, novecentos e onze reais e noventa e quatro centavos), originado pelas devoluções de orçamento e recursos financeiros ao Executivo, bem como valores de depreciação dos seus ativos imobilizados.

#### 3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

No que se refere a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Anexo 15 apresenta o montante de R\$ 4.075.523,08 (quatro milhões, setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais e oito centavos) referente variações aumentativas (transferência financeira do Executivo e reversão de provisão de férias) e R\$ 4.162.435,02 (quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e dois centavos) referente variações diminutivas (despesas de pessoal, encargos patronais, serviços de terceiros, depreciação e outros). Nesse sentido, após a confrontação dos resultados aumentativos com os diminutivos, o ano de 2018 apresentou um déficit apurado de R\$ 86.911,94 (oitenta e seis mil novecentos e onze reais e noventa e quatro centavos).

Em relação as variações patrimoniais qualitativas no valor de R\$ 7.491,00 (sete mil quatrocentos e noventa e um reais), o valor refere-se a compra de ativo imobilizado.

#### 3.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Anexo 19

No que se refere a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Anexo 19 apresenta um saldo líquido patrimonial em 31/12/2018 de R\$ 2.884.584,20 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), originado do saldo líquido acumulado do ano anterior que era de R\$ 2.971.496,14 (dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quatorze centavos), diminuído do déficit apurado no ano de 2018 no valor de R\$ 86.911,94

(oitenta e seis mil, novecentos e onze reais e noventa e quatro) após a confrontação das variações aumentativas e diminutivas apresentadas no Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaçaba, 31 de dezembro de 2018.

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Almir Pastori  
Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0013/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1913691

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2018  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0031/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2018  
PROTOCOLO Nº 1109/2018

OBJETO: Registro de preços visando eventual e futura contratação de serviços de funilaria e pintura para os veículos da frota do Simae, incluindo o fornecimento de peças.

PREÇOS E EMPRESA REGISTRADA:

VALTAIR JOSÉ MOTTA - ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES DA FROTA DO SIMAE.	MOTTA	116,67	11.667,00
2	50,00	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS MÉDIOS DA FROTA DO SIMAE.	MOTTA	116,67	5.833,50

VIGÊNCIA: 25/05/2018 a 24/05/2019.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 25 de fevereiro de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**José Boiteux****CÂMARA MUNICIPAL****CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 1909485

## CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Vereador Lindolfo Brehmer  
O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Vereador Gilberto dos Santos

Convidam Vossa Senhoria para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que discutirá a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018, na Forma que Dispõe o Art. 9º, §4º, da Lei Complementar n.º 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2019, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, sito Rua 09 de Dezembro, n.º 804, José Boiteux-SC.

Lindolfo Brehmer - Presidente da Câmara

Gilberto dos Santos - Presidente da Comissão de Finanças

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### ADITIVO 01 - CONTRATO 12-2018

Publicação Nº 1924525

TERMO ADITIVO N. 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: UNITECNO – Cooperativa de Trabalho de Profissionais e Serviços Tecnológicos, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.696.637/0001-90, com sede na Rua Carlos Buschle, n. 20, sala 01, centro, Concórdia/SC, neste ato representado por seu Presidente Amauri Secch, Engenheiro Mecânico, casado, RG 14/R 2698765 SSP-SC, CPF 396.083.100/59.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual e outras providências.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

2.1 - O valor mensal passa a ser de R\$ 5.016,35 (cinco mil e dezesseis reais e trinta e cinco centavos), que é resultado da atualização pelo INPC acumulado até este mês de 3,43% sobre o valor inicial da parcela do contrato (R\$ 4.850,00), tudo com fundamento na Cláusula Segunda, tópico 2.2 do contrato.

2.2 – O valor total do contrato para este exercício passa a ser de R\$ 60.196,26 (sessenta mil, cento e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato estará vigente por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 01/01/2019 à 31/12/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA – DESPESA

O CONTRATANTE empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E URBANISMO

UNIDADE: 02 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Proj/At.: 15.451.1006.1.011-PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E CALÇADAS

Compl.Elem.: 4.4.90.51.98.00.00.00 – Obras Contratadas (38)

Recurso: 0039 - Fundo Especial do Petróleo e transferências decorrentes de compensação financeira pela exploração de recursos naturais

CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57 da Lei n. 8.666/93, bem como na Cláusula Quarta do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no

contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 28 de dezembro de 2018.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	UNITECNO Jaime Costa Vice-presidente
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

### PROCESSO LICITATORIO 09-2019

Publicação Nº 1924483

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 09/2019

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 03/2019

DATA DE EMISSÃO: 21/02/2019

Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a obra objeto deste edital, especificada no (s) ato convocatório e seus anexo (s), que fazem parte e integra (m), a presente TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sob o regime de EMPREITADA E PREÇO GLOBAL, observadas as condições a seguir:

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Lacerdópolis, dar-se-á até às 14h00min do dia 12 de março de 2019, junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS dar-se-á até às 14h00min do dia 12 de março de 2019, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O recebimento do Envelope 02, contendo respectivamente a Proposta de Preços, dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 14h00min do dia 12 de março de 2019, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 14h00min do dia 12 de março de 2019, na Sala de Licitações do Município de Lacerdópolis, situada no endereço supracitado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de

interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Os interessados poderão retirar este edital, com seus anexos, junto a Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Rua 31 de Março, n. 1050, Centro, Lacerdópolis, SC.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e amplamente divulgado.

## SUBORDINAÇÃO

A presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, subordina-se, em seu total teor, à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais inerentes.

### 01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação, com recursos próprios, de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, consistente na Execução de Serviços de reforma da quadra poliesportiva do GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES 11 DE NOVEMBRO (Rua 31 de março, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante deste edital.

1.2 – VALOR MÁXIMO: R\$ 175.683,83 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

1.3 – As cores e o tipo de acabamento do piso serão definidos posteriormente pela fiscalização.

### 02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

### 03 - DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO

#### 3.1 - Habilitação Jurídica:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado (havendo a obrigação legal em relação ao registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais;

3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;

3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.4. Declaração do representante legal da empresa de que a empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar com nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal;

3.1.5. Declaração do representante legal da empresa de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

3.1.6. Declaração referente ao art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme modelo contido no ANEXO IV, deste edital;

3.1.7. Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados;

3.1.8. Declaração de sujeição aos termos deste edital.

3.1.9. Exclusivamente para as empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014, a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei.

3.1.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014.

3.1.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.1.10. Certificado de Registro Cadastral – CRC, válido na data de abertura dos envelopes nº 01 da presente licitação, expedido pela Comissão de Registro Cadastral do Município de Lacerdópolis, com data igual ou anterior à prevista para protocolo do envelope de documentação dos proponentes não cadastrados disposto no preâmbulo deste edital.

#### 3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

3.2.1 - Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:



3.2.3.1 - Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3.2.3.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

3.2.3.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa; e

3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 3.3 - Qualificação Técnica:

3.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente;

3.3.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa a obra em questão;

3.3.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no tópico 3.3.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil);

3.3.4. Comprovação de que o profissional habilitado, indicado conforme tópico 3.3.2 supra, executou serviços em obra de característica semelhante à constante no objeto desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos seguintes serviços: comprovação, através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra com características semelhantes à obra ora licitada;

3.3.5. Declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou o local de execução da obra, objeto desta licitação, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução da mesma.

3.3.5.1. As vistorias referentes ao local da obra objeto desta licitação, caso necessário, poderão ser agendadas junto a Secretaria Municipal de Educação (falar com Alex Jorge Trentini) ou com o Fiscal de Obras do Município.

3.3.6. Declaração da empresa de que, se vencedora;

a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 3.3.2, supra.

b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

### 3.4 - Qualificação Econômico-financeira

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);

3.4.1.1 - O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

3.4.1.2 - A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante, de que trata o tópico acima, será demonstrada pela obtenção do índice de Solvência Geral (SG), maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), resultante da aplicação da fórmula estabelecida abaixo:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

3.4.1.3 - A empresa licitante que apresentar índice de Solvência Geral (SG) menor de 1,0 (um vírgula zero), a partir da fórmula apresentada será considerada inabilitada.

3.4.2 - Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes de habilitação.

3.4.3. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação do Contrato Social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembleia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil, ou outro órgão porventura competente.

3.4.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

3.4.5. O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

3.4.6. Atestado/declaração de Idoneidade Financeira fornecida a menos de 06 (seis) meses por pelo menos uma unidade bancária.

3.5. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que

venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo

a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

3.6 - Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala “Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSanciao%2CdataPublicacao>.

3.7 - Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala “Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

#### 04 - APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de realizar a Sessão Pública do recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Propostas. A Comissão declarará instalada a Sessão na data e horário designado.

4.2. As empresas Licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar no ato da abertura desta Licitação, ENVELOPES SEPARADOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, acondicionadas em invólucros não-transparentes e fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

De:...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2019.  
Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

De: ...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2019

Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.2.1. No caso de a empresa enviar representante por meio de credenciamento, este deverá ser entregue de forma separada aos envelopes, previamente ao início dos trabalhos.

4.3. Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via FAX ou Internet, muito menos a substituição de documentos.

4.4. Após o recebimento dos envelopes não serão aceitas juntadas e/ou substituições de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4.5. Qualquer manifestação em relação a presente Licitação fica condicionada a apresentação, pelo preposto da empresa, de documentos de identificação e instrumento Público ou Particular de Procuração ou cópia do Contrato Social, no caso de ser sócio da empresa.

4.6. A inabilitação da Licitante importa preclusão do direito de

participar das fases subsequentes.

4.7. A seu exclusivo juízo, a Comissão Licitante poderá suspender a Sessão para melhor examinar e avaliar os documentos e/ou propostas apresentadas, a fim de verificar suas conformidades com as exigências editalícias, sendo-lhe facultado designar nova data para divulgação do julgamento.

4.8. A designação da nova data deverá ser consignada em ATA, que deverá ser assinada por todos os presentes que desejarem assiná-la.

#### 05 - PROPOSTA

A proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, devendo ser apresentada em envelope fechado e não-transparente, indicando em sua parte externa o nome da empresa licitante, bem como o número desta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, preenchendo os seguintes requisitos:

5.1. Estar datilografada/digitada em língua portuguesa, em papel timbrado ou impresso próprio, sem rasuras, emenda, entrelinhas ou ressalva, contendo o CNPJ, endereço e telefone/fax da licitante, devendo a última folha ser assinada e as demais, apenas rubricadas pelo representante legal da empresa.

5.2. Será considerada vencedora a empresa que cotar o menor preço global do objeto respectivo a este edital, preço esse que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a

mão-de-obra necessária para sua execução, e que deverá ser expresso em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e nele deverão estar computadas todas as despesas de frete, seguro, embalagem, serviços, taxas, impostos e demais encargos incidentes. Bem como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto. Obrigatoriamente a empresa deverá citar na proposta qual o BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas) será praticado para a obra.

5.3. O valor total da proposta, deverá ser expresso em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso, tanto na folha de rosto da proposta como na planilha, se admitindo apenas duas casas após a vírgula.

5.4. Deverá apresentar planilha com o preço unitário e global, seguindo rigorosamente os itens relacionados da planilha orçamentária do projeto, anexo deste edital, identificando na proposta o valor separado de mão de obra e de materiais que compõe o valor total da proposta.

5.4.1. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

5.4.2. Os produtos cotados deverão ser identificados com a marca do fabricante.

5.5. O prazo de validade da proposta deverá ser, de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. Em caso de omissão, este prazo será considerado como se fosse proposto pela licitante.

5.6. Para esta Tomada de Preços, a obra deverá ser executada conforme este edital, a contar da data da Ordem de Serviço. O prazo entre a data da emissão Ordem de Serviço e o início da execução da obra, não deverá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.

5.7. O (s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) fixo(s) e irrevogável(is) para o pagamento, até o último dia fixado, conforme art. 28, parágrafo 1º da Lei 9.069/95.

5.8. A proposta deverá especificar prazo mínimo de garantia de cinco anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 56 da Lei 8.666/93.

5.9. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro, com fixação do prazo para execução do objeto, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA REFERIDA OBRA, contados da data da Ordem de Serviço, liberada pela Prefeitura de Lacerdópolis, o qual deverá fixar o valor para cada uma das etapas, observando-se que a última parcela não poderá ser inferior a 20% do valor total da obra.

5.10. Observar a ordem estabelecida no edital e seu (s) anexos.

5.11. Indicar o nome do banco, agência e o número da conta bancária OBRIGATORIAMENTE em nome da empresa licitante para que sejam efetuados os pagamentos.

#### 06 - ENTREGA

A obra que constitui o objeto desta Tomada de Preços deverá ser entregue pela CONTRATADA(S), concluída e em condições plenas de utilização, conforme estabelecido neste edital e seu (s) anexos(s), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

#### 07 – RECEBIMENTO

7.1. O objeto desta licitação será:

7.1.1. RECEBIDO provisoriamente, por responsável designado pelo Município de Lacerdópolis, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do edital através de "Termo de Recebimento Provisório" (que será fornecido em 03 dias úteis), e definitivamente através de "Termo de Recebimento Definitivo" após comprovação da qualidade, vistoria e consequentemente aceitação, se for o caso, impreterivelmente no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1.2. REJEITADO, quando for fornecido em desacordo com o estabelecido neste edital, proposta e Nota de Empenho.

7.2. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela solidez, qualidade e segurança do material fornecido.

#### 08 - PAGAMENTO

8.1. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- a) Certidão Federal;
- b) Certidão Estadual;
- c) Certidão Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS
- e) Certidão Trabalhista
- f) Laudo de Medição da Etapa;
- g) ART de Fiscalização;
- h) ART de Execução;
- i) Guia quitada do INSS;
- j) Guia quitada do FGTS;
- k) Guia SEFIP;
- l) CEI dos Funcionários;
- m) Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- n) Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- o) Livro de registro "Diário de Obra" (cópia).

8.2 – A Nota Fiscal somente será emitida após a medição da obra pelo setor de engenharia da AMMOC.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis,

contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente, a mesma deverá conter os dados bancários para recebimento dos recursos.

8.4 - A contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

#### 09 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes de aquisições por intermédio desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos do Orçamento Geral, existentes nas dotações dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

9.2. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária constante do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO: 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES  
UNIDADE: 06-SERVIÇOS DO ESPORTE  
Proj/At.: 27.812.1008.1.023 - Constr. Ginásio Esporte/Reforma Ginásio Esp. Centro Comunitário  
Compl.Elem.: 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (98)  
Recursos: 0000 – Recursos Ordinários 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. As propostas serão julgadas e classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão de obra necessária para execução da obra considerando-se as demais especificações contidas no(s) ANEXO(s) da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, após parecer técnico da área requisitante.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme determina art. 45 § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. A presente licitação poderá ser revogada, na sua totalidade ou em parte, sem que caiba, aos seus participantes, indenização de qualquer natureza, nas situações que a lei determina, e, os quantitativos poderão ainda ser aumentados ou diminuídos, observando-se os limites previstos no Parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.4. As Propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos na computação ou em seu somatório, sendo que os erros serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total do item, prevalecerá o preço total do item;
- b) no caso de discrepância entre o valor da soma das parcelas constante na proposta e o valor da soma das mesmas parcelas, quando da verificação acima citada, prevalecerá este último valor;
- c) se existir discrepância entre o valor total global expresso na folha de rosto da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá este último; e
- d) verificado qualquer outro tipo de discrepância entre o valor total global constante em qualquer parte da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá o valor total global da planilha obtido através da verificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitação.

#### 11 - CONTRATO

11.1. O contrato, ANEXO II, parte integrante deste edital independentemente de transcrição, especificará o prazo e as condições

de execução dos serviços, bem como a forma de pagamento e de reajuste do preço pactuado, quando previsto, e na forma da lei.

11.2. O Município de Lacerdópolis convocará por escrito o adjudicatário para assinatura do contrato e juntar o documento que comprove a prestação da garantia, conforme tópico 12 deste edital.

11.3. O contrato será assinado no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da convocação do adjudicatário para esse fim.

11.4. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, será imediatamente convocado na forma do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, o segundo classificado e sucessivamente

os demais licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

11.5. O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

11.6 – O prazo de vigência é 30 de junho de 2019, a contar da emissão a Ordem de Serviço, verificada a condição prevista no tópico anterior.

11.7 - O prazo de execução é até 10 de maio de 2019, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 deste edital.

11.8 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

## 12 - GARANTIAS

12.1. - A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

12.2. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei nº 8.666/93.

12.3. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

12.4. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

12.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

12.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

12.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução

da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

## 13 – PENALIDADES

13.1. A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou proceder de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeita à aplicação da MULTA, a saber:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5. (Cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.



§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### 14 - RECURSOS

14.1. Dos atos do Município de Lacerdópolis, decorrentes da aplicação deste edital, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser dirigida ao Setor de Licitações.

14.2. O prazo para o recurso previsto na letra "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do julgamento da habilitação.

#### 15 - DESCLASSIFICAÇÃO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme previsto no art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. As empresas deverão observar e cumprir as CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, se for o caso, constante (s) do(s) ANEXO(s) que faz(em) parte e integra(m) a presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem valor unitário e global superior ao valor máximo orçado nas planilhas para execução total da obra.

#### 16 - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Caberá a contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final. A retirada do assoalho, a demolição do piso existente e a remoção do entulho fica a cargo do município de Lacerdópolis.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em função da medição no local obra e dos serviços efetivamente realizados, devidamente acompanhado pela fiscalização da AMMOC.

16.3. As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, não podendo os valores das parcelas serem inferiores a 5% (cinco por cento) e a fatura final não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal do Município de Lacerdópolis de que os serviços foram executados.

16.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço para execução total da obra.

16.5. Os preços apresentados na proposta serão em reais, FIXOS e IRREAJUSTÁVEIS

16.6. As propostas deverão conter planilha com o preço de cada item em separado, e o preço global em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual se propõe a executar a obra.

16.7. Os quantitativos referidos são para efeito orçamentário e seleção da melhor proposta entendendo-se a execução dos serviços na sua integralidade.

16.8. Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada

são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo, por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

16.9. O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente, mediante necessidade e termo aditivo poderá alterar os projetos e/ou especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

16.9.1. Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

16.10. À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

16.11. A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU, entregando cópia da mesma ao Município de Lacerdópolis e mantendo outra cópia na obra.

16.12. Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da contratada que, como tal, tenham relação com a obra.

16.13. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

16.14. Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

16.15. A impontualidade injustificada na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

16.16. Por inexecução das obrigações estipuladas a contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

16.17. O termo inicial para a incidência da taxa de multa compensatória será a data correspondente ao adimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento da multa.

16.18. Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Cíveis), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

16.19. A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra entre outros, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
  2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU
  3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.
- 16.20. A Contratada encaminhará ao Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

16.21. A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas neste edital.

16.22. A empresa deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro; essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, 02 (dois) anos, em obras de construção civil.

16.23. A critério do Município de Lacerdópolis, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

16.24. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.25. A participação nesta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" e na "MINUTA DO TERMO DE CONTRATO", que fazem parte integrante deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

16.26. A empresa contratada deverá manter no decorrer dos serviços, 01 (um) Engenheiro Civil, que atuará como responsável na gerência e execução do objeto; o Profissional em questão deverá ter vínculo empregatício com a empresa contratada de no mínimo 6 (seis) meses anterior a data da Licitação, por CTPS assinada ou por contrato particular de prestação de serviços.

16.27. A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

16.28. Maiores esclarecimentos sobre os projetos, poderão ser obtidos no setor de licitações.

16.29. Fica eleito o foro da Comarca de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

16.30. Qualquer cidadão, devidamente fundamentado, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Artigo 113 da Lei nº 8.666/1993.

16.31. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

16.32. Os pedidos de impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser apresentados no protocolo geral, na Prefeitura Municipal, situado na Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, no horário de funcionamento normal da repartição, não

sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou e-mail.

16.33. Todas as atas e demais documentos emitidos e assinados pela comissão permanente de licitações, será enviado via e-mail para os participantes que não estiverem presentes na seção, mesmo assim estarão publicados no site do município ([www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br)).

16.34. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43 da Lei 8.666/93 § 3º).

16.35. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, art. 43 da Lei 8.666/93 § 5º.

16.36. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.37. Os casos omissos serão submetidos à Comissão Permanente de Licitação do Município de Lacerdópolis.

16.38. Integram o presente edital:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Contrato;

ANEXO III: Declaração de Fatos Supervenientes;

ANEXO IV: Declaração de menores (art. 27 Lei 8.666/93);

ANEXO V: Termo de Recebimento Provisório;

ANEXO VI: Termo de Recebimento Definitivo;

Lacerdópolis/SC, 21 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação, com recursos próprios, de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, consistente na Execução de Serviços de reforma da quadra poliesportiva do GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES 11 DE NOVEMBRO (Rua 31 de março, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante deste edital.

1.2 – VALOR MÁXIMO: R\$ 175.683,83 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

1.3 – As cores e o tipo de acabamento do piso serão definidos posteriormente pela fiscalização.

1.4 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

1.5 – O prazo de vigência do contrato é 30 de junho de 2019, verificada a condição prevista no tópico anterior.

1.6 - O prazo de execução é até 10 de maio de 2019, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 do edital.

1.7 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

1.8 - Local de prestação dos serviços: conforme descrito no tópico 01 (OBJETO).

1.9 - Condições de pagamento: Mensal, conforme medição e cronograma.

1.10 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

## ANEXO II

### (MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo seu \_\_\_\_\_, doravante simplesmente designada contratada.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – Contratação, com recursos próprios, de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, consistente na Execução de Serviços de reforma da quadra do GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES 11 DE NOVEMBRO (Rua 31 de março, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante do edital.

1.2 – VALOR MÁXIMO: R\$...

1.3 – As cores e o tipo de acabamento do piso serão definidos posteriormente pela fiscalização.

### CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação (Alex Jorge Trentini), Secretaria Municipal de Transportes e Obras, pelo Fiscal de Obras do Município e o setor de engenharia da AMMOC.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato,

em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis - pagará à CONTRATADA a importância total de R\$... (...).

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

### CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.



6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

7.2. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

#### CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- a) Certidão Federal;
- b) Certidão Estadual;
- c) Certidão Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS
- e) Certidão Trabalhista
- f) Laudo de Medição da Etapa;
- g) ART de Fiscalização;
- h) ART de Execução;
- i) Guia quitada do INSS;
- j) Guia quitada do FGTS;
- k) Guia SEFIP;
- l) CEI dos Funcionários;
- m) Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- n) Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- o) Livro de registro "Diário de Obra" (cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do setor de engenharia da AMMOC, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento)

do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente, a mesma deverá conter os dados bancários para recebimento dos recursos.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO: 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES  
UNIDADE: 06-SERVIÇOS DO ESPORTE  
Proj/At.: 27.812.1008.1.023 - Constr. Ginásio Esporte/Reforma Ginásio Esp. Centro Comunitário  
Compl.Elem.: 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (98)  
Recursos: 0000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O presente contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

9.2 - O prazo de vigência é 30 de junho de 2019, verificada a condição prevista no tópico anterior.

9.3 - O prazo de execução é até 10 de maio de 2019, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 do edital.

9.4 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

9.5 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

11.1 - A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das

penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº8. 666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da Multa, conforme segue:

11.2 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.4 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.5 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;  
11.6 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.7 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 - Compete a contratante:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;
- c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,
- d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final. A retirada do assoalho, a demolição do piso existente e a remoção do entulho fica a cargo do município de Lacerdópolis.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos

e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente

o objeto deste contrato.

§22 – A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 – A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis - para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 – A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 – A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 – A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 – A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita as penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o

uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

- a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
- e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme tópico 1.7 da NR 1;
- f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no tópico 18.28 da NR 18;
- g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e
- h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 04 e NR 05), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- a) Número de funcionários na obra;
- b) Número de acidentes pessoais e materiais;
- c) Número de homens/horas trabalhadas;
- d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;
- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados; e
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Sérgio Luiz Calegari Prefeita de Lacerdópolis CONTRATANTE	Representante CONTRATADA
---	-----------------------------

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES**

Empresa, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_,  
declara sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

.....  
nome completo do declarante

.....  
nº do R.G: do declarante

.....  
Assinatura do declarante

**ANEXO IV**

DECLARAÇÃO DE MENOR (art. 27 Lei 8.666/93)

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

.....  
nome  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO V****TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito \_\_\_\_\_ (nome completo), declara receber em caráter provisório as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ conforme Nota de Empenho \_\_\_\_\_ contrato n.º \_\_\_\_\_ e seus anexos, que objetivou a empresa \_\_\_\_\_, vencedora do certame licitatório realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93- Art 73- parágrafo 2º)  
(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).


Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

Pela Prefeitura: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

**ANEXO VI****TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito \_\_\_\_\_ (nome completo), \_\_\_\_\_, declara receber em caráter definitivo as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ conforme Nota de Empenho \_\_\_\_\_ Contrato n.º \_\_\_\_\_ e demais especificações contidas no edital e seus anexos, que objetivou a empresa

\_\_\_\_\_, vencedora do certame licitatório realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93- Art 73- parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).


Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

Pela Prefeitura: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 159/2018- SERRA SUL

Publicação N° 1924315

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 159/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.459.791/0001-90, situada à Rua Lisandro Luiz Vieira, nº 144, bairro Jardim Bandeira, CEP 88600-000, São Joaquim/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao contrato nº 159/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 80/2018, correlato à Tomada de Preços nº 09/2018, conforme parecer jurídico nº 423/2018, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 15/05/2018 e homologada em 18/06/2018, consoante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Salas e Readequação de Ambientes no CEIM Ivo Pacheco, com fornecimento de material.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 [...];

2.2 Da Execução: - Item 01: fica prorrogado por mais 60 (sessenta);

2.3 [...];

2.4 Do Contrato: - Item 01: fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 21/02/2019, até 21/07/2019, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### PP 08/2019 PML

Publicação N° 1924110

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 08/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para à Aquisição de Material de Higiene, Limpeza e Utensílios de Cozinha para Diversas Secretarias.

Abertura: 20/03/2019 às 09h

Valor Estimado: R\$ 4.214.904,17

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 25 de fevereiro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### DISTRATO 03/2018-PML

Publicação Nº 1924471

DISTRATO Nº 03/2018 – PML

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E A EMPRESA MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA ME NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93, CONFORME CONSTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0125.0001626/2018

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Voluntário Carpes, nº 155, Bairro Centro, CNPJ nº 82.928.706/0001-82, inscrita no CNPJ sob nº 82.928.706/0001-82, com sede à Rua Osvaldo Cabral, nº 140, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Mauro Vargas Candemil, doravante denominada, doravante denominada de CONTRATANTE, e a Empresa MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede à Rua Heitor Vila Lobos, nº 390, bairro Centro, Capivari de Baixo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.811.703/0001-27, através de seu representante legal, Sra. HEMILEN CARDOSO CRUZETTA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Capivari de Baixo, inscrito no CPF sob o nº 034.020.249-18, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com os despachos e demais elementos constantes do processo administrativo nº 0125.0006073/2017, resolvem rescindir o Contrato oriundo da carta convite nº. 01/2017 – FLC, com fundamento no art. 77 e 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato oriundo da carta convite nº. 01/2017 – FLC, o qual fora realizado para a contratação de empresa especializada para a execução da reforma da Casa de Anita.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Laguna, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 03 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas. Laguna, 26 de março de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL Prefeito Municipal MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA ME / CNPJ nº 83.811.703/0001-27  
TESTEMUNHAS: GUSTAVO HENRIQUE /CPF:030.139.219-60 - LUCAS VERAS SPILLERE / CPF: 074.023.739-08

### EDITAL DE INSCRIÇÃO DO CARNAVAL 2019

Publicação Nº 1924224

CARNAVAL LAGUNA 2019

CONCURSO MUNICIPAL DE MARCHINHAS DE CARNAVAL  
TROFÉU "TONICO FORTES"

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº	NOME DO CANDIDATO	MARCHINHA INSCRITA
1	ARY CANDIDO MARTIN FILHO	"Queiroz, o que será de nós?"
2	ANTÔNIO MANOEL DA SILVA	"Ostrinhas do Barbosa"

3	MIRELLA CARVALHO HAMANN	"Eu que pago essa conta?"
4	GERALDO CORDEIRO DOS SANTOS	"Bloco Cravo...Na bandinha delas"
5	LAÉRCIO ANDRADE	"Turbilhão de Alegria"
6	EDGAR RIBEIRO DE CARVALHO	"Laguna 40°"

#### INSCRIÇÃO INDEFERIDA

Nº	NOME DO CANDIDATO	MARCHINHA INSCRITA
1	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	"Sai Mosquito, não intizica"
		Indeferida pelo item 5.6 do EDITAL nº 001/2019

#### CARNAVAL LAGUNA 2019

CONCURSO MUNICIPAL DE BONECA DO CARNAVAL  
TROFÉU "TONICO FORTES"

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº	NOME DO CANDIDATO	TEMA
1	CARLOS MANOEL VIEIRA	"Calypson – Chá de Maracujá"
2	EMERSON CANDIDO DA SILVA	"Homem com H"
3	EDSON FELIX DA SILVA	"Boneca da Gaiola"

#### CARNAVAL LAGUNA 2019

CONCURSO MUNICIPAL DE MUSA DO CARNAVAL  
TROFÉU "TONICO FORTES"

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº	NOME DO CANDIDATO	TEMA
1	ARILDO DA SILVA JUNIOR	"O segredo de papel"
2	VALDETE GARCIA POLICARPO	"Com todo poder"
3	ÉLISON SILVA DA FONSECA	"Chapeuzinho Vermelho quer sair!"
4	ARNALDO DA SILVA AURÉLIO JUNIOR	"Preto e Dourado, as cores da Realeza"
5	LUCAS MARQUES	"Vrau do Beauty"
6	SCARLET BASTOS RIBEIRO DA SILVA	"Show"
7	PAMELA VOLP RODRIGUES CARDOSO	"A verdadeira"
8	GABRIEL ANTÔNIO SOARES	"Drag Queen"
9	MAYKE BENTES ACHÃO	"Furacão do Carnaval"

#### INSCRIÇÃO INDEFERIDA

Nº	NOME DO CANDIDATO	TEMA
1	ALEX NOGUEIRA SOLEDADE	"A exclusão do movimento LGBTQ e seu genocídio"
		Indeferida pelo item 5.2 "a" e "d" do EDITAL nº 002/2019



**EDITAL N. 03/2019 - FLAMA**

Publicação Nº 1924494

FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018  
(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)

EDITAL 03/2019

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE - FLAMA, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICA o resultado final APÓS RECURSOS do CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018, conforme tabelas anexas.

1.1. A classificação e os critérios de desempate aplicados observaram as diretrizes previstas no item 9, do referido Edital.

Laguna/SC, 18 de fevereiro de 2019.  
DEISE DAIANA XAVIER CARDOSO  
Presidente da FLAMA

**PORTARIA Nº 139/2019**

Publicação Nº 1924848

PORTARIA RH Nº 139/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA, SR. VALMOR JUVENAL PACHER, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS a Servidora VERA LÚCIA DA SILVA Assistente Social, do dia 31.01.2019 a 01.03.2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Janeiro de 2019.  
VALMOR JUVENAL PACHER  
Presidente da Fundação

**PORTARIA Nº 188/2019**

Publicação Nº 1924687

PORTARIA RH Nº 188/2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor FERNANDO FERNANDES MENDONÇA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 11.02.2019 a 12.03.2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.

SILVÂNIA CAPPUA BARBOSA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 192/2019**

Publicação Nº 1924717

PORTARIA RH Nº 192/2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0006623/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Fevereiro de 2019 a 12 de Março de 2019, a Servidora ROSVÂNIA DA GLÓRIA DELFINO THOMÉ, Professora, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 197/2019**

Publicação Nº 1924694

PORTARIA RH Nº 197/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Inglês, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

- Kevin Marion Richardson – HAB 300 – 30 horas;
- Laura Kasper dos Santos – HAB 300 – 20 horas;
- Neres de Fátima da Luz Ribas – HAB 100 – 10 horas;
- Patrick Campos Alves – HAB 300 – 20 horas;
- Rosicléia Gordo Rodrigues Motta – HAB 300 – 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 198/2019**

Publicação Nº 1924700

PORTARIA RH Nº 198/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Artes, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em

conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

- Adriana de Souza Vieira – HAB 300 – 20 horas;
- Ana Paula de Oliveira de Jesus Laureano – HAB 300 – 10 horas;
- Amália Aparecida Dozol Presoto – HAB 300 – 30 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 199/2019**

Publicação Nº 1924707

PORTARIA RH Nº 199/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, JAIRO FAUSTINO DE FREITAS para exercer o Cargo de Professor de História, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 200/2019**

Publicação Nº 1924710

PORTARIA RH Nº 200/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, DANILO ANDRADE para exercer o Cargo de Professor de Geografia, 10 horas semanais, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 201/2019**

Publicação Nº 1924713

PORTARIA RH Nº 201/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, SCHEILA PREVE COSTA para exercer o Cargo de Professor de Ciências, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 202/2019**

Publicação Nº 1924715

PORTARIA RH Nº 202/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, DANILO ANDRADE para exercer o Cargo de Professor de Ensino Religioso, 10 horas semanais, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/02/2019, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 203/2019**

Publicação Nº 1924719

PORTARIA RH Nº 203/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, GISLENE FERNANDES MARTINS para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/02/2019, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 204/2019**

Publicação Nº 1924721

PORTARIA RH Nº 204/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.006539/2018;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Fevereiro de 2019 a 12 de Março de 2019, a Servidora KARINE DA SILVA, Técnica em Enfermagem, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

**RESULTADO CONCURSO - EDITAL FLAMA 01/2018**

Publicação N° 1924514

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
 (Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: ADVOGADO FUNDACIONAL**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
7878192	1	Rafael de Souza Giassi	Advogado Fundacional	22	32	54	8,80	19,20	28,00	NÃO SE APLICA
1479970	2	Arthur Roque Peruch	Advogado Fundacional	24	30	54	9,60	18,00	27,60	NÃO SE APLICA
5988764	3	Pedro de Souza Ávila	Advogado Fundacional	23	29	52	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
9939431	4	Karolini de Souza Rodrigues	Advogado Fundacional	19	32	51	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
6185444	5	Daniel Ecker	Advogado Fundacional	21	28	49	8,40	16,80	25,20	01/08/1993
6576796	6	Lucas Nunes Mendonça	Advogado Fundacional	21	28	49	8,40	16,80	25,20	09/04/1995
9679715	7	João Francisco Mendes de Souza	Advogado Fundacional	21	28	49	8,40	16,80	25,20	17/06/1997
8129819	8	Rosângela Erhardt	Advogado Fundacional	18	30	48	7,20	18,00	25,20	NÃO SE APLICA
3674355	9	Lucas Souza Rodrigues	Advogado Fundacional	21	27	48	8,40	16,20	24,60	NÃO SE APLICA
9893539	10	Debora Grune de Freitas	Advogado Fundacional	18	29	47	7,20	17,40	24,60	NÃO SE APLICA
2446677	11	David Soares Noronha Mendonça	Advogado Fundacional	19	28	47	7,60	16,80	24,40	NÃO SE APLICA
9785140	12	Camila Moraes Vieira Savi	Advogado Fundacional	14	32	46	5,60	19,20	24,80	NÃO SE APLICA
2441640	13	Guilherme Proença Soares	Advogado Fundacional	16	30	46	6,40	18,00	24,40	NÃO SE APLICA
1189590	14	Gustavo Lagranha Vieira da Costa	Advogado Fundacional	18	28	46	7,20	16,80	24,00	NÃO SE APLICA
5985498	15	Darlan Westphal Bittencourt da Cunha	Advogado Fundacional	17	28	45	6,80	16,80	23,60	23/05/1992
5228891	16	João Luís Valgas de Bem	Advogado Fundacional	17	28	45	6,80	16,80	23,60	24/06/1995
8824339	17	Gustavo Ramos Sant Anna	Advogado Fundacional	18	27	45	7,20	16,20	23,40	09/12/1984
8698546	18	Nakita Suzana de Freitas	Advogado Fundacional	18	27	45	7,20	16,20	23,40	09/09/1991
3141543	19	Leticia Blos Orsi	Advogado Fundacional	15	29	44	6,00	17,40	23,40	NÃO SE APLICA
3921930	20	Roger Felipe Concer de Souza	Advogado Fundacional	16	28	44	6,40	16,80	23,20	NÃO SE APLICA
2259826	21	Renan Pereira Freitas	Advogado Fundacional	17	27	44	6,80	16,20	23,00	NÃO SE APLICA

1328190	22	Luiz Otávio Boeing Vieira	Advogado Fundacional	18	26	44	7,20	15,60	22,80	NÃO SE APLICA
4589777	23	Diovana Porciuncula	Advogado Fundacional	19	25	44	7,60	15,00	22,60	08/07/1978
3566897	24	Pollyana Alvim de Andrade	Advogado Fundacional	19	25	44	7,60	15,00	22,60	23/10/1991
5654165	25	Renan da Silva de Medeiros	Advogado Fundacional	20	24	44	8,00	14,40	22,40	NÃO SE APLICA
1394886	26	Giuliana Rossa	Advogado Fundacional	14	29	43	5,60	17,40	23,00	NÃO SE APLICA
8597367	27	Karine de Souza Torquato	Advogado Fundacional	15	28	43	6,00	16,80	22,80	NÃO SE APLICA
1521497	28	Ramon de Souza Campos Martins	Advogado Fundacional	13	29	42	5,20	17,40	22,60	NÃO SE APLICA
3799689	29	Maysa Vicente Marques	Advogado Fundacional	14	28	42	5,60	16,80	22,40	NÃO SE APLICA
2628686	30	Jessica da Rosa De Pieri	Advogado Fundacional	15	27	42	6,00	16,20	22,20	NÃO SE APLICA
3117880	31	Maicon Teles do Amaral	Advogado Fundacional	16	26	42	6,40	15,60	22,00	05/03/1983
8947163	32	Jemima Larissa Ferreira Xavier	Advogado Fundacional	16	26	42	6,40	15,60	22,00	26/01/1992
2686953	33	Soraia Brolese	Advogado Fundacional	14	27	41	5,60	16,20	21,80	NÃO SE APLICA
3343499	34	Elizabeth Vilela de Moraes	Advogado Fundacional	15	26	41	6,00	15,60	21,60	NÃO SE APLICA
1211471	35	Luciano Nobre de Faria	Advogado Fundacional	12	27	39	4,80	16,20	21,00	03/05/1969
8587787	36	Guilherme Aranha Coelho	Advogado Fundacional	12	27	39	4,80	16,20	21,00	15/11/1976
8769753	37	Fernanda Cascaes Porto da Rosa	Advogado Fundacional	12	27	39	4,80	16,20	21,00	01/12/1981
3245896	38	Gabriela Valerio Floriano	Advogado Fundacional	12	27	39	4,80	16,20	21,00	18/02/1988
3668690	39	Diogo Rosa Souza	Advogado Fundacional	13	26	39	5,20	15,60	20,80	NÃO SE APLICA
5928982	40	Daiana Souza dos Santos	Advogado Fundacional	14	25	39	5,60	15,00	20,60	NÃO SE APLICA
4635744	41	Larissa Mauricio Velezmoro	Advogado Fundacional	16	23	39	6,40	13,80	20,20	NÃO SE APLICA
4912535	42	Sabrina Neves Machado	Advogado Fundacional	12	26	38	4,80	15,60	20,40	NÃO SE APLICA
1398423	43	Rosineia Miranda de Freitas	Advogado Fundacional	14	24	38	5,60	14,40	20,00	NÃO SE APLICA
9924434	44	Rafael Corrêa	Advogado Fundacional	15	23	38	6,00	13,80	19,80	15/08/1990
4813863	45	Ana Clara Bittencourt Nunes	Advogado Fundacional	15	23	38	6,00	13,80	19,80	11/12/1992
6569390	46	Caroline Gonçalves Cardoso	Advogado Fundacional	18	20	38	7,20	12,00	19,20	NÃO SE APLICA
6443567	47	Saile Bárbara Barreto da Silva	Advogado Fundacional	13	24	37	5,20	14,40	19,60	NÃO SE APLICA
4942833	48	Débora Rinaldi	Advogado Fundacional	14	23	37	5,60	13,80	19,40	NÃO SE APLICA
4492986	49	Tiago Durigon Ribeiro	Advogado Fundacional	15	22	37	6,00	13,20	19,20	NÃO SE APLICA
6779786	50	Wladimir Medeiros Santos	Advogado Fundacional	17	20	37	6,80	12,00	18,80	NÃO SE APLICA
8288356	51	Henrique Moritz Neto	Advogado Fundacional	10	26	36	4,00	15,60	19,60	NÃO SE APLICA
6698956	52	Matheus Romeu Natal Garcia	Advogado Fundacional	13	23	36	5,20	13,80	19,00	31/01/1989
6859780	53	Amanda Del Canale Pereira	Advogado Fundacional	13	23	36	5,20	13,80	19,00	02/11/1991
4297822	54	Mariana Nunes Vieira	Advogado Fundacional	13	23	36	5,20	13,80	19,00	27/04/1992
5968348	55	Bruna de Oliveira Duarte	Advogado Fundacional	14	22	36	5,60	13,20	18,80	NÃO SE APLICA
3329666	56	Thais da Silva Buss	Advogado Fundacional	15	21	36	6,00	12,60	18,60	NÃO SE APLICA

1359932	57	Denise Gutterres Machado	Advogado Fundacional	16	20	36	6,40	12,00	18,40	NÃO SE APLICA
8599998	58	Raphaella Simão Ricken	Advogado Fundacional	10	25	35	4,00	15,00	19,00	NÃO SE APLICA
6976239	59	Beatriz Fernanda Machado	Advogado Fundacional	12	23	35	4,80	13,80	18,60	NÃO SE APLICA
6928170	60	Karoline dos Santos Leal Ribeiro	Advogado Fundacional	13	22	35	5,20	13,20	18,40	NÃO SE APLICA
9272399	61	Meiricléa Rozeli Dias	Advogado Fundacional	16	19	35	6,40	11,40	17,80	NÃO SE APLICA
1471996	62	Fernando Triches dos santos	Advogado Fundacional	9	25	34	3,60	15,00	18,60	NÃO SE APLICA
9256393	63	Aldo Fernando Assunção	Advogado Fundacional	10	24	34	4,00	14,40	18,40	NÃO SE APLICA
8976490	64	Fernanda Roberta da Silva Machado Figueiró	Advogado Fundacional	13	21	34	5,20	12,60	17,80	NÃO SE APLICA
6559867	65	Karolliny Reinol da Silva	Advogado Fundacional	14	20	34	5,60	12,00	17,60	03/08/1987
9264140	66	Gustavo de Jesus Monteiro	Advogado Fundacional	14	20	34	5,60	12,00	17,60	04/11/1994
5111943	67	Valéria de Souza Custódio	Advogado Fundacional	15	19	34	6,00	11,40	17,40	NÃO SE APLICA
8635854	68	Vagner Sfógia Ricardo	Advogado Fundacional	9	24	33	3,60	14,40	18,00	21/06/1983
2293285	69	Pedro Andre Brolezzi	Advogado Fundacional	9	24	33	3,60	14,40	18,00	20/05/1990
6867375	70	Mariani Luci de Amorim Simon	Advogado Fundacional	11	22	33	4,40	13,20	17,60	NÃO SE APLICA
8829560	71	Leticia Remor da Fonseca	Advogado Fundacional	13	19	32	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
2643740	72	Jussara Delgado	Advogado Fundacional	8	23	31	3,20	13,80	17,00	NÃO SE APLICA
4437926	73	Tatiane Yara Odebrecht	Advogado Fundacional	9	22	31	3,60	13,20	16,80	NÃO SE APLICA
8812853	74	Helen Cristini Madeira Feltrin	Advogado Fundacional	11	20	31	4,40	12,00	16,40	NÃO SE APLICA
3976114	75	Carolina Amorim Laurentino	Advogado Fundacional	12	19	31	4,80	11,40	16,20	NÃO SE APLICA
3623130	76	Guilherme Strapazzon Klann	Advogado Fundacional	6	24	30	2,40	14,40	16,80	NÃO SE APLICA
2123215	77	Vitor Villa Demetrio	Advogado Fundacional	10	20	30	4,00	12,00	16,00	NÃO SE APLICA



**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
 (Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: BIÓLOGO**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO ( PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
4969111	1	Otávio da Silva Custódio	Biólogo	24	31	55	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
7152914	2	Osmarina Alves Marinho	Biólogo	22	29	51	8,80	17,40	26,20	10/07/1987
2563916	3	Pedro Buss Martins	Biólogo	22	29	51	8,80	17,40	26,20	13/02/1993
5747210	4	Laila Santim Mureb	Biólogo	21	28	49	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
1294393	5	João Gabriel da Costa	Biólogo	22	26	48	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
5987261	6	Daniela Ferreira Gomes	Biólogo	20	25	45	8,00	15,00	23,00	NÃO SE APLICA
9572473	7	Daiane de Andrade	Biólogo	22	23	45	8,80	13,80	22,60	NÃO SE APLICA
1956698	8	Karoline Masiero dos Santos	Biólogo	17	27	44	6,80	16,20	23,00	NÃO SE APLICA
4691768	9	Vicente Machado Petrucci	Biólogo	18	26	44	7,20	15,60	22,80	27/06/1985
1976591	10	Giuliano Luis Zanette Ramos	Biólogo	18	26	44	7,20	15,60	22,80	14/05/1990
6359914	11	Vanessa Freire de Carvalho	Biólogo	21	23	44	8,40	13,80	22,20	NÃO SE APLICA
9952195	12	Luiza Santos Barreto	Biólogo	18	25	43	7,20	15,00	22,20	NÃO SE APLICA
5765293	13	José Alfredo Souza de Souza Junior	Biólogo	19	24	43	7,60	14,40	22,00	29/04/1988
7966911	14	Otávio Schlickmann Rottgers Cardoso	Biólogo	19	24	43	7,60	14,40	22,00	26/01/1990
7972342	15	Natielle Claudino Pires	Biólogo	20	23	43	8,00	13,80	21,80	28/10/1993
6294995	16	Karina Farina	Biólogo	20	23	43	8,00	13,80	21,80	29/08/1994
7925913	17	Marcela Claudia Pagano	Biólogo	15	26	41	6,00	15,60	21,60	05/04/1966
3581896	18	Iuri Augusto Limaco	Biólogo	15	26	41	6,00	15,60	21,60	01/04/1990
9445668	19	Fernanda Trierveiler	Biólogo	14	26	40	5,60	15,60	21,20	NÃO SE APLICA
9121978	20	Thays Saretta Sulzbach	Biólogo	16	24	40	6,40	14,40	20,80	NÃO SE APLICA
1229982	21	Ana Carolina Lopes	Biólogo	18	22	40	7,20	13,20	20,40	NÃO SE APLICA

1156918	22	Adrielle do Nascimento Barcelos		Biólogo	11	28	39	4,40	16,80	21,20	NÃO SE APLICA
1698974	23	Cassiane Tatsch		Biólogo	16	23	39	6,40	13,80	20,20	NÃO SE APLICA
5998379	24	Matheus Feldstein Haddad		Biólogo	17	22	39	6,80	13,20	20,00	NÃO SE APLICA
7749570	25	Bruna Ferreira Leal		Biólogo	19	20	39	7,60	12,00	19,60	NÃO SE APLICA
7796820	26	Rani Rocha da Silva		Biólogo	21	18	39	8,40	10,80	19,20	NÃO SE APLICA
1998943	27	Fernanda Zilli Fermينو		Biólogo	13	25	38	5,20	15,00	20,20	NÃO SE APLICA
1927361	28	Taiana Haag		Biólogo	15	23	38	6,00	13,80	19,80	17/06/1979
9382860	29	Thatiane Cordini Fernandes		Biólogo	15	23	38	6,00	13,80	19,80	09/12/1988
4759923	30	Bianca Ott Andrade		Biólogo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	21/05/1985
2992957	31	Ana Maria Vasconcelos de Freitas		Biólogo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	08/05/1988
3897826	32	Leticia Nascimento Oliveira		Biólogo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	22/10/1989
9789979	33	Cristiane Snak		Biólogo	17	21	38	6,80	12,60	19,40	19/01/1987
9235973	34	Larissa Daminelli		Biólogo	17	21	38	6,80	12,60	19,40	23/04/1992
8899550	35	Sarah de Jesus Cantarino		Biólogo	18	20	38	7,20	12,00	19,20	NÃO SE APLICA
7869550	36	Juliana Rechetele		Biólogo	16	21	37	6,40	12,60	19,00	NÃO SE APLICA
9142290	37	Érika Tiemi Tsuda		Biólogo	17	20	37	6,80	12,00	18,80	NÃO SE APLICA
1459996	38	Sandra Motikawa		Biólogo	10	26	36	4,00	15,60	19,60	06/05/1978
9283889	39	Fernanda da Silva Alabarce		Biólogo	10	26	36	4,00	15,60	19,60	31/01/1983
5968895	40	Aline Sartório		Biólogo	11	25	36	4,40	15,00	19,40	NÃO SE APLICA
5172292	41	Marcelo Rech Pacheco		Biólogo	12	24	36	4,80	14,40	19,20	NÃO SE APLICA
3655296	42	Gabriela Pôrto Marques		Biólogo	14	22	36	5,60	13,20	18,80	NÃO SE APLICA
1999680	43	Priscilla Moura Lombardi		Biólogo	15	21	36	6,00	12,60	18,60	07/10/1984
8499292	44	Gabriela Kostiuk Souza de Andrade		Biólogo	15	21	36	6,00	12,60	18,60	27/06/1997
1985523	45	Adriano Luiz Benediti		Biólogo	16	20	36	6,40	12,00	18,40	08/12/1984
2339145	46	Tayene Oltramari de Souza		Biólogo	16	20	36	6,40	12,00	18,40	20/06/1995
5449960	47	Fernanda Fenzke Konig		Biólogo	17	19	36	6,80	11,40	18,20	NÃO SE APLICA
6919219	48	Jeferson Delgado da Silva Junior		Biólogo	16	19	35	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
3489213	49	Gabriel Guimarães Larre		Biólogo	11	23	34	4,40	13,80	18,20	NÃO SE APLICA
2458845	50	Bruna Roque Loureiro		Biólogo	13	21	34	5,20	12,60	17,80	15/02/1986
5398428	51	Guthieri Teixeira Colombo		Biólogo	13	21	34	5,20	12,60	17,80	07/03/1990
6729983	52	Paulo Tomasi Sarti		Biólogo	16	18	34	6,40	10,80	17,20	NÃO SE APLICA
5784824	53	Douglas Pinto Abrantes		Biólogo	17	17	34	6,80	10,20	17,00	NÃO SE APLICA
7996446	54	Edilane Rocha Nicolette		Biólogo	9	24	33	3,60	14,40	18,00	NÃO SE APLICA
2399130	55	Alexandre Silva de Mello		Biólogo	11	22	33	4,40	13,20	17,60	NÃO SE APLICA
9772316	56	Natália Soares Skueresky Sieben		Biólogo	13	20	33	5,20	12,00	17,20	17/04/1989

4317874	57	Bruna Santos de Barros	Biólogo	13	20	33	5,20	12,00	17,20	25/04/1994
9459723	58	Mariana de Souza Vieira	Biólogo	14	19	33	5,60	11,40	17,00	NÃO SE APLICA
9167668	59	Francisco Domiciano de Bem	Biólogo	15	18	33	6,00	10,80	16,80	NÃO SE APLICA
7377720	60	Gisela Gressler Garcia	Biólogo	16	17	33	6,40	10,20	16,60	NÃO SE APLICA
6951627	61	Jhoni Caetano de Souza	Biólogo	14	18	32	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
8832196	62	Nathalia Rocha Matias	Biólogo	10	21	31	4,00	12,60	16,60	NÃO SE APLICA
6713475	63	Cleia Brexi	Biólogo	12	19	31	4,80	11,40	16,20	NÃO SE APLICA
2786893	64	Gabriel Preuss Custódio	Biólogo	14	17	31	5,60	10,20	15,80	25/04/1996
4987730	65	Grazielly dos Santos Gomes	Biólogo	14	17	31	5,60	10,20	15,80	21/10/1996
3855732	66	Kelly da Silva Porto	Biólogo	10	20	30	4,00	12,00	16,00	NÃO SE APLICA
2599813	67	Tatiele Viviane Warth	Biólogo	13	17	30	5,20	10,20	15,40	03/06/1986
1854992	68	Larissa Gabriely Fernandes	Biólogo	13	17	30	5,20	10,20	15,40	30/08/1989
4578511	69	Gabriel Ciambelli Dias da Costa	Biólogo	15	15	30	6,00	9,00	15,00	09/03/1992
5666996	70	Renan Konig Leal	Biólogo	15	15	30	6,00	9,00	15,00	08/01/1997

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
**(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)**

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO - APÓS RECURSO**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
4752910	1	Ricardo Luís Baratto	Engenheiro Agrônomo	24	33	57	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
3919188	2	Bianca Coelho	Engenheiro Agrônomo	17	35	52	6,80	21,00	27,80	NÃO SE APLICA
6945791	3	Guilherme Alves Bello	Engenheiro Agrônomo	21	31	52	8,40	18,60	27,00	NÃO SE APLICA
6685579	4	Henrique Francisco de Moraes	Engenheiro Agrônomo	17	31	48	6,80	18,60	25,40	NÃO SE APLICA
9171967	5	Rafaela Gadret Rizzolo	Engenheiro Agrônomo	21	27	48	8,40	16,20	24,60	NÃO SE APLICA
9618953	6	Nemesio Furlan	Engenheiro Agrônomo	15	32	47	6,00	19,20	25,20	NÃO SE APLICA
6549888	7	Gabriel Freire Ortiz	Engenheiro Agrônomo	17	30	47	6,80	18,00	24,80	NÃO SE APLICA
6657494	8	Joice Crescencio Heidemann	Engenheiro Agrônomo	20	27	47	8,00	16,20	24,20	NÃO SE APLICA
5856914	9	Marcos Leandro dos Santos	Engenheiro Agrônomo	15	31	46	6,00	18,60	24,60	NÃO SE APLICA
5866251	10	Alan Ricardo Rotta	Engenheiro Agrônomo	16	30	46	6,40	18,00	24,40	NÃO SE APLICA
5717892	11	Gabriel Fornazari Pires Pinheiro	Engenheiro Agrônomo	19	26	45	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
1946544	12	Pedro Henrique Batista Rohling	Engenheiro Agrônomo	16	28	44	6,40	16,80	23,20	05/02/1993
2649780	13	Joana Zampronio Bett Nascimento	Engenheiro Agrônomo	17	27	44	6,80	16,20	23,00	14/05/1992
2629860	14	Ana Flávia Pavei	Engenheiro Agrônomo	17	27	44	6,80	16,20	23,00	28/07/1992
3989445	15	Thiara Ramirez Rodrigues	Engenheiro Agrônomo	12	31	43	4,80	18,60	23,40	NÃO SE APLICA
1559796	16	Clarissa Alves Caprestano	Engenheiro Agrônomo	16	27	43	6,40	16,20	22,60	NÃO SE APLICA
6519970	17	Francys Pacheco Luiz	Engenheiro Agrônomo	17	26	43	6,80	15,60	22,40	06/11/1984
3533891	18	Rafael Rodrigues da Silva	Engenheiro Agrônomo	17	26	43	6,80	15,60	22,40	21/03/1994
5916712	19	Gabriela Tasso Bongioiolo Machado	Engenheiro Agrônomo	13	29	42	5,20	17,40	22,60	22/08/1985
9379916	20	Débora Liza Schettert Pellens	Engenheiro Agrônomo	13	29	42	5,20	17,40	22,60	13/01/1993
1937472	21	Catarina Corrêa Puttkammer	Engenheiro Agrônomo	14	28	42	5,60	16,80	22,40	NÃO SE APLICA

5914647	22	Adriano da Silva Bem	Engenheiro Agrônomo	15	27	42	6,00	16,20	22,20	NÃO SE APLICA
6957951	23	Bruno Machado Furlanetto	Engenheiro Agrônomo	16	26	42	6,40	15,60	22,00	28/08/1987
7758553	24	Daniel João Dall'Orsoletta	Engenheiro Agrônomo	16	26	42	6,40	15,60	22,00	02/10/1990
9384413	25	Juliana Braga Mascarenhas	Engenheiro Agrônomo	16	26	42	6,40	15,60	22,00	15/03/1991
5479142	26	Marcelo Dalpiaz Dagostim	Engenheiro Agrônomo	17	25	42	6,80	15,00	21,80	NÃO SE APLICA
3328414	27	Gustavo Morteau Filippi	Engenheiro Agrônomo	19	23	42	7,60	13,80	21,40	NÃO SE APLICA
4385799	28	Sara Jorge de Queiroz	Engenheiro Agrônomo	15	26	41	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
9295950	29	César Freitas Ribeiro	Engenheiro Agrônomo	12	28	40	4,80	16,80	21,60	NÃO SE APLICA
1479776	30	André Makowiecky Salles	Engenheiro Agrônomo	14	26	40	5,60	15,60	21,20	NÃO SE APLICA
6599796	31	Christianne Belinzoni de Carvalho	Engenheiro Agrônomo	17	23	40	6,80	13,80	20,60	11/11/1968
6263445	32	Luciano da Silva Alves	Engenheiro Agrônomo	17	23	40	6,80	13,80	20,60	15/02/1984
1756877	33	Elizeu da Silva Martins	Engenheiro Agrônomo	17	23	40	6,80	13,80	20,60	15/04/1993
9234624	34	Lucas Gabriel Nascimento Queiroz	Engenheiro Agrônomo	17	22	40	6,80	13,80	20,60	26/03/1995
4329252	35	Lucas Lafratta Calandrelli	Engenheiro Agrônomo	18	22	40	7,20	13,20	20,40	NÃO SE APLICA
9677755	36	Valéria Nogueira de Souza	Engenheiro Agrônomo	13	26	39	5,20	15,60	20,80	NÃO SE APLICA
3899160	37	Fabrcio Neves da Silva	Engenheiro Agrônomo	15	24	39	6,00	14,40	20,40	19/08/1973
9764518	38	Mateus Santos Nascimento	Engenheiro Agrônomo	15	24	39	6,00	14,40	20,40	23/11/1986
6987648	39	Frederico Durante Honorato	Engenheiro Agrônomo	15	24	39	6,00	14,40	20,40	09/10/1987
7471327	40	Victor Boppré	Engenheiro Agrônomo	10	28	38	4,00	16,80	20,80	NÃO SE APLICA
6975844	41	Thiago Vidal	Engenheiro Agrônomo	11	27	38	4,40	16,20	20,60	NÃO SE APLICA
8597499	42	Joice Heineck Carrara	Engenheiro Agrônomo	15	23	38	6,00	13,80	19,80	NÃO SE APLICA
6247490	43	Juliano Silva Teles	Engenheiro Agrônomo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	12/12/1987
7848412	44	Jasmine Jurich Pillati	Engenheiro Agrônomo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	10/08/1994
2631970	45	Graziela Goulart Tártari	Engenheiro Agrônomo	12	25	37	4,80	15,00	19,80	NÃO SE APLICA
9961852	46	Alessandra Vianna Junkes	Engenheiro Agrônomo	14	23	37	5,60	13,80	19,40	NÃO SE APLICA
7194420	47	Ricardo Kulkamp da Silva	Engenheiro Agrônomo	15	22	37	6,00	13,20	19,20	NÃO SE APLICA
7378491	48	Janine Heineck Carrara	Engenheiro Agrônomo	16	21	37	6,40	12,60	19,00	15/05/1981
2879280	49	Alicia Ruschel	Engenheiro Agrônomo	16	21	37	6,40	12,60	19,00	11/06/1991
8786119	50	Julia da Silva Behs	Engenheiro Agrônomo	18	19	37	7,20	11,40	18,60	NÃO SE APLICA
2299380	51	Marcio Ronchi	Engenheiro Agrônomo	11	25	36	4,40	15,00	19,40	10/03/1964
4912390	52	Adriana Modolon Duart	Engenheiro Agrônomo	11	25	36	4,40	15,00	19,40	17/09/1994
2343525	53	Ismael Tonetto	Engenheiro Agrônomo	12	24	36	4,80	14,40	19,20	NÃO SE APLICA
7997744	54	Diego Carlos Neves	Engenheiro Agrônomo	13	23	36	5,20	13,80	19,00	NÃO SE APLICA
7591691	55	Dahise Brilinger	Engenheiro Agrônomo	17	19	36	6,80	11,40	18,20	NÃO SE APLICA
8299951	56	Juliane Souza Benedet	Engenheiro Agrônomo	12	23	35	4,80	13,80	18,60	13/07/1989

5565278	57	Katia Casagrande	Engenheiro Agrônomo	12	23	35	4,80	13,80	18,60	12/12/1993
1438891	58	Lucas da Rocha Carvalho	Engenheiro Agrônomo	13	22	35	5,20	13,20	18,40	NÃO SE APLICA
5235162	59	Paula Zelindro Cardoso	Engenheiro Agrônomo	11	23	34	4,40	13,80	18,20	NÃO SE APLICA
9766235	60	André Steiner Vieira	Engenheiro Agrônomo	13	21	34	5,20	12,60	17,80	NÃO SE APLICA
2186730	61	Luciane Silveira Azevedo	Engenheiro Agrônomo	14	20	34	5,60	12,00	17,60	NÃO SE APLICA
5641381	62	Jaíne Quirino Tomé	Engenheiro Agrônomo	15	19	34	6,00	11,40	17,40	NÃO SE APLICA
5591210	63	Deiviti Martins	Engenheiro Agrônomo	8	25	33	3,20	15,00	18,20	NÃO SE APLICA
2298570	64	Daniela Höhn	Engenheiro Agrônomo	9	24	33	3,60	14,40	18,00	NÃO SE APLICA
5816165	65	Cristine da Fonseca	Engenheiro Agrônomo	11	22	33	4,40	13,20	17,60	NÃO SE APLICA
6654924	66	Maurício João Marcon	Engenheiro Agrônomo	12	21	33	4,80	12,60	17,40	NÃO SE APLICA
9579885	67	Marcos Valentin Savi Mondo Pasini	Engenheiro Agrônomo	9	23	32	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
1963627	68	Caroline Bedin Zanatta	Engenheiro Agrônomo	8	23	31	3,20	13,80	17,00	NÃO SE APLICA
4844378	69	Gean Gustavo da Rocha	Engenheiro Agrônomo	12	19	31	4,80	11,40	16,20	NÃO SE APLICA
6277799	70	Guilherme Chissini Macedo	Engenheiro Agrônomo	14	17	31	5,60	10,20	15,80	NÃO SE APLICA



**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
**(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)**

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
6762468	1	Jessica Matos do Prado	Engenheiro Ambiental	20	27	47	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
3319997	2	Rafaela Bendo	Engenheiro Ambiental	19	27	46	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
3368211	3	Natalia Dal Farra Lopes	Engenheiro Ambiental	19	26	45	7,60	15,60	23,20	NÃO SE APLICA
2287668	4	Felipe Souza Fagundes	Engenheiro Ambiental	20	25	45	8,00	15,00	23,00	NÃO SE APLICA
7651783	5	Joana Carolina de Borba	Engenheiro Ambiental	18	26	44	7,20	15,60	22,80	NÃO SE APLICA
7532539	6	Henrique Graciano Nunes	Engenheiro Ambiental	23	21	44	9,20	12,60	21,80	NÃO SE APLICA
3868451	7	Eduardo Celezinski	Engenheiro Ambiental	21	21	42	8,40	12,60	21,00	24/01/1989
5179297	8	Ana Flavia Costa	Engenheiro Ambiental	21	21	42	8,40	12,60	21,00	29/06/1995
6723977	9	Gilberto Goulart Souza	Engenheiro Ambiental	17	24	41	6,80	14,40	21,20	NÃO SE APLICA
9213112	10	Ângela Carolina Cappellaro	Engenheiro Ambiental	18	23	41	7,20	13,80	21,00	NÃO SE APLICA
7842384	11	Paula Fensterseifer	Engenheiro Ambiental	20	20	40	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
7131518	12	Laura Bins Braga	Engenheiro Ambiental	14	25	39	5,60	15,00	20,60	NÃO SE APLICA
7669143	13	Rafael Friedrich Haubert	Engenheiro Ambiental	16	23	39	6,40	13,80	20,20	NÃO SE APLICA
7729472	14	Renata Aguiar Sarmento	Engenheiro Ambiental	18	20	38	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2421984	15	José Augusto Müller Neto	Engenheiro Ambiental	16	21	37	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
6988369	16	Jacqueline Alexandre Martins	Engenheiro Ambiental	10	26	36	4,00	15,60	19,60	NÃO SE APLICA
8333874	17	Fernando Worma	Engenheiro Ambiental	14	22	36	5,60	13,20	18,80	24/08/1979
5935518	18	Gabriela Oliveira da Cunha	Engenheiro Ambiental	14	22	36	5,60	13,20	18,80	08/11/1992
2423162	19	Carina Carniato	Engenheiro Ambiental	16	20	36	6,40	12,00	18,40	NÃO SE APLICA
5639433	20	Vinicius Silva Fiorentin	Engenheiro Ambiental	15	20	35	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	06/04/1986
9819711	21	Gustavo Simon	Engenheiro Ambiental	14	20	34	5,60	12,00	17,60	NÃO SE APLICA

8746931	22	Isabella Alessandra Branco	Engenheiro Ambiental	15	19	34	6,00	11,40	17,40	NÃO SE APLICA
2479567	23	Maria Eduarda Mezzari Csunderlick	Engenheiro Ambiental	17	17	34	6,80	10,20	17,00	26/10/1994
2592550	24	Vinicius Krebs	Engenheiro Ambiental	17	17	34	6,80	10,20	17,00	21/12/1994
7599846	25	Renata Porto Morais	Engenheiro Ambiental	15	18	33	6,00	10,80	16,80	NÃO SE APLICA
5229286	26	Tarsila Berka	Engenheiro Ambiental	17	16	33	6,80	9,60	16,40	NÃO SE APLICA
3497496	27	Manuela Santos Barbosa	Engenheiro Ambiental	11	21	32	4,40	12,60	17,00	NÃO SE APLICA
3262162	28	Marcus Thiago de Moura Pinto	Engenheiro Ambiental	13	19	32	5,20	11,40	16,60	NÃO SE APLICA
8358265	29	Hélder Righetto Jung	Engenheiro Ambiental	13	18	31	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
4227913	30	Jéssica Patrício dos Santos	Engenheiro Ambiental	10	20	30	4,00	12,00	16,00	NÃO SE APLICA
1366882	31	Daniely Gonçalves	Engenheiro Ambiental	12	18	30	4,80	10,80	15,60	25/07/1995
3618692	32	Cintia Coelho de Souza	Engenheiro Ambiental	12	18	30	4,80	10,80	15,60	27/06/1996
1995928	33	Felipe Guesser de Souza	Engenheiro Ambiental	14	16	30	5,60	9,60	15,20	NÃO SE APLICA
6996426	34	Caio Castillo Corrêa de Mattos	Engenheiro Ambiental	17	13	30	6,80	7,80	14,60	NÃO SE APLICA

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
**(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)**

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: ENGENHEIRO QUÍMICO**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
8585750	1	Hiroyuki Marcelino Ishibashi	Engenheiro Químico	22	27	49	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
5565863	2	Mariana Bianchi	Engenheiro Químico	21	27	48	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
3145514	3	Cristine Munari Steffens	Engenheiro Químico	18	27	45	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
5193460	4	Michele Colemberg Garcia	Engenheiro Químico	18	25	43	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
9759514	5	Miral Miranda Neto	Engenheiro Químico	18	21	39	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
7625596	6	Shauana Griebeler	Engenheiro Químico	14	24	38	5,60	14,40	20,00	NÃO SE APLICA
4947959	7	Isabela de Souza Inocente	Engenheiro Químico	17	21	38	6,80	12,60	19,40	NÃO SE APLICA
1939190	8	Letícia Zanatta Matiola Damazio	Engenheiro Químico	18	20	38	7,20	12,00	19,20	NÃO SE APLICA
6738990	9	Glauber Borba Nascimento	Engenheiro Químico	17	20	37	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
3841740	10	Guilherme Martins Rodrigues	Engenheiro Químico	17	18	35	6,80	10,80	17,60	NÃO SE APLICA
5899460	11	Gustavo Henrique Medeiros	Engenheiro Químico	19	16	35	7,60	9,60	17,20	NÃO SE APLICA
3737349	12	Bruno Sampaio Kastelic	Engenheiro Químico	16	18	34	6,40	10,80	17,20	20/09/1985
3871410	13	Aline Mara Novack	Engenheiro Químico	16	18	34	6,40	10,80	17,20	17/05/1990
6427340	14	Tainá Domingos da Silva	Engenheiro Químico	13	20	33	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
6221920	15	Eduardo Henrique	Engenheiro Químico	15	17	32	6,00	10,20	16,20	NÃO SE APLICA
5298890	16	Giulia Bressan Soratto da Silva	Engenheiro Químico	19	13	32	7,60	7,80	15,40	NÃO SE APLICA
2624990	17	José Luiz Vieira	Engenheiro Químico	16	14	30	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
**(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)**

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: FISCAL AMBIENTAL**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO ( PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
2789426	1	Lais Lima de Paula	Fiscal Ambiental	20	35	55	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
5621810	2	Guilherme Schmidt Tomasoni	Fiscal Ambiental	21	32	53	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
9999825	3	Inácia da Rosa Machado	Fiscal Ambiental	20	32	52	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2636654	4	Fabiana Schumacher	Fiscal Ambiental	18	32	50	7,20	19,20	26,40	NÃO SE APLICA
9525238	5	Cássio Donadel Guterres	Fiscal Ambiental	22	28	50	8,80	16,80	25,60	NÃO SE APLICA
5114519	6	Camila da Silva Lima	Fiscal Ambiental	16	32	48	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
6355315	7	Sara Piazza Balbinot	Fiscal Ambiental	21	24	45	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
6295630	8	Marcio Alan Bittencourt Albuquerque	Fiscal Ambiental	16	28	44	6,40	16,80	23,20	NÃO SE APLICA
5218420	9	Aline Oliveira de Souza	Fiscal Ambiental	17	27	44	6,80	16,20	23,00	NÃO SE APLICA
7877846	10	Artur Vitali Michels	Fiscal Ambiental	18	25	43	7,20	15,00	22,20	NÃO SE APLICA
8732493	11	João Vitor Frigeri	Fiscal Ambiental	21	22	43	8,40	13,20	21,60	NÃO SE APLICA
3937917	12	Thábata Fernandes Cândido	Fiscal Ambiental	13	28	41	5,20	16,80	22,00	NÃO SE APLICA
3241394	13	Jerriane Oliveira Gomes	Fiscal Ambiental	14	27	41	5,60	16,20	21,80	NÃO SE APLICA
3429954	14	Igor Romualdo Sá Rufino	Fiscal Ambiental	16	25	41	6,40	15,00	21,40	NÃO SE APLICA
1463250	15	Jonas Comin Nunes	Fiscal Ambiental	15	25	40	6,00	15,00	21,00	29/12/1982
1791222	16	Patrícia da Silva Paulino	Fiscal Ambiental	15	25	40	6,00	15,00	21,00	13/02/1988
7979657	17	Daniel Rosick da Rosa	Fiscal Ambiental	15	25	40	6,00	15,00	21,00	28/04/1989
8949530	18	Barbara Heck Schallenberger	Fiscal Ambiental	17	23	40	6,80	13,80	20,60	NÃO SE APLICA
8355959	19	Marcelo da Fonte Albuquerque	Fiscal Ambiental	18	22	40	7,20	13,20	20,40	NÃO SE APLICA
8435626	20	Marianna Ullrich França	Fiscal Ambiental	15	24	39	6,00	14,40	20,40	NÃO SE APLICA
7942923	21	Carlos Eduardo da Silva Fagundes	Fiscal Ambiental	19	20	39	7,60	12,00	19,60	NÃO SE APLICA

7899769	22	Evelyn Jacques de Almeida	Fiscal Ambiental	13	25	38	5,20	15,00	20,20	NÃO SE APLICA
9647562	23	Maria Caroline Silva	Fiscal Ambiental	15	23	38	6,00	13,80	19,80	NÃO SE APLICA
4482395	24	Silvestre Pereira da Silva	Fiscal Ambiental	9	28	37	3,60	16,80	20,40	NÃO SE APLICA
1237519	25	Ingrid Santana Monteiro	Fiscal Ambiental	12	25	37	4,80	15,00	19,80	31/12/1991
6736637	26	Beatriz Rodrigues Valgas	Fiscal Ambiental	12	25	37	4,80	15,00	19,80	03/11/1992
9914137	27	Allan Antunes Alvarenga	Fiscal Ambiental	13	24	37	5,20	14,40	19,60	NÃO SE APLICA
5366976	28	Henrique Hoffmann Maurilio	Fiscal Ambiental	15	21	36	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
4248236	29	Edison Antonio Alberti	Fiscal Ambiental	12	23	35	4,80	13,80	18,60	NÃO SE APLICA
4998154	30	Alice Takako Hirose	Fiscal Ambiental	14	21	35	5,60	12,60	18,20	NÃO SE APLICA
5328829	31	Rogério Corrêa da Rocha	Fiscal Ambiental	11	23	34	4,40	13,80	18,20	NÃO SE APLICA
1692313	32	Isis Mayna Martins dos Reis	Fiscal Ambiental	14	20	34	5,60	12,00	17,60	28/06/1987
5247381	33	Vinicius Carvalho Agassi Oliveira	Fiscal Ambiental	14	20	34	5,60	12,00	17,60	24/03/1994
6542514	34	Jamile Cardoso de Oliveira	Fiscal Ambiental	14	20	34	5,60	12,00	17,60	05/10/1994
6215165	35	Camila Fajardo Machado	Fiscal Ambiental	14	20	34	5,60	12,00	17,60	13/04/1996
2933268	36	Carmynie Barros e Xavier	Fiscal Ambiental	15	19	34	6,00	11,40	17,40	16/06/1987
3184285	37	Marlon Henrique Hetzel Matos	Fiscal Ambiental	15	19	34	6,00	11,40	17,40	09/11/1989
1638874	38	Paulo Fernando Simaozinho	Fiscal Ambiental	12	21	33	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA
9253491	39	Vanio Manoel Dos Passos	Fiscal Ambiental	9	23	32	3,60	13,80	17,40	27/03/1973
7137583	40	Stela Maris de Oliveira Santos	Fiscal Ambiental	9	23	32	3,60	13,80	17,40	09/09/1974
9814884	41	Tais Assunção Moreira de Abreu	Fiscal Ambiental	11	21	32	4,40	12,60	17,00	NÃO SE APLICA
1948644	42	Joel De Souza Joaquim	Fiscal Ambiental	8	23	31	3,20	13,80	17,00	NÃO SE APLICA
9664742	43	Jéssica Linsei de Oliveira Buske	Fiscal Ambiental	9	22	31	3,60	13,20	16,80	05/02/1982
6988490	44	Vanessa Roani da Silva	Fiscal Ambiental	9	22	31	3,60	13,20	16,80	15/05/1992
7966121	45	Silvia Helena Cardoso Munari	Fiscal Ambiental	11	20	31	4,40	12,00	16,40	22/05/1965
6394590	46	Scot Bento Lessa	Fiscal Ambiental	11	20	31	4,40	12,00	16,40	20/05/1981
4783433	47	Jean Espíndola de Córdova	Fiscal Ambiental	14	17	31	5,60	10,20	15,80	NÃO SE APLICA
2993252	48	Sara Priscila Teles	Fiscal Ambiental	7	23	30	2,80	13,80	16,60	NÃO SE APLICA
1826166	49	Bruna Pinho da Costa	Fiscal Ambiental	9	21	30	3,60	12,60	16,20	NÃO SE APLICA
2187876	50	Mateus Souza Fagundes	Fiscal Ambiental	11	19	30	4,40	11,40	15,80	22/06/1994
1946277	51	Eduarda Assis da Silva	Fiscal Ambiental	11	19	30	4,40	11,40	15,80	22/11/1994
1487914	52	Flávia de Souza Gaspar	Fiscal Ambiental	12	18	30	4,80	10,80	15,60	NÃO SE APLICA
6471927	53	Karen de Farias Meller	Fiscal Ambiental	15	15	30	6,00	9,00	15,00	NÃO SE APLICA

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2018**  
**(Retificado e Alterado pelos Editais n. 002, 003, 004 e 005/2018)**

**RESULTADO FINAL DO CONCURSO**  
**CARGO: GEÓLOGO**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO ( PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO
4324633	1	Rodrigo Volponi Filardi	Geólogo	23	26	49	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
4168186	2	Rafael Marchezam Adriano	Geólogo	24	24	48	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
7166940	3	Eduarda Medeiros Gomes	Geólogo	22	22	44	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
3538117	4	Alexandre Zaremba Saad	Geólogo	17	26	43	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA
9461892	5	Lucas Medeiros Bofill	Geólogo	19	22	41	7,60	13,20	20,80	NÃO SE APLICA
6617573	6	Érika Mariano	Geólogo	21	20	41	8,40	12,00	20,40	NÃO SE APLICA
4968220	7	Nicholas Peixoto da Silveira Campos	Geólogo	15	24	39	6,00	14,40	20,40	NÃO SE APLICA
5526310	8	Gabriel Girardi Pan	Geólogo	16	23	39	6,40	13,80	20,20	NÃO SE APLICA
7753616	9	Bruna Bonfim Rodrigues	Geólogo	18	21	39	7,20	12,60	19,80	NÃO SE APLICA
6441297	10	Reginaldo Lemos	Geólogo	14	24	38	5,60	14,40	20,00	NÃO SE APLICA
4749111	11	Aharon Israel Barreiro Saldanha	Geólogo	16	22	38	6,40	13,20	19,60	NÃO SE APLICA
3798992	12	Maiara Rech da Silveira	Geólogo	18	20	38	7,20	12,00	19,20	12/03/1991
9795391	13	Hermes Augusto de Oliveira Barboza	Geólogo	18	20	38	7,20	12,00	19,20	18/08/1981
4479963	14	Laura Menezes da Silveira	Geólogo	19	19	38	7,60	11,40	19,00	NÃO SE APLICA
3661997	15	Paulo Roberto Correia de Lima	Geólogo	15	22	37	6,00	13,20	19,20	30/10/1958
2947382	16	Thiago da Luz Gaia	Geólogo	15	22	37	6,00	13,20	19,20	11/03/1988
9596399	17	Antonio Cosme de Oliveira Júnior	Geólogo	15	22	37	6,00	13,20	19,20	03/03/1994
9729976	18	Luisa Coneglian Mognol	Geólogo	19	18	37	7,60	10,80	18,40	NÃO SE APLICA
7232632	19	Diogo Eduardo Pasqual Penna	Geólogo	14	22	36	NÃO SE APLICA			NÃO SE APLICA



1758853	20	Guilherme Bonfada Dummel	Geólogo	15	20	35	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2132494	21	Bianca Lino Gondim Leite	Geólogo	13	21	34	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2224585	22	Maick Claudino Oliveira	Geólogo	15	18	33	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
8349290	23	Caleb de Souza Ribeiro	Geólogo	13	19	32	5,20	11,40	16,60
3941590	24	Guilherme Estevam da Costa	Geólogo	13	19	32	5,20	11,40	16,60
5961947	25	Louise Natalia Ribeiro	Geólogo	15	17	32	6,00	10,20	16,20
8338345	26	Lucas Martini	Geólogo	16	16	32	6,40	9,60	16,00
8496110	27	Stefan Nohel	Geólogo	12	19	31	4,80	11,40	16,20
7461925	28	Henrique Venâncio Redivo	Geólogo	13	18	31	5,20	10,80	16,00
7812116	29	Daniel Barbosa Knijnik	Geólogo	12	18	30	NÃO SE APLICA		

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/FMS/2019

Publicação Nº 1923895

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/FMS/2019

Aberta a sessão com o escopo de receber propostas para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de medicamentos determinados em ordem judicial para uso do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2019 conforme especificações previstas no Termo de Referência e na minuta contratual presentes no edital. Todavia, nenhuma empresa compareceu no dia e hora marcada, tornando-a deserta. Determina-se lançamento de novo certame.

Lauro Muller, 22 de Fevereiro de 2019.  
GENIVALDO DA SILVA  
PREGOEIRO

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 03/2019

Publicação Nº 1924250

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 03/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 para preenchimento de vaga em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo em contratação temporária, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 02/2018.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado é critério da administração pública municipal, de acordo com a necessidade do município bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo lavar o Termo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura

Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.

6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.

7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 05 (cinco) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.

7.1. No caso de candidatos aprovados para o cargo de motorista-socorrista SAMU o prazo para entrega da documentação é de 20 (vinte) dias úteis para entrega dos documentos inclusive do exame toxicológico.

8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.

9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.

10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.

11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato encontra-se apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro Müller, 20 de Fevereiro de 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município
01	JHONATA DE SOUZA JOAQUIM	LAURO MULLER

Lauro Müller, 20 de Fevereiro de 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 001/2019**

Publicação Nº 1924259

**PORTARIA Nº 001/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2018  
RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, STEFFANI BEZ BATTI GONÇALVES, para a função de Médico do ESF, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Janeiro de 2019 a 02 de Janeiro de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 002/2019**

Publicação Nº 1924261

**PORTARIA Nº 002/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 04.01.2019 à 03.01.2021, para a funcionária público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JULIANA LEANDRO RAMOS BENEDET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 003/2019**

Publicação Nº 1924263

**PORTARIA Nº 003/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2018  
RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, WALTER DE SOUZA PINTO, para a função de Médico do ESF, em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Janeiro de 2019 a 06 de Janeiro de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 004/2019**

Publicação Nº 1924264

**PORTARIA Nº 004/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001, Lei Complementar nº 05/2017, Lei Municipal nº 1.862/2015, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,  
Considerando que não há mais aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018 para o preenchimento do cargo de Médico do ESF,  
Considerando que o serviço é essencial para a população e saúde pública,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANESSA BASCHIROTTI ALEXANDRE, para a função de Médico do ESF, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de Janeiro de 2019 a 13 de Janeiro de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 005/2019**

Publicação Nº 1924265

PORTARIA Nº 005/2019

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017  
RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, ANDRÉIA TOURNIER TAVARES, Auxiliar de Enfermagem, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por Invalidez.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 006/2019**

Publicação Nº 1924268

PORTARIA Nº 006/2019

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, CAMILLA RUZZA GEREMIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, integrante do Quadro de Pessoal Especial de Natureza Provisória e em Extinção quando dá vacância, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 007/2019**

Publicação Nº 1924271

PORTARIA Nº 007/2019

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, ADRIANO DE OLIVEIRA BOAVENTURA, ocupante do cargo de Motorista, contratado em caráter temporário junto à Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 008/2019**

Publicação Nº 1924272

PORTARIA Nº 008/2019

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública VALÉRIA CRISTINA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Obras para exercê-lo junto ao SAMU.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JANEIRO DE 2019.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 009/2019**

Publicação Nº 1924273

**PORTARIA Nº 009/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 05/2017 e Edital de Concurso Público 004/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Efetuar o acesso funcional de CARLA APARECIDA DIAS, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração Escolar, aprovada em 2º lugar no Concurso Público, Edital nº 004/2016 – Resultado Final das Provas Homologado em 07/06/2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JANEIRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 010/2019**

Publicação Nº 1924274

**PORTARIA Nº 010/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, VALDIR VAMBOMEL, Motorista, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por Invalidez.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JANEIRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 011/2019**

Publicação Nº 1924275

**PORTARIA Nº 011/2019**

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.862/2015, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o Processo Seletivo para o preenchimento dos cargos de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Fundação de Saúde de Lauro Müller será realizado nos próximos meses,

Considerando que o Serviço da Fundação de Saúde de Lauro Müller é essencial para a população e saúde pública,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANA CUSTÓDIA JOÃO, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem junto a Fundação de Saúde de Lauro Müller, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, em Caráter Temporário, pelo período de 21 de Janeiro de 2019 a 20 de Junho de 2019, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JANEIRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/PMLM/2019 E Nº 013/FMS/2019**

Publicação Nº 1923650

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/PMLM/2019 E Nº 013/FMS/2019

Data e horário da sessão de abertura: 12/03/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura e Fundo Municipal Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2019. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 22 de Fevereiro de 2019.

Genivaldo da Silva  
Pregoeiro

**PREGÃO PRESENCIAL N°. 053/PMLM/2019**

Publicação N° 1924446

PREGÃO PRESENCIAL N°. 053/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 12/03/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterilly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de madeira naval destinados a elaboração da decoração de pascoa conforme solicitação da secretaria de Turismo do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2019.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 22 de Fevereiro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro



**Lebon Regis****PREFEITURA****ATA CIRCUNSTANCIAL DA SESSÃO DE LICITAÇÃO TP01/2019**

Publicação Nº 1924355

**ATA CIRCUNSTANCIAL DA SESSÃO DE LICITAÇÃO TP01/2019**

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de ruas com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao financiamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC.

Aos 22/02/2019, na cidade de Lebon Régis-SC, na sala de reuniões do Paço Municipal, sito na Rua Artur Barth, 300, Centro, às 09:30, em sessão pública, reuniram-se a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeados pelo Decreto n.º 015/2018, acompanhada pelos representantes das licitantes, com a finalidade de julgar o procedimento licitatório administrativo nº TP01/2019- Tomada de Preço, cujo objeto descrito acima e conforme especificações contidas no Edital, será julgada por MENOR PREÇO GLOBAL. Entregaram, tempestivamente, os envelopes de documentação e proposta de preços, mediante protocolo de credenciamento a (s) seguinte (s) empresa (s):

Representante	Empresa
NATHAN MERINI	LZK CONSTRUTORA LTDA
SEM REPRESENTANTE	VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Sendo recebidos até às 09:00, estando dentro do horário para recebimento dos envelopes conforme preceitua o Edital. A Presidente solicitou aos presentes que rubricassem e que conferissem a inviolabilidade dos envelopes contendo a documentação. Prosseguindo, foi realizada a abertura e após conferência constatou-se que: As empresas apresentaram documentos de Habilitação de acordo com o edital. Os documentos foram colocados à disposição dos presentes para exame. Restando Habilitadas as seguintes empresas:

LZK CONSTRUTORA LTDA (07.455.659/0001-81)

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA (09.223.659/0001-81)

Foi aberta a palavra aos licitantes presentes, para que, tendo interesse em recursos quanto a esta fase fosse manifestada neste momento, sendo que não foram manifestadas intenções de recursos, prossegue-se a sessão passando para a fase de Propostas. Foi solicitado aos presentes que rubricassem e que conferissem a inviolabilidade dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, logo foram abertos e colocados a disposição dos presentes para exame, constatou-se nas propostas que: A empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA apresentou proposta com valor GLOBAL de R\$ 2.543.306,81 (dois milhões quinhentos e quarenta e três mil trezentos e seis reais com oitenta e um centavos), valor este acima do máximo permitido em Edital, sendo de R\$ 2.311.936,68 (dois milhões trezentos e onze mil novecentos e trinta e seis reais com sessenta e oito centavos), motivo este que deu ensejo a desclassificação da proposta da empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. A empresa LZK CONSTRUTORA LTDA apresentou proposta no valor GLOBAL de R\$ 1.850.001,82 (um milhão oitocentos e cinquenta mil e um real com oitenta e dois centavos) estando em conformidade com o Edital sua proposta foi classificada. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL declara vencedora do certame a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA com a proposta no valor GLOBAL de R\$ 1.850.001,82 (um milhão oitocentos e cinquenta mil e um real com oitenta e dois centavos).

Concedida a palavra aos participantes do certame não houve nada a ser declarado. Não estando todos presentes na sessão será dado publicidade do resultado desta licitação para que, em havendo interesse do licitante VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA que apresente recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente da CPL e membros presentes, assim como os representantes das licitantes presentes na sessão.

Licitantes	Comissão Permanente de Licitações
NATHAN MERINI LZK CONSTRUTORA LTDA	VANIA REGINA MARAFFON PRESIDENTE DA CPL
SEM REPRESENTANTE VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA	JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS MEMBRO DA CPL

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 018/2019

Publicação Nº 1923840

DECRETO Nº 018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - CME”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – C.M.E, do Município de Leoberto Leal, constituída da forma que segue:

Presidente: MÁRCIO LOPES

Vice-Presidente: CILENI REGINA GONÇALVES DA CUNHA

1º Tesoureiro: ADILSON BEPLER

2º Tesoureiro: ADILIO KRAUZE

1ª Secretária: ELIZIANA ESTEVÃO

2º Secretário: ODAIR MARTINS

Diretor Esportivo: ELIELTON CHEINER SCHAFFER

Diretor Social: PAULO SÉRGIO DE SOUZA

Suplente: MARCOS ANTONIO FRANÇA

Art. 2º Revoga-se o Decreto n.º 018, de 17 de março de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 22 de fevereiro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - PMLL

Publicação Nº 1924338

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019, com data de 22 de fevereiro de 2019, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ nº 83.052.191/0027-00, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, para disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho – PAT, viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais, disponibilizar material técnico e de apoio necessário à prestação dos serviços previstos no PAT, fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município, acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao PAT no Município, implementar os trabalhos de interesse do Município e os que lhe couberem no PAT, participar de reuniões quando solicitadas e responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal. O valor para a contratação é de R\$ 27.00,00 (vinte e sete mil reais), sendo pago em 10 (dez) parcelas. Leoberto Leal/SC, 22 de fevereiro de 2019. MAYARA CARLA GUCHERT – Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos do art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal. Leoberto Leal/SC, 22 de fevereiro de 2019. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.145, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924602

DECRETO Nº 3.145, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

Unidade 01 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade 1.005 – Diretoria de Educação – Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

01.32.0001 – Termo de Compromisso PAR nº 201804717-4 ..... R\$ 226.550,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Provável Excesso de Arrecadação oriundo do Termo de Compromisso PAR nº 201804717-4, firmado com o Ministério da Educação através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

FLÁVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 3.146, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924604

DECRETO Nº 3.146, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA MUNICIPL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.10.0054 – Superávit Convênio Multas Polícia Militar ..... R\$ 20.636,83

03.11.0055 – Superávit Convênio Multas Polícia Civil .....

..... R\$ 46.007,26

03.12.0056 – Superávit Convênio Multas Prefeitura .....

..... R\$ 10.506,99

Total das Suplementações ..... R\$ 315.656,59

Órgão 04: SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

Unidade 01 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.62.0022 – Superávit Transporte Escolar – Estado ..... R\$ 51.643,92

03.37.0061 – Superávit PNATE ..... R\$ 27.433,01

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – DIRETORIA DE AÇÃO SOCIAL

Projeto/Atividade 2.024 – Manutenção da Oferta da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.35.0063 – Superávit Bolsa Família ..... R\$ 20.037,54

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.35.0221 – Superávit Social/GSUAS ..... R\$ 2.123,10

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.61.0235 – Superávit Social Básico – Custeio – Estado ..... R\$ 16.645,14

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.35.0428 – Superávit Social FNAS/PSB ..... R\$ 21.019,27

Projeto/Atividade 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.61.0422 – Superávit Social Básico – Investimentos – Estado ..... R\$ 24.594,75

Unidade 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/Atividade 2.023 – Assistência Criança/Adolescente – APAE FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.35.0049 – Superávit FNAS PSE ..... R\$ 9.811,18

Unidade 03 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Projeto/Atividade 2.037 – Assistência a Criança e ao Adolescente – FIA

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.09.0704 – Superávit FIA ..... R\$ 50.923,40

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 01 – DIRETORIA DE URBANISMO

Projeto/Atividade 2.006 – Diretoria de Infra Estrutura – Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.08.0017 – Superávit COSIP ..... R\$ 1.230,52

Unidade 02 – DIRETORIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Projeto/Atividade 2.007 – Diretoria de Infra Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.07.0016 – Superávit CIDE ..... R\$ 1.298,10

03.39.0044 – Superávit Fundo Especial ..... R\$ 11.745,58

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Superávit Financeiro de 2018 das seguintes fontes:

03.07.0016 – Superávit CIDE ..... R\$ 1.298,10

03.08.0017 – Superávit COSIP ..... R\$ 1.230,52

03.09.0704 – Superávit FIA ..... R\$ 50.923,40

03.10.0054 – Superávit Convênio Multas Polícia Militar ..... R\$ 20.636,83

03.11.0055 – Superávit Convênio Multas Polícia Civil ..... R\$ 46.007,26

03.12.0056 – Superávit Convênio Multas Prefeitura ..... R\$ 10.506,99

03.35.0049 – Superávit FNAS PSE ..... R\$ 9.811,18  
03.35.0063 – Superávit Bolsa Família ..... R\$ 20.037,54  
03.35.0221 – Superávit Social/GSUAS ..... R\$ 2.123,10  
03.35.0428 – Superávit Social FNAS/PSB ..... R\$ 21.019,27  
03.37.0061 – Superávit PNATE ..... R\$ 27.433,01  
03.39.0044 – Superávit Fundo Especial ..... R\$ 11.745,58  
03.61.0235 – Superávit Social Básico – Custeio – Estado .....  
..... R\$ 16.645,14  
03.61.0422 – Superávit Social Básico – Investimentos – Estado  
..... R\$ 24.594,75  
03.62.0022 – Superávit Transporte Escolar – Estado .....  
..... R\$ 51.643,92  
Total das Fontes de Recursos ..... R\$ 315.656,59  
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Lindóia do Sul, 18 de Fevereiro de 2019.

FLÁVIO LUIS BENINI  
Prefeito Municipal em Exercício

### **DECRETO Nº 3.147, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924590

DECRETO Nº 3.147, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,  
Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 – Manutenção da Oferta da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.03.00.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Superávit Financeiro de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 22 de Fevereiro de 2019.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### EDITAL 12/2019

Publicação N° 1924562

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 12/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA O ESTACIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE ANTÔNIA TEREZA ZUCATELLI, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 13/03/2018; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 13/03/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 21 de fevereiro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

# Luiz Alves

## PREFEITURA

### DECRETO N° 28/2019

Publicação N° 1924033

#### DECRETO N° 28/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, Lei Municipal n° 1.748/2018;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar de R\$ 100.556,21 (Cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria de Obras e Planejamento

15.451.0004.1.003 – Obras de Infraestrutura Viária

(119) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0545.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$100.556,21

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2018, por conta de Recursos Ordinários na importância de 100.556,21 (Cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Luiz Alves (SC), 19 de fevereiro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 16/2019 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação N° 1923449

#### EXTRATO DE CONTRATO N.º 31/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: EPISTEMICA EIRELI. – CNPJ: 21.645.880/0001-23.

Do objeto: Contratação de prestação de serviço de consultoria técnica para revisão e sistematização dos atuais documentos curriculares e pedagógicos da Rede Municipal de Ensino, a fim de alinhar os preceitos e determinações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Dos valores: O valor do objeto contratado é de R\$ 237,50 (duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) por hora, totalizando o montante de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Da vigência: A vigência do presente Contrato será da data firmada até o dia 18 de dezembro de 2019

Luiz Alves, 18 de dezembro de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO N.º 03/2019 (PREFEITURA)

Publicação N° 1923484

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

#### PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13 E 14, COM COTA RESERVADA PARA OS ITENS 12, 15 E 16.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES E ARMADO E ARTEFATOS DE CIMENTO, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 14/03/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 14/03/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 25 de fevereiro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO N° 01/2019 (FMS)

Publicação N° 1917779

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA), PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES, COM ESPECIFICAÇÕES DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE N° 11301658000118002/MS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 12/03/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 12/03/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal



**PORTARIA 50/2019**

Publicação Nº 1923406

PORTARIA N.º 50/2019

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir o contrato da servidora Sr.ª RITA DE CÁSSIA DIEMON, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 51/2019**

Publicação Nº 1923407

PORTARIA N.º 51/2019

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir o contrato da servidora Sr.ª ALINE SCHEIDEMANTEL, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 52/2019**

Publicação Nº 1923408

PORTARIA N.º 52/2019

Concede férias a membro do Conselho Tutelar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à conselheira tutelar Sr.ª ALCENIR MARTENDAL, com início no dia 21 de fevereiro de 2019 e término no dia 22 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2732

Publicação Nº 1924612

DECRETO Nº 2732 de 22 de fevereiro de 2019.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBSs DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- O horário de funcionamento, atendimento e expediente das UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBSs do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), a partir de 06 de março de 2019, fica assim estabelecido:

\* segunda à sexta-feira:  
das 07h30min às 11h30min  
das 13h00 às 17h00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de março de 2019.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2019.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 0022019 - OPERADOR DE MÁQUINAS - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 1924901

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
NO MUNICÍPIO DE LUZERNA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019 de 14 de janeiro de 2019.

A SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo por Análise de Currículo e Prova Prática do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 de 14 de janeiro de 2019, não havendo recursos pendentes depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público de Operador de Máquinas no Município de Luzerna(SC):  
OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Candidato	Habilitação de categoria "D" ou "E"	Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização como Operador de Máquinas	Tempo de serviço	Prova Prática	Pontuação Final	Colocação
4	Orlando Weiss	2,00	1,00	0,00	8,50	11,50	1º
6	Lucas Schneider	2,00	0,00	0,00	8,50	10,50	2º
2	Otávio Holz	2,00	0,00	0,00	6,93	8,93	3º
3	Richard Kluves Almeida	2,00	0,00	0,00	6,60	8,60	4º
5	Ricardo Jung	2,00	0,50	0,00	5,45	7,95	5º
1	Mario Pedro Schiehl Neto	2,00	0,50	0,00	0,00	2,50	Reprovado

ALCIR JOÃO DENARDI

Secretária de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público de Operador de Máquinas no Município de Luzerna, Edital nº 002/2019 de 14 de janeiro de 2019.

Luzerna(SC), 07 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 005/2019 - PROFESSOR (CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS)**

Publicação Nº 1923447

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019 de 25 de fevereiro de 2019.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Complementar nº 165 de 25 de abril de 2017 e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna, para a contação de estórias na Biblioteca durante as horas atividades dos demais professores cuja especificidade e transitoriedade não justificam o provimento do cargo;

Considerando a inexistência de tempo para realização de Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que se licitar empresa para realizar Processo Licitatório comum;

estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga de professor não habilitado para trabalhar com contação de estórias na Biblioteca da escola para os alunos durante as horas atividades dos demais professores, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**II - DAS INSCRIÇÕES**

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 25 de fevereiro a 01 de março de 2019, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para a cargo/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverão ser anexados fotocópia de RG constando o CPF ou também o CPF caso não conste no RG e todos os documentos necessários para comprovação da titulação (comprovante de cursos, tempo de serviço, etc).

2.4. NÃO SERÁ COBRADA TAXA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS.

2.5. À inscrição realizada por procuração deverá estar anexa cópia do RG constando o CPF ou também o CPF caso não conste no RG, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato do candidato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile.

2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.12. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

**III - DA SELEÇÃO**

- 3.1. O Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de aperfeiçoamento e de tempo de serviço.
- 3.2. A contagem dos títulos será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:
- 3.2.1. Estar cursando ou ter concluído Pedagogia - 2,00 pontos;
- 3.2.2. Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização com enfoque pedagógico, realizados a partir do ano de 2015 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso frequentado e/ou ministrado (limitado a 160 horas);
- 3.2.3. Tempo de Serviço no Magistério inclusive como estagiário no Município de Luzerna - 1,00 ponto para cada 06 (seis) meses de serviço;
- 3.2.4. Tempo de Serviço no Magistério (público estadual ou em outros municípios) inclusive como estagiário - 0,80 pontos para cada 06 (seis) meses de serviço, não sendo computados períodos menores de 06 (seis) meses, nem somados períodos inferiores a 06 (seis) meses em empregadores diversos;
- 3.2.5. Tempo de Serviço como Professor ou estagiário na área da educação (privado) - 0,50 pontos para cada 06 (seis) meses de serviço;
- O tempo de serviço será comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente.
- 3.3. A pontuação obtida nos itens 3.2.3 a 3.2.5 será somada à pontuação referente à habilitação e aos cursos de que tratam os itens 3.2.1 e 3.2.2.
- 3.5 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

#### IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

- 4.1. A contratação obedecerá ao Regime Especial de Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

#### V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;
- 5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:
- a) maior habilitação;
  - b) maior tempo de serviço no Município;
  - c) maior tempo de serviço;
  - d) maior idade.

#### VI - DOS RECURSOS

- 6.1. Será admitido recurso da classificação que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo III deste Edital.
- 6.2. O recurso aqui mencionado deverá ser preenchido em formulário modelo disponibilizado juntamente com este Edital, assinado, escaneado e enviado para o e-mail [seceducacao@luzerna.sc.gov.br](mailto:seceducacao@luzerna.sc.gov.br) dentro do prazo e horários estabelecidos por este Edital.
- 6.3. Os recursos e revisão de nota serão apreciados pela Comissão Especial designada.
- 6.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação, ilegíveis, sem assinatura, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.
- 6.5. As decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da Prefeitura de Luzerna.
- 6.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da pontuação, sendo que a pontuação poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.
- 6.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de pontuação de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua pontuação.
- 6.8. A Comissão Especial do Processo Seletivo, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

#### VII - DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br).

#### VIII - DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os documentos conforme Decreto 2060 de 01 de julho de 2015 e alterações posteriores.
- 8.2. Os documentos para contratação serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.
- 8.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

#### IX - DO FORO JUDICIAL

- 9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.
- 10.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.
- 10.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 10.5. O candidato a ser contratado será convocado e terá o prazo de 48 horas contados do recebimento da ciência da convocação para manifestar a aceitação ou desistência da vaga. Passado este prazo, ou apresentados os documentos solicitados de forma incompleta ou tardia o candidato será desclassificado perdendo o direito a vaga.
- 10.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:
- I. Pelo término do prazo contratual;

- II. Por iniciativa do contratado;
- III. Por descumprimento de qualquer cláusula contratual pelo contratado;
- IV. Pelo óbito do contratado;
- V. Prática de falta grave, conforme definido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurado em procedimento administrativo, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, no qual se assegure um recurso hierárquico, dotado de efeito suspensivo, no qual, no seu prazo total de tramitação, recurso e decisão final não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias;
- VI. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- VII. Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal;
- VIII. Nomeação de aprovados em Concurso Público, início de atividade de médicos residentes ou retorno às atividades do titular para os casos de contratação temporária para substituição;
- IX. Por insuficiência de desempenho apurada em Procedimento Administrativo;
- Parágrafo Único - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada ao contratante com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Caso o contratado não observe tal prazo, será facultado ao Contratante descontar a remuneração correspondente aos dias de trabalho faltantes para o cumprimento do período.
- 10.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.
- 10.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.
- 10.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.
- 10.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- ANEXO I - Da Função Pública, Vencimentos e Habilitação Mínima;
- ANEXO II - Das Atribuições da Função;
- ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 25 de fevereiro de 2019.  
 MOISÉS DIERSMANN  
 Prefeito de Luzerna

#### ANEXO I DAS FUNÇÕES PÚBLICAS TEMPORÁRIAS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

FUNÇÃO PÚBLICA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor para contação de estórias aos alunos na Biblioteca	40 h/s	R\$ 2.309,16	NÃO HABILITADO: Cursando Pedagogia

\* Mesmo tendo concluído a graduação será contratado como Professor não habilitado e receberá o equivalente a 78,50% do valor inicial de carreira de Professor II, que é o valor constante acima, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores. Além do vencimento o profissional terá direito a auxílio alimentação no valor de R\$ 17,87 (dezesete reais e oitenta e sete centavos), por dia trabalhado, proporcional a carga horária.

#### ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PÚBLICA: Professor

ATRIBUIÇÕES: Trabalhar com contação de estórias com os alunos na Biblioteca durante as horas atividades dos demais professores na Educação Infantil e Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento;
- cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- zelar pela disciplina e pelo patrimônio escolar;
- manter a pontualidade e assiduidade;
- comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

#### ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	25/02/2019
Período de Inscrições	25/02 a 01/03/2019
Análise dos Títulos	06/03/2019
Divulgação do Resultado Provisório	07/03/2019
Recurso quanto ao Resultado Provisório (até às 17h00)	07 e 08/03/2019
Homologação final do Processo Seletivo	11/03/2019

#### ANEXO IV

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

DADOS DO CANDIDATO		
Nome:		
Rua:		
Bairro:		Nr.
Município:		U.F.
Telefone:		
e-mail:		
Nome do pai:		
Nome da mãe:		
Estado civil:		
Dependentes:		Sim (nr. _____ ) Não
Nr. Identidade:		CPF:
Data de nascimento:		Local:
Função Pública Temporária: PROFESSOR (contação de estórias)		

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
comprovante matrícula/frequência em Curso de Pedagogia ou Diploma de Pedagogia	
comprovante de Cursos aperfeiçoamento/capacitação com enfoque pedagógico	
comprovante de tempo de serviço no Magistério de Luzerna (inclusive estagiário)	
comprovante de tempo de serviço no Magistério estadual ou outros municípios (inclusive estagiário da educação)	
comprovante de tempo de serviço como Professor ou estagiário na área da educação (privado)	

Luzerna(SC), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

## ANEXO V

## FORMULÁRIO DE RECURSO

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome:	
FUNDAMENTAÇÃO (Motivo do Recurso)	

ENCAMINHAR ESTE FORMULÁRIO PARA [seceducacao@luzerna.sc.gov.br](mailto:seceducacao@luzerna.sc.gov.br) DENTRO DO PRAZO DE RECURSO PREVISTO NO EDITAL (Horário limite de recebimento até às 17h00)

Assinatura do Candidato  
(obrigatório conter a assinatura do candidato)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO - 005/2019 - PROFESSOR**

Publicação Nº 1923486

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019 de 25 de fevereiro de 2019.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a alínea "b" do inciso IX da Lei Complementar nº 165 de 25 de abril de 2017 estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga de professor não habilitado para trabalhar com contação de estórias na Biblioteca da escola para os alunos durante as horas atividades dos demais professores, conforme especificações constantes do Anexo



I, parte integrante deste Edital.

## II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 25 de fevereiro a 01 de março de 2019, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para a cargo/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverão ser anexados fotocópia de RG constando o CPF ou também o CPF caso não conste no RG e todos os documentos necessários para comprovação da titulação (comprovante de cursos, tempo de serviço, etc).

2.4. NÃO SERÁ COBRADA TAXA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS.

2.5. À inscrição realizada por procuração deverá estar anexa cópia do RG constando o CPF ou também o CPF caso não conste no RG, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato do candidato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile.

2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.12. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

## III - DA SELEÇÃO

3.1. O Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de aperfeiçoamento e de tempo de serviço.

3.2. A contagem dos títulos será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.2.1. Estar cursando ou ter concluído Pedagogia - 2,00 pontos;

3.2.2. Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização com enfoque pedagógico, realizados a partir do ano de 2015 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso frequentado e/ou ministrado (limitado a 160 horas);

3.2.3. Tempo de Serviço no Magistério inclusive como estagiário no Município de Luzerna - 1,00 ponto para cada 06 (seis) meses de serviço;

3.2.4. Tempo de Serviço no Magistério (público estadual ou em outros municípios) inclusive como estagiário - 0,80 pontos para cada 06 (seis) meses de serviço, não sendo computados períodos menores de 06 (seis) meses, nem somados períodos inferiores a 06 (seis) meses em empregadores diversos;

3.2.5. Tempo de Serviço como Professor ou estagiário na área da educação (privado) - 0,50 pontos para cada 06 (seis) meses de serviço; O tempo de serviço será comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente.

3.3. A pontuação obtida nos itens 3.2.3 a 3.2.5 será somada à pontuação referente à habilitação e aos cursos de que tratam os itens 3.2.1 e 3.2.2.

3.5 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

## ANEXO I

### DAS FUNÇÕES PÚBLICAS TEMPORÁRIAS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

FUNÇÃO PÚBLICA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor para contação de histórias aos alunos na Biblioteca	40 h/s	R\$ 2.309,16	NÃO HABILITADO: Cursando Pedagogia

\* Mesmo tendo concluído a graduação será contratado como Professor não habilitado e receberá o equivalente a 78,50% do valor inicial de carreira de Professor II, que é o valor constante acima, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores.

Além do vencimento o profissional terá direito a auxílio alimentação no valor de R\$ 17,87 (dezesete reais e oitenta e sete centavos), por dia trabalhado, proporcional a carga horária.

## ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PÚBLICA: Professor

ATRIBUIÇÕES: Trabalhar com contação de estórias com os alunos na Biblioteca durante as horas atividades dos demais professores na Educação Infantil e Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento;
- cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- zelar pela disciplina e pelo patrimônio escolar;
- manter a pontualidade e assiduidade;
- comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

## ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	25/02/2019
Período de Inscrições	25/02 a 01/03/2019
Análise dos Títulos	06/03/2019
Divulgação do Resultado Provisório	07/03/2019
Recurso quanto ao Resultado Provisório (até às 17h00)	07 e 08/03/2019
Homologação final do Processo Seletivo	11/03/2019

Luzerna(SC), 25 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## PORTARIA 025/2019

Publicação Nº 1923463

PORTARIA Nº 025/19 de 15 de fevereiro de 2019.

“INDICA SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- INDICAR para representar o MUNICÍPIO DE LUZERNA junto ao Colegiado de Assistência Social da AMMOC os servidores abaixo descritos:

Representantes do Órgão Gestor

MATHEUS LUIS GEUSTER - Titular

TATIANE CAROLINE SCHNEIDER SCHMITZ - Suplente

Representantes dos trabalhadores do SUAS

JOVIANE COLOMBELLI - Titular

SILVIA MIAZZI PEREIRA - Suplente

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Luzerna(SC), 15 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 026/2019**

Publicação N° 1923464

PORTARIA N° 026/19 de 25 de fevereiro de 2019.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 005/2019 - Professor (contação de estórias)”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 005/2019 - Professor para contação de estórias, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que exerçam as atribuições necessárias à realização do Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital:

1. REGINA CARIN JACOBY CUREAU
2. DIRCE A. DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA
3. MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 027/2019**

Publicação N° 1924566

PORTARIA N° 027/19 de 22 de fevereiro de 2019.

“NOMEIA COMISSÃO RECURSAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do §1º do at. 13 do Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO RECURSAL de avaliação de desempenho de estágio probatório de que trata o Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018:

Representantes do Sindicato dos Servidores

MAURÍCIO BITTENCOURT

ANA MARIA COZZA

EVAINE CÉLIA DESIDÉRIO

Representantes do Executivo

DREONE MENDES

CRISTINA KULL

Art.2º- Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº55/2019

Publicação Nº 1923881

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº055/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data Maria Masquio Rampinelli, sepultada em 04/06/1993, Satina Arcontti Rampinelli, sepultada em 21/05/2000 e Wilmor Rampinelli, sepultado em 05/10/2012 localizado no bloco 01, lote 04, com as seguintes Medidas: Frente 1,53m, fundos 1,63m, esquerda 2,40 Incluindo espaço para Jazido e calçada.

Contrato nº: 055/2019

Locatária: Zulma Tasca Rampinelli

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação, pagos em cinco parcelas iguais .

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

### CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº56/2019

Publicação Nº 1923889

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº056/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data Juraci Duarte, localizado no bloco 02, lote 21, com o espaço para o túmulo simples com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 051/2019

Locatária: Pedro Francisco Duarte

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em 05 parcelas iguais.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

### CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº57/2019

Publicação Nº 1923927

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº057/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data Francisco Duarte, localizado no bloco 02, lote 18, com o espaço para o túmulo simples com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 057/2019

Locatária: Pedro Francisco Duarte

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em 05 parcelas iguais.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

### CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº58/2019

Publicação Nº 1924096

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº058/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data Orlando Ognibene, sepultado em 19/08/2007, localizado no bloco 01, lote 11, com o espaço para o túmulo simples com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 058/2019

Locatária: Maria Etelvina Arconti

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em 05 parcelas iguais.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº59/2019**

Publicação Nº 1924180

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº059/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente encontra-se sepultado até a presente data Maximo Campagnin ,sepultado em 22/02/1999 e Elizabete Campaganin, sepultada em 06/09/2000 localizado no bloco 01, lote 09, com o espaço para o túmulo duplo com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 059/2019

Locatária: Maria Itelvina Arconti

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em parcela única .

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº60/2019**

Publicação Nº 1924410

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº060/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente encontra-se sepultado até a presente data, Angela Gusti Civeiro, sepultada em 11-03-1967, Caetano Civeiro, sepultado em 04-12-1951, Helena Mazzuco Civeiro, sepultado em 23-10-1974, Antonio Civeiro, sepultado em 25-06-1992, Telvina Civeiro, sepultada em 10-02-2017 e Raquel Civeiro, sepultada em 02-06-1961, localizado no bloco 02, lote 76, com as seguintes Medidas: Frente 1,53m, fundos 1,63m, esquerda 2,40 Incluindo espaço para Jazido e calçada.

Contrato nº: 060/2019

Locatário: Olivio Civeiro

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação, pago em 05 (cinco) parcela iguais .

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 22 de fevereiro de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

**decreto 1787**

Publicação Nº 1923568

DECRETO Nº 1787, 18 de fevereiro de 2019.

Convoca para a 2º Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

O Prefeito Municipal de Macieira - SC, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 2º Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 06 de Março de 2019, tendo como tema central: "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas. "

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira ,de 18 de Fevereiro 2019.

ZELIR CITADIN	
PREFEITO MUNICIPAL	

**decreto 1788**

Publicação Nº 1923571

DECRETO nº1788, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar por conta do Contrato De repasse nº 867889/2018/MCIDADES/CAIXA, Ministério das Cidades.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 950, de 19/02/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Contrato de repasse acima citado , celebrado com o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal.

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. de Infra-estruturar e Des. Urbano

10.66 Pavimentação de Ruas e Passeios

44.90.1034 Aplicações Diretas

R\$ 221.857,14

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**decreto 1789**

Publicação Nº 1923577

DECRETO nº1789, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 951, de 19/02/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar



dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Séc. de Infra-estruturar e Des. Urbano  
10.66 Pavimentação de Ruas e Passeios  
44.90.1034 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## decreto 1790

Publicação Nº 1923580

DECRETO nº1790, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Abre Credito Suplementar por contado superávit financeiro de 2018 dos recursos vinculados

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 952, de 19/02/2019;

### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 de recursos vinculados:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,05 Manutenção do Programa Merenda Escolar  
33.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 2.955,24 (merenda)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 163.351,12 ( salário Educação)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
31.90.18 Aplicações Diretas  
R\$ 51.194,03 (fundeb)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.62 Aplicações Diretas  
R\$ 16.768,83 ( Transp. Estado)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.37 Aplicações Diretas  
R\$ 9.904,09 (pnat)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20,06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.32 Aplicações Diretas  
R\$ 44.384,91 (AFM)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.07 Aplicações Diretas  
R\$ 445,68 (cide)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.39 Aplicações Diretas  
R\$ 34.874,32 (FEP)

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## decreto 1791

Publicação Nº 1923585

DECRETO nº1791, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2018, contas Vinculadas.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 953, de 19/02/2019;

### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, dos recursos vinculados.

12.00 Fundo Municipal de Saúde  
12.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.39 Manutenção do Piso Variável  
33.90.3038 Aplicações diretas ( Pmac)  
R\$ 104.260,12

20.38 Manutenção da Atenção Básica  
33.90.3038 Aplicação Direta P. Fixo. Federal.  
R\$ 6.576,42

20.38 Manutenção da atenção básica  
33.90.3038 Aplicações diretas - convênios Uniao)  
R\$ 311.858,60

20.40 Manutenção do MAC Amb. E Hosp.  
33.90.3038 Aplicações Diretas (Mac)  
R\$ 24.229,86

20.44 Manut. Programas sus estado  
33.90.3067 Aplicações diretas Cofinanciamento R\$ 51.443,81

20.44 Manut. Programas sus Estado  
33.90.3067 Aplicações diretas ( custeio)  
R\$ 102.071,00

33.90.3067 Aplicações Diretas . fb Estado  
R\$ 14.820,85

20.41 Manut. da Vigil. em S. Sanitária  
33.90.30.38 Aplicações Diretas  
R\$ 33.274,53

20.42 Manut. da Assistência Farmacêutica  
33.90.3038 Aplicação Direta – fb união  
R\$ 20.215,62



Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## decreto 1792

Publicação Nº 1923593

DECRETO nº1792, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Crédito pelo superávit Financeiro do Exercício de 2018, RECURSOS VINCULADOS

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 954, de 19/02/2019;

### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 do Poder Executivo.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

33.90.3 Aplicações Diretas. CRAS

R\$ 27.000,00

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

33.90.3 Aplicações Diretas. SCFV

R\$ 18.807,18

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.34 Manutenção Bloco GBF

33.90.3 Aplicações Diretas.

R\$ 11.530,67

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.35 Manutenção Bloco GSUAS

33.90.3 Aplicações Diretas.

R\$ 4.697,44

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de FEVEREIRO de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## decreto 1793

Publicação Nº 1923597

DECRETO Nº 1793, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPOSIÇÃO SALARIAL A TÍTULO DE REVISÃO GERAL, FIXA VENCIMENTO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 949, de 19/02/2019;

### DECRETO

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de reposição salarial, a título de revisão geral anual, aos servidores públicos municipais, no

percentual de 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento), relativo às perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de Janeiro 2018 a 31 de dezembro de 2018, com base no indexador oficial IPCA, acumulado no respectivo período, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. Fica fixado o vencimento mínimo municipal em R\$ 1.083,05 (um mil e oitenta e três reais e cinco centavos), com efeitos a partir da data de publicação.

Art. 3º. Aos agentes políticos, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais, aplicar-se-á o percentual de 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento), relativo ao IPCA do exercício financeiro de 2018, na recomposição de seus subsídios.

Art. 4º. Fica reajustada as FGs, em 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento), de acordo com a Lei Complementar 071, de 24/12/14.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 20 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## decreto 1794

Publicação Nº 1923796

DECRETO Nº 1794, de 21 de fevereiro de 2019.

Constitui e nomeia membros da Comissão do concurso público nº 01/2019 e dá outras providências.

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira –SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal

### Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Concurso nº 01/2019, para fiscalização do contrato do processo licitatório nº0055/18 tomada de preços nº0004/18, e fiscalização do concurso, integrada pelos membros que seguem:

Iana Spanhlo Abraão – Aux Administrativo;

Lucila Carmen Serighelli – Aux Administrativo;

Eduardo Miguel Zilio – Analista de suporte em informática.

Para, sob a presidência da primeira, organizar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução do Concurso Público, conforme Edital nº 01/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada portaria nº1761/2018, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 21 de janeiro de 2019.

Zelir Citadin  
Prefeito Municipal

**decreto 1795**

Publicação Nº 1923965

DECRETO Nº 1795, de 22 de fevereiro de 2019.

Nomeia membros da Comissão do concurso público nº 01/2019 para o dia da prova, e dá outras providências.

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira –SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal

Considerando, transparência, licitude e eficiência dos atos do dia da prova;

Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para acompanhamento e fiscalização das provas do Concurso nº 01/2019, que serão realizadas no dia 24/02/2019, integrada pelos membros que seguem:

Carla Mariane Cerry – Fisioterapeuta;

Bruna Cesca Bahir de Andrade – Odontóloga;

Eduardo Miguel Zilio – Analista de suporte em informática.

Para, sob a presidência da primeira, organizar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução do Concurso Público, conforme Edital nº 01/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 22 de janeiro de 2019.

Zelir Citadin

Prefeito Municipal

**decreto 1796**

Publicação Nº 1923966

DECRETO Nº 1796, de 22 de fevereiro de 2019.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 58, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;

CONSIDERANDO, já ser uma praxe em todo o país o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, quando ocorrer apenas um dia útil entre um feriado e o final de semana;

CONSIDERANDO, por fim, tornar-se improdutivo a realização de expediente nestes dias;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da administração pública municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Dias 04 de março e (06 de março até às 12:00 horas), (Ponto Facultativo - Feriadão de Carnaval);

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Macieira, SC, 22 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES\_ CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1923829

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, faz saber a quem possa interessar a publicação da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕESdo EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, conforme segue:

## Assessor Jurídico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1422470	08/12/1990	Adriana Correa	5585648
1419410	01/07/1993	Agata Correia De Souza Silva	1588376222
1416889	28/08/1989	Aliny Jacira Kades	4035992
1410967	13/11/1992	Amir Lopes Martins Junior	86223392
1418839	27/07/1989	Andre Luiz Bussacro	5182073
1417959	17/10/1969	Andre Luiz Santini	2401326
1416586	20/03/1997	Bruna Thaisa Ribeiro Cruz	6068470
1408975	17/09/1990	Caio Eduardo Costa Cazelatto	107133941
1408711	02/02/1979	Carlos Eduardo Peretto	1918979
1418386	27/09/1990	Caroline Corrente	4288989
1412882	02/08/1984	Caroline Lemos Cordeiro	3096948
1415011	16/08/1988	Daiane Nascimento	5093557907
1414172	23/07/1960	Eugenio Salomao Richard Camara	6060
1422200	18/12/1980	Fabiano Ferreira De Queiroz	3828090
1416404	13/02/1990	Fernanda Bier	4696047
1416688	02/03/1997	Filipe Colussi De Oliveira	6068253
1412885	13/05/1986	Glaucimara Ramos	5218067
1409541	21/08/1989	Gustavo Perosso	4363150
1415670	06/11/1988	Heitor Antonio Coffferri	3782000
1419111	19/04/1979	Jacqueline Monteiro Ferreira	3186149
1410907	22/05/1989	Janaina Luzia Baptista Pinto	5932612
1418721	04/06/1985	Jane Barros Bento	40791828
1414264	09/10/1988	Jucieli Alves De Jesus	4621183
1409213	29/02/1996	Julia Vanessa Ribas	5510493
1416604	04/04/1995	Larini Grah	5895680
1409383	07/06/1989	Leomar Bassan Menezes	1091491942
1418663	25/04/1990	Leonardo Jose Coelho	5202847
1418910	25/10/1995	Luana Leite Neves	4925304
1420852	06/07/1987	Lucas Flores	5093131182
1416632	16/06/1996	Marcela Eduarda Biava	4508140
1422048	29/01/1983	Marcio Arlindo Perico	3989575
1413372	02/04/1991	Marina Somavilla Feversani	7087182569
1421224	05/06/1985	Marlo Cristina Ribeiro Pompeo	4134052
1413560	20/04/1991	Messias Vinicius Da Silva Ferreira	5399834
1411438	21/06/1992	Quezia Cristina Abelo Goncalves	17403399
1416381	13/09/1988	Tiago Baptista Goncalves	1161277161
1422807	22/01/1997	Vinicius Perazzoli De Queiroz	5769989
1414480	17/09/1990	Willian Cardoso	4839071

## Auxiliar Administrativo em Licitações

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1412696	12/09/1996	Alan Cavalet Baseggio	5451987
1417116	20/08/1996	Alexandre Serigueli Neto	5828075
1417586	20/03/2000	Alice Oliveira De Andrade	6128988
1420099	17/01/1990	Angela Castilho Da Silva	4695970
1417416	26/01/1985	Antony Fernandes Medeiros	19949510
1414565	23/07/1972	Catia Aparecida Wosniak	2314537
1408934	09/07/2000	Deidiquele Queiroz	6637948
1422477	18/03/2000	Gabriel De Oliveira Pinto	5673373
1419283	01/07/2001	Janaina Tasca Mryglod	6637366
1420106	17/03/2000	Joao Gabriel Zanotti	5202618

1423463	17/11/2000	Kauana Maurina	6638161
1423041	24/08/2000	Leticia Goes Leinz	7384575
1422495	01/10/1999	LUCIANE QUEIROS	6638208
1415207	15/10/1995	Luciane Sartorel Pereira	5393193
1408973	16/08/1994	Mariana Tavares Salagnac	5927821
1418094	20/09/1984	Muriel Ferreira Da Silva Correa	3782254
1418389	15/09/1999	Samira Andressa Hanna Ribeiro	6466335
1416109	15/09/1978	Sebastiao Vidal Junior	2550199
1408596	14/09/1994	Thaiza Bueno Da Silva	6312467
1420205	11/09/1998	Tiago Bertotto	6638225

## Contador

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1420254	04/01/1988	Fernando Luiz Coelho Medeiros	4680574
1422599	27/10/1989	Marina Aparecida Favarin	3986647
1418470	03/02/1994	Romaiane Aparecida Dal Ponte	6152053

## Farmacêutico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1411477	28/09/1990	Alex Fiori Da Silva	102126700
1422333	29/06/1996	Ayana Bretas Silva	2126712856
1408638	16/12/1992	Monalisa Valeria Zanelato	4840707
1419546	11/12/1988	Robson Karpinski Abraao	4288417

## Fiscal de Vigilância Sanitária

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1417620	22/08/1990	Alex Junior Campagnim	5202610
1410990	06/02/1985	Alexandre Borges Muniz	4662237
1410388	19/06/1981	Alexandre Piacentini	3588921
1423464	10/07/1985	Andreia Aparecida Dos Santos Bertotto	5070584
1415377	31/07/1984	Cassiane Farinon	4288452
1422322	05/04/1994	Cibele Serighelli Cardoso De Oliveira	5202605
1409032	19/05/1996	Daiane Neris Campgnin	4840651
1413638	17/10/1991	Diego Tomazi	4695045
1423468	04/03/1992	Ediberto Luiz Arconti	4560533
1421543	15/06/1982	Edivaldo Luiz Cavali	4470085
1417333	17/09/1989	Felipe Nava Domingues	4978708
1418638	15/06/1983	Geovani Marques De Oliveira	38053870
1419888	14/07/1993	Iara Adelina Dos Santos	4840633
1409802	12/11/1989	Jessica Francielle Georg	99262427
1409479	15/01/1998	Jessica Tais Ostroski	6887659
1420140	28/10/1971	Josias Pedroso Da Silva	44303840
1422353	16/02/1978	Juliana Sonda	2971727
1410265	15/10/1985	Karine Aparecida Dos Santos Bataglion	5070804
1423188	04/09/1988	Karla Nava Domingues	4948762
1421682	09/01/1987	Lidiane Marques De Oliveira	4695978
1413591	28/02/1975	Luciano Leandro Colla	66171145
1413216	09/12/1978	Maria Lucia Maffioletti	3808775
1413968	21/02/1999	Mauricio Correia	6758476
1413642	11/10/1972	Mirisrele Kattia Pries	2597666
1421032	25/05/1990	Roberta Dich Siqueira	5327338
1415181	02/12/1994	Taina Grazziotin	5932616
1408653	27/06/1998	Talia Tomazi	6637981
1419756	11/12/1980	Tatiana Carneiro Lobo	350357651

1422676	01/07/1991	Veronica Natascha Waismann	153670900
---------	------------	----------------------------	-----------

## Fonoaudiólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1420845	14/09/1989	Tatiane Machado Lima	6086189088

## Merendeira

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1420939	22/09/1989	Amelia Matilde Duarte	52470156
1418710	21/03/1997	Ana Paula Martins Gomes	6878595
1420650	24/03/1999	Anilton Boz	45976570
1423453	23/03/1996	Camila Natali Da Cruz	5927632
1409684	12/06/1984	Cristiane Da Silva Pires	4696256
1423435	03/01/1996	Daniele Carvalho Eschembak	135095222
1414604	10/07/1979	Dizanira Cruz De Oliveira Dos Santos	3149551
1419541	09/10/1999	Edineia Aparecida Camuzzato Marques	4695967
1416608	20/09/1984	Eliane Aparecida Masquio De Bortoli	4942363
1414211	19/02/1991	Jaqueline Schifter Fidencio	58711251
1417615	28/01/1990	Josiane Aparecida Serighelli	53408888
1423480	22/03/1985	Laides Berardo	4901440
1408609	18/03/1972	Lorena Maria Rampineli Rossi	3986579
1412060	09/04/1964	Rejane Teresinha Mahoski	1476664
1417595	22/02/1977	Romilda Do Prado	4288046
1422483	29/10/1987	Rosimeri Cavalheiro	96272162
1422363	22/10/1987	Sonia De Onegreiros	4980920
1421004	04/11/1986	Suzana Dos Santos	55008240
1413739	21/09/1993	Zenilda Aparecida Santos De Oliveira	6034507

## Motorista II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1421576	11/05/1983	Adriano Eleuterio	4289726
1415306	17/03/1989	Aniel Marangoni	5341469
1419745	30/11/1983	Edenir De Onegreiros	4470090
1421640	16/09/1966	Elsio Luiz Ribas	36669314
1416230	21/04/1988	Gerson Borga	4954896
1408920	12/08/1995	Giovane Guimaraes De Oliveira	6754849
1417230	07/06/1983	Ivanir Canonica	4063109
1420222	05/02/1987	Joel Domingues Cardoso	100922525
1412076	27/06/1971	Jose Violar Ribeiro	47506628
1422461	07/09/1991	Leomar Perovano	4840720
1419166	22/06/1987	Luciano Montiel	5158090
1413707	06/11/1987	Luiz Fernando De Oliveira	5443031
1417038	19/11/1975	Marcos Roberto Ozogowski	29724937
1416714	14/08/1984	Paulo Renato De Moraes	4369988
1419644	10/09/1994	Silvano Sergio Suldovski	5663116
1410294	12/03/1985	Vanio Ribeiro De Souza	4616166

## Operador de Máquinas Leves

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1415529	05/01/1976	Clodoaldo De Bortoli	3320031

## Operador de Máquinas Médias e Pesadas

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1412990	10/11/1995	Andeson Moraes Arconti	6638062
1420193	26/02/1983	Joao Ivanor Do Prado	4204282

1420223	25/04/1998	Joao Pedro De Almeida	5663110
1417152	17/05/1978	Joel Luiz Guarnieri	3850601
1421725	05/01/1993	Leandro Jose Eleuterio	4840760
1413789	10/12/1992	Leonardo Roque Maffioletti	4840789
1417912	17/04/1993	Luiz Carlos Angrewski Junior	6066492
1423521	12/05/1975	Luiz Mario Silva	3484446
1417897	06/06/1997	Renan Camuzzato	6638259
1420058	07/11/1989	Wilson Junior De Lima	4840653

## Professor de Arte

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1409472	11/11/1980	Edna Aparecida Meira	4204113
1421448	09/01/1977	Keila Verginia Maleske Dos Santos	3320839
1422370	05/05/1990	Solange Dos Santos De Oliveira	5070274
1422305	09/06/1971	Valeria Cristine Risson	2119387

## Professor de Educação Física

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1410865	29/01/1978	Edinéia Aparecida Gallo	3320829
1421545	05/11/1987	Edineide Alves Vieira	4662792
1423047	25/07/1981	Ivan Carlos Carneiro	4288463
1409516	24/08/1986	Leila Cristina Fink Marques	5060682
1413797	20/05/1985	Pablo Juniornava	4369726
1421894	08/08/1987	Vivian Locatelli Lazzarotti	4784736

## Professor de Geografia

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1419633	16/05/1985	Jociane De Meira	52024300
1416236	22/07/2000	Luana Rampinelli Quaresma	5790772
1413779	25/11/1991	Viviana Lamonato	5738652

## Professor de Língua Estrangeira – Inglês

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1417610	26/10/1992	Fabieli Aparecida Camuzzato	5451513

## Professor de Pedagogia- Educação Infantil e Séries Iniciais

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1414044	19/10/1994	Claudia De Bastiani	6134455
1419063	09/06/1983	Claudia Paula Aiolfi Tonello	4336560
1420102	22/11/1981	Cristina Lazzarotti	3986398
1418499	20/10/1991	Diego Luizlazar	5615627
1413701	07/06/1987	Eliane De Almeida	5382324
1420204	20/01/1978	Evani Domingues Cardoso	4288364
1421652	08/05/1990	Giovana Betinelli	5247009
1421678	30/10/1974	Glaucia Maria Appi Betinelli	2977260
1420195	25/03/1986	Jenifer Tomasi Begnini	4980020
1418605	29/12/1991	Kenili Bassani	6290774
1413384	14/04/1983	Leidimara Recalcatti	4695476
1423370	21/06/1997	Leticia Renata Verona	5927801
1423232	18/07/1974	Luciana Das Gracias Teles De Souza	2972869
1408867	12/02/1994	Luciano De Souza Bauer	6128986
1411994	09/03/1964	Mara Regina Szalyga	1079851
1417016	15/02/1980	Maria Helena Stefan	3761443
1422122	07/09/1994	Marivani Aparecida De Oliveira Santos	4840736
1423191	10/02/1972	Marlei Tomasi	2818684



1417859	22/08/1970	Miriane Sinara Pries	6756302
1422326	21/11/1968	Regina Lucia Telegen	2402705
1413159	25/11/1972	Silmara Admczeski	3114667
1422287	03/11/1982	Sirleia Passoni	3535452

## Recepcionista

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1421852	04/07/1986	Edina De Oliveira Pinto	4288301
1409317	21/05/2001	Eduarda Natalia Arcontti	6637448
1408657	15/01/1971	Eloirides Pereira	2111476
1417728	04/03/1997	Giovana Santin	6638136
1416831	23/08/1983	Juliana Zotto	4978755
1419640	06/12/1999	Laressa Grahl Suldovski	5895719
1417900	12/06/2000	Larissa Serighelli Pedroso	5847118
1409366	18/10/1998	Leidiane Da Silva Dias	7094910
1414413	30/07/1994	Maria Luiza Pessoa	6637410
1418716	29/05/1992	Marisete De Oliveira Santos	4840737
1412082	06/08/1982	Marlise Scapin	4616143
1421619	15/06/2000	Paula Eduarda Pedrozo	5500783
1422517	27/05/2001	Samara Helena Zimmer	6290412
1422511	06/11/1990	Taise Moraes Arconti	6034536
1421267	18/03/1995	Vinicius Anselmo	5154277

Macieira, 22 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**lei 949**

Publicação Nº 1923649

LEI Nº 949, DE 19 DE fevereiro DE 2019.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPOSIÇÃO SALARIAL A TÍTULO DE REVISÃO GERAL, FIXA VENCIMENTO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica autorizada a concessão de reposição salarial, a título de revisão geral anual, aos servidores públicos municipais, no percentual de 3,75% (três virgula setenta e cinco por cento), relativo às perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de Janeiro 2018 a 31 de dezembro de 2018, com base no indexador oficial IPCA, acumulado no respectivo período, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. Fica fixado o vencimento mínimo municipal em R\$ 1.083,05 (um mil e oitenta e três reais e cinco centavos), com efeitos a partir da data de publicação.

Art. 3º. Aos agentes políticos, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais, aplicar-se-á o percentual de 3,75% (três virgula setenta e cinco por cento), relativo ao IPCA do exercício financeiro de 2018, na recomposição de seus subsídios.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de publicação.

Macieira, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**lei 950**

Publicação Nº 1923654

LEI nº950, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar por conta do Contrato De repasse nº 867889/2018/MCIDADES/CAIXA, Ministério das Cidades.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do Contrato de repasse acima citado, celebrado com o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal.

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. de Infra-estruturar e Des. Urbano

10.66 Pavimentação de Ruas e Passeios

44.90.1034 Aplicações Diretas

R\$ 221.857,14

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**lei 951**

Publicação Nº 1923664

LEI nº951, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. de Infra-estruturar e Des. Urbano

10.66 Pavimentação de Ruas e Passeios

44.90.1034 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**lei 952**

Publicação Nº 1923682

LEI nº952, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar por contado superávit financeiro de 2018 dos recursos vinculados

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 de recursos vinculados:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes

20,05 Manutenção do Programa Merenda Escolar

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 2.955,24 (merenda)

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 163.351,12 ( salário Educação)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
31.90.18 Aplicações Diretas  
R\$ 51.194,03 (fundeb)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.62 Aplicações Diretas  
R\$ 16.768,83 ( Transp. Estado)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.37 Aplicações Diretas  
R\$ 9.904,09 (pnat)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção das Ativ. Ensino Fundamental  
33.90.32 Aplicações Diretas  
R\$ 44.384,91 (AFM)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.07 Aplicações Diretas  
R\$ 445,68 (cide)

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.39 Aplicações Diretas  
R\$ 34.874,32 (FEP)

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## lei 953

Publicação Nº 1923685

LEI nº953, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2018, contas Vinculadas.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, dos recursos vinculados.

12.00 Fundo Municipal de Saúde  
12.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.39 Manutenção do Piso Variável  
33.90.3038 Aplicações diretas ( Pmac)  
R\$ 104.260,12

20.38 Manutenção da Atenção Básica  
33.90.3038 Aplicação Direta P. Fixo. Federal.

R\$ 6.576,42

20.38 Manutenção da atenção básica

33.90.3038 Aplicações diretas - convênios Uniao)

R\$ 311.858,60

20.40 Manutenção do MAC Amb. E Hosp.

33.90.3038 Aplicações Diretas (Mac)

R\$ 24.229,86

20.44 Manut. Programas sus estado

33.90.3067 Aplicações diretas Cofinanciamento R\$ 51.443,81

20.44 Manut. Programas sus Estado

33.90.3067 Aplicações diretas ( custeio)

R\$ 102.071,00

33.90.3067 Aplicações Diretas . fb Estado

R\$ 14.820,85

20.41 Manut. da Vigil. em S. Sanitária

33.90.30.38 Aplicações Diretas

R\$ 33.274,53

20.42 Manut. da Assistência Farmacêutica

33.90.3038 Aplicação Direta – fb união

R\$ 20.215,62

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

## lei 954

Publicação N° 1923687

LEI nº954, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre Credito pelo superávit Financeiro do Exercício de 2018, RECURSOS VINCULADOS

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 do Poder Executivo.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

33.90.3 Aplicações Diretas. CRAS

R\$ 27.000,00

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

33.90.3 Aplicações Diretas. SCFV

R\$ 18.807,18

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.34 Manutenção Bloco GBF

33.90.3 Aplicações Diretas.

R\$ 11.530,67

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.35 Manutenção Bloco GSUAS  
33.90.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 4.697,44

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de FEVEREIRO de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4087

Publicação N° 1924017

PORTARIA N.º 4087/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art nº91. da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Priscila Luvison	Psicóloga	19/02/19 a 28/02/19
Silvana G Maffioletti	Sec. De Adm Finanças e PLanejamento	25/02/19 a 21/03/19

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4088

Publicação N° 1924021

PORTARIA N.º 4088/2019

“CONCEDE Conversão de férias ao servidor que especifica e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, Zelir Citadin, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar nº 68/14 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Considerando:

Que a servidora abaixo especificada é indispensável para a condução dos trabalhos da gestão administrativa;

O interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 10 DIAS DE FÉRIAS, para a Servidora Pública Municipal, PRISCILA LUVISON, ocupante do cargo de psicóloga, atuante na Secretaria Municipal de Assistência Social, para pagamento da conversão no mês 02/2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de fevereiro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 4089

Publicação N° 1924025

PORTARIA N.º 4089/2019

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ”.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Jairo Bernardino, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Leves, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 15(quinze) dias de Conversão de Licença Premio, referente ao quinquênio de 01/03/2013 a 28/02/2018, para pagamento no mês de 02/2019.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

## **portaria 4090**

Publicação N° 1924027

PORTARIA N.º 4090/2019

“Admite, os Servidores que Especifica”

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, edital de teste seletivo 003/2018;

Considerando, aprovação do servidor no teste seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, Sra Elaine Vicentin, no cargo de Auxiliar Educacional, 20(vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 19/02/2019, até 13/12/2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de fevereiro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

## **portaria 4091**

Publicação N° 1924034

PORTARIA N.º 4091/2019

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a Servidora Pública Municipal Eroni Alves Pereira dos Santos, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, contratada através de processo seletivo nº003/2017, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 20/02/2019, por motivos particulares.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 20 de fevereiro de 2019.

Zelir Citadin

Prefeito Municipal



# Mafra

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº. 4.385

Publicação Nº 1924328

Lei nº. 4.385

DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE MAFRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a lei de criação do Conselho Municipal do Idoso (CMI), órgão colegiado permanente, vinculado ao Gabinete do Prefeito, e participativo da Política do Idoso do Município de Mafra, com caráter paritário e deliberativo, composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área, observado o disposto no artigo 6º, da Lei nº 8.842/94.

Parágrafo Único. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social a coordenação da Política Municipal do Idoso em consonância com a legislação Federal, Estadual e Municipal de cada política pública envolvida e com o acompanhamento do CMI.

Art. 2º. Nos termos da Lei Federal nº 8.842/94, de 4 de janeiro de 1994, o Conselho Municipal do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 3º. Considera-se idoso, para efeito desta Lei, a pessoa maior de 60 anos de idade.

Art. 4º. Competirá ao Conselho Municipal do Idoso de Mafra:

I – propor e aprovar a elaboração de diagnóstico da população idosa, sob os aspectos biopsicossocial, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

II – Propor, acompanhar e fiscalizar a política municipal do idoso, a partir dos estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;

III – propor e aprovar projetos de acordo com a Política Municipal do Idoso;

IV – deliberar sobre adequação de projetos municipais de interesse do idoso;

V – deliberar, fiscalizar e avaliar a execução e aplicação dos recursos orçamentários destinados aos projetos decorrentes da ampliação da Política Municipal do Idoso;

VI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organização representante dos idosos na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

VII – atuar na sugestão de alternativas de atenção à saúde do idoso na rede pública de serviços ambulatoriais e hospitalares, com atendimento integral e definição de programas preventivos;

VIII – acompanhar e avaliar as negociações de convênios e contratos afetos na área do idoso, das organizações governamentais, bem como a efetiva aplicação dos recursos públicos municipais, estaduais e federais, controlando o desempenho das conveniadas;

IX – atuar na definição das alternativas para adequação dos currículos escolares da Rede Municipal de Ensino aos conteúdos do processo de envelhecimento social;

X – promover, em parceria com o Governo Municipal, as articulações

infra e intersecretariais e Conselhos, no âmbito municipal, estadual e federal, necessárias à implementação da Política Municipal do Idoso;

XI – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas na área do idoso, no âmbito municipal;

XII – promover a articulação com os demais Conselhos Municipais, com o Conselho Estadual e Conselho Federal, bem como com órgãos não governamentais que tenham atuação na área do idoso, visando a defesa e a garantia dos direitos dos idosos;

XIII – requerer informações e documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com objetivo de instruir procedimentos instaurados por ele ou para apurar irregularidades;

XIV – registrar entidades não governamentais de atendimento ao idoso que mantenham os programas abaixo relacionados, fazendo cumprir os preceitos da lei do idoso;

XV – analisar e aprovar o cadastramento de entidades de defesa ou atendimento aos direitos do idoso que desejarem compor o Conselho Municipal do Idoso;

XVI – receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas relacionadas a assuntos pertinentes aos direitos do idoso e dar-lhes o devido encaminhamento.

Art. 5º. O Conselho Municipal do Idoso é composto de 10 membros, sendo:

I – 5 (cinco) Conselheiros titulares com seus respectivos suplentes indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Cultura;
- c) Secretaria Municipal da Assistência Social
- d) Secretaria Municipal de Administração;
- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

II – 5 (cinco) conselheiros Titulares com seus respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais de atendimento direto, de entidades de usuários, entidades de prestadores de serviço:

- a) Associação de Caridade São Vicente de Paulo;
- b) ASAPRIMA - Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Rio Negro e Mafra;
- c) Lar dos Idosos São Francisco de Assis;
- d) Grupos de 3ª Idade;
- e) Ordem dos Advogados do Brasil;

Art. 6º - Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 7º - Os representantes das organizações não governamentais serão eleitos, bianualmente, titulares e suplentes, em ato especialmente convocado para este fim conforme os estatutos da entidade, observando - se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios citados no inciso II, do artigo 5º.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titular e suplente.

Art. 8º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do plenário do Conselho.

Art. 9º. A função de conselheiro, é não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 10. O Mandato conselheiro é de 2 (dois) anos, facultada uma recondução ou reeleição por igual período.

§ 1º. O Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§2º. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros Titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 11. Perderá o mandato e vedada a recondução para o mesmo mandato o Conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Na perda do mandato de Conselheiro Titular, de órgão governamental, assumirá o respectivo suplente e, na falta deste, caberá à Secretaria responsável indicar novo representante.

Art. 12. São órgãos do Conselho Municipal do Idoso de Mafra:

I – Assembleia Geral

II – Mesa Diretora;

III – Comissões;

§ 1º. A Assembleia órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º. A Mesa Diretora é composta de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário.

§ 3º. Às comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política do Idoso, compete verificar, vistoriar, fiscalizar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que lhe forem distribuídas.

§ 4º. A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício ou por Conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

Art. 13. As organizações responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos devem submeter os mesmos a apreciação do Conselho Municipal do Idoso

Art. 14. As organizações com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social (devendo seu Contrato Social ou Estatuto Social ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social), conforme exigências da Lei Federal 8.842/92.

Art. 15. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI.

Art. 16. O Conselho Municipal do Idoso terá 30 (trinta) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação pela plenária o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º. O Regimento Interno, aprovado pelo CMI, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para análise e concordância.

§ 2º. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois da Assembleia.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, em especial a lei Municipal nº 2558, de 04 de outubro de 2001.

Mafra/SC, 22 de fevereiro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

Publicação Nº 1924856

#### AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019

TIPO: Maior desconto por item

EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ETANOL), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para o exercício de 2019, prorrogável na forma da Lei 8666/93, para suprir as necessidades da frota de veículos da Câmara Municipal de Mafra, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 13 de março de 2019, às 14:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais,

a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e a declaração de ME/EPP, deverão ser apresentados em envelope a parte devidamente identificado ou avulsos e os envelopes documentação e proposta, poderão ser entregues no protocolo da Câmara Municipal de Mafra, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente edital.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Câmara Municipal de Mafra, situada na Av. Cel. José Severiano Maia, nº 441, piso superior, Centro, na cidade de Mafra/SC, na sala de reuniões da Comissão de Licitação.

EDITAL NA ÍNTEGRA: à disposição dos interessados no mural da Câmara Municipal de Mafra/SC, bem como no site: [www.camara-mafra.sc.gov.br](http://www.camara-mafra.sc.gov.br)

Mafra, 22 de fevereiro de 2019.

VER. VALDIR SOKOLSKI

PRESIDENTE

# Maracajá

## PREFEITURA

### 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2015

Publicação N° 1923688

#### 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 35/2015

Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 35/2015, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa CAMILO & GHISI LTDA.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Arlindo Rocha, denominado CONTRATANTE e a empresa CAMILO & GHISI LTDA, estabelecida na Avenida Expedicionário José Pedro Coelho, 2625, Bairro Revoredo, município de Tubarão/SC, inscrita no CNPJ sob o n° 00.070.414/0001-97, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação n° 11/2015 – Tomada de Preços, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n° 35/2015, firmado em 27/04/2015, destinado a execução das obras de construção de uma Unidade Escolar composta de 6 salas de aula - Padrão FNDE, objeto do Termo de Compromisso PAR n° 31308/2014, localizada na Rod. MAR 253 - Encruzo do Barro Vermelho, no município de Maracajá/SC, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato firmado em 27/04/2015, com vigência atual do contrato até 23/02/2019.

#### Cláusula Segunda - Da Prorrogação

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado por mais 178 (cento e setenta e oito) dias, ficando a vigência do contrato até 20/08/2019.

#### Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de obras, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá, 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ	CAMILO & GHISI LTDA
ARLINDO ROCHA	LEANDRO CAMILO
Contratante	Contratada

#### Testemunhas:

Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
CPF: 009.788.959-83

Helder Francisco Loch  
CPF: 288.787.289-34

### PREGÃO PRESENCIAL N° 001/FMS/2019

Publicação N° 1923610

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/FMS/2019

OBJETIVO: aquisição de uma cadeira odontológica, para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracajá/SC., obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste Edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 12 de março de 2019 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de março de 2019 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 22 de fevereiro de 2019.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

# Maravilha

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1923618

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

ROSIMAR MALDANER, Prefeita do Município de Maravilha, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a todos para participar de audiência pública.

TEMA: Revisão e aperfeiçoamento das leis municipais que compõem o plano diretor do Município de Maravilha.

LOCAL: Câmara de Vereadores de Maravilha

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 817, Centro.

DIA: 07/03/2019

HORA DE INÍCIO: 19 Horas

### Decreto nº 279/2019

Publicação Nº 1924364

DECRETO Nº 279, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, que será composto pelos seguintes membros:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Kely Patrícia Clen Suplente: Andrenize Becker

II- Representantes de docentes, discentes ou trabalhadores na área da educação:

Titular: Aleanir Fior Pacheco Suplente: Renan Michel Hoff

Titular: Isabel Rubin Schneider Suplente: Adiles Samoa Bonetto

III- Representantes de pais dos alunos:

Titular: Cleomara Gatelli Dreyer Suplente: Mariana Bruch Gheno

Titular: Márcia Roseli Baron Spier Suplente: Analice de Barros Chagas

IV- Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Claudio Antonio Ranzi Suplente: Dércio Menegassi

Titular: Silvino Giacomini Suplente: Cláudio Dall'Agnol

Art. 2º Assumem a Presidência e a Vice-presidência do CAE os seguintes membros:

a) Presidente: Claudio Antonio Ranzi

b) Vice-Presidente: Silvino Giacomini

Art. 3º Os membros do CAE terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, de acordo com a indicação dos respectivos segmentos.

Art. 4º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante, não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 21 de fevereiro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 030/2019**

Publicação Nº 1923734

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 030/2019 - Modalidade Pregão Presencial n. 010/2019 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O senhor Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, LUIS ROBERT, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior contratação, conforme necessidade, de horas máquinas de mini escavadeira hidráulica, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 14 de março de 2019 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 22 de fevereiro de 2019. LUIS ROBERT – Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC.

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019**

Publicação Nº 1924808

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE LICITAÇÃO – EXTRATO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2019  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 08 de março de 2019, sexta-feira, às 14h15min na Câmara Municipal de Vereadores, para contratação de rádio comercial para divulgação dos atos do Poder Legislativo Municipal, de acordo com o detalhamento descrito no edital e seus anexos. Os envelopes deverão ser entregues até às 14h do mesmo dia. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro, e no site da entidade, no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/listar/codMapaItem/40450/categoria/4>.  
Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha/SC, 25 de fevereiro de 2019.  
JANDIR PRIMON  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC.

**EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2018**

Publicação Nº 1924252

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 37, II da Constituição Federal e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO a Homologação Final das inscrições referentes ao Edital de Concurso Público Nº 001/2018, destinado ao provimento, em caráter efetivo, de vagas de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal que se regerá pelas regras determinadas no edital. A íntegra da lista pode ser acessada pela internet através do site [www.cmm.sc.gov.br](http://www.cmm.sc.gov.br) e no link <http://unoescsmo.listaeditais.com.br/> ou ainda na Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC, sito à Rua 15 de Novembro, 817 – Centro – CEP: 89874-000 – Maravilha, Santa Catarina – Fone/Fax: (49)3664-0727, no horário de expediente, das 13 às 19h, Maravilha (SC), 22/02/2019, Jandir Primon – Presidente.

# Marema

## PREFEITURA

### CONTRATO/FMS Nº: 004/2017

Publicação Nº 1924285

Contrato/FMS nº: 004/2017

III TERMO ADITIVO – Prorrogação de Prazo

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: EDICLEL CLINICA MÉDICA LTDA

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 003/2017 – Pregão Presencial/FMS n. 002/2017.

Prazo: 02 de fevereiro de 2020

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 01 de fevereiro de 2019

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

### I TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 012/2018

Publicação Nº 1924289

MINUTA

I Termo Aditivo

Contrato nº: 012/2018

Contratante: Município de Marema

Contratada: BIG ARTES LTDA - ME

Finalidade: Contratação de empresa especializada com Profissional capacitado e com experiência comprovada para ministrar aulas de violão, música, cantigas infantil, atividades de recreação como jogos e brincadeiras..

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 014/2018, Pregão Presencial nº 12/2018

Valor Total: R\$ 17.000,00 (reais)

Prazo: 31 de janeiro de 2020

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 17 de janeiro de 2019

ADILSON BARELLA

Contratante /Prefeito Municipal

### II – TERMO ADITIVO – RENOVAÇÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº:

**015/2017**

Publicação Nº 1924292

MINUTA

II – TERMO ADITIVO – Renovação Contratual

Contrato nº: 015/2017

Contratante: Município de Marema

Contratada: Vagner Visoli - EPP

Finalidade: Serviços de Consultoria à equipe Administrativa da Prefeitura Municipal

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 003/2017 - PP nº 003/2017

Prazo: 02 de fevereiro de 2020

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 15 de janeiro de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal



# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05.2019 (PMM) - CADEIRAS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Publicação Nº 1924146

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019  
VALIDADE: 20/02/2019 A 20/02/2020

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP, neste ato representado por PAULO ADEMIR FLORIANI	80.666.159/0001-89
FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, neste ato representado por JOSNEI RODRIGUES	11.943.540/0001-25
RICHESSÉ MÓVEIS EIRELI EPP, neste ato representado por JEDIELSON PETRY TASSO	20.265.303/0001-43
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, neste ato representado por EVERTON VARGAS DICK	22.417.394/0001-10
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	27.286.283/0001-36

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 33359 - FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	POLTRONA PRESIDENTE, MECANISMO SYNCRON, REGULAGEM DE PROFUNDIDADE, ARANHA NYLON, BRAÇO 4D - REVESTIDA EM COURO ECOLÓGICO, COR PRETA.	UNID	CAVALETTI	1	1.637,50	1.637,50
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.637,50						
FORNECEDOR: 263737 - OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA EXECUTIVA, ERGONÔMICA, COM APOIO DE BRAÇO REGULÁVEL SL, REVESTIDA EM TELA/POLIÉSTER, BASE À GÁS, ARANHA POLAÍNA, ESTRUTURA PRETA, COR PRETA.	UNID	MARCA: GRP / MO-DELO: DIRTEL01P	20	642,00	12.840,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 12.840,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 14.477,50						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 14.477,50 (CATORZE MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão de

ordem de compra.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar o objeto desta licitação na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba

(SC).

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);

b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

e.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;

e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá à Sra. Viviane Hafemann Grabowski, gerente de gabinete, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 20 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
PAULO ADEMIR FLORIANI
CONTRATADA

OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME  
EVERTON VARGAS DICK  
CONTRATADA

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 18.2019 - VERA LÚCIA DE SOUZA E SILVA

Publicação Nº 1924443

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A PESSOA FÍSICA VERA LÚCIA DE SOUZA E SILVA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a pessoa física, Sra. VERA LÚCIA DE SOUZA E SILVA, inscrita no CPF sob o nº 516.235.019-20, residente na Rua Miguel Matte, número 500, bairro Pioneiros, município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019 – INEXIGIBILIDADE Nº 20/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Refere-se ao objeto deste instrumento contratual: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO FORMADOR PARA O PROGRAMA DE ECOFORMAÇÃO CONTINUADA PARA FORMAÇÃO DE LÍDERES EM ESCOLAS CRIATIVAS ALINHADO A BNCC: Educação a partir da Vida e para a Vida. Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1. Formar lideranças para fazer a gestão dos recursos humanos e materiais desenvolvidos durante o Programa de Ecoformação Continuada de 2018 e 2019 (baseada nos princípios da BNCC) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo de Massaranduba.

2.2. Alinhar o Programa de Ecoformação Continuada de Gestores e Docentes em Escolas Criativas e BNCC ao Plano de Gestão Estratégica da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo de Massaranduba (2017-2020).

2.3. Colaborar para a ampliação de reflexões sobre a identidade das instituições educacionais, por meio de atividades que favoreçam a articulação entre a concepção pedagógica que norteia as Escolas Criativas e BNCC, os trabalhos da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo de Massaranduba e as especificidades de cada instituição vinculada.

2.4. Utilizar os projetos, publicações e programas da Rede Municipal de Educação de Massaranduba (obras publicadas, LEMIN, CADTEC e outros) como recursos didáticos para o planejamento dos PCE a serem desenvolvidos e implementados pelos docentes participantes, em sala de aula.

2.5. Realizar ações que favoreçam o aprofundamento de conhecimentos sobre a BNCC e concepções pedagógicas inovadoras e colaborem no planejamento do ano letivo, bem como no desenvolvimento de Projetos Criativos Ecoformadores (PCE) e na difusão de seus resultados.

2.6. Ampliar o repertório científico-cultural dos participantes para contribuir na adoção de práticas docentes ecoformadoras, criativas e transdisciplinares na Educação Infantil e Ensino Fundamental de Massaranduba, baseadas na BNCC.

2.7. Promover para a comunidade escolar, por meio da Mostra Científico-Cultural da Escola e do Seminário Municipal de Educação, a socialização dos resultados dos PCE planejados e implementados durante a formação continuada.



2.8. Fomentar a investigação científica dos resultados e desdobramentos do Programa de Ecoformação pelos docentes e gestores participantes da formação continuada, na Graduação (Licenciaturas) e Pós Graduação (Mestrado, Doutorado e Pós Doc).

2.9. Incentivar e auxiliar a participação dos docentes e gestores em eventos científicos organizados pela Rede Internacional de Escolas Criativas-RIEC e seus membros.

2.10. Apoiar a publicação, em periódicos científicos QUALIS, dos resultados de pesquisas e relatos de experiências realizados durante o Programa de Ecoformação Continuada dos Gestores e Docentes em Escolas Criativas de Massaranduba.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Pela prestação dos serviços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) pagará:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	HORAS	370	R\$ 52,00	R\$ 19.240,00
VALOR TOTAL R\$ 19.240,00 (DEZENOVE MIL DUZENTOS E QUARENTA REAIS)					

3.2. Pela prestação dos serviços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) pagará a credenciada, (mediante apresentação de documentação fiscal de serviço que deverá ser emitida no 1º (primeiro) dia útil do mês), no 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária informada.

3.3. Para efetivação do pagamento, a contratada deverá estar em situação regular no cumprimento dos encargos sociais e tributários instituídos por Lei.

3.4. A entrega tardia da documentação de cobrança e/ou de sua correção por parte da contratada não gera direito a atualização monetária do valor dos serviços prestados.

3.5. Nenhum pagamento será realizado à contratada sem o devido atestado da regularidade da prestação do serviço.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. O presente Contrato terá validade de 01(um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Após 01(um) ano, o contrato será reajustado conforme o ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

5.2. Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

5.3. Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

5.4. Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

5.5. Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Este contrato, o edital de inexigibilidade nº 20/2019 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

6.2 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente Contrato.

6.3 A execução do presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Carlos Alexandre Baruffi, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Massaranduba, 21 de fevereiro de 2019

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
PREFEITO MUNICIPAL	
VERA LUCIA DE SOUZA E SILVA	



CPF: 516.235.019-20  
CONTRATADA

Testemunhas:

CARLOS ALEXANDRE BARUFFI  
CPF: 904.828.169-53

CRISTIANO RODOLFO TIRONI  
CPF: 037.067.119-82

## ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 01.2019 PP 01.2019 (FASS)

Publicação N° 1923598

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2019  
ERRATA

Acrescentam-se as seguintes informações ao Anexo II do edital:

### 1 – DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

1.1. Para fins de avaliação, análise e de sua consonância com as especificações contidas neste edital, o pregoeiro solicitará a apresentação de amostras das licitantes classificadas em 01º (primeiro) lugar dos itens abaixo:

18	19	25	26	27	108	114	115	116	117
118	120	134	206	262	263	264	265	266	

1.1.1. As amostras deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias consecutivos após a conclusão do certame.

1.1.2. As amostras deverão estar identificadas com etiquetas autocolantes, constando os dados completos da licitante bem como o número do item a que se refere.

1.1.3. Um servidor do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) fará a análise dos itens, verificando a qualidade e compatibilidade dos mesmos com as especificações do edital e as propostas comerciais, aprovando ou contraindicando a aquisição destes.

1.1.4. Caso as amostras sejam incompatíveis ou reprovadas, serão convocadas as licitantes subsequentes na ordem de classificação para apresentação das amostras, sem que disso caiba a licitante desclassificada quaisquer direitos a indenização ou reclamação.

1.1.4.1. No caso de incompatibilidade e reprovação das amostras em relação às especificações, as mesmas ficarão a disposição das licitantes para retirada no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos. Após este período, a Administração Municipal providenciará o descarte.

1.1.5. A Administração Municipal não se responsabiliza por quaisquer danos causados aos itens em análise.

1.1.6. Este processo licitatório somente será homologado após a aprovação de todas as amostras.

1.1.7. Ficam dispensadas da apresentação das amostras as licitantes que cotarem as marcas pré-aprovadas citadas no descritivo do item, conforme o caso.

Página 42

Massaranduba (SC), 21 de fevereiro de 2018.

CIRIO MARTINI  
PREGOEIRO

## PROCESSO LICITATÓRIO 06.2019 PP 06.2019 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MEDICAMENTOS PARA PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação N° 1923906

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/03/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 12/03/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

# Matos Costa

## CÂMARA MUNICIPAL

**CONTRATO 01/2019**

Publicação Nº 1923498



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
PODER LEGISLATIVO**  
Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000  
**MATOS COSTA - SANTA CATARINA**  
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144  
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br



### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 01/2019

**CONTRATANTE:** Câmara de Vereadores de Matos Costa**CONTRATADO:** Patrimonial Consultores Associados Ltda EPP

Que entre si celebram, de um lado a **Câmara Municipal de Vereadores de Matos Costa**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, registrada do CNPJ sob o nº 83.529.941/0001-44, com sede na Rua Tereza Cristina nº 110, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores **JOÃO MORAES JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado em Matos Costa – SC, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e de outra parte a empresa **PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADO LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à rua Cândido Teston nº 1387, centro, na cidade de Xaxim (SC), inscrito no CNPJ/MF nº 21.978.848/0001-60 representado pelo seu Diretor Reinaldo Valentini, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**; ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam, na forma estabelecida, tudo de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

I.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de assessoria, consultoria e treinamento nas áreas contábil, administrativa, financeira, tributária, planejamento, controle interno, licitações, recursos, humanos, patrimonial, prestação de contas, fiscalização e remessa de informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores no âmbito da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal (Poder Executivo, Previdência Social, Receita Federal, STN, TCU, TCE/SC, FNDE, e-Social, Ministério da Saúde e Outros).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS:**

II.1 - O Objeto deverá ser cumprido com carga horária de no mínimo 4 (quatro) horas semanais, por telefone, e-mail, acesso remoto, e/ou, quando solicitado, na sede da Câmara de Vereadores.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

III.1 – O valor mensal será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) com duração de 11 meses iniciando em fevereiro de 2019 até dezembro de 2019, perfazendo um montante de **R\$ 11.000,00** (onze mil reais).

III.2 O pagamento será feito em moeda corrente, em parcelas sucessivas e mensais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, **com apresentação de relatório dos serviços prestados** e da nota fiscal correspondente que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE:**

IV.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### **CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:**

V.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

VI.1 Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a prestação dos Serviços.

VI.2 Efetuar o pagamento conforme definido no item III.1.

VI.3 Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de e eventuais falhas ou imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
PODER LEGISLATIVO**

Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000  
MATOS COSTA - SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144  
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

VII.1 Caberá à Contratada, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Executar o objeto deste contrato conforme condições estipuladas.
- b) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas pelo Poder Público.
- c) Fornecer relatório mensal dos serviços prestados.
- d) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

**CLAÚSULA OITAVA - PENALIDADES:**

VIII.1 Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Matos Costa, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas na Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- d) Comportar-se de modo inidôneo.
- e) Cometer fraude fiscal.

VIII.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Câmara de Vereadores de Matos Costa, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa na ordem de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso para a entrega do serviço, limitado este a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada a inexecução contratual;

VIII.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

VII.3 As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

**CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:**

IX.1 - A relação contratual poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no objeto, por parte da contratada, assegurará à Câmara de Vereadores o direito de rescindir este instrumento, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus e sem prejuízo de qualquer espécie para a Administração.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

III - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do Legislativo, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução da prestação dos serviços contratados;
- b) execução dos serviços fora das especificações constantes no objeto;
- c) bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratual, anotadas na forma do § 1º, do Art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
PODER LEGISLATIVO**  
Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000  
**MATOS COSTA - SANTA CATARINA**  
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144  
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br



g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato.

j) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

IV -Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;

V -Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

VI - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:**

X.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Matos Costa – SC, em 11 de Fevereiro de 2019

**JOÃO MORAES JUNIOR**

Presidente

**PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADO LTADA EPP**

Contratada:

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

# Modelo

## PREFEITURA

### ATA Nº 021-2019 ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 005/2018

Publicação Nº 1923529

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO

Processo nº 2568/2018

Modalidade: Tomada de Preços com o número nº 005/2018

ATA Nº 021/2019

Conforme aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 2759 do dia 19 de fevereiro de 2019 que designou a presente sessão, as 08:00hrs do dia 22 de fevereiro de 2019 reuniu-se a Comissão de Licitações designada pelo Decreto 008/2018 para a abertura dos envelopes de Proposta de Preço das empresas:

- MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- DECC CONSTRUÇÕES LTDA

Únicas empresas habilitadas para esta fase, no Processo 2568/2018, Tomada de Preços 005/2018, que possui como objeto:

"TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO NA RUA PADRE ANCHIETA, COM ÁREA DE 286,00M<sup>2</sup>, DE CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO APROVADO PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, AUTUADO NA FORMA DO PROCESSO Nº 59502.001326/2018-83, ANALISADO PELO DEPARTAMENTO DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO E APROVADO CONFORME PARECER 2018\_243\_PT\_DPP\_LGSN, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL"

Nenhuma das empresas licitantes teve representante na sessão.

A proposta da empresa MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, atendeu as exigências das especificações e demais condições do Edital, apresentando o menor valor global para a execução do objeto, o qual apresentou valor de:

R\$ 454.441,20 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS COM VINTE CENTAVOS)

Na conformidade do critério de julgamento estabelecido no Edital, a Comissão declara VENCEDORA a empresa MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, que apresentou proposta vantajosa, com preço final adequado as disponibilidades orçamentárias da Administração e a estimativa de contratação e cronograma físico compatível com o prazo fixado para a conclusão dos trabalhos.

A Comissão recomenda que com esta empresa seja celebrado contrato objetivo nesta licitação, nos termos da minuta de contrato que acompanhou o Edital, pelo valor de R\$ 454.441,20.

Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios, para que as empresas apresentem recurso que achar pertinente relacionado a esta sessão de abertura de propostas de preço.

Decorrido este prazo, a Comissão encaminhará o processo ao setor jurídico do Município de Modelo/SC, solicitando que emita seu parecer, e posteriormente encaminhado ao Prefeito do Município de Modelo para apreciação e homologação.

Nada mais havendo a tratar, o presidente determinou a lavrou esta ata, que foi lida e aprovada por todos os membros da Comissão.

Modelo SC, 22 de fevereiro de 2019.

Presidente: ALEXANDRO SPEROTTO Suplente: MICHELI LUANA UTZIG

Auxiliar direto: EDER ALEXANDRE JUNG

### DECRETO Nº 060/2019

Publicação Nº 1924733

DECRETO Nº 060/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.390/2018, 2.397/2019, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, homologado pelo Decreto Municipal nº 0285/2018 de 26.12.2018, bem como o Edital nº 001/2019 de convocação para escolha de vagas da Secretaria Municipal da Educação, Considerando a solicitação/justificativa pelo Departamento Municipal de Educação, em virtude da necessidade e interesse público, para dar continuidade às atividades da Rede Municipal de ensino, em especial considerando que a professora efetiva titular Eliane Fatima Hanauer Chaves está designada para cargo em comissão conforme Decreto nº 021/2019, Considerando o pedido de rescisão do contrato ACT nº 012/2019 da Professora Sirlei Marins,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. SIDRIANA FATIMA BACH METDLER, portadora do CPF nº 022.635.849-xx, RG nº 2.997.xx, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Séries Iniciais, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Müller, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 017/2019, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 25.02.2019 a 13.12.2019, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



com efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 22 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Adm. e Faz.

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 017/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: SIDRIANA FATIMA BACH METDLER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 022.635.849-xx, RG nº 2.997.xx, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, 716, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Turma: 2º Ano 201, atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Müller e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de a professora efetiva titular Eliane Fatima Hanauer Chaves estar designada para cargo em comissão conforme Decreto nº 021/2019, e conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.390/2018, 2.397/2019 e em especial Processo Seletivo nº 001/2018.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 25 de fevereiro de 2019. Término: 13 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.684,43 (Um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 1 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno matutino, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou no retorno de servidor efetivo titular à vaga, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressaltadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 22 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

SIDRIANA F. BACH METDLER

Contratada

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2019 ALIMENTOS - ANDERSON BOLIS E CIA LTDA

Publicação Nº 1924344

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 009/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ANDERSON BOLIS & CIA LTDA, CNPJ 07.345.281/0001-63

Valor: R\$ 155.151,20

Assinado em: 13/02/2019

Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-2019 ALIMENTOS - SCS COMERCIO LTDA

Publicação Nº 1924346

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 010/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA, CNPJ 13.995.853/0001-52

Valor: R\$ 13.121,05

Assinado em: 13/02/2019



Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-2019 ALIMENTOS - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA**

Publicação Nº 1924348

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 011/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 16.738.785/0001-34

Valor: R\$ 16.199,64

Assinado em: 13/02/2019

Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012-2019 ALIMENTOS - CATARINENSE**

Publicação Nº 1924349

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 012/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 26.556.616/0001-37

Valor: R\$ 2.981,70

Assinado em: 13/02/2019

Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013-2019 ALIMENTOS - NUTRI SC**

Publicação Nº 1924350

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 013/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 07.814.016/0001-87

Valor: R\$ 7.989,20

Assinado em: 13/02/2019

Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2019 ALIMENTOS - PARANÁ FOODS**

Publicação Nº 1924354

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 013/2019

Processo Licitatório nº 015/2019

Pregão SRP nº 004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: PARANÁ FOODS COMERCIO EIRELI, CNPJ 24.170.620/0001-37

Valor: R\$ 9.582,37

Assinado em: 13/02/2019

Vigente até: 13/02/2020

Objeto: FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 13 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº 2397/2019**

Publicação Nº 1924477

LEI MUNICIPAL Nº 2397/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS, SOBRE AS VAGAS, NÍVEIS DOS QUADROS DE PESSOAL E FUNÇÕES GRATIFICADAS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais,  
Faz saber, que Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal de Modelo – SC, autorizado a conceder a revisão geral dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, de Modelo – SC, Ativos, Inativos e Pensionistas, na forma da lei, em 3,57% (três vírgula cinquenta e sete por cento), sendo a vigência a partir de 01 de fevereiro de 2019, com base do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas/IBGE, acumulado de Fevereiro de 2018 a Janeiro de 2019, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Fica concedido a revisão geral nos subsídios dos Agentes Políticos, fixados pelas Leis Municipais nº 2274/2016 de 22/06/2016 e a 2275/2016 de 22/06/2016, em 3,57 (três vírgula cinquenta e sete por cento), sendo a partir de 01 de fevereiro de 2019, com base do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas/IBGE, acumulado de Fevereiro de 2018 a Janeiro de 2019, a partir de 01 de fevereiro de 2019, conforme Anexo I – Quadro dos Subsídios dos Vereadores, do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal do Município de Modelo - SC.

Art. 3º. A revisão constante do artigo 1º e 2º desta Lei, serão efetivados ressalvado os limites estabelecidos para gastos com pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º. Fica reclassificado no Anexo I – Cargos em Comissão, os

cargos/grupos, incluído cargo, conforme menciona, passando a vigorar a partir de 01 de fevereiro de 2019, conforme quadro anexo, integrante desta Lei.

Art. 5º. Os quadros de vencimentos, nível e vagas, do Município de Modelo, instituídos por lei, sendo os Anexos: Anexo II: Tabela de Isonomia salarial do Grupo do Magistério; Anexo VII - Quadro de Cargos permanentes e suplementar e Anexo III - Quadro Suplementar; Anexo I – Quadro ESF – Estratégia da Saúde da Família, Anexo IX –Cargos em Comissão, e Anexo I CRAS, Anexo Agentes Comunitário de Saude e o Anexo VI passam a vigorar de acordo com a estruturação, classificação e especificação constante dos respectivos anexos, com a revisão e reajuste estabelecidos nesta Lei.

Art. 6º. O vencimento base do Município, com vigência a partir de 01 de fevereiro 2019, para fins de cálculo dos vencimentos dos servidores, pensionistas e inativos, fica fixado em R\$ 495,42 (quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Art. 7º - Ficam alterados e aprovados de conformidade com as disposições desta Lei, passando a vigorar conforme demonstrados, os Anexos II – Funções de Confiança; Anexo III – Quadro Suplementar; Anexo VI - Quadros de Cargos Permanentes de Pessoal; Anexo IX – Cargos em Comissão, Anexo I - Quadro de Pessoal dos Profissionais em Educação, integrantes desta Lei.

Art. 8º – As despesas decorrentes desta lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos contados a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 22 de fevereiro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller  
Secretaria Municipal de Administração

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO 5185 - PONTO FACULTATIVO - CARNAVAL 2019

Publicação Nº 1924689

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.185, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS DIAS ESPECIFICADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO o ponto facultativo em todo território Nacional, em virtude dos festejos tradicionais de carnaval em âmbito Nacional, no dia 05 de março de 2019.

CONSIDERANDO o ponto facultativo nas repartições públicas Federais e Estaduais, e o fechamento do sistema bancário do país no dia 04 de março de 2019;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas repartições públicas de âmbito administrativo do Município, nos dias 04 e 05 de março de 2019.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º É vedado aos órgãos e entidades integrantes da Administração Municipal antecipar ou postergar ponto facultativo em discordância com o que dispõe este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 22 de fevereiro de 2019.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### EXTRATO CONTRATO Nº 013/2019 - PMM

Publicação Nº 1923414

#### MUNICÍPIO DE MONDAÍ

#### PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 013/2019 de 20 de Fevereiro de 2019. Origem: Processo Licitatório nº 014/2019. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 003/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica a distância das instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes das dependências da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, com instalação, manutenção e fornecimento de equipamentos em comodato, para o exercício 2019 e/ou subsequentes. Fornecedor: Inviolável São Miguel Ltda ME, CNPJ nº 09.570.837/0001-40. Valor Total: até R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais). Vigência: 31 de dezembro de 2019. Mondaí/SC, 20 de fevereiro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PORTARIA 101/2019

Publicação Nº 1923411

PORTARIA 101/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

.RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de FEVEREIRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
LEILA REGINA PIRES DE SOUZA	01/05/2017 A 30/04/2018	18/02/2019 A 19/03/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 18 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

### PORTARIA 102/2019

Publicação Nº 1923412

PORTARIA Nº 102/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(os) servidor (es) abaixo relacionados, do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO , criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações.

MATRICULA	SERVIDOR	CLASSE	PERCENTUAL
196	NIURA CRISTINA MANGOLT	D	18,00

Art. 2º-Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 05 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 18 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

### PORTARIA 103/2019

Publicação Nº 1923413

PORTARIA Nº 103/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(os) servidor (es) abaixo relacionados, do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO , criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações.

MATRICULA	SERVIDOR	CLASSE	PERCENTUAL
-----------	----------	--------	------------

1598	FRANCIELE GUETE	D	18,00
------	-----------------	---	-------

Art. 2º-Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 18 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

## PORTARIA 104/2019

Publicação Nº 1923416

### PORTARIA Nº 104/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
GILMAR FRANCISCO FERRARI	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros retroagindo a partir da data de 01 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 20 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 65/2019

Publicação Nº 1923911

### PORTARIA Nº 65/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA V ao servidor JUNIOR DA SILVA DOS SANTOS, investido no cargo de OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA, do quadro de Pessoal com Provimento em EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer o ASSESSORAMENTO nas funções de COORDENAR E MONITORAR o Serviço de Máquinas Pesadas, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na a data de 01 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 72/2019

Publicação Nº 1923420

### PORTARIA Nº 72/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado

nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
MARIA LURDES BECKER	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros retroagindo a partir da data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Fevereiro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 74/2019

Publicação N° 1923915

### PORTARIA N° 74/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA III à servidora KELLY ANGELA DE MORAES PIERI, investida no cargo de PROFESSOR IV, do quadro de Pessoal com Provimento em EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer o ASSESSORAMENTO nas funções de COORDENAR E MONITORAR a Feira Municipal e Regional de Matemática, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na a data de 07 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de fevereiro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 89/2019

Publicação N° 1923425

### PORTARIA N° 89/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) APARECIDA SILVANA DIAS RIBEIRO RG 1.514.750/SESP/SC, para exercer o cargo de PROFESSOR III do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "128-VIII-M" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais".

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela falta de aprovados habilitados para o cargo de PROFESSOR III, e pela necessidade de dispor de profissional na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 15 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 15 de fevereiro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.



**PORTARIA 91/2019**

Publicação Nº 1923423

PORTARIA Nº 91/2019.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUSPENDER a FUNÇÃO GRATIFICADA V do servidor ALCEU RIBEIRO, investido no cargo de MOTORISTA, do quadro de Pessoal com Provimento em EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 92/2019**

Publicação Nº 1923427

PORTARIA Nº 92/2019.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUSPENDER a FUNÇÃO GRATIFICADA IV do servidor VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA, investido no cargo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, do quadro de Pessoal com Provimento em EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 15 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 93/2019**

Publicação Nº 1923417

PORTARIA Nº 93/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. RETORNO do (a), servidor (a) SANDRA APARECIDA CORDEIRO investido(a) no cargo de DIRETORA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO I, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; ao cargo EFETIVO de PROFESSOR III, nos termos da Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006 e a Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; com nível salarial "132-XII-M" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- SUSPENDER a FUNÇÃO GRATIFICADA PARA DIRETOR DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO – FGDE I.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 94/2019**

Publicação Nº 1923418

## PORTARIA Nº 94/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA V à servidora SANDRA APARECIDA CORDEIRO, investida no cargo de PROFESSOR III do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de COORDENADORA PEDAGÓGICA com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 95/2019**

Publicação Nº 1923419

## PORTARIA Nº 95/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA II à servidora ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA SCHEFFER, investida no cargo de PROFESSOR IV do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de ASSESSORA PEDAGÓGICA com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 97/2019**

Publicação Nº 1923913

## PORTARIA Nº 97/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA V à servidora CLARICE DOS SANTOS CREMA, investida no cargo de PROFESSOR IV do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de DIRETORA E COORDENADORA DE TURMA com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na retroagindo na data de 01 de Fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 99/2019**

Publicação Nº 1923410

## PORTARIA Nº 99/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

## RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER à servidora MARIZA LOPES DA SILVA CASTANHA, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei nº 17/2006 de 06 de março de 2006; LICENÇA-MATERNIDADE, compreendendo o período de 15 de fevereiro de 2019 a 14 de junho de 2019.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos na data de 15 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 15 de Fevereiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### 28 ° EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 01-2017

Publicação N° 1924257

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2017

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2017, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00h às 17:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ESF IWALDO LUCIANO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
02º	EDUARDA PEREIRA PREVE

Morro da Fumaça, 25 de Janeiro de 2019.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO  
Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

### REGISTRO DE PREÇO 036/2019

Publicação N° 1924193

Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 036/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR, conforme anexo. Data: 11/03/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2019 - PMMG

Publicação Nº 1923622

Ata de Registro de Preços nº	1/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	JCV Diesel, Peças e Serviços EIRELI - ME
Valor	R\$ 388.000,00
Data da Assinatura	07/01/2019
Vigência Inicial	07/01/2019
Vigência Final	07/01/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 14/2018
Objeto Resumido	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de mecânica e fornecimento de peças, visando a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de ônibus escolares e caminhões do município de Morro Grande.
Espécie	Prestação de Serviços
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019 - PMMG

Publicação Nº 1923624

Ata de Registro de Preços nº	2/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Romano Comercio Atacadista de Derivados de Petróleo EIRELI
Valor	R\$ 776.400,00
Data da Assinatura	08/02/2019
Vigência Inicial	08/02/2019
Vigência Final	08/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 1/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DO TIPO OLEO DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10 PARA MANUTENÇÃO DAS FROTAS MUNICIPAIS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2019 - PMMG

Publicação Nº 1923626

Ata de Registro de Preços nº	3/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Ana Paula da Silva Alimentos ME
Valor	R\$ 15.591,50
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019

Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2019 - PMMG

Publicação Nº 1923628

Ata de Registro de Preços nº	4/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Comércio de Carnes Della Gustina Ltda - ME
Valor	R\$ 53.073,80
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019
Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

### EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2019 - PMMG

Publicação Nº 1923629

Ata de Registro de Preços nº	5/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Ideraldo Crepaldi - ME
Valor	R\$ 26.717,42
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019
Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>



**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019 - PMMG**

Publicação Nº 1923633

Ata de Registro de Preços nº	6/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Maria Stela Bristot Brina ME
Valor	R\$ 9.993,60
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019
Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019 - PMMG**

Publicação Nº 1923635

Ata de Registro de Preços nº	7/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Mercado Betiol Ltda ME
Valor	R\$ 46.428,20
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019
Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019
Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2019 - PMMG**

Publicação Nº 1923637

Ata de Registro de Preços nº	8/2019
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Polpas e Sucos ROS - Indústria e Comércio de Frutas Naturais LTDA ME
Valor	R\$ 16.604,30
Data da Assinatura	18/02/2019
Vigência Inicial	18/02/2019
Vigência Final	18/02/2020
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 2/2019

Objeto Resumido	AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.
Espécie	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site <a href="http://www.morrogrande.sc.gov.br">www.morrogrande.sc.gov.br</a>

**PORTARIA 40/2019**

Publicação Nº 1924895

PORTARIA Nº 40/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO A PEDIDO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO.

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 813/2014; e,

CONSIDERANDO o pedido da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a partir da presente data, a servidora MONICA LAVEZZO WATERKEMPER, matrícula 1183, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida por tempo determinado, através do Contrato nº 01/2019.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 18 de fevereiro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 42/2019**

Publicação Nº 1924896

PORTARIA Nº 42/2019

ALTERA A PORTARIA 29/2019.

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a Lei Complementar 28/2015 e a Lei Municipal nº 813/2014; e,

Considerando que a Portaria n. 29/2019 constou que o período de contratação seria de 11/02/2019 a 13/12/2019;

Considerando que o período correto ofertado na escolha de vagas seria de 11/02/2019 a 02/07/2019, sendo a contratação em substituição da servidora Daniela Rocha Menegon, a qual encontra-se em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º da Portaria nº 29/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica admitida DENILZE SOUZA MACARINI ROSSO, inscrição nº 9, para exercer a função de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 11/02/2019 a 02/07/2019, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, com vencimentos e vantagens estabelecidas em Lei."

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Morro Grande, 20 de fevereiro de 2019.  
VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 43/2019**

Publicação Nº 1924897

PORTARIA Nº 43/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE AULA EXCEDENTE À SERVIDOR

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 25 da Lei Complementar 28/2015;

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido AULA EXCEDENTE, a partir de março de 2019 até o mês de novembro/2019, aos professores do magistério da Prefeitura de Morro Grande, conforme quadro a baixo:

PROFESSOR	MATRÍCULA	QUANTIDADE DE AULAS EXEDENTES
JOARES BIFF	84	02
JOSSEMAR ANTONIO DANIEL	119	03
RITA DE CASSIA MARTINS BIZ	811	03
SILVANO BIFF	814	06
MICHELE FABRIS DA SILVA	1123	03
MIRIAN PAULA DE LUCA	1191	03
FLAVIA BIFF CORREA BOSA	1192	03
KARINA CORAL	1199	03

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 25 de fevereiro de 2019.  
VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 44/2019**

Publicação Nº 1924898

PORTARIA Nº 44/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

Considerando os requerimentos de parcelamento de período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, conforme listados na tabela a baixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO			INICIO DAS FÉRIAS
15	MARIA CRISTINA LONGARETTI SOUZA	04/01/2018	a	03/01/2019	06/03/2019
793	CLAITON CREPALDI	20/06/2016	a	19/09/2017	11/03/2019
1149	DANIELA PRESA RONZANI	05/03/2018	a	04/03/2019	11/03/2019
1153	JULIANE LONGARETTI VENSON	05/03/2018	a	04/03/2019	11/03/2019

Parágrafo único. Fica concedido o parcelamento das férias para os servidores DANIELA PRESA RONZANI, JULIANE LONGARETTI VENSON e CLAITON CREPALDI.

Para os servidores JULIANE LONGARETTI VENSON e CLAITON CREPALDI, fica parcelado em duas etapas de 15 dias, sendo a primeira de 11/03/2019 a 25/03/2019 e a segunda etapa do dia 16/09/2019 a 30/09/2019.

Para a servidora DANIELA PRESA RONZANI, fica parcelado em duas etapas de 15 dias, sendo a primeira de 11/03/2019 a 25/03/2019 e a segunda etapa do dia 02/09/2019 a 16/09/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 25 de fevereiro de 2019.  
VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### **DECRETO 34/2019 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE COOPERAÇÃO ENTRE A CIDASC E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**

Publicação Nº 1923849

DECRETO N º 34, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE COOPERAÇÃO ENTRE A CIDASC E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica que entre si celebraram, de um lado a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, e de outro lado o Município de Navegantes, para fins de dar suporte à execução das ações de inspeção de produtos de origem animal no âmbito do município de Navegantes.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ADRIANO DO PRADO CORDEIRO (Matrícula 6217301) para desempenhar as funções definidas no termo de cooperação entre CIDASC e o Município de Navegantes/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **DECRETO 35/2019 NOMEIA JUNTA ESPECIAL DE RECURSO DE INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E REVOGA O DECRETO 235/2018**

Publicação Nº 1924496

DECRETO Nº 35 DE 22 DE JANEIRO DE 2019  
NOMEIA A JUNTA ESPECIAL DE RECURSO DE INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E REVOGA O DECRETO 235/2018  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, Inciso III, combinado com a Lei Complementar nº056 de 22/07/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Junta Especial de Recurso de Infrações ao Código de Obras do Município, cujos integrantes são os seguintes:

I – Presidente – João Paulo Garcia Pires;

II – Membro titular – Natali Romano Batista, Suplente – Joel Gervasio de Souza;

III – Membro titular – Arilson Luiz Moraes, Suplente – Antônio Augusto da Silva.

Paragrafo Único: No caso de férias, impedimentos e licenças de algum dos membros titulares da Junta Especial de Recurso de Infrações ao Código de Obras, ficará autorizado a chamada do respectivo suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra o Decreto 235/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **DECRETO 38/2019 ALTERA O ARTIGO 14 DO DECRETO Nº 26, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019. QUE REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS E BLOCOS DE ANIMAÇÃO NO EVENTO NAVEGAFOLIA 2019 E ACRESCENTA ANEXO.**

Publicação Nº 1924510

DECRETO nº 38, de 22 de FEVEREIRO de 2019

ALTERA O ARTIGO 14 DO DECRETO Nº 26, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUE REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS E BLOCOS DE ANIMAÇÃO NO EVENTO NAVEGAFOLIA 2019 E ACRESCENTA ANEXO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 14 do Decreto nº 26, de 13 de fevereiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 14 Os veículos utilizados pelo Grupo Organizado ou Bloco de Animação constituem, a rigor, veículos de transporte, devendo os responsáveis pelos Grupo Organizado ou Bloco de Animação, a apresentação da Autodeclaração afirmando o cumprimento de todas as normas técnicas e legislações vigentes sobre a segurança e estrutura necessária para participação no evento.

Parágrafo único. A Autodeclaração prevista no caput deste artigo compreenderá a assunção da responsabilidade sobre todas as exigências de segurança previstas no Decreto 26/2019 e deverá seguir o modelo constante do anexo deste Decreto. ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÕES DE SEGURANÇA PARA VEÍCULOS

Eu, \_\_\_\_\_, responsável legal pelo trio elétrico \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, declaro,  
sob as penas da lei, que o veículo \_\_\_\_\_ cum-  
pre todas as exigências de segurança e estrutura previstas nas  
normas técnicas e legislação vigente, para fins de sua utilização  
no Trio elétrico acima identificado, assumindo, para tanto, total  
responsabilidade civil, criminal e administrativa sobre a utilização  
do veículo acima descrito, durante o período e percurso do(s) des-  
file(s) de Carnaval estabelecidos pela organização do evento.  
Navegantes, \_\_\_\_\_ de Fevereiro de 2019.

Assinatura

## DECRETO Nº 36 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924588

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ 11.482.121/0001-33 Rua Deputado Nílto Kucker º 357 - São Domingos CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC.
---

DECRETO Nº 36 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FI-  
NANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 PARA EFEITO DE SUPLEMEN-  
TAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são  
conferidas pelo § 1.º, do art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018:  
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a  
proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exer-  
cício de 2018, até o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) da  
fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6035 – Superávit Transferências do Sistema  
Único de Assistência Social - SUAS/União

ÓRGÃO: 03 – Fundo Municipal de Assistência Social  
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 57 – CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)  
2.076 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de As-  
sistência Social  
48 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
49 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas Oper. Intra-Orçamentá-  
rias R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 39 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924685

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
---

DECRETO Nº 39 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMEN-  
TÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são  
conferidas pelo do art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018 e pelo  
inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a  
proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor  
de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), da seguinte dotação na res-  
pectiva fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
20 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano  
15.451.0007 – 2.012 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria  
de Planejamento Urbano  
191- 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 17.000,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação  
orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
20 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano  
15.451.0007 – 2.012 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria  
de Planejamento Urbano  
190- 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas  
R\$ 17.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Navegantes, 22 de fevereiro de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## DECRETO Nº 40 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1924699

DECRETO Nº 40 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FI-  
NANCEIRO/2018 DOS RECURSOS DO FUNDEB PARA EFEITO DE  
SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são  
conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3349 de 10/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado  
a proceder à transferência do saldo do superávit financeiro/2018,  
dos recursos oriundos do FUNDEB, até a importância de R\$  
2.023.511,10 (dois milhões, vinte e três mil, quinhentos e onze  
reais e dez centavos) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6.019 – Superávit/Transferências do Fundeb  
– 40%  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
12 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino  
Fundamental

200 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas  
R\$ 2.023.511,10

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

### **EXTRATO CONTRATUAL 35/2019 PMN**

Publicação Nº 1924780

Prefeitura Municipal de Navegantes

Fundo Municipal de Saúde

Contrato Nº: 35/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES - APAE

CNPJ 83.824.771/0001-20

Vigência: Início: 25/02/2019 Término: 25/02/2020.

CRENCIAMENTO Nº: 78/2015 F.M.S.

Recursos: Dotação: 25/2019 - 2.160 - 3.3.90.00.00

Objeto ..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 42/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES - APAE.

Navegantes, 21 de fevereiro de 2019

### **PORTARIA N º 539 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924750

PORTARIA N º 539 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PRORROGA TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n º 3832 de 19 de novembro de 2018 para apurar situação funcional ao reconhecimento de vínculo de cargo efetivo G.G.H.

II - A prorrogação é imprescindível, em razão da produção de provas e oitivas das testemunhas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2019.

Márcio Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA N º 540 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924754

PORTARIA N º 540 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

PRORROGA TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n º 3833 de 19 de novembro de 2018 para apurar situação funcional ao reconhecimento de vínculo de cargo efetivo A.C de S.C.

II - A prorrogação é imprescindível, em razão da produção de provas e oitivas das testemunhas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2019.

Márcio Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 032/2019 ADICIONAL DE TITULAÇÃO ENSINO MÉDIO DIRLEI JOSÉ PIROVANO

Publicação Nº 1924405

DECRETO nº 032, de 22 de fevereiro de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 25 da Lei Complementar nº 100/14, de 16 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Ensino Médio, na ordem de 5% (cinco por cento), para o Servidor Municipal DIRLEI JOSÉ PIROVANO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Certificado de Conclusão em anexo.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 22 de fevereiro de 2019.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### EDITAL Nº. 002/2019 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 1924089

EDITAL Nº. 002 de 22 de fevereiro de 2019.

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

NÉDIO ANTONIO CASSOL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal em caráter emergencial por prazo determinado, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a realização de Processo de Seletivo Simplificado, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido com fulcro no art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal 1.014, de 27 de março de 2001, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital, e coordenado pela comissão especial designada pela Decreto nº. 12/2019.

#### 1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A abertura do Processo Seletivo Simplificado é publicado integralmente no átrio público mural das publicações oficiais do Município de Nova Erechim. O extrato do edital é veiculado, no site da internet <http://www.novaerechim.sc.gov.br/>; ou em jornal de circulação local.

1.2 - Os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado são publicados no mural de atos oficiais do Município de Nova Erechim e em meio eletrônico, em caráter meramente informativo sítio <http://www.novaerechim.sc.gov.br/>.

1.3 - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 (um) ano, a contar da data da publicação do ato de sua homologação no Mural da Prefeitura e no endereço eletrônico <http://www.novaerechim.sc.gov.br/>.

1.4 - O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise pela comissão designada de: ficha de inscrição, documentação de aperfeiçoamento profissional, titulação dos candidatos e critérios definidos na legislação e no edital.

#### 2 - DO OBJETO

2.1 – O Processo Seletivo Simplificado destina-se a contratação em cargo temporário de excepcional interesse público e cadastro reserva criado nos termos do edital e Lei Municipal n.º. 1.014/2001, de 27 de março de 2001 até no máximo o prazo da referida Lei distribuído na forma do quadro, abaixo:

Cargo	Vagas	Escolaridade	Carga Horária	Vencimento
Auxiliar de Consultório Dentário	1	Ensino Médio com treinamento específico de no mínimo 300 horas	40 horas	R\$ 1.278,26

2.2 – As vagas serão preenchidas de acordo com as necessidades da secretaria e a disponibilidade orçamentária.



### 3 – ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS TEMPORÁRIOS

3.1 – O cargo temporário de que trata este Processo Seletivo Simplificado e o edital, correspondem às atividades relacionadas na referida Lei Municipal, com sínteses dos deveres no ANEXO I deste Edital, amparadas na Lei Municipal 100/2014, de 16 de abril de 2014 e suas alterações.

3.2 – A contratação se regerá pelo Regime Jurídico Geral e pelo prazo a contar da contratação com término no máximo no que dispõe a Lei Municipal.

3.2.1 – Os contratos poderão ser rescindidos Unilateralmente no interesse da Administração Pública em período inferior ao preestabelecido.

3.3 – Incidirá sobre o valor total da remuneração os descontos fiscais e previdenciários do regime geral de previdência social.

3.4 – Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos artigos nº. 92, da Lei nº. 025/2001, de 02 de julho de 2001, no que couber.

### 4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - Os requerimentos e documentos serão recebidos pela comissão do Processo Seletivo Simplificado ou servidores por estes designados, nos dias 25 a 28 de fevereiro, das 09:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, no Setor de Recursos Humanos, sito na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no Centro Administrativo, localizado na Avenida Francisco Ferdinando Losina, nº. 139 bairro Centro deste Município, ou em local previamente informado, ocasião em que serão revisados e se necessário autenticados.

4.1.1 - Recebidos os requerimentos e os documentos de que trata o item anterior será efetivada a inscrição de forma gratuita.

4.1.2 – A juntada de documentos ao processo faz-se por exclusiva responsabilidade do candidato, cuja inscrição implicará em reconhecimento prévio e a tácita aceitação das instruções e normas estabelecidas na legislação e no edital.

4.1.3 – Não serão aceitas inscrições protocoladas fora do prazo, previsto no edital.

4.2 – Será aceito apenas uma inscrição de candidato para o cargo previsto em lei temporária vigente, nos termos do edital, caso ocorra pluralidade todas serão NULAS.

4.3 – O candidato poderá efetuar uma inscrição por edital.

### 5 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

5.1 - A inscrição será efetivada diretamente pelo candidato ou por procurador munido de instrumento público ou particular de mandato com poderes especiais, mediante termos e condições com a apresentação da documentação em cópia autenticada em cartório ou por servidor público do Município, como segue:

a) Cópia dos documentos referidos no Anexo II;

b) Preenchimento do formulário, Anexo III em duas vias;

### 6– FORMATAÇÕES DA FICHA DE INSCRIÇÃO

6.1 – A ficha de inscrição deverá ser preenchido pelo candidato de acordo com o modelo do ANEXO III do Edital, anexando os títulos e documentos comprobatórios.

6.2 – Os critérios de avaliação das inscrições respeitarão as disposições do edital;

6.3 – Serão considerados apenas os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atendam os critérios definidos no edital.

6.4 – Como critério de classificação será utilizada a pontuação da análise da documentação apresentada pelo candidato;

6.5- A pontuação utilizada para classificação se dará pelo número de títulos específicos da área e do cargo pretendido, devidamente reconhecidos pelo órgão competente, definidos conforme tabela abaixo, inclusive no caso de formação superior a exigida.

TABELA I

Titulação	Pontuação
01- Cursos extensivos ou profissionalizantes na área pretendida até a data da inscrição.	10 (dez) pontos
02- Especialização (pós-graduação) acima de 360h (quando não exigida para o cargo)	20 (vinte) pontos
03- Mestrado na área	30 (trinta) pontos
04- Doutorado na área	40(quarenta) pontos



## 7 – ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES

7.1 – Como critério de classificação será utilizado a pontuação referente à análise da documentação apresentada pelo candidato, sendo vedada a análise subjetiva por parte da comissão.

7.2 – A pontuação utilizada se dará, considerando que todos os títulos devem ser devidamente reconhecidos pelo órgão competente, tendo pertinência com a área específica ao cargo temporário.

7.3 – A escolaridade exigida ou a formação inferior para desempenho do cargo não será objeto de avaliação e pontuação.

7.4 – Cada título receberá única valoração, de acordo com a pontuação da Tabela I.

7.5 – Será desconsiderado qualquer título que não seja inerente a área de atuação da vaga pretendida.

7.6 – A comissão designada através da Decreto nº. 12/2019, por ato irrecorrível, decidirá quais titulações serão validadas.

## 8 – CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

8.1 – Verificada a ocorrência de empate em relação às pontuações de titulação de aperfeiçoamento profissional, terá preferência na ordem classificatória sucessivamente, o candidato que:

8.1.1 – Adquirir pontuação maior de titulação de aperfeiçoamento profissional determinado nos itens 01 ao 04 da tabela I, constante neste edital, referente à titulação comprovada na área pretendida.

8.1.2 – Apresentar idade mais elevada.

8.1.3 – Persistindo o empate, a preferência será definida por sorteio em ato público, no local e horário previamente definido pela Comissão na presença de duas testemunhas e registrado em ata e assinada pelos presentes.

## 9 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO, DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO FINAL

9.1 – Encerrado o prazo de inscrição a comissão designada publicará a lista nominal dos candidatos com inscrições e classificação ordem.

9.2 – Da lista e ordem de inscrição e classificação preliminar dos candidatos INSCRITOS, cabe recurso junto ao Setor de Recursos Humanos, endereçado à comissão, uma única vez, no prazo de 01 (um) dia, a contar da divulgação, com a identificação do recorrente e as razões da inconformidade, podendo ser utilizado o formulário ANEXO IV, de caráter meramente exemplificativo.

9.3 - No prazo de 01 (um) dia a comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscritos e classificados. Mantida a decisão pela comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal de Nova Erechim que poderá acolher ou reformar, em julgamento irrecorrível, no prazo de 01 (um) dia, em despacho motivado.

9.4 - Exclusivamente ao candidato ou seu procurador será dado vista do seu processo de recurso e dos títulos que integram a ficha de inscrição, na presença da comissão permitindo-se anotações.

9.5 – O edital de homologação com o resultado final da classificação geral dos candidatos selecionados aptos a contratação será publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no sítio <http://www.novaerechim.sc.gov.br>.

9.6 – O processo Seletivo Simplificado terá validade do período fixado em norma própria.

9.7- A administração pode rever seus atos sempre que verificar alguma irregularidade.

## 10 – CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1 - O candidato que constar na lista final de classificação para as vagas previstas no edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado deverá apresentar interesse de contratação por escrito no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação do resultado, sob pena de revogação da preferência, chamando-se o candidato seguinte, de conformidade com a ordem classificatória homologada.

10.2– Considera-se aptos a serem contratados, observando a necessidade, a disponibilidade orçamentária, o presente edital e a legislação vigente, os candidatos que se classificarem entre as vagas descritas no item 2.1 deste edital.

10.3 - Não é assegurado o direito a contratação dos candidatos classificados, estando sujeitos a necessidade deste Município e ainda, disponibilidade orçamentária.

10.4 – Os interessados após demonstrarem interesse deverão apresentar a documentação abaixo relacionada no Departamento de Recursos Humanos:

Declaração de bens
Cópia da Carteira de Identidade (frente e verso)
Cópia Cartão de Conta Bancária
Cópia do CPF
Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos
Cópia da Carteira de Trabalho (Folha de Rosto)
Cópia do Cartão do PIS
Cópia de Título de Eleitor com Certidão de Quitação Eleitoral
Cópia Comprovante de Residência (água, luz, telefone)
01 foto 3x4
Comprovante de Escolaridade (exigido por este edital)
Cópia Carteira do Conselho (habilitação legal)
Cópia do Certificado de Reservista (sexo masculino) 18 à 45 anos
Atestado médico emitido por médico do trabalho, nas normas do atestado de saúde ocupacional (ASO), no sentido de gozar de boa saúde física e mental.

10.6 – O não comparecimento do candidato classificado no prazo fixado será interpretado como desistência e implica na perda ao direito a contratação pela Administração Pública.

10.7 – Os requisitos para contratação temporária, data de início do exercício das atividades, local da prestação dos serviços e documentação legal, será definido pela Secretaria competente e departamento de Recursos Humanos.

10.8 – No período de contratação fixado, em havendo a rescisão contratual, poderá ser chamada para contratação pelo tempo remanescente os demais candidatos, observada a ordem de preferência.

#### 11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final homologado.

11.2 – Respeitada à natureza do cargo temporário, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a Legislação Municipal.

11.3 – Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela comissão designada, podendo valer-se da assessoria jurídica do Município.

11.4 – Fica eleito o foro da Comarca de Pinhalzinho, para dirimir eventuais lides oriundas do presente edital.

Nova Erechim (SC), 22 de fevereiro de 2019.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

#### ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

CARGO: Auxiliar de consultório dentário

SALÁRIO: R\$ 1.278,26

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais;

- Confeccionada modelos em gesso;
- Revelar e monta radiografias;
- Orienta os pacientes sobre a saúde bucal;
- Controlar e agenda consultas;
- Auxilia o odontólogo nos procedimentos;
- Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;
- Integrar a equipe de saúde.
- Participar de atividades de educação em saúde.
- Executar outras tarefas afins.
- Zelar pela conservação do patrimônio público;
- Desenvolver seu trabalho dentro dos princípios éticos e morais, com comprometimento, responsabilidade, assiduidade, iniciativa,

produtividade, respeito.

- Participar de cursos de formação continuada, congressos, palestras oferecidos pelos órgãos competentes, mantendo-se atualizado;
- Ter ética nas relações de trabalho, bem como nas relações inter pessoais;
- Manter seu local de trabalho organizado;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações.

#### ANEXO II

Preencher em DUAS VIAS a ficha de inscrição do ANEXO III do edital
Original e Cópia de documento com foto e CPF
Original e Cópia de comprovante de escolaridade exigido para o cargo
Original e Cópia Titulações

#### ANEXO III

##### FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PARA O CARGO DE:	EDITAL N°. 02/2019	
NOME DO CANDIDATO:		
DATA DE NASCIMENTO:		
CPF	RG:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
TELEFONES DE CONTATO	( )	( )
E-MAIL		

##### TÍTULOS APRESENTADOS – ESCOLARIDADE /ESPECIALIZAÇÃO

	INSTITUIÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
GRADUAÇÃO		
PÓS-GRADUAÇÃO		
PÓS-GRADUAÇÃO		
MESTRADO		
DOUTORADO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		

Declaramos sob as penas da Lei que as informações, dados e documentos originais ou autenticados ou cópias simples em anexo foram prestadas e que a comissão do Processo Seletivo Simplificado reunida nesta data na presença do candidato, analisou os documentos e reconhece que confere com original.

Assinatura do candidato Comissão Processo Seletivo Simplificado

#### ANEXO IV

##### RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado pelo edital n°. 001/2019 realizado para o provimento de função temporária da Prefeitura Municipal de Nova Erechim-SC

Eu \_\_ portador do documento de identidade n°. \_\_ com inscrição realizada sob expediente n°. \_\_ no Processo Seletivo Simplificado N° 001/2019 realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Erechim-SC, para função temporária em caráter emergencial de \_\_ apresento recurso junto a Comissão designada coordenadora do certame.

A decisão objeto de contestação é:

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Nova Erechim-SC, \_\_ de \_\_ de 2019.

Assinatura do Candidato

## ANEXO V - CRONOGRAMA

Publicação do Edital de Abertura	22/02/2019
Período de inscrições	25/02/2019 a 28/02/2019
Publicação do deferimento e indeferimento das inscrições	01/03/2019
Período de recurso em face as inscrições indeferidas	06/03/2019
Lista de homologação final das inscrições	07/03/2019
Divulgação do resultado preliminar	07/03/2019
Homologação do Processo Seletivo	08/03/2019

## EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 16/2019 ADALBERTO LUIZ GEBEL

Publicação Nº 1924050

PROCESSO Nº: 11/2019	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2019
-------------------------	----------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 16/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: ADALBERTO LUIZ GEBEL

CPF: 054.115.749-35

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITOR DAS OFICINAS DE VIOLÃO E ACORDEON PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 11.250,00 (Onze mil duzentos e cinquenta reais),

VIGÊNCIA = INÍCIO: 22/02/2019 TÉRMINO: 30/12/2019

Nova Erechim, 22 de fevereiro de 2019.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público em \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_

## PORTARIA Nº 018/2019 FÉRIAS DILVANE PIROVANO

Publicação Nº 1924690

PORTARIA nº 018, de 22 de fevereiro de 2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

## CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

## R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal DILVANE PIROVANO, Matrícula 3328/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 03.06.2019 a 17.06.2019, referente ao período 02.01.2018 a 01.01.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 22 de fevereiro de 2019.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 35-2019

Publicação Nº 1923388

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 35/2019
Edital: Pregão Nº.: 12/2019
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Solicitação para aquisição de materiais e produtos para utilização no programa de inseminação artificial do Município, conforme controle na Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens Anexa, a este Edital. Após processo de licitação será escolhido os touros conforme prova descrita no edital de licitação por técnico habilitado para este serviço. Caso não atenda os requisitos exigidos será desclassificado da licitação.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12 de março de 2019. Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12 de março de 2019. Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066. A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 22 de fevereiro de 2019
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### ERRATA EDITAL Nº 26-2019

Publicação Nº 1923400

ERRATA AO EDITAL 26/2019  
TOMADA DE PREÇOS 02

A Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, 512, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal – Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção do EDITAL 26/2019, REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, TOMADA DE PREÇOS 02/2019, assim como segue:

SUBSTITUIÇÃO E ALTERAÇÃO DOS SEGUINTE ITENS:

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- MEMORIAL DESCRITIVO;
- PRANCHA ARQUITETÔNICA;
- RRT.

As demais disposições deste edital permanecem em vigor.

Nova Itaberaba, 21 de fevereiro de 2019.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 53-2019

Publicação Nº 1924886

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2019, de 22/02/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: M&G LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA  
OBJETO: Tem por objeto o presente Chamamento Público o Credenciamento para aquisição de próteses dentária, para distribuição gratuita aos munícipes, conforme controle na Secretaria Municipal de Saúde. Considerando as prerrogativas da política nacional de saúde através do programa Brasil Sorridente, dentre elas, atender a necessidade da população no processo de reabilitação oral através da concessão dentárias e, considerando ainda a portaria 1.432/GM de 05 de julho de 2012 que credencia o Município de Nova Itaberaba no referido programa, o Fundo Municipal de Saúde abre o processo para a possível aquisição dos itens relacionados, o Laboratório interessado em participar deve estar inscrito no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde CNES como Laboratório Regional de Prótese dentária pelo SUS. Conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)  
AMPARO LEGAL Inexigibilidade nº 36/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA- 046 ADICIONAL DE TITULAÇÃO ELISABETE 2019

Publicação Nº 1923402

PORTARIA N.º 046/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.  
"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"  
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO: O requerimento apresentado pela servidora, e o direito adquirido pela servidora, de acordo com o previsto no Art. 26 da Lei Complementar nº 1.151/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Adicional de Titulação ao Servidor Municipal ELISABETE LOPES, Professor de educação especial, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o Artigo 26 da Lei Municipal nº 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC,  
20 DE FEVEREIRO DE 2019.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secr. Munic. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**PORTARIA- 047 ADICIONAL DE TITULAÇÃO THIAGO  
2019**

Publicação N° 1923403

PORTARIA N.º 047/2019 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.  
"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO: O requerimento apresentado pelo servidor, e o direito adquirido pelo servidor, de acordo com o previsto no Art. 26 da Lei Complementar nº 1.151/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Adicional de Titulação ao Servidor Municipal THIAGO LUIZ BIANCHI, Operador, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de acordo com o Artigo 26 da Lei Municipal nº 1.151/2017 de 01 de Novembro de 2017, no percentual de 10% (dez por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC,  
20 DE FEVEREIRO DE 2019.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secr. Munic. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico



# Nova Trento

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

Publicação Nº 1924922

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019  
CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme Ofício nº 207/2018/SSDC, datado de 01/08/2018, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

03 (três) – Técnico de Enfermagem:

- a) Remuneração : R\$ 1.460,44 + Acréscimos Legais;
- b) Requisitos: Formação em Curso Técnico de Enfermagem; Registro no Conselho de Enfermagem (COREN); Negativa do COREN;
- c) Local de Trabalho: Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição;
- d) Carga horária: 40 horas semanais;
- e) Prazo do Contrato: até a Convocação de Aprovados em Processo Seletivo, não superior a 90 (noventa) dias;
- f) Regime Jurídico: ACT;
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 27, 28 e 01 de março de 2019, das 07h as 13h, munidos da cópia (legível) dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Cópia do Diploma (Superior/ Especialização);
- Cópia do Comprovante do Órgão de Classe (CRM/SC);
- Cópia de Certificados/Diplomas de cursos na área;
- Certidão de Tempo de Serviço.

#### TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200h	Acima de 201h
Pontos	2,0	4,0	6,0

#### TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 10 meses	11 a 20 meses	21 a 30 meses	Acima de 31 meses
Pontos	1,0	2,0	3,0	4,0

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), por títulos adquiridos, conforme as tabelas acima.

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação parcial será publicado no dia 06 de março de 2019, no mural da Prefeitura, no site oficial da Prefeitura ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC. A fase de recurso contra a classificação parcial será no dia 07 de março de 2019. O resultado da classificação final será publicado no dia 08 de março de 2019, no mural da Prefeitura, no site oficial da Prefeitura ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 25 de fevereiro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)  
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 004/2019

Nº de Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento pela Prefeitura) Nome do Candidato: Cargo:

RG: Data de Nasc.: Sexo: M( ) F( )

CPF: Título Eleitoral:

Estado Civil: E-mail:

Endereço: Bairro:

Município: Estado: Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data: Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d

Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 004/2019

Número da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

**DECRETO 042/2019**

Publicação Nº 1924872

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 042/2019

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018, DE 29/10/2018, HOMOLOGADO EM 02/01/2019 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 25, 27 e 28 de fevereiro de 2019, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);



- V – Título Eleitoral;  
VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;  
VII – Inscrição no PIS/PASEP;  
VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);  
IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);  
X – Comprovante de Residência atualizado;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;  
XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;  
XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);  
XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);  
XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);  
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;  
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);  
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de fevereiro de 2019.

**LUIZ CARLOS ORSI**  
Secretário Municipal de Educação

**JUCELINO MARINO CHINI**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO I**  
(Decreto nº 042/2019)

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Classificação	Nome completo
6º	MARTINHA CREPAS LACERDA
7º	SIMONE APARECIDA DUTRA
8º	ANDREA ULLMANN
9º	LEILA MARIA GIACOMINI
10º	EDNALVA CASE DE MATOS
11º	DALVA MONTIBELLER DELLANTÔNIO
12º	GRACIANA MURCESKI
13º	DEISE OLIVEIRA DE LIMA

**CARGO: ATENDENTE DE CRECHE**

Classificação	Nome completo
9º	ADRIANA IZABEL DALSENTER
10º	JESSICA HELENA VENERI
11º	ANDREZA CASTRO MENDES

**CARGO: MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR**

Classificação	Nome completo
1º	SEBASTIÃO NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO  
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 042/2019)

Exmo. Senhor  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de  
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ..... , portador (a) do  
RG nº ..... e CPF nº ..... , Candidato(a) na ... .....ª posição do Processo Seletivo - Edital  
nº ..... , inscrição nº ..... , para o cargo de ..... , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ..... ,  
publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../ ..... /..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2019.  
Assinatura

**PORTARIA Nº 191/2019**

Publicação Nº 1923792

PORTARIA Nº 191 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019  
Nomeia Equipe Técnica.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art 1º Nomear os membros que constituirão a Equipe Técnica que subsidiará a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação instituída através de Decreto nº 231, de 06 de Setembro de 2016:

1. Fabiana Marchiori – Psicopedagoga - Matrícula nº 196
2. Ana Miria Marchi – Professora – Matrícula nº 1041
3. Graciéla Darós Piffer – Professora de Informática – Matrícula nº 197
4. Lilian Cristiani Fontanelli – Professora – Matrícula nº 1052
5. Rosimar Darós – Professora – Matrícula nº 185
6. Tamires Leite – Supervisora Escolar - Matrícula nº 7057

Art 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 21 de fevereiro de 2019  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada está presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 191/2019 "A"**

Publicação Nº 1924873

PORTARIA Nº 191/2019 "A"  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal GABRIELA FARIAS, matrícula nº 7923, do cargo de Professor - ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de fevereiro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 192/2019**

Publicação Nº 1923797

PORTARIA Nº 192/2019

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, FERNANDA PIAZZA DARÓS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, matrícula 7043, com efeitos a partir de 18 de Fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de fevereiro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 193/2019**

Publicação Nº 1924874

PORTARIA Nº 193/2019

Atribuir Exercício

LUIZ CARLOS ORSI, Secretário Municipal de Educação, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

Atribuir exercício na Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, ao Servidor Público Municipal, MIRIA TERESINHA CIPRIANI SPERANZINI, matrícula 6751, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em exercício na Creche Municipal Santo Antonin, com 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 25/02/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de fevereiro de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário de Administração e Finanças e Finanças

**PORTARIA Nº 194/2019**

Publicação Nº 1924875

PORTARIA Nº 194/2019

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal DENISE CADORIN, matrícula nº 7932, do cargo de Professor – ACT – Educação Física, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 25 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de fevereiro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. de Administração e Finanças



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 097 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923450

DECRETO N.º 097, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os membros abaixo descritos para comporem o Conselho Municipal de Educação:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:  
TITULAR – Teresinha Spilere Marangoni;  
SUPLENTE – Ivone Zocche.

II - Representante da Câmara Municipal de Vereadores:  
TITULAR – Edaltro Luiz Bortolotto;  
SUPLENTE – César Augusto Paseto.

III - Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:  
TITULAR – Simone Moro;  
SUPLENTE – Simone Freitas Paseto.

IV - Representante da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Escritório Municipal de Nova Veneza:  
TITULAR – Daniel Mendonça;  
SUPLENTE – Donato Lucietti.

V - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
TITULAR – Maristela Regina Vitali Cúnico;  
SUPLENTE – Fátima Maria Pessetti Paseto.

VI - Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino:  
TITULAR – Marlene Maria Romagna Cesa;  
SUPLENTE – Amilcar Marini.

VII - Representante das APPs - Associação de Pais e Professores:  
TITULAR – Scheila Arigoni Pizolo Mondardo;

SUPLENTE – Natiany Nuernberg.

VIII - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Veneza:  
TITULAR – Evandro Boaroli;  
SUPLENTE – Vivian Ghislandi Gava.

IX - Representante da Associação Feminina de Assistência Veneza - AFAVE:  
TITULAR – Sidnei Vitória Ghellere Frigo;  
SUPLENTE – Vera Rosana Rocha Spilere.

Art. 2º - Estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 54, de fevereiro de 2018.

Nova Veneza, SC, 01 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 098 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923596

DECRETO N.º 098, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 141.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018), em favor da Secretaria de Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 2.040 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 0750 (154) Aplicações Diretas  
..... R\$ 141.000,00

TOTAL: ..... R\$ 141.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 01 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 122 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923448

DECRETO N.º 122, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$650.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 2.024 Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 0737 (044) Aplicações Diretas  
..... R\$ 650.000,00

TOTAL: ..... R\$ 650.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 123 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923617

DECRETO N.º 123, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.000,00, POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018,

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), por conta da anulação de saldo de dotações orçamentárias (transposição), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.024: Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00 0720 (006) – Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.024: Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0720 (009) – Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 124 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1923454

DECRETO N.º 124, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

“NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei Municipal n.º 1.813, de 09 de março de 2007 e Lei Municipal n.º 1.933, de 12 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, para o mandato de 02 (dois) anos, conforme abaixo discriminados:

I – Um representante do Conselho Municipal de Educação:

TITULAR – Teresinha Spilere Marangoni;

SUPLENTE – Ivone Zocche.

II – Um representante do Conselho Tutelar:

TITULAR – Magna Candido Bett;

SUPLENTE – Luciana Rodrigues da Luz.

III – Um representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas:

TITULAR – Jussara Laide Sávio;

SUPLENTE – Lisiane Mondardo dos Santos.

IV – Um representante dos estudantes da Educação Básica:

TITULAR – José Henrique Duminelli Cardoso;

SUPLENTE – Alexandre Rodrigues Godoy Leal.

V – Um representante dos estudantes da Educação Básica Pública, indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

TITULAR – Eduarda de Bona de Boit;

SUPLANTE – Kailane Ribeiro Dorvalino.

VI - Dois representantes dos pais de Alunos da Educação Básica Pública:

TITULAR – Renata Panato Ronconi;

SUPLANTE – Aline Frassetto;

TITULAR – Scheila Arigoni Pizzolo Mondardo;

SUPLANTE – Jaqueline Antunes Gava.

VII- Um representante do Poder Executivo Municipal:

TITULAR – Josiane Bunn Onofre Macedo;

SUPLANTE – Mirian Gava Rufino.

VIII – Um representante do Poder Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente:

TITULAR – Soraia Aparecida dos Santos Bortolotto;

SUPLANTE – Bibiana Martins Marinho.

IX – Um representante dos professores da Educação Básica Pública:

TITULAR – Vanei Maia Nunes;

SUPLANTE – Audrie Costa Soccol.

X – Um representante dos servidores técnico administrativos das Escolas Básicas Públicas:

TITULAR – Elice Panato;

SUPLANTE – Milena Spilere Minatto.

Art. 2º - Estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 189, de 01 de março de 2017.

Nova Veneza, SC, 04 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de fevereiro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO N.º 127 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923452

DECRETO N.º 127, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DELEGA, À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A RESPONSABILIDADE PELA COORDENAÇÃO DAS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS AO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegado, à Secretaria Municipal de Assistência Social, a responsabilidade pelo gerenciamento da organização administrativa e patrimonial relativa ao Conselho Tutelar de Nova Veneza.

§ 1º – A responsabilidade de que trata o caput compreende, também, o controle de jornada de trabalho, bem como a fiscalização

pelo cumprimento da legislação específica, em especial a Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Verificada qualquer tipo de irregularidade, deverá a Secretaria comunicar a autoridade competente, mediante relatório circunstanciado, para a tomada das providências previstas em lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de fevereiro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO N.º 121, DE 04 FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923543

DECRETO N.º 121, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

“NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC, CRIADA PELA LEI MUNICIPAL N.º 2.343, DE 24 DE MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.343, de 24 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados, para a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, criada pela Lei Municipal n.º 2.343, de 24 de março de 2014, os seguintes membros:

I – Coordenador da COMDEC (Presidente):

a) SÉRGIO ALBERTO SPILERE.

II – Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) VILSON BARCHINSKI (Secretaria Municipal de Administração e Finanças);

b) TÚLIO AMBONI FIGUEIREDO (Secretaria Municipal de Saúde);

c) JANAINA BORDIGNON POLICARPI (Secretaria Municipal de Assistência Social);

d) TERESINHA SPILERE MARANGONI (Secretaria Municipal de Educação);

e) SÉRGIO RICARDO UGGIONI (Secretaria Municipal de Agricultura);

f) CARLOS TARCÍSIO MATHIAS (Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos);

g) CARLOS SAVI (Secretaria Municipal de Planejamento);

h) HÉRINTON SANDRINI (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo);

i) JULIANO DAL MOLIN (Fundação Municipal do Meio Ambiente).

III - Representantes da sociedade civil organizada indicados pelas seguintes entidades:

- a) ARLINDO DA SILVA (Poder Legislativo Municipal);
- b) FERNANDA SÁVIO OLIVEIRA (Câmara de Dirigentes Lojistas);
- c) LUIZ ANTÔNIO DAMIANI DESTRO (CASAN - Companhia Catari-nense de Água e Esgoto);
- d) CRISTIANE DE OLIVEIRA FREITAS (Assessoria de Imprensa);
- e) CARLOS CARDOSO FURTADO SOBRINHO (Polícia Civil);
- f) CELITA SALVARO (Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente);
- g) ANDREY CLAUDIO TEIXEIRA (Polícia Militar);
- h) JOÃO ROBERTO MELLER (Corpo de Bombeiros);
- i) KARINA SPILLERE REMOR (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais);
- j) VERA COLOMBO SPILERE (AFAVE - Associação Feminina de As-sistência Veneziana).

Art. 2º - Estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públi-cos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 390, de 28 de julho de 2017.

Nova Veneza, SC, 04 de fevereiro de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de fevereiro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LODEJANE ZANONI  
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019**

Publicação Nº 1924107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019

OBJETO: Locação de máquina retroescavadeira para auxiliar o pe-queno e médio produtor rural do município.

Abertura: à 8:30 horas do dia 12/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações

e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de se-gunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019**

Publicação Nº 1924097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019

OBJETO: Aquisição de mudas e insumos para o horto municipal, e sacas de aveia para o consumo animal e gado leiteiro.

Abertura: à 8:30 horas do dia 11/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de se-gunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019**

Publicação Nº 1924098

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

OBJETO: Aquisição de produtos de lavagem e limpeza para a frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Veneza.

Abertura: à 10:30 horas do dia 11/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de se-gunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019**

Publicação Nº 1924099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

OBJETO: Aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares do Município de Nova Veneza, para o ano de 2019.

Abertura: à 15:30 horas do dia 12/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019**

Publicação Nº 1924100

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019

OBJETO: Aquisição de produtos e materiais didáticos para uso nas Unidades Escolares do Município de Nova Veneza, para o ano de 2019.

Abertura: à 13:30 horas do dia 12/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019**

Publicação Nº 1924101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

OBJETO: Aquisição e mão de obra de serviços elétricos para frota da Secretaria

Municipal de Educação para o ano de 2019.

Abertura: à 10:30 horas do dia 12/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019**

Publicação Nº 1924103

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

OBJETO: Aquisição de notebooks, mesas escrivaninhas, balcão e cortinas para a Secretaria Municipal de Educação.

Abertura: à 9:30 horas do dia 12/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019**

Publicação Nº 1924108

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇO Nº 38/2019

OBJETO: Construção da cozinha, churrasqueira e sanitários do Centro Comunitário São Bonifácio.

Abertura: à 8:30 horas do dia 26/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019**

Publicação Nº 1924114

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

OBJETO: Aquisição de peças e serviços destinados aos veículos do  
Corpo de Bombeiros  
de Forquilha/SC.

Abertura: à 15:00 horas do dia 11/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações  
e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de se-  
gunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019**

Publicação Nº 1924118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

OBJETO: Contratação de serviço de borracharia e socorro de bor-  
racharia, para a frota  
a Secretaria Municipal de Educação, para o ano de 2019.

Abertura: à 13:30 horas do dia 11/03/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações  
e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de se-  
gunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 001/2019

Publicação Nº 1923535

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 001/2019  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 009/2018  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 19/02/2019  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA E PUERICULTURA E ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, COM CARGA HORÁRIA DE 04 HORAS SEMANAIS, SENDO 01 VEZ POR SEMANA EM TURNO A SER DEFINIDO,  
Contratada...: LARICE DA SILVEIRA FURRER  
Valor ..... :65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)  
Contratada...: CLINICA DE DIAGNÓSTICO LONGO E SCARIOTTI LTDA  
Valor ..... :65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

DATA: 19/02/2019 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 016/2018

Publicação Nº 1923616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/02/2019  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC  
CONTRATADO: CV TYRES EIRELI  
VALOR DA DESPESA: 13.250,00 (Treze mil duzentos e cinquenta reais)  
DATA: 18/02/2019- VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 026/2018

Publicação Nº 1923613

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/02/2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRATANTE: RECAPADORA MARRECA LTDA -EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.440,00 (Quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

DATA: 18/02/2019 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 031/2018

Publicação Nº 1923603

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/02/2019  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de uso de aplicativos de Gestão Pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e seus anexos.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
CONTRATANTE: BETHA SISTEMAS LTDA  
VALOR DA DESPESA: 2.827,00 (dois mil, oitocentos e vinte e sete reais).

DATA: 20.02.2019 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO 001-2019**

Publicação Nº 1924870

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

PROCESSO SELETIVO nº 001/2019

EDITAL Nº 001/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte- SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos, do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 410/2009 e nº 532 de 12 de novembro de 2015, e demais legislação aplicável, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA atender as necessidades de admissão temporária, se assim necessitar, sob o regime Celetista para Agente de Combate as Endemias, e regime especial de trabalho para Psicólogo, ambos filiados ao Regime Geral de Previdência Social, com a execução técnico-administrativa da empresa EPBAZI LTDA ME, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-á com a afixação no Quadro Mural da Prefeitura Municipal, e/ou seus extratos serão publicados em jornal de Circulação Regional e Diário Oficial dos Municípios. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos sites [www.epbazi.com.br](http://www.epbazi.com.br) e [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo.

**CAPÍTULO I - DOS CARGOS E VAGAS****1.1. DAS VAGAS:**

1.1.1. O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento em caráter temporário de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo.

Cargo	Carga horária semanal (H)	Vagas	Vencimento Base (R\$)	Habilitação	Valor da Inscrição R\$
Psicólogo (a)	20	01	1.867.98	Nível superior em Psicologia com Registro no Conselho	100,00
Agente de Combate a Endemias	40	01	1.196.15	Nível Fundamental e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.	80,00

1.1.2. O número de vagas especificadas para cada cargo acima é para chamamento no decorrer do prazo de validade deste processo, sendo que os demais candidatos classificados constarão na lista do cadastro de reserva.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

- 1.1.3. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação dentro do prazo de validade do mesmo que é de dois anos prorrogável por igual período, nos termos das Leis Municipais nºs 410/2009 e 532/2015.
- 1.1.4. A escolaridade exigida para a investidura nos cargos é a que consta no quadro do item 1.1.1 e na tabela do anexo I deste Edital. As atribuições são as constantes na legislação específica.

#### CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.2. Os Candidatos poderão se inscrever apenas para um cargo.

2.3. As inscrições serão somente pela Internet.

2.4. PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 25/02/2019 a 20/03/2019.

#### 2.5. DA INSCRIÇÃO:

2.5.1. As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 08h00min do dia 25 de fevereiro de 2019 até às 12h:00min (**MEIO DIA**) do dia 20 de março de 2019 pelo site [concursos.epbazi.com.br](http://concursos.epbazi.com.br).

2.5.2. A EPBAZI não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.5.3. O candidato (a) deverá acessar o site [concursos.epbazi.com.br](http://concursos.epbazi.com.br), ir na aba "Processo Seletivo Município de Novo Horizonte", baixar e **Ler atentamente o edital completo**, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, escolher o cargo pretendido e preencher o Requerimento de Inscrição;

2.5.3.1. Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

2.5.3.2. Gerar e imprimir o Boleto Bancário e o Requerimento de Inscrição.

2.5.3.3. Realizar o pagamento da taxa de inscrição, junto ao Banco de sua preferência **a partir do segundo dia útil** em que realizou a inscrição, até a data limite de 22/03/2019 em horário bancário.

**OBS: A EPBAZI e o Município de Novo Horizonte não se responsabilizam por pagamentos realizados após o prazo previsto, sendo que é inteira responsabilidade do candidato efetuar o pagamento na data prevista, pois, é somente dessa forma que garantirá a homologação de sua inscrição.**

2.5.3.3. Manter em seu poder o requerimento de inscrição e o comprovante de pagamento e apresentar, no dia da prova ao respectivo fiscal de sala se assim ele exigir.

2.5.4. Não serão aceitos pagamentos de inscrições após o dia 22/03/2019.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

2.5.5. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, de sua inscrição no valor estipulado neste Edital. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter a EPBAZI cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.5.6. Os candidatos que fizerem sua inscrição, interessados nas vagas para pessoas com deficiência, deverão verificar Capítulo próprio neste Edital, para encaminhamento de documentos necessários via sistema.

2.5.7. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador e impressora para acesso em dias úteis, no período das inscrições, na sede da Prefeitura: Rua José Fabro, 001, Centro Novo Horizonte – SC, para realizar inscrição.

2.5.7.1. O candidato que não possuir experiência em informática deverá estar acompanhado de uma pessoa de sua confiança para realizar a inscrição.

2.6. São requisitos para ingresso no serviço público, a serem apresentados quando da admissão:

a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;

c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;

d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);

e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme o disposto na tabela de cargos, na data da admissão;

g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;

h) Candidatos com deficiência – verificar Capítulo próprio, neste Edital.

2.6.1. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da ADMISSÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

#### **2.7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:**

2.7.1. Não serão aceitas inscrições ou envio de documentos: com falta de documentos, via postal, via fax, por e-mail, extemporâneas e/ou condicionais.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

2.7.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, sendo vedada a alteração de sua opção inicial de cargo/emprego após efetuar a mesma.

2.7.3. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.7.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não-identificáveis.

2.7.5. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, poderá não ter a prova corrigida e ser excluído do certame.

2.7.6. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF – Cadastro de Pessoa Física, regularizado.

2.7.7. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.

2.7.8. Ao efetivar sua inscrição, o candidato assume inteira responsabilidade por todas as informações constantes na ficha de inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento ou falta de informação.

2.7.9. Qualquer declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e tornarão nulos todos os atos decorrentes dessa inscrição, em qualquer época, podendo o candidato responder as consequências legais.

2.7.10. As inscrições deferidas ou indeferidas serão divulgadas no dia 26/03/2019.

#### 2.8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

2.8.1. Em 01/04/2019 será divulgado edital de homologação das inscrições e os locais de provas.

2.8.2. O candidato deverá acompanhar esse edital; bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada ou processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme determinado neste Edital.

2.8.3. Se mantida a não homologação ou o não processamento, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

2.8.4. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelos sites [concursos.epbazi.com.br](http://concursos.epbazi.com.br) e [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) ou ainda no Mural da Prefeitura Municipal.

#### 2.9 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

**2.9.1.** Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997 atualizada pelas Leis Estaduais 17.457 e 17.480 e nos casos de hipossuficiência econômica, nos termos da Lei Federal 13.656 de 30 de abril de 2019.

**2.9.2.** Os candidatos doadores de sangue, inscritos como doador de medula óssea e hipossuficientes deverão realizar sua inscrição até a data e hora limite constante no Cronograma procedendo da seguinte forma:

**2.9.3.** Após realizar a inscrição, o candidato deverá solicitar a condição via sistema do Processo na área do candidato, seguir os tramites solicitados escrevendo a condição de isenção;

**2.9.4.** Preencher o Anexo VIb do presente Edital, datá-lo e assiná-lo, digitalizar em modo .PDF (não serão aceitos outros formatos de arquivos) e enviar através da área do candidato até a data limite de 20/03/2019.

**2.9.5.** Anexar os comprovantes das doações;

OBS: TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER DIGITALIZADOS EM UM ÚNICO ARQUIVO.

**2.9.6.** Imprimir o comprovante de inscrição;

**2.9.7.** O Anexo VI devidamente preenchido, acompanhado dos comprovantes de doação ou da declaração de doador de medula, bem como, comprovante de inscrição, deverão ser enviados via área do candidato, até o dia **20/03/2019, sob pena de indeferimento da condição.**

**2.9.8.** Qualquer outra forma de entrega/envio dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será desconsiderada ou não recebida. O candidato que enviar dois ou mais pedidos, será considerado apenas o último enviado, e os outros serão desconsiderados.

**2.9.9.** O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferiores a três doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

**2.9.10.** Equipara-se como doador de sangue ou medula óssea a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação, tal situação deve ser devidamente comprovada.

**2.9.11.** Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por este Edital somente a doação de sangue ou medula promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC





## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

**2.9.12.** O candidato que requerer a isenção na condição de economicamente hipossuficiente deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico e deverá encaminhar via área do candidato declaração digitalizada (Anexo VIa) em formato .PDF, pelo responsável pelos cadastramentos no CadÚnico de seu município.

**2.9.13.** A declaração deverá ser encaminhada até o dia **20/02/2019**.

**2.9.14.** Os dados deverão ser informados mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional.

**2.9.15.** Para obter a isenção mencionada no item **2.9.12.** o candidato deverá junto com a declaração e a documentação comprovatória de hipossuficiência, anexar obrigatoriamente, o seu Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico, bem como declarar-se membro de família de baixa renda e ainda encaminhar a declaração solicitada no item **2.9.12**.

**2.9.16.** Será consultado o órgão gestor do CadÚnico a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.

#### CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal. A ordem de chamamento de candidatos inscritos na condição de PNE será para o melhor classificado a 20ª (vigésima) vaga a segunda a 40ª (quadragésima) ou obedecendo a sua classificação normal anterior a vigésima e a quadragésima, se for o caso.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “pessoas com deficiência”, bem como, deverá encaminhar, via sistema, na área do Candidato aba Recursos, até o dia 20/02/2019, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), digitalizado em PDF emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência;

b) Requerimento solicitando vaga especial digitalizado em PDF, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do Anexo V deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

#### CAPÍTULO IV - DAS PROVAS

##### 4.1. DAS PROVAS:

4.1.1. Para todos os cargos o Processo constará apenas de prova Objetiva.

4.1.3. As provas objetivas, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

4.2. Haverá nota de corte de 3,00 (quatro) pontos para classificação, sendo que será desclassificado o candidato que obtiver nota inferior a 3,00 (quatro) na prova objetiva.

4.2.1. Os horários de realização das provas objetivas e de títulos ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	07h45min
Início da prova de títulos	07h50min
Final da prova de títulos	08h20min
<b>Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.</b>	08h25min
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas  OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas e recebimento de títulos será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	08h30min

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

O tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 01 (uma) hora	09h30min
Final da prova escrita obrigatória entrega do cartão-resposta	11h30min

4.2.2. A prova objetiva será constituída de:

4.2.3. 20 (vinte) questões, cada uma delas com até 04 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 03 (três) horas.

4.2.4. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas a seguir:

Cargos	Tipo de prova	Disciplinas	Nº de questões/pontos	Peso de cada questão (pontos)	Total de pontos
Todos	Objetiva	Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais.	10	0,30	3,00
		Conhecimentos Específicos.	10	0,70	7,00
		<b>Total</b>			<b>10</b>

4.2.5. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do **anexo II** deste edital.

4.2.6. A Nota final para todos os cargos será a nota da prova escrita.

4.3. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão da mesma.

4.4. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.5. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade e comprovante de inscrição.

4.6. A critério da organizadora o comprovante de inscrição poderá ser dispensado.

4.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, mesmo que diplomas, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.8. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de inscrição. A critério da organização do Processo Seletivo, estes documentos poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

4.9. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

4.10. No local de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e entrar ou permanecer com armas ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho eletrônico deverá depositá-lo na Coordenação, exceto no caso de telefone celular que deverá ser desligado e deverá ser depositado junto à mesa de fiscalização até o final das provas. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

4.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo da prova da candidata.

4.12. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- b) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- c) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- d) recusar-se a entregar o cartão resposta ao término do tempo destinado a realização da prova;
- e) Comparecer em visível estado de embriaguez nos locais das provas.

4.13. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.14. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

4.15. Será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização da prova, desde que estejam em embalagens transparentes e sem rótulo, os quais serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.16. Durante a realização das provas, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa, documento de Identidade, e uma garrafa de água transparente e sem rótulo e/ou embalagem com alimento sem identificação e transparente. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

4.17. A Prova Objetiva será aplicada em **07/04/2019**, em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

4.18. O Município reserva-se o direito de indicar nova data para a realização das Provas, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação na imprensa oficial, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da realização das mesmas.

4.19. Os programas da prova objetiva de cada cargo são os constantes no Anexo II do presente Edital.

4.19.1. Em todas as provas, quando da citação de legislação ou normas técnicas, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até o último dia das inscrições.

4.19.2. As leis indicadas nas referências bibliográficas poderão ser usadas em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.

4.20. O tempo de duração da prova objetiva será de até 03 horas.

4.21. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 30(trinta) minutos aos locais das provas, munidos de caneta esferográfica transparente azul ou preta de ponta grossa.

4.22. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 01 (uma) hora contada do seu efetivo início.

4.23. Durante as provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

4.24. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do presente Processo, a EPBAZI poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

4.25. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

4.26. O CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para a correção da prova. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado no local apropriado. É obrigação do candidato conferir seus dados no cartão de respostas e assinar no local indicado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.

4.27. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

4.28. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

4.29. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, o cartão de respostas, sendo que o caderno de questões poderá levar consigo.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

4.30. A prova padrão ficará disponível para consulta online no período de recursos.

4.31. Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais para o lacre dos envelopes.

#### CAPÍTULO V - DOS RECURSOS

5.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
- b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
- c) Aos resultados preliminares do Processo Seletivo.

5.2. Todos os recursos deverão ser interpostos conforme o cronograma, a contar da divulgação por edital, de cada evento.

5.3. Os recursos deverão ser enviados digitalizados via área do candidato, no prazo estipulado no item 5.2 deste Edital. O modelo de formulário de recursos encontra-se anexo III deste Edital.

5.3.1. Para enviar o recurso o candidato deverá acessar a “Área do Candidato” preencher o formulário *online* com os devidos dados, preencher, assinar, digitalizar em “.pdf” e anexar *online* o formulário preenchido constante no anexo III deste Edital.

5.3.1. Não serão aceitos recursos enviados de outras formas senão *online*. Os candidatos que obtiverem dúvidas quanto ao envio de recursos poderão entrar em contato com a empresa organizadora por telefone fixo ou móvel constantes no site <http://concursos.epbazi.com.br>.

5.3.2. Não serão recebidos arquivos de recursos em formatos de foto (jpg, gif, etc) editor de textos, pois, se torna impossível sua visualização e transferência do banco de dados da organizadora para o Município.

5.4. Para cada questionamento deverá ser utilizado um formulário, com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, no qual deve ser circunstanciada exposição a respeito das questões e pontos para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deverá ser atribuído maior grau ou número de pontos, bem como as razões do pedido de revisão e o total dos pontos pleiteados.

5.5. Não se conhecerão os recursos que não contenham os dados dos itens 5.3 e seus subitens e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.

5.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou e-mail ou em desacordo com este Edital.

5.7. Em caso de haver questões que possam vir a serem anuladas por decisão da Banca Executora do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.

5.8. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC





## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

5.9. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo. Os recursos que não estejam com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, não serão aceitos.

5.10. Os recursos serão analisados individualmente, porém as respostas poderão ser divulgadas por questão e não direcionadas a cada candidato.

5.11. A EPBAZI não se responsabiliza por recurso não recebido por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão dos documentos solicitados.

#### **CAPÍTULO VI - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

6.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será a nota da prova objetiva, conforme o número de acertos.

6.2. A classificação final do Processo Seletivo será publicada por edital, apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

6.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:

6.3.1. Para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso, este terá preferência pela maior idade.

6.3.2. Persistindo o empate, será mais bem classificado o candidato que obtiver maior número de acertos nas questões específicas, persistindo ainda, o candidato de maior idade. E se assim persistir empatados, será efetuado sorteio.

#### **CAPÍTULO VII - DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

7.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

7.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Município de Novo Horizonte/SC.

7.3. A publicação da convocação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao Mural da Prefeitura Municipal e, paralelamente, no site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

7.4. Os candidatos convocados para admissão em caráter temporário terão o prazo improrrogável de 05 (dez) dias, contados da data da publicação do Edital de Convocação, para se apresentarem junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a fim de cumprirem com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

7.4.1. O candidato chamado para assumir a vaga de servidor efetivo em licença menor que 60 (sessenta) dias, voltará a ocupar a sua classificação conforme lista dos aprovados.

7.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento uma só vez.

7.6. O presente processo seletivo terá vigência para dois anos, com possibilidade de prorrogação para igual período nos termos da legislação aplicável citada no início deste edital.

7.7. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de convocação, a admissão no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:

a) A documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.6 deste Edital acompanhada de fotocópia;

b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;

c) Cédula de Identidade;

d) CPF em situação regular perante a Receita Federal;

e) PIS/PASEP;

f) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;

g) Certificado de Quitação Militar (para os do sexo masculino);

h) Certidão de Nascimento e CPF dos dependentes;

i) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso de viúvo(a));

j) Carteira de Trabalho;

k) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC e curso específico ou registro no conselho conforme o caso.

l) Declaração de não acúmulo de cargo (conforme modelo disponibilizado pelo Setor de RH do Município), nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

m) Uma foto 3x4, recente;

n) Declaração de bens;

o) Demais documentos exigidos no Departamento de Pessoal cuja lista será entregue aos candidatos no ato da convocação.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

7.8. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da admissão, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

7.9. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

#### **VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. A inexistência das informações falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

8.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo, em conjunto com a EPBAZI LTDA.

8.3. Fazem parte do presente Edital:

- a) Anexo I, escolaridade dos cargos;
- b) Anexo II, conteúdo programático das provas;
- c) Anexo III, Modelo de Requerimento;
- d) Anexo IV, cronograma do processo;
- d) Anexo V, requerimento - pessoas com deficiência;
- e) Anexo VIa, Declaração de doador de sangue ou medula;
- f) Anexo VIb, Declaração de hipossuficiência.

Novo Horizonte- SC, 21 de fevereiro de 2019.

**VANDERLEI SANAGIOTTO**  
Prefeito Municipal

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

### ANEXO I – ATRIBUIÇÕES Processo Seletivo nº 001/2019

Cargo	Atribuições
Agente de Combate a Endemias	<p>O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.</p> <p>São consideradas atividades do Agente de Combate às Endemias, na sua área de atuação:</p> <p>I - realizar levantamento de índices de densidade larvária;</p> <p>II - orientar o morador ou responsável por estabelecimento comercial ou industrial sobre como evitar criadouros de <i>aedes aegypti</i> em sua casa ou estabelecimento;</p> <p>III - realizar controle mecânico de criadouros (casa a casa), através de remoção, destruição, mudanças de posição ou de localização desses criadouros, com a ajuda do morador;</p> <p>IV - realizar controle químico através de aplicação de larvicida (tratamento focal) nas situações em que as medidas de controle mecânico não sejam suficientes para eliminar todos os criadouros potenciais existentes;</p> <p>V - participar da avaliação dos resultados;</p> <p>VI - executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e grupo ocupacional.</p>
Psicólogo (a)	<p>Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades; participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada; executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas; atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos; participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação; participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos; atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços; participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.</p>

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

### ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

Processo Seletivo nº 001/2019

#### 1 - CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL

##### 1.1. Conhecimentos Gerais

1.1.1. NOVO HORIZONTE: a) Histórico; b) Aspectos econômicos; c) Aspectos geográficos. Referências Bibliográficas: - [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

**1.2. LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e interpretação de textos. Gêneros e tipos textuais. Níveis de linguagem. As funções da linguagem: Significação das palavras. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação. Sintaxe: termos essenciais da oração. Termos integrantes da oração. Termos acessórios da oração. Período composto e as orações coordenadas. As orações subordinadas.

**1.3. MATEMÁTICA:** Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; Medidas de tempo.

##### 1.4. Conhecimentos Específicos

#### AGENTE DE COMBATE A EDEMIAS

Constituição Federal 1988 – Da Ordem Social; Seção II; da Saúde. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200; Seres vivos de importância sanitária e seu controle: vírus, bactérias, algas, fungos, protozoários, vermes, artrópodes, roedores. Problemas de saúde pública: causas, consequências, soluções. Hidrologia: ciclo hidrológico, caracterização da água, uso múltiplo da água, qualidade da água, sistema de abastecimento de água. Sistema de esgoto e limpeza pública: sistema de esgoto, resíduos sólidos. Controle de qualidade ambiental: poluição, impacto ambiental, ecossistema, ecologia. Etiologia, ciclo de transmissão, prevenção e controle das seguintes doenças: raiva, dengue, malária, doença de chagas, leptospirose, esquistossomose. Noções básicas de Saneamento Ambiental e Epidemiológica. Noções básicas de saneamento básico. Dengue, Febre Amarela; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores; Diretrizes básicas para controle vetorial; Atividades preconizadas; Métodos de controle vetorial; Ações do controle vetorial; Equipamentos utilizados no controle vetorial; Operacionalização do controle vetorial; Ações da vigilância sanitária no controle de vetores. Esquistossomose e Doença de Chagas; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores. Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Febre Amarela, Zoonoses, Imunização, Leishmaniose, Leptospirose, Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Vigilância Sanitária na área de alimentos, Hantavirose, Hepatites, Controle Qualidade da Água, Controle Qualidade da Água, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário. Doenças veiculadas pela água e alimentos. Ações de Educação e Vigilância à Saúde. Atribuições do cargo.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

#### 2. CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

##### 2.1. Conhecimentos Gerais

História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, setores: primário, secundário e terciário.

**2.2. LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e interpretação de textos. Gêneros e tipos textuais. Níveis de linguagem. As funções da linguagem: Coesão e coerência. Intertextualidade. Significação das palavras. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação. Sintaxe: termos essenciais da oração. Termos integrantes da oração. Termos acessórios da oração. Período composto e as orações coordenadas. As orações subordinadas.

**2.3. MATEMÁTICA: NÚMEROS E ÁLGEBRA:** números reais, números complexos, sistemas lineares, matrizes e determinantes, progressão aritmética, progressão geométrica. Polinômios. Equações e inequações. Exponenciais, logarítmicas e modulares. Grandezas e medidas: medidas de área, medidas de volume, medidas de informática, medidas de energia, trigonometria. Funções: função afim, função quadrática, função polinomial, função exponencial, função logarítmica, função trigonométrica, função modular. Geometrias: geometria plana, geometria espacial. Tratamento da informação: análise combinatória, estudo das probabilidades, estatística, matemática financeira.

##### 2.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

###### PSICÓLOGO (A).

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde – O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como “Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. SUS, ESF, SUAS e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC







**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

**ANEXO IV - Cronograma do Processo**

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019

<b>EVENTO</b>	<b>Data</b>
Publicação da íntegra do Edital	22/02/2019
Prazo para impugnação das disposições editalícias	22/02 a 02/03/2019
Período de inscrições exclusivamente via internet	25/02 a 20/03/2019 até 12h00min
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição.	22/03/2019 Em horário bancário
Prazo final para entrega do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de deficiência física e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz e para envio da documentação para isenção da inscrição.	20/03/2019
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	26/03/2019
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições.	26 a 28/03/2019
Publicação dos locais de realização das provas e homologação definitiva das inscrições.	01/04/2019
<b>Aplicação da prova escrita objetiva</b>	<b>07/04/2019</b>
Divulgação do gabarito preliminar e do caderno da prova objetiva escrita	07/04/2019 a partir das 18h00min
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	07 a 09/04/2019
Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva escrita e do Julgamento dos recursos	16/04/2019
Divulgação da classificação preliminar das provas.	17/04/2019
Recursos contra a classificação preliminar das provas	17 a 19/04/2019
Divulgação e Homologação da classificação final das provas	22/04/2019

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

**ANEXO V - REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

Nome do candidato: \_\_\_\_\_ Nº da inscrição: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_ Vem REQUERER vaga especial como  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no  
laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_ (OBS: Não serão  
considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo  
miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou  
não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova  
necessário e/ou tratamento especial)

---

---

---

---

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura

OBS: ESTE FORMULÁRIO PODERÁ SER SUBSTITUÍDO POR FORMULÁRIO ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO NO  
SITE.

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

Anexo VIa

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

Eu ( \_\_\_\_\_ ), registrado no número de RG: \_\_\_\_\_, e no número de CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à (Endereço Completo do Declarante), inscrito no Processo Seletivo - SC nº 01/2019 do Município de Novo Horizonte, (número de inscrição), para o cargo (cargo em que se inscreveu), telefone (inserir número do telefone), celular (inserir número do telefone celular se houver), declaro para os devidos fins ser hipossuficiente financeiramente não tendo condições de pagar o valor da inscrição previsto para este Concurso Público, tenho ciência de que a declaração em falso acarretará em crime previsto no Código Penal Brasileiro.

Tenho ciência de que esta declaração com todos os documentos que a instruem devem ser encaminhados digitalizados em formato .pdf via área do candidato até o dia **20/03/2019** no site da empresa EPBAZI.

Para comprovar a situação de hipossuficiência apresento os seguintes documentos:

---

---

---

---

Nestes termos, solicito o recebimento desta declaração com os documentos comprobatórios da situação descrita.

P. Deferimento.

Novo Horizonte/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO (nome, RG e CPF) DO RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS  
NO CADÚNICO DO MUNICÍPIO QUE O CANDIDATO RESIDE.

---

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

**ANEXO Vlb**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOADOR DE SANGUE**

Eu (Nome Completo do Declarante), registrado no número de RG: \_\_\_\_\_, e no número de CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à (Endereço Completo do Declarante), inscrito no Processo Seletivo - SC nº 001/2019 do Município de Novo Horizonte SC, (número de inscrição), para o cargo (cargo em que se inscreveu), telefone (inserir número do telefone), celular (inserir número do telefone celular se houver), declaro para os devidos fins ser doador de sangue conforme requisitos previsto no Edital de Concurso Público, tenho ciência de que a declaração em falso acarretará em crime previsto no Código Penal Brasileiro. Tenho ciência de que a declaração com todos os documentos que a instruem devem ser digitalizados em formato .pdf e enviados via área do candidato até o final do prazo de inscrição do Concurso Público. Para comprovar a situação de Doador de Sangue apresento os seguintes documentos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (verificar requisitos e documentos previstos no Edital) Nestes termos, solicito o recebimento desta declaração com os documentos comprobatórios da situação descrita.

Solicito Deferimento.

Local e data

\_\_\_\_\_

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA 18-02-2019**

Publicação Nº 1923949

Ata da 1ª (primeira) Reunião Ordinária da 03ª (terceira) Sessão Legislativa, da 7ª (sétima) Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC. No dia 18 (dezoito) do mês de fevereiro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 19:30h (dezenove e trinta horas), com a ausência do vereador José Antonio Somariva Daniel e a presença dos demais vereadores, foi aberta a Sessão presidida pelo Senhor Vereador Sérgio Sanagiotto, que inicialmente cumprimentou o vereador Lucimar Viero que retoma como vereador titular, apresentou a nova equipe dos servidores do legislativo, após dispensou a leitura da ata da sessão anterior, pois a mesma já foi lida, aprovada e rubricada pela mesa diretora na sessão anterior. Informou aos Líderes das Bancadas Partidárias que se houvesse alteração de líderes os mesmos deverão ser indicados a mesa através de ofício. Na sequência, o Presidente da mesa consultou o Plenário quanto a formação das Comissões Permanentes para o Biênio 2019/2020, as quais, por manifestação unânime dos Vereadores presentes, restaram assim constituídas: Comissão de Legislação, Justiça e Redação : Presidente: Roberto Antunes de Lima, PP. Vice-presidente: Jose Antônio Somariva Daniel, PT. Membro: Jocemar Bottim, PT. Comissão de Finanças e Orçamento: Presidente: Cleonir José de Lima, PSD. Vice-presidente: Lucimar Viero, PP. Membro: José Denez, PT. Comissão de Obras Públicas e Outras Atividades : Presidente: Jocemar Bottim, PT. Vice-presidente: Mercim Moschen de Macedo, PSB. Membro: Roberto Antunes de Lima, PP. Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social: Presidente: José Denez, PT. Vice-presidente: Nazareno Lorenzi Nunes, PP. Membro: Lucimar Viero, PP. Comissão de Meio Ambiente, Urbano e Rural: Presidente: Mercim Moschen de Macedo, PSB. Vice-presidente: José Antonio Somariva Daniel, PT. Membro: Cleonir José de Lima, PSD. Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que as matérias que darão entrada na pauta serão recebidas até às 15h:00 hrs do dia anterior a reunião, onde esse horário servirá tanto para vereadores como para o poder executivo. No Expediente apresentado pelo Executivo: tivemos o ofício contabilidade nº001/2019, ofício da SAF nº009/2019 que encaminhou o projeto de lei nº001/2019 e a mensagem e ofício contabilidade nº006/2019 e 007/2019. No Expediente apresentado pelos Vereadores: Não tivemos matéria. No Expediente do Legislativo: tivemos os ofícios DGI/SE/MI nº1747/2018, GIGOVCH nº0203/2019 e GIGOVCH nº0232/2019, Resolução nº082/2019 e Projeto de Lei Complementar nº001/2019. No Expediente recebido de Diversos: Tivemos o e-mail de convocação da XXII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios e o Convite da Conferência do CMI. Nos Temas Livres: tivemos 4 (quatro) vereadores inscritos. O vereador Sr. Cleonir José de Lima inicialmente desejou as boas vindas a nova mesa diretora e aos novos servidores, aos vereadores, vereadoras, e demais pessoas presentes, expôs a ideia que pretende colocar em prática no próximo ano que será de reduzir os salários dos vereadores igual ao dos servidores dos serviços gerais, ou igualar o salário dos servidores dos serviços gerais ao dos vereadores, falou também que alguns servidores do executivo ganharam cestas de natal e outros não para prefeito rever isso e para finalizar falou que os projetos que forem encaminhados para a sua comissão que seja encaminhados com tempo hábil para poder ser analisados e fazer os pareceres, não havendo mais nada à tratar agradeceu o espaço e encerrou suas colocações. O vereador Sr. Lucimar Viero inicialmente cumprimentou o presidente da câmara, vereadores, vereadoras, funcionários da câmara e demais pessoas falou de sua volta como vereador titular após dois anos de trabalhos no executivo, fez um resumo dos trabalhos realizados como secretário comentou dos equipamentos adquiridos, dos comandos que foram colocados em equipamentos para dar mais melhoria e segurança aos trabalhos, falou dos equipamentos novos que chegaram entre eles a máquina de feno que foi uma indicação da Bancada e de uma máquina que ganharam sem precisar dar a contra- partida tudo para auxiliar e trazer melhorias para o município o aos municípios fez também um pedido aos vereadores e vereadora para que façam visitas as secretarias acompanhe mais de perto os serviços prestados por elas, não havendo mais nada à tratar agradeceu o espaço e encerrou suas colocações. O vereador Sr. Jocemar Bottim inicialmente cumprimentou a todos e em nome da bancada desejou as boas vindas ao novo presidente e a sua equipe de trabalho e ao vereador Lucimar Viero que retoma a casa e aos demais vereadores e vereadora e as pessoas presentes, comentou sobre as colocações do vereador Lucimar Viero sobre as máquinas adquiridas, principalmente a máquina de feno, que foi numa indicação de sua Bancada juntamente com a vereadora Mercim, que tudo é para o bem do município e dos municípios não havendo mais nada a tratar agradeceu o espaço e encerrou suas colocações. A vereadora Sra. Mercim Moschen de Macedo inicialmente desejou as boas vindas ao novo presidente e a sua equipe de trabalho cumprimentou os vereadores e demais pessoas presentes falou que trabalharemos em equipe, com diálogo, entendimento fazendo o melhor para o município. Agradeceu as autoridades e funcionários que se fizeram presentes no dia da inauguração do consultório odontológico de sua filha Renata de Macedo neste município e convidou os demais para fazer uma visita, não havendo mais nada à tratar agradeceu o espaço e encerrou suas colocações. Na Ordem do Dia: Não tivemos matéria. O presidente comunicou que na próxima reunião serão discutidos e votados o Projeto de Lei nº. 001/2019 de autoria do Executivo Municipal e o Projeto de Lei Complementar nº001/2019 de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Legislativa, solicitando para as Comissões Permanentes responsáveis pela matéria que confeccionem os respectivos pareceres. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e convocou-os para a próxima Reunião Ordinária que será no dia 28 de Fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove) às 19h00hrs, neste mesmo local, e declarou encerrada a Sessão. Para constar foi lavrada a Presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada pela mesa diretora.

Sérgio Sanagiotto  
Presidente

Cleonir José de Lima Nazareno  
1º Secretário

Lorenzo Nunes  
2º Secretário

**PORTARIA 06-2019**

Publicação Nº 1924784

PORTARIA Nº. 06, de 29 de janeiro de 2019.

Nomeia, Servidora Pública para ocupar cargo em comissão da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

SÉRGIO SANAGIOTTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a) e com base no artigo 8º inciso II, § 01º da Lei complementar Nº. 037/2009, de 05/01/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ELENICE DE FATIMA PEREIRA para exercer cargo comissionado de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de



Vereadores, Nível CC-2. á partir da data da expedição do seu termo de posse que se dará após a expedição de parecer pelo Controle Interno Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 29/01/2019.

SÉRGIO SANAGIOTTO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

## **PORTARIA 07-2019**

Publicação Nº 1924791

PORTARIA Nº. 07, de 29 de janeiro de 2019.

Nomeia, Servidor Público para ocupar cargo em comissão da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

SÉRGIO SANAGIOTTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a) e com base no artigo 8º inciso II, § 01º da Lei complementar Nº. 037/2009, de 05/01/2009;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, ANDERSON BARZAN para exercer cargo comissionado de Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Vereadores, Nível CC-2. á partir da data da expedição do seu termo de posse que se dará após a expedição de parecer pelo Controle Interno Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 29/01/2019.

SÉRGIO SANAGIOTTO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Orleans

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO

Publicação Nº 1924916

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018, mediante o qual fica CONVOCADADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 002/2018, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2018 (disponível no sítio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2018, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
DEIVID MEDEIROS DAMASIO	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	40 H

Orleans, 22 de fevereiro de 2019.  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

### CHAMAMENTO

Publicação Nº 1923509

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sítio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
Fabiola Antunes Martins	Médico da Saúde da Família	40 h
Ednara Nunes da Silva	Médico da Saúde da Família	40 h

Orleans, 22 de fevereiro de 2019.  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

### PROCESSO Nº 35/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1924571

PROCESSO Nº 35/2019  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 13/2019 REGISTRO DE PREÇOS  
Tipo: Menor Preço por item  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E DEMAIS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO.  
Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 14/03/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 15/03/2019, às 13h45min.  
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 22 de Fevereiro de 2019.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 36/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1924650

PROCESSO Nº 36/2019  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 14/2019 REGISTRO DE PREÇO  
Tipo: Menor Preço por item  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADA, LAJOTAS 16 FACES, MEIO FIO, PISOS, AZULEJOS, TIJOLOS CALHAS DE ALUMÍNIO E MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS SC  
Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 15/03/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 18/03/2019, às 08h15min.  
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 22 de Fevereiro de 2019.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## INSTITUO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

### PORTARIA 02/2019

Publicação Nº 1924128

PORTARIA Nº 02/2019

#### CESSAÇÃO DE BENEFÍCIO POR MORTE DO DEPENDENTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CESSAR O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido BERNARDINO SANTANA CHAVES, RG nº 1.754.611 e CPF nº 443.255.179-87, concedido em 10/12/2018 através da Portaria nº 50/2018 à sua dependente HENEDINA DA LUZ CHAVES, na qualidade de esposa, RG nº 3.240.152 e CPF nº 898.418.089-00, tendo em vista o óbito ocorrido em 25/01/2019, conforme certidão de óbito matrícula nº 15032601552019400006232000232625.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 22 de Fevereiro de 2019.

GILBERTO CARLOS RODRIGUES

PRESIDENTE DO IPAM

# Paial

## PREFEITURA

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019 PREGÃO PRESENCIAL 010/2019

Publicação Nº 1923651

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019  
MUNICIPIO DE PAIAL.

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 11 DE MARÇO DE 2019 às 14 horas.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Veículo para uso na Agricultura e seus departamentos.

. As propostas serão recebidas até às 13h 45 min do dia 11 DE MARÇO DE 2019. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045.

Paial - SC, 19 de Fevereiro de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### ABERTURA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL 003/SME/2019

Publicação Nº 1924148

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA (SC)  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO  
EDITAL 003/SME/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que a partir do dia 25 de fevereiro de 2019 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público – Edital 003/SME/2019, para contratação, em caráter temporário, para o ano de 2019.

Período de Inscrição: 25 de fevereiro a 15 de março de 2019.  
Taxa de Inscrição: Professores - R\$ 80,00  
Maiores informações: site [www.educacao2019.palhoca.ieses.org](http://www.educacao2019.palhoca.ieses.org)

Palhoça (SC), 22 de fevereiro de 2019.  
Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito de Palhoça

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### AVISO DE ERRATA 01/2019 DO PREGÃO 14/20198

Publicação Nº 1924406

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório no seu anexo I Termo de Referência (inclusão do subitem 6.8.), continuando aprazado para o dia 12/03/2019, às 14h00min, a entrega e abertura dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 14/2019, pois as alterações feitas não irão interferir nas propostas e documentações dos licitantes. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 22 de fevereiro de 2019. O PREGOEIRO.

### CHAMADA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 004/2015 E 001/2015

Publicação Nº 1924577

Solicito comparecimento no dia 01 de março de 2019, às 14:00 horas, no Auditório no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça, Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani I, Palhoça/SC, - CEP 88132-256. Informo ainda que será feito a escolha de vagas de acordo com a classificação de cada candidato.

PALHOÇA 18/02/2019	COMPAREC.01/03/2019	EDITAL	CLASS
RUTH IMMICH STEINBACH	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	25
ZORAIDE LUCIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	26
KARIN GUENTHER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	27
LUCIANE CRISTINA DA SILVEIRA CASCAES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	28
TAYNARA DE FARIAS LEHMKUHL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	29
DANIELLE FERREIRA DE ARAUJO	ASSISTENTE SOCIAL	001/2015	25

Michelle Silveira Volpato Ribeiro  
DIRETORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

**LEI Nº 4.708, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924802

LEI Nº 4.708, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba "Nação Guarani".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba "Nação Guarani", inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.756.565/0001-08, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicado no desfile de carnaval de 2019 no Grupo Especial do Carnaval de Florianópolis, organizado pela Liga das Escolas de Samba de Florianópolis - LIESF, como representante do Município de Palhoça, bem como efetuar um desfile no Município de Palhoça.

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 34 Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça  
Unidade: 01 Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça  
1117 - Carnaval nas Praias e Bairros  
3.3.50.00.00.00.00.00.000000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de fevereiro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**PORTARIA 11/2019**

Publicação Nº 1923501

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 11/2019

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar n. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES mat. 129563, para substituir a servidora RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290, para atuar na Sindicância n. 2860/2017 sob Portaria n. 03/2018

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 22 fevereiro de 2019

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA N. 003/SMF, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924499

(Portaria n. 003, de 22 de fevereiro de 2019).

PORTARIA N. 003/SMF, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

PRORROGA, EXCEPCIONALMENTE, O PRAZO DE PAGAMENTO.

O Secretário Municipal da Fazenda, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, excepcionalmente, o pagamento da TFF – Taxa de Fiscalização e Funcionamento prevista no art. 95 da Lei Complementar 018/2002 (Código Tributário Municipal) até o dia 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Portaria aplica-se somente aos Arquitetos e Engenheiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 22 de fevereiro de 2019.

Isnardo Luís Brant

Secretário Municipal da Fazenda

**PORTARIA Nº. 0261/2019**

Publicação Nº 1924539

PORTARIA Nº. 0261/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA JOELMA DIAS, matrícula nº. 801743-12, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 05/02/2019, de acordo com às folhas 20.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 0262/2019**

Publicação Nº 1924542

PORTARIA Nº. 0262/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA LUCIA SOARES matrícula nº. 801458-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 05/02/2019, de acordo com às folhas 17.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0263/2019**

Publicação Nº 1924544

PORTARIA Nº. 0263/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LUCÉLIA APARECIDA POSTAI BARCELOS matrícula nº. 300116-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 05/02/2012, de acordo com às folhas 14.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0264/2019**

Publicação Nº 1924545

PORTARIA Nº. 0264/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ALEXANDRE EDUARDO MARTINS, titular do cargo de Motorista, Matrícula nº. 3761772-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0265/2019**

Publicação Nº 1924546

PORTARIA Nº. 0265/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO TIAGO DE MATHIA FIRMINO, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2018, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/02/2019 a 14/02/2020.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0266/2019**

Publicação Nº 1924547

PORTARIA Nº. 0266/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANY OSÓRIO DA CUNHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração

Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2019 a 01/02/2020.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.  
ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0267/2019**

Publicação Nº 1924548

PORTARIA Nº. 0267/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ROSIMA CILEZIA NACK, Matrícula nº. 800102-1, ocupante da categoria funcional de Agente Administração Auxiliar, removida para EB Nossa Senhora de Fátima da Secretaria de Educação do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/02/2019.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0268/2019**

Publicação Nº 1924549

PORTARIA Nº. 0268/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO GIUCELLI LUCIMARA FURTADO, titular do cargo de Monitor, Matrícula nº. 802428-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0269/2019**

Publicação Nº 1924551

PORTARIA Nº. 0269/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIVANIR CANDIDO VELOSO FAGUNDES, Matrícula nº. 100451-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0270/2019**

Publicação Nº 1924553

PORTARIA Nº. 0270/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALEXANDRE EDUARDO MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2019 a 02/02/2020.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0271/2019**

Publicação Nº 1924554

PORTARIA Nº. 0271/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BIANCA ZACCHI DE LIMA, matrícula nº. 800805-1, titular do cargo de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente

ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 01 (um) mês, a contar de 04/02/2019 a 04/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0272/2019**

Publicação Nº 1924555

PORTARIA Nº. 0272/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA MENEGARO DE VARGAS, matrícula nº. 802362-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/08/2012 a 01/08/2017, por 01 (um) mês, a contar de 04/02/2019 à 04/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0273/2019**

Publicação Nº 1924557

PORTARIA Nº. 0273/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA MARIA DE SOUZA DE CASTRO, matrícula nº. 190058-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 02 (dois) meses, a contar de 18/02/2019 a 18/04/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0274/2019**

Publicação Nº 1924558

PORTARIA Nº. 0274/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA APARECIDA DA SILVA, matrícula nº. 801589-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 16/12/2016, por 03 (três) meses, a contar de 11/02/2019 a 11/05/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0275/2019**

Publicação Nº 1924559

PORTARIA Nº. 0275/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSI ZULMA MARTINS DE ANDRADE, matrícula nº. 800296-2, titular do cargo de Professor da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 28/03/2010 a 28/03/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/02/2019 a 18/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0276/2019**

Publicação Nº 1924560

PORTARIA Nº. 0276/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SHIRLEY PERES KNABBEN DA SILVA, matrícula nº. 800235-2, titular do cargo de Professor séries/anos iniciais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da

Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 30/03/2009 a 30/03/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/02/2019 a 04/05/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0277/2019**

Publicação Nº 1924561

PORTARIA Nº. 0277/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA LUCIA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800801-1, titular do cargo de Professor da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/02/2019 a 04/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0278/2019**

Publicação Nº 1924563

PORTARIA Nº. 0278/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSINEI MARIA MARTINS, matrícula nº. 120168-1, titular do cargo de Professor séries/anos iniciais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 20/08/2011 a 20/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/02/2019 a 04/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0279/2019**

Publicação Nº 1924565

PORTARIA Nº. 0279/2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUZY CONCEIÇÃO MARQUES, matrícula nº. 100626-3, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/09/2013 a 17/09/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/03/2019 à 06/04/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI  
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0280/2019**

Publicação Nº 1924572

PORTARIA Nº. 0280/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RICARDO LUCIANO SCHMITT NEVES, matrícula nº. 300168-2, titular do cargo de Administrador, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 24/05/2010 a 24/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/02/2019 a 11/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0281/2019**

Publicação Nº 1924574

PORTARIA Nº. 0281/2019.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RICARDO VALCI RAMOS,



matrícula nº. 500376-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/01/2013 a 02/05/2018, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/02/2019 a 05/05/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0282/2019**

Publicação Nº 1924575

PORTARIA Nº. 0282/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDELIZ COMIN, matrícula nº. 100582-1, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 30/04/2013 a 28/08/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/03/2019 a 07/04/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0283/2019**

Publicação Nº 1924580

PORTARIA Nº. 0283/2019.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADENIR JOÃO CRISTIANO, matrícula nº. 500327-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 06/08/2004 a 06/08/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/02/2019 a 06/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0284/2019**

Publicação Nº 1924614

PORTARIA Nº. 0284/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

RECONDUZIR DIVANIR CANDIDO VELOSO FAGUNDES, ao cargo da categoria funcional de Pedagogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo nº. 66, da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo 206/2019, com efeitos a contar de 11/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 0285/2019**

Publicação Nº 1924616

PORTARIA Nº. 0285/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

RECONDUZIR GIUCELLI LUCIMARA FURTADO, ao cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo nº. 66, da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo 206/2019, com efeitos a contar de 11/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0286/2019**

Publicação Nº 1924619

PORTARIA Nº. 0286/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2019.

**ANEXO I**

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
802096-1	Tatiara Formigoni da Silva	R\$ 1.548,75	Diretor do GE Isabel Botelho

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0287/2019**

Publicação Nº 1924621

PORTARIA Nº. 0287/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ERACI KOERICH, Matricula nº. 3745428-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0288/2019**

Publicação Nº 1924623

PORTARIA Nº. 0288/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, PATRICIA DE ANDRADE, Matricula nº. 3745824-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 0289/2019**

Publicação Nº 1924628

PORTARIA Nº. 0289/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para TATIARA FORMIGONI DA SILVA, matrícula nº 802096-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0290/2019**

Publicação Nº 1924630

PORTARIA Nº. 0290/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIA FLEITAS DE ARAUJO, Matrícula nº. 3762386-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0291/2019**

Publicação Nº 1924635

PORTARIA Nº. 0291/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANDREZA CEOLA, titular do cargo de ASG, Matrícula nº. 3761546-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0292/2019**

Publicação Nº 1924637

PORTARIA Nº. 0292/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARIA CONCEIÇÃO ZACCHI, titular do cargo de ASG, Matrícula nº. 3762359-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0293/2019**

Publicação Nº 1924640

PORTARIA Nº. 0293/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ADRIANA FERNANDA COSTA, titular do cargo de Assistente Social, Matrícula nº. 500949-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0294/2019**

Publicação Nº 1924641

PORTARIA Nº. 0294/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANATALIA CARMELINA CORREA DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762197-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/02/2019.

Palhoça, SC, em 25 de janeiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0295/2019**

Publicação Nº 1924643

PORTARIA Nº. 0295/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO JANIA MARA CHINI CITADINI, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 801468-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0296/2019**

Publicação Nº 1924644

PORTARIA Nº. 0296/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) horas/semanais para 40 (quarenta) horas/semanais, em conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, da servidora MARIA BENTA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Edital nº. 009/SME/2018, com efeitos a contar de 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0297/2019**

Publicação Nº 1924645

PORTARIA Nº. 0297/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUMEN CHELI LYRA PEREIRA, matrícula nº. 802073-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/02/2019 a 08/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0298/2019**

Publicação Nº 1924646

PORTARIA Nº. 0298/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JONAS BURDA JUNIOR, matrícula nº. 401449-1, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 02/10/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/02/2019 a 06/04/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 0299/2019**

Publicação Nº 1924647

PORTARIA Nº. 0299/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BARBARA RAMONA SILVA SCHMIDT, matrícula nº. 401666-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 21/01/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/02/2019 a 11/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 0300/2019**

Publicação Nº 1924648

PORTARIA Nº. 0300/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BERNADETH VIEIRA DO AMARAL SANTOS, matrícula nº. 402134-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/06/2013 a 03/06/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/02/2019 a 22/03/2019.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2019.  
ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019**

Publicação Nº 1924527

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
REPUBLICAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 12 de março de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2019, que tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização, prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS) em tempo real e ininterrupto e identificação do motorista, para o controle da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, incluindo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, componentes e licença de uso de software, e os

respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 22 de fevereiro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

## **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 025, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924803

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 025, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e o Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba "Nação Guarani".

Pelo presente instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, por intermédio da por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, através de seu titular, Sr. JOSÉ VIRGILIO JUNIOR, doravante denominados simplesmente MUNICÍPIO e de outro lado o GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E ESCOLA DE SAMBA NAÇÃO GUARANI, inscrita no CNPJ/MF nº 14.756.565/0001-08, com sede na Rua Augusto Haeming, 98, Centro, Palhoça/SC, neste ato representada por seu presidente, Sr. SIDNEY MAYKOT, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3663978 - SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 693.478.089-20, residente e domiciliado à Rua Defim Ribeiro, Brejaru, Palhoça/SC, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO SOCIAL, com amparo na Lei Municipal nº 4.708, de 25 de fevereiro de 2019 e Decreto Legislativo nº 055/2019, e na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 2.282/2017 e no Edital de Chamamento Público nº 003/2019, têm justo e acertado o que segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Este termo tem por objeto a aplicação dos recursos para conceder auxílio financeiro com o objetivo de realizar o desfile de carnaval de 2019 no Grupo Especial do Carnaval de Florianópolis, organizado pela Liga das Escolas de Samba de Florianópolis - LIESF, como representante do Município de Palhoça, bem como efetuar desfiles de carnaval nas praias e bairros do Município de Palhoça, constante do Plano de Trabalho apresentado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, parte integrante deste instrumento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

2.1 Para consecução do objeto deste Termo o Município repassará à beneficiada a importância global no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 34 Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça

Unidade: 01 Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça

1117 - Carnaval nas Praias e Bairros

3.3.50.00.00.00.00.00.00000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

2.2 O repasse será realizado em parcela única.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO, RETENÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

3.1 Os repasses efetuados pelo MUNICÍPIO serão efetuados em conta bancária específica aberta em nome da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, nos termos do art. 51 da Lei 13.019/2014.

3.2 Toda a movimentação de recursos no âmbito deste instrumento será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

3.3 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

3.4 Os recursos recebidos em decorrência deste instrumento serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

3.6 Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados:

a) em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês;

b) em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a um mês.

3.7 A liberação das parcelas deste termo será suspensa se verificado:

a) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

b) quanto constatado desvio de finalidade na aplicação dos valores deste termo, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução deste instrumento;

b) quando evidenciado o descumprimento pela Organização Social de quaisquer cláusulas ou condição estabelecidas neste instrumento ou da Lei nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E TERMOS ADITIVOS

4.1 O presente instrumento vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2019.

4.2 Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO SOCIAL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente instrumento.

4.3 Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, ao MUNICÍPIO poderá promover a prorrogação do prazo de vigência do presente termo, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

4.4 Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência deste instrumento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

4.5 O MUNICÍPIO poderá autorizar ou propor a alteração deste termo ou do plano de trabalho, de ofício, ou após a solicitação fundamentada da organização da sociedade civil, desde que não haja alteração de seu objeto, mediante termo aditivo à parceria, da seguinte forma:

I - acréscimo de até vinte e cinco por cento sobre o valor global da parceria;

II - redução do valor global, sem limitação de montante;

III - prorrogação da vigência;

IV - alteração da destinação dos bens remanescentes;

V - redistribuição ou remanejamento dos recursos estimados no plano de trabalho, sem alteração no valor global;

VI - utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;

VII - ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho;

VIII - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

IX - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros, ou atuais, para readequação à Lei Orçamentária.

4.6 A Fundação Municipal de Esporte e Cultura deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

a) fornecer manuais/orientações para a prestação de contas das organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto deste termo;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;



- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, que poderá ser efetuado diretamente na ouvidoria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

#### 5.2 São obrigações da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/ termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

#### 5.3 São obrigações do GESTOR DA PARCERIA:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- e) comunicar ao administrador público as hipóteses previstas na Lei n.º 13.019/2014.
- f) emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, nos termos da Lei n.º 13.019/2014 quanto à prestação de contas.
- g) Considera-se o administrador do presente termo o agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;
- h) É vedada, na execução do presente termo, a participação como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, hipótese na qual deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA

6.1 Na execução deste instrumento haverá contrapartida, não mensurável, composta de:

- a) impressão da logomarca do Município de Palhoça, em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento;
- b) citação verbal do patrocínio do Município de Palhoça em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas;

- c) o Município de Palhoça poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus;
- d) exibição de banner ou placa com logo do Município de Palhoça no local de realização do projeto;
- e) o projeto selecionado deverá participar de eventos comunitários, festivos ou sociais promovidos pelo Município de Palhoça, quando solicitado pelo Município de Palhoça.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 Poderão ser empregados recursos tecnológicos para acompanhamento e avaliação deste instrumento, sem prejuízo da designação de pessoal para fiscalização e acompanhamento das metas e objetivos deste termo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1 O presente termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO social, para:

- a) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- f) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- g) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- a) Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
- b) Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
- c) Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- d) Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
- e) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- f) Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a última movimentação bancária);

g) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;

h) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

i) Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

j) Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

k) Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

l) Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, gravado com cláusula de inalienabilidade, quando na hipótese;

m) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

n) Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
2. Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
3. Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
4. Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

o) Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em ...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

p) Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social, verbas trabalhistas, fiscais e comerciais, sem prejuízo de outros encargos que incidirem sobre o presente instrumento;

q) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, videos ou outros suportes;

r) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

s) lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

9.2 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

9.3 A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

9.4 A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

a) relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

b) relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

9.5 O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a) relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

b) relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

9.6 Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo;

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7 As prestações de contas serão avaliadas:

a) regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

b) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c) irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1. omissão no dever de prestar contas;

2. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

3. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.8 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

9.9 O prazo referido no item 9.8 será limitado a 10 (dez) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que o MUNICÍPIO possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

9.10 Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.11 A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

9.12 O transcurso do prazo definido nesta cláusula sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b) nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

9.13 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

9.14 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES EXCLUSIVAS

10.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos, danos causados a terceiros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal, ou não, necessários à execução de suas atividades e do objeto deste instrumento.

10.2 A inadimplência da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, ou não, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

10.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL será responsável exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos com base neste instrumento, inclusive no tocante às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

10.4 Não haverá responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO, de acordo com a Lei nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

11.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente municipal.

11.2 A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo de outras penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1 O presente termo de poderá ser:

a) denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

b) rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

1. utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
2. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b);

13.2 As sanções estabelecidas nos itens a e b são de competência exclusiva de Secretários e Presidentes Municipais, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

13.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

13.4 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRERROGATIVA DO MUNICÍPIO

14.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1 O presente termo e, seus aditamentos, será publicado no Diário Oficial do Município, ou qualquer instrumento que venha a substituí-lo, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, ficando, estabelecido a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que adiante assinam.

Palhoça, 25 de fevereiro de 2019.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

JOSÉ VIRGILIO JUNIOR  
Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

SIDNEY MAYKOT  
Presidente da Organização Social

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:



# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE LIC. INEXIGIBILIDADE Nº. 08/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Publicação Nº 1924579

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 34/2019  
Inexigibilidade de Licitação nº. 08/2019

O Município de Palma Sola - SC torna público a todos os interessados que estará recebendo inscrição de Agricultores, para a aquisição de produtos alimentícios da Agricultura Familiar para complementação da merenda escolar, de acordo com Resolução FNDE/CD nº. 26/2013 e Resolução FNDE nº 4/2015, Lei nº. 11.947/2009 e lei Federal nº. 8666/93. As inscrições deverão ser feitas do dia 22 de fevereiro (22/02/2019) até as 09:00h do dia 14 de março de 2019 (14/03/2019) no horário das 08:00 as 11:45 e das 13:30 as 17:30h, nos dias normais de expediente, na sala do Departamento de Licitações e Contratos no Centro Administrativo Municipal, Rua Francisco Zanotto, 600. A íntegra deste Edital poderá ser obtido no Setor de Licitações em horário de expediente no endereço acima citado, informações Tel.\*\*\* (49) 3652-3200 com Mari.

Palma Sola, 22 de fevereiro de 2019.  
Marines Fatima Sansigolo  
Presidente da Comissão de Licitação

### **DECRETO 06/2019 ESTABELECE CALENDÁRIO FISCAL EXERCÍCIO 2019**

Publicação Nº 1923547

Decreto 060/2019, de 22 de fevereiro de 2019.

Estabelece Calendário Fiscal para os Tributos Relativos ao Exercício de 2019 e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 73, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 138,219,238 e 248, todos do Código Tributário Municipal, instituídos pela Lei Complementar 002, de 18 de dezembro de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário Fiscal para pagamento dos tributos relativos ao exercício de 2019, da forma como segue:  
I – Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Expediente, Taxa do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, Taxa de Serviços Urbanos (coleta de lixo):  
Até 13 de maio: pagamento em parcela única com desconto no valor do IPTU de 12% (doze por cento).  
Em 06 (seis) parcelas mensais vencíveis no dia 13 de maio, 10 de junho, 10 de julho, 12 de agosto, 10 de setembro e 10 de outubro respectivamente.  
II – Alvará de Licença para Localização e Funcionamento e respectiva Taxa de Expediente:  
Em parcela única, vencível em 29 de março de 2019.  
III – Imposto Sobre Serviços – ISS.  
No caso do imposto apurado com base no movimento mensal, o vencimento do imposto ocorre no dia 20 (vinte) do mês subsequente.  
No caso de o imposto ser fixo, com parcelas trimestrais, vencíveis nos dias 03 de abril, 03 de julho, 03 de outubro e 27 de dezembro, respectivamente.  
IV – Alvará Sanitário.  
Em parcela única vencível em 22 de maio de 2019.  
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 008/2019, de 29 de janeiro de 2019.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 22 de fevereiro de 2019.  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

# Palmeira

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0103 FÉRIAS FRANCINE MATOS DE MORAES

Publicação Nº 1924847

PORTARIA Nº 0103/2019

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, FRANCINE MATOS DE MORAES, brasileira, portadora do CPF de nº 036.197.349-76, ocupante do cargo EFETIVO de ENFERMEIRA, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/07/2017 a 03/07/2018, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 22 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 22 de Fevereiro de 2019.

### PORTARIA Nº 0104 FÉRIAS SILVANA APARECIDA RIBEIRO

Publicação Nº 1924849

PORTARIA Nº 0104/2019

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, SILVANA APARECIDA RIBEIRO, brasileira, portadora do CPF de nº 055.363.029-65, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 14/02/2018 a 13/02/2019, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 22 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 22 de Fevereiro de 2019.

**PORTARIA Nº 0105 FÉRIAS MARIO LUIZ RODRIGUES**

Publicação Nº 1924850

PORTARIA Nº 0105/2019

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, MARIO LUIZ RODRIGUES, brasileiro, portador do CPF de nº 468.448.809-87, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/02/2018 a 11/02/2019, no período de 06/03/2019 a 04/04/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 05/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 22 de fevereiro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 22 de Fevereiro de 2019.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 15/2019

Publicação N° 1924074

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 15/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 07/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATO COM EQUIPE DE ARBITRAGEM. Data da entrega dos envelopes: 11/03/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 11/03/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 22 de Fevereiro de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 16/2019

Publicação N° 1924076

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 16/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 08/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS. Data da entrega dos envelopes: 11/03/2019 até as 14:00 horas. Data da abertura: 11/03/2019 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 22 de Fevereiro de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Paraíso

## PREFEITURA

2109/2019

Publicação Nº 1923749

DECRETO Nº 2109/2019.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2019”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1490 de 07 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 515.027,86 (quinhentos e quinze mil, vinte e sete reais e oitenta e seis centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Paraíso e do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.06.181.1030.2.025 – Manut. dos Serviços de Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(161) ..... R\$ 5.000,00

Total das Adições da Prefeitura ..... R\$ 5.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.086 – Manut. E Func. Do Programa Atenção à Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0292(64) ..... R\$ 6.134,63

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0295(65) ..... R\$ 6.281,34

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0311(66) ..... R\$ 664,33

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0258(67) ..... R\$ 11.050,81

2.089 – Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0624(38) ..... R\$ 19.298,65

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0240(39) ..... R\$ 16.538,19

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0454(40) ..... R\$ 83.010,97

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1293(41) ..... R\$ 816,00

2.093 – Programa Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0418(42) ..... R\$ 4.084,15

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0419(43) ..... R\$ 8.240,71

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0245(44) ..... R\$ 25.822,53

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0228(45) ..... R\$ 15.142,40

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0229(63) ..... R\$ 899,60

2.101 – Manut. Do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1275(46) ..... R\$ 3.821,54

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0241(47) ..... R\$ 21.453,75

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0242(48) ..... R\$ 30.034,94

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0243(49) ..... R\$ 20.811,48

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0439(50) ..... R\$ 31.555,71

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0453(51) ..... R\$ 7.406,45

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0456(52) ..... R\$ 3.659,33

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0460(53) ..... R\$ 11.036,80

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0635(54) ..... R\$ 6.708,20

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.1251(55) ..... R\$ 31.462,52

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1284(56) ..... R\$ 84.356,50

10.304.1071.2.096 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0244(57) ..... R\$ 4.691,55

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0250(58) ..... R\$ 54,53

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0450(59) ..... R\$ 253,74

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0463(60) ..... R\$ 24.028,88

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1250(61) ..... R\$ 5.452,89

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0462(62) ..... R\$ 25.254,74

Total das Adições do Fundo de Saúde ..... R\$ 510.027,86

Total das Adições ..... R\$ 515.027,86

(Quinhentos e quinze mil, vinte e sete reais e oitenta e seis centavos).

Art. 2º Fica autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1490/2018 e o disposto nos incisos I, do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 15 de fevereiro de 2019.

Valdecir Antônio Casagrande  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e  
Publicado na data supra  
Servidor Responsável

## PR 04/2019 FMS

Publicação Nº 1924950

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO através do Fundo Municipal de Saúde leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 08 de Março de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 25 de Fevereiro de 2019.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 024/2019

Publicação Nº 1924377

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 024/2019

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a construção de ciclovia em paver, com faixa em grama, na rodovia intermunicipais, no município de Passo de Torres/SC, com extensão de 2.157,51m (estaca 00 até 107+17,504), largura de 2,00m e canteiro com 0,50m, conforme Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14:45 horas do dia 15/03/2019, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2019

Publicação Nº 1924841

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Contratado: PROJECT CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Global: R\$ 91.846,94 (noventa e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

Vigência: Início: 22/02/2019 Término: 31/12/2019

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 020/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 22 de fevereiro de 2019.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 0008/2019

Publicação Nº 1924729

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0008 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“CONCEDE MAJORAÇÃO À SERVIDORA CÉLIA COLARES LUIS DO QUADRO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O cidadão Altemir Catel Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Fica concedido majoração de 10% (dez por cento) nos vencimentos da servidora CÉLIA COLARES LUIS por atender o disposto no artigo 9º, II, “c” da Lei 760 de 01 de Setembro de 2011, conforme certificado de Graduação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.



Altemir Catel Cardoso  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

André Porto Silveira  
1º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

### 009-2019 RECURSO ESTADUAL DE 06-02-2019

Publicação Nº 1924183

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 6.900,00

Destinação: NASF Estadual

Data de liberação: 06/02/2019

Passos Maia – SC, 22 de fevereiro de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 010-2019 RECURSO ESTADUAL DE 06-02-2019

Publicação Nº 1924184

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 5.520,00

Destinação: Procis

Data de liberação: 06/02/2019

Passos Maia – SC, 22 de fevereiro de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 011-2019 RECURSO ESTADUAL DE 06-02-2019

Publicação Nº 1924188

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Cofinanciamento Atenção Básica

Data de liberação: 06/02/2019

Passos Maia – SC, 22 de fevereiro de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### 012-2019 RECURSO ESTADUAL DE 06-02-2019

Publicação Nº 1924191

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Recursos Saúde Bucal / Próteses Dentárias  
Data de liberação: 06/02/2019

Passos Maia – SC, 22 de fevereiro de 2019  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

### 023-2019 RECURSO FEDERAL DE 06-02-2019

Publicação Nº 1924182

#### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal  
Valor: R\$ 2.467,29  
Destinação: Assistência Farmacêutica Básica  
Data de liberação: 06/02/2019

Passos Maia – SC, 22 de fevereiro de 2019  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0009/2019

Publicação Nº 1923870

CONTRATO n. 0009/2019  
PROCESSO LICITATORIO n. 0007/2019  
PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2019  
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC  
Contratada: SOMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB JS130  
Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 16.300,00 (Dezesseis mil e trezentos reais),  
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2019.  
Passos Maia, SC, 22 de fevereiro de 2019.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 102, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923665

PORTARIA Nº 102, de 21 de fevereiro de 2019.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,  
Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário Auxiliar Administrativo para suprir a demanda da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento durante o exercício de 2019;  
Considerando a inexistência de profissional no quadro efetivo de servidores municipais para suprir a referida demanda;  
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2018, levado a efeito pelo Edital nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 011, de 1º de fevereiro de 2019;  
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias da administração pública até a realização de concurso público para provimento dos cargos na forma da lei;  
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, o senhor ITALO MATHEUS ALVES para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional Administrativo, Símbolo AD-3, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-o na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 21/02/2019 a 31/12/2019.  
Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 21 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

## **PORTARIA Nº 103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923667

PORTARIA Nº 103, de 22 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora KARINA PERIN GIOMBELLI, matrícula nº 499, ocupante do Cargo Público de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, lotada no Gabinete do Prefeito, referentes ao período aquisitivo 07/01/2017 a 06/01/2018, para serem gozadas do dia 06/03/2019 a 20/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019 PL Nº 15/2019**

Publicação Nº 1923669

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2019

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por Dispensa de Licitação: Processo Licitatório nº.15/2019; DL nº. 05/2019; contratado: JOSÉ DE ABREU PEREIRA; Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SANTA CATARINA, NO CENTRO DE PAULO LOPES PARA INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA..

Paulo Lopes, 22 de fevereiro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Administração

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2018**

Publicação Nº 1923600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2018, conforme Processo Licitatório 07/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ Nº 83.052.191/0026-10. Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 10/2018 por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2019. Data da assinatura: 20/12/2018.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04-2019**

Publicação Nº 1923540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2019

Ata Registro de Preço nº 04/2019  
Processo nº 09/2019  
Pregão Presencial nº 07/2019.

OBJETO: Registro de preço, aquisição de uniformes, para os Alunos e Profissionais lotados na Rede Municipal de ensino, do Município de Paulo Lopes, para os exercícios 2019 e 2020, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão presencial nº 07/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.

CONTRATADA: AGACEA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 535.700,00 (quinhentos e trinta e cinco mil e setecentos reais)

Data da Assinatura Ata: 18/02/2019

VANESSA PEREIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



# Penha

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)154º

Publicação Nº 1924670

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

154º. 109107 SAMONYN ROSANY SILVA NERES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO



2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2019.

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)155º**

Publicação Nº 1924672

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

155º. 108621 PRISCILA VENTURA PAZINI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)1º**

Publicação Nº 1924675

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 110902 EVELIN CAVALCANTE CONCEIÇÃO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);

- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_





( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:  
DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)2º**

Publicação Nº 1924676

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 110089 MAILDO FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO



(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)3º

Publicação Nº 1924678

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 109944 DEYSE JULIANA LIVINALLI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2019.

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa

da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)4º

Publicação Nº 1924679

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 110016 SUSANA CELISTA POLICARPO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.





O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 10º**

Publicação Nº 1924680

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

10º. 110400 ISABEL CRISTINA FORSTER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

## Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_
- ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_
- ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_
- ( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_
- ( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 11º**

Publicação Nº 1924681

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme

Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

11º. 109569 RENATA DE LIMA HENRIQUES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.



E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 12º

Publicação Nº 1924682

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 110642 KAROLINE ROLING BENTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 13º

Publicação Nº 1924684

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 109801 EDILENE ERONDINA ANACLETO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o

candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 14º**

Publicação Nº 1924686

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

14º. 108619 SUZANY DO NASCIMENTO CARDOSO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;  
l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.  
m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);  
n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;  
o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;  
p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;  
q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;  
r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO



## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 15º**

Publicação Nº 1924688

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 109545 AMANDA DE JESUS LIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo

administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 16º**

Publicação Nº 1924691

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

16º. 110504 CLARA LUIZA RABELO PEIXOTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 17º

Publicação Nº 1924693

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

17º. 108466 DANUZA SARUZA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;



q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_



RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 18º**

Publicação Nº 1924695

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

18º. 111274 TATIANE REGINA TURAZZI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);

- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro:

\_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_



Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 19º**

Publicação Nº 1924696

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

19º. 110412 MARIA DE FATIMA DA COSTA FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo

administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura



**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 20º**

Publicação Nº 1924698

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

20º. 110403 JULIANE COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

## Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_



Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 21º

Publicação Nº 1924701

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

21º. 109135 SALOHANE CRISTINE DO VALE ALVES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDAnUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 22º**

Publicação Nº 1924703

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

22º. 108612 JUDY ALEEN GONÇALVES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro:





Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA ANOS FINAIS (HABILITADO) 6º**

Publicação Nº 1924704

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA ANOS FINAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

06º. 110877 LETICIA DA COSTA FERREIRA EYNG

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

##### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LINGUA INGLESA (NÃO HABILITADO) 04º - 2ª CHAMADA**

Publicação Nº 1924720

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 s 11:30h e das 13h30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE LINGUA INGLESA (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

04º. 111192 ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA DENICOL

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado emitido no máximo em 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

## Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_



Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA ANOS FINAIS (HABILITADO)15º

Publicação Nº 1924706

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13h00 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA ANOS FINAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 111338 ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer



tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFº MATEMÁTICA 9º**

Publicação Nº 1924709

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 25/02/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 26/02/2019, 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

9º. 294948 JORGE ANTONIO DE SOUZA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;



- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (luz, água ou telefone), em nome do convocado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br), do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_,  
com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- 1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) ( ) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.



( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2019.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019 - FMS**

Publicação Nº 1923462

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL  
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2019 - FMS

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consultas médicas, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 89/2019.

O presente edital ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 12 de março de 2019 às 09:30 horas, podendo os interessados solicitarem o credenciamento a qualquer tempo, desde que respeitadas as condições do Edital.

Local: Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 03, Centro, Penha/SC.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2019.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 26/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2019

Publicação Nº 1924921

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 26/2019 – Dispensa de Licitação 07/2019 - PMP

Objeto: A contratação da empresa BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME para locação de gerador de energia com capacidade mínima de 260KVA em stand by, para o baile de escolha das rainhas e princesas do 98º Kerbfest Peritiba/2019.

Dados do Contrato: Contrato nº 29/2019 / Contratado: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME - CNPJ sob o nº 11.739.076/0001-50 - Data do Contrato: 22/02/2019 - Valor do Contrato: R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24.

Município de Peritiba, 22 de Fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 12/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2019 - FMS

Publicação Nº 1924911

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 12/2019 FMS – Inexigibilidade de Licitação 09/2019 - FMS

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 09/2019

Contratado: FST- SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 01.963.276/0001-38

Data do Contrato: 22/02/2019 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 22 de Fevereiro de 2019

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 13/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10/2019 - FMS

Publicação Nº 1924913

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 13/2019 FMS – Inexigibilidade de Licitação 10/2019 - FMS

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 10/2019

Contratado: CLINICA BONNA SALUTE LTDA

CNPJ: 08.983.067/0001-03

Data do Contrato: 22/02/2019 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 22 de Fevereiro de 2019



ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde

**AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 25/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2019**

Publicação Nº 1924919

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 25/2019 – Dispensa de Licitação 06/2019 - PMP

Objeto: A contratação da empresa IVO MACAGNAN 71460810953 para decoração e fornecimento de itens de decoração para o baile de escolha das rainhas e princesas adultas e rainha mirim do 98º Kerbfest Peritiba/2019.

Dados do Contrato: Contrato nº 28/2019 / Contratado: IVO MACAGNAN 71460810953 - CNPJ sob o nº 11.862.271/0001-72 - Data do Contrato: 22/02/2019 - Valor do Contrato: R\$ 2.087,00 (Dois mil e oitenta e sete reais) - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24.

Município de Peritiba, 22 de Fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 08/2019 - FMS**

Publicação Nº 1924926

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 18/2018 Credenciamento Universal nº 06/2018 e Processo de Licitação 10/2019 Inexigibilidade de Licitação nº 08/2019.

Objeto: A contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens de ônibus, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e/ou conforme demanda do Fundo de Assistência Social de Peritiba - FMAS.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019.

Contratado: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

CNPJ nº: 82.647.884/0001-35.

Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Data de Vigência: 18/02/2019 à 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 18 de Fevereiro de 2019.

ADRIANO JOSE KRINDGES  
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

**EXTRATO DE CONTRATO 09/2019 - FMS**

Publicação Nº 1924948

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 17/2018 Credenciamento Universal nº 05/2018 e Processo de Licitação 12/2019 Inexigibilidade de Licitação nº 09/2019.

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2019 - FMS.

Contratado: FST- SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ nº: 01.963.276/0001-38.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Data de Vigência: 22/02/2019 à 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 22 de Fevereiro de 2019.

ADRIANO JOSE KRINDGES  
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2019 - FMS**

Publicação Nº 1924949

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 17/2018 Credenciamento Universal nº 05/2018 e Processo de Licitação 13/2019 Inexigibilidade de Licitação nº 10/2019.

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019 - FMS.

Contratado: CLINICA BONNA SALUTE LTDA.

CNPJ nº: 08.983.067/0001-03.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Data de Vigência: 22/02/2019 à 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 22 de Fevereiro de 2019.

ADRIANO JOSE KRINDGES  
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

**PORTARIA 144/2019**

Publicação Nº 1923536

PORTARIA Nº 144/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 20 de Fevereiro de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 20 de Fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 20/Fevereiro/2019.	
---	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 145/2019**

Publicação Nº 1923538

PORTARIA Nº 145/2019  
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111,

Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor FABIANO LUIZ RIFFEL ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 25/02 a 26/03/2019, relativo ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 21 de Fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 21/Fevereiro/2019	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

## PORTARIA 146/2019

Publicação N° 1923539

PORTARIA N° 146/2019

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor JOAO CARLOS BRUHMULLER ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 05/03 a 03/04/2019, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 21 de Fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 21/Fevereiro/2019	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

## PORTARIA 147/2019

Publicação N° 1923541

PORTARIA N° 147/2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora BERNADETE MULLER DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 20 a 22 de Fevereiro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 21 de Fevereiro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 21/Fevereiro/2019.	
---	--

Francieli Schoenell  
Responsável pela publicação

## RESUMO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2019

Publicação Nº 1922813

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2019  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE PERITIBA TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para os cargos de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, JARDINEIRO, MÉDICO VETERINÁRIO, MOTORISTA, NUTRICIONISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, PEDREIRO/CONSTRUTOR e TÉCNICO EM ENFERMAGEM. INSCRIÇÕES: Via Internet, pelo site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) - de 04/03/2019 a 03/04/2019. Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos nos sites [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e [www.peritiba.sc.gov.br](http://www.peritiba.sc.gov.br).

Peritiba, 22 de fevereiro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 03 2019 - REFORMA MOTOR VEÍCULO

Publicação Nº 1923286

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 03/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DO MOTOR DO VEÍCULO SPRINTER PLACA MGY-2499 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PACIENTES. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 11/03/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 25 de fevereiro de 2019. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

### PREGÃO PRESENCIAL 08 2019 - MATERIAL ESCOLAR

Publicação Nº 1923691

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 11/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ESCOLAR PARA FORNECIMENTO ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO LETIVO DE 2019. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 12/03/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 25 de fevereiro de 2019. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 008-2019 - PMP - MATERIAIS CENTROS INFANTIS - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1923565

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2019 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de LENÇÓL, FRONHAS, TRAVESSEIROS, FITA SLACKLINE, COLCHONETES, TÚNEL CENTOPÉIA, MATERIAL DOURADO, CARRINHO DE BEBÊ, CARRINHOS GEMÊOS, TRICICLOS, PATINETES MESAS E BANCOS a serem utilizados nos centros infantis e manutenção das atividades da secretaria de educação, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

VALQUIRIA ASTRIGI, pregoeira designada pelo Decreto n. 127/2018, TORNA PÚBLICO:

I – Fica REMOVIDO do item 17 no Termo de Referência, Anexo "A" a frase:

"APRESENTAR NA PROPOSTA LAUDO OU RELATÓRIO EMITIDO POR ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO QUE OS PROCESSOS E INSUMOS/MATÉRIA PRIMA UTILIZADA ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS ABNTS/NBRs 5841, 8261,300-1,300-3 E 12466 GARANTIDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DO USUÁRIO."

II – fica PRORROGADA a abertura da licitação de 26/02/2019, às 08:45h PARA O DIA 13/03/2019 às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 22 de fevereiro de 2019.

Fabricio Fontana

Secretário Municipal de Educação

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 011-2019 - PMP - OFICINEIRO DESENHO

Publicação Nº 1923642

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2019 - PMP

Objeto: Contratação de Contratação de Oficineiro Prestador de Serviço nas áreas de Desenho com carga horaria de 24h/semanais, para dar continuidade ao projeto "ESCOLA VIVA" articulado com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos executado pelo CRAS, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 11/03/2019

Abertura: dia 11/03/2019, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 22 de fevereiro de 2019.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 012-2019 - PMP - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS COM BIOMETRIA, LEITOR DE PROXIMIDADE, LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS (RELÓGIO PONTO)

Publicação Nº 1924727

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2019 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de locação de equipamentos eletrônicos com biometria, leitor de proximidade, leitor de código de barras (relógio ponto) e nobreak, em conformidade com a portaria 373/2011 do MTE, com o respectivo software de configuração e gerenciamento dos equipamentos com relógio de ponto virtual mobile pelo período de 12 (doze) meses, destinados para o registro e controle diário da frequência dos servidores públicos municipais, de acordo com as especificações constantes no termo de referência no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial



Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 12/03/2019

Abertura: dia 12/03/2019, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho. atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 22 de fevereiro de 2019.

Wanderlei Borba

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2019

Publicação Nº 1923739

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.870.611/0001-70, com sede na Rua Rodovia SC 355, Nº 102, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Neocenes Stranginski, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
1	6	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca MERCEDES BENZ.	Transportes e Obras
25	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhão da marca MERCEDES BENZ L1113- tanque equipado com bomba de combate a incêndio	Bombeiros
26	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhão da marca VOLKSWAGEN 14-220 tanque equipado com bomba de combate a incêndio	Bombeiros

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de descontado registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10– A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
1	6	1,00	18,5%	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca MERCEDES BENZ.	Transportes e Obras
25	1	1,00	18,5%	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhão da marca MERCEDES BENZ L1113- tanque equipado com bomba de combate a incêndio	Bombeiros
26	1	1,00	19%	PEÇAS ORIGINAIS/ GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhão da marca VOLKSWAGEN 14-220 tanque equipado com bomba de combate a incêndio	Bombeiros

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela

fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto

em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1– A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1– Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.



**14- DA FISCALIZAÇÃO**

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

**CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**CLÁUSULA 17ª - DO FORO**

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR

Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2019**

Publicação Nº 1923741

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta

cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: MECÂNICA ZAGO SB pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.526.146/0001-26. com sede na Rua Rodovia SC 135, Bairro São Francisco, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Iracy Zanella Zago, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
2	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca FORD	Transportes e Obras
3	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca VOLKSWAGEN	Transportes e Obras
4	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca VOLVO.	Transportes e Obras

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de descontado registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10– A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida

pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
2	1	1,00	19*%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca FORD	Transportes e Obras
3	1	1,00	19%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca VOLKSWAGEN	Transportes e Obras
4	2	1,00	19%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS CAMINHÕES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	caminhões da marca VOLVO.	Transportes e Obras

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir

nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

D) Tiver presentes razões de interesse público;

E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois)



anos.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007,



Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR  
Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014/2019

Publicação Nº 1923744

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327/0002-67, com sede na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421, Bairro São Cristovão, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Gilberto de Paula Cruz, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
5	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ônibus da marca IVECO.	Educação
6	3	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ônibus da marca MERCEDES BENZ	Educação
7	3	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN.	Educação

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de desconto registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10 – A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
5	1	1,00	27%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ônibus da marca IVECO.	Educação
6	3	1,00	27%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ônibus da marca MERCEDES BENZ	Educação

7	3	1,00	45,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	micro-ônibus da marca VOLKSWAGEN.	Educação
---	---	------	-------	---	-----------------------------------	----------

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

**CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA**

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

**CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA**

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

**CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

**CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as

medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

D) Tiver presentes razões de interesse público;

E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;  
suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2– Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO



17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR  
AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA  
Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015/2019

Publicação N° 1923745

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: ADO AUTO PEÇAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.556.758/0001-85, com sede na Rodovia SC 355, KM 45, Bairro Dois Pinheiros, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora Mariza Dalacosta Cislighi, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
8	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	micro-ônibus da marca VOLARE.	Educação
10	5	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/ UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CLASSIC, marca CHEVROLET	Saúde, Adm. Fundo Ass. Social, Agricultura, Educação
11	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	JETA, marca VOLKSWAGEN	Gabinete
12	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	para LOGAN, marca RENAULT	Saúde Polícia Civil

13	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	para UNO, marca FIAT	Agricultura
14	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	VOYAGE, marca VOLKSWAGEN	Saúde
15	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOBI, marca FIAT	Saúde
16	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	SAVEIRO marca VOLKSWAGEN	Transportes e Obras
17	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	HILUX marca TOYOTA	Transportes e Obras
18	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET	Gabinete
19	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN	Agricultura
20	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para DUCATO/DdDOBLO marca FIAT	Saúde
21	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT	Transportes e Obras
22	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	AMBULANCIA KANGOO, marca RENAULT	Saúde
23	3	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	FORD KA, marca FORD	Saúde
24	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	BOXER, marca PEUGEOT	Saúde
27	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	S10 PICK-UP LS 2.8 TDI 4X4 CD DIESEL, marca CHEVROLET	Bombeiros
28	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Ford FIESTA 1.6 FLEX, marca FORD	Bombeiros
29	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Ford TRANSIT, marca FORD	Bombeiros
30	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	PALIO WEEKE-ND ADVENTURE, marca Fiat	Polícia Militar
31	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	DUSTER 20D 4X4, marca RENAULT	Polícia Militar

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de desconto registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10– A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
8	1	1,00	38,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	micro-ônibus da marca VOLARE.	Educação
10	5	1,00	42,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/ UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CLASSIC, marca CHEVROLET	Saúde, Adm. Fundo Ass. Social, Agricultura, Educação
11	1	1,00	36%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	JETA, marca VOLKSWAGEN	Gabinete
12	2	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	para LOGAN, marca RENAULT	Saúde Polícia Civil
13	1	1,00	41,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	para UNO, marca FIAT	Agricultura
14	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	VOYAGE, marca VOLKSWAGEN	Saúde
15	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOBI, marca FIAT	Saúde
16	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	SAVEIRO marca VOLKSWAGEN	Transportes e Obras

17	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	HILUX marca TOYOTA	Transportes e Obras
18	1	1,00	41%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para SPIN marca CHEVROLET	Gabinete
19	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para KOMBI marca VOKSWAGEN	Agricultura
20	2	1,00	43%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para DUCATO/Dd-DOBLO marca FIAT	Saúde
21	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Serviços mecânicos para KANGOO, marca RENAULT	Transportes e Obras
22	1	1,00	40%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	AMBULANCIA KANGOO, marca RENAULT	Saúde
23	3	1,00	40%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	FORD KA, marca FORD	Saúde
24	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	BOXER, marca PEUGEOT	Saúde
27	1	1,00	41,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	S10 PICK-UP LS 2.8 TDI 4X4 CD DIESEL, marca CHEVROLET	Bombeiros
28	1	1,00	43,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Ford FIESTA 1.6 FLEX, marca FORD	Bombeiros
29	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	Ford TRANSIT, marca FORD	Bombeiros
30	1	1,00	43,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	PALIO WEEKEND ADVENTURE, marca Fiat	Polícia Militar
31	1	1,00	40,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	DUSTER 20D 4X4, marca RENAULT	Polícia Militar

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal

apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.



5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1– A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.



**CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA**

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

**CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES**

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO**

12.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR

ADO AUTO PEÇAS LTDA

Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-  
Nome:  
CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016/2019**

Publicação Nº 1923746

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019**

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.070.572/0001-40, com sede na Rodovia SC 355, Nº 611, Bairro Portal das Videiras, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Jean Márcio Tieppo, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
9	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/ UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CELER, marca CHERY	Saúde

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de descontado registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10– A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
9	2	1,00	21,5%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE VEÍCULOS PASSEIO/ UTILITÁRIO, CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CELER, marca CHERY	Saúde

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.

sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14- Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplimento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1- O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1- Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2- O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3- Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4- A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5- A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o



custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que



a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14– DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2– Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR

TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA-ME

Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 017/2019

Publicação Nº 1923747

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: ABRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.598.054/0001-78, com sede na Rua Nereu Ramos, Nº 1956-E, Bairro Passo dos Fortes, na cidade de Chapeco, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Luiz Carlos Rehbein, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
32	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	mini carregadeira (BOB CAT)	Transportes e Obras
33	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUNDAI modelo R-1401 LC	Transportes e Obras
34	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOTONIVELADORA ALLIS FG 70, ano 1987	Transportes e Obras
39	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CARREGADEIRA MICHIGAN ano 2014	Transportes e Obras

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de desconto registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10 – A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
32	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	mini carregadeira (BOB CAT)	Transportes e Obras

33	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUNDAI modelo R-1401 LC	Transportes e Obras
34	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOTONIVELADORA ALLIS FG 70, ano 1987	Transportes e Obras
39	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	CARREGADEIRA MICHIGAN ano 2014	Transportes e Obras

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1- O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1- Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2- O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3- Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4- A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5- A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado

não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

#### MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR  
ABRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 018/2019

Publicação Nº 1923748

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, com sede na Avenida Leopoldo Sander, Nº 400, Bairro Eldorado, na cidade de Chapeco, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Odair José Matte, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
35	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOTONIVELADORA 845D ano 2007	Transportes e Obras
36	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	RETROESCAVADEIRA CAT ano 2013	Transportes e Obras

37	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	RETROESCAVADEIRA RANDON	Transportes e Obras
38	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ROLO COMPACT SOLO 3411 ano 2015	Transportes e Obras

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamentação eletrônica utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de desconto registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10 – A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

## CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
35	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	MOTONIVELADORA 845D ano 2007	Transportes e Obras
36	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	RETROESCAVADEIRA CAT ano 2013	Transportes e Obras
37	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	RETROESCAVADEIRA RANDON	Transportes e Obras

38	1	1,00	11%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS PESADOS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ROLO COMPACT SOLO 3411 ano 2015	Transportes e Obras
----	---	------	-----	---	---------------------------------	---------------------

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

**CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA**

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

**CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA**

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

**CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

**CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as



medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

D) Tiver presentes razões de interesse público;

E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1- Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;  
suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2– Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR  
PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
Representante  
Testemunhas:

1-  
Nome:  
CPF:

2-  
Nome:  
CPF:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 019/2019

Publicação N° 1923751

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Mal Costa e Silva, nº 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. PEDRO RABUSKE, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.886.037/0001-76 com sede na Rodovia BR 153, Km 100, Sala 02, Vila Jacob Biezu, na cidade de Concordia, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Rafael Felipe Pérsio, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 – Registro de Preços, datado de 04/01/2019 e homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto Registro de preços, com o maior percentual de desconto sobre as tabelas de orçamentação eletrônica Cilia, Audatex ou outra similar de igual confiabilidade, para fornecimento de peças originais/genuínas, de forma parcelada, para serem utilizadas em veículos passeio/utilitário, ambulância, micro-ônibus, ônibus, caminhões, tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos pesados da frota do Município de Pinheiro Preto Secretarias de Agricultura, Administração, Finanças, Gabinete, Educação) e Órgãos Participantes (FMS e FMAS) e para os veículos da polícia civil, militar e corpo de bombeiro, conforme descrição a seguir:

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
40	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	grade de arrasto,	Agricultura
41	5	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	esterqueiras	Agricultura
42	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	batedor de grãos,	Agricultura
43	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	distribuidor de adubo seco,	Agricultura
44	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	plataforma.	Agricultura

45	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ensilhadeira,	Agricultura
46	2	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	carreta agrícola com hidráulico	Agricultura
47	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	subsolador	Agricultura
48	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR AGRALE modelo EX 6110, ano 2013	Agricultura
49	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR MASSEY modelo 4275, ano 2014	Agricultura
50	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR VALTRA modelo BM100, ano 2009	Agricultura
51	1	1,00	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR VALTRA modelo A750L, ano 2014	Agricultura

1.3 – Para a presente Ata de Registro de Preços será considerada a definição de peças originais/genuínas conforme prevê a Norma ABNT 15296:2005:

Peça de produção original (peças originais): peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.

Peça de reposição original (peças genuínas): também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

OBS: Caso ocorra a impossibilidade do FORNECEDOR fornecer peças originais/genuínas, desde que devidamente comprovada documentalmente, do FORNECEDOR poderá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

1.4 – Para o cálculo do valor das peças em reais, será tomado o preço das Tabelas das Montadoras/Fabricantes e aplicado o percentual proposto pelo FORNECEDOR.

1.5 – O FORNECEDOR deverá fornecer ao Município as Tabelas das Montadoras/Fabricantes e suas atualizações, bem como, se for o caso, dados para acesso ao software de orçamento eletrônico utilizado, para fins de conferência dos preços das peças e a aplicação do percentual de descontado registrado em ata.

1.6 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR.

1.7 – Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.8 – Os produtos a serem entregues deverão ser novos, de primeira linha e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10– A garantia das peças deverá ser de no mínimo 03 (três) meses referente a defeitos de fabricação, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.11 – O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à aquisição e entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.12 – O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações desta Ata, dentre outros.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

## 2.1 – O percentual aplicado será do informado abaixo, sobre as Tabelas das Montadoras/Fabricantes.

ITEM	Nº VEÍC/ EQUIP.	QTDE/ UND	Percentual de Desconto	ESPECIFICAÇÃO	Tipo	Secretaria
40	2	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	grade de arrasto,	Agricultura
41	5	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	esterqueiras	Agricultura
42	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	batedor de grãos,	Agricultura
43	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	distribuidor de adubo seco,	Agricultura
44	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	plataforma.	Agricultura
45	2	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	ensilhadeira,	Agricultura
46	2	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	carreta agrícola com hidráulico	Agricultura
47	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	subsolador	Agricultura
48	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR AGRALE modelo EX 6110, ano 2013	Agricultura
49	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR MASSEY modelo 4275, ano 2014	Agricultura
50	1	1,00	10%	PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE PRIMEIRA LINHA E NOVAS DE TRATORES CONSTANTES NAS TABELAS DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE	TRATOR VALTRA modelo BM100, ano 2009	Agricultura

## 2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

## CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2 – O FORNECEDOR deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento

ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.11 – As Notas Fiscais para o órgão gerenciador deverão ser emitidas em nome dos seguintes CNPJ/MF indicados no ato da aquisição:

- a) CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, Município;
- b) CNPJ/MF sob nº 10.642.703/0001-77 Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- c) CNPJ/MF sob nº 15.635.811/0001-36.Fundo Municipal de Assistência Social.

3.12– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.13– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: notas@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.14– Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplimento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1– O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA

5.1– Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação das áreas requisitantes, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2– O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3– Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4– A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5– A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6– O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.7 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7.1- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade,



quantidade e consequente aceitação.

5.8 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.09- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo ata de registro de preços.

5.10 - O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata de registro de preços.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- A) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- B)- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- C)- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- A)- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- B) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Tiver presentes razões de interesse público;
- E) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- F) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3- O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Licitações/Compras da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.



**CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES**

11.1– Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4– Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9 - Nenhum pagamento será processado ao FORNECEDOR penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO**

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 006/2019, modalidade Pregão Presencial nº 003/2019 - Registro de Preços, obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 - O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### 14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) nomeados pelos secretários abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretario de Agricultura: Edson Rabuske, telefone (49) 3562 2000.

Secretario de Transportes e Obras: Edgar Mazutti, telefone (49) 3562 1168

Secretaria de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito: Fabiana Orçatto, telefone (49) 3562 2000.

Secretaria de Educação: Rosania Rossatto Zago, telefone (49) 3562 2000.

Fundo Municipal de Saúde: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494.

Fundo Municipal de Assistência Social: Zildete Maria Denardi, telefone (49) 3562 1494

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, Lei nº 8.666/93, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

17.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2019.

#### MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR  
PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Representante

Testemunhas:

1-

Nome:

CPF:

2-

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 020/2019**

Publicação Nº 1923752

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019**

Aos 07 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: ALDIR BADO pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.358.085/0001-26, com sede na Rua Reinaldo Antonio Bressan, nº s/n, Bairro Vila Bressan, na cidade de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Aldir Bado, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2019 – Registro de Preços, homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1– A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, E SERVIÇOS MECANICOS EM GERAL, E DE FORMA PARCELADA, NAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO, conforme tabela e preços abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	QTDE ESTIMADA	UND	ESPECIFICAÇÃO	SECRETARIA	VALOR POR HORA
SERVIÇOS MECANICOS PARA MÁQUINAS TIPO: TRATOR					
34	100	Horas MECANICA PREVENTIVA	Serviços mecânicos em equipamentos agrícolas: (2) grade de arrasto, (5) esterqueiras, (2) ensilhadeira, (2) carreta agrícola com hidráulico, (1) subsolador, (1) batedor de grãos, (1) distribuidor de adubo seco, (1) plataforma.	Agricultura	R\$ 108,00
41	500	Horas	Serviços de Solda Mig		R\$ 100,00
42	500	Horas	Serviços de Solda Eletrodo		R\$ 100,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção das máquinas, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho da máquina, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação da máquina;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA: São todos os serviços de pintura e chapeação;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL: Serviços mecânicos em geral, tais como desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, reparo/troca de lâminas, reparos/trocas de conchas e dentes, parte rodante, pistões, sistema hidráulico, cilindro de penetração, enfim, todos os serviços mecânicos, hidráulicos, elétrico/eletrônico nas máquinas pesadas, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 170 km (cento e setenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção da máquina até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte das máquinas (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra a máquina impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 5 (cinco) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo IX) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – As máquinas deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina. Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) devem assinar o responsável pela máquina (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da máquina e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo IX), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção das referidas máquinas.

1.11.1 – O prazo de entrega da máquina a ser reparada, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após a(s) máquina(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar a máquina no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nas máquinas em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados às máquinas/equipamentos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda da máquina para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

**CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**

2.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preços unitários descritos na cláusula 1ª.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

**CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

**CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

**CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários na(s) máquina(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo IX) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da máquina com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em



duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar a máquina nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com a máquina trafegando, retornando automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular da máquina.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.



6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar as máquinas.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado das máquinas que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de máquinas com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII) e o Plano de Serviços (Anexo IX) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 022/2019 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) indicados pelas seguintes secretarias: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Agricultura, Secretária de desenvolvimento Urbano e Secretária de Educação Cultura e Esporte e atuará como gestor, o Secretário de cada pasta.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado

não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2019 abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2020:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Função: 15-Desenvolvimento urbano  
Subfunção: 452- Serviços Urbanos  
Programa: 29- Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2069- Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Cód. Red. 145 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 44 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 119 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 122 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00.00

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	ALDIR BADO

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_

Nome: CPF:

2- \_\_\_\_\_

Nome: CPF

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 021/2019**

Publicação Nº 1923754

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

Aos 07 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: SIDINEI LUIZ VALTER pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.660.315/0001-26, com sede na Rua Ema Schmidt Machienavie, nº 256, Bairro Cidade Alta, na cidade de Videira Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor SIDINEI LUIZ VALTER, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2019 – Registro de Preços, homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, E SERVIÇOS MECANICOS EM GERAL, E DE FORMA PARCELADA, NAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO, conforme tabela e preços abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	QTDE ESTIMADA	UND	ESPECIFICAÇÃO	SECRETARIA	VALOR POR HORA
SERVIÇOS MECANICOS PARA MÁQUINAS TIPO: TRATOR					
48	250	Horas MECANICA GERAL	Roçadeira stihl fs 220	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00
49	30	Horas MECANICA GERAL	Roçadeira Garthen cg 430 hw	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00
50	30	Horas MECANICA GERAL	Soprador Stihl BR 420	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00
51	30	Horas MECANICA GERAL	Moto poda stihl ka 85 R	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00
52	30	Horas MECANICA GERAL	Motosserra stihl ht 75	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00
53	30	Horas MECANICA GERAL	Motosserra stihl MS 361	Desenvolvimento urbano	R\$ 60,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção das máquinas, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho da máquina, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação da máquina;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA: São todos os serviços de pintura e chapeação;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL: Serviços mecânicos em geral, tais como desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, reparo/troca de lâminas, reparos/trocas de conchas e dentes, parte rodante, pistões, sistema hidráulico, cilindro de penetração, enfim, todos os serviços mecânicos, hidráulicos, elétrico/eletrônico nas máquinas pesadas, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 170 km (cento e setenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção da máquina até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata



e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte das máquinas (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra a máquina impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 5 (cinco) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo IX) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – As máquinas deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina. Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) devem assinar o responsável pela máquina (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da máquina e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo IX), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção das referidas máquinas.

1.11.1 – O prazo de entrega da máquina a ser reparada, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após a(s) máquina(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar a máquina no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nas máquinas em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.



1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados às máquinas/equipamentos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda da máquina para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preços unitários descritos na clausula 1ª.

2.2 – Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

#### CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

#### CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários na(s) máquina(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA,

levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo IX) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da máquina com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar a máquina nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com a máquina trafegando, retornando automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular da máquina.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido

definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar as máquinas.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado das máquinas que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de máquinas com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII) e o Plano de Serviços (Anexo IX) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da

assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

#### CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 - Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 022/2019 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) indicados pelas seguintes secretarias: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Agricultura, Secretária de desenvolvimento Urbano e Secretária de Educação Cultura e Esporte e atuará como gestor, o Secretário de cada pasta.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2019 abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2020:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Função: 15-Desenvolvimento urbano  
Subfunção: 452- Serviços Urbanos  
Programa: 29- Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2069- Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Cód. Red. 145 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 44 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 119 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 122 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00



E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	SIDINEI LUIZ VALTER

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
 Nome: CPF:  
 2- \_\_\_\_\_  
 Nome: CPF

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 022/2019

Publicação Nº 1923756

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019  
 REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2019

Aos 07 dias do mês de fevereiro do ano de 2019, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: SOMAQUINAS COMÉRCIO LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.190.200/0001-48, com sede na Rua Floriano Ferraz, nº 26, Barracão 01, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Sidinei Garghetti, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2019 – Registro de Preços, homologado em data de 08 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1– A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, E SERVIÇOS MECANICOS EM GERAL, E DE FORMA PARCELADA, NAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO, conforme tabela e preços abaixo:

- a) MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA;
- c) SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL.

ITEM	QTDE ESTIMADA	UND	ESPECIFICAÇÃO	SECRETARIA	VALOR POR HORA
SERVIÇOS MECANICOS PARA MÁQUINAS TIPO: TRATOR					
13	100	Horas MECANICA PREVENTIVA	Serviços mecânicos para ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUNDAI modelo R-1401 LC	Agricultura	R\$ 140,00
14	50	Horas MECANICA CORRETIVA	Serviços mecânicos para ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUNDAI modelo R-1401 LC	Agricultura	R\$ 140,00
15	250	Horas MECANICA GERAL	Serviços mecânicos para ESCAVADEIRA HIDRAULICA HYUNDAI modelo R-1401 LC	Agricultura	R\$ 140,00
37	100	Horas MECANICA PREVENTIVA	Serviços mecânicos para mini carregadeira (BOB CAT)	Transportes e Obras	R\$ 150,00
38	100	Horas MECANICA CORRETIVA	Serviços mecânicos para mini carregadeira (BOB CAT)	Transportes e Obras	R\$ 150,00
39	100	Horas MECANICA GERAL	Serviços mecânicos para mini carregadeira (BOB CAT)	Transportes e Obras	R\$ 150,00

1.2 – Para o presente certame serão consideradas as seguintes definições dos serviços:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção das máquinas, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc.; para garantir as melhores condições de desempenho da máquina, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação da máquina;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** São todos os serviços de pintura e chapeação;

c) **SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL:** Serviços mecânicos em geral, tais como desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial(ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedores, suspensão, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, reparo/troca de lâminas, reparos/trocas de conchas e dentes, parte rodante, pistões, sistema hidráulico, cilindro de penetração, enfim, todos os serviços mecânicos, hidráulicos, elétrico/eletrônico nas máquinas pesadas, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

1.3 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 170 km (cento e setenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção da máquina até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.4 – A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte das máquinas (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.5 – O local de execução dos serviços e assistência técnica deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.6 – Em casos de emergência, no local onde se encontra a máquina impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 5 (cinco) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.7 – Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.8 – A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo IX) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.9 – As máquinas deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina. Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) devem assinar o responsável pela máquina (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.10 – A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da máquina e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) para serviço, constatando o problema e os serviços/reparos a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo IX), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.11 – Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.10, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção das referidas máquinas.

1.11.1 – O prazo de entrega da máquina a ser reparada, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.9 e da entrega da mesma.

1.12 – O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.13 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.14 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.15 – Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.16 – Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.17 – O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.18 – Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após a(s) máquina(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.19 – Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar a máquina no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.20 – Nas máquinas em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.21 – A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados às máquinas/equipamentos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.21.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda da máquina para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.22 – A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.23 – A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

#### CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preços unitários descritos na cláusula 1ª.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

#### CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

**CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

**CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários na(s) máquina(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo IX) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da máquina com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor dño Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar a máquina nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com a máquina trafegando, retornando automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular da máquina.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções

legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

#### CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

#### CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar as máquinas.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado das máquinas que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de máquinas com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

#### CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII) e o Plano de Serviços (Anexo IX) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de



Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que “algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

#### CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

#### CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

#### CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

#### CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.



**CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES**

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO**

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 022/2019 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) indicados pelas seguintes secretarias: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Agricultura, Secretária de desenvolvimento Urbano e Secretária de Educação Cultura e Esporte e atuará como gestor, o Secretário de cada pasta.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

#### CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2019 abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2020:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Função: 15-Desenvolvimento urbano

Subfunção: 452- Serviços Urbanos

Programa: 29- Desenvolvimento Urbano

Ação: 2069- Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Cód. Red. 145 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes

Função: 12- Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 12- Desenvolvimento Educacional

Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental

Cód. Red. 44 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26- Transporte

Subfunção: 782- Transporte Rodoviário

Programa: 23- Estradas Vicinais

Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras

Cód. Red. 119 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 122 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 08 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	SOMASQUINAS COMÉRCIO LTDA - EPP

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_  
Nome: CPF:  
2- \_\_\_\_\_  
Nome: CPF

## CONTRATO ADMINISTRATIVO 058/2019

Publicação Nº 1923758

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 058/2019

CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, na forma dos Projetos Técnicos aprovado através da Portaria nº 296/2018, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA/SERVIÇO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI - ME, autorizado através do Processo nº 184/2018 e Licitação nº 010/2018, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA:

Empresa: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI - ME  
CNPJ-MF nº. 27.871.990/0001-90  
Endereço: Avenida Manaus, nº 540, Sala 001, Bairro Nova Divinéia  
Pinhalzinho – Santa Catarina – CEP: 89.870-000  
Representada por: Otmar Niederle

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 010/2018 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na construção de



pavimentação com pedras No Trecho da Rua Linha Frigeri e Trecho Rua Linha Túnel no Município de Pinheiro Preto-SC, com área a pavimentar de 4.797,17m<sup>2</sup> da Linha Frigeri e 1.590,19m<sup>2</sup>, na forma dos Projetos Técnicos aprovado através da Portaria nº 296/2018, em anexo ao presente Processo, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (material e serviços/mão de obra).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de execução será de 5 (cinco) meses, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Execução.

2.3 - O contrato vigorará até 31/12/2019, contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

Paragrafo único: Em caso de acréscimos ou supressões, somente será aceito com Laudo Técnico do Engenheiro responsável pela empresa, juntamente laudo técnico emitido por engenheiro responsável pela obra da AMARP.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA CAUÇÃO

3.1 O valor total do contrato é de R\$ 347.936,47 (trezentos e quarenta e sete mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos) sendo:

A) R\$ 94.234,77 (noventa e quatro mil duzentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos) para a Linha Túnel:

a.1 – R\$ 28.270,43 (vinte e oito mil duzentos e setenta reais e quarenta e três centavos) - mão de obra;

a.2 – R\$ 65.964,34 (sessenta e cinco mil novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) – material.

B) R\$ 253.701,70 (duzentos e cinquenta e três mil setecentos e um real e setenta centavos) – para a Linha Frigeri:

b.1 – R\$ 76.110,51 (setenta e seis mil cento e dez reais e cinquenta e um centavos) – mão de obra;

b.2 – R\$ 177.591,19 (cento e setenta e sete mil quinhentos e noventa e um reais e dezenove centavos) – material.

3.2 O(s) faturamento(s) dar-se-ão na forma do cronograma físico-financeiro – ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão nenhum reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável;

II – Entrega do comprovante de comprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

§ 1º A contratada presta a seguinte Garantia, no equivalente a 5% do valor do contrato, na forma do art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da Lei n. 8.666/93:

( ..... ) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

(X) seguro-garantia;

( ..... ) fiança bancária.

§ 2º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária 2019:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:1.16 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;

b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

a) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e plantas anexas do Edital Convocatório, partes integrantes deste.

b) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.

c) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

i) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

j) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.

l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### 8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

a) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias à execução dos serviços;

b) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;

c) efetuar semanalmente a limpeza da obra;

d) compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;

e) apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;

f) arcar com as despesas administrativas, tributos, salário dos empregados, encargos sociais e outros;

g) facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;

h) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o Município solicitar;

i) não sub-empregar total ou parcial da obra;

j) responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto em lei;

k) manter no local da obra o engenheiro responsável pela execução da obra;

l) acompanhamento diário do engenheiro, sendo que semanalmente reunir-se-á com o engenheiro fiscal designado pelo Município para análise e acompanhamento do cumprimento dos serviços projetados;

m) confecção e preenchimento do boletim diário da obra, vistado pelo engenheiro responsável pela execução da mesma;

n) confecção e preenchimento do boletim de medição da obra vistado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, pelo menos uma a cada etapa prevista para o pagamento;

o) registro da obra junto ao INSS (abertura da matrícula da obra);

p) outras obrigações mencionadas nos memoriais e projetos do processo licitatório;

q) Comprovar, quando do término da obra, o pagamento dos encargos sociais incidentes, mormente encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/91;

r) Prestar caução de adimplemento do contrato, no valor equivalente à 5% do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

##### 8.1 DAS PENALIDADES

8.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para



ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.2.1 Multa na ordem de 0,3% ( três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

8.1.2.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.2.3 Advertência;

8.1.2.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

8.1.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

## 8.2 RESCISÃO DO CONTRATO

8.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1.1 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

8.2.1.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

8.2.1.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

8.2.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA NONA: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Atuará como Gestor do Contrato, a Secretária de Transportes e Obras, sendo que na condição de fiscal o Engenheiro Flavio Oliveira.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica o presente contrato vinculado ao Processo de Licitação nº 184/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 010/2018.

10.3 Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

10.4 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

10.5 A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6 Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

10.7 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI - ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

## CONTRATO ADMINISTRATIVO 069/2019

Publicação Nº 1923760

PREGÃO PRESENCIAL 012/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO 069/2019

Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA ME, autorizado através do Processo n. 034/2019, Licitação nº 012/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.



**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA ME

CNPJ-MF nº. 11.623.987/0001-17

Endereço: Acesso a Rua Guilherme Mattana, Pinheiro Preto – SC – CEP: 89570-000

Representada por: Jair Ribeiro

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 012/2019, datado de 28 de janeiro de 2019, e homologado em data de 19 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e, ainda, pelas condições do Pregão Presencial nº 012/2019 e princípios do Direito Administrativo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 O fornecimento de serviços de lavagem de veículo, máquinas e equipamentos da frota municipal, na forma e preços abaixo descritos:

ITENS	QTDE PREVISTA	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário	Valor Total
02	390	Lavagem completa interna e externa dos automóveis/utilitários corsa, voyage, classic, spin, jetta, gol, uno, celer, up, ford KA. Fiat/weekend adventure, Renault Duster e saveiro	R\$ 39,00	R\$ 15.210,00
03	190	Lavagem completa, interna e externa de veículos de transporte de passageiros tipo dobrô, kombi, ducato, kangoo e ambulância e Hilux	R\$ 49,00	R\$ 9.310,00
04	24	Lavagem completa, interna e externa de caminhão basculante truck.	R\$ 115,00	R\$ 2.760,00
05	06	Lavagem completa, interna e externa para caminhão tanque truck	R\$ 105,00	R\$ 630,00
06	06	Lavagem completa, interna e externa para caminhão tanque toco.	R\$ 100,00	R\$ 600,00
07	06	Lavagem completa, interna e externa para prancha truck.	R\$ 128,00	R\$ 768,00
08	08	Lavagem completa, interna e externa caminhão basculante (toco).	R\$ 112,00	R\$ 896,00
09	30	Lavagem completa interna e externa de implementos agrícolas	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
12	80	Lavagem completa interna e externa para micro-ônibus.	R\$ 85,00	R\$ 6.800,00
13	90	Lavagem completa interna e externa para ônibus grande aprox. 44 lugares.	R\$ 99,00	R\$ 8.910,00
14	04	Lavagem completa, interna e externa para escavadeira hidráulica.	R\$ 180,00	R\$ 720,00
15	08	Lavagem completa, interna e externa para motoniveladora (patrôla).	R\$ 165,00	R\$ 1.320,00
16	12	Lavagem completa, interna e externa para retroescavadeira.	R\$ 144,00	R\$ 1.728,00
17	04	Lavagem completa, interna e externa para carregadeira.	R\$ 119,00	R\$ 476,00
18	20	Lavagem completa, interna e externa para trator de pneus.	R\$ 88,00	R\$ 1.760,00
19	06	Lavagem completa, interna e externa para rolo compactador.	R\$ 84,00	R\$ 504,00
Valor Total: R\$ 54.492,00				

1.2 As lavagens deverão ser completas (internas e externas), com desinfecção (desinfetante e álcool).

1.3 A CONTRATADA deverá lavar e aspirar os veículos internamente e externamente, com uso de produtos apropriados e de primeira qualidade.

1.4 A CONTRATADA deverá fornecer todos os produtos necessários à realização das lavagens dos veículos, sendo de sua responsabilidade o ônus pelo fornecimento e reposição de todos os materiais duráveis e de consumo necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

1.5 A CONTRATADA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.6 Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

1.7 A CONTRATADA responde pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.8 O serviço somente poderá ser realizado mediante a apresentação de ordem de serviço emitida pelo Secretário responsável, a qual

deverá acompanhar a respectiva Nota Fiscal quando da requisição do pagamento, sob pena deste não ser realizado.

1.9 Os serviços prestados à Administração deverão ser considerados como prioritários, a fim de minimizar a interferência no serviço público.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao recebimento do material, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sendo o transporte de responsabilidade (do CONTRATANTE).

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2019:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122- Administração Geral  
Programa: 3- Administração Geral  
Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Ação: 2050- MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Cód. Red. 11 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 44 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 47 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 242- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 159 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção das Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 6- Segurança Pública  
Subfunção: 181- Policiamento  
Programa: 4- Segurança Municipal  
Ação: 2023- Manutenção do convênio secretaria de segurança pública  
Cód. Red. 110 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 6- Segurança Pública  
Subfunção: 181- Policiamento  
Programa: 4- Segurança Municipal  
Ação: 2067- Manutenção do convênio radiopatrulha- Polícia Militar  
Cód. Red. 148 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Recurso: 138 Transferência do SUS/União  
Ação: 2055- Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde- PFVS  
Cód. Red. 25 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122-Administração Geral  
Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2021- Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito  
Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistência Social  
Subfunção: 244-Assistência Comunitária  
Programa: 6- Assistência à Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar  
Cód. Red. 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
Função: 8- Assistencial Social  
Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
Programa: 5- Assistência Social Geral  
Ação: 2063- Manutenção CRAS Recurso PAIF-Serv. De Prot. So  
Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00.00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato terá início com a sua assinatura e término em 31/12/2019, ou, ainda, caso esgotado o quantitativo adquirido, salvo em caso de acréscimo previsto no item 6.1.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;

5.1.5. Não provocar danos nos veículos, máquinas e equipamentos e zelar pela sua conservação.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 012/2019 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuação como gestores dos contratos, os Secretários respectivos. Como fiscal do contrato, atuará o servidor Valdir Antonio Neis.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 19 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 070/2019

Publicação Nº 1923764

PREGÃO PRESENCIAL 012/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO 070/2019

Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SL LAVAÇÃO LTDA, autorizado através do Processo n. 034/2019, Licitação nº 012/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: SL LAVAÇÃO LTDA

CNPJ-MF n.º. 29.040.214/0001-73

Endereço: Rod. Municipal José Gheller, S/n, Bairro Santa Lúcia – Videira SC – CEP: 89560-000

Representada por: Giseli Pauletti

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 012/2019, datado de 28 de janeiro de 2019, e homologado em data de 19 de fevereiro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e, ainda, pelas condições do Pregão Presencial nº 012/2019 e princípios do Direito Administrativo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 O fornecimento de serviços de lavagem de veículo, máquinas e equipamentos da frota municipal, na forma e preços abaixo descritos:

ITENS	QTDE PREVISTA	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário	Valor Total
01	06	Lavação completa de motor de veículos automóveis e utilitários.	R\$ 46,50	R\$ 279,00

10	12	Lavação completa interna e externa para caminhão com coletor de lixo (lavação com/quente).	R\$155,00	R\$ 1.860,00
Valor Total: R\$ 2.139,00				

1.2 As lavagens deverão ser completas (internas e externas), com desinfecção (desinfetante e álcool).

1.3 A CONTRATADA deverá lavar e aspirar os veículos internamente e externamente, com uso de produtos apropriados e de primeira qualidade.

1.4 A CONTRATADA deverá fornecer todos os produtos necessários à realização das lavagens dos veículos, sendo de sua responsabilidade o ônus pelo fornecimento e reposição de todos os materiais duráveis e de consumo necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

1.5 A CONTRATADA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.6 Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

1.7 A CONTRATADA responde pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.8 O serviço somente poderá ser realizado mediante a apresentação de ordem de serviço emitida pelo Secretário responsável, a qual deverá acompanhar a respectiva Nota Fiscal quando da requisição do pagamento, sob pena deste não ser realizado.

1.9 Os serviços prestados à Administração deverão ser considerados como prioritários, a fim de minimizar a interferência no serviço público.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao recebimento do material, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sendo o transporte de responsabilidade (do CONTRATANTE).

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2019:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
 Função: 4- Administração  
 Subfunção: 122- Administração Geral  
 Programa: 3- Administração Geral  
 Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
 Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
 Função: 10- Saúde  
 Subfunção: 301- Atenção Básica  
 Programa: 9- Saúde com qualidade  
 Ação: 2050- MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
 Cód. Red. 11 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo



Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 44 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
Função: 12- Educação  
Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
Cód. Red. 47 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 242- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 159 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistencia ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 6- Segurança Publica  
Subfunção: 181- Policiamento  
Programa: 4- Segurança Municipal  
Ação: 2023- Manutenção do convenio secretária de segurança publica  
Cód. Red. 110 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 6- Segurança Publica  
Subfunção: 181- Policiamento  
Programa: 4- Segurança Municipal  
Ação: 2067- Manutenção do convenio radiopatrulha- Policia Militar  
Cód. Red. 148 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Recurso: 138 Transferência do SUS/União  
Ação: 2055- Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde- PFVS  
Cód. Red. 25 -3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 4- Administração  
Subfunção: 122-Administração Geral  
Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2021- Manutenção da Atividades do Gabinete do Prefeito  
Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistencia Social  
Subfunção: 244-Assistencia Comunitária  
Programa: 6- Assistência a Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar

Cód. Red. 5 - 3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
Função: 8- Assistencial Social  
Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
Programa: 5- Assistência Social Geral  
Ação: 2063- Manutenção CRAS Recurso PAIF-Serv. De Prot. So  
Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato terá início com a sua assinatura e término em 31/12/2019, ou, ainda, caso esgotado o quantitativo adquirido, salvo em caso de acréscimo previsto no item 6.1.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- 5.1.5. Não provocar danos nos veículos, máquinas e equipamentos e zelar pela sua conservação.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 012/2019 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuarão como gestores dos contratos, os Secretários respectivos. Como fiscal do contrato, atuará o servidor Valdir Antonio Neis.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 19 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

SL LAVAÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 071/2019

Publicação Nº 1923766

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 071/2019

CONTRATO SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL DO LIXO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

Termo de Contrato de SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e Hera Sul Tratamento de Resíduos Ltda, autorizado através do Processo Administrativo nº 023/2019, Licitação nº 002/2019, modalidade TOMADA DE PREÇO, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: HERA SUL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

CNPJ-MF n.º: 07.756.675/0001-04

Endereço: Estrada Geral Colonia Miranda, Km 3,1, Bairro Colonia Miranda, RIO NEGRINHO – SC – CEP: 89295-000

Representada por: Graciela Carvalho

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, pelas Leis de proteção ambiental e pelas normas do Edital de Licitação nº 002/2019, modalidade Tomada de Preço.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E EXECUÇÃO**

1.1 O presente processo tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviço de coleta, tratamento e destino final do lixo dos serviços de saúde da Unidade Básica do Município de Pinheiro Preto, em regime de empreitada integral.

1.2 O lixo dos serviços de saúde deverá ser coletado, transportado e tratado pela empresa contratada. A coleta deverá ser efetuada quinzenalmente, na Unidade Básica de Saúde do Município.

1.3 Nos termos da RDC-ANVISA nº 306/2004, os resíduos a serem coletados e tratados enquadram-se nos Grupos A, B e E, numa média quinzenal estimada de: Grupo A: 50 (cinquenta) quilos; Grupo B: 15 (quinze) kg; Grupo E: 25 (vinte e cinco) quilos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços objeto deste instrumento pelo preço mensal de R\$ 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais), devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 9- Saúde com qualidade

Ação: 2050- MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Cód. Red. 11 -3.3.90.00.00.00.00

2.2 O pagamento dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele da prestação do serviço, mediante depósito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, observada a ordem de crédito.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1 Para fins de execução, o contrato vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

3.1.1 Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE DE PREÇO**

4.1 Fica vedado reajuste de preços durante o prazo ordinário de vigência do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

5.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

5.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

5.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

5.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

5.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

5.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

5.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, na pessoa do servidor ..... devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

5.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

5.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 6.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e o presente instrumento;
- 6.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 6.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 6.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 6.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 6.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 6.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 6.1.9. Exceto a disposição final do RSS, fica vedada a transferência do objeto do contrato.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

6.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ENCARGOS

Os valores devidos a título de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

#### CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA COLETA LIXO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

8.1 Na coleta do lixo dos serviços de saúde e hospitalar, o veículo coletor deve atender ao seguinte:

- a) Ter superfícies externas lisas, de cantos arredondados e de forma a facilitar a higienização;
- b) não permitir vazamento de líquido, e ser provido de ventilação adequada;
- c) sempre que a forma de carregamento for manual, a altura da carga deve ser inferior a 1,20 m;
- d) quando possuir sistema de carga e descarga, este deve operar de forma a não permitir o rompimento dos recipientes;
- e) quando forem utilizados contêineres, o veículo deve ser dotado de equipamento hidráulico de basculamento;
- f) o veículo coletor deve contar com os seguintes equipamentos auxiliares: pá, rodo, saco plástico (NBR 9190) de reserva, solução desinfetante;
- g) devem constar em local visível o nome da empresa coletora (endereço e telefone), a especificação dos resíduos transportáveis, com o número ou código estabelecido na NBR 10004, e número do veículo coletor;
- i) ostentar a simbologia para o transporte rodoviário (ver NBR 7500), procedendo-se de acordo com a NBR 8286.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 9.1. PENALIDADES

9.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na prestação do serviço especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

9.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

9.1.2.1 Multa na ordem de 0,3% ( três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

9.1.2.1.1 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, o CONTRATANTE aplicará multa em dobro.

9.1.2.2 Advertência;

9.1.2.3 Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

9.1.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

9.1.4 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

## 9.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

9.2.1.2 Inobservância das especificações acordadas no Edital e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

9.2.1.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

9.2.1.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

9.2.2 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos na Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. A contratada fica totalmente responsável pela reciclagem/industrialização e destino final do lixo proveniente dos serviços de saúde do Município de Pinheiro Preto, responsabilizando-se, inclusive, perante os órgãos de preservação e proteção do meio ambiente.

10.3. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento do órgão interessado.

10.4. A contratada ficará responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na compra, até 25 % (vinte e cinco por cento).

10.6 Atuará como fiscal do contrato, a servidora Taise Aparecida Berwanger.

10.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 21 de fevereiro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

HERA SUL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:



**DECRETO 4960**

Publicação Nº 1924279

DECRETO Nº 4.960, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$795.000,00 (Setecentos e noventa e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias a seguir:

20.06.22.661.0021.1.014.4.5.90.00.00.00.00.00

1014 – Promoção da Indústria e do Comércio

Fonte de Recursos: 0300

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2018, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4964**

Publicação Nº 1923884

DECRETO Nº 4.964, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 04 E 05 DE MARÇO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o Carnaval no dia 05 de março de 2019;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município, nos dias 04 e 05 de março de 2019 (segunda e terça-feira).

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º No dia 06/03/2019 (quarta-feira de cinzas), o expediente ao público será normal, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de fevereiro de 2019

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

**DECRETO 4966**

Publicação Nº 1923905

DECRETO Nº 4.966, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Designa, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pinheiro Preto, os seguintes membros:

I - Representante de Entidades Governamentais:

a) Titular: Tania Zanella, Psicóloga;  
Suplente: Jurcelei Bertha, Assistente Social.

b) Titular: Patrícia Piccoli, representante da Secretaria municipal da Saúde  
Suplente: Fabiane Bogoni.

c) Titular: Veronice Fritzen, diretora, representante da Secretaria municipal da Educação  
Suplente: Jussara Boesing.

d) Titular: Raul Beal Partyka, representante da Secretaria municipal da Educação  
Suplente: Justina Mazureck Mariani

II – Representantes de Entidades não-governamentais;

a) Titular: Mara Estela de Borba Piovesan, representante do Clube de Mães da Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira;  
Suplente: Rosania Ines Zago Rossatto

b) Titular: Dilvana Bolzani Friebe, representante da Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers;  
Suplente: Priscila Barancelli

c) Titular: Arildo Mânica, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto  
Suplente: Valderi Perazzoli

d) Titular: Angela Domingos, representante da AUNO.  
Suplente: Maria Inês do Amaral Pazini.

Art. 2º Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo considerada atividade de relevante interesse social, com mandato de um ano, permitida a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.670, de 18 de setembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de fevereiro de 2019.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 133/2019

Publicação Nº 1923731

PORTARIA Nº 133, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.  
HOMOLOGA ITENS QUE ESPECIFICA DA LICITAÇÃO Nº 007/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, e

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 007/2019, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa ALDIR BADO, inscrita no CNPJ sob nº 13.358.085/0001-26, para os seguintes itens e respectivos preços: Item 34 (R\$ 108,00), Item 41 (R\$ 100,00) e Item 42 (R\$ 100,00).

II – Empresa SIDINEI LUIZ VALTER, inscrita no CNPJ sob nº 30.660.315/0001-26, para os seguintes itens e respectivos preços: Item 48 (R\$ 60,00), Item 49 (R\$ 60,00), Item 50 (R\$ 60,00), Item 51 (R\$ 60,00), Item 52 (R\$ 60,00) e Item 53 (R\$ 60,00).

III – Empresa SOMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob nº 26.190.200/0001-48, para os seguintes itens e respectivos preços: Item 13 (R\$ 140,00), Item 14 (R\$ 140,00), Item 15 (R\$ 140,00), Item 37 (R\$ 150,00), Item 38 (R\$ 150,00) e Item 39 (R\$ 150,00).

Art. 2º Revogam-se os demais itens, devendo ser lançado novo edital para referidos itens.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 134/2019**

Publicação Nº 1923724

PORTARIA Nº 134, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o funcionário Valdir Neis, ocupante do cargo de Diretor Executivo Municipal de Planejamento Obras Serviço e Transportes, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 007/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE FEVEREIRO DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 153/2019

Publicação Nº 1923730

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

HOMOLOGA ITENS QUE ESPECIFICA DA LICITAÇÃO Nº 012/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 012/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa prestadora de serviços especializados em LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, e adjudica os objetos licitados às seguintes empresas vencedoras:

1. JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA ME, inscrito sob nº CNPJ: 11.623.987/0001-17 os itens e respectivos valores unitários: nº: 02 (R\$ 39,00); 03 (R\$ 49,00); 04 (R\$ 115,00); 05 (R\$ 105,00); 06 (R\$ 100,00); 07 (R\$ 128,00); 08 (R\$ 112,00); 09 (R\$ 70,00); 12 (R\$ 85,00); 13 (R\$ 99,00); 14 (R\$ 180,00); 15 (R\$ 165,00); 16 (R\$ 144,00); 17 (R\$ 119,00); 18 (R\$ 88,00); 19 (R\$ 84,00);

2. SL LAVAÇÃO LTDA, inscrito sob nº CNPJ: 29.040.214/0001-73 o item e respectivo valor unitário: nº: 01 (R\$ 46,50); 10 (R\$ 155,00);

Art. 2º Declara fracassado o certame referente ao item 11 – Lavagem completa de motor de caminhão – em vista não ter havido interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 154/2019**

Publicação Nº 1923726

PORTARIA Nº 154, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o funcionário Valdir Antonio Neis, ocupante do cargo de Diretor Executivo Municipal de Planejamento Obras Serviço e Transportes, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 012/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal



**PORTARIA 155/2019**

Publicação Nº 1923727

PORTARIA Nº 155 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 002/2019 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 002/2019, modalidade TOMADA DE PREÇO, VISANDO A COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS DA SAÚDE e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1. HERA SUL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.756.675/0001-04, o item e respectivo valor total - ITEM nº: 01 R\$ 1.970,00 mensal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 156/2019**

Publicação Nº 1923728

PORTARIA Nº 156, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária Taise Aparecida Berwanger, ocupante do cargo de Enfermeira Psf, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente da Tomada de Preço nº 002/2019

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO 002/2019

Publicação Nº 1924281

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
AVENIDA MARECHAL COSTA E SILVA – 111 – CENTRO  
FONE: (49) 3562-2007 – E-MAIL: cras@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 002/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Disciplina a Aprovação do Cofinanciamento Estadual – Proteção Social Básica, exercício 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.651, de 05 de fevereiro de 2013, e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.962 de 19 de fevereiro de 2019.

Considerando, que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa, deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área de Assistência Social no Município de Pinheiro Preto – SC.

RESOLVE:

Art.1º Aprovação do Cofinanciamento Estadual, da Proteção Social Básica, de acordo com o indicado na atualização do Decreto nº 1.655, de 04 de julho de 2018 do FEAS.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 22 de fevereiro de 2019.

TAUANA NEIS  
PRESIDENTE DO CMAS

## TERMO ADITIVO 005/2019

Publicação Nº 1923767

Termo Aditivo 005/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 014/2019

Primeiro Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 299/2018, Licitação nº 126/2019 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ-MF nº: 76.578.202/0001-87  
Endereço: Rod. SC 480, Bairro Quedas do Palmital, nº 481 E, Chapecó SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de litros de combustível tipo; ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

2.1 2.1 Após comprovado o aumento no preço do combustível tipo óleo diesel S10 e S 500 comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 014/2019, reajustado, para fins de alta o preço do óleo diesel S10 e S 500.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra do combustível passa a ser de:

I – S 500, de R\$ 3,28 (três reais e vinte e dois centavos) para R\$ 3,358 (três reais e trezentos e cinquenta e oito centavos) por litro;  
II – S10, de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por litro.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

A despesa para com o presente aditivo fica a cargo da dotação orçamentária em vigor.

#### CLAUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 014/2019 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
SAFRA DIESEL LTDA

#### TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

# Piratuba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HAB TP Nº 001/2019

Publicação Nº 1924587

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

Objeto: "contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obras de pavimentação asfáltica, pavimentação em concreto, sinalização, meio fio e boca de lobo em ruas do Município."

#### EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, alínea "a" inciso 1º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Foi julgada inabilitada a licitante VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso.

Piratuba, SC, 22 de fevereiro de 2019.

KARLA RIFFEL DA SILVA

Presidente da C.P.L.

### PORTARIA Nº 086/2019

Publicação Nº 1924655

PORTARIA Nº 086/2019

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

#### EXONERA A PEDIDO

ROGERIO NUNES VIIERA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 2.144.862 e CPF sob o nº 681.910.819-20, servidor em cargo comissionado desta municipalidade no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme Portaria nº 458/2017, de 03 de outubro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 19 de fevereiro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.

Em 19 de fevereiro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 087/2019

Publicação Nº 1924656

PORTARIA Nº087/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017, e conforme solicitação da Secretaria de Educação e Esportes através do ofício nº038/2019 de 01 de fevereiro de 2019.

CONTRATA

DÁRLI SALETE DE MELLO DALMAGRO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Hedi Klein Matzenbacher nº79, na cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº1.709.670 e CPF sob o nº 543.652.109-63, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de março de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 19 de fevereiro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2019

Em 19 de fevereiro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 088/2019**

Publicação Nº 1924657

PORTARIA Nº088/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

CONTRATA

SIRLENE SILVEIRA DE AVILA HACHMANN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Prefeito Fioravante Kaster, nº51, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 1.707.427 CPF sob o nº 551.460.079-34, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Sélia Regina Knobloch afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 01 de março de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 19 de fevereiro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017

Em 19 de fevereiro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 089/2019**

Publicação Nº 1924659

PORTARIA Nº089/2019

NOMEIA SERVIDOR COMO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

LEANDRO JOEL BORGES DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 1079, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 4954064 e CPF sob o nº 054.097.319-05, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Agricultura, como RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, com remuneração do cargo de Secretário.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 20 de fevereiro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal



Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2019  
Em 20 de fevereiro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 090/2019**

Publicação Nº 1924661

PORTARIA Nº 090/2019  
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

### **EXONERA A PEDIDO**

FERNANDES ANTONIO SCHAITEI, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, s/n, Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº2.306.315 e CPF sob o nº 707.402.599-20, servidor efetivo desta municipalidade no cargo de ESCRITURÁRIO, conforme Portaria nº170/2011 de 01 de abril de 2011, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 21 de fevereiro de 2019.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.  
Em 21 de fevereiro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4886/2019

Publicação Nº 1923415

DECRETO Nº 4886/2019, de 22 de fevereiro de 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS 04 E 05 DE MARÇO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º- Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas do município de Planalto Alegre no dia 04 de março de 2019 (segunda-feira), considerando as comemorações culturais do carnaval, a se realizar no dia 05 de março de 2019 (terça-feira), retornando as atividades normalmente no dia 06 de março de 2019 (quarta-feira).

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

JUARES BET

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

### Portaria nº 0030/2019

Publicação Nº 1923704

PORTARIA Nº 030/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC, no uso da atribuição descrita no inciso XXIV do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 22 do Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR o servidor Rui Roque Camatti, operador de máquinas (Grupo 02, cargo 02.07, do Quadro de Cargos Permanentes – LC 011/2009), matrícula funcional nº 625, para o cargo de motorista (Grupo 02, cargo 02.06, do Quadro de Cargos Permanentes – LC 011/2009).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre, 19 de fevereiro de 2019.

Juares Bet

Prefeito Municipal

### Portaria nº 0031/2019

Publicação Nº 1923706

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 031/2019

NOMEIA A SENHORA SABRINA ZANON PARA ASSUMIR O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Público Edital nº 01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear conforme o Art. 9 e o Art. 10 da Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Público Edital nº 01/2018 a Senhora SABRINA ZANON, para o cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Parágrafo Único. A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias contados da publicação do ato de provimento. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 20 de Fevereiro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

# Pomerode

## PREFEITURA

### AUTO DE INFRAÇÃO 1132

Publicação Nº 1924431

Em atendimento ao art. 187 Lc 163/2008, faz-se a publicação da infração em resumo, conforme segue:

Auto de Infração 1132

Nome do infrator: Indo Raduenz

CPF: 304.228.509-00

Endereço da ocorrência: R: Ribeirão Herdt, 1560, Ribeirão Herdt

Data: 19/10/2018

Horário: 10:21

Descrição das irregularidades: desrespeito a notificação/auto de embargo nº001219/2018. Movimentação de terras sem autorização (art. 65 Lc 163/2008). Serão aplicadas multas para qualquer disposição estabelecida neste código (art. 188 IV Lc 163/2008).

Descrição das exigências: Cessar movimentação de terras/aterro sem autorização. Atender a notificação/auto de embargo nº001219/2018. Ciente de que o não cumprimento das exigências contidas na notificação/auto de embargo nº 001219, resultou na aplicação de multa de 100 unidades fiscais monetárias (UFMs) pela infração cometida, conforme determina o anexo V - Lc 163/2008.

O infrator terá prazo de 05 (cinco) dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração (conforme Plano Diretor).

### PORTARIA 24.911

Publicação Nº 1924062

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

### PORTARIA Nº 24.911

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) ADRIANA MORAIS DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CLASSE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

#### RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR ADRIANA MORAIS DE OLIVEIRA, para o cargo de AUXILIAR DE CLASSE, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 22 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de fevereiro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1923970

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 016 / 2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 08/03/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 08/03/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br), ou site: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 22 de Fevereiro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA POSSE PRESIDENTE LEGISLATIVO 2019-2020

Publicação Nº 1924187

ATA Nº CM 041/2018

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito, às dezenove horas, nas dependências do Legislativo Municipal, reuniram-se os senhores vereadores para reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores, com a presença dos seguintes membros: Adenir Freitas, Edivan Antonio Panizzi, Evandro Pavan, Julio Cesar Págliã, Marcelo Tadeu Wrubel, Milena Aparecida da Silva, Olivo Cortellini, Rúbia Caroline Wrubel e Gilson Damaceno, Presidente da Mesa, que cumprimentou a todos os presentes, e sob a proteção de Deus, declarou aberta a reunião, convidando o vereador Edivan para proferir a leitura de trecho da Bíblia Sagrada, prosseguindo com a leitura da Ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Após fez-se a leitura do Expediente do Dia, sendo: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº CM 004/2018 – RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NA JUSTIFICATIVA DA RESOLUÇÃO Nº CM 070/2018. Requerimento do vereador Julio Cesar Págliã solicitando licença nos termos do Art. 269, inciso III da Resolução nº CM 019/90, por um período de sessenta e um dias, contados a partir de 01 de fevereiro de 2019. Requerimento dos vereadores Edivan Antonio Panizzi e Olivo Cortellini, solicitando a liberação de diárias para participarem do curso: EMPREENDEDORES- COMO O LEGISLATIVO PODE APOIAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS, no período de 11 a 14 de dezembro em Florianópolis SC. Ficha de inscrição aos cargos da Mesa Diretora que atuará no período de 01 de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2020 Sendo: Vereador: Marcelo Tadeu Wrubel ao cargo de Presidente; Vereadores: Adenir Freitas e Julio Cesar Págliã ao cargo de Vice-Presidente; Vereadores: Evandro Pavan e Gilson Damaceno ao cargo de 1º Secretário e os vereadores: Milena Aparecida da Silva e Olivo Cortellini ao cargo de 2º Secretário. Passando a Ordem do Dia, com a presença de todos os senhores vereadores, o Presidente encaminhou as Comissões para Parecer Projeto de Resolução nº CM 004/2018. Após colocou em discussão para 2ª Votação PROJETO DE LEI Nº 023/2018 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA PARA O EXERCÍCIO DE 2019. O vereador Evandro explicou que este Projeto é o Orçamento Anual para 2019, já foi discutido na semana passada. Que foi aprovado o PPA que vota-se a cada quatro anos, somente feito revisão se necessário. Votou-se também a LDO que traça as metas para 2019 e agora estamos votando o LOA/2019, com despesas estimada em R\$ 32.800.000,00. Pediu o apoio e o voto dos senhores vereadores. Nada mais foi discutido, aprovando-se por unanimidade em 2ª Votação. Deliberado pelo plenário, dispensou-se a Votação em Redação Final deste projeto. Em discussão para 1ª Votação PROJETO DE LEI Nº 024/2018 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, o vereador disse que este crédito adicional é na ordem de R\$ 247.000,00 e ele trata especificamente para que o Poder Executivo possa cumprir com o pagamento da folha de pagamento dos servidores municipais da saúde. Que na justificativa o Prefeito justifica o porque, mas basicamente resumindo a justificativa é para que dentro do prazo legal, possa efetuar o pagamento a todos os servidores. A entrada deste recurso é integralmente para a área da saúde, anulando de várias outras secretarias como por exemplo: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Turismo, R\$ 22.000,00; Fundo do Desenvolvimento Econômico R\$ 5.000,00 em uma rubrica outra de R\$ 10.000,00. Departamento de Educação uma rubrica de R\$ 19.000,00 outra de R\$ 10.000,00 Apoio ao Ensino Médio R\$ 10.000,00 e assim as demais. É basicamente o que trata este projeto, e desta forma pedem o voto favorável dos demais colegas. Nada mais foi discutido aprovando-se por unanimidade em 1ª Votação. Em discussão para 1ª Votação PROJETO DE LEI Nº 027/2018 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, o vereador Evandro explicou que este Projeto : Fica o Poder Executivo Municipal a efetuar transferência financeira no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, até o mês de dezembro do ano de 2018. O valor acima nominado servirá como auxílio para que a AMAI adquira um veículo zero quilometro. A AMAI deverá lançar procedimento licitatório para a aquisição do veículo. Que o Executivo pede autorização desta casa para fazer esta transferência, que foi um acordo na última reunião da AMAI, para que os quatorze municípios repassasse um valor financeiro para esta instituição, para que adquiram este veículo para atender todos os municípios. Pediu o voto de todos os senhores vereadores. Nada mais foi discutido, aprovando-se por unanimidade em 1ª Votação. Considerando ser a última sessão ordinária do ano, o Presidente colocou para deliberação do plenário a dispensa da 2ª Votação bem como da Votação em Redação dos projetos aprovados em 1ª Votação, sendo Projeto de Lei nº 024/2018 e Projeto de Lei nº 027/2018, sendo aprovado por unanimidade. Nos termos do Art. 40 do Regimento Interno a Comissão Representativa para atuar nos períodos de recesso ficou assim constituída. Vereadores: Marcelo Tadeu Wrubel, Milena Aparecida da Silva e Evandro Pavan. Obedecendo o que dispõe o Regimento Interno desta câmara, e a Resolução nº CM 067/2017 passaremos neste momento à eleição para a mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores, que atuará no período de 01 de janeiro/2019 à 31 de dezembro/2020. O vereador chamado deverá usar a tribuna para expressar seu voto. Tendo se registrados candidato à Presidência, o vereador Marcelo Tadeu Wrubel, o vereador deverá se expressar sim pela concordância do vereador Marcelo ou não para a rejeição. Passando à votação pela ordem de chamada, o Presidente chamou os vereadores um a um para expressarem seu voto na tribuna. Vereador Adenir: (SIM), vereador Edivan: (SIM), vereador Evandro: (SIM), vereador Júlio Cesar: (SIM), vereador Marcelo: (SIM), vereadora Milena: (SIM), vereador Olivo: (SIM), vereadora Rubia: (SIM), vereador Gilson: (SIM). Concluída a votação, elegeu-se Presidente desta casa, para o biênio 2019/2020 o vereador Marcelo Tadeu Wrubel. Tendo se registrados candidatos ao cargo de Vice-Presidente, os vereadores Adenir Freitas e Julio Cesar Págliã, passando à votação pela ordem de chamada, o Presidente chamou os vereadores um a um para expressarem seu voto na tribuna, onde um a um nominaram seu candidato sendo: Vereador Adenir: ( Adenir Freitas), vereador Edivan: (Julio Cesar), vereador Evandro: (Julio Cesar), vereador Júlio Cesar: (Julio Cesar), vereador Marcelo: (Adenir Freitas), vereadora Milena: (Adenir Freitas), vereador Olivo: (Julio Cesar), vereadora: Rubia: (Adenir Freitas), vereador Gilson: (Adenir Freitas). Concluída a votação, elegeu-se Vice-Presidente desta casa, para o biênio 2019/2020 o vereador Adenir Freitas. Tendo se registrados candidatos ao cargo de 1º Secretário, os vereadores Evandro Pavan e Gilson Damaceno, passando à votação pela ordem de chamada, o Presidente chamou os vereadores um a um para expressarem seu voto na tribuna, onde um a um nominaram seu candidato sendo: Vereador Adenir: ( Gilson Damaceno), vereador Edivan: ( Evandro Pavan), vereador Evandro: ( Evandro Pavan), vereador Júlio Cesar: ( Evandro Pavan), vereador Marcelo: (Gilson Damaceno), vereadora Milena: ( Gilson Damaceno), vereador Olivo: ( Evandro Pavan), vereadora Rubia: (Gilson Damaceno), vereador Gilson: ( Gilson Damaceno).



Concluída a votação, elegeu-se 1º Secretário desta casa, para o biênio 2019/2020 o vereador Gilson Damaceno. Tendo se registrado candidatos ao cargo de 2º Secretário, os vereadores Milena Aparecida da Silva e Olivo Cortellini, passando à votação pela ordem de chamada, o Presidente chamou os vereadores um a um para expressarem seu voto na tribuna, onde um a um nominaram seu candidato sendo: Vereador Adenir: ( Milena da Silva), vereador Edivan: ( Olivo Cortellini) , vereador Evandro: ( Olivo Cortellini), vereador Júlio Cesar: ( Olivo Cortellini), vereador Marcelo: (Milena da Silva), vereadora Milena: ( Milena da Silva), vereador Olivo: ( Olivo Cortellini), vereadora Rubia: (Milena da Silva) , vereador Gilson: ( Milena da Silva). Concluída a votação, elegeu-se 2º Secretária desta casa, para o biênio 2019/2020 a vereadora Milena Aparecida da Silva. Após o Presidente declarou eleita a Mesa Diretora, que atuará no período de 01 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2020, que fica assim composta: Presidente o vereador Marcelo Tadeu Wrubel; Vice Presidente: vereador Adenir Freitas; 1º Secretário: vereador Gilson Damaceno e como 2º Secretária a vereadora. Milena Aparecida da Silva. O Presidente da Mesa desejou sucesso a nova Mesa Diretora. Escrito na Palavra Livre o vereador Edivan cumprimentou a todas as pessoas presentes e os ouvintes da Rádio Nambá. Começou parabenizando a Mesa Diretora, em especial seu amigo Marcelo, desejou sucesso no biênio que estará comandando esta casa, e tem dito tanto ao vereador Marcelo como a outras pessoas, que a Presidência da casa em sua modesta maneira de ver, ela vai muito além do que as funções regimentais desta casa. Entende que Ponte Serrada precisa começar a pensar, em um planejamento diferente, até na questão política de nosso município. Que já falou ao vereador Marcelo e agora fala de público, acha que tua função de ora em diante vai muito além do que a Presidência desta casa. Gostaria do mesmo, com a liderança que é, da oposição ao Executivo, e também como liderança que é na maioria desta casa, que o mesmo pudesse trazer um pouco, quem sabe a vontade que seja de mais de um, que possam tentar no futuro, buscar um novo encaminhamento político ao nosso município. Vê em sua pessoa, a pessoa apta a começar este trabalho. Seu voto foi de coração, não acha que o mesmo tem que lhe dar nada em troca, acha que o salário do Presidente é digno da Presidência, e por ela tem que ser auferida, pensa desta forma. Deposita no mesmo sua confiança, seu voto, e estará ao lado do mesmo para o que precisar nesta casa, e gostaria que o mesmo estivesse também ao lado do município. Que pudessem pensar em Ponte Serrada de uma forma um pouco diferente. Que tiveram durante este mandato, a Mesa Diretora entrou nesta casa com três projetos, o primeiro deles que criava dois cargos de Assessor Especial do Presidente, que foi o primeiro projeto adentrado nesta casa, em fevereiro/2017, o qual através de sua bancada, e com o entendimento do Ministério Público, conseguiram arquivar aquele projeto. A Mesa Diretora, a Presidência começou o trabalho desta forma, e encerrou os trabalhos também desta forma, quando adentraram com o Projeto de Resolução nº CM 003/2018 que criava mais um cargo de Consultor Jurídico para esta casa. Que os vereadores de sua bancada, pediram porque tinham direito, de ter acesso de uma recomendação que veio do Ministério Público, tiveram por duas vezes esta recomendação negada, que no dia de hoje estiveram no Gabinete da Promotora, Dra: Roberta. E tiveram finalmente acesso a uma recomendação que o Ministério Público faz também no que tange a criação deste novo cargo de Assessor Jurídico desta casa. Gostaria de ler , toda a recomendação, mas ficará somente em três recomendações. " Considerando que a Câmara de Vereadores já possui um Assessor Jurídico concursado, com carga horária de 20 horas, cujas atribuições coincidem com as atribuições propostas para a criação de um novo cargo, bem como não há comprovação do aumento da demanda a justificar a criação do cargo e o aumento da despesa, Considerando a tramitação irregular do Projeto de Resolução nº CM 003/2018, notadamente quanto ao descumprimento do Regimento Interno, Considerando que constitui ato de improbidade administrativa e causa lesão ao horário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa, e assim segue o Ministério Público com mais considerandos. Mas findará que seu espaço é pequeno. Recomenda o Ministério Público, que no prazo de cinco dias a Presidência ou a Mesa Diretora desta casa, anule o ato de aprovação do Projeto de Resolução nº CM 003/2018. Presidente eleito a partir do ano que vem, que aqui está a recomendação do Ministério Público, e na sessão passada, infelizmente sofre uma perseguição enorme, onde o mesmo é testemunha, fala alguma coisa, distorcem o que fala. Na reunião passada falou o seguinte, porque não pegar este valor da contratação de mais um advogado que não se tem necessidade, e porque a câmara não fazer uma parceria com o Executivo, repassar este valor e o Executivo contratar um Engenheiro Agrônomo ou um Técnico Agrícola já que a receita do município, ela vem mais de sessenta por cento da área da agricultura. Disseram aqui que estava blefando, que estava ficando louco, que a câmara não pode fazer isso e quem deve fazer é o Executivo. Sabe disso, mas o que sugeriu é que se fizesse uma parceria do Legislativo e do Executivo, e ao invés de contratar mais um advogado que não tem absoluta necessidade, não existe nenhuma necessidade, que se fizesse sim uma parceria com o Executivo e se contratasse um Técnico Agrícola ou um Agrônomo. Continua pensando desta forma, e agora com o mesmo na Presidência, talvez o mesmo possa refletir a respeito, e possam realmente tentar melhorar o nosso município. Que tem aqui um advogado que não tem trabalho sequer para meia hora, que pagam ele vinte horas, para que mais um? É neste sentido sua fala, da parceria do Legislativo e do Executivo, para que possam aplicar melhor estes recursos. Torce que o Presidente eleito pense a respeito, e poderia aqui ficar justificando, as falas que se dão depois deste vereador, quase sempre lhe atingindo, quase que sempre. Não sabe porque se tem tanta preocupação quanto ao mandato do vereador Edi Panizzi, sendo que só busca em ser candidato ao mais uma vaga. Sobraram oito para que os demais disputem. Prefere responder os impropérios aqui ditos em quase todas as sessões, mandando um abraço aos moradores da Rua Julio Coletti, Bairro Berté que estão com uma obra a pleno vapor. O vereador Olivo se dirigiu ao vereador Marcelo parabenizando-o pela eleição, que o mesmo é merecedor, desejou sorte em sua nova empreitada, dois anos de luta e espera que de bons resultados, bons frutos ao nosso município. Como é o encerramento das atividades, desejou a todos os ponteserradenses um Feliz Natal, que este Natal seja abençoado, um Feliz Ano Novo, que seja realmente um ano promissor, que tenha um resultado positivo, e com grande valia a cada um de nós, e que Ponte Serrada com isso ganhe, e com o povo satisfeito e orgulhoso com nosso trabalho. Agradeceu a todos. Escrito na palavra Livre o vereador Júlio cumprimentou a todas as pessoas presentes e aos ouvintes da Rádio que ouvirão o programa no dia de amanhã. Parabenizou o vereador Marcelo, o próximo Presidente para os dois anos, e que deseja sorte nesta caminhada, espera que o mesmo cumpra o regimento desta casa, e a gente só chega onde deseja, em um cargo superior, tendo diálogo com todo mundo, sabendo conversar independente de seus lados políticos, e é assim que se chega onde quer chegar. Como o vereador Edivan falou, sobre o descumprimento do regimento na questão do Projeto de contratação do Consultor Jurídico, veio uma recomendação do Ministério Público, e está claro o descumprimento do regimento neste projeto. Disse que nesta casa tem que cumprir um pouco nosso regimento e parar um pouco de fazer política, e não usar do poder que aqui se tem em cima disso. Que tem que mudar a forma aqui dentro, para poderem cobrar, e dar o respeito para a população ponteserradense. Sabe que em uma administração existem muitos problemas, não se consegue atender cem por cento das pessoas, isso é verdade, mas esta administração está procurando fazer o melhor, e se fazer um filme de nossa cidade verão as melhorias, e o que estão investindo e conseguindo para nossa cidade. É fácil chegar aqui nesta tribuna, descer a lenha, criticar, mas o mais difícil é tentar ajudar e tentar resolver os problemas. Que moram em uma cidade pequena, todo mundo se conhece, acha que antes de trazer alguma coisa aqui, sem saber o que está acontecendo, que se procure o responsável por cada setor, tentar resolver de outra forma, antes de trazer aqui e criando casos que muitas vezes podem deixar de acontecer. Sobre o requerimento de sua licença, nos meses de fevereiro e março/2019, disse que é por questões particulares sua, mas tem os suplentes de vereadores de nosso grupo, o primeiro suplente é o vereador Abel, acredita que ele não virá a esta casa, por ser o Secretário de Agricultura, em seguida tem o Adílio de Oliveira e crê que o mesmo dará conta aqui nesta casa. Desejou a todos os

ponteserradenses um Feliz Natal, repleto de coisas boas, e também, um próspero Ano Novo. O vereador Evandro parabenizou a todos os vereadores eleitos da Mesa, em especial, seu amigo pessoal Marcelo Wrubel, disse ao mesmo o que reforçou durante os dois anos aqui, mas quem comanda esta casa, não é o Vice-Presidente, mas o Presidente, reforçando sempre o que diz aqui e se prova. Pediu que se cumpra o regimento da casa, que o mesmo trabalhe com sabedoria, imparcialidade, igualdade perante todos os vereadores. Que o mesmo não será presidente de um grupo e sim dos nove vereadores, e da mesma forma que o vereador Edivan falou, tem certeza que com a vossa pessoa se abre um grande diálogo sempre para o bem de nosso município. Que aproveitando a presença do Jucelino, Secretário de Urbanismo, agradeceu o mesmo pelo empenho e pela parceria destes dois anos. Agradeceu porque quase todas as coisas que foram pedidas, tem que ser honesto aqui, o mesmo conseguiu resolver. Então os ponteserradenses que procurem o vereador Pavan, os vereadores que estão empenhados e a favor de nosso município, que torcem pelo município, que com certeza levarão os problemas e vão responder todos os secretários. Que o secretário Martini leve este recado a todos os secretários, que vão dar resposta. Que não se tem como fazer tudo, ninguém fez tudo até hoje, mas estão empenhados, a administração também tentando solucionar o maior número de problemas possíveis. Sabem do empenho dos secretários, do prefeito, sabem também aqui, falou a todos os nobres vereadores, que não estão trabalhando em turno único, esta administração trabalhou os dois anos em período normal. Não trabalhou meio período como muitas prefeituras estão fazendo nesta época, trabalhará a todo vapor até semana que vem. Quer levar seus parabéns a todos os funcionários que estão se empenhando, e valorizando os nossos ponteserradenses. Parabenizou a toda administração no geral. Desejou um Feliz Natal a toda população, um ano de saúde e paz e prosperidade e esperam que em 2019 seja cada vez melhor, com muita luz, serenidade e ética a todos. O vereador Adenir cumprimentou a todos os presentes nesta casa, e aproveitando o gancho do vereador Evandro, onde falou que seus pedidos são sempre atendidos, aproveitou a presença do Secretário Martini, e disse que não sabe se chegam as indicações de sua bancada nas mãos do secretário, porque não podem falar o mesmo. Praticamente quase todas não foram atendidas. Exemplificou as lombadas que dá para contar nos dedos as que foram atendidas, e as que não foram. Talvez não tenha chegado em suas mãos, nossas indicações. Não pode deixar de vir a esta tribuna para parabenizar o vereador Marcelo, nada mais que merecido, pois nesta casa já tinham definido a muito tempo, o que aconteceu nesta casa, não acontece a muitos anos, uma votação sem tumulto, tranqüila, porque sabem em quem estão votando, sabem da responsabilidade que o mesmo tem, e o mesmo viu nestes dois anos, como se conduz esta casa. Presenciou, tem que ter pulso firme, independente da bancada, não pode deixar se alastrar as discussões que não levam a nada. Isso é uma coisa que deverá ter muito pulso firme. Isso sabe que tem, do contrário não teria se eleito presidente. Que o mesmo recebeu os nove votos, mas o mesmo sabe que sua bancada sempre esteve a seu lado. Outro assunto, não entende, o vereador vem aqui, parabeniza, tudo bonito, e aí fala mau do Assessor e fala mau do Presidente de novo. Porque hoje, quem criou o cargo, foi a Mesa Diretora. Então não entende, parabeniza e depois critica. Hoje o mesmo é vice-presidente, faz parte da Mesa, continuará fazendo, este cargo não foi criado pelos vereadores Gilson, Milena, Rúbia e Freitas, tem o vereador Marcelo também. Não vê nada de errado e podem ter certeza, que este cargo que foi criado, vai ajudar muito, no caso das suplementações como foi aprovado hoje. Aqui foi comentado na tribuna que agora estão trabalhando em período integral, mas não foi recusado nenhuma suplementação. Tudo que chegou a esta casa, foi discutido, mas foi aprovado. E em tempos passados? É fácil falar. Concorde com o vereador Júlio, tem que parar de fazer política. Que na época em que o vereador não exercia o seu cargo, talvez não ficasse atento ao que acontecia no município, mas era difícil passar uma suplementação, onde muitas vezes foi evitado de fazer, porque não passava. Parabenizou a Mesa que assumirá em janeiro, que consigam fazer um grande trabalho, mas com certeza farão. Desejou um Feliz Natal a todos, Próspero Ano Novo e que todos se realizem em 2019. A vereadora Rúbia cumprimentou a todos que se fazem presentes nesta casa, também a quem nos acompanha através do Rádio, e estão terminando mais um ano desta administração, mais um ano sem as respostas solicitadas, e assim segue. O Portal Transparência nada que nos importa tem. Realmente uma administração obscura, omissa. O povo pedindo, cobrando, e os vereadores sem as devidas informações. Respostas vergonhosas em duas linhas, no máximo três, nada dizem. Essa é a marca desta administração. Agora dito pelo vereador Freitas, aprovaram mais uma suplementação no valor de mais de duzentos mil reais direcionado diretamente para folha de pagamento de saúde, na qual votaram sem segurança, apenas decidiram por unanimidade colocá-la em votação, porque não queriam deixar os funcionalismo sem o salário deste mês. Mas mais uma vez tudo muito obscuro, esta administração se demonstra uma grande caixa preta, sem fundo, a qual não tem quaisquer informações as quais fazem os pedidos de informações. Encerra este ano, realmente bem triste. Sua bancada solicitou e pediu várias e várias vezes, sobre o controle de frotas, sobre o quanto foi gasto com consertos de máquinas e veículos, e até hoje nada. Parece que falam com as paredes. Na verdade o que se observa aqui, é que pouquíssimas vezes que tentaram explicar alguma coisa, nada foi explicado. Assumiram uma administração com quase quatro milhões em caixa, e que até hoje não trouxeram as devidas explicações. Mas, que a população não se engane com as falas mansas que vem aqui, ou até mesmo com as falas alteradas de alguns vereadores, porque lá fora percebem que eles são lobos em pele de cordeiro. Parabenizou a nova Mesa Diretora, que se manteve, de forma muito especial se dirigiu ao novo Presidente eleito Marcelo Wrubel e pediu ao mesmo que o mesmo possa honrar com sua palavra, que o mesmo possa cumprir aquilo que foi acordado então perante o seu grupo, que o mesmo possa seguir firme em seu propósito. E também, zelando pelo seu nome, pelo nome de sua bancada, que o mesmo não se deixe enganar, por qualquer Judas que tenha passado por aqui, e que futuramente possa expô-lo, possam desejar destruí-lo e também acabar com a sua reputação. Lembre sempre vereador Marcelo que são um grupo, um grupo forte, um grupo unido, e um grupo que pede que o mesmo mantenha sua postura, para que possam lhe dar o nosso respeito. Desejou a todos um Feliz Natal, um Próspero e abençoado Ano Novo e que 2019 venha cheio de luz, de paz, de fé, e principalmente de muito amor. A vereadora Milena cumprimentou a todas as pessoas presentes na casa e aos ouvintes da Rádio. Que aproveitando a presença do Secretário Martini, pediu uma atenção especial a uma estrada que dá acesso a propriedade do senhor Victor Fogaça. Que iriam indicar, mas como estão finalizando o trabalho neste ano, pede ao mesmo se for de sua competência, e se não for, que o Líder do Governo leve a secretaria competente. Que aproveitando também a presença do secretário, disse que encerraram com 55 indicações este ano, várias delas, à Secretaria de Urbanismo, pouquíssimas atendidas, não sabe se chegou ou não em suas mãos, se houve uma falta de comunicação de quem recebeu no Executivo e não lhe passou, mas muitas vezes a revolta que nos traz aqui nesta tribuna, e que o secretário não fica sabendo. Citou a Rua Sebastião Cordeiro do Bairro São Sebastião, que é um problema de tubulação e que várias vezes foi citado aqui, e que é do seu conhecimento, até o mesmo pode dizer se foi solucionado ou não, mas acredita que não, pois talvez o mesmo nem estivesse sabendo que foi feito a indicação. Só para lhe colocar a par, é que muitas vezes o que o pessoal da situação colocam, uma é que nós sabemos, e que é somente o que a população pede. Que não estão contra o município, trabalham sim a favor de nosso povo e de nossa gente. Estão encerrando com 45 Pedidos de Informações, 55 Indicações, 28 Projetos Ordinários e 07 Complementares. Todos aprovados com sucesso, mas infelizmente Pedidos de Informações mau respondidos, esta Mesa Diretora foi desrespeitada pelo Pde Executivo, e como estas indicações, não só da Secretaria de Urbanismo, aproveitando a presença do secretário, mas em outras secretarias também, se dez foram atendidas, foram muitas. Se dirigiu ao Presidente eleito, vereador Marcelo, seu amigo, pessoa íntegra, honesta, sempre disposto a nos ajudar na casa, tranqüilo, terá todo seu apoio nos próximos anos o mesmo pode ter certeza que o mesmo vai ter também de sua bancada, de nosso grupo. Que o mesmo vai cumprir o

regimento, até porque o mesmo era Vice-Presidente da atual Mesa Diretora que hoje encerra os trabalhos, não descumprem o regimento, trabalham direito, dentro da lei, trabalham pelo nosso povo, até fica chateado quando dizem que a Mesa descumpriu o regimento. A Mesa Diretora, era nossa, a Mesa Diretora só mudou os cargos. Não descumpriram o regimento, foi muito bem, maestria o vereador Gilson teve durante estes dois anos. Que o mesmo sabe aqui dentro desta casa, quem é quem, quem o senhor pode dar a voz um pouco mais alta e quem o senhor não pode. Aqueles que muitas vezes querem usar da palavra mansa para manipular. Mas o senhor sabe muito bem como driblar tudo isso. Desejou sucesso, e como já falou, com todo apoio, não terá só de sua pessoa em particular, mas de nosso grupo e de nossa bancada. Desejou sucesso a todos, e sempre a disposição da população. Que hoje encerram um ano e não só ano que vem, mas

amanhã já estão de portas abertas para receber a comunidade ponteserradense. O Presidente da Mesa disse que fará algumas considerações, que após sua fala, cederá espaço ao vereador Marcelo que a partir do ano que vem será o Presidente desta casa, e não poderia deixar de presidir esta última sessão, sem fazer alguns esclarecimentos, algumas colocações as quais acha pertinente na noite de hoje. Encerra esta última sessão e este ano de cabeça erguida com uma missão, com um sentimento do dever cumprido, e fica um pouco triste ao ouvir o pronunciamento dos vereadores da base do governo, com exceção do vereador Olivo, o qual não sentiu isso nele hoje, mas os demais vereadores, vê aquele dissabor, aquele descontentamento, parece consigo mesmo, com a administração. O qual nem na última sessão, o coração parece que não consegue abrir, e pediu neste final de ano, que com as bênçãos natalinas, consigam refletir, para que possamos em 2019, entrar de uma forma diferente, um pensamento diferente. Olhando para o município, como aqui foi dito, que muitos tentam fazer política, e infelizmente é assim. Muitos aqui tentam fazer política. Alguns vereadores então descontentes neste período o qual foi Presidente, mas até sabe o motivo do qual estão descontentes. Aqui uns com fala mansa ou com fala alterada, no decorrer de todos estes anos no qual já acompanhou as sessões desta casa, alguns tentavam amedrontar um pouco mais com palavras altas, erguia a voz ou não, mas com este vereador pisaram no banhado errado, aqui falar em regimento, não quer ser mais do que ninguém, mas as pessoas que hoje falaram que foi descumprido o regimento, faz um desafio, como disse Jair Bolsonaro se aplicasse nele a mesma prova que aplicassem na ex Presidente Dilma e no ex Presidente Lula, se ele fosse tirar nota mínima, menor que a deles ele renunciaria ao cargo. E da mesma forma, faz este mesmo esclarecimento e um desafio, duvida que tenha menos conhecimento do regimento, do que o vereador que usou da palavra dizendo que descumpriu o regimento desta casa. Aproveita várias vezes durante este ano, chamou a atenção e falou a todos nós colegas vereadores, que se atentassem ao regimento, claro que ninguém sabe tudo, mas que no mínimo tivesse ele do seu lado quando surgisse alguma dúvida. Mas tirar um pouco deste ar ruim, desta fala que nada traz, vê que durante estes dois anos aí, tiveram um saldo muito positivo, conseguiram aprovar todos os projetos os quais vieram do Executivo, alguns com algumas emendas, mas no final todos eles foram aprovados, como muito bem falou o vereador Adenir Freitas, hoje aprovaram uma suplementação, o que era difícil ser aprovada em outros mandatos quando os vereadores da situação eram oposição, os quais pensavam diferente. Acha que nosso município tem que ter pensamento de pessoas para frente, que conseguiram com a economia de todos os vereadores, principalmente da Mesa Diretora, devolver mais de quinhentos mil reais para o município nestes últimos dois anos, e prova disso, que na semana que vem ou na outra quando finalizar as contas da casa, um pouco mais, um pouco menos, irão devolver aproximadamente trezentos mil reais para que o município então possa fazer frente as despesas as quais ele julgar necessário. Ajudaram no longo deste espaço o qual tiveram a frente da Mesa Diretora, a APAE de nosso município, a construção da ponte do Bairro São Sebastião, o início da construção dos vestiários para a sede do nosso campo, principalmente para os atletas dos veteranos, trazendo mais conforto não só para eles, mas para todas as pessoas que nos visitam. De uma forma muito especial agradeceu a todos os funcionários desta casa, sempre competente a Secretária Tânia que sempre esteve aqui ao seu lado e de todos os vereadores prestando um excelente trabalho. Ao funcionário Oslandi que voltou na semana passada após um problema de saúde, uma fratura, está retornando a esta casa, que fez também um excelente trabalho, enquanto esteve a frente da assessoria de som aqui de nossa casa. Também seu amigo e competente Dr: Eduardo Baggio, Sempre presente e sobrecarregado. Hoje foi dito aqui que ele não tem serviço nem para meia hora, só hoje ele está aqui a mais de uma hora, e em todas as sessões, ele está aqui no mínimo duas ou três horas. Quando não mais, e aqui foi dito que ele não trabalha nem meia hora. Então é um desrespeito com a pessoa do advogado Eduardo. Também agradeceu a Rosana que é a contadora desta casa, que sempre brilhantemente tem feito seu trabalho e fechado as contas desta casa. Agradeceu a todas as pessoas que vieram este ano nos assistir, convidou-os para que sempre que puderem venham prestigiar os trabalhos desta casa e desejou a todos um excelente Final de Ano e que 2019 venha repleto de grandes realizações para todos. O Presidente Gilson se afastou da Presidência, passando-a ao vereador Marcelo, o qual é vice-presidente da mesa, para que possa encerrar esta sessão, e também falar algumas coisas as quais julgar necessário em seu mandato. O vereador Marcelo no uso da palavra agradeceu o Presidente Gilson, agradeceu o belíssimo trabalho que fez nestes dois anos, e que continuará fazendo com muito respeito e sabedoria. Cumprimentou a todas as pessoas presentes na sessão. Com muita alegria e respeito que vem agradecer o apoio dos nobres colegas, que a mim confiaram seu voto. Principalmente aos seus colegas de bancada, vereadores: Adenir Gilson, Milena e Rúbia. Agradeceu pela confiança que deram em sua pessoa, agradeceu sua coligação, seu grupo, que ficarão muito contentes com o trabalho que irá fazer nesta presidência. Agradeceu aos vereadores: Julio, Olivo, Evandro e Edivan, pelos votos. Que prime pelo trabalho em harmonia nesta casa, seu objetivo é trabalhar imparcialmente com todos os senhores vereadores, para o bom andamento das atividades legislativas, observar o que rege nosso regimento interno e deliberar sobre as matérias de interesse do município. Não esquecendo que a própria constituição nos ensina que os poderes tem que ser independentes, mas harmônicos entre si, nessa harmonia reside o diálogo entre Executivo e Legislativo sempre buscando o bem comum da nossa cidade. Tem certeza que muitas batalhas aqui serão travadas mas espero que destas batalhas que a gente possa encontrar o melhor caminho para todos nós vereadores e para toda Ponte Serrada. Algumas mudanças poderão ocorrer, a primeira que irá fazer como argumentou na sessão anterior, colocará um cartão ponto nesta casa, é um objetivo da presidência e desta Mesa Diretora, que em fevereiro estará em funcionamento. Comentou um exemplo de atitude e de grandeza, onde esta semana ocorreu um episódio com o Secretário Martini perto da Servale com a patrula, e o exemplo de grandeza foi a empresa do senhor Osmair, foi lá, passou a máquina, não mediu esforços e foram lá ajudar. Então por ser oposição poderiam ter batido foto, rir, acha que não é desta forma, tem que ser assim em nosso município, a política passou. Agora é hora de se ajudar, agradeceu o Sr: Osmair por ter cedido a máquina, ir lá ajudar. E é desta forma que tem que pensar, já vem pensando nisso ao longo do ano, que aprovaram todas as suplementações nestes dois anos, é assim que irá trabalhar seguindo o exemplo do Presidente Gilson. Sobre as lixeiras e as lombadas, irá procurar o prefeito em janeiro, e levará todos os pedidos de lombadas que pediram e não são poucas, e acha que se fazer uma parceria, a primeira coisa que tem que cumprir, é com nossos pedidos também. Vão fazer uma parceria com as lombadas, ver qual rua precisa, e estar executando. Já conversou anteriormente com o prefeito, ele se dispôs a estar conversando e se for desta maneira ele irá seguir também. Que dia 04 de fevereiro voltarão as sessões, no decorrer das sessões irá colocar os seus posicionamentos como Presidente, que irá seguir o regimento como manda a lei. Desejou a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, e encerra esta sessão convidando a todos para que retornem dia 04 de fevereiro. Um bom descanso a todos e que voltamos com paz e harmonia em 2019. Nada mais a ser tratado, e nenhum outro vereador

escrito na Palavra Livre, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião na qual Eu Tânia Maria Frighetto, redigi a presente Ata lavrada nos termos do Art. 104 da Resolução nº CM 019/90 de 14.12.1990, que após lida e aprovada será assinada pela Mesa Diretora.

APROVADA EM 04.02.2019

PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO



# Porto União

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 004/2019

Publicação Nº 1924383

#### CHAMADA PÚBLICA 004/2019

A Secretaria Municipal da Educação, comunica que encontra-se abertas inscrições para chamada pública, para cadastro de reserva, para Professor Docente. As inscrições acontecerão no dia 25 de fevereiro de 2019, segunda-feira das 8 horas às 9 horas, no Departamento de RH da Secretaria Municipal da Educação e a chamada deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação do profissional.

#### CADASTRO DE RESERVA, PARA O SEGUINTE CARGO:

- Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais – Informática.

#### CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Informática.

#### CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- Maior Idade;
- Número de Filhos.

Obs. Os interessados deverão comparecer com os documentos originais e cópias que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração, histórico escolar, certidão de nascimento dos filhos e RG).

Porto União, 22 de fevereiro de 2019.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI

Secretária Municipal da Educação

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2019

Publicação Nº 1923780

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 024/2019

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 003/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo Eletrônico, para a aquisição de ultrassom, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 13 de março de 2019, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 002/2019

Publicação Nº 1923772

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 023/2019

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para pavimentação de vias no conjunto São Bernardo do Campo. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 14 de março de 2019 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de fevereiro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 010/2019**

Publicação Nº 1923537

PORTARIA Nº 010, de 19 de fevereiro de 2019.

Revoga a Portaria nº 008, de 08 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 008, de 08 de fevereiro de 2019, que nomeia Comissão de Inquérito Administrativo, encarregada de apurar os fatos constantes do Processo nº 2795 – 2018, de 28 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de fevereiro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 012/2019 DE 18/02/2019 Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.**

Publicação Nº 1924359

DECRETO Nº 012/2019 de 18/02/2019

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHÉ, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Funcional: 26.782.0039.1.009 - Pavimentação e Infra-estrutura, Diversas Ruas

(102) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

TOTAL .....R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 18 de fevereiro de 2019.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 013/2019 DE 21/02/2019 Declara deserta a Licitação de processo nº 01/2019 na modalidade chamamento público de nº 01/2019, e dá outras providências.**

Publicação Nº 1924374

DECRETO Nº 013/2019 de 21/02/2019

Declara deserta a Licitação de processo nº 01/2019 na modalidade chamamento público de nº 01/2019, e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHÉ, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a licitação de processo nº 01/2019 foi deserta;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada deserta a Licitação de processo nº 01/2019, na modalidade chamamento público nº 01/2019, sendo seu objeto o credenciamento e contratação de Instituições Bancárias, para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos, impostos, taxas, tarifas, preços públicos e demais receitas públicas de competência da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de fevereiro de 2019.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº 014/2019 DE 21/02/2019 Declara deserta a Licitação de processo nº 07/2019 na modalidade chamamento público de nº 01/2019, e dá outras providências.**

Publicação Nº 1924384

DECRETO Nº 014/2019 de 21/02/2019

Declara deserta a Licitação de processo nº 07/2019 na modalidade chamamento público de nº 01/2019, e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHÉ, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a licitação de processo nº 07/2019 foi deserta;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada deserta a Licitação de processo nº 07/2019, na modalidade chamamento público nº 01/2019, sendo seu objeto o credenciamento e contratação de Instituições Bancárias, para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos, impostos, taxas, tarifas, preços públicos e demais receitas públicas de competência da PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de fevereiro de 2019.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº 015/2019 DE 22/02/2019 Declara deserta a Licitação de processo nº 05/2019 na modalidade pregão presencial de nº 05/2019, e dá outras providências.**

Publicação Nº 1924428

DECRETO Nº 015/2019 de 22/02/2019

Declara deserta a Licitação de processo nº 05/2019 na modalidade pregão presencial de nº 05/2019, e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHÉ, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a licitação de processo nº 05/2019 foi deserta;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada deserta a Licitação de processo nº 05/2019, na modalidade pregão presencial nº 05/2019, sendo seu objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de placa de Inox espessura com no mínimo 0,8mm, estilo da arte fornecida pela prefeitura.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de fevereiro de 2019.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em exercício

**PROCESSO 26 2019 VIGAS TRATADAS PARA PONTE**

Publicação Nº 1924363

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 11.03.2019, para Registro de preço para futura e eventual aquisição de vigas de madeira de eucalipto tratado para pontes do município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 22 de fevereiro de 2019.

Ruy Marcos Fritsche

Prefeito Municipal em Exercício

**RESOLUÇÃO Nº 001/2019 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA AGENDA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 2019, DO CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POUSO REDONDO.**

Publicação Nº 1923661

Resolução Nº 001/2019

Dispõe sobre a aprovação da agenda das reuniões ordinárias de 2019, do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Redondo.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS e pela Lei municipal nº 1362/95 de 20 de setembro de 1995, que institui o CMAS de Pouso Redondo, e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária, realizada em 08 de fevereiro do ano de 2019, resolve:

Artigo 1º- Aprovar a agenda das reuniões ordinárias do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social do ano de 2019, Anexo;

Artigo 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 08 de fevereiro de 2019.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Anexo**

Agenda das reuniões ordinárias de 2019 do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Redondo.

As reuniões ocorrerão no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, Rua Adolfo Bretzke, s/n, Bairro Independência, com início às 8:00 horas, toda a última sexta-feira do mês, exceto nos meses de fevereiro e dezembro, conforme calendário abaixo.

Mês	Data
Fevereiro	08
Março	29
Abril	26
Mai	31
Junho	28
Julho	26
Agosto	30
Setembro	27
Outubro	25
Novembro	29
Dezembro	13

Pouso Redondo, 08 de fevereiro de 2019.

MAIKEL VERDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 25/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1923554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FNDE Nº 10/2017 – REGISTROS DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.002238/2016-53  
CONTRATO N.º 25/2019

CONTRATADA: MOVESCO IND. COM. DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA  
DO OBJETO: É A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUÍDOS DE CONJUNTO ALUNO, MESA ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR, EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DO PREGÃO (ANEXO I DO EDITAL) IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.  
DO VALOR: R\$ 48.070,00  
DA VIGENCIA: 25/01/2019 À 24/01/2020.  
PRAIA GRANDE - SC, 25 DE JANEIRO DE 2019.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO 011/2019

Publicação Nº 1924893

DECRETO Nº 011, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FERIADO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município, Art.83, Inciso V, Resolve:

#### DECRETAR

Art.1º Fica Decretado ponto facultativo nos dias 04 (segunda-feira) e 05 (terça-feira) de Fevereiro de 2019, em virtude do Carnaval.

Art.2º Os serviços considerados essenciais, funcionarão em regime de plantão.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,  
em 19 de Fevereiro de 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA  
Secretária de Adm. e Finanças

### DECRETO 09/2019

Publicação Nº 1924892

DECRETO Nº 09 de 19 de fevereiro de 2019  
REAJUSTA VALORES PARA COBRANÇA DE SERVIÇOS AOS PRODUTORES RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 185 de 02/03/73.

#### DECRETAR:

Art.1º Fica reajustada a tabela para cobrança de serviços prestados aos produtores rurais, com máquinas e veículos desta Prefeitura, de acordo com o artigo 1º, Parágrafo 2º da Lei nº 185 de 02 de Março de 1973.

#### 1. Máquinas

- A) Motoniveladora-óleo diesel/hora ..... R\$ 150,00
- B) Retro-escavadeira-óleo diesel/hora ..... R\$ 100,00
- C) Pá-carregadeira-óleo diesel/hora ..... R\$ 150,00

D) Trator agrícola-óleo diesel/hora(lavração) ..... R\$ 80,00

E) Trator agrícola-óleo diesel/hora (silagem) ..... R\$ 80,00

2. Caminhão Basculante Truk

A) Por caçamba de aterro ..... R\$ 100,00

3. Caminhão Basculante Toco

A) Por caçamba de aterro ..... R\$ 80,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,

em 19 de fevereiro de 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA

Secretária de Adm. e Finanças

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECRETO D/4.282/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924307

Decreto nº D/4.282/2019, de 22 de fevereiro de 2019.

Revoga Processo Licitatório, na Modalidade de Carta Convite, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI, X, XXIII e XXIV, todos do artigo 111, da Lei Orgânica do Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina; combinado com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, especialmente, tendo presentes motivos de inconsistências no Edital de Carta Convite nº 01/2019, Processo Licitatório nº 08/2019.

Decreta:

Art. 1º. Fica revogado, como revogado está, o Processo Licitatório nº 08/2019, na Modalidade de Carta Convite nº 01/2019, em virtude da verificação de inconsistências entre o projeto arquitetônico e planilha orçamentária, apontando divergências nas quantidades projetadas e orçadas nos itens descritos como vigas, cortinas e sapatas.

Art. 2º. Os envelopes referentes à documentação e proposta exigidos no Edital e já entregues à Comissão de Licitação ficam à disposição dos proponentes pelo prazo de 10 (dez) dias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 22 de fevereiro de 2019.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 22/02/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças



# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019

Publicação Nº 1923398

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2019

O Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, por intermédio do seu Prefeito Municipal, Nelson Virtuoso, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

OBJETO: Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI, Inscrito no CNPJ nº 14.695.989/0001-00, com sede à Rua XV de Novembro, nº 737, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-015. Valor total de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

Presidente Getúlio, 22 de fevereiro de 2019.

Nelson Virtuoso - Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 046/2019

Publicação Nº 1923771

DECRETO Nº. 046/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta do superávit financeiro verificado em 31 de dezembro de 2018, a destinação de recursos sob a codificação 60000 – Recursos de Outras Fontes, no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais):

ÓRGÃO	13.01	Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	512	Saneamento Básico Urbano
PROGRAMA	150	Água Pura para todos
ATIVIDADE	2034	Manutenção do SAATE
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	60000	Recursos de Outras Fontes 53.000,00
TOTAL		53.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 047/2019

Publicação Nº 1923774

DECRETO Nº. 047/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO – e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta do superávit financeiro verificado no final do exercício de

2018, sob a codificação 33400 Transferências de Convênios da União – Outros, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 48.546,23 (quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos).

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33400	Transferências de Convênios da União – Outros 48.546,23
TOTAL		48.546,23

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 048/2019

Publicação Nº 1923779

DECRETO Nº. 048/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 15.000,00
TOTAL		15.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 15.000,00
TOTAL		15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 049/2019**

Publicação Nº 1923781

DECRETO Nº. 049/2019

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e suplementada, por conta do superávit financeiro verificado no final do exercício de 2018, a destinação de recursos sob a codificação 33508 – Piso de Transição Média Complexidade, no valor de R\$ 1.101,20 (hum mil, cento e um reais e vinte centavos), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	242	Assistência ao Portador de Deficiência
PROGRAMA	110	Vida com Qualidade
ATIVIDADE	2029	Transferências a APAE
DESPESA	3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
FONTE DE RECURSO	33508	Piso de Transição Média Complexidade 1.101,20
TOTAL		1.101,20

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 050/2019**

Publicação Nº 1923782

DECRETO Nº. 050/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 10200 – Receita de Impostos - Saúde, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2043	Programa Saúde da Família
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10200	Receita de Impostos - Saúde 350.000,00
TOTAL		350.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 052/2019**

Publicação Nº 1924262

DECRETO Nº. 052/2019

CONVOCA A III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizar-se-á na Associação dos Aposentados e Pensionistas, sito na Rua das Missões, nº. 57, Centro, Presidente Getúlio - Santa Catarina, no dia 25 de março de 2019, com início às 08h30;

§ 2º - A III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como Tema Central: "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas" e como eixos:

- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.
- Educação: assegurando direitos e emancipação humana.
- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.
- Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 02/2019**

Publicação Nº 1923526

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

Altera a Resolução nº 01/2019

Dispõe sobre a convocação da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - SC, por intermédio da Secretaria de Assistência Social – SEMAS e do Conselho Municipal do Idoso, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, às 08h30, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social Cidadania Plena, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal do Idoso nº 2.474, de 13 de junho de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizar-se na Associação dos Aposentados e Pensionistas - Rua: Das Missões, nº 57, Centro, Presidente Getúlio - Santa Catarina, no dia 25 de março de 2019, com início às 08h30;

§ 2º - A III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como Tema Central: Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas.

E como Eixos temáticos:

- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.
- Educação: assegurando direitos e emancipação humana.
- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.
- Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora, coordenada por Alaíde Kretzer e com composição paritária dos representantes Governamentais e Não-Governamentais, a ser definida em Resolução 03/2019, para a organização da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Parágrafo Único. Para operacionalização da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

- I. Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais da Assistência Social;
- II. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- III. Secretaria Municipal da Saúde;

IV. Secretaria Municipal da Educação;  
V. Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Getúlio, 21 de fevereiro de 2019.

VANDERLEI JOSÉ POFFO	IVANIR GONÇALVES
Secretário Municipal de Assistência Social	Presidente do CMI

## RESOLUÇÃO 03/2019

Publicação Nº 1923527

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

Altera a Resolução nº 01/2019

Cria Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal do Idoso, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, às 08h30, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social Cidadania Plena, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal do Idoso nº 2.474, de 13 de junho de 2007:

Considerando a convocação por meio da Resolução nº 42, de 09 de julho de 2018, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta por: Alaíde Kretzer, Ivanir Gonçalves e Regina Heidemann.

Art. 2º- A Comissão será presidida pelo Sr (a) Alaíde Kretzer, e terá como competência:

I. Preparar e acompanhar a operacionalização da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

II. Propor e encaminhar para aprovação da Plenária, materiais relativos a critérios de definição do número de Delegados(as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III. Organizar e coordenar a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

IV. Promover a integração com as Secretarias Municipais que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

V. Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

VI. Manter o CMI do Município informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa;

Art. 3º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais e não-governamentais, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Getúlio, 21 de fevereiro de 2019.

IVANIR GONÇALVES
Presidente do CMI

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 10/2019

Publicação Nº 1924876

DECRETO 10/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO 01/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDI, COMO ESPECIFICA. ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

#### DECRETO:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução 01/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 18 de fevereiro de 2019.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I – DECRETO 10/2019

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI

##### RESOLUÇÃO N.º 01/2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDI, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal 1341/2012 de 05 de junho de 2012 e:

- Considerando a decisão unânime da maioria dos membros deste Conselho, proferida pela plenária durante a reunião ordinária de 08/02/2019;

- Considerando a previsão de realização das Conferências Estadual e Nacional, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 42, DE 9 DE JULHO DE 2018, que dispõe sobre a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (5ª CNDPI) e dá outras providências;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Realizar a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Presidente Nereu no dia 21 de fevereiro de 2019 das 13h00 às 18h00. Nas dependências do centro social João Voltolini.

Art. 2º Estabelecer para a Conferência Municipal o mesmo tema em acordo com os Estados, Distrito e Nação, o tema "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas", e os seguintes eixos:

I - Direitos Fundamentais na construção/efetivação das Políticas Públicas,

Subeixos: Saúde; Assistência Social; Previdência; Moradia; Transporte; Cultura, Esporte e Lazer.

II - Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

III - Enfrentamento da violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

IV - Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 3º Fica instituída, paritariamente, a Comissão de Planejamento e Organização da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

1. Adriana Pedroni de Melo – Governamental

2. Idemara Ventura Voltolini – Governamental

3. Donizete Vieira de Souza – Não Governamental

4. Osmarina Aparecida do Carmo Backes – Não Governamental

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral da Comissão.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 11 de fevereiro de 2019.

Donizete Vieira de Souza

Presidente CMDPI



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTE PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808,**

Publicação Nº 1923816



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE**

**Processo nº 06/2019, DISPENSA de licitação nº 06/2019, para contratação de EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTE PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE 10 e 1/2 (dez e meio) MESES.**

**PARECER**

**Referente a Contratação**

Submete-me a parecer jurídico a proposta para realização dos serviços do Seguro já alencado acima que disponibiliza as datas início em 19 de fevereiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, para o município de Presidente Nereu

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de dispensa de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

O Inciso XIII, do Artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93 prevê que:

“Artigo 24 - É **Dispensável** a licitação:

...

**II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº 8666/93, sedo:

**GENTE SEGURADORA S/A com intuito contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, os seguros serão para o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses.**

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta o valor ser abaixo do limite previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93. Foi realizado um pregão presencial nº 50/2018, o qual foi revogado nos itens aqui em questão, devido ao seu alto valor.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019

**MARIMAR ANTONIO CUCCHI**  
**OAB/SC 13237**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **REQUISIÇÃO**

**AMILTON PETRY**, Secretária Municipal de Gabinete do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**REQUISITA**, da autoridade superior, o Prefeito Municipal, **para contratação de EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTES PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses.** De acordo com as prévias pesquisas de preços de contratação.

**Presidente Nereu**, 19 de fevereiro de 2019.

**AMILTON PETRY**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE**  
**GABINETE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO****SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA****INDICAÇÃO DE RECURSOS  
PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.

Ao

Exmo. Sr.

ISAMAR DE MELO

DD. Prefeito Municipal de  
Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender a **contratação de EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTES PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses,** levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.69- seguros em geral.

1000000 - Livre

05.01 - EDUCAÇÃO

2019 - Transporte Escolar

3.3.90.39.69 - seguro em geral

1010000- Receita de Impostos - Educação

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

**ALINE LESKE TILLMANN**

Contadora Municipal

CRC/SC 24474



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

### **TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA**

**CARLOS BRAND**, Presidente da Comissão de Licitação, do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Pelo presente termo, fica aberto o **Processo Administrativo nº 06/2019**, referente à **Dispensa de Licitação nº 06/2019**, destinada a **contratação empresa GENTE SEGURADORA S/A** com intuito de **contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, os seguros serão para o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses.**

O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.

**CARLOS BRAND**  
**Presidente da Comissão de Licitação**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019**

#### **JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Dispensa de licitação, para a contratação Gente Seguradora S/A com intuito de **contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLLO VOLARE PLACAS MCT 6808, os seguros serão para o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses, o valor de R\$ 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais)**, informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

Isto porque, a empresa Gente Seguradora S/A apresentou menor e melhor orçamento para a administração municipal atendendo ao inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº8666/93.

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.

**CARLOS BRAND**  
Presidente

**Aline Moreira**  
Membro

**Marcos Aurélio Junior Pinto**  
Membro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019**

### **JUSTIFICATIVA ESCOLHA FORNECEDOR**

No uso das atribuições de meu cargo de Secretário Municipal de Gabinete, venho respeitosamente requer que vossa excelência autorize a abertura de processo licitatório na modalidade dispensa, nos termos da legislação vigente em vigor, com o seguinte objetivo de contratação.

**OBJETO: contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLLO VOLARE PLACAS MCT 6808, os seguros serão para o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses, pelo valor de R\$ 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais).**

#### **JUSTIFICATIVA:**

Nosso município possui uma razoável frota de veículo, assim foi realizado no dia 28 de setembro de 2018 um pregão presencial para a realização de seguro de vários veículos, vans e micro ônibus de uso do município.

Porém na oportunidade para algumas vans e um micro ônibus não obtivemos êxito devido ao alto valor.

Assim a administração decidiu por realização esta Dispensa de Licitação por se tratar de equipamentos de uso diário e necessário ao atendimento a municipalidade. Justifica-se aqui também que o valor da dispensa se comparado com o valor da licitação fracassada ficou muito abaixo do ofertado no pregão presencial, sendo mais vantajoso ao município ainda mais neste período que passa por baixa receita financeira.

Referente ao valor da proposta, R\$ 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais) concedida ao município, em relação a parâmetros da região, e de outros municípios que realizaram processo semelhante, se justifica pois se encontra bem abaixo e o período de validade das apólices será o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses.

Presidente Nereu / SC, 19/02/2019.

---

**AMILTON PETRY**  
Secretaria Municipal de Gabinete





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **GABINETE DO PREFEITO**

### **PROCESSO Nº 06/2019**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019**

### **RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE**

**Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha deste Gabinete Municipal para a contratação direta da contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes **PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808**, os seguros serão para o prazo de **10 e 1/2 (dez e meio) meses**.

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe a Administração municipal realize ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, requisito da Comissão Permanente de Licitação que analise a razoabilidade do preço de R\$ 6.870,00 (seis mil oitocentos e setenta reais), proposto pelos representantes legais dos artistas, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desse valor com o interesse público.

**Presidente Nereu**, 19 de fevereiro de 2019.

**ISAMAR DE MELO**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **GABINETE DO PREFEITO**

### **PROCESSO Nº 06/2019**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019**

### **RATIFICAÇÃO**

**Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu,** Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 45, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

**RATIFICA** a Dispensa de licitação para a contratação direta da empresa Gente Seguradora S/A com intuito de contratação de empresa de serviço seguro dos seguintes PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, os seguros serão para o prazo de 10 e 1/2 (dez e meio) meses, o valor de R\$6.870,00, (seis mil oitocentos e setenta reais), com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 24, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, para as empresa contratação, cujos pagamentos far-se-ão de acordo com disponibilidade de recurso, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

**Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.**

**ISAMAR DE MELO**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**PROCESSO Nº 06/2019**

**DISPENSA Nº 06/2019**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019, DE 19/02/2019.**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM  
LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE  
OUTRO, GENTE SEGURADORA S/A, OS TERMOS DA LEI  
N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, através do seu Fundo municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo Gestor municipal Senhor Benito Brand, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e GENTE SEGURADORA S/A, inscrito no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu representante legal, Senhor SERGIO SUSLIK WAIS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Dispensa de Licitação nº06/2019, homologado em 19/02/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é **contratação de EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTES PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE 10 e 1/2 (dez e meio) meses.**

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - A medição contendo o quantitativo dos serviços realizados e seus respectivos preços, será realizada pela CONTRATANTE, que encaminhará a CONTRATADA, liberando-a para faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços e aquisição de materiais ou fornecimentos.

4.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

#### CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentando caracterizando o preço unitário e global para a Execução dos serviços e/ou aquisição de materiais ou fornecimento será reajustado de acordo com o seguinte critério:

5.1 - Índice IGPM após fim do prazo contratual.

#### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - Terá vigência de 19/02/2019 à 31/12/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

6.2 - O início deve se dar em 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLAUSULA SETIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.69-seguros em geral.

1020000 - Livre

#### CLAUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local do serviço, para representá-la na execução deste contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93.

9.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantia a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei N.º 8.666/93.

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;

c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;

d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

e) multa de até 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a, por prazo não superior a 2(dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei N 8 666/93;

h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovada, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o parágrafo 2º, do artigo 87, da Lei N.º. 8.666/93.

10.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

valor correspondente à multa seja recolhido não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público;

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados;

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato;

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida;

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.2.3 - Rescisão do Contrata em Virtude de Força Maior.

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Art. 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisória, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei 8666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará a quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correção única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE envolvida, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive com a responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO

14 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros do equipamento/material/veículos **PEUGEOT BOXER PLACAS QIJ 3136, M.BENZ SPRINTER PLACAS QJQ 3943, FIAT DUCATO PLACAS OKE 6195, , OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE 10 e 1/2 (dez e meio) MESES**, na entrega da apólice na Prefeitura Municipal, como parte deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
BENITO BRAND  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

\_\_\_\_\_  
SERGIO SUSLIK WAIS  
GENTE SEGURADORA S/A  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

\_\_\_\_\_  
AMILTON PETRY  
CPF: 548.594.509-06



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**PROCESSO Nº 06/2019**

**DISPENSA Nº 06/2019**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019, DE 19/02/2019.**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM  
LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE  
OUTRO, GENTE SEGURADORA S/A, OS TERMOS DA LEI  
N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo PREFEITO MUNICIPAL Senhor Isamar de Melo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e GENTE SEGURADORA S/A, inscrito no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu representante legal, Senhor SERGIO SUSLIK WAIS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Dispensa de Licitação nº 52/2018, homologado em 31/10/2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é **contratação de EMPRESA DE SERVIÇO SEGURO DOS SEGUINTE, MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE 10 e 1/2 (dez e meio) meses.**

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

reais).

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - A medição contendo o quantitativo dos serviços realizados e seus respectivos preços, será realizada pela CONTRATANTE, que encaminhará a CONTRATADA, liberando-a para faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços e aquisição de materiais ou fornecimentos.

4.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

#### CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentando caracterizando o preço unitário e global para a Execução dos serviços e/ou aquisição de materiais ou fornecimento será reajustado de acordo com o seguinte critério:  
Índice IGPM após fim do contrato.

#### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - Terá vigência de 19/02/2019 à 31/12/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

6.2 - O início deve se dar em 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLAUSULA SETIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

##### 05.01 - EDUCAÇÃO

2019 - Transporte Escolar

3.3.90.39.69 - seguro em geral

1010000 - Impostos - Educação

#### CLAUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local do serviço, para representá-la na execução deste contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93.

9.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantia a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei N.º 8.666/93.

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;

c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;

d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

e) multa de até 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a, por prazo não superior a 2(dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei N 8 666/93;

h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovada, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o parágrafo 2º, do artigo 87, da Lei N.º. 8.666/93.

10.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

valor correspondente à multa seja recolhido não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público;

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados;

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato;

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida;

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
CNPJ - 83.102.699/0001-28  
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.2.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Art. 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisória, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei 8666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará a quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correção única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE envolvida, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive com a responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO**

14 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO**

15 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros do equipamento/material/veículo **MARCOPOLO VOLARE PLACAS MCT 6808, OS SEGUROS SERÃO PARA O PRAZO DE 10 e 1/2 (dez e meio) meses**, na entrega da apólice na Prefeitura Municipal, como parte deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 19 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SERGIO SUSLIK WAIS  
GENTE SEGURADORA S/A  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

\_\_\_\_\_  
AMILTON PETRY  
CPF: 548.594.509-06

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019 DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS EM COLETA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Publicação Nº 1923814

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2019****“O BJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM COLETA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019”.**

O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, órgão gestor do Sistema Único de Saúde/SUS-SC/Fundo Municipal de Saúde, torna público que receberá, a partir do dia 11/02/2019 até 31/12/2019 das 08:00 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal localizada na Praça Leão Dehon nº 50, centro, Presidente Nereu- SC, proposta para credenciamento para credenciamento à prestação de serviços auxiliares de diagnóstico em laboratório clínico e citopatologia, sem caráter de exclusividade, de acordo com a tabela do SIA/SUS, editada pelo Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União, e que possua Laboratório e ou Posto de Coleta neste Município.

**1 - OBJETO 1.1** - credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em firmar contrato com o Município de Presidente Nereu, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, para credenciamento à prestação de serviços auxiliares de diagnóstico em laboratório clínico e citopatologia, sem caráter de exclusividade, de acordo com a tabela do SIA/SUS, editada pelo Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União, e que possua Laboratório e ou Posto de Coleta neste Município.

**2 - JUSTIFICATIVA**

2.1 – A Secretaria Municipal de Saúde de PRESIDENTE NEREU órgão responsável para gerir a sistemática administrativa da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, na sua forma de atuação junto ao Executivo Municipal, visando à dinamicidade de seus processos e as resoluções práticas das possíveis problemáticas administrativas que venham a ser tramitada neste município, vem por este PROCESSO ADMINISTRATIVO justificar a respectiva contratação.

2.2 - Ressaltamos que até o presente momento não é necessária a competição dos itens sendo os mesmos tabelados pelo Agencia Nacional de Saúde e os laboratorios interessados tem o mesmo direito. Ainda para ressaltar a escolha do laboratório credenciado deverá ser feita pelo municipe, não havendo interferencia por parte do órgão publico ou qualquer funcionário responsável pelos serviços de maneira direta ou indireta.

2.3 – Para tanto, torna-se imperioso o uso da CONTRATAÇÃO DIRETA por Inexigibilidade, por impossibilidade de competitividade e, com fulcro no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista os valores obtidos tabelados pelo Governo Federal, e diante da celeridade que o caso requer.

**3 – DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:**

3.1 – De acordocom o artigo 199 da Constituição Federal, as instituições priv adas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, seguindo suas diretrizes, mediante con trato de direito público, com a preferênciade en tidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

3.2 – O credenciamento dos serviços laboratoriais mencionados no item 01 deverão obedecer as norma e condições especiais, segundo as normas de vigilância.

	<p align="center"><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b></p> <p align="center">CGC 83 102 699/0001 - 28</p> <p align="center">PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108</p> <p align="center">89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA</p>	<p>LICITAÇÕES E CONTRATOS</p> <p>Fls.....</p> <p>Rubrica</p>
---	--	--

3.3 – A prioridade do credenciamento será do prestador que melhor atender ao interesse público. A Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Nereu distribuirá o serviço de forma a garantir o atendimento ininterrupto à população, prevenindo-se de situações de impedimento do prestador por motivo imprevisível, optando pela distribuição do serviço entre os fornecedores que melhor preencherem os requisitos exigidos neste Edital, podendo ser credenciados vários prestadores, quantos forem necessários à boa distribuição e prestação dos serviços.

3.4 – As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

3.5 – Havendo mais de um laboratório credenciado, a escolha para realização dos serviços ficará por conta do munícipe paciente, não podendo haver interferência do órgão gestor.

#### **4 – DO EDITAL E ANEXOS**

4.1 – São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

Anexo II: Declaração de que atende o disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF/88;

Anexo III: Formulário de Credenciamento;

Anexo IV: Declara que concorda em prestar os serviços;

Anexo V: Termo de referência.

4.2 – O Edital e os Anexos encontram-se disponíveis para interessados na Divisão de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, das 08:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis

#### **5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

Poderão prestar serviços ao município de Presidente Nereu, em caráter complementar as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico e fiscal, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e ANEXOS e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS, pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis.

5.1 – Estão impedidas de participar as instituições e/ou empresas:

5.1.1 – Que cumprirem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração;

5.1.2 – Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas; 5.1.3 – Constituídas sob a forma de Consórcio; e

5.1.4 – Que não tiverem infra-estrutura laboratorial e pessoal técnico específico para a prestação dos serviços pleiteados.

#### **6 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A:**

6.1 – Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações

	<p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA</p>	<p>LICITAÇÕES E CONTRATOS</p> <p>Fls.....</p> <p>Rubrica</p>
---	---	--

complem entares solicitadas pela Com issão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

6.2 – Execu taros serv iços de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.3 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, ~~em~~ daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

6.4 – A coleta dos materiais de exame deverá ser feita em postos de coleta no municí pio em Presidente Nereu de responsabilidade da empresa contratada;

6.5 – Entregar os resultados em meio físico e/ou magnético, em conformidade com o cronograma previamente apresentado pelo laboratório definindo o tempo hábil de realização dos exames de acordo com a sua complexidade e em conformidade com o for estabelecido ou permitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **7 – DA DOCUMENTAÇÃO**

7.1 – Para participar, o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação conforme segue abaixo, em ENVELOPE LACRADO

### **7.2**

#### **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (NOME DA EMPRESA )**

##### **7.2.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) C ertificado de registro da entidade no respectivo órgão de classe, atualizado;
  - b) Ficha (FCES) do estabelecimento junto ao Cadastro Estabelecimentos de Saúde– CNES do Ministério da Saúde.
  - c) Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária;
  - d) Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda; Prefeitura de Presidente Nereu– SC Secretaria Municipal de Saúde;
  - e) Registro do Responsável Técnico pelo Laboratório pelo respectivo Conselho Profissional,
- comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva, reconhecida nacionalmente;
- f) Comprovação de Controle de Qualidade pelas respectivas sociedades científicas.

##### **7.2.2 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, em caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas respectivas alterações, devidamente registrados, tratando-se de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade;



	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

c) Declaração de que os proprietários, diretores e sócios da empresa a ser credenciada não pertencem ao quadro de servidores públicos do Município, nem exercem cargo de chefia e/ou função de confiança na Administração Pública.

f) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de sua validade.

#### 7.2.3 – DOCUMENTAÇÃO RALATIVA A REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto descrito no item 1;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade para com as Fazendas:
  - Federal (Receita Federale Dívida Ativa)
  - Estadual
  - Municipal.
- e) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho.

#### 7.2.4 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA:

6.1.4.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES” se for o caso.

b) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c) Para empresas novas, constituídas no exercício de 2018, o balanço será o de abertura.

6.1.5 – Certidão Negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de sua validade.

6.1.6 – As declarações, cujos modelos se encontram nos Anexos I, II e III deverão ser firmadas pelo representante legal da empresa / entidade interessada e juntada aos documentos acima referidos.

6.2 – No caso de entidades filantrópicas, deverá ser juntada ainda a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social atualizada e emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

6.3 – A empresa interessada será representada neste processo:

- a) por seu representante legalmente definido em documento hábil, devendo ser exibidos os documentos comprobatórios correspondentes bem como cópia de documento oficial de identidade e do CPF do representante;
- b) por procurador legalmente constituído através de procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, contendo, obrigatoriamente, o número do CNPJ do outorgante, os números de documento de identidade oficial e CPF do outorgado, devendo constar do instrumento de mandato, obrigatoriamente, poderes específicos para representar



 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
	Fls..... Rubrica

o interessado no presente processo de credenciamento e para praticar, em nome do outorgante, todos os atos pertinentes, inclusive prestar declarações, com promissos, recorrer, desistir e renunciar.

6.4 – os documentos de que tratam este capítulo deverão estar válidos na data fixada para a apresentação do respectivo envelope e poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada.

6.5 – Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste edital.

6.6 – Quando a certidão não contiver indicação do seu prazo de validade serão consideradas dentro do prazo de validade as Certidões emitidas em até 90 (noventa) dias anteriores ao da data do recebimento das propostas, fixada no preâmbulo deste.

6.7 – Serão aceitos os documentos obtidos via internet, resguardado o direito da Secretaria Municipal de Saúde verificar a sua autenticidade.

## 7 – DA PROPOSTA

7.1 – A proposta deverá conter os seguintes elementos:

7.1.1 – Cabeçalho contendo todos dados que identifiquem a empresa.

7.1.2 – Número do Aviso de Credenciamento - nº 04/2018.

7.1.3 – Os interessados deverão indicar nas suas propostas quais os procedimentos constantes da Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde, Grupo 02 – Diagnóstico em laboratório Clínico e Citopatológico que desejam prestar a Prefeitura de Presidente Nereu – SC, Secretaria Municipal de Saúde.

7.1.4 – As propostas de credenciamento deverão conter ainda a descrição detalhada da estrutura física (croqui, fotos), quadro de pessoal detalhado, responsável técnico, quantitativo mensal dos exames que pretende prestar ao Sistema Único de Saúde, indicação do percentual da capacidade instalada que está destinada a particulares, aos convênios com terceiros e disponível para o SUS.

7.1.5 – Os documentos relativos à proposta deverão ser entregues em **ENVELOPE LACRADO**, indicando na sua parte externa:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU- SC**  
**PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2019**  
**(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

## 8 – RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

8.1 – Dentro do período estabelecido no preâmbulo deste edital, junto ao protocolo da Divisão de Contratos, e Compras da Secretaria Municipal de Saúde, serão recebidos os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta exigidas neste Edital.

8.2 – Declarações feitas posteriormente exceto solicitadas pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, não serão levadas em consideração.

8.3 – À Comissão de Licitação caberá o julgamento da legalidade, qualidade e suficiência dos documentos e informações apresentados pelos interessados, podendo, a seu critério, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos complementares, estabelecer prazos adequados para seu atendimento bem como realizar verificações “in loco”.

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

8.4.1 – O interessado que não apresentar os esclarecimentos no prazo estipulado, será eliminado do processo.

8.4.2 – Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas, depois de apresentados, todavia, diante de erros formais a Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde poderá determinar ou proceder de ofício a correção.

8.4.3 – Serão considerados erros formais, em especial, erros de soma, erros de multiplicação, inversão de números, ausência de rubricas nos documentos e não-indicação de CNPJ ou endereço da proponente e outros que poderão ser considerados pela Comissão, respeitado o princípio da razoabilidade e desde que não impliquem alteração da proposta.

## 9 – DO JULGAMENTO

9.1 – O credenciamento será julgado pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente nomeada pelo Secretário Municipal de Saúde através de duas fases, a saber:

1ª Fase – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO;

2ª Fase – JULGAMENTO DA PROPOSTA.

### 9.2 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.2.1 – Aberta sessão pública, que será realizada na sede da Secretaria Municipal de Saúde (endereço constante do preâmbulo deste edital), em dia e horário previamente estabelecido e divulgados mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio da Administração Municipal, a Comissão de licitações e comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde procederá a abertura dos envelopes e análise da documentação para verificação do seu conteúdo em relação às exigências deste Edital.

9.2.2 – Os documentos contidos nos envelopes serão rubricados por todos os membros da Comissão de licitação do município e por representantes dos interessados presentes.

### 9.3 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

Os proponentes habilitados terão a proposta avaliada pela Comissão de Licitação. Após visita “in loco” para averiguação da proposta e da capacidade do proponente, a Comissão deverá emitir e juntar ao processo a respectiva certidão em relação a cada um dos participantes que atenderem às condições do Edital, bem como a formação fundamentada em relação aos que eventualmente não cumprirem as exigências legais.

9.3.1 – A Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde fará a avaliação observando os seguintes critérios:

1 – Corpo Técnico: número de profissionais de nível superior habilitados e especializados, técnicos de laboratório e outros;

2 – Disponibilidade para realização de todos os exames previstos pela tabela SUS; Prefeitura Presidente Nereu – SC Secretaria Municipal de Saúde – Qualificação técnica exigida pelas normas do SUS;

3 – Melhor eficácia no atendimento ao objeto da Contratação;

9.4 – A Secretaria Municipal de Saúde, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação e da proposta, publicará, na forma da lei, o resultado final do credenciamento.

## 10 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

O julgamento do processo será submetido à homologação do Secretário Municipal de Saúde, Gestor do SUS no Município, que adjudicará o objeto às empresas classificadas.

## 11 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

O Secretário Municipal de Saúde, a qualquer tempo, em despacho fundamentado poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

## 12 - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 Dos atos praticados no curso do procedimento caberá recurso, nos termos da Lei nº 8666/93. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma disposto em lei. As impugnações contra este edital deverão ser entregues diretamente na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (endereço indicado no preâmbulo), nos dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas. Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento deverão ser entregues no mesmo local. Não serão admitidos recursos ou impugnações por e-mail.

12.2 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias município:

10.01 – SAÚDE  
2022- SAÚDE  
333903958 - 10200000

## 13 - DO CONTRATO

13.1 - O Contrato terá vigência a data de sua assinatura com validade em consonância com os respectivos créditos orçamentários.

13.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos na coleta, entrega de resultados e demais procedimentos necessários para a execução do objeto, sujeitará a contratada à pena de multa, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

13.3 - Os preços contratuais, expressos em real, somente serão reajustados, nas bases determinadas pelo Governo Federal, segundo condições estipuladas no Contrato a ser firmado com o Município.

13.4 - As despesas decorrentes da execução do contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.

## 14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 141 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- Apresentação das autorizações para realização da prestação dos serviços, emitida pela Secretária de Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado;
- Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, pagos em transferência on-line até o quinto (5º) dia útil subsequente àquele em que os serviços

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria de Administração do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei.

## 15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n°10.01 – SAÚDE  
2022- SAÚDE  
333903958 - 10200000

## 16 - DAS PENALIDADES

a) A contratada que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida ampla defesa, mediante comunicado oficial:

1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial;

2) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de contrato, por sua inexecução total, sem prejuízo de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, garantida ampla defesa.

3) Suspensão do contrato de prestação de serviços.

4) Suspensão de participação em licitações promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, por prazo não superior a dois anos.

5) Declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.

b) Considerando que for apurado em processo regular, a gravidade da infração e das consequências dela resultantes as multas poderão ser reduzidas, relevadas ou substituídas por outras sanções que forem adequadas, observado o princípio da razoabilidade e o interesse público.

## 17 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) - A execução dos Serviços, Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.

b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.

c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

b) A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato deverá prestar os serviços de músico com qualidade e responsabilidade a nível de ser analisada pelos participantes do grupo da terceira, na qual poderá a CONTRATADA ser desclassificada, se o grupo por abaixo assinado, conseguir

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
		Fls..... Rubrica

mais de 60% (sessenta por cento) de assinatura dos idosos frequentadores dos encontros semanais, que assim comprovem o descontentamento dos serviços prestados. Parágrafo Único: Havendo mais de um credenciado por item, serão prestados os serviços de maneira alternada.

7.1 - Ao Prefeito fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

## 18 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE, observada a legislação vigente.

## 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- A participação neste processo de credenciamento pressupõe conhecimento do objeto e dos procedimentos que o integram.

19.1 - Não deverão ser apresentados documentos ou informações além dos que forem necessários e suficientes, nem fora de ordem.

19.2 - Todos os documentos apresentados pela empresa/ entidade interessada deverão ser rubricados por seu representante legal e procurador especialmente.

Presidente Nereu, 12 de fevereiro de 2018.

**BENITO BRAND**

Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Presidente Nereu - SC

## A NEXO I

### DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Empresa/Entidade \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o  
nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ por intermédio  
de seu representante legal, \_\_\_\_\_ da Carteira de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ em cumprimento ao exigido no Edital de  
Chamada Pública nº 03/2017 declara, sob as penas da Lei, que até a presente data  
inexistem fatos impeditivos para sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83.102.699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS  Fls..... Rubrica
--	--

declarar ocorrências posteriores.

Presidente Nereu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

## A NEXO II

### DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, DA CF

Entidade/Em presa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ  
 sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ por  
 intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_,  
 portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
 DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de  
 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de  
 dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
 dezesseis anos.

Presidente Nereu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**ANEXO III****MODELO**

À Comissão de Licitações  
Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante), através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, Firmamos o presente.

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO**

Ao  
Município de Presidente Nereu

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

Comissão de Licitação

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
	Fls..... Rubrica

A empresa, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº ....., declara que concorda em prestar os serviços de ....., com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 03/2019 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretariada Saúde, de segunda-feira a sexta-feira.

.....de.....2019

Assinatura

## A NEXO V

### TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2019

**“REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº .../20..., “O OBJETIVO A NDOO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM COLETA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME CHAMADA PÚBLICA 03/2019. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”:**

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, e de outro lado, este ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE, e de outro, ....., (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob nº. ...., estabelecida na Rua ..... em ....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº. ... e CPF nº. ...., residente e domiciliado na Rua ..... em ....., doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, concordam em celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de **LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM COLETA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME CHAMADA PÚBLICA 03/2019** conforme tabela de valores abaixo discriminados:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	300	UNIDADE	CA 125 CA125	R\$23,35	R\$ 7.005,00
2	300	UNIDADE	CA 15-3 CA15-3	R\$23,35	R\$ 7.005,00
3	300	UNIDADE	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA 17ALFA	R\$9,27	R\$ 2.781,00
4	300	UNIDADE	17 OH HIDROXIESTERÓIDES CETOGENICOS	R\$6,11	R\$ 1.833,00
5	300	UNIDADE	CA 19-9 CA19-9	R\$23,50	R\$ 7.050,00
6	300	UNIDADE	RAST RD 201	R\$36,00	R\$ 10.800,00
7	300	UNIDADE	IGE ESPECIFICO (F259) ALIMENTOS - U	R\$36,00	R\$ 10.800,00
8	300	UNIDADE	IGE ESPECIFICO (F25) ALIMENTOS - TO	R\$36,00	R\$ 10.800,00
9	100	UNIDADE	IGE ESPECIFICO (F287) ALIMENTOS - F	R\$36,00	R\$ 3.600,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

10	100	UNIDADE	CA 72-4	R\$23,50	R\$ 2.350,00
11	100	UNIDADE	ALFA 1 ANTITRIPISINA FEZES	R\$80,00	R\$ 8.000,00
12	100	EXAMES	ANTIA	R\$100,00	R\$ 10.000,00
			CTINA		
13	100	UNIDADE	NEUTROFILO ANCA -C / ANCA-P ANTI	R\$50,00	R\$ 5.000,00
14	300	UNIDADE	HBSAG (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 5.565,00
15	100	UNIDADE	ACIDO CITRICO	R\$21,47	R\$ 2.147,00
16	100	UNIDADE	ACETILCOLINA ANTICORPO ANTI RECEPTOR	R\$360,00	R\$ 36.000,00
17	200	UNIDADE	CARDIOLIPINA IGM, ANTI	R\$10,00	R\$ 2.000,00
18	200	UNIDADE	CARDIOLIPINA IGM, ANTI	R\$10,00	R\$ 2.000,00
19	100	UNIDADE	ACTH ADRENOCORTICOTROFICO	R\$12,28	R\$ 1.228,00
20	100	UNIDADE	ACIDO VALPOROICO (E.I.E.)	R\$15,64	R\$ 1.564,00
21	100	UNIDADE	DNA NATIVO (DUPLA HELICE) , ANTI (IFI)	R\$8,67	R\$ 867,00
22	100	UNIDADE	ENDOMISIO TGA ANTI	R\$37,50	R\$ 3.750,00
23	100	UNIDADE	ENDOMISIO IGG, ANTI	R\$37,50	R\$ 3.750,00
24	100	UNIDADE	ENDOMISIO IGM, ANTI	R\$37,50	R\$ 3.750,00
25	100	UNIDADE	FOSFOLIPIDEOS	R\$2,01	R\$ 201,00
26	100	UNIDADE	ACIDO FOLICO	R\$15,65	R\$ 1.565,00
27	100	UNIDADE	ALFA FETOPROTEINA ALFA	R\$15,06	R\$ 1.506,00
28	100	UNIDADE	GLIADINA IGA, ANTI	R\$17,16	R\$ 1.716,00
29	100	UNIDADE	GLIADINA IGG, ANTI	R\$17,16	R\$ 1.716,00
30	100	UNIDADE	GLIADINA IGM, ANTI	R\$17,16	R\$ 1.716,00
31	100	UNIDADE	ACIDO HIPURICO - ACHIPU	R\$2,23	R\$ 223,00
32	100	UNIDADE	VIRUS A (HINI)	R\$150,00	R\$ 15.000,00
33	100	UNIDADE	INSULINA, ANTI	R\$17,16	R\$ 1.716,00
34	100	UNIDADE	ALBUMINA ALBUMI	R\$1,40	R\$ 140,00
35	100	UNIDADE	ALDOLASE ALDO	R\$3,68	R\$ 368,00
36	100	UNIDADE	ALDOSTERONA ALDOS	R\$10,34	R\$ 1.034,00
37	200	UNIDADE	ALUMINIO	R\$27,50	R\$ 5.500,00
38	200	UNIDADE	ACIDO METIL HIPURICO ACMETI	R\$2,04	R\$ 408,00
39	200	UNIDADE	AMILASE	R\$2,25	R\$ 450,00
40	100	UNIDADE	MUSCULO LISO, ANTI	R\$17,80	R\$ 1.780,00
41	200	UNIDADE	ACIDO MANDELICO -MANDE-	R\$3,68	R\$ 736,00
42	200	UNIDADE	ANTITROMBINA III	R\$30,00	R\$ 6.000,00
43	200	UNIDADE	ANDROSTENEDIONA - ANDROS	R\$11,40	R\$ 2.280,00
44	200	UNIDADE	ANTICOAGULANTE LUPICO	R\$5,79	R\$ 1.158,00
45	100	UNIDADE	ACIDOS ORGANICOS	R\$900,00	R\$ 90.000,00
46	200	UNIDADE	ACIDO OXALICO	R\$20,00	R\$ 4.000,00
47	200	UNIDADE	ANTIESTREPTOLISINA O - ASLO	R\$2,83	R\$ 566,00
48	200	UNIDADE	TRANSGLUTAMINASE IGA -TRANG1	R\$30,00	R\$ 6.000,00
49	100	UNIDADE	TRANSGLUTAMINASE IGG, ANTI	R\$60,00	R\$ 6.000,00
50	100	UNIDADE	TIREOGLOBULINA -TIREGL-	R\$45,00	R\$ 4.500,00
51	200	UNIDADE	TPOTIOPEROXIDASE ANTI	R\$17,16	R\$ 3.432,00
52	400	UNIDADE	ACIDO VANIL MANDELICO VMA	R\$9,00	R\$ 3.600,00
53	1.000	UNIDADE	ACIDO URICO -AUR-	R\$1,85	R\$ 1.850,00
54	100	UNIDADE	VITAMINA B1 (TIAMINA)	R\$120,00	R\$ 12.000,00
55	100	UNIDADE	VITAMINA B12 -VITB12-	R\$15,24	R\$ 1.524,00
56	200	UNIDADE	BETA 2 MICROGLOBULINA BETA 2	R\$23,55	R\$ 4.710,00
57	200	UNIDADE	BACTERIOSCOPIA BACTAS	R\$2,80	R\$ 560,00
58	200	UNIDADE	BETA HCG - QUANTITATIVO	R\$6,87	R\$ 1.374,00
59	200	UNIDADE	BETA HCG QUALITATIVO	R\$6,87	R\$ 1.374,00
60	200	UNIDADE	BILIRRUBINAS	R\$2,01	R\$ 402,00
61	200	UNIDADE	BRUCELOSE IGG BRUCE	R\$4,10	R\$ 820,00
62	100	UNIDADE	HEMOCROMATOSE C282Y/H63D	R\$360,00	R\$ 36.000,00
63	200	UNIDADE	COMPLEMENTOS C3 C3	R\$17,16	R\$ 3.432,00
64	200	UNIDADE	COMPLEMENTO C4	R\$17,16	R\$ 3.432,00
65	200	UNIDADE	CH50 - COMPLEMENTO SERICO	R\$9,25	R\$ 1.850,00
66	200	UNIDADE	CA 50 EXAME	R\$17,16	R\$ 3.432,00
67	200	UNIDADE	CALCITONINA CALCIT	R\$40,00	R\$ 8.000,00
68	200	UNIDADE	CALCIO IONICO	R\$3,51	R\$ 702,00
69	200	UNIDADE	CALCIO CA	R\$1,85	R\$ 370,00
70	100	UNIDADE	CAXUMBA CAXUMB	R\$30,00	R\$ 3.000,00
71	100	UNIDADE	CALPROTECTINA	R\$140,00	R\$ 14.000,00
72	200	UNIDADE	CROMATOLOGRAFIA AMINOACIDOS QUALITATIVA	R\$120,00	R\$ 24.000,00
73	200	UNIDADE	CARBAMAZEPINA	R\$12,55	R\$ 2.510,00
74	200	UNIDADE	CALCULO URINARIO RENAL	R\$23,70	R\$ 4.740,00
75	100	UNIDADE	BAAR, CULTURA PARA	R\$18,55	R\$ 1.855,00
76	200	UNIDADE	COOMBS DIRETO	R\$2,73	R\$ 546,00
77	200	UNIDADE	CD4 SUBPOPULACAO LINFOCITARIA, CD4	R\$15,00	R\$ 3.000,00
78	200	UNIDADE	CEA - AG CARCINOEMBRIOGENICO CEA	R\$23,35	R\$ 4.670,00
79	100	UNIDADE	CELULA PARIETAL, ANTICORPO ANTI	R\$75,00	R\$ 7.500,00
80	100	UNIDADE	CALCULO URINAIO RENAL - AMOSTRA ESPE	R\$130,00	R\$ 13.000,00
81	200	UNIDADE	17 CETOSTEROIDES NEUTROS TOTAIS	R\$2,01	R\$ 402,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

82	200	UNIDADE	CAPACIDADE TOTAL DE LIG DFE CAPTOT	R\$2,01	R\$ 402,00
83	200	UNIDADE	FUNGOS, CULTURA DE	R\$4,33	R\$ 866,00
84	200	UNIDADE	CURVA GLICEMICA 2 DOSAGENS	R\$10,00	R\$ 2.000,00
85	200	UNIDADE	CURVA GLICEMICA 6 DOSAGENS	R\$10,00	R\$ 2.000,00
86	200	UNIDADE	CHAGAS IGG IF CHAGAG	R\$18,00	R\$ 3.600,00
87	200	UNIDADE	CHAGAS IGM	R\$18,00	R\$ 3.600,00
88	200	UNIDADE	CHUMBO	R\$15,65	R\$ 3.130,00
89	200	UNIDADE	COOMBS INDIRETO	R\$2,73	R\$ 546,00
90	300	UNIDADE	CISTINA QUANTITAT.	R\$145,00	R\$ 43.500,00
91	100	UNIDADE	CHLAMYDIA TRACHOMATIS, IF - PESQUISA	R\$140,00	R\$ 14.000,00
92	300	UNIDADE	CLEARANCE DE CREATINA	R\$3,20	R\$ 960,00
93	300	UNIDADE	CELULAS DE	R\$4,11	R\$ 1.233,00
94	200	UNIDADE	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGM	R\$17,16	R\$ 3.432,00
95	200	UNIDADE	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGA	R\$17,16	R\$ 3.432,00
96	200	UNIDADE	COLORO CL	R\$1,85	R\$ 370,00
97	200	UNIDADE	CLEARANCE DA UREIA CLEARUR	R\$3,51	R\$ 702,00
98	200	UNIDADE	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGA	R\$17,16	R\$ 3.432,00
99	200	UNIDADE	CK - MB	R\$4,12	R\$ 824,00
100	200	UNIDADE	MYCOPLASMA CULTUA DE	R\$18,00	R\$ 3.600,00
101	200	UNIDADE	CITOMEGALOVIRUS IGM	R\$11,61	R\$ 2.322,00
102	50	UNIDADE	CITOMEGALOVIRUS PCR QUANTITATIVO	R\$300,00	R\$ 15.000,00
103	200	UNIDADE	CITOMEGALOVIRUS IGG	R\$11,00	R\$ 2.200,00
104	200	UNIDADE	COAGULOGRAMA COAG	R\$5,79	R\$ 1.158,00
105	200	UNIDADE	COBRE SERICO COBRE	R\$3,51	R\$ 702,00
106	200	UNIDADE	COCAINA - BENZOYLECGONINA COCA	R\$10,00	R\$ 2.000,00
107	200	UNIDADE	COPROLOGICO FUNCIONAL DE FEZES	R\$3,04	R\$ 608,00
108	1.500	UNIDADE	COLESTEROL TOTAL	R\$1,85	R\$ 2.775,00
109	200	UNIDADE	COPROCULTURA	R\$10,00	R\$ 2.000,00
110	200	UNIDADE	CORTISOL CORTI	R\$8,57	R\$ 1.714,00
111	200	UNIDADE	CORTISOL LIVRE URINARIO COR24H	R\$8,57	R\$ 1.714,00
112	200	UNIDADE	CHLAMYDIA TRACHOMATIS, PCR	R\$60,00	R\$ 12.000,00
113	200	UNIDADE	CPK CREATINA FOSFOQUINASE	R\$3,68	R\$ 736,00
114	1.500	UNIDADE	CREATININA CRU	R\$1,85	R\$ 2.775,00
115	200	UNIDADE	CRIOFIBRINOGENIO, PESQUISA DE	R\$10,00	R\$ 2.000,00
116	200	UNIDADE	CROMO DOSAGEM	R\$35,00	R\$ 7.000,00
117	200	UNIDADE	COLINESTERASE PLASMATICA	R\$3,68	R\$ 736,00
118	200	UNIDADE	CONTAGEM DE ESPERMATOZOIDES CONTE	R\$4,80	R\$ 960,00
119	200	UNIDADE	CISTINA, PESQUISA DE	R\$9,00	R\$ 1.800,00
120	100	UNIDADE	INTERLIGADORES C - TERMIN. DO COLAG	R\$160,00	R\$ 16.000,00
121	200	UNIDADE	CULTURA EM GERAL	R\$10,00	R\$ 2.000,00
122	300	UNIDADE	CULTURA P/ STREPTO GRUPO B (GESTANTE)	R\$10,00	R\$ 3.000,00
123	100	UNIDADE	IGE RASTE DERMATOPHAGOIDES MICRO CERAS	R\$36,00	R\$ 3.600,00
124	200	UNIDADE	DHEA -	R\$10,18	R\$ 2.036,00
125	200	UNIDADE	DIHIDROTESTOSTERONA - DHT	R\$10,18	R\$ 2.036,00
126	200	UNIDADE	DIGOXINA DIG	R\$35,00	R\$ 7.000,00
127	300	UNIDADE	PESQUISA DE DIMORFISMO EROITOCITARIO	R\$3,70	R\$ 1.110,00
128	50	UNIDADE	DNA, TESTE DE PATERNIDADE DUO	R\$400,00	R\$ 20.000,00
129	300	UNIDADE	DUREZA - AGUA	R\$15,00	R\$ 4.500,00
130	300	UNIDADE	ESTRONA E1	R\$11,12	R\$ 3.336,00
131	200	UNIDADE	ESTRIOL E3 ESTRIO	R\$10,04	R\$ 2.008,00
132	200	UNIDADE	IGE RAST PENAS- EX 72	R\$13,55	R\$ 2.710,00
133	200	UNIDADE	IGE RAST COELHO E82	R\$36,00	R\$ 7.200,00
134	100	UNIDADE	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA	R\$80,00	R\$ 8.000,00
135	200	UNIDADE	ELETRÓFORESE DE LIPOPROTEINAS ELETLP	R\$40,00	R\$ 8.000,00
136	300	UNIDADE	EXAME A FRESCO	R\$2,80	R\$ 840,00
137	200	UNIDADE	ELETRÓFORESE DE HEMOGLOBINA ELET HB	R\$5,41	R\$ 1.082,00
138	200	UNIDADE	ERROSINATOS DO METABOLISMO ENATOS	R\$3,47	R\$ 694,00
139	200	UNIDADE	ENA ANTI	R\$8,67	R\$ 1.734,00
140	300	UNIDADE	CITOGRAMA NASAL - PESQ. EOSINOFILOS	R\$2,80	R\$ 840,00
141	200	UNIDADE	EPSTEIN BAAR IGG EB	R\$38,25	R\$ 7.650,00
142	200	UNIDADE	EPSTEIN BAAR IGG EB	R\$38,25	R\$ 7.650,00
143	200	UNIDADE	ERITROPOIETINA	R\$75,00	R\$ 15.000,00
144	300	UNIDADE	ELETRÓFORESE DE PROTEINAS ELETRO	R\$4,42	R\$ 1.326,00
145	300	UNIDADE	ERITROGRAMA	R\$2,73	R\$ 819,00
146	200	UNIDADE	ESPERMOGRAMA	R\$9,70	R\$ 1.940,00
147	200	UNIDADE	ESTRADIOL - E2 ESTRAD	R\$11,40	R\$ 2.280,00
148	300	UNIDADE	IGE RAST ANIMAIS EX1	R\$13,55	R\$ 4.065,00
149	300	UNIDADE	IGE RAST CLARA DE OVO F1	R\$13,55	R\$ 4.065,00
150	200	UNIDADE	FX 10 - PAINEL ALIMENTOS	R\$36,00	R\$ 7.200,00
151	300	UNIDADE	IGE RAST AMENDOIM F13	R\$13,55	R\$ 4.065,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

152	300	UNIDADE	IGE RAST SOJA F14	R\$13,55	R\$ 4.065,00
153	600	UNIDADE	IGE RAST ANIMAIS	R\$13,55	R\$ 8.130,00
154	600	UNIDADE	IGE RAST ALIMENTOS	R\$13,55	R\$ 8.130,00
155	200	UNIDADE	IGE RAST ALFA LACTOALBUMINA F 76	R\$36,00	R\$ 7.200,00
156	200	UNIDADE	IGE RAST BETA LACTOGLOBULINA F 77	R\$36,00	R\$ 7.200,00
157	200	UNIDADE	RAST GLUTEN F79	R\$13,55	R\$ 2.710,00
158	200	UNIDADE	IGE ESPECIFICO F8 ALIMENTOS MMIL	R\$36,00	R\$ 7.200,00
159	200	UNIDADE	IGE ESPECIFICO F92 ALIMENTOS BA	R\$36,00	R\$ 7.200,00
160	50	UNIDADE	FATOR V LEIDEN/MUTACAO PROTOMBINA	R\$250,00	R\$ 12.500,00
161	300	UNIDADE	FOSFATASE ACIDA TOTAL - FAT-	R\$2,01	R\$ 603,00
162	300	UNIDADE	FOSFATASE ALCALINA HEPATICA - FALHEP-	R\$2,01	R\$ 603,00
163	300	UNIDADE	FOSFATASE ALCALINA - FAL-	R\$4,60	R\$ 1.380,00
164	200	UNIDADE	FAN FATOR ANTI-NUCLEAR	R\$17,16	R\$ 3.432,00
165	300	UNIDADE	FOSFATASE ALCALINA OSSEA - FALOSS-	R\$2,01	R\$ 603,00
166	300	UNIDADE	FOSFATASE ACIDA PROSTATICA - FAFP-	R\$2,01	R\$ 603,00
167	300	UNIDADE	FALCIZACAO TESTE DE	R\$2,73	R\$ 819,00
168	300	UNIDADE	FENOBARBITAL - FENOBA	R\$17,53	R\$ 5.259,00
169	100	UNIDADE	FENITONIA HIDANTOINA	R\$35,22	R\$ 3.522,00
170	300	UNIDADE	FERRO EXAME	R\$4,60	R\$ 1.380,00
171	300	UNIDADE	FIBRINOGENIO	R\$4,60	R\$ 1.380,00
172	200	UNIDADE	FERRITINA	R\$15,59	R\$ 3.118,00
173	200	UNIDADE	FOSFORO	R\$1,85	R\$ 370,00
174	500	UNIDADE	FATOR RH	R\$1,37	R\$ 685,00
175	200	UNIDADE	FRAGILIDADE OSMOTICA - FRAGIL-	R\$2,73	R\$ 546,00
176	400	UNIDADE	FRUTOSAMINA - FRUTO-	R\$2,01	R\$ 804,00
177	300	UNIDADE	FSH HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE	R\$11,40	R\$ 3.420,00
178	200	UNIDADE	FITA-ABS IGG SIFILIS	R\$10,00	R\$ 2.000,00
179	100	UNIDADE	FATOR V DA COAGULACAO DOSAGEM	R\$190,00	R\$ 19.000,00
180	300	UNIDADE	IGE RAST SEMENTES OLEAGINOSAS FX1	R\$9,25	R\$ 2.775,00
181	200	UNIDADE	IGE FX3	R\$13,55	R\$ 2.710,00
182	350	UNIDADE	IGE RAST ALIMENTOS	R\$13,55	R\$ 4.742,50
183	250	UNIDADE	GASTRINA - GASTRI-	R\$17,25	R\$ 4.312,50
184	350	UNIDADE	GORDURA FECAL, PESQUISA	R\$3,04	R\$ 1.064,00
185	350	UNIDADE	GAMA GT - GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	R\$3,51	R\$ 1.228,50
186	400	UNIDADE	GLICOSE 75G	R\$10,00	R\$ 4.000,00
187	2.000	UNIDADE	GLICOSE- G -	R\$1,85	R\$ 3.700,00
188	300	UNIDADE	GLICOSE POS PRANDIAL	R\$1,85	R\$ 555,00
189	500	UNIDADE	CURVA GLICEMICA 5 DOSAGENS	R\$10,00	R\$ 5.000,00
190	500	UNIDADE	GRUPO SANGUINEO (ABO+RH)	R\$1,37	R\$ 685,00
191	500	UNIDADE	GLICOSE APOS 50G DE DEXTROSE - GL50G-	R\$3,63	R\$ 1.815,00
192	500	UNIDADE	IGE RAST GRAMINEAS (GX2)	R\$13,53	R\$ 6.765,00
193	500	UNIDADE	IGE RAST GRAMINEAS GX3	R\$13,55	R\$ 6.775,00
194	350	UNIDADE	ANALISE DE AGUA	R\$75,00	R\$ 26.250,00
195	500	UNIDADE	HAV IGM ANTI (HEPATITE A)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
196	500	UNIDADE	HAV IGG ANTI (HEPATITE A)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
197	500	UNIDADE	HEMOGLOBINA - HB-	R\$1,53	R\$ 765,00
198	500	UNIDADE	HEMOGLOBINA A2	R\$45,00	R\$ 22.500,00
199	500	UNIDADE	HBC IGG ANTI (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
200	500	UNIDADE	HBE ANTI (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
201	500	UNIDADE	HBC IGM ANTI (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
202	100	UNIDADE	HBV PCR QUANTITATIVO (HEPATITE B)	R\$298,98	R\$ 29.898,00
203	500	UNIDADE	HBS IGG ANTI (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
204	100	UNIDADE	HCV PCR QUANTITATIVO (HEPATITE C)	R\$298,98	R\$ 29.898,00
205	500	UNIDADE	HCV ANTI (HEPATITE C)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
206	2.500	UNIDADE	COLESTEROL HDL	R\$3,51	R\$ 8.775,00
207	200	UNIDADE	FITA ABS IGM SIFILIS	R\$10,00	R\$ 2.000,00
208	500	UNIDADE	HDV IGG ANTI (HEPATITE D)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
209	500	UNIDADE	HBEAG (HEPATITE B)	R\$18,55	R\$ 9.275,00
210	500	UNIDADE	HEMOCULTURA -HEMO-	R\$8,20	R\$ 4.100,00
211	2.000	UNIDADE	HEMOGRAMA COMPLETO - HEM-	R\$4,11	R\$ 8.220,00
212	500	UNIDADE	HORMONIO DO CRESCIMENTO HUMANO -HGH-	R\$8,80	R\$ 4.400,00
213	500	UNIDADE	HEMOGLOBINA GLICADA HBA (HPLC)	R\$10,00	R\$ 5.000,00
214	500	UNIDADE	ANTICORPOS ANTI - VIRUS HIV HIV 2	R\$30,00	R\$ 15.000,00
215	250	UNIDADE	HLA (ANTIGENO HLA B27)	R\$37,50	R\$ 9.375,00
216	250	UNIDADE	HOMOCISTEINA - HOMOCI-	R\$66,36	R\$ 16.590,00
217	150	UNIDADE	HELICOBACTER PYLORI IGG	R\$17,16	R\$ 2.574,00
218	500	UNIDADE	HELICOBACTER PYLORI IGM	R\$17,16	R\$ 8.580,00
219	500	UNIDADE	HEMATOCRITO -HTO-	R\$1,53	R\$ 765,00
220	500	UNIDADE	HERPESVIRUS SIMPLES IGG	R\$17,16	R\$ 8.580,00
221	350	UNIDADE	HERPESVIRUS SIMPLES IGM	R\$17,16	R\$ 6.006,00
222	250	UNIDADE	IMUNOGLOBINA A - IGA	R\$17,16	R\$ 4.290,00
223	250	UNIDADE	IMUNOGLOBINA A - IGA	R\$17,16	R\$ 4.290,00
224	350	UNIDADE	IGE - IMUNOGLOBULINA E - IGE-	R\$9,25	R\$ 3.237,50





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

225	300	UNIDADE	IGF BP3 (PROTEINA LIGADORA FATORES CR)	R\$50,00	R\$ 15.000,00
226	500	UNIDADE	IGG - IMUNOGLOBULINA G -IGG-	R\$17,16	R\$ 8.580,00
227	500	UNIDADE	IMULOGLOBULINA M - IGM	R\$17,16	R\$ 8.580,00
228	5.000	UNIDADE	INSULINA	R\$10,16	R\$ 50.800,00
229	500	UNIDADE	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO - KPTT	R\$5,77	R\$ 2.885,00
230	500	UNIDADE	LACTOSE TESTE DE TOLERANCIA	R\$10,00	R\$ 5.000,00
231	500	UNIDADE	FATOR REUMATOIDE - LATEX	R\$2,83	R\$ 1.415,00
232	200	UNIDADE	ANTI LC1	R\$135,00	R\$ 27.000,00
233	300	UNIDADE	DESIDROGENASE LATICA	R\$3,68	R\$ 1.104,00
234	1.000	UNIDADE	COLESTEROL LDL	R\$3,51	R\$ 3.510,00
235	350	UNIDADE	LEPTOSPIROSE, ANTICORPOS IGM	R\$23,35	R\$ 8.172,50
236	350	UNIDADE	LEPTOSPIROSE, ANTICORPOS IGG	R\$23,35	R\$ 8.172,50
237	250	UNIDADE	LEPTOSPIRA - PESQUISA	R\$4,10	R\$ 1.025,00
238	350	UNIDADE	LEUCOGRAMA - LEUCO-	R\$2,73	R\$ 955,50
239	350	UNIDADE	HORMONIO LUTEINIZANTE- LH-	R\$11,40	R\$ 3.990,00
240	350	UNIDADE	LIPASE -LIP-	R\$2,25	R\$ 787,50
241	350	UNIDADE	LIPIDOGRAMA -LIPO-	R\$15,65	R\$ 5.477,50
242	350	UNIDADE	LIQUOR, ROTINA DE	R\$1,89	R\$ 661,50
243	350	UNIDADE	LISTEIOSE	R\$4,10	R\$ 1.435,00
244	350	UNIDADE	LITIO - LITIO-	R\$2,25	R\$ 787,50
245	350	UNIDADE	LKM1 - ANTI	R\$17,16	R\$ 6.006,00
246	350	UNIDADE	LEUCOCITOS, PESQUISA DE	R\$2,73	R\$ 955,50
247	250	UNIDADE	MACONHA - CANABINOIDES THC - MACONH-	R\$10,00	R\$ 2.500,00
248	350	UNIDADE	MAGNESIO -MG-	R\$2,01	R\$ 703,50
249	200	UNIDADE	PESQUISA DE MALARIA 9 IGG, IGM, IGA)	R\$120,00	R\$ 24.000,00
250	350	UNIDADE	MANGANES	R\$30,00	R\$ 10.500,00
251	350	UNIDADE	MICROSCOPIA	R\$9,70	R\$ 3.395,00
252	350	UNIDADE	MERCURIO	R\$2,04	R\$ 714,00
253	350	UNIDADE	METANEFERINAS URINARIAS - META-	R\$65,00	R\$ 22.750,00
254	350	UNIDADE	METAHEMOGLOBINA MGB - METAHB-	R\$4,11	R\$ 1.438,50
255	250	UNIDADE	MICROALBUMINURIA	R\$8,12	R\$ 2.030,00
256	350	UNIDADE	MIOGLOBINA	R\$30,00	R\$ 10.500,00
257	250	UNIDADE	ANTICORPOS ANTI MITOCONDRIA	R\$17,00	R\$ 4.250,00
258	350	UNIDADE	MONONUCLEOSE (MONOTEST)	R\$16,05	R\$ 5.617,50
259	350	UNIDADE	MONONUCLEOSE (PAUL BUNNELL-DAVIDSOHN)	R\$4,10	R\$ 1.435,00
260	350	UNIDADE	MUCOPROTEINAS	R\$2,01	R\$ 703,50
261	50	UNIDADE	MUTACAO GENE MTHEF (C6775 E A1298C) P	R\$450,00	R\$ 22.500,00
262	200	UNIDADE	OSMOLARIDADE URINARIA	R\$40,00	R\$ 8.000,00
263	250	UNIDADE	IGE F244 ALIMENTO OVO	R\$13,55	R\$ 3.387,50
264	100	UNIDADE	OXICARBAMAZEPINA	R\$85,00	R\$ 8.500,00
265	350	UNIDADE	OXIURUS PESQUISA DE	R\$1,65	R\$ 577,50
266	200	UNIDADE	PROTEINURIA	R\$2,04	R\$ 408,00
267	200	UNIDADE	PARACOCCIDIOIDES, PESQUISA DE	R\$2,80	R\$ 560,00
268	500	UNIDADE	PARASITOLOGICO DE FEZES	R\$1,65	R\$ 825,00
269	500	UNIDADE	PARASITOLOGICO DE FEZES MIF	R\$1,65	R\$ 825,00
270	250	UNIDADE	CHUMBO - ANALISE DE AGUA	R\$55,00	R\$ 13.750,00
271	500	UNIDADE	PROTEINA DE BENGE-JONES -BJONES-	R\$2,04	R\$ 1.020,00
272	300	UNIDADE	BAAH, PESQUISA DE	R\$4,20	R\$ 1.260,00
273	500	UNIDADE	PROTEINA CREATIVA - PCR	R\$2,83	R\$ 1.415,00
274	250	UNIDADE	PROTEINA C REATIVA - ULTRA SENSIVEL	R\$23,35	R\$ 5.837,50
275	250	UNIDADE	PEPTIDEO C -PEPC-	R\$13,55	R\$ 3.387,50
276	250	UNIDADE	PACOTE FRANZONI UP02 FEMININO	R\$72,50	R\$ 18.125,00
277	250	UNIDADE	PACOTE FRANZONI UP01 MASCULINO	R\$136,50	R\$ 34.125,00
278	500	UNIDADE	FUNGOS, PESQUISA DE	R\$4,33	R\$ 2.165,00
279	300	UNIDADE	GIARDIA PESQUISA	R\$17,89	R\$ 5.367,00
280	500	UNIDADE	HEMOGLOBINA H PESQUISA	R\$7,86	R\$ 3.930,00
281	500	UNIDADE	PLAQUETAS	R\$2,73	R\$ 1.365,00
282	500	UNIDADE	PROVA DO LACO - PL-	R\$2,73	R\$ 1.365,00
283	500	UNIDADE	LEVEDURAS NAS FEZES, PESQUISA DE	R\$10,00	R\$ 5.000,00
284	500	UNIDADE	POTASSIO EXAME	R\$1,85	R\$ 925,00
285	500	UNIDADE	PPD, REACAO DE (TUBERCULINA)	R\$2,83	R\$ 1.415,00
286	600	UNIDADE	PROGESTERONA -PROGES-	R\$8,89	R\$ 5.334,00
287	500	UNIDADE	PROLACTINA	R\$11,40	R\$ 5.700,00
288	500	UNIDADE	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO	R\$16,42	R\$ 8.210,00
289	350	UNIDADE	ANTIGENO PROSTATICO ESPEC. LIV PSALIV	R\$16,20	R\$ 5.670,00
290	500	UNIDADE	SANGUE OCULTO	R\$1,65	R\$ 825,00
291	500	UNIDADE	PROTEINAS TOTAIS	R\$1,40	R\$ 700,00
292	500	UNIDADE	PROTEINAS TOTAIS E FRACOES -PTF-	R\$1,85	R\$ 925,00
293	250	UNIDADE	PARATORMONIO -PTH-	R\$37,50	R\$ 9.375,00
294	250	UNIDADE	RUBEOLA IGG	R\$17,16	R\$ 4.290,00
295	250	UNIDADE	RUBEOLA IGM	R\$17,16	R\$ 4.290,00
296	500	UNIDADE	RETRACAO DO COAGULO -RC-	R\$2,73	R\$ 1.365,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

297	250	UNIDADE	RENINA - RE	R\$37,50	R\$ 9.375,00
298	50	UNIDADE	RETICULOCITOS -RET-	R\$1.365,00	R\$ 68.250,00
299	400	UNIDADE	RNP, ANTI	R\$17,16	R\$ 6.864,00
300	400	UNIDADE	ROTAVIRUS	R\$10,25	R\$ 4.100,00
301	400	UNIDADE	SARAMPO -AAC IGG - SARAMP-	R\$9,25	R\$ 3.700,00
302	250	UNIDADE	SARAMPO -AC IGM - SARAPM-	R\$30,00	R\$ 7.500,00
303	200	UNIDADE	SCL, ANTI - 70	R\$10,00	R\$ 2.000,00
304	500	UNIDADE	S-DHEA DEHIDROEPIANDROSTERONA SULFATO	R\$11,40	R\$ 5.700,00
305	250	UNIDADE	SEXAGEM FETAL	R\$350,00	R\$ 87.500,00
306	250	UNIDADE	SHBG -SHBG-	R\$37,50	R\$ 9.375,00
307	200	UNIDADE	SM, ANTI	R\$17,16	R\$ 3.432,00
308	500	UNIDADE	SODIO EXAME	R\$1,85	R\$ 925,00
309	250	UNIDADE	SOMATOMEDINA C -IGF -I - IGF1-	R\$13,55	R\$ 3.387,50
310	500	UNIDADE	SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	R\$1,65	R\$ 825,00
311	500	UNIDADE	SSA (RO) ANTI	R\$18,55	R\$ 9.275,00
312	500	UNIDADE	SSB (LA) ANTI	R\$18,55	R\$ 9.275,00
313	500	UNIDADE	T3 TOTAL TRIIODOTIRONINA	R\$11,40	R\$ 5.700,00
314	1.000	UNIDADE	T3 LIVRE TRIIODOTIRONINA LIVRE	R\$11,40	R\$ 11.400,00
315	500	UNIDADE	T4 TOTAL TIROXINA	R\$11,40	R\$ 5.700,00
316	1.000	UNIDADE	T4 LIVRE TIROXINA LIVRE	R\$11,40	R\$ 11.400,00
317	250	UNIDADE	T4 NEONATAL	R\$36,00	R\$ 9.000,00
318	200	UNIDADE	TACROLIMUS	R\$160,00	R\$ 32.000,00
319	500	UNIDADE	TEMPO DE PROTROMBINA - TAP	R\$2,73	R\$ 1.365,00
320	250	UNIDADE	TOXOPLASMOSE AVIDEZ IGG	R\$26,97	R\$ 6.742,50
321	500	UNIDADE	TEMPO DE COAGULACAO -LEE WHITE -TC-	R\$2,73	R\$ 1.365,00
322	400	UNIDADE	TESTOSTERONA CALCULADA SHBG	R\$85,00	R\$ 34.000,00
323	500	UNIDADE	TESTOSTERONA LIVRE -TESTOL-	R\$11,40	R\$ 5.700,00
324	500	UNIDADE	TESTOSTERONA LIVRE -TESTOL-	R\$11,40	R\$ 5.700,00
325	1.000	UNIDADE	TGO ASPARTATO AMINOTRANSFERASE	R\$2,01	R\$ 2.010,00
326	1.000	UNIDADE	TGP- ALANINA AMINOTRANSFERASE	R\$2,01	R\$ 2.010,00
327	500	UNIDADE	TRANSFERRINA-INDICE DE SATURACAO	R\$4,12	R\$ 2.060,00
328	200	UNIDADE	TIREOGLOBULINA -TIREGL-	R\$23,35	R\$ 4.670,00
329	50	UNIDADE	TESTE DO LH RH PARA LH	R\$140,00	R\$ 7.000,00
330	500	UNIDADE	TOXOPLASMOSE IGA - TOXOA-	R\$17,25	R\$ 8.625,00
331	500	UNIDADE	TOXOPLASMOSE IGG	R\$26,97	R\$ 13.485,00
332	500	UNIDADE	TOXOPLASMOSE IGM	R\$26,97	R\$ 13.485,00
333	500	UNIDADE	TRIAGEM DE PORFIRINAS URINARIAS	R\$30,00	R\$ 15.000,00
334	500	UNIDADE	TRAB, ANTI RECEPTOR DE TSH	R\$18,55	R\$ 9.275,00
335	500	UNIDADE	TRANSFERRINA -TRANSF-	R\$4,12	R\$ 2.060,00
336	500	UNIDADE	TRIGLICERIDES	R\$3,51	R\$ 1.755,00
337	500	UNIDADE	ANTIBIOGRAMA	R\$4,98	R\$ 2.490,00
338	500	UNIDADE	TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE - ROTINA	R\$2,73	R\$ 1.365,00
339	1.000	UNIDADE	TSH HORMONIO TIREOESTIMULANTE -TSH-	R\$11,40	R\$ 11.400,00
340	500	UNIDADE	IGE RAST PELO DE GATO	R\$36,00	R\$ 18.000,00
341	500	UNIDADE	IGE RAST PELO DE CAO	R\$9,25	R\$ 4.625,00
342	100	UNIDADE	UROBILINOGENIO PESQUISA	R\$50,00	R\$ 5.000,00
343	500	UNIDADE	UREAPLASMA UREALYTICUM -CUL- -UREA-	R\$18,00	R\$ 9.000,00
344	1.000	UNIDADE	UREIA -U-	R\$1,85	R\$ 1.850,00
345	2.000	UNIDADE	URINA I	R\$3,70	R\$ 7.400,00
346	500	UNIDADE	UROCULTURA	R\$10,00	R\$ 5.000,00
347	500	UNIDADE	VDRL	R\$2,83	R\$ 1.415,00
348	500	UNIDADE	VITAMINA D 1,25 DIGIDROXI	R\$65,00	R\$ 32.500,00
349	500	UNIDADE	VITAMINA D 1,25 DIGIDROXI	R\$2,49	R\$ 1.245,00
350	500	UNIDADE	COLESTEROL VLDL	R\$2,49	R\$ 1.245,00
351	500	UNIDADE	REACAO DE WIDAL FEBRE TIFOIDE	R\$2,83	R\$ 1.415,00
352	500	UNIDADE	WALLER ROSE	R\$4,10	R\$ 2.050,00
353	500	UNIDADE	IGE RAST ERVAS DANINHAS POLEN DE FL	R\$36,00	R\$ 18.000,00
354	500	UNIDADE	ZINCO SERICO -ZN-	R\$15,65	R\$ 7.825,00
355	500	UNIDADE	VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO SANGUE VHS	R\$2,73	R\$ 1.365,00
356	100	UNIDADE	SODIO -NA-	R\$1,85	R\$ 185,00
357	500	UNIDADE	COLESTEROL VLDL	R\$1,85	R\$ 925,00
358	1.000	UNIDADE	TRIGLICERIDIOS - TRIG-	R\$3,51	R\$ 3.510,00
359	200	UNIDADE	TSH H. TIREOESTIMULANTE -TSHUS-	R\$11,40	R\$ 2.280,00
360	100	UNIDADE	HTLV 1+2 ANTI	R\$18,55	R\$ 1.855,00
361	100	UNIDADE	ALFA - 1 GLICOPROTEINA ACIDA ALTA - 1	R\$3,68	R\$ 368,00
362	50	UNIDADE	CARDIOLIPINA IGA, ANTI	R\$37,50	R\$ 1.875,00
363	50	UNIDADE	CERUPLASMINA	R\$3,68	R\$ 184,00
364	50	UNIDADE	FITA ABS IGM SIFILIS	R\$10,00	R\$ 500,00
365	50	UNIDADE	HAPTOGLOBINA	R\$3,68	R\$ 184,00
366	50	UNIDADE	IGE RAST POEIRA (HX2)	R\$9,25	R\$ 462,50

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
	Fls..... Rubrica

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A CREDENCIADA**, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes. A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 03/2019. A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato deverá prestar os serviços com qualidade e responsabilidade a nível de ser analisada pelos participantes do grupo da terceira, na qual poderá a CONTRATADA ser desclassificada.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA** a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os instrumentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo. b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato. c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos seus equipamentos utilizados na execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA**

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2019.

**CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO**

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização dos serviços, emitida pelo Secretário de Administração do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria de Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria Administração do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento; Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

**CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se feito sem ônus à CONTRATANTE. A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, os seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização de seus serviços e equipamentos, quando esta julgar pertinente. A fiscalização e responsabilidade do contrato dos serviços prestados ficará por conta da Secretária de Assistência Social.

	<p align="center"><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b></p> <p align="center">CGC 83 102 699/0001 - 28</p> <p align="center">PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108</p> <p align="center">89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA</p>	<p>LICITAÇÕES E CONTRATOS</p> <p>Fls.....</p> <p>Rubrica</p>
---	--	--

**CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.**

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa: a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso.

**CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.
  - b6) - A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato deverá prestar os serviços com qualidade e responsabilidade, na qual poderá a CONTRATADA ser desclassificada, se assim comprovem o descontentamento dos serviços prestados. Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria de Saúde, no valor avençado.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela dotação orçamentária:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -ORÇAMENTÁRIAS DE**

Qualquer litígio judicial oriundo da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N.

001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0010	SAÚDE
0301	ATENÇÃO BÁSICA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

03/2019 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações. A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.**

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu ,.....de .....de 2019.

**BENITO BRAND**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**PORTARIA 154/2019 (REDAÇÃO CORRETA)**

Publicação Nº 1923678

PORTARIA Nº.154 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.  
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerada a partir desta data, ADRIENE KRETSZCHMAR, Professora a pedido da mesma.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 18 de Fevereiro de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DECISÃO COMISSÃO - ANÁLISE DE RECURSOS E CONTRARRAZOES PL 19.2019 PR 08.2019

Publicação Nº 1924568

#### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO – ANÁLISE DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

O Departamento de Compras e Licitações do Município de Princesa – SC, neste ato representada pela Pregoeira Michele Cristiane Kunzler, nomeada pela Portaria Nº 49 de 19 de abril de 2018, e pela equipe de apoio à licitação na modalidade pregão, nomeada pelo Decreto 272, de 28 de agosto de 2018, vem através deste apresentar análise dos recursos e contrarrazões interpostas referente ao Processo Licitatório nº 19/2019-PM, modalidade de Pregão Presencial nº 08/2019-PM, cuja sessão pública ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2019, tendo por objeto "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO a ser utilizado nas atividades realizadas por todas as Secretarias do Município de Princesa/SC."

Conforme Ata de Julgamento das propostas da referida sessão, a empresa GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP manifestou interesse em apresentar recurso, alegando que: "As empresas MARCELO SIMONI, SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA não possuem os equipamentos para produção dos itens, tendo que terceirizar, e conforme o edital do pregão, o material não pode ser terceirizado, sendo que as empresas estariam omitindo informações nas declarações (idoneidade, cumprimento dos requisitos, dentre outros)".

#### 1 – DOS RECURSOS

No prazo recursal (dia 18 de fevereiro de 2019), a empresa GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP protocolou seu recurso tempestivamente. A Comissão de apoio à licitação na modalidade pregão tomou ciência do conteúdo do recurso impetrado pela recorrente.

O instrumento convocatório estipula o prazo de 3 (três) dias para manifestações. Dessa forma, quanto à admissibilidade, os recursos foram protocolados tempestivamente.

#### 2 – DAS ALEGAÇÕES E PEDIDOS DA RECORRENTE

Em síntese, em seu recurso administrativo, a recorrente GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP, com relação a empresa MARCELO SIMONI alega que "a referida empresa não é indústria gráfica irá terceirizar a confecção dos produtos e os impostos inerentes não serão recolhidos aos cofres públicos". Além disso, alega que a empresa MARCELO SIMONI, possui capital social incompatível com o maquinário necessário a produção dos materiais. Dessa forma, cita que "ainda que não será admitida a subcontratação – item 7.1 do edital – ou seja, como haverão de cumprir a contratação diretamente senão dispõe de maquinário e nem se classificam como indústria gráfica no CNAE". Por fim, a recorrente traz "Questão de ordem ainda - quando da abertura – anterior ao apregoamento – a ora recorrente já havia apresentado recurso – de onde não há decisão!"

Dessa forma, a empresa requer:

- Conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e, no mérito, acolhê-lo, realizando juízo de retratação e, desse modo, reconsiderando sua decisão e revendo seu ato de considerar a empresa participante nº 10182 – MARCELO SIMONI nos itens nºs 03, 10, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 58, 64, 78, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 102.
- Realizar diligências necessárias, havendo dúvida, não obstante a qualificação contábil e registral insuficiente e ausente, havendo dúvida.
- Solver a questão de ordem procedimental invocada – ausência de decisão de recurso próprio.

#### 2 – DAS CONTRARRAZÕES

Divulgados os recursos e intimadas as demais licitantes, nos termos do item 14.1 do instrumento convocatório, bem como Art. 4º, inc. XVIII da Lei 10520/02, a empresa MARCELO SIMONI protocolou suas contrarrazões tempestivamente.

A empresa MARCELO SIMONI, em seu contra recurso explica que "a empresa recorrida indica que o seu objeto se destina à impressão de material para uso industrial e comercial, edição e impressão de produtos gráficos, dentre outros. Tem como atividade econômica principal a cadastrada sob CNAE 18.13-0-99, ou seja, impressão de material para outros usos, e faz parte da seção C, qual seja Indústria de transformação. Assim não há que se falar em ausência de realização de atividade industrial, ao contrário do alegado pela recorrente". Sendo assim, a empresa alega que "o CNAE da recorrida apresenta todas as condições para realização do objeto licitado".

Além do mais, a empresa MARCELO SIMONI, aponta que as razões de recurso da empresa GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP, divergem dos argumentos apresentados na intenção de recurso.

Diante do exposto, requer que:

- Não seja reconhecido o recurso da empresa GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP, tendo em vista que os motivos e as razões do recurso não se coincidem.
- Caso o recurso seja reconhecido, que o mesmo seja julgado improcedente, tendo em vista os fundamentos expostos.

#### 3 – DA ANÁLISE DO RECURSO

Após conhecimento dos recursos e contrarrazões, a Comissão de apoio à licitação na modalidade pregão analisou novamente as propostas e documentação das empresas, e ante ao exposto passa a tecer os comentários a seguir.

Em seu item 6.4, o edital do processo em epígrafe, estabelece que: "É vedada a participação de licitantes cuja atividade-fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação."



Na análise da documentação da empresa MARCELO SIMONI, percebe-se que a mesma possui em seu ato constitutivo a atividade de "impressão de material para uso industrial e comercial, edição e impressão de produtos gráficos", dentre outras. Além disso, em seu Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, a atividade econômica principal é a de "impressão de material para outros usos" e dentre as atividades secundárias encontra-se "edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos".

Dessa forma, entende-se que resta comprovada a atividade-fim compatível, estando a proponente MARCELO SIMONI habilitada a participar do certame.

Com relação a alegação por parte da empresa GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP de que o capital social da concorrente seja insuficiente, salienta-se que para comprovação da qualificação econômica financeira, o edital exigia: 11.1.3.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro da comarca em que está sediado o licitante, não sendo exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.

Por fim, no que diz respeito à questão de ordem apresentada pela recorrente GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP (conforme Anexo I), onde a mesma apresentou razões de recurso durante a sessão, antes da abertura dos envelopes de documentação, e que a empresa alega que há ausência de decisão de recurso próprio, transcreve-se o inciso XVIII do artigo 4º da Lei 10.520/2002:

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Ou seja, tal manifestação deve ser apresentada logo após a divulgação do vencedor do certame, onde a licitante inconformada com o resultado do certame recorre, manifestando que tem o interesse de contestar a decisão de julgamento do pregoeiro e informando os motivos pelos quais discorda do resultado proferido, de forma expressa.

Não cabe portanto, a apresentação de recursos antes da abertura dos envelopes de documentação, por não haver ainda conhecimento dos documentos das concorrentes. Além do mais, as razões de recurso apresentadas pela GRAFICA SANTA LUCIA LTDA – EPP, são datadas de 14 de fevereiro de 2019, antes mesmo da sessão pública, que realizou-se dia 15 de fevereiro de 2019, data em que não sei tinha conhecimento dos participantes da licitação.

Antes da sessão pública, apenas são reconhecidas manifestações e impugnações com respeito às especificações do edital, conforme o item 3.1 do edital:

Quaisquer questionamentos e ou/esclarecimentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por e-mail e dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

Não há nenhum dispositivo na lei que permita que sejam questionadas a qualificação e habilitação dos participantes concorrentes, antes mesmo de serem abertos os envelopes de documentação, portanto as razões de recurso apresentadas na abertura da sessão, foram sequer reconhecidas por serem julgadas improcedentes.

#### 4 – DA CONCLUSÃO

Tecidas as considerações e por todo exposto, a comissão decide manter a decisão da sessão pública com relação a empresa MARCELO SIMONI mantendo-a HABILITADA e vencedora dos itens 03, 10, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 58, 64, 78, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 102.

Encaminha-se posteriormente o recurso com os fundamentos para análise e decisão final à autoridade superior, conforme art. 109§ 4º da Lei 8.666/1993.

Princesa/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Michele C. Kunzler

Pregoeira

Port. 49/2018

Alessandra dos Santos Membro	Mariele Bruder Membro
---------------------------------	--------------------------

#### ANEXO I

### DECISAO DO PREFEITO PL 19.2019 PR 08.2019

Publicação Nº 1924569

#### DECISÃO DE RECURSO

O Departamento de Compras e Licitações do Município de Princesa – SC, representado pela Pregoeira Michele Cristiane Kunzler, nomeada pela Portaria Nº 49 de 19 de abril de 2018, e pela equipe de apoio à licitação na modalidade pregão, nomeada pelo Decreto 272, de 28 de agosto de 2018, manteve a habilitação da empresa MARCELO SIMONI. Subiram os autos para decisão em grau recursal.

Em análise sistemática dos recursos, contrarrazões, ata da comissão e documentação juntada ao processo, dou provimento, para manter a habilitação da empresa MARCELO SIMONI, declarando-a VENCEDORA dos itens 03, 10, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 58, 64, 78, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 102. Mantem-se as demais decisões da comissão, na sessão de licitação. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de fevereiro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

**EDITAL PL 27.2019-PM - DL 07.2019 - PROFESSOR PERCUSSÃO**

Publicação Nº 1924019

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM

**OBJETO**

Contratação de empresa para ministrar oficina de percussão, para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, do Município de Princesa/SC.

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a contratação de 72 (setenta e duas) horas de aula devido ao fato de que com o vencimento do contrato da oficina de Artes, o Serviço fica com defasagem de um oficineiro, o que dificulta o atendimento das 60 crianças e adolescentes que participam das atividades. A oficina de artes que atuava junto as crianças e adolescentes do SCFV teve o contrato finalizado, vindo então a oficina ficar sem profissional, acarretando em prejuízo as atividades e ao cronograma da oficina junto as crianças e adolescentes.

Devido a diversos pedidos por parte dos usuários e suas famílias de que fosse colocado uma oficina diferenciada, tendo como sugestão a oficina de percussão, os técnicos buscaram por oferecer às crianças e adolescentes a oficina solicitada, devido à oficina de percussão ser inédita nas atividades do serviço de convivência.

Essa oficina tem os objetivos de oferecer conhecimentos e técnicas de instrumentos de percussão, proporcionar uma troca de conhecimentos entre os jovens, estimular as iniciativas musicais da região, oferecer aos alunos a possibilidade de poder experimentar um pouco do conhecimento musical através de aulas de percussão, possibilitar que a partir de seus conhecimentos os participantes sejam capazes de produzir e distribuir conhecimentos.

Optou-se pela dispensa por um período de 72 (setenta e duas) horas de aula até a realização de procedimento licitatório, para que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) não fique sem opção até a efetivação da licitação.

Tendo por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia de crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades desta faixa etária. Garantindo experiências lúdicas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

A oficina de percussão tem como público alvo os participantes do SCFV, que são integrantes de famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento ou sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residente nos territórios de abrangência do CRAS, atendendo a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social nº04/2018, ao qual dispõe sobre os critérios para inserção no referido Serviço. Caso haja suspensão/cancelamento do repasse de recursos, o contrato/prestação de serviço poderá ser suspenso/cancelado a qualquer momento. Somente assim será dado condições de garantir o direito ao SCFV e atender as exigências do Serviço, que é Tipificado, através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência

Princesa, 22 de fevereiro de 2019.

Meri L. M. Boligon Secretária de Assistência Social	

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra C. dos Santos Membro	Simone L. Pinheiro Membro
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 22 de fevereiro de 2019.

Meri L. M. Boligon  
Secretária de Assistência Social

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler  
Presidente

Alessandra C. dos Santos  
Membro

Simone L. Pinheiro  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas/profissional que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa DIMITRI ABDALLA DIAS VELOZO 06356229985, com endereço na Rua Carlos Dal Magro, 717, Centro, São Miguel do Oeste.

A mesma possui objeto social em produção musical, sendo compatível com o objeto da presente contratação. O serviço deverá ser prestado conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Aulas de Percussão nas modalidades: História da Musica, percussão popular, Percussão corporal, ritmo, melodia, harmonia, improvisação, composição, grafias musicais para instrumento de percussão. Será desenvolvida Oficina de percussão, com o objetivo de proporcionar aos alunos, à suas famílias e à comunidade, vivência de cultura, música e ritmos. O Projeto Oficina de Percussão pretende reformular comportamentos e traduzi-los em formação de hábitos e internalização de novos valores; descobrir na arte, na educação, na pluralidade cultural, na ética e na estética, os pilares de um novo projeto de vida. Buscará unir prática e teoria, arte e tecnologia, valores culturais comunitários e globalização, para tornar viável a sua missão de desenvolver o exercício da cidadania e preservação da diversidade cultural. Durante a oficina, o aluno terá capacidade de tocar peças fazendo o uso de figuras de notas e tocar os principais instrumentos oferecidos pela oficina, caixa, bumbos, surdo. Sendo oficinas de 4 horas matutinas e 4 horas vespertinas.	Horas	72	40,00	2.880,00
TOTAL (R\$)					2.880,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 22 de fevereiro de 2019.

Meri L. M. Boligon  
Secretária de Assistência Social

## COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler  
Presidente

Alessandra C. dos Santos  
Membro

Simone L. Pinheiro  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, a contratação da empresa DIMITRI ABDALLA DIAS VELOZO 06356229985, com endereço na Rua Carlos Dal Magro, 717, Centro, São Miguel do Oeste.

A mesma possui objeto social em produção musical, sendo compatível com o objeto da presente contratação. O serviço deverá ser prestado conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Aulas de Percussão nas modalidades: História da Musica, percussão popular, Percussão corporal, ritmo, melodia, harmonia, improvisação, composição, grafias musicais para instrumento de percussão. Será desenvolvida Oficina de percussão, com o objetivo de proporcionar aos alunos, à suas famílias e à comunidade, vivência de cultura, música e ritmos. O Projeto Oficina de Percussão pretende reformular comportamentos e traduzi-los em formação de hábitos e internalização de novos valores; descobrir na arte, na educação, na pluralidade cultural, na ética e na estética, os pilares de um novo projeto de vida. Buscará unir prática e teoria, arte e tecnologia, valores culturais comunitários e globalização, para tornar viável a sua missão de desenvolver o exercício da cidadania e preservação da diversidade cultural. Durante a oficina, o aluno terá capacidade de tocar peças fazendo o uso de figuras de notas e tocar os principais instrumentos oferecidos pela oficina, caixa, bumbos, surdo. Sendo oficinas de 4 horas matutinas e 4 horas vespertinas.	Horas	72	40,00	2.880,00
TOTAL (R\$)					2.880,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 22 de fevereiro de 2019.		
Meri L. M. Boligon Secretária de Assistência Social		
COMISSÃO DE LICITAÇÕES		
Michele C. Kunzler Presidente		
Alessandra C. dos Santos Membro		
Simone L. Pinheiro Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 22 de fevereiro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	Andréia Epping de Lima Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Princesa	
---	---	--

**TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019- CONDER.**

Publicação Nº 1924862

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2019 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Município de, 22 de fevereiro de 2019.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2019 QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de LUBRIFICANTES E CORRELATOS para os municípios consorciados e participantes deste certame, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa, através de seu Prefeito Municipal Sr. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 002/2019, Pregão Presencial nº 002/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 005/2019 para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de LUBRIFICANTES E CORRELATOS, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor  
GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER  
São Miguel do Oeste/SC

# Quilombo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 037/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923391

DECRETO Nº 037/2018 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, NO ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2019 no valor de R\$ 426.306,59 (Quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.734/2017 de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	11
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES	02
Função	Transporte	26
Sub-função	Transporte Rodoviário	782
Programa	ACESSO PLENO	0026
Atividade	PONTES NO INTERIOR/TRANSPORTES	1.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(232)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.34 - Transferências de Convênios–União/ Outros
Valor Total R\$:		426.309,59

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será do excesso e/ou provável excesso de arrecadação, oriundo do Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Departamento de Articulação e Gestão, Processo nº.59502.001301/2018-80.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 21 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em \_\_\_/\_\_\_/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionário Designado

### DECRETO Nº 041/2019 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924920

DECRETO Nº 041/2019 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PARA O PERÍODO DE COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL DO PRESENTE ANO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido, em caráter extraordinário, os seguintes horários de funcionamento da Administração Pública direta e indireta durante o período de comemoração das festividades de Carnaval no âmbito do Município de Quilombo, que ocorrerá de 02 de março à 05 de março de 2019:

I. Dia 04/03/2019 (Segunda-feira) – Horário de expediente das 12h00min às 19h00min;

II. Dia 05/03/2019 (Terça-feira) – Não haverá expediente; e,



III. Dia 06/03/2019 (Quarta-feira) – Horário de expediente das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Os professores da rede municipal de ensino, ficam excetuados do cumprimento do horário estabelecido pelo inciso I do artigo 1º.

Art. 3º Os conselheiros tutelares ficam excetuados do cumprimento do horário estabelecido no artigo 1º e cumprirão com o exercício das funções de acordo com o determinado em escala de trabalho.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em 25/02/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

# Rio das Antas

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923548

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

HOMOLOGA O TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019- FUMAS – APAE e TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019 – PMRA – APAE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, aprovou e ele promulga o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º- Fica HOMOLOGADO o “Termo de Fomento Nº 001/2019 – FUMAS – APAE”, firmado em 21/01/2019.

Parágrafo Único – Referido Termo tem como objetivo firmar Termo de Fomento entre o Município de Rio das Antas - UG – Fundo de Assistência Social do Município –FUMAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio das Antas – SC, de acordo com o Cronograma de Execução no exercício de 2019 até o valor de R\$ 5.261,40 (cinco mil duzentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), de acordo com as parcelas repassadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – FMS.

Art. 2º - Fica HOMOLOGADO o “Termo de Fomento Nº 002/2019 – PMRA - APAE”, firmado em 21/01/2019.

Parágrafo Único – Referido Termo tem como objetivo firmar Termo de Fomento entre o Município de Rio das Antas –UG- Prefeitura Municipal de Rio das Antas e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio das Antas – SC, de acordo com o Cronograma de Execução, no exercício de 2019 até o valor de R\$ 74.875,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

RAFAEL VIAN  
Presidente

MARILENE SEIDEL  
Assessora Legislativa

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 01-2019 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Publicação Nº 1923729

Conselho Municipal do Idoso – CMI – Rio do Campo – SC

Lei Municipal Nº 1.941 de 17/12/2013

Resolução 01/2019

Resolve Aprovar a II Conferência Municipal do Idoso.

O Conselho Municipal do Idoso de Rio do Campo, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando a deliberação unânime da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 08 de 2019, em conformidade com a Lei Federal nº 8.472 de 07 de dezembro de 1993, em seu art. 30 e Lei Municipal nº 1.941 de 17 de dezembro de 2013.

RESOLVE: Aprovar a II Conferência Municipal do Idoso.

Art. 1º - Convoca a todos para a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em forma de reunião ampliada, a realizar-se no dia 06/03/2019 nas dependências do CRAS com início às 13h30min, tendo como tema: Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas.

Art. 2º - Fica constituída a Comissão Organizadora da Conferência os membros do Conselho do Idoso.

Art. 3º - A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Campo, 22 de fevereiro de 2019.

Silvana da Silva

Presidente do CMI

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### ANULA PROCESSO 011/2019.

Publicação N° 1924388

#### AVISO DE ANULAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC – AVISO DE ANULAÇÃO – PROC. LICITATÓRIO N° 011/2019 – TOMADA DE PREÇOS 002/2019.

O Município de RIO DO OESTE/SC, torna público a quem possa interessar que, o procedimento de licitação da modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço Global, visando à Contratação de empresa especializada para construção de um palco na praça Victório Lenzi na cidade de Rio do Oeste, ESTÁ ANULADA, por ferir o inciso I, art. 21 da Lei 8666/93, e que novo aviso e novo edital serão devidamente republicados.

Rio do Oeste, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

### ANULA PROCESSO 097/2018

Publicação N° 1924393

#### AVISO DE ANULAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC – AVISO DE ANULAÇÃO – PROC. LICITATÓRIO N° 097/2018 – TOMADA DE PREÇOS 008/2018.

O Município de RIO DO OESTE/SC, torna público a quem possa interessar que, o procedimento de licitação da modalidade Tomada de Preços, tipo de julgamento, menor preço Global, visando à Contratação de empresa especializada para Pavimentação asfáltica da Rua John Kennedy – Trecho IV na cidade de Rio do Oeste, ESTÁ ANULADA, por ferir o inciso I, art. 21 da Lei 8666/93, e que novo aviso e novo edital serão devidamente republicados.

Rio do Oeste, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

### DECRETO\_2414\_PONTO\_FACULTATIVO\_CARNAVAL

Publicação N° 1924298

DECRETO N° 2.414, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Rio do Oeste.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, previstas no art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nos dias 04 (quatro) e 05 (cinco) de março de 2019, para todo o funcionalismo público municipal de Rio do Oeste, em razão do Carnaval, retomando-se as atividades normais no dia 06 (seis) de março de 2019.

Art. 2º Excetua-se do disposto do artigo anterior, o funcionamento da CEI Nossa Senhora Menina, cujos servidores nelas lotados exercerão suas atividades em regime de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Município em 22/02/2019

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário da Administração

**DECRETO\_2415\_REGULAMENTA\_SERVIÇO\_DE\_INSPEÇÃO\_MUNICIPAL\_LEI\_2173\_2017**

Publicação Nº 1924311

DECRETO Nº 2.415, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.173, de 28 de setembro de 2017, referente ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos de origem animal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto pela Lei Orgânica do Município

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado, por meio deste Decreto, os procedimentos e diretrizes para a execução do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, instituído pela Lei nº 2.173, de 28 de setembro de 2017, exclusivamente para os produtos de origem animal.

Art. 2º A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será exercida em todo o território do Município de Rio do Oeste - SC, visando o cumprimento das condições higiênico-sanitárias a serem respeitadas por todos os estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 3º Os serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal de competência do Município de Rio do Oeste - SC serão executados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Ficará a cargo do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente fazer cumprir estas normas, também outras que venham a ser implantadas, desde que digam respeito à inspeção industrial e sanitária dos estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 4º A implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM - relativo aos produtos de origem animal obedecerá, em consonância com as prioridades de saúde pública e abastecimento da população, ao previsto neste Decreto, na Lei Federal nº 7.889/89, na Lei Federal nº 1.283/50 e na Lei Municipal nº 2.173/2017, no Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 – RIISPOA, assim como nas demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

Parágrafo único. Serão aplicadas no âmbito do Município de Rio do Oeste - SC, as Instruções de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, que compreendem o Anexo I deste Decreto.

Art. 5º Entende-se por "estabelecimento de produtos de origem animal", para efeito do presente regulamento, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, todos os produtos de origem animal, seus subprodutos e derivados.

Parágrafo único. A simples designação "estabelecimento" abrange todos os tipos e modalidades de estabelecimentos previstos na classificação do presente regulamento.

Art. 6º Os estabelecimentos de produtos de origem animal abrangem:

I - de carne e derivados;

II - de leite e derivados;

III - de pescado e derivados;

IV - de ovos e derivados;

V - de produtos de abelhas e derivados;

VI - de armazenagem;

VII - de produtos não comestíveis.

Art. 7º Constituem princípios a serem seguidos na aplicação presente regulamento:

I - promoção da preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, evitando medidas que se tornem obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - promoção do processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 8º A inspeção municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante as operações de abate das diferentes espécies animais.

§ 2º Nos demais estabelecimentos que constam neste regulamento a inspeção será executada de forma periódica.

§ 3º Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência mínima de execução uma vez ao mês e período de pelo menos duas horas de inspeção, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e o desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

I - inspeção ante e post-mortem das diferentes espécies animais;

II - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade (RTIQ) do produto específico;

III - verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados à venda;

IV - monitoramento dos resultados dos exames microbiológicos, histológicos, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e as respectivas práticas laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;

V - verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;

VI - informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal ou na saúde pública;

VII - bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena e no abate.

## CAPÍTULO II

### DOS ESTABELECIMENTOS DE CARNES E DERIVADOS

Art. 10. Os estabelecimentos de carnes e derivados são assim classificados e definidos:

I - abatedouro frigorífico: estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio industrial, podendo realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis e não comestíveis;

II - unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos: estabelecimento destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos, podendo realizar industrialização de produtos comestíveis e o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos não comestíveis.

Art. 11. A fabricação de gelatina e produtos colagênicos será realizada nos estabelecimentos classificados como unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.

Parágrafo único. O processamento de peles para a obtenção de matérias-primas na fabricação dos produtos de que trata o caput será realizado na unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis.

Art. 12. Para os fins deste Decreto, produtos cárneos são aqueles obtidos de carnes, de miúdos e de partes comestíveis das diferentes espécies animais, com as propriedades originais das matérias-primas modificadas por meio de tratamento físico, químico ou biológico, ou ainda pela combinação destes métodos em processos que podem envolver a adição de ingredientes, aditivos ou coadjuvantes de tecnologia.

Parágrafo único. As carnes e os miúdos utilizados na elaboração de produtos cárneos devem estar livres de gordura, aponeuroses, linfonodos, glândulas, vesícula biliar, saco pericárdico, papilas, cartilagens, ossos, grandes vasos, coágulos, tendões e demais tecidos não considerados aptos ao consumo humano.

Art. 13. Para os fins deste Decreto, miúdos são os órgãos e as partes de animais de abate julgados aptos para o consumo humano pela inspeção veterinária oficial, conforme especificado abaixo:

I - nos ruminantes: encéfalo, língua, coração, fígado, rins, rúmen, retículo, omaso, rabo e mocotó;

II - nos suídeos: língua, fígado, coração, encéfalo, estômago, rins, pés, orelhas, máscara e rabo;

III - nas aves: fígado, coração e moela sem o revestimento interno;

IV - no pescado: língua, coração, moela, fígado, ovas e bexiga natatória, respeitadas as particularidades de cada espécie;



V - nos lagomorfos: fígado, coração e rins; e

VI - nos equídeos: coração, língua, fígado, rins e estômago.

Parágrafo único. Podem ser aproveitados para consumo direto, de acordo com os hábitos regionais e tradicionais, pulmões, baço, medula espinhal, glândula mamária, testículos, lábios, bochechas, cartilagens e outros a serem definidos em normas complementares, desde que não se constituam em materiais especificados de risco.

Art. 14. Espécies de açougue são os bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, lagomorfos e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabelecimentos sob inspeção veterinária.

Art. 15. Para os fins deste Decreto, carcaças são as massas musculares e os ossos do animal abatido, tecnicamente preparado, desprovido de cabeça, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, respeitadas as particularidades de cada espécie, observado ainda:

I - nos bovinos, nos búfalos e nos equídeos a carcaça não inclui pele, patas, rabo, glândula mamária, testículos e vergalho, exceto suas raízes;

II - nos suídeos a carcaça pode ou não incluir pele, cabeça e pés;

III - nos ovinos e caprinos a carcaça não inclui pele, patas, glândula mamária, testículos e vergalho, exceto suas raízes, mantido ou não o rabo;

IV - nas aves a carcaça deve ser desprovida de penas, sendo facultativa a retirada de rins, pés, pescoço, cabeça e órgãos reprodutores em aves que não atingiram a maturidade sexual;

V - nos lagomorfos a carcaça deve ser desprovida de pele, cabeça e patas;

VI - nas ratitas a carcaça deve ser desprovida de pele e pés, sendo facultativa a retirada do pescoço;

VII - nas rãs e nos jacarés as carcaças são desprovidas de pele e patas; e

VIII - nos quelônios as carcaças são desprovidas de casco.

### CAPÍTULO III

#### DOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS

Art. 16. Os estabelecimentos de leite e derivados são assim classificados e definidos:

I - granja leiteira: estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição;

II - posto de refrigeração: estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as usinas de beneficiamento ou fábricas de laticínios destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru, facultando-se a estocagem temporária do leite até sua expedição;

III - usina de beneficiamento: estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, do envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultando-se a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

IV - fábrica de laticínios: estabelecimento destinado à fabricação de derivados lácteos, envolvendo as etapas de recepção de leite e derivados, de transferência, de refrigeração, de beneficiamento, de manipulação, de fabricação, de maturação, de fracionamento, de ralação, de acondicionamento, de rotulagem, de armazenagem e de expedição de derivados lácteos, sendo também permitida a expedição de leite fluido a granel de uso industrial;

V - queijaria: estabelecimento localizado em propriedade rural destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que encaminhe o produto a uma fábrica de laticínios ou usina de beneficiamento, caso não realize o processamento completo do queijo.

Art. 17. Os estabelecimentos de leite e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis, devem dispor de:

I - instalações e equipamentos para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais, no caso de granja leiteira;

II - instalações de ordenha separadas fisicamente da dependência para fabricação de queijo, no caso das queijarias.

Parágrafo único. Quando a queijaria não realizar o processamento completo do queijo, a fábrica de laticínios ou usina de beneficiamento será corresponsável por garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e do monitoramento de programas de sanidade do rebanho e de programas autocontroles.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS ESTABELECIMENTOS DE PESCADO E DERIVADOS

Art. 18. Os estabelecimentos de pescado e seus derivados são classificados em:

I - abatedouro frigorífico de pescado: estabelecimento destinado ao abate de pescado, recepção, lavagem, manipulação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição dos produtos oriundos do abate, podendo realizar recebimento, manipulação, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de produtos comestíveis e não comestíveis;

II - unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado: estabelecimento destinado à recepção, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, podendo realizar também sua industrialização e o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos não comestíveis;

III - estação depuradora de moluscos bivalves: estabelecimento destinado à recepção, à depuração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de moluscos bivalves.

Art. 19. Entende-se por pescado os peixes, os crustáceos, os moluscos, os anfíbios, os répteis, os equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

Parágrafo único. O pescado proveniente da fonte produtora não pode ser destinado à venda direta ao consumidor sem que haja prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário.

Art. 20. Dentre as espécies de abate de pescado, somente os anfíbios e os répteis devem ser submetidos à inspeção ante mortem.

Parágrafo único. No caso de répteis e anfíbios, a inspeção e a fiscalização serão realizadas em caráter permanente apenas durante as operações de abate.

Art. 21. Os dispositivos previstos neste Decreto são extensivos aos gastrópodes terrestres, no que for aplicável.

Parágrafo único. Os procedimentos de inspeção referentes aos gastrópodes terrestres são as previstas em normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

#### CAPÍTULO V

##### DOS ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS

Art. 22. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - granja avícola: estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos, exclusivamente, de produção própria destinada à comercialização direta;

Parágrafo único. É permitida à granja avícola a comercialização de ovos para a unidade de beneficiamento de ovos e derivados.

II - unidade de beneficiamento de ovos e derivados: estabelecimento destinado à produção, à recepção, à ovoscopia, à classificação, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos ou de seus derivados;

§ 1º É facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.

§ 2º Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se, exclusivamente, à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.

§ 3º Os estabelecimentos de ovos e derivados, respeitadas as particularidades tecnológicas cabíveis de cada estabelecimento, também devem dispor de instalações e equipamentos para a ovoscopia e para a classificação dos ovos, devendo a ovoscopia ser realizada em todos os ovos.

#### CAPÍTULO VI

##### DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

Art. 23. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados em:

I - unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas: estabelecimento destinado ao recebimento de matérias-primas de produtores rurais, à extração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos de abelhas, facultando-se o beneficiamento e o fracionamento;

Parágrafo único. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados classificados como unidade de extração de produtos de abelhas

e derivados poderão ser instalados em veículos providos de equipamentos e instalações que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, constituindo-se em uma unidade móvel.

II - entreposto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados: estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, facultando-se a extração de matérias primas recebidas de produtores rurais;

III - é permitida a recepção de matéria prima previamente extraída pelo produtor rural, desde que atendido o disposto neste Decreto e em normas complementares;

Art. 24. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores, conforme disposto em normas complementares.

Parágrafo único. A extração da matéria-prima por produtor rural deve ser realizada em local próprio que possibilite os trabalhos de manipulação e acondicionamento da matéria prima em condições de higiene.

Art. 25. Os produtos de abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

## CAPÍTULO VII DOS ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM

Art. 26. Os estabelecimentos destinados a armazenagem são classificados em:

I - entreposto de produtos de origem animal: estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego de frio industrial, dotado de instalações específicas para realização de reinspeção;

II - casa atacadista: estabelecimento registrado no órgão regulador da saúde que receba e armazene produtos de origem animal procedentes do comércio intermunicipal e interestadual prontos para comercialização, acondicionados e rotulados, para efeito de reinspeção.

§ 1º Nos estabelecimentos citados, não serão permitidos quaisquer trabalhos de manipulação, de fracionamento ou de reembalagem.

§ 2º Não se enquadram na classificação de entreposto de produtos de origem animal os portos, os aeroportos, os postos de fronteira, as aduanas especiais, os recintos especiais para despacho aduaneiro de exportação e os terminais de contêineres.

## CAPÍTULO VIII DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

Art. 27. Os estabelecimentos de produtos não comestíveis são denominados como "unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis, considerados aqueles estabelecimentos destinados à recepção, à manipulação e ao processamento de matérias-primas e resíduos de animais destinados ao preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana".

## CAPÍTULO IX DO REGISTRO E APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 28. Os estabelecimentos interessados em abater ou industrializar produtos de origem animal e comercializá-los em território sob a circunscrição do Serviço de Inspeção Municipal deverão solicitar o registro junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

Art. 29. Os produtos de origem animal in natura ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos pela legislação em vigor, Decreto 9.013/2017, bem como, ao Código de Defesa do Consumidor.

Art. 30. Os estabelecimentos a que se refere o art. 28 receberão número de registro.

§ 1º Os números de registro obedecerão à série própria e independente, fornecidos pelo SIM.

§ 2º O número de registro constará obrigatoriamente nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos e demais documentos.

Art. 31. Para o processo de obtenção do registro junto ao SIM, os novos estabelecimentos que pretendam entrar em funcionamento deverão seguir os seguintes procedimentos:

I - preencher, em duas vias, o Formulário de Requerimento de Registro no SIM previsto na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;

II - preencher, em duas vias, o Termo de compromisso de registro no SIM previsto na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;

III - apresentar os seguintes documentos:

a) cópia do contrato social ou declaração de Microempreendedor Individual ou Nota Fiscal de Produtor Rural;

- b) cópia da inscrição estadual ou de produtor rural;
- c) cópia do CNPJ ou CPF;
- d) cópia do cadastro de contribuinte do ICMS, quando aplicável;
- e) certidão Negativa de Débitos municipais
- ;
- f) proposta de plantas e documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
- g) cópia do memorial descritivo, econômico e sanitário do estabelecimento, conforme Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI;
- h) cópia da solicitação ou dispensa da Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental;
- i) cópia do alvará de funcionamento;
- j) cópia do laudo de análise de água conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;
- k) cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- l) cópia do Termo de Compromisso para o recolhimento dos resíduos oriundos do processo dos produtos de origem animal, quando aplicável;
- m) cópia da carteira e/ou laudo de saúde dos manipuladores e do Responsável Técnico ("aptos a manipulação de alimentos");
- n) programas de Autocontrole, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

Art. 32. Após a entrega da documentação na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente será realizada análise e visita in loco para aprovação do local e do terreno da instalação do estabelecimento e do projeto referido no art. 31, para que então os documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI sejam encaminhados.

Art. 33. Aprovados os projetos e o cronograma de execução, o requerente poderá iniciar as obras.

Art. 34. O requerente deverá informar à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o término das obras, bem como a instalação dos equipamentos, para agendamento de vistoria e autorização de início das atividades.

Parágrafo único. Após concluída a vistoria, compete ao SIM instalar de imediato a inspeção no estabelecimento.

Art. 35. Satisfeitas as exigências fixadas no presente regulamento, será expedido o "Registro no Serviço de Inspeção Municipal", constando no mesmo o número do registro, razão social, classificação do estabelecimento, localização (estado, município, cidade, vila ou povoado), nome fantasia e outros detalhes necessários, conforme Instrução de Trabalho nº 02 do CIM-AMAVI.

Art. 36. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nos estabelecimentos registrados ou relacionados, tanto de suas dependências como instalações, só poderão ser feitas após aprovação prévia dos projetos pelo SIM.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade dos proprietários as adequações e construções dos estabelecimentos sujeitos à inspeção municipal, cujos projetos não tenham sido previamente aprovados pelo SIM.

Art. 37. Os estabelecimentos já registrados no SIM deverão providenciar a implantação de práticas que visem o controle higiênico-sanitário dos processos de fabricação e manuseio dos produtos no estabelecimento, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

## CAPÍTULO X

### ESTABELECIMENTOS EM FUNCIONAMENTO

Art. 38. Cabe notificação por parte do SIM dos estabelecimentos que não apresentarem a cada dois anos documentos que comprovem a realização ou a participação em treinamentos sobre práticas higiênico-sanitárias de produtos e operações;

§ 1º O plano de treinamento, específico para cada estabelecimento, deverá ser elaborado seguindo as regras previstas pela Portaria Nº 368/1997 do MAPA, ou outras que venham a substituí-la.

§ 2º Quando houver admissão de novos colaboradores nos estabelecimentos de produtos de origem animal será necessário um novo treinamento de práticas higiênico-sanitárias sobre produtos e operações.

Art. 39. São obrigações permanentes dos estabelecimentos que possuem registro junto ao SIM e já estejam em funcionamento:

I - apresentar anualmente cópia da Análise Microbiológica e Físico Química dos produtos, conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;

II - apresentar anualmente Certidão Negativa de Débitos Municipais ou declaração de participação do REFIS municipal;

III - manter o Alvará de Funcionamento válido;

IV - apresentar, na periodicidade segundo legislação do Ministério da Saúde, cópia do laudo de análise de água conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI;

V - manter em dia a carteira e/ou laudo de saúde dos manipuladores e do Responsável Técnico;

VI - realizar anualmente o Controle Integrado de Pragas (serviço terceirizado);

VII - manter exposto no estabelecimento, em local visível, o Certificado de Registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

VIII - manter no estabelecimento cópia do laudo do controle da limpeza da caixa da água (serviço terceirizado) ou fotocópia do controle realizado pelo estabelecimento;

IX - apresentar anualmente ou sempre que houver alterações, os programas de autocontrole implantados conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

## CAPÍTULO XI DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 40. O beneficiamento de produtos de origem animal do Município, estará sujeito às seguintes condições:

I - o abate, a industrialização de carnes, de leite e demais produtos de origem animal, só poderão ser realizados no Município em estabelecimentos registrados na União, no Estado ou no Município, tendo assim livre trânsito;

II - os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais pertinentes, para identificação e procedência;

III - os animais deverão ser, obrigatoriamente, abatidos mediante processo humanitário;

IV - a manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização, deverá observar os requisitos de uma boa higiene;

V - os veículos de transporte de carnes e vísceras comestíveis deverão ser providos de meios para produção e/ou manutenção de frio, observando-se as demais exigências regulamentares.

VI - localizar-se, dentro do perímetro da propriedade, de pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza;

VII - ser instalado, de preferência, no centro do terreno, devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas em no mínimo dez (10) metros e dispor de área de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transporte;

VIII - dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender, suficientemente, às necessidades de trabalho dos estabelecimentos de produtos de origem animal e das dependências sanitárias;

IX - dispor de água quente, onde julgar necessário, para usos diversos e suficiente às necessidades dos estabelecimentos de produtos de origem animal;

X - dispor de iluminação natural e artificial abundantes, bem como de ventilação adequada e suficiente em todas as dependências;

XI - possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

XII - ter paredes lisas, de cor clara, de fácil higienização e impermeáveis com azulejo ou outro material aprovado pelo SIM;

XIII - possuir forro de material impermeável, resistente a umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização, a critério do SIM;

XIV - em estabelecimentos de abate, dispor de dependência de uso exclusivo para o acondicionamento dos produtos não comestíveis e condenados. A dependência deve ser construída com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

XV - dispor de mesas de materiais resistentes e impermeáveis, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção;

XVI - dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa que permitam uma fácil lavagem e desinfecção;

XVII - dispor nas dependências do estabelecimento, de pias, sabão líquido inodoro, sanitizantes e esterilizadores, quando for o caso em boas

condições de funcionamento e número suficiente para a atividade;

XVIII - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento e de instalação para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como, de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do Meio Ambiente;

XIX - dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizadas em seu corpo;

XX - dispor de suficiente "pé direito" nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente da trilhagem aérea, a fim de que os animais dependurados após o atordoamento, permaneçam com a ponta do focinho distante do piso, de forma que não haja contaminação da carcaça;

XXI - dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos com pisos pavimentados apresentando ligeiro caimento no sentido dos ralos. Deverá ainda ser provido de bebedouros para utilização dos animais e pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

XXII - dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de abate com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças entre si ou por contaminações cruzadas, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM. O fluxograma de abate apresenta as seguintes etapas:

a) bovinos e búfalos: atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, divisão da meia carcaça, carimbagem, resfriamento, desossa, embalagem, armazenagem, estocagem e expedição;

b) ovinos/caprinos: atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, divisão de meia carcaça, carimbagem, resfriamento, desossa, embalagem, estocagem e expedição;

c) suínos: atordoamento, sangria, escaldagem, depilagem, chamuscamento, evisceração, inspeção, divisão da meia carcaça, lavagem, carimbagem, refrigeração, embalagem, armazenagem, estocagem e expedição;

d) aves: atordoamento, sangria, escaldagem (podendo ou não ser realizado), depenagem, evisceração, lavagem, pré-resfriamento, esposteamento, embalagem, congelamento e expedição;

e) anfíbios (rãs): atordoamento, sangria, colarinho, evisceração, pré-resfriamento, acondicionamento, estocagem e expedição;

f) répteis: atordoamento, desmedulização, sangria, lavagem, esfolagem, evisceração, inspeção, lavagem, resfriamento, desossa, embalagem, estocagem e expedição.

XXIII - prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras comestíveis;

XXIV - dispor de telas em todas as janelas e/ou dispositivos de fechamento automático em outras passagens para o interior, de modo a impedir a entrada de insetos, pássaros e roedores;

XXV - dispor de almoxarifado para guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados na indústria;

XXVI - dispor de dependência, quando necessário, para uso como escritório da administração do estabelecimento, inclusive para pessoal de serviço de inspeção sanitária, podendo ser separada do estabelecimento.

§ 1º O transporte ao qual se refere o inciso V, a critério do SIM, o transporte poderá ser realizado apenas com meio isotérmico, desde que atendidos os aspectos de higiene e que a temperatura dos produtos seja mantida até o seu local de entrega, conforme legislações vigentes;

§ 2º Os estabelecimentos já instalados que não disponham de afastamento em relação às vias públicas poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição se apresentem interiorizadas.

§ 3º Os acessos às dependências devem ser providos de barreira sanitária completa, constando de lava-botas, pia com acionamento automático para higienização das mãos, sabão líquido inodoro, sanitizante, papel toalha e lixo provido de tampa com acionamento a pedal.

§ 4º Os esterilizadores citados no inciso XVII devem ser utilizados exclusivamente para higienização constante de facas, fuzis (chairs), serras e demais instrumentos de trabalho. Os mesmos devem possuir carga completa de água limpa, e a temperatura da água não deve ser inferior a 82,2º C (oitenta e dois graus centígrados e dois décimos). Para o abate de aves a temperatura da água dos esterilizadores não deve ser inferior a 85º C (oitenta e cinco graus centígrados).

§ 5º Os currais e pocilgas de que trata o inciso XXI deverão dispor de plataforma, quando for o caso, para realização da inspeção ante-mortem.

Art. 41. As demais informações e especificações não contidas neste instrumento, deverão seguir as normas técnicas de instalações e equipamentos equivalentes ao Decreto nº 9.013/2017 – RIISPOA e outras que vierem a substituí-lo.



Art. 42. Será permitido o sacrifício dos animais somente após a prévia insensibilização, utilizando-se o método adequado à espécie. A sangria deve ser imediata e completa respeitando-se o tempo mínimo de três minutos, antes do qual não poderá ser realizado nenhum procedimento.

Parágrafo único. As etapas que antecedem a sangria dos animais, incluindo o manejo pré-abate e a insensibilização, devem seguir normas específicas de abate humanitário.

Art. 43. Deverão ser obedecidas as seguintes condições para o abate:

I - em suínos, depilar e raspar, logo após ao escaldamento em água quente, utilizando-se temperaturas e métodos adequados, acrescentando também a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração, conforme legislação específica vigente. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente;

II - permitir-se-á apenas o coureamento de suínos mediante aprovação e autorização do SIM.

III - no caso de aves a escaldagem será realizada em tempo e métodos adequados à boa tecnologia e à obtenção de um produto em boas condições higiênico-sanitárias.

IV - eviscerar, sob as vistas de funcionário do SIM em local em que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas, a cabeça e carcaça do animal. Em casos de evisceração retardada, a destinação será realizada a critério do médico veterinário;

V - executar os trabalhos de evisceração com todo cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo os serviços de inspeção sanitária, em casos de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal, aplicar as medidas higiênicas preconizadas;

VI - as operações de abate devem ser efetuadas de forma a manter a correspondência entre carcaça, cabeça e vísceras. Nos casos em que o SIM julgar necessário, que em função da velocidade de abate a empresa não conseguir realizar a relação cabeça, víscera e carcaça, os mesmos devem ser identificados.

Art. 44. A inspeção ante e post mortem, bem como a inspeção de produtos de origem animal e seus derivados, obedecerá no que couber, quanto a sua forma e condições, as disposições a ela relativas, previstas pela Lei Federal nº 1.283/50 e alterações, e pelo regulamento da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal aprovado pelo Decreto Federal Nº 9.013/2017 e alterações, ou por outras normas aprovadas em substituição a estas.

Parágrafo único. Devem ser observadas, ainda, demais legislações vigentes referentes a inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 45. Quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras, o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, poderá ocorrer apenas nos casos em que houver condições para tal, observadas as condições do Decreto 9.013/2017.

Art. 46. A critério do SIM, permitir-se-á a retirada de materiais condenados para a industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial), sendo que o seu transporte será efetuado em recipientes e/ou veículos fechados específicos e apropriados.

## CAPÍTULO XII DA HIGIENE DO ESTABELECIMENTO E PESSOAL

Art. 47. Todas as dependências dos matadouros e demais estabelecimentos de produtos de origem animal devem ser mantidas em condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art. 48. Será exigido que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário e durante a manipulação e a saída de sanitários.

Art. 49. Deverá ser diferenciado o equipamento, carrinhos, tanques e caixas de modo a evitar qualquer confusão entre os destinados a produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis.

Art. 50. Deverá ser lavado e desinfetado diária e convenientemente os pisos e paredes, assim como o equipamento e utensílios usados no matadouro e demais estabelecimentos de produtos de origem animal. No caso de desinfecção, os desinfetantes empregados devem ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 51. Os matadouros e demais estabelecimentos de produtos de origem animal controlados pelo SIM devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas a manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Parágrafo único. Para estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no SIM será exigido programa de combate a pragas e roedores.

Art. 52. Deverá ser exigido do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde a área de sangria até a expedição, o uso de uniforme

completo de cor branca, mantidos convenientemente limpos.

Parágrafo único. Por "uniforme completo" entende-se calça, camiseta, jaleco (opcional), gorro ou toca, botas e quando necessário capacete e máscara.

Art. 53. Deverá ser exigido do pessoal que manipula produtos condenados e/ou não comestíveis, que realiza a desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados e aprovados, uniformes diferenciados.

Art. 54. Será proibido que o pessoal faça suas refeições nos locais de trabalho, bem como, deposite produtos, objetos e material estranho a finalidade da dependência, ou ainda guarde roupas de qualquer natureza. Também é proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer dependência de trabalho do estabelecimento.

Parágrafo único. As empresas devem apresentar ao SIM, para devida apreciação e aprovação os programas de autocontrole, devendo as mesmas implantá-los na indústria conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CIM-AMAVI.

Art. 55. Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessário, a substituição, raspagem, pinturas e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos.

Art. 56. Deverá ser lavado e desinfetado, tantas vezes quanto necessário, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guardar pouso e contenção de animais vivos ou depósitos de resíduos industriais, bem como, de quaisquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 57. Deverá ser inspecionada e mantida convenientemente limpa as caixas de sedimentação de resíduos, ligadas e intercaladas a rede de esgoto.

Art. 58. Deverá ser conservado ao abrigo de contaminação de qualquer natureza, os produtos comestíveis durante a sua obtenção, embarque e transporte.

Art. 59. É vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por sua forma e composição possa causar prejuízos a manipulação, estocagem e transporte de matérias primas e de produtos usados na alimentação humana.

Art. 60. A inspeção de saúde poderá ser exigida sempre que a autoridade sanitária do estabelecimento achar necessária, para qualquer empregado do estabelecimento, seus dirigentes ou proprietários, mesmo que exerçam esporadicamente atividades nas dependências.

§ 1º Sempre que ficar comprovada a existência de dermatoses ou quaisquer doenças infectocontagiosas ou repugnantes em qualquer pessoa que exerça atividade no matadouro ou demais estabelecimentos de produtos de origem animal será ela imediatamente afastada do trabalho, cabendo ao serviço de inspeção sanitária comunicar o fato a autoridade da saúde pública.

§ 2º É obrigatório o uso de carteirinha ou atestado de saúde com a expressão "apto a manipular alimentos".

Art. 61. A água de abastecimento deve atender aos padrões de potabilidade de acordo com legislação vigente.

Art. 62. Deverá ser inspecionado, previamente, os continentes quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humana, rejeitados os que forem julgados sem condições de uso.

§ 1º De modo algum é permitido o acondicionamento de matérias-primas ou produtos destinados a alimentação humana em carrinhos, recipientes ou demais continentes que tenham servido a produtos não comestíveis.

§ 2º Os recipientes utilizados para acondicionamento de produtos condenados ou não comestíveis devem ser de cor vermelha ou identificados de forma a evitar o uso com produtos comestíveis.

Art. 63. Não é permitida a guarda de material estranho nos depósitos de produtos, nas salas de matança e seus anexos e na expedição.

Art. 64. Não é permitida a utilização de qualquer dependência dos estabelecimentos de produtos de origem animal como residência.

Art. 65. Deverá ser higienizado, diariamente, ou sempre que necessário, os instrumentos de trabalho.

Art. 66. Deverá ser vetado a entrada de pessoas estranhas às atividades, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, ou pelo encarregado do SIM.

### CAPÍTULO XIII

#### DA EMBALAGEM E ROTULAGEM

Art. 67. Entende-se por "embalagem" o invólucro ou recipiente destinado a proteger, acomodar e preservar materiais destinados à exposição, embarque, transporte e armazenagem.

Art. 68. Entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.

Art. 69. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes aprovados pelo órgão de fiscalização competente.

Art. 70. Recipientes anteriormente usados só podem ser aproveitados para o envasamento de produtos e matérias-primas utilizadas na alimentação humana, quando absolutamente íntegros, perfeitos e higienizados.

Parágrafo único. Em hipótese alguma podem ser utilizados, se anteriormente tenham sido empregados no acondicionamento de produtos e matérias-primas de uso não comestível.

Art. 71. Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio devem estar identificados por meio de rótulos registrados, de acordo com este Regulamento, com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ - de cada produto e em conformidade com as normas da ANVISA, INMETRO e MAPA.

Art. 72. As solicitações para aprovação prévia do registro, alteração e cancelamento de produtos serão encaminhadas ao SIM, na forma da Instrução de Trabalho nº 03 do CIM-AMAVI.

Art. 73. A numeração do registro dos produtos será fornecida pelo estabelecimento solicitante, com ordem crescente e sequencial de três dígitos, seguido do número de registro do estabelecimento junto ao SIM.

Art. 74. Os produtos cujos padrões ainda não estejam referenciados em RTIQ ou outra legislação vigente, somente serão registrados após a realização de estudos científicos, consultas e publicações de normas técnicas. Porém, o estabelecimento poderá comprovar os padrões do produto através de laudos de análises laboratoriais e embasamento científico, descrevendo os padrões em que o produto se enquadra no memorial descritivo do produto, mediante aprovação do SIM.

Art. 75. As carcaças, as partes de carcaças e cortes armazenados ou em trânsito, ou entregues ao comércio, devem estar identificados, por meio de carimbos, etiquetas ou rótulos e embalados conforme modelos fornecidos pelo SIM.

Art. 76. Ficam instituídos, no âmbito municipal, os carimbos de inspeção municipal para uso exclusivo do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, conforme modelos previstos Instrução de Trabalho nº 03 do CIM-AMAVI.

Art. 77. Os carimbos de inspeção municipal são a identificação oficial usada unicamente em estabelecimento sujeito a fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal–SIM, constituindo o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente do Município.

Art. 78. O carimbo de inspeção municipal obedecerá exatamente à descrição e os modelos mencionados neste Decreto, devendo respeitar as dimensões, forma, dizeres, tipo e cor única, a ser usado nos estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Municipal–SIM.

Art. 79. Para confecção dos carimbos do Serviço de Inspeção Municipal, a Secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente adotará modelo de autorização, numerado e controlado pelo próprio Serviço de Inspeção Municipal. O carimbo utilizado durante o abate deve ficar sob a guarda do Serviço de Inspeção.

Art. 80. Os carimbos destinados às carcaças de animais, obrigatoriamente deverão ser confeccionados em material de nylon ou cobre.

#### CAPÍTULO XIV DAS ANÁLISES LABORATORIAIS

Art. 81. A periodicidade e o tipo das análises laboratoriais dos produtos, água e outros, a serem efetuados pelo estabelecimento registrado, serão definidos pelo controle de qualidade, observando a legislação pertinente.

Parágrafo Único. A coleta de análises oficial é obrigatória, definida e realizada pelo responsável do SIM, onde devem seguir os padrões de coleta descritos na Instrução de Trabalho nº 05 do CIM-AMAVI.

#### CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES

Art. 82. Constituem infrações ao disposto neste Decreto, além de outras previstas:

I - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;

III - utilizar rótulo que não atenda ao disposto na legislação aplicável específica;

IV - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;

V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados;

VII - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados;

VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal dispostos neste Decreto, no Decreto nº 9.013/2017, e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;

IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;

X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;

XII - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;

XIII - não cumprir os prazos previstos em seus programas de autocontrole e nos documentos expedidos em resposta ao SIM relativos a fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não inspecionados no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI);

XV - expedir ou distribuir produtos falsamente oriundos de um estabelecimento;

XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição previstos pela legislação aplicável;

XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida, apor aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou apor data posterior à data de fabricação do produto;

XVIII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou sonegar qualquer informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM;

XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;

XXI - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

XXIII - embaraçar a ação de servidor do SIM no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;

XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar servidor do SIM;

XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

XXVI - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

XXVII - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXVIII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XXIX - fraudar documentos oficiais;

XXX - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 83. Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:

I - apresentem-se alterados;

II - apresentem-se fraudados;

III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo

quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;

IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;

VI - não atendam aos padrões fixados neste Decreto e em normas complementares;

VII - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica;

VIII - revelem-se inadequados aos fins a que se destinam;

IX - contenham contaminantes, resíduos de agrotóxicos, de produtos de uso veterinário acima dos limites estabelecidos em legislação específica;

X - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;

XI - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;

XII - apresentem embalagens estufadas;

XIII - apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;

XIV - estejam com o prazo de validade expirado;

XV - não possuam procedência conhecida;

XVI - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.

Parágrafo único. Outras situações não previstas nos incisos anteriores podem tornar as matérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos em legislação específica.

Art. 84. Além dos casos previstos no art. 83, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:

I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos na legislação aplicável;

II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofo seja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; ou

III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores.

Parágrafo único. São ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.

Art. 85. Além dos casos previstos no art. 83, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:

I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;

II - apresentem sinais de deterioração;

III - sejam portadores de lesões ou doenças;

IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;

V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados;

VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca;

VII - apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.

Art. 86. Além dos casos previstos no art. 83, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando

também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;

II - mumificação ou estejam secos por outra causa;

III - podridão vermelha, negra ou branca;

IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;

V - sujidades externas por materiais estercoreais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;

VI - rompimento da casca e estejam sujos; ou

VII - rompimento da casca e das membranas testáceas.

Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.

Art. 87. Além dos casos previstos no art. 83, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:

I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;

II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;

III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou

IV - revele presença de colostro.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.

Art. 88. Além dos casos previstos nos art. 83 e art. 87, considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando:

I - não atenda as especificações previstas na legislação;

II - não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.

Art. 89. Além dos casos previstos no art. 83, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares.

Art. 90. Para efeito das infrações previstas neste Decreto, as matérias-primas e os produtos podem ser considerados alterados ou fraudados.

Parágrafo único. São considerados fraudados as matérias-primas ou os produtos que apresentem adulterações ou falsificações, conforme disposto a seguir:

I – adulterações:

a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos, não atendendo ao disposto na legislação específica;

b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias de qualquer natureza com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima, defeitos na elaboração ou de aumentar o volume ou o peso do produto;

c) os produtos que na manipulação ou na elaboração tenham sido empregados matérias-primas ou ingredientes impróprios ou que não atendam ao disposto no RTIQ ou na formulação indicada no registro do produto;

d) os produtos em que tenham sido empregados ingredientes, aditivos ou coadjuvantes de tecnologia diferentes daqueles expressos na formulação original ou sem prévia autorização do órgão competente;

e) os produtos que sofram alterações na data de fabricação, na data ou no prazo de validade;

II – falsificações:

a) quando tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas na legislação aplicável;

b) os que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais



de um outro produto registrado e que se denominem como este, sem que o seja;

c) quando o rótulo do produto contenha dizeres, gravuras ou qualquer expressão que induza o consumidor a erro ou confusão quanto à origem, à natureza ou à qualidade do produto ou lhe atribua qualidade terapêutica ou medicamentosa;

d) os que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto; ou

e) os que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado.

Art. 91. Nos casos previstos no art. 82, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e

II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias-primas e dos produtos para fins não comestíveis.

## CAPÍTULO XVI DAS PENALIDADES

Art. 92. As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 93. Sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, a infração à legislação aplicável ao SIM referentes aos produtos de origem animal, considerada a sua natureza e a sua gravidade, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, nos casos não compreendidos no inciso I, tendo como valor máximo o correspondente ao valor fixado na Lei Municipal nº 2.173/2017, observadas as seguintes gradações:

a) para infrações leves, multa de um a quinze por cento do valor máximo;

b) para infrações moderadas, multa de quinze a quarenta por cento do valor máximo;

c) para infrações graves, multa de quarenta a oitenta por cento do valor máximo; e

d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem por cento do valor máximo;

III - apreensão e perda das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênic-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênicosanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênic-sanitárias adequadas;

VI - cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento.

§ 1º A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 2º Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

I - 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;

II - 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênic-sanitárias exigidas.

Art. 94. Para fins de aplicação da sanção de multa de que trata o inciso II do art. 93, são consideradas:

I - infrações leves as compreendidas nos incisos I a VII do caput do art. 82;

II - infrações moderadas as compreendidas nos incisos VIII a XVI do caput do art. 82;

III - infrações graves as compreendidas nos incisos XVII a XXII do caput do art. 82; e

IV - infrações gravíssimas as compreendidas nos incisos XXIII a XXX do caput do art. 82.

§ 1º As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida

implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.

§ 2º Aos que cometerem outras infrações à legislação aplicável ao SIM, será aplicada multa no valor compreendido entre um e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 95.

Art. 95. Para efeito da fixação dos valores da multa de que trata o inciso II do caput do art. 93, serão considerados, além da gravidade do fato, em vista de suas consequências para a saúde pública e para os interesses do consumidor, os antecedentes do infrator e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 1º São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o infrator ser primário;

II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;

III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;

IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;

V - a infração ter sido cometida acidentalmente;

VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator; ou

VII - a infração não afetar a qualidade do produto.

§ 2º São consideradas circunstâncias agravantes:

I - O infrator ser reincidente;

II - O infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;

III - O infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;

IV - O infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;

V - A infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;

VI - O infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;

VII - O infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou

VIII - O infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.

§ 3º Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.

§ 4º Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.

§ 5º A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.

§ 6º Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa e a data da infração posterior tiver decorrido mais de cinco anos, podendo norma específica reduzir esse tempo.

§ 7º Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo deste Decreto, prevalece para efeito de punição o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

§ 8º Na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante ardil, simulação, desacato e embaraço à ação fiscal;

§ 9º A multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo;

§ 10. O valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal;

§ 11. As multas a que se refere o presente instrumento serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por

autoridades de saúde pública ou policiais;

Art. 96. As multas a que se refere este Capítulo não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro, do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.

Art. 97. Apurando-se no mesmo processo administrativo a prática de duas ou mais infrações, as penalidades serão aplicadas cumulativamente para cada disposição infringida.

Art. 98. Para fins de aplicação das sanções de que trata o inciso III do caput do art. 93, será considerado que as matérias-primas e os produtos de origem animal não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontram adulterados, sem prejuízo de outras previsões deste Decreto, quando o infrator:

I - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

II - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;

III - utilizar produtos com prazo de validade vencido, apor aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou apor data posterior à data de fabricação do produto;

IV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

V - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

VI - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

VII - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou aos processos de fabricação, formulação e composição registrados pelo SIM, SIE, SIF ou SISBI;

VIII - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento.

§ 1º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.

Art. 99. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 93, caracterizam atividades de risco ou situações de ameaça de natureza higiênico-sanitária, sem prejuízo de outras previsões neste instrumento ou legislação complementar:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;

II - omissão de elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

III - alteração ou fraude de qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

IV - expedição de matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;

V - recepção, utilização, transporte, armazenagem ou expedição de matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido de comprovação de sua procedência;

VI - simulação da legalidade de matérias-primas, ingredientes ou produtos de origem desconhecida;

VII - utilização de produtos com prazo de validade vencido, aposição nos produtos de novas datas depois de expirado o prazo ou aposição de data posterior à data de fabricação do produto;

VIII - produção ou expedição de produtos que representem risco à saúde pública;

IX - produção ou expedição, para fins comestíveis, de produtos que sejam impróprios ao consumo humano;

X - utilização de matérias-primas e de produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos utilizados na alimentação humana;

XI - utilização de processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;

XII - utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, de matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

XIII - prestação ou apresentação de informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou qualquer sonegação de informação que interesse, direta ou indiretamente, ao SIM;

XIV - alteração, fraude, adulteração ou falsificação de registros sujeitos à verificação pelo SIM;

XV - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XVI - ultrapassagem da capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;

XVII - não apresentação de documentos que sirvam como embasamento para a comprovação da higidez ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos expedidos, em atendimento à solicitação, intimação ou notificação;

XVIII - aquisição, manipulação, expedição ou distribuição de produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado no SIM, SIE, SIF ou SISBI;

XIX - não realização de recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 100. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do art. 93, caracterizam embargo à ação fiscalizadora, sem prejuízo do previsto neste instrumento ou legislação complementar:

I - embarçar a ação de servidor do Serviço de Inspeção Municipal no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor do Serviço de Inspeção Municipal;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;

X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;

XI - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 101. Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso V do caput do art. 93, caracterizam a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sem prejuízo do previsto neste instrumento ou em normas complementares:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, bem como dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;

II - não cumprimento dos prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento à fiscalizações, autuações, intimações ou notificações relativas à manutenção ou higiene das instalações.

Art. 102. As sanções de interdição total ou parcial do estabelecimento em decorrência de adulteração ou falsificação habitual do produto, ou de suspensão de atividades oriundas de embargo à ação fiscalizadora, serão aplicadas pelo período mínimo de sete dias, o qual poderá ser acrescido de quinze, trinta ou sessenta dias, tendo em vista o histórico de infrações, as sucessivas reincidências e as demais circunstâncias agravantes previstas no art. 95.

Art. 103. Caracteriza-se a habitualidade na adulteração ou na falsificação de produtos quando constatada a idêntica infração por três vezes, consecutivas ou não, dentro do período de doze meses.

Art. 104. As sanções de cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento. devem ser aplicadas nos casos de:

I - reincidência na prática das infrações de maior gravidade previstas neste instrumento ou em normas complementares;

II - reincidência em infração cuja penalidade tenha sido a interdição do estabelecimento ou a suspensão de atividades, nos períodos máximos fixados no art. 102;

III - não levantamento da interdição do estabelecimento após decorrido o prazo estabelecido em lei.

#### CAPÍTULO XVII DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SIM

Art. 105. O SIM deverá dispor de pessoal técnico de nível superior (Médico Veterinário) e médio em número adequado, devidamente capacitados para realização de inspeção sanitária ante e post-mortem e tecnológica, obedecendo a legislação vigente.

Parágrafo único. A inspeção ante e post-mortem é privativa do Médico Veterinário.

Art. 106. O SIM deve dispor de meios para registro em compilação dos dados estatísticos referentes aos produtos de origem animal e outros dados que porventura se tornem necessários, dizendo dispor de estrutura para arquivar documentos, conforme a metodologia e descrita na Instrução Trabalho nº 01 do CIM-AMAVI.

Art. 107. O SIM deverá ter veículo a sua disposição ou outro meio que viabilize a locomoção do seu pessoal até os locais de fiscalização, além de espaço físico e equipamentos necessários a execução das atribuições.

#### CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 108. As matérias-primas de origem animal que derem entrada em indústria e/ou no comércio do próprio Município deverão proceder de estabelecimento sob inspeção industrial e sanitária, de órgão federal, ou equivalente, estadual, do próprio município ou dos municípios consorciados devidamente identificado por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo único. Tratando-se de carnes in natura, deverão ser submetidos ao tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 109. Os produtos industrializados serão devidamente rotulados conforme as determinações do SIM.

Art. 110. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação nos órgãos competentes do Ministério da Saúde.

Art. 111. As formulações utilizadas nos produtos de origem animal deverão ser previamente aprovadas pelo SIM seguindo os regulamentos técnicos de identidade e qualidade dos produtos, ou conforme aprovação prévia do Serviço de Inspeção.

Art. 112. Sempre que possível, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos, participação em Seminários, Fóruns e Congressos relacionados com os objetivos deste Regulamento.

Art. 113. O SIM organizará, em conjunto com outros órgãos públicos, os serviços de fiscalização em nível de consumo. Esta inspeção exigirá a comprovação e a documentação da origem, bem como, as condições de higiene das instalações, operações e equipamentos do estabelecimento.

§ 1º Para combate a fraudes de produtos de origem animal, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 06 do CIM-AMAVI.

§ 2º Para controle da rastreabilidade, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 04 do CIM-AMAVI.

Art. 114. Em casos de fraudes, adulterações e falsificações ou outras situações que julgar necessário, o SIM poderá solicitar um regime especial de fiscalização (REF).

Art. 115. Sempre que necessário, o presente regulamento poderá ser revisto, modificado ou atualizado.

Art. 116. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na implantação e execução do presente regulamento serão resolvidos pelos responsáveis do SIM e/ou pelo Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar, ouvido o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, seguindo as leis superiores do Ministério da Agricultura e suas atualizações.

Art. 117. As despesas decorrentes deste Decreto serão atendidas através de dotações orçamentárias próprias.

Art. 118. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 119. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito de Rio do Oeste

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Municípios em 22/02/19.

DIRCEU NONES  
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

## ANEXO I

## INSTRUÇÕES DE TRABALHO DO CIM-AMAVI

**LEI\_2248\_DENOMINA\_RUA\_EUGENIO\_FLORIANI**

Publicação Nº 1924416

LEI Nº 2.248, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Denomina vias públicas do perímetro urbano do Município de Rio do Oeste.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denominar-se-á Rua Eugenio Floriani, a via pública existente, localizada no Bairro Morro do Café, com extensão de aproximadamente 540,00 metros e largura de 9,00 metros, que parte da Rodovia SC 350, seguindo em direção norte até a residência de Leandro Floriani.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi registrada no Diário Oficial dos Municípios em 22/02/2019.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Finanças

**LEI\_2249\_AUTORIZA\_RECEBER\_AREAS\_TERRAS\_HILDA\_GIRARDI**

Publicação Nº 1924425

LEI Nº 2.249, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza o Município de Rio do Oeste a receber gratuitamente em doação áreas de terras para traçado da Rua Sem Denominação nº 15, Bairro Jardim das Hortênsias, nesta cidade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação a área de terras pertencente a matrícula nº3.130 do Registro de Imóveis de Rio do Oeste, equivalente a 135,58 m², de propriedade de Hilda Girardi, que destinará ao traçado previsto da Rua Sem Denominação nº5.

Art. 2º A área de terras acima descrita encontra-se devidamente especificada no Decreto Municipal nº 2.409/2019.

Art. 3º As despesas concernentes as alterações das medidas e confrontações relativas à futura escrituração e registro do imóvel identificados no art. 1º da presente Lei, correrão por conta exclusiva do doador.

Art. 4º Faz parte integrante da presente Lei o Termo de Doação nº 01/2019 (Anexo I), assinado pela doadora e a planta topográfica (Anexo II).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Oeste-SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi registrada no Diário Oficial dos Municípios em 22/02/2019.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Finanças

## ANEXO I

TERMO DE DOAÇÃO 01/2019

## ANEXO II

PLANTA TOPOGRÁFICA



**LEI\_2250\_ALTERA\_LEI\_2222**

Publicação Nº 1924466

LEI Nº 2.250, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera a Lei Municipal nº 2.222/2018, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo econômico para instalação de indústria – Oliveira Refinaria Ecológica de Carvão Ltda, a título de incentivo ao desenvolvimento econômico e industrial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Inciso II do Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.222, de 24 de setembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II – execução dos serviços de terraplenagem e infraestrutura do terreno, estabelecido um teto máximo de gastos no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a valor de mercado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi registrada no Diário Oficial dos Municípios em 22/02/2019.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Finanças

**PROCESSO 024/2019 - PALCO - PRAÇA**

Publicação Nº 1924662

##ATO TOMADA DE PREÇOS 004/2019 – PROC. LICITATÓRIO Nº 024/2019 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

##TEX OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de um palco na praça Victório Lenzi na cidade de Rio do Oeste, conforme projetos em anexo ao Edital. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 12/03/2019. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, [riodooste.atende.net](http://riodooste.atende.net) no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

##DAT 22 de fevereiro de 2019. Rio do Oeste, SC

##ASS HUMBERTO PESSATTI

##CAR Prefeito

**PROCESSO 025/2019 - JOHN KENNEDY**

Publicação Nº 1924671

##ATO TOMADA DE PREÇOS 005/2019 – PROC. LICITATÓRIO Nº 025/2019 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

##TEX OBJETO: Contratação de empresa especializada para Pavimentação asfáltica da Rua John Kennedy – Trecho IV, conforme projetos em anexo ao Edital. Recebimento dos envelopes: até as 14 h 30 min do dia 12/03/2019. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital, bem como seus anexos, poderão ser consultados no portal do Município, [riodooste.atende.net](http://riodooste.atende.net) no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

##DAT 22 de fevereiro de 2019. Rio do Oeste, SC

##ASS HUMBERTO PESSATTI

##CAR Prefeito

**PRORROGA PROCESSO 018/2019 - FRALDAS**

Publicação Nº 1924255

AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

PROC. LICITATÓRIO Nº 018/2019 – Pregão Presencial 010/2019. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de preços para aquisição de Fraldas geriátricas e infantís. Considerando que o presente edital foi declarado DESERTO na data de 22 de fevereiro de 2019, fica estabelecido nova data para Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 11/03/2019. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, [riodooste.atende.net](http://riodooste.atende.net) no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 020/2019

Publicação Nº 1923820

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 020/2019

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, pelo regime de Execução Indireta, Empreitada por Preço Unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução (fornecimento de materiais e mão de obra) de do muro de muro de contenção e pavimentação do estacionamento da Creche Tipo I – Bairro Barragem – Rio do Sul/SC, conforme projeto básico e demais anexos deste edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei 123/2006 e alterações posteriores, Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis à matéria.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: [jose.deola@riodosul.sc.gov.br](mailto:jose.deola@riodosul.sc.gov.br) / [odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br](mailto:odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br).

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 13h30min do dia 28/03/2019, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal.

A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14h00min do dia 28/03/2019, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 06 de fevereiro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA  
Secretária de Educação

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2019

Publicação Nº 1923510

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA DOS SANTOS SACANI, Portador(a) do CPF nº 022.470.340-47, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ambrósio Simioni, Bairro Santa Rita, na Cidade de Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professora de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na CEI Pinguinho de Gente em substituição à Luciana Mara Barbosa afastada em razão de exercer função de Direção em Unidade Educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.195,47 (Quatro mil cento e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/02/2019 e encerrando-se em 20/03/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ALESSANDRA DOS SANTOS SACANI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## DECRETO Nº 7898, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924517

DECRETO Nº 7898, de 14 de fevereiro de 2019.

"ALTERA O DECRETO Nº 7401, DE 24 DE AGOSTO DE 2018, ONDE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O PLENÁRIO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIO DO SUL - CODENSUL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Municipal nº 339/2016.

DECRETA:

Art.1º - Ficam alterados o Art. 1º, inciso I, alínea e, inciso II, alínea a, inciso III, alínea d, inciso IV, alínea e, nomeados para compor o plenário do Conselho de Desenvolvimento Econômico, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 339, de 12 de dezembro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

I - representantes do Poder Executivo:

e) o Secretário Municipal de Obras e Agricultura;

Titular: Rômulo da Rosa Ouriques

Suplente: Robson da Silva

II - representantes da sociedade civil organizada:

a) o presidente, ex-presidente ou diretor da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí (AEAVI);

Titular: Elielson Krubniki

Suplente: Sidnei Bosse

III - representantes de sindicatos patronais:

d) o presidente, ex-presidente ou dirigente do Sindicato do Comércio Varejista do Alto Vale do Itajaí (SINDICOMÉRCIO);

Suplente: Leonardo Schwinden Poffo

IV - representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão:

e) o presidente da Obra Kolping Estadual de Santa Catarina em Rio do Sul.

Titular: Diego Alberto Fuchs

Art.2º- Os conselheiros terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, exceto os representantes do Poder Executivo, que permanecerão durante os seus mandatos ou permanência no cargo, conforme determina o § 1º. do art. 6º. da Lei Complementar nº 339, de 12 de dezembro de 2016.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 7913, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923552

DECRETO Nº 7913, de 20 de fevereiro de 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.004 de 17 de dezembro de 2018.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
86.02	DIRETORIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO		
1.034	Construção e Revitalização de Praças e Parques		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01348600	Transferências de Convênios - União - Infraestrutura	R\$	250.000,00
	TOTAL	R\$	250.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 7923, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924535

DECRETO Nº 7923, de 22 de fevereiro de 2019.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede o veículo conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z-0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, por tempo determinado no dia 25 de fevereiro de 2019, local de saída às 05h, no Prédio Central da Prefeitura Municipal, com destino a cidade Florianópolis, para o transporte do Servidor do Departamento de Fiscalização,

José Luiz do Nascimento, Diretor do Departamento de Fiscalização, com o objetivo de participar do XV Ciclo de Estudos sobre Movimento Econômico e da Reunião de Trabalho do Grupo de Acompanhamento da Apuração do Valor Adicionado (GAAVA). Local do evento: Auditório da GRANFPOLIS.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor, o motorista da Secretaria de Administração e Fazenda, Adriano Mendes, matrícula nº 100730, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI Nº 6017, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1924536

LEI Nº 6017, de 20 de fevereiro de 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR A LINHA DE FINANCIAMENTO DE CRÉDITO FINISA JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 15.000.000.00 (quinze milhões de reais), no âmbito da linha de Financiamento de Crédito FINISA, destinados às obras de pavimentação, compra de

máquinas, implementos e veículos pesados, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 2º A contratação para a execução das obras de pavimentação decorrentes do financiamento autorizado no art. 1º, deverá exigir que a Contratada apresente garantia, no limite máximo de 5% do valor do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Para dar continuidade à linha de Financiamento de crédito FINISA, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias para cumprimento dos compromissos com encargos do empréstimo tomado.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.902, de 18 de janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO

20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## PORTARIA Nº 0381/DGP

Publicação Nº 1923397

PORTARIA N. 0381/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a servidora MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, matrícula n. 236764-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar Curso de Graduação em Direito, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 60 (sessenta) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de janeiro de 2019, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

## PORTARIA Nº 0382/DGP

Publicação Nº 1924047

PORTARIA Nº 0382/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia

Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 06/02/2019 até 06/04/2019, ao (a) servidor (a) municipal FERNANDA PONTES ROSSI FACHINI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0383/DGP**

Publicação Nº 1924150

PORTARIA Nº 0383/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/02/2019 até 09/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal GRACIELA LUCIANE HEINZ KRUGER ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0384/DGP**

Publicação Nº 1924170

PORTARIA Nº 0384/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 14/02/2019 até 30/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal OSMAR TRAINOT ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0385/DGP**

Publicação Nº 1924177

PORTARIA Nº 0385/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica



(anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 15/02/2019 até 21/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal VILMA APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0386/DGP**

Publicação Nº 1924195

PORTARIA Nº 0386/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 14/02/2019 até 15/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal ARLETE CAMPOS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0387/DGP**

Publicação Nº 1924204

PORTARIA Nº 0387/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 14/02/2019 até 15/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal JULIANA CAMARGO PASSIG ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0388/DGP**

Publicação Nº 1924225

PORTARIA Nº 0388/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia

Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0193/DGP, de 25/01/2019, pelo período de 16/02/2019 até 07/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal MARIZE OSSEMER LUNELLI ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0389/DGP**

Publicação Nº 1924249

PORTARIA Nº 0389/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 18/02/2019 até 19/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal ROSIMERE SERAFIM WEISE ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

## **PORTARIA Nº 0390/DGP**

Publicação Nº 1924266

PORTARIA N. 0390/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º - Retificar a publicação da Portaria n.0354/DGP, de 20 de fevereiro de 2019, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 21 de fevereiro de 2019, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 27/01/2019 até 12/03/2019 a servidora CAMILA BORBA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.”.

Leia-se:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/01/2019 até 12/03/2019, ao (a) servidor (a) municipal CAMILA BORBA ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA Nº 0391/DGP**

Publicação Nº 1924283

PORTARIA Nº 0391/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 26/02/2019 26/04/2019 a servidora ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019**

Publicação Nº 1923768

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 18/03/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA  
Secretária de Educação

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018 DE 19/02/2018 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ**

Publicação Nº 1924427

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018 de 19/02/2018

DATA: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES) CNPJ 11.664.269/0001-99

OBJETO: OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 19/02/2019

TÉRMINO: 19/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2018

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018 DE 19/02/2018 DATA: 18/02/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA**

Publicação Nº 1924424

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018 de 19/02/2018

DATA: 18/02/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO &amp; SI TOUR LTDA CNPJ 06.298.016/0001-09

OBJETO: OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 19/02/2019

TÉRMINO: 19/02/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2018

## DECRETO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1924441

DECRETO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 2.016 de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3339000000000000 – Aplic. Dir. (3.676.414 – Assist. Sist. Único-SUS/Estado ESF)....3.000,00

Total ..... 3.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 1924439

DECRETO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.016 de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

001 – Diretoria de Turismo

0023.0695.0045.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

3339000000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.000,00

Para:

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

001 – Diretoria de Turismo

0023.0695.0045.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

3449000000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.000,00

Total ..... 1.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1924442

DECRETO DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 2.016 de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3449000000000000 – Aplic.Dir.(3.356.300 – Tr.Sist.Ún.A.Soc.-Suas/União Bolsa F.).4.500,00

Total ..... 4.500,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de fevereiro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.959, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019. ALTERA O DECRETO Nº 2.900, DE 15 DE MAIO DE 2018, QUE REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924429

DECRETO Nº 2.959, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 2.900, de 15 de maio de 2018, que regulamenta o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 50, V, c/c artigo 70, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Ordinária Municipal nº 1.988, de 13 de abril de 2018,

**DECRETA:**

Art.1º - O art. 5º do Decreto Municipal nº 2.900, de 15 de maio de 2018 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§3º. Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente oriundo de multas por cometimento de infrações administrativas ambientais, serão convertidos, diretamente, em bens e serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito dos respectivos programas e projetos ambientais.

§4º. Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente oriundo da execução de Termos de Ajustamento de Conduta e os de condenações em Ações Cíveis Públicas relacionadas ao meio ambiente, serão dirigidos especificamente a recomposição dos bens afetados.

Art.2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 04 de Fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 04 de Fevereiro de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 15/2019 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR LOTE, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL COMUM (S-500) DESTINADOS AO ABAST**

Publicação Nº 1924468

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 15/2019

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando O REGISTRO DE PREÇO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL COMUM (S-500) DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007 e nº 2.926/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 08/03/2019 - Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 08/03/2019 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 21 de fevereiro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 006/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 005/2019

Publicação N° 1923798

#### TERMO DE CANCELAMENTO

Referência: Processo Licitatório nº 006/2019 - Pregão Presencial nº 005/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

O Prefeito Municipal, Sr. Lindomar Ballmann, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, procede, em nome do Município de Rio Fortuna e em defesa do interesse público, ao Cancelamento do Processo Licitatório nº 006/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2019, pelo fato de o referido Processo ter sido DESERTO, nas duas datas agendadas para a abertura do mesmo, não alcançando assim o objetivo do certame.

Desta forma, em outro momento a Administração Pública providenciará a contratação do objeto em questão.

Rio Fortuna, em 20 de fevereiro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 001/2019

Publicação N° 1923812

#### EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2019

OBJETO: transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de consórcio público: I – manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina); II - manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado; III - apoio na manutenção de serviços prestados nessas áreas por prestadores de serviços e/ou estagiários contratados pelo contratado; IV - realização e apoio em palestras e reuniões sobre assistência social a criança e adolescente e outros de interesse dos consorciados aprovados em assembleia; V - apoio, treinamento e/ou supervisão no controle da qualidade ao atendimento dado a criança e adolescente; VI – despesas com obras e Instalações na reforma, construção ou ampliação da sede do CIACA, inclusive contrapartida, se houver; VII – despesas com equipamentos, mobiliários e outras necessárias ao bom funcionamento do consórcio.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA

VALOR: R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais)

DATA DO CONTRATO: 02/01/2019

VIGÊNCIA: de 02/01/2019 a 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 02 de janeiro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 002/2019

Publicação N° 1923813

#### EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2019

OBJETO: locação de sistema de gestão escolar, com prestação de serviços de suporte, atualização e atendimento técnico.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

VALOR: R\$ 3.363,00 (três mil e trezentos e sessenta e três reais)

DATA DO CONTRATO: 02/01/2019

VIGÊNCIA: de 02/01/2019 a 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 02 de janeiro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 05/2019

Publicação N° 1923586

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 5/2019

Processo Licitatório N°. 67/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço N°. 1/2019

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/02/19

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELE ME

CNPJ: 14.239.541/0001-81, FONE: 49-3664-0182

ENDEREÇO: RUA JOSE BONIFACIO, 282, CENTRO, 89874-000, MARAVILHA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 67/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 1/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DO QUADRO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC, CFE TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO R\$
1	7,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA	1.297,99
2	7,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	1.297,99
3	4,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	1.225,88
4	3,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	1.225,88
5	4,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL FUNDAMENTAL - PROVA ESCRITA OBJETIVA	1.153,77
6	5,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	1.153,77
7	5,0	UN	PROCESSO SELETIVO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA	1.153,77
8	4,0	UN	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	2.956,53
9	4,0	UN	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA	2.956,53

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

**CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO**

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

**CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES**

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
  4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
  5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
  6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
  7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
  8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
  9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
    10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
    11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
    12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
    13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

**CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
  - 1.1. Automaticamente:
    - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
    - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
    - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
  - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
    - 1.2.1. A pedido, quando:
      - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
      - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
    - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
  - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
    - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
    - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
    - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
    - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
    - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

**CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 18/02/19.

VALDIR BUGS		ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELE ME
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADA
CONTRATANTE		
FABRICIO P. SIMON		MILTON AIMI
CPF: 104.212.699-28		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**PORTARIA 9302/2019**

Publicação Nº 1924594

PORTARIA Nº 9302/2019

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

- Art. 1º - Exonerar Servidor Público Municipal Sr. ERONI BECKER, cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, 40 horas semanais, a partir desta data.
- Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 22 de fevereiro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2019

Publicação Nº 1923426

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º ..... : 0001/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : GABRIELA VERÔNICA DE OLIVEIRA.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 21/01/2019 a 27/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : AUXILIAR DE LIMPEZA.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 1154,68.

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2019

Publicação Nº 1923428

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º ..... : 0002/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : ALAN DHIONNI RIBAS MUELER.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 01/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 3113,22.

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2019

Publicação Nº 1923429

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º ..... : 0003/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : MUANA BIAVA.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 01/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : PROFESSORA DE MATEMÁTICA.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 3113,22.

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2019

Publicação Nº 1923432

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º ..... : 0004/2019.

CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : LAURA PASQUAL.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 01/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : PROFESSORA PEDAGOGA (INCLUSÃO).  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 1556,61.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0005/2019**

Publicação N° 1923433

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º ..... : 0005/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : DALVAN VEDANA.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 01/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 2557,54.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0006/2019**

Publicação N° 1923434

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º ..... : 0006/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : ALEX SANDRO NOGUEIRA.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 01/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 2557,54.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0007/2019**

Publicação N° 1923435

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º ..... : 0007/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : ANIEL MARANGONI.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 04/02/2019 a 13/12/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : MOTORISTA CLASSE II.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 2.394,75.



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0008/2019**

Publicação Nº 1923436

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

CONTRATO N.º ..... : 0008/2019.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : RÉGISON VICENTIN.  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 04/02/2019 a 04/05/2019.  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : OPERADOR DE MÁQUINA CLASSE I.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 2.394,75.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0009/2019**

Publicação Nº 1923437

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º ..... : 0009/2019  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO  
CONTRATADO ..... : SILVANA BRANDT  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
VIGÊNCIA ..... : 04/02/2019 A 06/05/2019  
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014  
FUNÇÃO ..... : ENFERMEIRA  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 5.738,88

**EDITAL Nº 006/2019 CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA EXPOSIÇÃO E DEBATES SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AVALIAÇÃO ATUARIAL**

Publicação Nº 1923508

EDITAL Nº 006/2019

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA EXPOSIÇÃO E DEBATES SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AVALIAÇÃO ATUARIAL

ANA ROSA ZANELA, Prefeita de Salto Veloso e TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCAM OS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO, SEGURADOS E A SOCIEDADE CIVIL, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial, a ser realizada no Centro de Eventos "Antônio Ferronato", sito à Rua João De Bortoli, s/nº, Centro, no Município de Salto Veloso, com início às 19h do dia 28 de fevereiro de 2019.

Salto Veloso, 21 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI  
Diretora-Executiva do IPRESVEL

**LEI Nº 1.659, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923517

LEI Nº 1.659, DE 20 de FEVEREIRO de 2019.

DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo a conceder reposição salarial aos servidores públicos municipais no percentual de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 8(Tabela anexa).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. O acréscimo mencionado no artigo 1º, deverá ser realizado no mesmo mês em que houver a publicação desta Lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TABELA INPC (EMBASAMENTO DO CÁLCULO LEI 1.659/2019)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Janeiro/2018	0,23
Fevereiro/2018	0,18
Março/2018	0,07
Abril/2018	0,21
Maió/2018	0,43
Junho/2018	1,43
Julho/2018	0,25
Agosto/2018	0,00
Setembro/2018	0,30
Outubro/2018	0,40
Novembro/2018	-0,25
Dezembro/2018	0,14

FONTE: <https://www.indicaseindicadores.com.br/inpc/>

## LEI Nº 1.661, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923522

LEI Nº 1.661, DE 20 de FEVEREIRO de 2019.

DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL DOS AGENTES POLÍTICOS E DETENTORES DE MANDATO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo a conceder reposição salarial aos agentes políticos e detentores de mandato eletivo, no percentual de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (tabela anexa).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. O acréscimo mencionado no artigo 1º deverá ser realizado no mesmo mês em que houver a publicação desta Lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO  
TABELA INPC (EMBASAMENTO DO CÁLCULO LEI N. 1661/2019)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Janeiro/2018	0,23
Fevereiro/2018	0,18
Março/2018	0,07
Abril/2018	0,21
Mai/2018	0,43
Junho/2018	1,43
Julho/2018	0,25
Agosto/2018	0,00
Setembro/2018	0,30
Outubro/2018	0,40
Novembro/2018	-0,25
Dezembro/2018	0,14

FONTE: <https://www.indicaseindicadores.com.br/inpc/>

### LEI Nº 1.662, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923523

LEI Nº 1.662, DE 20 de FEVEREIRO de 2019.

AUTORIZA O AUMENTO DO VALE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NA FORMA QUE ESPECIFICA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 8º, da Lei Municipal nº. 1.335/2009, a conceder aumento do vale alimentação recebido mensalmente pelos servidores públicos municipais.

Art. 2º. O valor do vale alimentação será de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o servidor público municipal com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, reduzindo-se proporcionalmente seu valor de acordo com a quantidade de horas trabalhadas.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 4º. O acréscimo mencionado no artigo 2º deverá ser realizado no mesmo mês em que houver a publicação desta Lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o artigo 4º, da Lei Municipal n. 1.335/2009.

Salto Veloso/SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 1.663, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923524

LEI Nº 1.663, DE 20 de FEVEREIRO de 2019.

DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a mesa

diretora da Câmara de Vereadores elaborou e aprovou, e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1.º Fica concedida, em razão de revisão geral e anual, reposição nos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, no percentual de 3,43 (três vírgula quarenta e três por cento).

Parágrafo único. A reposição de que trata o artigo 1º desta lei refere-se a recomposição da perda do poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º O acréscimo deverá ser realizado no mesmo mês em que ocorrer a publicação desta Lei no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se às disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO  
TABELA INPC (EMBASAMENTO DO CÁLCULO)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Janeiro/2018	0,23
Fevereiro/2018	0,18
Março/2018	0,07
Abril/2018	0,21
Mairo/2018	0,43
Junho/2018	1,43
Julho/2018	0,25
Agosto/2018	0,00
Setembro/2018	0,30
Outubro/2018	0,40
Novembro/2018	-0,25
Dezembro/2018	0,14

FONTE: <https://www.indicaseindicadores.com.br/inpc/>

## LEI Nº. 1.660, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1923518

LEI Nº. 1.660, DE 20 de FEVEREIRO de 2019.

CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS BENEFICIÁRIOS QUE PERCEBEM PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PAGAS PELO IPRESVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em observância a liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 4582, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Os proventos de aposentadoria e pensão pagos pelo IPRESVEL, com paridade, na forma de revisão geral anual, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (tabela anexa).

§ 1º. Aplica-se o caput deste artigo aos proventos dos pensionistas:

I - cujo óbito tenha ocorrido até 31/12/2003; ou

II – cujo servidor falecido instituidor do benefício de pensão por morte, tenha proventos de aposentadoria concedidos pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; ou

III – cujo benefício seja instituído pela aplicação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

§ 2º. Fica determinado apenas a aplicação do índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade, em cumprimento a medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn 4582.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. O acréscimo mencionado no artigo 1º deverá ser realizado no mesmo mês em que houver a publicação desta Lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 20 de fevereiro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TABELA INPC (EMBASAMENTO DO CÁLCULO LEI Nº. 1660/2019)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Janeiro/2018	0,23
Fevereiro/2018	0,18
Março/2018	0,07
Abril/2018	0,21
Maió/2018	0,43
Junho/2018	1,43
Julho/2018	0,25
Agosto/2018	0,00
Setembro/2018	0,30
Outubro/2018	0,40
Novembro/2018	-0,25
Dezembro/2018	0,14

FONTE: <https://www.indiceseindicadores.com.br/inpc/>

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

Publicação Nº 1923787

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
EXTRATO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de 02(dois) veículos novos tipo sedan ano mínimo de fabricação 2019, com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, potências mínimas de 73CV, através do convênio nº 827822/2016 entre a União por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o Município de Santa Cecília-SC, processo nº 71001.004174/2016-55 para estruturação da rede de serviços a proteção social básica desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) ,site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 12/03/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 12/03/2019

Santa Cecília, 22 de Fevereiro de 2019.  
Alessandra Aparecida Garcia  
Prefeita Municipal



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 04-2019 - LICITAÇÃO DE MATERIAL ODONTO - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Publicação Nº 1924871

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.08/2019.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.04/2019.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais destinados ao atendimento do Programa Saúde na Escola, desenvolvido pelo FMS do município de Santiago do Sul/SC.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 14 de março de 2019.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 14 de março de 2019.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 21 de fevereiro 2019.
VILSO CASAGRANDA
GESTOR FMS

### AVISO PREGÃO 12 -2019 -SERVIÇOS HR MECANICA

Publicação Nº 1924222

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo Nº 23/2019	Pregão Presencial Nº. 12/2019
------------------------------------	-------------------------------

#### 1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 23/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 12/2019, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 12/03/2019 às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 12/03/2019 às 08:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul com possível fornecimento de peças conforme PJ803/TCE/SC., de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do presente Edital.

2.1 O fornecimento das peças ficam condicionadas ao prestador do serviço, desde que este a oferte pelo melhor custo benefício ao município, cabendo ao mesmo a sua aprovação.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por

Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 12/03/2019.

ENVELOPE “PROPOSTA”

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.

4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

#### 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019.

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 12/03/2019

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos “sites” dos quais foram expedidos.

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR LOTE. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem sequencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade

aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

## 9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) o licitante deverá entregar os produtos/serviços solicitados na Secretaria Municipal solicitante, nos moldes da proposta.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 01 ano, condicionado-se à assinatura de contrato cfe. estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 60 dias, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

## 10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo Até 07 dias após a entrega da nota fiscal após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

## 11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da empresa;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- 12.1.1. Advertência;
- 12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- 12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- 12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- 12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

- 13.4.1. ANEXO I – Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.
- 13.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;
- 13.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 22 de Fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ .

ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul com possível fornecimento de peças conforme PJ803/TCE/SC., modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 12/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul com possível fornecimento de peças conforme PJ803/TCE/SC.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Lote: Lote1 - Auto elétrica				Preço Total do Lote:		16.000,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	400,00	h		Prestação de serviços de mão de obra parte elétrica, para conserto, montagem e desmontagem e outros serviços da parte elétrica para os VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	40,00	16000,00
Lote: Mecânica Leve				Preço Total do Lote:		8.750,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	250,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica, para conserto, montagem e desmontagem e outros serviços mecânicos para VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	35,00	8750,00



Lote: Ar Condicionado				Preço Total do Lote:		11.800,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	100,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica, para conserto, montagem e desmontagem e higienização de ar condicionado de veículos/caminhões/ônibus/maquinas e da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	118,00	11800,00
Lote: Mecânica Pesada				Preço Total do Lote:		115.000,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
4	1.000,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica, para conserto, montagem e desmontagem e outros serviços mecânicos para as MÁQUINAS PESADAS, RETROESCAVADEIRAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS, TRATOR DE PNEUS AGRÍCOLA da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	115,00	115000,00
Lote: Equipamentos Agrícolas				Preço Total do Lote:		34.000,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	500,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica, para conserto, montagem e desmontagem e outros serviços mecânicos para EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	68,00	34000,00
Lote: Balanceamento e geometria				Preço Total do Lote:		15.500,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	800,00	un		Serviço de balanceamento de rodas para VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE da Administração Municipal de Santiago do Sul. Os serviços deverão ser prestados na sede do município de Santiago do Sul, sendo que a contratada será responsável pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	15,00	12000,00
7	100,00	un		Serviço de alinhamento (Geometria) para VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE da Administração Municipal de Santiago do Sul. Os serviços deverão ser prestados na sede do município de Santiago do Sul, sendo que a contratada será responsável pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	35,00	3500,00
Lote: Injeção eletônica				Preço Total do Lote:		6.900,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total

8	100,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica especializada em INJEÇÃO ELETRÔNICA de veículos de pequeno porte, e outros serviços relacionados a esta especificidade para frota da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	69,00	6900,00
Lote: Bomba Injetora				Preço Total do Lote:		17.700,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
9	100,00	h		Prestação de serviços de mão de obra mecânica especializada em BOMBA INJETORA/LIMPEZA DE BICOS/substituição de peças relacionados a bomba injetora diesel tratores agrícolas/caminhões/ônibus/vans/máquinas, e outros serviços relacionados a esta especificidade para frota da Administração Municipal de Santiago do Sul, com fornecimento de orçamentos e laudos. Os serviços deverão ser prestados na Garagem do DMER sede do município de Santiago do Sul ou onde o bem estiver danificado dentro do Território do Município, sendo que a contratada será responsável pelo deslocamento, transporte e pelas ferramentas necessária à execução dos serviços.	177,00	17700,00

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 01 ano.

Local e Data

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul com possível fornecimento de peças conforme PJ803/TCE/SC.

ABERTURA: 12/03/2019 - 08:00 h.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_

(nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro)

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos

rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul com possível fornecimento de peças conforme PJ803/TCE/SC.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

NOME E ASSINATURA  
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

## **DECRETO Nº084/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924573

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº084/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal TAINARA CRISTINA RIGO, Aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora TAINARA CRISTINA RIGO, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Brasília/DF para Santiago do Sul/SC.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

## **DECRETO Nº086/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924581

DECRETO Nº086/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para transporte de pacientes.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, o veículo COBALT ELITE, Placas QIJ 7054, de propriedade do Município, a partir das 06:00h do dia 21 de fevereiro de 2019 até as 08:00h do dia 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

## **DECRETO Nº085/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924576

Dispõe sobre a alteração de membro do Conselho Municipal de Educação - CME e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a Lei Municipal nº142/2000, de 25 de agosto de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado membro do Conselho Municipal de Educação - CME do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Municipal nº142/2000, de 25 de agosto de 2000, cuja composição passará ser a seguinte:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

- Andréia Casagrande Cararo Conselheira Titular
- Gabriele Isaton Conselheira Suplente

II - Representantes de Professores da Rede Municipal de Ensino

- Claudia Kely Enderle Conselheira Titular
- Catiane Piva Vanzin Conselheira Suplente
- Clediane Grolli Marmentini Conselheira Titular
- Silvane Massi Foppa Conselheira Suplente

III - Representantes de Professores da Rede Estadual de Ensino

- Rosimar Marsaro Conselheira Titular
- Roseli Nunes Novais Chitolina Conselheira Suplente

IV - Representantes da Associação de Pais e Professores - APP

- Daiane Guedes Conselheira Titular
- Tiago de Paris Conselheiro Suplente

V - Pai de aluno Representante da Zona Rural

- Celita Meneguzzi De Cesaro Conselheira Titular
- Elienai Fidelis Maciel Conselheira Suplente

Art. 2º Os membros de que trata o presente Decreto, prestarão serviços relevantes, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº039/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924626

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº039/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal WAGNER DOUGLAS FRANZOSI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º INTERROMPE a partir do dia 18 de fevereiro de 2019 as férias do Servidor Público Municipal WAGNER DOUGLAS FRANZOSI, ocupante do Cargo de Assessor Jurídico com carga horária de dedicação semi-integral, Lotado no Gabinete do Prefeito, para realizar trabalhos necessários junto ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 03 (três) Dias de férias concedidas pela PORTARIA Nº019/2019 - DE 22 DE JANEIRO DE 2019, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº040/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924702

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº040/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º INTERROMPE a partir do dia 18 de fevereiro de 2019 as férias do Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para realizar trabalhos necessários junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 13 (três) Dias de férias concedidas pela PORTARIA Nº020/2019 – DE 22 DE JANEIRO DE 2019, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA N°041/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação N° 1924705

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°041/2019 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SILVANO GRASEL e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal SILVANO GRASEL, ocupante do Cargo em Comissão de assessor de PLANEJAMENTO, Lotado no Gabinete do Prefeito, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, no dia 14 de fevereiro de 2019 a 28 de fevereiro de 2019, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 14 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA N°042/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação N° 1924708

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°042/2019 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora ELIEZER TECCHIO BRUNETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ELIEZER TECCHIO BRUNETTO, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 12 (doze) dias, ou seja, do dia 18 de fevereiro de 2019 a 01 de março de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração



**PORTARIA Nº043/2019 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924712

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº043/2019 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora JUDILE BOLZAN DURANTE e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora JUDILE BOLZAN DURANTE, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 19 de fevereiro de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 19 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº044/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924714

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº044/2019 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 21 de fevereiro de 2019 a 22 de fevereiro de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº045/2019 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924716

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº045/2019 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora AISLAN KERLI CENI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal AISLAN KERLI CENI, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no dia 21 de fevereiro de 2019 a 22 de fevereiro de 2019 conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de fevereiro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

Publicação Nº 1923652

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019

No edital acima referenciado houve inclusão de documentos no item 5 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, SUBITEM 5.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e na CLAUSULA QUINTA da Minuta do Contrato, conforme Art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, permanece a abertura do Edital de Pregão Presencial nº 2/2019 no dia 28/02/2019 às 09h00min horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

EDEMILSON B. DE ASSIS  
Pregoeiro Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

### ERRATA Nº 6214/2019

Publicação Nº 1924254

ERRATA:  
Na publicação da Portaria nº 6214, de 14 de fevereiro de 2019, no Diário Oficial Edição nº 2758, páginas 1416/1417, de 18 de fevereiro de 2019, no local que se lê "VANESSA KOCK" leia-se "VANESSA KOCH".

### ERRATA Nº 6229/2019

Publicação Nº 1924258

ERRATA:  
Na publicação da Portaria nº 6229, de 15 de fevereiro de 2019, no Diário Oficial Edição nº 2759, página 982, de 19 de fevereiro de 2019, no local que se lê "VALMIR SNTONIO VEIGA" leia-se "VALMIR ANTONIO VEIGA".

### EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2018

Publicação Nº 1924048

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2018

OBJETO: Locação de imóvel (sala comercial), situado à Rua José Fendrich nº 144, Bairro Progresso com aproximadamente 320 m², para abrigar o Departamento de Trânsito Urbano – DETRU, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

CONTRATADO: Dilson Francisco Tremel

VALOR TOTAL: R\$ 54.000,00

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2018.

Luiz Claudio Gayer Schuves – Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo.

### JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 241/2018

Publicação Nº 1924054

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Locação de imóvel (Sala Comercial) situado à Rua José Fendrich nº 144, Bairro Progresso com aproximadamente 320 m², para abrigar o Departamento de Trânsito Urbano – DETRU, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

II – Contratado: Dilson Francisco Tremi

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O imóvel locado é utilizado serve para abrigar o Departamento de Trânsito Urbano e também servirá como depósito de materiais utilizados pelos agentes de trânsito, assim como de sinalização viária, como placas, tachões e canos. Sendo de fácil acesso aos munícipes, e se adéqua perfeitamente às necessidades do Departamento para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, portanto justifica-se a manutenção do imóvel, nos termos do inciso X do art.24 da Lei 8.666/93.

VI - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, DÍLSON FRANCISCO TREMI foi quem ofereceu um dos melhores imóveis e que melhor se adequou às necessidades do Departamento, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 54.000,00 para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

## LEI Nº 4034/2019

Publicação Nº 1924369

LEI Nº 4034, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(1127) 3.3.90.47.00.00.00 100 – Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(616) 3.1.90.11.00.00.00 100 – Venc. e Vantagens Fixas - PC ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4035/2019

Publicação Nº 1924372

LEI Nº 4035, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(1124) 3.3.90.40.00.00.00 100 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica ..... R\$ 18.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(616) 3.1.90.11.00.00.00 100 – Venc. e Vantagens Fixas - PC ..... R\$ 18.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI N° 4036/2019

Publicação N° 1924373

LEI N° 4036, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo único: O crédito adicional especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.

3390400000 – Serv. de Tec. da Inf. e Comunic. (TIC) - PJ (01000100) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 001 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.

4490510000 - Obras e instalações (01000100) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4037/2019**

Publicação Nº 1924376

LEI Nº 4037, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 –FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(1139) 3.3.90.40.00.00.00 100 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(685) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serviços de Terceiros PJ ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6299/2019**

Publicação Nº 1924235

PORTARIA Nº 6299, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA PORTARIA Nº 3992, DE 15 DE MARÇO DE 2018, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 0083, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 3992, de 15 de março de 2018, que Nomeia os membros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

(…)

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bento do Sul e Campo Alegre

EDER DE LIMA - Titular

LEONARDO KATZER - Suplente

(…)”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal



**PORTARIAS N° 6244/2019 A 6287/2019**

Publicação N° 1924220

PORTARIA N° 6244, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1° de fevereiro de 2019, IRENE NOGUEIRA PRESTES DE SOUZA, do cargo de Diretor Escolar do CEIM Castelo Encantado, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6245, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1° de fevereiro de 2019, MARCIANA STIEGLER FRANKENBERGER, do cargo de Coordenadora Pedagógica do CEIM Castelo Encantado, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6246, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1° de fevereiro de 2019, THAIS CRISTINA MIRANDA, do cargo de Diretor Escolar do CEIM Fada Madrinha, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6247, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1° de fevereiro de 2019, JANDIRA MAGUEROVSKI FRANZ, do cargo de Coordenadora Pedagógica do CEIM Fada Madrinha, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6248, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, IRENE DA SILVA MARTINS, do cargo de Coordenadora Pedagógica do CEIM Nosso Mundo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6249, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO, do cargo de Diretor Escolar do CEIM Peter Pan, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6250, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, SILVANA NEUMANN SOUZA, do cargo de Coordenadora Pedagógica do CEIM Peter Pan, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6251, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ELISETE MARIA OSZIKA DYBAS, do cargo de Coordenadora Pedagógica da PEM Criança Feliz, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6252, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARIELLE PRUESS, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Alexandre Pfeiffer, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6253, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, JANE MIRANDA, do cargo de Diretor Escolar da EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6254, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARISOL HANNEMANN ITNER, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6255, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARISTELA BECKER, do cargo de Diretor Escolar da EBM Denise Christiane Harms, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6256, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ROSELAINE ESTER RAMBO, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Denise Christiane Harms, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6257, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, NEIDE DE FÁTIMA BONETE CABRAL VARGENIAK, do cargo de Diretor Escolar da EBM Dr.

Hercílio Malinowsky, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6258, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, TATIANE OLENIK PSCHISKI, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Hercílio Malinowsky, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6259, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, CLAUDINEIA ANDRZEJEWSKI, do cargo de Diretor Escolar da EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6260, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, REGINA MONICA CIESLINSKI, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6261, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, VERIDIANA APARECIDA MARTINS, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Pref. Antônio Tremi, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6262, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ANDRÉ LUIZ MEDEIROS DE MORAES, do cargo de Coordenador Pedagógico da EBM Prof. Henrique Schwarz, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6263, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, SANDRA MARA KLEINMAYER, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Prof. Adélia Lutz na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6264, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Exonera Diretora Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MONICA PIECHONTCOSKI DOS SANTOS, do cargo de Diretor Escolar da EBM Prof. Maria Ferreira Ziemann, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6265, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, para exercer a função de Diretora Escolar do CEIM Castelo Encantado (Porte V), com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6266, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARIA GORETI MEISTER, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Castelo Encantado (Porte V), com gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6267, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, SANDRA MARA KLEINMAYER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar do CEIM Fada Madrinha (Porte III), com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6268, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ELISA MARIA MUENCH VERGOPOLAN, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Fada Madrinha (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6269, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, SIMONE SAUER, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Nosso Mundo (Porte V), com gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6270, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, IRENE NOGUEIRA PRESTES DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar do CEIM Peter Pan (Porte V), com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6271, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:



NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, JANDIRA MAGUEROVSKI FRANZ, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Peter Pan (Porte V), com gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6272, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, JOSEANE BAUM, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Trenzinho Maluco (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6273, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, JOANICE DE CAMPOS, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Vera Lúcia Drechsler Kitzberger (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6274, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ADRIANA DE MIRA CALDAS, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da PEM Abelhinha Feliz (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6275, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, OZANA CARINE MECABO LAZAROTTO LOURENÇO, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da PEM Ernesto Venera dos Santos (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6276, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, REGINA MONICA CIESLINSKI, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Alexandre Pfeiffer (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6277, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARISOL HANNEMANN ITNER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Basélisse Carvalho Ramos Virmond (Porte II), com gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6278, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ANDRÉ LUIZ MEDEIROS DE MORAES, para exercer a função de Coordenador Pedagógico da EBM Basélisse Carvalho Ramos Virmond (Porte II), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6279, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, CLAUDINEIA ANDRZEJEWSKI, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Denise Christiane Harms (Porte III), com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6280, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, FABIANA DO ROCIO RUTHES SCHMIDT, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Denise Christiane Harms (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6281, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, VERIDIANA APARECIDA MARTINS, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Dr. Hercílio Malinowsky (Porte III), com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6282, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARCIANA STIEGLER FRANKENBERGER, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Dr. Hercílio Malinowsky (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6283, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2019, MARIA BECKER, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger (Porte II), com gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6284, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ELIANE MARIA CAVALHEIRO FRAGOSO MONICH, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger (Porte II), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6285, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, KELLY MYUCHA MOES MESSIAS, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Pref. Antonio Trembl (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6286, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de fevereiro de 2019, ILDEFONSO FARIAS DOS SANTOS, para exercer a função de Coordenador Pedagógico da EBM Sophia Schwedler (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6287, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.

ALTERA PORTARIA Nº 0501/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a Portaria nº 0501 de 17 de fevereiro de 2017, que nomeou PATRICIA TARTAS SESTREN, na função de Coordenadora Pedagógica, no tocante ao local de trabalho, passando de "PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia" para "PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia (20 horas) e PEM Criança Feliz (20 horas)".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2019.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## PORTARIAS Nº 6289/2019 A 6298/2019

Publicação Nº 1924228

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6289, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 60% (sessenta por cento) para 70% (setenta por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora DANIELE VILMIZ, em virtude da CEIM Algodão Doce ter alterado seu porte de IV para V.

Portaria nº 6290, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 45% (quarenta e cinco por cento) para 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2019, a gratificação de coordenadora pedagógica concedida à servidora MARCIA FEJANIRA PERES, em virtude da CEIM Algodão Doce ter alterado seu porte de IV para V.

Portaria nº 6291, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 40% (quarenta por cento) para 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora ORLANDA MULLER DOS SANTOS, em virtude da CEIM Pequenos Passos ter alterado seu porte de II para III.

Portaria nº 6292, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 25% (vinte e cinco por cento) para 35% (trinta e cinco por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2019, a gratificação de coordenadora pedagógica concedida à servidora VIVIANE CONSUELO POERNER DOS SANTOS em virtude da CEIM Pequenos Passos ter alterado seu porte de II para III.

Portaria n° 6293, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 50% (cinquenta por cento) para 60% (sessenta por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora SIMONE RANK, em virtude da CEIM Tico e Teco ter alterado seu porte de III para IV.

Portaria n° 6294, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 35% (trinta e cinco por cento) para 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de coordenadora pedagógica concedida à servidora ROMILDA MEISTER SCHREINER em virtude da CEIM Tico e Teco ter alterado seu porte de III para IV.

Portaria n° 6295, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 40% (quarenta por cento) para 50% (cinquenta por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora VIVIANE HENNING, em virtude do PEM Criança Feliz ter alterado seu porte de II para III.

Portaria n° 6296, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 40% (quarenta por cento) para 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora NADIA REJANE BORBA, em virtude da EBM Emilio Engel ter alterado seu porte de I para II.

Portaria n° 6297, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 30% (trinta por cento) para 35% (trinta e cinco por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de coordenadora pedagógica concedida à servidora CRISLAINE SCHIFLER em virtude da EBM Emilio Engel ter alterado seu porte de I para II.

Portaria n° 6298, de 18 de fevereiro de 2019. Altera Gratificação, Alterar de 40% (quarenta por cento) para 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 1° de fevereiro de 2019, a gratificação de diretora escolar concedida à servidora KERSTIEN MARYE KAISER NEPPEL, em virtude da EBM Pref. Henrique Schwarz ter alterado seu porte de I para II.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIAS N° 6300/2019 A 6305/2019**

Publicação N° 1924238

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria n° 6300, de 22 de fevereiro de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal. A partir de 18 de fevereiro de 2019, LUANA PEDROCHESKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de n° 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Educador Social, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria n° 6301, de 22 de fevereiro de 2019. Declara Vago Cargo. Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal n° 228/2001, a partir de 19 de fevereiro de 2019, o cargo de Atendente de Berçário, ocupado pela servidora LUCINDA ISABEL ZOLLNER KROHL.

Portaria n° 6302, de 22 de fevereiro de 2019. Revoga Portaria n° 6086/2019. REVOGAR, a Portaria n° 6086, de 5 de fevereiro de 2019, que nomeou KEYTHIUCIA GORTLER, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 19 de fevereiro de 2019.

Portaria n° 6303, de 22 de fevereiro de 2019. Revoga Portaria n° 6182/2019. REVOGAR, a Portaria n° 6182, de 13 de fevereiro de 2019, que nomeou CELIA PATRICIA KISTE DA SILVA, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 19 de fevereiro de 2019.

Portaria n° 6304, de 22 de fevereiro de 2019. Revoga Portaria n° 6003/2019. REVOGAR, a Portaria n° 6003, de 1° de fevereiro de 2019, que nomeou MARIA ANELIZE DE OLIVEIRA, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria n° 6305, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Averbção de Tempo de Serviço/Contribuição. Conceder ao servidor público municipal ANTONIO ALDORI STEIN, ocupante do cargo de Pintor, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbção de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo n° 20024050.1.00136/18-0, de 12 anos, 9 meses e 29 dias, conforme documentação anexa ao Processo n° 2906/2019.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIAS Nº 6306/2019 A 6317/2019**

Publicação Nº 1924240

PORTARIA Nº 6306, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal GESIANE MARCIA WALTER VIEIRA PRASMOSKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 11/02/2016 a 12/02/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6307, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora KARINA IVANA KEIL, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Anos Finais do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- GM/Celta, placas MFC 7635;
- Renault/Sandero, placas MFF 5815;
- FIAT/Doblo, placas OKH 6618;
- Renault/Clio, placas QHC 1467.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6308, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

A partir de 18 de fevereiro de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 2 concedida ao servidor FRANCISCO BORGES RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal Educação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6309, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Corrige Portaria nº 6056/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 6056, de 4 de fevereiro de 2019, que declarou vago, o cargo de Contador, no tocante a data, passando de "a partir de 17 de janeiro de 2019" para "a partir de 16 de janeiro de 2019".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 4 de fevereiro de 2019.



São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6310, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de SILMARA DE FATIMA BARBOSA DE OLIVEIRA, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 2996/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6311, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 20 de fevereiro de 2019, JOSIANE SCHROEDER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Matemática, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6312, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 20 de fevereiro de 2019, ELOISA SANTOS DE ALMEIDA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6313, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Revoga Portaria nº 6312/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 6312, de 22 de fevereiro de 2019, que nomeou ELOISA SANTOS DE ALMEIDA, no cargo efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 20 de fevereiro de 2019.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6314, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 21 de fevereiro de 2019, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora JUSSARA PEDROCHESKI.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6315, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 19 de outubro de 2014, Abono de Permanência à servidora MARIA CECÍLIA JUENGE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 2376/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6316, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, LESLIE LIA HERMES TSCHÖKE, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Gestão Administrativa, para responder, pelo expediente da Secretaria Municipal de Saúde, quando da ausência do titular da pasta.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1211, de 10 de abril de 2017.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6317, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

A partir de 1º de fevereiro de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 4 concedida ao servidor MARIO SERGIO MONTEIRO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **PORTARIAS Nº 6318/2019 A 6363/2019**

Publicação Nº 1924242

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6318, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JESSICA RANDIG, para atuar na EBM Castelo Branco e na EBM Cel. Osny Vasconcellos, na função de Professor Anos Finais - Ciências, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 7 de fevereiro de 2019 até 6 de agosto de 2019.

Portaria nº 6319, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, DEISE FERNANDA RIBAS ULATOSKI, para atuar na EBM Cel Osny Vasconcellos, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 7 de fevereiro de 2019 até 6 de agosto de 2019.

Portaria nº 6320, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, TANIA KORNATZKI, para atuar na EBM Antonio Tremel e na EBM Aracy Hansen, na função de Professor Anos Finais - Geografia, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de fevereiro de 2019 até 7 de agosto de 2019.

Portaria nº 6321, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JENNIFER RODRIGUES SILVA, para atuar na EBM Dr Hercílio Malinowsky, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de fevereiro de 2019 até 7 de agosto de 2019.

Portaria nº 6322, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, KENNEDRA RAFAELA RANDIG, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de fevereiro de 2019 até 7 de agosto de 2019.

Portaria nº 6323, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SIMONI VIVIAN DE VINCULA, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Professor Anos Finais - Matemática, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de fevereiro de 2019 até 7 de agosto de 2019.

Portaria nº 6324, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, DAIANE DE SOUZA KOCHANOWSKI, para atuar na PEM Sossego da Mamãe, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de fevereiro de 2019 até 10 de agosto de 2019.

Portaria nº 6325, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, RENATO JOSÉ FRICK, para atuar na EBM Rodolfo Bertel, na função de Professor Anos Iniciais - Oficina de Acompanhamento Pedagógico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de fevereiro de 2019 até 10 de agosto de 2019.

Portaria nº 6326, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, PATRICIA APARECIDA HACKE, para atuar na EBM Prof Adelia Lutz, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de fevereiro de 2019 até 10 de agosto de 2019.

Portaria nº 6327, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, OSMAR JOSÉ CHAPIESKY, para atuar na EBM Newton Mendes e na EBM Dalmir Pedro Cubas, na função de Professor Anos Finais - História, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6328, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, CARMEN APARECIDA CIDRAL DA COSTA, para atuar na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6329, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, VANDERSON RIBAS DE SOUZA, para atuar na EBM Carlos Doetsch, na EBM Garibaldina e na EBM Annelize Mallon, na função de Professor Desporto Escolar, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6330, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA, para atuar na EBM Denise Christiane Harms, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6331, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, RENATA SCHAADT, para atuar na PEM Ladir dos Santos, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6332, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, FIAMA FURST, para atuar no CEIM Neide de Fatima Lobermayer, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6333, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, CELIA CRISTINA QUEIROZ, para atuar no CEIM Pingo de Gente, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6334, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JOSEANE RIBEIRO, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2019 até 11 de agosto de 2019.

Portaria nº 6335, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SARA ISABEL KUNZ, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6336, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SILMARA BEGALKE, para atuar no CEIM Algodão Doce, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6337, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, DEBORA CARIN HUTTL, para atuar no CEIM Algodão Doce, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6338, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, MICHELI ZANETTI NEPPEL, para atuar no CEIM Pastor Adolf Prinz, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6339, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, MARISTELA DE LIMA PISKE, para atuar na EBM Denise C. Harms, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6340, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, DANIELE BRUSKE, para atuar no CEIM Pica Pau, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6341, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, VANESSA CRISTIANE FILLIP SILVEIRA, para atuar no CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6342, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SIMONE APARECIDA ALVES ROHRBACHER, para atuar no CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6343, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, EDITE FRANCO DOS S. RODRIGUES MARAFIGO, para atuar na EBM Pres. Castelo Branco, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6344, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, ROSANI DE JESUS LINZMEYER, para atuar na EBM Pref Henrique Schwarz, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2019 até 12 de agosto de 2019.

Portaria nº 6345, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JESSICA NAWYLA MOREIRA BINNER, para atuar na EBM Denise C. Harms, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2019 até 13 de agosto de 2019.

Portaria nº 6346, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, CRISLAINE LEITE PEREIRA, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2019 até 13 de agosto de 2019.

Portaria nº 6347, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, GRACIANE APARECIDA CALISTRO, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2019 até 13 de agosto de 2019.

Portaria nº 6348, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, CAMILA PERIS DA SILVA, para atuar no CEIM Pica Pau, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2019 até 13 de agosto de 2019.

Portaria nº 6349, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SOLANGE SIRLEY GRAZEK PEREIRA, para atuar no CEIM Sossego da Mamãe, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de fevereiro de 2019 até 13 de agosto de 2019.

Portaria nº 6350, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, ESMAEL PSCHIEDT, para atuar na EBM Rodolfo Berti e na EBM Prof Maria Waltrudes, na função de Professor Anos Finais - História, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2019 até 14 de agosto de 2019.

Portaria nº 6351, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, MARIA LAIZ DE OLIVEIRA, para atuar na EBM Pres. Castelo Branco e na EBM Dalmir Pedro Cubas, na função de Professor Oficina de Dança, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2019 até 14 de agosto de 2019.

Portaria nº 6352, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JANETE MARIA GROSSKOPF MEISTER, para atuar na EBM Base-lisse C. R. Virmond, na função de Professor Educação Especial, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2019 até 14 de agosto de 2019.

Portaria nº 6353, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, JANETE MARIA GROSSKOPF MEISTER, para atuar na EBM Denise

Christiane Harms, na função de Professor Educação Especial, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2019 até 14 de agosto de 2019.

Portaria nº 6354, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, BERENICE FRIDRIECHSEN, para atuar na EBM Denise Christiane Harms, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro de 2019 até 17 de agosto de 2019.

Portaria nº 6355, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, VIVIANE ELISABETH FOSSILE FUNK, para atuar no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado para Autismo e na EBM Emílio Engel, na função de Professor Educação Especial (NH), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro de 2019 até 17 de agosto de 2019.

Portaria nº 6356, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, EDILAINE FERNANDES, para atuar no CEIM Pastor Adolf Prinz, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de fevereiro de 2019 até 17 de agosto de 2019.

Portaria nº 6357, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, TAIANE MARIELE SCHRODER, para atuar na EBM Pref Antonio Treml, na função de Professor Anos Finais - Inglês, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de agosto de 2019.

Portaria nº 6358, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, EVELYN MARI CORREA TEODOROVITZ, para atuar no CEIM Vera Lucia D. Kitzberger, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de agosto de 2019.

Portaria nº 6359, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO, para atuar na EBM Prof Lucia Tschoeke e na EBM Pres Henrique Schwarz, na função de Professor Anos Iniciais - Oficina de Acompanhamento Pedagógico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de agosto de 2019.

Portaria nº 6360, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, ADRIANE TEREZINHA FRANZ, para atuar na EBM Pref Henrique Schwarz, na função de Professor Anos Finais - Matemática, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de agosto de 2019.

Portaria nº 6361, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO, para atuar no CEIM Amor Perfeito, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de agosto de 2019.

Portaria nº 6362, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, MARCELE KIRSCHBAUER, para atuar na EBM Prof Aracy Hansen e na EBM Prof Lucia Tschoeke, na função de Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de fevereiro de 2019 até 19 de agosto de 2019.

Portaria nº 6363, de 22 de fevereiro de 2019. Admite Servidor Temporário, KATLIN DE OLIVEIRA, para atuar no CEIM Tico e Teco, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de fevereiro de 2019 até 19 de agosto de 2019.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIAS Nº 6364/2019 A 6374/2019**

Publicação Nº 1924248

PORTARIA Nº 6364, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2593/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2593, de 06 de novembro de 2017, que concedeu aposentadoria à VERONICA ANDRASKI PINHEIRO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00097023, através da Decisão Singular GAC/AMF – 37/2019, de 28 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal



PORTARIA Nº 6365, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4568/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4568, de 04 de junho de 2018, que concedeu aposentadoria à IROSALETI BAUER DE LIMA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00701346, através da Decisão Singular GAC/AMF – 89/2019, de 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6366, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4113/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4113, de 04 de abril de 2018, que concedeu aposentadoria à LOURDES JUSTINA DE AVILA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00470867, através da Decisão Singular GAC/HJN – 2/2019, de 10 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6367, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4485/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4485, de 16 de maio de 2018, que concedeu aposentadoria à INEZ PEREIRA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00583637, através da Decisão Singular GAC/JNA – 47/2019, de 1º de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6368, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4116/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4116, de 05 de abril de 2018, que concedeu aposentadoria à EMIDIA GUSZAK, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00471405, através da Decisão Singular COE/GSS – 20/2019, de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6369, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.



## CONSOLIDA PORTARIA N° 2726/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2726, de 1º de dezembro de 2017, que concedeu aposentadoria à ILIZABETE CORRÊA FRANÇA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00111891, através da Decisão Singular GAC/HJN – 39/2019, de 17 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6370, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

## CONSOLIDA PORTARIA N° 4376/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4376, de 02 de maio de 2018, que concedeu aposentadoria à SOELI TERESINHA SCHEWINSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00585923, através da Decisão Singular GAC/HJN – 4/2019, de 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6371, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

## CONSOLIDA PORTARIA N° 2768/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2768, de 11 de dezembro de 2017, que concedeu aposentadoria à MARIA DA GLÓRIA CORREA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00123121, através da Decisão Singular GAC/JNA – 104/2019, de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6372, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

## CONSOLIDA PORTARIA N° 2868/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2868, de 02 de janeiro de 2018, que concedeu aposentadoria à CLÁUDIA CRISTIANE DOS SANTOS MATOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00184503, através da Decisão Singular COE/SNI – 62/2019, de 11 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 6373, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

**CONSOLIDA PORTARIA N° 4378/2018**

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4378, de 02 de maio de 2018, que concedeu aposentadoria à ENI DA CONCEIÇÃO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00582827, através da Decisão Singular COE/CMG – 21/2019, de 22 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 6374, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Corrige Portaria nº 5951/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 5951, de 28 de janeiro de 2019, que nomeou servidor público MARCOS ROBERTO VALIM, no tocante ao local de lotação, passando de "Secretaria Municipal de Saúde" para "Secretaria Municipal de Finanças".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de janeiro de 2019.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**PORTARIAS N° 6375/2019 A 6389/2019**

Publicação N° 1924251

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6375, de 22 de fevereiro de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal. A partir de 21 de fevereiro de 2019, SUELEN APARECIDA LISBOA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Artes, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6376, de 22 de fevereiro de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal. A partir de 21 de fevereiro de 2019, CINTIA CARLA MOREIRA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional – Assistência Educacional, Nível I, Classe A, em regime de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6377, de 22 de fevereiro de 2019. Retira Gratificação de Função. A partir de 21 de janeiro de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 3 concedida à servidora JULIANA MARIA CHAPIEWSKY, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 6378, de 22 de fevereiro de 2019. Retira Gratificação de Função. A partir de 11 de fevereiro de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 2 concedida ao servidor AIRTON NERY ROCHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 6379, de 22 de fevereiro de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal. A partir de 21 de fevereiro de 2019, SANDRA APARECIDA JIENTARA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6380, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora CLEIDE REGINA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a Função Gratificada de Coordenação do Centro Especializado em Referência em Assistência Social - CREAS.

Portaria nº 6381, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora CLAUDINE ALVES DO ROSÁRIO LIMA, ocupante do cargo efetivo de Pedagogo Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a Função Gratificada de Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

Portaria nº 6382, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora LAIS-LA CADENA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, a Gratificação de Função Nível FG - 1, na função de Agente de Área de Cadastro para Vagas de Educação Infantil

Portaria nº 6383, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora MELISSA CINDY DE PAULA MATOS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, a Gratificação de Função Nível FG - 2, na função de Agente de Serviços de Folha de Pagamento.

Portaria nº 6384, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder ao servidor IVAN CARLOS KLEIN, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, a Gratificação de Função Nível FG - 2, na função de Agente de Serviços de Processos e Aposentadorias.

Portaria nº 6385, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora JULIANA HAMMES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, a Gratificação de Função Nível FG - 2, na função de Agente de Serviços de Contratações, Concursos Públicos e Processos Seletivos.

Portaria nº 6386, de 22 de fevereiro de 2019. Retira Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 1 concedida à servidora ROSANE SCHNEIDER RATHUNDE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório, na Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 6387, de 22 de fevereiro de 2019. Concede Gratificação de Função. A partir de 1º de março de 2019, conceder à servidora ROSANE SCHNEIDER RATHUNDE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Escritório, na Secretaria Municipal de Administração, a Gratificação de Função Nível FG - 3, na função de Agente de Setor de Folha de Pagamento.

Portaria nº 6388, de 22 de fevereiro de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal. A partir de 21 de fevereiro de 2019, ERICLEIA BECKER GOEDERT, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Artes, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6389, de 22 de fevereiro de 2019. Revoga Portaria nº 6388/2019. REVOGAR, a Portaria nº 6388, de 22 de fevereiro de 2019, que nomeou ERICLEIA BECKER GOEDERT, no cargo efetivo de Professor Anos Finais - Artes, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 21 de fevereiro de 2019.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIAS Nº 6390/2019 A 6396/2019**

Publicação Nº 1924277

PORTARIA Nº 6390, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIA HEINZEN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, licença maternidade.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 11/02/2019 a 09/08/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6391, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUZIA MARGARETE ALVES TIBES, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 2007/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 04/02/2019 a 05/03/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6392, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEIA NARA TURECK STIEGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 1º de março de 2019, consoante Processo Administrativo nº 1983/2018 (1º ano).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6393, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação da licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 14 de janeiro de 2019, consoante Processo Administrativo nº 19765/2018 (3º ano).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6394, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2019, OSMAR RAUEN no cargo de Chefe de Divisão de Patrimônio, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6395, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a servidora JANAINA CARDOSO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- Ford/Fiesta, placas OKF 3715;
- VW/Amarok, placas QHR 2665.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6396, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

**RESOLVE:**

A partir de 1º de março de 2019, conceder ao servidor LUIS CARLOS KLUSKA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Fundação Cultural, a Gratificação de Função Nível FG - 1, na função de Agente de Área de Gestão de Convênios, Projetos e Parcerias.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

---

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**

---

**EXTRATO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2019 - DISPENSA Nº 2/2019**

Publicação Nº 1923515

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL, SENDO SALÃO COBERTO E FECHADO, COM BANHEIROS E ESTACIONAMENTO DISPONÍVEIS, EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM 2019.

CONTRATADO: SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES (CNPJ 00.099.910/0001-73).

VALOR: R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais) sendo este valor dividido da seguinte forma: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para realização da Feira de Páscoa; R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) para a realização da Feira de Inverno; R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a realização da Feira de Natal; e R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para dois eventos a serem definidos e realizados durante o ano de 2019 pela Fundação Cultural (R\$ 1.300,00 cada um).

SÃO BENTO DO SUL, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

MARLA HUEBL KAISER  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MÁRCIO BROSOWSKY  
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – DL 2/2019

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL, SENDO SALÃO COBERTO E FECHADO, COM BANHEIROS E ESTACIONAMENTO DISPONÍVEIS, EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM 2019.

II – Contratado: SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES (CNPJ 00.099.910/0001-73).

III - Característica da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação se baseia no inciso X do Art. 24 da lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O imóvel atende às finalidades da administração municipal, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. Sendo que a Fundação Cultural não dispõe de espaço adequado que comporte a realização de eventos como a Feira de Páscoa e Feira de Natal, que tem a participação de mais de 80 artesãos são-bentenses, e com os materiais (mesas e cadeiras) necessários é, portanto, dispensável a licitação.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada oferece um espaço adequado para as finalidades supracitadas. É de localização central, com banheiros disponíveis e área do salão e quantidade de mesas suficientes para a montagem dos eventos, além de amplo estacionamento.

V - Justificativa do Preço: o valor é compatível com os preços praticados no mercado, conforme avaliação de imóvel.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Diretor Presidente da Fundação Cultural, Sr. MÁRCIO BROSKOWSKY.

MARLA HUEBL KAISER  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios em, no máximo, 5 dias.

MÁRCIO BROSKOWSKY  
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL



# São Bernardino

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 50/2019

Publicação Nº 1923711

#### CONTRATO Nº 50/2019

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA 1º DE MAIO, 736, na cidade de Campo Erê - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83217539000124, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. JOSÉ LUIZ FIDELIS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Campo Erê - SC, inscrito no CPF nº 047.477.259-46, doravante denominada CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA PROMOVER O 2º CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUIÇO DE SÃO BERNARDINO, NAS CATEGORIAS, FORÇA LIVRE, VETERANO E MASTER. ESSE INCENTIVO TORNA-SE NECESSÁRIO VISANDO A VALORIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATLETAS DO MUNICÍPIO.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 18/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

#### II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
2	120,00	JG	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUIÇO	165,00	19.800,00
				R\$	19.800,00

O valor total do contrato é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

#### II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

#### A VISTA

#### III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 22/02/2019 até 31/12/2019, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

#### IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

#### VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.009.3390.00 - 1000 - 88/2019 - Manutenção do Setor de Esportes . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

#### VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

**CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.
- II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.
- III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.
- IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.
- V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.
- VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.
- VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.
- IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.
- X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 18/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

**CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

- I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.
- II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.
- III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
- IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 18/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

**CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.
- II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.
- III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.
- IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.
- V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.
- VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 18/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.
- VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 18/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.
- VII - Fica por desde já, designado o Sr. Rozilei Terezinha Fritzen Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento. Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais. Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

**CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:**

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 22 de Fevereiro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIZ FIDELIS  
Contratado

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº 51/2019**

Publicação Nº 1923712

**CONTRATO Nº 51/2019**

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa MONUMENTAL INDÚSTRIA E COM. DE TROFÉUS LTDA., inscrita no CNPJ nº 02313167000138, localizada na RUA QUATORZE DE AGOSTO, 560-E, na Cidade Chapeco - SC, neste ato representado pelo seu Representante o Sr. NELSON DE LARA RAMOS, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua RUA QUATORZE DE AGOSTO, 560-E, na Cidade Chapecó - SC, inscrito no CPF sob nº 297.061.069-87, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO NOS JOGOS FUTVOLEI MASCULINO E VOLEIBOL FEMININO DE AREIA E BOCHA 48. ESSE INCENTIVO TORNA-SE NECESSÁRIO VISANDO A VALORIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATLETAS DO MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS**

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO NOS JOGOS FUTVOLEI MASCULINO E VOLEIBOL FEMININO DE AREIA E BOCHA 48. ESSE INCENTIVO TORNA-SE NECESSÁRIO VISANDO A VALORIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATLETAS DO MUNICÍPIO, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 18/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 18/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	48,00	Und	MEDALHAS PERSONALIZADA, EM LIGA ANTIMÔNIO ZAMAK, COM FRENTE PERSONALIZADA BRASÃO DO MUNICÍPIO, SENDO ELE GRAVADO EM ALTO RELEVO, VERSO LOCAL PARA ADESIVO, COM DIÂMETRO DE 50MM, FITA EM CETIM PERSONALIZADA 80X2CM.	TROFEU SUL	7,16	343,68
3	3,00	Und	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 50CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO DOURADO, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA.	TROFEU SUL	183,00	549,00
4	1,00	Und	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 12MM, AONDE ALTURA SERÁ DE 32 CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO BRANCO, FORMANDO FIGURA DE ATLETA, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO.	TROFEU SUL	79,00	79,00
5	3,00	Und	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 40CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO PRATA, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA..	TROFEU SUL	159,00	477,00
6	3,00	Und	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 32CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO BRONZE, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA.	TROFEU SUL	123,00	369,00
Total						1.817,68

O valor total do contrato é de R\$ 1.817,68 (um mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.009.3390.00 - 1000 - 88/2019 - Manutenção do Setor de Esportes

**III - Da forma de pagamento:**

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos materiais, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

**IV - Da vigência:**

A vigência do presente contrato será de 22/02/2019 até 31/12/2019, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

**V - Do Reajustamento e atualização:**

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**VI - Das compensações financeiras:**

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

I - Efetuar a entrega dos materiais ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os materiais contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais contratados.

IV - E obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais/produtos contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 18/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer materiais/produtos de primeira qualidade.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 18/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 18/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designada a Sra. Rozilei Terezinha Fritzen, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 22 de Fevereiro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL

NELSON DE LARA RAMOS

Prefeito Municipal

Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 18/2019**

Publicação Nº 1923609

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEIDT, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 18/2019 Processo de Licitação: 18/2019 Data do Processo: 08/02/2019  Folha: 1/2
--	--

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2019  
b) Licitação Nr.: 13/2019-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação:  
e) Data da Adjudicação: 22/02/2019 Sequência: 1  
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA PROMOVER O 2º CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUIÇO DE SÃO BERNARDINO, NAS CATEGORIAS, FORÇA LIVRE, VETERANO E MASTER, AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO NOS JOGOS FUTVOLEI MASCULINO E VOLEIBOL FEMININO DE AREIA E BOCHA 48. ESSE INCENTIVO TORNA-SE NECESSÁRIO VISANDO A VALORIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATLETAS DO MUNICÍPIO.

(em Reais R\$)					
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b>LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL (3740)</b>					
2 SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUIÇO - Marca:	JG	120	-	165,00	19.800,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>19.800,00</b>
<b>MONUMENTAL INDÚSTRIA E COM. DE TROFÉUS LTDA (3460)</b>					
1 MEDALHAS PERSONALIZADA, EM LIGA ANTIMÔNIO ZAMAK, COM FRENTE PERSONALIZADA BRASÃO DO MUNICÍPIO, SENDO ELE GRAVADO EM ALTO RELEVO, VERSO LOCAL PARA ADESIVO, COM DIÂMETRO DE 50MM, FITA EM CETIM PERSONALIZADA 80X2CM. - Marca: TROFEU SUL	Und	48	-	7,16	343,68
3 TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 50CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO DOURADO, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	183,00	549,00
4 TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 12MM, AONDE ALTURA SERÁ DE 32 CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO BRANCO, FORMANDO FIGURA DE ATLETA, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO. - Marca: TROFEU SUL	Und	1	-	79,00	79,00
5 TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 40CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO PRATA, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	159,00	477,00
6 TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 32CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRÍLICO BRONZE, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	123,00	369,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.817,68</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>21.617,68</b>

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2019.

-----  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**

CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008  
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 13/2019 - PR**

Processo Administrativo: 18/2019  
Processo de Licitação: 18/2019  
Data do Processo: 08/02/2019

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (88) Saldo: 75.000,00

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2019.

.....  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 18/2019 Processo de Licitação: 18/2019 Data do Processo: 08/02/2019
	Folha: 1/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 18/2019  
 b ) Licitação Nr.: 13/2019-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação:  
 e ) Data da Adjudicação: 22/02/2019 Sequência: 1  
 f ) Objeto da Licitação
- O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA PROMOVER O 2º CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO DE SÃO BERNARDINO, NAS CATEGORIAS, FORÇA LIVRE, VETERANO E MASTER, AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO NOS JOGOS FUTVOLEI MASCULINO E VOLEIBOL FEMININO DE AREIA E BOCHA 48. ESSE INCENTIVO TORNA-SE NECESSÁRIO VISANDO A VALORIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATLETAS DO MUNICÍPIO.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtidade Desclo (%) Preço Unitário Total do Item
<b>LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL (3740)</b>						
2	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUÍÇO - Marca:	JG	120	-	165,00	19.800,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>19.800,00</b>
<b>MONUMENTAL INDÚSTRIA E COM. DE TROFÉUS LTDA. (3460)</b>						
1	MEDALHAS PERSONALIZADA, EM LIGA ANTIMÔNIO ZAMAK, COM FRENTE PERSONALIZADA BRASÃO DO MUNICÍPIO, SENDO ELE GRAVADO EM ALTO RELEVO, VERSO LOCAL PARA ADESIVO, COM DIÂMETRO DE 50MM, FITA EM CETIM PERSONALIZADA 80X2CM. - Marca: TROFEU SUL	Und	48	-	7,16	343,68
3	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 50CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRILICO DOURADO, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	183,00	549,00
4	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 12MM, AONDE ALTURA SERÁ DE 32 CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRILICO BRANCO, FORMANDO FIGURA DE ATLETA, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO. - Marca: TROFEU SUL	Und	1	-	79,00	79,00
5	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 40CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRILICO PRATA, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	159,00	477,00
6	TROFÉU EM MDF, PINTURA LAKA BRILHANTE, COM GROSSURA DE 15MM, COM CANOS CALENDRADOS, AONDE ALTURA SERÁ DE 32CM, COM PEÇA SOBREPOSTA EM ACRILICO BRONZE, FORMANDO FIGURA DE PIRÂMIDE, COM ADESIVO RESINADO, NA PARTE SUPERIOR PEÇA EM METAL POLIETILENO METALIZADO CONFORME FIGURA DA MODALIDADE SOLICITADA. - Marca: TROFEU SUL	Und	3	-	123,00	369,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.817,68</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>21.617,68</b>

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**

CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008  
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 13/2019 - PR**

Processo Administrativo: 18/2019  
Processo de Licitação: 18/2019  
Data do Processo: 08/02/2019

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (88) Saldo: 75.000,00

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2019.

.....  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB N° 17/2019

Publicação N° 1924859

Decreto CTB N° 017/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do superávit financeiro, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.035-3.3.90.00.00.00.00660 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de fevereiro de 2019

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB N° 18/2019

Publicação N° 1924860

Decreto CTB N° 18/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.048,00 (dez mil, quarenta e oito reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do superávit financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 10.048,00 (dez mil, quarenta e oito reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.71.70.00.00.00 - Rateio pela Participação em Consorcio Publico 5.048,00

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.1.71.70.00.00.00 – Rateio pela Participação em Consorcio Publico R\$ 5.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de fevereiro de 2019

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2019 - ADM

Publicação Nº 1924935

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 020/2019 - ADM  
Inexigibilidade de Licitação nº 005/2019 - ADM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA REGIONAL (ARGEU LUIZ PULITTA JUNIOR & BANDA) PARA ANIMAÇÃO DO CARNAVAL INFANTIL QUE ACONTECERÁ NO BALNEÁRIO DE PRATAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Contratado: ARGEU LUIZ PULITTA JUNIOR 03137633990  
CNPJ: 29.507.627/0001-15

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Justificativa: Fundamentada no Art. 25 inciso III da Lei n.8.666/93  
Dotação Orçamentária: 2.033.3390.00 - 0 - 92/2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TURISMO E EVENTOS.  
Vigência: 31/03/2019

SAO CARLOS, 25 de Fevereiro de 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 695, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924591

DECRETO Nº 695, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital nº 017, de 27 de dezembro de 2018, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2018;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;
- Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;
- Considerando a desistência de candidatas selecionadas no terceiro chamamento Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018;
- Considerando o quarto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Daniela de Marco Busato, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2019, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º a servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

### PORTARIA Nº 654, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924596

PORTARIA Nº 654, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Concede fêria ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIA ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Gustavo Bortoli Valgoi	Farmacêutico	17/11/16 á 16/11/17	12	25/02/19 á 08/03/19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de Fevereiro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 003/2019 -**

Publicação Nº 1923785

### **SUSTAÇÃO**

ASSUNTO: Processo Licitatório PREFE n. 003/2019, Objeto: AQUISIÇÕES DE PNEUS 1000R20 RADIAL BORRACHUDO, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO.

O Município de São Domingos – SC, representado pela prefeita Municipal, Sra. Elieze Comachio, fundamentado nos termos do Despacho correlato ao Processo @REP 19/00073037, exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, presente a supremacia do interesse público, torna notório aos interessados, a SUSTAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, até manifestação ulterior que revogue a medida. Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

São Domingos – SC, 22 de fevereiro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### CONCURSO 013/2019 FMS

Publicação Nº 1924216

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONCURSO  
PROCESSO Nº 013/2019

OBJETO: Seleção de Projeto de entidade qualificada como Organização Social, na área de saúde, no Município de São Francisco do Sul, para celebração de CONTRATO DE GESTÃO, para o gerenciamento, operacionalização, manutenção e execução das ações e serviços de saúde no Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça e UPA 24 horas – Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, assegurando assistência universal e gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo ainda oferecer serviços a usuários de planos privados de saúde e pacientes particulares, de acordo com o estabelecido nas Leis Municipais nº 1263/2011 e nº 1834/2016 e ademais conforme critérios, especificações e necessidades descritas neste Edital.

DATA DE E HORARIO DE ABERTURA: 28/03/2019 ÀS 08:30HS

O presente edital poderá ser obtido na Secretaria de Administração/Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, localizado à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro – São Francisco do Sul-SC, no horário das 08:00 às 14:00 ou no site: [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br) <https://diario-municipal.sc.gov.br/site>

SAO FRANCISCO DO SUL 22 de 2019

NADIA MOREIRA RAPOSO  
Secretaria Municipal de Saude

### DECRETO Nº 3.050/2019

Publicação Nº 1923811

DECRETO Nº 3.051, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil Reais), ao orçamento do corrente exercício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de conformidade com Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

26.00 - Secretaria Municipal de Esportes  
26.001 - Divisão de Apoio Administrativo  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
3400000000000000 - Despesas de Capital  
3440000000000000 - Investimentos  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 16.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 16.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

26.00 - Secretaria Municipal de Esportes  
26.001 - Divisão de Apoio Administrativo  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
3300000000000000 - Despesas Correntes  
3330000000000000 - Outras despesas correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 16.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 16.000,00

DECRETO Nº 3.051, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças
---

JULIANI DE BARROS Secretário Municipal de Esportes
---

Secretário Municipal de Governo Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.  
Visto. Publique-se.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.051, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Esportes, na Ação 2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes, na transposição de um grupo de natureza de despesa para outro, do elemento 339000000, para 44900000, conforme art. 6º da Lei nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil Reais), que se faz necessário para atender as despesas com aquisição de tendas à serem utilizadas nos eventos esportivos.

São Francisco do Sul – SC, 21 de fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças
---

JULIANI DE BARROS Secretário Municipal de Esportes
---

### DECRETO Nº 3.051/2019

Publicação Nº 1923810

DECRETO Nº 3.050, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil Reais) ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria Municipal de Educação

10.004 - Fundo Municipal de Educação

1007 - Construção, reforma, ampliação e manutenção das Escolas

3400000000000000 - Despesas de capital

3440000000000000 - Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 03360000 - Salário Educação ..... R\$ 600.000,00

1008 - Construção, reforma, ampliação e manutenção dos CMEIS

3400000000000000 - Despesas de Capital

3440000000000000 - Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 03360000 - Salário Educação ..... R\$ 400.000,00

2059 - Transporte Escolar Ensino Fundamental

3300000000000000 - Despesas correntes

3330000000000000 - Outras despesas correntes

3339000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 03360000 - Salário Educação ..... R\$ 615.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 1.615.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes das Transferências do Salário Educação com a fonte de recurso 03360000 - Salário educação.

DECRETO Nº 3.050, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças
---

JUCELIO DE CARVALHO Secretário Municipal de Educação
---

Secretário Municipal de Governo Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.  
Visto. Publique-se.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.050, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes dos recursos de Transferências do Salário Educação, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.615.000,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil Reais), nas despesas de Ampliação de Escolas, CMEIS e no transporte escolar do Ensino Fundamental.

São Francisco do Sul – SC, 21 de fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças
---

JUCELIO DE CARVALHO Secretário Municipal de Educação
---

## PORTARIA Nº 15.592/2019

Publicação Nº 1923799

PORTARIA nº 15.592, de 20 de fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto nº 3.012/2018, e considerando o art. 18 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que dispõe "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações...", e de acordo com a CI nº 76/2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial da Chamada Pública nº 002/2019, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar:

I – CRISTIANE FERNANDES DE MACEDO GOMES – Presidente;

II – FRANCIANE FERNANDES MACEDO – Membro;

III – CLÉRITON PEREIRA DOS SANTOS – Membro;

IV – MARCON MACHADO – Membro;

V – VANESSA CRISTINA FONSECA – Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.593/2019**

Publicação Nº 1923800

PORTARIA nº 15.593, de 20 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 17413/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MÁRCIO LEOCÁDIO MACHADO DE SOUZA FILHO, matrícula nº 147673-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquivista, gratificação de adicional de 20%, em nível de Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 17413, de 21 de setembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 21 de setembro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.594/2019**

Publicação Nº 1923801

PORTARIA nº 15.594, de 20 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 4019/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor HEVER PAULO CABRAL, matrícula nº 592439-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, gratificação de adicional de 20%, em nível de Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 4019, de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.595/2019**

Publicação Nº 1923802

PORTARIA nº 15.595, de 20 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 4021/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora TELMA DO CARMO PACHECO, matrícula nº 580090-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, gratificação de adicional de 20%, em nível de Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 8/2003, calculada sobre o valor do vencimento inicial do cargo efetivo, a partir da data do Processo nº 4021, de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.596/2019**

Publicação Nº 1923803

PORTARIA nº 15.596, de 20 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 72 da lei Complementar nº 8/2003 e com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 3589/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora MAIRA CRISTIANE MADUREIRA PIRES, matrícula nº 8004331, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, incorporação à sua remuneração na proporção de 2/5 (dois quintos), sendo 1/5 (um quinto) da diferença do seu vencimento e a remuneração do cargo de Assessora executiva, nível CC03, e 1/5 (um quinto) da diferença do seu vencimento e a remuneração do cargo de Gerente, CC02, a partir de 1º de março de 2019, totalizando 5/5 (cinco quintos), de acordo com o montante já incorporado por meio da Portaria nº 13.977/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 1º de março de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.597/2019**

Publicação Nº 1923804

PORTARIA nº 15.597, de 20 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 72 da lei Complementar nº 8/2003 e com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 3589/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER à servidora VANESSA DE CARVALHO EGGERT DOS SANTOS, matrícula nº 7931646, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, incorporação à sua remuneração na proporção de 5/5 (cinco quintos), como Auxiliar de Direção e Diretora na Escola Municipal CAIC Irmã Joaquina Busarello, ao percentual 60%, a partir de 1º de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 20 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.600/2019**

Publicação Nº 1923663

PORTARIA nº 15.600, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR ROMEU BONETTO JUNIOR, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 036.894.729-70, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Guarda, Controle e Distribuição de Materiais, nível CC-04, da Assessoria Administrativa, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.601/2019**

Publicação Nº 1923666

PORTARIA nº 15.601, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR ROMEU BONETTO JUNIOR, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 036.894.729-70, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Imposto Predial e Territorial Urbano, nível CC03, da Diretoria de Tributos, da Secretaria Municipal de Finanças, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.602/2019**

Publicação Nº 1923668

PORTARIA nº 15.602, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR ANNELESE MIRIAN GREGÓRIO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 061.811.749-07, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Foto e Vídeo/Mídia, nível CC-04, da Gerência de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.



RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

### **PORTARIA Nº 15.603/2019**

Publicação Nº 1923671

PORTARIA nº 15.603, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR NATALY DOS SANTOS MARQUES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 041.693.989-98, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Apoio Administrativo, nível CC-04, da Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

### **PORTARIA Nº 15.604/2019**

Publicação Nº 1923674

PORTARIA nº 15.604, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR MARCELO DA SILVA CORDEIRO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 035.484.699-06, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Foto e Vídeo/Mídia, nível CC-04, da Gerência de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

### **PORTARIA Nº 15.605/2019**

Publicação Nº 1923677

PORTARIA nº 15.605, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR ANNELESE MIRIAN GREGÓRIO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 061.811.749-07,

para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Apoio Administrativo, nível CC-04, da Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## **PORTARIA Nº 15.606/2019**

Publicação Nº 1923681

PORTARIA nº 15.606, de 21 de Fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR NATALY DOS SANTOS MARQUES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 041.693.989-98, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Guarda, Controle e Distribuição de Materiais, nível CC-04, da Assessoria Administrativa, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de Fevereiro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## **PORTARIA Nº 15.607/2019**

Publicação Nº 1923805

PORTARIA nº 15.607, de 22 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 78 da Lei Complementar nº 8/2003 e com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 3166/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ALEXANDRE DA COSTA PEREIRA, matrícula nº 7935870, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação Latu Sensu, em Nível de Especialização, Gestão Escolar, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a partir de 7 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.608/2019**

Publicação Nº 1923806

PORTARIA nº 15.608, de 22 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 26 da Lei Complementar nº 3/2003 e com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 419/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, a pedido, à servidora YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI, matrícula nº 8025746, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Disciplina de Português, Licença Remunerada, no período de 11 de março de 2019 até 11 de março de 2021, para frequentar Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Letras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 11 de março de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.609/2019**

Publicação Nº 1923807

PORTARIA nº 15.609, de 22 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e com o Decreto nº 3.012/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de Analisar e Julgar os documentos referentes ao Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 001/2019 – Médico ESF – Estratégia Saúde da Família, conforme segue:

**I – Membros Titulares:**

- a) LEONILZA BORBA MIRA – Técnico de Enfermagem;
- b) KAMILLE KAROENE NEGRÃO – Gerente;
- c) CIBELY KUHL – Assistente Executivo.

**II – Membro Suplente:**

- a) MERY ELISA SIQUEIRA JACINTHO FERREIRA – Auxiliar Executivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.610/2019**

Publicação Nº 1923808

PORTARIA nº 15.610, de 22 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 78 da Lei Complementar nº 8/2003 e com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 3090/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor PAULO CESAR EMÍDIO, matrícula nº 7891822, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Segurança, Auxílio Escolar para o Curso Superior de Bacharelado em Educação Física, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a partir de 7 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.611/2019**

Publicação Nº 1923809

PORTARIA nº 15.611, de 22 de Fevereiro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o requerido no Processo nº 4504/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, CAMILA DE CARVALHO MADEIRA, inscrita no CPF sob nº 034.122.879-62, do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 22 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PP 010/2019 FMS**

Publicação Nº 1924205

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL****LICITAÇÃO Nº 010/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.985 de 26 de julho 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 13 de março de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até 08:30h do dia 13 de março de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 13 de março de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1901 – Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade	2118– Manutenção de Atenção ao MAC 2121 - Manutenção de Serviço Móvel SAMU
Elemento de Despesa	33903941 – Fornecimento de Alimentação
Vínculo do Recurso	1381000 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp- mac 1380900 – Fornecimento de Alimentação

### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI - Declaração de Não Parentesco

Anexo VII – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VIII. Minuta do Contrato

### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08H AS 14HS, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br/site](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site) no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br); [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou [pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br) por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas

neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

#### 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

#### 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

##### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 010/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 010/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

#### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos

licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

##### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b. Apresentar certificado ou alvará sanitário, emitido pelo órgão competente comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos

solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal preenchida corretamente com o objeto contratado e período de execução dos serviços, juntamente com o relatório contendo o nome completo dos alunos transportados no referido mês, devidamente assinado pela Coordenação do CMEI;

21.2. Nos meses de recesso (férias), o pagamento será proporcional aos dias trabalhados e no mês de Janeiro/2019 não haverá pagamento em função de não haver prestação de serviços devidos às férias.

21.3. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.4. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.5. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que



a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.5. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.6. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 21 janeiro de 2019

NADIA MOREIRA RAPOSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, plantonistas do SAMU, funcionários e servidores durante a participação das Campanhas de Vacinação e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (Lei nº 146/95).

#### 2. JUSTIFICATIVA

O presente visa garantir fornecimento de refeições aos funcionários plantonistas, haja vista tratar-se de plantões de 12 horas ininterruptas nas unidades citadas, bem como aos servidores deslocados para realizar serviços na unidade de saúde da localidade da Vila da Glória (parte continental do município) que em virtude da logística do transporte acabam por extrapolar o horário de expediente (Lei nº 146/95 - serviços extraordinário), e aos servidores deslocados para trabalhar na realização das Campanhas de Vacinação que acontecem geralmente nos finais de semana nas unidades de saúde do município no horário de 08:00hs á 17:00hs ininterruptamente.

#### 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

##### LOTE 01

ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT.	V. Médio UNITÁRIO	V. TOTAL Estimado
01	Fornecimento de refeições acompanhadas de suco (300ml), de segunda a domingo, inclusive feriados, para os motoristas plantonistas da ambulância e socorristas da Vila da Glória, e funcionários e servidores deslocados para realizar serviços na unidade de saúde da localidade da Vila da Glória (Lei nº 146/95).	UNID.	1.650	R\$ 21,38	R\$ 35.277,00

##### LOTE 02

ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT.	V. Médio UNITÁRIO	V. TOTAL Estimado
------	---------	------	--------	-------------------	-------------------

01	Refeições embaladas individualmente, acondicionada em embalagem térmica, acompanhada de suco (300ml), entregue no local de segunda a domingo, inclusive feriados, para os motoristas e técnicos de enfermagem plantonistas do SAMU.	UNID.	1.500	R\$ 18,79	R\$ 28,185,00
02	Refeições embaladas individualmente, acondicionada em embalagem térmica, acompanhada de suco (300ml), entregue no local de segunda a domingo, inclusive feriados, os servidores participantes das Campanhas de vacinação.	UNID	230	R\$ 18,47	R\$ 4.248,10

#### 4.0 COMPOSIÇÃO DAS REFEIÇÕES

- 01 porção de carne de 1º qualidade a escolher (bovina, aves, suína e peixe) de no mínimo 150gr já preparada, pronta para consumo;
- 01 porção de Arroz de no mínimo 60gr;
- 01 porção de Feijão de no mínimo 40gr;
- 01 porção de Farofa de no mínimo 30gr;
- 01 porção de massa de no mínimo 30gr;
- 01 porção de salada de no mínimo 50gr;
- 01 porção de legumes de no mínimo 80gr;
- 01 porção variada de no mínimo 60gr;
- 01 suco natural de no mínimo 80% de polpa sem conservantes e corantes artificiais com mínimo de 300 ml.

#### 4.1 - COMPOSIÇÕES DA SALADA E LEGUMES

As variações de salada serão de verduras/legumes crus ou cozidos (disponíveis conforme estação do ano).

#### 4.2 - COMPOSIÇÕES DA PORÇÃO VARIADA

As variações como bolinhos, suflês, purês, fritas, polenta, entre outros deverão ser de 01 poção por refeição.

#### CLÁUSULAS CONTRATUAIS OPERACIONAIS

##### 5.0- Do modo de acondicionamento

5.1.1 - A refeição deverá estar acondicionada individualmente em embalagem térmica descartável, e o suco em caixinha tetrapark ou recipiente plástico descartável com tampa.

##### 6.0 - Do transporte do objeto

6.1 - Transportar as refeições em veículo limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas, dotado de cobertura e proteção lateral impermeáveis, íntegras e limpo; e empilhados de forma a não comprometer a qualidade higiênico-sanitária do objeto.

6.2 – O veículo não deve transportar as refeições junto com outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

##### 7.0 – Do modo de transporte

7.1 - Transportar as refeições em caixas de isopor ou polietileno com assepsia adequada garantindo a conservação e higiene.

7.2 - Garantir a boa apresentação das refeições, em temperatura adequada (no mínimo de 65º C) e em condições higiênico-sanitárias favoráveis ao consumo humano.

##### 8.0- Do local e período de entrega

8.1 SAMU - Anexo ao prédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua: Manoel Antônio Bueno, 387

Bairro: Rocio Grande

Cidade/Estado: São Francisco do Sul/SC

Período de entrega: ALMOÇO (até no máximo 12h:00min) horas e JANTA (até no máximo 19h:30min).

Dias de entrega: diariamente, incluindo finais de semana e feriados.

##### 8.2 ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - VILA DA GLÓRIA

Os motoristas plantonistas, socorristas (ambulância) e demais servidores que realizem trabalhos extraordinários naquela localidade farão a refeição no local da empresa vencedora.

Período de entrega: ALMOÇO e JANTA

Dias de entrega: diariamente, incluindo finais de semana e feriados.

##### 8.3 - CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

Unidades de Saúde (indicadas pela Coord. ECD)

Período de entrega: ALMOÇO

Dias de entrega: conforme calendário das Campanhas de Vacinação.

9.0 – Da convocação para assinatura do contrato

9.1 – Uma vez homologado o torneio, o adjudicatário terá 05 (cinco) dias, após a convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente.

9.2 – A recusa injustificada acarretará as consequências legais, notadamente as do Art. 81, da Lei 8.666/93.

10.0 - Dos Critérios da Fiscalização

10.1 - A Fiscalização do contrato caberá ao servidor designado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - O Fiscal do Contrato exercerá a fiscalização permanente sobre a qualidade do produto fornecido, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução prestada por seus subordinados, dentro do critério de periodicidade que entender como necessário ao cumprimento de suas responsabilidades.

11.0 DA NOTA FISCAL

11.1 - A Nota Fiscal deverá ser entregue no prédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizado a Rua Manoel Antônio Bueno 387, bairro Rocio Grande, na cidade de São Francisco do Sul/SC. Em dias e horários de expediente, sendo: de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min, e das 13h30min às 17h00min

12.0 DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao período de fornecimento, juntamente com as guias de autorização (fornecidas pelas unidades de saúde) devidamente preenchida com a quantidade fornecida, datada e assinada pelo responsável de cada unidade de saúde onde ocorrer a entrega.

13.0 DA VIGÊNCIA

13.1 O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses.

Nádia Moreira Raposo  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria nº 14.197/2017

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial

## Edital de Pregão Presencial nº 010/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa \_\_\_\_\_ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019, cujo objeto é -----, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 010/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 010/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 010/2019 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

## DECLARAÇÃO

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável

pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VII

Pregão Presencial nº 010/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 010/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº /2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da Ambulância e Socorristas da Vila da Glória, plantonistas do SAMU, funcionários e servidores, durante a participação das Campanhas de Vacinação e na realização de Serviços Extraordinários na Unidade da Vila da Glória, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE 01

Item	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Valor total do Lote					R\$

LOTE 02

Item	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Valor total do Lote					R\$

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ..... ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo, ficando as despesas do próximo ano consignadas ao orçamento de 2019.

Unidade Orçamentária	1901 – Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2118– Manutenção de Atenção ao MAC 2121 - Manutenção de Serviço Móvel SAMU
Elemento de Despesa	33903941 – Fornecimento de Alimentação
Vínculo do Recurso	1381000 – Media e Alta Compl. Ambul. E hosp- mac 1380900 – Fornecimento de Alimentação

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o



interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

#### 8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber as refeições de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o fornecimento em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, as refeições que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de ..... de 20 .....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## PP 011/2019 FMS

Publicação Nº 1924202

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 011/2019

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº. 14.985 de 19 de dezembro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 11:00 (onze) horas do dia 13 de março de 2019, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Rua Hercílio Luz, nº 09, sala 03 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MAIOR DESCONTO TOTAL, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de medicamentos para uso emergencial, prescritos por médicos, constantes do guia da farmácia, necessários e imprescindíveis ao atendimento de usuários do sistema Único de Saúde (SUS) de nosso município, os quais não são fornecidos pela Farmácia Básica da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será de 06 (seis) meses.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Licitações, Rua Hercílio Luz, 09 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro impreterivelmente até às 10:30 (dez e trinta) horas do dia 13 de março de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às 11:00 (onze) horas do dia 13 de março de 2019 ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Maior Desconto Total, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: A entrega deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas corridos, mediante apresentação de receita médica e guia autorizada, conforme demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2127 – Manutenção Assistência Farmacêutica Básica e Estratégica
Elemento de Despesa	339032 02 – Materiais de Distribuição gratuita
Vínculo do Recurso	10200 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega da NF devidamente visada pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procura para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de não parentesco;

Anexo V. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Modelo Anexo VI- Modelo Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo VII. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VIII. Minuta do Contrato

## 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou [pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br) por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/> Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 011/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 011/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) O seguinte título: "PROPOSTA DE PREÇOS PARA O PREGÃO Nº 011/2019".

b) Deverá ser indicado o percentual de desconto (em algarismo e por extenso) a ser concedido sobre o preço de fábrica de qualquer dos medicamentos divulgados nas listas de preços emitidos pela CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos em vigor;

c) O nome comercial da proponente, número do CNPJ, endereço, telefone, fac-símile ou e-mail e dados bancários.

d) Prazo de Fornecimento: pelo período de 06 (seis) meses.

10.3. O desconto concedido prevalecerá mesmo quando da alteração dos valores divulgados em novas edições das listas de preços emitidos pela CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos;

10.3.1. Ocorrendo discordância entre o percentual em algarismo e por extenso contido na proposta prevalece o valor por extenso.

10.3.2. Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargo ou com percentuais indeterminados.

10.3.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contado da data prevista para entrega dos envelopes.

10.3.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvante as alterações decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.

10.3.4. Poderão ser corrigidos pelo pregoeiro erros meramente matemáticos.

10.3.5. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

10.3.6. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

10.3.7. Os percentuais ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.

10.3.8. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

10.3.9. Os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

10.3.10. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.3.11. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.3.12. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.3.13. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.3.14. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.



12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo (s) preço (s), inferior (es) ao (s) preço (s) da (s) proposta (s) melhor (es) classificada (s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o

balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) Certificado de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia;

c) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal;

d) Comprovação da autorização de funcionamento da empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU (inclusive para distribuidora).

e) Alvará de local/funcionamento devidamente autenticados

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá

sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

VII - Deverá manter em funcionamento no município um estabelecimento comercial compatível com o objeto do presente edital, durante a vigência do contrato;

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.



## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.



22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 00 de ----- de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. JUSTIFICATIVA:

O fornecimento destes medicamentos constantes do guia da farmácia que não se encontram disponíveis na Farmácia Básica, são disponibilizados as pessoas extremamente carentes que procuram atendimento junto as unidades de saúde do Fundo Municipal de Saúde, haja vista que não possuem condições econômicas para adquiri-los. Salientamos ainda, que os medicamentos somente são fornecidos mediante apresentação da prescrição médica oriunda do SUS- Sistema Único de Saúde.

#### 2. OBJETIVO / FINALIDADE:

Abertura de processo licitatório para aquisição de medicamentos para uso emergencial, prescritos por médicos, constantes do guia da farmácia, necessários e imprescindíveis ao atendimento de usuários do sistema Único de Saúde (SUS) de nosso município, os quais não são fornecidos pela Farmácia Básica da Secretaria de Saúde, por um período de 06 (seis) meses.

#### 3. OBJETO:

Aquisição de medicamentos para uso emergencial, prescritos por médicos, constantes do guia da farmácia, com percentual de desconto mínimo de 17% , sobre a coluna PMC +17% (preço médio ao Consumidor + 17%) do Guia de Farmácia em vigor para o mês de aquisição dos medicamentos.

#### 4. FORMA DE EXECUÇÃO

Os medicamentos serão fornecidos pela farmácia vencedora do processo licitatório em até 48hs após o pedido realizado pela Secretaria de Saúde, mediante apresentação de receita médica , conforme demanda de usuários do sistema Único de Saúde ( SUS).

#### 5. VIGÊNCIA

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

O fornecimento dos medicamentos deverão ser realizados pelo período de 06 meses.

#### 6. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor abaixo designado:

Fiscalizador: Gerente de Média e Alta Complexidade

#### 7. DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á à CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta dias) após a emissão da nota fiscal devidamente vistada pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### 8. LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Rua: Manoel A. Bueno, 387  
Bairro: Rocio Grande  
Cidade: SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
HORÁRIO DE ENTREGA: Das 08h00min às 13h00min

Nádia Moreira Raposo  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria nº15.192/2019

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

PREGÃO PRESENCIAL  
PROCESSO Nº 3319/2019  
EDITAL N.º 011/2019  
DECLARAÇÃO

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 011/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 011/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 011/2019 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 011/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 011/2019

##### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 01.744.089/0001-63, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Nadia Moreira Raposo, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 035.961.299-74, residente e domiciliada nesta

cidade, e de outro lado a empresa, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Nº 011/2019– Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 00/00/2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de medicamentos para uso emergencial, prescritos por médicos, constantes do guia da farmácia, necessários e imprescindíveis ao atendimento de usuários do sistema Único de Saúde (SUS) de nosso município, os quais não são fornecidos pela Farmácia Básica da Secretaria de Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 00 de encerramento em 00 de, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 0,00 (-----) .

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2127 – Manutenção Assistência Farmacêutica Básica e Estratégica
Elemento de Despesa	339032 02 – Materiais de Distribuição gratuita
Vínculo do Recurso	10200 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde

#### CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 XX (XXXX) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas

#### CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- e) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas

#### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 00 de ----- de 2019.



NADIA MOREIRA RAPOSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

CONTRATADA

### TERMO DE FOMENTO 002-2019 APAE

Publicação Nº 1923984

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO  
FEVEREIRO/2019

TERMO DE FOMENTO nº 002-2019

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas, visando o atendimento de 95 pessoas com deficiências.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 14 de Fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul, 22 de Fevereiro de 2019.

Claudia Garcia de Oliveira  
Chefe de Gabinete

### TERMO DE FOMENTO 003-2019 LAR DOS IDOSOS

Publicação Nº 1924000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO  
FEVEREIRO/2019

TERMO DE FOMENTO nº 003-2019

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTÃ SÃO PAULO APÓSTOLO – LAR DOS IDOSOS.

OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas, visando o auxílio nos serviços de acolhimento institucional de idosos.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 14 de Fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul, 22 de Fevereiro de 2019.

Claudia Garcia de Oliveira  
Chefe de Gabinete

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 132/2019

Publicação Nº 1923478

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
C.G.C 82.925.652/0001 – 00  
Fone/Fax (48) 3265 0195  
rh@sjbatista.sc.gov.br

#### DECRETO FUNCIONAL Nº 132/2019

Decreto Retificador

O Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º - Retifica-se o Decreto Funcional nº 76/2019 que ficará com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ

Art. 1º Fica nomeada ANA LUCIA FRANCISCO para o cargo de DIRETORA DE DEPTO DE HABITAÇÃO - CC, a contar de 14 de janeiro de 2019.

DEVERÁ LER

Art. 1º Fica nomeada ANA LUCIA FRANCISCO para o cargo de DIRETORA DE DEPTO DE PROTEÇÃO SOCIAL - CC, a contar de 14 de janeiro de 2019

Art. 4º - Este Decreto Retificador entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 21 de fevereiro de 2019.

Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

### DECRETO FUNCIONAL Nº 133/2019

Publicação Nº 1923479

#### DECRETO FUNCIONAL 133/2019

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ELIZABETH LOFHAGEM SEVERINO para o cargo de DIRETORA DE DEPTO DE HABITAÇÃO - CC, a contar de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 20 de fevereiro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

### DECRETO FUNCIONAL Nº 134/2019

Publicação Nº 1923481

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
C.G.C 82.925.652/0001 – 00  
Fone/Fax (48) 3265 0195  
rh@sjbatista.sc.gov.br

**DECRETO FUNCIONAL N° 134/2019**

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

Cargo: Assistente Administrativo

Classificação	Candidato:
018	CRISTIANE MAIKOT DOS SANTOS
019	FABIANA PAROLIN

Art. 2º - Ficam convocadas as nomeadas a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 23/03/2019, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - A aprovada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleito e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 21 de fevereiro de 2018.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**DECRETO FUNCIONAL N° 135/2019**

Publicação N° 1923483

**DECRETO FUNCIONAL 135/2019**

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado PAULO CESAR CARVALHO para o cargo de DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO – CEJU, a contar de 21 de janeiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 21 de fevereiro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - 3º QUADRIMESTRE DE 2018**

Publicação N° 1923512

**Editais de CONVOCAÇÃO DE Audiência Pública**

Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 3º trimestre de 2018 do Município de São João Batista.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA às entidades civis organizadas e a população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 27 de fevereiro de 2019, (quarta-feira) às 16:00 horas, na sede Câmara Municipal de São João Batista, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do 3º Trimestre de 2018.

São João Batista, em 18 de fevereiro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 101/2019**

Publicação N° 1924492

**PORTARIA N° 101/2019****ACT**

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário ANA GABRIELA CANDIDO DE LIMA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROF. DE ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS, 30HORAS, pelo período de 05/02/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 22 de fevereiro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
-------------------------

Assessor de Gabinete
----------------------

**PORTARIA N° 102/2019**

Publicação N° 1924498

**PORTARIA N° 102/2019**  
**Concede Licença Gestação**

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 4303/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora GISELLE APARECIDA BONATO RIDRIGUES, a contar de 07 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 22 de fevereiro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
-------------------------

Assessor de Gabinete
----------------------

**PORTARIA N° 103/2019**

Publicação N° 1924501

**PORTARIA N° 102/2019**  
**Concede Licença Gestação**

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 4303/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora GISELLE APARECIDA BONATO RIDRIGUES, a contar de 07 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 22 de fevereiro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen  
Assessor de Gabinete

## **PROCESSO LICITATÓRIO 005/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/SISAM/2019**

Publicação Nº 1923440

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 005/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/SISAM/2019

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS NESTE MUNICÍPIO, ESTABELECENDO O LIMITE DE 10% DO MELHOR PREÇO VÁLIDO, DE ACORDO COM A LEI 147/2014 – CAPITULO V – ARTIGO 48 – III – §3º E DECRETO MUNICIPAL 3280/2017 – ARTIGO 21.

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/SISAM/2019 – Pregão Presencial 003/SISAM/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 15/03/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 15/03/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 006/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SISAM/2019**

Publicação Nº 1923534

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 006/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SISAM/2019

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/SISAM/2019 – Pregão Presencial 004/SISAM/2019, para a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CAMINHÃO EQUIPADO COM CAÇAMBA ZERO KM, ANO/MODELO 2019/2019, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 11/03/2019. Abertura dos envelopes: 14h do dia 11/03/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 007/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1923934

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 007/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 007/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 005/PMSJB/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS, MOTORISTAS E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 18/03/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 18/03/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA 2019/2020**

Publicação Nº 1924723

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA, REALIZADA EM VI VINTE SEIS DE NOVEMBRO DE 2018.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, reuniram-se na sala das Sessões da Câmara Municipal às dezenove horas, de conformidade com o artigo 19 da Lei Orgânica Municipal todos os senhores vereadores sob a Presidência da vereadora Rúbia Alice Tamanini Duarte que invocando a DEUS pela proteção de todos declarou aberta a presente sessão, solicitando ao vice-presidente o vereador Eder Vargas para que fizesse a leitura das correspondências recebidas, onde constava um ofício dos vereadores Eder Vargas, Rúbia Alice Tamanini Duarte, Almir Peixer e Ademir José Rover encaminhando a chapa única para concorrer à eleição da Mesa Diretora assim constituída: Presidente – Eder Vargas, Vice-Presidente – Almir Peixer, 1º Secretário – Rúbia Alice Tamanini Duarte, 2º Secretário – Ademir José Rover, após a Senhora Presidente comunicou a todos o retorno do vereador Ademir José Rover a esta Casa. Na sequência a senhora Presidente Rúbia Alice Tamanini Duarte deu o início à votação secreta para a escolha dos membros da Mesa Diretora para o biênio 2019/2020, que foi feita por ordem de chamada. Concluída a votação a senhora Presidente convidou o vereador Leoncio Paulo Cypriani e o vereador Juliano Peixer para que procedessem a escrutinação dos votos. Apurados os votos, foi apresentado o seguinte resultado: nove votos para a chapa única encabeçada pelo vereador Eder Vargas, sendo então a chapa vencedora. Ficando assim composta a Mesa Diretora para o biênio 2019/2020: Presidente- EDER VARGAS, Vice-Presidente – ALMIR PEIXER, 1º Secretário – RÚBIA ALICE TAMANINI DUARTE, 2º Secretário – ADEMIR JOSÉ ROVER. Conforme o que determina o artigo 12 do Regimento Interno, a senhora Presidente deu posse à nova Mesa Diretora. Foi declarado palavra livre, onde ocupou a tribuna os vereadores Eder Vargas, Leoncio Paulo Cypriani, Fábio Norberto Sturmmmer, Alécio Borati, Milson da Silva, Carlos Francisco da Silva, Ademir José Rover e Rúbia Alice Tamanini Duarte. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. E, para constar eu Vereador Almir Peixer primeiro secretário lavrei a presente Ata que vai por mim assinada e pela senhora Presidente. Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2018.

Rúbia Alice Tamanini Duarte  
Presidente

Almir Peixer  
1º Secretário



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO 016/2019 - APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 280, DA MATRÍCULA 15.882 DE PROPRIEDADE DO SR. MARCIEL GRASEL, REVOGA O DECRETO 007/2019**

Publicação Nº 1923438

DECRETO Nº 016/19, DE 21/02/2019.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 280, DA MATRÍCULA 15.882 DE PROPRIEDADE DO SR. MARCIEL GRASEL, REVOGA O DECRETO 007/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000 e em conformidade com os incisos XIX, do Art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do imóvel denominado de lote urbano nº 280, da matrícula 15.882, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga/SC, localizado na comunidade de Cristo Rei, município de São João do Oeste, com área total de 5.612,70 m², (cinco mil seiscientos e doze metros e setenta decímetros quadrados) sem benfeitorias, de propriedade do Sr. Marciel Grasel, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º Esta operação é objeto do Termo de Responsabilidade Técnica nº BR20190050987, firmada pelo Técnico em Agrimensura Sr. Christopher Ferrari Thums RPN 2511945258.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 007/2019.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 21 de fevereiro de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2019 FMS**

Publicação Nº 1923482

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Francisco José Klunk ME

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 04/2019

OBJETO: "Contratação de empresa para aquisição e instalação de prateleiras em MDF 15 mm branco liso de 19,75 m² para a Secretaria Municipal de Saúde de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.970,00

PRAZO: 21.02.2019 até 30.04.2019

São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019**

Publicação Nº 1923489

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 27/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Sondaoeste Sondagens e Geologia Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 8/2019

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em serviços de sondagem de solo (SPT) a ser realizada em área do município localizada junto ao Ginásio Municipal Valmei Ertel, Centro de São João do Oeste, de acordo com a NBR 8036 e 6484".

VALOR: R\$ 3979,30

PRAZO: 21.02.2019 até 25.02.2019

São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

**PORTARIA 038/2019 - INSTAURA SINDICÂNCIA PROCESSUAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924239

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 038 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

INSTAURA SINDICÂNCIA PROCESSUAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no Art. 145 da Lei 881/05 de 30 de novembro de 2005;

CONSIDERANDO que foram apresentados ao Executivo Municipal, indícios veementes de irregularidades onde servidor municipal não cumpriu seu dever funcional,

CONSIDERANDO que à Administração compete o dever de apurar fatos que possam comprometer os princípios basilares da Administração Pública,

CONSIDERANDO as atribuições e deveres legais contidas no referido estatuto e que determinam o dever de apurar as irregularidades constatadas atinentes ao serviço público municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância processual, para apurar autoria e materialidade dos fatos contidos na denúncia apresentada através de comunicação interna pela secretária municipal de Educação, Cultura e Esportes, a qual relata ter chegado ao seu conhecimento que dois alunos se agrediram fisicamente durante o transcurso de uma aula de alemão junto à escola Centro Educacional Cristo Rei, agressões essas que resultaram em lesões aparentes (hematomas). A professora titular da matéria não tomou qualquer providência para impedir ou coibir as agressões, negligenciando assim sua posição de educadora e sua responsabilidade perante os educandos.

Art. 2º. Designa para apuração dos fatos, a comissão permanente de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares, instituída no Decreto nº 042/18, de 18/04/2018.

Art. 3º A comissão deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apresentar relatório circunstanciado sob os fatos apurados sugerindo de forma fundamentada, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, as medidas a serem eventualmente tomadas.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 22 de fevereiro de 2019.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

# São João do Sul

## PREFEITURA

### 9 - COMBUSTÍVEIS 22-02-2019

Publicação Nº 1924009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, no município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.547.274/0001-60, neste ato representado pela Sra. Taise dos Santos Alves, Secretária Municipal de Finanças, vem a público, nos termos do fixado no Edital de Pregão Presencial p/ Registro de Preços em epígrafe, informar que, conforme previsto no edital em epígrafe e, considerando a variação dos preços dos combustíveis na região, conforme consta do no sitio para controle de preços por município da Agência Nacional de Petróleo – ANP, link: [https://preco.anp.gov.br/include/Resumo\\_Semanal\\_Municipio.asp](https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Municipio.asp), ficam revistos os valores unitários dos combustíveis, aplicando-se ainda sobre o preço médio, o desconto ofertado nas propostas pelas licitantes, conforme consta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO REGIONAL - ANP	PERCENTUAL DE DESCONTO	V. UNIT. A SER PAGO PELO MUNICÍPIO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,913	1%	R\$ 3,873
2	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,180	1%	R\$ 3,148
3	ÓLEO DIESEL S10	R\$ 3,291	1%	R\$ 3,258

Os preços acima fixados terão validade entre 25/02/2019 a 03/03/2019.

As empresas detentoras de Atas de Registro de Preços com esta municipalidade serão comunicadas das alterações nos termos do fixado em edital.

São João do Sul/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

Taise dos Santos Alves

Secretário Municipal de Finanças

### ADITIVO 04\_2019

Publicação Nº 1924024

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04/2019/PREF

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2018/PREF

OBJETO: Fica aditado em R\$ 12.580,92 (doze mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e dois centavos) o valor global do Contrato nº 50/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP

VALOR ACRESCIMO: R\$ 12.580,92 (doze mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e dois centavos).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 326.490,90.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – 1.012 – 4.4.90.51.98.00.0102 (45).

São João do Sul/SC, 21 de fevereiro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº05/2019 PARA PROFESSORES

Publicação Nº 1924858

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2019  
CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 014/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação Cultura e Desporto, comunicam que encontra -se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº 03/2018 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 25 de fevereiro de 2019 Segunda- Feira às 14h na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação anexo a Prefeitura, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

#### 02-VAGAS PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS DO 1º AO 5º ANO

Carga Horária: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou cursando a partir da terceira fase e ou Magistério

#### 03- VAGAS PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARGA HORÁRIA 20H E 10H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Apresentação da carteira ou número do CREF

#### 03- VAGAS PARA PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO GINÁSIO

01 VAGA DE 30 HORAS MATUTINO E VESPERTINO

01 VAGA 10H VESPERTINO

01 VAGA 10H NOTURNO

Habilitado: Bacharel em Educação Física com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão Apresentação da carteira ou número do CREF

#### 05 - VAGAS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA 30H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou cursando a partir da terceira fase e ou Magistério

#### 01-VAGA PARA PROFESSOR DE HISTÓRIA

Carga Horária: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em História

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em História ou cursando a partir da terceira fase e ou Magistério

#### 01-VAGA PARA PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Carga Horária: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Ciências

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Ciências ou cursando a partir da terceira fase e ou Magistério

#### 01-VAGA PARA PROFESSOR DE ARTE

Carga Horária: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte ou cursando a partir da terceira fase e ou Magistério

#### CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

- \*Graduação na área;
- \*Cursando na área;
- \*Áreas afins pela vaga pretendida;

#### CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação
- 

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA  
Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto  
FME- Fundo Municipal de Educação

### DECRETO Nº 091/2019

Publicação Nº 1924314

DECRET O Nº 091/2019

“QUE ALTERA O DECRETO Nº 076/2019”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ALTERADO o Decreto Nº 076/2019, de 05/02/2019, onde se refere a EXONERAÇÃO do senhor ANDERSON DONIZETE DOS SANTOS, onde se lê 05/02/2019, leia-se 28/01/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 28 de Janeiro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 092/2019

Publicação Nº 1924323

DECRETO Nº 092/2019

“QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 142/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS, REQUERIDO POR ELISANDRA MENDONÇA DA SILVA E SANDRA MENDONÇA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam PRORROGADOS os efeitos do Decreto nº 142/2014, de 16 de Junho de 2014, que autorizou o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS, requerido por ELISANDRA MENDONÇA DA SILVA E SANDRA MENDONÇA, de um imóvel medindo 817.50 m2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 162/2019**

Publicação Nº 1924327

PORTARIANº 162/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas EXONERAÇÕES a pedidos as senhoras: - JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN, ocupante da Função de Professora Substituta no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 148/2019, de 14/02/2019. – DAIANE APARECIDA VITORINO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 078/2019, de 05/02/2019. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 084/2019, de 05/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 163/2019**

Publicação Nº 1924331

PORTARIANº 163/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 100/2019, de 06/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 164/2019**

Publicação Nº 1924371

PORTARIANº 164/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - PATRICIA DE JESUS FLORÊNCIO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 074/2019, de 04/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 165/2019**

Publicação Nº 1924375

PORTARIANº 165/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 01/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor: - CLAUDIONEI GÓSS, para exercer a função de Professor Substituto, na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, período matutino, Prof. Habilitado, na área de História, com 20 horas semanais, a contar do dia 19/02/2019.

Parágrafo Primeiro – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Parágrafo Segundo – A Vaga referida no artigo 1º desta Portaria é destinada a Contratação em Caráter Temporário Emergencial, enquanto estiver em andamento a finalização do Edital de Concurso Público Municipal Nº 02/2018 até sua homologação final e Posse dos Candidatos Aprovados, durante o mês de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 166/2019**

Publicação Nº 1924378

PORTARIANº 166/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora LUNALVA MORAIS PESSOA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde (ESF), para o qual havia sido Designada através da Portaria Nº 301/2007, de 01/10/2007, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Invalidez.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 167/2019**

Publicação Nº 1924381

PORTARIANº 167/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, localidade de Boava, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 19/02/2019, vaga excedente. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 20 horas semanais, a contar do dia 19/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 19 de fevereiro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 168/2019**

Publicação Nº 1924390

PORTARIANº 168/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo nº 03/2018, homologado em 30/01/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - MILENE FATIMA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga vinculada à professora Edimara Borges de Oliveira, que está exercendo o cargo de Diretora de Educação Infantil.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 169/2019**

Publicação Nº 1924398

PORTARIANº 169/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 03/2019, datado de 11/02/2019 e Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor: - LUIZ ADROALDO DUTRA RODRIGUES, para exercer a função de Professor Substituto nos Projetos Educacionais – Ginásio de Esportes, bairro Centro, período noturno, Prof. Plena, na área de Educação Física, com 10 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 170/2019**

Publicação Nº 1924584

PORTARIANº 170/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ADRIELE COSTA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – ANDREIA RAMOS FLORES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Boqueirão, localidade de Boqueirão, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Arte, com 10 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – DAIANA ALVES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – DAIANA ALVES, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 171/2019**

Publicação Nº 1924586

PORTARIANº 171/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - DAIANE APARECIDA VITORINO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – DAIANE FOGAÇA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Substação, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – GABRIELA VENSON GONÇALVES DE AZEVEDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Pré-Escolar, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga vinculada a professora Juçara Dutra Rodrigues, que encontra-se em gozo de licença prêmio.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 172/2019**

Publicação Nº 1924598

PORTARIANº 172/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - KELY CRISTINA MATOS NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, localidade de Santa Isabel, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – MARCILEIA APARECIDA ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Octavio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – MARIA GORETE GARCIA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Octavio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, período matutino, Profª. Plena, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 173/2019**

Publicação Nº 1924606

PORTARIANº 173/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ROSEMARY DA SILVA MELO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira – com 10 horas, período matutino, e na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava – com 20 horas, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Arte, totalizando 30 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – SABRINA ARCARO MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga vinculada a professora Angelita Antunes Guedes. – SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, Profª. Plena, na área de língua Portuguesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga vinculada a professora Janisse Cechinel Matos, que encontra-se em licença pelo INSS. – VERONICA RODRIGUES BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente. – VERONICA RODRIGUES BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira portela, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga vinculada a professora Teresinha Borges da Silva que encontra-se em gozo de licença prêmio.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 174/2019**

Publicação Nº 1924611

PORTARIANº 174/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contratos a senhora: – DAIANE FURTADO RIBEIRO NUNES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Turismo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 307/2018, de 13/06/2018. A referida exonera é a contar do dia 15/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de fevereiro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 175/2019**

Publicação Nº 1924617

PORTARIANº 175/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - PATRICIA CASSÃO DA ROSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Jardim Minuano, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Matemática, com 10 horas semanais, a contar do dia 21/02/2019, vaga excedente. – NEURA MARA DOS SANTOS CORDOVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 21/02/2019, vaga excedente. – STEFANI SILVA BARBOSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Matemática, com 20 horas semanais, a contar do dia 21/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneras em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 176/2019**

Publicação Nº 1924627

PORTARIANº 176/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo nº 03/2018, homologado em 30/01/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ALEXSANDRA CAVALAHEIRO VARGAS BERNARDO, para exercer a função de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Departamento de merenda escolar, bairro Jardim Minuano, período matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 20/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonera em qualquer

tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 20 de fevereiro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 177/2019**

Publicação Nº 1924634

PORTARIANº 177/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/02/2019. – ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante do Cargo de Professora, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 13/02/2019. – JANETE APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 15/02/2019. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/02/2019. – JOSIANE MARIA SPRADA MENDES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 18/02/2019 e o retorno de acordo com o INSS. – THAIS DA SILVA AMARAL, ocupante da Função de Enfermeira (CAPs), por 02 (dois) dias, a contar do dia 18/02/2019. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/02/2019. – ARIANA RODRIGUES VIEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 19/02/2019. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES EHING, ocupante do Cargo de Professora – 10 horas, por 01 (um) dia, no dia 19/02/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA LEMOS, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/02/2019. – POLIANA WOLFF, ocupante da Função de Médica, por 01 (um) dia, no dia 19/02/2019. – BIANCA DE ANDRADE LINHAGUE, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, no período vespertino, do dia 20/02/2019. – MARIZA TEREZINHA SANTOS, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2019. – YASMIN SILVA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 178/2019**

Publicação Nº 1924642

PORTARIANº 178/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 04/2019, de 18/02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - MARIA IOLANDA MACEDO, para exercer a função de na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 22/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 22 de fevereiro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2019**

Publicação Nº 1924857

**RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº001/2019****AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
EMÍLIA MARCIA RODRIGUES	1º	1,5	CLASSIFICADO
ADRIANA APARECIDA ARRUDA FRONZA	2º	1,5	CLASSIFICADO
LUIZ CARLOS BARBOSA DA ROSA	3º	1,5	CLASSIFICADO
CATILCE WOLFF DA SILVA	4º	1,5	CLASSIFICADO
ADRIANA DE SOUZA	5º	1,0	CLASSIFICADO
FABIANA DA SILVA PEREIRA	6º	1,0	CLASSIFICADO
MARCIA NAZARE MATOS FARIAS	7º	1,0	CLASSIFICADO
SIMONE LIMA MACEDO	8º	1,0	CLASSIFICADO
DAIANA DA SILVA	9º	1,0	CLASSIFICADO
SIMONE MATOS GOULART	10º	1,0	CLASSIFICADO
ANA CARLA BORGES DE SOUZA	11º	1,0	CLASSIFICADO
NATALIA BORGES DA SILVA	12º	1,0	CLASSIFICADO
RENATA BORGES DE SOUZA	13º	1,0	CLASSIFICADO
BRUNA MACEDO SILVA	14º	1,0	CLASSIFICADO
ALZIRA INES DE SOUZA	15º	0,5	CLASSIFICADO
LENITA DE LIMA SOUZA DIEL	16º	0,5	CLASSIFICADO
MARIA ELIANE MANIQUE	17º	0,5	CLASSIFICADO
VANESSA IZIDORA BRANCO	18º	0,5	CLASSIFICADO
BEATRIZ DAS GRAÇAS ROQUE	19º	0,5	CLASSIFICADO
JEAN MICHEL BATISTA DA LUZ	20º	0,5	CLASSIFICADO
DAIANE RIBEIRO DOS SANTOS	21º	0,5	CLASSIFICADO
DAIANE FURTADO RIBEIRO NUNES	22º	0,5	CLASSIFICADO

**PROFISSIONAIS PARA OFICINA DE ESPORTE**

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
EDUARDO LUIZ MAZENS	1º	4,0	CLASSIFICADO
GUILHERME SOUZA SANTOS	2º	2,5	CLASSIFICADO
MAIANE VIEL	3º	2,5	CLASSIFICADO

**PROFISSIONAIS PARA OFICINA DE DANÇA**

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
SUELEN AMARAL MARTINS	1º	1,5	CLASSIFICADO
EVELIZE APARECIDA ZANETTE	2º	1,0	CLASSIFICADO
DENISE DE LIMA MENDER	3º	1,0	CLASSIFICADO

**PROFISSIONAIS PARA OFICINA DE MÚSICA**

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA	1º	2,5	CLASSIFICADO
TAÍS DA SILVA AMARAL	2º	1,0	CLASSIFICADO

**PROFISSIONAIS PARA OFICINA DE JOGOS PEDAGÓGICOS**

NOME	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
JANAINA UIARA DE ANDRADE	0,0	DESCLASSIFICADO
GISELA MENDONÇA GOULART	0,0	DESCLASSIFICADO

Gabinete do Prefeito Municipal  
São Joaquim 22 de fevereiro de 2019.

GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

FABIANO PADILHA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019

Publicação Nº 1924497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 – PR 102/2018 – Processo 596/2018 – Proc. Adm. 7066/2018 – Fornecedor: DATEN TECNOLOGIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDIDO COMPUTADORES, MONITORES E LICENÇAS, DESTINADOS A PROCURADORIA GERAL, AUTARQUIA, SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, GABINETE DA PREFEITA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINCULADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$122.400,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.. Data da assinatura: 16 de janeiro de 2019

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019

Publicação Nº 1924507

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 – PR 102/2018 – Processo 596/2018 – Proc. Adm. 7066/2018 – Fornecedor: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDIDO COMPUTADORES, MONITORES E LICENÇAS, DESTINADOS A PROCURADORIA GERAL, AUTARQUIA, SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, GABINETE DA PREFEITA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINCULADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$ 58.990,00 (cinquenta e oito mil e novecentos e noventa reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.. Data da assinatura: 16 de janeiro de 2019

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

Publicação Nº 1924512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 – PR 102/2018 – Processo 596/2018 – Proc. Adm. 7066/2018 – Fornecedor: MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDIDO COMPUTADORES, MONITORES E LICENÇAS, DESTINADOS A PROCURADORIA GERAL, AUTARQUIA, SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, GABINETE DA PREFEITA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINCULADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$56.555,82 (cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.. Data da assinatura: 16 de janeiro de 2019

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

Publicação Nº 1924515

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019 – PR 102/2018 – Processo 596/2018 – Proc. Adm. 7066/2018 – Fornecedor: CONNECT INFO SERVIÇO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDIDO COMPUTADORES, MONITORES E LICENÇAS, DESTINADOS A PROCURADORIA GERAL, AUTARQUIA, SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, GABINETE DA PREFEITA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINCULADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$74.824,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.. Data da assinatura: 16 de janeiro de 2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019**

Publicação Nº 1923890

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019 – PR 090/2018 – Processo 562/2018 – Proc. Adm. 6556/2018 – Fornecedor: JEFFERSON FELIPPO JANKOSKI EIRELI EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE LANCHES DESTINADOS A EVENTOS INSTITUCIONAIS, CORPORATIVOS, DE REPRESENTAÇÃO E PROMOCIONAIS, ENVOLVENDO SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, REUNIÕES, PALESTRAS, CURSOS, CONFERENCIA, TREINAMENTOS, E OUTROS EVENTOS CORRELATOS PROMOVIDOS PELA 1ª COMPANHIA DO 10º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$34.442,50 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 25 de janeiro de 2019

**DECRETO 11298/2019**

Publicação Nº 1924653

DECRETO Nº 11298/2019

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE E PARECER EM PROCESSOS DE REQUERIMENTO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV, da Lei Orgânica Municipal, e em atenção às normas do § 3º do art. 340 da Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005, que aprovou o Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 45, de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial de que trata o § 3º do art. 340 da Lei Complementar nº 021/2005, para análise e elaboração de parecer em todos os processos de requerimento de redução percentual da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS do exercício de 2019. Parágrafo único. A Comissão Especial será composta pelos servidores seguintes:

- a) Marcelle Ramos da Cruz – matrícula 35.217-9
- b) Jamir Machado Pimenta Junior – matrícula 34.511-3
- c) Pedro Paulo Machado de Moraes – matrícula 35.282-9
- d) Roberta Gerent Voges – matrícula 35.523-2

Art. 2º. A Comissão Especial criada por este Decreto, após verificação dos documentos apresentados e das providências adotadas pelos requerentes, empresas ou entidades, com respeito aos resíduos gerados pelas respectivas atividades, emitirá parecer conclusivo sugerindo aprovação ou rejeição da redução requerida.

Art. 3º. Os pareceres da Comissão Especial serão submetidos à decisão do Secretário da Receita.

§ 1º. Caso defira o pedido, a autoridade competente determinará emissão de nova guia de recolhimento da Taxa de que trata este Decreto, com vencimento para até 15 (quinze) dias posteriores à data do despacho.

§ 2º. Se indeferir o pedido, o Secretário da Receita fará constar do despacho de ciência ao requerente o direito à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 145 do Código Tributário Municipal.

Art. 4º. Comissão Especial disporá do prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação deste Decreto para solver os assuntos de sua competência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2019.

\*Republicado por incorreção.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário da Receita

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019**

Publicação Nº 1924840

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 005/2019

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 28/02/2019, às 11h00, na sala de reuniões do Gabinete da Prefeita, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	4150/2018
Recorrente	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL, SOCIAL E FILANTRÓPICA AÇÃO JÁ
Procurador habilitado nos autos	O MESMO
Relator	TADEU PEDRO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 21 de fevereiro de 2019.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

#### REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº \_\_\_\_\_

Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:

CPF/OAB

#### RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

#### EDITAL EXTERNO Nº 002/2019/FUNDESJ/USJ

Publicação Nº 1924846

#### EDITAL EXTERNO Nº 002/2019/FUNDESJ/USJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA O TERCEIRO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR PRAZO DETERMINADO (SUBSTITUTO) PARA DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO USJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professores de Ensino Superior, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e executado sob a responsabilidade da FUNDESJ – Fundação Educacional de São José, destinado à contratação de Professores de Ensino Superior Substitutos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais leis e normas municipais aplicáveis à espécie.

0.2 O edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, as listas de classificação, os resultados de recursos, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e/ou no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br).

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Fica designado como local de atendimento deste Processo Seletivo Simplificado:

Posto de Atendimento ao Candidato:

Local: Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos – Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José - SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 14h00min às 21h00min.

0.5 A interposição de recursos deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da homologação de inscritos e do

resultado final, podendo ser feita presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br)

0.6 Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão, ou a substituição de quaisquer documentos entregues.

## 2. DAS INSCRIÇÕES:

### 2.1. Da Taxa de Inscrição

2.1.1. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por disciplina de 5 h/a, deverá ser creditada através de depósito/DOC/transferência bancária na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2.

2.1.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque, somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

2.1.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

### 2.2. Dos procedimentos para realizar a inscrição

2.2.1. A inscrição poderá ser feita, presencialmente, na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br).

2.2.2. No caso de inscrição presencial, o(a) candidato(a) deverá entregar, no endereço e horário previstos no item 1.4, a Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Fotocópia do Currículo da Plataforma Lattes, e

d) A cópia autenticada ou a cópia acompanhada dos documentos originais que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes referentes à experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).

2.2.3. No caso de inscrição via E-MAIL, o(a) candidato(a) deverá enviar a cópia escaneada da Ficha de Inscrição (ANEXO I) devidamente preenchida, além da cópia escaneada dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade, e

b) Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, e

c) Currículo da Plataforma Lattes, e

d) Documentos que comprovam as informações constantes do Currículo Lattes, referentes à: experiência profissional e docente, e à titulação exigida (Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente).

2.2.4. A inscrição deverá ser realizada no período compreendido entre o dia 25 de fevereiro a 06 de março de 2019.

2.2.5. O horário de atendimento para as inscrições feitas presencialmente na Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, localizada no endereço citado no item 1.4 deste edital, é das 14h00min às 21h00min.

2.2.6. Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

### 2.3 Da isenção de pagamento da taxa de inscrição

2.3.1. Para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, até o dia 28 de fevereiro de 2019 (data de protocolo de entrega na sede administrativa do USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição e do documento que comprove sua condição de doador de sangue de acordo com os requisitos exigidos na Lei Municipal nº 4.438/2006.

2.3.2. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 28 de fevereiro de 2019.

2.3.3 Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 5.006/2010 (isenção da taxa de inscrição para candidatos desempregados) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos, até o dia 28 de fevereiro de 2019 (data de protocolo de entrega na Sede Administrativa do USJ, ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição, cópia dos documentos para comprovação desta condição:

a) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Declaração firmada de que não é detentor de cargo público;

c) Declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.3.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da taxa de inscrição será divulgada no dia 01 de março de 2019, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br) e no mural da Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos.

2.3.5.O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá proceder conforme o item 2.1.1 deste edital, até o dia 18 de fevereiro de 2019, último dia previsto para pagamento da inscrição.

2.3.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de sua inscrição.

### 2.4. Da homologação das inscrições

2.4.1. A homologação das inscrições será divulgada no dia 07 de março de 2019, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)

2.4.2. Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, o mesmo deverá encaminhar, até às 23h59min do dia 08 de março de 2019, e-mail para o endereço eletrônico [gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br](mailto:gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br), com requerimento solicitando a regularização da inscrição informando, obrigatoriamente, nome completo, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O candidato ainda deverá anexar ao requerimento a cópia do Requerimento de Inscrição devidamente autenticado pela Agência Bancária ou cópia da autenticação impressa pelo terminal de autoatendimento, ou ainda cópia da autenticação gerada pelo pagamento via internet, para comprovação do



pagamento da taxa de inscrição.

2.4.3. A FUNDESJ irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone, no dia 21 de fevereiro de 2019, quando será publicada a homologação final no site da instituição.

### 3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O presente processo seletivo avaliará os conhecimentos e habilidades dos candidatos através dos seguintes instrumentos:

Primeira etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório;

Segunda etapa: Prova Didática, de caráter classificatório.

3.2 A primeira e a segunda etapas serão de responsabilidade da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ.

### 4. DA PROVA DE TÍTULOS:

4.1 A prova de títulos é a primeira etapa do presente processo seletivo, sendo que só serão admitidos à segunda etapa, os 3 (três) primeiros classificados, em cada disciplina, nesta primeira etapa.

4.2 A pontuação desta etapa será atribuída conforme critérios constantes na Ficha de Pontuação do Candidato (Anexo II) deste Edital.

4.3 Para fins de pontuação neste Processo Seletivo, apenas o Diploma de pós-graduação stricto sensu poderá ser substituído por certidão/declaração de conclusão do curso da respectiva Instituição de Ensino, acompanhada do histórico oficial de disciplinas, com respectivos conceitos, desde que sejam atendidos também os seguintes critérios:

a) a certidão/declaração ter sido expedido há menos de um ano, a contar da data de publicação deste Edital; e

b) o documento informar que o candidato defendeu e obteve aprovação de sua dissertação/tese; e

c) o documento informar que o Diploma está em processo de confecção.

4.4 Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

4.5 Os comprovantes de tempo de docência no magistério superior serão validados quando se tratar de:

a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (área de Recursos Humanos), de Instituição de Ensino Superior, discriminando o tempo de serviço e as disciplinas ministradas, por semestre, e/ou;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

c) não será computado como tempo de docência: estágio docência, professor voluntário, monitoria, tutoria, extensão, bem como docência em qualquer outro nível ou modalidade de ensino;

d) para o caso de experiência no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.6 Os comprovantes de experiência profissional (excluída a docência) na área da disciplina pleiteada, poderão ser:

a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de órgão ou empresa, discriminando a área de atuação e tempo de serviço;

b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

b.1 caso não conste do registro a data de saída, este não será considerado, sendo obrigatória a apresentação da declaração mencionada na alínea anterior;

b.2 compete ao candidato comprovar que o cargo desempenhado está relacionado à disciplina, por isso em determinados casos, a apresentação da cópia da CTPS não será suficiente, devendo o candidato apresentar a declaração mencionada na alínea anterior;

c) contrato de prestação de serviços, devidamente firmado entre as partes, ou de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), acrescido de declaração emitida pela organização tomadora de serviços, que informe detalhadamente o período e o serviço realizado;

d) contrato social em que conste claramente a participação do candidato no quadro societário da organização, que deverá necessariamente vir acompanhado de declaração de responsável, em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada, em que constem a descrição do serviço e o nível de atuação como profissional;

e) nos casos de advogados autônomos, certidões expedidas pelo Poder Judiciário, não sendo admitidas impressões de páginas da internet que tratam da consulta processual;

f) para o caso de experiência profissional no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.7 Na análise da comprovação de que trata o item 4.6, a área da disciplina será entendida como a aderência da formação acadêmica e/ou experiência profissional do candidato à ementa da disciplina por este pleiteada, ficando a critério da Comissão constituída aprovar ou não o candidato, respeitando-se o princípio da equidade.

4.8 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Protocolos da sede administrativa do USJ, sita à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, no horário de 15h00m às 20h00m, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará à disposição do responsável até 30 dias após esta data. Após esse período, o material será incinerado.

4.9 Caso o candidato não apresente a documentação exigida neste edital, ou não cumpra pelo menos um dos requisitos exigidos, será compulsoriamente desclassificado, nesta etapa do processo.

4.10 O resultado da Prova de Títulos deverá ser divulgado na data de 08 de março de 2019, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ.

4.11 O candidato que desejar solicitar recurso deverá, até às 15h00min do dia 11 de março de 2019, encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, ou por meio de requerimento entregue junto ao Setor de Protocolos na sede administrativa do USJ.

4.12 No dia 11 de março de 2019, após às 17h00, será divulgado, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ, a homologação do resultado da Prova de Títulos.

### 5. DA PROVA DIDÁTICA

5.1 Desta etapa do processo seletivo, só poderão participar os 3 (três) primeiros classificados na primeira etapa (Prova de Títulos).

5.2 Os candidatos que não obtiverem a classificação requerida para a convocação para a Prova Didática, serão desclassificados do presente



processo seletivo.

5.3 A Prova Didática tem por objetivo avaliar as competências técnicas e comportamentais do candidato para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Professor de Ensino Superior para o qual se inscreveu.

5.4 A Prova Didática será aplicada no dia 12 de março de 2019, em horários e locais que serão informados no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), no dia 08 de março de 2019.

5.5 É de responsabilidade do candidato tomar conhecimento da convocação e da data, horário e local da realização da prova didática.

5.6 Os candidatos deverão comparecer ao local e horário da respectiva prova didática, munidos de documento de identificação.

5.7 O tema da prova didática será único para todos os candidatos de cada disciplina, e será correspondente ao primeiro item das ementas do Anexo IV deste Edital.

5.8 A ordem de prestação da prova didática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com o número de inscrição de cada candidato no concurso público.

5.9 A avaliação da prova didática por parte da Banca Examinadora obedecerá aos critérios expostos no quadro do Anexo III deste Edital.

5.10 A Banca Examinadora do Concurso Público deverá ser constituída por 3 (três) membros, com titulação mínima de Mestre. A composição da Banca Examinadora será divulgada quando da convocação para a Prova Didática.

5.11 O parecer final da Banca Examinadora somente é passível de recurso à vista de manifestação estrita de ilegalidade.

5.12 A Prova Didática será realizada na presença do candidato e da Banca Examinadora, ficando vedada a presença de outros candidatos ou de outras pessoas, e qualquer tipo de registro pelos concorrentes. A Banca Examinadora poderá, a seu critério e para orientar a avaliação dos candidatos, fotografar, filmar ou gravar em áudio e vídeo a Prova Didática, com o que os candidatos concordam e expressamente autorizam no momento que se inscreverem no presente processo seletivo.

5.13 Os sons e imagens eventualmente gravados não poderão ser copiados, cedidos ou transmitidos por qualquer meio.

5.14 Poderão estar presentes à Prova Didática, além do candidato a ser avaliado e os membros da Banca Examinadora, os membros da Comissão Organizadora do presente processo seletivo.

5.15 A Prova Didática consistirá na apresentação de 1 (uma) aula com a duração mínima de 15 (quinze) minutos e a duração máxima de 20 (vinte) minutos. Caberá unicamente ao candidato o controle da duração da aula, que será interrompida pela Banca Examinadora ao final do tempo previsto, permitindo-se unicamente o tempo suplementar de 2 minutos para as considerações finais.

5.16 Antes do início da Prova Didática, o candidato deverá apresentar à Banca Examinadora, um plano de aula impresso em 3 (três) vias de igual teor que deverá indicar a duração da aula.

5.17 O candidato poderá utilizar os recursos didáticos que julgar adequados, sendo de sua única responsabilidade a aquisição, instalação e operação de qualquer equipamento e/ou recurso que desejar utilizar, não podendo ter auxílio de outra pessoa nem usar qualquer equipamento de rádio/transmissão/recepção ou telefonia durante a prestação da prova.

5.18 Caberá à Fundação Educacional de São José o fornecimento de um ponto de energia elétrica para eventual ligação do equipamento, não sendo responsável pelo fornecimento de quaisquer outros materiais, bem como pela queda ou qualquer problema de fornecimento de energia elétrica.

5.19 Será disponibilizado quadro e equipamento multimídia de projeção, não sendo responsabilidade da organização do Concurso a incompatibilidade de equipamento ou sistema operacional ou não funcionamento de cabos ou quaisquer outros materiais.

5.20 A Banca Examinadora não se manifestará no decorrer da prova e não prestará informações sobre a avaliação aos candidatos. Os resultados da avaliação serão publicados nos termos do Edital.

5.21 A Banca Examinadora poderá se manifestar ao final da apresentação do candidato por um período de até quinze (15) minutos para questionamentos.

5.22 Serão desclassificados da Prova Didática, e consequentemente do presente processo seletivo, os candidatos que:

- a) Não comparecerem ou chegarem com atraso, por qualquer motivo, à Prova Didática; e/ou
- b) Obtiverem nota inferior a 6,0 (seis vírgula zero); e/ou
- c) Deixarem de atender a qualquer das normas do Edital e do presente instrumento de convocação.

## 6. DA MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Média Final dos candidatos, expressa com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamento, será calculada com base na fórmula abaixo:

$$MF = [(NPT \times 4) + (NPD \times 6)] / 10$$

Sendo:

MF – Média final

NPT – Nota da prova de títulos

NPD – Nota da prova didática

6.2 A classificação será por ordem decrescente de pontos, conforme a nota obtida na média final.

6.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03.

6.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior nota na prova didática;
- b) Maior nota na prova de títulos;
- c) Maior titulação;
- d) Maior tempo de docência no magistério superior.

## 7. DO RESULTADO FINAL

7.1 O resultado final será publicado em Edital, no dia 12 de março de 2019, após às 19h00, no endereço [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), contendo apenas a relação dos classificados, em ordem decrescente da pontuação final.

7.2 Será selecionado apenas o primeiro classificado de cada vaga/disciplina do Anexo IV do Edital. Em caso de desistência de candidato selecionado, será chamado o seguinte na ordem de classificação, até o preenchimento das vagas.

7.3 O candidato selecionado para mais de uma vaga terá que optar entre disciplinas se constatada incompatibilidade de horários entre as disciplinas.

7.4 Ao declinar de uma disciplina em que tenha sido selecionado, pelas razões indicadas no item anterior ou motivo particular, o candidato perderá o direito à vaga e o USJ convocará o candidato seguinte na ordem de classificação. Todavia, esse tipo de desistência não impedirá

o candidato de participar de processos seletivos futuros.

7.5 A seleção e a classificação dos candidatos será feita por portaria designando Comissão própria, expedida pela FUNDESJ, e divulgada no site da USJ, na mesma data de divulgação deste edital.

#### 8. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO

8.1. Da Publicação dos Editais da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas e do Edital do Resultado da Prova de Títulos, cabe pedido de revisão à Comissão de Avaliação, desde que solicitado presencialmente na sede administrativa do USJ, em endereço e horário previstos no item 1.4 deste edital, ou ainda, encaminhado para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@pmsj.sc.gov.br, desde que respeitado o prazo de 24 horas após a data da publicação.

8.2. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, após julgados os possíveis recursos impetrados, será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no dia 14 de março de 2019, no DOM (Diário Oficial dos Municípios), no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

#### 9. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Data	Atividades
De 25/02 a 06/03/2019	Período de Inscrições.
Dia 28/02/2019	Prazo final para os pedidos de isenção de taxa de inscrição.
Dia 01/03/2019	Resultado da relação de isentos.
Dia 07/03/2019	Divulgação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado.
Dia 08/03/2019	Período de Recursos da relação das inscrições.
Dia 08/03/2019	Divulgação da homologação final das inscrições.
Dia 08/03/2019	Resultado da Avaliação da Prova de Títulos.
Dia 08/03/2019	Divulgação dos horários das Provas Didáticas.
Dia 11/03/2019	Data Final para Pedidos de Recursos sobre o Resultado da Prova de Títulos, até às 15h00.
Dia 11/03/2019	Resultado da Classificação final da Prova de Títulos, pós recursos, após às 17h00.
Dia 12/03/2019	Realização das Provas Didáticas, a partir das 15h00.
Dia 12/03/2019	Divulgação do Resultado Final, após às 19h00.
Dia 13/03/2019	Período de Recursos sobre a Prova Didática e o Resultado Final.
Dia 14/03/2019	Homologação do Resultado Final.

#### 10. DAS VAGAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 As vagas do Processo Seletivo Simplificado estão relacionadas no Anexo IV.

10.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

#### 11. CARGA HORÁRIA SEMANAL / TITULAÇÃO / REMUNERAÇÃO MENSAL

11.1 O professor selecionado perceberá uma remuneração mensal, de acordo com a carga horária das disciplinas, já acrescido do Descanso Semanal Remunerado, da seguinte forma:

a) Para disciplina de 05 (cinco) horas-aula semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 560,95/ Mestrado: R\$ 658,48/ Doutorado: R\$ 960,45;

b) Para disciplina de 02 (duas) horas-aula semanais, e conforme a titulação: Especialização R\$ 224,38/ Mestrado: R\$ 263,39/ Doutorado: R\$ 384,18.

#### 12. DA CONTRATAÇÃO

12.1.O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014 para a carga horária correspondente a uma disciplina, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital, e na legislação em vigor.

12.1.1. Caso o candidato seja aprovado para mais de uma disciplina, a carga horária das demais disciplinas (a partir da segunda disciplina) será paga como aumento de carga horária, conforme estabelece a legislação municipal.

12.2.O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) imediatamente e por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

12.3.O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

12.4.Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final deste certame. Os candidatos classificados além das vagas previstas poderão ser chamados ou não à critério da Fundação Educacional de São José e Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

12.6.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 22 de fevereiro de 2019.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

ANEXO I  
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Edital nº 002/2019/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

## IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo:

Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:

Cpf: Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

Nacionalidade: Visto Permanente: ( ) Sim ( ) Não

Endereço Residencial (Rua / Av.):

Bairro: CEP: Cidade: UF:

País: DDD: Tel: Cel:

E-mail:

## ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ( )

Disciplina de Inscrição: \_\_\_\_\_

São José, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) Candidato(a) \_\_\_\_\_

## ANEXO II

## FICHA DE PONTUAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: \_\_\_\_\_

Disciplina: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Itens de Análise	Referência	Resultado
1. PÓS-GRADUAÇÃO / TITULAÇÃO *poderá pontuar apenas a titulação mais alta.	Máximo: 3,0	
1.1 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	3,0	
1.2 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	2,0	
1.3 Mestrado ou Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina	1,5	
1.4 Especialização na área da disciplina	1,0	
1.5 Especialização em área distinta da disciplina	0,5	
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA DISCIPLINA	Máximo: 3,0	
2.1 0,30 pontos por semestre completo		
3. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR EM OUTRAS DISCIPLINAS	Máximo: 2,0	
3.1 0,20 pontos por semestre completo		
4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA NA ÁREA DA DISCIPLINA	Máximo: 2,0	
4.1 0,2 ponto por ano completo		
PONTUAÇÃO TOTAL	10,0	

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA PROVA DIDÁTICA

CANDIDATO(A)	
CURSO	
DISCIPLINA	
TEMA DA AULA	
DATA E HORÁRIO	

## ITENS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

Habilidades na abordagem do conteúdo, profundidade, relação do tema da aula com a unidade e atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrou domínio sobre os conceitos e princípios do tema exposto;</li> <li>• Apresentou plano de aula com coerência e clareza, em conformidade com o tema da aula;</li> <li>• Apresentou habilidades de análise e de síntese;</li> <li>• Relacionou o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo (disciplina) da qual faz parte;</li> <li>• Situou o conteúdo no contexto no qual foi produzido;</li> <li>• Estabeleceu a relação entre o tema e o conhecimento atual;</li> <li>• Utilizou de maneira correta, a terminologia científica;</li> <li>• Adequou a bibliografia ao tema abordado.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Sequência lógica e coerência do conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciou a partir de uma tese ou conceituação;</li> <li>• Desenvolveu a aula com base em fundamentos teóricos e/ou teórico-práticos;</li> <li>• Apresentou argumentos convergentes e divergentes;</li> <li>• Propiciou a elaboração de conclusões;</li> <li>• Expôs o conteúdo baseado nos itens e na sequência estabelecida no plano.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
Correção na linguagem, clareza da comunicação, habilidade didática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção na linguagem;</li> <li>• Clareza da comunicação;</li> <li>• Demonstrou habilidade didática, conseguindo transmitir com objetividade e plenitude, o conteúdo proposto;</li> <li>• Demonstrou capacidade de empatia e de bom relacionamento interpessoal.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Emprego apropriado dos recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizou adequadamente os recursos e métodos como meios auxiliares na abordagem do conteúdo;</li> <li>• Usou recursos e métodos como formas de facilitar a compreensão do conteúdo abordado.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
TOTAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS AOS ITENS:	

## OBS:

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá entregar uma cópia do plano de aula para cada um dos membros da banca;
2. A nota do candidato será a média aritmética simples das notas dadas pelos 3 (três) membros da banca examinadora. ANEXO IV – QUADRO DE DISCIPLINAS – 2019-1

CÓDIGO DA VAGA	CURSO	DISCIPLINA	FASE	DIA DA SEMANA E HORÁRIO	EMENTA	REQUISITOS
1.1	Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS	Metodologia de Projeto (5ha)	3ª	Quarta-feira Das 18h30 às 22h00	Conceitos básicos sobre projetos, programas e portfólios. Fases de um projeto e gerenciamento de projetos em TI. Fases de um produto ou serviço de TI. Metodologias de elaboração de projetos. (PMBok®) Termo de abertura de um projeto / Project Charter. Declaração de escopo. Estrutura analítica de projeto / WBS. Plano de Gerenciamento do Escopo.	Graduação em Computação ou em área correlata, ou em Engenharia da Produção, com pós-graduação na área da disciplina.

## EDITAL Nº 001/2019/FUNDESJ – CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1924845

## EDITAL Nº 001/2019/FUNDESJ – CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, Prof. Renato Brittes, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a classificação final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professores Substitutos por tempo determinado, para o Centro Universitário Municipal de São José USJ, após concluídas todas as etapas de avaliação (Prova de Títulos e Prova Didática):

Código da Disciplina	Vaga/Disciplina Prevista	Curso	CPF do(a) candidato(a) inscrito(a)	Pontuação Total na Prova de Títulos	40%	Pontuação Total na Prova Didática	60%	Média Final	Classificação
----------------------	--------------------------	-------	------------------------------------	-------------------------------------	-----	-----------------------------------	-----	-------------	---------------



1.1	Qualidade de Software e Governança de TI	ADS	010.193.874-83	4,00	1,60	8,50	5,10	6,70	1º lugar
			083.736.689-50	2,60	1,04	8,00	4,80	5,84	2º lugar

São José, 22 de fevereiro de 2019.

Prof. Renato Brittes

Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

## **PORTARIA PGM/PMSJ Nº 003, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924480

PORTARIA PGM/PMSJ nº 003, de 21 de fevereiro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar os Servidores para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços, decorrente do Pregão Presencial nº 102/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

#### **I - Procuradoria Geral do Município:**

Fiscal: Sandro José da Silva, matrícula 17.001-1.

Suplente: Reinaldo Tsuneo Murata, matrícula 37.274-8.

#### **II - Fundação Municipal Educacional - FUNDESJ:**

Fiscal: Diego Pereira Alves, matrícula 427956-5.

Suplente: Gislaine Pereira, matrícula 33222-4.

#### **III - Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:**

Fiscal: Jonny Andrade de Souza, matrícula 4282418-1.

Suplente: Bruno Bortoli, matrícula 414298-1.

#### **IV - Autarquia São José Previdência:**

Fiscal: Augusto Bousfield, matrícula 4.529-1.

Suplente: Luiz Fabiano de Araújo Giannini, matrícula 4.405-1.

#### **V - Secretaria da Casa Civil**

Fiscal: Solange Huntemann, matrícula 33.101-5.

Suplente: Karia Cilene Dias, matrícula 35.521.

Parágrafo único: Os fiscais acima nominados devem desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do Fiscal ficará automaticamente designado o Suplente pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo João Machado  
Procurador Geral do Município

#### **PORTARIA SMA/PMSJ Nº 116, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923838

PORTARIA SMA/PMSJ nº 116, de 12 de fevereiro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o servidor Diego Vicente - Matrícula nº 39697, para efetuar a fiscalização do Contrato 024/2019 decorrente da Dispensa de Licitação 006/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor Jailson Hames - Matrícula nº 33154-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Suely de Andrade Milton Bley Junior  
Secretária Municipal de Administração Secretário Municipal de Infraestrutura

Diego Vicente Jailson Hames Engenheiro Fiscal Suplente  
CREA-SC 106520-4 CREA-SC 54125-3

#### **PORTARIA SSDST/PMSJ Nº 012, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1923868

PORTARIA SSDST/PMSJ nº 012, de 20 de Fevereiro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. 3º Sargento BM Jeferson Cardoso Carboni, matrícula 921539-5, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 021/2019 decorrente do Pregão Presencial nº 090/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;



- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr 2º Sargento BM Jusinei Wilson Ferreira - Matrícula 921536-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

## **PREGÃO PRESENCIAL 011/2019**

Publicação N° 1924452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 011/2019 – Processo nº 022/2019 – Proc. Adm. 910/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA TDM/IP COM FUNCIONALIDADES DE TELEFONIA, ANALÓGICA, DIGITALEIP, DEVIDAMENTE CONFIGURADO, IMPLANTADO E INSTALADO, INCLUINDO O FORNECIMENTO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, ALÉM DA INSTALAÇÃO FÍSICA NOS LOCAIS, TODO CABEAMENTO QUANDO NECESSÁRIO, TODAS AS PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O DEVIDO FUNCIONAMENTO DE TODO SISTEMA DE TELEFONIA, ALÉM DO SUPRIMENTO DE ENERGIA AUXILIAR, SISTEMA DE BILHETAGEM E TARIFICAÇÃO COM O HARDWARE E AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO, SISTEMA DE MONITORAÇÃO REMOTA, DE GERENCIAMENTO E, AINDA, TREINAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATADO, VISANDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE TELEFONIA. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 13/03/2019 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 13/03/2019 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

## **RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 165/2018**

Publicação N° 1924697

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 165/2018 - Processo nº 806/2018 – Proc. Adm. 10768/2018. Fornecedor: LEDSPORT TECNOLOGIA A LED EESPORTIVA LTDA – ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLACAR ELETRÔNICO POLIESPORTIVO EM LED COM JORNAL ELETRÔNICO PARA OS GINÁSIOS DE ESPORTES JOÃO JOSÉ MARTINS E O GINÁSIO GERMANO JOÃO VIEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 19.130,00 – dezenove mil, cento e trinta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº. 529, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Publicação Nº 1924728

RESOLUÇÃO Nº. 529, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, V, da Lei Orgânica do Município c/c art. 74, II, "a", 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual nº. 12.906, de 22 de 2004 que alterou a Lei Estadual nº. 10.306, de 26 de dezembro de 1996,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica estabelecido o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, para o Poder Legislativo Municipal de São José/SC., observando as disposições do Decreto nº. 11330/2019 (doc.anexo).

- I. 1º de janeiro, segunda-feira, (Confraternização Universal);
  - II. 02 de janeiro, quarta-feira, (ponto facultativo até às 13h);
  - III. 04 de março, segunda-feira, (ponto facultativo);
  - IV. 05 de março, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
  - V. 06 de março, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até às 13h);
  - VI. 19 de março, terça-feira, Aniversário de São José (feriado municipal);
  - VII. 18 de abril, quinta-feira Santa (ponto facultativo);
  - VIII. 19 de abril, sexta-feira da Paixão (feriado nacional);
  - IX. 21 de abril, domingo, Tiradentes/Páscoa (feriado nacional);
  - X. 1º de maio, quarta-feira, Dia do Trabalhador (feriado nacional);
- RESOLUÇÃO Nº. 529, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.
- XI. 20 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (feriado nacional);
  - XII. 21 de junho, sexta-feira, (ponto facultativo);
  - XIII. 07 de setembro, sábado (feriado nacional);
  - XIV. 12 de outubro, sábado, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
  - XV. 14 de outubro, segunda-feira Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas públicas municipais);
  - XVI. 28 de outubro, segunda-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
  - XVII. 02 de novembro, sábado, Finados (feriado nacional);
  - XVIII. 15 de novembro, sexta-feira, Proclamação da República (feriado nacional)
  - XIX. 24 de dezembro, terça-feira (ponto facultativo);
  - XX. 25 de dezembro, quarta-feira, Natal (feriado nacional);
  - XXI. 26 de dezembro, quinta-feira (ponto facultativo até às 13h);
  - XXII. 31 de dezembro, segunda-feira (ponto facultativo).

Art. 2º - As Reuniões Ordinárias serão realizadas as segundas e quartas-feiras de cada mês, às 16:00 horas na sede do Poder Legislativo, situado à Praça Arnaldo de Souza, nº. 38, Centro – São José/SC.

Parágrafo Único – Quando a data da Sessão Ordinária ocorrer em Feriado Nacional ou Municipal e ponto facultativo, a Sessão, com a respectiva data e horário, será previamente deliberada em plenário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2019.

Michel da Silva Schlemper  
Presidente

· REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

**ATA DO PREGÃO 001/2019**

Publicação Nº 1924447

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Página: 1/4  
 Data: 22/02/2019  
 Processo: 3/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**ATA Nº 1 - 2019**

Reuniram-se no dia 19/02/2019, as 11:25:05, na CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 37/2019 com o objetivo de CPL 2019/2020 tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 1 destinado a ABERTURA DE PROCESSO PARA LICITAÇÃO COM VISTAS À AQUISIÇÃO DE PLACAS, MEDALHAS E DIPLOMAS COMEMORATIVOS..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1558 ART CARD LTDA	CNPJ: 05.449.347/0001-30
Representante: MALCOM LAWRENCE TESKE	CPF: 661.043.199-04
110 ARTE MAXIMA-IND.E COM. LTDA. - EPP	CNPJ: 02.884.117/0001-00
Representante não presente.	CPF: . . . -
1559 GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	CNPJ: 03.857.139/0001-44
Representante não presente.	CPF: . . . -
1437 METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	CNPJ: 05.633.047/0001-06
Representante: MAXWEL DO CANTO PERFEITO JUNIOR	CPF: 951.029.819-00
1131 TECNOPLACAS COMERCIO DE PLACAS LTDA.	CNPJ: 12.092.435/0001-92
Representante: GIOVANIA BAGGIO	CPF: 767.306.709-91

**ITEM 1 - PLACA DE AÇO INOX TÍTULOS CIDADÃO HONORÁRIO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	249,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	240,0000
1559	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Não	230,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Desistiu	Desistiu	230,0000
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	249,0000
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	224,0000	

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 224,0000 (duzentos e vinte e quatro reais).

**ITEM 2 - MEDALHA DIA NACIONAL DA MULHER EM AÇO INOX**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000
1559	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Não	100,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Desistiu	Desistiu	100,0000
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	95,0000	

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 95,0000 (noventa e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Página: 2/4  
 Data: 22/02/2019  
 Processo: 3/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

**ITEM 3 - MEDALHAS INFÂNCIA PROTEGIDA "FREI ANTÔNIO" RESOLUÇÃO Nº 304**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000
1559	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Não	100,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Desistiu	Desistiu	100,0000
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	95,0000	

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 3 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 95,0000 (noventa e cinco reais).

**ITEM 4 - MEDALHAS MUNICIPAIS DE MÉRITO AFRODESCENDENTES RESOLUÇÃO 153**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000
1559	GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD	Não	100,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Desistiu	Desistiu	122,0000

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 4 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 95,0000 (noventa e cinco reais).

Observação: Após a abertura da documentação do participante GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD, o mesmo foi inabilitado por não ter atendido às exigências do edital.

**ITEM 5 - MEDALHA MARIA ALANO WALTRICK - DONA MAROCA**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	122,0000	
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 5 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 122,0000 (cento e vinte e dois reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Página: 3/4  
 Data: 22/02/2019  
 Processo: 3/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

**ITEM 6 - MEDALHAS ADONIAS SIMÃO TAVARES, DIA MUNICIPAL DO PROFESSOR**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	122,0000	
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 6 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 122,0000 (cento e vinte e dois reais).

**ITEM 7 - DIPLOMAS DE HONRA DE PROFESSOR DO ANO, COMEMORAÇÃO AO DIA DO PROFESSOR**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	230,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	122,0000	
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	230,0000

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 7 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 122,0000 (cento e vinte e dois reais).

**ITEM 8 - MEDALHA DE MÉRITO ESTUDANTIL**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1558	ART CARD LTDA	Sim	129,0000
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	122,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	122,0000	
1	ART CARD LTDA	Desistiu	Desistiu	129,0000

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 8 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 122,0000 (cento e vinte e dois reais).

**ITEM 9 - TROFÉU JERONIMO COELHO**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
1437	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	Sim	138,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME	0,0000	138,0000	

O licitante METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor do item 9 deste Pregão Presencial o fornecedor METAL GRAPH GRAVAÇÕES EM METAIS LTDA ME pelo valor de R\$ 138,0000 (cento e trinta e oito reais).

Sobre a documentação dos licitantes: Referente ao item 4 a empresa vencedora não apresentou documentação exigida. Assim, foi declarada inabilitada tanto para o item como para o restante do certame.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso. E em seguida foi

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Página: 4/4  
Data: 22/02/2019  
Processo: 3/2019

**Edital de Pregão Presencial Nº 1**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

respeitoso item, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 12:09 horas do dia 19 de Fevereiro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

BRUNO DE MELHO MACHADO - .....Pregoeiro

GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI - .....Membro 1

ÉDER FILIPE DA SILVA - .....Membro 2

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MAXWEL DO CANTO PERFEITO JUNIOR - ..... CPF:951.029.819-00

GIOVANIA BAGGIO - ..... CPF:767.306.709-91

MALCOM LAWRENCE TESKE - ..... CPF:661.043.199-04

**Acompanhou a sessão de julgamento:**

CLAUDIA MARQUES DE ANDRADE - ..... Presidente da CPL



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.23/2019 PREF

Publicação Nº 1923644

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2019  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº23/2019, Edital de Pregão Nº23/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA AS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/03/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019 - SRP - PR Nº 014/2019

Publicação Nº 1924589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/03/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2019. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 22 de Fevereiro de 2019.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.207, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1924092

DECRETO Nº 6.207, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 01/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 08 de fevereiro de 2019; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 01/2019;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 01/2019;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2019, de 08 de fevereiro de 2019, tratando-se de processo seletivo de títulos para admissão, em caráter temporário, e formação de cadastro de reserva (CR\*), de Educador Social I, II, III, IV e V e Instrutor Social II, para atuação no SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes, Mulheres, e Programas diversos, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal  
ANEXO ÚNICO  
(Decreto nº 6.207, de 22 de fevereiro de 2019)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

CARGO: EDUCADOR SOCIAL I

Classificação	Número da Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	72	Sirlene Mezzomo Correia dos Santos	6270,83
2º	98	Cristiane Gobatto	5450,00
3º	15	Kátia Comin Begnini	4121,66
4º	82	Tatiane Paula Klein	3859,50
5º	20	Adaiane Quadri	3360,00
6º	86	Dulcineia Perboni Cunico	2750,00
7º	80	Angela Maria Livi	2640,00
8º	33	Silvane Farias	2375,00
9º	8	Marlice Carneiro	2050,00
10º	41	Priscila Fante Szady	1950,00
11º	27	Ivaníria Sartori Baesso	1920,00
12º	83	Judite Netto de Oliveira	1600,00
13º	11	Sonia Mara Casarotto Winter	1550,00
14º	50	Vanessa Bratti Giombelli	1450,00
15º	70	Onira Locatelli Barbosa	1200,00
16º	89	Sandra Regina Pereira Toss Dalla Vecchia	1050,00
17º	65	Cristiane Cofcewicz	875,00
18º	18	Maria Aparecida Pinheiro Borges	800,00
19º	26	Nadieska dos Santos Selle	700,00
20º	63	Ana Claudia dos Santos	530,00
21º	52	Arlei Regina Vieira	320,00
22º	85	Donisete Aparecida Moschen Kumer	0,00

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL II**

Colocação	Número da Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	77	Maria Odete Gurtat	7060,00
2º	12	Loreci Brum	2675,00
3º	14	Saiara de Oliveira Fontana	2029,60
4º	34	Elizete Cláudia de Oliveira	2000,00
5º	24	Luciana Rohr	1850,00
6º	35	Adriana Regina Stocco	1510,00

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL III**

Colocação	Número da Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	74	Marcia de Bona	7158,33
2º	84	Claudete Teresinha Alban	3299,50
3º	36	Graziela Dallagnol	2000,00
4º	87	Daiane Zaparoli	1812,50
5º	101	Marizete Pieta Tonon	1780,00
6º	06	Izorlei Nordio	1350,00
7º	46	Luciane de Fátima dos Santos Borges	1075,00
8º	106	Silvia Cristina de Oliveira	850,00
9º	79	Francieli Boito	720,00
10º	54	Greicielli Salvador	577,50
11º	62	Eliane Carniel Cador	570,00
12º	81	Junieli Simonetti	540,00
13º	45	Naihá de Lima Bitencourt de Melo	337,50
14º	03	Liesliana Gurtat	250,00
15º	61	Lilian Patricia Ribeiro dos Santos	0,00

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV**

Colocação	Número da Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	49	Clari Bettiato	2920,00
2º	28	Maristela Beatriz Suzin Brasso	1000,00
3º	68	Eduarda Aparecida Borges Pegorini	700,00
4º	108	Edina Mara Pociano	200,00

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL V**

Colocação	Número da Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	19	Juliana Meira	2320,00
2º	104	Davi Nerves	2137,50
3º	71	Daniela Bottega Bazi	1700,00
4º	37	Edineia Maria da Rosa	1100,00
5º	90	Viviane Batista de Almeida Ijotton	1050,00
6º	59	Luciane da Silva	832,50
7º	94	Luis Henrique Silva de Oliveira	625,00
8º	29	Rozilei de Freitas Buffon	600,00
9º	76	Angela Santana Sandrini Gobbi	200,00
10º	91	Daiane Cristina Pontes	137,50
11º	48	Polyana Candido Batista	0,00

**CARGO: INSTRUTOR SOCIAL II**

Colocação	Nº Inscrição	Nome Candidato	Avaliação Documental
1º	109	Ederson Ariatti Coelho	10200,00
2º	51	Lidia Cruzetta Monteiro	2297,50
3º	55	Ariane Velho dos Santos Poter	1460,00
4º	4	Ricardo de Bittencourt	1230,00
5º	92	Daniel Lazzarotto	900,00
6º	93	Leticia Maria Piassoli	800,00
7º	56	Suzana da Rocha Bolzan	709,16
8º	88	Marciane Muller Brzezinski	700,00
9º	67	Cleodite de Fátima Anacleto	652,50
10º	10	Simone Furlanetto	600,00
11º	107	Arlete Taglian Milani	490,00
12º	25	Daiane Baesso	450,00
13º	96	Luciana Vial	450,00
14º	97	José de Camargo	400,00
15º	7	Talita Ferrari	360,00
16º	39	Jaqueline Novello Borges	330,00
17º	23	Tâmara Mantelli	305,00
18º	73	Alan dos Santos de Mattos	275,00
19º	95	Merihem Vieira Perez	270,00
20º	16	Jaqueline Walendorff de Oliveira	265,00
21º	57	Cynthia Maria Schroeder	250,00
22º	69	Geferson Kukert	250,00
23º	17	Suellen Ribeiro	230,00
24º	66	Luani Maria Seibel	228,00
25º	32	Marizete de Fátima Gonçalves	150,00
26º	60	Alexsandro Stocco	135,00
27º	75	Juceli Perin	100,00
28º	110	Vanderleia Goulart Rambo	0,00

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2019 - FMS**

Publicação N° 1924111

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2019 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório N° 007/2019 – Pregão Presencial N° 007/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (TIPO MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002), PARA O CONSUMO DOS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: DAVID TINELLI DOS SANTOS 06499168912 - CNPJ: 30.264.760/0001-77.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 21/02/2019.

VIGÊNCIA: 21/02/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2019 - FMS**

Publicação N° 1924112

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2019 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório N° 008/2019 – Pregão Presencial N° 008/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PACIENTES DO SUS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MÃE LOURENCIANA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 2.170,00 (dois mil, cento e setenta reais).

FORNECEDOR: VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME - CNPJ: 13.229.567/0001-86.

VALOR: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09.

VALOR: R\$ 4.361,00 (quatro mil, trezentos e sessenta e um reais).

FORNECEDOR: ROSTECA - COMERCIO DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA – ME - CNPJ: 05.621.193/0001-11.

VALOR: R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 24.381,00 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais).

DATA DE ASSINATURA: 21/02/2019.

VIGÊNCIA: 21/02/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2019**

Publicação N° 1924115

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2019

ORIGEM: Processo Licitatório N° 010/2019 – Pregão Presencial N° 005/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE DURANTE O ANO DE 2019, PARA ATENDER OS CLUBES DE IDOSOS, SCFV, CLUBES DE MÃES E EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: ROSA &amp; PELIZZER LTDA ME - CNPJ: 07.120.522/0001-76.

VALOR: R\$ 27.955,50 (vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: BENETTI &amp; FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 83.594,50 (oitenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 111.550,00 (cento e onze mil, quinhentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/02/2019.

VIGÊNCIA: 15/02/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2019**

Publicação N° 1924119

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2019

ORIGEM: Processo Licitatório N° 017/2019 – Pregão Presencial N° 010/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PARA ATENDER OS EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC NO ANO DE 2019.

FORNECEDOR: JOHN RR SEGURANÇA - CNPJ: 14.356.881/0001-92.

VALOR: R\$ 32.875,00 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 32.875,00 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 20/02/2019.  
VIGÊNCIA: 20/02/2019 à 31/12/2019.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019

Publicação Nº 1924122

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 018/2019 – Pregão Presencial Nº 011/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2019.

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 20/02/2019.

VIGÊNCIA: 20/02/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019

Publicação Nº 1924124

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório Nº 019/2019 – Pregão Presencial Nº 012/2019, com Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, com data de abertura designada para 22/02/2019, às 08h00min, restou DESERTO por não haver nenhum interessado para o certame.

São Lourenço do Oeste – SC, 22 de fevereiro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 014, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 - ICSL

Publicação Nº 1923394

PORTARIA Nº 014, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

Homologa o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2019, de 30 de janeiro de 2019, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 19, incisos XV e XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, com suas alterações posteriores e, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 30 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 01/2019 - ICSL, bem como o encerramento dos prazos para recurso em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 01/2019 - ICSL;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 01/2019, de 30 de janeiro de 2019, visando a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2019, conforme classificação constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme a necessidade do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



São Lourenço do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2019.  
RENNĂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia  
ANEXO ÚNICO  
(Portaria nº 014, de 22 de fevereiro de 2019)

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - ICSL****APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - ICSL****INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA:**

Class.	Nº Inscrição	Candidato	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	Total
1º	001	Paulo Roberto Peluso	20 pontos	15 pontos	45 pontos	93 pontos	173 pontos

**INSTRUTOR DE MÚSICA - ACORDEOM:**

Class.	Nº Inscrição	Candidato	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	Total
1º	008	Samuel Dallagnol Batista	15 pontos	10 pontos	35 pontos	89 pontos	149 pontos
2º	003	Carolini Toderio da Silva	15 pontos	15 pontos	30 pontos	85 pontos	145 pontos

**INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II - DANÇAS URBANAS:**

Class.	Nº Inscrição	Candidato	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	Total
1º	004	Luana Maria Pandolfi Lima	05 pontos	10 pontos	45 pontos	90 pontos	150 pontos

**INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLA CAIPIRA:**

Não houve inscritos/aprovados. São Lourenço do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2019.  
RENNĂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

Publicação Nº 1923493

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019.

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. DANIEL KOTHE, denominado ORGÃO GERENCIADOR, o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, nº. 210, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 80.912.124/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR SCHMAEDECKE doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE e de outro lado a empresa RESTAURANTE E PIZZARIA DEGUSTARE LTDA, CNPJ/MF Nº 13.461.639/0001-16, neste ato representado(a) por CAÍLO CAUDURO, portador do CPF nº. 870.753.699-20, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, processo Administrativo nº 02/2018, por Inexigibilidade nº. 01/2018 e pelas normas do Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 02/2018, CONTRATO CIGAMERIOS 14/2018 DE 09/10/2018, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo de Credenciamento pelas condições estipuladas a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS SERVIDORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS ESTABELECIDOS A SEGUIR:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
02	UND	ALMOÇO - deverá atender no mínimo um dos seguintes sistemas: a) SELF-SERVICE: com, no mínimo, 07 variedades de pratos quentes, 4 tipos de saladas, 2 tipos de sobremesa, 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural); b) RODÍZIO/SEQUÊNCIA OU BUFFET: com no mínimo, massas ou pizzas, sopas e carnes diversas, 4 tipos de saladas, 2 tipos de sobremesa, 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural); c) A LA CARTE: com no mínimo, filés, massas, risotos, fondue, peixes, frutos do mar ou café colonial, saladas, sobremesas e 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural).	R\$ 22,00
03	UND	JANTAR - deverá atender no mínimo um dos seguintes sistemas: a) SELF-SERVICE: com, no mínimo, 07 variedades de pratos quentes, 4 tipos de saladas, 2 tipos de sobremesa, 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural); b) RODÍZIO/SEQUÊNCIA OU BUFFET: com no mínimo, massas ou pizzas, sopas e carnes diversas, 4 tipos de saladas, 2 tipos de sobremesa, 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural); c) A LA CARTE: com no mínimo, filés, massas, risotos, fondue, peixes, frutos do mar ou café colonial, saladas, sobremesas e 01 bebida (refrigerante, água mineral ou suco natural).	R\$ 22,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RECURSOS FINANCEIROS.

2.1 – Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas para os respectivos municípios.

2.2 – O CIGAMERIOS, na qualidade de órgão gerenciador, será o fiscal do contrato de credenciamento, sendo os municípios consorciados os órgãos participantes que utilizarão os serviços e efetuarão os pagamentos.

2.3 – O CIGAMERIOS, não estipulará ou limitará quantidades de refeições para os respectivos municípios participantes, cabendo o controle a cada município através de suas secretarias municipais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado por cada município que utilizar os serviços, nas quantidades que forem necessários, procedendo conforme as seguintes condições:

3.1.1 – Em cada serviço/refeição, a Contratada deverá expedir a respectiva nota fiscal, que será entregue ao servidor, que a encaminhará ao setor responsável para empenhamento;

3.1.2 – O Consórcio CIGAMERIOS não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos pelos municípios, da não entrega da respectiva nota fiscal ou guia assinada nos prazos estabelecidos;

3.1.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando os dados de CNPJ, Endereço do município, Nome da Contratada e dados da Conta Bancária para depósito;

3.1.4 – Fica consignado que os municípios que pretendem proceder mediante guia autorizativa a contratada deverá efetuar a cobrança diretamente ao município que usou os serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE

4.1 – Os valores dos serviços, estão condicionados ao preço pré-estabelecido neste Termo de Credenciamento;

4.2- Em razão do procedimento adotado, não será operado reajuste que não autorizado pela Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – O prazo de vigência do Credenciamento, inicia no ato da assinatura do presente Contrato e terá vigência por um ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, bem como rescindido a qualquer momento, através de Termo Aditivo por Conveniência e oportunidade Administrativa ou a pedido da contratada, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

6.1 - À CREDENCIADA constituem as seguintes obrigações:

- a) Prestar os serviços contratados, no seu estabelecimento;
- b) Prestar todos os serviços contratados conforme a demanda dos municípios, preços, prazos e condições estabelecidas neste instrumento, sendo vedada a limitação diária ou mensal dos serviços contratados;
- c) Fornecer os serviços contratados, de forma que atendam as normas de vigilância sanitária e a legislação em vigor; d) Fornecer nota fiscal pelos serviços prestados;
- e) Permitir que os prepostos do CIGAMERIOS e dos respectivos municípios inspecionem a qualquer tempo e hora a prestação dos serviços ora contratados;
- f) Fornecer ao CIGAMERIOS e aos municípios consorciados sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre os serviços contratados;
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;
- h) Formar o quadro de pessoal necessário à realização dos serviços contratados, pagando os salários às suas exclusivas expensas;
- i) É da contratada a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os serviços contratados em qualquer esfera;
- j) É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar ao CIGAMERIOS, bem como aos respectivos municípios ou a terceiros e servidores consumidores, durante a prestação dos serviços ora contratados;
- k) É de responsabilidade da contratada a prestação dos serviços, vedada à subcontratação parcial ou total da mesma ou a terceirização dos serviços;
- l) Os serviços estão dispensados de prévio agendamento e serão servidos em horário normal do estabelecimento;
- m) O Credenciado que firmar contrato com os municípios consorciados (Órgãos participantes), em decorrência do presente Processo Administrativo instalado pelo Consórcio CIGAMERIOS (órgão Gerenciador), assume o compromisso de executar os serviços contratados pelo preço unitário estabelecido no Termo de Referência (Anexo I), sendo vedado a cobrança ou exigência de qualquer outro valor ou benefício complementar, sob as penas da lei.
- n) O Credenciado fica proibido de fornecer nota fiscal com valores diferentes dos contratados, ou sem a devida prestação do serviço, sob as penas da lei Anticorrupção.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIGAMERIOS E AOS MUNICÍPIOS**

21.1 – Ao CIGAMERIOS constituem as seguintes obrigações:

- 21.1.1 – Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;
- 21.1.2 – Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;
- 21.1.3 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- 21.2 – Aos MUNICÍPIOS constituem as seguintes obrigações:
- 21.2.1 - Efetuar o pagamento ajustado no prazo estipulado, conforme serviços utilizados;
- 21.2.2 - Observar o critério de legais para efetuar os pagamentos mediante respectivas notas fiscais;
- 21.2.3 - Designar servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços aqui ajustados;
- 21.2.4 – Comunicar o Órgão Gerenciador, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços, para providências necessárias;
- 21.2.5 – Fornecer informações quando solicitado ao CIGAMERIOS.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO**

8.1 – O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido por comum acordo entre as partes ou unilateralmente pelo Presidente do CIGAMERIOS, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão, exceto aos serviços já prestados no ato da rescisão.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1 – A Pessoa Jurídica, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

- 9.1.1 – Advertência;
- 9.1.2 – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta;
- 9.1.3 – Suspensão do direito de licitar junto ao CIGAMERIOS, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- 9.1.4 – Declaração de Inidoneidade;

9.2 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do CIGAMERIOS, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

9.3 – Nenhum pagamento será processado ao proponente penalizado, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

10.1 – O Presente Contrato de credenciamento, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar na entrega do objeto;

10.2 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Consórcio CIGAMERIOS, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

10.3 – As omissões do presente Edital serão preenchidas pelos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.4 – O CIGAMERIOS reserva-se o direito de anular ou revogar o presente credenciamento, nos casos previstos em Lei, ou de homologar o seu objeto no todo ou em parte, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que, com isso caiba aos proponentes o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Termo serão resolvidos pelo Consórcio CIGAMERIOS, administrativamente, ou no Foro da Comarca de Maravilha – SC se for o caso.

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA /SC 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE	RESTAURANTE E PIZZARIA DEGUSTARE LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	CNPJ: 13.461.639/0001-16
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	CONTRATADA
CONTRATANTE	

**TESTEMUNHAS:**

FERNANDA L. D FASSBINDER	MARISTELA SCHMAEDECKE
CPF: 067.810.969-90	CPF: 045.783.749-71

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 1/2019 - AGRÍCOLA

Publicação Nº 1923755

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 1/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
Contratada.: ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI - ME  
Valor ..... : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 30/01/2019 Término: 29/01/2020  
Licitação ..... : Processo Licitatório nº 18/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO DESTINADO PARA O PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO NA CONSERVAÇÃO DE SÊMEN DE BOVINOS, DISTRIBUIDO COMO INCENTIVO ECONÔMICO A PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME LEI Nº 7.440/2017 QUE INSTITUIU O PROGRAMA NOVO RURAL, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

### CONTRATO 1/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1923750

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 3/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Contratada.: EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA  
Valor ..... : 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Processo Licitatório nº 36/2018 Pregão Presencial nº 19/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO POR KM RODADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

### CONTRATO 2/2019 - AGRÍCOLA

Publicação Nº 1923757

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 2/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
Contratada.: TRANSPORTES E COLETA PREVIATTI LTDA  
Valor ..... : 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 01/02/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Processo Licitatório nº 11/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇA DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 7.508/2018, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

**CONTRATO 2/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1923753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 3/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada...: EDASA ATACADO LTDA - EPP

Valor ..... : 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Vigência ..... : Início: 23/01/2019 Término: 22/01/2020

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 34/2018 Pregão Presencial nº 18/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS/CESTAS BÁSICA PARA ATENDIMENTO DAS FAMILIAS EM VULNERABILIDADE SOCIO-ECONÔMICO TEMPORÁRIA - BENEFICIO EVENTUAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 6.948/2014.

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

**CONTRATO 3/2019 - AGRÍCOLA**

Publicação Nº 1923759

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 3/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Contratada...: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A

Valor ..... : 39.999,96 (trinta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 01/02/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 1/2019 Dispensa de Licitação Nº 1/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI S.A., PARA O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2019

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

**CONTRATO 45/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1923761

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 45/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MÁRIO LTDA - ME

Valor ..... : 76.880,00 (setenta e seis mil e oitocentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 11/02/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 26/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

**CONTRATO 46/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1923765

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 46/2019



Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: LIGA DESCANSENSE DE DESPORTO

Valor ..... : 10.205,00 (dez mil e duzentos e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 11/02/2019 Término: 31/03/2019

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 4/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O 2º FESTIVAL DE VOLEI DE AREIS EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE 65 ANOS DO MUNICÍPIO E TAMBÉM PARA A ETAPA MUNICIPAL DO JESC MODALIDADE FUTSAL MASCULINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.

São Miguel do Oeste, 22 de Fevereiro de 2019

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 05/2019 - AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS

Publicação Nº 1923957

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Maior Percentual de Desconto.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de passagens aéreas à Câmara de Vereadores do Município de São Miguel do Oeste/SC, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso, de acordo com as necessidades e cronograma previamente estabelecido pelo Poder Legislativo, conforme especificações e condições do Edital

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 08 de março de 2019.

ABERTURA: às 14h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site: [www.saomigueloeste.sc.leg.br](http://www.saomigueloeste.sc.leg.br)

São Miguel do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

### PORTARIA 029/2019

Publicação Nº 1923872

PORTARIA 029/2019

NOMEIA E DÁ POSSE AOS MEMBROS DA OUVIDORIA PÚBLICA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a existência da Ouvidoria Pública do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste, criada pela Resolução nº 008/00;

CONSIDERANDO a necessidade de composição mínima de membros para funcionamento da Ouvidoria Pública do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste;

CONSIDERANDO a atuação da ouvidoria no recebimento de reclamações, sugestões e apontamentos dos cidadãos referentes ao serviço público Municipal em todas suas esferas administrativas;

CONSIDERANDO o término do prazo de atuação da atual composição da ouvidoria;

CONSIDERANDO a eleição dos membros ocorrida no dia 21 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados membros da Ouvidoria Pública, para o período de um ano, os seguintes Vereadores:

Presidente: José Elias Araújo do Rosário

Vice-Presidente: Milto Annoni

Relatora: Silvia Teresinha Kuhn

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 22 de fevereiro de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO N° 0025/2019

Publicação N° 1923841

EXTRATO CONTRATUAL N° 25/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: ANTÔNIO SEHNEM OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, EM CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO PELA LEI 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE N° 26/2013.

VALOR: 5.920,00

PRAZO: 31/12/19

PROCESSO LICITATÓRIO N° 164/2019

MODALIDADE: Inexigibilidade N° 2/2019.

SAUDADES SC, 20/02/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO N° 026/2019

Publicação N° 1923857

EXTRATO CONTRATUAL N° 26/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR-COOTRAF-PZ OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, EM CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO PELA LEI 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE N° 26/2013.

VALOR: R\$ 120.103,75

PRAZO: 31/12/19

PROCESSO LICITATÓRIO N° 164/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 2/2019.

SAUDADES SC, 20/02/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

## Schroeder

## CÂMARA MUNICIPAL

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Publicação Nº 1924599

Município de SCHROEDER - SC

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			1.424.760,12
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			1.843.735,40
Créditos Adicionais			-380.000,00
Dotação Atualizada			1.463.735,40
Despesas Empenhadas			1.424.760,12
Despesas Liquidadas			1.424.760,12
Despesas pagas			1.424.760,12
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre	
Despesas Empenhadas			1.424.760,12
Liquidadas			1.424.760,12
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Quadrimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-1.424.760,12	0,00
Resultado Primário	0,00	-1.424.760,12	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		28.660,74	520,00

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 22/02/2019

MARINA FERNANDES  
PRESIDENTE DA CAMARA

SÉRGIO ROHDEN  
CONTADOR- CRC SC-025382/O-0

MIRIÃ DE SOUZA FREITAS GONÇALVES  
DIRETORA

VIVIANE LESSMANN  
CONTROLADOR INTERNO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Publicação Nº 1924592

Município de SCHROEDER - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		1.424.760,12	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		1.843.735,40	
Créditos Adicionais		-380.000,00	
Dotação Atualizada		1.463.735,40	
Despesas Empenhadas		1.424.760,12	
Despesas Liquidadas		1.424.760,12	
Despesas pagas		1.424.760,12	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre	
Despesas Empenhadas		1.424.760,12	
Liquidadas		1.424.760,12	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Quadrimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-1.424.760,12	0,00
Resultado Primário	0,00	-1.424.760,12	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		28.660,74	520,00

Continua 1/2





Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 22/02/2019

MARINA FERNANDES  
PRESIDENTE DA CAMARA

SÉRGIO ROHDEN  
CONTADOR- CRC SC-025382/O-0

MIRIÃ DE SOUZA FREITAS GONÇALVES  
DIRETORA

VIVIANE LESSMANN  
CONTROLADOR INTERNO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA GESTÃO FISCAL**

Publicação Nº 1924608

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2018

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	54.878.646,85	
Receita Corrente líquida Ajustada	0,00	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.214.519,93	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.073.302,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.780.583,50	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.841.505,28	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

SCHROEDER, 22/02/2019

MARINA FERNANDES  
PRESIDENTE DA CAMARA

SÉRGIO ROHDEN  
CONTADOR- CRC SC-025382/O-0

MIRIÃ DE SOUZA FREITAS GONÇALVES  
DIRETORA

VIVIANE LESSMANN  
CONTROLADOR INTERNO

# Seara

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019

Publicação Nº 1924339

Processo Licitatório nº 049/2019– Dispensa de Licitação nº 020/2019.

Objeto: Locação de parte do lote rural nº 104.

Justificativa: O Município de Seara necessita de local apropriado para desenvolver atividades recreativas e esportivas da Escola Deolindo Zílio e Superintendência de Esportes, como também para feiras e eventos municipais.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Paula Regina Lazzarotto

Valor Mensal: R\$ 2.000,00

Seara, SC, 20 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2019

Publicação Nº 1924340

Processo Licitatório nº 050/2019 - Dispensa de Licitação nº 021/2019

Objeto: Contratação de empresa para realizar pesquisa de opinião pública.

Justificativa: Avaliação do desempenho da administração pública municipal, indicando o nível de satisfação dos serviços prestados, e levantamento das prioridades sociais e econômicas.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Pedro Pagliarini –ME

Valor: R\$ 8.900,00

Seara, SC, 21 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2019

Publicação Nº 1923658

Processo Licitatório nº 051/2019.

Edital de Pregão Presencial nº 024/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 11/03/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de inseminação artificial de bovinos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 22 de fevereiro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2019**

Publicação N° 1924674

Processo Licitatório n° 052/2019  
Edital de Pregão Presencial n° 025/2019.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n° 10.520/02 e lei n° 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 11/03/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Edemilson Canale  
Prefeito

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 043/2019

Publicação Nº 1924200

DECRETO Nº. 043/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE KATIANA DE SOUZA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018, e alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. KATIANA DE SOUZA, portadora do CPF nº. 093.058.219-52, RG nº. 5.543.457 SSP/SC, para o Cargo de Secretária de Escola, com lotação junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Nível CC – 02, do Grupo VI – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando o Decreto 140/2017 de 12 de junho de 2017, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 19 de fevereiro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 044/2019

Publicação Nº 1924218

DECRETO Nº 044/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARLISE MARA MAGRIN DO CARGO DE ASSESSORA JURÍDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 28 de fevereiro de 2019, a pedido, a Sra. CARLISE MARA MAGRIN, portadora do CPF nº. 090.986.779-83, do Cargo de Assessora Jurídica, com carga horária de 20 horas semanais, lotado junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**PORTARIA 031/2019**

Publicação Nº 1924087

PORTARIA Nº. 031/2019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".  
DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Ata de Registro de Preços titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº064/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução da referida Ata de Registro de Preços na forma e condições abaixo relacionadas:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº:	001/2019		
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação pelo Município de Serra Alta de empresa especializada na Prestação de Serviços de ARBITRAGEM com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC.		
EMPRESA:	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ÁRBITROS - ASSCA		
CNPJ Nº:	29.318.868/0001-16		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	EDERSON CERIZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econ.		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	EVERSON PEREIRA CERISOLI		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	076.510.999-90	MATRÍCULA:	1094
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal de Ata de Registro de Preços titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 22 de fevereiro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2019**

Publicação Nº 1916912

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009 DE 25/02/2019

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 80.622.319/0001-98, com sede administrativa localizada na Av. Dom Pedro II, n. 830, Centro, Município de Serra Alta/SC - CEP 89871-000; representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DARCI CERIZOLLI, portador do CPF: 430.332.889-87 e RG 12C 1.233.665, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018, credencia o Sr. VILMAR LAUERMANN, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 12C 3.408.716 SSP/SC, Inscrição(a) no CPF sob o nº 016.327.769-95, residente e domiciliado na Linha Nova Ibiacá, s/n, interior de Serra Alta/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Termo tem como objeto o credenciamento de pessoa física para o fornecimento de cascalho, para utilização na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela Administração Pública, a ser extraído em área previamente identificada e em quantidade ilimitada, conforme a necessidade do MUNICÍPIO, pelo prazo de vigência, nos termos estipulados pelo subitem 3.4 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

Parágrafo único. A área previamente identificada e aprovada consiste em: Parte do Lote Rural nº91, da Seção Burro Branco, com área de 128.341,00m², matriculado sob o nº 1.484 e registrado no ORI de Modelo, situado na Linha Nova Ibiacá, interior do Município de Serra Alta/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**



2.1. O preço ajustado entre as partes é aquele estabelecido na Tabela de Preços constante no Anexo "C" do EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 044/2018, sendo R\$ 12,00 (Doze reais a carga de cascalho) que passa a fazer parte do presente Termo de Credenciamento, independentemente de sua transcrição e aceito pelo credenciado.

Parágrafo único. Os valores constantes da Tabela de Preço (Anexo "C") serão reajustados anualmente a partir da data de publicidade do edital, pela variação do INPC – IBGE ocorrido nos 12 (doze) meses anteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO

3.1. A extração do cascalho será efetuada na propriedade do CREDENCIADO de acordo com a conveniência, distância, necessidade definidas pelo MUNICÍPIO e será promovida por seus servidores e equipamentos, sem que tal providência importe em quaisquer despesas e/ou responsabilidades ao CREDENCIADO.

§ 1º Durante a vigência do credenciamento, fica assegurado aos servidores e maquinários/equipamentos do MUNICÍPIO o livre acesso à área identificada no Termo de Credenciamento e de propriedade do Credenciado, desde que seja para o fim específico ajustado no instrumento a ser celebrado.

§ 2º É vedado ao CREDENCIADO efetuar qualquer interferência quanto à destinação do cascalho.

§ 3º É expressamente vedado aos credenciados e/ou terceiros aproximarem-se do local da extração durante a execução dos trabalhos, por questões de segurança, devendo manter uma distância segura, de no mínimo 100 (cem) metros. Qualquer dano corporal, moral ou patrimonial acarretado pela proximidade de pessoas não permitidas no local da extração do cascalho considera-se culpa exclusiva da vítima, circunstância que acarreta o rompimento do nexo causal ensejador de responsabilidade objetiva da administração, recaiando todos os ônus decorrentes do dano à vítima ou seus responsáveis legais.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS FONTES DE RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do exercício dos anos correntes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. Em 90 (noventa) dias após a retirada do cascalho, mediante planilha de controle e posterior crédito em conta bancária na forma do subitem 12.1 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 044/2018.

§ 1º Não haverá qualquer pagamento adicional que não seja o valor previsto na Tabela de Preços estabelecida no Anexo "C".

§ 2º Os custos relativos à extração e transporte do cascalho correrão por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente termo de credenciamento terá vigência até 30/08/2019, com início na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento dos serviços de extração do cascalho confeccionando relatórios gerenciais da execução do serviço, devidamente assinados pelas partes interessadas.

§ 1º Na emissão do relatório previsto no caput da presente cláusula, o responsável técnico do Município de Serra Alta, fará a liquidação das despesas conforme preceitua a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, em seu art. 63.

§ 2º A Ordem de Pagamento deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do relatório mencionado nesta Cláusula, bem como deverá constar a data e cópia do recibo/transfêrencia de depósito em conta bancária.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

8.1. Para o cumprimento do objeto deste Termo de Credenciamento, o CREDENCIADO obriga-se a:

I - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

II - Permitir o acesso dos servidores, máquinas e equipamentos necessários à execução do objeto deste credenciamento.

III - Garantir a retirada do cascalho durante a vigência do credenciamento, nos termos estipulados pelos subitens 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 044/2018.

IV- No caso de transferência da propriedade imobiliária, objeto do credenciamento, o proprietário deverá imediatamente comunicar por escrito o Município, sob pena de responsabilização.

V- Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a continuidade da retirada do cascalho ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita continuidade do fornecimento do objeto do

presente Edital.

VI - Efetuar a conferência dos quantitativos mensais relativos à extração de cascalho e confirmando sua exatidão mediante assinatura em relatório específico emitido pelo MUNICÍPIO.

VII - Providenciar a retirada da vegetação sobre a área de extração do cascalho, arcando com as despesas para tanto.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### 9.1. São obrigações do Município:

I- Responsabilizar-se integralmente pela extração e transporte do cascalho, assim como de todos os encargos trabalhistas, sociais, fiscais e emolumentos incidentes a execução do objeto;

II- Notificar ao CREDENCIADO qualquer irregularidade verificada no fornecimento do produto;

III- Realizar os pagamentos, cumprir os prazos e condições estabelecidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

IV- Efetuar o relatório mensal da retirada do cascalho e efetuar a devida liquidação da despesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o infrator, no que couber, às sanções previstas no capítulo IV da Lei 8.666/93, garantida ampla defesa e contraditório, ficando ainda, estipuladas as seguintes penalidades, pelo não cumprimento de quaisquer obrigações assumidas:

I – advertência por escrito;

II – suspensão temporária do credenciamento, por prazo não superior a 2 (dois) meses;

III – cancelamento do credenciamento.

§ 1º As sanções poderão ser aplicadas independentemente de terem os credenciados sido penalizados em contrato, facultada a defesa prévia e do contraditório no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

§ 2º Acarretará o credenciamento pelo descumprimento das condições estabelecidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018, que passa a fazer parte do presente Termo, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão contratual obedecerá às disposições contidas nos art. 77 a 80 da lei federal nº8.666/93, com as alterações introduzidas pela lei federal nº 8.883/94.

§ 1º Em caso de rescisão do presente Termo por parte do MUNICÍPIO não caberá ao CREDENCIADO direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, § 2º da lei federal nº 8666/93, alterada pela lei federal nº 8883/94.

§ 2º Haverá rescisão deste Termo de Credenciamento se for comprovada qualquer irregularidade nos fornecimentos, tanto do produto fornecido, como dos seus preços, e os CREDENCIADOS estarão sujeitos ao ressarcimento e penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente Termo de Credenciamento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1. Dentro do prazo legal, o MUNICÍPIO providenciará a publicação do extrato do presente Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 São condições gerais do presente termo de credenciamento:

I – em caso de atraso na entrega de relatórios gerenciais do responsável técnico do MUNICÍPIO, por retardamento de informações ou omissões de responsabilidade do CREDENCIADO, o pagamento será retardado proporcionalmente.

II – a remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista, previdenciária ou indenizatórias.

III – o CREDENCIADO poderá descredenciar-se desde que comunique oficialmente ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

IV – os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a melhoria das estradas vicinais e execução de obras públicas da Administração.

V – o presente Termo de Credenciamento rege-se pelas disposições expressas na lei federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

VI – passa fazer parte integrante do presente Termo de Credenciamento o EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018 E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização do cumprimento deste Termo de Credenciamento será efetuada pelo Sr. José Domingos de Souza, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, responsável pela verificação de atendimento das especificações do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O Foro competente para solução das pendências deste instrumento é o da Comarca de Modelo/SC. E, por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Serra Alta/SC, 25 de fevereiro de 2019.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

VILMAR LAUERMANN  
CREDENCIADO

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

CARLISE MARA MAGRIN  
Assessora Jurídica 50.172/SC

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 44/2018 - CREDENCIAMENTO**

Publicação Nº 1916976

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SERRA ALTA</b>  CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 44/2018 - IL</b>  Processo Administrativo: 44/2018 Processo de Licitação: 44/2018 Data do Processo: 07/08/2018  Folha: 1/1
---	---

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2018  
b) Licitação Nr.: 44/2018-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 25/02/2019  
e) Data da Adjudicação: 25/02/2019 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação Credenciamento de Pessoas Físicas para o fornecimento de cascalho e pedra ferro bruta, para utilização na recuperação de estradas vicinais localizadas no interior do Município e também utilizar quando necessário em obras realizadas pela Administração Pública de Serra Alta.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006744 - VILMAR LAUERMANN	1 1	0,0000	12,00 12,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.800.3.3.90.00.00.00.00 (73) Saldo: 19.354,36

Serra Alta, 25 de Fevereiro de 2019.

LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2019

Publicação Nº 1923700

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2019

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: Comércio de Carnes Della Gustina Ltda.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 57.470,00.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2019

Publicação Nº 1923708

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2019

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: J. C. DA S. SANTOS EPP.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 308.601,70.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2019

Publicação Nº 1923716

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2019

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: L. DE BITENCOURT GOMES.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 298.997,50.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2019**

Publicação Nº 1923718

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2019**

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: MARCOS VINÍCIOS CARDOSO.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 254.740,00.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2019**

Publicação Nº 1923721

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2019**

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: ROSALAT LTDA ME.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 564.600,00.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2019**

Publicação Nº 1923723

MUNICIPIO DE SOMBRIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2019**

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de gêneros alimentícios conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 004/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 243.910,00.

Processo Licitatório nº 004/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 15 de fevereiro de 2019

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 031/2019**

Publicação Nº 1923551

DECRETO Nº 031, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, combinado com a Lei nº 2405, de 06 de fevereiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito especial, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:



06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Gerência de Esporte

1.038 – Construção de Espaços Públicos

4.4.90.00.00.00.00.0093 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrão à conta de operação de crédito no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), não previsto no orçamento anual 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 21 de fevereiro de 2019.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### PORTARIA 020/2019

Publicação Nº 1924595

PORTARIA Nº 020, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal KATIA VANESSA MIERES ocupante do cargo de Agente Comunitários de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.11.2017 a 02.11.2018 a serem gozadas no período de 28.02.2019 a 29.03.2019.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
22 de fevereiro de 2019.

ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 147 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.019.  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E**

Publicação Nº 1924433

PORTARIA Nº. 147 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012 e Lei Complementar 060/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor VALCIR GERALDO CAZARIN, ocupante do cargo de ESCRITURÁRIO II – NÍVEL 10 - CLASSE E, no período de 01/02/2019 a 02/03/2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/02/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 1924351

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019  
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

**AVISO DE REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados a REVOGAÇÃO do aviso de licitação do processo nº 029/2019 Tomada de Preço nº 003/2019 o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS VITORINO FORLIN, BENJAMIN CONSTANT E MAJOLO SIMIONATTO BAIRRO SOQUE EM TANGARÁ, sendo que a referida publicação foi laçada de forma equivocada.

Tangará, 22 de Fevereiro de 2019

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**CONVOCAÇÃO SELETIVO 002-2018 - ANA CRISTINA DA SILVA - ORIENTADOR SOCIAL**

Publicação Nº 1924432

Ilmo(a).Sr(a):  
Ana Cristina da Silva

**CONVOCAÇÃO**

Nos termos Decreto nº 146/2018 de 01 de Novembro de 2018, que homologa a classificação dos participantes do Processo Seletivo, em conformidade com o edital nº 002/2018, convocamos V.Sa. a comparecer no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de recebimento desta, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, para tomar posse no cargo de ORIENTADOR SOCIAL.

Na ocasião deverá apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;



- Cópia do RG Identidade;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título de Eleitor;
- Cópia de Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Cópia da Certidão de filhos menores de 21 anos;
- Cópia do CPF dos Filhos menores de 21 anos;
- Cópia da CNH; (Carteira Nacional de Habilitação)
- Cópia autenticada do Comprovante de Residência Atual;
- Cópia Carteira de Reservista; (homens).
- Cópia do Histórico Escolar; (diplomas).
- Cópia da Carteira do conselho de Habilitação da área profissional; (ex; CREF,CRM,COREN...)
- 01 foto 3x4; (recente)
- Declaração de Bens;
- Comprovante de quitação eleitoral; (cartório eleitoral ou site [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br))
- Atestado de antecedentes criminais; (fórum ou site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
- Certidão Negativa de débitos com o Município de Tangará ([www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br)) ou setor de Tributos da Prefeitura de Tangará
- Declaração de não acumulo de cargos;
- Exame com médico do Trabalho todas as Segundas- Feiras- Hospital São Lucas – 15h30 ou Portalmed – Videira (Deve ser agendado através do RH) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Número de conta corrente no banco Bradesco para depósito de salário mensal;

Tangará, 22 de Fevereiro de 2019.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº. 148, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 1924435

PORTARIA Nº. 148, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 002/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 014/2017 de 09 de Fevereiro de 2017.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 057 de 02/01/2012 e Lei Complementar 092/2017 de 04/04/2017;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público IVETE MARIA MENEGATT DA IGREJA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE A, 40 horas semanais a partir de 22/02/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 149, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1924438

PORTARIA Nº. 149, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar o servidor JEAN GABRIEL SCHNEIDER MENEGUZZI, ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL – NÍVEL 09 – CLASSE A, a partir de 21/02/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 21/02/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 021/2018**

Publicação Nº 1923457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

**Aviso de Licitação**

Processo Licitatório n. 38/2018 Pregão Presencial n. 21/2018

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE EPIs E MOCHILAS PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 13/03/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 22 de Fevereiro de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação N° 1923393

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

#### ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 10 de março de 2019 das 09h00min às 12h00min no Centro Educacional Professor Ivo Luiz Honnef, sito à Rua Valdemar Stieler, n.º 38, Centro, no Município de Tigrinhos (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Antonio de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições, referente ao Processo Seletivo n.º 001/2019, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

#### Agente Comunitário de Saúde - Micro Área II

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1416064	Bruna Aparecida Badia Sansigolo	113.950.389-88
1424721	Elenice Ines Liebert	981.005.309-63
1415850	Geovani Edson Muscopf	010.126.949-84
1419296	Lesandra Raquel Priebe Volpato	056.468.649-25
1422722	Simone Lamb Neu	062.526.439-80
Total de Inscritos - 05		

#### Agente Comunitário de Saúde - Micro Área V

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1416969	Mari Lucia Heinsch Moser	073.232.369-08
1424979	Sheila Possidonio	072.488.789-01
1423535	Vera Lucia De Oliveira Wachholz	039.514.069-25
Total de Inscritos - 03		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

#### Agente Comunitário de Saúde - Micro Área II

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1411503	Marizangela Raquel Bruch	040.614.429-02
1417972	Tatiane Paula De Vargas	103.326.359-10
Total de Inscritos - 02		



## Agente Comunitário de Saúde - Micro Área V

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1416702	Gessica Fernanda Neu Basto De Araujo	095.821.019-54
1416226	Juliana Pereira De Oliveira	052.070.919-56
Total de Inscritos - 02		

3. Do total de 12 inscrições no Processo Seletivo n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 08 inscrições foram homologadas e 04 inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 25 e 26 de fevereiro de 2019, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do Edital.

5. A publicação da Homologação das Inscrições Após Apreciação dos Recursos Interpostos e do Ensalamento será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019.

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Tigrinhos (SC), 22 de fevereiro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

FRANCIELE BALLESTRERI BROETTO

Presidente da Comissão de Acompanhamento

**HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 001/2019**

Publicação Nº 1923392

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

**ATENÇÃO**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 10 de março de 2019 das 09h00min às 12h00min no Centro Educacional Professor Ivo Luiz Honnef, sito à Rua Valdemar Stieler, n.º 38, Centro, no Município de Tigrinhos (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário NÃO serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Antonio de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições, referente ao Concurso Público n.º 001/2019, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1417951	Andreia Wachholz	079.659.209-80

1414301	Cleoni Pinno Hemsing	082.920.989-17
1420071	Cleusa Baron	058.929.409-18
1415062	Danubia Guisoni	091.438.819-39
1425099	Diana Noeli Kempf Ripplinger	075.416.589-28
1415165	Dilva Maria Honnef	924.211.569-04
1422694	Dyeinifer Chaves Teixeira Da Rosa	106.268.259-97
1425313	Gessica Fernanda Neu Basto De Araujo	095.821.019-54
1421834	Gilvane Meyer	087.294.739-42
1420809	Graciele Fátima Ferreira	095.196.759-22
1416570	Janessa Dullius	012.347.079-00
1411431	Jessica Tais Appelt Da Silva	012.347.109-51
1420192	Joceli Maria Ogliari Manfrin	936.132.969-34
1424518	Juliane Teodoro	093.551.219-54
1418384	Jusani Marafon	069.640.719-11
1420947	Leonardo Andre Bottin	091.591.889-79
1417244	Lucélia dos Santos Neto	092.751.769-81
1414143	Mariles Calonego	954.061.820-72
1421648	Marlise Siqueira	073.900.549-99
1421931	Odair Martins Da Silva	032.790.129-29
1422469	Odete Teresinha Miorando	870.741.419-68
1416820	Sandra Da Rosa	066.439.459-09
1415054	Sandra Do Nascimento Vargas	038.337.689-08
1414579	Sandro Pinheiro	024.411.920-19
1411822	Zelia Rodrigues	055.846.189-18
Total de Inscritos - 25		

## Médico

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1425152	Andressa Morales Rodrigues	007.046.330-19
Total de Inscritos - 01		

## Operador

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1415936	Cidimar Simonetti	040.791.239-81
1418355	Fabricio Marcos Stieler	012.338.339-01
1424101	Gilberto Conchi	075.628.019-24
1420490	Jeferson Miorando	067.403.499-67
1416561	Lair Pires	758.767.109-97
1416733	Leumar Paulo Franz	086.747.519-62
1416707	Maiko Basto De Araujo	101.928.869-83
1420954	Marcio Luis Queiroz	025.513.050-39
1416995	Rodrigo Alexandro Perosso	096.712.739-47
1424997	Rogério Sidinei Pieper	031.509.479-60
1419634	Sozimar Braga	068.969.139-40
1416835	Valdemar Jose Franz	062.272.209-30
1411924	Wenicios Jonas De Godoy	077.573.319-94
Total de Inscritos - 13		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

## Auxiliar de Serviços Gerais

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1416763	Francieli Stertz	067.319.819-74
1411783	Greice Keli Gomes De Souza Dalazen	049.620.859-48

1421671	Juliane Marafon	070.787.079-82
1419195	Micheli Correa	078.744.179-17
1425123	Patricia Pott Mayer	113.055.729-47
1424924	Raquel Caroline Generoso Da Silva	045.284.061-95
Total de Inscritos - 06		

## Operador

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1421321	Geovani Deivi Schneider	056.044.719-17
1417964	Sidiclei Fassbinder Rizzi	099.616.609-27
1416953	Valduir Antunes Dos Santos	096.100.359-65
Total de Inscritos - 03		

3. Do total de 48 inscrições no Concurso Público n.º 001/2019, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 39 inscrições foram homologadas e 9 inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 25 e 26 de fevereiro de 2019, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do Edital.

5. A publicação da Homologação das Inscrições Após Apreciação dos Recursos Interpostos e do Ensalamento será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019.

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Tigrinhos (SC), 22 de fevereiro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ALECIO ZAPPANI

Presidente da Comissão de Acompanhamento

**PORTARIA 082/2019**

Publicação Nº 1924891

PORTARIA Nº. 082/2019.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Prefeito Municipal, Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 1.000,00 cada, totalizando o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 25 a 28 de Fevereiro de 2019, Com Objetivo de Viabilizar a Liberação de Recursos Junto ao Governo Federal, Deputados Federais, Senadores e Demais Repartições Públicas, para o Município de Tigrinhos/SC, Conforme Ofícios em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

**PORTARIA 083/2019**

Publicação Nº 1924899

PORTARIA Nº. 083/2019. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. MARCELI ANDREIA HOFFMEISTER VARGAS, brasileira, portadora do CPF nº 058.342.749-94, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para exercer o Cargo Temporário de Professor III (Anos Iniciais), com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 25 de Fevereiro de 2019 até 19 de Agosto de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional da servidora Pública Municipal Sra. FABIANA GRANDO, em virtude da Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

**PORTARIA 084/2019**

Publicação Nº 1924903

PORTARIA Nº. 084/2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso II do parágrafo 2º do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Sr. MILTON JOSÉ HUPPES, Vice-Prefeito Municipal, Matrícula nº. 555/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 21 de Fevereiro de 2019 a 22 de Março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 21 de Fevereiro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 031/PMT/2019**

Publicação Nº 1923504

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 031/PMT/2019

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia e ou Arquitetura Especializada para Elaboração de Projeto Executivo de Infraestrutura Viária para o Município de Tijucas – SC, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Tipo: Menor preço global

Data de Abertura: 12 de março de 2019, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 006/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMS/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2019**

Publicação Nº 1923461

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 006/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 5.700,00 (CINCO MIL E SETECENTOS REAIS).

TIJUCAS/SC, 21 de fevereiro de 2019.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMS/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2019**

Publicação Nº 1923460

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 007/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VMLX ELETRONICOS EIRELI.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 7.700,00 (SETE MIL E SETECENTOS REAIS).

TIJUCAS/SC, 21 de FEVEREIRO de 2019.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMS/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/FMS/2019**

Publicação Nº 1923560

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 008/FMS/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMS/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/FMS/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: JMM ELÉTRICA LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DE INSTALAÇÃO PREDIAL: DE SEGURANÇA, PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DAS U.B.SS. COM FORNECIMENTO DE MÁQUINAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

TIJUCAS/SC, 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 009/FMAS/2019**

Publicação Nº 1923439

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 009/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMAS/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, CREAS, CRAS E BOLSA FAMÍLIA, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 8.200,00 (OITO MIL E DUZENTOS REAIS).

TIJUCAS/SC, 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/FMAS/2019**

Publicação Nº 1923607

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMAS/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, CREAS, CRAS E BOLSA FAMÍLIA, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 29.257,25 (VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 011/FMAS/2019**

Publicação Nº 1923611

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 011/FMAS/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMAS/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADA: LDM COMERCIO DE MERCADORIAS, ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA LAR, CREAS, CRAS E BOLSA FAMÍLIA, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.



VALOR: R\$. 26.818,90 (VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E DEZOITO REAIS E NOVENTA CEANTOVOS).

TIJUCAS/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

## **PORTARIA 166/2019**

Publicação Nº 1923532

PORTARIA Nº 166, DE 07 DE FEVEREIRO de 2019.

NEIDE MARIA REIS, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 31-A da Lei Orgânica do Município de Tijucas e Lei Complementar n. 41/2015, na forma do Decreto nº 774/2013, tal qual demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO a estrita necessidade de cumprir o que preconiza o §1º do art. 1º da, lei municipal n. 1712/2002;

CONSIDERANDO a necessidade de equiparar os valores pagos a título de reembolso, providenciando um teto para pagamento;

CONSIDERANDO que a lei municipal n. 1712/2002, estabelece como limite o valor correspondente de até 80 % (oitenta por cento) do custo do transporte;

RESOLVE:

Art. 1º - Limitar o valor máximo de auxílio de que trata o §1º do art. 1º da, lei municipal n. 1712/2002, em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais por estudante auxiliado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/PMT/2019**

Publicação Nº 1923660

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/PMT/2019

Objeto: Contratação de Empresa especializada para confecção de Banners, para a Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por item

Data de Abertura: 13 de março de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FCTT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FCTT/2019**

Publicação Nº 1923791

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FCTT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FCTT/2019

Objeto: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de serviço de internet por fibra óptica, a ser instalado nos prédios, da Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Data de Abertura: 12 de março de 2019, as 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMS/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/FMS/2019**

Publicação Nº 1923542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 008/FMS/2019

Dispensa de Licitação nº 003/FMS/19

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos de instalação predial: de segurança, preventiva e/ou corretiva das U.B.Ss. com fornecimento de máquinas, materiais e equipamentos, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Contratado: JMM ELÉTRICA LTDA EPP.

Valor: R\$. 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, incisos II e V, artigo 23, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 085/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA 14/2019 DISPÕE SOBRE A DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA AMIGOS DO HOSPITAL DE TIMBÉ DO SUL**

Publicação Nº 1923653

PORTARIA Nº. 14, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe Sobre a Disposição de Servidor Municipal para Associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.509/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Pôr a disposição da Associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul, a Servidora Municipal do Quadro de Pessoal Efetivo Senhora ELIANE DOS SANTOS, matrícula 1.211, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 19 de fevereiro de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

JSP/AG ADMINISTRATIVO

Matrícula 844

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA DOCUMENTOS HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA - CHAMADA PÚBLICA N.º 01 2019 PMT

Publicação Nº 1924404

PREFEITURA DE TIMBÓ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS  
CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2019 PMT

Às nove horas, do décimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (19/02/2019), na Sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo a documentação de habilitação e projeto de venda, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Chamada Pública, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o período de janeiro à dezembro de 2019, para o fornecimento de banana branca, banana caturra, couve-flor, vagem, repolho, alface crespa verde, maçã, suco de maracujá integral, doce de fruta, leite, iogurte, peixe de água doce (filé de tilápia), cenoura, laranja, pepino japonês, brócolis ramoso. Estiveram presentes a Presidente da Comissão de Licitações, Lourdes Moser, bem como os membros Angela Preuss e Davi Berri, subscritos pela Portaria n.º 1083, de 02 de janeiro de 2019. Presentes também os interessados: Sra. Serli Dias dos Santos, representando a COOPERLAF, Sr. Jonathan Alex Barth, representando a COOPERTAIO, Sr. Sereno Zilze, representando a COPAJAS, Sr. Jean Henrique Galke, Sr. Cláudio Krieser e a Sra. Rosana Maria Ferrari, representado os Srs. Célio Pasquali, Leopoldo Pasquali e Alexandre Hahnebach.

Em análise aos documentos de habilitação (Envelope 01), verificou-se que os interessados: COPAJAS-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE JARAGUA DO SUL, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL RIO DOS CEDROS, ALEXANDRE HAHNEBACH, RODRIGO KERTISCHKA, ODILON ALVASSIS BASTOS, LEOPOLDO PASQUALI, CELIO PASQUALI, COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE, JEAN HENRIQUE GAULKE, CLAUDIO KRIESER, ALINOR KRIESER, ALAIDE SATIRO e JUCINEI KOSLOSKI atenderam aos requisitos de habilitação, no entanto, os demais interessados apresentaram pendências, conforme citação abaixo:

ü COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBLON RÉGIS - COOPERLAF: ausência da Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, conforme subitem 3.5.1, XVI - a do edital;

ü COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE TAIÓ – COOPERTAIO: ausência da Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, conforme subitem 3.5.1, XVI - a do edital;

ü JAIR FRANCISCO DALLABONA: DAP com data de emissão superior a 60 dias, conforme subitem 3.4.1 II do edital.

Prosseguindo, após apontar a ausência da Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó nos documentos de habilitação da COOPERLAF e da COOPERTAIO, os respectivos representantes retiraram-se da sessão, antes da abertura dos envelopes de Projetos de Venda. Ato contínuo, a Comissão procedeu com a abertura dos envelopes do projeto de venda, cujas informações são as do quadro-resumo a seguir:

ITENS OFERECIDOS	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE OFERECIDA	VALOR UNITÁRIO	REGIÃO
1	IOGURTE	COPAJAS CNPJ 06171996/0001-84	7.970 PC/ L	R\$ 5,66	Jaraguá do Sul/SC
2	FILÉ DE TELÁPIA	COMAPEIXE CNPJ 06059358/0001-75	2.100 KG	R\$ 28,75	Timbó/SC
3	BRÓCOLIS RAMOSO	CLAUDIO KRIESER CPF 077363659-54	1.048 kg (PARCIAL)	R\$ 8.58(ORGÂNICO)	Timbó/SC
3	BRÓCOLIS RAMOSO	JEAN H. GAULKE CPF 004132629-60	1.288 kg	R\$ 6,60	Rio dos Cedros/SC
4	PEPINO JAPONÊS	JEAN H. GAULKE CPF 004132629-60	1.920 kg	R\$ 4,00	Rio dos Cedros/SC
5	COUVE-FLOR	ALAIDE SATIRO CPF 826829509-06	2.045kg	R\$ 5,50	Timbó/SC
6	REPOLHO	CLAUDIO KRIESER CPF 077363659-54	3.429 kg (PARCIAL)	R\$ 3,21(ORGÂNICO)	Timbó/SC
8	CENOURA	RODRIGO KERTISCHKA	4.183 kg	R\$ 4,65(ORGÂNICO)	Timbó/SC
9	BETERRABA	ALAIDE SATIRO CPF 826829509-06	1.750 kg (PARCIAL)	R\$ 5,00	Timbó/SC
10	TOMATE	JUCINEI KOSLOSKI CPF 061244419-85	3.478 kg (PARCIAL)	R\$ 5,75	Rodeio/SC
10	TOMATE	JEAN H. GAULKE CPF 004132629-60	664 kg (PARCIAL)	R\$ 5,75	Rio dos Cedros/SC

13	BANANA BRANCA	LEOPOLDO PASQUALI CPF 216953429-68	7,252 kg	R\$ 2,73	Timbó/SC
13	BANANA BRANCA	ODILON A BASTOS CPF 195081829-20	2.817 kg (PARCIAL)	R\$ 3,55(ORGÂNICO)	Timbó/SC
14	BANANA CATURRA	ALEXANDRE HAHNEBACH CPF 057264989-41	8.968 kg (PARCIAL)	R\$ 2,23	Timbó/SC
14	BANANA CATURRA	CELIO PASQUALI-CPF 654260109-00	8.968 kg (PARCIAL)	R\$ 2,23	Timbó/SC
14	BANANA CATURRA	ODILON A BASTOS CPF 195081829-20	3.448 kg (PARCIAL)	R\$ 2,90(ORGÂNICO)	Timbó/SC
15	LEITE	COOPERCEDROS-CNPJ 04.648.417/0001-16	56.843 L	R\$ 2,70	Rio dos Cedros/ SC
16	VAGEM	ALINOR KRIESER CPF 665555159-53	1.097 kg (PARCIAL)	R\$ 9,11(ORGÂNICO)	Timbó/SC
17	ALFACE CRESPA VERDE	ALINOR KRIESER CPF 665555159-53	1.713 kg (PARCIAL)	R\$ 5,84(ORGÂNICO)	Timbó/SC

Prosseguindo à análise dos documentos do Envelope 2 (Projeto de Venda), verificou-se que os interessados: LEOPOLDO PASQUALI, CELIO PASQUALI, COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE, JEAN HENRIQUE GAULKE, ALINOR KRIESER, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS – COOPERCEDROS, RODRIGO KERTISCHKA, ODILON ALVASSIS BASTOS, ALEXANDRE HAHNEBACH, JUCINEI KOSLOKI, ALAIDE SATIRO, e COPAJAS atenderam aos requisitos. No entanto, a COOPERCEDROS, apresentou inconformidade em relação ao item 15 (Leite), uma vez que a quantidade e valor total não estão em conformidade com os listados no Edital e o fornecedor CLAUDIO KRIESER, ofertou produtos orgânicos e não apresentou a Certificação de Produtor Orgânico.

Ainda, verificou-se que os fornecedores interessados nos itens: 17, 16, 14, 09, 12 e 06 atenderam parcialmente o fornecimento solicitado no Edital.

Não houve apresentação de projeto de venda para os itens 07(LARANJA), 10(MAÇA), 11(CEBOLA), 18 (AIPIM CRU) e 19 (SUÇO DE MARACUJA INTEGRAL), restando desertos.

Diante do exposto, considerando a análise dos documentos do Projeto de Venda, abre-se o prazo de 08 (oito) dias consecutivos, contados da publicação oficial da presente ata, para regularização documental, conforme consta no subitem 4.6 do Edital.

Os representantes presentes retiraram-se antes da finalização da ata. Sendo assim, a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
DAVI BERRI  
Membro

## ATA ABERTURA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇO N.º 17 2018 SAMAE

Publicação Nº 1924407

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO  
TOMADA DE PREÇO Nº 17/2018 – SAMAE

Às nove horas, do vigésimo segundo dia, do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (22/02/2019), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para abertura do envelope de Proposta de Preço da empresa habilitada do processo licitatório Tomada de Preço nº. 17/2018 – SAMAE.

Iniciada a sessão, a Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos nele contido à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Os valores apresentados foram os abaixo listados:

LICITANTE	VALOR (R\$)
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. - EPP	112.764,79

Na sequência, a Comissão Permanente de Licitações encaminha a proposta para análise técnica do Setor de Engenharia do SAMAE, procedendo-se à conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pela empresa. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações. Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER  
Presidente  
ANGELA PREUSS  
Membro  
DAVI BERRI  
Membro

## **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2019 FCT - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO EVENTO - PÁSCOA NO PARQUE 2019**

Publicação Nº 1924409

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 FCT

OBJETO: contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a comercialização de alimentação e bebida com o intuito de formar junto ao Parque Henry Paul a Praça de Alimentação do Evento "Páscoa no Parque 2019" que acontecerá no período de 31 de março a 22 de abril de 2019, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 08 de março de 2019. ABERTURA: dia 08 de março de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br) ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br) e telefone 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 22/02/2019  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural

## **CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2019 PMT**

Publicação Nº 1924411

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2019 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 00.802.002/0001-02, o Sr. MAICO CORDOVA PEREIRA, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, o Sr. SANDRO FABIO GIRARDI, JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA, CNPJ nº 23.720.752/0001-22, o Sr. RICARDO CESAR STROIEKE, ALZELI DE MORAES ME, CNPJ n.º 31.180.371/0001-26, o Sr. CLAUS PETER MICHEL a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 01/03/2019.  
HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 22 de fevereiro de 2019.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

## **CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 2010.261 FUMTRAN**

Publicação Nº 1924415

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2010/261 FUMTRAN



A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RENATO SCHUMANN EPP, CNPJ nº. 81.304.313/0001-35, a comparecer para assinatura do respectivo termo de prorrogação ao contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 04/03/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 22 de fevereiro de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

## DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2019 PMT

Publicação N° 1924487

DECISÃO SUSPENSÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2019 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO, DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE TIMBÓ (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA).

Diante do recebimento de impugnação e questionamentos ao edital e considerando a necessidade de análise técnica à documentação, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 27 de fevereiro de 2019 as 09:00 horas.

Timbó, 22 de fevereiro de 2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

## DECRETO N° 5096, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Publicação N° 1924481

DECRETO N° 5096, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 17.840,17.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	317100.00	TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS	
120	0.100000	RECURSOS LIVRES	17.840,17
		TOTAL	17.840,17

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 17.840,17 (dezessete mil, oitocentos e quarenta reais e dezessete centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	337100.00	TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS	
125	0.100000	RECURSOS LIVRES	17.840,17
		TOTAL	17.840,17

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de janeiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.



JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5128, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1923578

DECRETO Nº 5128, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Convoca a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, I, "g" e "n", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal do Idoso com fundamento na Lei Federal nº Lei nº 8.842, de janeiro de 1994 e Lei Municipal nº. 2.200, de 17 de outubro de 2003, alterada pela Lei nº 2.452, de 18 de março de 2010, e demais dispositivos legais aplicáveis e,

Considerando que o Conselho Municipal do Idoso definiu o dia 20/03/2019 para a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa,

### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que será realizada no dia 20 de março de 2019, com início às 14 horas e término às 19 horas, junto à Câmara de Vereadores de Timbó, situada na Rua Honorato Tonolli, s/n – Bairro das Nações, Timbó – SC.

Art. 2º A Conferência desenvolverá seus trabalhos a partir do "Tema central das Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa: Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas", com os seguintes eixos temáticos:

1.1. Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas. Subeixos: Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer.

1.2. Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

1.3. Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

1.4. Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 3º A organização, coordenação e execução da Conferência dar-se-á através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e do Conselho Municipal do Idoso, nos moldes do Regimento Interno, que será objeto de aprovação durante a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 4º As despesas com a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão a conta dos recursos orçamentários próprios do Orçamento-Programa Anual.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de fevereiro de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1924334

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Conselho Municipal de Saneamento Básico, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Ordinária 2.398, de 17 de dezembro de 2008, através de seu Art. 50, §3.º; assim como as atividades instituídas pelo Decreto Municipal 2.802, de 13 de julho de 2012, especificamente pelo Art. 2º, incisos I e II, presentes no Regimento Interno deste conselho, torna público que será realizada Audiência Pública para apresentar à população os trabalhos realizados durante o processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, e promover um canal de participação popular, para que a comunidade contribua durante este processo de revisão.

### DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 14 de março, às 19 horas, no Plenário da Câmara Municipal,

localizada na Rua Honorato Tonolli, s/n, Bairro das Nações.

#### DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é apresentar à população os trabalhos realizados durante o processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, e promover um canal de participação popular, para que a comunidade contribua durante este processo de revisão.

#### DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.

Art. 4.º Os interessados poderão participar mediante o envio de críticas, sugestões e questionamentos ao processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, que se encontra divulgado em seu endereço eletrônico: <https://pmsbtimbo.wixsite.com/pmsb>.

§1.º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência: Destinatário: Conselho Municipal de Saneamento Básico; Endereço: Rua Duque de Caxias, 56, Centro, Timbó (SC), CEP 89120-000;

II – por correspondência eletrônica, para o e-mail: [rodrigo@samaetimbo.com.br](mailto:rodrigo@samaetimbo.com.br).

§2.º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos inicia-se na data de publicação do presente edital e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

§3.º Durante o evento, poderão ser oferecidos formulários aos participantes interessados em realizar perguntas e questionamentos.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico <https://pmsbtimbo.wixsite.com/pmsb>, bem como será afixada na sede da Câmara Municipal, no SAMAE e na Prefeitura Municipal de Timbó.

Art. 6.º O Conselho Municipal de Saneamento Básico divulgará no prazo de quinze dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 21 de fevereiro de 2019.

Rodrigo Catafesta Francisco  
Secretário do Conselho Municipal  
de Saneamento Básico de Timbó

### EXTRATO RETIFICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 121 2018 - PMT

Publicação Nº 1924541

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 121/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: Terrabase Terraplenagem Ltda ME.

OBJETO: fica corrigido o valor de acréscimo para R\$ 18.726,12 (dezoito mil setecentos e vinte e seis reais e doze centavos)“.

ATOMIR SEBASTIÃO BONA  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

### TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2010 261 FUMTRAN

Publicação Nº 1924417

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº 2010/261 - CONTRATO DE CONCESSÃO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, no. 700, Centro, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, representado pelo Senhor Secretário MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR, abaixo denominado MUNICÍPIO e RENATO SCHUMANN EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 81.304.313/0001-35, com endereço à Rua Pomeranos nº. 2266, bairro Pomeranos, Timbó/SC, representado por RENATO SCHUMANN, brasileiro, divorciado, CPF nº. 581.974.949-91 e RG nº. 2.020468-0, abaixo denominado CONCESSIONÁRIA e considerando que:

- a municipalidade lançou o Edital de Concorrência nº 0009/2010 - FUNTRAN, cujo objeto versa acerca “concessão para exploração do serviço de remoção (GUINCHO) e do serviço de estadia/guarda/depósito (PÁTIO) de veículos apreendidos, retidos ou removidos em decorrência de fiscalização de Trânsito efetuada na Cidade de Timbó”, do qual restou vencedora a CONCESSIONÁRIA, firmando com a municipalidade o Contrato Administrativo nº 2010/261 - Contrato de Concessão que, dentre outros aspectos, definiu a vigência de 5 anos, com início em 23/11/10 e término em 23/11/15;

- mesmo não tendo sido tempestivamente lançado ato/aditivo para a prorrogação do prazo do Contrato Administrativo nº 2010/261 (que a época decorreu de problemas de ordem administrativa), para solucionar a questão de conformidade com a legislação pertinente, foi formalizado Termo de Acordo em 22/06/16, que em sua Cláusula Segunda definiu que "O objeto e demais condições do Contrato Administrativo nº. 2010/261 serão integralmente mantidos pela CONCESSIONÁRIA até 23/11/16 ou, a critério do MUNICÍPIO, até no momento da finalização da nova licitação para a concessão, sem prejuízo do respectivo pagamento, nos termos previstos pelo Contrato Administrativo n. 2010/261."(grifo nosso)

- mesmo diante de diversas medidas, por questões técnicas (definição da tipologia e formato do serviço - execução direta pelo ente público ou sua concessão/permissão; apuração de custos/estrutura necessária/contingente de atendimento) e procedimentais (principalmente as decorrentes da Instrução Normativa 22 do TCE-SC, que atribuiu ao ente público a partir de 01/03/16 obrigações a serem cumpridas antes do lançamento de certame relacionados a concessão de serviço público), aliado na ocasião a prejudicada conjuntura econômico-financeira enfrentada pela municipalidade, até novembro/2016 não foi possível estabelecer/definir solução definitiva ao serviço de remoção/guincho e estadia/guarda/depósito de veículos, o que em conjunto com os demais fundamentos fáticos-jurídicos motivou a expedição, em 23/11/2016, de um novo Termo de Prorrogação do Contrato Administrativo nº 2010/261 - Contrato De Concessão, estendendo o prazo deste último até 23/11/2017.

- após inúmeras deliberações (especial de ordem técnica no âmbito interno e externo), pesquisas (não apenas de mercado mas principalmente perante outros municípios onde são desenvolvidas as atividades/serviços que constituem o objeto deste instrumento, dos quais se destaca Indaial, Jaraguá do Sul, entre outros), tudo aliado ao entendimento a FECAM em seus pareceres nº 2429 e nº 3184 (onde restou em suma definido que possível a terceirização dos serviços de meio (guincho e depósito de veículos) desde que a função estatal (apreensão e remoção) seja executada por autoridade ou agentes de trânsito devidamente investidos na função pública), a municipalidade definiu que a condução de tal atividade/serviço dar-se-ia por terceirização;

- Ademais o entendimento atual supra exposto encontra-se calcado em consulta prévia ao TCE, é pela pertinência do instituto da delegação por permissão para o serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015. Isto porque o Município de Timbó, representado por seus advogados, esteve presente no I Encontro Catarinense sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) que foi realizado em 04/12/2017 em Florianópolis. Naquele evento, apresentou-se case que teria como viés a aplicação do instituto da permissão para o serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015. Portanto, considerando os ditames do case apresentado, bem como a Lei nº 2.321 de 29/11/06 do Município de Timbó questionou-se aos auditores do TCE (Palestrantes do Evento - Dr. Azor e Dr. Rogério) se seria possível aplicar o instituto da permissão para o caso e se esta licitação estaria adstrita a instrução normativa nº TC-0022/2015. Em resposta o Dr. Azor El Achkar, apontou o instituto da permissão para o serviço de guincho e remoção de veículos e a inaplicabilidade da instrução normativa nº TC-0022/2015, com o envio do processo licitatório após publicação, em conformidade a IN 21/2015;

- Durante o período necessário a elaboração e publicação do competente instrumento convocatório, fora publicado em 23/11/2017, novo termo de prorrogação do prazo do contrato administrativo 2010/261, com vigência até 30/06/2018, com posterior prorrogação para 30/09/2018.

- neste tempo, o Município elaborou os estudos para lançamento do competente edital, conforme Termo de Referência e Edital de Concorrência Pública Nº 04/2018 FUMTRAN processo licitatório para contratação/concessão do serviço público de remoção e estadia, na modalidade de Permissão, amparado nas planilhas com os cálculos estimativos dos custos e receita anexos, ainda em curso, vez que houveram recursos tempestivamente apresentados quando da decisão de inabilitação/habilitação, conforme ata e documentos anexos;

- Insta esclarecer que o ente público apurou as questões afetas a efetiva gestão da atividade, que compreende custos, estrutura e demais condições necessárias a definitiva implantação e funcionamento, o que compõe o competente certame licitatório;

- a modificação do formato de contratação ora apresentada, face as peculiaridades, especificidades e principalmente dificuldades que a questão requer, impôs a municipalidade a constante e intensa adoção de medidas internas no sentido de melhor conduzir a sua correta conclusão.

- contudo, diante das necessidades de ordem técnicas supra relacionadas, em especial os recursos apresentados quando da decisão de inabilitação/habilitação das empresas concorrentes, bem como o ajuizamento do Mandado de Segurança (Com Pedido de Liminar Inaudita Altera Pars) nº 0302961-40.2018.8.24.0073 em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó/SC – Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, que determinou a suspensão do ato de inabilitação da impetrante para determinar que possa participar dos atos seguintes da Licitação n. 4/2018, tendo a decisão sido objeto de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ainda pendentes de julgamento.

- Desta forma, por decisão do Ilmo Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, suspendeu-se o Processo Licitação licitatório até julgamento da demanda, não sendo possível finalizar o processo licitatório ao modo e tempo.

- Portanto, perante a todos os fatos e fundamentos, no intuito de zelar pelo interesse público, em especial no que tange a manutenção dos serviços que integram este instrumento, evitando assim prejuízos de ordem administrativa, em caráter excepcional e transitória, a manutenção do Contrato Administrativo nº 2010/261 até 31/05/2019, o que poderá a qualquer ser antecipado pelo MUNICÍPIO, a seu exclusivo critério, mediante simples comunicação, o que desde já a CONCESSIONÁRIA aceita e concorda plenamente;

- diante de tal realidade e tendo em vista que a própria Lei nº 8.987/95 (§2º do art. 42) em momento pretérito já reconheceu a regularidade na manutenção excepcional e precária de serviço público concedido, a municipalidade, no intuito de zelar pelo interesse público, não prejudicar o andamento das atividades e a partir do que estabelecem os próprios acordos anteriormente firmados acerca do prazo, entende como período mínimo e adequado a regular adoção das posturas será até 31/05/2019;

- o inciso V do art. 24 da Lei nº. 8.666/93 define que "É dispensável a licitação: V - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE PRORROGAÇÃO relativo ao Contrato Administrativo nº. 2010/261, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E RESCISÃO

O objeto e demais condições do Contrato Administrativo nº. 2010/261 serão integralmente mantidos pela CONCESSIONÁRIA até 31/05/2019, sem prejuízo dos respectivos pagamentos, nos termos do referido instrumento contratual.

Face o caráter excepcional e precário desta prorrogação, a municipalidade poderá unilateralmente e a qualquer tempo rescindir este Termo de Acordo e o Contrato Administrativo nº. 2010/261, mediante comunicação escrita, não comportando qualquer tipologia/espécie de reparação e/ou indenização a CONCESSIONÁRIA, seja a que título/natureza for, o que este último reconhece e aceita para todos os fins.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidos e ratificadas todas as cláusulas e condições Contrato Administrativo nº. 2010/261, Edital de Concorrência nº 0009/2010 - FUNTRAN, Termos e demais atos.

Por estarem totalmente de acordo e sem quaisquer ressalvas as partes assinam este Termo de Acordo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Timbó, 15 de fevereiro de 2019.

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR  
MUNICÍPIO

RENATO SCHUMANN  
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHA

Nome:  
CPF nº.

TESTEMUNHA

Nome:  
CPF nº.

### CÂMARA MUNICIPAL

## PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4/2019

Publicação Nº 1923615

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 8/2019 Parecer: 04/2019

Matéria: PLO 04/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt Conclusão: Favorável

Data: 22/02/2019

Ementa do Projeto: Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – Hospital e Maternidade OASE.

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que pretende autorizar a concessão de auxílio financeiro à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – Hospital e Maternidade OASE. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 22 de fevereiro.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 06/2019 (fl. 11-13), se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas concluiu em seu parecer nº 7/2019 (fls. 16-18) que a matéria não apresenta incompatibilidade com a legislação orçamentária e possui viabilidade financeira.

Ao tratar concessão de auxílio financeiro à entidade que presta serviços relacionadas à área da saúde aos municípes timboense, o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de seu impacto social, nos termos da alíneas "a" e "b" do inciso IV do art. 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbó.

No dia 22 de fevereiro esta Comissão analisou o respectivo projeto, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO

A todos os cidadãos deve ser assegurado o direito à saúde, cabendo ao Poder Público de forma solidária em todas as suas esferas de governo, implementar medidas e ações relacionadas à garantia deste direito.

A Sessão III da Lei Orgânica de Timbó trata do direito à saúde no município, viabilizando a participação de forma complementar das instituições privadas, através de contrato de direito público ou convênio, que é objeto da proposição em análise.

Cabe ressaltar que não só a Administração Pública de Timbó, mas também os demais municípios de nossa região têm contado com o Hospital e Maternidade OASE como aliado à consecução da manutenção da saúde de seus cidadãos, prestado, com excelência, serviços na área de saúde.

Assim, por tudo o que consta na Exposição de Motivos da proposição, a concessão do presente auxílio para que o Hospital mantenha seus serviços aos usuários é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública Municipal com a saúde dos cidadãos, não havendo óbices por parte do Relator desta Comissão à sua aprovação.

### III – CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 04/2019.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Rubens Borchardt

Relator

Fabricio Dalcastagné

Membro



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PORTARIA 109/19

Publicação Nº 1923472

PORTARIA 109/19 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável, a servidora pública municipal Sra. ANA PAULA MATTEUSSI, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a partir de 22 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2019.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

### PORTARIA 110/19

Publicação Nº 1923513

PORTARIA 110/19 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 013/2018 de 28 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: o Decreto 144/18 de 20 de dezembro de 2018, que homologa a classificação final do Edital 013/2018;

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. FLAVIA ROBERTA DIAS, a exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Scharlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 22 de fevereiro de 2019 a 16 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2019.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 36.2019 TERMO CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1924942

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ESTUDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Castilho n.380, Centro, no Município de Tunápolis - SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.915.999/0001-97, doravante denominado CREDENCIADA, no Município de Tunápolis - SC, para prestação de serviços de RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 01/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.**

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	10,5	Mês	3.000,00	Contratação de Serviços de radiodifusão AM/FM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, compreendendo: a) Um programa semanal com duração de 10 minutos, veiculação os sábados das 11h20min às 11h30min; b) Divulgação de todos os avisos encaminhados pelo setor de imprensa na grade de programação entre 6h30min às 18h30min, de segunda a sexta-feira; c) Cobertura ao vivo de atos e eventos oficiais quando solicitados pela municipalidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados pela Administração Municipal, enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora, eventualmente a produção deverá ser feita por parte da emissora. A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento devido ao vencedor será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação das divulgações e execução dos serviços realizados durante o mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento. Os valores mencionados neste credenciamento não sofrerão reajuste.A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto

no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 14 de fevereiro de 2019.

Renato Paulata  
PREFEITO MUNICIPAL  
CREDENCIANTE  
CPF 065.403.509-10

ESTUDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA  
CREDENCIADA  
ROSA MARIA BASSO/Sócia Administradora

Susane Freiburger  
Diretora de Departamento  
Fiscal do contrato

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### 37.2019 TERMO CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1924941

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa RÁDIO OESTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 973, Centro, no Município de Iporã do Oeste - SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.663.543/0001-87, considerada simplesmente doravante CREDENCIADA, no Município de Tunápolis - SC, para prestação de serviços de RÁDIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 01/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	10,5	Mês	3.000,00	Contratação de Serviços de radiodifusão AM/FM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, compreendendo: a) Um programa semanal com duração de 10 minutos, veiculação os sábados das 11h20min às 11h30min; b) Divulgação de todos os avisos encaminhados pelo setor de imprensa na grade de programação entre 6h30min às 18h30min, de segunda a sexta-feira; c) Cobertura ao vivo de atos e eventos oficiais quando solicitados pela municipalidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados pela Administração Municipal, enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora, eventualmente a produção deverá ser feita por parte da emissora. A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior). A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento devido ao vencedor será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação das divulgações e execução dos serviços realizados durante o mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento. Os valores mencionados neste credenciamento não sofrerão reajuste. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 14 de fevereiro de 2019.

Renato Paulata Rádio Oeste Ltda

PREFEITO MUNICIPAL

CREDENCIADA

CREDENCIANTE

Susane Freiburger

Diretora de Departamento

Fiscal do contrato

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60



**39.2019 CONTRATO**

Publicação Nº 1924936

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a EMPRESA JORNALÍSTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA- ME devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.657.922/0001-88, estabelecida Rua do Comércio, 288, sala 01, centro, no Município de Itapiranga/SC, devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Jair Henrique Deters, inscrito no CPF Nº 894.647.459-91, doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 02/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** –

1.1 – Tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE SEMANAL - PARA A DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS INSTITUCIONAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 conforme segue:

Item	Descrição	Inserções por mês	Mês	Valor da Inserção	Inserções por ano
01	Espaço em jornal de circulação semanal, tamanho de 17,75cm de altura por 26cm de largura, impressão colorida, localizada entre a capa e o meio do jornal, para divulgação de atos institucionais do município, como obras, ações, serviços, eventos, campanhas e programas do poder executivo de caráter informativo, educacional e de orientação social.	3	10,5	R\$ 400,00	33

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão prestados sempre que o Município de Tunápolis tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da municipalidade. Caberá somente ao município a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará às contratadas devidamente credenciadas, através de arquivo magnético, e-mail

ou via documental. A credenciada contratada deverá fornecer também ao Município, sem custo adicional, 12(doze) assinaturas do jornal, que deveram ser entregues na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecida

na Rua João Castilho nº111, Centro, semanalmente. A estimativa de veiculação das publicações será de acordo com a demanda existente, e as matérias serão enviadas a todas as licitantes credenciadas, contendo o mesmo teor para publicação. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao desc credenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O Município pagará o valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais) por inserção a periodicidade para faturamento será mensal, devendo a credenciada encaminhar ao município, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. Utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações, considerando que no Mês de fevereiro de 2019, a previsão para as inserções são de 2(duas). Todas Notas Fiscais emitidas em nome do Município de Tunápolis e seus Fundos Municipais, deverão estar acompanhadas dos comprovantes da regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos



financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
  - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
  - c) Rescisão Contratual;
  - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
  - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 18 de Fevereiro de 2019.

Empresa Jornalística Jornal Expressão Ltda- ME

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Jair Henrique Deters /sócio administrador

CONTRATADA.

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Susane Freiburger  
Diretora de Departamento  
Fiscal do contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

## CONTRATO Nº 42/2019

Publicação Nº 1924929

### CONTRATO Nº 42/2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ACADEMIA REMPEL LTDA -ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Evaldo Schneider, nº 40, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.504.881/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Fernando Rempel, devidamente inscrito no CPF nº 009.640.679-86, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 20/2019 e Pregão Presencial nº 11/2019, com seus anexos.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA DIVERSAS MODALIDADES DE JOGOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES", conforme segue:

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
01	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Vôlei de quadra. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	unid	40	120,00	4.800,00
02	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Vôlei de areia. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	unid	100	100,00	10.000,00
03	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Handebol A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	unid	40	150,00	6.000,00
04	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Tennis de mesa. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 1(um) mesário.	unid	30	15,00	450,00
05	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Bocha Rafa Volvo. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 1(um) mesário.	unid	20	40,00	800,00
06	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Xadrez A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 1(um) mesário.	unid	20	20,00	400,00
07	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Poker A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 1(um) mesário.	unid	30	15,00	450,00

08	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Dominó A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um)árbitro e 1(um) mesário.	unid	30	15,00	450,00
09	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Jiu-Jitsu. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um)árbitro e 1(um) mesário.	Unid	30	15,00	450,00
Total GERAL				23.800,00	

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DO OBJETO

2.1 – A prestação dos serviços, objeto do presente CONTRATO, deverá ser realizada conforme o cronograma das competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Tunápolis, devendo o contratado dispor de pessoal suficiente para prestar o serviço de arbitragem para um mesmo dia.

2.2 - A locomoção até o local da competição e o retorno será por conta do contratado, bem como, as demais despesas referentes à entrega do objeto, despesa essas previstas e/ou computadas na proposta.

2.3 – A não entrega do objeto conforme estabelecido no item 2.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E SEU REAJUSTE

3.1 O preço a ser pago pela entrega do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, conforme especificado na Clausula Primeira, sendo o valor total de R\$ 23.800,00 (Vinte oito mil e oitocentos reais)..

3.2 No preço contratado estão incluídas todas as despesas, encargos, obrigações tributárias, bem como todas as despesas e custos da prestação dos serviços.

3.3 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste durante a sua vigência.

## CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado toda quinta- feira da semana subsequente à prestação dos serviços mediante a aprovação do Departamento de Esportes e emissão e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4.2 - Os pagamentos oriundos da prestação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da empresa contratada.

## CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2019, classificadas e codificadas sob o n.º100

## CLAUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;
- atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.
- apresentar, quando solicitado pela contratada, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.
- retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

## CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

7.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

7.3 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

7.4 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto,

não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.6 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com duração até 31/12/2019.

#### CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

9.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

9.3 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

9.5 Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

#### CLAUSULA DÉCIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 20/2019, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis,SC, 18 de fevereiro de 2019.

Academia Rempel Ltda -ME  
Renato Paulata Fernando Rempel,  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

CPF 009.640.679-86  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA.

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Eloi Wink  
Presidente da CME  
Fiscal do contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### CONTRATO Nº 40/2019.

Publicação Nº 1924934

CONTRATO Nº 40/2019.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ACADEMIA REMPEL LTDA -ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Evaldo Schneider, nº 40, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.504.881/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Fernando Rempel, devidamente inscrito no CPF nº 009.640.679-86, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 14/2019 e Pregão Presencial nº 07/2019, com seus anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SETE E FUTSAL, PROMOVIDOS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DOS ESPORTES", conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
3	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol Sete adulto. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	Unid	80	158,50	12.800,00
4	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol Sete categoria de base.12 a 14 anos A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro 1(um) mesário.	Unid	15	120,00	1.800,00
5	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futsal adulto. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	Unid	100	138,00	14.000,00
TOTAL GERAL				28.280,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DO OBJETO

2.1 Prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;

b) Somente poderão executar os serviços de arbitragem as contratadas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto lícitado;

2.3 Manter durante toda a execução do objeto lícitado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.4 Apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.

2.5 Apresentar, quando solicitado pela Comissão Municipal de Esportes, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.

2.6 Retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E SEU REAJUSTE

3.1 O preço a ser pago pela execução do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, conforme especificado na Clausula Primeira, sendo o valor total de R\$ 28.280,00 (vinte e oito mil duzentos e oitenta reais).

3.2 No preço contratado estão incluídas todas as despesas, encargos, obrigações tributárias, bem como todas as despesas e custos da prestação dos serviços.

3.3 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste durante a sua vigência.

#### CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado toda quinta- feira da semana subsequente à prestação dos serviços mediante a aprovação do Departamento de Esportes e emissão e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4.2 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.3 - Os pagamentos oriundos da prestação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da empresa contratada.



**CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2019, classificadas e codificadas sob o n.º100.

**CLAUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

6.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.
- f) apresentar, quando solicitado pela contratada, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.
- g) retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

7.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

7.3 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

7.4 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.6 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com duração até 31/12/2019.

**CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

9.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

9.3 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

9.5 Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

**CLAUSULA DÉCIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 12/2019, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis, SC, 18 de fevereiro de 2019.

Academia Rempel Ltda -ME

Renato Paulata  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Fernando Rempel, CPF 009.640.679-86  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA.



Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Eloi Wink  
Presidente da CME  
Fiscal do contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO N° 44/2019.

Publicação N° 1924924

CONTRATO N° 44/2019.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Adolfo Konder, nº 191, Centro, nº 40, Centro, no Município de São José do Cedro/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.675.157/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Volnei Paulo Deters, devidamente inscrito no CPF nº 030.958.539-20, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 14/2019 e Pregão Presencial nº 07/2019, com seus anexos.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SETE E FUTSAL, PROMOVIDOS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DOS ESPORTES", conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	Unid	50	389,00	19.500,00
2	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. Segunda fase mata, mata. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	Unid	12	499,00	6.000,00
6	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo Feminino. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	Unid	12	299,00	3.600,00
7	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. Sub 16 anos. Ameosc A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	unid	12	239,00	2.880,00
8	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. Sub 14 anos. Ameosc A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	unid	12	239,00	2.880,00
9	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. Escolinha de base 04 a 10anos. A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	unid	10	79,00	800,00

10	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de campo. Escolinha de base 11 a 16 anos A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 1(um) árbitro e 2(dois) assistentes e 1(um) mesário.	unid	20	129,00	2.600,00
11	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futsal Escolinha de base 11 a 16 anos A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	unid	30	100,00	3.000,00
12	Serviço de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futsal Escolinha de base 04 a 10 anos A equipe de arbitragem deve ser composta para cada partida por 2(dois) árbitro e 1(um) mesário.	unid	10	50,00	500,00
TOTAL GERAL				41.632,00	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DO OBJETO**

2.1 Prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;

b) Somente poderão executar os serviços de arbitragem as contratadas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto lícitado;

2.3 Manter durante toda a execução do objeto lícitado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.4 Apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.

2.5 Apresentar, quando solicitado pela Comissão Municipal de Esportes, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.

2.6 Retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E SEU REAJUSTE**

3.1 O preço a ser pago pela execução do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, conforme especificado na Clausula Primeira, sendo o valor total de R\$ 41.632,00 (Quarenta e um mil seiscentos e trinta e dois reais).

3.2 No preço contratado estão incluídas todas as despesas, encargos, obrigações tributárias, bem como todas as despesas e custos da prestação dos serviços.

3.3 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste durante a sua vigência.

**CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento será efetuado toda quinta- feira da semana subsequente à prestação dos serviços mediante a aprovação do Departamento de Esportes e emissão e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4.2 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.3 - Os pagamentos oriundos da prestação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da empresa contratada.

**CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2019, classificadas e codificadas sob o n.º100.

**CLAUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

6.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.
- f) apresentar, quando solicitado pela contratada, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.
- g) retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

#### CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

7.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

7.3 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

7.4 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.6 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com duração até 31/12/2019.

#### CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

9.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

9.3 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

9.5 Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

#### CLAUSULA DÉCIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 12/2019, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando -o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis,SC, 20 de fevereiro de 2019.

#### ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA

Renato Paulata  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Volnei Paulo Deters CPF nº 030.958.539-20  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Eloi Wink  
Presidente da CME  
Fiscal do contrato

#### Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PORTARIA Nº 5007/2019**

Publicação Nº 1924908

PORTARIA Nº. 5.007/2019  
Em 22 de Fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, a RICARDO BUCHE, no cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, com Portaria de Nomeação nº 4.026/2016, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 5% (cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de Ensino Médio.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 22 de Fevereiro de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 5008/2019**

Publicação Nº 1924910

PORTARIA Nº. 5.008/2019  
Em 22 de Fevereiro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, a FERNANDO GUERRA, no cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, com Portaria de Nomeação nº 4.027/2016, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 5% (cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de Ensino Médio.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 22 de Fevereiro de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 65/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 43/2019 REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1923740

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 65/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 43/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Data Emissão: 22/02/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por LOTE

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30min do dia 11 de Março de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, através do REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO CALHAS, RUFOS E COMPONENTES EM CHAPA GALVANIZADA COM A DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EM IMÓVEIS PÚBLICOS DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

A empresa terá que fornecer os materiais e sua devida instalação, bem como deverá realizar a manutenção limpeza e demais reparos e serviços inerentes ao objeto, quando solicitado pela Municipalidade para execução destes serviços.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 8h30min do dia 11 de Março de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

## TERMO DE CREDENCIAMENTO 38.2019

Publicação Nº 1924938

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa RÁDIO ITAPIRANGA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Bonifácio, 280, Centro, no Município de Itapiranga – SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 84.375.872/0001-24, considerada doravante CREDENCIADA, no Município de Tunápolis – SC, para prestação de serviços, de RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 01/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS OFICIAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	10,5	Mês	3.000,00	Contratação de Serviços de radiodifusão AM/FM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, compreendendo: a) Um programa semanal com duração de 10 minutos, veiculação os sábados das 11h20min às 11h30min; b) Divulgação de todos os avisos encaminhados pelo setor de imprensa na grade de programação entre 6h30min às 18h30min, de segunda a sexta-feira; c) Cobertura ao vivo de atos e eventos oficiais quando solicitados pela municipalidade.

### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados pela Administração Municipal, enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora, eventualmente a produção deverá ser feita por parte da emissora. A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento devido ao vencedor será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação das divulgações e execução dos serviços realizados durante o mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretária responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento. Os valores mencionados neste credenciamento não sofrerão reajuste.A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.



**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
  - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
  - c) Rescisão Contratual;
  - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
  - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 14 de fevereiro de 2019.



Renato Paulata  
PREFEITO MUNICIPAL  
CREDENCIANTE

Rádio Itapiranga Ltda  
CREDENCIADA

Susane Freiburger  
Diretora de Departamento  
Fiscal do contrato

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## TERMO DE CREDENCIAMENTO 41.2019

Publicação Nº 1924932

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a Empresa KLAGENBERGER & KLAGENBERG LTDA ME devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.413.042/0001-08 Rua Simões, 145-Térreo-Centro, Município de Iporã do Oeste/SC, devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. ADRIANO BORTOLUZZI inscrito no CPF Nº 727.120.310-91, doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 02/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO –

1.1 – Tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE SEMANAL - PARA A DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS INSTITUCIONAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 conforme segue:

Item	Descrição	Inserções por mês	Mês	Valor da Inserção	Inserções por ano
01	Espaço em jornal de circulação semanal, tamanho de 17,75cm de altura por 26cm de largura, impressão colorida, localizada entre a capa e o meio do jornal, para divulgação de atos institucionais do município, como obras, ações, serviços, eventos, campanhas e programas do poder executivo de caráter informativo, educacional e de orientação social.	3	10,5	R\$ 400,00	33

### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados sempre que o Município de Tunápolis tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da municipalidade. Caberá somente ao

município a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará às contratadas devidamente credenciadas, através de arquivo magnético, e-mail ou via documental. A credenciada contratada deverá fornecer também ao Município, sem custo adicional, 12(doze) assinaturas do jornal, que deveram ser entregues na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecida

na Rua João Castilho nº111, Centro, semanalmente.A estimativa de veiculação das publicações será de acordo com a demanda existente, e as matérias serão enviadas a todas as licitantes credenciadas, contendo o mesmo teor para publicação.A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O Município reserva se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa

Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará o valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais) por inserção a periodicidade para faturamento será mensal, devendo a credenciada encaminhar ao município, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. Utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações, considerando que no Mês de fevereiro de 2019, a previsão para as inserções são de 2(duas). Todas Notas Fiscais emitidas em nome do Município de Tunápolis e seus Fundos Municipais, deverão estar acompanhadas dos comprovantes da regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
  - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
  - c) Rescisão Contratual;
  - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
  - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 18 de Fevereiro de 2019.

KLAGENBERGER & KLAGENBERG LTDA ME

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Adriano Bortoluzzi -sócio administrador

CONTRATADA.

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Susane Freiburger

Diretora de Departamento

Fiscal do contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

### TERMO DE CREDENCIAMENTO 43.2019

Publicação Nº 1924927

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a EMPRESA JORNALÍSTICA FORÇA DO OESTE LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.890.041/0001-63 estabelecida na Rua Independência, 71, sala 201, Centro, Município de Itapiranga /SC doravante denominado CONTRATADA, devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. RAFAEL STULP inscrito no CPF Nº 006.930.079-82, doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 02/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO –

1.1 – Tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA - ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL COM PERIODICIDADE SEMANAL - PARA A DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E ATOS INSTITUCIONAIS DA MUNICIPALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO COM CARÁTER INFORMATIVO, SOCIAL E EDUCATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 conforme segue:

Item	Descrição	Inserções por mês	Mês	Valor da Inserção	Inserções por ano
01	Espaço em jornal de circulação semanal, tamanho de 17,75cm de altura por 26cm de largura, impressão colorida, localizada entre a capa e o meio do jornal, para divulgação de atos institucionais do município, como obras, ações, serviços, eventos, campanhas e programas do poder executivo de caráter informativo, educacional e de orientação social.	3	10,5	R\$ 400,00	33

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados sempre que o Município de Tunápolis tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da municipalidade. Caberá somente ao município

a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará às contratadas devidamente credenciadas, através de arquivo magnético, e-mail

ou via documental. A credenciada contratada deverá fornecer também ao Município, sem custo adicional, 12(doze) assinaturas do jornal, que deveram ser entregues na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecida na Rua João Castilho nº111, Centro, semanalmente. A estimativa de veiculação das publicações será de acordo com a demanda existente, e as matérias serão enviadas a todas as licitantes credenciadas, contendo o mesmo teor para publicação. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará o valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais) por inserção a periodicidade para faturamento será mensal, devendo a credenciada encaminhar ao município, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. Utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações, considerando que no Mês de fevereiro de 2019, a previsão para as inserções são de 2(duas). Todas Notas Fiscais emitidas em nome do Município de Tunápolis e seus Fundos Municipais, deverão estar acompanhadas dos comprovantes da regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br); [compras3@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras3@tunapolis.sc.gov.br); [contabil@tunapolis.sc.gov.br](mailto:contabil@tunapolis.sc.gov.br), acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2019. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- efetuar o pagamento ajustado;
- dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE

**TUNÁPOLIS.**

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor do dia 15 de fevereiro de 2019 e vigorará até dia 31.12.2019, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 18 de Fevereiro de 2019.

Empresa Jornalística Força do Oeste Ltda  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Rafael Stulp /sócio administrador  
CONTRATADA.

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Susane Freiburger  
Diretora de Departamento  
Fiscal do contrato

**Testemunhas:**

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60



# Turvo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIBILIDADE PMT 16/2019

Publicação Nº 1924610

Aviso de Licitação

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação do Show Artístico, reconhecidos e consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito nacional, da banda "DAZARANHA, com o Show AFINAR AS REZAS", para o dia 19/03/2019, com duração mínima de 01hr:40min (uma hora e quarenta minutos), que abrilhantarão o evento "70 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC".

CONTRATADO: HARMONICA ARTE & ENTRETENIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.373.084/0001-83, com sede na Rua Bem-te-vi, 53 – Lagoa da Conceição, no município de Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Heitor Borges Lins, portador do CPF nº 061.666.049-98.

DO VALOR: O valor total do show é de R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais).

BASE LEGAL: Inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA: A Inexigibilidade justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome nacional, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região.

Turvo/SC, 22 de fevereiro de 2019.

Priscila Tramontin Bianchini

Chefe do Departamento de Compras

### EXTRATO CONTRATO FMS 06/2019

Publicação Nº 1923743

Processo de licitação nº. 06/2019

Modalidade Convite nº 06/2019

Contrato n.º 02/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Fine Com. De Informática Ltda

Objeto: Fornecimento de mouses, teclados, impressoras, notebook, estabilizadores, cartuchos originais e toners compatíveis para uso do Fundo Municipal de Saúde

Vigência: 11/02/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 131.305,00

### EXTRATO CONTRATO PMT 29/2019

Publicação Nº 1923693

CONTRATO N.º 29/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Absoluta Telecom

Objeto: Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Empresarial em Telecomunicação

Vigência: 12 meses

Valor Mensal: R\$ 666,00

Data: 11/02/2019

### EXTRATO CONTRATO PMT 30/2019

Publicação Nº 1923694

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 30/2019

MODALIDADE CONVITE Nº 30/2019

CONTRATO N.º 30/2019

CONTRATANTE: Município de Turvo/SC

CONTRATADO: Juliano Manenti Mei

OBJETO: Instalação, prevenção e manutenção de equipamentos de informática e cabeamento de rede para todos os setores da prefeitura municipal de turvo/sc.

VIGÊNCIA: 11/02/2019 A 31/12/2019

VALOR: R\$ 152.100,00 (cento e cinquenta e dois mil e cem reais)



**EXTRATO CONTRATO PMT 31/2019**

Publicação Nº 1923695

Processo de licitação nº. 11/2019

Modalidade convite nº 11/2019

Contrato n.º 31/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Albertina Gonçalves Lidio

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar treinamento, preparação física, preparação técnicas e táticas, para participações em competições e iniciação nas modalidades de futebol, voleibol e vôlei de areia.

Vigência: 10 meses

Valor Mensal: R\$ 6.400,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 32/2019**

Publicação Nº 1923696

Processo de licitação nº. 03/2019

Contrato n.º 32/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Ricardo Baesso Scarabelot

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2019

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 14.800,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 33/2019**

Publicação Nº 1923701

Processo de licitação nº. 03/2019

Contrato n.º 33/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Coopersol

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2019

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 29.665,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 34/2019**

Publicação Nº 1923717

Processo de licitação nº. 03/2019

Contrato n.º 32/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Donato Donizete Sartor

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2019

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 19.600,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 35/2019**

Publicação Nº 1923719

Processo de licitação nº. 03/2019

Contrato n.º 32/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Danilo Baesso

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2019

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 5.250,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 36/2019**

Publicação N° 1923720

Processo de licitação nº. 03/2019  
Contrato n.º 32/2019  
Contratante: Município de Turvo/SC  
Contratado: Katia Pasini Scarabelot  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2019  
Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019  
Valor: R\$ 19.250,00

**EXTRATO CONTRATO PMT 38/2019**

Publicação N° 1923722

Processo de Licitação nº. 13/2019  
Modalidade Convite nº 13/2019  
Contrato n.º 38/2019  
Contratante: Município de Turvo/SC  
Contratado: Carlos Robertos dos Santos Eireli Me  
Objeto: Aquisição parcelada de materiais de expediente e pedagógicos para serem utilizados pela Prefeitura Municipal, Centros de Educação Infantil, Pré-Escolares e Escolas Municipais do município de Turvo/SC, para o ano de 2019  
Vigência: 20/02/2019 a 31/12/2019  
Valor: R\$ 164.723,05

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 19/2019 - PREGÃO RP N. 12/2019

Publicação Nº 1923925

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 19/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 12/2019

Tipo: Menor Preço/por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SEMENTE DE AVEIA PRETA COMUM, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, DESTINADAS AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE INSCRITOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 12 de março de 2019.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 12 de março de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: [www.uniaodoeste.sc.gov.br](http://www.uniaodoeste.sc.gov.br), ou através do e-mail: [compras@uniaodoeste.sc.gov.br](mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br)

União do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

CELSON MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 20/2019 - PREGÃO N. 13/2019

Publicação Nº 1923935

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 20/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2019

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE MÚSICA COMPREENDENDO: FANFARRA MUNICIPAL; CORAIS: INFANTIL, ADULTO E IDOSOS; TÉCNICA VOCAL E INSTRUMENTOS EM GERAL: CORDAS, TECLAS, SOPRO E PERCUSSÃO, DESTINADAS AO PÚBLICO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

Entrega dos Envelopes: 14:15 horas do dia 12 de março de 2019.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 12 de março de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: [www.uniaodoeste.sc.gov.br](http://www.uniaodoeste.sc.gov.br), ou através do e-mail: [compras@uniaodoeste.sc.gov.br](mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br)

União do Oeste - SC, 25 de fevereiro de 2019.

CELSON MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO ADM. N. 13/2019**

Publicação Nº 1924370

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2019**

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, com endereço sito a Avenida São Luiz 531, Cidade de União do Oeste – SC, inscrita no CPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representada pelo Prefeito Municipal CELSO MATIELLO, portador do CPF n. 422.972.909-00, doravante denominado CONTRATANTE e ROBERTO ANTONIO ZUCCO, residente na Rua Chapecó, 411, Centro – União do Oeste/SC, portador da CI N. 1.833.007 e do CPF N. 605.240.819-72, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do processo de Dispensa de Licitação N.º 05/2019, homologado em 22/02/2019, tem justo e contratado o que segue, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado CONTRATANTE e o segundo nomeado aqui chamado CONTRATADO, sendo o segundo proprietário do imóvel situado na Rua Chapecó, 411, Centro, nesta cidade de UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, loca ao primeiro nomeado, mediante as condições a seguir estipuladas:

1.) O Imóvel ora Locado constitui-se de em uma sala comercial contendo uma sala e uma antessala com isolamento acústico e um banheiro, todas as salas e banheiros com acessibilidade, destinado ao funcionamento das atividades do Conselho Tutelar.

2.) O prazo de locação é de 10 (dez) meses, ou seja, de março à dezembro de 2019, podendo ser prorrogado mediante acordo ente as partes e de acordo com a legislação pertinente a matéria.

3.) O valor do aluguel convencionado é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser pago em dez parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada, vencendo a primeira no dia 10 de abril e a última no dia 31 de dezembro de 2019. No valor hora contratado encontra-se inclusa despesa com água.

3.1) No caso de haver prorrogação do contrato, a o aluguel convencionado poderá sofrer reajuste de acordo com a variação do IGP\_M acumulado nos últimos doze meses.

4.) A CONTRATANTE obrigar-se-á repor materiais que por ventura serem danificados.

5.) A CONTRATANTE fica autorizada pelo CONTRATADO, a efetuar as modificações necessárias para a atividade a que se destina o presente contrato, sendo no final do prazo devolvido o imóvel nas condições em que recebeu.

6.) Estipulam as partes contratantes que do presente contrato não caberá arrependimento em hipótese alguma a menos que as partes contratantes de comum acordo dispuserem de modo contrário.

7.) Tudo aquilo que não se encontrar discriminado neste contrato será regulado pela lei em vigor atinente a matéria, e para as questões que acaso vierem a surgir e que não comportarem uma solução amigável, terão por foro a Comarca de CORONEL FREITAS -SC.

E por assim terem contratado, assinam o presente em 02 vias, em presença das testemunhas abaixo e a seguir dão cumprimento as exigências e formalidades legais.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

União do Oeste - SC, 22 de fevereiro de 2019.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ROBERTO ANTONIO ZUCCO  
CONTRATADO

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_

Nome: Andressa G. Donzelli  
CPF: 090.534.369-79

Nome: Pedro Antonio Trentin  
CPF: 580.104.679-87

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2019

Publicação Nº 1923530

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2019

(Referente Pregão Presencial nº. 06/2019/PMU e Processo de Licitação nº 06/2019/PMU)

MUNICÍPIO DE URUSSANGA, com sede na Praça da Bandeira, nº 12, Centro, Urussanga/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 82.930.181/0001-10, neste ato representado pelo Senhor Luis Gustavo Cancellier, Prefeito Municipal, brasileiro, CPF n.º 717.386.069-53 e Cédula de Identidade n. 1.528.502.

ATA Nº 72/2019: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF n.º 19.654.843/0001-30. Valor Global da Ata: R\$ 79.762,03.

Fundamento Legal: Lei 10.520/02, LC 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Processo Licitatório de PREGÃO Nº 06/2019/PMU, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente ata de registro tem por finalidade registrar preços com o objetivo de aquisição parcelada de material de construção, louças para banheiro, material de revestimento, equipamentos de trabalhos na construção, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus Anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo fiscal do Município, deverá atender às seguintes exigências:

2.1.1. A solicitação dos produtos será emitida pelo fiscal, sendo deste a responsabilidade pela fiscalização do acompanhamento dos prazos e dos produtos entregues.

2.1.2. Recebendo a CONTRATADA a solicitação dos produtos, a mesma deverá providenciar o atendimento em até 05 dias úteis a contar da data posterior à de recebimento da solicitação de fornecimento.

2.1.2.1. As solicitações serão feitas para o endereço de 01 (um) e-mail a ser informado pela CONTRATADA no momento da celebração da Ata de Registro de Preços.

2.1.2.2. Os e-mails trocados entre CONTRATANTE e CONTRATADA farão parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, podendo ser usados como prova pelo município de Urussanga em caso de descumprimento de qualquer prazo ou determinação descrito no(s) mesmo(s), pela CONTRATANTE.

2.1.2.3. O não atendimento aos chamados caracterizará recusa em executar a Ata de Registro de Preços firmada e recairá sobre a CONTRATADA as penalidades previstas conforme definido na minuta contratual.

2.1.3. O prazo de entrega e o local deverão ser rigorosamente cumpridos.

2.1.4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, antes do vencimento do prazo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1. Os produtos deverão ser entregues em cada departamento solicitante, podendo ser nos seguintes endereços abaixo relacionados, conforme determinação de cada fiscal:

Secretaria/Diretoria	Fiscal
Secretário de Infraestrutura	Avenida Ivo Silveira, bairro Centro
Secretaria de Educação	Rua João Maria Cancellier, bairro da Estação
Diretoria de Cultura	Rua Minerasil, bairro Centro
Diretoria de Esportes	Avenida Presidente Nereu Ramos, bairro da Estação
Fundo Municipal de Saúde	Rua Barão do Rio Branco, bairro Centro
Fundo Municipal de Assistência Social	Avenida Presidente Nereu Ramos, bairro da Estação
Polícia Militar	Avenida Ivo Silveira, bairro Centro
Corpo de Bombeiros	Avenida Ivo Silveira, bairro Centro

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Recebendo a CONTRATADA a solicitação de que trata a cláusula segunda deste termo, a mesma deverá providenciar o atendimento em até 05 dias úteis a contar da data posterior à de recebimento da solicitação de fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

4.1. Os produtos somente serão devidamente aceitos se cumpridos no prazo e condições determinados pelo fiscal da execução do contrato.

4.2. Todos os produtos entregues deverão ser faturados contra a Prefeitura Municipal de Urussanga, sob o CNPJ 82.930.181/0001-10.

4.3. O documento fiscal e demais exigidos no edital e seus anexos, deverão ser entregues à fiscalização do contrato para análise do cumprimento das obrigações da contratada.

4.4.. Qualquer defeito no produto entregue, este deverá ser substituído em até 24h do fato apurado, sem ônus para a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo relacionados:

Secretaria/Diretoria	Fiscal	Telefone
Secretário de Infraestrutura	Sr. Emerson Jeremias	(48) 3465-0530

Secretaria de Educação	Sra. Marilu Borges Zuchinalli	(48) 3465-1503
Diretoria de Cultura	Sr. Joércio Zuchinali	(48) 3465-1113
Diretoria de Esportes	Sr. Thiago Muttini	(48) 3465-1000
Fundo Municipal de Saúde	Sra. Elisabete Schroeder Kucera	(48) 3465-1254
Fundo Municipal de Assistência Social	Sra. Izoete D. V. Gastaldon	(48) 3465-4776
Polícia Militar	Sra. Edinaldo Martins	(48) 3403-1640
Corpo de Bombeiros	Sr. Dione Elisandro G. de Matos	(48) 3403-1420

6.2. A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.3. Estando os produtos em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata de Registro de Preços e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido empenho e posterior pagamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo efetivo fornecimento da totalidade dos produtos.

7.2. O preço acima proposto é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, inclusive a assistência técnica durante o período de vigência da garantia.

7.3. É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, e acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

7.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº. 8.666/93.

7.5. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de ato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após recebimento e aceite da nota fiscal, obedecendo-se a ordem cronológica por fonte de recurso.

8.1.1. Os depósitos serão feitos através de depósito bancário em nome da empresa contratada.

8.1.2. A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o "CERTIFICO" pelos responsáveis por cada recebimento, autorizados para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

8.1.3. O prazo de pagamento previsto no item 1, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Urussanga-SC, postergando-se em caso negativo, para o primeiro dia útil.

8.2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

8.3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a entregas com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.4. Mediante o pagamento do valor total dos produtos, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação ao CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

8.5. O contratante somente fará o pagamento por transferência bancária on line, em nome do fornecedor pessoa jurídica ou física, de acordo com o documento fiscal apresentado. Para isso, o mesmo deverá apresentar os dados conta bancária no momento da contratação e manter o seu cadastro em dia junto ao setor de compras.

8.6. Fica vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras, não sendo aceitos boletos bancários ou duplicatas.

8.7. É obrigatória a apresentação da conta bancária em nome do fornecedor.

8.8. Nenhum pagamento será feito à contratada caso o produto entregue apresentar defeitos e esta não o solucionar dentro do prazo dado para pagamento descrito nesta cláusula.

#### CLÁUSULA NONA - DA VALIDADE DA ATA

9.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA ALÉM DAS JÁ DETERMINADA NO EDITAL E SEUS ANEXOS

10.1 Além das obrigações constantes do edital e em outras cláusulas deste termo, do disposto na Lei n.º 8.666/1993 são ainda obrigações da CONTRATADA:

a) Manter inalterados os preços e condições propostas;

b) A CONTRATADA está obrigada a executar o objeto da Ata de Registro de Preços através de pessoas idôneas com capacidade profissional comprovado e qualificado, assumindo a total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à CONTRATANTE, podendo a mesma solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, ou cuja capacidade técnica seja insuficiente;

c) A CONTRATADA está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie forem vítimas, seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência do CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA está obrigada a assumir e arcar com os encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, os tributos resultantes do cumprimento desse termo respectivo;

e) A CONTRATADA está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou convenientes; as leis, regulamentos e posturas, bem como, qualquer determinação emanada das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desse termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

f) A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto deste termo;

g) A CONTRATADA está obrigada a manter um representante para tratar com a CONTRATANTE;



- h) A CONTRATADA está obrigada a se responsabilizar com despesas como, profissional técnico, transporte, combustível, mão de obra para carga, descarga, seguros, diárias de alimentação, dentre outras despesas advindas da execução deste termo respectivo;
- i) Providenciar a imediata reparação, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, diante de qualquer defeito nos produtos entregues, este deverá ser substituído em até 24 (vinte e quatro) horas do ocorrido.
- j) Entregar os produtos de acordo com o determinado em cláusula da Ata de Registro de Preços.
- k) Cumprir o disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93.

l) São Expressamente vedadas à CONTRATADA:

- 1) A veiculação de publicidade acerca da Ata de Registro de Preços, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.
  - 2) A subcontratação para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
  - 3) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- m) A contratada deverá assumir como sua responsabilidade o fornecimento de todos os necessários equipamentos (Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva) em atendimento ao estabelecido nas respectivas normas de segurança do trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- n) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.
- o) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.
- p) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão deste Contrato.
- q) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o CONTRATANTE, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

#### CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 são obrigações da CONTRATANTE:

- a) A CONTRATANTE está obrigada a efetuar os pagamentos devidos;
- b) A CONTRATANTE está obrigada a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos;
- c) A CONTRATANTE exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais;
- d) A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento, execução e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando o dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) A CONTRATANTE está obrigada a notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da garantia fixando prazo para providências cabíveis;
- f) A CONTRATANTE está obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com a Ata de Registro de Preços;
- g) A CONTRATANTE está obrigada a comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, as entregas dos produtos a serem entregues tais como: os horários, os locais e a quantidade a ser entregue.
- h) Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto na autorização de fornecimento recebida, de acordo com esta da Ata de Registro de Preços.
- i) Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da empresa contratada ao local de entrega dos produtos.
- j) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela empresa contratada, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.
- k) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- l) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- m) Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo da mesma, pelo fornecimento dos produtos.
- n) Convocar o contratado para que o mesmo encaminhe em até 04 horas da convocação um técnico ou responsável legal que tenha conhecimento dos produtos entregues, quando apresentarem defeito, para fins de verificação do fato e promover a substituição, quando for o caso.
- o) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.
- p) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.
- q) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão deste Contrato.
- r) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o CONTRATANTE, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO

12.1. Este Termo Contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, a CONTRATADA que descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços, poderá o órgão competente do CONTRATANTE, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

13.1.1. No caso de atraso ou negligência na entrega do (s) serviço (s) no local e prazo determinados, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculado sobre o valor global desta Ata de Registro de Preços, até o limite de 5% (cinco por cento), independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, reconhecido os direitos do CONTRATANTE estabelecidos no art. 77 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

13.1.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, em caso de rescisão motivada pela

CONTRATADA ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo).

13.2. Pela inexecução parcial ou total desta Ata de Registro de Preços, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

13.2.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula desta Ata de Registro de Preços e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta a execução desta Ata de Registro de Preços, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

13.2.2. Multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços pela inexecução total;

13.2.3. Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Urussanga-SC, no caso de inexecução parcial ou total desta Ata de Registro de Preços, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

13.2.5. Rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços.

13.3. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

13.4. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

13.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

13.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE, recorrerá às garantias constituídas, se houverem, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes desta Ata de Registro de Preços e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

13.7. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à tesouraria da Secretaria da Fazenda do Município.

13.8. Nenhum pagamento será feito a CONTRATADA, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços terá vigência para 01 (um) ano a contar da data de expedição da mesma ou enquanto perdurarem as quantidades contratadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

16.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

16.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

16.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

16.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

16.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

16.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PARTES INTEGRANTES

17.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão nº 06/2019/PMU, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

17.2. Ficam, também fazendo parte desta Ata de Registro de Preços, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente na respectiva Ata de Registro de Preços e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

18.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Urussanga, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Urussanga, 21 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO EDITAL PL 11 2019 PMU PR 10 2019**

Publicação Nº 1924246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGAAVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019/PMU  
RP

Objeto: registro de preços para aquisição parcelada de peças e serviços com fins de manutenção mecânica de caminhões da frota municipal, de boa qualidade, p/ o exercício do ano de 2019. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 13/03/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h dia 13/03/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

**AVISO EDITAL PL 12 2019 PMU PR 11 2019**

Publicação Nº 1924413

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGAAVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019/PMU  
RP

Objeto: registro de preços para aquisição parcelada de peças e serviços com fins de manutenção mecânica de máquina pesada, de boa qualidade, p/ o exercício do ano de 2019. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 18/03/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h dia 18/03/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

**AVISO EDITAL PL 13 2019 PMU PR 12 2019**

Publicação Nº 1924460

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019/PMU

Objeto: aquisição parcelada de placas de sinalização de trânsito, boa qualidade, p/ o exercício do ano de 2019. Recebimento dos envelopes: até 09h30 dia 14/03/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 dia 14/03/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

**AVISO EDITAL PL 14 2019 PMU PR 13 2019**

Publicação Nº 1924520

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019/PMU

Objeto: aquisição parcelada de serviços de transporte escolar (socorro) para o calendário letivo do ano de 2019. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 20/03/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h dia 20/03/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

**AVISO PL 08 2019 FMS PR 08 2019**

Publicação Nº 1924302

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019/FMS**

Objeto: aquisição parcelada de serviços médicos de ORTOPEDIA de boa qualidade. Recebimento dos envelopes: até 14h dia 14/03/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h dia 14/03/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1923404

**RESOLUÇÃO Nº 01/2019**

EXTINGUE O CARGO DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE (SÍMBOLO PE-04) DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, PREVISTO NOS ANEXOS I, III E IV, DA RESOLUÇÃO Nº 11, DE 31 DE MAIO DE 2006.

Art. 1º Fica extinto o cargo de Técnico em Contabilidade (Símbolo PE-04) do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, previsto nos Anexos I, III e IV, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 19 de fevereiro de 2019.

Vereador Gilson Casagrande  
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio  
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori  
Segunda Secretária

Registrado e publicado a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), em 19 de fevereiro 2019.

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 955/2018

Publicação N° 1923466

DECRETO MUNICIPAL N° 955/2019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece horário de expediente nas Secretarias Municipais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município...

**DECRETA:**

Art. 1º A partir do dia 22 de fevereiro de 2019, o expediente nas Secretarias Municipais passará a ser das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 21 de fevereiro de 2019.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 015/2019

Publicação Nº 1924318

DECRETO Nº 015/2019, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

“DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica decretado “Ponto Facultativo” no serviço público municipal de Vargem Bonita, nos dias 04 e 05 de março de 2019, segunda e terça-feira de carnaval, exceto os serviços essenciais de saúde executados em regime de plantão.

Art. 2º - O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 06 de março de 2019, em horário normal de funcionamento (8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 22 de fevereiro de 2019.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 25/02/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### ERRATA 002/2019

Publicação Nº 1924457

ERRATA nº. 002/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

No Processo Administrativo 27/2019, Pregão Presencial Registro de Preços nº.20/2019 – Contratação de empresa para realização da IX DOCE FESTA, que se realizará nos dias 09, 10, 11 e 12 de maio de 2019 no Parque Municipal Francisco Agostinho Koerich do Município de Vidal Ramos/SC

Alteração 01

Onde se lê:

#### 7.4 - RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa licitante executou satisfatoriamente, atividade referente a organização de eventos de natureza igual ou semelhante ao objeto desta Licitação.

Leia-se

#### 7.4 - RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa licitante executou satisfatoriamente, atividade referente a organização de eventos de natureza igual ou semelhante ao objeto desta Licitação.

b) Apresentar certificado de Registro no Ministério do Turismo, como empresa organizadora de eventos, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 11.771/2008 na forma dos artigos 21 e 22;

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Vidal Ramos, 22 de fevereiro de 2019.

EDUARDO THECHRIN

Pregoeiro

### INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2019

Publicação Nº 1923963

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2019

Inexigibilidade de Licitação 01/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é Palestra Motivacional com ilusionismo + personalização ☐ O Segredo da Motivação ☐ com Jeff Aragon para o Encontro em comemoração do dia 08 de Março - Dia da Mulher, que será comemorado dia 09 de março de 2019.

, com fulcro no artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe: "para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

Valor da contratação R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

NOME DO CREDOR: ORFEU PRODUÇÕES LTDA

CNPJ/CPF: 12.507.664/0001-20

ENDEREÇO: RUA CELESTINO JUNIOR, 291, APT 53 – SÃO FRANCISCO – CURITIBA – PR, 80.510-100

VIDAL RAMOS, 22 DE FEVEREIRO DE 2019.  
HELMUT STOLTENBERG  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2019**

Publicação Nº 1924379

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2019  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2019

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, COMPUTADORES, MONITORES E NOBREAK A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. Entrega fragmentada, mediante autorização de fornecimento.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº. 25/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA:** Dia 13/03/2019, às 09:00 hrs.

**LOCAL:** Prefeitura Municipal de Vidal Ramos à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 25 de fevereiro de 2019  
HELMUT STOLTENBERG  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2019 PMV

Publicação Nº 1924070

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CARBONI VEÍCULOS LTDA PARA EFETUAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DOS 10.000KM DE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO FIAT PALIO, PLACAS MME 6087, DE USO DA POLÍCIA MILITAR.

VALOR: R\$ 278,09 (duzentos e setenta e oito reais e nove centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 22 de Fevereiro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 035/19

Publicação Nº 1923458

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. JAQUELINE RIBEIRO KÜSTER ZANELLA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 20 de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 036/19**

Publicação N° 1923459

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 036/19  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. BRUNA CRISTINA DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL
2. RICARDO MOREIRA DOS SANTOS	MARCENEIRO

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 20 de fevereiro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 067/2019

Publicação Nº 1923401

PORTARIANº. 067/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARA PATRICIA DOS SANTOS SCHRAMM  
Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 04/02/2019 a 13/02/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 21 DE FEVEREIRO DE 2019.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### PORTARIA Nº 069/2019

Publicação Nº 1924649

PORTARIANº 069/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAINA PAZETTO  
Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 041/2019, de 01 de fevereiro de 2019, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, exonerada a partir de 25 de fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 25 DE FEVEREIRO DE 2019.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2019

Publicação Nº 1923784

Processo nº 0042/2019 – Dispensa de Licitação nº 0010/2019

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de serviços do Sesi CNPJ 03.777.341/0001-66, para realização do curso do Programa de Educação MAKER, para os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental para, no período de março de 2019 a novembro de 2019, no valor Total de R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais). De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso XIII.

Xanxerê/SC, 22 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2018

Publicação Nº 1923409

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0038/2019 – Inexigibilidade Licitação nº 0004/2019

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para contratação de shows artísticos a serem realizados durante a comemoração do 65º aniversário do Município de Xanxerê, com as empresas: Vancouver Com. E Produções Artísticas Eireli, CNPJ: 07.709.260/0001-80, para apresentação da dupla "Teodoro e Sampaio no dia 24/02/2019, no valor de R\$ 55.000,00 e a empresa Vibra Serviços Ltda, CNPJ: 09.296.717/0001-05, para apresentação do Artista "Carlos Magrão" no dia 25/02/2019, no valor de R\$ 10.500,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, art. 25, inciso III.

Xanxerê/SC, 20/02/2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 0021/2019

Publicação Nº 1923686

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0041/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0021/2019, do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Britas, Tubos de Concretos e demais Materiais de Construção, destinados a manutenção de vias de tráfego, reparos em pavimentos, conserto de drenagem pluvial e agregado para a fabricação de CBUQ, visando melhor atender a população e dar melhores condições de infraestrutura para o Município de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 12 de março de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 045/2019

Publicação Nº 1923815

DECRETO Nº 045/2019

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015; considerando o disposto no Ofício nº 036/2019 e 037/2019, de 18 de fevereiro de 2019, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:



NOME	CPF	IDENTIDADE
Fabiana Barbosa de Deus	088.363.259-47	6.053.242
Odinei Antunes	048.977.159-97	4.165.882
Tatiane Lemes	079.338.209-21	7.375.057
Leandra Pedroso Bonet	094.940.719-48	6.028.261

Art.2º Ficam descredenciadosos seguintes monitoresda empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Mariana Theresa de S. de Melo	084.216.299-21	5.458.170-2
Claucinéia Leria	106.076.579-95	6.990.645

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 21 de fevereiro de 2019.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### EXTRATOS 1º ADITIVO A ATA RP 0031/2018 E ATA RP 0033/2018

Publicação Nº 1923487

Extrato 1º Aditivo a Ata RP 0031/2018

Contratante: Município de Xanxerê

Contratado: MARCELO CANELLO ME

Objeto: o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação (café da manhã, café da tarde e jantar) do Efetivo de Bombeiros Militares e Comunitários que atuam na 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, sede em Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital Processo 0040/2018 PR RP 0026/2018 e seus anexos.

Fica aditado o percentual de 25% nos Itens abaixo relacionados do Pregão nº 0026/2018 de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 0095/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
02	Sobrecoxa de Frango de primeira qualidade	50 kg	8,67	433,50
03	Carne bovina de coxão mole, cortado em bifes, resfriada, de primeira qualidade, sem osso com 4% de gordura	57 kg	23,89	1.361,73
04	Carne bovina, moída, resfriada, de primeira qualidade, sem osso, com 4% de gordura	55 kg	19,27	1.059,85
05	Carne bovina, corte alcatra, resfriada, de primeira qualidade, sem osso, com 4% de gordura	55 kg	26,50	1.457,50
06	Filé de peito de frango, tipo sassami, de primeira qualidade	55 kg	13,78	757,90
			Total	5.070,48

Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato 1º Aditivo a Ata RP 0033/2018

Contratante: Município de Xanxerê

Contratado: SUPERMERCADO AMADEU EIRELI - ME

Objeto: o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação (café da manhã, café da tarde e jantar) do Efetivo de Bombeiros Militares e Comunitários que atuam na 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, sede em Xanxerê, conforme especificações constantes no Edital Processo 0040/2018 PR RP 0026/2018 e seus anexos.

Fica aditado o percentual de 25% nos Itens abaixo relacionados do Pregão nº 0026/2018 de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura sob nº 0095/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. à aditar	Valor Uni. R\$	Valor Total R\$
01	Pães de Trigo e/ou doce 50gr	150 kg	9,97	1.495,50
08	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade, embalado	40 kg	27,95	1.118,00
09	Queijo tipo prato, fatiado, de primeira qualidade, resfriado, embalado	40 kg	29,95	1.198,00
			Total	3.811,50

Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2019. Avelino Menegolla – PrefeitoMunicipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 296/2019 REPUBLICADO

Publicação N° 1923871

DECRETO N° 296, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação da Resolução n° 001/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 001/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social, referente ao ano de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO N° 001/2019

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social referente ao ano de 2018 e dá outras providências.

O(A) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com as disposições da Lei Municipal n° 1454, de 23 de junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do ano de 2018 do recurso oriundo da esfera estadual para o desenvolvimento de ações, programas e projetos da Assistência Social, com o objetivo de atender famílias em situação de vulnerabilidade social incluídas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 20 de Fevereiro de 2019.

GICELLE PARISOTTO

Presidente CMAS

### ATA 007/2019 ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO

Publicação N° 1924093

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO, inscrita no CNPJ n° 11.348.542/0001-76, nesta Ata representada pelo seu representante legal, Sr. ALEXSANDRO DALARIVA, portador do CPF n° 060.804.379-61, nos termos das Leis n° 10.520/02 e n° 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n° 005/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2019 promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futebol de SUÍÇO 2019 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controles de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	278,00	27.800,00
2	10,00	UNI	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Bocha Rafa Vollo 2019 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos, repassar relatórios após cada rodada comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	320,00	3.200,00
TOTAL					31.000,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 005/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
CLAUDI BABINSKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO  
ALEXSANDRO DALARIVA - Representante

NABOR BEE  
Fiscal da Ata

**ATA 008/2019 LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE**

Publicação Nº 1924095

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE, inscrita no CNPJ nº 10.953.996/0001-03, nesta Ata representada pelo seu representante legal, Sr. SIDINEI DAL PIVA, portador do CPF nº 732.422.689-20, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto

do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2019 promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
3	150,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futsal Amador 2019 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	290,00	43.500,00
4	10,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Voleibol Amador (PRAIA) 2019 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	580,00	5.800,00
5	10,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem COPA XAVANTINA DE FUTSAL 2019 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	455,00	4.550,00
TOTAL					53.850,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 005/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
CLAUDI BABINSKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE  
SIDINEI DAL PIVA - Representante

NABOR BEE  
Fiscal da Ata

**ATA 009/2019 EMBRASEMEN - EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA**

Publicação Nº 1924578

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa EMBRASÊMEN – EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.108.829/0001-51, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. FRANCISCO ROMANO GAIEVSKI, portador do CPF nº 659.557.819-00, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
6	1.000,00	UN	Sêmen da raça Jersey, com prova que atende as seguintes características: tipo igual ou maior que 1; JPI igual ou maior 125; inserção anterior do úbere igual ou maior 1; altura do úbere posterior igual ou maior 1; composto do úbere igual ou maior 2,2; leite igual ou maior 1.000; porcentagem de gordura igual ou maior 0,2; porcentagem de proteína igual ou maior 0,2; gordura igual ou maior 60.	CORT - RAI0 31175	17,40	17.400,00
7	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Jersey, com prova não inferior abril de 2018, oriundo de central cadastrada no ministério da agricultura pecuária e abastecimento e que atenda as seguintes características; ângulo de garupa igual ou maior que 1; porcentagem de gordura positivo ;leite igual ou maior que 1.200; células somáticas menor que 3; vida produtiva maior ou igual que 2; altura de úbere posterior igual ou maior que 1; índice de úbere Jersey maior que 7; porcentagem de proteína positiva.	EXPOENTE 429	17,60	17.600,00
8	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Jersey com prova Americana não inferior a Agosto/2018, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: Leite maior ou igual a 350 lbs; Gordura em porcentagem maior ou igual a 0.09%; Proteína em porcentagem maior ou igual a 0.04%; Composto de úbere maior ou igual a 15; Tipo maior ou igual a 1; Vida produtiva maior ou igual a 1.5; Estatura maior ou igual a 0.50; Ângulo de garupa maior ou igual a 0.50; Score de células somáticas menor ou igual a 3.10; Confiabilidade para tipo e produção maior ou igual a 95%.	MIRAMONTE	19,50	19.500,00
10	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Aberdeen angus com as seguintes características mínimas. MAR maior igual a 2,70; DEP GNS maior igual a 7,3; EGS maior igual a 6,5; DEP AOL maior igual a 1,08 kg; pé maior igual a 41 cm; INDF maior igual a 14.	CORT CAVANI 098	11,90	11.900,00
11	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Gir leiteiro. Oriundo de central cadastrada no ministério de agricultura, pecuária e abastecimento, e que atenda as seguintes características cujo pai apresente PTA leite maior ou igual que 350 kg; PTA gordura igual ou maior que 10 kg. PTA proteína igual ou maior que 5kg; PTA sólidos totais igual ou maior que 30.E mãe com lactação superior a 6.500 kg e a avó com lactação superior a 10.000 kg.	EDITAL 414562	14,40	14.400,00
TOTAL						80.800,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 006/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
CLAUDI BABISNKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
EMBRASÊMEN – EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA  
FRANCISCO ROMANO GAIEVSKI - Representante

JAIME MASIERO  
Fiscal da ata

## ATA 010/2019 SEMENTEC GENÉTICA LTDA

Publicação Nº 1924582

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa SEMENTEC GENÉTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.674.029/0001-63, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. MAURICIO ANDOLFATO, portador do CPF nº 069.780.499-21, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça red angus, com prova de origem. Peso ao nascimento igual ou menor que -1,5; peso a desmama igual ou maior que 30; passo ao sobreano igual ou maior que 25; peso a idade adulta igual ou maior que 15; habilidade materna igual ou maior que 10; temperamento igual ou maior que 10; peso da carcaça igual ou maior que 10; facilidade de parto igual ou menor que 3; positivo para altura na idade adulta; positivo para perímetro escrotal; positivo para marmoreio.	DENIZ CANDELE	11,85	11.850,00
5	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça NELORE com as seguintes características mínimas. PESO maior igual a 850 kg; P120 maior igual a 2,50; PD maior a 7,50. TMD maior a 6,50; PS maior igual a 11; GPD maior igual a 21,5. CFD maior igual a 0,15; PED maior igual 0,25; AOL maior igual 0,25; ESG maior igual 0.40.	GALDINO	11,60	11.600,00



9	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Jersey com prova não inferior a Agosto de 2018 na base americana ou interbull com as seguintes características mínimas. Leite maior ou igual a 450 libras; Porcentagem em proteína maior ou igual a 0.00%; Porcentagem em gordura maior ou igual a 0.10%; Gordura em libras maior ou igual a 40 libras; Composto de úbere maior ou igual a 15; Tipo maior ou igual a 1; Vida produtiva maior ou igual a 1.5; Score de células somáticas menor ou igual a 3.00; Profundidade de úbere maior ou igual a 2; Estatura maior ou igual a 1; Força maior ou igual a 0.40; Confiabilidade para produção maior ou igual a 80%.	CAGE	19,70	19.700,00
13	150,00	PCT	Bainha, tipo francesa, descartável para uso em inseminação artificial. Pacotes com 50 unidades.	WALMUR	27,40	4.110,00
14	100,00	CX	Luva plástica descartável, com 5 dedos, para inseminação artificial. Caixas com 100 unidades.	WALMUR	58,90	5.890,00
15	50,00	CX	Luva de Latex para procedimento tamanhos M e G. Caixa com 100 Unidades.	WALMUR	39,00	1.950,00
TOTAL						55.100,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 006/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
CLAUDI BABISNKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
SEMENTEC GENÉTICA LTDA  
MAURICIO ANDOLFATO - Representante

JAIME MASIERO  
Fiscal da ata

#### ATA 011/2019 LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA

Publicação Nº 1924583

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABISNKI e a empresa LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA, inscrita no CNPJ nº 31.047.654/0001-02, nesta Ata representada pela sua Proprietária, Sr. LETICIA MARIA PALHARIM, portador do CPF nº 133.356.449-05, nos termos das Leis nº

10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça holandesa, cor preto e branco, com prova não inferior a abril de 2018, oriundo de central cadastrada no ministério da agricultura pecuária e abastecimento e que atenda as seguintes características mínimas: TPI igual ou maior a 2.500; PTA leite igual ou maior a 1.350 LBS; confiabilidade de produção igual ou maior a 75%; PTA proteína igual ou maior a 45 LBS; PTA gordura igual ou maior a 45 LBS; PTA % de gordura igual ou maior a 0,2; PTA % proteína igual ou maior a 0; mérito líquido vitalício (nm\$) igual ou maior a 550, Pta tipo igual ou maior a 2; confiabilidade para tipo igual ou maior a 76%; composto de úbere igual ou maior a 1; característica leiteira igual ou maior a 1.5. ligamento central igual a 2.8; DPR igual ou maior a 1; facilidade de parto igual ou menor a 7.5.	ROCKIT	19,50	19.500,00
2	1.000,00	UN	Sêmen da raça holandesa preta e branca, com prova que atende as seguintes características: TPI igual ou maior 2.200; gordura igual ou maior 40; vida produtiva igual ou maior que 5; facilidade de parto em fêmea igual ou menor 6; largura do úbere igual ou maior que 1,7; altura do úbere posterior igual ou maior 1,7; pernas e pés igual ou maior 1,7; inserção anterior do úbere igual ou maior 1,5; estatura igual ou menor 1; leite igual ou maior 200.	MOPAN	19,50	19.500,00
3	1.000,00	UN	Sêmen bovino da Raça Holandesa, com Prova Americana não inferior a agosto/2018, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: TPI maior ou igual a 1900; Leite maior ou igual a 200 libras; Porcentagem de gordura e proteína maior ou igual a 0.10% Composto de úbere maior ou igual a 1; Composto de pernas e pés maior ou igual a 0.9; PTA Tipo maior ou igual a 0; Células somáticas menor ou igual a 3.1; Facilidade de nascimento menor ou igual a 7; Ângulo de garupa positivo. Confiabilidade para produção maior ou igual a 85%. Prova oficial na base americana, não inferior a agosto de 2018.	RAMROCK	19,40	19.400,00
12	1.000,00	UN	Sêmen bovino da raça Hereford: com prova de origem, maciez igual ou maior que 6; areade olho no lombo igual ou maior que 4; espessura de gordura igual ou maior que 5; marmoreio igual ou maior que 5; docilidade igual ou maior que 5; prenhes das novinhas igual ou maior que 7; parto materno igual ou menor que 7; longevidade igual ou maior que 6; ganho de peso diário igual ou maior que 3; perímetro escrotal igual ou maior que 40; peso em coleta igual ou maior que 950.	FRANCISCO	11,70	11.700,00
TOTAL						70.100,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 006/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de fevereiro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
CLAUDI BABISNKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUÁRIA  
LETICIA MARIA PALHARIM - Representante

JAIME MASIERO  
Fiscal da ata

## **ATA PL 007/2019 PMXV**

Publicação Nº 1923519

ATA 001 Processo Licitatório nº 007/2019 – Chamada Pública nº 001/2019

Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 279/2019, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame a seguinte empresa: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XAVANTINA - COPAFAX.

Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes sendo que foi verificado que os mesmos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo fixado no subitem 1.1 do Edital. Na sequência procedeu-se a abertura dos envelopes nº 1 – Habilitação e após conferência e rubrica dos mesmos, constatou-se que a licitante apresentou a documentação em conformidade com as exigências do Edital.

Diante disso, a empresa licitante está habilitada e, por conseguinte, apta à fase de classificação das propostas – projeto de venda, que será feita de forma imediato.

Para a classificação dos itens desta chamada foi adotada a Lei Federal nº 11.947/2019 e a Resolução FNDE nº 38/2009.

Aberto os envelopes de proposta, constatou-se que a licitante, igualmente, apresentou a documentação em conformidade com as exigências do Edital.

Seguindo na análise da documentação da proposta o resultado dos itens vencedores segue: COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XAVANTINA – COPAFAX sagrou-se vencedora dos itens: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39.

Os itens 4, 9, 10, 15, 17, 19, 21 e 27 seguiram desertos.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Xavantina, 22 de fevereiro de 2019.

Presidente da Comissão de Licitações – CLEIDIR E. KEMMRICH

Membros: TACIANE CAON

MAIRA LÚCIA ALTENHOFEN

IZILDE J. P. FAZOLO

Representantes Presentes: MAICON POZZER

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. N° 026/2019 - PREGÃO N° 011/2019

Publicação N° 1923776

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. n° 026/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços n° 011/2019

TIPO: Menor preço por item

OBJETO: Aquisição de conjuntos escolares e caminhas empilháveis para atender as necessidades das Escolas Básicas Municipais, Centros de Educação Infantil e Creches do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 13 de março de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 13 de março de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 19 de fevereiro de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

# Zortéa

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2019 - : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTAS DE VEÍCULOS TERRESTRES, AQUÁTICOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, PARA USO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL NO ANO DE 2019.**

Publicação Nº 1924401

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0016/2019

Pregão Presencial Nº 0012/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de Solução em Gestão De Frotas de Veículos terrestres, aquáticos e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais para uso dos veículos da frota municipal no ano de 2019;

Conforme especificações contidas no anexo IV do edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos de Habilitação deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Compras e Licitação do Município de Zortéa-SC, até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09:05 min do dia 11/03/2019 (Segunda – Feira).

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

#### MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações, junto à Prefeitura de Zortéa, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário de Expediente: Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Telefone: (049) 3557-2018 / (049) 3557-2019.

No site: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 22 de Fevereiro de 2019.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

# Associações

## AMERIOS

### ATA N. 01-2019 - ASSEMBLEIA GERAL DA AMERIOS

Publicação Nº 1923442

#### ATA Nº. 01/2019

Ata da centésima octogésima sexta Assembleia Geral de Prefeitos da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89.874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a Assembleia Geral, em atendimento ao Edital de Convocação nº 01/2019, do dia 24/01/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM dia 28/01/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia; Apresentação do Plano de Trabalho do setor de Engenharia - Arquiteta Marlize C. Klamt Todescatto; Assuntos Administrativos: Presidente Daniel; Prestação de contas referente o mês de dezembro de 2018 e Balanço do Exercício; Assuntos gerais: - Carga horária das Assistentes sociais; e Palavra livre. Inicialmente o Presidente da AMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades fez a abertura da Assembleia Geral, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou todos os presentes, falando de sua alegria em recebê-los nesta primeira Assembleia do exercício de 2019. Dando sequência na pauta, conforme Edital de Convocação o Presidente convidou a Arquiteta Marlize Cristiane Klamt Todescatto - responsável pelo setor para apresentar o Plano de Trabalho da Engenharia no sentido de padronizar e definir as regras para o funcionamento, visando à satisfação de todos. A coordenadora, Sra. Marlize iniciou apresentando a equipe, relatando o que cada profissional desempenha no setor, enfatizando que somente duas profissionais, sendo Engenheiras Carline e Clarice fazem projetos, sendo que o Engenheiro Rafael faz os projetos estruturais e o Engenheiro Glauber os projetos elétricos. Disse que ela, juntamente com a engenheira Mayane fazem análise de projetos e a Engenheira Leandra fiscalização das obras. Relatou que conforme já apresentado ao Presidente Daniel, a sugestão do setor seria a divisão dos projetos conforme índice de repasse do FPM: Projetos de construção civil em geral - Parâmetro quantitativo: Considerado 1 projeto - Obra com até 500,00 m² de área. Exemplo: Unidade de saúde com 450,00 m² - Equivale a 01 projeto; Unidade de saúde com 1000,00 m² - Equivale a 02 projetos; Projetos de pavimentação e calçada pública: Parâmetro quantitativo: Projetos de calçamento e calçada, 1 projeto - Obra com até 3.500,00 m² de área, projetos de calçamento - 1 projeto - Obra com até 3.500,00 m² de área, Projetos de calçada - 1 projeto - Obra com até 2.000,00 m² de área, Projetos de pavimentação asfáltica - 1 projeto - Obra com até 2.500,00 m² de área, Projetos de pavimentação asfáltica e calçada - 1 projeto - Obra com até 2.500,00 m² de área, sendo ainda considerado 1 projeto para a Rua, quando ela for solicitada inteira, não levando em consideração a área dela. Quanto à ordem de elaboração dos projetos, poderá ser alfabética, sorteio, sendo que os Prefeitos e a Prefeita definiram que será em ordem alfabética. Com relação à ordem do início dos projetos, será em ordem alfabética, sendo que os municípios que tem 10 projetos ou mais, quando chegar sua vez, serão feitos dois projetos juntos. Também, o setor esclareceu quanto aos processos, sendo que projetos em andamento serão dados continuidade de modo que serão encaixados entre os demais; Projetos com recurso tem prioridade: Caso for necessária a elaboração de um projeto cuja entrega tem data pré-estabelecida no órgão gestor do recurso, o prefeito a ser beneficiado deverá encaminhar solicitação por escrito ao presidente da AMERIOS para que o mesmo ajuste a situação conforme achar conveniente. As solicitações de serviço poderão ser consultadas no site da AMERIOS. Qualquer alteração no que se refere ao projeto a ser elaborado ou prioridade de execução deverá ser encaminhada por escrito e assinado pelo prefeito. As informações referentes aos projetos em elaboração serão encaminhadas para os técnicos dos municípios e também para os prefeitos com o objetivo de melhorar a comunicação. Depois da apresentação, o Presidente Daniel colocou em votação, sendo o Plano de Trabalho da Engenharia foi aprovado por unanimidade. Nos assuntos Administrativos, o Presidente Daniel informou que a contribuição AMERIOS, teve reajuste, conforme índice, ou seja, o acumulado INPC de 2018, no valor de 3,43%, a partir do mês de fevereiro de 2019, bem como o salário dos empregados sofreu um reajuste, conforme o índice do salário mínimo, a partir de janeiro de 2019, conforme Estatuto, ou seja, a data base de janeiro de 2019. Na sequência foi apresentado o relatório financeiro do exercício de 2018, sendo que foram elencadas as despesas e as receitas realizadas no ano, bem como os investimentos realizados e o valor aplicado. Logo após, foi entregue uma cópia da Prestação de contas do mês de dezembro de 2018 e do Balanço do Exercício de 2018, relatando que o mesmo possui parecer favorável do Conselho Fiscal, sendo ambos aprovados por unanimidade. Com relação ao funcionamento da parte Administrativa da AMERIOS, tendo em vista que a mesma está com as despesas equivalentes com as receitas, foi sugerido, em virtude de os Consórcios CIS/AMERIOS e CIGAMERIOS respectivamente possuir um fluxo de caixa, que faça um estudo para que de forma legal, formalize-se um convênio com a AMERIOS, sendo esta sugestão aprovada pelos Prefeitos e a Prefeita. Também foi levantando a possibilidade de efetivar o pagamento de parte da remuneração do Assessor Jurídico Dr. Arnildo Luiz Kollet, da AMERIOS para o CIGAMERIOS, tendo em vista que o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS prevê o cargo de Assessor Jurídico, mas os serviços atualmente ainda são pagos integralmente pela AMERIOS desde a criação do Consórcio, quando não havia disponibilidade de dotação e recursos por falta de lei municipais dos entes consorciados que autorizasse o repasse para aquele consórcio, contudo, pelas atividades desenvolvidas necessita dos serviços jurídicos de forma permanente, o que ainda vem sendo realizado 20 horas semanais pelo Dr. Arnildo naquele consórcio em decorrência da nomeação ao cargo pela resolução nº 011/2015, e ratificado pela Assembleia Geral desde o ano de 2015. Portanto, essa foi considerada uma alternativa eficaz, que além de promover o equilíbrio nas despesas de pessoal da AMERIOS, formaliza definitivamente o preenchimento do cargo de Assessor Jurídico no consórcio CIGAMERIOS. Foi aprovado também em Assembleia pelos Prefeitos, para que seja autorizada a colocação de manta no telhado na parte da engenharia e desenho. Também foi salientado aos Prefeitos e a Prefeita que no futuro, a parte da Engenharia/Arquitetura, enfim, tudo que se refere à questão de prestação de serviço, deverá ser feita a contratação via Consórcio. Nos assuntos gerais foi abordado sobre o levantamento da FECAM, com relação à meta 18 do Plano Nacional de Educação. A preocupação é que a meta prevê que 90% dos professores em sala de aula sejam efetivos. Outro ponto é que os números no país mostram uma curva descendente da população, então daqui a 30 anos, ainda haverá professores na ativa, podemos não ter mais turmas para eles. Portanto, esse assunto está sendo amplamente discutido pelos prefeitos, as Associações e a FECAM, que não estão apenas questionando, mas estudando o tema para encontrar uma solução conjunta, coerente e legal para o cumprimento da estratégia. Na sequência foi abordado sobre o Edital de Chamada Pública nº 01/2019, para a seleção de um desenhista, com salário de R\$ 1.200,00- 40h/semanais, sendo que as inscrições vão até o dia 20/02. O Prefeito de Tigrinhos abordou sua preocupação referente à carga horária das Assistentes sociais, sendo que alguns profissionais estão solicitando que a mesma seja reduzida para 30h/semanais, sem diminuição do salário. O Dr. Arnildo explicou que fez a



defesa do CIS/AMERIOS, referente documento recebido do Conselho Regional de Medicina, no sentido de ter um médico auditor, podendo ser ESF, segundo a defesa do jurídico, esse pleito não procede. Com relação à EGEM- Escola de Gestão Pública Municipal, o Prefeito Renaldo, integrante do Conselho Fiscal relatou a situação financeira da mesma, disse que fará contato com o presidente da EGEM, Sr. Júlio Ronconi, prefeito de Rio Negrinho para verificar a real situação e as medidas a serem tomadas em virtude da grande preocupação, no que se refere à questão financeira. Os Prefeitos e a Prefeita solicitaram ao Prefeito Renaldo que comunique a EGEM a desfiliação da AMERIOS, juntamente com todos os municípios, ficando a cargo do Jurídico, Dr. Arnildo fazer a parte legal e a documentação, verificando a data corte, para evitar cobranças de dívidas no futuro. A dívida atual da EGEM é de R\$ 301.386,72. Os Prefeitos e a Prefeita foram unânimes quanto a saída da EGEM, em virtude da gestão. Logo após, seguindo a pauta foi apresentado moção aos Prefeitos com relação à necessidade de recuperação das rodovias Estaduais que entrecortam os municípios da região do Entre Rios, onde foi sugerido agendar uma reunião com o Governador, juntamente com todos os Prefeitos, ficando como sugestão o envio dessa moção aos municípios, para que os mesmos enviem material para incrementar e justificar esse pleito. Logo após, foi abordado sobre a Capacitação na área tributária, ou seja, o curso para os fiscais tributários dos municípios. Trata-se de uma formação continuada da Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC em direito tributário, com viés municipal. A formação é gratuita e 100% online. As inscrições começam neste dia 12 de fevereiro e vão até dia 1º de março no site da UDESC. Logo após, a Assessora em Movimento Econômico apresentou o valor dos índices do valor adicionado dos municípios, bem como os resultados do Programa com Nota fiscal Vai Legal. Também, abordou sobre os cursos do SENAR, e a capacitação da nova plataforma do RuralWeb, para os técnicos municipais. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após lida, foi aprovada por unanimidade e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 14 de fevereiro de 2019.

---

## AMFRI

---

### EXTRATO CONTRATO Nº 02/2019

Publicação Nº 1923641

EXTRATO DO CONTRATO nº 02 de 2019.

CONTRATANTE: Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ/ sob o nº 82.747.460/0001-42.

CONTRATADO: G S Consultoria Stanck Freitas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 32.088.058/0001-25.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é o treinamento gerencial para capacitação da equipe gestora hospitalar do Hospital Municipal Ruth Cardoso, localizado na Rua Angelina, s/nº, Bairro dos Municípios – Balneário Camboriú/SC – CEP. 88337-470. O treinamento deverá estar embasado em relatório de diagnóstico situacional do hospital, a ser elaborado pela CONTRATADA, visando a identificação de dificuldades e oportunidades de gestão, promovendo a análise do modelo atual e suas possibilidades de melhoramento, contendo inclusive os custos identificados para a prestação da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde, assistidos na Instituição.

DA VIGÊNCIA: Fica pactuada a vigência do presente contrato no período de 60 (sessenta) dias, a iniciar-se na data da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado no caso de necessidade e de acordo com as vontades das partes, mediante Termo Aditivo.

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), que será paga em 03 (três) parcelas, devendo a primeira parcela ser paga no ato da assinatura do contrato no importe de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a segunda parcela também no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) na entrega no primeiro relatório e a terceira parcela no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) na entrega do Relatório Final, não cabendo quaisquer pagamentos de indenização e encargos sociais, cabendo a CONTRATADA fornecer nota fiscal.

Itajaí /SC, 11 de fevereiro de 2019.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

Gabriel Stanck

G S Consultoria Stanck Freitas Ltda

---

## AMMVI

---

### CONTRATO Nº 04/2019 - AR CONDICIONADO CENTRAL CONVENCIONAL WPS EIRELI

Publicação Nº 1923842

CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES 04/2019

Contrato que entre si celebram o ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Secretário Executivo, JOSÉ RAFAEL CORREA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa AR CONDICIONADO CENTRAL CONVENCIONAL WPS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.214.905/0001-51, com endereço à Rua General Osorio, nº 1850, fundos, Bairro Velha, cidade de Blumenau, neste ato representado pelo seu administrador e preposto Sr. WALTER PEDRO DA SILVA, inscrito no CPF 308.993.549-01, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para fornecimento e instalação de um ar condicionado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição, instalação de equipamento de ar condicionado, tipo Split, para a sede da AMMVI,

conforme descrição do item abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Split Hi-Wall Springer Midea 12.000 BTUs Frio	(01 uni)	R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
02	Instalação	(01 uni)	R\$ 400,00	R\$ 400,00
Total Geral R\$				R\$ 1.780,00

1.2 - Este contrato vincula-se ao resultado da autorização de compras datada de 28 de janeiro de 2019, para todos os fins de direito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir em até dez (10) dias.

2.2 - O CONTRATADO também se responsabilizará pela troca do equipamento se dentro de 08 (oito) dias úteis da compra ou instalação for constatado defeito/vício de fabricação.

2.3 - Ocorrendo defeito de fabricação ou vício nos equipamentos constatado ou reclamado após os primeiros 08 (oito) dias úteis da compra ou instalação, e até o final da garantia de 12 (doze) meses, o equipamento deverá ser reparado pelo CONTRATADO em até 30 (trinta) dias, não sendo o vício/defeito sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o CONTRATANTE exigir, alternativamente a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 - O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 1.780,00 (mil setecentos e oitenta reais), de conformidade com a previsão de despesa previamente autorizada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Pela prestação dos serviços estabelecidos neste contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total deste contrato será de R\$ 1.780,00 (mil setecentos e oitenta reais) para contratação, com pagamento após a entrega e aceitação dos materiais e/ou equipamentos, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

4.2 - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o atesto da Nota Fiscal, que deverá ser enviada eletronicamente para o e-mail [larissa@ammvi.org.br](mailto:larissa@ammvi.org.br), devidamente conferida e aprovada pelo gestor deste contrato.

4.3 - O valor correspondente aos serviços prestados, devidamente aferidos e aprovados, poderá ser depositado pela CONTRATANTE em conta corrente da CONTRATADA ou emissão do boleto bancários fornecidos pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS:

5.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do Orçamento Anual de 2019 da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 - Fica delegado atribuição a empregada da CONTRATANTE Nair Teodoro Machado de Mello, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

6.2 - A CONTRATANTE não será responsável por eventual prejuízo sofrido e/ou causado pelos profissionais da CONTRATADA em decorrência deste contrato, bem como não terá qualquer responsabilidade por eventuais encargos fiscais, trabalhistas, civis e/ou sociais relacionados com a execução do objeto contratual pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

7.1 - A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e no artigo 6, da Resolução 12/06, e alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

8.1 - A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - A repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material ou equipamento entregue em desconformidade com este contrato, bem como responsabilizar-se pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

II - A cumprir com as exigências legais para instalação, transporte e fornecimento do produto, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

III - Garantia total (equipamentos e serviços): mínimo de 12 (doze) meses.

IV - A CONTRATADA, responderá, exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;

#### CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação

Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie quando:

9.1.1 Descumprir das obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula nona deste instrumento;

9.1.2. Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução dos fornecimentos objeto do presente Instrumento de Contrato sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;

9.1.3 Dissolução ou liquidação ou ter sido decretado à falência da CONTRATADA, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial;

9.2. Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização;

9.3 Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;

9.4. Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes;

9.5. Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelo gestor abaixo, a tudo presente.

Blumenau/SC, 29 de janeiro de 2019.

CONTRATANTE JOSÉ RAFAEL CORREA Secretário Executivo – AMMVI	CONTRATADO WALTER PEDRO DA SILVA CPF nº 308.993.549-01
GESTORA DO CONTRATO Nair Teodoro Machado de Mello CPF nº 025.518.749-12	

## AMNOROESTE

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2019

Publicação Nº 1924140

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019  
PROCESSO SELETIVO N. 01/2019

#### PREÂMBULO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE SANTA CATARINA - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza civil, de duração indeterminada, inscrita no CNPJ nº 01.034.439/0001-06, com seus atos constitutivos registrados sob o nº 282 às folhas 530/535 e do Livro A-1 sob o protocolo nº 2.858 em data de 02/01/1996, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca de São Lourenço do Oeste (SC), com sede administrativa na Rua Jarbas Mendes, nº 270, Galeria Martini, Sala 09, CEP: 89990-000, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, empossado pela Assembleia Geral, no dia 17 de janeiro de 2019, e registrado no mesmo cartório, Sr. Admir Edi Dalla Cort, Prefeito Municipal Galvão/SC, que de acordo com art. 25, Inciso V, do Estatuto Social, faz Chamada Pública a todos os interessados que estão abertas as inscrições para Processo Seletivo de empregado(s) Engenheiro Eletricista, a serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nas vagas abaixo indicadas, nos termos e condições presentes neste edital e no Estatuto Social da AMNOROESTE.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições estarão abertas no período de 25/02/2019 a 07/03/2019, no horário de atendimento entre às 08h00min às 11h30min e 13h30min às 16h30min, no Protocolo, junto à secretaria executiva da AMNOROESTE.

1.1.1. São condições para inscrição:

1.1.1.1. Do brasileiro nato ou naturalizado:

- a) estar quite com a Justiça Eleitoral;
- b) estar no gozo dos direitos políticos e civis;
- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional. Se em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei.

1.1.1.2. Do estrangeiro:

- a) estar em situação regular no país;
- b) ser portador de visto permanente;
- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional. Se em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei. Neste quesito, não serão aceitos diplomas ou certificados obtidos por ensino a distância, exceto se em instituições públicas ou comunitárias.

1.2. A inscrição constará do preenchimento de ficha de inscrição própria à disposição na Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, no endereço acima citado ou internet, no endereço: <http://www.amnoroeste.org.br>.

1.3. O candidato deverá anexar à ficha de inscrição a documentação exigida e obrigatoriamente ordenada conforme segue:

- a) Ficha de Inscrição;
- b) Uma foto 3 x 4 recente (colada no Curriculum Vitae);
- c) Curriculum Vitae - com Cópia dos respectivos certificados e documentos citados;
- d) Cédula de Identidade ou documento equivalente;
- e) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- f) Cópia de CNH categoria mínima "B".

1.4. Título de eleitor e prova de ter votado ou justificado a omissão, na última eleição;  
Certificado de reservista, no caso do sexo masculino;

1.5 Certificado de conclusão de escolaridade e documentação específica conforme prescrições das vagas;

0.6. Para a inscrição no local, é necessária a apresentação dos documentos originais e uma fotocópia de cada documento elencado nos itens: "c, d, e, f", que serão autenticados por empregado designado.

0.7. Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos acima e que apresentarem prova documental que cursaram conteúdos equivalentes ou correlatos às vagas que estão se candidatando.

0.8. Somente serão aceitos diplomas ou certificados em EAD que sejam de universidades públicas ou comunitárias.

0.9. Será admitida inscrição por procuração pública ou particular, essa com poderes específicos e firma reconhecida.

0.10. A homologação das inscrições deferidas no presente edital será divulgado no dia 08 de Março de 2019, na internet, página principal da AMNOROESTE, no site [www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br).

## 1. DA RESERVA DE VAGA

1.1. O presente processo seletivo não terá reserva de vaga para pessoas com deficiência – PCD's, que se enquadrarem nas disposições do Decreto n. 3.298/99 e/ou Lei nº 8.213/91, visto que o número de empregados, bem como a aplicação do percentual do total das vagas resulta em valor fracionário menor que uma unidade, o que determina que essa reserva não seja feita.

## 2. DAS VAGAS

Cargo	Engenheiro Eletricista;
Número de Vagas	01 (uma);
Carga Horária	20 horas semanais; (podendo ser ampliada a carga horária de acordo com interesse da entidade).
Salário	R\$ 3.992,00 (três mil novecentos e noventa e dois reais)
Turno	Matutino (segunda à sexta-feira) e eventualmente nos turnos vespertinos com compensação de horas;
Escolaridade	Formação em curso superior de engenharia elétrica, inscrito no respectivo órgão;
Conhecimentos práticos ou formação técnica	a) Em elaboração de Projetos de elétricos; b) Em elaboração de projeto de prevenção de incêndio; c) Em orçamentos de obras com utilização da planilha SINAPI. d) Domínio do software de auto cad.
Local de Trabalho	Sede da AMNOROESTE, para os municípios associados;

Atividades	a) Elaboração de projetos elétricos diversos; b) Elaboração de projetos de SPDA, alarme de incêndio, iluminação de emergência, sinalização de emergência; c) Elaboração de orçamentos; d) Elaboração de Projetos Telefônicos; e) Fiscalização de Obras, relacionadas à parte elétrica; f) Elaboração de projetos utilizando o software auto cad; g) Demais atividades de engenharia elétrica;
Documentação Específica	Cópia: do diploma, do histórico escolar, cursos específicos e referências (todos anexos ao Currículo);

### 3. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

3.1. O processo seletivo para o preenchimento das vagas constantes neste Edital será realizado em três fases, sendo a primeira fase realizada por:

- a) Presidente da AMNOROESTE
- b) Secretária Executiva da AMNOROESTE;
- c) Responsável do setor de engenharia da AMNOROESTE;
- d) Contador (a) da AMNOROESTE

### 4. DA SELEÇÃO

4.1. O processo de seleção ocorrerá em três fases sucessivas, todas com caráter eliminatório, sendo a primeira fase pela Comissão de Seleção instituída por Resolução da AMNOROESTE, a segunda fase pela Diretoria Executiva e Comissão e a Terceira fase pela Assembleia Geral:

#### 4.1.1. Primeira fase: Análise do currículo:

4.1.1.1. A primeira fase, de caráter eliminatório, será realizada internamente e serão classificados os candidatos que preencherem as exigências deste Edital, com a juntada dos documentos e demais itens.

4.1.1.2. O resultado da primeira fase será divulgado 24 horas após o término da avaliação e julgamento dos currículos pela Comissão Preparatória na internet, página principal da AMNOROESTE, no site [www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br).

#### 4.1.2. Segunda fase: Entrevista e demonstração de prática

4.1.2.1. Os candidatos aprovados na primeira fase deverão realizar entrevista e comprovar a capacidade na prática, devendo comparecer na sede da AMNOROESTE, no dia e hora marcada, munidos de documento de identidade com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos. Não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de entrevista após a chamada verbal nominal realizada pela Comissão e que não portarem os documentos exigidos.

4.1.2.2. A entrevista terá duração máxima de 15 (quinze) minutos por candidato e a demonstração prática terá duração de 30 (trinta) minutos e os candidatos serão chamados nominalmente por membro da comissão.

4.1.2.3. A Entrevista e a demonstração da prática será individual de caráter eliminatório, em forma de sabatina com os membros da Diretoria Executiva e Comissão instituída por Resolução no dia a ser marcado, nas dependências da AMNOROESTE e levará em conta habilidades operacionais que abordarão temas relacionados às atividades do cargo, dentre outros, os seguintes critérios:

Apresentação pessoal
Experiência e conhecimento profissional
Capacitação e desenvoltura para as atividades relativas à função
Capacidade de trabalho e relacionamento em equipe
Comunicação e expressão
Projeto de vida do profissional
Disponibilidade para o cargo
Outras

4.1.2.4. A Classificação final da Entrevista será obtida por decisão da maioria simples da Diretoria Executiva e da Comissão instituída por Resolução, que indicará um único escolhido para a fase final.

4.1.2.5. Não haverá reserva de vagas aos candidatos desclassificados em qualquer fase do processo seletivo, mas em caso da Assembleia Geral não ratificar a contratação do candidato indicação pela Diretoria Executiva em Plenário, a Diretoria Executiva poderá convocar os candidatos desclassificados na entrevista para nova sabatina.

4.1.2.6. Haverá prova prática para o cargo descrito nesse Edital.

4.1.2.7. O resultado da segunda fase será divulgado 24 horas após o término de todas as entrevistas, na internet, página principal da AMNOROESTE, no site [www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br).

4.1.3. Terceira fase: Ratificação da Assembleia Geral

4.1.3.1. O candidato aprovado em todas as fases, em última etapa deste processo seletivo, será submetido à Assembleia Geral da AMNOROESTE na data e hora a ser definido em ato de convocação expedido pelo Presidente da Assembleia Geral, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site da AMNOROESTE, [www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br).

## 5. DA HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1. O resultado do processo seletivo será publicado na internet, página principal da AMNOROESTE, no site [www.amnoroeste.org.br](http://www.amnoroeste.org.br), 24 (vinte e quatro) horas após a ratificação da Assembleia Geral.

## 6. DOS RECURSOS

6.1. Caberá recurso da seleção, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da divulgação dos resultados.

6.2. O recurso deve ser protocolizado junto à empresa e encaminhado à Diretoria Executiva, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer que deverá ser publicado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a decisão.

## 7. DO PRAZO DE VALIDADE

7.1. O prazo de validade do processo seletivo é de um mês, a contar da data de publicação do resultado final.

7.2. Após o término do período de validade o processo seletivo perderá seu efeito.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a possibilidade do ingresso imediato como empregado na AMNOROESTE, sendo que fica a concretização da contratação condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse e conveniência da AMNOROESTE.

8.2. A convocação do candidato habilitado para investidura na vaga prevista obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e será feita por meio de contato telefônico, correspondência física ou eletrônica.

8.3. O não comparecimento do candidato convocado no prazo, ou a não aceitação da vaga, bem como não aprovado pela Assembleia Geral, acarretará no cancelamento da sua classificação e, em consequência, serão chamados os candidatos aprovados na primeira fase para nova entrevista com a Diretoria Executiva da AMNOROESTE.

8.4. A inscrição no processo seletivo implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e nos normativos da AMNOROESTE.

8.5. Não será cobrada taxa de inscrição ou qualquer valor por informações recebidas nem pela eventual necessidade de autenticação de documentos pela AMNOROESTE.

8.6. A AMNOROESTE poderá verificar a veracidade de qualquer informação prestada pelo candidato, sendo que a inverdade de qualquer informação implicará o cancelamento da inscrição e/ou aprovação no processo seletivo.

8.7. Qualquer questão que reste duvidosa será resolvida em primeira instância pela Diretoria Executiva, em segunda e máxima instância, pela Assembleia Geral da AMNOROESTE.

8.8. O regime de trabalho é o da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e a admissão não atribuirá qualquer tipo de estabilidade.

São Lourenço do Oeste/SC, 22 de Fevereiro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Presidente da AMNOROESTE

Prefeito Municipal de Galvão

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 01/2019

PROCESSO SELETIVO N. 01/2019

Inscrição gratuita

Vaga: \_\_\_\_\_

Dados Pessoais



Nome completo	
Data de nascimento	
Local de nascimento	
Nacionalidade	
Filiação	
Estado civil	
CPF nº	
Título de Eleitor nº	
Cédula de Identidade nº	
Data e órgão expedidor da C.Identidade	
Endereço completo	
Cidade	
CEP	
Estado	
Telefone(s)	
E-mail	

Obs.: Anexar os documentos necessários para efetivação da inscrição.

São Lourenço do Oeste/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato (a)

### EXTRATO CONTRATO 001/2019

Publicação Nº 1924106

Extrato Contrato 01/2019

Contratante: Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE

Contratado: Escritório Contábil Martini LTDA

Objeto: O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de elaboração da Contabilidade Geral, abrangendo ESFINGE, DIRF, GFIP, Folha de Pagamento, RAIS e Informações ao STN, e demais informações da AMNOROESTE.

Valor Total: R\$ 13.334,00 (treze mil trezentos e trinta e quatro reais)

### EXTRATO CONTRATO 002/2019

Publicação Nº 1924109

Extrato Contrato 02/2018

Contratante: Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE

Contratado: Eliveltro Jesus Passini 01901295907

Objeto: O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços na preparação de documentos e serviços de apoio na digitação de projetos, pareceres e memoriais descritivos na área de engenharia da AMNOROESTE.

Valor Total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

### EXTRATO CONTRATO 003/2019

Publicação Nº 1924113

Extrato Contrato 03/2019

Contratante: Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE

Contratado: Peromar Representações Comerciais LTDA

Objeto: O objeto do presente Contrato é a locação do imóvel situado na RUA JARBAS MENDES, nº 270, SALA COMERCIAL Nº 09, medindo 460 m², EDIFÍCIO ED. COMERCIAL MARTINI, Bairro: BRASÍLIA, na cidade de SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de SC, para uso Comercial.

Valor Total: R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil oitocentos e vinte reais)

### EXTRATO CONTRATO 004/2019

Publicação Nº 1924117

Extrato Contrato 04/2019

Contratante: Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE

Contratado: Instituto de Ensino Tributário Municipal - IDETRIM

Objeto: O objeto deste contrato é a licença para uso pelos municípios associados do sistema e.ConTributo (autos eletrônicos, cruzamento de informações, suporte e consultas), juntamente com a capacitação para uso do sistema, visitas bimestrais e apoio na elaboração de legislação tributária.

Valor Total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

**EXTRATO CONTRATO 005/2019**

Publicação Nº 1924120

Termo Aditivo 001/2019  
Extrato Contrato 05/2018  
Chamada Pública 001/2018

Contratante: Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE

Contratado: Souza & Gobi Topografia e Georreferenciamento LTDA

Objeto: É objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, GEORREFERENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS: Levantamento Planialtimétrico, Levantamento Planialtimétrico de área Rural Pública com até 35.000,00m2, Locação, Projetos de Desmembramento, Projetos de Remembramento, Desenho técnico, Projeto Geométrico, Anotação de Responsabilidade Técnica (que será paga pelo contratante), Análise e Aprovação de Projetos na área da Agrimensura, Geomensura e Topografia, Avaliações de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Valor Total: R\$ 145.200,00 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais).

**RESOLUÇÃO 001/2019**

Publicação Nº 1924152

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

ADMIR EDI DALLA CORT, Presidente da AMNOROESTE e Prefeito Municipal de Galvão, no uso das atribuições conferidas pelo Capítulo II, art. 30, Parágrafo único, do Estatuto Social.

RESOLVE

Parágrafo único. A contribuição individual dos Municípios para a entidade prevista no inciso I, deste artigo, não poderá ser inferior a 0,3% (zero vírgula três por cento) e nem superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do montante da Receita Total Arrecadada mensalmente pelos Municípios associados, conforme a seguir:

MUNICÍPIOS	VALOR R\$
Coronel Martins	7.900,00
Galvão	8.500,00
Irati	7.900,00
Jupia	7.900,00
Novo Horizonte	8.500,00
São Bernardino	8.500,00
São Lourenço do Oeste	28.000,00
TOTAL	77.200,00

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal de Galvão

Presidente da AMNOROESTE

**RESOLUÇÃO 002/2019**

Publicação Nº 1924131

RESOLUÇÃO 002/2019

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2019

Art. 1º - A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes, nº. 270, Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Sr. Admir Edi Dalla Cort, Prefeito Municipal de Galvão/SC, no uso das suas atribuições legais, resolve NOMEAR a:

Comissão de Seleção

- Admir Edi Dalla Cort, Presidente e Prefeito Municipal de Galvão;
- Patricia Rossoni Losso Longo, Engenheira Civil;
- Solange do Amaral Muller, Secretária Executiva;
- Sezarlei Ferreira Bueno, Assessor Contábil.

Diretoria Executiva

- Admir Edi Dalla Cort
- Vanderlei Sanagiotto

Paragrafo Único: No desempenho de suas atribuições os membros ora nomeador deverão conduzir os trabalhos da Chamada Pública 001/2019.

Art. º 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Admir Edi Dalla Cort  
Presidente da AMNOROESTE  
Prefeito Municipal de Galvão/SC

## RESOLUÇÃO 003/2019

Publicação Nº 1924137

RESOLUÇÃO 003/2019

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2019

Art. 1º - A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes, nº. 270, Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Sr. Admir Edi Dalla Cort, Prefeito Municipal de Galvão/SC, no uso das suas atribuições legais, resolve NOMEAR a:

Comissão de Seleção

- Presidente: Patricia Rossoni Losso Longo
- Secretária: Solange do Amaral Muller
- Membro: Admir Edi Dalla Cort
- Membro: Sezarlei Ferreira Bueno

Diretoria Executiva

- Admir Edi Dalla Cort
- Vanderlei Sanagiotto

Art. 2º - Ao Presidente da Comissão Preparatória, compete:

- I – convocar e presidir a Comissão preparatória;
- II – receber os currículos e coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;
- III – Encaminhar a decisão da Diretoria Executiva para ratificação em Assembleia Geral.

Art. 3º - Compete ao Secretário da Comissão preparatória:

- I – promover a publicação do processo seletivo simplificado para contratação de engenheiro civil e respectivos resultados;
- II - Lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;
- III – Convocar os candidatos com currículos classificados pela Comissão preparatória para entrevista individual com a Diretoria Executiva da AMNOROESTE;

IV - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

V - Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros.

Art. 4º - Compete aos membros da Comissão preparatória:

I – Participar da Comissão Preparatória na escolha e classificação dos currículos dos candidatos ao emprego considerando no mínimo:

- a) apresentação e composição do currículo (clareza e objetividade com foto);
- b) documentos pessoais (RG, CPF etc.), CNH (obrigatório no mínimo categoria "B");
- c) documentos que comprovem a escolaridade e a qualificação técnica;
- d) Possibilidade e disponibilidade.

II – Assinar as atas e relatórios que definirem a classificação dos candidatos a serem submetidos à entrevista com a Diretoria Executiva e ratificação da Assembleia Geral.

Art. 5º - As decisões da Comissão preparatória serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 6º - As decisões da Comissão Preparatória serão de caráter definitivo e não haverá devolução de currículos para os candidatos reprovados pela Comissão Preparatória.

Art. 7º - Os candidatos com Currículos selecionados pela Comissão Preparatória, serão convocados para se apresentarem na sede da AMNOROESTE, em horário a ser marcado pelo Presidente da Comissão Preparatória, para entrevista individual com a Diretoria Executiva e com a Comissão.

§ 1º – Dos candidatos classificados para a entrevista com a Diretoria Executiva da AMNOROESTE e com a Comissão, apenas um será selecionado e encaminhado para a ratificação em Assembleia Geral da AMNOROESTE.

§ 2º – O candidato (a) aprovado pela Diretoria Executiva e pela Comissão, somente será contratado mediante ratificação da Assembleia Geral, que em sessão plenária deverá convalidar os atos da Comissão Preparatória e a decisão de escolha da Diretoria Executiva como definitiva.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Admir Edi Dalla Cort  
Presidente da AMNOROESTE  
Prefeito Municipal de Galvão/SC

# Consórcios

## CIGA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019

Publicação Nº 1924880

Aviso de Licitação n.º 01/2019  
Processo Administrativo n.º 001/2019

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

#### CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 26/02/2019.
2. Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 11/03/2019, às 14:50 horas.
3. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 07/03/2019.
4. Data da sessão pública do Pregão Presencial: 11/03/2019, às 15:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

**OBJETO:** Contratação de empresa de Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde do tipo Coletivo Empresarial, para prestar serviços aos empregados públicos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e aos seus dependentes em conformidade com a Lei Nº. 9.656/98. O plano de assistência de saúde compreende todos os procedimentos envolvendo todos os meios de diagnóstico e tratamento, hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, clínicos, cirúrgicos, obstétricos, e os atendimentos de urgência e emergência, e as demais coberturas contidas no Rol de Procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos atos que a atualizar, a suceder, respeitadas as resoluções adotadas pelo Conselho da referida Agência, com, no mínimo, cobertura em todo o território do estado de Santa Catarina, porém com garantia de atendimento de urgência/emergência em todo o território nacional quando em trânsito, ou quando a especialidade não for encontrada no estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência).

**EDITAL COMPLETO:** À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

**BASE LEGAL:** Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA  
Pregoeiro do CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2019/CIGA  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019

#### 1 PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, regime de execução EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, cujo critério de julgamento será GLOBAL, para contratação de empresa de Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde, para prestar serviços aos empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e seus dependentes, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- 1.2.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 1.2.2 Anexo II - Estimativa de Valor da Contratação;
- 1.2.3 Anexo III - Formulário de Proposta de Preços;
- 1.2.4 Anexo IV - Carta de Preposição;
- 1.2.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 1.2.6 Anexo VI - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 1.2.8 Anexo VIII - Minuta e Anexos do Contrato.

#### 2 CRONOGRAMA

- 2.1 Data de início do recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 26/02/2019.  
2.2 Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 11/03/2019, às 14:50 horas.  
2.3 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 07/03/2019.  
2.4 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 11/03/2019, às 15:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

### 3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.  
3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no portal [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br), no link <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/>.  
3.3 Os interessados deverão consultar o site do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.  
3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico para o endereço [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br); por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.  
3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

### 4 DO OBJETO

4.1 Contratação de empresa de Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde do tipo Coletivo Empresarial, para prestar serviços aos empregados públicos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e aos seus dependentes em conformidade com a Lei Nº. 9.656/98. O plano de assistência de saúde compreende todos os procedimentos envolvendo todos os meios de diagnóstico e tratamento, hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, clínicos, cirúrgicos, obstétricos, e os atendimentos de urgência e emergência, e as demais coberturas contidas no Rol de Procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos atos que a atualizar, a suceder, respeitadas as resoluções adotadas pelo Conselho da referida Agência, com, no mínimo, cobertura em todo o território do estado de Santa Catarina, porém com garantia de atendimento de urgência/emergência em todo o território nacional quando em trânsito, ou quando a especialidade não for encontrada no estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência).

### 5 DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo (global e unitário) do objeto, inclusive de cada faixa etária, está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

### 6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.  
6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

#### ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE: .....

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019/CIGA

#### ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: .....

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019/CIGA

#### 6.3 É vedada a participação de:

- 6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);  
6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:  
6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)  
6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação; e  
6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores (empregos permanentes ou em comissão) do CIGA.

### 7 DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, §2.º, da LC 123/2006).



7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, §2.º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, §3.º, da LC 123/2006).

7.6 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, §2.º, da LC 123/2006).

7.7 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas últimas apresentem alguma restrição (artigo 43, caput, da LC 123/2006).

7.8 Havendo restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, §1.º, da LC 123/2006).

7.9 A documentação fiscal e trabalhista regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.9.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.8.

7.10 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação, conforme estipulado neste edital.

7.11 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

## 8 DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

## 9 DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou Carta de Preposição – modelo sugerido no Anexo IV – assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada:

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 O representante credenciado é o único autorizado a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por seu representado.

9.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, entretanto, ficará o suposto representante impedido de praticar quaisquer atos durante o processo em nome da licitante.

9.6 No decorrer da sessão poderá haver substituição do representante, desde que haja o credenciamento do novo representante na forma dos subitens 9.1 e 9.2 deste edital.

## 10 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – A proposta deverá descrever, de forma clara e completa, o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

10.1.2 PREÇO – Os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, inclusos todos os custos necessários

ao fornecimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preço, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6.º da Lei n.º 10.520/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Formulário de Proposta de Preço.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e o horário aprazado.

10.1.6 As propostas serão irrevogáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

## 11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos abaixo relacionados:

### 11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

#### 11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede;

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADES CIVIS OU SIMPLES deverá ser apresentada inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADES EMPRESARIAIS OU COMERCIAIS deverá ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS (Junta Comercial) do local de sua sede, e, no caso de SOCIEDADES POR AÇÕES, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.1.1.4 As EMPRESAS OU SOCIEDADES ESTRANGEIRAS em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

### 11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.1.2.10 O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

### 11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresse.

### 11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

11.1.4.2 O atestado de capacidade técnico-operacional, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

11.1.4.2.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

## 11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à Internet para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação. 11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

## 12 DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até a data e o horário apazado.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, e a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os preços ofertados no respectivo mapa, indicando o de MENOR PREÇO GLOBAL EM 60 MESES, em conformidade com a fórmula que consta do Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação, durante o prazo máximo permitido por lei para a vigência do Contrato, e aquelas que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta.

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com MENOR PREÇO GLOBAL EM 60 MESES, desde que atendidos os requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances.

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo preço máximo (valor global estimado para 60 meses) no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote único em disputa, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances do lote único e ordenada as ofertas, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar (do menor lance), quanto ao objeto e ao valor, este com base nos orçamentos obtidos pela administração e/ou preço máximo estabelecido (Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação);

12.9.3 negociará a redução dos preços; e

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o preço máximo (valor global estimado para 60 meses) para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário estimado por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Estimativa de Valor da Contratação (Anexo II), sendo que este preço

não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário de Proposta de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: [licitacao@ciga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ciga.sc.gov.br) assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.12 Ato contínuo, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação (Envelope n.º 2) do licitante que apresentou a melhor proposta (declarado vencedor da etapa de lances), para verificação do atendimento às condições fixadas no Edital.

12.13 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação em situação regular.

12.14 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote único em disputa.

12.15 Os envelopes de habilitação dos licitantes ficarão sob a posse do Pregoeiro até o adimplemento das obrigações contratuais, quando serão inutilizados.

12.16 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

### 13 DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

### 14 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.3 Sempre que for interposto recurso, deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

14.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

14.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

14.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

14.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo indeferimento ou provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

14.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 15 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Declarado o vencedor da licitação para o lote e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto à vencedora do Pregão. O Pregoeiro Adjudicará o objeto ao vencedor, e o processo será remetido ao Diretor Executivo do CIGA para homologação.

15.2 No caso de interposição de recurso, a adjudicação do objeto à vencedora do Pregão será realizada pela autoridade competente. O Diretor Executivo do CIGA adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo.

15.3 A homologação será realizada pela autoridade competente.

### 16 DA CONTRATAÇÃO

16.1 Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado Contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, na Gerência Administrativa do CIGA, a partir da comunicação por escrito para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

16.2 Ocorrendo a decadência de que trata o item anterior, aplicar-se o disposto no subitem 12.14 deste Edital.

16.3 As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

16.4 Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela licitante por meio de sua proposta, fazem parte do Contrato independentemente de transcrição.

### 17 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo VIII).

### 18 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 As condições de pagamento e de recebimento do objeto processar-se-ão conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo VIII deste Edital.

### 19 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

19.1 Eventuais reajustes dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo VIII deste Edital.

### 20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral do Consórcio de



Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Atividade nº 2001 – Administração e manutenção do Consórcio e Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI no elemento de despesa n.º 3.3.90.39.99 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), para o exercício de 2019, e para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

## 21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

21.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

21.2 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

21.3 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo VIII deste Edital.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará aceitação de todas as disposições do presente edital.

22.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

22.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

22.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

22.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

22.2.3 Adiar a data da sessão; e

22.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

22.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

22.4 O não atendimento às exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

22.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

22.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a presente licitação.

22.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

22.9 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.10 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.11 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

22.12 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e estará à disposição dos interessados no Setor Administrativo do CIGA, logo após sua homologação.

22.13 O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio foram nomeados por meio da portaria n.º 10, de 31 de janeiro de 2019, do CIGA.

22.14 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA	
---	--

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO, TIPO DE PLANO, E BENEFICIÁRIOS:

#### 1.1 Objeto:

1.1.1 Contratação de empresa de Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde do tipo Coletivo Empresarial, para prestar serviços aos empregados públicos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e aos seus dependentes em conformidade com a Lei Nº. 9.656/98. O plano de assistência de saúde compreende todos os procedimentos envolvendo todos os meios de diagnóstico e tratamento, hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, clínicos, cirúrgicos, obstétricos, e os atendimentos de urgência e emergência, e as demais coberturas contidas no Rol de Procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos atos que a atualizar, a suceder, respeitadas as resoluções aditadas pelo Conselho da referida Agência, com, no mínimo, cobertura em todo o território do estado de Santa Catarina, porém com garantia de atendimento de urgência/emergência

em todo o território nacional quando em trânsito, ou quando a especialidade não for encontrada no estado de Santa Catarina.

## 1.2 Tipos de Planos:

1.2.1 Abrangência territorial: com cobertura em todo o território do estado de Santa Catarina (mínimo), porém com garantia de atendimento de urgência/emergência em todo o território nacional quando em trânsito, ou quando a especialidade não for encontrada no Estado.

1.2.2 Modalidades dos Planos: a licitante deverá ofertar plano de assistência à saúde nas duas modalidades denominadas: coparticipação de 50% e isento de coparticipação, sendo ambas com abrangência territorial definida no item 1.2.1 do presente Termo de Referência, com segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e com acomodação coletiva (enfermaria).

1.2.3 Opções: o beneficiário/segurado, individualmente, poderá optar, mediante negociação, com a operadora/seguradora, com o pagamento de adicionais acordados entre as partes, as seguintes coberturas:

- a) Cobertura em todo o território nacional;
- b) Internações em apartamento privativo com banheiro, direito a acompanhante permanente independente do estado de saúde do paciente e sem restrições de faixa etária;
- c) Home care, com tratamento de enfermeiro à domicílio;
- d) Outros produtos correlatos oferecidos pela CONTRATADA.

## 1.3. Beneficiários:

1.3.1 É considerado beneficiário titular o empregado público ativo nos quadros funcionais do CIGA.

1.3.2 São caracterizados como beneficiários dependentes:

- a) O cônjuge;
- b) A companheira ou companheiro, havendo união estável, na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge;
- c) O pai ou a mãe, sem limite de idade;
- d) Filhos(as) solteiros(as), natural ou adotivo, sem limite de idade;
- e) Enteados(as) solteiros(as), sem limite de idade; e,
- f) Solteiros(as), sob guarda ou tutela do beneficiário por força de decisão judicial, sem limite de idade.

## 1.4. Estimativa de Beneficiários, Titulares e Dependentes, por Idade:

FAIXA ETÁRIA (anos)	EMPREGADOS PÚBLICOS (TITULARES)		DEPENDENTES		TOTAL ESTIMADO DE BENEFICIÁRIOS
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	
Até 18 anos	0	0	7	4	11
19 a 23 anos	1	0	0	0	1
24 a 28 anos	0	0	0	0	0
29 a 33 anos	6	3	0	1	10
34 a 38 anos	5	1	1	2	9
39 a 43 anos	2	0	0	1	3
44 a 48 anos	1	0	0	1	2
49 a 53 anos	0	1	0	0	1
54 a 58 anos	0	0	0	1	1
59 ou mais	1	0	0	0	1
Total	16	5	8	10	39

1.4.1 O número total estimado de beneficiários, titulares e seus dependentes, conforme registros de janeiro 2019 é 39 (trinta e nove), número que pode variar, visto que a adesão é facultativa e não há obrigatoriedade de permanência no plano de saúde.

## 2. JUSTIFICATIVA:

2.1 Considerando a Resolução nº 63, de 10 de abril de 2014 que regulamenta no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) os procedimentos relativos ao auxílio para o custeio do Plano de Saúde aos empregados.

2.2 Considerando que oferecer condições de assistência à saúde para o quadro funcional do CIGA e seus dependentes é fator diferencial na



qualidade de vida dos colaboradores e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, favorecendo baixo índice de absenteísmo.

2.3 Assim, oferecer um plano de saúde adequado aos empregados além de contribuir para a preservação da saúde de seus empregados, é um incentivo a mais na manutenção da motivação e comprometimento de seu quadro de empregados, além de minimizar os fatores de riscos, que podem levar o empregado ao absenteísmo.

2.4 Os contratos vigentes de contratação de plano de saúde aos empregados públicos do CIGA e seus dependentes vigorarão até o dia 14 de abril de 2019, sendo necessário providenciar nova contratação para assegurar a continuidade de tal benefício aos empregados públicos do CIGA.

2.5 A contratação deve observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde Divulgados pela ANS, que nessa data encontra-se disciplinado na Resolução Normativa – RN nº 439, de 03 de dezembro de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

### 3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E FORMA DE PRESTAÇÃO:

3.1 A operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários regularmente inscritos no Plano de Saúde as especialidades médicas e serviços nas condições abaixo descritas, observando-se, ainda, a Lei Federal nº 9.656/98, bem como as resoluções do CONSU/ANS, sendo que o atendimento se dará por rede própria e/ou credenciada:

3.1.1 Assistência médica nas especialidades a seguir relacionadas:

- Acupuntura;
- Alergologia e Imunologia;
- Anatomia e Patologia;
- Anestesista;
- Angiologia;
- Bronco Esofagologia;
- Cardiologia;
- Cirurgia de cabeça e pescoço e buco-maxilo-facial;
- Cirurgia cardiovascular;
- Cirurgia endocrinológica;
- Cirurgia Gastroenterológica;
- Cirurgia geral;
- Cirurgia de mão;
- Cirurgia oftalmológica: inclusive as cirurgias corretivas (miopia, astigmatismo, hipermetropia, catarata, facectomia, etc.) nos termos da legislação vigente;
- Cirurgia Pediátrica;
- Cirurgia plástica reparadora e/ou restauradora não estética (incluindo a mamoplastia);
- Cirurgia Torácica;
- Cirurgia Urológica;
- Cirurgia Vascular Periférica;
- Clínica Médica;
- Coloproctologia;
- Dermatologia;
- Endocrinologia e Metabologia;
- Fisiatria;
- Foniatria;
- Gastroenterologia;
- Geriatria e Gerontologia;
- Ginecologia;
- Hematologia;
- Hepatologia
- Homeopatia;
- Imunologia;
- Infectologia;
- Mastologia;
- Mamoplastia não estética;
- Medicina intensiva;
- Medicina Nuclear;
- Nefrologia;
- Nefrologia pediátrica;
- Neonatologia;
- Neurologia;
- Neurocirurgia;
- Obstetrícia;
- Oftalmologia;

- Oncologia;
- Ortopedia e Traumatologia, inclusive materiais e aparelhos ortopédicos (pinos, parafusos, platinas), próteses e órteses ligadas ao ato cirúrgico;
- Otorrinolaringologia;
- Pediatria;
- Pneumologia;
- Psiquiatria, consultas e tratamento ambulatoriais, inclusive internamento;
- Radioterapia;
- Radioisótopos e cintilografia;
- Reumatologia;
- Traumatologia;
- Urologia;

Além das especialidades médicas e cirúrgicas acima relacionadas deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) , inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da Lei nº. 9.656/98 e demais normas pertinentes, desde que possuam o CID (Código Internacional de Doenças).

3.2 Cobertura dos serviços e procedimentos médicos (inclusive cirurgia) e exames complementares, divididos em básicos e especiais, conforme relação a seguir:

3.2.1 Básicos:

- Análise clínica laboratorial;
- Histocitopatologia;
- Anatomopatológico, patologia clínica, citopatologia e colposcopia;
- Eletrocardiograma convencional;
- Eletroencefalograma convencional; e,
- Exames radiológicos simples sem contraste.

3.2.2 Especiais:

- Amniocentese/Coriocentese;
- Audiometria com impedanciometria;
- Audiometria ocupacional;
- Biópsia renal;
- Cateterização de uréter;
- Cauterização;
- Citoscopia;
- Colocação de gesso e similares;
- Densitometria Óssea;
- Diálise peritonial para agudos e crônicos;
- Diálise peritonial contínua;
- Eletroencefalograma prolongado, potencial evocado, polissonografia, mapeamento cerebral e eletroencefalograma para monitorização de crises;
- Eletromiografia;
- Embolizações e radiologia intervencionista;
- Endoscopia digestiva e peroral;
- Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
- Exames invasivos de cardiologia (estudo eletrofisiológico para diagnóstico e tratamento);
- Exames não invasivos de cardiologia: eletrocardiograma convencional e dinâmico Holter, M.A.P.A. (mapeamento ambulatorial da pressão arterial), testes ergométricos e "Tilt Test";
- Fisioterapia;
- Fonoaudiologia;
- Fluoresceinografia;
- Gasoterapia;
- Hemodiálise para agudos e crônicos;
- Hemoterapia;
- Implante de catéter para hemodiálise;
- Implante de catéter para diálise peritonial;
- Inaloterapia, inclusive urgência;
- Laparoscopia;
- Laserterapia (foto eletrocoagulação da retina com laser);
- Litotripsia extracorpórea e enoscópica para vias urinárias;
- Material de osteossíntese (tais como: placas, parafusos e pinos);
- Medicina nuclear (diagnóstica e terapêutica);
- Nutrição parenteral ou enteral;
- Ortopia;
- Pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica;
- Procedimentos obstétricos;
- Psicologia;

- Próteses intraoperatórias;
- Prova de função pulmonar;
- Punção lombar;
- Quimioterapia;
- Radiodiagnóstico (demais exames radiológicos intervencionistas ou não);
- Radiologia com contraste e intervencionista;
- Radiologia Intervencionista;
- Radioterapia, incluindo megavoltagen, cobaltoterapia, césioterapia, eletroterapia, radioimagem, radioimplante e braquiterapia;
- Ressonância magnética;
- Tomografia computadorizada;
- Transfusão de sangue e seus derivados;
- Tratamento de varizes por esclerosantes;
- Ultrassonografia;
- Outros procedimentos necessários ao tratamento de doenças reconhecidas ou que venham a ser reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Associação Médica Brasileira – AMB e aqueles previstos pelo Ministério da Saúde, quando das atualizações do Rol de Procedimentos Médicos para cobertura assistencial pelas operadoras de plano de saúde.

3.3 Atendimento ambulatorial e hospitalar a portadores de dependências químicas, transtornos psiquiátricos e nos casos de diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F43, F70 a F79 e F90 a F98, relacionadas no CID 10 (ambulatorial e internamento); sendo a duração de seu tratamento conforme a necessidade atribuída pelo médico assistente.

#### 3.4 Internação Hospitalar que abrangerá:

3.4.1 Cobertura de internação hospitalar em todas as especialidades, incluindo UTI, vedada a limitação de prazo em clínicas básicas e especializadas, reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina ou outra referência oficial, incluso aqui os procedimentos obstétricos;

3.4.2 Cobertura de internações hospitalares em centro e/ou unidade de terapia intensiva, ou similar, vedada limitação de prazo;

3.4.3 Cobertura de despesas referentes aos honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação de qualquer natureza;

3.4.4 Cobertura de exames complementares indispensáveis ao controle da evolução de doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, oxigênio, transfusões e sessões de quimioterapia e radiologia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

3.4.5 Cobertura de sala de cirurgia incluindo materiais utilizados;

3.4.6 Cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos e acima de 60 anos.

#### 3.5 Serão asseguradas pela CONTRATADA as seguintes condições aos beneficiários:

3.5.1 Todos os exames, consultas, cirurgias, internações e demais procedimentos destinados aos diagnósticos e/ou terapias quando requisitados pelo médico assistente, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência;

3.5.2 Quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o Plano de Cobertura do beneficiário na Rede Credenciada da Contratada, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o beneficiário;

3.5.3 A CONTRATADA não poderá criar em quaisquer hipóteses restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas;

3.5.4 Os hospitais, centros médicos, laboratórios e demais unidades prestadoras dos serviços que constituem o objeto do presente Termo não poderão limitar ou restringir o atendimento, desde que estes integrem sua estrutura de serviços e estejam abrangidos nas especificações dos serviços contratados, sendo terminantemente vedada a exigência de exclusividade de atendimento em unidade própria, o direcionamento e o uso de outros mecanismos de regulação mencionados na letra "b" do inciso I do artigo 4º da Resolução CONSU nº 08/98;

3.5.5 Não haverá limites de permanência para internações hospitalares em UTI's, como determinam as disposições da ANS;

3.5.6 Será de total responsabilidade da CONTRATADA o custo com a remoção de pacientes, dentro do perímetro urbano, e nos perímetros intermunicipal e interestadual, de forma adequada a cada caso, inclusive UTI móvel, sem limite de quilometragem, entre hospitais, no caso de realização de exames e/ou transferência;

3.5.7 Garantia de diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes (quando exigidos) de beneficiários e seus dependentes, sem restrição de faixa etária e independente do estado de saúde do paciente, sem nenhum ônus adicional para os beneficiários e para a CONTRATANTE;

3.5.8 As divergências e dúvidas de natureza médica, relacionadas aos serviços objeto do contrato, serão dirimidas por Junta Médica composta de 3 (três) membros, sendo um nomeado pela CONTRATADA, outro pela CONTRATANTE e um terceiro, escolhido pelos dois nomeados. Não havendo consenso sobre a escolha do terceiro médico, sua designação será solicitada à Associação de Medicina da cidade ou região da CONTRATANTE. Cada parte pagará os honorários do médico que nomear. A remuneração do terceiro médico será pago pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, em partes iguais.

3.5.9 A CONTRATADA obriga-se a atender as solicitações formuladas pelo fiscal do Contrato, de credenciamento de prestadores neste município e região, no interesse das necessidades dos beneficiários do plano de saúde, devendo, na impossibilidade de credenciar, justificar o motivo do não atendimento do pedido, e envidar esforços para providenciar outro prestador na mesma especialidade, na região solicitada, somente se eximindo de tal dever se comprovada a inexistência de prestadores interessados para credenciamento na região ou município.

3.5.10 Sempre que ocorrer descredenciamentos ou extinção de convênios com consultórios, clínicas especializadas, hospitais e outros serviços médicos, será obrigatória a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante novo credenciamento, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso até o novo credenciamento, preservando o elevado nível de atendimento. Deverão ser comunicadas, em seguida, à CONTRATANTE as providências adotadas.

3.5.11 Não havendo possibilidade comprovada de credenciamento neste município ou região (nesta ordem), o credenciamento será efetuado no município mais próximo possível.

3.5.12 Ocorrendo o credenciamento na forma mencionada no item anterior, ficará a critério do beneficiário locomover-se a outra localidade ou ser reembolsado integralmente pelo valor despendido com o serviço utilizado.

3.5.13 Cobertura de transplantes de fígado, coração, rim, córnea e medula óssea, garantindo as despesas com os procedimentos vinculados, ou seja, todas aquelas necessárias à realização do transplante, incluindo: as despesas assistenciais com doadores vivos, os medicamentos utilizados durante a internação, o acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção e as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS.

3.5.14 Cobertura a qualquer tratamento fonoaudiológico, psicológico e fisioterápico, inclusive hidroterapia e Terapia Ocupacional sem limites de sessões.

#### 4. REDE CREDENCIADA MÍNIMA:

##### 4.1 Hospitais Gerais:

4.1.1 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em no mínimo 03 (dois) hospitais gerais, credenciados ou próprios, que abranjam diversas especialidades, inclusive com unidade de terapia intensiva (UTI), na área de abrangência territorial; e,

4.1.2 Na região da Grande Florianópolis, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em, no mínimo, 03 (três) hospitais gerais, credenciados ou próprios, que abranjam diversas especialidades, sendo que 01 (um) com unidade de terapia intensiva (UTI).

##### 4.2 Maternidades:

4.2.1 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, oferecer serviços em, no mínimo, 02 (duas) maternidades, credenciada ou própria, com unidade de terapia intensiva (UTI), na área de abrangência territorial; e,

4.2.2 Na região da Grande Florianópolis a oferta deverá ser de, no mínimo, 2 (duas) maternidades, sendo 01 (uma) com unidade de terapia intensiva.

##### 4.3 Clínicas e Centros Médicos:

4.3.1 Na região da Grande Florianópolis, a CONTRATADA deverá oferecer, no mínimo, as seguintes clínicas especializadas:

- a) CARDIOLOGIA – No mínimo, 03 (três) clínicas;
- b) ORTOPIEDIA – No mínimo, 04 (três) clínicas;
- c) OTORRINOLARINGOLOGIA – No mínimo, 03 (três) clínicas;
- d) OFTALMOLOGIA – No mínimo, 03 (três) clínicas;
- e) UROLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas;
- f) GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA – No mínimo, 04 (quatro) clínicas;
- g) ONCOLOGIA – No mínimo, 01 (uma) clínica;
- h) PEDIATRIA – No mínimo, 03 (três) clínicas;
- i) NEFROLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas;
- j) FISIOTERAPIA – No mínimo, 04 (quatro) clínicas;
- k) PSICOLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas; e,
- l) NEUROLOGIA – No mínimo, 02 (duas) clínicas.

##### 4.4 Laboratórios:

###### 4.4.1 Análises Clínicas:

4.4.1.2 Na região da Grande Florianópolis, a CONTRATADA deverá oferecer, no mínimo, 05 (cinco) laboratórios de análises clínicas, credenciados ou próprios.

###### 4.4.2 Anatomia Patológica:

4.4.2.2 Na região da Grande Florianópolis, a CONTRATADA deverá oferecer, no mínimo, 03 (três) estabelecimentos.

#### 4.5 Médicos:

4.5.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente ter um mínimo de 100 (cem) médicos credenciados ao todo na região da Grande Florianópolis.

#### 5. PRAZOS DE CARÊNCIAS, INCLUSÕES E EXCLUSÕES:

5.1 A migração dos empregados do CIGA bem como de seus dependentes que participam do atual plano de saúde para as empresas credenciadas será automática e sem qualquer carência ou pagamento de taxa de cadastramento, de acordo com a Resolução Normativa - RN Nº 438, de 3 de dezembro de 2018.

5.2 No primeiro dia de operação a Proponente vencedora assumirá todos os atendimentos iniciados e em andamento, bem como todas as despesas havidas pela operadora antecessora, incorridos a partir do início da operação e decorrentes de eventual continuidade de atendimento, por impossibilidade de remoção ou transferência do paciente.

5.3 Os titulares ou respectivos dependentes que não pertençam ao atual contrato de assistência à saúde, desde que requeiram, por escrito, a inclusão em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato a ser firmado com base neste Termo de Referência não precisarão cumprir qualquer carência.

5.4 Os titulares, com seus respectivos dependentes, admitidos na vigência do contrato a ser firmado com base neste Termo de Referência, até o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de admissão não precisarão cumprir qualquer carência.

5.5 Os beneficiários dependentes que adquirirem essa condição em decorrência de casamento, nascimento, adoção ou reconhecimento de paternidade, cuja comprovação e requerimento de inclusão no plano ocorram em até 30 (trinta) dias do respectivo evento não precisarão cumprir qualquer carência.

5.6 Os empregados do CIGA e seus dependentes terão a oportunidade de optar por qualquer modalidade do plano de saúde da Proponente vencedora, sem qualquer carência.

5.7 A Proponente vencedora deverá emitir, gratuitamente, cartão de identificação para cada usuário em até 10 (dez) dias úteis da sua inscrição no seu cadastro.

5.8 As inclusões e exclusões de beneficiários serão imediatamente comunicadas à CONTRATADA e terão vigências cadastral e financeira a partir do primeiro dia do mês subsequente à formalização do pedido.

5.9 Os titulares serão excluídos do Plano de Saúde nos seguintes casos:

- a) Cancelamento voluntário da inscrição;
- b) Falecimento;
- c) Exoneração ou demissão, salvo se este arcar com os custos;
- d) Desligamento do órgão por posse em outro cargo inacumulável;
- e) Cassação de aposentadoria e disponibilidade; e,
- f) Retorno ao órgão de origem do servidor removido, requisitado ou em lotação provisória.

5.10 Os dependentes serão excluídos do Plano de Saúde nos seguintes casos:

- a) Falecimento;
- b) Quando o titular ao qual estiver vinculado for excluído, por qualquer motivo; e
- c) Quando solicitado pelo titular do plano.

#### 6. DOS REEMBOLSOS:

6.1 Além da rede credenciada, o beneficiário pode escolher o serviço médico de sua preferência e, uma vez realizado o atendimento, solicitar o reembolso das despesas, que corresponderá aos valores praticados na tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, conforme os termos do item 6.2.

6.2 A CONTRATADA reembolsará as despesas efetuadas pelo beneficiário, integralmente, nas seguintes situações:

- a) Quando se configurar urgência/emergência devidamente reconhecida pelo profissional que a executou e nas situações de interrupção do atendimento pela rede de serviços ou do atendimento em determinadas especialidades;
- b) Quando o beneficiário estiver em trânsito, em locais onde não houver rede credenciada ou essa seja considerada insuficiente para a cobertura do contrato (não se caracteriza trânsito, o deslocamento do beneficiário exclusivamente com o objetivo de realizar tratamento de saúde);
- c) Quando surgirem novos procedimentos necessários ao tratamento de doenças reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Associação Médica Brasileira – AMB e aqueles previstos pelo Ministério da Saúde, quando das atualizações do Rol de Procedimentos Médicos para cobertura assistencial pelas operadoras de plano de saúde;
- d) Em casos de exames de alta especialização (exames de ponta) que não forem oferecidos pela rede credenciada;
- e) Em casos de tratamentos médicos/hospitalares e exames que não forem oferecidos pela rede credenciada da contratada.

6.3 Nas sessões psicológicas será utilizado o valor da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM para o

procedimento de sessão de psicoterapia individual, de grupo, de casal ou infantil (conforme realizado pelo beneficiário).

6.4 Os reembolsos deverão ser efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de apresentação da documentação completa à CONTRATADA.

6.5 O reembolso deverá ocorrer pela Proponente vencedora diretamente na conta corrente do titular beneficiário.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

7.1 Sem prejuízo ao disposto no Termo de Contrato, são obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Fornecer relação inicial de beneficiários (titulares e dependentes) e, quando de nova inclusão ou alteração de beneficiários, à CONTRATADA;

7.1.2 Permitir aos profissionais da CONTRATADA o acesso às suas dependências, mediante prévia autorização, para orientar os beneficiários sobre os procedimentos para utilização e as normas de funcionamento dos benefícios oferecidos;

7.1.3 Prestar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a ocorrência, todas as informações necessárias à CONTRATADA, no tocante a beneficiários titulares que perderam o vínculo com o CONTRATANTE, compreendendo desligados e falecidos;

7.1.4 Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do contrato, com respectivos endereços, constando da relação todas as informações necessárias para fins de cadastramento;

7.1.5 Informar, mensalmente, à CONTRATADA, por escrito, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiário;

7.1.6 Recolher e devolver, quando possível, na ocasião da exclusão de beneficiários, assim como, no caso de rescisão contratual, as respectivas carteiras de identificação fornecidas pela CONTRATADA;

7.1.7 Checar, semestralmente, ou quando entender necessário, a rede mínima credenciada e/ou CONTRATADA;

7.1.8 Fiscalizar a observância da encomenda s disposições deste Termo de Referência, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem prejuízo dos procedimentos do controle exercido pela CONTRATADA;

7.1.9 Comunicar por escrito à CONTRATADA as deficiências verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas;

7.1.10 Acompanhar e fiscalizar o atendimento pela CONTRATADA das obrigações pactuadas no Contrato, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

7.2. Sem prejuízo ao disposto no Termo de Contrato, são obrigações da CONTRATADA:

7.2.1 Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE os serviços, de acordo com as condições estabelecidas em contrato e na proposta apresentada;

7.2.2 Realizar a divulgação e a comercialização dos planos de assistência à saúde junto aos beneficiários;

7.2.3 Orientar os beneficiários a respeito do atendimento das condições previstas no Contrato;

7.2.4 Exigir dos beneficiários titulares do plano de assistência à saúde documento que comprove o vínculo com o CIGA, bem como, no caso de dependentes, os comprovantes da dependência;

7.2.5 Fornecer aos beneficiários da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o início da vigência do contrato, as carteiras de identificação, constando o tipo de Plano a que pertencem e seus nomes, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, e quando necessária a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito à utilização dos benefícios, nos termos do presente Termo de Referência e da legislação vigente;

7.2.6 Fornecer aos novos beneficiários da CONTRATANTE, inclusos após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias do cadastro, as carteiras de identificação, nos termos do item anterior;

7.2.7 Disponibilizar guias médicos, seja de forma impressa ou digital, que deverá ser atualizado, no mínimo, a cada ano;

7.2.8 Comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida na rede credenciada e/ou CONTRATADA (novos credenciamentos/descredenciamentos);

7.2.9 Efetuar a movimentação cadastral, mediante a implantação, inclusão e exclusão de beneficiários conforme indicação da CONTRATANTE;

7.2.10 Credenciar hospitais, médicos, clínicas, laboratórios e serviços auxiliares, de forma a atender as exigências contidas neste Termo de Referência;



7.2.11 Atender às solicitações da CONTRATANTE de credenciamento de profissionais, devendo na impossibilidade de credenciar o indicado, providenciar outro da mesma especialidade, na região solicitada;

7.2.12 Realizar mensalmente a cobrança integral dos planos de assistência à saúde diretamente ao CIGA, anexando a relação dos beneficiários;

7.2.13 Informar imediatamente aos beneficiários e ao CIGA sempre que houver reajuste ou modificação dos valores dos planos disponibilizados;

7.2.14 Elaborar e fornecer ao fiscal do contrato, com periodicidade trimestral, relatórios informatizados, preferencialmente na forma de arquivos de dados em meio magnético, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil da utilização dos beneficiários, discriminando titulares e dependentes, sem prejuízo do fornecimento de dados e documentos relativos ao custo do contrato;

7.2.15 Disponibilizar atendimento ao beneficiário sempre que solicitado;

7.2.16 Proteger o sigilo médico dos beneficiários, atendendo os preceitos da Resolução Normativa nº 255, de 18 de maio de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar;

7.2.17 Disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, para efeito de autorização de serviços (se for o caso) e de informações sobre os serviços contratados;

7.2.18 Indicar um responsável (preposto) pela fiel execução do Contrato, que deverá, entre outras tarefas, reunir-se, sempre que solicitado, com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

7.2.19 Justificar, expressamente, toda negativa de cobertura por parte da CONTRATADA, que deverá ser analisada pelo Fiscal do Contrato; e

7.2.20 Disponibilizar até o dia 05 (cinco) de fevereiro de cada ano de vigência do Contrato relatório com todos os valores pagos referentes ao plano de assistência à saúde, aberto por CPF (titular e respectivo dependentes) para fins de declaração de imposto de renda, onde dados deverão estar disponíveis para o CIGA.

## 8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro de 2019 a contar da data de sua assinatura, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente.
- b) O CIGA mantenha interesse na realização do serviço.
- c) O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o CIGA.
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

8.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação do Contrato.

8.3 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 9. LEGISLAÇÃO APLICADA:

9.1 Nos casos omissos neste termo de referência, aplica-se a seguinte legislação:

- a) Lei Federal nº 9.961/00. Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- b) Lei Federal nº 9.656/98. Regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde;
- c) Resolução Normativa ANS nº 259/11. Garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde;
- d) Resolução Normativa ANS nº 438/18. Dispõe sobre a regulamentação da portabilidade de carências para beneficiários de planos privados de assistência à saúde, revoga a Resolução Normativa - RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação da portabilidade das carências previstas no inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e sem a imposição de cobertura parcial temporária, e revoga os artigos 1º, 3º, 4º e 7º e o § 2º do artigo 9º, todos da RN nº 252, de 28 de abril de 2011, que dispõe sobre as regras de portabilidade e de portabilidade especial de carências.
- e) Resolução Normativa ANS nº 439/18. Dispõe sobre processo de atualização periódica do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar; e
- f) Demais legislação cogente.

## ANEXO II

### ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Planilha abaixo informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de preços realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas no fornecimento do objeto em tela, inclusive com a realização de Chamamento Público para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas na prestação dos serviços em tela (AVISO n.º 01/2019/CIGA – CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PESQUISA DE MERCADO – LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR, POR INTERMÉDIO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU

## DE SEGURO SAÚDE COLETIVO).

Quanto aos valores máximos previstos para a contratação dos planos, os mesmos foram estimados pela Administração, levando em consideração a duração do contrato e as possíveis prorrogações contratuais (art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93).

## LOTE ÚNICO:

Faixa Etária	Nº de Vidas	Coparticipação de até 50%	Isento de Coparticipação	Preço Médio dos Planos	
		Preço unitário	Preço unitário	Preço unitário	Preço Total
00 a 18	11	R\$ 147,64	R\$ 230,41	R\$ 189,03	R\$ 2.079,33
19 a 23	1	R\$ 169,66	R\$ 266,41	R\$ 218,04	R\$ 218,04
24 a 28	0	R\$ 196,86	R\$ 310,68	R\$ 253,77	R\$ 0,00
29 a 33	10	R\$ 217,42	R\$ 340,00	R\$ 278,71	R\$ 2.787,10
34 a 43	9	R\$ 234,53	R\$ 364,34	R\$ 299,44	R\$ 2.694,96
39 a 43	3	R\$ 242,54	R\$ 377,83	R\$ 310,19	R\$ 930,57
44 a 48	2	R\$ 340,82	R\$ 533,20	R\$ 437,01	R\$ 874,02
49 a 53	1	R\$ 376,22	R\$ 586,08	R\$ 481,15	R\$ 481,15
54 a 58	1	R\$ 426,79	R\$ 664,29	R\$ 545,54	R\$ 545,54
59 ou mais	1	R\$ 665,26	R\$ 1.013,41	R\$ 839,34	R\$ 839,34
Total	39	R\$ 8.956,20	R\$ 13.943,65	R\$ 385,22	R\$ 11.450,05
Preço Total Máximo Estimado para 12 meses					R\$ 137.400,60
Preço Total Máximo Estimado para 60 meses					R\$ 687.003,00

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 CNPJ N.º \_\_\_\_\_  
 Telefone/Fax: \_\_\_\_\_  
 Dados Bancários:  
 Banco N.º: \_\_\_\_\_ Agência N.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente N.º: \_\_\_\_\_

## \* DADOS ADICIONAIS:

Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cargo/Função \_\_\_\_\_ Telefone/Fax \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ RG n.º: \_\_\_\_\_  
 CPF n.º \_\_\_\_\_  
 Email: \_\_\_\_\_

\* Responsável NOMEADO pelo licitante, para representá-lo na execução do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
 Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Telefone/Fax: \_\_\_\_\_  
 Estado civil: \_\_\_\_\_ RG n.º: \_\_\_\_\_  
 CPF n.º: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

## \* Preenchimento facultativo

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com as quais concordamos e aceitamos, sem qualquer ressalva.

## LOTE ÚNICO:

Faixa Etária	Nº de Vidas	Coparticipação de até 50%	Isento de Coparticipação	Preço Médio dos Planos	
		Preço unitário	Preço unitário	Preço unitário	Preço Total



00 a 18	11				
19 a 23	1				
24 a 28	0				
29 a 33	10				
34 a 43	9				
39 a 43	3				
44 a 48	2				
49 a 53	1				
54 a 58	1				
59 ou mais	1				
Total	39				
Preço Total Máximo Estimado para 12 meses					
Preço Total Máximo Estimado para 60 meses					

Declarações que devem constar na proposta:

1. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.
2. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos a todas as condições do Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Nome e assinatura do responsável)

#### ANEXO IV

##### CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede à Av./Rua \_\_\_\_\_, nomeia o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2019/CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Nome e assinatura do representante legal do licitante\*  
(com firma reconhecida)

\* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

#### ANEXO V

##### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional ( ) SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro após a abertura da sessão, antes da etapa de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

#### ANEXO VI

##### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu

representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Diretor ou representante legal

CPF n.º: \_\_\_\_\_

#### ANEXO VII

##### DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial n.º 01/2019/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos, possuindo toda a documentação estabelecida no item 11 do Edital e constante do Envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do representante da empresa

(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da etapa de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

#### ANEXO VIII

##### MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E A PESSOA JURÍDICA \_\_\_\_\_, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

da vinculação e DA legislação aplicável

Cláusula Primeira. O presente Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n.º 001/2019, ao Pregão Presencial n.º 01/2019 e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação:

- Lei n.º 10.520/02;
- Lei n.º 8.666/93;
- Código de Defesa do Consumidor;
- Código Civil;
- Código Penal;
- Código de Processo Civil;
- Código de Processo Penal;
- Legislação trabalhista e previdenciária; e
- demaís normas aplicáveis.

Parágrafo Único. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

##### DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Segunda. O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

do Objeto do Contrato

Cláusula Terceira. Contratação de empresa de Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde, para prestar serviços aos empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e seus dependentes. O plano de assistência de saúde compreende todos os procedimentos envolvendo todos os meios de diagnóstico e tratamento,

hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, clínicos, cirúrgicos, obstétricos, e os atendimentos de urgência e emergência, e as demais coberturas contidas no Rol de Procedimento estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos atos que a atualizar, a suceder, respeitadas as resoluções aditadas pelo Conselho da referida Agência, com cobertura em todo o Território Nacional, através de rede credenciada e/ou própria, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2019. Parágrafo único: Toda e qualquer alteração, somente poderá ser executada mediante aprovação prévia por parte do CIGA, devendo ser efetivada por meio Instrumento Aditivo ao Contrato.

#### DO DETALHAMENTO DO OBJETO

Cláusula Quarta. O fornecimento do Seguro Saúde, Plano de Saúde ou Administradora de Benefício para operar Plano Privado de Assistência à Saúde para o CONTRATANTE compreende, as especificações constantes do Termo de Referência do Edital – Anexo I.

Do valor

Cláusula Quinta. Dá-se a este Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários o valor total estimado de R\$--- (-----) para o período de vigência determinado na Cláusula Sétima, sendo:

Faixa Etária (anos)	N.º Usuários (a)	Coparticipação de até 50%			N.º Usuários (e)	Isento de Coparticipação		
		Valor Mensal Unitário por Usuário (em R\$) (b)	Valor Total Mensal (em R\$) (c) = (a)*(b)	Valor Total Anual (em R\$) (d) = (c)* x meses		Valor Mensal Unitário por Usuário (em R\$) (f)	Valor Total Mensal (em R\$) (g) = (e)*(f)	Valor Total Anual (em R\$) (h) = (g)* x meses
00 a 18								
19 a 23								
24 a 28								
29 a 33								
34 a 43								
39 a 43								
44 a 48								
49 a 53								
54 a 58								
59 ou mais								
Total		-				-		
Valor Total Estimado								

#### DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sexta. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

#### DOS ENCARGOS DAS PARTES

Cláusula Sétima. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único. Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Cláusula Oitava. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 01/2019, deve:

- dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;
- não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- atender, prontamente, as reclamações do CIGA, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias.

- comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que

possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CIGA.

g) Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, materiais, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CIGA.

h) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CIGA.

i) indicar formalmente um preposto responsável pela execução dos serviços, que será a pessoa de contato entre a Contratada e a Fiscalização do CIGA.

j) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CIGA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Gestor/Fiscal do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

k) abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades executadas sem prévia autorização do CIGA.

l) manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

m) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

n) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

o) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

p) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula Nona. O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 01/2019, deve:

a) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

b) notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela contratada;

d) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

e) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA; e

f) publicar o extrato do Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

#### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

§1.º. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

§2.º. Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

§3.º. Os serviços serão considerados prestados e recebidos pelo CONTRATANTE após devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato podendo ser rejeitados caso desatendam às especificações exigidas.

#### Das Alterações

Cláusula Décima Primeira. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### do reajuste

Cláusula Décima Segunda. Havendo prorrogação do presente Contrato, o valor do objeto será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos do §1.º do art. 2º c/c o §1.º do art. 3º, ambos da Lei n.º 10.192/01, e do inciso XI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único. Cumprido o requisito do caput desta Cláusula, os critérios de reajuste obedecerão à legislação em vigor, podendo estar



adstrito à variação dos custos médicos e hospitalares e outras despesas operacionais da operadora, bem como à da taxa de sinistralidade, respeitado o limite estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Décima Terceira. Este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1.º. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br).

§2.º. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Quarta. O atraso injustificado na execução do Contrato, por culpa da CONTRATADA, sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

§1.º. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no Contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o Contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6.º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§2.º. A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

§3.º. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

§4.º. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n.º 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

§5.º. De acordo com o artigo 88 da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou

3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§6.º. Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

§7.º. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§8.º. Na comunicação de aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o pedido de reconsideração.

§9.º. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues: por meio eletrônico para o endereço [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br); por meio postal, endereçada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço, mediante recibo, na Gerência Administrativa do CONTRATANTE, nos dias úteis, das 8h30 às 12h e das 13h às 17h30 (horário de expediente).

§10º. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93).

#### DA RESCISÃO

Cláusula Décima Quinta. A rescisão deste Contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

§1.º. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes deste Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§2.º. No procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada

a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Cláusula Décima Sexta. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2019, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

#### DO PAGAMENTO

Cláusula Décima Sétima. O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil SA, Agência 3174-7, Florianópolis, SC.

§1.º. A CONTRATADA que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

§2.º. A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser obrigatoriamente referente ao seu CNPJ.

§3.º. Os pagamentos serão mensais e serão efetuados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura.

§4.º. A CONTRATADA entregará a Nota Fiscal/Fatura ao CONTRATANTE, acompanhada, ainda, da seguinte documentação, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93:

- a) comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovante de regularidade para com o FGTS; e
- f) comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

§5.º. As certidões previstas no inciso anterior só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

§6. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

§7. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.

§8. Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§9. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida no §4.º e não havendo a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida, será realizado o pagamento e iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória prevista neste Contrato.

#### DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima Oitava. O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste Contrato.

§1.º. Concluído cada serviço, se estiver em perfeitas condições, será recebido pela fiscalização do CONTRATANTE ou pelo responsável pelo seu acompanhamento, em conformidade com o estabelecido no art. 73 da Lei 8.666/1993.

§2.º. Este Contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Cláusula Décima Nona. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual e no artigo 40, inciso XIV, c, da Lei n.º 8.666/1993.

#### DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula Vigésima. A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n.º 8.666/93).

#### DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

Cláusula Vigésima Primeira. O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

#### Das Prerrogativas do Contratante

Cláusula Vigésima Segunda. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### Dos Representantes das Partes

Cláusula Vigésima Terceira. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados

referentes à execução do Contrato, conforme Anexos I e II deste Contrato.

Parágrafo Único. O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE e de seus Municípios Consorciados Usuários;

II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e

V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA, na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do Contrato.

#### DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Vigésima Quarta. O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se houver, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA, e conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

#### DO FORO

Cláusula Vigésima Quinta. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo Único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATANTE	NOME COMPLETO Representante Legal CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

NOME COMPLETO Representante do Contratante	NOME COMPLETO Representante da Contratada
---	--

#### ANEXO I DO CONTRATO

##### TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui \_\_\_\_\_ como representante do CONTRATANTE para fiscalizar a execução do Contrato n.º \_\_\_\_/2019.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATANTE

#### ANEXO II DO CONTRATO

##### TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

(Empresa) constitui o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, como seu representante no Contrato n.º \_\_\_\_/2019 celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2019.

(NOME)

(Cargo ou função)

(EMPRESA)

CONTRATADA

**EDITAL N.º 01/2018/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR - CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 1924090

EDITAL N.º 01/2018/CIGA  
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

**CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO**

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONVOCA O SEGUINTE CANDIDATO APROVADO no processo de Seleção de Estagiários do Ensino Superior, em atendimento ao Edital n.º 01/2018/CIGA, considerando que o candidato classificado em primeiro lugar não se apresentou no prazo requerido:

Nome Completo	Área de Formação	Resultado Final	Classificação Final
Fernando Costa Leite	Informática	7,40	2º

O candidato acima convocado deverá se apresentar para ingresso na vaga até o dia 08 de março de 2019.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIS NORDESTE****ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2019**

Publicação Nº 1924085

Errata ao Extrato do Contrato nº 018/2019

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto Santé - CNPJ nº. 08.776.971/0001-30

No valor global estimado/ano onde lê-se R\$ 737.154,00 (setecentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais), leia-se: R\$ 1.249.393,20 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e vinte centavos).

Júlio César Ronconi – Presidente do CISNORDESTE/SC

**CIS/AMARP****ADITIVO 01 2019 CARDIUR**

Publicação Nº 1924171

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 112/2019 – CARDIUR CENTRO ESPECIALIZADO EM CARDIOLOGIA E UROLOGIA LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado a CARDIUR CENTRO ESPECIALIZADO EM CARDIOLOGIA E UROLOGIA LTDA, CNPJ 26.873.268/0001-21, situado na Rua Oswaldo Cruz nº 62, Videira/SC, neste ato representada pelo seus representantes legais Tarcísio Alberto de Almeida Moura Junior, RG 3.828.823, CPF 008.556.389-74, e Camila Camargo Moura, RG 58.905.698-0, CPF 103.031.477-25, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 112/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais	9016481	153,65

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 112/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 29 de janeiro de 2019.

Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

Tarcisio A. de Almeida Moura Jr. e Camila Camargo Moura  
Representantes Legais

**TESTEMUNHAS:**

Monalisa Giazsoni  
061.058.249-63

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68

**VISTO:**

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**ADITIVO 01 2019 HSIDS**

Publicação Nº 1924174

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP e IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado o IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 86.552.809/0003-03, situado na Rua Coronel Fagundes nº 180 – Centro, Videira/SC, neste ato representado pelo seu representante legal ANDRÉ RAGNINI, RG 3.922.170, CPF 050.469.089-21, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 12/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ORTOPEDIA (CONSULTA)	9016414	R\$ 70,00
VASCULAR (CONSULTA)	9016953	R\$ 70,00
ONCOLOGIA (CONSULTA)	10.80.30.133-3	R\$ 70,00
CONSULTA PRÉ-CIRÚRGICA VASCULAR	10.80.30.133-1	R\$ 70,00
CONSULTA PÓS CIRÚRGICA VASCULAR	10.80.30.133-2	R\$ 70,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 12/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 29 de janeiro de 2019.

Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

André Ragnini  
Representante Legal



## TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazconi  
061.058.249-63

Marcelo José Borsatti  
425.790.239-68

Visto:  
Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**ADITIVO 01 2019 MINHA ESSENCIA**

Publicação Nº 1924176

1º TERMO ADITIVO 2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 137/2019 – MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMIENTOS DE SAÚDE LTDA - ME.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado a MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMIENTOS DE SAÚDE LTDA - ME., CNPJ 26.864.221/0001-00 situada na Rua Nereu Ramos nº 452, andar 2 e 3, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Bruno de Medeiros da Silva, RG 5.418.896, CPF 068.176.719-73, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 137/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Audiometria Tonal Limiar (Via Aérea/Óssea)	02.11.07.004-1	30,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 137/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 25 de janeiro de 2019.

Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

Bruno de Medeiros da Silva  
Representante Legal

## TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazconi  
061.058.249-63

Marcélo José Borsatti  
425.790.239-68

## VISTO:

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**ADITIVO 01 2019 POLICLINICA OURENSE**

Publicação Nº 1924197

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 139/2019 – POLICLINICA OURENSE EIRELI.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado a POLICLÍNICA OURENSE EIRELI, CNPJ 24.895.840/0001-28 situada na Rua Felipe Schmidt nº 1552, sala 02, Centro, Ouro/SC, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Bruno Michel Fávero, RG 2.145.677, CPF 769.782.499-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 139/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
CONSULTA EM NEUROLOGIA	03.01.01.007-2	R\$ 70,00



ELETRENEUROMIOGRAFIA DE FACE	00.00.09.003-4	R\$ 174,00
ELETRENEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES	00.00.09.004-2	R\$ 230,00
ELETRENEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES	00.00.09.005-0	R\$ 230,50
ELETRENEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	00.00.09.006-9	R\$ 360,00
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN TOTAL	10.80.30.130-3	R\$ 150,00
ULTRASSONOGRAMA OBSTÉTRICA COM DOPPLER	02.05.02.015-1	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE MAMAS	00.09.01.662-7	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER TRANSVAGINAL	00.09.01.685-6	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE PRÓSTATA	00.09.01.691-0	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE ABDOMEN SUPERIOR	00.09.01.693-7	R\$ 115,50
ULTRASSONOGRAMA DE PAREDE ABDOMINAL	10.80.30.130-8	R\$ 62,37

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 139/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 31 de janeiro de 2019.

Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

Bruno Michel Fávero  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

Monalisa Giazsoni  
061.058.249-63

Marcelo José Borsatti  
425.790.239-68

Visto:  
Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**ADITIVO 01 2019 SANTA CLARA**

Publicação Nº 1924203

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 13/2013 ENTRE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP e SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA, CNPJ 09.035.294/0001-61, situada na Rua Coronel Farrapo nº 408, 2º andar, Campos Novos/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Leonardo Carlos da Silveira Falcão, RG 2.815.098, CPF 016.603.769-98, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 13/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ULTRASSONOGRAMA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (CERVICAL OU AXILAS OU MÚSCULO OU TENDÃO)	10.80.30.130-5	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE PARTES MOLES	10.80.30.130-6	62,37
ULTRASSONOGRAMA DE REGIÃO INGUINAL HERNIAS (UNILATERAL)	10.80.30.131-0	62,37

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 13/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 23 de janeiro de 2019.

Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

Leonardo C. da S. Falcão  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

Monalisa Giazsoni  
061.058.249-63

Marcélo José Borsatti  
425.790.239-68

VISTO:  
Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

## ADITIVO 01 2019 SCIENTIA

Publicação Nº 1924207

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 07/2019 – CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Douglas Fernando de Mello e de outro lado a CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP, CNPJ 07.628.155/0001-16, situada na Rua Herculano Coelho de Souza nº 1047 - sala 01 e 03, Caçador/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Eliece José de Lima, RG 5.414.725 e CPF 031.316.866-00, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 07/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ULTRASSONOGRAFIA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (CERVICAL OU AXILAS OU MÚSCULO OU TENDÃO)	10.80.30.130-5	R\$ 62,37
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	10.80.30.130-6	R\$ 62,37

### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 07/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 04 de fevereiro de 2019.  
Douglas Fernando de Mello  
Presidente CISAMARP

Eliece José de Lima  
Representante Legal

### TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazsoni  
061.058.249-63

Marcélo José Borsatti  
425.790.239-68

VISTO:  
Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

## RESOLUÇÃO 08/2019

Publicação Nº 1923982

Resolução nº 08/2019  
Dispõe sobre o feriado municipal de Dia do Município e o feriado de Carnaval

Moises Diersmann, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Luzerna, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

### RESOLVE:

Art. 1º O CISAMARP não terá expediente no dia 01/03/2019 devido ao feriado municipal de Dia do Município.

Art. 2º O CISAMARP não terá expediente nos dias 04/03/2019 e 05/03/2019 devido ao feriado de Carnaval e no dia 06/03/2019, até as 12:00 horas pelo ponto facultativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 22 de fevereiro de 2019.  
Moises Diersmann  
Presidente do CISAMARP

## RETIFICAÇÃO 01/2019 MOVEIS E ELETROS

Publicação Nº 1923973

Processo Administrativo nº 03/2019.  
Edital de Pregão Presencial 02/2019.

RETIFICAÇÃO nº 01/2019 Alteração da data de abertura da licitação

Onde se lê:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Moises Diersmann, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Consórcio – no endereço Avenida Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, Videira - SC, até o horário previsto para o credenciamento. O Credenciamento será realizado até as 08:45 min do dia 05 de março de 2019 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão será no mesmo dia às 09 h. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

Leia-se:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Moises Diersmann, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Consórcio – no endereço Avenida Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, Videira - SC, até o horário previsto para o credenciamento. O Credenciamento será realizado até as 08:45 min do dia 07 de março de 2019 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão será no mesmo dia às 09 h. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

Videira/SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Marcélio José Borsatti  
Diretor Executivo

---

**CIS/AMOSC**

---

## EDITAL CONVOCAÇÃO 01/2019

Publicação Nº 1924877

EDITAL Nº 01/2019

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito de Paial e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

### CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos e Secretários de Saúde dos Municípios filiados para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 07 de março de 2019 – quinta-feira

Local: Auditório da ACAMOSC - Rua Sete de Setembro - Presidente Médici, Chapecó - SC, 89806-063

Horário: 13:30 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

- I. Apresentação do Relatório de Atividades de 2018;
- II. Parecer do Conselho Fiscal das contas de 2018;
- III. Aprovação do Balanço Anual de 2018;
- IV. Referendar Resoluções 05 e 06 de 2019 que fazem referência ao reajuste de valores e agrega novos procedimentos a tabela CIS-AMOSC;
- V. Visita ao Hospital São Vicente de Paula em Passo Fundo;

VI. Eleição de novos membros da Comissão de Secretários Municipais de Saúde CIS-AMOSC;  
VII. Rubrica orçamentária destinada aos consórcios públicos de saúde;  
VIII. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 21 de fevereiro de 2019.  
NEVIO ANTONIO MORTARI  
Prefeito de Paial  
Presidente do CIS-AMOSC

---

## CISAMREC

---

### **PORTARIA 005.CISAMREC.2019 - DESIGNAR O SERVIDOR OTÁVIO CARLOS PEDROSO PARA O CONFERÊNCIA E CERTIFICAÇÃO DO FATURAMENTO**

Publicação Nº 1924853

PORTARIA Nº. 005/CISAMREC/2019

Designa o servidor OTÁVIO CARLOS PEDROSO para conferir e certificar os documentos referentes ao faturamento de consultas, procedimentos, serviços e compras em geral do CISAMREC.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, Sr. Roque Salvan, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor OTÁVIO CARLOS PEDROSO para executar a conferência e certificação dos documentos referentes ao faturamento de consultas e procedimentos dos prestadores, bem como de serviços e compras de materiais de consumo em geral do CISAMREC, em razão de sua ausência em virtude de férias, a serem gozadas no período de 25 de fevereiro de 2019 a 11 de março de 2019;

Art. 2º. Esta Portaria terá vigência a partir de 25 de fevereiro de 2019 a 11 de março de 2019.

Criciúma, 22 de fevereiro de 2019.  
ROQUE SALVAN  
Diretor Executivo do CISAMREC

---

## CITMAR

---

### **EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019**

Publicação Nº 1924282

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 07/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Ver e Mar - CITMAR, Sr. Célio José Bernardino torna público, para o conhecimento dos interessados a realização da Licitação Compartilhada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo " MENOR PREÇO POR ITEM".

ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 12/03/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão de Licitação da CITMAR.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 12/03/2019 às 09:15 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Estadual nº 2.617/2009, Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº 147/2014 e subsidiariamente a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

A empresa que pretender obter esclarecimentos sobre o Edital deverá solicitá-los por escrito, através de e-mail: [juridico@amfri.org.br](mailto:juridico@amfri.org.br), ou através de carta, telegrama ou fac-símile enviados ao endereço indicado pelo CITMAR no Aviso de Licitação ou no fax (47) 3404-8000, dentro do prazo de 02 dias úteis antes da data final para a apresentação das propostas.

A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser encontrados na página <https://www.amfri.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/125410>.

Itajaí/SC, 22 de fevereiro de 2019.  
Célio José Bernardino  
Diretor Executivo do CITMAR

---

**Consórcio CVC**

---

**ATAS 10 - 25-2019 - SANTA HELENA PAL 008 MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 1924126

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: A G KIENEN &amp; CIA LTDA

ATA: AT10/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 41-1000; 45-5000; 721-1000; 748-1000; 780-5000

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ATA: AT11/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 03-400; 183-30000; 190-10000; 261-6000; 447-360; 529-30000; 557-500; 618-10000; 713-10000

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT12/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 43-2000; 173-7000; 276-2000; 421-5000; 442-3000; 941-2000

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)

ATA: AT13/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 46-10000; 77-2000; 213-1000; 253-1000; 376-15000; 460-1000; 458-1000; 937-3000; 904-100; 932-100; 940-500

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT14/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 112-5000; 113-8000; 116-100; 176-300; 256-100; 301-500; 496-6000; 498-1000; 716-300; 761-300;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT15/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 114-3000; 305-15000; 684-500

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

ATA: AT16/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 120-100; 474-200; 510-1000; 522-5000; 643-200; 745-8000; 926-20;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC



ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA  
FORNECEDOR: MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A  
ATA: AT17/2019  
DATA DA ATA: 21/02/2019  
PAL: 0011/2018 - CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.  
Item-Quant: 177-3000; 223-3000; 632-1000;  
Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019  
CARLOS A. TOZZO  
PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
EXTRATO CONTRATUAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA  
FORNECEDOR: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI  
ATA: AT18/2019  
DATA DA ATA: 21/02/2019  
PAL: 0011/2018 - CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.  
Item-Quant: 212-1000;  
Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019  
CARLOS A. TOZZO  
PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
EXTRATO CONTRATUAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA  
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
ATA: AT19/2019  
DATA DA ATA: 21/02/2019  
PAL: 0011/2018 - CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.  
Item-Quant: 168-100; 235-2000; 300-10000; 325-5000;  
Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019  
CARLOS A. TOZZO  
PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
EXTRATO CONTRATUAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA  
FORNECEDOR: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI -ME  
ATA: AT20/2019  
DATA DA ATA: 21/02/2019  
PAL: 0011/2018 - CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.  
Item-Quant: 278-10000; 712-8000  
Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019  
CARLOS A. TOZZO  
PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
EXTRATO CONTRATUAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA: AT21/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 366-5000; 500-10000; 499-1000; 501-10000; 638-300;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ATA: AT22/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 605-100

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENOS LTDA

ATA: AT23/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 707-50;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: : DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENOS LTDA ME

ATA: AT24/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 829-6000; 925-600;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

FORNECEDOR: : F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENOS LTDA

ATA: AT25/2019

DATA DA ATA: 21/02/2019

PAL: 0011/2018 - CVC

PREGÃO ELETRÔNICO: 0008/2018 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

Item-Quant: 254-1000; 717-300; 820-500; 895-1200; 939-500;

Coronel Freitas (SC), sexta-feira, 22 de FEVEREIRO de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

---

## CIASAMREC

---

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 DIA 18.02.2019 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIASAMREC

Publicação Nº 1923581

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001/2019 18/02/2019

MURIALDO CANTO GASTALDON, Prefeito Municipal de Içara, Presidente do CIASAMREC, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto do Consórcio, convoca os Prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio para, no dia 25 de fevereiro, às 17h, na Associação Empresarial de Criciúma – ACIC, situada na rua Ernesto Bianchini Góes, 91 - Próspera, Criciúma – SC, deliberarem sobre a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

1. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
2. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
3. Assuntos gerais.

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Murialdo C. Gastaldon  
Presidente do CIASAMREC

---

## CIGAMERIOS

---

### ATA N 01-2019 - ASSEMBLEIA GERAL DO CIGAMERIOS

Publicação Nº 1923468

ATA Nº. 001/2019

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às onze horas, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a primeira Assembleia Geral do exercício de 2019, em atendimento ao Edital de Convocação nº 01/2019, do dia 24/01/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM no dia 28/01/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia Geral; Planejamento das Atividades de 2019; Definição do Programa de Resíduos Sólidos; Prestação de Contas referente ao mês de dezembro de 2018 e Balanço do Exercício Financeiro de 2018; Assuntos Gerais. Inicialmente o Presidente do CIGAMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades, declarou aberta a Assembleia Geral, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos. Passando a palavra ao Secretário, que após a leitura do Edital de Convocação e a ordem do dia, devolveu a palavra ao Presidente. Passando a palavra pro Coordenador Técnico-Administrativo para apresentar os assuntos da pauta onde foram amplamente debatidas as seguintes proposições: As atividades já em andamento continuam, o processo licitatório de aquisição de pneus e correlatos encontra-se em andamento sem a utilização da pré-qualificação não aceita mais pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o sistema de gerenciamento de compras está em fase de adaptação e resolução dos problemas apresentados, a questão de criação da JARI – Junta Administrativa de Recursos Infracionais de Trânsito, pediu-se aos municípios que verifiquem sua situação junto ao DETRAN – SC, pois somente Maravilha e Palmitos se encontram regulares, com relação a realização de Licitação regional para a coleta de resíduos sólidos, diante da adesão de somente os Municípios de Cunhataí e Caibi que encaminharam expediente a Coordenação do CIGAMERIOS, aprovou-se por unanimidade que cada Município faça o devido processo licitatório ou termo aditivo no que couber, em ato contínuo foi definido que o Consórcio CIGAMERIOS por utilizar a estrutura técnica-administrativa e estrutural, ajudará com os custos financeiros que foram sempre bancados pela Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS. Atendendo a sugestão do Presidente Daniel Koth foi aprovada por unanimidade cabendo aos responsáveis financeiro e jurídico a elaboração do levantamento de custos para firmar termo de contrato para o pagamento dessas despesas a contar do mês de março do ano corrente, também solicitado que os balancetes digitalizados sejam encaminhados também para os Contadores dos Municípios. Apresentado o balanço do mês de dezembro de

2018 e o Balanço do Exercício Financeiro de 2018 submetido a apreciação do Conselho Fiscal, que depois de analisado, também aprovadas as contas por unanimidade pelos membros do Conselho Fiscal. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que depois de conferida pelo Assessor jurídico do CIGAMERIOS nos termos da Resolução número 011/2015, foi lida e aprovada por unanimidade da Assembleia Geral, conforme segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 14 de fevereiro de 2019.

---

## **CIS/AMERIOS**

---

### **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL N. 069/2019 DO CIS/AMERIOS**

Publicação Nº 1923456

ATA Nº 069/2019

Ata da sexagésima nona Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos quatorze dias do mês fevereiro de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a Assembleia Geral, em atendimento ao Edital de Convocação nº 01/2019, do dia 24/01/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM dia 28/01/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia; Assuntos Administrativos; Prestação de contas referente o mês de dezembro de 2018 e Balanço do Exercício. Inicialmente o Presidente do CIS/AMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades fez a abertura da Assembleia Geral, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou os presentes, falando de sua alegria em recebê-los. O Presidente Daniel iniciou a Assembleia abordando sobre os Assuntos Administrativos; contratos e contratos de rateio, onde repasou que os Credenciamentos e Contratos, já foram formalizados com os Prestadores que entregaram corretamente a documentação. Conforme os contratos assinados chegam ao consórcio, os mesmos são liberados e a relação de credenciados é atualizada no site e comunicada no grupo dos Secretários. Logo após, foi entregue uma cópia da Prestação de contas do mês de dezembro de 2018 e do Balanço do Exercício de 2018, relatando que o mesmo possui parecer favorável do Conselho Fiscal. Os mesmos foram apresentados, sendo ambos aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após conferida pelo Assessor Jurídico, foi lida, aprovada por unanimidade e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 14 de fevereiro de 2019.

---

## **CIRSURES**

---

### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005-2019 - CIRSURES**

Publicação Nº 1923684

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nº processo: 005/2019.

Objeto: Locação de "sala comercial nº 7, localizada no 1º pavimento do edifício Centro Profissional Executivo, Rua Vidal Ramos, Bairro Centro, Município de Urussanga/SC, com 70,63m² de área privativa"

Locador: Luiz Henrique De Zan

Fundamento Legal: Art. 24, inc. X, da Lei nº 8.666/93.

Valor Total: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Declaração de Dispensa: em 15 de fevereiro de 2019.

Ratificação: em 15 de fevereiro de 2019

Urussanga, 20 de fevereiro de 2019.

Thiago Maragno Biava

Diretor do CIRSURES